



Henry
Kissinger

Diplomacia



"Definitivo."

George P. Shultz, ex-Secretário de Estado americano

"Tratado apaixonante da diplomacia ocidental."

Michiko Kakutani, *The New York Times*



**Editora
Saraiva**

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe X Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE X LIVROS:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [X Livros](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais

lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade poderá
enfim evoluir a um novo nível."

Henry Kissinger

DIPLOMACIA

Tradução

Saul S. Gefter
Ann Mary Fighiera Perpétuo

Tradução revista

Heitor Aquino Ferreira

image



Rua Henrique Schaumann, 270
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP: 05413-010
Fone PABX: (11) 3613-3000 • Fax: (11) 3611-3308
Televendas: (11) 3613-3344 • Fax vendas: (11) 3268-3268
Site: <http://www.saraivauni.com.br>

Filiais

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro
Fone/Fax: (92) 3633-4227 / 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 – Brotas
Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895 / 3381-0959 – Salvador

BAURU/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro
Fone: (14) 3234-5643 – 3234-7401 – Bauru

CAMPINAS/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Camargo Pimentel, 660 – Jd. Guanabara
Fone: (19) 3243-8004 / 3243-8259 – Campinas

CEARÁ/PIAUI/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga
Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2, Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento
Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951 / 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto
Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806 / 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro
Fone: (67) 3382-3682 / 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha
Fone: (31) 3429-8300 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos
Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038 / 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho
Fone: (41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/ ALAGOAS/ PARAÍBA/ R. G. DO NORTE

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista
Fone: (81) 3421-4246 / 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro
Fone: (16) 3610-5843 / 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel
Fone: (21) 2577-9494 / 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos
Fone: (51) 3371- 4001 / 3371-1467 / 3371-1567 – Porto Alegre

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SÃO PAULO (sala dos professores)

Av. Brig. Faria Lima, 6363 – Rio Preto Shopping Center – V. São José
Fone: (17) 3227-3819 / 3227-0982 / 3227-5249 – São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Santa Luzia, 106 – Jd. Santa Madalena
Fone: (12) 3921-0732 – São José dos Campos

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda
Fone PABX: (11) 3613-3666 – São Paulo

301.843.001.002

ISBN 9788502175075

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

K66d

Kissinger, Henry, 1923 –

Diplomacia / Henry Kissinger ; tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Figuera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira. – São Paulo : Saraiva, 2012.

Tradução de: Diplomacy

ISBN 9788502175075

1. Diplomacia. 2. Estados Unidos - Relações exteriores - Administração. I. Título.

12-2788.

CDD-327.73
CDU-327(73)

Traduzido de *Diplomacy*, de Henry Kissinger.

Tradução autorizada da edição em inglês publicada por Simon & Schuster, uma divisão de Simon & Schuster Inc.

Copyright © Henry Kissinger, 1994.

2012 Editora Saraiva

Todos os direitos reservados.

Direção editorial	Flávia Alves Bravin
Coordenação editorial	Rita de Cássia da Silva
Aquisições	Ana Paula Matos
Editorial Universitário	Luciana Cruz Patricia Quero
Editorial Técnico	Alessandra Borges
Editorial de Negócios	Gisele Folha Mós
Produção editorial	Daniela Nogueira Secondo Rosana Peroni Fazolari
Produção digital	Nathalia Setrini Luiz
Suporte editorial	Najla Cruz Silva
Tradução	Saul S. Gefter e Ann Mary Figuera Perpétuo
Tradução revista	Heitor Aquino Ferreira
Arte e produção	2 estúdio gráfico
Arte capa	Aero Comunicação

Capa adaptação Instant Press
Imagem capa Getty images

Contato com o editorial

editorialuniversitario@editorasaraiva.com.br

O título *Diplomacy* já foi utilizado anteriormente. O objetivo, as ideias e o escopo deste livro são bastante diferentes daqueles da memorável obra de *Sir* Harold Nicolson (Harcourt, Brace & Company, 1939), cuja grande importância autor e editores reconhecem.

1ª edição

1ª tiragem: 2012

2ª tiragem: 2013



imag
es Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Aos homens e mulheres do Departamento de Estado
dos Estados Unidos da América,
cujo profissionalismo e dedicação sustentam
a diplomacia americana.

Agradecimentos

Ninguém deu contribuição maior que Gina Goldhammer, que editou todo o manuscrito em cada uma de suas versões. Ela foi o ponto central de todos os nossos esforços e cuidou com extraordinária habilidade, infinito tato e paciência para que todas as partes se fundissem no momento adequado.

A pesquisa histórica de Jon Vanden Heuvel foi indispensável; além disso, ele contribuiu com inúmeros comentários úteis ao longo de todo o livro, à medida que este ia ganhando corpo.

Meu velho amigo e sócio Peter Rodman realizou muitas pesquisas, especialmente no que diz respeito ao material americano, e leu todos os capítulos. Sou grato a ele pelo grande auxílio e por suas valiosas sugestões.

Rosemary Neaher Niehuss tem sido de longa data uma assistente incansável. Realizou pesquisas, especialmente sobre a Coreia e o Vietnã, conferiu todas as outras pesquisas, investigou fatos de difícil comprovação e não permitiu que coisa alguma escapasse ao seu exame minucioso. Uma assistência valiosa partiu de Maureen Minehan e Stephanie Tone.

Jody Iobst Williams datilografou o manuscrito a partir da minha caligrafia praticamente ilegível e reestruturou várias frases de estilo difícil. Suzanne McFarlane liberou-me para que eu pudesse me concentrar neste livro, ao manter em dia todas as minhas outras atividades com o seu cuidado e tato habituais.

Beneficiei-me enormemente das sugestões de William G. Hyland acerca do material soviético e da leitura de uma versão inicial de Norman Podhoretz.

Michael Korda, da Simon & Schuster, foi um editor excepcional, transformando-se em bom amigo. Ele me acompanhou à medida que a simples ideia original mudou o seu foco, ampliando-se para

uma empreitada muito mais difícil e longa. O valor da sua contribuição está em que todas as vezes que uma das suas observações delicadas me atormentava particularmente, eu descobria, após refletir, que ele estava certo.

Lynn Amato coordenou todas as atividades da Simon & Schuster com bom humor e eficiência inabaláveis. Todo o pessoal da Simon & Schuster — editores de texto, designers, pessoal da produção e promoção — trabalhou com uma dedicação comovente e habilidade consumada.

Minha esposa, Nancy, foi, como sempre, uma conselheira judiciosa e apoio moral indispensável. Ela leu todo o manuscrito e fez sugestões extraordinariamente sensatas.

As imperfeições do livro são de minha responsabilidade.

Henry A. Kissinger

Apresentação

“*Caminante, no hay camino. Se hace camino al andar.*” O verso do grande poeta espanhol Machado — com o qual Henry Kissinger encerra este livro — traduz, em certo sentido, o seu ensinamento principal. Entre lidar com o mundo *como ele é* e atuar em função de *como deveria ser*, recomenda a primeira alternativa.

Cidadão e diplomata de uma nação erguida sobre os ideais de seus fundadores, movida até hoje pela noção forte de seu excepcionalismo e inclinada a julgar-se incumbida de uma missão superior, Kissinger defende que os Estados Unidos, como os demais países, devem aprender a combinar fatores permanentes das relações internacionais com os elementos sujeitos à discrição dos governantes.

E quanto mais integrado e diverso se torna o cenário mundial, menores são, segundo ele, as margens de manobra: a complexidade inibe a flexibilidade, ensina.

Pode não haver rumos já traçados, nem maior liberdade para traçá-los, mas Kissinger considera que o conhecimento da história é a melhor forma de iluminar o percurso. Admitindo que ela não é manual suficiente para o entendimento do presente e a antecipação do amanhã, sugere buscar no passado lições que sirvam de antídoto à tendência, hoje muito acentuada, de pensarmos e agirmos como se estivéssemos em um mundo inteiramente novo.

Daí o valor extraordinário deste livro, *Diplomacia* é um dos mais importantes estudos já publicados sobre a história internacional dos últimos séculos e irá permanecer como referência indispensável para as gerações futuras.

Henry Kissinger escreve com a perspectiva de quem viveu e alcançou influência decisiva na segunda metade do século XX. O leitor contemporâneo tem o privilégio de visitar o passado conduzido

por um guia que, a todo momento, ilustra suas teses com argumentos e exemplos retirados de vivências recentes.

Não estamos, felizmente, diante de um relato neutro da história — até porque desconheço que eles existam. Neste trabalho, que até mesmo seus críticos reconhecem monumental, Kissinger aquece a descrição fiel e documentada dos fatos com a chama viva de suas opiniões e experiências pessoais.

São a riqueza da informação e análise históricas, a intimidade de Kissinger com o jogo diplomático global que fazem desta obra, por vários motivos, um instrumento valioso também para nós brasileiros. Seja ao descrever e aclarar acontecimentos internacionais que afetaram e ainda condicionam, direta ou indiretamente, a vida do Brasil. Seja, de modo implícito, ao nos recordar que, enquanto as grandes potências faziam a história de um século marcado por guerras devastadoras, a nossa diplomacia, sobretudo a partir do Barão do Rio Branco — cujo êxito se apoiou em profundo conhecimento da história — trabalhava para nos garantir um legado que já conta mais de 100 anos de paz.

Luiz Felipe Lampreia

Diplomata, ex-ministro das Relações exteriores

Sumário

- 1 A nova ordem mundial
- 2 As vertentes | Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson
- 3 Da universalidade ao equilíbrio | Richelieu, Guilherme d'Orange e Pitt
- 4 O Concerto Europeu | Inglaterra, Áustria e Rússia
- 5 Dois revolucionários | Napoleão III e Bismark
- 6 A *Realpolitik* contra si mesma
- 7 A "Máquina do Juízo Final" política | A diplomacia europeia e a Primeira Guerra Mundial
- 8 A "Máquina do Juízo Final" militar | No turbilhão da guerra
- 9 A nova face da diplomacia | Wilson e o Tratado de Versalhes
- 10 Dilemas dos vencedores
- 11 Stresemann | A volta dos vencidos
- 12 O fim das ilusões | Hitler e a demolição de Versalhes
- 13 O Bazar de Stalin
- 14 O Pacto Nazi-Soviético
- 15 Os Estados Unidos de volta à cena | Franklin Delano Roosevelt
- 16 Três modelos da paz | Roosevelt, Stalin e Churchill na Segunda Guerra Mundial
- 17 O início da Guerra Fria
- 18 Sucesso e angústia | A política de contenção
- 19 O dilema da contenção | A Guerra da Coreia
- 20 Negociando com os comunistas | Adenauer, Churchill e Eisenhower
- 21 Alternando a contenção | A crise de Suez
- 22 Rebelião no império | Hungria

- 23 O ultimato de Krushev | A crise de Berlim, 1958-1963
- 24 Conceitos de unidade ocidental | Macmillan, De Gaulle, Eisenhower e Kennedy
- 25 Vietnã: entrando no atoleiro | Truman e Eisenhower
- 26 Vietnã: a caminho do desespero | Kennedy e Johnson
- 27 Vietnã: a extração | Nixon
- 28 Política externa e geopolítica | A diplomacia triangular de Nixon
- 29 *Détente* e desgosto
- 30 O fim da Guerra Fria | Reagan e Gorbachev
- 31 Revendo a Nova Ordem Mundial

Notas

Mapas

- Expansão francesa, 1648 a 1801
- Expansão alemã, 1919 a 1939
- A grande aliança de Guilherme III, 1701 a 1713
- Alianças na década de 1950
- A Europa do Congresso de Viena, 1815
- A Europa da Primeira Guerra Mundial, 1914
- O mundo da Guerra Fria, 1945 a 1989
- O mundo pós-Guerra Fria

1

A nova ordem mundial



Como por força de alguma lei natural, parece que em cada século surge um país com poder e vontade, ímpeto intelectual e força moral para moldar todo o sistema internacional aos seus próprios valores. No século XVII, a França do cardeal Richelieu introduziu a maneira moderna de tratar as relações internacionais, baseada no estado-nação e tendo os próprios interesses nacionais como objetivo permanente. No século XVIII, a Inglaterra criou o conceito de equilíbrio de poder, que dominou a diplomacia europeia nos 200 anos seguintes. No século XIX, a Áustria de Metternich reconstruiu o Concerto Europeu e a Alemanha de Bismarck o demoliu, reconduzindo a diplomacia europeia ao jogo da política de poder a sangue-frio.

No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte — e ao mesmo tempo tão ambivalente — como os Estados Unidos. Nenhuma sociedade foi tão firme em não admitir intervenções nos assuntos internos de outros estados, mas sustentou com mais fervor que seus próprios valores têm aplicação universal. Nação alguma foi mais pragmática na conduta diplomática do dia a dia, nem mais ideológica nas convicções morais. País nenhum relutou mais em engajar-se no exterior, enquanto fez alianças e assumiu compromissos de alcance e amplitude sem precedentes.

As peculiaridades que os Estados Unidos se atribuíram ao longo da história resultaram em duas posturas contraditórias de política

externa. Primeira, a de que os Estados Unidos melhor atendem aos seus valores aperfeiçoando a democracia em casa e servindo, assim, de farol para o resto da humanidade; segunda, a de que os valores americanos impõem aos Estados Unidos a obrigação de promovê-los no mundo inteiro. Dividido entre a nostalgia de um passado limpo e o desejo de um futuro perfeito, o pensamento americano tem oscilado entre o isolacionismo e o engajamento, embora predomine, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a realidade da interdependência.

Ambas as escolas de pensamento — a dos Estados Unidos como farol e a dos Estados Unidos messiânico — partem de que a normalidade é uma ordem internacional global baseada na democracia, no livre comércio e na obediência internacional das leis. Considerando que um sistema dessa natureza jamais existiu, sua invocação às outras sociedades mais parece utópica, se não ingênua. Mesmo assim, o ceticismo estrangeiro nunca abalou o idealismo de Woodrow Wilson, Franklin Roosevelt, Ronald Reagan, aliás, de nenhum presidente americano do século XX. De certa forma, estimulou mesmo a crença americana de que a história pode ser deixada de lado, e se o mundo realmente deseja a paz, deve aplicar as receitas morais americanas.

Ambas as escolas de pensamento brotaram da experiência americana. Apesar de haver existido outras repúblicas, nenhuma foi conscientemente criada para vindicar a ideia de liberdade. Povo nenhum de outro país decidiu vir para um novo continente com o intuito de domar-lhe a imensidão para criar a liberdade e a prosperidade de todos. Deste modo, as duas abordagens, a isolacionista e a missionária, tão contraditórias na superfície, refletiam a crença comum de que os Estados Unidos detinham o melhor sistema de governo do mundo e que o resto da humanidade poderia ter paz e prosperidade abandonando a diplomacia tradicional e adotando o respeito americano pela legalidade internacional e a democracia.

A passagem americana pela política internacional demonstra o triunfo da fé sobre a experiência. Desde sua entrada na arena

política mundial, em 1917, os Estados Unidos têm se mostrado tão imbatíveis em força e tão convictos da justiça de seus ideais, que os principais acordos internacionais deste século foram a materialização dos valores americanos — da Liga das Nações e do Pacto Briand-Kellog à Carta das Nações Unidas e à Ata Final de Helsinque. O colapso do comunismo soviético foi a confirmação intelectual dos ideais americanos e, ironicamente, deixou os Estados Unidos frente ao tipo de mundo do qual tentaram fugir por toda sua história. Na ordem internacional que se apresenta, o nacionalismo ganhou vida nova. As nações buscam mais atender aos seus próprios interesses que reverenciar princípios elevados, e muito mais competem que cooperam. Há poucos sinais de que esse antigo modo de agir tenha mudado ou venha a mudar nas próximas décadas.

O que, sim, é novo na ordem das coisas é que, pela primeira vez, os Estados Unidos não podem nem largar do mundo nem dominá-lo. Não podem e não querem mudar a maneira como sempre viram seu papel através dos tempos. Quando pisaram a arena internacional, os Estados Unidos eram jovens e fortes, tinham o poder de fazer o mundo ajustar-se à sua visão das relações internacionais. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o país era tão poderoso (em dado momento, cerca de 35% de toda a produção econômica do mundo era americana) que parecia destinado a moldar o mundo às suas preferências.

John F. Kennedy declarou atrevidamente, em 1961, que os Estados Unidos tinham força para, “a qualquer preço, com quaisquer ônus,” garantir o triunfo da liberdade. Três décadas depois, os Estados Unidos estão em pior posição para insistir na realização imediata de seus anseios. Outros países ganharam *status* de grande potência. Os Estados Unidos têm agora o desafio de atingir suas metas por etapas, cada qual um amálgama de valores americanos e necessidades geopolíticas. Uma dessas novas necessidades é que um mundo com vários estados de força equivalente deve basear sua ordem em algum conceito de equilíbrio — ideia com a qual os Estados Unidos jamais se deram bem.

Quando o pensamento americano em política externa e a tradição diplomática europeia se enfrentaram na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, a diversidade na experiência histórica de ambos ficou evidente. Os líderes europeus queriam renovar o sistema existente segundo métodos familiares; os promotores americanos da paz achavam que a Grande Guerra não resultara de conflitos geopolíticos sem solução, mas das erradas práticas europeias. Em seus famosos Quatorze Pontos, Woodrow Wilson disse aos europeus que a partir de então o sistema internacional deveria basear-se não no equilíbrio de poder e sim na autodeterminação étnica; que sua segurança não viria de alianças militares mas da segurança coletiva; e que sua diplomacia não podia mais ser conduzida secretamente por especialistas e sim basear-se em "acordos abertos, negociados às claras". Wilson viera, evidentemente, mais a fim de remodelar todo um sistema de relações internacionais praticado por quase três séculos que de discutir os termos da conclusão da guerra ou restaurar a ordem internacional antes existente.

Desde quando refletem sobre política externa, os americanos atribuem as dores da Europa ao sistema do equilíbrio de poder. E desde que a Europa viu-se obrigada a levar em conta a política exterior americana, seus líderes veem com maus olhos a missão de reforma global que os Estados Unidos se atribuem. Cada parte age como se a outra houvesse escolhido livremente seu modelo de atuação diplomática e devesse adotar algum método mais satisfatório, caso fosse mais prudente ou menos belicosa.

Na realidade, as vias americana e europeia de política externa vêm de suas circunstâncias muito próprias. Os americanos habitavam um continente quase vazio, protegido das potências predatórias por dois vastos oceanos, e tinham como vizinhos países fracos. Não havendo poder a ser equilibrado, é compreensível que os Estados Unidos mal tenham se ocupado dos problemas do equilíbrio, mesmo que seus governos tivessem tido a ideia bizarra de copiar as condições europeias para um povo que dera as costas à Europa.

Os angustiantes dilemas de segurança que atormentaram as nações europeias não se fizeram sentir na América por quase 150 anos. Quando surgiram, a América participou duas vezes de guerras mundiais deflagradas pelas nações da Europa. Em cada caso, quando por fim os Estados Unidos entraram, o equilíbrio de poder já deixara de funcionar, resultando no seguinte paradoxo: o equilíbrio de poder, desdenhado pela maioria dos americanos, garantira, na realidade, a segurança americana enquanto funcionou como devia; foi seu colapso que puxou os Estados Unidos para a política internacional.

As nações da Europa não optaram pelo equilíbrio de poder como instrumento regulador de suas relações por serem rixentas ou por amor às intrigas do Velho Mundo. A ênfase dos americanos na democracia e nas leis internacionais foi produto da sensação de segurança, mas a diplomacia europeia se forjou na escola de duros contratempos.

A Europa caiu na política do equilíbrio de poder quando sua primeira escolha — o sonho medieval do império universal — ruiu e um grande número de estados, de força mais ou menos comparável, surgiu dos escombros daquela antiga aspiração. Quando um grupo de estados assim constituído é obrigado a interagir, só há dois resultados possíveis: ou um estado torna-se tão forte que domina todos os outros, criando um império, ou nenhum chega ao poder suficiente para alcançar esse objetivo. Neste último caso, as pretensões do membro mais agressivo da comunidade internacional são contidas através de uma combinação dos outros sócios; em outras palavras, pelo equilíbrio de poder.

O equilíbrio de poder não visava evitar crises ou mesmo guerras. Funcionando bem, destinava-se a restringir a capacidade de alguns estados dominarem outros e a limitar a extensão dos conflitos. Seu objetivo não era a paz, era a estabilidade e a moderação. Por definição, um quadro de equilíbrio de poder não satisfaz completamente a todos os membros do sistema; o equilíbrio funciona quando mantém as insatisfações abaixo daquele nível em que a parte prejudicada tentará derrubar a ordem internacional.

Os teóricos do equilíbrio de poder muitas vezes dão a impressão de que é a forma natural das relações internacionais. Na verdade, os sistemas de equilíbrio de poder só existiram excepcionalmente na história. No hemisfério ocidental jamais houve um caso, tampouco no território contemporâneo da China, desde o fim do período dos estados guerreiros, há mais de 2 mil anos. Para a maior parte da humanidade e nos períodos mais longos da história, o império tem sido a forma normal de governo. Impérios não têm o menor interesse em operar num sistema internacional; aspiram *ser* o sistema internacional. Impérios não precisam de um equilíbrio de poder. É como os Estados Unidos vêm sua política exterior nas Américas — e a China, durante a maior parte da sua história, na Ásia.

No Ocidente, os únicos exemplos de equilíbrio de poder ocorreram entre as cidades-estados da Grécia antiga e da Itália renascentista, e no sistema de estados europeu que surgiu da Paz da Vestfália, em 1648. O que caracterizou esses sistemas foi elevar um fato da vida — a existência de vários estados de força praticamente igual — a princípio diretor da ordem mundial.

Intelectualmente, o conceito de equilíbrio de poder refletiu a convicção dos grandes pensadores políticos do Iluminismo. Como eles viam, o universo, inclusive a esfera política, operava segundo princípios racionais que se equilibravam. Atos aparentemente aleatórios de homens razoáveis tenderiam, no conjunto, ao bem comum, apesar de a prova disso ser pouco visível no século de conflitos quase constantes que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos.

Adam Smith, em *A riqueza das nações*, sustentou que a “mão invisível” proveria o bem-estar econômico a partir de ações econômicas individuais egoístas. Nos artigos de *O federalista*, Madison ponderava que numa república suficientemente grande, as várias “facções” atuando de maneira egoísta em prol de seus próprios interesses, forjariam, por um mecanismo automático, uma adequada harmonia nacional. Os conceitos da separação de poderes e dos controles e balanços, concebidos por Montesquieu e incorporados à constituição americana, refletiam perspectiva

idêntica. O objetivo da separação de poderes era evitar o despotismo e não o de obter um governo harmônico; cada ramo do governo, na busca de seus próprios interesses, coibiria excessos, atendendo, desse modo, ao bem comum. Os mesmos princípios foram aplicados aos negócios internacionais. Visando seus próprios interesses egoístas, cada estado terminaria contribuindo para o progresso, como se alguma discreta mão provesse, dessa liberdade de escolha de cada estado, o bem-estar de todos.

Por mais de um século tal pareceu o caso. Após os desarranjos causados pela Revolução Francesa e pelas Guerras Napoleônicas, os líderes da Europa restauraram o equilíbrio de poder no Congresso de Viena, em 1815, e atenuaram o apoio brutal na força, buscando moderar a conduta internacional por meio de obrigações morais e legais. Mas para o fim do século XIX, o sistema europeu de equilíbrio de poder retornou aos princípios da política de poder numa forma ainda mais inflexível. Forçar o adversário à humilhação pela ameaça tornou-se o método padrão da diplomacia, levando a uma prova de força após outra. Até que em 1914, finalmente, formou-se uma crise da qual ninguém se acovardou. A Europa jamais recuperou de toda a liderança mundial, depois da catástrofe da Primeira Guerra Mundial. Os Estados Unidos saíram dela como jogador principal, porém Woodrow Wilson desde logo deixou claro que o país se recusava a jogar pelas regras europeias.

Em período nenhum de sua história, os Estados Unidos tomaram parte num sistema de equilíbrio de poder. Antes das duas guerras mundiais, beneficiaram-se do equilíbrio de poder sem se envolverem em suas manobras e desfrutando do luxo de vergastá-lo à vontade. Na Guerra Fria, os Estados Unidos engajaram-se numa luta ideológica, política e estratégica com a União Soviética, na qual um mundo de duas potências funcionou de acordo com princípios bem diferentes daqueles de um sistema de equilíbrio de poder. No mundo a dois poderes não pode haver a escusa de que o conflito leva ao bem comum; o ganho de um é a perda do outro. Vitória sem guerra foi o que tiveram os Estados Unidos na Guerra Fria, uma vitória que os apresentou ao dilema de George Bernard Shaw: "Há

duas tragédias na vida. Uma é não realizar o maior anseio. A outra é realizá-lo”.

Os americanos a tal ponto têm como óbvios seus valores que raramente percebem quão podem ser revolucionários e um transtorno para os demais. Outra sociedade não asseverou que os princípios éticos se aplicam à conduta internacional do mesmo modo que valem para o indivíduo — noção exatamente oposta à *raison d'état* de Richelieu. Os Estados Unidos sustentam que evitar a guerra é um desafio tanto legal quanto diplomático, e que não resistem à mudança em si mas ao modo de mudar, especialmente ao uso da força. Um Bismarck, um Disraeli ririam dessa noção de que política externa diz mais respeito ao modo que à substância, aliás, se fossem capazes sequer de entendê-la. Nação alguma jamais se impôs regras morais como os Estados Unidos. E nenhum país tem-se atormentado tanto com a desproporção entre seus valores morais, por definição absolutos, e a imperfeição inerente às situações concretas em que aplicá-los.

Durante a Guerra Fria, a singular abordagem americana de política externa adaptou-se admiravelmente ao desafio concreto. Foi um profundo conflito ideológico, e somente um país — os Estados Unidos — possuía a panóplia completa — os recursos políticos, econômicos e militares — para organizar a defesa do mundo não comunista. Uma nação assim pode fincar pé em seus pontos de vista e consegue, o mais das vezes, evitar o problema reservado aos estadistas de países menos favorecidos: o de que os meios lhes impõem metas menos ambiciosas que as desejadas, e as circunstâncias exigem lidar; mesmo com estas, por etapas.

No mundo da Guerra Fria, os conceitos tradicionais de poder sofreram forte modificação. Em grande parte da história, a síntese de forças militares, políticas e econômicas foi em geral simétrica. No período da Guerra Fria, os vários elementos do poder se decompuseram. A ex-União Soviética era uma superpotência militar e, ao mesmo tempo, um nanico econômico. Um país podia, também, ser um gigante econômico e militarmente irrelevante, caso do Japão.

No mundo pós-Guerra Fria, os vários elementos provavelmente serão mais congruentes e mais simétricos. O poder militar relativo dos Estados Unidos irá gradualmente diminuir. A ausência de um inimigo evidente resultará na pressão interna para o uso dos recursos de defesa em outras prioridades — processo que já começou. Não havendo mais aquela ameaça singular, cada país enxerga seus próprios perigos pela perspectiva nacional, e as sociedades que se haviam juntado sob a proteção americana sentir-se-ão compelidas a assumir uma responsabilidade maior pela própria segurança. Desse modo, o novo sistema internacional irá na direção do equilíbrio até militar, mesmo que leve algumas décadas para chegar a esse ponto. A tendência será ainda mais pronunciada na economia, onde a predominância americana já está em declínio e onde se tornou menos perigoso desafiar os Estados Unidos.

O sistema internacional do século XXI será marcado por uma aparente contradição: de um lado, a fragmentação; de outro, a crescente globalização. Quanto às relações entre estados, a nova ordem mais parecerá o sistema de estados europeu dos séculos XVIII e XIX do que o padrão rígido da Guerra Fria. Consistirá de no mínimo seis potências maiores — Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia e, provavelmente, Índia — e grande número de países de tamanho médio e pequeno. Ao mesmo tempo, as relações internacionais tornaram-se globais mesmo. As comunicações são instantâneas; a economia mundial opera simultaneamente em todos os continentes. Surgiram várias questões que só se podem tratar em base mundial, como proliferação nuclear, meio ambiente, explosão populacional e interdependência econômica.

Para os Estados Unidos, conciliar valores divergentes e experiências históricas muito diferentes entre países de importância comparável será uma experiência inédita, e muito diferente, quer do isolamento do século passado, quer da hegemonia *de fato* da Guerra Fria, num sentido que este livro pretende esclarecer. Do mesmo modo, os outros protagonistas enfrentam dificuldades para adaptar-se à ordem mundial que aí vem.

A Europa, única parte do mundo moderno onde já funcionou um sistema de multiestados, inventou os conceitos de estado-nação, soberania e equilíbrio de poder. Estas ideias dominaram as questões internacionais na maior parte da Europa durante três séculos. Mas nenhum dos antigos praticantes europeus da *raison d'état* está forte o suficiente, no momento, para agir como grande na ordem emergente. Tentam compensar a fraqueza relativa criando uma Europa unificada, esforço que absorve muito de sua energia. Ainda que o consigam, não dispõem de instruções para o funcionamento automático de uma Europa unificada no palco mundial, já que tal entidade política jamais existiu.

A Rússia, no desenrolar de sua história, é um caso especial. Chegou tarde à cena europeia — bem depois de França e Inglaterra terem se consolidado — e nenhum dos princípios tradicionais da diplomacia europeia parecia aplicar-se a ela. Englobando três esferas culturais diferentes — Europa, Ásia e o mundo muçulmano —, a Rússia compreendia populações de cada uma e, portanto, jamais foi um estado nacional no sentido europeu. Com a geografia em mudança constante, à medida que seus governantes anexavam territórios contíguos, a Rússia transformava-se num império fora de escala comparado a qualquer outro país europeu. Ademais, a cada nova conquista o caráter do estado mudava, pela incorporação de um novo e inquieto grupo étnico não russo. Esta foi uma das razões pelas quais a Rússia foi obrigada a manter exércitos enormes, de tamanho desproporcional a qualquer ameaça plausível à sua segurança externa.

Dividido entre a insegurança obsessiva e o zelo proselitista, entre as exigências da Europa e as tentações da Ásia, o Império Russo sempre teve um papel no equilíbrio europeu sem jamais fazer emocionalmente parte dele. As exigências da conquista e da segurança transformaram-se numa só questão na mente dos líderes russos. Desde o Congresso de Viena, o Império Russo teve forças militares em solo estrangeiro mais vezes que qualquer outra potência. Analistas frequentemente explicam o expansionismo russo como resultado de uma sensação de insegurança. Mas os escritores

russos explicam melhor as investidas externas da Rússia como vocação messiânica. A Rússia em marcha raramente demonstrou percepção de limites; quando via seus esforços baldados, tendia a isolar-se num ressentimento sombrio. Na maior parte de sua história, a Rússia tem sido uma causa em busca de oportunidade.

A Rússia pós-comunista está contida em limites que refletem uma situação sem precedente histórico. Como a Europa, terá de usar grande parte da sua energia em redefinir uma identidade. Tentará retomar seu ritmo histórico e restaurar o império perdido? Deslocará seu centro de gravidade para o leste, transformando-se em participante mais ativa da diplomacia asiática? Por que princípios e métodos reagirá às convulsões ao redor das suas fronteiras, especialmente no volátil Oriente Médio? A Rússia será sempre essencial à ordem mundial e, nas agitações inevitáveis ligadas às respostas destas perguntas, sempre será uma ameaça a essa ordem.

A China também enfrenta uma ordem mundial nova para ela. Por dois mil anos o Império Chinês uniu seu mundo sob um só domínio imperial. Esse domínio, porém, às vezes falhava. Houve guerras na China, com uma frequência não menor que na Europa. Mas como em geral eram entre disputantes do poder imperial, foram mais guerras civis que internacionais, e invariavelmente levaram, mais cedo ou mais tarde, à instalação de um novo poder central.

Antes do século XIX, a China jamais teve um vizinho capaz de contestar sua primazia e nunca imaginou que tal estado pudesse vir a existir. Conquistadores estrangeiros derrubavam dinastias chinesas apenas para verem-se absorvidos pela cultura chinesa a ponto de prosseguirem com as tradições do Império do Meio. A noção de igualdade soberana dos estados não existia na China; estrangeiros eram bárbaros, relegados a um relacionamento tributário — assim foi recebido o primeiro enviado inglês a Pequim, no século XVIII. A China desconsiderava o envio de embaixadores para o exterior, embora não dispensasse o concurso de bárbaros distantes para vencer bárbaros mais próximos. Mas essa era uma estratégia para emergências, não um sistema operacional habitual como o equilíbrio

de poder europeu, e não produziu a instituição diplomática permanente característica da Europa. Após tornar-se um súdito humilhado do colonialismo europeu no século XIX, a China só ressurgiu recentemente — desde a Segunda Guerra Mundial — num mundo multipolar sem exemplo em sua história.

O Japão também se excluía de todo contato com o mundo exterior. Durante 500 anos, antes de ser aberto à força pelo comodoro Matthew Perry, em 1854, o Japão sequer se dignou a tirar proveito dos conflitos entre os bárbaros ou a inventar relacionamentos tributários, como a China. Isolado do mundo, o Japão orgulhava-se dos seus costumes inimitáveis, saciava sua tradição militar em guerras civis e repousava sua estrutura interna na convicção de que sua cultura singular era impermeável à influência externa, superior a ela e, ao cabo, a derrotaria em vez de absorvê-la.

Na Guerra Fria, quando a União Soviética era a principal ameaça à segurança, o Japão foi capaz de identificar sua política externa com a dos Estados Unidos, a milhares de quilômetros de distância. A nova ordem mundial, com sua multiplicidade de desafios, quase certamente obrigará um país de passado tão soberbo a reexaminar esse remanso de um só aliado. O Japão está fadado a tornar-se mais sensível ao equilíbrio de poder asiático do que dos Estados Unidos, num hemisfério diferente e ante três direções — do Atlântico, do Pacífico e da América do Sul. A China, a Coreia e o sudeste da Ásia virão a ter para o Japão um significado bem diverso do que têm para os Estados Unidos e lançarão uma política externa japonesa mais autônoma e autoconfiante.

Quanto à Índia, que aparece atualmente como principal potência do sul da Ásia, sua política externa é, de muitas formas, o último vestígio do apogeu do imperialismo europeu, temperado pelas tradições de uma cultura antiga. Antes da chegada dos ingleses, o subcontinente não fora governado como unidade política por milênios. A colonização britânica se fez com pequenas forças militares, pois, de início, a população local as via apenas como a sucessão de um grupo de conquistadores por outro. Mas após a

criação de um governo unificado, o Império Britânico foi gradualmente solapado pelos mesmos valores de governo popular e nacionalismo cultural que importara para a Índia. Mesmo assim, como estado-nação a Índia é novata. Absorvida na luta para alimentar sua imensa população, a Índia participou superficialmente do movimento dos países não alinhados durante a Guerra Fria. Mas ainda falta assumir um papel proporcional ao seu tamanho no palco da política internacional.

Quer dizer, então, que nenhum dos países mais importantes que devem compor a nova ordem mundial têm qualquer experiência com o sistema de multiestados. Nenhuma nova ordem mundial teve de organizar-se a partir de tantos entendimentos diferentes ou em escala tão global. E nenhuma ordem anterior teve de combinar os atributos dos sistemas históricos de poder equilibrado com a opinião democrática global e a explosão tecnológica do período contemporâneo.

Retrospectivamente, todos os sistemas internacionais aparentam uma simetria inevitável. Uma vez estabelecidos, é difícil imaginar como poderia ter sido a história se outras escolhas fossem feitas, ou mesmo se outras escolhas seriam possíveis. Quando uma ordem internacional passa a existir, muitas escolhas podem abrir-se. Porém cada decisão limita as opções restantes. Considerando que a complexidade inibe a flexibilidade, as primeiras escolhas são especialmente cruciais. Se a ordem internacional é relativamente estável, como a que surgiu do Congresso de Viena, ou altamente volátil, como as da Paz da Vestfália e do Tratado de Versalhes, o que faz as sociedades componentes se sentirem seguras com o que consideram justo depende do grau em que conseguem conciliar.

Os dois sistemas internacionais mais estáveis — o do Congresso de Viena e o regido pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial — tinham em comum a vantagem de percepções uniformes. Os estadistas de Viena eram aristocratas que compreendiam o intangível da mesma maneira e concordavam sobre o fundamental. Os líderes americanos que moldaram o mundo de pós-guerra vinham de uma tradição intelectual de coerência e vitalidade extraordinárias.

A ordem que ora se forma terá de ser construída por estadistas que representam culturas imensamente diferentes. Eles administram vastas burocracias de complexidade tal que, com frequência, a energia desses homens é mais consumida no atendimento à máquina administrativa que na definição de uma finalidade. Tornaram-se superiores aos demais por qualidades não necessariamente indispensáveis para governar e ainda menos adequadas à construção de uma ordem internacional. E o único modelo disponível de um sistema de multiestados é aquele construído por sociedades ocidentais, que muitos participantes podem rejeitar.

Contudo, a ascensão e queda de ordens mundiais anteriores baseadas em muitos estados — da Paz da Vestfália à nossa época — é a única experiência para a qual podemos nos voltar na tentativa de compreender os desafios enfrentados pelos estadistas contemporâneos. O estudo da história não fornece um manual de instruções que possa ser seguido automaticamente; a história ensina por analogia, indicando consequências prováveis de situações comparáveis. Mas cada geração tem de verificar por si mesma quais circunstâncias são de fato comparáveis.

Os intelectuais analisam o funcionamento dos sistemas internacionais; os estadistas montam os sistemas. Há uma enorme diferença entre a visão do analista e do estadista. O analista pode escolher que tema estudar, enquanto os problemas do estadista lhe são impostos. O analista pode dedicar o tempo que quiser para chegar a uma conclusão clara; o maior problema do estadista é a pressão do tempo. O analista não corre risco algum; se suas conclusões estiverem erradas, pode escrever outro ensaio. Ao estadista dá-se apenas uma chance; seus erros são irreparáveis. O analista dispõe de todos os fatos e será julgado por sua capacidade intelectual. O estadista age a partir de estimativas que não se podem comprovar no momento, será julgado na história pela sensatez com que administrou a transformação inevitável e, sobretudo, pela maneira como haja preservado a paz. Por esse motivo, ver como os estadistas lidaram com o problema da ordem

mundial — o que funcionou ou falhou e por quê — não é a compreensão completa da diplomacia contemporânea, mas pode ser o seu começo.

2

As vertentes

Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson



Até o início deste século, a tendência isolacionista prevaleceu na política externa americana. Dois fatos, então, lançaram os Estados Unidos nas questões mundiais: seu poder em rápida expansão e o colapso gradual do sistema internacional com centro na Europa. Duas presidências da república marcaram o caminho: a de Theodore Roosevelt e a de Woodrow Wilson. Estes dois senhores detinham as rédeas do governo quando as questões mundiais atraíram para o torvelinho uma nação relutante. Ambos reconheciam que os Estados Unidos tinham um papel crucial a cumprir nas questões mundiais, mas justificaram o abandono do isolacionismo com filosofias opostas.

Roosevelt foi um analista sofisticado do equilíbrio de poder. Insistiu num papel internacional para os Estados Unidos porque os interesses nacionais o exigiam e porque um equilíbrio global de poder, para ele, era inconcebível sem a participação americana. Com Wilson a justificativa da atuação internacional era messiânica: os Estados Unidos tinham obrigação, não de equilibrar poderes, mas de propagar seus princípios pelo mundo. No governo Wilson, os Estados Unidos apareceram como peça fundamental nas questões mundiais, proclamando princípios que, apesar de refletirem os truísmos do pensamento americano, constituíam um desvio revolucionário para os diplomatas do Velho Mundo. Esses princípios sustentavam que a

paz advém da disseminação da democracia, que os estados devem ser julgados pelos mesmos critérios éticos válidos para as pessoas e que o interesse nacional consiste em aderir a um sistema legal universal.

Para os calejados veteranos da diplomacia europeia baseada no equilíbrio de poder, a opinião de Wilson quanto aos fundamentos, em última análise morais, da política externa soava estranha e até mesmo hipócrita. Mas a verdade é que o wilsonismo sobreviveu e a história passou por cima das ressalvas de seus contemporâneos. Wilson teve a visão de uma organização mundial, a Liga das Nações, que manteria a paz por segurança coletiva no lugar das alianças. Apesar de Wilson não ter conseguido convencer seu próprio país quanto ao seu mérito, a ideia permaneceu. É na batida do idealismo wilsoniano que marcha a política externa americana desde sua presidência, divisora de águas, até hoje.

A singular via americana para assuntos externos não se criou de uma só vez ou por uma inspiração solitária. Nos primeiros anos da república, a política externa americana foi, na verdade, uma expressão sofisticada do interesse nacional americano, o qual era, tão somente, reforçar a independência da nova nação. Como nenhum país europeu podia ameaçar os Estados Unidos se estivesse às turras com rivais, os Fundadores bem que souberam manipular o desprezado equilíbrio de poder quando lhes convinha; foram mesmo habilíssimos nas manobras com a França e a Inglaterra, não só para preservar a independência americana, mas para ampliar suas fronteiras. Como não queriam realmente que nenhum dos lados tivesse uma vitória decisiva nas guerras da Revolução Francesa, declararam neutralidade. Jefferson definiu as guerras napoleônicas como uma disputa entre a tirania de terra (França) e a tirania do mar (Inglaterra)¹ — em outras palavras, os contendores se equivaliam moralmente. Numa forma primitiva de não alinhamento, a nova nação descobriu as vantagens da neutralidade como peça de negociação, como têm feito muitas nações emergentes desde então.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos não levaram o repúdio aos antigos costumes do Velho Mundo até o ponto de abrir mão da

expansão territorial. Pelo contrário, desde o início, buscaram a expansão nas Américas com extraordinária constância. Após 1794, uma série de tratados determinaram as fronteiras com o Canadá e a Flórida de maneira favorável aos Estados Unidos, abriram o rio Mississippi ao comércio americano e fixaram o interesse comercial americano nas Antilhas Britânicas. O auge foi comprar da França a região de Louisiana, em 1803, o que trouxe ao jovem país um vasto e indefinido território a oeste do Mississippi, com reivindicações no território espanhol da Flórida e do Texas — uma base física para desabrochar em grande potência.

O imperador francês que efetuou a venda, Napoleão Bonaparte, deu uma explicação típica do Velho Mundo para a iníqua transação: “Esta aquisição de território firma para sempre o poder dos Estados Unidos e eu acabei de brindar a Inglaterra com um rival marítimo que, mais cedo ou mais tarde, vai lhe quebrar o orgulho”.² Aos estadistas americanos pouco importava a justificativa da França para vender seus bens. Para eles, o desdém pela política de poder do Velho Mundo nada tinha a ver com a expansão territorial dos Estados Unidos pela América do Norte, pois consideravam a marcha para o oeste um assunto interno americano e não um tema de política externa.

Dentro desse espírito, James Madison condenou a guerra como semente de todos os males — precursora de impostos, de exércitos e de todos os demais “instrumentos de botar muitos sob o domínio de poucos”.³ Seu sucessor, James Monroe, não via contradição em defender a expansão para o oeste, argumentando que era necessário fazer dos Estados Unidos uma grande potência:

Deve ser óbvio para todos que quanto mais longe for a expansão, desde que não vá além dos limites justos, maior será a liberdade de ação para os governos estaduais e federal, e mais sólida sua segurança. Sob todos os aspectos, é melhor para todo o povo americano. A extensão do território, maior ou menor, dá a uma nação muitas das suas características. Define o volume de seus recursos, da sua população, de sua força física. Marca, em suma, a diferença entre uma pequena e uma grande potência.⁴

Ainda assim, mesmo empregando ocasionalmente os métodos da política de poder europeia, os governos da nova nação mantiveram-se fiéis aos princípios que faziam seu país excepcional. As potências europeias entraram em inúmeras guerras para impedir que surgissem países dominadores. Nos Estados Unidos, a combinação de força e distância inspirava a confiança de que qualquer perigo poderia ser enfrentado *depois* de se apresentar. As nações europeias, com margens muito mais estreitas de sobrevivência, formavam coalizões contra a *possibilidade* de mudanças; os Estados Unidos eram suficientemente remotos para deixar que sua política só reagisse à *realidade* das mudanças.

Este era o fundamento geopolítico da advertência de George Washington contra “enredar-se” em alianças, fosse pela causa que fosse. Seria insensatez, disse ele, “enredarmo-nos, por vínculos artificiais, nas vicissitudes habituais da política europeia, ou nas combinações e conflitos habituais de suas amizades e inimizades. Nossa situação de distanciamento e desinteresse nos possibilita e convida a buscar um caminho diferente”.⁵

O país nascente recebeu o conselho de Washington não como preceito prático de geopolítica, mas como máxima moral. Fiéis depositários do princípio da liberdade, os Estados Unidos, com a maior naturalidade, interpretaram a segurança a eles conferida pelos grandes mares como obra e sinal da providência divina, passando a atribuir seus próprios atos a um vislumbre moral superior, e não à margem de segurança da qual não gozava nenhuma outra nação.

A ideia de que as constantes guerras da Europa se deviam aos métodos cínicos de sua ação de estado foi artigo de consumo corrente na política externa do início da República. Enquanto os governantes europeus baseavam seu sistema internacional na convicção de que se podia extrair harmonia do caldo de interesses egoístas opostos, os americanos visualizavam um mundo de estados parceiros e não de rivais desconfiados. Os americanos repeliam a noção europeia de que a moralidade dos estados e a das pessoas seguiam critérios diferentes. Segundo Jefferson, existia “apenas uma ética para homens e nações — ser grato, cumprir os compromissos

sob quaisquer circunstâncias, ser aberto e generoso, promovendo até mesmo os interesses de ambos os lados”.⁶

A retidão autossatisfeita dos americanos — às vezes tão desagradável para os estrangeiros — refletia o fato de a América não só ter rompido os vínculos legais que a prendiam à velha metrópole, mas abandonado de todo o sistema e os valores da Europa. Os americanos atribuíam a frequência das guerras europeias ao predomínio de instituições de governo que negavam os valores da liberdade e da dignidade humana. “Sendo a guerra o sistema de governo à moda antiga”, escreveu Thomas Paine, “a animosidade mútua entre as nações é simplesmente o que a política dos seus governos estimula com o fim de preservar o espírito do sistema [...] O homem não é inimigo do homem, a não ser em consequência de um falso sistema de governo”.⁷

A ideia de que a paz depende, acima de tudo, do fomento de instituições democráticas tem sido o pão nosso do pensamento americano até os dias de hoje. É de praxe considerar que democracias não guerreiam entre si. Alexander Hamilton, pelo menos, contestou a ideia de que repúblicas eram mais pacíficas que outras formas de governo:

Esparta, Atenas, Roma e Cartago, todas foram repúblicas, duas delas, Atenas e Cartago, de tipo comercial. No entanto, metiam-se a todo instante em guerras, ofensivas e defensivas, tanto quanto as monarquias vizinhas da mesma época [...] No governo da Inglaterra, os representantes do povo formam um dos ramos do legislativo. O comércio tem sido há séculos a atividade maior do país. E com tudo isso poucas nações terão guerreado mais que ela [...]⁸

Mas Hamilton era minoria. A maioria esmagadora dos líderes americanos sempre esteve, e ainda está, convencida de que os Estados Unidos têm a missão especial de difundir seus valores como contribuição à paz mundial. Como sempre, as divergências atinham-se ao método. Deveriam os Estados Unidos promover com militância instituições livres como objetivo principal de sua política externa? Ou contar com o impacto do exemplo?

A opinião dominante no período inicial da república era de que a nação recém-nascida melhor serviria à causa democrática praticando em casa suas virtudes. Nas palavras de Thomas Jefferson, um “governo republicano sólido e justo” nos Estados Unidos seria “um monumento e um exemplo permanentes” para os povos do mundo.⁹ Um ano depois, Jefferson retomou o tema de que os Estados Unidos efetivamente “agiam pela humanidade inteira”: “[...] circunstâncias negadas a outros, porém a nós largamente concedidas, impuseram-nos o dever de mostrar em que grau de liberdade e de autogoverno uma sociedade pode aventurar-se a deixar seus membros individuais”.¹⁰

A ênfase que os governos americanos deram aos fundamentos morais da conduta dos Estados Unidos, e ao seu significado como símbolo de liberdade, levou a uma rejeição dos truísmos da diplomacia europeia: de que o equilíbrio de poder obtinha harmonia da competição de interesses egoístas; e de que considerações de segurança invalidavam os princípios de direito civil; em outras palavras, que os fins do estado justificavam seus meios.

Essa posição sem precedentes era ostentada por um país que prosperava no século XIX, com suas instituições funcionando bem e seus valores reafirmados. Os Estados Unidos não viam conflito entre altos princípios e as necessidades de sobrevivência. Com o tempo, a invocação da moralidade como meio de solucionar conflitos internacionais produziu uma espécie singular de ambivalência e um tipo bem americano de angústia. Se os americanos eram obrigados a revestir sua política externa com o mesmo grau de retidão aplicado a suas vidas pessoais, como analisar a segurança? Levando ao extremo, isso significaria que a sobrevivência se subordinava à moralidade? Ou a devoção americana às instituições livres conferia uma aura automática de moralidade mesmo aos atos mais visivelmente interesseiros? E se isso era verdade, como diferia do conceito europeu de *raison d'état*, de que os atos de uma nação só se julgam pelo resultado?

Os professores Robert Tucker e David Hendrickson descrevem com brilho essa ambivalência do pensamento americano:

O grande dilema da estadística de Jefferson residiu em sua renúncia aos meios em que os estados sempre se fiaram para garantir sua segurança e atingir seus objetivos e na simultânea relutância em renunciar às próprias ambições que normalmente exigem o emprego desses meios. Queria, em outras palavras, que os Estados Unidos gozassem de ambas as situações — pudessem saborear os frutos do poder sem as consequências normais do seu exercício.¹¹

Até hoje, a oposição entre as duas maneiras de ver é um dos grandes temas da política externa americana. Em 1820, os Estados Unidos descobriram um meio-termo que possibilitou utilizá-las ambas até depois da Segunda Guerra Mundial. O país continuava a criticar severamente o que ocorria do outro lado do oceano como o resultado repreensível da política de equilíbrio de poder, enquanto cuidava da própria expansão por toda a América do Norte como “destino manifesto”.

Até a virada do século XX, a política externa americana foi muito simples: realizar o destino manifesto do país e evitar envolvimento no exterior. Os Estados Unidos eram a favor de governos democráticos onde isso fosse possível, mas sem recorrer à ação para impor essa preferência. John Quincy Adams, então secretário de estado, resumiu esta atitude em 1821:

Onde o modelo de liberdade e independência foi ou venha a ser implantado, lá estará o coração da América, suas bênçãos e suas preces. Porém os Estados Unidos não saem em busca de monstros para destruir. São simpatizantes da causa da liberdade e independência para todos. Mas paladinos só das suas.¹²

O outro lado da moeda dessa política de autodomínio foi a decisão de excluir das Américas a política de poder europeia, se necessário empregando alguns dos métodos da diplomacia europeia. A Doutrina Monroe, que proclamou esta política, decorreu da ideia da Santa Aliança — composta de Prússia, Rússia e Áustria — de tentar reprimir a revolução na Espanha, na década de 1820. Contrária, em princípio, às intervenções em assuntos internos, a Inglaterra também não quis apoiar a Santa Aliança no hemisfério ocidental.

O ministro de relações exteriores inglês, George Canning, propôs aos Estados Unidos uma ação conjunta a fim de manter as colônias espanholas na América fora do alcance da Santa Aliança. Queria que, malgrado o que ocorresse na Espanha, nenhuma potência europeia controlasse a América Latina. Sem suas colônias, a Espanha não seria tão cobiçada, raciocinou Canning, e isso evitaria a intervenção ou a tornaria irrelevante.

John Quincy Adams compreendeu a teoria inglesa, mas não acreditou nos motivos. Era muito recente a ocupação inglesa de Washington, em 1812, para que os Estados Unidos tomassem o partido de sua antiga mãe-pátria. Então Adams insistiu para que o presidente Monroe excluísse das Américas o colonialismo europeu como decisão unilateral americana.

A Doutrina Monroe, de 1823, transformou o oceano em um fosso de separação entre a Europa e os Estados Unidos. Até então, a regra de ouro da política externa americana era que os Estados Unidos não se envolveriam em disputas europeias de poder. A Doutrina Monroe deu outro passo ao declarar que a Europa não devia se envolver em assuntos americanos. E a ideia de Monroe do que eram assuntos americanos — de todo o hemisfério ocidental — era de fato extensa.

Além disso, a Doutrina Monroe não se limitava a declarações de princípios. Ousadamente avisou as potências europeias de que a nova nação iria à guerra para preservar o continente americano. Os Estados Unidos considerariam a extensão do poder europeu “a qualquer parte deste hemisfério como ameaçadora à nossa paz e segurança”.¹³

Finalmente, em linguagem menos eloquente, porém mais explícita que a utilizada por seu secretário de estado dois anos antes, o presidente Monroe repudiou qualquer intervenção nas controvérsias europeias: “Jamais tomamos parte nas guerras entre as potências europeias sobre questões que lhes dizem respeito, e não estaria de acordo com nossa linha política fazê-lo”.¹⁴

Os Estados Unidos, ao mesmo tempo, davam as costas à Europa e desimpediam-se para a expansão no hemisfério ocidental. Sob o guarda-chuva da Doutrina Monroe, os Estados Unidos poderiam seguir políticas nada diferentes dos sonhos de qualquer rei europeu — expandir comércio e influência, anexar territórios — em suma, transformar-se em Grande Potência sem ser necessária uma política de poder. O anseio de expansão dos Estados Unidos e sua convicção de serem um país mais puro e principista que qualquer nação da Europa jamais se opuseram. Não considerando expansão como política externa, os Estados Unidos poderiam utilizar seu poder para o domínio — sobre os índios, sobre o México, no Texas — e fazê-lo de consciência tranquila. Em poucas palavras, a política externa dos Estados Unidos era não ter política externa.

Assim como Napoleão em relação à compra da Louisiana, Canning podia vangloriar-se de ter dado vida ao Novo Mundo para corrigir o equilíbrio do Velho, pois a Inglaterra indicou que apoiaria a Doutrina Monroe com a Royal Navy. Mas os Estados Unidos corrigiriam o equilíbrio de poder europeu só ao ponto de deixar a Santa Aliança fora do continente americano. No resto, as potências europeias teriam de manter o equilíbrio sem a participação americana.

Pelo restante do século, o principal tema da política externa americana foi expandir a aplicação da Doutrina Monroe. Em 1823, esta doutrina advertira as potências europeias que se mantivessem longe do continente americano. No centenário da doutrina, seu significado ampliara-se gradualmente para justificar a hegemonia americana no continente. Em 1845, o presidente Polk explicou a incorporação do Texas aos Estados Unidos como necessária para impedir que, estado independente, ele se tornasse “aliado ou dependente de alguma nação estrangeira mais poderosa que ele próprio” e, assim, uma ameaça à segurança americana.¹⁵ Em outras palavras, a Doutrina Monroe justificava a intervenção americana não só contra uma ameaça existente, mas contra qualquer possibilidade de ameaça — tal qual o equilíbrio de poder europeu.

A Guerra de Secessão interrompeu brevemente a preocupação americana com a expansão territorial. O interesse maior de Washington em política externa foi evitar que se formasse uma Confederação do Sul reconhecida por países europeus. Buscando um sistema de multiestados na América do Norte, conseguiriam uma política de equilíbrio de poder da diplomacia europeia. Mas já em 1868 o presidente Andrew Johnson retomou a velha posição de justificar a expansão com a Doutrina Monroe, dessa vez na compra do Alasca: "A posse ou controle estrangeiro daquelas comunidades têm impedido o crescimento e prejudicado a influência dos Estados Unidos. Revolução e anarquia crônicas lá seriam igualmente prejudiciais".¹⁶

Algo mais que a expansão em todo o hemisfério ocidental ocorria, praticamente despercebido pelas chamadas Grandes Potências — um novo membro entrava no clube ao tornarem-se os Estados Unidos a nação mais poderosa do mundo. Em 1885, os Estados Unidos haviam ultrapassado em produção industrial a Inglaterra — considerada na época a maior potência industrial do mundo. Na virada do século, os Estados Unidos consumiam mais energia que a Alemanha, a França, a Áustria-Hungria, a Rússia, o Japão e a Itália juntos.¹⁷ Entre a Guerra de Secessão e a virada do século, a produção americana de carvão cresceu 800%, a de trilhos de aço 523%, as linhas férreas 567% e a produção de trigo 256%. A imigração contribuiu para dobrar a população americana. E o processo de crescimento devia se acelerar.

Nenhuma nação experimentou jamais tal aumento de poder sem procurar traduzi-lo em influência global. Os líderes americanos foram tentados. Seward, secretário de estado do presidente Andrew Johnson, sonhava com um império que incluiria o Canadá e grande parte do México, estendendo-se pelo Pacífico. O governo Grant queria anexar a República Dominicana e considerou adquirir Cuba. Eram iniciativas que os governantes europeus de então, Disraeli ou Bismarck, teriam compreendido e aprovado.

Mas o senado americano continuava voltado para as prioridades internas e derrubou todos os projetos expansionistas. Manteve

pequeno o exército (25 mil homens) e a marinha fraca. Até 1890, o exército americano era o 14º na classificação mundial, atrás da Bulgária, e a marinha americana menor que a italiana, apesar de a força industrial americana ser 13 vezes a da Itália. Os Estados Unidos não participavam de conferências internacionais e eram tratados como potência de segunda classe. Em 1880, quando a Turquia teve de reduzir seus efetivos diplomáticos, extinguiu as embaixadas na Suécia, na Bélgica, nos Países Baixos e nos Estados Unidos. Na mesma época, um diplomata alemão em Madri sugeriu um corte em seus vencimentos para não ser mandado para um posto em Washington.¹⁸

Mas quando um país atinge o nível de poder dos Estados Unidos do pós-Guerra Civil, não resistirá para sempre à tentação de revestir esse poder com importância na arena mundial. No fim da década de 1880, os Estados Unidos começaram a tratar de sua marinha, até então menor que as do Chile, do Brasil e da Argentina. Em 1889, o secretário da marinha, Benjamin Tracy, batalhava por uma esquadra de encouraçados e o historiador naval Alfred Thayer Mahan formulou sua racionalização.¹⁹

Embora de fato a Marinha Real inglesa tenha protegido a América de incursões europeias, os americanos não viam a Inglaterra como a protetora do país. Durante o século XIX, a Inglaterra foi considerada o maior obstáculo dos interesses americanos e a Royal Navy sua ameaça estratégica mais séria. Não é de surpreender que ao começarem a exercitar os músculos, os Estados Unidos tenham tentado acabar com a influência da Inglaterra nas Américas, invocando a Doutrina Monroe, tão estimulada pela própria Inglaterra.

Os Estados Unidos não foram nada sutis nesse desafio. Em 1895, o secretário de estado Richard Olney invocou a Doutrina Monroe para advertir a Inglaterra com uma referência forte às desigualdades de poder. "Hoje", escreveu ele, "os Estados Unidos são um país praticamente soberano neste continente e sua palavra é lei nos assuntos onde se faz ouvir. Os infinitos recursos, combinados com a posição isolada, fazem-nos donos da situação, praticamente

invulneráveis a uma ou a todas as outras potências”.²⁰ A renúncia americana à política de poder claramente não se aplicava ao hemisfério. Em 1902, a Inglaterra desistiu de pretender um papel na América Central.

Proeminentes no hemisfério, os Estados Unidos começaram a aparecer no quadro mais amplo das questões internacionais. Tinham se tornado potência mundial quase sem querer. Atravessando o continente, firmaram sua superioridade por todo o litoral, sempre reafirmando que não tinham o menor desejo de fazer uma política externa de grande potência. No final do processo, os Estados Unidos ostentavam o grau de poder que os tornou fator internacional, malgrado suas preferências. Os líderes americanos podiam insistir que sua política externa básica era servir de “farol” para o resto da humanidade, mas na verdade alguns começaram a perceber que o poder dos Estados Unidos lhes dava voz nos assuntos do momento e que não era preciso esperar que a humanidade inteira virasse democrática para só então fazer parte do sistema internacional.

Ninguém o disse com mais precisão que Theodore Roosevelt. Ele foi o primeiro presidente a pregar a obrigação americana de fazer sua influência sentida globalmente, e a relacionar os Estados Unidos com o mundo nos termos de um conceito de interesse nacional. Como seus antecessores, Roosevelt estava convencido do bom papel que os Estados Unidos deviam ter no mundo. Mas ao contrário deles, Roosevelt sustentava que os interesses reais de política externa americanos iam muito além da simples ideia de “não se enredar”. Roosevelt partia da premissa de que os Estados Unidos eram uma potência como qualquer outra, não uma encarnação singular da virtude. Se seus interesses colidiam com os de outros países, tinham a obrigação de valer-se da sua força para triunfar.

Como primeiro passo, Roosevelt deu à Doutrina Monroe sua interpretação mais intervencionista ao identificá-la com as doutrinas imperialistas da época. No que chamou de “corolário” da Doutrina Monroe, ele proclamou, a 6 de dezembro de 1904, um direito geral de intervenção por “alguma nação civilizada” que, no continente americano, somente os Estados Unidos tinham o direito de exercer

“[...] no hemisfério ocidental a fidelidade dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode obrigá-los, por maior que seja sua relutância, em casos flagrantes de injustiças ou de incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional”.²¹

A prática de Roosevelt precedera-lhe a pregação. Em 1902, os Estados Unidos forçaram o Haiti a saldar suas dívidas com bancos europeus. Em 1903, atijaram a agitação no Panamá até uma revolta de grandes proporções. Com ajuda americana, a população local arrancou sua independência da Colômbia, mas não sem antes Washington estabelecer a Zona do Canal sob a soberania dos Estados Unidos, em ambos os lados do que iria ser o Canal do Panamá. Em 1905, os Estados Unidos estabeleceram um protetorado financeiro na República Dominicana. E em 1906, tropas americanas ocuparam Cuba.

Para Roosevelt, a diplomacia vigorosa no hemisfério fazia parte do novo papel mundial dos Estados Unidos. Os dois oceanos já não eram largos o suficiente para isolar a América do resto do mundo. Os Estados Unidos deviam ser atores no palco internacional. Foi o que Roosevelt declarou, em 1902, em mensagem ao congresso: “Cada vez mais a crescente interdependência e a complexidade das relações políticas e econômicas internacionais tornam obrigação de todas as potências civilizadas que prezam a ordem insistir no policiamento adequado do mundo”.²²

Roosevelt tem uma posição histórica muito própria na abordagem norte-americana das relações internacionais. Nenhum presidente definiu o papel global americano tão em termos do interesse nacional, ou identificou tanto o interesse nacional com o equilíbrio de poder. Roosevelt partilhava da opinião dos seus compatriotas, de que os Estados Unidos eram a esperança do mundo. Mas ao contrário da maioria deles, não achava que pudessem preservar a paz ou cumprir seu destino apenas praticando virtudes cívicas. Quanto à natureza da ordem mundial, estava muito mais próximo de Palmerston e Disraeli que de Thomas Jefferson.

O grande presidente deve ser um educador, fazendo a ponte entre o futuro e a experiência do seu povo. Roosevelt ofereceu uma doutrina especialmente severa a um povo criado na crença de que a paz é a condição normal entre as nações, de que não há diferença entre moralidade pública e pessoal e de que os Estados Unidos estavam protegidos dos conflitos que afetavam o resto do mundo. Pois Roosevelt refutou todas essas noções. Para ele, a vida internacional era uma luta e a lei de Darwin da sobrevivência dos mais aptos era melhor guia da história que a moralidade pessoal. Na visão de Roosevelt, os humildes só herdavam a terra se fossem fortes. Para ele, os Estados Unidos não eram uma causa mas uma grande força — potencialmente a maior. Queria ser o presidente que levasse o país ao palco mundial, onde moldaria o século XX como a Inglaterra dominara o século XIX — como nação de força imensa, decida a agir com moderação e sabedoria em prol da estabilidade, da paz e do progresso.

Roosevelt não tolerava as beatitudes que dominavam o pensamento americano de política externa. Não atribuía eficácia ao direito internacional. O que uma nação não pudesse proteger por seu próprio poder não seria garantido pela comunidade internacional. Rejeitava o desarmamento, que aparecia então como tema internacional:

Ainda não há possibilidade de se estabelecer um poder internacional [...] efetivamente capaz de enfrentar o mal, e sendo assim é uma tolice, é péssimo para uma ilação grande e livre, privar-se do poder de proteger seus próprios direitos e até, em casos excepcionais, de defender os direitos de terceiros. Nada ajudaria mais a iniquidade [...] do que os povos livres e esclarecidos [...] deliberadamente tornarem-se impotentes, deixando armados despotismos e barbarismos de toda espécie.²³

Roosevelt foi ainda mais contundente na questão do governo mundial:

Considero abominável a atitude de Wilson-Bryan de confiar em fantásticos tratados de paz, em promessas impossíveis, em todos os tipos de pedaços de papel sem nenhum apoio de força eficaz. É infinitamente melhor para uma nação e para o mundo manter em política

externa as tradições de um Frederico, o Grande, ou de Bismarck, que adotar a postura de Bryan ou Bryan-Wilson como posição nacional permanente [...] Uma integridade moral de água com açúcar, desamparada de força, é muitíssimo pior, muito mais nociva, que a força de todo divorciada da boa moral.²⁴

Em um mundo regulado pela força, Roosevelt julgava que a ordem natural das coisas estava no conceito das “esferas de influência”, que atribuía preponderância sobre grandes áreas a certas potências, por exemplo, os Estados Unidos no hemisfério ocidental, a Inglaterra no subcontinente indiano. Em 1908, Roosevelt concordou com a ocupação japonesa da Coreia porque, em seu pensar, as relações Japão-Coreia deviam determinar-se pelo poder relativo de cada país, não por dispositivos de um tratado ou pelo direito internacional:

A Coreia é absolutamente do Japão. Bem verdade que por tratado se estabeleceu que a Coreia deveria ser independente. Mas a própria Coreia foi incapaz de cumprir o tratado, e ninguém poderia supor que outra nação [...] faria pelos coreanos o que eram totalmente incapazes de fazer por si mesmos.²⁵

Com Roosevelt enunciando pontos de vista tão europeus, não causa espanto que olhasse o equilíbrio de poder global com uma sofisticação sem paralelo em nenhum outro presidente americano, salvo, talvez, Richard Nixon. A princípio, Roosevelt não viu necessidade de envolver os Estados Unidos nas realidades do equilíbrio de poder europeu, por achar que ele era automático. Mas deixou claro que, se estivesse errado, levaria a América a providenciar a manutenção daquele equilíbrio. Aos poucos, Roosevelt foi vendo na Alemanha a ameaça ao equilíbrio europeu e identificando o interesse nacional americano com os da Inglaterra e da França.

Isso ficou claro em 1906, na Conferência de Algeciras, reunida para resolver o futuro do Marrocos. A Alemanha, que queria uma política de “porta aberta” para impedir o predomínio francês, insistiu na inclusão de um representante americano por acreditar que os

Estados Unidos tinham grandes interesses comerciais ali. Afinal, o cônsul americano no Marrocos compareceu, mas sua atuação decepcionou os alemães. Roosevelt subordinou os interesses comerciais americanos — que de qualquer maneira não eram grandes — à sua visão geopolítica. Esta foi expressa por Henry Cabot Lodge em carta a Roosevelt, no auge da crise marroquina. “A França”, disse ele, “deverá ficar conosco e com a Inglaterra — em nossa zona e em nosso esquema. É o mais correto, econômica e politicamente”.²⁶

Se na Europa Roosevelt considerava a Alemanha a ameaça principal, na Ásia ocupava-se das aspirações russas e, conseqüentemente, favorecia o Japão, maior rival da Rússia. “Não há nação no mundo que tenha, mais que a Rússia, em suas mãos os acontecimentos dos anos futuros”, declarou Roosevelt.²⁷ Em 1904, coberto por uma aliança com a Inglaterra, o Japão atacou a Rússia. Apesar de proclamar a neutralidade americana, Roosevelt tendeu para o Japão. Uma vitória russa, argumentou, seria “um golpe para a civilização”.²⁸ E quando o Japão aniquilou a esquadra russa, ele exultou: “Estou extremamente satisfeito com a vitória japonesa, pois o Japão faz o nosso jogo”.²⁹

Ele queria a Rússia enfraquecida, mas não totalmente eliminada do equilíbrio de poder, pois, segundo as máximas da diplomacia do equilíbrio de poder, um enfraquecimento excessivo da Rússia apenas trocaria a ameaça russa pela ameaça japonesa. Roosevelt percebeu que o resultado melhor para os interesses americanos seria a Rússia “ficar frente a frente com o Japão, um com efeito moderador sobre o outro”.³⁰

Com realismo geopolítico em vez de altruísmo magnânimo, Roosevelt convidou os dois países beligerantes a mandarem representantes à sua casa em Oyster Bay para discutirem um tratado de paz que limitasse a vitória japonesa e preservasse o equilíbrio no Extremo Oriente. Roosevelt tornou-se o primeiro americano a receber o Prêmio Nobel da Paz por articular um acordo baseado em máximas como o equilíbrio de poder e as esferas de

influência que soariam tão antiamericanas depois de Wilson, seu sucessor.

Em 1914, Roosevelt assumiu, de início, uma posição de mera observação clínica sobre a invasão alemã da Bélgica e de Luxemburgo, mesmo se tratando da violação flagrante dos tratados que estabeleceram a neutralidade desses dois países: “Não tomo partido no que diz respeito à ignorância ou violação desses tratados. Gigantes em luta de vida ou morte, quando se engalfinham, inevitavelmente pisam em quem estiver no caminho de um ou outro combatente, *a menos que seja perigoso*”.³¹

Meses depois do início da guerra na Europa, Roosevelt reverteu seu julgamento inicial sobre a violação da neutralidade belga, mas, caracteristicamente, não o preocupava a ilegalidade da invasão alemã e sim a ameaça que representava para o equilíbrio de poder: “[...] não achais que a Alemanha vencendo esta guerra, eliminando a esquadra inglesa e destruindo o Império Britânico, em um ano ou dois vai querer assumir a posição dominante nas Américas Central e do Sul?”.³²

Pediu um rearmamento maciço para que os Estados Unidos pudessem jogar o seu peso na balança a favor da Tríplice Entente (a colaboração de Inglaterra, França e Rússia). Ele considerava uma vitória alemã possível, e perigosa para os Estados Unidos. A vitória das Potências Centrais (Alemanha e Império Austro-Húngaro) acabaria com a proteção da marinha inglesa, permitindo ao imperialismo alemão firmar-se no hemisfério ocidental. Roosevelt considerava o controle naval britânico do Atlântico mais seguro que a hegemonia alemã, devido a fatores intangíveis, a afinidade cultural, a experiência histórica. As fortes ligações culturais entre a Inglaterra e os Estados Unidos não tinham similar nas relações americanas com a Alemanha. Ademais, os Estados Unidos estavam habituados a ver a Inglaterra governando os mares, além de sentirem-se bem com a ideia, e não desconfiavam mais de projetos expansionistas ingleses nas Américas. Já a Alemanha era olhada com apreensão. Em 3 de outubro de 1914, Roosevelt escreveu ao embaixador inglês em Washington (deixando de lado sua opinião

anterior de que era inevitável o desrespeito alemão da neutralidade belga): “Fosse eu presidente, teria agido contra a Alemanha no dia 30 ou 31 de julho”.³³

Em carta a Rudyard Kipling, um mês depois, Roosevelt atribuiu a dificuldade de levar a força americana a influenciar na guerra europeia às convicções do povo americano, avesso a uma linha de ação tão aberta em termos de política de poder:

Se eu fosse defender tudo em que acredito, não teria nenhuma influência. Nosso povo não me seguiria, tem uma visão limitada e não compreende assuntos internacionais. O vosso também tem visão limitada, porém não tanto quanto o nosso, nessas questões [...] Graças à extensão do oceano, nossa gente não vê o que temer na presente contenda e não sente nenhuma responsabilidade a respeito.³⁴

Se o pensamento americano sobre política externa parasse em Theodore Roosevelt, seria descrito como a evolução dos princípios de estado europeus tradicionais, adaptados às condições americanas. E Roosevelt seria o presidente quando os Estados Unidos, fixada sua posição dominante nas Américas, começaram a fazer sentir seu peso como potência mundial. Mas o pensamento americano não terminou com Roosevelt, nem poderia. O líder que restringe o seu papel à experiência de seu povo condena-se à estagnação; o líder que passa por cima da experiência de seu povo corre o risco de não ser compreendido. Nem sua experiência nem seus valores permitiram aos Estados Unidos representarem o papel imaginado por Roosevelt.

Numa dessas ironias da história, os Estados Unidos vieram a ter, enfim, o papel principal que Roosevelt imaginava. Ocorreu ainda em vida de Roosevelt, mas segundo princípios que ele abominava e sob um presidente por quem só tinha desdém. Woodrow Wilson personificou a ideia da especial singularidade americana e deu origem ao que seria a escola intelectual dominante em política externa dos Estados Unidos — escola cujos preceitos Roosevelt, na melhor das hipóteses, considerava irrelevantes e na verdade julgava mesmo contrários aos interesses americanos de longo prazo.

Por todos os princípios clássicos de ação de estado, Roosevelt tem — de longe — a melhor posição entre estes dois grandes presidentes dos Estados Unidos. Mesmo assim foi Wilson quem prevaleceu: um século depois, Theodore Roosevelt é lembrado por seus feitos, mas foi Wilson quem moldou o pensamento americano. Roosevelt captou bem como funcionava a política entre as nações que conduziam, na época, os assuntos mundiais — nenhum presidente americano teve visão mais precisa da operação dos sistemas internacionais. Wilson percebeu, no entanto, as razões primárias da motivação americana, das quais talvez a principal fosse apenas que os Estados Unidos não se achavam iguais a ninguém. Careciam das bases teóricas e práticas para o exercício da diplomacia europeia, de adaptações contínuas às nuances do poder, a partir de uma postura de neutralidade moral com o fim único de preservar um equilíbrio em constante transformação. Com todas essas realidades e lições do poder, a convicção firme do povo americano tem sido de que seu caráter excepcional está na prática e na propagação da liberdade.

Os americanos só seriam levados a grandes feitos por uma visão do seu país como excepcional. Por maior que fosse a identificação intelectual com os modos da diplomacia das Grandes Potências, Roosevelt não foi capaz de persuadir seus conterrâneos da necessidade de entrar na Primeira Guerra Mundial. Wilson, por sua vez, trabalhou as emoções do povo com argumentos moralmente elevados e devidamente incompreensíveis para os líderes estrangeiros.

O feito de Wilson foi admirável. Ao rejeitar a política de poder, soube tocar o povo americano. Acadêmico que chegara à política relativamente tarde, foi eleito devido a uma dissidência no Partido Republicano entre Taft e Roosevelt. Wilson viu que o isolacionismo instintivo dos americanos só poderia ser vencido por um apelo à convicção da natureza excepcional dos seus ideais. Passo a passo, ele conduziu um país isolacionista para a guerra, primeiro exibindo um governo devotado à paz através de uma defesa fervorosa da neutralidade. E fê-lo negando qualquer interesse, afirmando que os

Estados Unidos não buscavam outro benefício além da vindicação de seus princípios.

Em sua primeira mensagem sobre o Estado da União, dia 2 de dezembro de 1913, Wilson esboçou o que veio a ser conhecido como wilsonismo. O direito universal e não o equilíbrio, a confiabilidade nacional e não a autoafirmação nacional eram os fundamentos da ordem internacional na visão de Wilson. Solicitando a ratificação de vários tratados de arbitramento, Wilson argumentou que o arbitramento irrecorrível, e não a força, deveria ser o método para a solução de disputas internacionais:

Há um só padrão possível de solucionar controvérsias entre os Estados Unidos e outras nações, composto de dois elementos: nossa honra e nossas obrigações com a paz do mundo. Esse é o critério que deve orientar tanto as novas obrigações dos tratados como a interpretação daquelas já assumidas.³⁵

Nada mais aborrecia Roosevelt que princípios pretensiosos, desprovidos de poder e de vontade executiva. Ele escreveu a um amigo: "Se é preciso escolher entre uma política de ferro e sangue e uma de água com açúcar [...] sou pela de ferro e sangue, sem dúvida. É melhor não só para a nação mas, a longo prazo, para o mundo".³⁶

A proposta de Roosevelt de responder à guerra na Europa com o aumento dos gastos de defesa não fazia sentido para Wilson. Em sua segunda mensagem Estado da União, de 8 de dezembro de 1914, com a guerra europeia em fogo cerrado havia quatro meses, Wilson rejeitou aumentar o armamento dos Estados Unidos, por significar que "haveríamos perdido nosso autocontrole" em consequência de uma guerra "cujas causas não nos tocam, cuja própria existência nos dá oportunidades para a amizade e a assistência imparcial [...]".³⁷

A influência americana, do ponto de vista de Wilson, dependia do seu desinteresse; era preciso preservar-se para, ao cabo, atuar como árbitro confiável entre as partes em guerra. Roosevelt dissera que a guerra na Europa, em especial uma vitória alemã, ameaçaria a

segurança americana. Wilson sustentava que a América era essencialmente desinteressada, devendo sair como mediadora. Dada sua fé em valores mais altos que equilíbrios de poder, a guerra na Europa oferecia-lhe agora a chance única de bater-se por uma atitude nova e mais nobre nas questões internacionais.

Roosevelt ridicularizava tais ideias e acusava Wilson de usar dos sentimentos isolacionistas para sua reeleição em 1916. Na realidade, a dinâmica da política de Wilson era exatamente o contrário do isolacionismo. O que Wilson pregava não era a retirada da América do mundo, mas a aplicação universal dos seus valores e, eventualmente, o esforço americano em propagá-los. Wilson reafirmou o que era o senso comum tradicional desde Jefferson, porém agora a serviço de uma ideologia messiânica:

- A missão americana transcende a diplomacia ordinária, penhorando-a em modelo de liberdade para o restante do mundo.
- A política externa das democracias é moralmente superior, pois os povos são em si amantes da paz.
- A política externa deve refletir os padrões morais da ética pessoal.
- O estado não tem direito a uma moralidade em separado.

Wilson deu uma dimensão universal a estas declarações sobre o excepcionalismo moral americano:

De temer o poder de outra nação, somos incapazes. Não nos perturba rivalidade em comércio ou noutra realização pacífica. Nossa intenção é melhor viver nossas vidas; é também deixar viverem os outros. Somos, de fato, o bom amigo de todas as nações do mundo, pois a nenhuma ameaçamos, os bens de nenhuma cobizamos, não desejamos de nenhuma o fim.³⁸

País algum associou jamais seu direito à liderança ao seu altruísmo. As nações sempre buscaram ser julgadas pela adequação de seus interesses nacionais aos de outras sociedades. Todavia, de Woodrow Wilson a George Bush, os presidentes americanos têm

invocado o desinteresse do país como o atributo crucial do papel de líder; nem Wilson, nem seus discípulos posteriores, até o presente, consideram que, para líderes estrangeiros adeptos de máximas menos nobres, o apelo americano ao altruísmo inculca uma certa imprevisibilidade; o interesse nacional pode ser avaliado, o altruísmo depende da definição que lhe dê o praticante.

Para Wilson, no entanto, a natureza altruística da sociedade americana era prova da escolha de Deus: “É como se pela Providência Divina um continente estivesse intacto, à espera de um povo pacífico, amante da liberdade e dos direitos do homem acima de qualquer outra coisa, que nele chegasse e criasse uma nação não egoísta”.³⁹

Crer que as metas americanas eram de disposição divina implicava um papel global muito mais amplo que qualquer outro imaginado por Roosevelt. Pois o anelo deste não foi mais que aperfeiçoar o equilíbrio de poder e dar ao papel americano um valor proporcional à sua força crescente. Na concepção de Roosevelt, os Estados Unidos seriam uma nação entre muitas — mais poderosa que a maioria e parte de um grupo de elite de grandes potências —, mas ainda assim sujeita às regras históricas do equilíbrio.

Wilson tirou a América para um plano inteiramente desligado de tais considerações. Desdenhando do equilíbrio de poder, insistiu que o papel americano era “não o de mostrar [...] nosso egoísmo, mas nossa grandeza”.⁴⁰ Sendo isso verdade, os Estados Unidos não tinham o direito de guardar seus valores para si mesmos. Já em 1915, Wilson formulou a doutrina sem precedentes de que a segurança americana era inseparável da segurança de *todo* o resto da humanidade. Com o que era obrigação dos Estados Unidos, daí em diante, opor-se à agressão *em toda parte*:

[...] porque exigimos o desenvolvimento não perturbado e o rumo sereno das nossas próprias vidas, segundo nossos princípios de justiça e liberdade, nós nos indignamos, de onde quer que venha, com a agressão que nós mesmos não praticamos. Fazemos questão de ter segurança no percurso das linhas por nós escolhidas para o desenvolvimento nacional. Vamos além. Exigimo-lo, também, para as outras nações. Não limitamos

nosso entusiasmo pela liberdade individual e pelo desenvolvimento nacional livre à evolução e aos movimentos das questões que apenas a nós dizem respeito. Esse nosso sentimento está presente onde quer que haja um povo que tente trilhar os difíceis caminhos da independência e da justiça.⁴¹

Ver os Estados Unidos como o bom policial global foi um prenúncio da “política de contenção” que seria adotada após a Segunda Guerra Mundial.

Mesmo em sua melhor forma, Roosevelt jamais poderia imaginar um sentimento tão arrebatador pressagiando o intervencionismo mundial. E era ele o estadista-guerreiro; Wilson era o sacerdote-profeta. Acontece que os estadistas, mesmo os guerreiros, enxergam o mundo em que vivem; já para os profetas, o mundo “real” é aquele ao qual querem dar vida.

Wilson transformou aquilo que começara como reafirmação da neutralidade americana em uma série de propostas que estabeleciam os fundamentos de uma cruzada global. Do ponto de vista de Wilson, não havia uma diferença essencial entre liberdade para os Estados Unidos e liberdade para o mundo. Provando que não fora em vão o tempo gasto nas conferências acadêmicas, onde exegeses minuciosas são a tônica, ele montou uma interpretação extraordinária do que George Washington realmente quisera dizer quando advertiu contra embrulhos no estrangeiro. Wilson redefiniu “estrangeiro” de uma forma que certamente teria causado espanto ao primeiro presidente. O que Washington afirmara, segundo Wilson, é que os americanos deveriam evitar o envolvimento com os *propósitos* dos outros. Mas, argumentou Wilson, nada que diz respeito à humanidade “pode ser estranho ou indiferente a nós”.⁴² Os Estados Unidos estavam, assim, documentados para sair pelo mundo.

Que extraordinária celebração tirar uma carteira de intervenção global do mandado dos Fundadores contra enredos externos e elucubrar uma filosofia de neutralidade que tornava a guerra inevitável! À medida que Wilson empurrava lentamente o país para a guerra mundial descrevendo suas visões de um mundo melhor, ele

suscitou uma vitalidade e um idealismo que pareciam justificar a hibernação dos Estados Unidos por um século, para que pudesse agora entrar na arena internacional com um dinamismo e uma pureza estranhos a seus parceiros mais curtidos. A diplomacia europeia se havia temperado e recatado no cadinho da história; seus estadistas viam as coisas pelo prisma de muitos sonhos vãos, de nobres esperanças perdidas e de ideais consumidos na inutilidade das previsões humanas. Os americanos não sofriam tais limitações, proclamando ousadamente, se não o fim da história, pelo menos sua irrelevância, enquanto atuavam para tornar valores até então considerados exclusivos dos Estados Unidos em princípios universais aplicáveis a todos. Wilson conseguiu, portanto, pelo menos durante um tempo, superar a ansiedade do pensamento americano entre América, a bem protegida, e América, a imaculada. Os Estados Unidos só poderiam admitir entrar na Primeira Guerra Mundial como um empreendimento não para si mesmos, mas em nome de todos os povos e no papel de soldados das liberdades universais.

A declaração alemã de guerra submarina irrestrita e o afundamento do *Lusitania* foram a causa imediata da declaração de guerra americana. Mas Wilson não justificou a entrada na guerra baseado em agravos específicos. Os interesses nacionais eram irrelevantes; a violação da Bélgica e o equilíbrio de poder em nada interessavam. Em vez disso, a guerra tinha um fundamento moral, cujo objetivo era uma ordem internacional nova e mais justa. “É terrível”, refletiu Wilson no discurso em que pediu a declaração de guerra,

conduzir este grande povo pacífico para a guerra, para a mais terrível e desastrosa de todas as guerras, em que a própria civilização parece estar em jogo. Mas a justiça é mais importante que a paz, e nós lutaremos pelo que sempre tivemos mais junto ao coração, pela democracia, pelo direito daqueles que se submetem à autoridade de terem voz em seus próprios governos, pelos direitos e liberdades das nações pequenas, pelo domínio universal da justiça através de uma união tal de povos livres que produza paz e segurança para todas as nações e torne o mundo mesmo enfim livre.⁴³

Numa guerra em nome de tais princípios não podia haver meio-termo. Vitória total era o único objetivo válido. Roosevelt quase certamente teria definido os objetivos de guerra em termos políticos e estratégicos; Wilson, afetando o desinteresse americano, fixava os objetivos de guerra dos Estados Unidos em termos exclusivamente morais. Para Wilson a guerra não decorria de interesses nacionais conflitantes levados às últimas consequências, mas do ataque espontâneo da Alemanha à ordem internacional. Mais especificamente, o verdadeiro culpado não era a nação alemã, mas o próprio imperador alemão. Ao pedir a declaração de guerra, Wilson arrazoou nestes termos:

Não temos rixa alguma com o povo alemão. Outros sentimentos não temos em relação a ele que não simpatia e amizade. Não foi ao seu impulso que seu governo obedeceu ao mergulhar nesta guerra. Não foi com seu conhecimento prévio ou aprovação. Foi uma guerra imposta, da forma como as guerras eram impostas nos velhos tempos infelizes quando os povos em parte alguma eram consultados pelos governantes e faziam-se as guerras no interesse de dinastias.⁴⁴

Apesar de Guilherme II, desde havia muito, ser considerado figura imprevisível no palco europeu, nenhum estadista jamais propusera sua deposição; ninguém via a queda do imperador ou da sua dinastia como o elemento principal para a paz na Europa. Mas uma vez que a questão da estrutura interna da Alemanha fora introduzida, a guerra não poderia mais terminar no tipo de acordo equilibrador de interesses conflitantes, que Roosevelt obtivera entre o Japão e a Rússia, dez anos antes. Em 22 de janeiro de 1917, antes de os Estados Unidos entrarem na guerra, Wilson proclamou seu objetivo de "paz sem vitória".⁴⁵ O que Wilson propôs, no entanto, quando de fato entrou na guerra foi uma paz só alcançável pela vitória total.

Os pronunciamentos de Wilson viraram, em pouco tempo, sabedoria convencional. Mesmo uma figura experiente como Herbert Hoover passou a descrever a classe dominante alemã como inerentemente cruel, sugando "a força vital de outros povos".⁴⁶ O espírito da época foi apropriadamente definido por Jacob Schurman,

reitor da Universidade Cornell, que via a guerra como uma batalha entre o “Reino dos Céus” e o “Reino dos Bárbaros, constituído pela força e o horror”.⁴⁷

Todavia, o destronamento de uma dinastia não poderia produzir tudo que estava na retórica de Wilson. Ao pedir a declaração de guerra, Wilson estendeu sua moral ao mundo inteiro; não só a Alemanha, todas as outras nações teriam de estar seguras na democracia, pois a paz demandava “uma parceria de nações democráticas”.⁴⁸ Em outro discurso, Wilson foi mais longe, dizendo que o poder dos Estados Unidos atrofiaria se não propagassem a liberdade ao redor do globo: “Construímos esta nação para tornar os homens livres, não limitamos nossa concepção e bom propósito à América e agora libertaremos gentes. Se não o fizermos, toda a fama dos Estados Unidos desabaria e todo o seu poder seria nada”.⁴⁹

O mais próximo que Wilson chegou de declarar seus objetivos de guerra foi nos “Quatorze Pontos”, abordados no [Capítulo 9](#). A realização histórica de Wilson foi a constatação de que os americanos não conseguem cumprir compromissos internacionais não justificados por sua fé moral. E seu fracasso esteve em tratar as tragédias da história como aberrações, resultantes da pouca visão ou da crueldade dos líderes e em recusar qualquer fundamento objetivo da paz que não a força da opinião pública e o escopo mundial das instituições democráticas. Nesse afã, ele quis das nações da Europa algo para o qual não estavam preparadas, nem filosófica nem historicamente, e isso ao fim de uma guerra que as deixara exangues.

Por 300 anos, as nações europeias basearam sua ordem mundial no equilíbrio de interesses nacionais e suas políticas na busca de segurança, cada vantagem adicional valendo como um prêmio. Wilson pediu-lhes que fundassem sua política em convicções morais, deixando a segurança como um resultado incidental, se chegasse a haver. Mas a Europa não tinha estrutura conceitual para essa política desinteressada e faltava ver se os Estados Unidos,

recém-saídos de um século de isolamento, iriam apresentar a atuação internacional permanente implícita nas teorias de Wilson.

Wilson em cena foi um divisor de águas, um dos raros casos de líder que altera nas bases o curso da história de seu país. Se Roosevelt e suas ideias vencessem em 1912, os objetivos de guerra iriam ao âmago do interesse nacional americano. Roosevelt faria a entrada na guerra com o argumento — que apresentou — de que, sem os Estados Unidos ao lado da Tríplice Entente, as Potências Centrais venceriam e mais cedo ou mais tarde ameaçariam a segurança americana.

O interesse nacional assim definido levaria, com o tempo, os Estados Unidos a uma política mundial comparável à da Inglaterra em relação à Europa continental. Por três séculos, os governos ingleses operaram a partir da ideia de que os recursos da Europa geridos por um único poder dariam a esse país meios de contrarrestar o domínio dos mares da Inglaterra e de ameaçar sua independência. Geopoliticamente, os Estados Unidos, ilha ao largo da Eurásia, pelo mesmo raciocínio tinham de reagir à dominação da Europa ou da Ásia por qualquer potência, nem pensar no controle de *ambos* os continentes pela *mesma* potência. Nesses termos, era o alcance geopolítico da Alemanha, e não suas transgressões morais, o principal *casus belli*.

Os modos do Velho Mundo, porém, contrariavam a fonte emocional americana explorada por Wilson — como é o caso até hoje. Nem o próprio Roosevelt teria levado adiante a política de poder advogada por ele, apesar de ter morrido crente de que seria capaz de fazê-lo. De qualquer maneira, Roosevelt não era mais presidente e Wilson deixara bem claro, mesmo antes de entrar na guerra, que resistiria a basear a ordem de pós-guerra em princípios consagrados de política internacional.

Wilson via as causas da guerra na crueldade da liderança alemã, mas também no sistema europeu de equilíbrio de poder. Em 22 de janeiro de 1917, classificou a ordem internacional de antes da guerra como um sistema de “rivalidades organizadas”.

Eis a questão de que depende toda a política e a paz futura do mundo: é a presente guerra a luta por uma paz justa e segura ou só por um novo equilíbrio de poder? O que ele necessita não é um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder; não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada.⁵⁰

Wilson tinha em “comunidade de poder” um conceito inteiramente novo que mais tarde se chamou “segurança coletiva” (William Gladstone formulou, na Inglaterra, uma variante natimorta no ano de 1880).⁵¹ Convencido de que todas as nações do mundo tinham igual interesse na paz e, portanto, agiriam em conjunto para punir quem a perturbasse, Wilson propôs defender-se a ordem mundial pelo consenso moral do amor à paz: “[...]esta é uma época [...] que rejeita os padrões de egoísmo que em outras dominaram os concílios de nações, e que exige espaço para uma nova ordem de coisas na qual se pergunte: ‘Isto está certo? É justo? Atende ao interesse da humanidade?’”⁵²

Para estabelecer esse consenso, Wilson sugeriu a Liga das Nações, instituto fundamentalmente americano. Sob os auspícios dessa organização mundial, o poder cederia à moralidade, e a força das armas aos ditames da opinião pública. Wilson insistia que se o público fosse bem informado a guerra jamais teria ocorrido — ignorando o fervor de alegria e alívio que saudou o início da guerra em *todas* as capitais, inclusive da Inglaterra e da França tão democráticas. Para que a nova teoria funcionasse — achava Wilson — faltavam pelo menos duas mudanças na governança internacional: primeiro, a universalização dos governos democráticos e, segundo, uma “diplomacia nova e mais saudável”, baseada no “elevado código de honra que exigimos das pessoas”.⁵³

Em 1918, Wilson firmou como exigência da paz a meta até então desconhecida e surpreendentemente ambiciosa da “destruição de qualquer potência arbitrária, em qualquer parte do mundo, que possa, isolada e secretamente, por decisão própria, perturbar a paz do mundo; ou, se não logo a destruição, pelo menos redução à virtual impotência”.⁵⁴ Uma Liga das Nações assim composta, e

animada de tais intenções, resolveria crises sem guerra, disse Wilson à Conferência de Paz, em 14 de fevereiro de 1919:

[...] por este instrumento (*The Covenant*, o Pacto da Liga das Nações) passamos a nos apoiar primordialmente numa grande força, na força moral da opinião pública do mundo — nas purificadoras, esclarecedoras e compulsórias influências da publicidade [...] do mesmo modo como as coisas refratárias à luz são por ela destruídas, que o sejam pela luz devastadora da expressão universal da condenação do mundo.⁵⁵

A preservação da paz não mais brotaria do tradicional cálculo de poder, mas do consenso mundial apoiado por um mecanismo de policiamento. Um agrupamento universal de nações muito democráticas faria o papel de “curadoria da paz”, substituindo os antigos sistemas do equilíbrio de poder e das alianças.

Sentimentos tão exaltados jamais haviam sido expressos por qualquer nação, muito menos implementados. Não obstante, nas mãos do idealismo americano tornaram-se elemento comum do pensamento nacional de política externa. Cada presidente, desde Wilson, formulou variações sobre o tema por ele abordado. O debate interno aborda em geral o fracasso no cumprimento dos ideais de Wilson (em pouco tempo tamanho lugar-comum, que já não se identificavam com ele) em vez de questionar se, afinal, davam uma orientação para os desafios ocasionalmente brutais de um mundo turbulento. Por três gerações, os críticos têm atacado ferozmente as análises e conclusões de Wilson; mas todo esse tempo os princípios por ele levantados ficaram como alicerce do pensamento americano de política externa.

E, no entanto, essa mistura de força e princípio de Wilson compôs o cenário para décadas de ambivalência — a consciência americana a tentar conciliar seus princípios com suas necessidades. Pela premissa principal da segurança coletiva, todas as nações perceberiam cada ameaça da mesma maneira e estariam dispostas a correr os mesmos riscos para reagir. Não só nada igual a isso jamais ocorrera de fato, como nada parecido estava fadado a ocorrer em toda a história, tanto da Liga das Nações como das Nações Unidas.

Apenas quando uma ameaça é verdadeiramente aterradora, afetando de verdade todas ou a maioria das sociedades, é que tal consenso se torna possível — como durante as duas guerras mundiais e, regionalmente, na Guerra Fria. Na grande maioria dos casos, e em quase todos os casos difíceis, as nações do mundo tendem a discordar ou acerca da natureza da ameaça ou sobre o tipo de sacrifício que estão dispostas a fazer para vencê-la. Assim tem sido, desde as agressões da Itália à Abissínia em 1935 até a crise da Bósnia em 1992. E quando se trata de atingir objetivos positivos ou remediar injustiças claras, o consenso global tem se mostrado ainda mais difícil de alcançar. Ironicamente, no mundo pós-Guerra Fria, que não sofre ameaça ideológica ou militar maior e aparentemente preza mais a democracia que qualquer época anterior, essas dificuldades só têm aumentado.

O wilsonismo também realçou outra divergência latente no pensamento americano em questões internacionais. Tinham os Estados Unidos interesses de segurança que devessem defender, qualquer que fosse a forma por que eram ameaçados? Ou só deveriam resistir a mudanças que pudessem ser descritas honestamente como ilegais? O que preocupava os Estados Unidos: o fato ou o método da transformação internacional? Os Estados Unidos recusavam totalmente os princípios da geopolítica? Ou seria o caso de revê-los pelo filtro dos valores americanos? E havendo conflito, o que prevaleceria?

Está implícito no wilsonismo que os Estados Unidos resistem sobretudo aos métodos da transformação e não têm interesses estratégicos dignos de defesa se ameaçados por métodos visivelmente legais. Há bem pouco, na Guerra do Golfo, o presidente Bush insistiu em que mais resistia ao princípio da agressão que defendia suprimentos vitais de petróleo. E durante a Guerra Fria, boa parte do debate interno americano questionava se os Estados Unidos, com tantos defeitos, tinham direito moral de organizar a reação à ameaça de Moscou.

Theodore Roosevelt não titubearia na resposta a essas questões. Supor que as nações vejam as ameaças de maneira

idêntica, ou reajam da mesma forma, era a negação de tudo o que sempre defendera. Tampouco ele seria capaz de conceber uma organização mundial à qual o agressor e a vítima pudessem pertencer ao mesmo tempo. Em novembro de 1918, ele escreveu em carta:

Sou a favor de uma liga dessa natureza desde que não esperemos muito dela [...] Não estou disposto ao papel que até mesmo Esopo ridicularizou quando escreveu que os lobos e os cordeiros concordaram em desarmar-se. Os cordeiros como prova de boa-fé dispensaram os cães de guarda e foram comidos pelos lobos.⁵⁶

No mês seguinte, ele escreveu ao senador Knox, da Pensilvânia:

A Liga das Nações pode fazer algum bem, mas quanto mais aparatosa for e, quanto mais fingir estar fazendo, menos fará realmente. A engraçada conversa a respeito faz lembrar a Santa Aliança de 100 anos atrás, que tinha como objetivo principal a manutenção perpétua da paz. E por falar nisso, o czar Alexandre foi o presidente Wilson daquele movimento.⁵⁷

Na avaliação de Roosevelt, somente os místicos, os sonhadores e os intelectuais achavam que a paz era a condição natural do homem e podia manter-se por um consenso desinteressado. Para ele, a paz era coisa inerentemente frágil, a ser preservada pela eterna vigilância, pelas armas dos fortes e pelas alianças entre os de mesmo pensamento.

Porém, Roosevelt viveu num século tarde demais ou cedo demais. Sua visão das questões internacionais morreu com ele em 1919; desde então, nenhuma escola importante de política externa americana lembra dele. Por outro lado, dá certamente a medida do triunfo intelectual de Wilson o fato de que até Richard Nixon, cuja política externa incorporou tantos preceitos de Roosevelt, considerava-se acima de tudo um discípulo do internacionalismo de Wilson e tinha um retrato do presidente da Primeira Guerra na sala do ministério.

A Liga das Nações não vingou nos Estados Unidos porque o país não estava preparado para um papel global. Mesmo assim, a vitória intelectual de Wilson teve mais consequências que qualquer triunfo político, pois toda vez que os Estados Unidos tiveram de refazer a ordem mundial, voltou-se, de uma forma ou outra, aos preceitos de Woodrow Wilson. No final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ajudaram na criação das Nações Unidas, com base nos mesmos princípios da Liga, na esperança de fundar a paz num acordo entre as partes vitoriosas. Quando essa esperança morreu, os Estados Unidos entraram na Guerra Fria, não como um conflito de duas superpotências, mas uma luta moral pela democracia. Quando o comunismo ruiu, a ideia wilsoniana, de que o caminho da paz era a segurança coletiva mais o âmbito mundial para as instituições democráticas, foi adotada pelos dois grandes partidos políticos americanos.

No wilsonismo, encarna-se o drama central dos Estados Unidos no palco mundial: a ideologia americana, em certo sentido, tem sido revolucionária, ao passo que internamente os americanos se atêm ao *status quo*. Inclinados a ver na política externa uma batalha entre o bem e o mal, os americanos em geral não gostam de meios-terminos, nem de resultados parciais, nem de embates inconclusivos. O fato de os Estados Unidos evitarem grandes transformações geopolíticas é tido como defesa do *status quo* territorial e, às vezes, político. Confiando na ordem da lei, os Estados Unidos têm dificuldade em adaptar sua fé na mudança pacífica ao fato histórico de que quase todas as mudanças importantes na história nasceram da violência e da convulsão social.

A América descobriu que teria de perseguir seus ideais num mundo menos bem dotado que o seu e no concerto de estados com mais estreitas margens de sobrevivência, objetivos mais limitados e muito menos autoconfiança. Mas os Estados Unidos perseveraram. O mundo do pós-guerra foi, em grande parte, uma criação dos Estados Unidos, que então, por fim, assumiram o papel sonhado por Wilson — o de farol a seguir e de esperança a buscar.

3

Da universalidade ao equilíbrio

Richelieu, Guilherme D'Orange e Pitt



O que os historiadores chamam sistema europeu de equilíbrio de poder nasceu no século XVII do colapso final da aspiração medieval à universalidade — conceito de ordem mundial que era o amálgama das tradições do Império Romano e da Igreja Católica. O mundo era um espelho dos céus. Um só Deus reinava no céu, assim um imperador devia mandar no mundo secular e um papa reger a igreja universal.

Nesse espírito, os estados feudais da Alemanha e do norte da Itália estavam agrupados sob o Sacro Imperador Romano. No século XVII, esse império teve potencial para dominar a Europa. A França, de lindes distantes, a oeste do rio Reno, e a Inglaterra eram para ele estados periféricos. Houvesse o Sacro Imperador Romano imposto o controle central sobre os territórios tecnicamente sob sua jurisdição, as relações dos estados da Europa Ocidental com ele seriam semelhantes à dos vizinhos da China com o Império do Meio, comparando-se a França ao Vietnã ou à Coreia, e a Inglaterra ao Japão.

Mas durante a maior parte da era medieval o Sacro Imperador Romano não teve esse controle central. Uma razão foi a falta de transportes e comunicações adequados, dificultando a ligação em territórios tão extensos. Porém, a razão mais importante foi ter o Sacro Império Romano separado o controle da igreja do controle do

governo. Diferente de um faraó ou de um César, o Sacro Imperador Romano não aparentava atributos divinos. Em toda parte, fora a Europa Ocidental, mesmo nas regiões governadas pela Igreja Oriental, religião e governo eram unos, no sentido de que as principais nomeações para cada um estavam sujeitas ao governo central; a hierarquia religiosa não tinha nem os meios nem a autoridade para reivindicar a posição autônoma exigida pela cristandade ocidental como um direito.

Na Europa Ocidental, o conflito potencial — e às vezes efetivo — entre o papa e o imperador criou as condições para a separação dos poderes e o constitucionalismo, base da democracia moderna. O conflito deu aos vários senhores feudais maior autonomia, preço cobrado de ambas as facções rivais. O que, por sua vez, conduziu a uma Europa fragmentada, colcha de retalhos de ducados, condados, bispados e cidades. Embora em teoria os senhores feudais prestassem vassalagem ao imperador, na prática faziam o que bem entendiam. Várias dinastias reivindicavam o cetro imperial e a autoridade central quase sumiu. Os imperadores guardaram a velha visão do mando universal sem a menor possibilidade de efetivá-la. Nas fímbrias da Europa, a França, a Inglaterra e a Espanha não reconheceram a autoridade do Sacro Império Romano, embora continuassem parte da igreja universal.

Só quando a dinastia dos Habsburgo afirmou sua pretensão quase permanente à coroa imperial no século XV, e através de casamentos prudentes ganhou a coroa espanhola e seus imensos recursos, foi possível ao Sacro Imperador Romano aspirar traduzir suas pretensões universais em um sistema político. Na primeira metade do século XVI, o imperador Carlos V refez a autoridade imperial a ponto de surgir a possibilidade de um império europeu central composto do que hoje é Alemanha, Áustria, norte da Itália, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, leste da França, Bélgica e Holanda — potencialmente tão forte que impediria o fenômeno do equilíbrio de poder europeu.

Nesse exato momento, o enfraquecimento do papado sob o impacto da Reforma frustrou a perspectiva de um império europeu

hegemônico. Forte, o papa era um espinho e um rival temível para o Sacro Imperador Romano. No seu declínio do século XVI, o papa desgraçou da mesma forma a ideia do império. Imperadores almejavam ver-se, e ser tidos por todos, como representantes de Deus. Mas no século XVI o imperador passou a ser visto em terras protestantes como um déspota vienense ligado a um papa decadente e não como um agente de Deus. A Reforma propiciou aos príncipes rebeldes maior liberdade de ação religiosa e política. A ruptura destes com Roma tolheu a universalidade religiosa; a luta com o imperador Habsburgo mostrou que os príncipes não mais consideravam a vassalagem ao imperador uma obrigação religiosa.

Com o conceito de unidade em colapso, os novos estados da Europa buscaram algum princípio que lhes justificasse a heresia e regulasse as relações. Descobriram a *raison d'état* e o equilíbrio de poder. Um dependia do outro. A *raison d'état* estabeleceu que o bem-estar do estado justificava os meios empregados para alcançá-lo; o interesse nacional suplantava a noção medieval da moralidade universal. O equilíbrio de poder trocou a nostalgia de um monarca universal pela ideia consoladora de que cada estado ao promover seus próprios interesses egoístas contribuiria de alguma forma para a segurança e progresso de todos os demais.

A formulação mais antiga e completa desse novo conceito surgiu na França, também um dos primeiros estados-nações da Europa. A França era o país que mais perderia com o revigoramento do Sacro Império Romano, pois poderia ter sido — para usar um termo atual — “finlandizada” por ele. Enfraquecidos os constrangimentos religiosos, a França passou a jogar com as rivalidades geradas pela Reforma entre seus vizinhos. Os governantes franceses viram que a fraqueza progressiva do Sacro Império Romano (melhor ainda, sua desintegração) favoreceria a segurança da França e, com ajuda da sorte, a deixaria expandir-se para o leste.

O grande defensor dessa política francesa foi uma figura rara, um príncipe da igreja, Armand Jean du Plessis, cardeal de Richelieu, primeiro-ministro da França de 1624 a 1642. Diz-se que, ao saber da

morte do cardeal Richelieu, o papa Urbano VIII comentou: “Se existe um Deus, o cardeal Richelieu terá muitas contas a prestar. Se não [...] bem, sua vida terá sido uma vitória”.¹ O epitáfio ambíguo alegraria, sem dúvida, o estadista que logrou grandes sucessos ao ignorar, aliás, transcender, as devoções essenciais da sua época.

Poucos estadistas podem reivindicar maior impacto sobre a história. Richelieu foi o pai do moderno sistema de estados. Ele criou o conceito de *raison d'état* e o praticou inflexivelmente em favor do seu país. Sob seu patrocínio, a *raison d'état* substituiu o conceito medieval de valores morais universais como princípio funcional da política francesa. De início, ele queria impedir a dominação dos Habsburgo sobre a Europa, mas ao final deixou um legado que por dois séculos provocou seus sucessores a tentarem o primado francês na Europa. Do fracasso dessas tentativas, brotou o equilíbrio de poder, primeiro como um fato da vida, depois como forma de organizar relações internacionais.

Richelieu assumiu o poder em 1624, quando o Sacro Imperador Romano, o Habsburgo Fernando II, tentava reavivar a universalidade católica, eliminar o protestantismo e estabelecer o controle imperial sobre os príncipes da Europa Central. Este processo, a Contrarreforma, causou a que posteriormente se chamou Guerra dos Trinta Anos, eclodida na Europa Central em 1618, uma das guerras mais brutais e destruidoras de toda a história da humanidade.

Em 1618, o território de língua alemã da Europa Central, em sua maior parte pertencente ao Sacro Império Romano, dividiu-se em dois campos armados — protestantes e católicos. Aceso o estopim da guerra nesse ano em Praga, logo toda a Alemanha estava na luta. Com a Alemanha progressivamente sangrada, seus principados foram presa fácil para os invasores. Exércitos dinamarqueses e suecos abriram caminho pela Europa Central, e por fim o exército francês juntou-se à contenda. Quando a guerra terminou, em 1648, a Europa Central fora devastada e a Alemanha perdera quase um terço de sua população. No tumulto desse conflito trágico, o cardeal Richelieu enxertou o princípio da *raison d'état* na

política externa francesa, princípio que os outros estados europeus adotaram nos 100 anos seguintes.

Como príncipe da igreja, Richelieu deveria ter recebido com satisfação o movimento de Fernando II para restaurar a ortodoxia católica. Porém Richelieu colocou os interesses nacionais franceses acima de metas religiosas. Sua condição de cardeal não o impediu de perceber que na tentativa do Habsburgo em restabelecer a religião católica havia uma ameaça geopolítica à segurança da França. Para ele, não se tratava de uma ação religiosa, e sim de manobra política da Áustria para ter o domínio da Europa Central e, com isso, reduzir o *status* da França à segunda categoria.

A apreensão de Richelieu procedia. Um relance no mapa da Europa mostra a França cercada de terras dos Habsburgo por todos os lados: a Espanha ao sul; as cidades-estados do norte da Itália, dominadas principalmente pela Espanha, a sudeste; a Franche-Comté (atualmente a região de Lyon e Savoia), também sob o controle espanhol, a leste; e a Holanda espanhola ao norte. As poucas fronteiras fora do domínio Habsburgo espanhol estavam nas mãos do ramo austríaco da família. O ducado da Lorena prestava vassalagem ao Sacro Imperador Romano austríaco, como também as áreas estrategicamente importantes ao longo do Reno, onde é hoje a Alsácia. Se o norte da Alemanha passasse também ao domínio Habsburgo, a França estaria perigosamente frágil em relação ao Sacro Império Romano.

A Richelieu não compensava o fato de a Espanha e a Áustria compartilharem da fé católica da França. Muito ao contrário, uma vitória da Contrarreforma era exatamente o que Richelieu estava determinado a impedir. Seguindo o que hoje chamaríamos interesse da segurança nacional e foi então rotulado — pela primeira vez — de *raison d'état*, Richelieu preferiu tomar o partido dos príncipes protestantes e explorar o cisma da igreja universal.

Se os imperadores Habsburgo jogassem pelas mesmas regras ou entendessem o mundo novo da *raison d'état*, veriam que estavam em ótima posição para chegar ao que Richelieu mais temia

— a hegemonia da Áustria e o fato do Sacro Império Romano como potência dominante no continente. No correr dos séculos, porém, os anti-Habsburgo tiraram vantagem da rigidez da dinastia em adaptar-se às necessidades táticas e enxergar as tendências futuras. Os senhores Habsburgo eram homens de princípios. Não abriam mão de convicções, senão derrotados. No início dessa odisséia política, portanto, estavam indefesos ante as maquinações impiedosas do cardeal.

O imperador Fernando II, ao contrário de Richelieu, jamais teria ouvido falar da *raison d'état*. E se tivesse, a esconjuraria como blasfêmia, pois achava que sua missão secular era realizar a vontade de Deus e sempre acentuava o “sagrado” em seu título de Sacro Imperador Romano. Jamais admitiria que objetivos divinos pudessem ser alcançados senão por meios morais. Nunca teria admitido assinar tratados com os protestantes suecos ou os muçulmanos turcos, medidas que o cardeal tomava com naturalidade. O conselheiro de Fernando II, o jesuíta Lamormaini, resumiu assim o ponto de vista do imperador:

Linhas políticas mentirosas, podres, tão em voga atualmente, ele, em sua sabedoria, condenou desde sempre. Dizia ser impossível tratar com quem as seguisse, praticantes da falsidade que abusavam de Deus e da religião. Seria enorme insensatez tentar fortalecer um reino que somente Deus concedeu, por meios que Deus abomina.²

Um chefe adepto de valores tão absolutos achava impossível ceder, que dirá manipular sua posição de barganha. Em 1596, ainda arquiduque, Fernando II declarou: “Prefiro morrer a fazer qualquer concessão aos sectários no que trata a religião”.³ Em detrimento de seu império, ele certamente cumpriu a palavra. Levando em conta que menos o movia o bem-estar do império que o respeito à vontade de Deus, ele cumpria o dever de esmagar o protestantismo, apesar de algum tipo de acordo atender claramente aos seus interesses. Em termos modernos, um fanático. As palavras de um dos conselheiros imperiais, Gaspar Scioppius, ressaltam as convicções do imperador: “Infeliz do rei que ignora a voz de Deus

implorando-lhe que mate os hereges. Não deveis guerrear por vós mesmos, mas por Deus" (*Bellum non tuum, sed Dei esse statuas*).⁴ Para Fernando II, o estado existia para servir à religião e não vice-versa: "Nos assuntos de estado, tão importantes para a nossa santa confissão, não podemos levar sempre em conta as considerações humanas; antes ter esperança [...] em Deus [...] e confiar somente Nele".⁵

Richelieu olhou a fé de Fernando II como uma ameaça estratégica. Apesar de intimamente religioso, tomava suas obrigações de ministro em termos inteiramente seculares. Salvação eterna podia ser o desejo pessoal, mas para Richelieu, o estadista, era questão irrelevante. "O homem é imortal, sua salvação vem depois", afirmou certa vez. "O estado não é, sua salvação é agora ou nunca".⁶ Em outras palavras, estados não recebem créditos em mundo algum por fazerem o certo; só são recompensados se forem fortes o bastante para fazer o que é preciso.

Richelieu jamais ter-se-ia permitido perder a oportunidade que se apresentou a Fernando II em 1629, décimo primeiro ano da guerra. Os príncipes protestantes estavam dispostos a aceitar a primazia política dos Habsburgo, se fossem livres para praticar a religião da sua escolha e reouvesssem as terras da Igreja tomadas durante a Reforma. Mas Fernando II não sujeitava sua vocação religiosa às necessidades políticas. Desperdiçando o que seria um imenso triunfo e a garantia do seu império, determinado a eliminar a heresia protestante, baixou o Édito da Restituição, exigindo que os soberanos protestantes devolvessem todas as terras que haviam tomado da Igreja desde 1555. Foi a supremacia do fervor sobre a boa oportunidade, um caso clássico onde a fé suplantou os mecanismos do interesse pessoal. Com isso garantiu os combates até o desfecho.

Recebendo essa abertura de jogo, Richelieu firmou a determinação de prolongar a guerra até ver a Europa Central exangue. E colocou de lado escrúpulos religiosos também na política interna. Com a Anistia de Alais, em 1629, concedeu liberdade de culto aos protestantes franceses, exatamente a mesma liberdade

que o imperador lutava para negar aos príncipes alemães. Protegido seu país das convulsões internas que laceravam a Europa Central, Richelieu voltou-se a explorar o fervor religioso de Fernando II em favor dos objetivos nacionais franceses.

A incapacidade do imperador Habsburgo de determinar seus interesses nacionais — melhor dizendo, sua recusa em aceitar a validade do conceito — deu ao primeiro-ministro da França a oportunidade de apoiar e subsidiar os príncipes protestantes germânicos contra o Sacro Imperador Romano. O papel de defensor das liberdades dos príncipes protestantes contra os objetivos centralizadores do Sacro Imperador Romano era incomum para um prelado francês e para seu rei católico francês, Luís XIII. O fato de um príncipe da igreja subsidiar o rei protestante da Suécia, Gustavo Adolfo, para guerrear o Sacro Imperador Romano continha traços revolucionários tão profundos quanto as reviravoltas da Revolução Francesa 150 anos depois.

Em época dominada pelo fervor religioso e o fanatismo ideológico, uma política externa desapaixonada, livre de imperativos morais, sobressaía-se como os Alpes nevados no deserto. O objetivo de Richelieu era romper o que ele considerava o cerco da França, exaurir os Habsburgo e impedir a emergência de uma grande potência nas fronteiras da França — especialmente na fronteira alemã. Seu único critério para alianças era atenderem aos interesses da França, aplicado primeiro aos estados protestantes, mais tarde até ao Império Otomano muçulmano. Para exaurir os beligerantes e prolongar a guerra, Richelieu subsidiou os inimigos dos seus inimigos, subornou gente, fomentou revoltas e mobilizou uma série extraordinária de argumentos legais e dinásticos. Saiu-se tão bem que a guerra começada em 1618 arrastou-se década após década até que, finalmente, a história não descobriu para ela nome mais apropriado que o de sua duração — a Guerra dos Trinta Anos.

A França ficou de lado enquanto a Alemanha foi devastada, até 1635, quando a total exaustão pareceu mais uma vez indicar o fim das hostilidades e um acordo de paz. Richelieu, no entanto, não tinha interesse em um acordo até que o rei francês se tornasse tão

poderoso quanto o Imperador Habsburgo, se não mais. Para isso, Richelieu convenceu seu monarca, no décimo sétimo ano da guerra, a entrar no conflito ao lado dos príncipes protestantes sem outra justificativa que a oportunidade de usar o poder crescente da França:

Se foi mostra de prudência singular ter submetido as forças contrárias ao vosso estado, por um período de dez anos, usando as forças de aliados, lançando a mão ao bolso, não à espada, entrar na guerra quando vossos aliados não podem mais existir sem vós é sinal de coragem e de grande sabedoria; demonstra que, na condução sensata do vosso reino, o senhor comportou-se como aqueles economistas que depois de muitos cuidados para acumular dinheiro sabem também como gastá-lo [...].⁷

O sucesso de uma política de *raison d'état* depende, acima de tudo, da correta estimativa das relações de poder. Valores universais são definidos por seu entendimento e não exigem reinterpretação constante; na realidade, até a evitam. Já determinar limites de poder requer um misto de experiência, visão e adaptação permanente às circunstâncias. Na teoria, é claro, o equilíbrio de poder deveria ser em boa medida calculável; mas é difícilimo de pôr em prática com realismo. Ainda mais complicado é harmonizar os próprios cálculos com os dos outros estados, precondição para operar o equilíbrio de poder. O consenso sobre a natureza do equilíbrio em geral se forma pelo conflito periódico.

Richelieu não duvidava da própria capacidade de enfrentar o desafio, convencido como estava da possibilidade de relacionar meios e fins com precisão quase matemática. "A lógica", escreveu ele no Testamento Político, "requer que a coisa a ser apoiada e a força que deve apoiá-la guardem entre si uma proporção geométrica".⁸ O destino fizera-o príncipe da igreja; a convicção colocou-o na companhia intelectual de racionalistas como Descartes e Spinoza, propositores de que a ação humana podia ser cientificamente organizada; a oportunidade permitira-lhe transformar a ordem internacional, com grande vantagem para seu país. Para variar, essa avaliação de um estadista sobre si mesmo era correta. Richelieu possuía uma aguda percepção dos seus objetivos, mas não

teria sucesso — nem prevaleceriam suas ideias — se não soubesse adequar suas táticas à sua estratégia.

Uma doutrina de tamanha novidade e frieza não passaria sem contestação. Ainda que amplamente aceito anos mais tarde, o equilíbrio de poder foi por demais ofensivo à tradição universalista baseada na supremacia da lei moral. Uma das críticas mais vigorosas partiu do renomado estudioso Jansenius, que atacou aquela política tão livre de todas as peias morais:

Será possível acreditarem que um estado secular e mortal deve sobrepujar a religião e a Igreja? [...] Julga o Mais Cristão dos Reis que na orientação e nas regras do seu reino nada há que o obrigue a estendê-las para proteger o de Jesus Cristo, seu Senhor? [...] Ousaria ele dizer a Deus: Que o Vosso poder, a Vossa glória e a religião que ensina os homens a Vos adorar se percam e sejam destruídos, contanto que meu estado esteja protegido e livre de riscos?⁹

Pois era exatamente o que Richelieu estava dizendo aos seus contemporâneos e, até onde sabemos, ao seu Deus. Dá a medida da revolução causada, o fato de que aquilo que os críticos consideravam *reductio ad absurdum* (um argumento tão abjeto e ensandecido que contradiz a si mesmo) era, na realidade, o resumo preciso do pensamento de Richelieu. Como primeiro-ministro do rei, ele subordinou a religião e a moralidade à *raison d'état*, verdadeira luz que o orientava.

Mostrando boa absorção dos métodos cínicos do mestre, os defensores de Richelieu viraram o argumento dos seus críticos contra eles mesmos. Uma política de interesse nacional, diziam, era a mais elevada lei moral; os críticos de Richelieu violaram os princípios éticos, não ele.

Coube a Daniel de Priezac, um estudioso ligado à casa real, fazer uma réplica formal, quase certamente com o *imprimatur* do próprio Richelieu. De forma classicamente maquiavélica, Priezac desafiou a premissa de que Richelieu cometia pecado mortal ao adotar políticas que pareciam favorecer a heresia. Pelo contrário, argumentou ele, eram os críticos de Richelieu que estavam com a

alma em perigo. Sendo a França a mais pura e devota entre as potências católicas europeias, Richelieu, atendendo aos interesses da França, atendia automaticamente aos interesses da religião católica.

Priezac não explicou como chegara à conclusão de que a França apresentava vocação religiosa tão singular, mas a partir dessa premissa o fortalecimento do estado francês era do interesse da igreja católica; portanto, a política de Richelieu era altamente moral. Na realidade, o cerco dos Habsburgo era uma ameaça tão grande à segurança da França que precisava ser rompido, desculpando o rei francês por quaisquer métodos que empregasse para alcançar esse objetivo moral.

Ele busca a paz através da guerra. Se ao guerrear algo ocorre contrário aos seus desejos, não é um crime intencional e sim ditado pela necessidade, cujas leis são mais duras e as exigências mais cruéis [...] Uma guerra é justa quando a intenção é justa [...] A intenção é, portanto, o elemento a considerar, não os meios [...] Aquele cuja intenção é matar os culpados às vezes derrama, sem querer, o sangue de inocentes.¹⁰

Para não complicar muito a questão, o fim justifica os meios.

Outro crítico de Richelieu, Mathieu de Morgues, acusou o cardeal de manipular a religião “como seu preceptor Maquiavel mostrou que os antigos romanos faziam, moldando-a, explicando-a e aplicando-a em auxílio a seus desígnios”.¹¹

A crítica de Morgues foi contundente como a de Jansenius e igualmente inútil. Richelieu foi, de fato, um manipulador e utilizava a religião precisamente da maneira descrita. Ele teria, sem dúvida, respondido que apenas via o mundo como era, tal como Maquiavel. Talvez preferisse um mundo com sensibilidades morais mais refinadas, qual Maquiavel, porém estava convencido de que a história o julgaria a ele e a sua ação de estadista em função de como usara as condições e fatores que lhe foram dados. E se na avaliação de um estadista o que importa é a consecução dos objetivos que se impôs, Richelieu será lembrado como uma das

figuras seminais da história moderna, pois deixou um mundo radicalmente diferente daquele que encontrou e pôs em movimento a política seguida pela França nos três séculos seguintes.

Foi assim que a França se tornou o país dominante da Europa e expandiu tanto seu território. No século após a Paz da Vestfália de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, a *raison d'état* passou a ser o princípio orientador da diplomacia europeia. A veneração que os estadistas dos séculos posteriores têm para com Richelieu e o esquecimento devotado a seu adversário Fernando II não surpreenderiam o cardeal, que era inteiramente infenso a ilusões, mesmo em relação a si mesmo. “Nas questões de estado”, escreveu Richelieu no Testamento Político, “quem detém o poder o mais das vezes possui o direito, e aquele que é fraco só com muita dificuldade escapa de parecer o errado, na opinião da maioria do mundo” — máxima poucas vezes contestada nos séculos subsequentes.¹²

O efeito de Richelieu na história da Europa Central foi o outro lado do que obteve em prol da França. Ele temia a Europa Central unida e a impediu. Deve ter retardado a unificação alemã em mais ou menos dois séculos. Pode se entender a primeira fase da Guerra dos Trinta Anos como a tentativa dos Habsburgo de serem os unificadores dinásticos da Alemanha — tal como a Inglaterra se tornara estado-nação sob uma dinastia normanda e, séculos depois, os franceses sob os Capeto. Richelieu frustrou os Habsburgo, e o Sacro Império Romano viu-se retalhado entre mais de 300 soberanos, cada qual com uma política externa própria. A Alemanha não conseguiu ser um estado-nação; aborta em picuinhas dinásticas, voltou-se para dentro, não criou uma cultura política nacional e petrificou-se num provincianismo do qual não saiu até o fim do século XIX, quando Bismarck a unificou. A Alemanha foi o campo de batalha da maioria das guerras europeias, muitas delas iniciadas pela França, e perdeu a onda inicial da colonização europeia no além-mar. Quando a Alemanha enfim se uniu, tinha tão pouca experiência em definir o interesse nacional que produziu muitas das piores tragédias deste século.

Porém os deuses às vezes punem o homem realizando-lhe integralmente os desejos. A análise do cardeal, de que a vitória da Contrarreforma faria da França um apêndice do Sacro Império Romano centralizado, devia estar correta, especialmente admitindo-se, como ele, ter chegado a era do estado-nação. Mas assim como a desgraça do idealismo wilsoniano é o vácuo entre suas pretensões e a realidade, o castigo da *raison d'état* é a superextensão — exceto na mão de um mestre e talvez até neste caso.

O conceito de *raison d'état* de Richelieu não continha limitações internas. Até onde ir de modo que os interesses do estado fossem atendidos? Quantas as guerras necessárias para atingir a segurança? O idealismo wilsoniano, que proclamava uma política sem interesses, vive o perigo constante da negligência dos interesses do estado; a *raison d'état* de Richelieu corre o risco do *tour de force* autodestruidor. Foi o que aconteceu à França após Luís XIV subir ao trono. Richelieu legara aos reis franceses um estado forte, preponderante, com uma Alemanha fraca e dividida e uma Espanha decadente em suas fronteiras. Mas Luís XIV não teve paz de espírito na segurança; via na mesma a chance da conquista. Em seu exagero de *raison d'état*, Luís XIV pôs em pânico o resto da Europa e provocou uma coalizão antifrancesa que, ao cabo, lhe frustrou os desígnios.

Mas nos 200 anos após Richelieu, a França foi o país mais influente da Europa e até hoje é fator essencial na política internacional. Poucos estadistas de qualquer país podem apresentar algo parecido. Mesmo assim, os maiores êxitos Richelieu os teve quando era o único estadista a recusar as limitações religiosas e morais do período medieval. Seus sucessores herdaram, inevitavelmente, a tarefa de manobrar num sistema em que a maioria dos estados operava a partir das suas premissas. A França foi perdendo a vantagem de ter adversários coagidos pelas considerações morais, caso de Fernando II na época de Richelieu. Com todos os estados jogando na mesma regra, tornou-se muito mais difícil vencer. Mesmo com toda a glória que trouxe à França, a *raison d'état* virou rotina, um trabalho sem fim para ampliar-lhe as

fronteiras, para fazê-la o árbitro dos conflitos entre os estados alemães, dominando assim a Europa Central, até que o esforço esgotou a capacidade da França de moldar a Europa ao seu desenho.

A *raison d'état* deu o fundamento lógico para o comportamento de estados individuais, mas não encontrou resposta para o desafio de uma ordem mundial. A *raison d'état* pode trazer a hegemonia ou criar um equilíbrio. Mas raramente o equilíbrio é um resultado consciente. Em geral decorre de um esforço para frustrar a tentativa de dominação por algum país. O equilíbrio de poder europeu saiu do esforço de contenção da França.

No mundo inaugurado por Richelieu, os estados não seriam mais coagidos pela presunção de algum código moral. O bem do estado era o valor supremo, a obrigação do governante era seu engrandecimento e a promoção de sua glória. Os mais fortes buscariam dominar e os mais fracos resistiriam pela formação de alianças que aumentassem suas forças individuais. Se a coalizão fosse forte o suficiente para conter o agressor, surgia um equilíbrio de poder; caso contrário, resultava na hegemonia de algum país. O resultado não se preestabelecia, sendo posto à prova por guerras frequentes. No início desse mundo, poderia facilmente ter surgido tanto um império — francês ou alemão — como o equilíbrio. Eis por que foram necessários mais de 100 anos para se estabelecer uma ordem europeia baseada explicitamente no equilíbrio de poder. De início, o equilíbrio de poder foi como que um fato incidental da vida e não uma colimação da política internacional.

Curioso, não foi assim que os filósofos da época viram a questão. Produtos do Iluminismo refletiam a crença do século XVIII de que o conflito entre interesses rivais gerava a harmonia e a justiça. O conceito de equilíbrio de poder era simples extensão da sabedoria convencional. Seu objetivo básico era evitar a dominação de um estado e preservar a ordem internacional; seu intuito não era impedir conflitos, mas limitá-los. Para os estadistas racionais do século XVIII, a eliminação do conflito (ou da ambição ou da cobiça) era utópica; a solução era manietar ou contrabalançar as falhas da

natureza humana para ter o melhor resultado possível no longo prazo.

Os filósofos do Iluminismo entendiam o sistema internacional como parte de um universo funcionando como um grande relógio que, sem nunca parar, andava inexoravelmente em direção a um mundo melhor. Em 1751, Voltaire descreveu uma “Europa cristã” como “espécie de grande república dividida em vários estados, alguns monárquicos, outros mistos [...] porém todos harmônicos entre si [...] com os mesmos princípios de direito público e político, desconhecidos em outras partes do mundo”. Estados “acima de tudo [...] unânimes na política sensata de permanecer, até onde possível, num equalizado equilíbrio de poder”.¹³

Montesquieu abordou o mesmo tema. Para ele, da diversidade o equilíbrio de poder extraía a unidade: “A situação na Europa é que todos os estados dependem um do outro [...] A Europa é um único estado constituído de várias províncias”.¹⁴

Ao se escreverem as linhas acima, o século XVIII já passara por duas guerras pela sucessão espanhola, uma pela sucessão polonesa e uma série pela sucessão austríaca.

No mesmo espírito, o filósofo da história Emmerich de Vattel escreveu, em 1758, segundo ano da Guerra dos Sete Anos:

As contínuas negociações que ocorrem, fazem da Europa moderna uma espécie de república, cujos membros — cada qual independente, porém todos unidos por um interesse comum — associam-se em prol da manutenção da ordem e da preservação da liberdade. Foi o que fez surgir o princípio bastante difundido do equilíbrio de poder, que se entende por um arranjo das coisas de tal maneira que nenhum estado fique em posição de supremacia absoluta, com domínio sobre os outros.¹⁵

Os filósofos confundiam o resultado com a intenção. Por todo o século XVIII, os príncipes da Europa fizeram incontáveis guerras sem o menor sinal de que o objetivo consciente fosse alguma noção geral de ordem internacional. Justamente quando as relações

internacionais passaram a basear-se no poder, tantos fatores novos emergiram que os cálculos ficaram cada vez mais inviáveis.

As várias dinastias concentraram-se, daí em diante, no aumento da segurança por meio da expansão territorial. Com isso, as posições de poder relativo sofreram alterações drásticas. Espanha e Suécia caíam para um *status* de segunda categoria. A Polônia começava o declínio rumo à extinção. A Rússia (totalmente alheia à Paz da Vestfália) e a Prússia (de papel insignificante nela) emergiam como potências importantes. O equilíbrio de poder já é bastante difícil de calcular quando os componentes mantêm suas posições. A tarefa de estimá-lo e de harmonizar as estimativas das várias potências torna-se inabordável com esses poderes em fluxo constante.

O vazio criado na Europa Central pela Guerra dos Trinta Anos seduziu os países vizinhos a cair sobre ele. A França pressionou do oeste. A Rússia avançava do leste. A Prússia expandia-se no centro do continente. Os maiores países continentais não sentiam nenhuma obrigação especial em relação ao equilíbrio tão louvado pelos filósofos. A Rússia acreditava-se muito distante. A Prússia, a menor das grandes potências, era ainda fraca demais para afetar o equilíbrio geral. Cada rei se escudava na ideia de que fortalecer seu reino era a melhor contribuição possível à paz geral, e deixava para a ubíqua mão invisível a tarefa de justificar sua faina sem limitar suas ambições.

A natureza da *raison d'état* como cálculo de custo-benefício se demonstra pela maneira como Frederico, o Grande, justificou o ato de tomar a Silésia da Áustria, apesar das relações até então amigáveis da Prússia com aquele estado e de estar obrigada por tratado a respeitar a integridade territorial da Áustria:

A superioridade de nossas tropas, a rapidez com que as podemos pôr em movimento, em uma palavra, a nítida vantagem que temos sobre nossos vizinhos, dá-nos na presente emergência uma superioridade infinita sobre todas as potências da Europa [...] A Inglaterra e a França são inimigas. Se a França se imiscuisse nos assuntos do império, a Inglaterra não concordaria. Portanto, sempre terei uma boa aliança com uma ou com outra. A Inglaterra não deve reagir a que eu tome a Silésia. Isso

não lhe causaria o menor mal e ela precisa de aliados. À Holanda tanto se lhe dá, uma vez que os empréstimos do mundo de negócios de Amsterdã com garantias na Silésia estão seguros. Se não pudermos entrar em acordo com a Inglaterra e a Holanda, poderemos certamente com a França, que não tem condições de impedir nossos desígnios e gozará a humilhação da casa imperial. Somente a Rússia talvez crie dificuldades. Se a imperatriz não morrer [...] podemos subornar os principais conselheiros. Se morrer, os russos estarão ocupadíssimos, sem tempo para assuntos externos [...].¹⁶

Frederico, o Grande, tratava as questões internacionais como um jogo de xadrez. Queria a Silésia para aumentar o poder da Prússia. O único obstáculo seria a oposição de potências maiores, não quaisquer escrúpulos morais. O método de sua análise era risco *versus* recompensa: se tomasse a Silésia, os outros estados revidariam ou buscariam compensação?

Frederico resolveu a questão a favor. A tomada da Silésia tornou a Prússia verdadeira grande potência, mas desencadeou as muitas guerras com que os outros países tentaram adaptar-se a esse novo jogador. A primeira foi a Guerra da Sucessão Austríaca, de 1740 a 1748. Nela, à Prússia juntaram-se a França, a Espanha, a Baviera e a Saxônia — esta em 1743 trocou de lado —, enquanto a Inglaterra apoiou a Áustria. Na segunda — a Guerra dos Sete Anos, de 1756 a 1763 — os papéis se inverteram. À Áustria aliaram-se desta vez a Rússia, a França, a Saxônia e a Suécia, enquanto a Inglaterra e Hanover apoiaram a Prússia. A inversão de lados resultou do cálculo de benefícios imediatos e de compensações específicas, e não de algum irreconstruível princípio de ordem internacional.

Todavia, uma espécie de equilíbrio gradualmente emergiu dessa aparente anarquia e pilhagem, onde cada estado pensava sozinho como aumentar seu poder. Deveu-se não ao autocontrole mas ao fato de nenhum estado, mesmo a França, ser forte o suficiente para impor sua vontade aos demais, desse modo formando um império. Quando um estado ameaçava tornar-se dominante, os vizinhos formavam uma coalizão — não para confirmar uma teoria de relações internacionais, mas por puro interesse em obstruir as ambições do mais poderoso.

Essas guerras constantes não causaram as devastações das guerras religiosas por duas razões. Paradoxalmente, os soberanos absolutistas do século XVIII estavam em pior posição para mobilizar recursos para a guerra, do que era o caso quando a religião ou as ideologias ou governos populares eram capazes de suscitar emoções. Eram impedidos pela tradição e talvez por sua própria insegurança, de lançar impostos sobre renda e tantas outras exações modernas, o que limitava o montante da riqueza nacional destinado à guerra, além da tecnologia de armamentos ser rudimentar.

Mais que tudo, o equilíbrio no continente era reforçado, na realidade condicionado, pelo surgimento de um estado cuja política externa fosse explicitamente a manutenção do equilíbrio. A política da Inglaterra era jogar seu peso, quando a ocasião exigisse, no lado mais fraco e mais ameaçado, a fim de refazer o equilíbrio. Engendrou originalmente essa política o rei Guilherme III da Inglaterra, um holandês de nascimento, duro e experiente. Na sua Holanda natal, ele sofrera com as ambições do Rei Sol francês e, ao tornar-se rei da Inglaterra, dedicou-se a formar coalizões para contrariar Luís XIV sempre que possível. A Inglaterra era o único país europeu cuja *raison d'état* não exigia expansão na Europa. Definindo o interesse nacional como a preservação do equilíbrio europeu, foi o único país que nada quis no continente além de evitar a dominação da Europa por uma única potência. Ao fixar-se neste objetivo, estava disponível para qualquer combinação de nações contrárias a tal iniciativa.

Um equilíbrio de poder brotou aos poucos das coalizões móveis sob liderança britânica contra as tentativas francesas de dominar a Europa. Essa dinâmica jaz na essência de quase todas as guerras do século XVIII, e todas as coalizões promovidas pelos ingleses contra a hegemonia francesa lutaram em nome daquelas liberdades europeias invocadas por Richelieu na Alemanha contra os Habsburgo. O equilíbrio de poder perdurou porque as nações que resistiam à dominação francesa eram fortes demais para uma derrota e porque um século e meio de expansionismo gradualmente esgotou as riquezas da França.

O papel da Inglaterra como força equilibradora refletiu um fato geopolítico da vida. A sobrevivência de uma ilha relativamente pequena junto à costa da Europa estaria em risco se todos os recursos do continente fossem mobilizados sob um único governo. Pois em tal caso a Inglaterra (de antes da união com a Escócia em 1707) tinha população e recursos muito menores e mais cedo ou mais tarde ficaria à mercê de um império continental.

A Revolução Gloriosa da Inglaterra, em 1688, forçou-a a um confronto imediato com Luís XIV da França. A Revolução Gloriosa havia deposto o rei católico, Jaime II. Na busca de um sucessor protestante no continente, a Inglaterra escolheu Guilherme de Orange, rei (governador) da Holanda, detentor de um direito longínquo ao trono inglês mediante seu casamento com Mary, irmã do rei deposto. Junto com Guilherme, a Inglaterra importou uma guerra já iniciada com Luís XIV sobre o que mais tarde veio a ser a Bélgica, uma terra repleta de fortalezas e portos importantes, perigosamente perto da costa inglesa (consideração só surgida com o decorrer do tempo). Guilherme sabia que, se Luís XIV conseguisse ocupar as fortalezas, a Holanda perderia a independência, as possibilidades da dominação francesa na Europa se multiplicariam e assim a Inglaterra estaria diretamente ameaçada. A decisão de Guilherme de enviar tropas inglesas para lutar pela atual Bélgica, contra a França, foi precursora da decisão britânica de lutar pela Bélgica em 1914 quando os alemães a invadiram.

Desse momento em diante, Guilherme liderou a luta contra Luís XIV. Baixo, corcunda e asmático, Guilherme não parecia, à primeira vista, o homem destinado a dobrar o Rei Sol. Porém o príncipe de Orange era dono de uma vontade férrea aliada à extraordinária agilidade mental. Convenceu-se — provavelmente certo — de que se Luís XIV, nessa época já o monarca mais poderoso da Europa, conquistasse os Países Baixos espanhóis (a Bélgica de hoje), a Inglaterra correria perigo. Uma coalizão capaz de refrear o rei francês tinha de se fazer, não como parte da teoria abstrata do equilíbrio de poder, mas pela independência de ambos, os Países Baixos e a Inglaterra. Guilherme viu que, concretizados os desígnios

de Luís XIV sobre a Espanha e possessões, a França seria uma superpotência que nenhuma combinação de estados poderia desafiar. Para evitar esse perigo, em pouco tempo encontrou parceiros. A Suécia, a Espanha, a Savoia, o imperador austríaco, a Saxônia, a República Holandesa e a Inglaterra formaram a Grande Aliança — a maior coalizão de forças alinhadas contra uma única potência que a Europa moderna jamais havia visto. Durante 25 anos (1688-1713), Luís XIV travou guerras quase constantes com esta coalizão. Afinal, a *raison d'état* da França foi refreada pelo interesse particular de outros estados da Europa. A França continuaria o estado mais forte da Europa, porém não hegemônico. Foi um caso didático de equilíbrio de poder.

A hostilidade de Guilherme a Luís XIV não era pessoal nem vinha de algum sentimento antifrancês; refletia sua análise fria do poder e da ambição ilimitados do Rei Sol. Guilherme confessou certa vez, a um ajudante, que se vivesse na década de 1550, quando os Habsburgo ameaçavam ser dominantes, teria sido “um francês como era agora espanhol”¹⁷ — um antecedente da resposta de Winston Churchill, nos anos 1930, à acusação de que era antigermânico: “Se as circunstâncias se invertessem, bem poderíamos ser pró-Alemanha e antifranceses”.¹⁸

Guilherme estaria em perfeitas condições de negociar com Luís XIV quando o equilíbrio de poder fosse assim melhor atendido. Para Guilherme, o caso era simples: a Inglaterra articularia uma certa equivalência entre os Habsburgo e os Bourbon, de modo que o mais fraco fizesse, com a ajuda inglesa, o equilíbrio da Europa. Depois de Richelieu, o lado mais fraco fora a Áustria, portanto a Inglaterra alinhou-se aos Habsburgo contra o expansionismo francês.

A ideia de ser o guardião do equilíbrio não foi bem recebida pelo público inglês quando surgiu. No final do século XVII, a opinião pública inglesa era isolacionista, muito parecida com a dos Estados Unidos de dois séculos depois. Argumentava-se que havia tempo suficiente para reagir a um perigo, quando e se surgisse. Não havia necessidade de lutar contra ameaças hipotéticas baseadas no que algum país *poderia* fazer mais tarde.

Guilherme teve o papel equivalente ao de Theodore Roosevelt nos Estados Unidos, advertindo um povo essencialmente isolacionista de que sua segurança dependia da participação de um equilíbrio de poder no exterior. Sua gente aceitou essa opinião bem mais rapidamente do que os americanos admitiram as de Roosevelt. Cerca de 20 anos após a morte de Guilherme, *The Craftsman*, jornal tipicamente de oposição, observou no equilíbrio de poder um dos "princípios originais e perpétuos da política inglesa", e na paz do continente "um haver essencial à prosperidade de uma ilha que pratica o comércio, donde [...] o esforço permanente do ministério inglês em preservá-la e em restaurá-la quando violada ou perturbada por outros países".¹⁹

O acordo sobre a importância do equilíbrio de poder não abrandou, no entanto, a controvérsia inglesa sobre a melhor estratégia para obtê-la. Havia duas escolas de pensamento, dos dois principais partidos no parlamento, o paralelo de um grande debate nos Estados Unidos após as duas guerras mundiais. Achavam os *whigs* que a Inglaterra só devia envolver-se com o equilíbrio de fato ameaçado, e apenas pelo tempo necessário para dissolver a ameaça. Já para os *tories* a obrigação da Inglaterra era *desenhar*, não só manter o equilíbrio de poder. Os *whigs* eram da opinião de que sempre haveria tempo para atender a um ataque nos Países Baixos depois de ocorrido; os *tories* achavam que esperar para ver permitiria ao agressor alterar irreparavelmente o equilíbrio. Portanto, se a Inglaterra não quisesse combater em Dover, teria de resistir à agressão ao longo do Reno ou em qualquer outra parte da Europa onde o equilíbrio de poder pudesse estar ameaçado. Os *whigs* consideravam as alianças coisas temporárias, a desfazer quando a vitória superasse o objetivo comum, ao passo que os *tories* estimulavam a participação britânica em acordos permanentes que permitissem a Inglaterra esculpir os acontecimentos e preservar a paz.

O *tory* lorde Carteret, ministro do exterior de 1724 a 1744, apresentou um argumento eloquente pelo envolvimento na Europa. Denunciou a tendência *whig* de

fazer pouco caso dos problemas e convulsões do continente, não sair da nossa própria ilha ao encontro do inimigo, só para o comércio e o prazer, e em lugar de encurralar o perigo longe daqui, descansar na segurança, até sermos acordados por um alarme em nossas costas.

A Inglaterra, declarou ele, precisava atender a realidade do seu interesse permanente e defender os Habsburgo como contrapeso à França,

pois se o monarca francês livrar-se um dia de um rival no continente, estaria na firme posse das suas conquistas e talvez reduzisse suas guarnições, abandonasse as fortalezas e dispensasse tropas; porém o tesouro de riquezas que ora povoa as planícies de soldados logo se empregaria em desígnios mais perigosos para nós [...] Devemos, pois, meus senhores [...] apoiar a Casa de Áustria, única potência a ser posta na balança contra os príncipes da família de Bourbon.²⁰

A diferença entre as estratégias de política externa dos *whigs* e dos *tories* era prática e não filosófica; tática e não estratégica; refletia duas avaliações da vulnerabilidade da Inglaterra. A política dos *whigs*, de esperar para ver, espelhava a estimativa de que a margem de segurança da Inglaterra era de fato ampla. Os *tories* consideravam a posição da Inglaterra mais precária. Quase exatamente a mesma diferença que separaria os isolacionistas dos globalistas nos Estados Unidos no século XX. Na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, e nos Estados Unidos do século XX, não foi fácil persuadir os cidadãos de que sua segurança exigia o engajamento permanente em vez do isolamento.

Periodicamente, em ambos os países, surgia um líder que colocava para o povo a necessidade do envolvimento permanente. Wilson produziu a Liga das Nações; Carteret mencionava envolvimento permanente no continente; Castlereagh, ministro do exterior de 1812 a 1821, advogou um sistema de congressos europeus; e Gladstone, primeiro-ministro no final do século XIX, propôs a primeira versão da segurança coletiva. Afinal, fracassaram, pois até depois da Segunda Guerra Mundial, nem o povo inglês nem o povo americano se convenciam da existência de um desafio mortal, até este desabar sobre eles.

Dessa maneira, a Inglaterra tornou-se o poder estabilizador do equilíbrio europeu, de início meio por acaso, depois por estratégia consciente. Sem a dedicação tenaz da Inglaterra ao papel, a França quase certamente teria alcançado a hegemonia sobre a Europa no século XVIII ou XIX, e a Alemanha também, no período moderno. Nesse sentido, Churchill pôde afirmar corretamente, dois séculos depois, que a Inglaterra “preservou as liberdades da Europa”.²¹

No início do século XIX, a Inglaterra transformou sua defesa *ad hoc* do equilíbrio de poder em desígnio consciente. Até então, cuidara da sua política pragmaticamente, de maneira condizente com o caráter do povo britânico, resistindo a qualquer país que ameaçasse o equilíbrio — no século XVIII, invariavelmente, a França. As guerras terminavam num acordo e, em geral, melhoravam um pouco a posição da França, mas num meio-termo, privando-a da hegemonia que era sua verdadeira meta.

Foi a França, inevitavelmente, que ocasionou a primeira declaração detalhada do que a Inglaterra entendia como equilíbrio de poder. Depois de tentar a primazia por um século e meio, em nome da *raison d'état*, a França, após a Revolução, retornara aos antigos conceitos de universalidade. Não invocava mais a *raison d'état* para seu expansionismo, muito menos a glória de seus reis caídos. Após a Revolução, a França entrou em guerra com o resto da Europa a fim de preservá-la e propagar pela Europa os ideais republicanos. Mais uma vez, uma França predominante ameaçava dominar a Europa. Tropas recrutadas e fervor ideológico impulsionavam-lhe os exércitos através da Europa em nome dos princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade. Sob Napoleão, chegaram muito perto de estabelecer uma comunidade europeia com centro na França. Em 1807, exércitos franceses haviam criado reinos satélites ao longo do Reno, na Itália e na Espanha, reduzido a Prússia a potência de segunda categoria e enfraquecido seriamente a Áustria. Somente a Rússia interpunha-se entre Napoleão e o domínio francês da Europa.

Todavia, a Rússia já inspirava uma reação ambivalente — parte esperança e parte medo —, sua sina até os dias de hoje. No início

do século XVIII, a fronteira russa era o rio Dnieper; um século depois, chegou ao Vístula, 800 quilômetros para oeste. No início do século XVIII, a Rússia lutava pela existência contra a Suécia em Poltava, bem no interior da Ucrânia atual. Já em meados do século, participava da Guerra dos Sete Anos e suas tropas pisavam os arredores de Berlim. No fim do século, ela seria o principal agente da retalhação da Polônia.

O simples poder físico da Rússia ficava ainda mais ameaçador pela autocracia impiedosa das suas instituições internas. Seu absolutismo não era mitigado pelo costume ou por uma aristocracia independente e assertiva, como era o caso dos monarcas de direito divino da Europa Ocidental. Na Rússia, tudo dependia dos caprichos do czar. Era muito fácil a política externa russa passar do liberalismo ao conservadorismo, dependendo do humor do czar do momento — como de fato ocorreu sob o czar Alexandre I. Mas na política interna nunca houve uma experiência liberal.

Em 1804, o temperamental Alexandre I, czar de todas as Rússias, fez uma proposta ao primeiro-ministro inglês, William Pitt, o Moço, o inimigo mais implacável de Napoleão. Influenciado pelos filósofos do Iluminismo, Alexandre I considerava-se a própria consciência moral da Europa e estava na fase final do seu fascínio pelas instituições liberais. Nessa disposição de espírito, propôs a Pitt um esquema vago de paz universal, chamando todas as nações a reformarem suas instituições com o propósito de encerrar o feudalismo e adotar o governo constitucional. Os estados reformados renunciariam ao uso da força e submeteriam suas controvérsias ao arbitramento. O autocrata russo foi, portanto, o inacreditável precursor da ideia wilsoniana de que instituições liberais eram pré-requisito da paz, embora nunca tenha ido ao ponto de praticar esses princípios com seu próprio povo. Em poucos anos, ele passaria para o extremo oposto conservador do espectro político.

Pitt achou-se em uma posição, *vis-à-vis* a Alexandre, muito parecida com a de Churchill *vis-à-vis* a Stalin quase 150 anos depois. Precisava desesperadamente do apoio russo contra Napoleão, pois não via como derrotá-lo de outra maneira. Mas não desejava — tal

como Churchill, mais tarde — substituir uma hegemonia por outra, ou endossar a Rússia como árbitro da Europa. Além disso, as dificuldades internas inglesas não deixariam nenhum primeiro-ministro comprometer o país numa paz com base na reforma política e social da Europa. Era causa que jamais motivara uma guerra, pois o povo inglês não se via ameaçado pelos conflitos sociais e políticos do continente, somente por mudanças no equilíbrio de poder.

A resposta de Pitt a Alexandre I incluiu todos esses elementos. Ignorando o clamor russo pela reforma política da Europa, delineava o equilíbrio a ser montado para preservar a paz. Era o esboço de um acordo geral europeu, pela primeira vez desde a Paz da Vestfália, um século e meio antes. Também pela primeira vez o ajuste seria explicitamente baseado nos princípios do equilíbrio de poder.

Pitt apontou a principal causa da instabilidade na fraqueza da Europa Central, que repetidas vezes atraía incursões e tentativas francesas de dominação. Ele era por demais polido e estava muito desejoso de ajuda russa, para insinuar que uma Europa Central, forte o suficiente para resistir às pressões francesas, seria também forte para opor-se ao expansionismo russo. Um acordo europeu devia começar tomando à França todas as suas conquistas pós-revolucionárias e, nesse processo, restaurando a independência dos Países Baixos, o que inscrevia o principal interesse inglês como princípio de acordo.²²

Seria inútil, no entanto, reduzir o predomínio da França se os cerca de 300 estados alemães continuassem a atrair a pressão e a intervenção francesas. Para coibir tais ambições, Pitt considerava necessário criar “grandes massas” no centro da Europa por meio da consolidação dos principados alemães em agrupamentos maiores. Alguns dos estados que se haviam unido à França ou caído vergonhosamente seriam anexados pela Prússia ou pela Áustria. Outros formariam em unidades maiores.

Pitt evitou qualquer referência a um governo europeu. Em vez disso, propôs que Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia garantissem a nova disposição territorial na Europa por intermédio de uma aliança

permanente dirigida contra a agressão francesa — tal como Franklin D. Roosevelt tentou fundar a ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial numa aliança contra a Alemanha e o Japão. Nem a Inglaterra do período napoleônico nem os Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial poderiam imaginar que a maior ameaça à paz futura seria o aliado do momento no lugar do inimigo a ser vencido. Bem demonstra o temor a Napoleão o fato de um primeiro-ministro inglês concordar com o que sempre fora liminarmente rejeitado por seu país — um envolvimento duradouro no continente — e de a Inglaterra perder a flexibilidade tática ao basear sua política na ideia de um inimigo permanente.

A criação do equilíbrio de poder europeu nos séculos XVIII e XIX tem paralelo em certos aspectos do mundo do pós-Guerra Fria. Naquela época — como agora — o colapso de uma ordem mundial gerou grande número de estados que buscavam seus interesses nacionais, desimpedidos de quaisquer princípios restritivos. Como agora, os estados que refaziam a ordem procuravam uma definição de seu papel internacional. Sucedeu que aqueles estados decidiram apenas buscar seus interesses nacionais, deixando o problema para a tal mão invisível. Resta saber se o mundo pós-Guerra Fria encontrará um princípio que segure a busca do poder e do interesse puro e simples. Bem verdade que, quando vários estados interagem, no fim sempre se cria um equilíbrio de poder *de facto*. A questão é se o sistema internacional será um objetivo consciente, ou resultará de uma série de provas de força.

Quando as Guerras Napoleônicas iam chegando ao fim, a Europa estava — pela primeira vez em sua história — pronta para uma ordem internacional baseada no equilíbrio de poder. O turbilhão das guerras do século XVIII e do início do século XIX ensinara a não deixar que o equilíbrio de poder fosse apenas o resíduo da colisão dos estados europeus. O plano de Pitt esboçara um ajuste territorial que retificava as falhas da ordem mundial do século XVIII. Mas os aliados continentais de Pitt haviam aprendido uma lição a mais.

O poder é coisa difícil de avaliar, e a vontade de possuí-lo toma formas demais para que ele seja um guia confiável da ordem

internacional. O equilíbrio funciona melhor escorado num acordo com base em valores comuns. O equilíbrio de poder inibe a *capacidade* para quebrar a ordem internacional; o acordo com base em valores comuns inibe o *desejo* de quebrar a ordem internacional. Poder sem legitimidade leva a provas de força; legitimidade sem poder leva a atitudes vazias.

A combinação de ambos os elementos foi o desafio e o sucesso do Congresso de Viena, que gerou um século sem quebra da ordem internacional por uma grande guerra.

4

O Concerto Europeu

Inglaterra, Áustria e Rússia



Enquanto Napoleão vivia em Elba seu primeiro exílio, os vitoriosos das Guerras Napoleônicas reuniram-se em Viena, em setembro de 1814, para planejar o mundo do pós-guerra. O Congresso de Viena continuou em reunião durante a fuga de Napoleão de Elba e sua derrota final em Waterloo. Nesse ínterim, a necessidade de refazer a ordem internacional tornara-se ainda mais urgente.

O príncipe Von Metternich foi o negociador da Áustria, apesar de, reunido em Viena como estava o congresso, o imperador austríaco jamais distanciar-se do cenário. O rei da Prússia enviou o príncipe Von Hardenberg, e o recém-restaurado Luís XVIII da França contava com Talleyrand, que, desse modo, manteve seu recorde de ter servido a todos os governantes franceses desde antes da revolução. O czar Alexandre I, recusando-se a abrir mão da elevada precedência russa, compareceu pessoalmente. O ministro inglês de estrangeiros, lorde Castlereagh, negociava em nome da Inglaterra.

Estes cinco cumpriram seu desiderato. Após o Congresso de Viena, a Europa gozou do mais longo período de paz que jamais teve. Durante 40 anos não houve uma guerra sequer entre as Grandes Potências, e após a Guerra da Crimeia, em 1854, nenhuma grande guerra aconteceu durante os 60 anos seguintes. O acordo de Viena seguiu o Plano Pitt tão literalmente que quando Castlereagh o

submeteu ao parlamento anexou um esboço do projeto inglês original para mostrar como fora cumprido quase na íntegra.

Paradoxalmente, essa ordem internacional, mais explicitamente criada em nome do equilíbrio de poder que qualquer outra anterior ou desde então, apoiava-se o mínimo no poder. Esse interessante estado de coisas ocorreu em parte porque o equilíbrio foi tão bem preparado que só poderia rompê-lo um grande esforço, muito difícil de empreender. Mas a razão mais importante foi que os países continentais estavam unidos por valores comuns. Não houve apenas um equilíbrio físico, era também moral. O poder e a justiça em harmonia substancial. O equilíbrio de poder reduz as oportunidades de uso da força; um senso de justiça comum reduz o desejo de usar a força. A ordem internacional que não se considere justa será, mais cedo ou mais tarde, desafiada. Mas a maneira como um povo percebe a justiça de uma ordem mundial específica vem de suas instituições internas e de suas opiniões sobre questões táticas de política externa. Por isso, a compatibilidade entre as diversas instituições domésticas é um reforço para a paz. Irônico como possa parecer, Metternich predisse Wilson em que um conceito comum de justiça era uma exigência para a ordem internacional, embora sua ideia de justiça fosse o oposto do que Wilson buscou impor no século XX.

Criar o equilíbrio geral de poder foi relativamente simples. Os estadistas seguiram o Plano Pitt como a planilha de um arquiteto. Ainda não tendo sido inventada a ideia de autodeterminação nacional, não os preocupava nem um pouco talhar estados de homogeneidade étnica no território retomado de Napoleão. A Áustria cresceu na Itália e a Prússia na Alemanha. A República Holandesa ganhou os Países Baixos austríacos (grande parte da atual Bélgica). A França teve de abrir mão de todas as conquistas e voltar às "antigas fronteiras" de antes da Revolução. A Rússia recebeu o coração da Polônia. Em conformidade com sua política contra aquisições no continente, a Inglaterra limitou seus ganhos territoriais ao Cabo da Boa Esperança, na ponta sul da África.

Pelo conceito inglês de ordem mundial, a contraprova do equilíbrio de poder era o desempenho das nações no papel atribuído a cada uma no projeto global — muito à moda dos Estados Unidos considerarem suas alianças após a Segunda Guerra Mundial. Executando esse esquema, a Inglaterra experimentou, em relação aos países continentais, a mesma diferença de perspectiva que os Estados Unidos encontraram durante a Guerra Fria. As nações simplesmente não se definem como meros dentes na engrenagem da segurança. A segurança torna sua existência possível; nunca é o objetivo único, nem mesmo o maior.

A Áustria e a Prússia não se consideravam “grandes massas” mais do que a França e entendeu mais tarde o objetivo da Otan em termos de divisão de trabalho. O equilíbrio global do poder pouco significava para a Áustria e a Prússia se não levasse em conta a complexa relação entre elas e nem considerasse seus papéis históricos.

Após o fracasso dos Habsburgo em chegar à hegemonia na Europa Central, na Guerra dos Trinta Anos, a Áustria desistiu de dominar toda a Alemanha. Em 1806, o resquício do que era o Sacro Império Romano foi abolido. Porém a Áustria ainda se achava a primeira entre iguais e queria evitar que qualquer outro dos estados alemães, especialmente a Prússia, assumisse o histórico papel austríaco de liderança.

E a Áustria tinha toda razão em ficar atenta. Desde que Frederico, o Grande, tomara a Silésia, a pretensão da Áustria a líder na Alemanha fora contestada pela Prússia. Uma diplomacia implacável, dedicação às artes militares e um alto senso de disciplina moveram a Prússia, em um século, de principado de segunda na árida planície do norte da Alemanha a um reino, ainda que a menor das grandes potências, militarmente dos mais notáveis. O formato estranho de suas fronteiras estendia-se pelo norte da Alemanha desde o leste parcialmente polonês até a Renânia um tanto latina (que era separada do território original da Prússia pelo reino de Hanover), dando ao estado prussiano um forte sentido de missão

nacional — mesmo sem objetivo mais nobre que defender seu território fragmentado.

As relações entre os dois maiores estados alemães e as relações deles com os demais estados alemães eram chaves para a estabilidade europeia. Na realidade, pelo menos desde a Guerra dos Trinta Anos, as disposições internas da Alemanha ofereciam à Europa o mesmo dilema: sempre que fraca e dividida, a Alemanha incitava os vizinhos, mormente a França, ao expansionismo. Ao mesmo tempo, a perspectiva da unidade alemã aterrorizava os estados em volta, assim sendo até os nossos dias. O receio de Richelieu de que uma Alemanha unificada pudesse dominar a Europa e esmagar a França foi antevisto por um observador inglês que escreveu em 1609: “[...] quanto à Alemanha, se fosse inteiramente subordinada a uma monarquia, seria terrível para todo o resto”.¹ Historicamente, a Alemanha tem sido ou fraca demais ou forte demais para a paz da Europa.

Os arquitetos do Congresso de Viena concluíram que para a Europa Central ter paz e estabilidade seria necessário desfazer o velho trabalho de Richelieu dos anos 1600. Richelieu criara uma Europa Central débil e fragmentada, dando à França a tentação de cruzar seus limites e transformá-la em virtual *playground* para o exército francês. Em vista disso, decidiram solidificar, mas não unificar, a Alemanha. A Áustria e a Prússia eram os principais estados germânicos, seguidos por vários outros de tamanho médio — entre eles, a Baviera, Württemberg e a Saxônia — que foram aumentados e reforçados. Os 300 e poucos estados de antes de Napoleão viram-se consolidados em cerca de 30, unidos estes numa nova entidade chamada Confederação Germânica. Provendo uma defesa comum contra a agressão externa, a Confederação Germânica mostrou-se criação engenhosa. Era forte demais para ser atacada pela França, mas fraca e descentralizada demais para ameaçar os vizinhos. A Confederação balanceava a força militar superior da Prússia e o prestígio e legitimidade superiores da Áustria. Seu objetivo era evitar a unidade alemã numa base nacional, manter os tronos dos vários príncipes e monarcas alemães

e prevenir a agressão francesa. Foi muito bem-sucedida em todos estes pontos.

Ao negociar com um inimigo derrotado, os vitoriosos que montam um acordo de paz têm de navegar da intransigência, vital para a vitória, até a conciliação, necessária à paz duradoura. Uma paz punitiva hipoteca a ordem internacional, pois sobrecarrega os vencedores, já esgotados pelo esforço de guerra, com a tarefa de submeter permanentemente o outro país votado a derrubar o acordo. Qualquer país com algum agravo é certo encontrar apoio automático da parte derrotada descontente. Foi essa a pedra no sapato do Tratado de Versalhes.

Os vencedores do Congresso de Viena, assim como os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, evitaram esse erro. Não foi coisa fácil ser generoso com a França, que tentara dominar a Europa durante um século e meio e cujos exércitos andaram acampados entre os vizinhos por 25 anos. Contudo, os estadistas de Viena concluíram que a Europa estaria mais segura com a França relativamente satisfeita em vez de ressentida e descontente. A França foi privada das suas conquistas, mas recebeu de volta suas fronteiras “antigas” — isto é, pré-revolucionárias — apesar de isso representar um território bem maior que o do tempo de Richelieu. Castlereagh, o ministro do exterior do adversário mais implacável de Napoleão, argumentou que:

Os excessos contínuos da França ainda podem, sem dúvida alguma, levar a Europa [...] a desmembrar-se [...] mas os aliados devem pegar mais esta chance de garantir a paz que as potências da Europa tanto desejam, deixando claro que, enganados [...] outra vez tomarão das armas, não só em melhor posição, mas com a força moral que, só ela, pode manter os laços desse concerto [...].²

Em 1818, a França foi admitida ao sistema de congressos europeus periódicos que, durante 50 anos, chegou muito próximo de ser um governo europeu.

Certa de que as nações identificavam bem seus interesses para defendê-los quando ameaçados, a Inglaterra talvez pudesse deixar

as coisas nesse ponto. Os ingleses não achavam que uma garantia formal fosse necessária ou que pudesse acrescentar algo ao bom-senso. Os países da Europa Central, no entanto, vítimas bélicas durante um século e meio, queriam garantias tangíveis.

A Áustria, em particular, via perigos que a Inglaterra não conseguia enxergar. Vestígio da era feudal, a Áustria era um império multilíngue, agrupando as muitas nacionalidades da bacia do Danúbio em redor de suas posições históricas na Alemanha e no norte da Itália. Atenta às ondas dissonantes do liberalismo e do nacionalismo que ameaçavam sua existência, a Áustria reivindicava uma teia de freios morais que prevenisse demonstrações de força. A arte admirável de Metternich foi induzir os países principais a submeterem suas controvérsias ao exame de valores comuns. Talleyrand expressou assim a importância de haver algum princípio restritivo:

Com [...] o mínimo de poder de resistência [...] igual ao máximo de poder de agressão [...] haveria um verdadeiro equilíbrio. Mas [...] na situação real só existe um equilíbrio artificial e precário, que dura enquanto certos grandes estados estejam imbuídos de um espírito de moderação e justiça.³

Após o Congresso de Viena, a relação entre o equilíbrio de poder e um sentido comum de legitimidade expressou-se em dois documentos: a Quádrupla Aliança, constituída de Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia; e a Santa Aliança, das três chamadas cortes orientais — Prússia, Áustria e Rússia. No início do século XIX, a França era olhada com a mesma apreensão que viu a Alemanha do século XX — como potência cronicamente agressiva e inerentemente desestabilizadora. Devido a isso, os estadistas em Viena forjaram a Quádrupla Aliança, com o objetivo de cortar no nascedouro, pela força incontestável, quaisquer tendências francesas ainda em brotação. Se os vencedores reunidos em Versalhes, em 1918, criassem uma aliança igual talvez o mundo não tivesse uma Segunda Guerra Mundial.

A Santa Aliança era totalmente diferente; a Europa não assistira a coisa igual desde que Fernando II deixara o trono do Sacro Império Romano, quase dois séculos antes. Foi proposta pelo czar russo, que não conseguia esquecer a missão autoimposta de revisão do sistema internacional e reforma de seus participantes. Em 1804, Pitt havia lhe desinflado a cruzada por instituições liberais; em 1815, Alexandre estava tomado de um clima muito forte de vitória para ser contestado — afora o fato de sua nova cruzada ser pelo oposto do que advogara 11 anos antes. Agora Alexandre servia à religião e aos valores conservadores e queria nada menos que a reforma total do sistema internacional, propondo que “a linha *anteriormente* adotada pelas potências em suas relações seja *fundamentalmente* mudada, *urgente* que é substituí-la por uma ordem de coisas baseada nos elevados valores da religião eterna do nosso Salvador”.⁴

O imperador austríaco brincou dizendo-se confuso entre discutir o assunto no conselho de ministros ou no confessionário. Mas também ele sabia que não poderia juntar-se à cruzada do czar nem rejeitá-la, dando a Alexandre o pretexto de empreendê-la sozinho, o que deixaria a Áustria sem aliados para enfrentar as correntes liberais e nacionais de então. Daí porque Metternich transformou o esboço do czar no que veio a ser conhecido como a Santa Aliança, que interpretava o imperativo religioso como obrigação dos signatários de preservar o *status quo* na Europa. Pela primeira vez na história moderna, as potências europeias haviam se atribuído uma missão comum.

Estadistas ingleses não poderiam aderir a uma iniciativa que estabelecia o direito genérico — praticamente, a obrigação — de intervir nos assuntos internos de outros estados. Castlereagh chamou a Santa Aliança de um “caso de misticismo sublime e absurdo”.⁵ Metternich viu nela, entretanto, a maneira de comprometer o czar na preservação de soberanias legítimas e de, acima de tudo, constrangê-lo de exercer seus impulsos missionários ilimitada e unilateralmente. A Santa Aliança uniu os monarcas conservadores no combate à revolução, mas também os comprometeu na ação conjunta, dando à Áustria, de fato, um

teórico poder de veto sobre as aventuras do seu barulhento aliado russo. Estava implícito no chamado “Concerto Europeu” que nações competitivas em temas específicos solucionariam as questões de estabilidade global pelo consenso.

A Santa Aliança foi o aspecto mais original do acordo de Viena. Seu nome exaltado desviou a atenção de seu significado operacional, que era introduzir um elemento de constrangimento moral nas relações entre as grandes potências. O interesse todo especial que tomaram pela sobrevivência das suas instituições internas fez com que os países continentais evitassem conflitos que ocorreriam muito naturalmente no século anterior.

Seria simples demais o argumento de que instituições domésticas compatíveis garantem por si mesmas um equilíbrio de poder pacífico. No século XVIII, todos os governantes continentais reinavam por direito divino — as instituições eram visivelmente compatíveis. Contudo, os mesmos governantes viviam uma sensação de permanência e faziam guerras intermináveis entre si, precisamente por julgarem suas instituições internas inatacáveis.

Woodrow Wilson não foi o primeiro a crer que a natureza das instituições internas determinava o comportamento externo do estado. Metternich também acreditava nisso, porém baseado em premissas muito diferentes. Enquanto Wilson julgava as democracias amantes da paz e razoáveis pela própria natureza, Metternich as considerava perigosas e imprevisíveis. Após testemunhar o sofrimento que a França republicana infligira à Europa, Metternich identificava a paz com os governos legítimos. Esperava que as cabeças coroadas das antigas dinastias, se não fossem capazes de preservar a paz, pelo menos guardassem a estrutura básica das relações internacionais. Foi assim que a legitimidade se tornou o cimento da ordem internacional.

A diferença entre os modos de Wilson e Metternich verem a justiça interna e a ordem internacional é fundamental para entender os contrastes de visão entre a América e a Europa. Wilson batia-se por princípios que ele próprio julgava revolucionários e novos.

Metternich buscava fixar valores que considerava antigos. Wilson, que governava um país conscientemente criado para libertar o homem, convenceu-se de que valores democráticos comportavam legislação e podiam tornar-se instituições globais inteiramente novas. Metternich, representante de um país antigo cujas instituições haviam surgido gradual e quase imperceptivelmente, não acreditava que direitos se pudessem criar em leis. Direitos, segundo Metternich, vinham da natureza das coisas. Se eram confirmados em leis ou constituições, isso era questão essencialmente técnica, nada tendo a ver com a promoção da liberdade. Metternich considerava a garantia dos direitos um paradoxo: "As coisas que são naturais perdem força quando emergem na forma de imposições arbitrárias [...] Objetos erroneamente submetidos à legislação resultam na limitação, se não na completa anulação, daquilo que se pretende salvaguardar".⁶

Algumas das máximas de Metternich eram racionalizações dos interesses do Império Austríaco, incapaz de adaptar-se ao mundo novo. Mas Metternich também transmitia a convicção racionalista de que leis e direitos existiam na natureza e não por *fiat*. Sua experiência formativa fora a Revolução Francesa, iniciada com a proclamação dos Direitos do Homem e terminada no Reino do Terror. Wilson vinha de uma experiência nacional mais doce e, a 15 anos do surgimento do totalitarismo moderno, não era capaz de conceber aberrações na vontade popular.

No período pós-Viena, Metternich desempenhou papel decisivo na condução do sistema internacional e na interpretação das urgências da Santa Aliança. Metternich foi forçado a este papel, pois a Áustria estava no exato caminho de cada tempestade, e suas instituições internas ficavam cada vez menos compatíveis com as tendências nacionais e liberais do século. A Prússia ambicionava a posição da Áustria na Alemanha e a Rússia cobiçava suas populações eslavas dos Bálcãs. E havia sempre a França, ansiosa por recuperar o legado de Richelieu na Europa Central. Metternich sabia que, realizadas essas ameaças em provas de força, a Áustria iria se exaurir, independentemente do resultado de qualquer conflito

específico. Sua política, então, era evitar crises através da fórmula de um consenso moral e desviar aquelas inevitáveis apoiando discretamente quem se dispusesse ao impacto de um confronto — a Inglaterra ante a França nos Países Baixos, a Inglaterra e a França ante a Rússia nos Bálcãs, os estados menores ante a Prússia na Alemanha.

A extraordinária habilidade diplomática de Metternich permitiu-lhe traduzir verdades diplomáticas comuns em princípios operacionais de política externa. Ele conseguiu convencer os dois aliados mais próximos da Áustria, cada qual em si uma ameaça geopolítica ao Império Austríaco, de que o perigo ideológico da revolução suplantava suas oportunidades estratégicas. Se a Prússia buscasse explorar o nacionalismo alemão, poderia desafiar a proeminência austríaca na Alemanha uma geração antes de Bismarck. Se os czares Alexandre I e Nicolau I apenas tivessem considerado as oportunidades geopolíticas da Rússia, teriam aproveitado melhor a desintegração do Império Otomano, deixando a Áustria em situação perigosa — coisa que seus sucessores fariam, a seu tempo. Ambos preferiram não trabalhar sua posição vantajosa por ser contrária ao princípio dominante de manter o *status quo*. A Áustria, quase no leito de morte após as investidas violentas de Napoleão, começou vida nova com o sistema Metternich, que lhe deu mais 100 anos.

O homem que salvou este império anacrônico e orientou sua política durante quase 50 anos não tinha ido à Áustria até os 13 anos de idade, nem lá morou antes dos 17.⁷ O pai do príncipe Klemens von Metternich foi governador-geral da Renânia — à época, possessão dos Habsburgo. Figura cosmopolita, Metternich sentia-se mais à vontade falando francês que alemão. “Faz muito tempo”, escreveu ele a Wellington em 1824, “que a Europa tem para mim a qualidade de pátria”.⁸ Adversários contemporâneos faziam troça de suas máximas vaidosas de probidade e seus epigramas refinados. Mas Kant e Voltaire teriam compreendido seus pontos de vista. Produto racionalista do Iluminismo, viu-se em meio a uma luta revolucionária alheia ao seu temperamento, forçado ao papel de

principal ministro de um estado em sítio, cuja estrutura não podia modificar.

Sobriedade de espírito e moderação nos objetivos eram o estilo de Metternich: “Pouco chegados a ideias abstratas, aceitamos as coisas como são e buscamos ao máximo evitar ilusões quanto à realidade”.⁹ E “[...] com expressões vagas que numa análise cuidadosa se dissolvem no ar, como a defesa da civilização, nada de tangível pode ser definido”.¹⁰

Nessa atitude, Metternich esforçava-se para não ser arrastado pelas emoções do momento. Logo que Napoleão foi derrotado na Rússia e antes que as tropas russas chegassem à Europa Central, Metternich já identificara a Rússia como ameaça potencial a longo prazo. Num momento em que os vizinhos da Áustria se concentravam em libertar-se do controle francês, ele condicionou a participação da Áustria na coalizão anti-Napoleão a objetivos de guerra compatíveis com a sobrevivência do seu vacilante império. A postura de Metternich foi o contrário daquela assumida pelas democracias na Segunda Guerra Mundial ao verem-se em idêntica situação ante a União Soviética. Como Castlereagh e Pitt, Metternich acreditava que uma Europa Central forte era condição para a estabilidade europeia. Decidido a evitar provas de força se possível, Metternich preocupava-se em estabelecer um estilo moderado tanto quanto em acumular poder primário:

A atitude das potências europeias muda com a situação geográfica. A França e a Rússia têm uma só fronteira, quase invulnerável. O Reno, com sua linha tríplice de fortalezas, garante a tranquilidade da [...] França; um clima horrível [...] torna o rio Niemen uma fronteira igualmente segura para a Rússia. A Áustria e a Prússia estão expostas por todos os lados ao ataque de potências vizinhas. Sob ameaça constante de hegemonia dessas duas potências, Áustria e Prússia só têm descanso numa política moderada, sensata, nas boas relações com os vizinhos e entre si [...].¹¹

Apesar de a Áustria precisar da Rússia como contrapeso da França, era cautelosa com o aliado impetuoso, especialmente devido à inclinação messiânica do czar. Talleyrand comentou não ser por

acaso que o czar Alexandre I era filho do louco czar Paulo. Metternich descrevia Alexandre como “estranha combinação de qualidades masculinas e fraquezas femininas. Fraco demais para lutar por ambições verdadeiras, porém forte demais para a vaidade pura”.¹²

Para Metternich, o problema da Rússia não era tanto conter-lhe a agressividade — esforço que esgotaria a Áustria — mas moderar-lhe as ambições. “Alexandre quer a paz do mundo”, declarou um diplomata austríaco, “não pela paz e suas bênçãos; quer para si mesmo; não incondicionalmente, com reservas mentais: tem de ser ele o árbitro dessa paz; dele deve emanar a calma e a felicidade do mundo e toda a Europa precisa reconhecer que essa tranquilidade é trabalho seu, depende da sua vontade e pode ser quebrada se ele quiser [...]”.¹³

Castlereagh e Metternich não compartilhavam da preocupação de conter uma Rússia inconstante e intrometida. Como ministro do exterior de uma ilha distante da cena de confrontação, Castlereagh só se dispunha a resistir a ataques abertos e, mesmo assim, ataques que ameaçassem o equilíbrio. Já o país de Metternich encontrava-se no centro do continente e não podia correr tais riscos. Precisamente porque Metternich não confiava em Alexandre, insistiu em permanecer colado a ele, concentrando-se em evitar ameaças daquela direção. “Ao primeiro tiro de canhão”, escreveu ele, “Alexandre fugirá de nós à frente da sua comitiva e aí não haverá limites para o que ele considerar suas leis divinamente impostas”.¹⁴

Para diluir o fervor de Alexandre, Metternich adotou uma dupla estratégia. Sob sua liderança, a Áustria era a vanguarda da luta contra o nacionalismo, embora ele fosse absolutamente inflexível em não permitir que a Áustria ficasse em excessiva exposição ou cometesse atos unilaterais. Era ainda mais duro em impedir que outros agissem por conta própria, em parte por temer que o fervor missionário da Rússia se transformasse em expansionismo. Para Metternich, moderação era uma virtude filosófica e uma necessidade prática. Em suas instruções para um embaixador austríaco, ele escreveu certa vez: “É mais importante acabar com as reivindicações

alheias que insistir nas nossas [...] Proporcionalmente, obteremos muito se pedirmos pouco”.¹⁵ Sempre que possível, ele tentava acalmar os esquemas messiânicos do czar envolvendo-o em demoradas consultas e circunscrevendo-o àquilo que o consenso europeu podia tolerar.

A segunda pinça da estratégia de Metternich era a unidade conservadora. Toda vez que era inevitável agir, Metternich recorria a um malabarismo que certa vez descreveu da seguinte maneira: “A Áustria refere tudo à *substância*. A Rússia quer, acima de tudo, a *forma*: a Inglaterra quer a *substância* sem a forma [...] Será nossa tarefa combinar as *recusas* da Inglaterra com as *modas* da Rússia”.¹⁶ A destreza de Metternich possibilitou à Áustria controlar o ritmo dos acontecimentos por uma geração, transformando a Rússia — país que ele temia — em parceira, apelando para a unidade dos interesses conservadores, e a Inglaterra — em que confiava — no último recurso para enfrentar ameaças ao equilíbrio de poder. O resultado inelutável, entretanto, apenas seria adiado. Mesmo assim, ter mantido um velho estado, adepto de valores incompatíveis com os rumos dominantes à sua volta, durante todo um século não foi pouca coisa.

Em seu dilema, quanto mais Metternich se aproximava do czar, mais colocava em risco a conexão inglesa; e quanto mais punha esta em risco, mais *tinha* de ir em direção ao czar para evitar o isolamento. Para Metternich, a combinação ideal teria sido o apoio inglês para preservar o equilíbrio territorial e o apoio russo para sufocar convulsões internas — a Quádrupla Aliança para a segurança geopolítica e a Santa Aliança para a estabilidade doméstica.

Porém, à medida que o tempo passou e a lembrança de Napoleão esmoreceu, essa combinação tornou-se cada vez mais difícil. Quanto mais perto chegavam as alianças de um sistema de segurança coletiva e de um governo europeu, mais a Inglaterra se inclinava a dissociar-se. E quanto mais a Inglaterra se afastava, mais a Áustria dependia da Rússia e com mais rigor defendia o conservadorismo. Um círculo vicioso que não se rompia.

Mesmo com a boa vontade que Castlereagh pudesse ter com os problemas da Áustria, ele não conseguiu levar a Inglaterra a tratar de perigos potenciais, comparados às ameaças reais. “Quando o equilíbrio territorial da Europa for perturbado”, declarou Castlereagh, “*ela* (a Inglaterra) pode interferir de fato, mas ela é o último dos governos de que se pode esperar aventurar-se em qualquer questão de caráter abstrato [...] Lá estaremos, em nosso posto, quando o perigo de fato ameaçar o Sistema da Europa; mas este país não pode — e não vai — agir segundo princípios de precaução abstratos e especulativos.”¹⁷ Sucede que o ponto crucial do dilema de Metternich estava no fato de a necessidade obrigá-lo a tratar como prático o que a Inglaterra considerava abstrato e especulativo. A rebelião era o perigo que a Áustria considerava menos controlável.

Para aplinar os desacordos de princípios, Castlereagh propôs reuniões periódicas, ou congressos de ministros do exterior para analisar o estado de coisas na Europa. O que foi conhecido como o “sistema de congressos” buscava consenso sobre as questões em voga na Europa e o caminho para lidar com elas em base multilateral. A Inglaterra, no entanto, não se sentia inclinada a um sistema de governo europeu, por isto ser parecido demais com a Europa unificada a que os ingleses coerentemente se opunham. Com sua política tradicional muito própria, jamais um gabinete inglês assumira compromisso permanente de analisar os acontecimentos que surgissem sem haver uma ameaça específica. Participar de um governo europeu era ideia que não seduzia a opinião pública inglesa, do mesmo modo como a Liga das Nações não agradaria aos americanos, 100 anos depois e quase pelas mesmas razões.

O ministério inglês evidenciou suas reservas logo na primeira conferência, o Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818. Castlereagh foi despachado com estas instruções de gritante má-vontade:

Aprovamos [uma declaração geral] desta vez, e com muita dificuldade, assegurando [às potências secundárias] que [...] esses encontros periódicos [...] serão limitados a um assunto, ou até mesmo [...] a uma só potência, a França [...] e com o compromisso de não interferir de maneira nenhuma que o direito internacional não permita [...] Nossa

mais autêntica política tem sido sempre a de não interferir exceto em grandes emergências e, quando o fizéssemos, com uma força imbatível.¹⁸

A Inglaterra queria a França sob controle, mas, além disso, prevalecia em Londres o temor duplo dos “envolvimentos continentais” e da Europa unificada.

Houve somente uma ocasião em que a Inglaterra considerou a diplomacia dos congressos compatível com seus objetivos. Durante a revolução grega de 1821, a Inglaterra interpretou o desejo do czar de proteger a população cristã do Império Otomano em declínio, como primeiro estágio do projeto russo de conquistar o Egito. Com interesses estratégicos dos ingleses em jogo, Castlereagh não teve dúvidas em fazer um apelo ao czar, em nome da mesma unidade aliada que até então ele tentara restringir à contenção da França. Como era bem dele, elaborou uma distinção entre questões teóricas e práticas: “A questão da Turquia é de caráter totalmente diferente e considerada pela Inglaterra um assunto prático e não teórico [...]”.¹⁹

Mas o apelo de Castlereagh à Aliança serviu, acima de tudo, para demonstrar sua inerente fragilidade. Uma aliança em que um dos aliados considera seus próprios interesses estratégicos como a única questão prática não confere qualquer segurança adicional aos seus membros. Ela não gera nenhuma obrigatoriedade além daquilo que considerações de interesse nacional teriam levado avante de qualquer maneira. Metternich, sem dúvida alguma, ficava feliz com a óbvia simpatia pessoal de Castlereagh pelos seus objetivos e até mesmo pelo próprio sistema de congressos. Castlereagh, disse um dos diplomatas da Áustria, era “como um grande apreciador de música que está numa igreja; quer aplaudir, mas não ousa”.²⁰ Agora, se nem o estadista inglês de mentalidade mais europeia ousava aplaudir aquilo em que acreditava, o papel da Inglaterra no Concerto Europeu estava fadado a ser transitório e insignificante.

Um pouco como Wilson e sua Liga das Nações, um século depois, os esforços de Castlereagh para levar a Inglaterra a participar de um sistema de congressos europeus foram muito além

do que instituições britânicas representativas podiam tolerar, tanto no nível filosófico quanto estratégico. Castlereagh estava convencido, como Wilson estaria, de que o perigo de nova agressão poderia ser melhor evitado se o país se juntasse a algum fórum europeu permanente que lidasse com ameaças antes que estas explodissem em crises. Ele entendia a Europa melhor que a maioria dos contemporâneos ingleses e sabia que o recém-criado equilíbrio de poder exigia cuidados especiais. Acreditou ter chegado a uma solução aceitável para a Inglaterra, pois não ia além de uma série de reuniões de debate entre os ministros do exterior dos quatro países vencedores e não tinha caráter obrigatório.

Mas mesmo reuniões de debates cheiravam demais a governo europeu para o gabinete inglês. Na realidade, o sistema de congressos jamais venceu as dificuldades iniciais. Quando Castlereagh participou da primeira conferência em Aix-la-Chapelle, em 1818, a França foi admitida no sistema de congressos e a Inglaterra saiu dele. O gabinete recusou a permissão para que Castlereagh participasse dos outros congressos europeus, que depois ocorreram, em Troppau, em 1820, em Laibach, em 1821, e em Verona, em 1822. A Inglaterra ficou à parte do sistema de congressos que seu próprio ministro do exterior havia criado, da mesma maneira que, um século depois, os Estados Unidos se desinteressaram da Liga das Nações proposta por seu presidente. Em cada caso a tentativa do líder do país mais poderoso, de criar um sistema geral de segurança coletiva, fracassou por inibições internas e tradições históricas.

Ambos, Wilson e Castlereagh, acreditavam que a ordem internacional criada após uma guerra catastrófica só seria resguardada pela participação ativa dos principais membros da comunidade internacional, em especial seus próprios países. Para Castlereagh e Wilson, a segurança era coletiva; se uma nação fosse agredida, no final todas seriam vítimas. Com a segurança vista dessa forma inconsútil, era interesse de todos os estados resistir à agressão, e interesse ainda maior impedi-la. Na opinião de Castlereagh, a Inglaterra, malgrado sua posição em questões

específicas, tinha um grande interesse na preservação da paz em geral e na manutenção do equilíbrio de poder. Como Wilson, Castlereagh achava que a melhor maneira de defender esse interesse era participar das decisões que afetavam a ordem internacional e da organização da resistência às violações da paz.

A fragilidade da segurança coletiva está em que os interesses raramente são uniformes e a segurança raramente é assim inteiriça. Os membros de um sistema geral de segurança coletiva, o mais das vezes, concordam mais na inação que numa ação conjunta; ou ficam unidos por meras generalidades rutilantes ou veem a retirada do membro mais poderoso, que se sente mais seguro e, portanto, precisa menos do sistema. Nem Wilson e nem Castlereagh puderam colocar seus países num sistema de segurança coletiva, pois os povos não se sentiam ameaçados pelos perigos previsíveis, preferindo lidar com eles sozinhos ou, se necessário, encontrar aliados no último momento. Para eles, participar da Liga das Nações ou do sistema europeu de congressos era um risco sem aumento de segurança.

Houve, porém, uma enorme diferença entre os dois estadistas anglo-saxões. Castlereagh estava em desarmonia não só com seus contemporâneos, mas com todo o rumo da moderna política externa inglesa. Não deixou legado; nenhum estadista inglês tomou Castlereagh como modelo. Wilson não só foi fiel às fontes originais americanas, como elevou-as a um nível melhor. Todos os seus sucessores foram wilsonianos até certo ponto e a política externa americana moldou-se por suas máximas.

Lorde Stewart, o “observador” inglês que teve permissão para comparecer aos vários congressos europeus, e era meio-irmão de Castlereagh, gastou a maior parte de seu tempo fixando limites ao envolvimento da Inglaterra, em lugar de contribuir para um consenso europeu. Em Troppau, ele submeteu um memorando admitindo o direito de autodefesa, mas insistiu que a Inglaterra “na qualidade de membro da Aliança, não assumia a responsabilidade moral de ter uma polícia europeia”.²¹ No Congresso de Laibach, lorde Stewart foi obrigado a reafirmar que a Inglaterra jamais agiria

contra perigos “hipotéticos”. O próprio Castlereagh expusera a posição britânica num documento de estado de 5 de maio de 1820. A Quádrupla Aliança, disse ele, era um acordo para a “libertação de grande parte do continente europeu do domínio militar da França [...] Jamais foi, portanto, uma união para o governo do mundo ou uma superintendência de assuntos internos dos outros estados”.²²

No final, Castlereagh dividiu-se entre suas convicções e os condicionamentos internos. Não enxergou saída para essa situação insustentável. “Senhor”, disse Castlereagh em sua última entrevista com o rei, “é necessário dar adeus à Europa; só o senhor e eu a conhecemos e a salvamos; ninguém mais além de mim compreende os assuntos do continente”.²³ Quatro dias depois, suicidou-se.

À medida que a Áustria mais dependia da Rússia, o ponto mais crítico para Metternich foi saber por quanto tempo seus apelos aos princípios conservadores do czar impediriam a Rússia de explorar oportunidades nos Bálcãs e na periferia da Europa. A resposta foi quase três décadas, nas quais Metternich lidou com revoluções em Nápoles, na Espanha e na Grécia, enquanto mantinha um consenso europeu e evitava a intervenção russa nos Bálcãs.

Mas a Questão Oriental não desapareceu. Em sua essência, resultava das lutas de independência nos Bálcãs, as várias nacionalidades a tentar libertar-se dos turcos. A desarrumação que ela representava para o sistema Metternich era conflitar com a manutenção do *status quo*, e o fato de que os movimentos de independência voltados para a Turquia amanhã atingiriam a Áustria. Além disso, o czar, adepto mais ferrenho da legitimidade, era também o mais ansioso por interferir, e ninguém — certamente ninguém em Londres ou Viena — acreditava que o czar iria preservar o *status quo* quando seus exércitos marchassem.

Durante um certo tempo, o interesse da Inglaterra e da Áustria em diminuir o choque da queda do Império Otomano sustentou um relacionamento amistoso entre ambas. Por menos que os ingleses se importassem com as questões específicas dos Bálcãs, uma investida russa para os Estreitos (Bósforo e Dardanelos) ameaçava os

interesses britânicos no Mediterrâneo e encontrava uma resistência tenaz. Metternich jamais participou diretamente desse esforço inglês de oposição ao expansionismo russo, ainda que os aprovasse. Sua diplomacia cautelosa e, sobretudo, anônima — afirmando a unidade da Europa, lisonjeando os russos, agradando os ingleses — possibilitou à Áustria preservar sua opção russa enquanto outros se encarregavam de frustrar o expansionismo russo.

A saída de cena de Metternich, em 1848, marcou o início do fim do malabarismo com que a Áustria manobrou os interesses conservadores para manter o acordo de Viena. A legitimidade não podia compensar indefinidamente o declínio regular da posição geopolítica da Áustria ou a crescente incompatibilidade entre suas instituições internas e as tendências nacionais dominantes. Mas a nuance é a essência da arte do estadista. Metternich levou com *finesse* a Questão Oriental, porém seus sucessores, incapazes de adaptar as instituições da Áustria aos tempos, buscaram uma compensação tentando alinhar a diplomacia austríaca com a nova tendência da política de poder, não temperada por um conceito de legitimidade. Aí residiria a desagregação da ordem internacional.

Aconteceu, portanto, que o Concerto Europeu foi, por fim, esmagado na bigorna da Questão Oriental. Em 1854, as grandes potências entraram em guerra pela primeira vez desde os dias de Napoleão. Ironicamente, a Guerra da Crimeia, já condenada pelos historiadores como totalmente evitável e sem sentido, foi desencadeada não pela Rússia, a Inglaterra ou a Áustria — países com vastos interesses na Questão Oriental —, mas pela França.

Em 1852, o imperador francês Napoleão III, recém-chegado ao poder por meio de um golpe, persuadiu o sultão turco a conceder-lhe o título de Protetor dos Cristãos no Império Otomano, que o czar russo tradicionalmente aplicava a si mesmo. Nicolau I ficou furioso porque Napoleão, que ele considerava como um arrivista ilegítimo, tivera o desprazer de pretender substituir a Rússia como protetor dos eslavos nos Bálcãs e exigiu *status* idêntico ao da França. Quando o sultão recebeu mal o emissário russo, a Rússia cortou relações diplomáticas. Lorde Palmerston, que conduziu a política externa

inglesa na metade do século XIX, era morbidamente desconfiado da Rússia e pediu o envio da Marinha Real para a baía de Besika, próxima aos Dardanelos. O czar vivia ainda no espírito do sistema de Metternich: “Vós, os quatro”, disse ele, referindo-se às outras grandes potências, “poder-vos-iam impor a mim, porém isso jamais acontecerá. Posso contar com Berlim e Viena”.²⁴ Mostrando seu descaso, Nicolau ordenou a ocupação dos principados de Moldávia e Valáquia (atual Romênia).

A Áustria, que mais tinha a perder com uma guerra, propôs a solução óbvia — que a França e a Rússia fossem protetoras conjuntas dos cristãos otomanos. Palmerston não era por nenhum dos dois resultados. Para fortalecer a posição de negociação da Inglaterra, enviou a Marinha Real para a entrada do mar Negro. Isso encorajou a Turquia a declarar guerra à Rússia. A Inglaterra e a França apoiaram a Turquia.

As verdadeiras causas da guerra eram, no entanto, mais profundas. Os argumentos religiosos foram pretextos para objetivos estratégicos e políticos. Nicolau cumpria o antigo sonho russo de conquistar Constantinopla e os Estreitos. Napoleão III percebeu a oportunidade de pôr fim ao isolamento da França e de rachar a Santa Aliança por meio do enfraquecimento da Rússia. Palmerston buscava algum pretexto para encerrar, de uma vez por todas, a pressão da Rússia rumo aos Estreitos. Deflagrada a guerra, os navios ingleses entraram pelos Estreitos e começaram a destruição da esquadra russa do mar Negro. Uma força anglo-francesa desembarcou na Crimeia para tomar a base naval russa de Sebastopol.

Estes eventos foram de grande complexidade para os líderes da Áustria. Eles prezavam a amizade tradicional com a Rússia, mas temiam que a investida russa nos Bálcãs aumentasse a agitação das populações eslavas da Áustria. Por outro lado, tomar o partido da velha amiga Rússia na Crimeia daria à França pretexto para atacar os territórios italianos da Áustria.

De início, a Áustria declarou neutralidade, o caminho mais sensato.

Mas o novo ministro do exterior austríaco, o conde Buol, ficou nervoso com aquela inércia e considerou muito séria a ameaça francesa às possessões da Áustria na Itália. Com os exércitos inglês e francês sitiando Sebastopol, a Áustria apresentou um ultimato ao czar, exigindo que a Rússia saísse da Moldávia e da Valáquia. Este foi o fator decisivo para o fim da Guerra da Crimeia — pelo menos foi no que os líderes russos acreditaram desde então.

A Áustria abandonara Nicolau e uma amizade sólida com a Rússia que datava das Guerras Napoleônicas. Superficialidade mais pânico fizeram com que os sucessores de Metternich jogassem fora o legado da unidade conservadora acumulado tão cuidadosamente, às vezes com tanta dificuldade, durante mais de uma geração. Pois uma vez que a Áustria se libertava da amarração dos valores comuns, liberou também a Rússia para uma política própria, estritamente geopolítica. Nessa linha, a Rússia estava fadada ao conflito com a Áustria sobre o futuro dos Bálcãs e, com o tempo, a tentar destruir o Império Austríaco.

A razão por que o acordo de Viena funcionou durante 80 anos foi que as três potências orientais — Prússia, Rússia e Áustria — tinham sua unidade como a barreira essencial ao caos revolucionário e ao domínio francês da Europa. Mas na Guerra da Crimeia, a Áustria (“a câmara dos lordes da Europa”, como chamou Talleyrand) acabou numa incômoda aliança com Napoleão III, que mais ansioso estava por minar a Áustria na Itália e a Inglaterra, sem a menor disposição de envolver-se em causas europeias. A Áustria deixou, assim, que Rússia e Prússia, seus antigos e aquisitivos parceiros de Santa Aliança, fossem atrás de seus interesses nacionais sem constrangimentos. A Prússia exigiu seu preço forçando a Áustria a retirar-se da Alemanha, enquanto a crescente hostilidade da Rússia nos Bálcãs foi por fim um dos gatilhos da Primeira Guerra Mundial, que resultou no colapso da Áustria.

Diante das realidades da política do poder, a Áustria não viu que sua salvação até então fora a adesão europeia à legitimidade. O conceito da unidade conservadora passara as fronteiras nacionais e tendia a abrandar as confrontações da política de poder. O nacionalismo tinha o efeito oposto, exaltando o interesse nacional, acentuando as rivalidades e aumentando os riscos para todos. A Áustria foi a uma disputa que, com as suas vulnerabilidades, não poderia vencer.

Cinco anos após o fim da Guerra da Crimeia, o líder nacionalista italiano Camillo Cavour começou o processo de expulsar a Áustria da Itália ao provocar uma guerra, apoiado na aliança francesa e na aquiescência russa, que antes seriam inconcebíveis. Mais cinco anos e Bismarck derrotaria a Áustria numa guerra pelo domínio na Alemanha. Mais uma vez, a Rússia ficou de fora e a França fez o mesmo, apesar de relutante. Nos dias de Metternich, o Concerto Europeu ter-se-ia reunido e controlado esses distúrbios. A partir daí, a diplomacia se apoiaria mais no poder bruto que em valores comuns. Houve paz por mais 50 anos. Mas a cada década cresciam as tensões e se intensificava a corrida armamentista.

A Inglaterra saiu-se melhor em um sistema movido a política de poder. Inicialmente porque jamais dependera do sistema de congressos para sua segurança; o novo padrão de relações internacionais, para a Inglaterra, era o que sempre fora. Ao longo do século XIX, a Inglaterra tornou-se o país dominante da Europa. Não resta dúvida de que era forte o suficiente para ficar só, tinha as vantagens do isolamento geográfico, inatingível pelas convulsões internas do continente. Mas também o privilégio de ter líderes firmes voltados racionalmente para o interesse nacional.

Os sucessores de Castlereagh não entendiam o continente tão bem quanto ele. Porém mostraram percepção mais segura do interesse nacional inglês, e promoveram-no com habilidade e persistência extraordinárias. George Canning, o sucessor imediato de Castlereagh, tratou de eliminar os últimos laços com que este exercera influência, remota que fosse, no sistema europeu de congressos. Em 1821, um ano antes de suceder Castlereagh,

Canning pedia uma política “neutra de verbo e de fato”.²⁵ “Não vamos nós supor”, discursou ele, “no tolo espírito do romance, que sozinhos fôssemos regenerar a Europa”.²⁶ Tornando-se ministro do exterior, não deixou a menor dúvida de que seu princípio era o interesse nacional, em sua opinião incompatível com a presença constante na Europa: “[...] ligados como somos ao sistema da Europa, não quer dizer que nos devamos imiscuir a toda hora, intervindo imprudente e ativamente nos assuntos das nações que nos cercam”.²⁷

Em outras palavras, a Inglaterra dava-se o direito de seguir sua rota pelos méritos de cada caso, guiada apenas pelo interesse nacional — política em que os aliados eram coadjuvantes ou irrelevantes.

Palmerston deu assim, em 1856, a definição britânica de interesse nacional: “Quando me perguntam [...] pelo que chamam uma política, a única resposta é que nossa intenção é fazer o que venha a ser melhor, a cada ocasião e ocorrência, tendo nos interesses de nosso país o princípio orientador”.²⁸ Meio século depois, a descrição oficial da política externa inglesa não melhorara muito em termos de precisão, como se vê nesta explicação do ministro do exterior, sir Edward Grey: “Os ministros do exterior ingleses têm se guiado pelo que lhes parece o interesse imediato do país, sem cálculos complicados para o futuro”.²⁹

Na maioria dos outros países, declarações assim seriam ridicularizadas como tautológicas — fazemos o que é melhor por acharmos que é melhor. Mas na Inglaterra eram esclarecedoras; muito raramente era preciso definir a expressão “interesse nacional”: “Não temos aliado eterno nem inimigo permanente”, disse Palmerston. A Inglaterra não necessitava uma estratégia formal, pois seus líderes viam o interesse inglês tão bem e tão visceralmente que podiam agir espontaneamente à cada situação surgida, seguros de que seu público os acompanharia. Nas palavras de Palmerston: “Nossos interesses são eternos e nossa obrigação é atendê-los”.³⁰

Era mais fácil os líderes ingleses serem claros sobre o que *não* estavam dispostos a defender, que identificarem um *casus belli* de antemão. Relutavam ainda mais em expressar objetivos positivos, talvez porque lhes agradasse o *status quo*. Certos de reconhecer o interesse nacional inglês quando o vissem, os líderes ingleses não precisavam formulá-lo previamente. Preferiam esperar pelos casos reais — postura impossível para os países continentais, pois estes *eram* os casos reais.

O ponto de vista inglês sobre segurança não diferia daquele dos isolacionistas americanos, no sentido de que a Inglaterra considerava-se imune a todas as convulsões, exceto os verdadeiros dilúvios. Mas os Estados Unidos e a Inglaterra diferiam na relação entre a paz e a estrutura interna. Os líderes ingleses não acreditavam absolutamente na universalização de instituições representativas como chave da paz, caso dos americanos, nem tampouco incomodavam-nos instituições diferentes das suas próprias.

Desse modo, em 1841, Palmerston alinhou para o embaixador britânico em São Petersburgo aquilo a que a Inglaterra resistiria pela força militar e por que não reagiria a simples mudanças internas:

Um dos princípios gerais que o governo de Sua Majestade deseja observar como orientação para as relações entre a Inglaterra e outros estados é que mudanças que nações estrangeiras desejem fazer em sua constituição interna e forma de governo são assuntos em que não cabe à Inglaterra interferir pela força das armas [...].

Porém a atitude de ocupar e apropriar a si mesma territórios que pertencem a outra Nação, é coisa inteiramente diferente; pois tal atentado conduz à desordem do existente equilíbrio de poder e, alterando a força relativa dos estados, pode vir a representar perigo às outras potências; no que diz respeito a esses casos, portanto, o governo inglês considera-se em liberdade total para reagir [...].³¹

Os ministros ingleses, sem exceção, preferiam, acima de tudo, preservar a liberdade de ação do país. Em 1841, Palmerston reafirmou a aversão inglesa às situações abstratas: “[...] não é

comum para a Inglaterra envolver-se em casos que não aconteceram efetivamente, ou que não são uma possibilidade imediata [...]”.³² Quase 30 anos depois, Gladstone levantou o mesmo princípio em carta à rainha Vitória:

A Inglaterra deve reter em mãos os meios de avaliar as próprias obrigações quanto aos vários estágios de fatos, à medida que ocorram; não deve limitar ou privar-se de sua própria liberdade de escolha em virtude de declarações feitas a outras potências, no real ou suposto interesse destas, do qual elas quereriam ser, no mínimo intérpretes conjuntas [...].³³

Insistindo na liberdade de ação, os estadistas britânicos rejeitavam, via de regra, todas as variações da segurança coletiva. O que depois se chamou “isolamento esplêndido” refletia a convicção da Inglaterra de que ela tinha mais a perder que a ganhar com as alianças. Tamanha indiferença só caberia num país suficientemente forte para se ver sozinho, sem previsão de perigos que exigissem assistência de aliados, e seguro de que qualquer risco extremo que o ameaçasse mais ameaçaria seus potenciais aliados. O papel inglês de nação preservadora do equilíbrio europeu dava-lhe todas as opções desejadas ou necessárias. Esta política era possível porque não buscava ganhos territoriais na Europa; a Inglaterra podia escolher as controvérsias europeias em que intervir, pois seu único interesse europeu era o equilíbrio, por mais voraz que fosse em aquisições coloniais no além-mar.

Não obstante, o “isolamento esplêndido” da Inglaterra não a impediu de participar de acordos temporários em circunstâncias especiais. Potência marítima sem um exército permanente, a Inglaterra colaborava ocasionalmente com um aliado continental, que preferia escolher conforme a necessidade. Em tais ocasiões, os líderes ingleses mostravam-se admiravelmente impérvios às animosidades passadas. Durante a secessão entre a Bélgica e a Holanda, em 1830, Palmerston primeiro ameaçou de guerra a França, caso ela tentasse dominar o novo estado; mas anos depois, ofereceu aliar-se a ela para garantir a independência da Bélgica: “A

Inglaterra sozinha não consegue cumprir seus propósitos no continente; precisa de aliados como instrumentos de trabalho”.³⁴

É claro que os vários aliados *ad hoc* da Inglaterra tinham os seus objetivos próprios, em geral o aumento de influência ou de território na Europa. Quando esses objetivos ultrapassavam o que a Inglaterra considerava apropriado, ela trocava de lado ou fazia novas coalizões contra antigos aliados, em defesa do equilíbrio. Essa persistência insensível, essa determinação egoísta valeram à Inglaterra o epíteto de “pérfida Albion”. Esse estilo de diplomacia talvez não fosse particularmente elevado, mas preservou a paz na Europa, especialmente depois que o sistema Metternich começou a puir nas bordas.

O século XIX marcou o apogeu da influência inglesa, a Inglaterra autoconfiante e com toda razão. Era a principal nação industrial e a Royal Navy mandava nos mares. Em uma época de convulsões sociais, a política interna inglesa era admiravelmente tranquila. No que dizia respeito às grandes questões do século XIX — intervenção ou não intervenção, defesa do *status quo* ou colaboração com as mudanças — os líderes britânicos recusavam-se a dogmas. Na guerra pela independência grega, em 1820, a Inglaterra simpatizava com a independência da Grécia do controle otomano, desde que não ameaçasse sua posição estratégica no Mediterrâneo oriental por ampliar a influência russa. Mas em 1840, a Inglaterra interviria para conter a Rússia, apoiando, conseqüentemente, o *status quo* no Império Otomano. Na Revolução Húngara de 1848, a Inglaterra, formalmente não intervencionista, na verdade acolheu bem a restauração russa do *status quo*. Quando a Itália se revoltou contra o domínio Habsburgo em 1850, a Inglaterra foi simpatizante, porém mantendo a posição não intervencionista. Para defender o equilíbrio de poder, a Inglaterra não era categoricamente nem intervencionista nem não intervencionista, nem baluarte da ordem vienense nem potência revisionista. Seu estilo era implacavelmente pragmático e o povo inglês orgulhava-se da capacidade de alcançar seus objetivos no meio da confusão que fosse.

Mas toda política pragmática — aliás, especialmente a política pragmática — deve ter algum princípio fixo para evitar que a maestria tática se dissipe no dispêndio inútil de energia. E o princípio fixo da política externa inglesa, reconhecido ou não, era o papel de protetor do equilíbrio de poder, que exigia, em geral, apoiar o fraco contra o forte. Na época de Palmerston, o equilíbrio de poder chegou a ser princípio tão imutável da política inglesa que dispensava defesa teórica; qualquer política, em determinado momento, era descrita, inevitavelmente, em termos de proteção do equilíbrio de poder. Uma flexibilidade incrível combinava-se com objetivos fixos e práticos. Por exemplo, a determinação de manter os Países Baixos fora do alcance de uma grande potência não mudou entre a época de Guilherme III e a Primeira Guerra Mundial. Em 1870, Disraeli reafirmou este princípio:

O governo deste país sempre afirmou ser do interesse da Inglaterra que a região da costa europeia que se estende de Dunquerque e Ostende às ilhas do Mar do Norte pertençam a comunidades livres e prósperas, que pratiquem a ciência da paz, gozem dos direitos da liberdade e laborem nas atividades comerciais conducentes à civilização humana — e de forma nenhuma esteja na posse de uma grande potência militar [...].³⁵

Mostra o quanto os líderes alemães estavam desinformados, o fato de ficarem verdadeiramente surpresos quando, em 1914, a Inglaterra reagiu à invasão alemã da Bélgica com uma declaração de guerra.

Já bem entrados no século XIX, a preservação da Áustria era um importante objetivo inglês. No século XVIII, Marlborough, Carteret e Pitt travaram várias guerras para evitar que a França consumisse a Áustria. Apesar de a Áustria ter menos a temer de uma agressão francesa no século XIX, os ingleses ainda viam na Áustria o contrapeso à expansão russa em direção aos Estreitos. Quando a Revolução de 1848 ameaçou desintegrar a Áustria, Palmerston declarou:

A Áustria ergue, no centro da Europa, uma barreira contra a usurpação de um lado e a invasão do outro. A independência política e as liberdades da Europa estão ligadas, em minha opinião, à permanência e integridade da Áustria como grande potência europeia; portanto, qualquer coisa que tenda, por contingência direta, ou mesmo remota, a enfraquecer ou mutilar a Áustria, pior ainda, a reduzi-la de potência de primeira categoria a estado secundário, será uma grande calamidade para a Europa, e todo inglês a deve condenar e tentar impedir.³⁶

Após a Revolução de 1848, a Áustria ficou cada vez mais fraca e sua política mais errática, diminuindo sua utilidade como elemento-chave da política inglesa no Mediterrâneo Oriental.

O foco da política da Inglaterra era evitar que a Rússia ocupasse os Dardanelos. As rivalidades austro-russas tocavam muito as intenções russas nas províncias eslavas da Áustria, coisas que não preocupavam mais seriamente a Inglaterra, e o controle dos Dardanelos não era um interesse vital austríaco. A Inglaterra passou então a ver a Áustria como um contrapeso inadequado para a Rússia. Eis por que a Inglaterra não se moveu quando a Áustria foi derrotada pelo Piemonte na Itália e pela Prússia na disputa pela hegemonia alemã — indiferença que seria inconcebível uma geração antes. Após a virada do século, o temor à Alemanha dominaria a política inglesa, e a Áustria, aliada da Alemanha, passou pela primeira vez a adversária nas estimativas britânicas.

No século XIX, ninguém jamais imaginaria possível um dia a Inglaterra aliar-se à Rússia. Na opinião de Palmerston, a Rússia “tinha um sistema de agressão universal em todos os lados, em parte em virtude do caráter pessoal do imperador (Nicolau), em parte por causa do sistema permanente de governo”.³⁷ Opinião que teve eco 25 anos depois, com lorde Clarendon argumentando que a Guerra da Crimeia “foi uma batalha da civilização contra a barbárie”.³⁸ A Inglaterra passou a maior parte do século tentando impedir a expansão russa na Pérsia e nos caminhos para Constantinopla e Índia. Foram necessárias décadas de belicosidade e insensibilidade alemãs para a principal preocupação inglesa com

relação à segurança vir a ser a Alemanha, o que só ocorreu depois da virada do século.

Os governos ingleses mudavam com mais frequência que aqueles das potências orientais. Nenhuma grande figura política da Inglaterra — Palmerston, Gladstone e Disraeli — desfrutou de cargos ininterruptos como Metternich, Nicolau I e Bismarck. No entanto, a Inglaterra manteve uma notável coerência de propósitos. Adotada, uma linha mantinha-se com tenacidade inexorável e confiança obstinada, permitindo à Inglaterra uma influência decisiva a favor da tranquilidade da Europa.

Uma fonte da unidade da Inglaterra em épocas de crise era a natureza representativa das suas instituições políticas. Desde 1700, a opinião pública teve um papel importante na política externa inglesa. País algum da Europa do século XVIII contava com um ponto de vista “da oposição” em política externa; na Inglaterra ele era inerente ao sistema. No século XVIII, os *tories* representavam, em geral, a política externa do rei, tendente à intervenção nas disputas continentais; os *whigs*, como sir Robert Walpole, preferiam manter a distância das controvérsias no continente e buscavam uma ênfase maior na expansão além-mar. No século XIX, os papéis estavam trocados. Os *whigs*, como Palmerston, representavam a política ativista, ao passo que os *tories*, como Derby ou Salisbury, faziam reservas aos envolvimento internacionais. Radicais como Richard Cobden aliavam-se aos conservadores na postura inglesa de não intervenção.

Formando-se a política externa em debates abertos, o povo inglês era de uma unidade extraordinária em períodos de guerra. Por outro lado, uma política externa assim partidária tornava possível — embora incomum — revertê-la quando mudava o primeiro-ministro. Por exemplo, o apoio da Inglaterra à Turquia em 1870 terminou abruptamente quando Gladstone, que considerava os turcos moralmente condenáveis, derrotou Disraeli nas eleições de 1880.

Em todas as épocas, a Inglaterra tratou suas instituições representativas como excepcionais. A política no continente

justificava-se pelo interesse nacional inglês, não ideologicamente. Sempre que a Inglaterra simpatizava com uma revolução, como ocorreu na Itália em 1848, era baseada em elementos eminentemente práticos. Dessa maneira, Palmerston citou aprobativamente o pragmático adágio de Canning: “Quem impede melhorias por serem inovações, mais cedo ou mais tarde é forçado a aceitar as inovações quando estas já não são melhorias”.³⁹ Mas isso era um conselho baseado na experiência, não um clamor pela propagação de instituições e valores ingleses. No século XIX, a Inglaterra julgou os países por suas políticas externas e, exceto no breve interlúdio gladstoniano, foram-lhe indiferentes as estruturas internas.

Apesar de a Inglaterra e os Estados Unidos partilharem de certa distância do cotidiano internacional, a Inglaterra baseava sua versão de isolacionismo em termos muito diferentes. Os Estados Unidos tinham suas instituições democráticas como exemplo para o resto do mundo; a Inglaterra tratava suas instituições parlamentares como desprovidas de relevância para os outros países. Os Estados Unidos passaram a crer que a democracia universal garantiria a paz; achavam mesmo que uma paz confiável não se daria de outro modo. A Inglaterra podia preferir sua estrutura interna, mas não se arriscaria por essa causa.

Em 1848, Palmerston conteve os receios históricos ingleses da deposição da monarquia francesa e da emergência de um novo Bonaparte invocando esta prática regra de estado inglesa: “O princípio invariável de ação da Inglaterra é reconhecer como organização de cada país a organização que o país deliberadamente escolhe”.⁴⁰

Palmerston foi o arquiteto da política externa da Inglaterra por quase 30 anos. Em 1841, Metternich analisou seu estilo pragmático com admiração cética:

[...] o que deseja, então, lorde Palmerston? Quer que a França sinta o poder da Inglaterra, mostrando-lhe que a questão egípcia só terminará quando ele quiser, sem que a França tenha o direito de se meter. Quer

provar às duas potências alemãs que não precisa delas, que basta a ajuda russa para a Inglaterra. Quer manter a Rússia sob controle e trazê-la consigo pela permanente angústia russa de ver a Inglaterra aproximar-se da França outra vez.⁴¹

Não é uma descrição errada do que a Inglaterra entendia por equilíbrio de poder. Afinal de contas, foi o que possibilitou à Inglaterra atravessar no século apenas uma guerra relativamente pequena com outra potência — a Guerra da Crimeia. Sem ser essa a intenção de ninguém quando começou, foi precisamente a Guerra da Crimeia que causou o colapso da ordem de Metternich, forjada com tanto esforço e cuidado no Congresso de Viena. A quebra da unidade entre os três monarcas orientais removeu o elemento moral de moderação da diplomacia europeia. Foram 15 anos de tumulto antes de uma estabilidade nova e muito mais precária.

5

Dois revolucionários

Napoleão III e Bismarck



O colapso do sistema de Metternich, após a Guerra da Crimeia, resultou em quase duas décadas de lutas: a guerra do Piemonte e da França contra a Áustria, em 1859, a guerra pelo Schleswig-Holstein, em 1864, a guerra austro-prussiana, em 1866, e a guerra franco-prussiana, em 1870. Desse tumulto nasceu um novo equilíbrio de poder na Europa. A França, que participou de três guerras e incitara outras, perdeu o predomínio para a Alemanha. E, o que é mais importante, os freios morais do sistema de Metternich desapareceram. A desordem se define pelo aparecimento de um novo termo para designar a política irrestrita do equilíbrio de poder: a palavra alemã *Realpolitik* substituiu o termo francês *raison d'état* sem, no entanto, mudar o significado.

A nova ordem europeia foi obra de dois colaboradores inesperados, posteriormente arquirrivais, o imperador Napoleão III e Otto von Bismarck. Eles ignoraram as velhas devoções de Metternich — de que, em nome da estabilidade, era preciso preservar as legítimas cabeças coroadas da Europa, de que movimentos nacionais e liberais tinham de ser suprimidos e, acima de tudo, de que as relações entre os estados deviam sair do consenso entre governantes de opiniões semelhantes. Ambos fundaram suas diretrizes na *Realpolitik* — a noção de que as relações entre os

estados determinam-se pelo poder bruto e de que os poderosos prevalecerão.

Sobrinho do grande Bonaparte que assolou a Europa, Napoleão III foi na juventude membro de sociedades secretas italianas que lutavam contra a dominação austríaca na Itália. Eleito presidente em 1848, Napoleão, num golpe, fez-se declarar imperador em 1852. Otto von Bismarck descendia de uma eminente família prussiana e foi um vigoroso adversário da revolução liberal de 1848 na Prússia. Bismarck só foi *Ministerpräsident* (primeiro-ministro) em 1862 porque o soberano relutante não teve outra solução para o impasse criado com o parlamento, dividido sobre dotações militares.

Entre eles, Napoleão III e Bismarck conseguiram desfazer o acordo de Viena e, ainda mais, acabar com o senso de moderação que emanava da crença comum nos valores conservadores. É difícil imaginar duas personalidades mais díspares que Bismarck e Napoleão III. O Chanceler de Ferro e a Esfinge das Tulherias identificavam-se na aversão pelo sistema de Viena. Ambos sentiam que a ordem estabelecida por Metternich em Viena em 1815 era um elefante branco. Napoleão III odiava o sistema de Viena por ter sido expressamente criado para conter a França. Apesar de Napoleão III não ter as ambições megalômanas do tio, este enigmático personagem achava que a França podia ocasionalmente ter um ganho territorial, e não queria uma Europa unida obstruindo seu caminho. Além disso, via que o nacionalismo e o liberalismo eram valores que o mundo identificava com a França, e que o sistema de Viena, ao reprimi-los, colocava um freio em suas ambições. A Bismarck desagradava a obra de Metternich porque amarrava a Prússia como parceiro menor da Áustria na Confederação Germânica e ele estava convencido de que a Confederação preservava tantos insignificantes soberanos alemães para estorvar a Prússia. Se a Prússia ia cumprir seu destino e unificar a Alemanha, o sistema de Viena precisava ser demolido.

Com o mesmo desprezo pela ordem estabelecida, os dois revolucionários terminaram em polos opostos nas suas realizações. Napoleão causou o reverso do que se propusera. Acreditando-se o

destruidor do acordo de Viena e a inspiração do nacionalismo europeu, ele lançou a diplomacia europeia em um estado de desordem do qual a França nada ganhou e outras nações se beneficiaram. Napoleão possibilitou a unificação da Itália e involuntariamente favoreceu a unificação da Alemanha, dois eventos que enfraqueceram a França geopoliticamente e solaparam a base histórica da influência francesa na Europa Central. A França não os teria impedido; todavia, a política errática de Napoleão muito fez para acelerar o processo e dissipou a capacidade francesa de criar uma nova ordem favorável a seus interesses de longo prazo. Napoleão queria o fim do sistema de Viena por crer que este isolava a França — até certo ponto era verdade — e, no entanto, ao fim de seu reinado, em 1870, deixou a França mais isolada do que no período Metternich.

O legado de Bismarck foi bem diferente. Poucos estadistas mudaram tanto o curso da história. Antes de Bismarck assumir o poder, esperava-se que a unidade alemã viesse através do tipo de governo parlamentar e constitucional propulsor da Revolução de 1848. Em cinco anos Bismarck estava a pique de resolver o problema da unificação da Alemanha que desconcertara três gerações, mas pelo primado do poder prussiano e não pelo constitucionalismo democrático. A solução de Bismarck jamais fora proposta por qualquer parcela do eleitorado. Por demais democrática para os conservadores, autoritária demais para os liberais, excessivamente voltada ao poder para os legitimistas, a nova Alemanha estava talhada para um gênio que se propunha canalizar as forças que havia desencadeado, internacionais e domésticas, manipulando seus antagonismos — tarefa em que ele foi mestre e que ficou além da capacidade dos seus sucessores.

No seu tempo, Napoleão III era chamado “Esfinge das Tulherias” por acreditar-se que elaborava projetos vastos e brilhantes, cuja natureza ninguém era capaz de discernir até que aos poucos se revelassem. Julgavam-no enigmaticamente esperto por ter findado o isolamento diplomático que sofreu a França sob o sistema de Viena, e desintegrado a Santa Aliança com a Guerra da

Crimeia. Um só líder europeu, Otto von Bismarck, não se enganou com ele desde o início. Na década de 1850, sua descrição sarcástica de Napoleão foi: “Uma inteligência superestimada às expensas do sentimentalismo”.

Como o tio, Napoleão III era obcecado por sua falta de legitimidade. Apesar de considerar-se um revolucionário, ansiava pela aceitação dos reis legítimos da Europa. Obviamente, se a Santa Aliança mantivesse as convicções originais, teria tentado derrubar as instituições republicanas que substituíram a monarquia francesa em 1848. A sanguinolência da Revolução Francesa estava na memória, mas também o fato de a intervenção estrangeira na França ter lançado exércitos revolucionários sobre as nações da Europa em 1792. Por outro lado, um receio idêntico de intervenção estrangeira deixara a França republicana pouco inclinada a exportar sua revolução. Nesse impasse, as potências conservadoras relutantemente resolveram reconhecer a França republicana, que foi de início governada pelo poeta e estadista Alphonse de Lamartine, em seguida por Napoleão, eleito presidente, e finalmente por Napoleão “III” como imperador, em 1852, depois de seu golpe no dezembro anterior derrubar a proibição constitucional de sua reeleição.

Assim que Napoleão III proclamou o Segundo Império ressurgiu a questão do reconhecimento. Dessa vez era o problema de se reconhecer Napoleão como imperador, pois o acordo de Viena havia especificamente banido a família Bonaparte do trono francês. A Áustria foi a primeira a aceitar o inevitável. O embaixador austríaco em Paris, o barão de Hübner, relata um comentário caracteristicamente cínico do seu chefe, o príncipe Schwarzenberg, datado de 31 de dezembro de 1851, que assinalava o fim da era Metternich: “Os dias dos princípios estão encerrados”.¹

A segunda grande preocupação de Napoleão foi saber se os outros monarcas se dirigiam a ele como “irmão,” forma utilizada entre eles, ou por algum modo inferior de tratamento. No final, os monarcas austríaco e prussiano cederam à preferência de Napoleão, apesar de o czar Nicolau I mostrar-se irredutível, recusando-se a ir

além do tratamento de “amigo”. Considerando as opiniões do czar sobre revolucionários, ele sem dúvida achou que já dera a Napoleão mais do que o merecido. Hübner registrou a mágoa das Tulherias: “Dir-se-ia que há um certo desdém por parte das antigas cortes continentais. A remoer o coração do Imperador Napoleão”.²

Fossem tais desconsiderações verdadeiras ou imaginárias, elas mostram o abismo entre Napoleão e os outros monarcas europeus, que foi uma das raízes psicológicas do ataque imprudente e implacável à diplomacia europeia.

A ironia da vida de Napoleão foi sua adequação maior à política interna, que o entediava, do que às aventuras internacionais, para as quais lhe faltavam ousadia e visão. Sempre que parou com sua automissão revolucionária, Napoleão deu contribuições importantes à França. Trouxe-lhe a Revolução Industrial. O estímulo a grandes instituições de crédito teve papel crucial no desenvolvimento econômico da França. Reconstruiu Paris em sua grandiosa aparência moderna. No início do século XIX, Paris ainda era uma cidade medieval de ruas estreitas e sinuosas. Napoleão deu a seu assessor, o barão Haussmann, autoridade e dinheiro para criar a moderna cidade de largos *boulevards*, grandes prédios públicos e vistas majestosas. O fato de que uma das finalidades dessas avenidas largas fosse prover um melhor campo de tiro contra revoluções não diminui a beleza e permanência do empreendimento.

Mas a política externa era a paixão de Napoleão e nela dividiam-no emoções conflitantes. De um lado, jamais poderia realizar seu anelo de legitimidade, sendo a legitimidade de um monarca direito inato que não pode ser concedido. De outro, não admitia entrar para a história como um legitimista. Ele fora um carbonário (lutador da independência) italiano e achava-se defensor da autodeterminação nacional. Ao mesmo tempo, era avesso a grandes riscos. O objetivo final de Napoleão era revogar as cláusulas territoriais do acordo de Viena e alterar o sistema de estados que as formara. Mas nunca entendeu que sua meta resultaria também numa Alemanha unificada, encerrando para sempre as aspirações francesas de dominar a Europa Central.

A natureza errática da sua política refletia, portanto, sua ambivalência. Desconfiado dos “irmãos” monarcas, Napoleão ficou dependente da opinião pública, e sua política oscilava de acordo com a sua avaliação do que manteria sua popularidade. Em 1857, o onipresente barão de Hübner escreveu ao imperador austríaco: “Aos olhos de Napoleão, política externa serve apenas para garantir o seu governo na França, legitimar o seu trono, fundar a sua dinastia [...] Ele não recusaria qualquer meio ou combinação que o torne mais popular em casa”.³

Sendo assim, Napoleão aprisionou-se em crises que ele próprio criou, pois carecia da bússola interna que lhe mantivesse o rumo. A toda hora desencadeava uma crise — ora na Itália, ora na Polônia, depois na Alemanha — apenas para recuar das últimas consequências. Do tio, ele mostrava a ambição, mas não o sangue-frio, nem o gênio, nem, é bom lembrar, a mesma força. Apoiou o nacionalismo italiano enquanto se limitou ao norte da Itália e advogou a independência polonesa se não envolvesse risco de guerra. Quanto aos alemães, simplesmente não soube de que lado ficar. Contou com uma luta prolongada entre Áustria e Prússia, depois caiu no ridículo ao pedir à vencedora Prússia, após o episódio, compensações por sua própria incapacidade de prever o ganhador.

Um congresso europeu para refazer o mapa da Europa estaria mais de acordo com o estilo de Napoleão, pois criava uma situação em que ele poderia brilhar com um risco mínimo. Mas Napoleão também não tinha noção de como exatamente queria as fronteiras alteradas. De qualquer maneira, nenhuma grande potência estava disposta a organizar um fórum desses para atender a suas necessidades internas. Nação alguma concorda em redesenhar suas fronteiras — mormente em desvantagem — a menos que haja enorme necessidade. Enfim, o único congresso que Napoleão presidiu — o Congresso de Paris, que encerrou a Guerra da Crimeia — não refez o mapa da Europa; tão somente confirmou o resultado da guerra. A Rússia foi proibida de ter marinha no mar Negro, ficando, assim, indefesa a outro ataque inglês. Foi também forçada a

devolver à Turquia a Bessarábia e o território de Kars, na costa leste do mar Negro. Além disso, o czar teve de renunciar à sua pretensão de Protetor dos Cristãos Otomanos, causa imediata da guerra. O Congresso de Paris estilhaçou a Santa Aliança, mas nenhum participante quis rever o mapa da Europa.

Napoleão jamais conseguiu o congresso para refazer o mapa da Europa por uma razão simples, que lhe apontou o embaixador inglês, lorde Clarendon: o país que quer grandes mudanças e não se dispõe a grandes riscos, cai no vazio.

Percebo na cabeça do imperador a ideia de um congresso europeu para o *arrondissement* da fronteira francesa, o fim de tratados obsoletos e outros *remaniements* que surjam. *Rabisquei* um catálogo de perigos e dificuldades que tal congresso acarretaria, a menos que as decisões fossem unânimes, o que não é provável, ou que algumas das potências mais fortes entrassem em guerra pelo que desejam.⁴

Palmerston, certa vez, resumiu a estadística de Napoleão III na seguinte observação: “[...] ideias proliferavam em sua cabeça como coelhos”.⁵ O problema é que as ideias não se ligavam a um conceito básico. Na desordem do colapso do sistema de Metternich, a França tinha duas opções estratégicas. Poderia seguir a política de Richelieu e tentar manter a Europa Central dividida. Nesta opção, Napoleão teria de sufocar suas convicções revolucionárias, pelo menos dentro da Alemanha, em favor dos reinantes legítimos existentes, que preferiam a fragmentação da Europa Central. Ou Napoleão poderia puxar uma cruzada republicana, como seu tio, esperando para a França a gratidão dos nacionalistas e, talvez, até mesmo a liderança política da Europa.

Infelizmente para a França, Napoleão adotou ambas as estratégias simultaneamente. Como defensor da autodeterminação, ele pareceu não ver o risco geopolítico dessa posição para a França na Europa Central. Apoiou a revolução polonesa, mas recuou diante das suas consequências. Opôs-se ao acordo de Viena como se este fosse uma afronta à França, e só viu tarde demais que a ordem mundial de Viena era a melhor garantia de segurança também para

a França: a Confederação Germânica devia agir como unidade só em caso de perigo externo esmagador. Os estados componentes eram explicitamente proibidos de unir-se para objetivos ofensivos e nunca teriam chegado a acordo sobre uma estratégia ofensiva — como demonstra o fato de jamais surgir o assunto no meio século de existência da Confederação. A fronteira da França no Reno, inviolável com o acordo de Viena intacto, não se mostrou segura durante um século, após o colapso da Confederação causado pela política de Napoleão.

Napoleão III jamais notou esse elemento fundamental da segurança francesa. Na deflagração da Guerra Austro-Prussiana, em 1866, que acabou com a Confederação, ele escreveu ao imperador austríaco: “Devo confessar que não foi sem uma certa satisfação que assisti à dissolução da Confederação Germânica organizada principalmente contra a França”.⁶

O Habsburgo respondeu com discernimento bem mais profundo: “[...] a Confederação Germânica, organizada com propósitos puramente defensivos, jamais deu a seus vizinhos, durante o meio século da sua existência, motivo de preocupação”.⁷ A alternativa da Confederação Germânica não foi a Europa Central fragmentada de Richelieu, mas uma Alemanha unificada, com população maior que a da França e uma capacidade industrial que logo a ofuscaria. Ao investir contra o acordo de Viena, Napoleão estava transformando um obstáculo defensivo em ameaça ofensiva potencial à segurança francesa.

A prova de um estadista é ser capaz de discernir no turbilhão de decisões táticas os verdadeiros interesses de longo prazo do seu país e montar a estratégia para assegurá-los. Napoleão poderia ter ficado nas aclamações que mereceram suas táticas inteligentes durante a Guerra da Crimeia (ajudadas pela pouca visão dos austríacos) e aproveitado o número maior de opções diplomáticas que então se abriam a ele. O interesse da França era ficar com a Áustria e a Inglaterra, os dois países mais favoráveis ao acordo territorial da Europa Central.

A política do imperador, todavia, era por demais idiossincrática e levada por sua natureza inconstante. Como um Bonaparte, ele nunca estava à vontade colaborando com a Áustria, por mais que a *raison d'état* o ditasse. Em 1858, Napoleão III disse a um diplomata piemontês: "A Áustria é uma retrete pela qual sempre senti, e ainda sinto, a mais viva repugnância".⁸ Sua mania de projetos revolucionários fê-lo guerrear com a Áustria a respeito da Itália em 1859. Napoleão afastou a Inglaterra ao anexar a Savoia e Nice após a guerra, e com suas repetidas propostas de um congresso europeu para discutir as fronteiras da Europa. Para completar seu isolamento, Napoleão sacrificou a opção de aliar a França à Rússia ao apoiar a revolução polonesa em 1863. Tendo levado a diplomacia europeia à instabilidade sob a bandeira da autodeterminação, Napoleão ficou sozinho quando, do torvelinho para que tanto contribuía, uma nação alemã materializou-se para escrever o fim do primado francês na Europa.

Sua primeira jogada pós-Crimeia o imperador a fez na Itália, em 1859, três anos após o Congresso de Paris. Ninguém esperava que Napoleão retomasse à vocação da juventude de querer o norte da Itália livre do governo austríaco. A França pouco tinha a lucrar numa aventura dessas. Bem-sucedida, criaria um estado em posição muito mais forte para bloquear a tradicional via francesa de invasão; se fracassasse, a humilhação seria multiplicada pela nebulosidade do objetivo. E, fossem bem ou mal, exércitos franceses na Itália inquietariam a Europa.

Por esses motivos, o embaixador inglês, lorde Henry Cowley, convenceu-se de que uma guerra francesa na Itália estava além das probabilidades. "Não é do interesse dele entrar em guerra", repetiu Hübner citando as palavras de Cowley. "A aliança com a Inglaterra, estremecida no momento, e bastante recolhida, ainda é a base da política de Napoleão III".⁹ Cerca de três décadas depois, Hübner fez esta reflexão:

Não dava para entender que este homem, no auge da glória, a menos que fosse louco, ou tomado da insensatez dos jogadores, fosse considerar a sério, sem um motivo visível, entrar noutra aventura.¹⁰

Mas Napoleão surpreendeu todos os diplomatas, exceto sua nêmesis, Bismarck, que previra uma guerra francesa contra a Áustria, na verdade esperava por ela como meio de enfraquecer a posição da Áustria na Alemanha.

Em julho de 1858, Napoleão fez um acordo secreto com Camillo Benso di Cavour, primeiro-ministro do Piemonte (reino da Sardenha), o mais forte estado italiano, para cooperarem numa guerra contra a Áustria. Jogada maquiavélica em que Cavour unificaria o norte da Itália e Napoleão receberia do Piemonte, como recompensa, Nice e a Savoia. Em maio de 1859 encontraram um pretexto adequado. A Áustria, sempre descontrolada dos nervos, permitiu-se declarar guerra, exasperada pelas provocações piemontesas. Napoleão fez saber que isso era declaração de guerra à França e mandou seus exércitos para a Itália.

Estranhamente, na época de Napoleão, quando os franceses falavam na consolidação de estados-nações como tendência do futuro, pensavam primeiro na Itália e não na Alemanha, muito mais forte. Os franceses tinham pela Itália uma simpatia e uma afinidade cultural inexistente em relação ao ameaçador vizinho do leste. Além disso, o grande desenvolvimento econômico que colocaria a Alemanha na dianteira das potências europeias apenas se iniciava; ainda não estava claro que a Itália seria menos poderosa que a Alemanha. A cautela da Prússia durante a Guerra da Crimeia convencerá Napoleão de que a Prússia era a mais fraca das grandes potências e incapaz de uma ação vigorosa sem apoio russo. Assim, para Napoleão, uma guerra italiana que enfraquecesse a Áustria reduziria o poder do mais perigoso adversário alemão da França e aumentaria a importância da França na Itália — egrégio erro de julgamento em ambos os sentidos.

Napoleão manteve abertas duas opções contraditórias. Na melhor, faria o papel de estadista europeu: o norte da Itália sacudiria o jugo austríaco e as potências europeias reunir-se-iam em congresso sob o patrocínio de Napoleão e aprovariam as amplas revisões territoriais que ele não conseguira no Congresso de Paris. Na pior, a guerra num impasse, Napoleão seria o manipulador

maquiavélico da *raison d'état*, tirando alguma vantagem da Áustria à custa do Piemonte, em troca do fim da guerra.

Napoleão buscou os dois objetivos simultaneamente. Exércitos franceses venceram em Magenta e Solferino, mas houve tamanha onda antifrancesa na Alemanha que, por um momento, pareceu que os estados alemães menores, temendo nova violência napoleônica, forçariam a Prússia a intervir ao lado da Áustria. Balançado por esse primeiro sinal do nacionalismo alemão e impressionado com sua visita ao campo de batalha em Solferino, Napoleão concluiu um armistício com a Áustria, em Villafranca, dia 11 de julho de 1859, sem informar seus aliados piemonteses.

Além de não atingir nenhum dos seus objetivos, Napoleão enfraquecera muito a posição do seu país na arena internacional. Daí em diante, os nacionalistas italianos levariam os princípios advogados por ele a limites nunca imaginados. A meta de Napoleão de criar um satélite de tamanho médio numa Itália dividida em talvez cinco estados irritou o Piemonte, que não abandonaria sua vocação nacional. A Áustria foi tão inflexível em manter a Venécia quanto Napoleão em devolvê-la à Itália, criando mais uma disputa insolúvel que não envolvia o mínimo interesse francês. A Inglaterra interpretou a anexação de Savoia e Nice como o início de outro período de conquistas napoleônicas e rejeitou todas as iniciativas francesas pela obsessão predileta de Napoleão de um congresso europeu. E o tempo todo os nacionalistas alemães viram na desordem da Europa a oportunidade para suas próprias esperanças de unidade nacional.

A conduta de Napoleão durante a revolta polonesa de 1863 ajudou seu caminho para o isolamento. Revivendo a tradição bonapartiana da amizade com a Polônia, Napoleão tentou primeiro convencer a Rússia a fazer algumas concessões aos súditos rebeldes. Mas o czar nem se dignou a discutir a proposta. Em seguida, Napoleão tentou um esforço conjunto com a Inglaterra, mas Palmerston era por demais cauteloso sobre o volúvel imperador francês. Finalmente, Napoleão voltou-se para a Áustria propondo que ela abrisse mão das suas províncias polonesas para um estado

polonês ainda inexistente e da Venécia para a Itália, buscando compensação na Silésia e nos Bálcãs. A ideia não teve nenhum atrativo para a Áustria, a quem se pedia arriscar a guerra com a Prússia e a Rússia pelo privilégio de ver surgir um satélite francês nas suas fronteiras.

Leviandade custa caro ao estadista, e o preço será pago. Agir no estado de espírito do momento, sem estratégia global, não dá certo indefinidamente. Com Napoleão, a França perdeu a influência sobre os arranjos internos da Alemanha, principal esteio da política francesa desde Richelieu. Para Richelieu, a Europa Central fraca era o elemento principal da segurança francesa, enquanto a política de Napoleão, movida a publicidade, exerceu-se na periferia da Europa, único lugar de ganhos a um risco mínimo. Com o centro de gravidade da política europeia movendo-se em direção à Alemanha, a França ficou só.

Houve um fato pressagioso em 1864. Pela primeira vez desde o Congresso de Viena, a Áustria e a Prússia romperam a tranquilidade da Europa Central, entrando juntas em guerra contra uma potência não germânica em nome de uma causa alemã. A questão em tela era o futuro dos ducados de Schleswig e Holstein, no rio Elba, dinasticamente vinculados à coroa dinamarquesa, e membros, também, da Confederação Germânica. A morte do soberano dinamarquês gerou uma situação política, dinástica e nacional tão complexa que Palmerston comentou, sarcástico, que só três homens a tinham entendido: um morrera, o segundo estava num hospício, e o terceiro era ele próprio, que não lembrava mais.

O cerne da disputa não tinha tanta importância que levasse à coalizão dos dois principais estados alemães contra a pequena Dinamarca, para forçá-la a renunciar a dois antigos territórios alemães ligados à coroa dinamarquesa. Viu-se que a Alemanha era capaz de um ataque, afinal, e que se o mecanismo da Confederação incomodava, as duas superpotências alemãs simplesmente a ignoravam.

Pela tradição do sistema de Viena, a essa altura as grandes potências deveriam reunir-se em congresso para restaurar algo parecido ao *status quo ante*. A Europa, no entanto, debatia-se numa desordem devida em grande parte ao imperador francês. A Rússia não quis se opor aos dois países que a deixaram dar um fim à revolta polonesa. A Inglaterra não gostou do ataque à Dinamarca, mas precisava de um aliado continental para intervir, e a França, o parceiro possível, inspirava pouca confiança.

História, ideologia e *raison d'état* deveriam alertar Napoleão de que os eventos logo adotariam ritmo próprio. Mas ele oscilou entre os princípios da política externa francesa tradicional, cujo objetivo era manter a Alemanha dividida, e o princípio das nacionalidades, inspiração da sua juventude. O ministro do exterior francês, Drouyn de Lhuys, escreveu a La Tour d'Auvergne, embaixador francês em Londres: "Entre os direitos de um país com que há muito simpatizamos, e as aspirações do povo alemão, que devemos também levar em conta, temos de agir com mais circunspeção que a Inglaterra".¹¹

Porém, cabe aos estadistas solucionar, em vez de contemplar as complexidades. Para líderes incapazes de uma escolha entre alternativas, a circunspeção é a desculpa da inação. Napoleão III adotou a sabedoria da inação, deixando que Prússia e Áustria decidissem o futuro dos ducados do Elba. Elas cortaram Schleswig-Holstein da Dinamarca, ocupando-os em conjunto, enquanto o resto da Europa apenas olhava — solução inconcebível no sistema de Metternich. Tomava forma o pesadelo francês da unidade alemã que Napoleão evitava havia uma década.

Bismarck não pretendia compartilhar a liderança da Alemanha e transformou a guerra conjunta de Schleswig-Holstein em mais um erro crasso da Áustria, da série sem fim que em dez anos marcou a erosão progressiva da sua posição de grande potência. A fonte desses erros foi sempre a mesma — a Áustria apaziguando um adversário declarado, tentando colaborar com ele. A estratégia de apaziguar não funcionou melhor com a Prússia do que uma década antes, na Guerra da Crimeia, com a França. Longe de livrar a Áustria

das pressões prussianas, a vitória conjunta sobre a Dinamarca resultou num novo e desfavorável fórum para a pressão. Tocou à Áustria administrar os ducados do Elba, aliada a uma Prússia cujo primeiro-ministro, Bismarck, estava decidido a aproveitar a ocasião para botar as cartas na mesa num território a centenas de quilômetros do solo austríaco e contíguo aos principais domínios da Prússia.

Na tensão crescente, a ambivalência de Napoleão saltou aos olhos: tinha horror à unificação alemã, mas simpatizava com o nacionalismo alemão e enredou-se nesse dilema insolúvel. Ele considerava a Prússia o estado mais genuinamente alemão, escrevendo em 1860

A Prússia encarna a nacionalidade alemã, a reforma religiosa, o progresso comercial, o constitucionalismo liberal. É a maior das monarquias verdadeiramente alemãs. Há nela mais liberdade de consciência, mais iluminismo e mais direitos políticos que na maioria dos estados alemães.¹²

Bismarck subscreveria cada palavra. No entanto, para Bismarck o fato de Napoleão admitir a posição ímpar da Prússia era a chave do eventual triunfo prussiano. No final, a admiração confessa de Napoleão pela Prússia foi mais um alibi para nada fazer. Racionalizando a indecisão como manobra inteligente, Napoleão, na realidade, estimulou a guerra austro-prussiana, em parte por achar que a Prússia perderia. Disse a Alexandre Walewski, seu antigo ministro do exterior, em dezembro de 1865: "Creia-me, caro amigo, a guerra entre a Áustria e a Prússia é uma dessas grandes vantagens inesperadas para nós".¹³ Estranhamente, ao incitar a guerra, Napoleão parece não ter se perguntado por que Bismarck a queria tanto, com tantos sinais de que a Prússia seria derrotada.

Quatro meses antes da guerra austro-prussiana, Napoleão passou do tácito ao explícito. Abertamente a favor da guerra, disse ao embaixador prussiano em Paris, conde Von der Goltz, em fevereiro de 1866:

Peço-lhe que diga ao rei [da Prússia] que poderá contar sempre com a minha amizade. No caso de um conflito entre a Prússia e a Áustria, mantereí a mais absoluta neutralidade. Desejo a reunião dos ducados (Schleswig-Holstein) com a Prússia [...] Se a disputa assumir dimensões inesperadas, sempre poderemos chegar a um acordo com a Prússia, cujos interesses são em muitos pontos idênticos aos da França, ao passo que com a Áustria não vejo em que concordar.¹⁴

Que, na realidade, queria Napoleão? Estaria convencido da probabilidade de um impasse que lhe desse a posição de barganha? Evidentemente esperava concessões prussianas em troca da neutralidade. Bismarck entendia desse jogo. Propôs, se Napoleão ficasse neutro, uma atitude benevolente à conquista francesa da Bélgica, o que traria ainda o benefício de indispor a França com a Inglaterra. Napoleão provavelmente não levou a oferta muito a sério, acreditando que a Prússia perderia; sua jogada visava mais manter a Prússia no caminho da guerra que barganhar por vantagens. Anos depois, o conde Armand, principal assistente do ministro do exterior francês, admitiu: “Nossa única preocupação no ministério do exterior era a Prússia ser esmagada e humilhada demais. Iríamos evitá-lo por uma intervenção oportuna. O imperador queria a Prússia derrotada para em seguida intervir e reconstruir a Alemanha de suas fantasias”.¹⁵

Napoleão tinha em mente uma atualização das tramas de Richelieu. Esperava-se da Prússia uma compensação à França no oeste, por livrá-la da derrota, a Venécia seria entregue à Itália e o novo arranjo alemão resultaria na criação de uma Confederação Alemã do Norte sob auspícios prussianos e um agrupamento alemão do sul apoiado pela França e a Áustria. A falha do esquema estava em que o cardeal sabia estimar relações de forças e lutar de acordo, ao passo que Napoleão não fazia uma coisa nem outra.

Napoleão protelava, esperando uma virada nos fados que lhe desse o prêmio sem risco. Usou a manobra normal de pedir um congresso europeu para afastar a ameaça de guerra. A reação, a essa altura, estava igualmente padronizada. As outras potências, temendo os planos de Napoleão, recusaram-se a comparecer. Para

onde se virasse, lá estava seu dilema: defender o *status quo* abandonando o princípio das nacionalidades; ou estimular o revisionismo e o nacionalismo, pondo em risco os interesses nacionais da França historicamente concebidos. Napoleão buscou uma saída mencionando à Prússia “compensações”, sem especificá-las, o que convenceu Bismarck de que a neutralidade francesa era questão de preço e não de princípios. Goltz escreveu a Bismarck:

A única dificuldade encontrada pelo imperador para uma posição comum de Prússia, França e Itália em congresso é a ausência da compensação à França. Sabe-se o que queremos; sabe-se o que a Itália quer; mas o imperador não consegue dizer o que quer a França e nós não podemos dar sugestões.¹⁶

A Inglaterra declarou que seu comparecimento ao congresso dependia da prévia concordância francesa com o *status quo*. Em vez de aceitar essa confirmação do dispositivo alemão que tanto devia à liderança francesa e ao qual a França devia sua segurança, Napoleão recuou, insistindo que, “para manter a paz, é preciso levar em conta as exigências e paixões nacionais”.¹⁷ Em suma, Napoleão dispunha-se aos riscos de uma guerra austro-prussiana e de uma Alemanha unificada para ter vantagens vagas na Itália, que não afetavam nenhum verdadeiro interesse nacional francês, e ganhos na Europa Ocidental que relutava em especificar. Mas em Bismarck ele enfrentava um mastro que insistia na força da realidade e que usava para seus próprios fins as manobras cosméticas em que Napoleão era exímio.

Houve líderes franceses que viram os riscos que Napoleão corria e perceberam que as tais compensações buscadas não se ligavam a nenhum interesse francês. Em discurso brilhante do dia 3 de maio de 1866, Adolphe Thiers, sólido republicano contrário a Napoleão e mais tarde presidente da França, previu corretamente que a Prússia sairia como a força dominante da Alemanha:

Teremos a volta do império de Carlos V, que antes teve sede em Viena e agora a terá em Berlim, próximo à nossa fronteira e fazendo pressão sobre ela [...] O senhor tem o direito de resistir a essa política em nome

dos interesses da França, pois a França é importante demais para que uma revolução dessa natureza não a ameace seriamente. E tendo lutado dois séculos [...] para destruir esse colosso, aceitará vê-la ressurgir ante seus olhos?!¹⁸

Thiers defendeu em lugar dos devaneios de Napoleão uma política aberta de oposição à Prússia, pretextando defender a independência dos estados alemães — a velha fórmula de Richelieu. A França, afirmou, tinha o direito de resistir à unificação alemã,

primeiro, em nome da independência dos estados alemães [...] segundo, em nome da sua própria independência e, finalmente, em nome do equilíbrio europeu, que é do interesse de todos, do interesse da sociedade universal [...] Hoje tentamos ridicularizar o termo “equilíbrio europeu” [...] mas que é o equilíbrio europeu? É a independência da Europa.¹⁹

Era quase tarde para evitar a guerra entre Prússia e Áustria que mudaria sem apelação o equilíbrio europeu. Analiticamente, Thiers estava correto, mas as premissas dessa política deveriam ter sido estabelecidas uma década antes. Mesmo agora, Bismarck ainda poderia ser contido se a França fizesse a sério a advertência de que não permitiria a derrota da Áustria ou que principados tradicionais como o Reino de Hanover fossem destruídos. Mas Napoleão rejeitou essa linha por esperar que a Áustria vencesse e pelo orgulho de desfazer o acordo de Viena e cumprir a tradição de Bonaparte, acima de qualquer análise dos históricos interesses nacionais franceses. Respondeu a Thiers três dias depois: “Abomino os tratados de 1815 que se querem transformar em fundamento único de nossa política”.²⁰

Pouco mais de um mês após o discurso de Thiers, Prússia e Áustria estavam em guerra. Contra todas as expectativas de Napoleão, a Prússia venceu rápida e decisivamente. Segundo as regras da diplomacia de Richelieu, Napoleão deveria ter auxiliado o perdedor e impedido uma clara vitória prussiana. Mas apesar de ter enviado um corpo de exército para “observar” o Reno, ele tremeu. Bismarck concedeu a Napoleão mediar a paz, apesar de esse gesto

vazio não ocultar a crescente irrelevância da França para as disposições alemãs. No Tratado de Praga de agosto de 1866, a Áustria foi obrigada a retirar-se da Alemanha. Dois estados, Hanover e Hesse-Cassel, que haviam tomado o partido da Áustria na guerra, foram anexados pela Prússia juntamente com Schleswig-Holstein e a cidade livre de Frankfurt. Ao depor seus soberanos, Bismarck deixou claro que a Prússia, que fora um elemento vital da Santa Aliança, abandonava a legitimidade como princípio orientador da ordem internacional.

Os estados do norte da Alemanha que mantiveram a independência foram incluídos na nova criação de Bismarck, a Confederação Alemã do Norte, submetidos à liderança prussiana em tudo, da legislação comercial à política externa. Aos estados germânicos do sul, Baviera, Baden e Württemberg, permitiu-se manterem a independência, ao preço de tratados com a Prússia que botavam seus exércitos sob o comando prussiano em caso de guerra com uma potência de fora. A unificação da Alemanha estava apenas a uma crise de distância.

Napoleão levara seu país a um beco sem saída. Tarde demais tentou uma aliança com a Áustria, que ele havia expulsado da Itália através da ação militar e da Alemanha através da neutralidade. Mas a Áustria perdera o interesse em recuperar quaisquer das posições, preferindo voltar-se à reconstrução do seu império em monarquia dual baseada em Viena e Budapeste e nas possessões nos Bálcãs. A Inglaterra afastou-se diante dos intentos da França no Luxemburgo e na Bélgica; e a Rússia jamais perdoou Napoleão por sua conduta em relação à Polônia.

A França viu-se a cuidar do colapso da sua histórica primazia europeia completamente sozinha. Quanto mais irremediável sua posição, mais Napoleão buscava dar a volta por algum lance brilhante, qual o jogador que dobra sua aposta após cada perda. Bismarck incitara a neutralidade de Napoleão na Guerra Austro-Prussiana acenando com aquisições territoriais — primeiro na Bélgica, depois no Luxemburgo. Estas desapareciam toda vez que Napoleão tentava agarrá-las, pois ele queria a “compensação” dada

de graça, e Bismarck não via mais razão para riscos, quando já tinha o fruto das hesitações de Napoleão.

Humilhado pela impotência e, pior, pela óbvia inclinação da balança europeia contra a França, Napoleão tentou compensar o erro de achar que a Áustria venceria a Guerra Austro-Prussiana levantando a questão da sucessão ao trono espanhol, que vagara. Exigiu uma garantia do rei da Prússia que nenhum príncipe Hohenzollern (a dinastia prussiana) reivindicaria o trono. Foi outro gesto vazio, capaz de produzir, na melhor das hipóteses, um prestígio sem relevância para as relações de poder da Europa Central.

Ninguém jamais superou Bismarck em diplomacia fluida. Em uma de suas jogadas mais hábeis, Bismarck utilizou a atitude de Napoleão para levá-lo a declarar guerra à Prússia em 1870. A exigência francesa de que o rei prussiano obrigasse à renúncia qualquer membro da família que reivindicasse a coroa espanhola era, de fato, provocativa. Mas em lugar de aborrecer-se, o velho e grandioso rei Guilherme, paciente e corretamente recusou a gestão do embaixador francês enviado para conseguir o acordo. O rei mandou um relato do episódio a Bismarck, que reescreveu o telegrama — retirando qualquer palavra que denotasse a paciência e a correção com que o rei, na verdade, tratara o embaixador francês.²¹ Bismarck, à frente do seu tempo, recorreu então à técnica que estadistas subsequentes elevaram a uma forma de arte: liberou o telegrama de Ems para a imprensa. A versão editada do telegrama parecia agora uma reprimenda real à França. Furioso, o público francês exigiu a guerra e Napoleão atendeu.

A Prússia venceu rápida e decisivamente com a ajuda de todos os outros estados alemães. O caminho estava livre para a unificação da Alemanha, proclamada de maneira pouco hábil pela liderança prussiana, no dia 18 de janeiro de 1871, na Galeria dos Espelhos de Versalhes.

Napoleão desencadeara a revolução desejada, só que os resultados saíram ao contrário. O mapa da Europa estava

redesenhado, mas o novo esquema solapava irreparavelmente a influência da França, sem dar a Napoleão o renome por que ansiava.

Napoleão fomentara a revolução sem captar as possíveis consequências. Incapaz de notar a relação de forças e levá-la em conta nas metas de longo prazo, Napoleão falhou na prova. Sua política externa desmoronou, não que lhe faltassem ideias, mas porque ele era incapaz de pôr em ordem o tumulto de aspirações ou de ligá-las à realidade. Buscando publicidade, Napoleão jamais adotou uma linha política única. Ao contrário, seguia uma teia de objetivos, alguns bastante contraditórios. Quando chegou a crise crucial da sua vida, os vários impulsos anularam-se mutuamente.

Napoleão achava o sistema de Metternich humilhante, uma limitação às ambições da França. Conseguiu desmanchar a Santa Aliança ao criar a ruptura entre Áustria e Rússia na Guerra da Crimeia. Mas não soube o que fazer com esse triunfo. De 1853 a 1871, houve um certo caos enquanto a ordem europeia se refazia. Quando se encerrou o período, a Alemanha emergiu como a maior potência do continente. A legitimidade — princípio unificador dos governantes conservadores, que mitigara o rigor do sistema de equilíbrio de poder nos anos de Metternich — virou um *slogan* vazio. O próprio Napoleão contribuíra para isso. Superestimando a força da França, soprara todos os ventos, certo de revertê-los em benefício da França.

No final, a política internacional passou a depender do poder bruto. E num mundo assim, veio um abismo entre a imagem de nação dominante da Europa que a França fazia de si mesma e sua capacidade de cumprir o papel — hiato que aflige a política francesa até os dias de hoje. Durante o reinado de Napoleão III, o fato evidenciou-se em sua incapacidade de levar a cabo intermináveis propostas de um congresso europeu que revisse o mapa da Europa. Napoleão convocou congressos após a Guerra da Crimeia em 1856, antes da guerra italiana em 1859, durante a revolta polonesa em 1863, durante a guerra dinamarquesa em 1864 e antes da Guerra Austro-Prussiana em 1866 — sempre querendo ganhar no tapete a revisão de fronteiras que jamais definiu e pela qual não correria o

risco da guerra. Napoleão não era forte o suficiente para insistir, e seus esquemas eram radicais demais para um consenso.

A inclinação da França por países dispostos a aceitar sua liderança é fator constante na política externa francesa desde a Guerra da Crimeia. Incapaz de dominar numa aliança com a Inglaterra, a Alemanha, a Rússia ou os Estados Unidos, e considerando um *status* menor incompatível com a grandeza nacional e o papel messiânico no mundo, a França buscou liderar pactos com pequenas potências — Sardenha, Romênia e os estados alemães médios, no século XIX; com a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a Romênia no período entre guerras.

A mesma atitude se vê na política externa francesa pós-De Gaulle. Um século após a Guerra Franco-Prussiana, o problema de uma Alemanha mais forte continuou sendo o pesadelo da França. A França fez a opção corajosa da amizade com a temida e admirada vizinha. Contudo, a lógica geopolítica indicaria ligações mais estreitas com os Estados Unidos — ao menos para aumentar as opções. O orgulho francês o impediu, levando a França a buscar, às vezes quixotesicamente, um agrupamento — *qualquer* agrupamento — para equilibrar os Estados Unidos com um consórcio europeu, até o preço de uma eventual primazia alemã. No período moderno, a França agia, às vezes, como espécie de oposição parlamentar à liderança americana, tentando tornar a Comunidade Europeia um líder mundial alternativo e cultivando nações que poderia, ou julgava poder, dominar.

Depois de Napoleão III, a França perdeu a força de impor os ares universalistas herdados da Revolução Francesa, ou o palco adequado a seu fervor missionário. Há mais de um século a França não consegue aceitar o desaparecimento das condições objetivas para a preeminência a que foi levada por Richelieu com a consolidação nacional tendo sido alcançada na Europa. Boa parte da sua diplomacia espinhosa se deve à tentativa de perpetuar o papel de centro da política europeia, num ambiente cada vez mais destoante dessas aspirações. É irônico que o país inventor da *raison*

d'état haja tido de ocupar-se, por quase um século, em adaptar suas aspirações à sua capacidade.

A destruição do sistema de Viena, começada por Napoleão, foi concluída por Bismarck, que chegou à relevância política como o adversário arquiconservador da revolução liberal de 1848. Ele foi, também, o primeiro governante a introduzir o voto universal masculino na Europa, juntamente com o sistema mais amplo de previdência social que o mundo conheceria por 60 anos. Em 1848, Bismarck opôs-se fortemente à oferta da coroa imperial germânica feita ao rei prussiano pelo parlamento eleito. Mas pouco mais de duas décadas depois, ele próprio entregaria a coroa imperial ao rei prussiano, completando a unificação da nação alemã baseada na oposição aos princípios liberais e na capacidade da Prússia de impor sua vontade pela força. Esse feito surpreendente fez a ordem internacional reverter às lutas irrestritas do século XVIII, ainda mais perigosas em virtude da tecnologia industrial e da capacidade de mobilizar vastos recursos nacionais. Não se falou mais na união das cabeças coroadas, na harmonia entre os velhos estados da Europa. Sob a *Realpolitik* de Bismarck, a política externa virou um confronto de forças.

Os feitos de Bismarck eram tão imprevistos quanto ele. O homem do "ferro e sangue" escrevia uma prosa de simplicidade e beleza extraordinárias, amava a poesia e copiava páginas de Byron em seu diário. O estadista da *Realpolitik* tinha um incrível senso de proporção que fazia do poder um instrumento moderador.

Que é um revolucionário? Se a resposta não contivesse ambiguidades, poucos revolucionários teriam sucesso, pois quase sempre partem de uma posição inferior de poder. Eles vencem porque a ordem estabelecida é incapaz de perceber sua própria vulnerabilidade. Ainda mais quando o desafio revolucionário não vem em marcha à Bastilha mas em roupas conservadoras. Poucas instituições têm defesa contra quem lhes promete preservação.

Foi assim com Otto von Bismarck. Sua vida começa no desabrochar do sistema de Metternich, num mundo de três

elementos: o equilíbrio de poder europeu; um equilíbrio interno alemão entre Áustria e Prússia; e um sistema de alianças sobre noções conservadoras comuns. Por uma geração após o tratado de Viena, as tensões internacionais foram fracas, pois os principais estados viram interesse em sua sobrevivência mútua e porque as chamadas cortes do leste — Prússia, Áustria e Rússia — ligavam-se pelos mesmos valores.

Bismarck contestou cada uma dessas premissas.²² Convencido de que a Prússia era o estado alemão mais forte, não precisava da Santa Aliança como elo com a Rússia. Na sua opinião, interesses nacionais comuns eram o elo adequado e a *Realpolitik* prussiana substituía a unidade conservadora. Bismarck não considerava a Áustria uma parceira, mas um obstáculo à missão germânica da Prússia. Contra a opinião de quase todos os contemporâneos, exceto talvez Cavour, o primeiro-ministro piernontês, Bismarck tratou a diplomacia inquieta de Napoleão III como uma oportunidade estratégica, não como ameaça.

Quando Bismarck fez um discurso em 1850 atacando a crença geral de que a unidade alemã exigia instituições parlamentares, seus partidários conservadores de início não perceberam que estavam ouvindo, acima de tudo, um desafio às premissas conservadoras do sistema de Metternich.

A honra da Prússia não consiste em fazer papel de Dom Quixote em toda a Alemanha para celebridades parlamentares contrariadas, que julgam sua instituição local ameaçada. Busco a dignidade da Prússia mantendo-a longe de qualquer ligação ignominiosa com a democracia e jamais deixando que algo ocorra na Alemanha sem a permissão da Prússia.²³

Na aparência, o ataque de Bismarck ao liberalismo era uma aplicação da filosofia de Metternich. Ele continha, no entanto, uma diferença decisiva de ênfase. O sistema de Metternich partia de que a Prússia e a Áustria tinham compromisso com as instituições conservadoras e precisavam uma da outra para denotar as tendências liberais democráticas. Bismarck indicava que a Prússia poderia impor suas preferências; que a Prússia podia ser

conservadora em casa sem ligar-se à Áustria ou a outro estado conservador em política externa; e que não precisava de alianças para resolver seus conflitos internos. Em Bismarck, os Habsburgo viram o mesmo desafio que viera de Richelieu — uma política divorciada de qualquer sistema de valores exceto a glória do estado. E como ante Richelieu, não souberam como lidar com ela nem compreender a essência de sua natureza.

Mas como iria a Prússia manter a *Realpolitik*, sozinha no centro do continente? Desde 1815, a solução da Prússia era aderir à Santa Aliança a quase qualquer preço; a resposta de Bismarck foi o oposto — forjar alianças e relações em todas as direções de modo que a Prússia sempre estivesse mais próxima de cada uma das partes rivais do que estas entre si mesmas. Assim, uma posição de aparente isolamento possibilitaria à Prússia manipular os compromissos das outras potências e vender apoio a quem fizesse o lance mais alto.

Do ponto de vista de Bismarck, a Prússia estaria em posição forte para uma política dessa natureza, pois tinha poucos interesses em política externa a não ser acentuar sua própria posição dentro da Alemanha. Cada uma das potências tinha envolvimento mais complicados: a Inglaterra, não só seu império, mas também o equilíbrio de poder global com os quais se preocupar; a Rússia avançava simultaneamente em direção à Europa do leste, a Ásia e o Império Otomano; a França tinha em mãos um império recém-feito, desígnios na Itália e uma aventura no México; e a Áustria vivia às voltas com a Itália e os Bálcãs, e com o seu papel de liderança na Confederação Germânica. Como a política da Prússia só se interessava pela Alemanha, ela não tinha, na realidade, qualquer questão importante com nenhuma outra potência, exceto a Áustria e, nessa altura, a briga com a Áustria era o que ocupava a mente de Bismarck. O não alinhamento, usando um termo moderno, era o equivalente funcional da política de Bismarck de negociar a colaboração da Prússia num mercado vendedor:

A presente situação obriga-nos a não nos comprometermos antes das outras potências. Não podemos talhar as relações das Grandes Potências entre si como desejamos, mas podemos manter a liberdade de ação para usar em nosso favor as ligações que surgirem [...] Nossas relações com Áustria, Inglaterra e Rússia não impedem a reaproximação com nenhuma delas. Só nossas relações com a França pedem uma atenção especial para podermos manter aberta a opção de seguir com a França tão bem como com as outras [...].²⁴

Essa pista de relações amigáveis com a França de Bonaparte indicava disposição para jogar fora a ideologia — e liberar a Prússia para alianças com qualquer país (com quaisquer instituições internas) que conviesse. A política de Bismarck retomou os princípios de Richelieu, que mesmo sendo cardeal da igreja se opusera ao Sacro Imperador Romano católico quando foi do interesse da França. Assim Bismarck, conservador por convicção, rompia com seus amigos conservadores quando os princípios legitimistas deles restringissem a liberdade de ação da Prússia.

Essa divergência implícita alcançou um ponto crítico em 1856, quando Bismarck, então embaixador prussiano na Confederação Germânica, expôs seu ponto de vista de que a Prússia deveria estar mais próxima de Napoleão III, que, para os conservadores da Prússia, era um usurpador da posição do rei legítimo.

Apresentar Napoleão como potencial interlocutor prussiano foi demais para os eleitores conservadores de Bismarck, que haviam lançado e apoiado sua carreira diplomática. Eles receberam a novidade filosófica de Bismarck com a mesma incredulidade ultrajada que Richelieu encontrara entre seus antigos partidários, dois séculos antes, quando lançou a tese, então revolucionária, de que a *raison d'état* devia ter precedência sobre a religião, e a que em nossos dias receberia a política de Richard Nixon de *détente* com a União Soviética. Para os conservadores, Napoleão III era a ameaça de um novo ciclo de expansionismo francês e, ainda mais, simbolizava os odiados princípios da Revolução Francesa.

Bismarck não discutiu a análise conservadora acerca de Napoleão, assim como Nixon não negava a interpretação

conservadora dos motivos comunistas. Bismarck via no irrequieto governante francês, como Nixon viu na decrépita liderança soviética (vide [Capítulo 28](#)), tanto uma oportunidade como um perigo. Considerava a Prússia menos vulnerável que a Áustria à revolução ou ao expansionismo franceses. E não aceitava a fama de astucioso de Napoleão, observando irônico que a capacidade de admirar os outros não lhe era um traço notável. Quanto mais a Áustria temesse Napoleão, mais fazia concessões à Prússia, e maior seria a flexibilidade diplomática desta.

As razões do rompimento de Bismarck com os conservadores prussianos foram muito parecidas com as da discussão de Richelieu com seus críticos clericais, apenas os conservadores prussianos insistiam em princípios universais políticos, em vez de princípios universais religiosos. Bismarck afirmava que o poder criava sua própria legitimidade; os conservadores respondiam que a legitimidade era um valor além dos cálculos de poder. Para Bismarck, uma avaliação correta do poder implicava autolimitação; os conservadores rezavam que só princípios morais poderiam realmente limitar o poder.

O conflito produziu uma áspera troca de cartas, ao fim da década de 1850, entre Bismarck e seu antigo mentor, Leopold von Gerlach, ajudante de ordens do rei da Prússia, a quem Bismarck tudo devia — o primeiro posto diplomático, o acesso à corte, toda sua carreira.

A troca de cartas entre os dois começou quando Bismarck enviou a Gerlach a recomendação de que a Prússia abrisse uma opção diplomática em relação à França, com uma carta onde ele dava sua opinião da utilidade acima da ideologia:

Não posso fugir à lógica matemática do fato de que a Áustria atual não pode ser nossa amiga. Como ela não concorda com a delimitação de esferas de influência na Alemanha, devemos prever um conflito e agir com diplomacia e mentira no período de paz, usando de toda oportunidade para dar o *coup de grâce*.²⁵

Gerlach, no entanto, não foi capaz de aceitar que a vantagem estratégica justificasse o abandono dos princípios, especialmente em se tratando de um Bonaparte. Insistiu na solução de Metternich — que a Prússia cerrasse com a Áustria e a Rússia e restaurasse a Santa Aliança a fim de impor isolamento à França.²⁶

Gerlach considerou ainda mais absurda outra proposta de Bismarck, de que se convidasse Napoleão para as manobras de um corpo de exército prussiano, pois “esta prova de boas relações com a França [...] aumentaria a nossa influência em todas as relações diplomáticas”.²⁷

A ideia de que um Bonaparte participasse de manobras prussianas enfureceu Gerlach: “Como é possível que um homem da sua inteligência sacrifique seus princípios a um indivíduo como Napoleão? Napoleão é o nosso inimigo natural”.²⁸ Se Gerlach lesse as cínicas anotações de Bismarck — “E daí?” — ter-se-ia evitado o trabalho da carta seguinte, em que reiterou seus princípios antirrevolucionários de uma vida inteira, os mesmos que o haviam levado a apoiar a Santa Aliança e a patrocinar o início da carreira de Bismarck:

Meu princípio político continua a ser a guerra contra a revolução. Nunca se convencerá Napoleão de que ele não está do lado revolucionário. E ele não passará a nenhum outro lado, pois lhe aproveita essa posição [...] Portanto, se meu princípio de opor-me à revolução esta correto [...] cabe-me levá-lo à prática.²⁹

Mas Bismarck não discordava de Gerlach por não o compreender, como supunha Gerlach, mas por compreendê-lo bem demais. A *Realpolitik*, para Bismarck, dependia da flexibilidade de poder explorar-se cada opção disponível sem restrições ideológicas. Como os defensores de Richelieu, Bismarck transferiu o debate para o único princípio que ele e Gerlach tinham em comum, deixando Gerlach em nítida desvantagem — o valor dominante do patriotismo prussiano. A insistência de Gerlach na unidade dos interesses conservadores era, segundo Bismarck, incompatível com a lealdade à pátria de ambos:

A França só me interessa porque afeta a situação de meu país e só podemos fazer política com a França que existe [...] Como um romântico, verto uma lágrima pelo destino de Henrique V (o pretendente Bourbon); como diplomata eu seria seu servo se fosse francês, mas sendo as coisas como são, a França, independentemente do acidente que a dirige, é para mim um peão inevitável no xadrez da diplomacia, onde outro dever não me cabe que servir ao *meu* rei e ao *meu* país (ênfases de Bismarck). Não posso conciliar simpatias e antipatias por potências estrangeiras com meu senso de dever em política externa; vejo mesmo nelas um embrião de deslealdade para com o Soberano e o país a que sirvo.³⁰

Como responderia um prussiano tradicional ao argumento de que o patriotismo prussiano transcendia ao princípio da legitimidade e que, se a circunstância o exigisse, a fé de toda uma geração na unidade dos valores conservadores poderia beirar à deslealdade? Bismarck cortou, implacável, qualquer via de fuga intelectual, rejeitando previamente o argumento de Gerlach de que a legitimidade *era* o interesse nacional da Prússia e, portanto, Napoleão era o inimigo permanente da Prússia:

[...] Eu poderia negá-lo — mas mesmo que você tivesse razão eu não acharia politicamente sensato deixar que outros estados soubessem de nossas apreensões em tempo de paz. Até que ocorra o rompimento que você prevê, acho que seria bom encorajar a crença [...] de que a tensão com a França não é uma falha orgânica de nossa natureza [...].³¹

Em outras palavras, a *Realpolitik* exigia flexibilidade tática e era do interesse nacional prussiano manter em aberto a opção de negociar com a França. A posição de negociação de um país depende das opções que os outros países lhe creditam. Eliminá-las facilita o cálculo dos adversários e restringe o dos praticantes da *Realpolitik*.

O rompimento entre Gerlach e Bismarck tornou-se irreparável em 1860, sobre a atitude prussiana na guerra da França com a Áustria pela Itália. Para Gerlach, a guerra eliminara as dúvidas de que o verdadeiro objetivo de Napoleão III era preparar o cenário para a agressão no estilo do primeiro Bonaparte. Gerlach insistiu, então, que a Prússia apoiasse a Áustria. Já Bismarck viu a

oportunidade — se a Áustria fosse obrigada a retirar-se da Itália, isso poderia servir de antecedente à sua eventual expulsão da Alemanha também. Para Bismarck, as convicções da geração de Metternich haviam se transformado num perigoso lote de inibições:

Eu fico ou caio com meu Soberano, mesmo se achar que ele se afunda estupidamente, mas para mim a França continuará a França, seja governada por Napoleão ou por São Luís e a Áustria é para mim um país estrangeiro [...] Sei que você vai responder que fato e direito não se podem separar, e que uma política prussiana bem concebida requer pureza em assuntos externos, mesmo do ponto de vista utilitário. Posso discutir a questão da utilidade; mas se você coloca antinomias entre direito e revolução, cristianismo e infidelidade, Deus e o diabo, falecem-me argumentos e só me resta dizer que “não sou da sua opinião e você julga em mim o que não lhe compete julgar”.³²

Esta amarga declaração de fé equivaleu à afirmação de Richelieu de que, sendo a alma imortal, o homem deve submeter-se ao julgamento de Deus, mas os estados, sendo mortais, só podem ser julgados pelo que funciona. Como Richelieu, Bismarck não rejeitava os pontos de vista morais de Gerlach como artigos pessoais de fé — provavelmente partilhava da maioria deles; mas negava-lhes relevância para os deveres de estado, elaborando a distinção entre crença pessoal e *Realpolitik*:

Não busquei o serviço do rei [...] O Deus que inesperadamente nele me pôs, antes mostrar-me-á o caminho da saída que deixará sucumbir minha alma. Eu valorizaria demais esta vida [...] se não estivesse convencido que em 30 anos será indiferente para mim que êxitos políticos eu ou o meu país tenhamos alcançado na Europa. Sou até capaz de elucubrar que um dia “jesuítas descrentes” governem a Marca de Brandenburgo (coração da Prússia) juntamente com um absolutismo bonapartista [...] Sou filho de uma época diferente da sua, mas tão honesto no meu tempo quanto você no seu.³³

Esta extraordinária premonição sobre o destino da Prússia um século depois jamais recebeu uma resposta do homem a quem Bismarck devia sua carreira.

Bismarck era, de fato, filho de uma época diferente daquela do seu benfeitor. Bismarck pertencia à era da *Realpolitik*; Gerlach fora talhado pelo período de Metternich. O sistema de Metternich refletira a concepção do século XVIII do universo como uma grande engrenagem, de partes complexamente enredadas, onde o rompimento de uma comprometia a interação das outras. Bismarck representava a nova era tanto nas ciências quanto na política. Ele compreendia o universo não em equilíbrio mecânico, mas em sua versão moderna — consistindo de partículas em fluxo, cujo impacto entre si cria o que é visto como realidade. Sua filosofia biológica afim era a teoria da evolução de Darwin, baseada na sobrevivência do mais bem adaptado.

Movido por tais convicções, Bismarck proclamou a relatividade de *todas* as crenças, inclusive a crença na permanência do seu próprio país. No mundo da *Realpolitik*, era obrigação do estadista avaliar ideias como forças em relação a outras forças relevantes para a tomada de decisões; e os vários elementos valiam pelo ponto até onde podiam servir aos interesses nacionais, e não por ideologias preconcebidas.

No entanto, por mais dura que pudesse parecer a filosofia de Bismarck, ela provinha de um artigo de fé tão sem provas quanto as premissas de Gerlach — a saber, que a análise cuidadosa de uma determinada série de circunstâncias conduziria, necessariamente, todos os estadistas às mesmas conclusões. Assim como Gerlach achava inconcebível que o princípio da legitimidade pudesse inspirar mais que uma interpretação, estava além da compreensão de Bismarck que estadistas divergissem na forma de avaliar os interesses nacionais. Em virtude desse fantástico domínio das nuances do poder e suas ramificações, Bismarck pôde, no decorrer da sua vida, substituir as limitações filosóficas do sistema de Metternich por uma política de moderação. Como essas nuances não eram tão manifestas aos sucessores e imitadores de Bismarck, a aplicação literal da *Realpolitik* levou à dependência excessiva da força militar; e daí a uma corrida armamentista e a duas guerras mundiais.

Sucesso é coisa tão fugaz que os estadistas ao buscá-lo raramente consideram que ele possa trazer seus próprios castigos. Assim, no início da sua carreira, Bismarck estava ocupado em aplicar a *Realpolitik* na destruição do mundo que encontrara, ainda em grande parte dominado pelos princípios de Metternich. Isso requeria afastar da Prússia a ideia de que a liderança austríaca na Alemanha era vital à segurança da Prússia e dos valores conservadores. Por mais que tal fosse verdadeiro na época do Congresso de Viena, já em meados do século XIX, a Prússia não precisava mais da aliança austríaca para preservar sua estabilidade interna ou tranquilidade europeia. Na realidade, segundo Bismarck, a ilusão da necessidade de uma aliança austríaca sobretudo inibia a Prússia de perseguir sua meta de unificar a Alemanha.

Para Bismarck, a história prussiana resplandecia de provas em apoio de sua afirmação da primazia da Prússia na Alemanha e da sua capacidade de aguentar-se sozinha. Pois a Prússia não era apenas mais um estado alemão. Qualquer que fosse sua política doméstica conservadora, esta não era capaz de empanar o brilho nacional que ela havia acumulado por tremendos sacrifícios nas guerras de libertação de Napoleão. Era como se os próprios contornos da Prússia — uma série de enclaves estranhamente burilados, ao longo das planícies do norte da Alemanha, do Vístula ao oeste do Reno — a tivessem destinado à busca da unificação alemã, mesmo aos olhos dos liberais.

Mas Bismarck foi mais além. Contestou a noção geral que identificava o nacionalismo com o liberalismo ou, pelo menos, com a ideia de que a unidade alemã só se faria por meio de instituições liberais:

A Prússia tornou-se grande não em virtude do liberalismo ou do livre-pensamento, mas por uma sucessão de regentes fortes, firmes e sensatos que manearam de maneira prudente os recursos militares e financeiros do estado, retendo-os em mãos para lançá-los com implacável coragem na balança da política europeia quando a oportunidade se apresentava [...].³⁴

Bismarck apoiava-se não só nos princípios conservadores, mas no caráter singular das instituições prussianas; baseava o direito à liderança alemã da Prússia na sua força, não em valores universais. Na opinião de Bismarck, as instituições prussianas eram tão impermeáveis a influências externas que a Prússia poderia aproveitar as correntes democráticas à época como instrumentos de política externa, ameaçando estimular mais liberdade de expressão em casa — a despeito de nenhum rei prussiano haver seguido essa política em quatro décadas, ou nunca:

O senso da Prússia de que o rei é senhor absoluto do país mesmo com todo o exército no exterior não ocorre em nenhum outro estado continental, mormente em nenhuma potência alemã. Isso nos permite aceitar que os assuntos públicos avancem de maneira mais conforme às modas atuais [...] A autoridade real na Prússia é tão sólida que o governo pode, sem risco algum, estimular uma atividade parlamentar muito mais ativa e, assim, influenciar as condições da Alemanha.³⁵

Bismarck rejeitava a visão de Metternich de que a sensação comum de vulnerabilidade interna exigia uma associação estreita entre as três Cortes do Leste. Muito pelo contrário. Como a Prússia não era ameaçada por levantes internos, essa coesão servia de arma para enfraquecer o acordo de Viena pela ameaça às outras potências, especialmente a Áustria, de políticas que agitassem conflitos internos. Para Bismarck, a força das instituições governamentais, militares e financeiras da Prússia abria caminho ao primado da Prússia na Alemanha.

Quando foi indicado representante na Assembleia da Confederação em 1852 e embaixador em São Petersburgo em 1858, Bismarck ascendeu a posições que o deixavam advogar suas políticas. Os relatórios, brilhantemente redigidos e incrivelmente coerentes, insistiam numa política externa não baseada no sentimento nem na legitimidade, mas na avaliação correta do poder. Dessa maneira, Bismarck retomava à tradição de governantes do século XVIII como Luís XIV e Frederico, o Grande. Acentuar a influência do estado tornou-se o objetivo principal, se não único, limitado apenas pelas forças reunidas contra ele:

A política sentimental desconhece a reciprocidade. Esta é uma peculiaridade exclusivamente prussiana.³⁶

Pelo amor de Deus, nada de alianças sentimentais em que a consciência da boa ação é a única recompensa pelo nosso sacrifício.³⁷

[...] A política é a arte do possível, a ciência do relativo.³⁸

Nem o rei tem direito de subordinar os interesses do estado às suas antipatias e simpatias pessoais.³⁹

Na avaliação de Bismarck, a política externa tinha uma base quase científica, possibilitando analisar os interesses nacionais por critérios objetivos. Olhando assim, a Áustria surgiu como um país estrangeiro, não fraterno e, pior, como obstáculo ao legítimo lugar da Prússia na Alemanha: "Nossa política só tem um campo de parada, a Alemanha, precisamente o que a Áustria acredita precisar urgentemente para si mesma [...] Privamo-nos mutuamente do ar que precisamos respirar [...] É um fato que não pode ser ignorado por mais indesejável que seja".⁴⁰

O primeiro rei prussiano a quem Bismarck serviu como embaixador, Frederico Guilherme IV, dividia-se entre o conservadorismo legitimista de Gerlach e as oportunidades inerentes à *Realpolitik* de Bismarck. Bismarck insistia em que a consideração pessoal do seu rei para com o estado alemão tradicionalmente maior não podia inibir a política prussiana. Visto que a Áustria jamais aceitaria a hegemonia prussiana na Alemanha, a estratégia de Bismarck era enfraquecer a Áustria sempre que possível. Em 1854, durante a Guerra da Crimeia, Bismarck quis que a Prússia explorasse o rompimento da Áustria com a Rússia e atacasse a ainda parceira da Prússia na Santa Aliança sem outra justificativa que a boa oportunidade: "Se conseguirmos levar Viena a não considerar um ataque da Prússia à Áustria coisa impossível, logo teremos notícias mais sensatas daquela direção [...]".⁴¹

Em 1859, durante a guerra da Áustria com a França e o Piemonte, Bismarck retomou o tema:

A situação mais uma vez nos acena com um grande prêmio se deixarmos aprofundar-se a guerra entre a Áustria e a França e partirmos para o sul com o nosso exército. Poremos os marcos de fronteira em nossas

mochilas e só vamos cravá-los de novo no chão quando chegarmos ao Lago Constança, ou pelo menos às regiões onde a fé protestante já não predomine.⁴²

Metternich veria nisso uma heresia, mas Frederico, o Grande, teria aplaudido a adaptação inteligente por um discípulo de sua própria lógica para tomar a Silésia.

Bismarck submeteu o equilíbrio de poder europeu à mesma análise relativista e fria que utilizava para a situação interna alemã. No auge da Guerra da Crimeia, Bismarck esboçou as principais opções para a Prússia:

Temos três ameaças possíveis: 1. Uma aliança com a Rússia; e é tolice jurarmos não ir com a Rússia. Mesmo que fosse verdade, manter a opção como ameaça. 2. Jogarmo-nos aos braços da Áustria, com recompensa à custa de pérfidos confederados alemães. 3. Uma mudança ministerial à esquerda que nos deixe tão "ocidentais" que ultrapassemos a Áustria por completo.⁴³

No mesmo despacho havia outras opções prussianas igualmente válidas: aliança com a Rússia contra a França (de certo baseada na comunidade de interesses conservadores); acordo com a Áustria contra os estados germânicos secundários (e presumivelmente contra a Rússia); e mudança interna para o liberalismo dirigida contra a Áustria e a Rússia (em combinação com a França, é de supor). Como Richelieu, Bismarck sentia-se livre para escolher, podendo aliar-se com a Rússia, a Áustria ou a França; a escolha só dependendo de quem melhor atenderia aos interesses nacionais prussianos. Apesar de ferrenho adversário da Áustria, Bismarck bem podia aceitar um acordo com Viena em troca de compensação adequada na Alemanha. E mesmo arquiconservador em questões internas, Bismarck não via dificuldade em virar a política da Prússia para a esquerda, se isso atendesse a um fim de política externa, pois a política interna também era um instrumento de *Realpolitik*.

Movimentos para alterar o equilíbrio de poder obviamente ocorreram, mesmo no apogeu do sistema Metternich. Mas naquele tempo haveria esforços para legitimar a mudança pelo consenso

européu. O sistema Metternich fazia mudanças por meio de congressos europeus, em vez de ameaças e contra-ameaças em política externa. Bismarck seria o último a negar a eficácia do consenso moral. Mas para ele era apenas um elemento do poder; entre muitos. A estabilidade da ordem internacional dependia precisamente dessa gradação. Querer mudanças sem ao menos aparentar respeito a tratados existentes, a valores comuns ou ao Concerto Europeu era uma revolução diplomática. Com o tempo, a aceitação do poder como critério único levou as nações a corridas armamentistas e políticas de confrontação.

As opiniões de Bismarck foram apenas acadêmicas enquanto o fundamento do Tratado de Viena — a unidade das cortes conservadoras de Prússia, Áustria e Rússia — esteve intacto, e a Prússia não ousou romper sozinha essa unidade. A Santa Aliança desmoronou rápida e inesperadamente após a Guerra da Crimeia, quando a Áustria abandonou o destro anonimato com que Metternich afastava crises de seu frágil império e, com muita hesitação, aderiu aos inimigos da Rússia. Bismarck logo viu que a Guerra da Crimeia produzira uma reviravolta diplomática. “O dia das contas chegará,” disse ele, “ainda que leve alguns anos”.⁴⁴

Aliás, talvez o melhor documento sobre a Guerra da Crimeia foi um escrito de Bismarck, analisando a situação ao fim da guerra, em 1856. O despacho, como sempre, denotava total flexibilidade diplomática e ausência completa de escrúpulos quanto a possíveis oportunidades. A historiografia alemã, apropriadamente, chama a mensagem de Bismarck *Pracht Berich* ou “Memorando Mestre”. Nela estava a essência da *Realpolitik*, ainda que ousada demais para o destinatário, o primeiro-ministro prussiano Otto von Manteuffel, cujas notas à margem o mostram nada convencido.

Bismarck abria mostrando a excepcional posição favorável de Napoleão ao fim da Guerra da Crimeia. Daí, observou ele, todos os estados da Europa buscariam a amizade da França, com perspectiva maior de sucesso para a Rússia:

A aliança de França e Rússia é natural demais para não ocorrer [...] Até aqui a firmeza da Santa Aliança [...] afastou os dois estados; mas falecido o czar Nicolau, e a Santa Aliança dissolvida pela Áustria, nada mais impede a reaproximação de dois estados com zero de interesses conflitantes.⁴⁵

Bismarck previu que a Áustria havia caído numa armadilha da qual não poderia escapar empurrando o czar para Paris. Pois para manter o apoio do exército de Napoleão necessitaria do que servisse de "pretexto não muito arbitrário e injusto de intervenção. A Itália é ideal para o papel. As ambições da Sardenha, as lembranças de Bonaparte e Murat justificam o bastante, e o ódio à Áustria abre caminho".⁴⁶ Foi, como se sabe, exatamente o que aconteceu três anos depois.

Como posicionar-se a Prússia ante a inevitável cooperação franco-russa e o provável conflito franco-austríaco? Pelo método de Metternich, a Prússia deveria firmar sua aliança com a Áustria conservadora, reforçar a Confederação Germânica, criar ligações estreitas com a Inglaterra e tentar afastar a Rússia de Napoleão.

Bismarck pôs a baixo uma por uma dessas linhas de ação. As forças terrestres da Inglaterra eram desprezíveis contra uma aliança franco-russa: Áustria e Prússia teriam, no final, de aguentar o impacto da batalha. Tampouco a Confederação Germânica podia acrescentar à força efetiva:

Ao lado da Rússia, da Prússia e da Áustria, a Confederação Germânica provavelmente se manteria inteira, por acreditar na vitória mesmo sem o seu apoio. Mas numa guerra em duas frentes, a leste e a oeste, os príncipes que não estiverem sob nossas baionetas tentarão escapar com declarações de neutralidade, isso se não surgirem no campo contra nós [...].⁴⁷

Apesar de ter sido a maior aliada da Prússia por mais de uma geração, a Áustria era agora parceira um tanto imprópria aos olhos de Bismarck. Tornara-se o pior obstáculo ao crescimento da Prússia: "A Alemanha é pequena demais para as duas [...] enquanto formos dois bois no mesmo arado, a Áustria é o único estado contra o qual

podemos ter um ganho permanente e para o qual podemos sofrer uma perda permanente”.⁴⁸

Sob qualquer ângulo de relações internacionais que considerasse, Bismarck chegava à conclusão de que a Prússia precisava romper o elo de confederação com a Áustria e inverter a política do tempo de Metternich, para enfraquecer a velha aliada sempre que pudesse: “Se a Áustria atrela um cavalo à frente, nós atrelamos um cavalo atrás”.⁴⁹

A ruína dos sistemas internacionais estáveis é sua incapacidade quase total de enxergar um perigo mortal. O ponto cego dos revolucionários é acharem que podem combinar todos os bens de seus objetivos com o melhor do que estão jogando por terra. Mas as forças liberadas pela revolução têm seu *momentum* próprio, e a direção que tomam não se pode deduzir dos discursos de seus defensores.

Foi assim com Bismarck. Com cinco anos de poder, em 1862, eliminou o obstáculo austríaco à unificação alemã, aplicando sua própria receita da década anterior. Pelas três guerras descritas neste capítulo, expulsou a Áustria da Alemanha e destruiu as ilusões richelieusianas que restavam na França.

A nova Alemanha unificada não cumpriu os ideais das duas gerações de alemães que sonharam construir um estado constitucional e democrático. Na realidade, ela não refletiu nenhum traço anterior do pensamento alemão, nascendo do pacto diplomático entre soberanos alemães, não por expressar a vontade popular. Sua legitimidade veio do poder da Prússia e não do princípio da autodeterminação. Apesar de Bismarck realizar aquilo a que se propusera, a própria grandeza de seu triunfo comprometeu o futuro da Alemanha, aliás, da ordem mundial europeia. Sem dúvida, ele foi tão moderado no fim das suas guerras quanto fora implacável nelas. Obtendo a Alemanha as fronteiras que ele considerava vitais para sua segurança, Bismarck adotou uma política externa prudente e estabilizadora. Por duas décadas, manobrou com os compromissos e

interesses da Europa em um estilo magistral, baseado na *Realpolitik* e em benefício da paz na Europa.

Mas invocados, os espíritos do poder recusaram-se a sumir por atos de malabarismo, por mais espetaculares e perfeitos que fossem. Unificara-se a Alemanha por uma diplomacia de adaptabilidade infinita; mas o próprio sucesso desta política tirou toda flexibilidade do sistema internacional. Havia agora menos partícipes. E quando cai o número de jogadores a possibilidade de ajustes decresce. O novo sistema internacional tinha menos componentes, e muito mais pesados, dificultando o equilíbrio geral aceitável que o mantivesse sem constantes provas de força.

Essas falhas estruturais foram ampliadas pela extensão da vitória da Prússia na Guerra Franco-Prussiana e pela natureza da paz que a encerrou. A anexação alemã da Alsácia-Lorena gerou um antagonismo francês irreconciliável, que eliminou qualquer opção diplomática alemã pela França.

Na década de 1850, Bismarck julgara a opção francesa tão importante que sacrificou por ela sua amizade com Gerlach. Após a anexação da Alsácia-Lorena a inimizade francesa virou a “falha orgânica de nossa natureza” sobre a qual Bismarck alertara tanto. E tornou impossível a política de seu “Memorando Mestre”, de ficar à parte até que as potências se houvessem comprometido, e vender o apoio da Prússia à melhor oferta.

A Confederação Germânica só conseguira atuar como unidade diante de ameaças tão prementes que obliteravam as rivalidades entre os vários estados; ação conjunta ofensiva era estruturalmente impossível. A fragilidade desses arranjos foi mesmo uma das razões por que Bismarck insistira na unificação alemã sob a liderança prussiana. Mas ele também pagou pelo novo arranjo. Quando a Alemanha passou de vítima potencial da agressão para ameaça ao equilíbrio europeu, a remota contingência de os outros estados da Europa unirem-se contra ela tornou-se real. E esse pesadelo, por sua vez, levou a uma política alemã que em pouco tempo dividiria a Europa em dois campos hostis.

O estadista europeu que mais rapidamente identificou o impacto da unificação alemã foi Benjamin Disraeli, que estava para tornar-se primeiro-ministro da Inglaterra. Em 1871, ele declarou a respeito da Guerra Franco-Prussiana: "A guerra representa a revolução alemã, episódio político maior que a Revolução Francesa do século passado [...] Não há uma só tradição diplomática que não tenha sido varrida. É um mundo novo [...] O equilíbrio de poder foi totalmente destruído".⁵⁰

Enquanto Bismarck esteve no leme, essas charadas ficaram ocultas por sua diplomacia sutil e complicada. Mas a termo, a própria complexidade das manobras de Bismarck as prejudicou. Disraeli acertou em cheio. Bismarck mudara o mapa da Europa e o padrão das relações internacionais, mas por fim não foi capaz de riscar um caminho que seus sucessores palmilhassem. Passada a novidade tática de Bismarck, seus sucessores e seus rivais buscaram segurança na multiplicação das armas como forma de baixar o risco dos desconcertantes intangíveis da diplomacia. Não institucionalizando as políticas, o Chanceler de Ferro forçou a Alemanha a uma rotina diplomática da qual só poderia escapar, primeiro através de uma corrida armamentista, depois pela guerra.

Também na política interna, Bismarck foi incapaz de mostrar o caminho a seguir. Figura solitária durante toda sua vida, foi ainda menos compreendido ao sair de cena com dimensões míticas. Seus compatriotas lembravam as três guerras da unidade alemã, mas esqueceram-se da preparação cuidadosa que as fez possíveis e da moderação exigida para colher os frutos. Havia assistido a demonstrações de poder sem perceberem a análise sutil em que se baseavam.

A constituição que Bismarck preparou para a Alemanha pactuava essas tendências. Apesar de eleito pelo primeiro voto universal masculino da Europa, o parlamento — *Reichsta* — não controlava o governo, que era nomeado pelo imperador e só removido por ele. O chanceler era mais próximo do imperador e do *Reichstag* que estes um do outro. Desse modo, dentro de limites, Bismarck poderia jogar com as instituições internas da Alemanha de

maneira muito semelhante ao que fizera com os estados na política externa. Nenhum sucessor de Bismarck teve a habilidade ou a ousadia para tanto. Resultou que o nacionalismo sem o fermento da democracia tornou-se chauvinista, enquanto a democracia sem responsabilidade ficou estéril. A essência da vida de Bismarck foi talvez melhor descrita pelo próprio Chanceler de Ferro em carta à sua então ainda futura esposa: “O que é grandioso na terra tem sempre algo da qualidade do anjo caído, que é belo mas não tem paz, magnífico nas concepções e atuações porém malsucedido, orgulhoso e solitário”.⁵¹

Os dois revolucionários do início do atual sistema de estado europeu personificaram muitos dilemas do período moderno. Napoleão, revolucionário relutante, representou a tendência de ligar a política às relações públicas. Bismarck, o revolucionário conservador, refletiu a tendência de escolher a política pela análise do poder.

Napoleão tinha ideias revolucionárias, mas recuava ante as implicações. Tendo passado a juventude no que o século XX chamaria de protesto, nunca fechou o espaço entre formulação e implementação. Inseguro dos objetivos e mesmo de sua legitimidade, apoiava-se na opinião pública para fazer a ponte. Napoleão operou a política externa no estilo dos líderes políticos modernos que medem seu sucesso pela reação do noticiário noturno da televisão. Como eles, Napoleão aprisionou-se ao meramente tático, focalizando o curto prazo e o resultado imediato, tentando impressionar o público exagerando as pressões criadas por ele mesmo. Nesse processo, ele confundiu a política externa com os movimentos de um ilusionista. Ao cabo, é a realidade, não a publicidade, que diz se o líder teve alguma importância.

O público, a longo prazo, não respeita os líderes que refletem suas próprias inseguranças ou só veem os sintomas de crises em lugar das tendências de longo prazo. O papel do líder é assumir a carga de agir confiante em sua própria avaliação da direção dos eventos e da possibilidade de influir neles. Se não for assim, multiplicam-se as crises, outra forma de dizer que o líder perdeu o

controle dos acontecimentos. Napoleão III veio a ser o precursor de um estranho fenômeno moderno — a figura política desesperada por saber o que o público quer e que, mesmo assim, acaba rejeitada, talvez desprezada, por ele.

Bismarck não sofria de falta de confiança para agir de acordo com seus critérios. Ele analisou com brilho a realidade subjacente e as oportunidades da Prússia. E construiu tão bem que sua Alemanha sobreviveu à derrota em duas guerras mundiais, a duas ocupações estrangeiras e a duas gerações como país dividido. Enganou-se ao condenar sua sociedade a um estilo de política que só podia prosseguir caso um grande homem emergisse a cada geração. Isso é raro, e as instituições da Alemanha imperial agiam contra essa possibilidade. Nesse sentido, Bismarck semeou não só os feitos de seu país, mas também as suas tragédias do século XX. “Ninguém come impunemente o fruto da imortalidade”,⁵² escreveu sobre Bismarck seu amigo Von Roon.

A tragédia de Napoleão foram suas ambições maiores que sua capacidade; a tragédia de Bismarck foi sua capacidade maior que a da sociedade em absorvê-las. Napoleão deixou para a França a paralisia estratégica; Bismarck deixou para a Prússia a grandeza inassimilável.

6

***A Realpolitik* contra si mesma**



A *Realpolitik* — política externa baseada em cálculos de poder e nos interesses nacionais — fez a unificação da Alemanha. E a unificação da Alemanha fez a *Realpolitik* voltar-se contra si mesma, andando ao contrário do que deveria, pois o exercício da *Realpolitik* só evita corridas armamentistas e a guerra se os grandes jogadores de um sistema internacional forem livres para adaptar as relações às circunstâncias, ou forem contidos por valores comuns, ou ambas as coisas.

Após sua unificação, a Alemanha transformou-se no país mais forte do continente e a cada década mais forte ficava, revolucionando a diplomacia europeia. Desde o início do sistema moderno de estados, na época de Richelieu, as potências laterais da Europa — a Inglaterra, a França e a Rússia — faziam pressão sobre o centro. Agora, pela primeira vez, o centro da Europa era poderoso e pressionava os lados. Como iria a Europa lidar com este novo gigante encravado em seu centro?

A geografia criara um dilema insolúvel. Pela tradição da *Realpolitik*, coalizões europeias deveriam surgir para conter o poder crescente e potencialmente dominante da Alemanha. A Alemanha localizava-se no centro do continente e viu-se diante do perigo constante daquilo que Bismarck chamara de *le cauchemar des coalitions* — o pesadelo das coalizões hostis circundantes. Mas se tentasse proteger-se simultaneamente contra a coalizão de todos os seus vizinhos — a leste e a oeste — certamente iria ameaçá-los

individualmente, acelerando a formação de coalizões. A profecia autorrealizável tornou-se parte do sistema internacional. O que ainda se chamava Concerto Europeu era, na realidade, dividido por duas malquerenças: a inimizade entre França e Alemanha e a crescente hostilidade entre os impérios austro-húngaro e russo.

Quanto à França e Alemanha, a magnitude da vitória da Prússia na guerra de 1870 produziu um desejo francês permanente de *revanche*, e a anexação alemã da Alsácia-Lorena forneceu a este ressentimento um foco tangível. A inimizade misturou-se ao medo quando os líderes franceses perceberam que a guerra de 1870-71 marcara o fim da era de predominância francesa e a mudança irrevogável no alinhamento das forças. O sistema de Richelieu de jogar os vários estados alemães uns contra os outros numa Europa Central fragmentada não era mais política a se aplicar. Dilacerada entre a nostalgia e a ambição, a França sublimou suas frustrações durante quase 50 anos no propósito único de reaver a Alsácia-Lorena, sem ver que conseguiu-lo não faria mais que mitigar o orgulho francês sem alterar a realidade estratégica. Sozinha, a França não mais era forte o suficiente para conter a Alemanha; precisaria de aliados para defender-se. Por essa razão, a França tornou-se a aliada potencial disponível a qualquer inimigo da Alemanha, restringindo a flexibilidade da diplomacia alemã e escalando qualquer crise que envolvesse a Alemanha.

A segunda cisão europeia, entre o Império Austro-Húngaro e a Rússia, também resultou da unificação alemã. Ao tornar-se *Ministerpräsident* em 1862, Bismarck pediu ao embaixador austríaco para transmitir ao seu imperador a surpreendente proposta de que a Áustria, capital do antigo Sacro Império Romano, transferisse seu centro de gravidade de Viena para Budapeste. O embaixador considerou a ideia tão absurda que, em seu despacho a Viena, atribuiu a uma exaustão nervosa por parte de Bismarck. Contudo, uma vez derrotada na luta pela hegemonia na Alemanha, a Áustria não teve escolha a não ser agir de acordo com a sugestão de Bismarck. Budapeste tornou-se um parceiro igual, e ocasionalmente dominante, na recém-criada Monarquia Dual. Após sua expulsão da

Alemanha, o novo Império Austro-Húngaro não tinha para onde se expandir exceto em direção aos Bálcãs. Como a Áustria não participara do colonialismo de além-mar, seu governo passou a considerar os Bálcãs, com sua população eslava, a área natural para as ambições geopolíticas da Áustria — mesmo que só para acompanhar as outras grandes potências. Inerente a essa política estava um conflito com a Rússia.

O bom-senso deveria ter advertido os líderes austríacos contra provocar o nacionalismo balcânico ou tomar a Rússia como inimigo permanente. Mas não havia abundância de bom-senso em Viena, menos ainda em Budapeste. Prevaleceu o nacionalismo xenófobo. O gabinete de Viena manteve o curso de inércia em casa e ataques de histeria em política externa, que o isolara após o período de Metternich.

A Alemanha não via interesse nacional nos Bálcãs. Mas identificava grande interesse na preservação do Império Austro-Húngaro, pois o colapso da Monarquia Dual traria o risco de destruir toda a política alemã de Bismarck. O segmento católico de língua alemã do império procuraria unir-se à Alemanha, colocando em risco a dominância da Rússia protestante, pela qual Bismarck se empenhara tão obstinadamente. E a desintegração do Império Austríaco deixaria a Alemanha sem um único aliado confiável. Por outro lado, apesar de querer preservar a Áustria, Bismarck não tinha o menor desejo de desafiar a Rússia. Foi um enigma que ele ocultou por algumas décadas, sem jamais resolver.

Para piorar as coisas, o Império Otomano estava nos estertores da desintegração lenta, criando conflitos frequentes entre as grandes potências pelos despojos. Bismarck disse certa vez que, em uma combinação de cinco jogadores, é sempre melhor estar do lado de três. Mas como se das cinco grandes potências — Inglaterra, França, Rússia, Áustria e Alemanha — a França era hostil, a Inglaterra indisponível, vivendo seu “isolamento esplêndido”, e a Rússia era ambivalente em virtude de sua rixa com a Áustria, a Alemanha precisava de uma aliança com a Rússia e com a Áustria para formar o grupo de três. Somente um estadista da força de

vontade e habilidade de Bismarck caminhar num equilíbrio tão precário. E assim, o relacionamento entre a Alemanha e a Rússia transformou-se no fundamento da paz na Europa.

Ingressando na arena internacional, a Rússia chegou a uma posição dominante com rapidez surpreendente. Na Paz da Vestfália em 1648, não se julgou a Rússia importante para ser representada. De 1750 em diante, no entanto, a Rússia foi participante ativa em toda guerra europeia maior. Em meados do século XVIII, a Rússia já inquietava observadores ocidentais. Em 1762, o *chargé d'affaires* francês em São Petersburgo relatava:

Se a ambição russa não for contida, pode ser fatal para as potências vizinhas [...] Sei que o poder russo não deve ser medido por seu tamanho e que seu domínio dos territórios do leste é mais um espectro grandioso que fonte real de força. Mas desconfio, também, que uma nação capaz de enfrentar a intemperança das estações melhor que ninguém, em virtude do rigor do seu clima natal, que está habituada à obediência servil, que necessita de pouco para viver e é, portanto, capaz de guerrear a custo baixo [...] essa nação, desconfio eu, deve vencer [...].¹

Quando do Congresso de Viena, a Rússia era talvez o país mais poderoso do continente. Em meados do século XX, chegou à posição de uma das duas únicas superpotências globais, antes de implodir, quase 40 anos depois, perdendo muitas das vastas aquisições dos dois séculos anteriores em questão de meses.

A natureza absoluta do poder do czar possibilitava aos governantes da Rússia conduzir uma política externa arbitrária e cheia de idiossincrasias. No espaço de seis anos, entre 1756 e 1762, a Rússia entrou na Guerra dos Sete Anos ao lado da Áustria, invadindo a Prússia, passou para o lado da Prússia na morte da Imperatriz Elizabeth em janeiro de 1762, depois se retirou para a neutralidade quando Catarina, a Grande, depôs o czar seu marido, em junho de 1762. Metternich observaria, 50 anos depois, que o czar Alexandre I nunca conservou um bloco de crenças por mais de cinco anos. O conselheiro de Metternich, Friedrich von Gentz, descreveu a posição do czar: "Nenhum dos obstáculos que limitam e

frustram os outros soberanos — autoridade dividida, formas constitucionais, opinião pública etc. — existe para o imperador da Rússia. O que ele sonha à noite, pode fazer de manhã”.²

O paradoxo era a característica da Rússia. Sempre em guerra, expandindo-se em todas as direções, ela se considerava, não obstante, permanentemente ameaçada. Quanto mais poliglota tornava-se o império, mais a Rússia se sentia vulnerável, em parte por precisar isolar dos vizinhos as várias nacionalidades. Para manter-se e superar as tensões entre as várias populações do império, todos os governantes da Rússia invocavam o mito de alguma ameaça vasta e estrangeira que, com o tempo, foi uma das profecias que se cumpriram e que desfizeram a estabilidade da Europa.

À medida que a Rússia transbordou da área ao redor de Moscou para o centro da Europa, para as margens do Pacífico e para dentro da Ásia Central, sua busca de segurança evoluiu para a expansão pela expansão. O historiador russo Vasili Kliuchevsky descreveu o processo assim: “[...] essas guerras, defensivas na origem, viraram, sem que os políticos moscovitas quisessem ou notassem, guerras de agressão — sequência direta da política de unificação da antiga dinastia (pré-Romanov), uma luta por território russo que jamais pertencera ao estado moscovita”.³

A Rússia tornou-se, gradualmente, uma ameaça, tanto para o equilíbrio de poder europeu quanto para a soberania dos vizinhos de sua vasta periferia. Não importando o território que controlasse, a Rússia pressionava sempre seus limites para fora. Começou por defesa, como quando o príncipe Potemkin (conhecido por montar vilarejos falsos nos caminhos da czarina) quis tomar a Crimeia da Turquia, em 1776, argumentado que melhoraria a capacidade de a Rússia defender seu reino.⁴ Em 1864, no entanto, segurança já era sinônimo de expansão contínua. O chanceler Aleksandr Gorchakov definiu a expansão da Rússia na Ásia Central como a obrigação permanente de pacificar a periferia, levada adiante por simples inércia:

A situação da Rússia na Ásia Central é a de todos os estados civilizados que entram em contato com tribos nômades semisselvagens, destituídas de organização social. A segurança das fronteiras e das relações comerciais exigem sempre que o estado mais civilizado exerça uma certa autoridade sobre os seus vizinhos [...].

O estado tem, portanto, uma escolha: abrir mão desse esforço contínuo e condenar suas fronteiras a agitações constantes [...] ou avançar cada vez mais para o coração das terras selvagens [...] quando a maior dificuldade estará em parar.⁵

Muitos historiadores recordaram esta passagem quando a União Soviética invadiu o Afeganistão em 1979.

Paradoxalmente, também é verdade que nos últimos 200 anos o equilíbrio de poder europeu foi mantido, em várias ocasiões, pelo heroísmo e ação dos russos. Sem a Rússia, Napoleão e Hitler teriam quase certamente estabelecido impérios universais. Qual Jano, a Rússia era, simultaneamente, uma ameaça ao equilíbrio de poder e um dos seus elementos fundamentais, essencial ao equilíbrio, porém não totalmente parte dele. Durante boa parte da sua história, a Rússia só aceitou limitações impostas a ela pelo mundo exterior, e assim mesmo de má vontade. No entanto, períodos houve, sobretudo os 40 anos após o fim das Guerras Napoleônicas, em que a Rússia não usou do seu vasto poder, ao contrário, colocou esse poder a serviço das ideias conservadoras na Europa Central e Ocidental.

Mesmo quando a Rússia desejava legitimidade, suas atitudes eram muito mais messiânicas — logo, imperialistas — que as das outras cortes conservadoras. Enquanto os conservadores da Europa Ocidental identificavam-se com filosofias de moderação, os líderes russos atiravam-se a cruzadas. Como os czares não tinham desafios práticos à sua legitimidade, nada entendiam de movimentos republicanos, além de os acharem imorais. Promotores da unidade dos conservadores — pelo menos até a Guerra da Crimeia —, eles também usavam a legitimidade para expandir seu próprio prestígio, o que deu a Nicolau I o apelido de “gendarme da Europa”. No apogeu da Santa Aliança, Friedrich von Gentz escreveu a respeito de Alexandre I:

O imperador Alexandre, apesar de todo o fervor que tem demonstrado pela Grande Aliança, é o soberano que mais facilmente poderia viver sem ela [...] para ele a Grande Aliança é apenas um instrumento pelo qual exerce, em questões gerais, a influência que é sua ambição [...] Seu interesse na preservação do sistema não é, como por parte de Áustria, Prússia ou Inglaterra, um interesse baseado na necessidade ou no medo; é um interesse livre e calculado, a que pode renunciar se um sistema diferente for mais vantajoso.⁶

Assim como os americanos, os russos consideravam-se diferentes. Encontrando apenas sociedades nômades ou feudais, a expansão da Rússia na Ásia Central guardou semelhança com a marcha para oeste americana, e a justificativa russa para ela, de acordo com a citação acima de Gorchakov, era igual à dos americanos para seu próprio "destino manifesto". Porém, quanto mais se aproximava da Índia, mais a Rússia despertava a desconfiança inglesa, até que, na segunda metade do século XIX, a expansão russa na Ásia Central, diferente da marcha para o oeste da América, transformou-se em um problema de política externa.

As fronteiras amplas e totalmente abertas dos dois países era dos poucos fatores em comum do excepcionalismo americano e russo. A sensação de singularidade americana baseava-se no conceito de liberdade; a da Rússia veio da experiência do sofrimento comum. Todos podiam partilhar dos valores da América; os da Rússia só valiam para a nação russa, excluindo a maioria dos súditos não russos. O excepcionalismo dos Estados Unidos levou ao isolacionismo, alternado com cruzadas morais de quando em vez; o da Rússia aflorou um senso missionário que frequentemente desaguou em aventuras militares.

O escritor nacionalista Mikhail Katkov definiu assim a diferença e valores russos e ocidentais: "[...] tudo lá baseia-se em relações contratuais e aqui tudo na fé; este contraste advém da posição que a igreja adotou no Ocidente e da que adota no Oriente. Lá existe uma autoridade dual; aqui há uma só".⁷

Escritores e intelectuais nacionalistas russos e pan-eslavos atribuem o suposto altruísmo da nação russa à fé ortodoxa. O

grande romancista e nacionalista fervoroso Fiodor Dostoievski interpretou o altruísmo russo como uma obrigação para libertar os povos eslavos do jugo estrangeiro, se necessário desafiando toda a Europa Ocidental. Durante a campanha da Rússia de 1877 nos Bálcãs, Dostoievski escreveu:

Pergunte ao povo, pergunte ao soldado. Por que se levantam? Por que vão à guerra, o que esperam dela? Eles dirão, a uma só voz, que servem a Cristo e vão libertar os irmãos oprimidos [...] Nós zelaremos pela harmonia entre eles e protegeremos sua liberdade e independência, mesmo contra toda a Europa.⁸

Ao contrário dos estados da Europa Ocidental, que a um tempo admirava, desprezava e invejava, a Rússia julgava-se não uma nação, mas uma causa, muito além da geopolítica, impulsionada pela fé, mantida pelas armas. Dostoievski não limitou a missão russa à libertação dos companheiros eslavos, adicionou zelar por sua harmonia — iniciativa social facilmente transformável em dominação. Para Katkov, a Rússia era a Terceira Roma: “O czar russo é mais que herdeiro dos seus ancestrais; ele é sucessor dos céсарes da Roma oriental, dos organizadores da igreja e de seus concílios que criaram o próprio credo da fé cristã. Com a queda de Bizâncio, surgiu Moscou e começou a grandeza da Rússia”.⁹

Após a Revolução, o fervoroso sentido missionário transferiu-se para a Internacional Comunista.

O paradoxo da história russa encontra-se na ambivalência entre o impulso messiânico e um senso agudo de insegurança. Em sua aberração máxima, essa ambivalência gerou um temor de que, a menos que se expandisse, o império implodiria. Desse modo, quando a Rússia agiu como promotor principal da partição da Polônia, ela o fez em parte por motivos de segurança, e em parte pelo engrandecimento ao estilo do século XVIII. Um século depois, essa conquista assumiu um significado independente. Em 1869, Rostislav Andreevich Fadeyev, um oficial pan-eslavista, escreveu em seu influente ensaio, “Opinião sobre a Questão Oriental”, que a

Rússia tinha de prosseguir com sua marcha a oeste a fim de proteger suas conquistas existentes:

O deslocamento histórico da Rússia, do Dnieper para o Vístula (a partição da Polônia), foi uma declaração de guerra à Europa, que penetrara em uma parte do continente que não lhe pertencia. A Rússia agora está no meio das linhas do inimigo — condição apenas temporária: ou empurra mais o inimigo ou abandona a posição [...] tem de levar sua influência até o Adriático ou retirar-se para trás do Dnieper [...].¹⁰

A análise de Fadeyev não diferia muito da apreciação de George Kennan, feita do lado de cá da linha divisória, em seu fecundo artigo sobre as fontes da conduta soviética. Nele, Kennan previu que, se a União Soviética não tivesse êxito em sua expansão, ela implodiria, desmoronando.¹¹

A visão exaltada da Rússia acerca de si mesma raramente era compartilhada pelo mundo externo. Apesar dos feitos brilhantes na literatura e na música, a Rússia jamais conseguiu ser para os seus povos conquistados o magneto cultural que foram as metrópoles de alguns outros impérios coloniais. Tampouco, jamais o Império Russo foi um modelo para outras sociedades ou para seus próprios súditos. Para o mundo externo, a Rússia era uma força primária — uma presença misteriosa, uma temível expansão a conter pela cooptação ou pelo confronto.

Metternich tentou o caminho da cooptação e, por uma geração, foi extremamente bem-sucedido. Mas após as unificações da Alemanha e da Itália, as grandes causas ideológicas da primeira metade do século XIX haviam perdido a força unificadora. O nacionalismo e o republicanismo revolucionário não constituíam mais ameaças à ordem europeia. À medida que o nacionalismo se transformou no princípio organizador predominante, as cabeças coroadas da Rússia, da Prússia e da Áustria cada vez menos tiveram de unir-se na defesa comum da legitimidade.

Metternich conseguiu formar uma espécie de governo europeu porque os soberanos da Europa tinham na unidade ideológica uma barreira contra a revolução. Mas por volta de 1870 o temor da

revolução havia diminuído, ou os governos achavam-se capazes de derrotá-la sem ajuda externa. Já duas gerações haviam se passado desde a execução de Luís XVI; as revoluções liberais de 1848 tinham sido dominadas; a França, república como fosse, perdera o zelo proselitista. Nenhum elo ideológico agora continha o conflito cada vez mais acentuado entre a Rússia e a Áustria sobre os Bálcãs, ou entre a Alemanha e a França sobre a Alsácia-Lorena. Quando as grandes potências se olhavam, não mais viam parceiros de uma causa comum, mas adversários perigosos, mesmo mortais. A confrontação era agora o padrão diplomático.

Em período anterior, a Inglaterra ajudara a moderação, agindo como pêndulo no equilíbrio europeu. Mesmo agora, de todos os principais países europeus, somente a Inglaterra estava em posição de conduzir uma diplomacia de equilíbrio de poder, livre de animosidades irreconciliáveis em relação a qualquer outra potência. Mas a Inglaterra perdera a noção do que era, de fato, a ameaça central e não a retomaria por várias décadas.

O equilíbrio de poder do sistema de Viena, com o qual a Inglaterra estava familiarizada, fora radicalmente alterado. A Alemanha unificada alcançava uma força capaz de dominar a Europa sozinha — quadro a que a Inglaterra sempre resistira no passado quando ocorria pela conquista. A maioria dos estadistas ingleses, no entanto, com exceção de Disraeli, não via motivo para se opor a um processo de consolidação nacional na Europa Central, que os ingleses haviam acolhido com satisfação durante décadas, especialmente quando essa sua culminação chegava como resultado de uma guerra em que a França fora tecnicamente a agressora.

Desde que Canning afastara a Inglaterra do sistema de Metternich, havia 40 anos, a política de isolamento esplêndido da Inglaterra dera-lhe o papel de guardião do equilíbrio de poder, em grande parte porque nenhum país era capaz de dominar sozinho o continente. Após a unificação, a Alemanha adquiriu essa capacidade. E ela o fez confundindo ao desenvolver seu próprio território sem novas conquistas. O estilo da Inglaterra era intervir quando o equilíbrio fosse atacado, não ante a perspectiva de um ataque.

Como levou décadas para a ameaça alemã ao equilíbrio europeu explicitar-se, a política externa inglesa durante o restante do século esteve voltada para a França, cujas ambições coloniais colidiam com as da Inglaterra, especialmente no Egito, e para o avanço da Rússia em direção aos estreitos, à Pérsia, à Índia e, mais tarde, à China. Eram, todas, questões coloniais. Na diplomacia europeia, que produziu as crises e guerras do século XX, a Inglaterra continuou em sua política de esplêndido isolamento.

Bismarck foi, portanto, a figura dominante da diplomacia europeia, até ser demitido em 1890. Ele queria paz para o recente Império Alemão e evitou confrontos. Porém, na falta de elos morais entre os estados europeus, viu-se diante de uma tarefa hercúlea. Precisava manter tanto a Rússia quanto a Áustria fora do campo do seu inimigo francês. Isso exigia impedir ameaças austríacas a objetivos legítimos russos e evitar que a Rússia solapasse o Império Austro-Húngaro. Requeria boas relações com a Rússia sem antagonizar a Inglaterra, que mantinha um olho aberto diante dos desígnios russos em Constantinopla e na Índia. Nem um gênio como Bismarck poderia equilibrar-se indefinidamente assim; as tensões cresciam no sistema internacional, cada vez menos controláveis. Não obstante, durante os quase 20 anos em que conduziu a Alemanha, Bismarck praticou a *Realpolitik* que pregara, com tal moderação e sutileza que o equilíbrio de poder jamais se rompeu.

A meta de Bismarck era não dar a outra potência — exceto à irreconciliável França — qualquer motivo para uma aliança contra a Alemanha. Proclamando a nova Alemanha “saciada” e sem mais ambições territoriais, Bismarck tentou convencer a Rússia de que a Alemanha não tinha interesse nos Bálcãs; os Bálcãs, declarou, não valiam os ossos de um só granadeiro pomerano. Com vistas à Inglaterra, Bismarck evitou provocar quaisquer desafios no continente que avivassem a preocupação britânica com o equilíbrio, e manteve a Alemanha fora da corrida colonialista. “Aqui está a Rússia, aqui está a França e aqui estamos nós, no meio. Este é o meu mapa da África”, foi a resposta de Bismarck a um defensor do

colonialismo alemão¹² — conselho que a política interna mais tarde o forçaria a esquecer.

Tranquilizar, contudo, não bastava. A Alemanha precisava de uma aliança com ambas, Rússia e Áustria, mesmo que isso pudesse parecer improvável. Pois foi essa aliança que Bismarck forjou em 1873 — a primeira Liga dos Três Imperadores. Proclamando a unidade das três cortes conservadoras, parecia-se muito com a Santa Aliança de Metternich. Estaria Bismarck tomado de uma simpatia pelo sistema de Metternich que tanto se empenhara em destruir? Os tempos haviam mudado muito, em grande parte devido aos feitos de Bismarck. Apesar de Alemanha, Rússia e Áustria prometerem, no melhor estilo Metternich, colaborar na repressão de tendências subversivas em seus domínios, essa aversão comum a políticos radicais não foi capaz de manter unidas as cortes do leste — mormente por estar cada qual certa de poder reprimir levantes internos sem auxílio de fora.

Além disso, Bismarck perdera suas sólidas credenciais legitimistas. Apesar da correspondência com Gerlach (vide [Capítulo 5](#)) não ter sido pública, suas atitudes de fundo eram conhecidas de todos. Defensor da *Realpolitik* por toda a sua carreira pública, ele não podia fazer crerem, de repente, numa dedicação à legitimidade. A rivalidade geopolítica cada vez mais aguda entre a Rússia e a Áustria superou a unidade dos monarcas conservadores. Cada um queria as terras balcânicas do Império Turco em declínio. O pan-eslavismo e o velho expansionismo criavam uma política russa aventureira nos Bálcãs. O medo puro e simples produzia atitudes paralelas no Império Austro-Húngaro. Enquanto o imperador alemão tinha no papel uma aliança com seus fraternos monarcas conservadores da Rússia e da Áustria, estes dois irmãos, na realidade, estavam em pé de guerra. A charada de lidar com dois parceiros que se julgavam ameaças mortais ia atormentar o sistema de alianças de Bismarck pelo resto dos seus dias.

A primeira Liga dos Três Imperadores ensinou a Bismarck que ele não podia mais controlar as forças que havia liberado, apenas

apelando para os princípios internos da Áustria e da Rússia. Daí em diante, ele tentaria manobrar destacando o poder e o interesse.

Dois eventos mostram que a *Realpolitik* era a tendência do período. O primeiro ocorreu em 1875, na forma de uma pseudocrise, um pânico de guerra criado pelo editorial de um grande jornal alemão com o título "Guerra Iminente?". O editorial reagira a um aumento dos gastos militares franceses e à compra de muitos cavalos pelo exército francês. Bismarck pode muito bem ter inspirado a ameaça de guerra sem querer ir adiante, pois não houve mobilização parcial alemã ou movimentos significativos de tropas.

Vencer uma ameaça não existente é um modo fácil de prestigiar uma nação. A esperta diplomacia francesa criou a impressão de que a Alemanha planejava um ataque preventivo. O ministério do exterior francês espalhou a história de que, em conversa com o embaixador francês, o czar insinuara apoiar a França num conflito franco-germânico. A Inglaterra, sempre sensível à ameaça de uma única potência dominando a Europa, entrou em ação. O primeiro-ministro Disraeli instruiu seu ministro do exterior, lorde Derby, a abordar o chanceler russo, Gorchakov, com a ideia de intimidar Berlim:

Quero achar que deveríamos criar um movimento comum que preserve a paz da Europa, como fez Pam (lorde Palmerston) quando zombou dos franceses e expulsou os egípcios da Síria. Talvez uma aliança entre nós e a Rússia para esse fim especial; outras potências, como a Áustria, quem sabe a Itália, poderiam ser convidadas a entrar [...].¹³

Para Disraeli, sempre desconfiado das ambições imperiais russas, haver sugerido uma aliança anglo-russa significa que estava levando a sério a perspectiva de um domínio alemão da Europa Ocidental. A ameaça de guerra esvaziou com a mesma rapidez com que se enfunara, e o esquema de Disraeli não foi experimentado. Apesar de Bismarck desconhecer a manobra de Disraeli, ele era por demais astuto para não perceber a preocupação subjacente da Inglaterra.

Como George Kennan demonstrou,¹⁴ havia muito menos crise do que a publicidade fizera aparentar, Bismarck não tinha a menor intenção de entrar em guerra tão pouco tempo após ter submetido a França, apesar de não fazer objeções a dar à França a impressão de que o faria se fosse muito pressionado. O czar Alexandre II não pretendia garantir a França republicana, embora fizesse constar a Bismarck que a opção existia.¹⁵ Disraeli reagia a uma quimera. Contudo, a mistura de inquietação inglesa, manobras francesas e duplicidade russa convenceram Bismarck de que só uma política ativa impediria a criação de coalizões que, uma geração depois, resultariam na Tríplice Entente contra a Alemanha.

A segunda crise foi bem real. Veio na forma de mais uma crise balcânica, mostrando que laços filosóficos e ideológicos não manteriam unida a Liga dos Três Imperadores, havendo conflito de interesses nacionais básicos. Considerando que esta crise revelou o conflito que, por fim, destruiria a ordem europeia de Bismarck e lançaria a Europa na Primeira Guerra Mundial, ela será tratada aqui em mais detalhe.

A Questão Oriental, adormecida desde a Guerra da Crimeia, passou novamente a dominar a agenda internacional na primeira série de imbróglios intrincados que, à medida que o século avançava, se tornariam tão estereotipados quanto as peças japonesas de *kabuki*. Qualquer evento acidental desencadeava uma crise; a Rússia fazia ameaças e a Inglaterra despachava a Royal Navy. A Rússia ocupava, então, alguma parte dos Bálcãs otomanos para manter como penhor. A Inglaterra ameaçava declarar guerra. Abriam-se negociações, durante as quais a Rússia reduzia suas exigências, ponto em que tudo virava fumaça.

Em 1876, os búlgaros, que viveram séculos sob domínio turco, rebelaram-se e foram seguidos por outros povos balcânicos. A Turquia respondeu com brutalidade estarrecedora, e a Rússia, tomada de sentimento pan-eslávico, ameaçou intervir.

Em Londres, a reação da Rússia trouxe à tona o conhecido espectro do controle russo dos estreitos. Desde Canning, os

estadistas ingleses professavam a máxima de que, se a Rússia controlasse os estreitos, dominaria o leste do Mediterrâneo e o Oriente Próximo, ameaçando a posição da Inglaterra no Egito. Assim, pelo senso comum inglês, o Império Otomano, decrépito e desumano como era, tinha de ser preservado, mesmo ao preço de uma guerra com a Rússia.

Essa situação indicou a Bismarck um sério dilema. Um avanço russo capaz de provocar uma reação militar inglesa levaria também a Áustria para o conflito. E se a Alemanha fosse forçada a escolher entre a Áustria e a Rússia acabaria a política externa de Bismarck, juntamente com a Liga dos Três Imperadores. Em qualquer caso, Bismarck arriscava antagonizar a Áustria ou a Rússia e sujeitar-se à ira de todos se ficasse neutro. “Sempre evitamos”, declarou Bismarck no *Reichstag* em 1878, “nas divergências entre a Áustria e a Rússia, fazer maioria de dois contra um ao tomar o partido de um dos lados [...]”.¹⁶

A moderação era Bismarck clássico, mas definia, também, um dilema que crescia com a crise. O primeiro movimento de Bismarck foi tentar fortalecer os elos da Liga dos Três Imperadores, buscando uma posição comum. No início de 1876, a Liga dos Três Imperadores lançou o Memorando de Berlim, advertindo a Turquia que não seguisse com sua repressão. Parecia indicar que, em certas condições, a Rússia poderia intervir nos Bálcãs em nome do Concerto Europeu, da mesma forma como os congressos metternichianos de Verona, Liubliana e Opava haviam designado uma potência europeia para executar suas decisões.

Havia, porém, uma diferença enorme entre agir naquela época e fazê-lo agora. Com Metternich, Castlereagh era o ministro inglês do exterior, favorável à intervenção pela Santa Aliança, apesar de a Inglaterra recusar-se a participar da mesma. Mas agora Disraeli era o primeiro-ministro e interpretou o Memorando de Berlim como o primeiro passo para desmantelar o Império Otomano, ignorando a Inglaterra. Isso estava muito próximo à hegemonia europeia a que a Inglaterra se opusera por séculos. Disraeli queixou-se a Shuvalov, embaixador russo em Londres: “A Inglaterra foi tratada como se

fosse Montenegro ou a Bósnia”.¹⁷ À sua correspondente habitual, *lady* Bradford, ele escreveu: “Não há equilíbrio, e a menos que saíamos de nossos cuidados para acompanhar as três potências, elas agirão sem nós, o que não fica bem para um país como a Inglaterra”.¹⁸

Com a unidade demonstrada por São Petersburgo, Berlim e Viena, teria sido muito difícil para a Inglaterra ir contra o que resolvessem. Parecia que Disraeli não tinha outra escolha que aderir às cortes do norte, enquanto a Rússia agredia a Turquia.

Mas de acordo com a tradição de Palmerston, Disraeli decidiu mostrar força. Rocou a Marinha Real para o Mediterrâneo Oriental e proclamou seus sentimentos pró-Turquia — garantindo que a Turquia seria inexpugnável e forçando à superfície alguma diferença latente que porventura existisse na Liga dos Três Imperadores. Jamais tido por muito modesto, Disraeli declarou à rainha Vitória que liquidara a Liga dos Três Imperadores. Estava, disse ele, “virtualmente extinta, morta como o triunvirato romano”.¹⁹

Benjamin Disraeli foi uma das figuras mais estranhas e incomuns a chefiar o governo inglês. Ao saber que seria nomeado primeiro-ministro, em 1868, ele exultou: “Viva! Viva! Subi o pau de sebo!”. Em contraste, o adversário permanente de Disraeli, William Ewart Gladstone, quando foi chamado a sucedê-lo naquele mesmo ano, redigiu uma reflexão prolixa acerca das responsabilidades do poder e das suas obrigações sagradas para com Deus, que incluía a prece para que o Todo-Poderoso o dotasse da força necessária para se desincumbir das sérias tarefas do cargo de primeiro-ministro.

Os discursos dos dois grandes homens que dominaram a política inglesa na segunda metade do século XIX refletem naturezas opostas: Disraeli — sedutor, brilhante e astuto; Gladstone — pio, culto e sério. Não foi pouca ironia que o partido *tory* vitoriano, composto de fidalgos rurais e famílias aristocratas devotamente anglicanas, tivesse adotado como seu líder esse maravilhosos aventureiro judeu, e que o partido quintessência dos *insiders* haja posto no palco do mundo o *outsider* por excelência. Nenhum judeu

jamais ascendera a tal nível na política inglesa. Um século depois, seriam de novo os duros *tories*, e não o partido trabalhista, tão atento ao seu progressismo, que entregariam o cargo à filha de um quitandeiro, que se mostrou outra líder admirável — Margaret Thatcher, a grande primeira mulher a ser primeira-ministra da Inglaterra.

A carreira de Disraeli foi inusitada. Romancista quando jovem, era parte dos *literati* e não um político, e mais levaria a vida de agradável homem de salão e escritor do que seria uma das figuras políticas inglesas importantes do século XIX. Como Bismarck, Disraeli acreditava na extensão do voto ao homem comum, convencido de que as classes médias da Inglaterra votariam com os conservadores.

Como líder *tory*, Disraeli articulou uma nova forma de imperialismo, diferente da expansão essencialmente comercial que a Inglaterra praticara desde o século XVII — por meio da qual, dizia-se, ela construía um império num momento de distração. Para Disraeli, o império não era uma necessidade econômica, mas espiritual, um pré-requisito à grandeza do país. “Esta não é uma questão qualquer”, proclamou ele no famoso discurso do Palácio de Cristal de 1872. “Trata-se de saber se vos sentireis satisfeitos com uma Inglaterra confortável, moldada e modelada em princípios continentais e que encontrará, a seu tempo, o inevitável destino, ou seremos um grandioso país — um país imperial — onde vossos filhos, quando crescerem, ascenderão a posições proeminentes, ganhando não só a estima dos seus conterrâneos, mas o respeito do mundo”.²⁰

Com essas convicções, Disraeli tinha de opor-se à ameaça da Rússia ao Império Otomano. Em nome do equilíbrio europeu, ele recusaria os ditames da Liga dos Três Imperadores, e em nome do Império Britânico não aceitaria a Rússia como a executora de um consenso europeu acerca das estradas para Constantinopla, pois no decorrer do século XIX, firmara-se a noção de que a Rússia era a principal ameaça à posição da Inglaterra no mundo. A Inglaterra via seus interesses no além-mar ameaçados por um movimento em pinça da Rússia, com um braço dirigido a Constantinopla e outro à

Índia, via Ásia Central. Em sua expansão pela Ásia Central na segunda metade do século XIX, a Rússia criara métodos de conquista que se repetiriam. A vítima estava sempre tão longe do centro das questões mundiais que poucos ocidentais tinham uma ideia precisa do que de fato ocorria. E ficavam, dessa maneira, em suas ideias preconcebidas de que o czar era, na realidade, um bom homem e seus subordinados belicosos, tornando a distância e a confusão instrumentos da diplomacia russa.

Dentre as potências europeias, somente a Inglaterra interessava-se pela Ásia Central. À medida da contínua expansão russa para o sul em direção à Índia, os protestos de Londres foram ignorados pelo chanceler, o príncipe Aleksandr Gorchakov, que quase nunca sabia o que os exércitos russos estavam fazendo. Lorde Augustus Loftus, embaixador inglês em São Petersburgo, especulava que a pressão da Rússia sobre a Índia “não provinha do Soberano, apesar de monarca absoluto, mas sim do papel dominante do comando militar. Onde há um imenso exército permanente, é necessário dar-lhe tarefas [...] Quando começa um sistema de conquista, como na Ásia Central, uma tomada de território conduz a outra e é difícil saber parar”.²¹ Observação que era uma réplica das palavras do próprio Gorchakov (vide acima). Por outro lado, o governo inglês não queria saber se a Rússia ameaçava a Índia por inércia do movimento ou imperialismo puro.

O padrão repetiu-se muitas vezes. Ano após ano, tropas russas penetravam cada vez mais no coração da Ásia Central. A Inglaterra pedia explicações e recebia todos os tipos de garantia de que o czar não pretendia anexar um metro quadrado sequer de terra. De início, palavras tão reconfortantes acalmavam a situação. Mas inevitavelmente outro avanço russo reabria a questão. Por exemplo, depois que o exército russo ocupou Samarcanda (no atual Uzbequistão), em maio de 1868, Gorchakov disse ao embaixador inglês, sir Andrew Buchanan, “que o governo russo não desejava, e mesmo lamentava profundamente, a ocupação daquela cidade e tem certeza de que ela não seria permanentemente mantida”.²²

Samarcanda, é claro, permaneceu sob a soberania russa até o colapso da União Soviética mais de um século depois.

Em 1872, o mesmo esquema apareceu, algumas centenas de quilômetros ao sudeste em relação ao principado de Khiva, na fronteira do atual Afeganistão. O conde Shuvalov, ajudante de ordens do czar, foi enviado a Londres para garantir aos ingleses que a Rússia não tinha a menor intenção de anexar territórios adicionais na Ásia Central: “Estava longe de ser intenção do imperador apossar-se de Khiva. Não só havia ordens categóricas para evitá-la e diretrizes para que as condições impostas não pudessem, de maneira alguma, levar a uma ocupação prolongada de Khiva”.²³

Mal essas garantias haviam sido pronunciadas quando chegou notícia a Londres de que o general russo, Kaufmann, arrasara Khiva e havia imposto um tratado que era o oposto exato das garantias de Shuvalov.

Em 1875, o método foi aplicado a Kokand, outro principado na fronteira do Afeganistão. A essa altura, o chanceler Gorchakov sentiu necessidade de justificar a diferença entre as garantias da Rússia e suas ações. Inventou, com habilidade, uma distinção sem precedentes entre garantias unilaterais (as quais, para ele, não continham obrigações legais) e compromissos bilaterais formais. “O governo de Londres”, escreveu ele em uma nota, “parece extrair do fato de lhe haveremos em várias ocasiões, espontânea e amigavelmente, comunicado nossos pontos de vista relativos à Ásia Central e, em especial, nossa firme decisão de não seguir uma política de conquistas ou anexações, a convicção de termos assumido compromissos definidos para com ele nesta questão”.²⁴ Em outras palavras, a Rússia queria ter carta branca na Ásia Central, marcar os seus próprios limites e não ser tolhida nem por suas próprias garantias.

Disraeli não estava disposto a permitir a repetição do método nos avanços para Constantinopla. Encorajou os otomanos a rejeitarem o Memorando de Berlim e a continuarem suas pilhagens nos Bálcãs. Apesar da firmeza britânica, Disraeli estava sob intensa

pressão interna. As atrocidades dos turcos voltara a opinião pública inglesa contra eles, e Gladstone vociferava contra a amoralidade da política externa de Disraeli. Este, por sua vez, viu-se obrigado a concordar com o Protocolo de Londres de 1877, pelo qual se juntou às três cortes do norte no apelo à Turquia para que desse fim ao massacre nos Bálcãs e reformasse o governo da região. Mas o sultão, convencido de que Disraeli estava do seu lado, quaisquer que fossem as exigências formais feitas, rejeitou até mesmo este documento. A resposta da Rússia foi declarar guerra.

Aparentemente a Rússia vencera o jogo diplomático. Não só recebera o apoio das duas outras cortes do norte, como também da França, além de boa parte da opinião pública inglesa. Disraeli estava de mãos atadas; ir à guerra pela Turquia poderia liquidar o seu governo.

Mas como em várias crises anteriores, os russos excederam-se. Conduzidas pelo brilhante e imprudente general e diplomata Nicolau Ignatyev, as tropas russas chegaram aos portões de Constantinopla. A Áustria começou a repensar seu apoio à campanha russa. Disraeli mandou navios de guerra pelos Dardanelos. Nesse ponto, Ignatyev espantou toda a Europa ao anunciar os termos do Tratado de Santo Estevão, que mutilaria a Turquia criando uma "grande Bulgária". Chegando até o Mediterrâneo, esse país ampliado seria dominado pela Rússia.

Desde 1815, o entendimento na Europa era de que o destino do Império Otomano só poderia ser solucionado pelo Concerto Europeu, não por uma potência, menos ainda pela Rússia. O Tratado de Santo Estevão de Ignatyev levantava o tema do controle russo dos estreitos, intolerável para a Inglaterra, bem como o controle russo dos eslavos balcânicos, intolerável para a Áustria. Por estes motivos Inglaterra e Áustria-Hungria declararam o tratado inaceitável.

De repente, Disraeli não estava mais sozinho. Aos líderes russos, seus movimentos pressagiavam a volta da coalizão da Guerra da Crimeia. Quando o ministro do exterior, lorde Salisbury, apresentou seu famoso memorando de abril de 1878, mostrando por

que o Tratado de São Estevão teria de ser refeito, até mesmo Shuvalov, embaixador russo em Londres e antigo rival de Ignatyev, concordou. A Inglaterra ameaçou guerra se a Rússia entrasse em Constantinopla, ao passo que a Áustria ameaçou guerra pelo espólio dos Bálcãs.

A querida Liga dos Três Imperadores de Bismarck oscilava à beira do colapso. Até esse momento, Bismarck fora extremamente circunspecto. Em agosto de 1876, um ano antes dos exércitos russos avançarem sobre a Turquia “pela causa da igreja ortodoxa e da terra eslava”, Gorchakov propusera a Bismarck que os alemães convocassem um congresso para solucionar a crise nos Bálcãs. Onde Metternich ou Napoleão III saltariam sobre o papel de principal mediador do Concerto Europeu, Bismarck hesitou, acreditando que um congresso só realçaria os problemas internos da Liga dos Três Imperadores. Comentou em particular que todos os participantes, inclusive a Inglaterra, sairiam do tal congresso “indispostos conosco, pois nenhum receberia de nós o apoio esperado”.²⁵ Bismarck também achava imprudente reunir Disraeli e Gorchakov — “ vaidades igualmente perigosas”, como os descreveu.

Não obstante, como parecia cada vez mais que os Bálcãs se tornariam o estopim de uma guerra geral europeia, Bismarck organizou, com relutância, um congresso em Berlim, única capital onde os líderes russos aceitariam comparecer. Mas preferiu ficar distante do dia a dia diplomático, cabendo ao ministro do exterior austro-húngaro, Andrassy, emitir os convites.

O congresso devia abrir em 13 de junho de 1878. Antes dele instalar-se, no entanto, a Inglaterra e a Rússia já haviam solucionado os principais pontos num acordo assinado em 30 de maio por lorde Salisbury e o novo ministro do exterior russo, Shuvalov. A “Grã-Bulgária” do Tratado de São Estevão foi sucedida por três novas entidades: um estado independente da Bulgária muito menor; o estado da Rumélia Oriental, entidade autônoma, tecnicamente sob um governador turco, mas de administração supervisionada por uma comissão europeia (precursora dos projetos de manutenção da paz da ONU do século XX); o resto da Bulgária

reverteu para o governo turco. Os ganhos da Rússia na Armênia foram reduzidos. Em anexos secretos, a Inglaterra prometia apoiar a ocupação austríaca da Bósnia-Herzegovina e garantia ao sultão a Turquia Asiática. Em troca, o sultão concedeu à Inglaterra a utilização de Chipre como base naval.

Quando começou, finalmente, o Congresso de Berlim, o perigo de guerra que levava Bismarck a concordar com o encontro estava quase dissipado. A principal função do congresso seria dar as bênçãos da Europa para o que já fora negociado. Há dúvida se Bismarck arriscaria colocar-se no papel inerentemente precário de mediador caso pudesse prever esse resultado. É claro, a própria iminência de um congresso deve ter feito com que a Rússia e a Inglaterra selassem um acordo rapidamente e em separado, não querendo expor aos caprichos de um congresso europeu vantagens muito mais fáceis de obter uma da outra por negociação direta.

Acertar detalhes de um acordo já feito não é exatamente um trabalho heroico. Todos os principais países, exceto a Inglaterra, eram representados por seus ministros do exterior. Pela primeira vez na história inglesa, um primeiro-ministro e um ministro das relações exteriores compareceram a um congresso internacional fora das Ilhas Britânicas, pois Disraeli não desejava delegar a Salisbury uma importante realização diplomática já em grande parte certa. O vaidoso e já idoso Gorchakov, que negociara com Metternich nos congressos de Liubliana e Verona, mais de meio século antes, escolheu o Congresso de Berlim para sua última entrada em cena internacional. "Não desejo apagar-me como uma lâmpada. Quero afundar como uma estrela cadente", declarou ele ao chegar em Berlim.²⁶

Perguntado sobre o centro de gravidade no congresso, Bismarck apontou para Disraeli: "*Der alte Jule, das ist der Mann*" (O velho judeu, é ele o homem).²⁷ Apesar de suas formações não poderem ser mais diferentes, os dois admiravam-se mutuamente. Ambos eram pela *Realpolitik* e desprezavam o que era para eles a cantilena moralista. O tom religioso dos discursos de Gladstone (um homem que tanto Disraeli quanto Bismarck detestavam) parecia-lhes

simplesmente um embuste. Nem Bismarck nem Disraeli tinham qualquer simpatia pelos eslavos balcânicos, a quem viam como desordeiros crônicos e violentos. Ambos eram chegados a ditos cínicos e mordazes, generalizações amplas e comentários sarcásticos. Entediados com as minúcias, Bismarck e Disraeli preferiam abordar a política de maneira ousada e dramática.

Pode-se dizer que Disraeli foi o único estadista que levou a melhor com Bismarck. Disraeli chegou ao Congresso na posição inexpugnável de já ter alcançado seus objetivos — a posição de Castlereagh em Viena e de Stalin após a Segunda Guerra Mundial. As questões restantes eram detalhes de execução do acordo prévio entre a Inglaterra e a Rússia, e a questão militar essencialmente técnica do controle dos passos das montanhas balcânicas pela Turquia ou pela nova Búlgaria. Para Disraeli, o problema estratégico do congresso era desviar o mais possível da Inglaterra a frustração da Rússia por ter de renunciar a algumas das suas conquistas.

Disraeli foi bem-sucedido porque a posição de Bismarck era muito complicada. Bismarck não via nenhum interesse alemão nos Bálcãs, e não tinha preferências quanto às questões discutidas, afora evitar uma guerra entre Áustria e Rússia a qualquer custo. Ele descreveu seu papel no Congresso como o "*ehrlicher Makler*" (o mediador honesto) e apresentou quase todas as suas declarações no congresso com as palavras: "*L'Allemagne, qui n'est liée par aucun intérêt direct dans les affaires d'Orient [...]*" (A Alemanha, que não tem nenhum interesse direto nas questões do Oriente [...]).²⁸

Bismarck, apesar de saber muito bem o jogo que estava sendo jogado, sentia-se como num pesadelo, que vê o perigo chegar, mas é incapaz de evitá-lo. Quando o parlamento alemão insistiu numa atitude mais firme de Bismarck, ele retrucou que sua intenção era passar ao largo da situação. Bismarck exemplificou o perigo da mediação com um incidente ocorrido em 1851, quando o czar Nicolau I interveio entre a Áustria e a Prússia, mas na realidade ao lado da Áustria:

O czar Nicolau fez o então papel que (o meu oponente) pretende agora para a Alemanha; o czar chegou e disse: "Eu atiro no primeiro que atirar", e a paz foi mantida. Para vantagem de quem, e para desvantagem de quem, deixo à história, e não quero discuti-lo aqui. Estou apenas perguntando: esse papel que o czar Nicolau desempenhou, no qual tomou um lado, foi algum dia retribuído com gratidão? Certamente não por nós, da Prússia! [...] Teve o czar Nicolau os agradecimentos da Áustria? Três anos depois estourou a Guerra da Crimeia e não preciso dizer mais nada.²⁹

Tampouco, Bismarck poderia ter acrescentado, a intervenção do czar conseguiu impedir que a Prússia unisse por fim a Alemanha do norte — a verdadeira questão em 1851.

Bismarck jogou da melhor maneira possível com as cartas que recebeu. Em geral, apoiou a Rússia nas questões da parte oriental dos Bálcãs (como a anexação da Bessarábia) e apoiou a Áustria na parte ocidental (como a ocupação da Bósnia-Herzegovina). Só num caso ficou contra a Rússia. Quando Disraeli ameaçou abandonar o Congresso a menos que a Turquia mantivesse os passos das montanhas fronteiras à Bulgária, Bismarck pediu ao czar que cancelasse a proposta do negociador russo Shuvalov.

Bismarck evitou assim o estranhamento com a Rússia que ocorrera com a Áustria após a Guerra da Crimeia. Mas não saiu incólume. Muitos líderes russos sentiram uma vitória roubada. A Rússia podia até adiar aquisições territoriais em nome da legitimidade (como fizera Alexandre I na rebelião grega da década de 1820, e Nicolau I durante as revoluções de 1848), mas nunca abandonava um objetivo final, nem aceitava meios-termos como justos. Conter a Rússia em expansão, em geral produzia um grande ressentimento.

Então, após o Congresso de Berlim, a Rússia culpou o Concerto Europeu, e não sua ambição exagerada, por não atingir todos os seus objetivos; também não culpou Disraeli, que reunira uma coalizão contra a Rússia e a ameaçara de guerra, mas sim Bismarck, que operou o congresso a fim de evitar uma guerra europeia. A Rússia habituara-se à oposição inglesa; mas o papel de "mediador

honesto” de um aliado tradicional como a Alemanha foi uma afronta aos pan-eslavistas. A imprensa nacionalista russa chamou o congresso de “coalizão europeia contra a Rússia sob a liderança do príncipe Bismarck”,³⁰ que foi o bode expiatório do fracasso russo em alcançar suas metas exorbitantes.

Shuvalov, principal negociador russo em Berlim em posição de saber das coisas, resumiu a atitude chauvinista russa após a realização do congresso:

Preferimos dar a ilusão insana de que os interesses da Rússia foram seriamente prejudicados por certas potências estrangeiras e, dessa maneira, mantemos acesa a mais perniciosa agitação. Todos querem a paz, a condição do país a exige urgentemente, mas ao mesmo tempo tentamos canalizar para o mundo exterior o descontentamento produzido, na realidade, por erros de nossa própria política.³¹

Shuvalov não refletia, no entanto, a opinião pública russa. Apesar de o próprio czar não ousar ir tão longe quanto sua imprensa jingoísta ou os pan-eslavistas radicais, ele também não se conformava com o resultado do congresso. Nas décadas seguintes, a perfídia de Berlim seria o chavão de muitos documentos russos, inclusive de vários que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A Liga dos Três Imperadores, a unidade de monarcas conservadores, não se manteria. Daí em diante, a força coesiva em questões internacionais, se houvesse, teria de ser a própria *Realpolitik*.

Na década de 1850, Bismarck defendera uma política que era o equivalente continental da política inglesa de “isolamento esplêndido” — evitar envolvimento antes de jogar o peso da Prússia no lado que melhor servisse aos interesses nacionais prussianos. Este caminho evitava alianças por limitarem a liberdade de ação e, principalmente, dava à Prússia mais opções que as de qualquer adversário potencial. Durante os anos 1870, Bismarck tentou consolidar a unificação da Alemanha, retornando à aliança tradicional com a Áustria e a Rússia. Mas na década de 1880 ocorreu uma situação sem precedentes. A Alemanha era forte demais para ficar à parte, pois isso poderia unir a Europa contra ela. E nem podia

continuar contando com o apoio histórico, quase por reflexo, da Rússia. A Alemanha era um gigante à procura de amigos.

Bismarck solucionou o dilema invertendo sua linha anterior de política externa. Se não podia operar o equilíbrio de poder com menos compromissos que qualquer adversário potencial, produziria mais relações com mais países que qualquer oponente imaginável, podendo então escolher entre muitos aliados, conforme as circunstâncias. Deixando a liberdade estratégica que marcara sua diplomacia por 20 anos, Bismarck começou a formar um engenhoso sistema de alianças, por um lado, para evitar que se unissem os adversários potenciais da Alemanha e, por outro, para limitar a ação dos parceiros da Alemanha. Em cada uma das coalizões por vezes contraditórias de Bismarck, a Alemanha estava sempre mais próxima de seus vários aliados do que estes entre si; desse modo, Bismarck sempre tinha poder de veto sobre a ação comum, bem como a opção da ação independente. Durante uma década ele fez pactos com os adversários dos seus aliados, controlando as tensões em todas as pontas.

Bismarck lançou sua nova política em 1879, ao fazer uma aliança secreta com a Áustria. Ciente do mal-estar dos russos após o Congresso de Berlim, queria agora barrar-lhes maior expansão. Todavia, para evitar que a Áustria utilizasse o apoio alemão para desafiar a Rússia, ele garantiu, também, o veto sobre a política austríaca nos Bálcãs. A satisfação com que Salisbury recebeu a aliança austro-alemã — com a citação bíblica de “boas novas de grande alegria” — mostrou que Bismarck não estava só no desejo de limitar o expansionismo russo. Salisbury esperava, sem dúvida, que a Áustria, apoiada pela Alemanha, assumisse a tarefa inglesa de resistir à expansão russa nos Estreitos. Lutar pelo interesse nacional de outros países não era a especialidade de Bismarck. Muito menos nos Bálcãs, pois tinha profundo desdém pelas brigas daquela região. “Digamos claramente àqueles ladrões de ovelhas”, estourou ele sobre os Bálcãs, certa ocasião, “que os governos europeus não vão se atrelar a suas cobiças e rivalidades”.³² Para o mal da paz da Europa, seus sucessores esqueceram-se desse aviso.

Bismarck propôs conter a Rússia nos Bálcãs pela aliança em lugar da confrontação e o czar refreou-se diante da perspectiva de isolamento, considerando a Inglaterra a principal adversária da Rússia e a França ainda fraca e, acima de tudo, republicana demais para ser uma aliada plausível, o czar concordou em ressuscitar a Liga dos Três Imperadores, desta vez com base na *Realpolitik*.

A vantagem de uma aliança com seu principal adversário não foi muito clara para o imperador austríaco. Ele preferiria um acordo com a Inglaterra, com a qual tinha o interesse comum de bloquear o avanço da Rússia aos Estreitos. Mas a derrota de Disraeli em 1880 com a subida de Gladstone ao poder fechara essa via; a participação da Inglaterra, mesmo indireta, numa aliança antirrusa e pró-Turquia não estava mais nas cartas.

A segunda Liga dos Três Imperadores não fingiu preocupações morais. Expressa em condições precisas de *Realpolitik*, ela comprometia seus signatários à neutralidade benevolente se um deles entrasse em guerra com um quarto país — por exemplo, a Inglaterra em guerra com a Rússia, ou a França com a Alemanha. A Alemanha estava, desse modo, livre de uma guerra em duas frentes e a Rússia protegida contra a volta da coalizão da Crimeia (Inglaterra, França e Áustria), permanecendo intacto o compromisso de a Alemanha defender a Áustria contra agressões. O encargo de resistir à expansão russa nos Bálcãs passou para a Inglaterra, impossibilitada a Áustria de entrar numa coalizão contra a Rússia — pelo menos no papel. Ao montar alianças que parcialmente se anulavam, Bismarck praticamente recuperou a liberdade de ação da sua fase anterior de alheamento diplomático. Mais que tudo, ele removera as motivações que poderiam tornar uma crise local em guerra geral.

Em 1882, um ano após a segunda Liga dos Três Imperadores, Bismarck lançou sua rede ainda mais longe, ao persuadir a Itália a transformar a Dupla Aliança de Áustria e Alemanha numa Tríplice Aliança, incluindo a Itália. A Itália ficara de fora da diplomacia da Europa Central, mas agora se ressentia da conquista francesa da Tunísia, que cortara seus próprios planos na África do Norte.

Igualmente, a insegura monarquia italiana achou que uma demonstração de diplomacia de grande potência a ajudaria a resistir à onda de republicanismo. Do seu lado, a Áustria buscava segurança adicional, caso a Liga dos Três Imperadores fosse incapaz de conter a Rússia. Pela Tríplice Aliança, a Alemanha e a Itália prestariam assistência mútua contra um ataque francês, enquanto a Itália prometeu neutralidade à Áustria-Hungria no caso de guerra com a Rússia, afastando a preocupação austríaca de uma guerra em duas frentes. Finalmente, em 1887, Bismarck estimulou suas aliadas Áustria e Itália aos Acordos Mediterrâneos com a Inglaterra, em que as partes concordavam na preservação conjunta do *status quo* no Mediterrâneo.

A diplomacia de Bismarck produziu uma série de alianças entrelaçadas, em parte sobrepostas e em parte competitivas, que protegiam a Áustria contra um ataque russo, a Rússia contra o aventureirismo austríaco, e a Alemanha contra o cerco, e que levaram a Inglaterra a resistir ao expansionismo russo em direção ao Mediterrâneo. Para reduzir objeções ao seu intrincado sistema, Bismarck fez o máximo para satisfazer as ambições francesas em toda a parte, exceto na Alsácia-Lorena. Estimulou a expansão colonial francesa, em parte para desviar da Europa Central as energias francesas, porém mais para envolver a França com adversários coloniais, especialmente a Inglaterra.

Por mais de uma década, esse cálculo deu certo. A França e a Inglaterra quase se chocaram pelo Egito, a França afastou-se da Itália por causa da Tunísia e a Inglaterra continuou a fazer oposição à Rússia na Ásia Central e nos avanços sobre Constantinopla. Aflito em não alimentar confrontos com a Inglaterra, Bismarck absteve-se da expansão colonialista até a metade da década de 1880, limitando a política externa da Alemanha ao continente, onde seu objetivo era a preservação do *status quo*.

Mas, no final, a *Realpolitik* tornou-se complexa demais para durar. Com o tempo, o conflito entre a Áustria e a Rússia nos Bálcãs ficou ingovernável. Na forma mais pura do equilíbrio de poder, os Bálcãs teriam sido divididos em esferas de influência russa e

austríaca. Mas a opinião pública estava muito inflamada para uma política dessa natureza, mesmo nos estados mais autocráticos. A Rússia não concordava com esferas de influência que cediam populações eslavas à Áustria, e a Áustria não concordava em fortalecer o que considerava o domínio eslavo da Rússia nos Bálcãs.

A diplomacia de gabinete de Bismarck, ao estilo do século XVIII, era incompatível com uma época de opinião pública de massa. Os dois governos representativos da Inglaterra e da França respondiam naturalmente às suas opiniões públicas. Na França, isso significava uma pressão crescente pela recuperação da Alsácia-Lorena. Mas o exemplo mais surpreendente do novo papel da opinião pública ocorreu na Inglaterra, quando Gladstone derrotou Disraeli em 1880, na única eleição inglesa disputada, em grande parte, sobre política externa, invertendo, então, a política balcânica de Disraeli.

Gladstone, talvez a figura dominante da política inglesa no século XIX, entendia a política externa de forma muito semelhante aos americanos depois de Wilson. Julgando a política externa pela moral em lugar de critérios geopolíticos, ele afirmava que as aspirações nacionais dos búlgaros eram legítimas e que, nação correligionária cristã, a Inglaterra tinha obrigação de apoiar a Bulgária contra os turcos muçulmanos. Os turcos deviam ser postos em seu lugar, dizia Gladstone, por uma coalizão de potências que, por sua vez, assumiria a administração da Bulgária. Gladstone elaborou o conceito que veio a ser conhecido sob o presidente Wilson como *segurança coletiva*: a Europa precisava agir em conjunto, caso contrário a Inglaterra simplesmente não agiria.

Tem de ser feito, e só pode ser feito com segurança, pela ação conjunta das Potências da Europa. Vosso poder é grande, mas o essencial é que a mente e o coração da Europa neste caso sejam apenas um. Refiro-me às seis que denominamos grandes potências, Rússia, Alemanha, Áustria, França, Inglaterra e Itália. A união delas não é só importante, é quase indispensável ao sucesso completo.³³

Em 1880, Gladstone, ofendido pela ênfase de Disraeli em geopolítica, empreendeu sua célebre Campanha Midlothiana,

primeira campanha na história feita de trem, e a primeira em que a política externa foi colocada diretamente para o povo. Gladstone, já idoso, de repente revelou-se como orador público. Afirmando que a moralidade era a única base de uma política externa sólida, Gladstone insistiu que a decência cristã e o respeito aos direitos humanos deveriam ser as guias da política externa inglesa, e não o equilíbrio de poder e os interesses nacionais. Numa estação, disse ele o seguinte:

Lembrem-se de que a santidade da vida nos vilarejos dos montes do Afeganistão é tão inviolável aos olhos de Deus Todo-Poderoso quanto a da nossa. Lembrem-se de que Aquele que vos fez seres humanos no mesmo sangue e carne vos uniu pela lei do amor mútuo [...] não limitado pelas fronteiras da civilização cristã [...].³⁴

Gladstone trilhou o caminho depois seguido por Wilson, quando proclamou que não poderia haver distinção entre a moralidade do indivíduo e a moralidade do estado. Como Wilson, uma geração depois, ele acreditava ter detectado uma tendência global de transformação pacífica policiada pela opinião pública mundial:

É certo que uma nova lei das nações está se formando e influenciando na prática do mundo; uma lei que reconhece a independência, que desaprova a agressão, que favorece o acordo pacífico e não a solução sangrenta dos conflitos, que quer ajustamentos permanentes e não temporários; acima de tudo, que reconhece como tribunal de autoridade máxima o julgamento geral da humanidade civilizada.³⁵

Cada palavra deste parágrafo poderia ser dita por Wilson e o significado é muito semelhante à Liga das Nações de Wilson. Ao fazer a distinção entre sua política e a de Disraeli, em 1879, Gladstone acentuou que, ao contrário de praticar o equilíbrio de poder, se empenharia em “manter as Potências da Europa unidas. E por quê? Porque ao mantê-las unidas é possível neutralizar, limitar e restringir os objetivos interesseiros de cada uma [...] A ação comum e fatal para os objetivos de interesse próprio [...]”.³⁶ É claro que a incapacidade em manter toda a Europa unida era a causa das tensões crescentes. Nenhuma causa previsível — seguramente não o

futuro da Bulgária — poderia fechar a brecha entre a França e a Alemanha, ou entre a Áustria e a Rússia.

Nenhum primeiro-ministro inglês antes de Gladstone usara tal retórica. Castlereagh tratara o Concerto Europeu como um instrumento para executar o acordo de Viena. Palmerston via-o como ferramenta para preservar o equilíbrio de poder. Longe de considerar o Concerto Europeu um meio de garantir o *status quo*, Gladstone atribuía-lhe o papel revolucionário de gerar uma nova ordem mundial. Estas ideias permaneceriam adormecidas até o surgimento de Wilson em cena, uma geração depois.

Para Bismarck, tais pontos de vista eram condenáveis. Não causa espanto que essas duas figuras titânicas se detestassem cordialmente. A atitude de Bismarck para com Gladstone correspondia à de Theodore Roosevelt em relação a Wilson: ele considerava o grande vitoriano em parte um impostor, em parte uma ameaça. Ao escrever ao imperador alemão em 1883, o Chanceler de Ferro observou:

Nossa tarefa seria mais fácil se na Inglaterra a raça de grandes estadistas de períodos anteriores, que compreendiam a política europeia, não houvesse desaparecido por completo. Com um político incapaz como Gladstone, que é apenas um grande orador, é impossível seguir uma política em que se conte com a posição da Inglaterra.³⁷

A opinião de Gladstone quanto ao seu adversário foi muito mais direta, por exemplo, quando ele chamou Bismarck de “encarnação do diabo”.³⁸

As ideias de Gladstone em política externa sofreram o mesmo destino que as de Wilson, levaram seus compatriotas a retirarem-se das questões globais, em vez de participarem mais. Na diplomacia do dia a dia, a ascensão de Gladstone ao poder em 1880 pouca diferença fez para a política imperial da Inglaterra no Egito e a leste de Suez. Mas impediu que a Inglaterra fosse relevante nos Bálcãs e no equilíbrio europeu em geral.

O segundo período de Gladstone no cargo (1880-85) teve, portanto, o efeito paradoxal de remover a rede de segurança de Bismarck, o mais moderado dos estadistas continentais, da mesma maneira que a saída de Canning da Europa jogou Metternich em direção ao czar. Enquanto os pontos de vista de Palmerston e Disraeli predominassem na política externa britânica, a Inglaterra poderia ser o último recurso, toda vez que a Rússia fosse longe demais nos Bálcãs ou nas investidas a Constantinopla. Com Gladstone, essa garantia chegara ao fim, deixando Bismarck ainda mais dependente do seu anacrônico triângulo com a Áustria e a Rússia.

As Cortes do Leste — até então, baluartes do conservadorismo — mostraram-se, de certa maneira, ainda mais suscetíveis à opinião pública nacionalista que os governos representativos. A estrutura interna da Alemanha fora planejada por Bismarck para permitir-lhe aplicar nela as máximas da sua diplomacia do equilíbrio de poder; mas tinha ainda uma forte atração para a demagogia. Apesar de o *Reichstag* ser eleito pelo voto mais amplo da Europa, os governos alemães eram indicados pelo imperador e prestavam contas a ele, não ao *Reichstag*.

Sem responsabilidade, os membros do *Reichstag* sentiam-se livres para a mais extremada retórica. O fato de o orçamento militar ser votado por períodos de cinco anos, levava os gabinetes a criarem crises no ano em que o programa de defesa seria votado. Com tempo suficiente, essa forma poderia muito bem virar uma monarquia constitucional, com um governo responsável perante o parlamento. Porém nos anos cruciais de formação da nova Alemanha, os governos eram altamente suscetíveis à propaganda nacionalista e muito inclinados a inventarem ameaças externas para arremeter seus eleitores.

A política externa russa sofria, também, com a propaganda fanática dos pan-eslavos, cujos temas eram a demanda de uma política mais agressiva nos Bálcãs e de cartas na mesa com a Alemanha. Um oficial russo explicou ao embaixador austríaco perto do fim do reinado de Alexandre II, em 1879:

As pessoas aqui têm *medo* da imprensa nacionalista [...] É a bandeira do nacionalismo que pregaram em si mesmas que as protege e lhes garante apoio. Desde quando a tendência nacionalista ficou tão proeminente e, especialmente, desde que venceu os conselhos mais sensatos, na questão da guerra (com a Turquia), o suposto partido “nacional” [...] assumiu grande poder, particularmente porque abrange todo o exército.³⁹

A Áustria, outro império poliglota, estava na mesma situação.

Nessas circunstâncias, ficou cada vez mais difícil para Bismarck o seu precário ato de equilibrismo. Em 1881, um novo czar, Alexandre III, assumiu o trono em São Petersburgo, não limitado por uma ideologia conservadora como seu avô, Nicolau I, ou por uma consideração pessoal pelo idoso imperador alemão, como seu pai, Alexandre II. Indolente e autocrático, Alexandre III não confiava em Bismarck, em parte porque a política de Bismarck era complicada demais para ele. Certa ocasião, ele chegou a declarar que toda vez que via menção a Bismarck num despacho, colocava uma cruz ao lado do seu nome. As suspeitas do czar eram reforçadas por sua esposa dinamarquesa, que não perdoava Bismarck por tomar Schleswig-Holstein do seu país natal.

A crise búlgara de 1885 trouxe à tona todos esses impulsos. Outra revolta produzira a Bulgária Maior que a Rússia desejara tanto uma década antes e que a Inglaterra e a Áustria tanto temeram. Demonstrando como a história pode falhar às expectativas mais firmes, a nova Bulgária, longe de ser dominada pela Rússia, foi unificada sob um príncipe alemão. A corte de São Petersburgo culpou Bismarck por aquilo que o chanceler alemão preferia, na realidade, ter evitado. A corte russa estava furiosa e os pan-eslavos, que enxergavam uma conspiração em cada esquina a oeste do Vístula, espalharam o boato de que Bismarck estava por trás de uma diabólica trama antirrusa. Neste clima, Alexandre recusou-se a renovar a Liga dos Três Imperadores em 1887.

Bismarck não estava, no entanto, disposto a abrir mão da sua opção russa. Sabia que a Rússia, entregue aos seus próprios mecanismos, mais cedo ou mais tarde faria uma aliança com a

França. Contudo, nas condições dos anos de 1880, com a Rússia e a Inglaterra sempre à beira de uma guerra, essa via acentuava o perigo da Rússia *vis-à-vis* a Alemanha, sem reduzir o antagonismo inglês. Além disso, a Alemanha tinha ainda uma opção britânica, agora que Gladstone deixara o ministério. Alexandre, de qualquer maneira, tinha bons motivos para desconfiar que a França corresse o risco de guerra pelos Bálcãs. Em outras palavras, os laços russo-germânicos ainda refletiam uma convergência muito real, mesmo em queda, dos interesses nacionais e não simplesmente as predileções de Bismarck — embora sem sua habilidade diplomática esses interesses comuns não encontrassem uma expressão formal.

Sempre hábil, Bismarck veio com sua última iniciativa importante, o chamado Tratado de Resseguro. Alemanha e Rússia prometiam uma à outra ficar neutras em uma guerra com um terceiro país, a menos que a Alemanha atacasse a França, ou a Rússia atacasse a Áustria. Teoricamente, a Rússia e a Alemanha gozavam agora da garantia contra uma guerra em duas frentes, desde que ficassem na defensiva. Contudo, muito dependia da definição de agressor, já que a mobilização cada vez mais se equiparava a uma declaração de guerra (vide [Capítulo 8](#)). Como esta questão jamais foi colocada, havia limitações óbvias ao Tratado de Resseguro, cuja utilidade ainda diminuiu em virtude da insistência do czar em mantê-lo secreto.

O sigilo do acordo foi o melhor exemplo do conflito entre as exigências da diplomacia de gabinete e os imperativos de uma política externa cada vez mais democratizada. As coisas haviam se tornado tão complexas que existiam dois níveis de segredo no Tratado de Resseguro secreto. O segundo nível era uma cláusula muito confidencial na qual Bismarck prometia não obstruir o caminho da Rússia para Constantinopla, e ajudar a influência russa na Bulgária. Nenhuma dessas promessas alegraria a aliada da Alemanha, a Áustria, sem falar na Inglaterra — apesar de não se poder dizer que Bismarck ficaria infeliz caso a Inglaterra e a Rússia se desentendessem quanto ao futuro dos Estreitos.

Apesar das complexidades, o Tratado de Resseguro mantinha o elo indispensável entre São Petersburgo e Berlim. E renovou a confiança de São Petersburgo de que, apesar de a Alemanha defender a integridade do Império Austro-Húngaro, não ajudaria sua expansão em detrimento da Rússia. Assim, a Alemanha obteve pelo menos o adiamento de uma aliança franco-russa.

Ficou claro que Bismarck colocara sua intrincada política externa a serviço da moderação e da paz ao reagir à pressão dos comandantes militares alemães que insistiram numa guerra preventiva contra a Rússia, quando a Liga dos Três Imperadores foi extinta em 1887. Bismarck abafou tais especulações em discurso no *Reichstag* no qual tentou dar a São Petersburgo uma reputação a zelar, como forma de impedir uma aliança franco-russa:

A paz com a Rússia não será perturbada do nosso lado; e não creio que a Rússia nos ataque. Também não acredito que os russos busquem alianças para atacar-nos em companhia de outros países, ou que pretendam se aproveitar das dificuldades que encontremos em outros lados, de modo a nos atacar com facilidade.⁴⁰

Não obstante, apesar de toda sua habilidade e moderação, o equilibrismo de Bismarck logo terminaria. As manobras, até mesmo para seu criador, ficavam complexas demais para funcionar, Alianças sobrepostas de contenção geraram desconfiança, e a crescente importância da opinião pública reduzia a flexibilidade de todos.

Por mais hábil que fosse a diplomacia de Bismarck, a necessidade de tanta manipulação comprovava as tensões que uma Alemanha forte e unificada impunha ao equilíbrio de poder europeu. Mesmo com Bismarck à frente do governo, a Alemanha imperial inspirava desassossego. Na realidade, as maquinações de Bismarck, cuja intenção era dar tranquilidade, com o decorrer do tempo produziram um efeito estranhamente inquietante, em parte porque os contemporâneos não alcançavam sua natureza cada vez mais complexa. Temendo ser enganados, eles resguardavam-se contra qualquer risco. Mas essa linha de ação também limitava a

flexibilidade, mola mestra da *Realpolitik* como substitutivo para o conflito.

Embora o estilo da diplomacia de Bismarck já devesse estar condenado ao fim do seu período no poder, estava longe de ser inevitável que fosse substituído por uma corrida armamentista absurda e por alianças rígidas mais comparáveis à posterior Guerra Fria que ao tradicional equilíbrio de poder. Por quase 20 anos, Bismarck preservou a paz e aliviou as tensões internacionais com sua moderação e flexibilidade. Mas pagou o preço da grandeza mal compreendida, pois seus sucessores e futuros imitadores não tiraram lição melhor do seu exemplo que a multiplicação das armas e uma guerra que causaria o suicídio da civilização europeia.

Em 1890, o conceito de equilíbrio de poder esgotara seu potencial. Tornara-se necessário, inicialmente, devido à multiplicidade de estados saídos das cinzas da aspiração medieval ao império universal. No século XVIII, seu corolário da *raison d'état* conduziu a guerras frequentes cuja função primária era impedir uma potência dominante e a ressurreição de um império europeu. O equilíbrio de poder preservava a liberdade dos estados e não a paz da Europa.

A “Máquina do Juízo Final” política

A diplomacia europeia e a Primeira Guerra Mundial



Ao fim da primeira década do século XX, do Concerto Europeu, que assegurou a paz durante um século, só existia o nome. As grandes potências haviam-se lançado, com frivolidade cega, numa luta bipolar que petrificou dois blocos de poder, precedendo o modelo da Guerra Fria, de 50 anos mais tarde. Com uma grande diferença. Na era das armas nucleares, evitar a guerra seria uma importante, talvez a maior, meta de política externa. No início do século XX, as guerras começavam com um certo toque de leviandade. Pensadores europeus chegaram a aventar que o banho de sangue ocasional era até catártico, ideia doida, brutalmente negada na Primeira Guerra Mundial.

Há anos, os historiadores discutem a quem deve caber a culpa pela deflagração da Primeira Guerra Mundial. Mas não se pode isolar um país e atribuir-lhe aquela insana excursão pela catástrofe. Cada uma das principais potências deu sua quota de miopia e sandice, com uma indiferença que não mais seria possível, depois que o desastre causado penetrou a memória coletiva da Europa. Esqueceram o aviso de Pascal em suas *Pensées* — se é que o conheciam —: “Desabamos sem querer no abismo, quando erguemos à nossa frente o que nos impede de vê-lo”.

Houve, por certo, muita culpa a distribuir. As nações da Europa mutaram o equilíbrio de poder em corrida armamentista sem verem que a tecnologia moderna e o recrutamento geral fizeram das grandes guerras a maior ameaça à segurança e à civilização europeias. Se todas as nações da Europa contribuíram para a fogueira com suas atitudes políticas, a Alemanha e a Rússia eliminaram qualquer senso de moderação, por suas próprias naturezas.

No processo da unificação alemã, pouco se considerou o seu impacto sobre o equilíbrio de poder. Por 200 anos, a Alemanha fora a vítima, não a promotora, das guerras da Europa. Na Guerra dos Trinta Anos, os alemães perderam, talvez, 30% de sua população, e todas as grandes batalhas das guerras dinásticas do século XVIII e das guerras napoleônicas travaram-se em solo alemão.

Era, portanto, inelutável que uma Alemanha unida almejasse evitar a recorrência dessas tragédias. Mas não era inevitável que o novo estado alemão visse esse desafio em grande parte como um problema militar, ou que os diplomatas alemães pós-Bismarck conduzissem a política externa com tamanha agressividade. A Prússia de Frederico, o Grande, fora a mais fraca dentre as grandes potências, mas, após a unificação, a Alemanha tornou-se a mais forte e, como tal, inquietante para os vizinhos. A fim de participar do Concerto Europeu, era preciso, portanto, um comedimento todo especial em política externa.¹ Após a saída de Bismarck, infelizmente, moderação foi o que mais faltou à Alemanha. Os estadistas alemães obcecaram-se pelo poder bruto, porque, em contraste com outros estados-nações, a Alemanha não possuía uma estrutura filosófica de integração. Nenhum dos ideais que moldaram o moderno estado-nação no restante da Europa esteve presente na construção de Bismarck — a ênfase da Inglaterra sobre as liberdades tradicionais, o apelo da Revolução Francesa à liberdade universal, ou mesmo o benigno imperialismo universalista da Áustria. Rigorosamente falando, a Alemanha de Bismarck não corporificou as aspirações de um estado-nação, pois ele excluía, deliberadamente, os alemães austríacos. O *Reich* de Bismarck era um artifício, uma

Prússia maior, tendo como principal objetivo aumentar seu próprio poder.

A falta de raízes intelectuais foi a principal causa da política externa sem rumo da Alemanha. A lembrança de ter sido, tanto tempo, o maior campo de batalha da Europa, deixou arraigada uma sensação de insegurança no povo alemão. Apesar de o império de Bismarck ser agora a potência mais forte do continente, os governantes alemães sentiam-se vagamente ameaçados, como prova a obsessão com o preparo militar, agravado pela retórica belicosa. Os planejadores militares alemães adotavam a hipótese de lutar simultaneamente contra todos os vizinhos da Alemanha. Preparados para o pior cenário, ajudaram a realizá-lo. Pois uma Alemanha forte para derrotar a coalizão de todos os vizinhos era também capaz, obviamente, de esmagar qualquer um individualmente. Diante do colosso militar em suas fronteiras, os vizinhos da Alemanha agruparam-se em proteção mútua, transformando a busca alemã de segurança num fator de sua própria insegurança.

Uma política moderada teria adiado, e talvez até suprimido, o perigo que assomava. Mas os sucessores de Bismarck, abandonando sua política de comedimento, fiavam-se cada vez mais na força pura e simples, expressa num dos seus ditos prediletos — que a Alemanha era o martelo, não a bigorna, da diplomacia europeia. A Alemanha despendera muita energia para ser uma nação, mas não tivera tempo para meditar sobre o fim a que serviria o novo estado. A Alemanha Imperial nunca formulou um conceito de seu próprio interesse nacional. Oscilando com as emoções do momento e sofrendo de uma extraordinária falta de sensibilidade pelo psiquismo estrangeiro, os líderes alemães, após Bismarck, combinaram truculência com hesitação, atirando seu país primeiro para o isolamento, em seguida para a guerra.

Bismarck fez o possível para amainar as afirmações do poder alemão, usando seu novelo de alianças para conter os muitos parceiros e evitar que conflitos latentes irrompessem em guerras. Os sucessores de Bismarck careciam da paciência e da sutileza para

essas complexidades. Quando o *Kaiser* Guilherme I morreu, em 1888, seu filho Frederico (cujo liberalismo tanto preocupava Bismarck), governou apenas 98 dias, antes de sucumbir a um câncer na garganta. Foi sucedido pelo filho, Guilherme II, cujos modos histriônicos davam a impressão desconfortável de um governante imaturo e errático da mais poderosa nação da Europa. Psicólogos atribuem as fanfarrônicas agitadas de Guilherme a uma compensação por ter nascido com um braço deformado — golpe sério para um membro da família real da Prússia, com suas exaltadas tradições militares. Em 1890, o impetuoso e jovem imperador demitiu Bismarck, recusando-se a governar à sombra de figura tão altaneira. Deste momento em diante, foi a diplomacia do *Kaiser* que se tornou essencial à paz da Europa. Winston Churchill captou a essência de Guilherme em estilo sarcástico:

Andava empavonado, fazendo pose e balançando a espada na cinta. O que mais queria era sentir-se um Napoleão, e ser como ele, sem ter as batalhas. Menos que isso não passaria na revista. Quem quer ser boca de vulcão, no mínimo tem de fumar. E lá fumegava ele, um pilar de fumaça de dia e um brilho de fogo à noite, para edificação de quem contemplasse a distância; lenta e seguramente esses espectadores assustados reuniram-se e juntaram-se em proteção mútua. Mas, debaixo de toda aquela pose; e de seus enfeites, estava um homem muito comum, vaidoso, no todo bem-intencionado, esperando passar para a história como um segundo Frederico, o Grande.²

O que o *Kaiser* mais queria era o reconhecimento geral da importância da Alemanha e, acima de tudo, do seu poder. Tentou fazer aquilo que ele e seu séquito denominavam *Weltpolitik*, política mundial, sem jamais definir o termo ou sua relação com o interesse nacional alemão. Atrás dos *slogans*, estava o vazio intelectual: a linguagem truculenta mascarava o vácuo interno; *slogans* imponentes ocultavam a timidez e a falta de qualquer senso de direção. Jactância com indecisão era o legado de dois séculos de provincianismo alemão. Mesmo com uma política alemã sensata e responsável, integrar o colosso germânico à moldura internacional existente teria sido uma tarefa portentosa. Mas a mistura explosiva de personalidades e instituições internas impediu esse caminho,

levando antes a uma política externa irracional, especializada em atrair para a Alemanha tudo que ela sempre temera.

Nos 20 anos seguintes à saída de Bismarck, a Alemanha conseguiu uma extraordinária inversão de alianças. Em 1898, a França e a Inglaterra quase se engalfinharam na disputa pelo Egito. A animosidade entre a Inglaterra e a Rússia fora uma constante nas relações internacionais durante a maior parte do século XIX. Em várias ocasiões, a Inglaterra buscara aliados contra a Rússia, tentando a Alemanha, antes de entender-se com o Japão. Ninguém imaginaria que Inglaterra, França e Rússia pudessem terminar do mesmo lado. No entanto, dez anos depois, foi exatamente o que aconteceu, como efeito da irritante e ameaçadora diplomacia alemã.

Apesar de toda a complicação das suas manobras, Bismarck jamais tentara ultrapassar as tradições do equilíbrio de poder. Seus sucessores, no entanto, visivelmente não ficavam à vontade no equilíbrio de poder e não parecem jamais ter compreendido que, quanto mais cresciam sua força, mais facilitavam as coalizões de contrapeso e o acúmulo de armamento, inerentes ao sistema europeu de equilíbrio.

Os líderes alemães ofendiam-se com a relutância dos outros países em aliarem-se a uma nação que já era a mais forte da Europa, mas cuja força despertava o medo da hegemonia alemã. Maus-tratos pareciam aos líderes alemães a melhor maneira de mostrar aos vizinhos os limites deles e, supostamente, os benefícios da amizade alemã. Esse método intimidante teve exatamente o efeito contrário. Tentando a segurança absoluta do país, os líderes alemães após Bismarck ameaçaram todas as nações europeias com a insegurança absoluta, causando coalizões automáticas de compensação. Não existem atalhos diplomáticos para a dominação. O caminho que leva a ela é a guerra, lição que os governantes provincianos da Alemanha pós-Bismarck só receberam tarde demais para evitar uma catástrofe global.

Ironicamente, durante a maior parte da história da Alemanha imperial, a Rússia, e não a Alemanha, foi considerada a maior

ameaça à paz. Primeiro Palmerston, em seguida Disraeli, convenceram-se de que a intenção da Rússia era penetrar no Egito e na Índia. Em 1913, o mesmo medo dos comandantes alemães, de estarem prestes a ser invadidos pelas hordas russas, chegou a tal ponto que foi um grande fator em sua decisão de forçar a declaração fatal, um ano depois.

Na realidade, havia poucos indícios para tanto medo de que a Rússia quisesse um império europeu. As alegações da inteligência militar alemã de que haviam provas de que a Rússia, de fato, preparava tal guerra eram verdadeiras, mas irrelevantes. Todos os países de ambas as alianças, intoxicados pela nova tecnologia das estradas de ferro e das planilhas de mobilização, estavam sempre metidos em preparativos militares desproporcionais a quaisquer problemas em foco. Mas, precisamente por não estar ligado a nenhum objetivo claro, esse preparo intenso era tido como presságio de ambições vastas, embora nebulosas. Assim, o príncipe Von Bülow, chanceler alemão de 1900 a 1909, defendia o ponto de vista de Frederico, o Grande, de que “de todos os vizinhos da Prússia o Império Russo é o mais perigoso, pela sua força, pela sua posição.”³

A Europa toda sentia algo sinistro na imensidão e na continuidade da Rússia. As nações da Europa tentavam crescer por meio de ameaças e contra-ameaças. Já a Rússia parecia impelida ao crescimento num ritmo próprio, só detido por forças superiores e geralmente pela guerra. Em muitas crises um acordo razoável parecia, ao alcance da Rússia, bem melhor do que o resultado final. Mas a Rússia preferia sempre o risco da derrota ao meio-termo. Foi assim na Guerra da Crimeia, de 1854, nas guerras balcânicas de 1875-78, e antes da Guerra Russo-Japonesa de 1904.

Uma explicação era a Rússia pertencer parte à Europa e parte à Ásia. No Ocidente, a Rússia era parte do Concerto Europeu e colaborava nas normas do equilíbrio de poder, Porém, mesmo ali, os russos impacientavam-se com o apelo ao equilíbrio e tendiam à guerra, se suas exigências não fossem satisfeitas — por exemplo, no prelúdio da Guerra da Crimeia de 1854 e das guerras balcânicas, e novamente em 1885, quando a Rússia quase foi à guerra com a

Bulgária. Na Ásia Central, a Rússia tratava com principados fracos, aos quais o princípio do equilíbrio de poder não se aplicava, e na Sibéria — até deparar-se com o Japão — ela pôde expandir-se, como os Estados Unidos, por um continente pouco habitado.

Nos foros europeus, a Rússia ouvia os argumentos do equilíbrio de poder, mas nem sempre seguiu suas máximas. Enquanto as nações da Europa sempre sustentaram que o destino da Turquia e dos Bálcãs deveria ser resolvido pelo Concerto Europeu, a Rússia buscava, invariavelmente, lidar com a questão de maneira unilateral e por meio da força — como no Tratado de Adrianópolis, em 1829, no Tratado de Unkiar Skelessi, em 1833, no conflito com a Turquia, de 1853, e nas guerras balcânicas de 1875-78 e de 1885. A Rússia esperava que a Europa fingisse não ver, e melindrava-se quando isso não ocorria. Houve o mesmo problema após a Segunda Guerra Mundial, quando os aliados ocidentais declararam que o destino do leste europeu dizia respeito à Europa toda, ao passo que Stalin mantinha que a Europa do Leste, em especial a Polônia, estava na esfera soviética e, conseqüentemente, seu futuro seria resolvido sem interferência das democracias ocidentais. E, como os seus antecessores czaristas, Stalin agiu unilateralmente. Mas alguma coalizão de forças ocidentais surgiria em resistência às investidas militares da Rússia e para invalidar as imposições da Rússia aos seus vizinhos. No período pós-Segunda Guerra Mundial, passaria uma geração até que o padrão histórico se firmasse novamente.

A Rússia em marcha raramente mostrava limites. Detida, curti seus ódios e esperava o momento da desforra — contra a Inglaterra em grande parte do século XIX, contra a Áustria após a Guerra da Crimeia, contra a Alemanha após o Congresso de Berlim e contra os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Resta ver como a nova Rússia pós-soviética reagirá ao colapso do seu império histórico e dos satélites, uma vez absorvido o choque da desintegração.

Na Ásia, a ideia missionária da Rússia tinha ainda menos obstáculos políticos ou geográficos. No século XVIII e em grande parte do XIX, a Rússia esteve sozinha no Extremo Oriente. Foi a primeira potência europeia a lidar com o Japão e a primeira a fazer

um acordo com a China. Esta expansão, realizada por relativamente poucos colonizadores e aventureiros militares, não deu em nenhum conflito com as potências europeias. Conflitos russos esporádicos com a China foram irrelevantes. Em troca da ajuda russa contra tribos guerreiras, a China concedeu grandes áreas de território para a administração russa, nos séculos XVIII e XIX, numa série de “tratados desiguais” que todo governo chinês desde essa época, especialmente o comunista, tem denunciado.

Como de hábito, o apetite da Rússia por território asiático parecia crescer a cada aquisição. Em 1903, Serge de Witte, ministro das finanças russo e confidente do czar, escreveu a Nicolau II: “Dada nossa imensa fronteira com a China e nossa situação excepcionalmente favorável, a absorção pela Rússia de parte considerável do Império Chinês é questão de tempo”.⁴ Como em relação ao Império Otomano, os líderes da Rússia adotaram a posição de que o Extremo Oriente era assunto da Rússia e o resto do mundo não tinha nada que interferir. Os avanços da Rússia às vezes ocorriam em todas as frentes simultaneamente; ela recuava e avançava, dependendo de onde a expansão parecesse menos arriscada.

O aparato de elaboração política da Rússia imperial refletia a dupla natureza do império. O ministério do exterior da Rússia era um departamento do gabinete do primeiro-ministro, da chancelaria, com funcionários independentes, cuja atenção era voltada para o Ocidente.⁵ Sendo muitas vezes alemães bálticos, esses funcionários consideravam a Rússia um estado europeu, com políticas para a cena do Concerto Europeu. O papel da chancelaria, no entanto, era contestado pelo departamento asiático, também independente e responsável pela política russa para o Império Otomano, os Bálcãs e o Extremo Oriente — em outras palavras, por toda frente onde a Rússia, de fato, avançava.

Diferentemente da chancelaria, o departamento asiático não se considerava parte do Concerto Europeu. E vendo as nações da Europa como obstáculos, o departamento não lhes dava importância; sempre que possível, tentava atingir as metas russas

por tratados unilaterais, ou guerras, sem nenhuma referência à Europa. Como a Europa insistia em que as questões referentes aos Bálcãs e ao Império Otomano fossem resolvidas em concerto, havia conflitos frequentes, crescendo a fúria da Rússia ao ver-se impedida por potências que considerava intrusas.

Parcialmente defensiva, parcialmente ofensiva, a expansão russa era sempre ambígua, e esta ambiguidade causou discussões no Ocidente sobre as verdadeiras intenções da Rússia até o período soviético. Uma razão para a perene dificuldade na inteligência dos propósitos da Rússia foi que o governo russo, mesmo no período comunista, tinha mais em comum com uma corte autocrática do século XVIII do que com uma superpotência do século XX. Nem a Rússia imperial, nem a comunista, jamais produziram um grande ministro de relações exteriores. Como Nesselrode, Gorchakov, Giers, Lamsdorff e mesmo Gromyko, seus ministros do exterior eram preparados e capazes, mas sem autoridade para trabalhar políticas de longo prazo. Eram pouco mais que servos de um autocrata volátil, de atenção facilmente desviável, cujo favor era preciso disputar, com preocupações internas prementes. A Rússia imperial não teve um Bismarck, um Salisbury, um Roosevelt — em suma, alguém com poderes executivos sobre todos os aspectos da política externa. Mesmo quando o czar era uma personalidade dominante, o sistema autocrático da formulação política russa inibia a evolução de uma política externa coerente. Quando os czares encontravam um ministro de relações exteriores com quem ficavam à vontade, a tendência era mantê-lo no cargo anos a fio, caso de Nesselrode, Gorchakov e Giers. Estes três ministros do exterior governaram durante a maior parte do século XIX. Mesmo em idade avançada, foram valiosos aos estadistas estrangeiros, que viam neles as únicas pessoas a quem valia a pena visitar em São Petersburgo, pois eram personalidades com acesso ao czar. O protocolo praticamente proibia a qualquer outra pessoa uma audiência com o czar.

Para complicar ainda mais a tomada de decisões, o poder executivo do czar conflitava, frequentemente, com suas noções autocráticas de estilo de vida principesco. Por exemplo, logo após a

assinatura do Tratado de Resseguro, numa fase importante nas questões internacionais da Rússia, Alexandre III deixou São Petersburgo por quatro meses consecutivos, julho a outubro de 1887, para velejar, observar manobras e visitar cunhados na Dinamarca. Distante o único personagem apto a tomar decisões, a política externa da Rússia enleou-se. A política do czar não só era muito comandada pelas emoções do momento, como sofria grande influência da agitação nacionalista insuflada pelos militares. Oficiais aventureiros como o general Kaufmann, na Ásia Central, não davam atenção alguma ao ministro do exterior. Gorchakov provavelmente dizia a verdade sobre o pouco que sabia da Ásia Central nas conversas com os embaixadores ingleses, descritas no capítulo anterior.

Na época de Nicolau II, que governou de 1894 a 1917, a Rússia foi obrigada a pagar o preço de suas instituições arbitrárias. Nicolau primeiro levou a Rússia a uma guerra desastrosa com o Japão, depois permitiu que seu país ficasse cativo de um sistema de alianças que tornou a guerra com a Alemanha praticamente inevitável. Como a energia da Rússia se canalizou para a expansão e para os conflitos externos resultantes, sua estrutura social e política tornou-se frágil. A derrota na guerra com o Japão, em 1905, deveria ter alertado que o tempo para a consolidação interna estava ficando curto — como dizia Peter Stolypin, o grande reformador. A Rússia precisava de uma trégua; o que teve foi outro engajamento externo. Frustrada na Ásia, a Rússia voltou ao sonho pan-eslávico e ao avanço para Constantinopla, que dessa vez saiu do controle.

A ironia foi que, depois de certa altura, o expansionismo não aumentou o poder da Rússia, antes provocando seu declínio. Em 1849, a Rússia era considerada a nação mais forte da Europa; 70 anos depois, sua dinastia caiu e ela sumiu temporariamente da lista de grandes potências. Entre 1848 e 1914, a Rússia entrou em mais de meia dúzia de guerras (além das guerras coloniais), muito mais que qualquer outro grande país. Em cada um desses conflitos, exceto na intervenção na Hungria em 1849, os custos financeiros e políticos para a Rússia superaram de longe os possíveis ganhos.

Apesar do preço de cada guerra, a Rússia continuou a conotar *status* de grande potência com expansão territorial; tinha fome de mais terras, de que não precisava e que não tinha capacidade de digerir. O conselheiro mais próximo do czar Nicolau II, Serge de Witte, dizia-lhe que “das costas do Pacífico e das alturas do Himalaia a Rússia dominaria não só as questões da Ásia, mas as da Europa”.⁶ O desenvolvimento econômico, social e político teria sido muito mais vantajoso ao *status* de grande potência na Era Industrial do que uma Bulgária satélite ou um protetorado na Coreia.

Alguns políticos russos, como Gorchakov, tiveram a sensatez de perceber que, para a Rússia, “a extensão do território era a extensão da fraqueza”.⁷ mas essas opiniões jamais foram capazes de moderar a mania russa de novas conquistas. No fim da história, o império comunista caiu pelas mesmas razões por que o império do czar caíra. A União Soviética estaria melhor se permanecesse em suas fronteiras após a Segunda Guerra Mundial, estabelecendo com o que veio a ser chamado a órbita dos satélites relações comparáveis às que manteve com a Finlândia.

Dois *colossi* — uma Alemanha forte e impetuosa e uma Rússia imensa e resistente — a friccionarem-se no centro do continente é conflito quase certo, ainda que a Alemanha nada tenha a ganhar numa guerra com a Rússia e que a Rússia tenha tudo a perder numa guerra com a Alemanha. A paz na Europa dependia, então, do país que fez o papel de fiel da balança tão habilmente e com tanta moderação ao longo de todo o século XIX.

Em 1890, o termo “isolamento esplêndido” ainda definia com precisão a política externa inglesa. Os ingleses referiam-se orgulhosamente ao seu país como “o estabilizador” da Europa — cujo peso evitava que uma das coalizões de potências continentais se tornasse dominante. Entrar nessas alianças era tradicionalmente tão repulsivo aos estadistas ingleses quanto o foi para os isolacionistas americanos. No entanto, apenas 25 anos depois, morreriam ingleses às centenas de milhares nos campos lamacentos de Flandres, lutando ao lado de um aliado francês contra um inimigo alemão.

Notável mudança ocorreu na política externa inglesa entre 1890 e 1914. Não foi pouca ironia o fato de o condutor da primeira parte dessa transição representar tudo de mais tradicional na Inglaterra e na política externa inglesa. Pois o marquês de Salisbury foi o grande senhor por excelência. Era o herdeiro da antiga família Cecil, cujos antepassados foram ministros destacados de monarcas ingleses desde o tempo da rainha Elizabeth I. Sabia-se que Eduardo VII, que reinou de 1901 a 1910 e vinha de uma família de recém-chegados, se comparada com os Cecil, reclamava às vezes do tom condescendente com que Salisbury o tratava.

A ascensão de Salisbury na política foi sem tropeços, como prevista. Após uma educação no Christ Church, em Oxford, o jovem Salisbury viajou pela Europa, aperfeiçoou seu francês e conheceu chefes de estado. Aos 48 anos de idade, após ser vice-rei da Índia, tornou-se o ministro do exterior de Disraeli e teve importante papel no Congresso de Berlim, em que lhe coube a negociação detalhada do dia a dia. Após a morte de Disraeli, ele assumiu a liderança do partido *tory* e, com exceção do último governo de Gladstone de 1892-94, foi a figura dominante da política inglesa nos últimos 15 anos do século XIX.

Sob certos aspectos, a posição de Salisbury não diferiu daquela do presidente George Bush, apesar de ele ter servido mais tempo no cargo mais alto da sua nação. Ambos viveram num mundo que acabava quando chegaram ao poder, apesar de o fato não ser evidente a nenhum dos dois. Ambos foram bem por saberem operar o que haviam herdado. A visão mundial de Bush foi moldada pela Guerra Fria, na qual ele subira e cujo fim lhe coube presidir no auge de sua carreira; a experiência formativa de Salisbury deu-se na época de Palmerston, do poder inglês internacional sem paralelo e da intratável rivalidade anglo-russa, que chegavam nitidamente ao fim durante seu governo.

O gabinete Salisbury teve de haver-se com o declínio da posição relativa da Inglaterra. Seu vasto poder econômico era agora igualado pelo da Alemanha; Rússia e França haviam expandido a ação imperial e desafiavam o Império Britânico em toda parte. Apesar de

a Inglaterra ainda ser maior; a predominância desfrutada no meio do século XIX declinava. Assim como Bush se adaptou habilmente àquilo que não previra, na década de 1890 os líderes da Inglaterra viram a necessidade de ajustar a política tradicional a realidades inesperadas.

Gordo e amarfanhado na aparência, lorde Salisbury melhor representava o “à vontade” inglês com o *status quo* do que sua mudança. Autor da expressão “isolamento esplêndido”, Salisbury prometeu, de acordo com ela, prosseguir a política tradicional inglesa de uma linha firme no além-mar contra outras potências imperiais e só envolver a Inglaterra em alianças continentais como último recurso para evitar que um agressor subvertesse o equilíbrio. Para Salisbury, a posição insular da Inglaterra indicava que sua política ideal era ser ativa no mar e livre das costumeiras alianças continentais. “Somos peixes”, disse ele certa vez.

Por fim, Salisbury teve de reconhecer que o extenso império da Inglaterra esgarçava sob as pressões da Rússia, no Extremo Oriente e no Oriente Próximo, e da França, na África. Até mesmo a Alemanha entrava na corrida colonialista. Apesar de a França, a Alemanha e a Rússia viverem em conflito no continente, o choque era sempre com a Inglaterra, além-mar: A Inglaterra tinha a Índia, o Canadá e grande parte da África, mas insistia em controlar territórios que, por razões estratégicas, não queria ver em mãos de outra potência, apesar de não tentar dominá-los diretamente. Salisbury chamava esse tipo de reivindicação “marcar um território que, em caso de desintegração, a Inglaterra não desejava que outra potência possuísse”.⁸ Estas áreas incluíam o Golfo Pérsico, a China, a Turquia e o Marrocos. Na década de 1890, a Inglaterra sentiu-se assediada por intermináveis choques com a Rússia, no Afeganistão, ao redor dos Estreitos e no norte da China, e com a França, no Egito e no Marrocos.

Com os Acordos Mediterrâneos de 1887, a Inglaterra associou-se indiretamente à Tríplice Aliança de Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, na esperança de que a Itália e a Áustria a reforçassem nas

negociações com a França no norte da África, e com a Rússia nos Bálcãs. Mas os Acordos Mediterrâneos foram apenas um expediente.

O novo Império Alemão, sem seu mestre estrategista, não sabia o que fazer com as oportunidades. Realidades geopolíticas aos poucos tiravam a Inglaterra do isolamento esplêndido, para apreensão dos tradicionalistas. O primeiro passo em direção ao continente foi por relações mais cordiais com a Alemanha imperial. Convencidos de que a Rússia e a Inglaterra precisavam desesperadamente da Alemanha, os formuladores alemães acharam de barganhar com ambas, simultaneamente, sem especificar o que queriam e sem jamais imaginar que estavam aproximando Rússia e Inglaterra. Recusado esse tudo ou nada, os líderes alemães recolhiam-se ao seu mau humor, rapidamente transformado em truculência. Esse método contrastava com o da França, que aceitava o progresso lento, passo a passo, esperando 20 anos para que a Rússia entrasse em acordo e outra década e meia para que a Inglaterra o fizesse. Para tanto barulho, a política externa da Alemanha pós-Bismarck era incrivelmente amadora, sem alcance e mesmo tímida diante dos confrontos que ela própria provocava.

O primeiro movimento diplomático de Guilherme II, no que foi uma linha de ação fatal, ocorreu em 1890, pouco depois de ele demitir Bismarck, quando declinou da oferta do czar para renovar-se o Tratado de Resseguro por outro período de três anos. Ao rejeitarem a proposta da Rússia no início do seu governo, o *Kaiser* e seus conselheiros puxaram talvez o fio mais importante do tecido de alianças sobrepostas de Bismarck. Foram três as motivações: queriam a política o "mais simples e transparente" possível (o novo chanceler, Caprivi, confessou certa ocasião que simplesmente não tinha a capacidade de Bismarck de manter oito bolas no ar ao mesmo tempo); queriam garantir à Áustria que a aliança com ela era a prioridade máxima; e, finalmente, consideravam o Tratado de Resseguro um obstáculo à linha preferida de uma aliança com a Inglaterra.

Cada uma dessas considerações mostra a falta de compreensão geopolítica pela qual a Alemanha de Guilherme II terminou se

isolando. A complexidade era inerente à localização e à história da Alemanha; uma política “simples” não levaria em conta todos os aspectos. Fora precisamente a ambiguidade de um tratado com a Rússia e uma aliança com a Áustria que possibilitara a Bismarck fazer o acrobata entre as apreensões austríacas e as ambições russas por quase 20 anos, sem romper com nenhuma, nem escalar a crise endêmica dos Bálcãs. Pôr fim ao Tratado de Resseguro deu exatamente na situação oposta: limitar as opções da Alemanha acabou por promover as aventuras austríacas. Nikolai de Giers, ministro do exterior russo, compreendeu isso de imediato, observando que: “Com a dissolução do nosso tratado (o Tratado de Resseguro), Viena está livre do controle sensato, bem-intencionado, mas severo, do príncipe Bismarck”.⁹

Abandonar o Tratado de Resseguro não só tirou influência da Alemanha com a Áustria, como acentuou as ansiedades da Rússia. O esteio da Alemanha na Áustria interpretou-se em São Petersburgo como nova predisposição para apoiar a Áustria nos Bálcãs. Uma vez que a Alemanha se tornava um obstáculo aos objetivos russos em uma região onde nunca houve interesse alemão vital, a Rússia certamente acharia um contrapeso, que a França estava mais que disposta a fornecer.

A tentação francesa da Rússia aumentou com um acordo colonial alemão com a Inglaterra, logo após a recusa do *Kaiser* em renovar o Tratado de Resseguro. A Inglaterra obteve da Alemanha as nascentes do Nilo e terras no leste da África, inclusive a ilha de Zanzibar. No *quid pro quo*, a Alemanha recebeu uma faixa de terra inconsequente, ligando a África do Sudoeste ao rio Zambezi, a chamada Faixa de Caprivi, e a ilha de Heligolândia no mar do Norte, que talvez tivesse algum valor estratégico para proteger a costa alemã de um ataque naval.

Não foi mau negócio para nenhuma das partes, apesar de transformar-se no primeiro de uma série de mal-entendidos. Londres fez o acordo para resolver questões coloniais africanas; a Alemanha achou que era o prelúdio de uma aliança anglo-germânica; e a Rússia foi mais longe, viu o primeiro passo da Inglaterra em direção

à Tríplice Aliança. O barão de Staal, embaixador russo em Berlim, comunicou nervoso, nestes termos, o pacto entre o amigo histórico do seu país, a Alemanha, e seu inimigo tradicional, a Inglaterra:

Quando nos unimos por muitos interesses e ligações positivas em algum ponto do globo, é quase certo que se vai atuar de maneira concertada em todas as grandes questões que surjam na área internacional [...] A entente com a Alemanha foi virtualmente realizada. É inevitável o efeito sobre as relações da Inglaterra com as outras potências da Tríplice Aliança.¹⁰

As coalizões do pesadelo de Bismarck iam começar, pois o fim do Tratado de Resseguro abriu caminho para uma aliança franco-russa.

A Alemanha calculara que a França e a Rússia jamais teriam uma aliança, pois a Rússia não tinha interesse algum em lutar pela Alsácia-Lorena e a França não tinha o menor interesse em lutar pelos eslavos balcânicos. Este veio a ser um dos muitos e notórios equívocos da liderança da Alemanha imperial pós-Bismarck. Uma vez que a Alemanha ficou comprometida ao lado da Áustria, a França e a Rússia passaram, de fato, a precisar uma da outra, divergentes como fossem suas metas, pois nenhuma alcançaria seus objetivos estratégicos sem primeiro derrotar, ou enfraquecer a Alemanha. A França tinha de fazê-lo, pois a Alemanha jamais abriria mão da Alsácia-Lorena sem guerra, ao passo que a Rússia sabia-se incapaz de herdar as partes eslavas do Império Austríaco sem derrotar a Áustria — coisa a que a Alemanha deixara claro que resistiria, ao recusar a renovação do Tratado de Resseguro. E a Rússia não tinha a menor chance contra a Alemanha sem a ajuda da França.

Dentro de um ano após a recusa da Alemanha em renovar o Tratado de Resseguro, a França e a Rússia haviam assinado a Entente Cordiale, que previa apoio diplomático mútuo. Giers, o venerável ministro do exterior russo, advertiu que o acordo não resolvia o problema fundamental de que a Inglaterra, e não a Alemanha, era o principal adversário da Rússia. Ansiosa por fugir do isolamento que lhe impusera Bismarck, a França concordou em

acrescentar ao acordo franco-russo uma cláusula obrigando-se a dar apoio diplomático à Rússia em qualquer conflito colonial com a Inglaterra.

Esta cláusula anti-inglesa pareceu aos franceses um modesto preço de entrada para o que estava fadado a ser uma coalizão antigermânica. Daí em diante, os franceses tentariam ampliar o acordo franco-russo para uma aliança militar: Apesar de os nacionalistas russos serem favoráveis a um pacto militar a fim de acelerar o desmembramento do Império Austríaco, os tradicionalistas russos ficaram apreensivos. O futuro sucessor de Giers como ministro do exterior, conde Vladimir Lamsdorff, escreveu em seu diário no início de fevereiro de 1892:

Eles (os franceses) vão assediar-nos com propostas de um acordo para ação militar conjunta no caso de ataque por terceiros [...] Mas para que levar tão longe uma coisa tão boa? Precisamos é de paz e tranquilidade ante as desgraças da fome, da crise de nossas finanças, das falhas de nosso programa de armamentos, do estado desesperador de nosso sistema de transportes e, finalmente, da atividade dos nihilistas.¹¹

No final, os franceses venceram a ponderação de Lamsdorff, ou melhor, ele foi vencido pelo czar. Em 1894, assinou-se uma convenção militar e a França concordava em auxiliar uma Rússia atacada pela Alemanha ou pela Áustria em combinação com a Alemanha. A Rússia apoiaria a França no caso de ataque pela Alemanha ou pela Alemanha em combinação com a Itália. Enquanto no Acordo Franco-Russo de 1891 havia um instrumento diplomático, cujo alvo se poderia dizer que eram a Inglaterra ou a Alemanha, o único inimigo previsto na convenção militar foi a Alemanha. O que George Kennan posteriormente chamaria de “aliança fatal” (a *entente* de França e Rússia de 1891, seguida da convenção militar de 1894) foi um marco no despenhadeiro da Europa em direção à guerra.

Era o começo do fim para o equilíbrio de poder. O equilíbrio de poder funciona se pelo menos uma das seguintes condições for atendida:

Primeiro, cada país deve estar livre para alinhar-se a qualquer outro, dependendo das circunstâncias. Durante grande parte do século XVIII, o equilíbrio foi ajustado por mudanças constantes de alinhamento; assim foi, também, no período de Bismarck, até 1890.

Segundo, quando existem alianças fixas, mas há um estabilizador, garantindo que nenhuma das coalizões se torne dominante — que foi a situação após o tratado franco-russo, quando a Inglaterra continuou a agir como poder moderador e era cortejada por ambos os lados.

Terceiro, quando as alianças são fixas no papel e não há moderador, mas a coesão é relativamente baixa, de modo que em qualquer situação se fazem acertos ou mudanças de alinhamento.

Quando nenhuma dessas condições se verifica, a diplomacia torna-se rígida e entra-se num jogo de soma zero, no qual uma vantagem de um lado é uma derrota do outro. Corrida armamentista e tensão crescente tornam-se inevitáveis. Foi a situação durante a Guerra Fria e, tacitamente, na Europa, depois que a Inglaterra juntou-se à aliança franco-russa, formando a Tríplice Entente, a partir de 1908.

Diferente da época da Guerra Fria, a ordem internacional de 1891 não enrijeceu após uma única disputa. Levou 15 anos para cada um dos três elementos de flexibilidade desaparecer em sequência. Depois da Tríplice Entente, o equilíbrio de poder parou de funcionar: Provas de força tornaram-se a regra, não a exceção. A diplomacia como arte do meio-termo deixou de existir. Era questão de tempo que alguma crise tirasse os eventos de qualquer controle.

Mas em 1891, quando França e Rússia se alinhavam contra ela, a Alemanha ainda tinha esperanças na aliança de contrapeso com a Inglaterra, pela qual Guilherme II tanto ansiava, mas que seu arrebatamento tornava impossível. O acordo colonial de 1890 não conduziu à aliança que o embaixador russo temera, em parte devido à política interna inglesa. Quando o idoso Gladstone retomou ao cargo, em 1892, pela última vez, terminou ferindo o ego sensível do *Kaiser* ao rejeitar qualquer ligação com as autocráticas Alemanha e

Áustria. Mas a razão principal do fracasso das tentativas de aliança anglo-germânica foi a ignorância alemã da tradicional política externa inglesa, e a má compreensão das verdadeiras exigências de sua própria segurança. Durante um século e meio, a Inglaterra recusara comprometer-se numa aliança militar ilimitada. Só aceitava dois tipos de compromisso: acordos militares limitados, ante perigos claramente definidos; ou combinações diplomáticas de tipo entente, para colaborar em questões de interesse paralelo com outros países. Claro que em certo sentido a definição inglesa de *entente* era tautológica: a Inglaterra cooperaria quando decidisse cooperar. Mas ententes também tinham o efeito de criar laços morais e psicológicos e a expectativa — se não a obrigação legal — de ação conjunta em momentos de crise. Portanto, era de supor que uma entente com a Alemanha manteria a Inglaterra afastada da França e da Rússia, ou pelo menos complicaria sua reaproximação.

A Alemanha recusou esses procedimentos informais. Guilherme II insistiu no que chamava de aliança continental. “Se a Inglaterra quer aliados ou ajuda”, disse ele em 1895, “deve abandonar sua política de não comprometimento, e dar garantias ou subscrever tratados do tipo continental”.¹² Mas que queria dizer o *Kaiser* por garantia do tipo continental? Após quase um século de isolamento esplêndido, a Inglaterra, com certeza, não estava disposta aos compromissos continentais firmes que evitara de maneira tão coerente por 150 anos, mormente com a Alemanha, que ia se tornando o país mais forte do continente.

O que tornou tão contraproducente essa pressão alemã por uma garantia formal foi o fato de que a Alemanha, na verdade, não precisava dela, sendo forte o suficiente para vencer qualquer adversário continental ou combinação dos mesmos, desde que a Inglaterra não aderisse a eles. A Alemanha deveria ter pedido à Inglaterra não uma aliança, mas neutralidade benévola numa guerra continental — e para isso uma entente bastaria. Ao pedir o desnecessário e oferecer o que a Inglaterra não queria (compromissos circulares para defender o Império Britânico), a

Alemanha levou a Inglaterra a suspeitar que buscava, na verdade, a dominação mundial.

A impaciência alemã aumentou a reserva dos ingleses, que já alimentavam sérias dúvidas sobre o critério do seu pretendente. “Não me agrada desdenhar da ansiedade de meus amigos alemães”, escreveu Salisbury, “mas não é muito sensato seguir-lhes os conselhos no momento. Seu Aitofel* partiu. Está muito mais fácil e agradável lidar com eles, mas sentimos falta da extraordinária sagacidade do velho (Bismarck)”.¹³ [**Samuel 2, 17:23*]

Enquanto os governantes buscavam alianças furiosamente, o público alemão exigia uma política externa ainda mais afirmativa. Apenas os social-democratas não acompanharam; por um tempo, até por fim também cederem à opinião pública e apoiarem a declaração de guerra da Alemanha em 1914. As classes dirigentes alemãs não tinham nenhuma experiência em diplomacia europeia, menos ainda na *Weltpolitik* em que falavam tanto. Os *junkers* rurais, que haviam conduzido a Prússia à dominação da Alemanha, ficaram com o peso do opróbrio após as duas guerras mundiais, especialmente nos Estados Unidos. Na realidade, foram a camada social menos culpada de intromissão em política externa, pois estavam ligados à política continental, tendo pouco interesse fora da Europa. Muito mais a nova classe da gerência industrial e a crescente classe de profissionais formaram o núcleo da agitação nacionalista, sem esbarrarem nos amortecedores de proteção parlamentar criados na Inglaterra e na França ao longo de vários séculos. Nas democracias ocidentais, as fortes correntes nacionalistas eram canalizadas por meio de instituições parlamentares; na Alemanha, tinham de encontrar expressão em grupos de pressão extraparlamentares.

Por autocrática que fosse a Alemanha, seus líderes eram extremamente sensíveis à opinião pública e muito influenciados pelos grupos de pressão nacionalistas. Estes grupos viam a diplomacia e as relações internacionais quase como um jogo esportivo, empurrando sempre o governo para uma linha dura, expansão territorial, mais colônias, exército mais forte, marinha

maior. Tomavam como humilhação pública as trocas normais da diplomacia, ou o menor indício de uma concessão diplomática alemã. Kurt Rietzler, secretário político do chanceler alemão Theobald von Bethmann-Hollweg, no poder quando da declaração de guerra, comentou com acuidade: “A ameaça de guerra em nossos dias vem [...] da política interna dos países onde um governo fraco está diante de um movimento nacionalista forte”.¹⁴

Esse clima político emocional deu numa grande gafe diplomática — o chamado Telegrama Krüger — com que o imperador destruiu sua opção de aliança inglesa, pelo menos para o resto do século. Em 1895, um coronel Jameson, apoiado por interesses coloniais ingleses e principalmente por Cecil Rhodes, fez uma incursão nos estados independentes bôeres do Transvaal sul-africano. O ataque foi um fracasso e um grande constrangimento para o governo de Salisbury, que declarou não ter nenhum envolvimento com o mesmo. A imprensa nacionalista alemã delirou, querendo a humilhação ainda mais completa dos ingleses.

Frederico von Holstein, o principal conselheiro e *éminence grise* (eminência parda) do ministério do exterior, viu no ataque desastrado a oportunidade de ensinar aos ingleses as vantagens de uma Alemanha amiga, mostrando-lhes que adversário incômodo ela podia ser. Quanto ao *Kaiser*, este achou irresistível a oportunidade de emproar-se. Pouco depois do Ano Novo de 1896, mandou um telegrama ao presidente Paul Krüger, do Transvaal, cumprimentando-o por ter repellido “os ataques do exterior”. Foi uma bofetada na Inglaterra e levantava o espectro de um protetorado alemão no coração do que os ingleses consideravam sua esfera de influência. Na realidade, o Telegrama Krüger nem indicava aspirações coloniais nem representava a política externa alemã, fora simples manobra de relações públicas e alcançou o objetivo: “Nada do que o governo já fez”, escreveu o liberal *Allgemeine Zeitung*, em 5 de janeiro, “nos deu prazer tão grande [...] O telegrama foi escrito de dentro da alma do povo alemão”.¹⁵

A desastrada falta de visão da Alemanha acelerou a tendência. O *Kaiser* e seu grupo convenceram-se de que, tendo a corte falhado

em produzir uma aliança à Inglaterra, talvez mostrar o preço do desgosto alemão fosse mais eficaz. Infelizmente para a Alemanha, o método negava o registro histórico, que não continha exemplo de suscetibilidade inglesa a provocações.

O que começou como importunação demonstrativa do valor da amizade alemã transformou-se, aos poucos, numa real ameaça estratégica. Assunto nenhum tornava a Inglaterra um adversário implacável como a ameaça ao seu domínio dos mares. E foi exatamente o que a Alemanha fez, talvez sem perceber que embarcava num desafio sem volta. Em meados da década dos 1890, ergueram-se pressões internas pela construção de uma grande marinha alemã, à frente os “navalistas”, um dos grupos de pressão cada vez mais numerosos, composto de um misto de indústria naval e oficiais de marinha. Tendo um interesse todo particular em aumentar as tensões com a Inglaterra para justificar verbas para a marinha, deram graças pelo Telegrama Krüger, como davam por qualquer outra possibilidade de conflito com a Inglaterra em cantos remotos do globo, da situação em Samoa às fronteiras do Sudão e ao futuro das colônias portuguesas. Instalou-se assim o círculo vicioso que terminou em confrontação. Pelo direito de construir uma esquadra que, na guerra mundial subsequente, teve apenas um embate indecisivo com a Royal Navy, na batalha da Jutlândia, a Alemanha conseguiu acrescentar a Inglaterra à sua lista crescente de adversários. Pois não restou dúvida de que a Inglaterra não aceitaria um país continental, já de posse do exército mais forte da Europa, aspirando à paridade com a Inglaterra no mar.

No entanto, o *Kaiser* parecia não ver o impacto de sua política. A irritação inglesa com os rompantes da Alemanha e seu desenvolvimento naval não mudou, de início, a realidade de que a França pressionava a Inglaterra no Egito, e a Rússia a desafiava na Ásia Central. E se a Rússia e a França decidissem agir em conjunto, aplicando uma pressão simultânea na África, no Afeganistão e na China? E se os alemães se juntassem a elas num ataque ao império na África do Sul? Os ingleses começaram a reexaminar se o isolamento esplêndido era ainda uma boa política.

O porta-voz mais destacado e sonante desse grupo foi o ministro das colônias, Joseph Chamberlain. Personalidade arrojada e uma geração mais moço que Salisbury, Chamberlain dava a impressão de personificar o século XX, clamando por alguma aliança — de preferência alemã —, enquanto o patrício mais velho alinha-se ao estilo isolacionista do século anterior. Num grande discurso, em novembro de 1899, Chamberlain defendeu uma aliança “teutônica”, de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.¹⁶ Chamberlain estava tão empenhado que transmitiu seu plano à Alemanha sem a aprovação de Salisbury. Mas os alemães continuaram esperando garantias formais ficando desatentos ao fato de que termos eram irrelevantes, e o que importava era a neutralidade inglesa em caso de guerra continental.

Em outubro de 1900, a saúde precária de Salisbury forçou-o a abandonar o ministério do exterior, embora continuasse primeiro-ministro. Seu sucessor como ministro foi lorde Lansdowne, concordando com Chamberlain, de que a Inglaterra não mais teria segurança por meio do isolamento esplêndido. Lansdowne não foi capaz, no entanto, de obter consenso para uma aliança formal e plena com a Alemanha com o gabinete não se dispondo a ir além de uma entente: “[...] um entendimento quanto à política que (os governos inglês e alemão) podem adotar em questões específicas ou em determinadas partes do mundo onde ambos têm interesse”.¹⁷ Era praticamente a fórmula da Entente Cordiale de alguns anos depois, com a França, e que foi bastante para trazer a Inglaterra para a Guerra Mundial do lado da França.

A Alemanha, entretanto, rejeitou mais uma vez o palpável preferindo o inatingível. O novo chanceler alemão, Bülow, recusou uma entente com a Inglaterra por estar mais preocupado com a opinião pública que com perspectivas geopolíticas — especialmente na prioridade de persuadir o parlamento a votar um grande aumento da marinha alemã. Ele só cortaria o programa naval em troca da adesão inglesa a uma tríplice aliança de Alemanha, Itália e Áustria. Salisbury recusou o gambito de tudo ou nada de Bülow e, pela terceira vez em uma década, abortou-se o acordo anglo-germânico.

A incompatibilidade essencial entre as visões inglesa e alemã de política externa pode ser constatada no modo como os dois ministros explicaram seu desacordo. Bülow foi emoção pura, ao acusar a Inglaterra de provincianismo, ignorando que a Inglaterra teve uma política externa global por mais de um século antes de a Alemanha estar unificada:

Os políticos ingleses pouco sabem do continente. Do ponto de vista continental, sabem tanto quanto sabemos nós das ideias do Peru ou do Sião. Mostram-se ingênuos em seu egoísmo consciente e nessa confiança cega. Custam a crer em más intenções dos outros. São tranquilos demais, muito fleumáticos, muito otimistas [...].¹⁸

A resposta de Salisbury assumiu a forma de uma sofisticada lição de análise estratégica a um interlocutor inquieto e impreciso. Citando uma observação imprudente do embaixador alemão em Londres, de que a Inglaterra precisava de uma aliança com a Alemanha para fugir de um perigoso isolamento, ele escreveu:

O custo de ter de defender as fronteiras alemã e austríaca contra a Rússia é maior que o de *ter de defender as Ilhas Britânicas* contra a França [...] O conde Hatzfeldt (embaixador alemão) refere-se a nosso "isolamento" como se este constituísse um sério perigo a nós. *Alguma vez já sentimos esse perigo na prática?* Se sucumbíssemos na guerra revolucionária, nossa queda não se deveria ao nosso isolamento. Tivemos muitos aliados, mas estes não nos salvariam se o imperador francês fosse capaz de controlar o Canal. Exceto durante o seu reinado (de Napoleão), jamais estivemos em perigo; daí ser para nós impossível julgar se o "isolamento" de que supostamente sofremos contém ou não elementos de perigo. Seria pouco sensato incorrer em obrigações novas da mais onerosa natureza, a fim de guardar-nos contra *um perigo em cuja existência não temos nenhuma razão histórica para acreditar*.¹⁹

É simples, a Inglaterra e a Alemanha não tinham interesses paralelos que justificassem uma aliança formal e global, pela qual a Alemanha imperial tanto ansiava. Os ingleses temiam que mais reforços ao poder alemão transformariam seu possível aliado na potência dominante, à qual historicamente haviam resistido. Ao mesmo tempo, não seduzia a Alemanha o papel de auxiliar inglês

em questões tradicionalmente consideradas periféricas aos interesses alemães, como a ameaça à Índia, e a Alemanha era por demais arrogante para ver vantagens numa neutralidade inglesa.

O movimento seguinte do ministro Lansdowne mostrou que a estimativa alemã de ser indispensável à Inglaterra não passava de autoavaliação inflada. Em 1902, ele surpreendeu a Europa fazendo uma aliança com o Japão, a primeira vez, desde as negociações de Richelieu com os otomanos, que um país europeu buscava ajuda fora do Concerto Europeu. A Inglaterra e o Japão acertaram que se um deles entrasse em guerra com *uma* terceira potência, sobre a China ou a Coreia, o outro conservaria neutralidade. Se, no entanto, qualquer dos signatários fosse atacado por *dois* inimigos, competia ao outro ajudar seu parceiro. Como a aliança só obrigaria os ingleses se o Japão estivesse incongruentemente lutando contra dois adversários, a Inglaterra finalmente encontrara um aliado disposto, na verdade ansioso, a segurar a Rússia, sem buscar metê-la em outros acordos — um aliado, ademais, no Extremo Oriente, área de maior interesse estratégico para a Inglaterra que a fronteira russo-alemã. E o Japão estava protegido contra a França que, sem a aliança, talvez buscasse utilizar a guerra para fortalecer seus pedidos de apoio russo. Doravante, a Inglaterra perderia o interesse pela Alemanha como parceiro estratégico; na verdade, com o passar do tempo, viria a considerar a Alemanha uma ameaça geopolítica.

Em 1912, ainda houve uma chance de solucionar as dificuldades anglo-germânicas. Lorde Haldane, primeiro lorde do almirantado, visitou Berlim para discutir a distensão. Haldane foi instruído a buscar com a Alemanha uma acomodação baseada num acordo naval e na seguinte proposta de neutralidade inglesa: “Se qualquer das partes contratantes (isto é, a Inglaterra e a Alemanha) envolver-se em uma guerra na qual não se possa dizer que ela é a agressora, a outra, pelo menos, observará para com a potência envolvida uma neutralidade benevolente”.²⁰ O *Kaiser*, no entanto, insistiu que a Inglaterra garantisse sua neutralidade “numa guerra imposta à Alemanha”,²¹ o que pareceu a Londres uma exigência de que a Inglaterra ficasse de fora se a Alemanha decidisse lançar um ataque

preventivo contra a Rússia ou a França. Quando os ingleses recusaram a proposta do *Kaiser*, este, por sua vez, recusou a deles; o projeto de lei da marinha alemã foi aprovado e Haldane retornou a Londres de mãos vazias.

O *Kaiser* ainda não percebera que a Inglaterra não iria além de um acordo tácito, que era, na realidade, tudo o que a Alemanha precisava. “Se a ideia da Inglaterra é só nos estender a mão se limitarmos nossa esquadra”, escreveu ele, “é de uma insolência sem limites, um grave insulto ao povo alemão e ao seu imperador. A oferta deve ser rejeitada *in limine* [...]”.²² Convencido, como sempre, de que poderia intimidar a Inglaterra até uma aliança formal, o *Kaiser* gabou-se: “Mostrei aos ingleses que eles malham em ferro frio, quando querem tocar em nossos armamentos. Talvez eu lhes tenha aumentado o ódio, mas ganhei seu respeito, e os levarei, com o tempo, a negociações, espero que de tom mais modesto e resultado mais feliz”.²³

A busca insistente e impositiva do *Kaiser* por uma aliança só fez aumentarem as suspeitas da Inglaterra. O programa naval alemão, além da inquietação que a Alemanha causara à Inglaterra na Guerra dos Bôeres de 1899-1902, conduziu a uma reavaliação minuciosa da política externa inglesa. Durante um século e meio, a Inglaterra considerara a França a principal ameaça ao equilíbrio europeu, diante da qual deveria resistir com a ajuda de algum estado alemão, geralmente a Áustria, às vezes a Prússia. E enxergava a Rússia como o perigo mais grave para seu império. Mas, uma vez contando com a aliança japonesa, a Inglaterra começou a reconsiderar suas prioridades históricas. Em 1903, a Inglaterra iniciou um trabalho sistemático para solucionar questões coloniais pendentes com a França, culminando na chamada Entente Cordiale de 1904 — precisamente o tipo de acordo de cooperação informal que a Alemanha rejeitara sempre. Logo depois, a Inglaterra passou a trabalhar um acordo semelhante com a Rússia.

Considerando que a entente era, na forma, um acordo colonial, não constituía um rompimento técnico com a política tradicional inglesa de “isolamento esplêndido”. No entanto, o efeito prático foi

que a Inglaterra abandonou a posição de estabilizador e associou-se a uma das duas alianças opostas. Em julho de 1903, quando se negociava a entente, um representante francês em Londres mencionou a Lansdowne, como um *quid pro quo*, que a França faria o possível para aliviar a Inglaterra das pressões russas em outros lugares:

[...] que a pior ameaça à paz da Europa está na Alemanha, que um bom entendimento entre a França e a Inglaterra era o único meio de manter sob controle os projetos alemães, e que se tal entendimento pudesse ser alcançado, a Inglaterra descobriria a França capaz de exercer uma influência saudável sobre a Rússia e, dessa maneira, aliviar-nos de muitos dos nossos problemas com aquele país.²⁴

Em uma década, a Rússia, antes unida à Alemanha pelo Tratado de Resseguro, tornara-se uma aliada militar da França, enquanto a Inglaterra, descontínua pretendente da Alemanha, juntou-se ao campo diplomático francês. A Alemanha conseguira o feito extraordinário de isolar-se e de juntar três antigos inimigos em uma coalizão hostil voltada contra ela.

O estadista que percebe o perigo que se aproxima deve tomar uma séria decisão. Se acredita que a ameaça aumentará com o tempo, deve tentar cortá-la pela raiz. Mas se conclui que o perigo é nebuloso e mais reflete uma combinação de circunstâncias fortuitas, até mesmo accidental, geralmente faz melhor se esperar e deixar que o tempo elimine o perigo. Duzentos anos antes, Richelieu reconhecera o perigo no cerco hostil à França — na realidade, evitá-lo foi a essência da sua política. Porém ele compreendeu, também, os vários componentes desse perigo em potencial. E viu que a ação prematura estimularia a união dos estados que cercavam a França. Desse modo, transformou o tempo em aliado e esperou que emergissem as diferenças latentes entre os adversários da França. Então, e somente depois de essas diferenças ficarem bem estabelecidas, ele permitiu à França entrar na liça.

O *Kaiser* e seus conselheiros não tiveram nem a paciência nem a perspicácia para uma política dessa natureza — apesar de os

países pelos quais a Alemanha se sentia ameaçada serem tudo menos aliados naturais. A reação da Alemanha ao cerco foi acelerar a diplomacia que gerara o perigo. Tentou romper a recém-criada Entente Cordiale ao procurar algum pretexto para intimidar a França, a fim de demonstrar que o apoio inglês era ilusório ou ineficaz.

A oportunidade alemã para testar o vigor da Entente apresentou-se no Marrocos, onde os planos da França violavam um tratado que confirmava a independência do Marrocos e onde a Alemanha tinha importantes interesses comerciais. O *Kaiser* escolheu fazer seu lance durante um cruzeiro, em março de 1905. Chegando a Tânger, revelou a decisão da Alemanha de apoiar a independência do Marrocos. Os alemães arriscaram por contar, primeiro, que os Estados Unidos, a Itália e a Áustria apoiariam uma política de portas abertas; segundo, que depois da Guerra Russo-Japonesa, a Rússia não iria se envolver; e terceiro, que a Inglaterra ficaria extremamente satisfeita por livrar-se da obrigação para com a França numa conferência internacional.

Todas essas suposições falharam, pois o temor à Alemanha superava qualquer outra consideração. No primeiro desafio à Entente Cordiale, a Inglaterra apoiou a França completamente e não atendeu à convocação da Alemanha de uma conferência, até que a França a aceitasse. A Áustria e a Itália relutavam em aventurar-se em qualquer direção que pudesse beirar a guerra. Apesar disso, os alemães investiram uma imensa quantidade de prestígio nessa crescente disputa, no raciocínio de que seria um desastre qualquer coisa menos que uma vitória diplomática, mostrando a desimportância da entente,

Durante todo o seu reinado, o *Kaiser* foi melhor em começar crises que em encerrá-las. Ele achava emocionantes os embates dramáticos, mas não tinha fibra para confrontações prolongadas. Guilherme II e seus conselheiros estavam certos na avaliação de que a França não estava disposta a ir à guerra. Mas, no final, eles também não estavam. Tudo que realmente foram capazes de realizar foi a demissão do ministro do exterior francês, Delcassé, uma vitória simbólica, pois Delcassé logo retornou em outra posição,

conservando um papel fundamental na política francesa. Em termos da substância da disputa, os alemães, sem a coragem da sua retórica arrogante, deixaram-se iludir por uma conferência programada para seis meses depois, na cidade espanhola de Algeciras. Quando um país ameaça guerra, depois recua para uma conferência em alguma data posterior, automaticamente reduz a credibilidade da sua ameaça. (Esta foi também a maneira como as democracias ocidentais desafiaram o ultimato de Berlim de Kruschev, meio século depois). O ponto a que a Alemanha se isolara ficou claro na abertura da Conferência de Algeciras, em janeiro de 1906. Edward Grey, ministro do exterior do novo governo liberal da Inglaterra, advertiu o embaixador alemão em Londres que, em caso de guerra, a Inglaterra ficaria ao lado da França: “[...] num caso de ataque à França pela Alemanha, em virtude do nosso Acordo de Marrocos, o sentimento público na Inglaterra seria tão forte que nenhum governo inglês poderia ficar neutro [...]”.²⁵

O emocionalismo dos alemães e sua incapacidade de fixar objetivos de longo prazo tornaram Algeciras um desastre diplomático para seu país. Os Estados Unidos, a Itália, a Rússia e a Inglaterra recusaram-se a ficar do lado da Alemanha. O resultado dessa primeira crise marroquina foi exatamente o oposto do que os líderes alemães esperavam. Em vez de destruir a Entente Cordiale, a crise levou à cooperação militar franco-inglesa e estimulou a Entente Anglo-Russa de 1907.

Após Algeciras, a Inglaterra aceitou a cooperação militar com uma potência continental, que evitara por tanto tempo. Começaram consultas entre os comandantes navais ingleses e franceses. O gabinete não se sentiu muito bem com a novidade. Grey escreveu a Paul Cambon, embaixador francês em Londres, tentando compensar a opção: “Chegamos ao acordo de que consultas entre especialistas não são, e não devem ser; vistas como fato que comprometa qualquer dos governos à ação numa contingência que não ocorreu e talvez jamais ocorra [...]”.²⁶

Era a tradicional cláusula de escape inglesa, com a qual Londres não fixava legalmente as circunstâncias em que *deveria* empreender

uma ação militar. A França aceitou esse fingimento de controle parlamentar, certa de que conferências de estado-maior criariam sua própria realidade, qualquer que fosse a obrigação legal. Durante uma década e meia, os alemães recusaram à Inglaterra esse tipo de liberdade de movimentos. Os franceses tiveram a sagacidade política de conviver com a ambiguidade inglesa e confiar em que se formava uma obrigação moral que, num momento de crise, se resolveria.

Com o surgimento do bloco anglo-russo-francês de 1907, só duas forças ficaram no jogo na diplomacia europeia: a Tríplice Entente e a aliança de Alemanha e Áustria. O cerco da Alemanha se fechou. Como a Entente Anglo-Francesa, o acordo inglês com a Rússia começou como um pacto colonial. Havia alguns anos, a Inglaterra e a Rússia esqueciam aos poucos suas disputas coloniais. A vitória do Japão sobre a Rússia, em 1905, liquidou as ambições russas no Extremo Oriente. No verão de 1907, foi possível à Inglaterra propor termos generosos à Rússia no Afeganistão e na Pérsia, dividindo a Pérsia em três esferas de influência: os russos receberam a região norte; a região central seria neutra; e a Inglaterra assumia o controle do sul. O Afeganistão passou para a esfera inglesa. As relações anglo-russas, que dez anos antes eram prejudicadas por disputas que cobriam um terço do globo, de Constantinopla à Coreia, descansavam enfim. O grau de preocupação inglesa com a Alemanha mostrou-se no fato de que, para garantir a cooperação russa, a Inglaterra se dispunha a abandonar a velha firmeza em manter a Rússia fora dos Dardanelos. Como disse o ministro do exterior, Grey: "Boas relações com a Rússia significavam que devia ser abandonada nossa antiga política de fechar-lhe os Estreitos e de jogar o nosso peso contra ela em qualquer conferência das Potências".²⁷

Alguns historiadores²⁸ têm sustentado que a verdadeira Tríplice Entente eram dois acordos coloniais que não deram certo e que a Inglaterra visava proteger o império e não sitiar a Alemanha. Há, porém, um documento clássico, o Memorando Crowe, que não deixa dúvida de que a Inglaterra se uniu à Tríplice Entente para impedir o que ela temia que fosse a investida alemã para a dominação

mundial. Em 1º de janeiro de 1907, sir Eyre Crowe, importante funcionário do Foreign Office, expôs por que, em sua opinião, um acordo com a Alemanha era impossível e a entente com a França era a única solução. O Memorando Crowe tem um nível de análise jamais alcançado por algum documento da Alemanha pós-Bismarck. O conflito era entre a estratégia e o poder bruto — e tirante uma grande desproporção entre as forças, que não era o caso, o estrategista prevalece, pois pode planejar suas ações enquanto o adversário tem de improvisar. Mesmo admitindo diferenças grandes entre a Inglaterra e ambas, França e Rússia, Crowe as julgava passíveis de acordo por refletirem objetivos definíveis, logo, limitados. O que tornava a política externa da Alemanha tão ameaçadora era a ausência de uma lógica discernível por trás de suas constantes investidas globais em regiões tão amplas como a África do Sul, o Marrocos e o Oriente Próximo. Além disso, o empuxo alemão em direção ao poder naval era “incompatível com a permanência do Império Britânico”.

Segundo Crowe, a conduta sem freios da Alemanha levava à confrontação certa: “A união do maior poderio militar com o maior poderio naval, em um mesmo estado, levaria o mundo a querer livrar-se de tal pesadelo”.²⁹

Fiel aos ditames da *Realpolitik*, Crowe argumentou que estabilidade se determinava pela estrutura, não pelo motivo: as intenções da Alemanha não importavam; valiam, sim, suas possibilidades. Ele aventou duas hipóteses:

 Ou a Alemanha pretende, sem dúvida, uma hegemonia política generalizada e uma ascendência marítima, ameaçando a independência de seus vizinhos e, em última análise, a existência da Inglaterra; ou, livre dessas ambições claras, e pensando, por ora, apenas em usar de sua posição e influência legítimas como uma das principais potências no conselho das nações, pretende fomentar seu comércio exterior, disseminar os benefícios da cultura germânica, estender o alcance de suas energias nacionais e criar novos interesses alemães pelo mundo, onde e quando uma oportunidade pacífica se apresente [...].³⁰

Crowe insistiu que estas distinções eram irrelevantes pois, no final, seriam superadas pelas tentações inerentes ao crescente poder da Alemanha:

[...] está claro que o segundo esquema (a evolução semi-independente, não de todo desamparada pela política) pode, em qualquer estágio, fundir-se ao primeiro, o da montagem consciente. Mais que isso, se for executado o esquema evolutivo, a posição que dele advirá para a Alemanha constituiria, obviamente, uma ameaça tão espetacular para o resto do mundo como aquela apresentada por qualquer conquista deliberada de uma posição semelhante por "premeditação maldosa".³¹

Apesar de o Memorando Crowe não ir, na realidade, além de opor-se a um entendimento com a Alemanha, sua estocada foi clara: se a Alemanha não abandonasse a tentativa de supremacia naval e não moderasse a chamada *Weltpolitik*, podia contar com a Inglaterra unida à Rússia e à França contra ela. E com a mesma tenacidade implacável que destruiu pretensões francesas e espanholas, em séculos anteriores.

A Inglaterra deixou claro que não toleraria mais aumentos da força alemã. Em 1909, o ministro Grey o disse ao responder à oferta alemã de desacelerar (não cessar) sua construção naval, se a Inglaterra concordasse em manter-se neutra em uma guerra alemã contra a França e a Rússia. O acordo proposto, argumentou Grey,

[...] serviria para estabelecer a hegemonia alemã na Europa e não duraria muito, depois de atendido este propósito. Não passa de um convite para ajudarmos a Alemanha a montar a combinação europeia que poderia ser voltada contra nós, quando ela julgasse conveniente [...] Se entregarmos as outras potências à Alemanha, eventualmente seremos nós os atacados.³²

Após a criação da Tríplice Entente, o gato e rato que a Inglaterra e a Alemanha haviam jogado, na década de 1890, tornou-se uma partida mortal entre a potência do *status quo* e outra que exigia mudanças na correlação. Com a flexibilidade diplomática impossível, a única forma de alterar o equilíbrio de poder era pelo acréscimo de armas ou pela vitória na guerra.

As duas alianças miravam-se por meio de um crescente abismo de desconfiança mútua. Numa diferença com o período da Guerra Fria, os dois agrupamentos não temiam a guerra; mais os ocupava preservar a coesão que evitar um desfecho de cartas na mesa. A confrontação passou a ser o padrão da diplomacia.

Contudo, ainda havia como evitar a catástrofe, pois eram poucas, na verdade, as questões em disputa entre as alianças, que justificariam a guerra. Outro membro da Tríplice Entente não iria à guerra para a França recuperar a Alsácia-Lorena; a Alemanha, mesmo em seu estado de espírito exaltado, não apoiaria uma guerra austríaca de agressão nos Bálcãs. Uma política de comedimento poderia ter retardado a guerra e causado a desintegração das alianças antinaturais — uma vez que a Tríplice Entente nascera, antes de mais nada, do medo à Alemanha.

No final da primeira década do século XX, o equilíbrio de poder havia degenerado em coalizões inimigas, cuja rigidez era tão grande quanto o desprezo pelas consequências que as havia gerado. A Rússia via-se presa a uma Sérvia que pululava de facções nacionalistas, e mesmo terroristas, e que, nada tendo a perder, não tinha a menor preocupação com os riscos de uma guerra generalizada. A França dera um cheque em branco à uma Rússia ansiosa em recobrar seu amor-próprio, após a Guerra Russo-Japonesa. A Alemanha fizera o mesmo com uma Áustria desesperada para proteger suas províncias eslavas contra a agitação da Sérvia, que, por sua vez, era apoiada pela Rússia. As nações da Europa haviam-se deixado tornar cativas de inconsequentes clientes balcânicos. Longe de moderar essas nações, prenhes de paixão ilimitada e donas de limitado senso de responsabilidade global, elas se deixaram arrastar pela paranoia de que seus sócios turbulentos poderiam trocar de aliança se não recebessem o que queriam. Durante alguns anos, as crises ainda se venceram, embora cada nova crise chegasse cada vez mais perto do inevitável. E a reação da Alemanha à Tríplice Entente tornou a mostrar aquela vontade de cair muitas vezes no mesmo erro; cada problema era uma prova de masculinidade para mostrar que os alemães eram decididos e

poderosos, e seus adversários irresolutos e débeis. Só que, a cada novo repto alemão, os laços da Tríplice Entente ficavam mais fortes.

Em 1908, ocorreu na Bósnia-Herzegovina uma crise internacional que vale a pena contar, pois ilustra a tendência de a história repetir-se. A Bósnia-Herzegovina sempre fora o pedaço atrasado da Europa, seu destino ficou na maior ambiguidade no Congresso de Berlim, pois ninguém sabia, na verdade, o que fazer com ela. Essa terra de ninguém, entre os impérios Otomano e Habsburgo, que continha as religiões católica romana, ortodoxa e muçulmana, e populações croatas, servias e muçulmanas, jamais fora um estado nem tivera autogoverno. Só dava a impressão de ser governável, se nenhum desses grupos tivesse de submeter-se aos outros. Durante 30 anos, a Bósnia-Herzegovina ficara sob suserania turca, administração austríaca e alguma autonomia local, sem jamais experimentar qualquer problema sério com essa combinação multinacional que deixou pendente a questão da soberania. A Áustria esperou 30 anos para iniciar uma anexação aberta, pois botar ordem nas fortes paixões da mistura poliglota era coisa complexa demais, até mesmo para os austríacos, com toda sua longa experiência em administrar em meio ao caos. Quando, finalmente, anexaram a Bósnia-Herzegovina, os austríacos o fizeram mais para marcar um ponto contra a Sérvia (e indiretamente contra a Rússia) do que para realizar um objetivo político coerente. O resultado foi que a Áustria perturbou o delicado equilíbrio de ódios compensados.

Três gerações depois, em 1992, as mesmas paixões elementares irromperam sobre questões semelhantes, confundindo a todos, menos aos fanáticos diretamente envolvidos e aqueles familiarizados com a história volátil da região. Mais uma vez, uma mudança abrupta de governo tornou a Bósnia-Herzegovina um caldeirão. Tão logo a Bósnia foi declarada estado independente, atracaram-se todas as nacionalidades numa luta pelo predomínio, com os sérvios colocando em dia velhas questões, de maneira especialmente brutal. Aproveitando-se da fraqueza da Rússia, logo após a Guerra Russo-Japonesa, a Áustria levianamente pôs em vigor

um aditamento secreto do Congresso de Berlim, em que as potências permitiam que a Áustria anexasse a Bósnia-Herzegovina. Até então, a Áustria contentara-se com o controle *de fato*, pois não queria mais súditos eslavos. Mas em 1908 a Áustria reverteu essa decisão, temendo que seu império estivesse prestes a se dissolver sob o impacto da agitação sérvia e acreditando que algum tipo de sucesso demonstraria seu domínio dos Bálcãs. No decorrido intervalo de três décadas, a Rússia perdera sua posição dominante na Bulgária e a Liga dos Três Imperadores havia caducado. Com certa razão, a Rússia ficou indignada com essa invocação de um acordo semiesquecido para que a Áustria ficasse com um território que uma guerra russa libertara.

Porém indignação não garante sucesso, especialmente quando seu alvo já está de posse do prêmio. Pela primeira vez, a Alemanha colocou-se totalmente ao lado da Áustria, sinalizando que arriscaria uma guerra europeia se a Rússia contestasse a anexação. Em seguida, tornando as coisas ainda mais tensas, a Alemanha exigiu o reconhecimento formal russo e sérvio do ato da Áustria. A Rússia teve de engolir essa humilhação, pois a Inglaterra e a França ainda não se dispunham a guerrear por uma questão balcânica, e a Rússia não estava em posição de ir à guerra sozinha, após sua derrota na Guerra Russo-Japonesa.

A Alemanha plantou-se como um obstáculo no caminho da Rússia, e numa área onde jamais tivera um interesse vital — na realidade, uma área onde a Rússia, até então, contara com a Alemanha para moderar as ambições austríacas. A Alemanha mostrou não só irresponsabilidade, mas um grave lapso de memória histórica. Apenas meio século antes, Bismarck previra corretamente que a Rússia jamais perdoaria a Áustria por humilhá-la na Guerra da Crimeia. Agora, a Alemanha cometia o mesmo erro, piorando a alienação da Rússia, que começara no Congresso de Berlim.

Humilhar um grande país sem enfraquecê-lo é sempre perigoso. Embora a Alemanha julgasse estar mostrando à Rússia a importância da boa vontade alemã, a Rússia decidiu que jamais seria apanhada de surpresa outra vez. As duas grandes potências continentais

começaram, assim, o que a gíria americana chama “jogo da galinha”, em que dois motoristas arremessam seus carros um contra o outro para ver quem vai desviar primeiro. Por desgracia, jogou-se muito a “galinha” em várias ocasiões na Europa de antes da Primeira Guerra Mundial. Cada vez que se evitava a batida, crescia a confiança coletiva na segurança do jogo, fazendo esquecer que uma única vez errada produziria uma catástrofe.

Como se quisesse ter certeza absoluta de que não esquecerá de maltratar nenhum adversário potencial, ou de dar a todos razão suficiente para reforçarem os elos entre si, a Alemanha em seguida desafiou a França. Em 1911, a França, agora efetivamente administradora civil do Marrocos, reagiu à agitação local mandando tropas para a cidade de Fez, em violação clara do acordo de Algeciras. Sob aclamação entusiástica da imprensa nacionalista alemã, o *Kaiser* respondeu despachando a canhoneira *Panther* para o porto marroquino de Agadir. “Viva! Grande feito!” foi a manchete do *Rheinisch-Westfälische Zeitung*, em 2 de julho de 1911. “Enfim uma atitude, um feito libertário que há de dissolver a nuvem de pessimismo que paira sobre tudo”.³³ O *Münchener Neueste Nachrichten* aconselhou que o governo fosse adiante com toda a energia, “mesmo se de tal política surjam conseqüências que não podemos prever hoje”.³⁴ De forma julgada sutil na imprensa alemã, o jornal estava simplesmente incitando a Alemanha ao risco de guerra pelo Marrocos.

O grandiloquente “Salto da Pantera” teve o mesmo fim dos afãs anteriores da Alemanha para romper o cerco autoinfligido. Mais uma vez, Alemanha e França pareceram à beira da guerra, com os objetivos da Alemanha mal definidos como sempre. Que tipo de compensação buscava dessa vez? Um porto marroquino? Parte da costa atlântica do Marrocos? Aquisições coloniais noutros lugares? Intimidar a França ela queria, mas não achava como.

Da forma como evoluíam suas relações, a Inglaterra apoiou a França e foi mais firme que em Algeciras, em 1906. O giro da opinião pública inglesa aparece na atitude de seu então ministro das finanças, David Lloyd-George, que tinha a merecida reputação de

pacifista e defensor de boas relações com a Alemanha. Agora, fez ele um importante discurso advertindo que se:

[...] nos fosse imposto um quadro onde a paz só se manteria pela rendição da grande e benéfica posição que conquistamos em séculos de heroísmo e de feitos [...] então, digo eu, enfaticamente, que paz a esse preço seria humilhação demais para um grande país como o nosso poder tolerar.³⁵

Até mesmo a Áustria tratou com frieza seu poderoso aliado, não vendo razão para arriscar sua sobrevivência numa aventura na África do Norte. A Alemanha recuou, aceitando uma grande e inútil extensão de terra na África Central, transação que causou gemidos na imprensa nacionalista da Alemanha. “Praticamente arriscamos uma guerra mundial por uns pântanos congolezes”, disse o *Berliner Tageblatt*, em 3 de novembro de 1911.³⁶ Mas o que se devia criticar não era o valor das novas terras, e sim o critério de se ameaçar de guerra, de vez em quando, um país diferente, sem poder definir objetivos de algum significado, e cada vez ampliando mais o medo que pusera em existência as coalizões hostis.

Se a tática alemã a essa altura ficou estereotipada, a resposta anglo-francesa também ficou. Em 1912, a Inglaterra, a França e a Rússia deram início a encontros de estado-maior, cujo significado só diminuía formalmente pelo aviso habitual inglês de que não assumiam compromisso legalmente obrigatório. Mesmo esta limitação foi negada até certo ponto pelo Tratado Naval entre ingleses e franceses em 1912, segundo o qual a esquadra francesa iria para o Mediterrâneo, assumindo a Inglaterra a defesa da costa atlântica francesa. Dois anos depois, este acordo seria invocado como obrigação moral da Inglaterra de entrar na Primeira Guerra Mundial, pois a França, foi o argumento, desprotegera sua costa do Canal contando com o apoio inglês. Vinte e oito anos depois, em 1940, um acordo semelhante entre os Estados Unidos e a Inglaterra possibilitou à Inglaterra rocar sua esquadra do Pacífico para o Atlântico, deixando os Estados Unidos na obrigação moral de

proteger as possessões asiáticas indefesas da Inglaterra contra o ataque japonês.

Em 1913, os alemães concluíram a alienação da Rússia através de outro de seus caprichosos disparates. Dessa vez, a Alemanha concordou em reorganizar o exército turco, com um general alemão assumindo o comando em Constantinopla. Guilherme II fez o lance teatral de despedir a missão de instrução com um floreio típico, declamando a esperança de que “bandeiras alemãs em breve tremularão sobre as fortificações do Bósforo”.³⁷

Pouca coisa teria enfurecido mais a Rússia que a Alemanha reivindicar uma posição nos Estreitos, negada à Rússia pela Europa durante um século. A Rússia tinha sofrido para aceitar o comando dos Estreitos por um país fraco como a Turquia otomana e jamais concordaria com o controle dos Dardanelos por outra grande potência. O ministro do exterior russo, Sergei Sazonov, escreveu ao czar em dezembro de 1913: “Abandonar os estreitos para um estado poderoso seria sinônimo de subordinar todo o desenvolvimento econômico do sul da Rússia a esse estado”.³⁸ Nicolau II disse ao embaixador inglês que “a Alemanha visava adquirir tal posição em Constantinopla de modo a sitiar a Rússia completamente no mar Negro. Tentasse ela esta política, ele teria de oferecer resistência com toda sua força, mesmo que a guerra fosse a única alternativa”.³⁹

Embora a Alemanha achasse a fórmula de não sair mal, removendo o comandante alemão de Constantinopla (promoveu-o a marechal de campo, o que, na tradição alemã, o impedia de comandar tropas no campo), houve feridas abertas. A Rússia percebeu que o apoio da Alemanha à Áustria, no incidente da Bósnia-Herzegovina, não fora uma aberração. O *Kaiser*, considerando tudo isso como provas para sua coragem, disse a seu chanceler, em 25 de fevereiro de 1914: “As relações russo-prussianas morreram para sempre! Tornamo-nos inimigos!”.⁴⁰ Seis meses depois, eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

Aparecera um sistema internacional cuja rigidez e estilo de confrontação lembram o da Guerra Fria. Mas, na verdade, a ordem internacional de antes da Primeira Guerra Mundial era muito mais volátil que a do mundo da Guerra Fria. Na Era Nuclear, somente os Estados Unidos e a União Soviética possuíam os recursos técnicos para dar início a uma guerra geral em que os riscos eram tão fantásticos que nenhuma das superpotências ousou delegar poder tão aterrador a um aliado, por mais próximo que fosse. Em contraste, antes da Primeira Guerra Mundial, cada membro das duas principais coalizões estava em posição não só de começar a guerra, mas de chantagear seus aliados a apoiá-lo.

Durante algum tempo, o próprio sistema de alianças causou certa moderação. A França segurava a Rússia, nos conflitos que envolviam a Áustria. A Alemanha desempenhava o mesmo papel com a Áustria, *vis-à-vis* a Rússia. Na crise bósnia de 1908, a França deixou claro que não iria à guerra em assunto balcânico. Durante a crise marroquina de 1911, o presidente francês, Calliaux, foi avisado de que qualquer tentativa francesa de solucionar uma crise colonial pela força não receberia o apoio russo. Na Guerra dos Bálcãs de 1912, a Alemanha advertiu a Áustria de que havia limites para o apoio alemão e a Inglaterra pressionou a Rússia para moderar sua ação favorável à volúvel e imprevisível Liga Balcânica, comandada pela Sérvia. Na Conferência de Londres de 1913, a Inglaterra ajudou a impedir a anexação sérvia da Albânia, que teria sido intolerável à Áustria.

A Conferência de Londres de 1913 seria, no entanto, a última vez em que o sistema internacional de antes da Primeira Guerra Mundial foi capaz de apagar conflitos. A Sérvia estava descontente com o apoio frouxo da Rússia, ao passo que a Rússia aborrecia o ar inglês de árbitro imparcial e a clara relutância da França em ir à guerra. A Áustria, à beira de desmoronar sob as pressões russas e sul-eslavas, reclamava da Alemanha não a estar apoiando com mais vigor. Sérvia, Rússia e Áustria esperavam, todas, maior apoio de seus aliados; a França, a Inglaterra e a Alemanha temiam perder seus sócios se não os apoiassem melhor na próxima crise.

Depois disto, cada grande potência foi tomada pelo pânico de que uma atitude conciliatória a faria parecer fraca e inconstante, fazendo seus parceiros abandoná-la frente a uma coalizão hostil. Os países começaram a aceitar níveis de risco injustificados pelos seus interesses nacionais históricos ou por qualquer objetivo estratégico racional de longo prazo. A máxima de Richelieu de que os meios devem corresponder aos fins era violada quase diariamente. A Alemanha tomou o risco de uma guerra mundial para que a vissem apoiando a política sul-eslava de Viena, na qual não tinha nenhum interesse nacional. A Rússia estava disposta a arriscar uma luta de morte com a Alemanha, a fim de ser considerada o aliado fiel da Sérvia. Alemanha e Rússia não tinham nenhum conflito importante entre si; confrontavam-se por procuração.

Em 1912, o novo presidente francês, Raymond Poincaré, informou o embaixador russo, a respeito dos Bálcãs, que “se a Rússia for à guerra, a França irá também, pois sabemos que nessa causa a Alemanha está por trás da Áustria”.⁴¹ O feliz embaixador russo relatou “uma perspectiva francesa toda nova” de que “as tomadas territoriais da Áustria afetam o equilíbrio geral europeu e, logo, os interesses da França”.⁴² Naquele mesmo ano, o secretário-geral do exterior permanente da Inglaterra, sir Arthur Nicholson, escreveu ao embaixador inglês em São Petersburgo: “Não sei por mais quanto tempo seremos capazes de seguir nossa atual política de dançar na corda bamba, sem nos vermos compelidos a assumir uma linha definida ou outra. Também me assoma a mesma apreensão que a você — não vá a Rússia se cansar de nós e acertar-se com a Alemanha”.⁴³

Para não ser superado em sua incoerência, o *Kaiser* prometeu à Áustria, em 1913, que na próxima crise a Alemanha iria com ela à guerra se necessário fosse. A 7 de julho de 1914, o chanceler alemão explicou a política que, menos de quatro semanas depois, conduziria à guerra: “Se os estimularmos (aos austríacos), eles dirão que entraram empurrados; se os dissuadirmos, nos acusarão de os termos deixado em apuros. Eles se voltarão, então, para as potências ocidentais, cujos braços estão totalmente abertos,

e nós perderemos nosso último aliado, da maneira como ele é".⁴⁴ A exata vantagem que teria a Áustria numa aliança com a Tríplice Entente permaneceu indefinida. Tampouco era provável que a Áustria se unisse a um grupo que incluía a Rússia, a quem convinha liquidar a posição balcânica da Áustria. Historicamente, as alianças formaram-se para aumentar a força das nações em caso de guerra; às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a finalidade principal da guerra era aumentar a força das alianças.

Os governos dos principais países simplesmente não viram as implicações da tecnologia disponível, ou das coalizões que formavam tão febrilmente. Pareciam cegos ao grande número de baixas da Guerra de Secessão americana, relativamente recente, e acreditavam num embate rápido e decisivo. Jamais ocorreu a eles que a falha em correlatar suas alianças a objetivos políticos racionais levaria ao fim da civilização que conheciam. Cada aliança tinha muito em jogo para deixar que funcionasse a tradicional diplomacia do Concerto Europeu. Em vez de permiti-lo, as grandes potências conseguiram montar uma "máquina do juízo final" diplomática, embora alheias ao que haviam feito.

A “Máquina do Juízo Final” militar

No turbilhão da guerra



O aspecto assombroso da deflagração da Primeira Guerra Mundial não é que uma crise, mais simples que muitas outras antes superadas, haja finalmente conseguido desencadear uma catástrofe global, mas sim o fato de que isso levou tanto tempo para acontecer. Em 1914, o confronto entre a Alemanha e a Áustria-Hungria, de um lado, e a Tríplice Entente, do outro, tornara-se mortalmente sério. Os estadistas dos principais países haviam colaborado na construção da “Máquina do juízo Final” diplomática, que ia tornando cada nova crise mais difícil de solucionar. Seus chefes militares haviam potencializado enormemente o perigo, adicionando um planejamento estratégico que comprimia o tempo disponível para se tomarem decisões. Considerando que os planos militares dependiam de rapidez e os mecanismos diplomáticos giravam em seu tradicional ritmo descansado, tornou-se impossível desenlear as crises sob a intensa pressão do tempo. Para piorar as coisas, os planejadores militares não haviam explicado bem aos colegas políticos as implicações do seu trabalho.

O planejamento militar tornara-se autônomo. Dera o primeiro passo nesse sentido durante a negociação da aliança militar franco-russa, em 1892. Até então, as conversas giravam sobre o *casus belli*, quer dizer, que ações específicas do inimigo levariam os aliados à

guerra. Quase sempre essa definição focava o ponto de quem seria o responsável pelo início das hostilidades.

Em maio de 1892, o negociador russo, general Nikolai Obruchev, enviou uma carta ao seu ministro do exterior, Giers, explicando que o método tradicional de definir o *casus belli* fora ultrapassado pela tecnologia moderna. Agora valia quem mobilizava primeiro, não quem desse o primeiro tiro: “Não se considera mais a mobilização um ato pacífico; pelo contrário, é o ato mais decisivo da guerra”.¹

O lado que demorasse a mobilizar-se perdia a vantagem das alianças e possibilitaria ao inimigo derrotar, um a um, cada adversário. A necessidade de todos os aliados mobilizarem-se ao mesmo tempo tornara-se tão premente, na cabeça dos líderes europeus, que se transformou na pedra de toque de solenes papéis diplomáticos. O fim das alianças não era mais assegurar apoio *depois* de começada a guerra, mas garantir que cada aliado se mobilizasse o quanto antes e, esperava-se, antes de qualquer adversário. Quando alianças dessas se enfrentavam, a mobilização iniciada ficava irreversível, pois interrompê-la a meio caminho era pior que não desencadeá-la. Se um lado parasse e outro prosseguisse, o primeiro ficava a cada dia em maior desvantagem. Ambos tentarem parar ao mesmo tempo seria tecnicamente tão difícil que quase certamente a mobilização estaria feita antes que os diplomatas acertassem a forma de interrompê-la.

Esse procedimento de Juízo Final tirou o *casus belli* do controle político. Cada crise já vinha com um dispositivo que escalava para guerra — a decisão de mobilizar — e cada guerra tinha de ser geral. Longe de lamentar essa escalada automática, Obruchev recebeu-a com entusiasmo. O que menos queria era um conflito local, pois a Alemanha, de fora numa guerra entre Rússia e Áustria, simplesmente emergiria em posição de ditar os termos da paz. Na fantasia de Obruchev, foi o que Bismarck fizera no Congresso de Berlim:

Nossa diplomacia não pode contar com um conflito isolado da Rússia com, por exemplo, a Alemanha, a Áustria ou a Turquia. O Congresso de Berlim bastou como lição para nós nesse ponto. Aprendemos a quem considerar o inimigo mais perigoso — o que luta conosco ou o que espera enfraquecermos e dita a paz?²

Segundo Obruchev, interessava à Rússia que toda guerra fosse geral. A grande vantagem da Rússia, numa aliança benfeita com a França, seria evitar uma guerra local:

No início de cada guerra europeia há sempre, para os diplomatas, a tentação de localizar o conflito e limitar ao mínimo seus efeitos. Mas para a Rússia é ruim uma guerra local no presente quadro armado e agitado da Europa continental; reforçaria as possibilidades não só dos nossos inimigos relutantes que ainda não colocaram as cartas na mesa, mas também dos aliados que hesitassem.³

Em outras palavras, uma guerra defensiva, de objetivos limitados, era *contra* o interesse nacional da Rússia. Guerra tinha de ser total e os planos militares não davam opção aos líderes políticos:

Uma vez em guerra, só podemos fazê-la com toda a nossa força e contra ambos os nossos vizinhos. Diante da prontidão de povos inteiramente armados, não se imagina outra guerra que a do tipo decisivo — a guerra que determinaria por muito tempo a posição política relativa das potências europeias, em especial da Rússia e da Alemanha.⁴

Por trivial que fosse a causa, a guerra seria total; se o prelúdio fosse apenas com um vizinho, a Rússia devia providenciar para que o outro entrasse. Ainda que fosse grotesco, o estado-maior russo *preferia* lutar contra a Alemanha e a Áustria-Hungria a lutar contra uma só delas. Um acordo militar com as ideias de Obruchev firmou-se em 4 de janeiro de 1894. A França e a Rússia concordavam em mobilizar-se juntas caso *qualquer* membro da Tríplice Entente se mobilizasse por *qualquer* razão. A Máquina do Juízo Final estava pronta. Caso a Itália, aliada da Alemanha, se mobilizasse contra a França por causa da Savoia, por exemplo, a Rússia teria de se mobilizar contra a Alemanha; se a Áustria se mobilizasse contra a Sérvia, a França era agora obrigada a se mobilizar contra a

Alemanha. Como era praticamente certo que, algum dia, alguém se mobilizaria por algum motivo, era só questão de tempo para uma guerra geral estourar, pois bastava *uma* mobilização de grande potência para rodar a Máquina do Juízo para todas.

Pelo menos o czar Alexandre III viu que o jogo agora era caríssimo. Quando Giers lhe perguntou “que vantagem levamos, ajudando a França a destruir a Alemanha?”, ele respondeu: “A vantagem é que a Alemanha, como tal, sumiria, dividida em muitos estados pequenos e fracos, como era antes”.⁵ Os objetivos de guerra alemães eram igualmente amplos e nebulosos. O tão falado equilíbrio europeu transmutara em batalha de morte, sem que nenhum dos estadistas pudesse explicar tal niilismo ou a que metas políticas serviria a conflagração.

O que os planejadores russos teorizavam, o estado-maior alemão traduziu em plano operacional, quase na mesma época em que Obruchev negociava a aliança militar franco-russa. E com meticulosidade alemã, os generais imperiais levaram o conceito de mobilização ao seu extremo mais absoluto. O chefe do estado-maior alemão, Alfred von Schlieffen, obcecou-se pelas tabelas de mobilização tanto quanto seus adversários russo e francês. Mas enquanto os comandantes franco-russos tentavam regular o compromisso da mobilização, Schlieffen concentrou-se em executar o conceito.

Evitando deixar as coisas à veneta do meio político, Schlieffen tentou um plano infalível para resolver o temor alemão ao cerco. Assim como os sucessores de Bismarck abandonaram sua diplomacia complexa, Schlieffen ignorou os conceitos estratégicos de Helmut von Moltke, o arquiteto militar das três rápidas vitórias de Bismarck entre 1864 e 1870.

Moltke criara uma estratégia que mantinha a opção de uma solução política para o pesadelo de Bismarck das coalizões hostis. No caso de uma guerra em duas frentes, Moltke planejou dividir o exército alemão mais ou menos ao meio entre o leste e o oeste e ficar na defensiva em ambas as frentes. Como o objetivo da França

era retomar a Alsácia-Lorena, por certo ela atacaria. Se a Alemanha vencesse essa ofensiva, a França deveria considerar uma paz de compromisso. Moltke foi especificamente contra estender operações militares a Paris, tendo aprendido na Guerra Franco-Prussiana como era difícil fazer a paz sitiando a capital do inimigo.

Moltke propunha a mesma estratégia para a frente leste — vencer o ataque russo, no êxito empurrar o exército russo até uma boa distância estratégica e, então, propor uma paz negociada. As primeiras forças vitoriosas estariam disponíveis para reforçar a outra frente. Assim, a escala da guerra, os sacrifícios e a solução política estariam num certo equilíbrio.⁶

Da mesma forma como os sucessores de Bismarck recusaram as ambiguidades das suas alianças sobrepostas, Schlieffen rejeitou o plano Moltke porque deixava a iniciativa militar com os inimigos da Alemanha. Schlieffen também reprovava a preferência de Moltke pelo meio-termo político em vez da vitória total. Decidido a impor termos que eram, na realidade, a rendição incondicional, Schlieffen montou o esquema de obter uma vitória rápida e decisiva numa das frentes e jogar, depois, todas as forças da Alemanha contra o outro inimigo, atingindo, dessa maneira, um resultado bem claro em ambas as frentes. Sendo impossível o golpe fulminante no leste, devido à lenta mobilização russa, que se calculava em seis semanas, e ao vasto território da Rússia, Schlieffen decidiu destruir o exército francês primeiro, antes de o exército russo estar totalmente mobilizado. Para circundar as pesadas fortificações francesas da fronteira alemã, Schlieffen teve a ideia de violar a neutralidade belga passando o exército alemão por seu território. Tomaria Paris e apanharia no laço, pela retaguarda, o exército francês em suas fortalezas ao longo da fronteira. Enquanto isso, a Alemanha ficaria em defensiva no leste.

O plano era brilhante e temerário. Um mínimo de conhecimento histórico alertaria que a Inglaterra certamente iria à guerra, se a Bélgica fosse invadida — fato, ao que parece, totalmente despercebido pelo *Kaiser* e pelo estado-maior alemão. Durante 20 anos, com o Plano Schlieffen já elaborado em 1892, os alemães

havam feito propostas à Inglaterra para ter apoio — ou pelo menos neutralidade — numa guerra europeia, todas inviáveis devido ao plano alemão. Por nenhuma outra causa a Inglaterra lutara de maneira tão coerente, ou implacável, como pela independência dos Países Baixos. A atuação inglesa nas guerras contra Luís XIV e Napoleão era a mostra da tenacidade. Uma vez comprometida, ela lutaria até o fim, mesmo se a França fosse derrotada. O Plano Schlieffen tampouco admitia a contingência do fracasso. Se a Alemanha não destruísse o exército francês — coisa possível, pois os franceses estariam em linhas interiores e dispunham de ferrovias radiais partindo de Paris, enquanto o exército alemão teria de marchar a pé, num arco, por meio do campo devastado —, a Alemanha seria forçada de volta à estratégia de Moltke de defesa em duas frentes, após destruir a possibilidade de paz política, ao ocupar a Bélgica. Enquanto o principal objetivo da política externa de Bismarck fora evitar a guerra em duas frentes, e a estratégia militar de Moltke visara limitá-la, Schlieffen insistiu na guerra em duas frentes levada a todo custo.

Com o dispositivo das tropas alemãs voltado contra a França, embora a origem mais provável do conflito fosse o leste europeu, a pergunta que dava pesadelos em Bismarck, “e se houver uma guerra em duas frentes?”, causou o pesadelo de Schlieffen, ao contrário, “e se *não* houver uma guerra em duas frentes?”. Caso a França ficasse neutra numa guerra balcânica, a Alemanha talvez enfrentasse o perigo de uma declaração francesa de guerra *após* a mobilização russa, como Obruchev já explicara do outro lado da linha divisória europeia. Se, por outro lado, a Alemanha ignorasse a neutralidade da França, o plano de Schlieffen colocaria a Alemanha na posição desconfortável de atacar uma Bélgica não beligerante a fim de chegar até uma França não beligerante. Schlieffen tinha, portanto, de inventar alguma razão para atacar a França caso a ela ficasse de fora. Ele criou uma condição impossível, com a qual a Alemanha reconheceria a neutralidade francesa: a França seria neutra se concordasse em ceder uma das grandes fortalezas à Alemanha —

quer dizer, se a França ficasse à mercê da Alemanha e abdicasse da posição de grande potência.

A combinação diabólica de alianças políticas gerais e de ataques estratégicos por um fio dava a certeza de uma enorme sangueira. O equilíbrio do poder perdera qualquer sinal da flexibilidade dos séculos XVIII e XIX. Onde quer que estourasse a guerra (quase certamente, nos Bálcãs), o Plano Schlieffen providenciaria para que a batalha inicial se travasse no oeste, entre países que quase nada tinham a ver com a crise. A política externa abdicara na estratégia militar; a qual agora arriscava tudo num só lance dos dados. Seria difícil inventar uma forma mais bizarra e tecnicista de entrar em guerra.

Apesar de insistirem no tipo mais destrutivo de guerra, os chefes militares de ambos os lados guardavam um silêncio de mau agouro sobre as consequências políticas da tecnologia militar que encorajavam. Como seria a Europa, depois de uma guerra na escala que planejavam? Que mudanças poderiam justificar a carnificina em preparo? Não havia uma única reivindicação russa à Alemanha ou uma única exigência alemã à Rússia que valesse uma guerra local, muito menos geral.

Os diplomatas de ambos os lados também silenciavam. Em parte por não captarem as implicações políticas da bomba-relógio de seus países e porque a vaga nacionalista de cada país não os deixava desafiar suas instituições militares. Essa conspiração do silêncio impediu que os líderes políticos encomendassem planos militares com alguma correlação entre os objetivos políticos e militares.

Considerando a catástrofe que armavam, havia algo medonho na leveza com que os governantes europeus mantinham sua linha de ação. É surpreendente que tão poucas advertências se ouvissem, com a louvável exceção de Peter Durnovo, ex-ministro do interior russo, membro do conselho de estado. Em fevereiro de 1914 — seis meses antes da guerra — ele fez um memorando profético para o czar:

O maior encargo da guerra sem dúvida recairá sobre nós, pois dificilmente a Inglaterra irá assumir grande parte, numa guerra continental, ao passo que a França, de baixo potencial humano, deve adotar táticas defensivas, em vista das enormes baixas que acompanharão a guerra sob as presentes condições de técnicas militares. O aríete, batendo até quebrar a defesa alemã, seremos nós [...].⁷

Na avaliação de Durnovo, os sacrifícios seriam inúteis, pois a Rússia não conseguiria bônus territoriais permanentes, lutando ao lado da Inglaterra, tradicional adversário geopolítico. Mesmo se a Inglaterra desse vantagens à Rússia na Europa Central, uma fatia mais da Polônia só acentuaria a tendência centrífuga do Império Russo. Ampliar a população ucraniana, afirmou Durnovo, resultaria em pressões por uma Ucrânia independente. Portanto, a vitória poderia, ironicamente, criar uma agitação étnica que reduzisse o império do czar a uma Pequena Rússia.

Ainda que a Rússia chegasse à meta secular dos Dardanelos, o feito seria estrategicamente vazio, continuava Durnovo:

Não nos daria a saída para o mar aberto, pois na outra ponta há um mar quase só de águas territoriais, pontilhado de ilhas onde a esquadra inglesa, por exemplo, não teria o menor problema em nos fechar todas as entradas e saídas, independentemente dos estreitos.⁸

Como este simples fato geopolítico teria escapado a três gerações de russos, que desejavam conquistar Constantinopla — e de ingleses determinados contra isso — permanece um mistério.

Durnovo ponderava que uma guerra resultaria em benefícios econômicos ainda menores à Rússia. Em qualquer cálculo, ela custaria muito mais do que poderia ser recuperado. Uma vitória alemã destruiria a economia russa, e uma vitória russa arruinaria a economia alemã, nada deixando para reparações:

Falece dúvida de que a guerra trará despesas muito além dos recursos financeiros da Rússia. Teremos de obter crédito de aliados e neutros, que não será gratuito. Quanto ao caso de a guerra terminar mal para nós, não desejo discuti-lo agora. Os efeitos econômicos e financeiros da

derrota não se podem calcular, nem prever, mas arruinarão toda nossa economia. Mas mesmo a vitória nos promete perspectivas financeiras extremamente desfavoráveis; uma Alemanha falida não haverá de compensar-nos os custos. E o tratado de paz, ditado no interesse da Inglaterra, não permitirá recuperação suficiente para a Alemanha cobrir nosso projeto com a guerra, mesmo a longo prazo.⁹

Contudo, a razão mais forte de Durnovo para opor-se à guerra era seu prognóstico de que a guerra traria inevitavelmente a revolução social — primeiro no país derrotado, espalhando-se depois até o vencedor: “É nossa firme convicção, baseada em estudo longo e cuidadoso de todas as tendências subversivas contemporâneas, que deve irromper inevitavelmente no país derrotado uma revolução social, e esta, pela própria natureza das coisas, se disseminará até o país vencedor”.¹⁰

Não há evidência de que o czar tenha visto o memorando que lhe poderia salvar a dinastia. Nem registro de uma análise parecida em outras capitais europeias. O mais próximo que alguém chegou dos pontos de vista de Durnovo foi em alguns comentários epigramáticos de Bethmann-Hollweg, o chanceler que conduziria a Alemanha à guerra. Em 1913, já tarde demais, ele anotara com grande precisão por que a política externa alemã era tão assustadora para o restante da Europa: “Desafie todo mundo, ponha-se no caminho de todos; e não seja, afinal, capaz de enfraquecer ninguém assim. Razão? Falta de objetividade, gosto por sucessos de pouco prestígio e deferência a cada corrente de opinião pública.”¹¹

No mesmo ano, Bethmann-Hollweg deitou outra máxima, que teria salvo seu país, posta em prática 20 anos antes: “Devemos manter a França sob controle, por uma política cautelosa com a Rússia e a Inglaterra. Claro que isso é impopular e não agrada aos nossos chauvinistas. Mas não vejo alternativa para a Alemanha no futuro próximo”.¹²

Quando isso foi escrito, a Europa já ia entrando no turbilhão. O local da crise que deflagrou a Primeira Guerra Mundial não

importava ao equilíbrio de poder europeu, e o *casus belli* foi acidental, como fora arriscada a diplomacia precedente.

Em 28 de junho de 1914, Francisco Ferdinando, herdeiro do trono Habsburgo, pagou com a vida a imprudência de a Áustria ter anexado a Bósnia-Herzegovina em 1908. Nem a forma do assassinio escapou à combinação singular do trágico e do absurdo, que marcou a desintegração da Áustria. O jovem terrorista sérvio falhou na primeira tentativa de matar Francisco Ferdinando, ferindo o motorista do arquiduque, em vez dele. Chegando à residência do governador e depois de censurar os administradores austríacos pela negligência, Francisco Ferdinando, acompanhado da esposa, decidiu visitar o ferido no hospital. O novo motorista do casal real entrou por uma rua errada e, ao tentar sair, parou diante do frustrado assassino, que afogava as mágoas na bebida, na calçada de um café, para grande estupefação dele. Com suas vítimas tão providencialmente entregues a ele por si mesmas, o assassino não falhou a segunda vez.

O que começou num quase acidente virou uma conflagração com a inevitabilidade de uma tragédia grega. Porque a esposa do arquiduque não pertencia à realeza, nenhum dos reis da Europa foi ao funeral. Se os chefes de estado coroados tivessem ido e aproveitado para trocar opiniões, talvez relutassem em ir à guerra algumas semanas depois pelo que fora, afinal, um ato terrorista.

Ao que tudo indica, nem uma reunião real de cúpula impediria a Áustria de acender o estopim que o *Kaiser* irrefletidamente lhe entregou. Lembrando sua promessa do ano anterior, de apoiá-la na próxima crise, ele convidou o embaixador austríaco para um almoço, no dia 5 de julho, e sugeriu uma ação rápida contra a Sérvia. A 6 de julho, Bethmann-Hollweg confirmou a promessa do *Kaiser*: "Cabe à Áustria decidir que atitude tomar quanto às relações com a Sérvia; mas qualquer que seja a decisão, conte a Áustria com a Alemanha junto a ela, como aliada".¹³

A Áustria tinha, enfim, a carta branca que sempre quis e um caso de verdadeira injustiça em que aplicá-la. Insensível como

sempre às implicações de sua bravata, Guilherme II foi-se num cruzeiro aos fiordes noruegueses (na era antes do rádio). O que tinha em mente não ficou claro, mas obviamente não pensava numa guerra europeia. O *Kaiser* e seu chanceler devem ter achado que a Rússia ainda não estava pronta e não interferiria quando a Sérvia fosse subjugada, como em 1908. De qualquer maneira, eles julgaram-se em posição para uma decisão com a Rússia, melhor então que daí a alguns anos.

Mantendo seu recorde ininterrupto de avaliar mal a psicologia de adversários potenciais, os líderes alemães estavam certos de ter uma grande oportunidade, igual à de forçar a Inglaterra a uma aliança construindo uma grande esquadra, e à de isolar a França ameaçando guerra no Marrocos. Na presunção de que a vitória da Áustria romperia o apertado cerco, ao desenganar a Rússia com a Tríplice Entente, eles ignoraram a França, que consideravam irreconciliável, e evitaram a mediação da Inglaterra temendo comprometer o triunfo. Se contra todas as expectativas, houvesse guerra de fato, estavam persuadidos de que a Inglaterra seria neutra ou interviria tarde. No entanto, Sergei Sazonov, ministro do exterior da Rússia na deflagração da guerra, descreveu por que a Rússia não recuaria dessa vez:

Desde a Guerra da Crimeia, não temos ilusão quanto aos sentimentos da Áustria em relação a nós. Do dia em que começou sua política predatória nos Bálcãs, julgando escorar a estrutura abalada de seus domínios, suas relações conosco tornaram-se cada vez mais inamistosas. Conseguimos, porém, adaptar-nos a esse incômodo, até ficar claro que sua política balcânica contava com a simpatia da Alemanha e tinha apoio de Berlim.¹⁴

A Rússia achou que devia resistir ao que interpretou como manobra alemã para minar sua posição entre os eslavos, ao humilhar a Sérvia, sua aliada mais confiável na área. “Estava claro”, escreveu Sazonov, “que nos havíamos não com a decisão precipitada de um ministro sem visão, tomada por conta própria, mas com um plano bem preparado, com ajuda do governo alemão, sem cujo acordo e apoio a Áustria-Hungria jamais se arriscaria a executar”.¹⁵

Mais tarde, outro diplomata russo escreveu nostalgicamente sobre diferença entre a Alemanha de Bismarck e a Alemanha do *Kaiser*.*

A Grande Guerra foi a consequência inevitável do estímulo da Alemanha à Áustria-Hungria na política de penetração nos Bálcãs, combinada com a grandiosa ideia pangermânica de uma "Europa Central" germanizada. Na época de Bismarck, isso jamais teria acontecido. O que houve foi resultado da insólita nova ambição da Alemanha de encetar um projeto mais espetacular que o de Bismarck — sem um Bismarck.¹⁶

Os diplomatas russos prestavam cumprimentos exagerados aos alemães, pois o *Kaiser* e seus conselheiros não tinham nenhum plano de longo alcance em 1914, como não tiveram em nenhuma crise anterior. A crise do assassinato do arquiduque fugiu ao controle porque nenhum líder estava disposto a recuar, e cada país pensava, sobretudo, em cumprir as obrigações formais dos tratados, não nalgum conceito global de interesse comum e de longo alcance. Faltava à Europa um sistema de valores unificador das potências, como o do sistema de Metternich, ou a fria flexibilidade diplomática da *Realpolitik* de Bismarck. A Primeira Guerra Mundial não começou porque os países romperam acordos, mas porque os cumpriram ao pé da letra.

Dos muitos aspectos curiosos do prelúdio da Primeira Guerra Mundial, um dos mais estranhos foi que de início nada aconteceu. A Áustria, fiel ao seu estilo operacional, procrastinou, em parte porque Viena precisava de tempo para superar a relutância do primeiro-ministro húngaro, Stephen Tisza, em colocar em risco o Império. Quando por fim ele cedeu, Viena expediu um ultimato de 48 horas à Sérvia, em 23 de julho, deliberadamente estipulando condições tão onerosas que seriam rejeitadas. Mas, na demora, a Áustria perdera as vantagens do sentimento inicial de indignação que tomou conta da Europa sobre o assassinio do arquiduque.

Na Europa de Metternich, e no compromisso comum com a legitimidade, há pouca dúvida de que a Rússia teria sancionado a represália austríaca contra a Sérvia pelo assassinato de um príncipe

na linha direta de sucessão ao trono austríaco. Mas em 1914 a legitimidade não era mais um elo. A simpatia da Rússia pela aliada Sérvia superou a indignação pela morte de Francisco Ferdinando.

Durante todo o mês seguinte ao assassinio, a diplomacia austríaca foi dilatária. Depois, veio a corrida desenfreada rumo ao cataclisma, no espaço de menos de uma semana. O ultimato austríaco retirou os fatos do controle dos líderes políticos, pois, expedido o ultimato, qualquer país importante podia dar a partida irreversível no portentoso carro de Jagarnate da mobilização. Por ironia, a mobilização começou pelo único país onde as planilhas horárias de mobilização não tinham nenhuma importância. Só na Áustria, entre todas as grandes potências, o planejamento militar era do tipo antigo e não dependia de rapidez. Pouco se lhes dava, aos planos austríacos, em que semana a guerra começasse, desde que seus exércitos fossem lutar com a Sérvia mais cedo ou mais tarde. A Áustria mandara seu ultimato à Sérvia a fim de impedir a mediação, não para acelerar operações militares. Tampouco a mobilização austríaca ameaçou outra grande potência, considerando que levaria um mês para se completar.

Desse modo, o passo da mobilização que tornou a guerra inevitável foi dado pelo país cujo exército só começou mesmo a lutar *depois* de terminadas as maiores batalhas do Ocidente. Por outro lado, e mal grado o nível de prontidão da Áustria, se a Rússia desejasse ameaçar a Áustria, teria de mobilizar alguma tropa, ato que desencadearia o irreversível na Alemanha (apesar de nenhum líder político ter percebido esse perigo). No paradoxo de julho de 1914, os países que tinham razões políticas para ir à guerra não estavam presos a rígidos programas de mobilização, enquanto as nações com programas rígidos, como Alemanha e Rússia, não tinham razões políticas para ir à guerra.

A Inglaterra, país em melhor posição para deter essa cadeia de eventos, hesitou. Não tinha interesse praticamente nenhum na crise balcânica, apesar de grande interesse na preservação da Tríplice Entente. Temendo a guerra, temia ainda mais um triunfo alemão. Declarasse a Inglaterra suas intenções sem ambiguidade, fazendo a

Alemanha ver que entraria numa guerra geral, o *Kaiser* talvez recuasse da confrontação. Sazonov viu assim a questão, posteriormente:

Não posso deixar de expressar a opinião de que, em 1914, se sir Edward Grey tivesse, como insistentemente lhe pedi, feito uma declaração, temporânea e clara, de solidariedade da Inglaterra com a França e a Rússia, poderia ter salvo a humanidade desse terrível cataclisma, que pôs em risco a própria civilização europeia.¹⁷

O governo inglês temia arriscar a Tríplice Entente, mostrando qualquer hesitação em apoiar os seus aliados e, numa certa contradição, não queria ameaçar a Alemanha, para manter a opção de mediar no momento certo. Como resultado, a Inglaterra titubeou entre duas cadeiras. Não tinha obrigação legal de ir à guerra ao lado da França e da Rússia, como Grey afirmou à Câmara dos Comuns, em 11 de junho de 1914, pouco mais de duas semanas antes do assassinato do arquiduque: “[...] se houvesse guerra entre as potências europeias, não existiriam acordos reservados que pudessem restringir ou tolher a liberdade do governo ou parlamento para decidir se a Inglaterra participaria ou não da guerra [...]”.¹⁸

Em termos legais, certamente era verdade. Mas havia também uma dimensão moral intangível. A esquadra francesa estava no Mediterrâneo devido ao acordo naval da França com a Inglaterra; a costa norte da França estaria completamente exposta à marinha alemã se a Inglaterra ficasse de fora. No evoluir da crise, Bethmann-Hollweg prometeu não empregar a marinha alemã contra a França, se a Inglaterra ficasse neutra. Mas Grey recusou a proposta, como rejeitara a oferta alemã, em 1909, de diminuir o avanço naval em troca da neutralidade inglesa numa guerra europeia, e pela mesma razão — derrotada a França, estaria a Inglaterra à mercê da Alemanha.

O senhor deve dizer ao chanceler alemão que sua proposta de nos comprometermos com a neutralidade nesses termos não pode, de maneira alguma, ser considerada.

[...] Fazer essa troca com a Alemanha, à custa da França, seria para nós

uma desonra da qual o bom nome deste país jamais se recuperaria. O chanceler também solicita nos desfazermos de quaisquer obrigações ou interesses com a neutralidade da Bélgica. Também não nos é possível considerar essa proposta.¹⁹

O dilema de Grey era que seu país estava numa armadilha entre a pressão da opinião pública e as tradições de sua política externa. Por um lado, a falta de apoio público para ir à guerra por uma questão balcânica teria indicado a mediação. Por outro lado, se a França fosse derrotada ou perdesse a confiança no aliado inglês, a Alemanha ficaria na posição dominante à qual os ingleses sempre resistiram. É, portanto, muitíssimo provável que, no final, a Inglaterra teria ido à guerra a fim de evitar um colapso militar francês, mesmo se a Alemanha não tivesse invadido a Bélgica, embora levasse algum tempo para que o apoio do povo inglês à guerra se cristalizasse. Naquele período, a Inglaterra poderia ter tentado mediar. No entanto, a decisão alemã de desafiar um dos princípios mais firmes da política externa inglesa — de que os Países Baixos não deveriam cair nas mãos de nenhuma das grandes potências — serviu para pôr fim às dúvidas britânicas e garantiu que a guerra não terminaria num acordo.

Grey imaginou que, não tomando partido nos primeiros estágios da crise, a Inglaterra poderia manter sua pretensão à imparcialidade, o que lhe permitiria intermediar a solução. A experiência confirmava essa estratégia. O resultado de grandes tensões internacionais sempre fora, durante 20 anos, uma conferência. Contudo, em nenhuma crise anterior houvera a mobilização. À medida que todas as grandes potências se preparavam para se mobilizar, a margem de tempo para os métodos diplomáticos tradicionais desapareceu. Desse modo, nas 96 horas cruciais, durante as quais os programas de mobilização destruíram a chance de manobras políticas, o gabinete inglês realmente fez o papel de espectador.

O ultimato da Áustria colocou a Rússia contra a parede, num momento em que ela se achava muito maltratada. A Bulgária, cuja libertação do governo turco se devia à Rússia, ao longo de várias

guerras, inclinava-se para a Alemanha. A Áustria, após anexar a Bósnia-Herzegovina, parecia estar tentando transformar em protetorado a Sérvia, último aliado importante da Rússia nos Bálcãs. Finalmente, com a Alemanha montada em Constantinopla, a Rússia só se podia perguntar se a era do pan-eslavismo não terminaria na dominação teutônica de tudo aquilo que ela cobiçara durante um século.

Ainda assim, o czar Nicolau II não estava ansioso por um desfecho com a Alemanha. Numa reunião ministerial, em 24 de julho, ele passou em revista as opções da Rússia. O ministro das finanças, Peter Bark, relatou as palavras do czar: "A guerra seria desastrosa para o mundo e, uma vez deflagrada, muito difícil de interromper". Além disso, anotou Bark, "o imperador alemão sempre lhe assegurou seu sincero desejo de manter a paz da Europa". E recordou aos ministros a "atitude leal do imperador durante a Guerra Russo-Japonesa e durante os tumultos internos que a Rússia vivera depois".²⁰

A refutação veio de Alexandre Krivoshein, o poderoso ministro da agricultura. Demonstrando a recusa doentia da Rússia a esquecer uma desfeita, ele argumentou que a despeito das cartas gentis do *Kaiser* ao seu primo, o czar Nicolau, os alemães haviam se portado mal com a Rússia na crise bósnia de 1908; portanto, a "opinião pública e parlamentar não compreenderia por que, num momento crítico e num interesse vital da Rússia, o Governo Imperial relutara em agir com coragem [...]. Nossas atitudes prudentes demais, infelizmente, não conseguiram aplacar as Potências da Europa Central".²¹

O argumento de Krivoshein foi apoiado por um despacho do embaixador russo em Sofia no sentido de que, se a Rússia recuasse, "nosso prestígio no mundo eslavo e nos Bálcãs morreria para não renascer".²² Chefes de governo são vulneráveis a argumentos que questionam sua coragem. No final, o czar abafou suas previsões de desastre e optou por apoiar a Sérvia, mesmo ao risco de uma guerra, embora não haja ordenado a mobilização.

Quando a Sérvia respondeu ao ultimato da Áustria, em 25 de julho, de maneira inesperadamente conciliatória — aceitava todas as exigências austríacas menos uma — o *Kaiser*, que acabara de chegar do seu cruzeiro, achou que a crise acabara. Mas não contava com a determinação da Áustria em explorar o apoio tão imprudente oferecido por ele. Sobretudo, esquecera — se é que sabia — que com as Grandes Potências tão perto de uma guerra os programas de mobilização provavelmente passariam por cima da diplomacia.

Em 28 de julho, a Áustria declarou guerra à Sérvia, apesar de que não estaria pronta para a ação militar até o dia 12 de agosto. No mesmo dia, o czar ordenou uma mobilização parcial contra a Áustria e descobriu — para sua surpresa — que o único plano que o estado-maior tinha era de mobilização geral contra a Alemanha e a Áustria, a despeito do fato de que nos 50 anos anteriores a Áustria barrara as ambições russas nos Bálcãs, e que uma guerra localizada austro-russa fora o currículo normal das escolas militares durante todo aquele período. O ministro do exterior russo, não notando que vivia uma felicidade desinformada, tentou tranquilizar Berlim, em 28 de julho: “Das medidas militares por nós tomadas em consequência da declaração de guerra da Áustria [...] nem uma só é dirigida contra a Alemanha”.²³

Os comandantes russos, sem exceção, discípulos das teorias de Obruchev, ficaram estarecidos com o comedimento do czar. Queriam mobilização geral e, portanto, uma guerra com a Alemanha, para a qual nenhum passo militar fora dado até então. Um dos principais generais disse a Sazonov que a “guerra se tornara inevitável e corríamos o risco de perdê-la antes que pudéssemos desembainhar as espadas”.²⁴

Se o czar fora hesitante demais para seus generais, foi decidido demais para a Alemanha. Todos os planos alemães eliminavam a França da guerra em seis semanas, voltando-se, então, para uma Rússia ainda não completamente mobilizada. Qualquer mobilização russa — mesmo parcial — encurtaria essa tabela e reduziria as chances do jogo já arriscado da Alemanha. Assim, em 29 de julho, a Alemanha exigiu que a Rússia interrompesse sua mobilização, ou

faria o mesmo. E todos sabiam que a mobilização alemã equivalia à guerra.

O czar foi fraco demais para ceder. Interromper uma mobilização parcial desbarataria todo o planejamento militar russo e a resistência dos generais convenceu-o de que a sorte estava lançada. Em 30 de julho, Nicolau ordenou a mobilização geral. Em 31 de julho, a Alemanha exigiu novamente o fim da mobilização russa. Ignorada a exigência, a Alemanha declarou guerra à Rússia. Isso se passou sem uma única conversa política séria entre São Petersburgo e Berlim acerca da essência da crise, e na ausência de qualquer disputa real entre a Alemanha e a Rússia.

A Alemanha estava agora diante do impasse de que seus planos de guerra exigiam um ataque imediato à França, que esteve quieta durante toda a crise, exceto por estimular a Rússia a não aceitar compromisso, confirmando-lhe o apoio incondicional. Vendo, finalmente, aonde 20 anos de histrionismo haviam-no levado, o *Kaiser* tentou desviar a mobilização alemã da França para a Rússia. Sua tentativa para controlar a ação militar foi tão inútil quanto o mesmo esforço do czar em limitar a mobilização russa. O estado-maior alemão não estava mais disposto que seu oponente russo a jogar fora 20 anos de planejamento; na verdade, como o estado-maior russo, também não tinha um plano alternativo. Apesar de o czar e o imperador desejarem voltar atrás, nenhum deles sabia como — o czar porque não podia fazer a mobilização parcial e o *Kaiser* porque não podia mobilizar somente contra a Rússia. Ambos foram impedidos pelos mecanismos militares que haviam ajudado a criar, os quais, uma vez em movimento, eram irreversíveis.

Dia 1º de agosto, a Alemanha perguntou à França se pretendia ficar neutra. Caso a França respondesse que sim, a Alemanha teria exigido as fortalezas de Verdun e Toul como provas de boa-fé. Mas a França respondeu, de forma um tanto enigmática, que agiria de acordo com o seu interesse nacional. A Alemanha, é claro, não tinha nenhum problema que servisse de pretexto para uma guerra com a França, mera espectadora na crise dos Bálcãs. Mais uma vez, os horários de mobilização foram determinantes. A Alemanha fabricou

algumas violações de fronteira francesas e, dia 3 de agosto, declarou guerra. No mesmo dia, tropas alemãs, cumprindo o Plano Schlieffen, invadiram a Bélgica. No dia seguinte, 4 de agosto, sem nenhuma surpresa, exceto dos líderes alemães, a Inglaterra declarou guerra à Alemanha.

As grandes potências haviam conseguido transformar uma crise balcânica secundária em uma guerra mundial. Uma disputa entre a Bósnia e a Sérvia conduziu à invasão da Bélgica, no outro extremo da Europa, que, por sua vez, tornou inevitável a entrada da Inglaterra. Por ironia, em pleno furor de batalhas decisivas na frente ocidental, as tropas austríacas ainda não haviam lançado a ofensiva contra a Sérvia.

A Alemanha aprendeu tarde demais que não há certezas na guerra e que, na obsessão por uma vitória rápida e decisiva, terminara entalada numa extenuante guerra de atrito. Ao executar o Plano Schlieffen, a Alemanha destruiu toda possibilidade de uma neutralidade inglesa, sem conseguir liquidar o exército francês, objetivo que a levou a tomar os riscos. Por ironia, a Alemanha perdeu a batalha ofensiva no oeste e ganhou a batalha defensiva no leste, coisa muito semelhante ao que previa Moltke, o Velho. No final, a Alemanha teve de adotar a estratégia defensiva de Moltke no oeste também, depois de firmar a política que excluía a paz de meio-termo em que se baseava a estratégia de Moltke.

O Concerto Europeu fracassou tristemente porque as lideranças políticas haviam abdicado de seu papel. Assim, não foi nem tentado o tipo de congresso europeu que, na maior parte do século XIX, proporcionara os períodos de calma ou mesmo levava a soluções. Os governos europeus haviam previsto todas as contingências, exceto o tempo necessário para a conciliação diplomática. E esqueceram a frase de Bismarck: "Infeliz do líder cujos argumentos, ao fim de uma guerra, não sejam tão plausíveis quanto foram no início".

Cumprido o curso dos fados, 20 milhões de pessoas haviam morrido; o Império Austro-Húngaro desaparecera; três das quatro

dinastias que entraram na guerra — a alemã, a austríaca e a russa — estavam depostas. Só a casa real britânica ficou de pé. Depois, foi difícil recordar exatamente o que causara a conflagração. Sabia-se que, das cinzas produzidas por esse desatino monumental, teria de ser construído um novo sistema europeu, de natureza difícil de discernir; por entre a paixão e a exaustão depositadas pela carnificina.

A nova face da diplomacia

Wilson e o Tratado de Versalhes



Em 11 de novembro de 1918, o primeiro-ministro inglês, David Lloyd George, anunciou, com estas palavras, que fora assinado um armistício entre a Alemanha e os aliados: “Espero podermos afirmar que com isto, nesta manhã de bons augúrios, todas as guerras chegaram ao fim”.¹ Na verdade, a Europa estava a duas décadas apenas de uma guerra ainda pior.

Considerando que, na Primeira Guerra Mundial, nada correu como planejado, era inevitável um anseio de paz frustrante como as expectativas com que as nações se lançaram nela. Os beligerantes previam uma guerra curta e haviam deixado os termos de paz a cargo de um congresso diplomático do tipo que encerrara os conflitos europeus no século anterior. Porém, nas proporções horrendas que alcançaram, as baixas puseram de lado as disputas políticas do início do conflito — a influência nos Bálcãs, a posse da Alsácia-Lorena e a corrida naval. As nações da Europa vieram a atribuir seus sofrimentos à maldade inerente aos adversários e convenceram-se de que acordos não poderiam gerar paz verdadeira; era mister esmagar completamente o inimigo ou travar a guerra até a exaustão total.

Se os líderes europeus seguissem as práticas da ordem internacional anteriores à guerra, um acordo de paz se faria na primavera de 1915. Ofensivas de cada lado tinham cumprido seu

caminho de sangue, e havia impasse em todas as frentes. Mas assim como os horários de mobilização escorraçaram a diplomacia, na semana anterior à guerra, agora a escala da mortandade impediu um acordo sensato. Os governos da Europa aumentaram suas exigências, não só dobrando a incompetência e a irresponsabilidade com que entraram em guerra, mas destruindo também a ordem mundial em que as nações haviam coexistido durante quase um século.

No inverno de 1914-15, a estratégia militar e a política externa haviam perdido contato. Ninguém ousava explorar um acordo de paz. A França não entrava em acordo sem recuperar a Alsácia-Lorena; a Alemanha não admitia paz que exigisse abrir mão de território conquistado. Mergulhados na guerra, os líderes da Europa ficaram tão transtornados com o fratricídio, tão desesperados com o sumidouro de toda uma geração de jovens, que a vitória passou a prêmio de si mesma, cega às ruínas sobre as quais seria alcançada. Ofensivas assassinas confirmaram o impasse militar e causaram baixas inimagináveis antes da tecnologia moderna. Esforços por novos aliados complicaram o nó. Cada recém-chegado — Itália e Romênia pelos aliados e a Bulgária pelas potências centrais — exigia sua parte do botim futuro, zerando a flexibilidade que poderia ter restado à diplomacia.

Os termos de paz tomaram caráter niilista. O estilo aristocrático, meio conspiratório, da diplomacia do século XIX extinguiu-se na era da mobilização de massa. A banda dos aliados especializou-se em *slogans* morais como “a guerra para acabar com as guerras” ou “um mundo seguro para a democracia” — especialmente depois que os Estados Unidos entraram na guerra. O primeiro era compreensível, até mesmo promissor, para nações que lutavam entre si, em várias combinações, havia mil anos. Sua interpretação prática era o desarmamento completo da Alemanha. A segunda ideia — disseminar democracia — exigia o fim das instituições internas alemãs e austríacas. Ambos os *slogans* aliados implicavam, portanto, lutar até o fim.

A Inglaterra, que nas Guerras Napoleônicas teve um projeto de equilíbrio europeu no Plano Pitt, apoiou a linha de vitória total. Em dezembro de 1914, uma sondagem alemã para retirar-se da Bélgica em troca do Congo Belga foi rejeitada pelo ministro do exterior inglês, Grey, sob o argumento de que os aliados precisavam estar “seguros contra qualquer futuro ataque da Alemanha”.²

A resposta de Grey marcava uma nova atitude inglesa. Até pouco antes da guerra, a Inglaterra ligava sua segurança ao equilíbrio de poder, que administrava apoiando o mais fraco contra o mais forte. Em 1914, a Inglaterra sentia-se cada vez pior nesse papel. Percebendo que a Alemanha se tornara mais forte do que todo o resto do continente junto, a Inglaterra viu que seria impossível sua linha tradicional de ficar acima das contendidas da Europa. Com Alemanha sendo uma ameaça hegemônica na Europa, a volta ao *status quo* em nada aliviaria o problema. Logo, a Inglaterra também não podia mais aceitar meios-termos e insistiu em “garantias,” que queriam dizer Alemanha mais fraca, especialmente por uma grande redução da Esquadra Alemã de Alto-Mar — algo que a Alemanha só aceitaria totalmente derrotada.

Os termos alemães eram mais precisos e mais geopolíticos. Mas, com sua falta de senso de proporção, os alemães também demandavam o que era uma rendição incondicional. No ocidente, queriam as minas de carvão do norte da França e o controle militar da Bélgica, inclusive do porto de Antuérpia, o que assegurava a hostilidade implacável da Inglaterra. No leste, a Alemanha só pôs termos formais com relação à Polônia, onde prometeu, em 5 de novembro de 1916, criar “um estado independente sob uma monarquia hereditária e constitucional”³ — eliminando qualquer perspectiva de paz negociada com a Rússia. A Alemanha esperava, com a promessa de independência, cinco divisões de voluntários poloneses; só três mil recrutas apareceram.⁴ Após derrotar a Rússia, a Alemanha impôs o Tratado de Brest-Litovsk, de 3 de março de 1918, pelo qual anexou um terço da Rússia europeia e estabeleceu um protetorado na Ucrânia. Ao definir, enfim, o que era *Weltpolitik*, a Alemanha se manifestava, no mínimo, pela dominação da Europa.

A Primeira Guerra Mundial começou como típica guerra de gabinete, com notas diplomáticas de embaixada a embaixada e telegramas entre monarcas soberanos, em todos os passos antes do combate em si. Mas uma vez declarada, com as ruas das capitais europeias enxameadas de multidões frenéticas, a guerra deixou de ser uma esgrima de chancelarias e virou luta de massas. Após os primeiros dois anos, cada lado apresentava termos incompatíveis com qualquer noção de equilíbrio.

O que ninguém imaginava era que ambos os lados ganhariam e perderiam ao mesmo tempo: que a Alemanha venceria a Rússia e abateria seriamente a França e a Inglaterra; mas que, no final, os aliados ocidentais, com a ajuda indispensável dos Estados Unidos, seriam os vencedores. Das Guerras Napoleônicas, resultou um século de paz, baseada no equilíbrio e em valores comuns. O resultado da Primeira Guerra Mundial foi a desordem social, o conflito ideológico e outra guerra mundial.

O entusiasmo que marcara o início da guerra evaporou quando os povos da Europa viram que a capacidade governamental de produzir carnificina não tinha uma capacidade paralela de chegar à vitória ou de obter a paz. Na voragem resultante, as Cortes do Leste, cuja unidade preservara a paz da Europa na época da Santa Aliança, foram riscadas do mapa. O Império Austro-Húngaro desapareceu por completo. O Império Russo foi tomado pelos bolcheviques e, por duas décadas, recolheu-se à periferia da Europa. A Alemanha foi supliciada em sequência, pela derrota, pela revolução, pela inflação, por crises econômicas e pela ditadura. A França e a Inglaterra não ganharam com a fraqueza dos seus adversários. Imolaram seus melhores jovens por uma paz que deixou o inimigo geopoliticamente mais forte do que antes da guerra.

Antes que se evidenciasse a dimensão total dessa *débâcle* — em grande parte autoinfligida —, surgiu nova figura em cena, para encerrar de uma vez por todas o que se chamara Concerto Europeu. Em meio aos escombros e à desilusão de três anos de morticínio, os Estados Unidos adentraram o palco internacional com uma

autoconfiança, um poder e um idealismo inimagináveis para os exaustos aliados europeus.

A entrada dos Estados Unidos na guerra tornou a vitória total tecnicamente possível, porém em nome de objetivos de pouca relação com a ordem mundial que a Europa conhecera por três séculos e pela qual supostamente fora à guerra. Os americanos desprezavam o equilíbrio de poder e consideravam imoral a *Realpolitik*. Os fundamentos americanos para a ordem internacional eram a democracia, a segurança coletiva e a autodeterminação — nenhum dos quais havia alicerçado qualquer acordo europeu.

Para os americanos, a dissonância entre sua filosofia e o pensamento europeu acentuava ainda mais o mérito das suas convicções. Proclamando um abandono radical dos preceitos e experiências do Velho Mundo, a ideia de Wilson da ordem mundial derivava da fé americana na natureza essencialmente pacífica do homem e na harmonia básica do mundo. Postulava que as nações democráticas eram, por definição, pacíficas; as gentes, com autodeterminação, não teriam mais motivos para ir à guerra ou oprimir os outros. Uma vez experimentando as bênçãos da paz e da democracia, os povos se ergueriam unidos para defendê-las.

Os europeus não dispunham de categoria semelhante de pensamento, que incluísse tais pontos de vista. Nem suas instituições nacionais nem sua ordem internacional se haviam baseado em teorias políticas que partissem da bondade essencial do homem. Haviam mesmo surgido para botar o claro egoísmo do homem a serviço de um bem maior. A diplomacia europeia não se baseava na natureza pacífica dos estados, mas em sua propensão à guerra, que precisava ser desestimulada ou compensada em equilíbrio. Alianças se formavam na busca de objetivos definíveis e específicos, não na defesa da paz em termos abstratos.

As doutrinas de Wilson de autodeterminação e de segurança coletiva deixaram os diplomatas europeus em terreno completamente desconhecido. Na suposição de todos os acordos europeus, as fronteiras podiam ser ajustadas para obter-se equilíbrio

de poder, cujas necessidades tinham precedência sobre as preferências das populações afetadas. Foi como Pitt imaginou as “grandes massas” para conter a França, no final das Guerras Napoleônicas.

Ao longo de todo o século XIX, por exemplo, a Inglaterra e a Áustria opuseram-se à desintegração do Império Otomano, por estarem convencidas de que as nações menores, saídas dele, perturbariam a ordem internacional. Para elas, a inexperiência de nações pequenas ampliaria as rivalidades étnicas endêmicas, e sua fragilidade relativa estimularia a violação de limites pelas grandes potências. Do ponto de vista inglês e austríaco, os estados menores tinham de subordinar suas ambições nacionais aos interesses mais amplos da paz. Em nome do equilíbrio, a França fora impedida de anexar a Valônia de língua francesa, da Bélgica, e a Alemanha dissuadida de unir-se à Áustria (apesar de Bismarck ter lá suas razões próprias para não querer juntar-se à Áustria).

Wilson rejeitou completamente esses modos, como os Estados Unidos têm feito desde então. Na opinião dos Estados Unidos, não era a autodeterminação que causava as guerras, mas a inexistência dela; não era a ausência de um equilíbrio de poder que produzia instabilidade, mas a tentativa de obtê-lo. Wilson propôs fundar-se a paz no princípio da segurança coletiva. Em sua opinião, como na de todos os seus discípulos, a segurança do mundo exigia, não a defesa de interesses nacionais, mas a paz como conceito legal. A constatação de que uma quebra da paz ocorrera de fato seria de uma instituição internacional, que Wilson definiu como a Liga das Nações.

Por estranho que pareça, a ideia de uma instituição dessa natureza surgiu pela primeira vez em Londres, até então baluarte da diplomacia do equilíbrio de poder. E o motivo não foi a tentativa de inventar uma nova ordem mundial, mas a busca de uma boa razão, por parte da Inglaterra, para explicar por que a América devia entrar numa guerra da velha ordem. Em setembro de 1915, num desvio revolucionário da prática britânica, o ministro Grey escreveu ao

homem de confiança de Wilson, o coronel House, com uma proposta que achava irrecusável para o idealista presidente americano.

Até que ponto, perguntou Grey, estaria o presidente interessado em uma liga das nações comprometida com o desarmamento e com a solução pacífica dos conflitos? “Aceitaria o presidente propor que houvesse uma liga das nações a uni-las contra qualquer potência que violasse um tratado [...] ou que se recusasse, numa disputa, a adotar outro modo de resolução, que não a guerra?”⁵

Não era de crer que a Inglaterra, a qual, durante 200 anos, fugira de alianças abertas, aparecesse de repente com um gosto por tais alianças, e mais, em escala global. Contudo, a determinação da Inglaterra em vencer a ameaça imediata da Alemanha era tão grande, que seu ministro do exterior era capaz de formular uma doutrina de segurança coletiva, o compromisso mais aberto que pode haver. Cada membro da sua pretensa organização mundial seria obrigado a resistir à agressão de qualquer agente, em qualquer lugar, e a punir as nações que rejeitassem a solução pacífica das disputas.

Grey sabia com quem estava tratando. Desde a juventude, Wilson acreditara que as instituições federais americanas deviam servir de modelo para um eventual “parlamento da humanidade”. No início de seu mandato, ele já tentara um pacto pan-americano para o hemisfério ocidental. Grey não deve ter ficado surpreso — mas certamente ficou feliz — ao receber uma pronta resposta concordando com o que, em retrospecto, foi uma isca bem evidente.

Essas cartas são talvez o exemplo mais antigo do “relacionamento especial” entre os Estados Unidos e a Inglaterra, que permitiria aos ingleses manter uma influência única em Washington, muito tempo depois do declínio do seu poder, na esteira da Segunda Guerra Mundial. A língua comum e a herança cultural combinaram-se com grande tato para capacitar os líderes ingleses a injetarem suas ideias no processo decisório americano, de tal maneira que elas imperceptivelmente pareciam ser as de Washington. Assim, quando em maio de 1916 Wilson apresentou

pela primeira vez seu projeto de uma organização mundial, ele estava, sem dúvida, convencido de que a ideia era sua. E, de certa forma, era, pois Grey a levantara bem ciente das convicções de Wilson.

Com a paternidade que tivesse, a Liga das Nações era a quintessência do conceito americano. O que Wilson idealizava era uma “associação universal das nações, para manter a segurança inviolável do caminho dos mares para o uso comum e livre de todas as nações do mundo, e para impedir qualquer guerra que comece de maneira contrária a dispositivos de tratados ou sem aviso, e total submissão das causas à opinião do mundo — uma garantia virtual da integridade territorial e da independência política”.⁶

Mas, de início, Wilson evitou oferecer a participação americana nessa “associação universal”. Finalmente, em janeiro de 1917, ele deu o salto e defendeu a participação americana, invocando, surpreendentemente, a Doutrina de Monroe como modelo:

Estou propondo, em suma, que as nações, num acordo, adotem a doutrina do presidente Monroe como a doutrina do mundo: que nação nenhuma deve querer estender suas políticas a nenhuma outra nação ou povo [...] que todas as nações devem, doravante, evitar alianças comprometedoras, que as levem a competições de poder [...].⁷

O México provavelmente ficou estupefato em saber que o presidente do país que lhe tomara um terço do território, no século XIX, e mandara tropas ao México no ano anterior, apresentava agora a Doutrina de Monroe como garantia da integridade territorial de nações irmãs e como exemplo clássico de cooperação internacional.

O idealismo de Wilson não ia ao ponto de crer que suas opiniões conquistariam a Europa por méritos inerentes. Dispôs-se, então, a suplementar argumentos com pressões. Pouco depois que os Estados Unidos entraram na guerra, em abril de 1917, ele escreveu ao coronel House: “Quando acabar a guerra, vamos forçar-lhes nossa maneira de pensar, pois até lá eles estarão, entre outras coisas, financeiramente em nossas mãos”.⁸ Mas naquele momento, vários aliados delongaram suas respostas à ideia de Wilson. Apesar

de lhes ser muito difícil concordar com opiniões tão estranhas às suas tradições, eles precisavam demais dos Estados Unidos para expressar suas reservas.

Em fins de outubro de 1917, Wilson despachou o coronel House para pedir aos europeus que formulassem objetivos de guerra que refletissem o seu proclamado objetivo de paz, sem anexações ou indenizações, monitorada por uma autoridade mundial. Por vários meses, Wilson evitou manifestar opinião, pois, como explicou a House, a França e a Itália poderiam objetar, se os Estados Unidos denotassem dúvida quanto à justiça das suas aspirações territoriais.⁹

Finalmente, em 8 de janeiro de 1918, Wilson passou à ação. Com extraordinária eloquência e elevação, anunciou os objetivos de guerra americanos, em uma sessão conjunta do congresso americano, apresentando-os na forma de Quatorze Pontos, divididos em duas partes. Marcou oito pontos como obrigatórios, no sentido de que “tinham” de ser cumpridos. Entre eles a diplomacia aberta, a liberdade dos mares, o desarmamento geral, a remoção de barreiras comerciais, o acerto imparcial de reivindicações coloniais, a restauração da Bélgica, a evacuação do território russo e, joia da coroa, uma Liga das Nações.

Wilson apresentou os seis pontos restantes, mais específicos, com a declaração de que “deveriam,” em lugar de “tinham de”, ser alcançados, talvez por achar que não eram absolutamente indispensáveis. Surpreendentemente, a restauração da Alsácia-Lorena na França estava na categoria não obrigatória, embora a determinação de recuperar aquela área houvesse sustentado a política francesa por meio século e por imensos sacrifícios, sem precedentes, na guerra. Outras metas “desejáveis” eram autonomia para as minorias dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, o ajuste das fronteiras da Itália, a evacuação dos Bálcãs, a internacionalização dos Dardanelos e uma Polônia independente, com acesso ao mar. Estaria Wilson indicando que estas seis condições dependiam de acordo? O acesso da Polônia ao mar e a modificação das fronteiras da Itália, certamente, seriam difíceis de

conciliar com o princípio da autodeterminação e foram, por isso, as primeiras falhas na simetria moral do plano de Wilson.

Wilson concluiu sua apresentação com um apelo à Alemanha, em nome do espírito conciliatório com que a América abordaria a construção de uma nova ordem internacional — uma atitude que bania objetivos de guerra históricos:

Não regateamos sobre seus feitos, superioridade de aprendizagem e iniciativas pacíficas, que fazem sua história tão ilustre e invejável. Não nos move prejudicá-la ou obstruir; de maneira alguma, sua influência ou poder legítimos. Não desejamos atingi-la com armas ou arranjos comerciais hostis, se ela estiver disposta a associar-se conosco e com as outras nações do mundo, amantes da paz, em pactos de justiça, lei e bons princípios. Só queremos que ela aceite um lugar de igualdade entre os povos do mundo [...].¹⁰

Nunca dantes tão revolucionárias metas se fixaram com tão poucas diretrizes para sua consecução. O mundo que Wilson propunha teria base no princípio e não no poder; na lei, não no interesse — do vencedor e do vencido; em outras palavras, uma inversão total da experiência histórica e dos métodos das grandes potências. Simbolizou isso a maneira como Wilson descreveu o papel dos Estados Unidos, e o seu, na guerra. A América havia se unido ao que, devido à aversão de Wilson à palavra “aliado”, ele chamou de “um lado” de uma das guerras mais brutais da história, e Wilson agia como se fosse o principal mediador; Wilson parecia dizer que a guerra fora travada não para se alcançarem certas condições específicas, mas para engendrar uma determinada atitude de parte da Alemanha. A guerra tratava de conversão, não de geopolítica.

Em discurso no Guildhall de Londres, em 29 de dezembro de 1918, após o armistício, Wilson condenou explicitamente o equilíbrio de poder por instável e baseado “numa vigilância invejosa e num antagonismo de interesses”.

Eles (os soldados aliados) lutaram para acabar com uma velha ordem e criá-la nova, e o ponto central e característico da velha ordem era aquela coisa instável que costumávamos chamar “equilíbrio de poder” — obtido

pela espada, posta de um lado ou de outro; um equilíbrio criado pelo balanço instável dos interesses competitivos [...] Os homens que lutaram nesta guerra eram homens de nações livres, determinados a acabar com esse tipo de coisa de uma vez por todas.¹¹

Wilson estava muito certo quanto às nações europeias terem criado a maior confusão. Contudo, não o equilíbrio de poder, mas a abdicação dele, por parte da Europa, causara o desastre da Primeira Guerra Mundial. Os governos da Europa de antes da guerra haviam esquecido o equilíbrio de poder histórico e deixado de fazer as adaptações periódicas que evitavam grandes desfechos. Em seu lugar, haviam posto um mundo bipolar, muito menos flexível que o futuro mundo da Guerra Fria, pois lhe faltavam as inibições cataclísmicas da Era Nuclear. Enquanto louvavam o equilíbrio da boca para fora, os líderes da Europa cortejavam os elementos mais nacionalistas da sua opinião pública. Nem os acordos militares nem os políticos permitiam qualquer flexibilidade; não havia válvula de segurança entre o *status quo* e a conflagração. Isso levava a crises sem solução e a posturas públicas intermináveis que, por fim, não tinham volta.

Wilson identificou com precisão alguns dos principais desafios do século XX — em especial, como colocar o poder a serviço da paz. Mas suas soluções muitas vezes aumentavam os problemas que via. Ele atribuía a competição entre os estados à ausência de autodeterminação e a motivos econômicos. No entanto, a história enumera muitas causas mais frequentes da competição, dentre elas o engrandecimento nacional e a exaltação do governante ou do grupo governante. Desdenhoso de tais impulsos, Wilson achava que a difusão da democracia os controlaria, e a autodeterminação os privaria de seus pontos focais.

O remédio de Wilson, segurança coletiva, pressupunha as nações do mundo unidas contra a agressão, a injustiça e, presumivelmente, o egoísmo excessivo. Em discurso diante do senado, no início de 1917, Wilson afirmou que direitos iguais entre os estados eram a precondição para a manutenção da paz pela segurança coletiva, independentemente do poder de cada nação.

O direito deve estar baseado na força comum, não na força individual, das nações de cujo concerto dependerá a manutenção da paz. Obviamente, não há como existir igualdade de territórios ou de recursos; nem outro tipo de igualdade não conquistada por meio do desenvolvimento comum pacífico e legítimo dos próprios povos. Porém ninguém pede, ou espera, mais que igualdade de direitos. A humanidade procura agora a liberdade da vida e não contrabalanços de poder.¹²

Wilson propunha uma ordem mundial em que a resistência à agressão fosse baseada na moral, não em critérios geopolíticos. As nações perguntar-se-iam se um ato era injusto, não se era ameaçador. Apesar de os aliados dos Estados Unidos não crerem muito nesse novo arranjo, sentiam-se fracos demais para contestá-lo. Eles sabiam, ou acreditavam saber, como calcular o equilíbrio baseado no poder, mas não achavam que nem eles próprios nem ninguém soubesse como calcular com base em preceitos morais.

Antes da entrada dos americanos na guerra, as democracias europeias jamais ousaram expressar dúvidas abertamente sobre as ideias de Wilson, aliás, sempre tentaram obter seu apoio, sendo indulgentes com ele. Quando os Estados Unidos, finalmente, juntaram-se aos aliados, estes já estavam no desespero. As forças combinadas da Inglaterra, França e Rússia não tinham sido suficientes para vencer a Alemanha e, na esteira da Revolução Russa, temiam que a entrada dos Estados Unidos na guerra apenas compensasse o colapso da Rússia. O Tratado de Brest-Litovsk com a Rússia mostrava que tipo de destino a Alemanha tinha em mente para os perdedores. O medo de uma vitória alemã evitava que a Inglaterra e a França discutissem objetivos de guerra com seu idealista parceiro americano.

Após o armistício, os aliados viram-se em melhor posição para expressar suas ressalvas. Não seria a primeira vez que uma aliança europeia era abalada ou quebrada após a vitória (por exemplo, o Congresso de Viena atravessou uma fase em que os vencedores se ameaçavam de guerra). Mas os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial estavam exangues, e por demais dependentes do gigante

americano, para arriscar um diálogo impertinente com ele, ou sua retirada do acordo de paz.

Especialmente no que dizia respeito à França, agora em posição verdadeiramente trágica. Durante dois séculos ela lutara pela supremacia na Europa, porém, diante das consequências da guerra, não se achava nem capaz de proteger suas próprias fronteiras contra um inimigo derrotado. Os franceses sentiam que conter a Alemanha estava além da capacidade de sua sociedade destruída. A guerra exaurira a França, e a paz continha premonições de mais catástrofes. A França, que lutara por sua existência, lutava agora por sua identidade. Não ousava ficar sozinha; e seu aliado mais poderoso propunha uma paz sobre princípios que transformavam a segurança num processo judicial.

A vitória deu consciência à França de que a revanche lhe custaria caro e que ela estava vivendo, havia quase um século, de consumir seu capital. Só a França sabia como era fraca em relação à Alemanha, e mais ninguém, especialmente a América, acreditava nessa realidade. Então, às vésperas da vitória, teve início um diálogo franco-americano que acelerou o processo da desmoralização francesa. Como Israel, no período moderno, a França mascarava sua vulnerabilidade, sendo irritada, e disfarçava com intransigências um pânico incipiente. E como Israel no período moderno, vivia em perigo constante de isolamento.

Apesar de os aliados da França insistirem que suas apreensões eram exageradas, os franceses sabiam bem do que estavam falando. Em 1880, os franceses eram 15,7% da população da Europa. Em 1900, esse número caíra para 9,7%. Em 1920, a França tinha 41 milhões de habitantes e a Alemanha 65 milhões de habitantes, fazendo com que o estadista francês, Briand, respondesse às críticas quanto à sua política conciliatória em relação à Alemanha com o argumento de que aquela era a política externa da taxa de natalidade da França.

O declínio econômico relativo da França era ainda mais dramático. Em 1850, a França fora a maior nação industrial do

continente. Em 1880, a produção alemã de aço, carvão e ferro superava a da França. Em 1913, a França produziu 41 milhões de toneladas de carvão, comparadas com 279 milhões de toneladas da Alemanha; no final da década de 1930, a disparidade se ampliaria para 47 milhões de toneladas produzidas pela França contra um total alemão de 351 milhões de toneladas.¹³

A força residual do inimigo derrotado foi a diferença fundamental entre as ordens internacionais pós-Viena e pós-Versalhes, e a razão para esse estado de coisas era a desunião dos vencedores após Versalhes. Uma coalizão de potências derrotou Napoleão e uma coalizão de potências foi necessária para vencer a Alemanha imperial. Mesmo depois de perder; ambos os vencidos — a França em 1815 e a Alemanha em 1918 — eram fortes o suficiente para vencer qualquer dos membros das coalizões isoladamente, talvez até mesmo uma combinação de dois deles. A diferença foi que, em 1815, os promotores da paz, no Congresso de Viena, permaneceram unidos e formaram a Aliança Quádrupla — uma coalizão forte de quatro potências que poderia esmagar quaisquer sonhos revisionistas. No período pós-Versalhes, os vencedores não permaneceram aliados, os Estados Unidos e a Rússia retiraram-se completamente e a Inglaterra mostrava-se assaz ambivalente com respeito à França.

Só no período pós-Versalhes, a França chegou à dura conclusão de que sua derrota pela Alemanha em 1871 não fora uma aberração. A única maneira como a França poderia manter sozinha o equilíbrio com a Alemanha seria dividir a Alemanha nos estados que a compunham, talvez restabelecer a Confederação Germânica do século XIX. Na realidade, a França o quis, ao estimular o separatismo na Renânia e ao ocupar as minas de carvão do Sarre.

Dois obstáculos, no entanto, impediam a divisão da Alemanha. Um deles era que Bismarck se dedicara a uma construção sólida. A Alemanha criada por ele preservou seu sentido de unidade mediante derrotas em duas guerras mundiais, da ocupação francesa da região do Ruhr em 1923 e da imposição soviética de um estado satélite na Alemanha Oriental, durante uma geração, após a Segunda Guerra

Mundial. Quando o Muro de Berlim caiu, em 1989, o presidente francês, Mitterrand, flertou brevemente com a ideia de cooperar com Gorbachev para obstruir a unificação alemã. Porém Gorbachev estava muito ocupado com problemas internos para entrar numa aventura dessa natureza, e a França não era forte o suficiente para fazê-lo por si só. Uma debilidade francesa semelhante impediu a divisão da Alemanha, em 1918. Mesmo se a França estivesse a altura da tarefa, seus aliados, em especial os Estados Unidos, não teriam tolerado uma violação tão crassa do princípio da autodeterminação. Mas Wilson tampouco estava em condições de insistir em uma paz de reconciliação. No final, ele concordou com várias cláusulas punitivas que contrariavam o tratamento igualitário prometido pelos Quatorze Pontos.

Conciliar o idealismo americano com os pesadelos da França estava além da engenhosidade humana. Wilson trocou a modificação dos Quatorze Pontos pelo estabelecimento da Liga das Nações, com que ele contava para sanar queixas legítimas não consideradas pelo tratado de paz. A França concordou com muito menos medidas punitivas do que julgava proporcionais aos seus sacrifícios, na esperança de um compromisso americano de longo prazo com a segurança francesa. Por fim, ninguém atingiu seu objetivo: a Alemanha não se reconciliou, a França não se tornou segura e os Estados Unidos retiraram-se do acordo.

Wilson foi a estrela da Conferência de Paz, que se realizou em Paris, entre janeiro e junho de 1919. Numa época em que uma viagem de navio à Europa levava uma semana, vários conselheiros de Wilson opinaram que um presidente americano não se podia dar ao luxo de sair de Washington por meses a fio. Na verdade, em sua ausência, a força de Wilson no congresso americano realmente deteriorou, e custou caro, quando o tratado de paz teve de ser ratificado. Ausência de Wilson à parte, é quase sempre um erro chefes de estado assumirem os detalhes de uma negociação. Ficam obrigados a dominar aspectos normalmente geridos por seus ministérios do exterior e avêm-se com assuntos mais próprios de subordinados, enquanto têm dificuldade de lidar com questões que

só chefes de estado podem solucionar. Como ninguém chega ao cargo mais alto sem um ego bem desenvolvido, o meio-termo fica difícil e os impasses, perigosos. E quando as posições internas dos interlocutores dependem tanto de, pelo menos, uma aparência de sucesso, as negociações passam a concentrar-se mais em ocultar divergências do que na essência de um problema.

Foi a sina de Wilson em Paris. A cada mês que passava, mais ele se metia na discussão de detalhes que jamais o haviam interessado. Quanto mais tempo ficava, mais a sensação de urgência em fechar questões superava o desejo de uma ordem internacional inteiramente nova. O resultado final tornou-se inevitável, ante o procedimento usado para negociar o tratado de paz. Com o tempo descomunal dedicado a questões territoriais, a Liga das Nações apareceu como *deus ex machina* que depois resolveria a distância cada vez maior entre as proclamações morais de Wilson e os verdadeiros termos do acordo.

Lloyd George, o galês atilado que representava a Inglaterra, prometera aos eleitores, pouco antes da Conferência de Paz, espremer a Alemanha, "até virar-lhe os bolsos", para fazê-la pagar os custos da guerra. Mas, ante uma Alemanha volátil e uma França inquieta, concentrou-se em manobrar entre Clemenceau e Wilson. No final, subscreveu as cláusulas punitivas, deixando à Liga o mecanismo de corrigir quaisquer injustiças.

Pela França, falava Clemenceau, personagem marcado pela guerra e já entrado em anos. Chamavam-no "o Tigre", era um veterano de décadas de batalhas internas, da deposição de Napoleão III à defesa do capitão Dreyfus. Mas, na Conferência de Versalhes, ele atribuiu-se uma tarefa além até mesmo de sua imensa ferocidade. Lutando por uma paz que de certa maneira anularia o trabalho de Bismarck e reafirmaria o estilo de Richelieu no continente, ele forçou a tolerância do sistema internacional e mesmo o disponível de sua própria sociedade. O relógio não poderia andar 150 anos para trás. Nenhuma nação acompanhava ou bem compreendia os objetivos da França. O desengano foi o quinhão de Clemenceau, e a desmoralização progressiva o futuro da França.

Vittorio Orlando, primeiro-ministro italiano, era o último dos “Quatro Grandes”. Apesar de talentoso, ele era ofuscado por seu enérgico ministro do exterior, Sidney Sonnino. Os italianos, como se constatou, vieram a Paris receber o botim, não para elaborar uma nova ordem mundial. Os aliados haviam atraído a Itália para a guerra prometendo-lhe o Tirol do sul e a costa da Dalmácia, no Tratado de Londres de 1915. Sendo o sul do Tirol austro-alemão e a costa dálmata eslava, as reivindicações da Itália colidiam de frente com o princípio da autodeterminação. Contudo, Orlando e Sonnino criaram um tal impasse na conferência que, por exasperação total, o sul do Tirol (mas não a Dalmácia) foi entregue à Itália. Este “acerto” mostrou que os Quatorze Pontos não estavam escritos em granito e abriu as comportas para vários outros ajustes contrários ao princípio declarado da autodeterminação, sem melhorar o antigo equilíbrio de poder nem criar um novo.

Ao contrário do Congresso de Viena, a Conferência de Paz de Paris não incluiu as potências derrotadas. Como resultado, os meses de negociações deixaram os alemães sob uma nuvem de incerteza que estimulou ilusões. Eles recitavam os Quatorze Pontos de Wilson como se os tivessem decorado e, apesar de que seu próprio programa de paz teria sido brutal, acreditaram que o acordo final dos aliados seria relativamente brando. Desse modo, quando os promotores da paz mostraram seu trabalho, em junho de 1919, os alemães ficaram abismados e dedicaram-se a miná-lo sistematicamente durante duas décadas.

A Rússia de Lênin, também não convidada, desancou a coisa toda com o argumento de que era uma orgia capitalista montada por países cuja meta era intervir na guerra civil da Rússia. E, assim, foi que a paz que encerrou “a guerra para acabar com todas as guerras” não incluiu as duas nações mais fortes da Europa — Alemanha e Rússia — que, entre elas, tinham mais da metade da população da Europa e somavam, de longe, o maior potencial militar. Só este fato bastava para condenar o acordo de Versalhes.

Os procedimentos tampouco estimulavam uma abordagem completa. Os Quatro Grandes — Wilson, Clemenceau, Lloyd George

e Orlando — eram as figuras dominantes, mas não foram capazes de controlar o andamento como os ministros das grandes potências haviam dominado o Congresso de Viena, um século antes. Os homens de Viena concentraram-se em criar um novo equilíbrio de poder, tendo o Plano Pitt como projeto geral. Os líderes de Paris perdiam tempo numa série interminável de coisas secundárias.

Foram convidados 27 estados. Imaginada como fórum de todos os povos do mundo, a conferência, no final, virou balbúrdia. O Conselho Supremo — composto pelos chefes de governo da Inglaterra, da França, da Itália e dos Estados Unidos — era a mais alta das inúmeras comissões e seções que formavam a conferência. Além dele, havia o Conselho dos Cinco, composto pelo Conselho Supremo mais o chefe do governo do Japão; e um Conselho dos Dez, que era o Conselho dos Cinco e seus ministros do exterior. Os países menores podiam dirigir-se aos grupos mais de elite e colocar suas preocupações. Isso acentuava a natureza democrática da conferência, mas tomava muito tempo.

Não havendo consenso sobre a agenda antes da conferência, os delegados chegavam sem saber em que ordem as questões seriam abordadas. Daí, a Conferência de Paris acabar com 58 comitês diferentes. A maioria tratava de questões territoriais. Havia um comitê separado para cada país. E ainda comissões de crimes e criminosos de guerra, de reparações, portos, vias navegáveis e ferrovias, de trabalho e, finalmente, um comitê da Liga das Nações. No todo, os membros das comissões da conferência compareceram a 1.646 reuniões.

Discussões sem fim sobre temas periféricos fugiam ao fato central de que, para uma paz estável, o acordo precisava de um conceito estelar, que tudo englobasse — especialmente uma perspectiva longa do papel futuro da Alemanha. Teoricamente, os princípios americanos de segurança coletiva e autodeterminação desempenhavam este papel. Na prática, a verdadeira questão da conferência, que se mostrou insolúvel, era a diferença entre o conceito americano de ordem internacional e a concepção dos europeus, especialmente dos franceses. Wilson rejeitava a ideia de

que conflitos internacionais tinham causas estruturais. Julgando a harmonia algo natural, Wilson lutou por instituições que varressem a ilusão dos interesses conflitantes e firmassem o senso básico de uma comunidade global.

A França, palco de muitas guerras europeias, ela própria atuante em várias outras, não se convenceu de que interesses nacionais conflitantes eram ilusões e de que existia uma harmonia nebulosa e latente, até então escondida, na humanidade. Duas ocupações alemãs em 50 anos faziam a França obsessivamente temerosa de outro ciclo de conquistas. Ela queria garantias tangíveis de segurança e deixava a outros o aperfeiçoamento moral do homem. Mas garantias tangíveis significavam Alemanha fraca ou compromisso de outros países, especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra, ficarem ao lado da França em caso de outra guerra.

Opondo-se os Estados Unidos ao desmembramento da Alemanha, e sendo a segurança coletiva por demais etérea para os franceses, a solução que restava para o problema da França era uma promessa americana e inglesa de defendê-la. Precisamente no que os países anglo-saxões relutavam. Sem compromisso à vista, a França ficou circunscrita a expedientes. A geografia protegia a América e a rendição da esquadra alemã resolvera as preocupações inglesas acerca do controle dos mares. Só à França, entre os vencedores, se pedia descansar sua segurança na opinião mundial. André Tardieu, um dos principais negociadores franceses, argumentou que:

A França, como a Inglaterra e os Estados Unidos, precisa de uma zona de segurança [...] Essa zona, as potências navais criam com suas esquadras e com a eliminação da marinha alemã. A França, desprotegida pelo oceano e incapaz de eliminar os milhões de alemães treinados para a guerra, deve organizá-la no Reno, com a ocupação interaliada daquele rio.¹⁴

Mas o pedido da França de separar-se a Renânia da Alemanha era contrário à convicção americana de que "a paz assim alcançada seria contra tudo que sempre defendemos".¹⁵ A delegação

americana argumentou que separar a Renânia da Alemanha e guarnecê-la com tropas aliadas provocaria um ressentimento alemão permanente. Philip Kerr, delegado inglês, disse a Tardieu que a Inglaterra considerava um estado renano independente “fonte de complicações e fraqueza [...] Se houver conflitos locais, aonde levarão? Se levarem à guerra, a Inglaterra e os Domínios não terão com a França a solidariedade que os animou desta última vez”.¹⁶

Os líderes franceses estavam muito menos aflitos com futuros ressentimentos alemães, e atentos, sim, ao poder da Alemanha em si. Tardieu sustentou sua posição:

O senhor diz que a Inglaterra não gosta de ter tropas inglesas empregadas fora de casa. Mas é um fato. A Inglaterra sempre teve tropas na Índia e no Egito. Por quê? Porque sabe que sua fronteira não está em Dover [...] *Pedir que renunciemos à ocupação é como pedir à Inglaterra e aos Estados Unidos que afundem seus navios de guerra.*¹⁷

Se fosse negado à França um estado-tampão, seria preciso dar-lhe alguma outra garantia, de preferência uma aliança com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em último caso, a França estava disposta a aceitar uma interpretação do conceito de segurança coletiva que desse o mesmo resultado de uma aliança tradicional.

Wilson estava tão enlevado com a Liga das Nações que ocasionalmente formulava teorias favoráveis às expectativas francesas. Várias vezes Wilson descreveu a Liga como um tribunal internacional para adjudicar disputas, alterar fronteiras e instilar nas relações internacionais uma elasticidade muito necessária. Um dos assessores de Wilson, o doutor Isaiah Bowman, resumiu as ideias de Wilson num memorando escrito a bordo do navio que os levava à Conferência de Paz, em dezembro de 1918. A Liga proveria o seguinte:

[...] integridade territorial mais a alteração posterior de termos e de fronteiras, se ficasse comprovada uma injustiça ou mudassem as condições. Essa alteração seria bem mais fácil com o correr do tempo, pois os ânimos arrefeceriam e as questões examinar-se-iam à luz da justiça e não no calor de uma conferência de paz ao fim de uma longa

guerra [...]. O contrário disso seria manter a ideia das grandes potências e do equilíbrio de poder, ideia que só produzira “agressão, egoísmo e guerra”.¹⁸

Após a sessão plenária de 14 de fevereiro de 1919, onde Wilson revelou o Acordo da Liga, ele usou termos quase idênticos com sua mulher: “Este é o primeiro grande passo à frente, pois vejo agora, mais que nunca, que, uma vez estabelecida, a Liga pode arbitrar e corrigir erros inevitáveis no tratado que fazemos no momento”.¹⁹

Na ideia de Wilson, a Liga das Nações teria o duplo mandato de impor a paz e retificar suas iniquidades. No entanto, Wilson vivia uma profunda ambivalência. Seria impossível encontrar um único exemplo histórico de fronteiras europeias alteradas por apelos à justiça ou processos puramente legais; em quase todos os casos, foram modificadas — ou defendidas — em nome de interesses nacionais. Contudo, ele sabia bem que o povo americano não estava, nem de longe, disposto a um engajamento militar em defesa dos dispositivos do Tratado de Versalhes. Na essência, as ideias de Wilson previam instituições equivalentes a um governo mundial, coisa que o povo americano aceitava ainda menos que uma polícia global.

Wilson tentou contornar o problema, mencionando a opinião pública mundial e não um governo mundial ou uma força militar global como castigo maior contra a agressão. Abordou a questão para a Conferência de Paz, em fevereiro de 1919, da seguinte maneira: “[...] por meio deste instrumento (a Liga das Nações) passamos a depender, básica e principalmente, de uma grande força, a força moral da opinião pública do mundo [...]”.²⁰

Aquilo que a opinião pública não fosse capaz de solucionar, a pressão econômica certamente realizaria. De acordo com o Memorando Bowman: “Em casos de disciplina, havia a alternativa da guerra, a saber, o boicote; o comércio, inclusive os meios postais e cabográficos, poderiam ser negados ao estado infrator”.²¹

Nenhum estado europeu jamais vira tais mecanismos em funcionamento nem era capaz de acreditar em sua exequibilidade.

Pelo menos, era demais esperar isso da França, que perdera tanto sangue e tesouro para simplesmente sobreviver e descobrir-se diante de um vazio na Europa do Leste e de uma Alemanha cuja força era muito maior que a sua.

Para a França, portanto, a Liga das Nações tinha só um propósito, o de ativar a assistência militar contra a Alemanha, se fosse necessário. País antigo e, àquela altura, exaurido, a França não conseguia confiar na premissa da segurança coletiva de que todas as nações veriam as ameaças da mesma maneira e chegariam a conclusões idênticas sobre a forma de resistir às mesmas. Se a segurança coletiva falhasse, os Estados Unidos — e talvez a Inglaterra — em último caso, poderiam defender-se sozinhos. Mas, para a França, não havia último recurso; ela tinha de estar certa na primeira vez. Se a suposição básica da segurança coletiva não se verificasse, a França, ao contrário dos Estados Unidos, não poderia apelar a outra guerra tradicional; deixaria de existir. A França, portanto, não buscava um compromisso geral, mas uma garantia aplicável às suas circunstâncias específicas. E esta, a delegação americana recusou-se a dar.

Embora a relutância de Wilson em comprometer a América a mais que uma declaração de princípios fosse compreensível, à luz das suas pressões internas, ela agravava os pressentimentos da França. Os Estados Unidos nunca hesitaram em usar de força para pôr em prática a Doutrina de Monroe que Wilson invocava a toda hora para sua nova ordem internacional. No entanto, ficavam cheios de dedos na questão das ameaças alemãs ao equilíbrio de poder. Não seria o equilíbrio europeu um interesse de segurança menor para os Estados Unidos que as condições do continente americano? Para remover essa distinção, o representante francês no comitê respectivo, Léon Bourgeois, continuou insistindo num exército internacional ou em qualquer outra forma que dotasse a Liga das Nações de mecanismos de atuação automática, caso a Alemanha revogasse o Tratado de Versalhes — única causa de guerra que interessava à França.

Por um breve momento, Wilson pareceu endossar o conceito, ao referir-se ao acordo proposto como uma garantia das “escrituras de terras do mundo”.²² Mas a comitiva de Wilson ficou escandalizada. Seus membros sabiam que o senado jamais ratificaria um exército internacional ou um compromisso militar permanente. Um dos conselheiros de Wilson argumentou mesmo que estipular o uso da força para resistir à agressão seria inconstitucional: “Uma séria objeção a tal dispositivo é que seria nulo num tratado dos Estados Unidos, pois pela constituição só o congresso tem o poder de declarar guerra. Uma guerra automática, a partir de uma condição contida em tratado, não é guerra declarada pelo congresso”.²³

Ao pé da letra, uma aliança com os Estados Unidos jamais teria validade.

Wilson, rapidamente, voltou para a terra firme da doutrina de segurança coletiva. Ao rejeitar a proposta da França, considerou desnecessário o mecanismo de reação automática, pois a Liga em si inspiraria total confiança ao mundo. Sustentou que “o único método [...] é confiar na boa-fé dos membros da Liga [...] Quando chegar o perigo, chegaremos nós também, podeis confiar”.²⁴

Confiança não é mercadoria abundante entre diplomatas. Com a sobrevivência das nações em jogo, os estadistas querem garantias mais práticas — especialmente numa situação precária como a da França. A capacidade de persuasão americana residia na ausência de alternativa; por ambíguas que fossem as obrigações da Liga, eram melhor que nada. Lorde Cecil, da delegação inglesa, disse-o, censurando Léon Bourgeois pela ameaça de não entrar na Liga, se não houvesse mecanismos de imposição. “Os Estados Unidos”, disse Cecil a Bourgeois, “nada tinham a ganhar com a Liga das Nações [...] poderiam deixar de lado os assuntos europeus e ir cuidar dos seus; o apoio oferecido pelos americanos era uma dádiva para a França [...]”.²⁵

Mesmo coberta de dúvidas e maus agouros, a França, finalmente, cedeu à dura lógica do argumento inglês e concordou com a tautologia contida no Artigo 10 da Carta da Liga das Nações:

“O Conselho notificará sobre os meios pelos quais esta obrigação (a preservação da integridade territorial) será cumprida”.²⁶ Ou seja, em caso de emergência, a Liga das Nações concordaria com o que lhe fosse possível concordar. Era o que as nações do mundo normalmente fariam, mesmo se não existisse uma liga; e era precisamente o caso que as alianças tradicionais tentavam remediar com uma obrigação formal de assistência mútua, em certas circunstâncias.

Um memorando francês mostrou secamente a pobreza dos dispositivos de segurança da proposta Liga:

Se no lugar do entendimento militar defensivo — realmente muito limitado — entre a Inglaterra e a França, em 1914, não existisse outro vínculo entre os dois países além das disposições gerais contidas no Acordo da Liga, a intervenção britânica não teria sido imediata, assegurando a vitória da Alemanha. É nossa convicção, portanto, que nas presentes condições a ajuda prevista pelo Acordo da Liga chegaria tarde demais.²⁷

Uma vez claro que os Estados Unidos se recusavam a incorporar ao Acordo dispositivos concretos de segurança, a França retomou a pressão para desmembrar a Alemanha. Propôs uma república renana independente como tampão desmilitarizado e tentou incentivar esse estado ao isentá-lo de reparações. Quando os Estados Unidos e a Inglaterra se esquivaram, a França sugeriu que pelo menos a Renânia fosse apartada da Alemanha até as instituições da Liga estarem prontas e seus mecanismos de execução testados.

Para apaziguar a França, Wilson e os ingleses ofereceram em lugar do desmembramento da Alemanha um tratado garantindo o novo acordo. Estados Unidos e Inglaterra iriam à guerra se a Alemanha violasse o acordo. Assemelhava-se ao acordo dos aliados no Congresso de Viena, para se garantirem contra a França. Havia, porém, uma diferença importante: após as Guerras Napoleônicas, os aliados acreditavam mesmo na ameaça francesa e procuraram segurança contra ela; após a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra e os Estados Unidos não acreditavam de fato numa ameaça alemã;

ofereceram garantias sem estarem convencidos de que fossem necessárias e sem que estivessem particularmente decididos a cumpri-las.

O principal negociador francês exultou com a garantia inglesa “sem precedentes”. A Inglaterra entrara ocasionalmente em acordos temporários, disse ele, mas nunca se submetera a uma obrigação permanente: “Emprestou, por vezes, sua ajuda; jamais comprometeu-se em fornecê-la”.²⁸ Tardieu também considerou o compromisso americano uma mudança igualmente significativa do seu padrão histórico de isolacionismo.²⁹

No afã de garantias formais, os franceses desprezaram o fato crucial de que as decisões anglo-saxônicas “sem precedentes” eram mais uma tática para induzir a França a abrir mão da exigência de desmembrar a Alemanha. Em política externa, o termo “sem precedentes” é sempre suspeito, pois o escopo da inovação é muito circunscrito pela história, pelas instituições internas e pela geografia.

Se Tardieu estivesse a par da reação dos delegados americanos, veria o quanto era tênue a garantia. Os conselheiros de Wilson foram unânimes na oposição ao chefe. Pois não fora a nova diplomacia explicitamente criada para eliminar esse tipo de compromisso nacional? A América entrara em guerra para, no fim, ver-se envolvida numa aliança tradicional? House escreveu em seu diário:

Creio que devo chamar a atenção do presidente para os perigos de um tratado dessa natureza. Entre outras coisas, seria considerado um golpe direto na Liga das Nações. Cumpra à Liga fazer exatamente o que este tratado propõe, e se é necessário que as nações contratem assim, para que a Liga das Nações?³⁰

A pergunta era legítima, pois se a Liga atuasse como fora anunciado, a garantia era desnecessária; e se a garantia era necessária, a Liga não respondia aos objetivos, e toda a conceituação de pós-guerra ficaria sob dúvida. Os isolacionistas do senado americano tinham seus próprios receios. Não estavam preocupados quanto ao ponto de que a garantia conflitava com a

Liga e sim com o fato de que os desonestos europeus estavam arrastando a América para sua velha teia de enredos corruptos. A garantia não durou muito tempo. A recusa do senado em ratificar o Tratado de Versalhes trouxe a questão de volta à tona; e a Inglaterra aproveitou-se do pretexto para também livrar-se do compromisso. A renúncia da França às suas reivindicações foi permanente e a garantia, efêmera.

De todas essas contracorrentes, saiu, afinal, o Tratado de Versalhes, chamado assim por ter sido assinado na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes. O local parecia inculcar humilhações desnecessárias. Cinquenta anos antes, Bismarck proclamara ali, sem tato algum, a unificação da Alemanha; agora, os vencedores faziam ali seu próprio insulto. Também o trabalho feito não era de molde a acalmar o clima internacional. Punitivo demais para a conciliação e por demais tolerante para impedir que a Alemanha se recuperasse, o tratado de Versalhes condenou as democracias exauridas à vigilância permanente e à necessidade de ações constantes contra uma Alemanha revisionista e irreconciliável.

Apesar dos Quatorze Pontos, o tratado foi punitivo nas seções territoriais, econômicas e militares. A Alemanha teve de abrir mão de 13% do seu território de antes da guerra. A Alta Silésia, tão importante economicamente, foi entregue a uma Polônia recém-criada, que recebeu também uma saída para o mar Báltico e a área ao redor de Posen, criando-se o "Corredor Polonês," que separou a Prússia Oriental do restante da Alemanha. O minúsculo território de Eupen e Malmédy foi dado à Bélgica e a Alsácia-Lorena devolvida à França.

A Alemanha perdeu suas colônias; o *status* legal destas criou um atrito entre Wilson, de um lado, e a França, a Inglaterra e o Japão, do outro, todos os três querendo anexar o seu lote da pilhagem. Wilson insistia que uma transferência assim direta violaria o princípio da autodeterminação. Os aliados chegaram finalmente ao chamado Princípio do Mandato, tão engenhoso quanto hipócrita. As colônias alemãs, como os ex-territórios otomanos no Oriente Médio, foram entregues aos vários vencedores com o "mandato", sob a

supervisão da Liga, de facilitar sua independência. O que isso significava jamais se soube direito, e os mandatos, afinal, não fizeram independência mais rápida que em outras áreas coloniais.

As restrições militares do tratado reduziram o exército alemão a 100 mil voluntários e sua marinha a seis cruzadores e alguns navios menores. A Alemanha foi proibida de possuir armas ofensivas como submarinos, aviões, tanques ou artilharia pesada, e seu estado-maior foi dissolvido. Para supervisionar o desarmamento alemão, foi criada uma comissão de controle militar dos aliados, com uma autoridade, ao que se viu, extremamente vaga e ineficaz.

A despeito da promessa eleitoral de Lloyd George, de “espremer” a Alemanha, os aliados começaram a perceber que uma Alemanha economicamente prostrada poderia produzir uma crise econômica mundial que afetaria a eles mesmos. Mas as populações vitoriosas mostraram pouco interesse pelas advertências de economistas teóricos. Os ingleses e franceses exigiram que a Alemanha indenizasse sua população civil por todos os danos causados. Contra sua vontade, Wilson finalmente concordou com um dispositivo pelo qual a Alemanha pagaria pensões às vítimas de guerra e alguma compensação para as famílias. Jamais se ouvira falar antes nisso; nenhum tratado de paz europeu tivera uma cláusula dessas. Não se fixou um montante para as reivindicações; seria determinado posteriormente, gerando uma fonte de controvérsias inesgotável.

Outras penalidades econômicas incluíam o pagamento imediato de 5 bilhões de dólares em dinheiro ou em produto. A França receberia grandes quantidades de carvão, como compensação pela destruição das suas minas, durante a ocupação alemã do leste da França. Para compensar os navios afundados pelos submarinos alemães, a Inglaterra recebeu grande parte da marinha mercante alemã. O capital e os bens da Alemanha no exterior, totalizando sete bilhões de dólares, foram confiscados juntamente com várias patentes alemãs (graças ao Tratado de Versalhes, a aspirina Bayer é um produto americano e não alemão). Os principais rios da

Alemanha foram internacionalizados, e sua capacidade de criar tarifas restringida.

Estes termos hipotecaram a nova ordem internacional em vez de ajudar a criá-la. Quando se reuniram em Paris, os vencedores proclamaram uma nova era na história. Queriam tanto evitar aquilo que consideravam os erros do Congresso de Viena, que a delegação inglesa incumbiu o renomado historiador sir Charles Wehster de escrever um tratado sobre o assunto.³¹ Contudo, o que finalmente produziram foi um frágil meio-termo entre o utopismo americano e a paranoia europeia — muito condicional para realizar os sonhos daquele, por demais experimental para aliviar os terrores desta. Uma ordem internacional que só se preserva pela força é precária, ainda mais quando os garantes de sua execução — neste caso, a Inglaterra e a França — estavam com suas relações estremecidas.

Em pouco tempo, ficou claro, na prática, que o princípio da autodeterminação não se podia aplicar da forma precisa dos Quatorze Pontos, especialmente entre os estados sucessores do Império Austro-Húngaro. A Tchecoslováquia terminou com três milhões de alemães, um milhão de húngaros e meio milhão de poloneses, numa população de 15 milhões de habitantes; quase um terço da população não era nem tcheca nem eslovaca. E a Eslováquia não era parte entusiástica de um estado dominado pelos tchecos, como demonstraria pela secessão, em 1939, e novamente em 1992.

A nova Iugoslávia atendeu à aspiração dos intelectuais eslavos do sul. Mas para criar esse estado, foi preciso superar a paráclase da história europeia, que dividia os impérios romanos do Ocidente e do Oriente, as religiões católica e ortodoxa, as escritas latina e cirílica — uma falha divisória que passava mais ou menos entre a Croácia e a Sérvia, as quais nunca, em suas complexas histórias, haviam pertencido à mesma unidade política. A conta venceu depois de 1941 com uma guerra civil bárbara, que recomeçou em 1991.

A Romênia recebeu milhões de húngaros, a Polônia milhões de alemães e a tutela de um corredor separando a Prússia Oriental do

restante da Alemanha. No final desse processo, cumprido em nome da autodeterminação, quase o mesmo número de pessoas vivia sob governo estrangeiro que na época do Império Austro-Húngaro, só que agora distribuídas por uma quantidade muito maior de estados-nações mais fracos e que, para piorar ainda mais a situação, estavam em conflito entre si.

Tarde demais, Lloyd George compreendeu o dilema em que os aliados vitoriosos haviam caído. Num memorando a Wilson, datado de 25 de março de 1919, ele escreveu:

Não consigo imaginar melhor motivo para uma guerra futura do que o povo alemão, que fora de dúvida mostrou ser uma das raças mais vigorosas do mundo, dever estar cercado por tantos estados menores, muitos deles consistindo de povos que jamais criaram um governo estável para si próprios, e cada um contendo grandes massas de alemães clamando por reunir-se à terra natal.³²

Mas, a essa altura, a conferência já avançara demais para a data de encerramento em junho. Também, não havia um princípio alternativo disponível para organizar a ordem mundial, agora que o equilíbrio de poder fora descartado.

Mais tarde, vários líderes alemães diriam que seu país foi tapeado e pedira o armistício pelos Quatorze Pontos de Wilson, que eram então sistematicamente violados. Isso não passa de contrassenso autopiedoso. A Alemanha ignorou os Quatorze Pontos enquanto achou que tinha uma chance de vencer a guerra e impôs, logo após a proclamação dos Quatorze Pontos, uma paz cartaginesa com a Rússia em Brest-Litovsk, violando cada um dos princípios de Wilson. O que fez a Alemanha finalmente terminar com a guerra teve a ver apenas com cálculos de poder — com o exército americano lutando do outro lado, a derrota final era só questão de tempo. Quando pediu o armistício, a Alemanha estava esgotada, suas defesas ruindo e os exércitos aliados prestes a entrar em território alemão. Os princípios de Wilson, na realidade, pouparam a Alemanha de uma retaliação muito pior. Com mais razão, historiadores têm dito que a recusa dos Estados Unidos em entrar na

Liga condenou o Tratado de Versalhes. Os americanos não ratificaram o tratado, nem a garantia das fronteiras francesas a ele associada, certamente contribuiu para a desmoralização da França. Mas com o espírito isolacionista do país, a participação dos Estados Unidos na Liga ou a ratificação da garantia não teriam feito grande diferença. Ou os Estados Unidos não teriam usado de força para resistir à agressão, ou teriam definido agressão em termos não aplicáveis ao leste europeu — como faria a Inglaterra nos anos 1930.

A derrocada do Tratado de Versalhes foi estrutural. O século de paz produzido pelo Congresso de Viena descansara em três pilares, cada qual indispensável: a paz conciliatória com a França; o equilíbrio do poder; e o sentido comum de legitimidade. A paz de conciliação com a França não teria, por si só, evitado o revisionismo francês. Mas a França sabia que a Aliança Quádrupla e a Santa Aliança sempre podiam juntar um poder superior, tornando o expansionismo francês muito arriscado. Ao mesmo tempo, os congressos europeus periódicos deram à França oportunidade de participar do Concerto Europeu como membro em igualdade. Mas, acima de tudo, os grandes países compartilhavam de valores comuns, de modo que agravos não se transformavam em tentativas de derrubar a ordem internacional.

O Tratado de Versalhes não preencheu nenhum desses requisitos. Seus termos eram por demais onerosos para a conciliação, mas não severos o suficiente para a subjugação permanente. Na verdade, não era fácil promover o equilíbrio entre satisfazer e subjugar a Alemanha. Após considerar a ordem mundial anterior à guerra muito confinante, não era provável que a Alemanha se contentasse com *quaisquer* termos disponíveis depois da derrota.

A França tinha três escolhas estratégicas: tentar formar uma coalizão antigermânica; tentar dividir a Alemanha; ou tentar conciliar-se com a Alemanha. Todas as tentativas de alianças fracassaram porque a Inglaterra e os Estados Unidos recusaram-se, e a Rússia não mais fazia parte do equilíbrio. À divisão da Alemanha,

resistiam os mesmos países que rejeitavam uma aliança, mas de cujo apoio em uma emergência, a França, não obstante, precisava. E tanto era tarde demais, quanto cedo demais, para a conciliação da Alemanha — tarde demais, porque a conciliação era incompatível com o Tratado de Versalhes, cedo demais, porque a opinião pública francesa ainda não estava preparada para ela.

Paradoxalmente, a vulnerabilidade da França e a vantagem estratégica da Alemanha foram ambas aumentadas pelo Tratado de Versalhes, a despeito das cláusulas punitivas. Antes da guerra, a Alemanha enfrentara vizinhos fortes a leste e a oeste. Não podia se expandir em nenhuma direção sem deparar com um grande estado — a França, o Império Austro-Húngaro ou a Rússia. Mas, após o Tratado de Versalhes, não houve mais um contrapeso para a Alemanha no leste. Com a França debilitada, o Império Austro-Húngaro dissolvido e a Rússia fora de cena por algum tempo, simplesmente não havia como reconstruir o antigo equilíbrio de poder, uma vez que as potências anglo-saxônicas se recusavam a garantir o acordo de Versalhes.

Já em 1916, lorde Balfour, ministro do exterior inglês na época, previu pelo menos uma parte do futuro perigo para a Europa, ao advertir que uma Polônia independente poderia deixar a França indefesa em outra guerra: se “a Polônia for feita um reino independente, transformando-se em estado-tampão entre a Rússia e a Alemanha, a França ficará à mercê da Alemanha na próxima guerra, pela simples razão de que a Rússia não poderá vir em socorro sem violar a neutralidade da Polônia”³³ — exatamente o dilema de 1939. Para conter a Alemanha, a França precisava de um aliado no leste capaz de forçar à Alemanha uma guerra em duas frentes. A Rússia era o único país forte o suficiente para o papel. Mas com a Polônia separando a Alemanha e a Rússia, a Rússia só poderia pressionar a Alemanha violando a Polônia. E a Polônia era fraca demais para desempenhar o papel da Rússia. O que o Tratado de Versalhes fez foi dar um incentivo à Alemanha e à Rússia para dividirem a Polônia, precisamente o que fizeram 20 anos depois.

Sem uma grande potência no leste com que se aliar, a França tentou fortalecer os novos estados a fim de criar a ilusão de um perigo de duas frentes para a Alemanha. Apoiou os novos estados do leste europeu na faina de tirarem mais território da Alemanha ou do que restara da Hungria. Obviamente, os novos estados tinham bom motivo para confirmar a ilusão francesa de que poderiam servir de contrapeso à Alemanha. Mas tais estados recentes não poderiam nunca assumir o papel que até então a Áustria e a Rússia haviam desempenhado. Eram fracos demais, sacudidos por conflitos internos e morrendo de rivalidades mútuas. A leste deles pairava uma Rússia reconstituída, em estado de ebulição por suas perdas territoriais. Quando recuperasse a força, a Rússia seria uma ameaça tão grande quanto a Alemanha, para a independência dos estados pequenos.

E, desse modo, a estabilidade do continente veio a residir sobre a França. Para subjugar a Alemanha fora necessária a força combinada dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e da Rússia. Destes países, os Estados Unidos eram novamente isolacionistas e a Rússia estava cortada da Europa por um drama revolucionário e pelo chamado *cordon sanitaire* dos pequenos estados do leste europeu, obstruindo o caminho da ajuda direta da Rússia à França. Para manter a paz, a França teria de fazer o papel de policial em toda a Europa. Mas, não só ela perdera o apetite e a força para uma política tão intervencionista, como, houvesse tentado, ver-se-ia sozinha, abandonada tanto pelos Estados Unidos quanto pela Inglaterra.

O defeito mais perigoso do acordo de Versalhes, no entanto, era psicológico. A ordem mundial criada pelo Congresso de Viena fora cimentada pelo princípio da unidade conservadora, que casava com os requisitos do equilíbrio de poder; de fato, as potências necessárias para o acordo também o achavam justo. O acordo de Versalhes nasceu morto, pois os valores por ele exaltados conflitavam com os incentivos necessários para pô-lo em vigor: a maioria dos estados necessários para defender o acordo considerava-o injusto, de uma maneira ou outra.

O paradoxo da Primeira Guerra Mundial foi ter se travado para deter o poder alemão e o predomínio que se agigantava no horizonte e ter excitado a opinião pública a tal ponto que impediu uma paz conciliatória. Todavia, no final, os princípios wilsonianos inibiram uma paz que restringisse o poder da Alemanha e não houve senso comum de justiça. O preço de uma política externa baseada em princípios abstratos é a impossibilidade de distinguir casos individuais. Já que não estavam dispostos a reduzir o poder alemão, por meio dos direitos implícitos na vitória ou pelos cálculos do equilíbrio de poder, os líderes de Versalhes foram compelidos a justificar o desarmamento alemão como primeira etapa de um plano geral de desarmamento, e as indenizações como uma expiação da culpa pela guerra em si.

Ao justificar o desarmamento alemão desta maneira, os aliados solaparam a disposição psicológica necessária para sustentar o seu acordo. Desde o início, a Alemanha podia reclamar, e o fez, que estava sendo discriminada, exigindo permissão para rearmar-se ou que as outras nações se desarmassem ao seu nível. Com isso, as cláusulas de desarmamento do Tratado de Versalhes acabaram por desmoralizar os vencedores. Em cada conferência de desarmamento, a Alemanha ficava por cima no campo moral, onde geralmente era apoiada pela Inglaterra. Mas, se a França desse igualdade à Alemanha em rearmamento, a salvaguarda da independência das nações do leste europeu desapareceria. As cláusulas de desarmamento deviam levar, então, ao desarmamento da França ou ao rearmamento da Alemanha. Em nenhum dos casos, a França teria força para defender o leste europeu ou, a longo prazo, até a si própria.

Da mesma maneira, proibir a união da Áustria e da Alemanha violava o princípio da autodeterminação, assim como a presença de uma grande minoria alemã na Tchecoslováquia e, em escala menor; de uma minoria alemã na Polônia. O irredentismo alemão foi apoiado, conseqüentemente, pelo princípio fundamental do Tratado de Versalhes, aumentando a consciência de culpa das democracias.

A falha psicológica mais grave do Tratado era o Artigo 231, a chamada cláusula de Culpa da Guerra. Ele declarava a Alemanha única responsável pela deflagração da Primeira Guerra Mundial e dava-lhe uma severa repreensão moral. A maioria das medidas punitivas contra a Alemanha no tratado — econômicas, militares e políticas — baseava-se nesse artigo de que toda a culpa da conflagração cabia à Alemanha.

Os pacificadores do século XVIII teriam considerado absurdas as “cláusulas de culpa da guerra”. Para eles, as guerras eram coisas inevitáveis, amorais, provocadas por interesses conflitantes. Nos tratados que encerravam as guerras do século XVIII, os perdedores pagavam um preço sem que este fosse justificado por fundamentos morais. Mas, para Wilson e os pacificadores de Versalhes, a causa da guerra de 1914-18 devia ser atribuída a algum mal que fosse punido.

Quando os ódios se aplacaram, no entanto, bons observadores começaram a ver que a responsabilidade pela guerra era questão bem mais complexa. A Alemanha certamente tinha uma grande parcela de culpa, mas era justo escolher somente a Alemanha para as punições? O Artigo 231 era adequado? Quando esta pergunta começou a ser feita, especialmente na Inglaterra, na década de 1920, a vontade para executar a punição da Alemanha contida no tratado passou a faltar. Os promotores da paz, perturbados por suas próprias consciências, caíram em dúvida se haviam obrado com justiça e isso alimentou uma certa indecisão em manter o tratado. A Alemanha, é claro, foi irresponsável nesse assunto. No discurso público alemão, o Artigo 231 tornou-se conhecido como a “Mentira da Culpa da Guerra”. A dificuldade física de estabelecer um equilíbrio de poder foi combinada com a dificuldade psicológica de criar um equilíbrio moral.

Desse modo, os autores do acordo de Versalhes chegaram precisamente ao oposto de sua meta. Haviam tentado enfraquecer a Alemanha fisicamente, mas fortaleceram-na geopoliticamente. Numa perspectiva de longo prazo, a Alemanha ficou em posição muito melhor para dominar a Europa, depois de Versalhes, do que estivera

antes da guerra. Assim que se livrasse das algemas do desarmamento, o que era inevitável no tempo, a Alemanha fatalmente emergiria mais forte que nunca. Harold Nicolson resumiu a questão: “Viemos a Paris certos de que a nova ordem estava prestes a chegar; deixamos a cidade convencidos de que a nova ordem apenas estragara a antiga”.³⁴

Dilemas dos vencedores



O policiamento do acordo de Versalhes baseava-se em dois conceitos gerais, que se anulavam mutuamente. O primeiro falhou por ser muito abrangente, o segundo, por ser rancoroso demais. O conceito de segurança coletiva era tão genérico, que ficou inaplicável aos quadros mais prováveis de perturbação da paz; a cooperação informal franco-britânica, que lhe tomou o lugar era por demais tênue e ambivalente para reagir aos desafios alemães. E antes de transcorrerem cinco anos, as duas potências vencidas na guerra encontraram-se em Rapallo. A crescente colaboração entre a Alemanha e a União Soviética foi um golpe mortal para o sistema de Versalhes, algo que as democracias, totalmente desorganizadas, não conseguiram perceber de imediato.

No final da Primeira Guerra Mundial, o antiquíssimo debate sobre os papéis relativos da moralidade e do interesse, nas questões internacionais, parecia estar solucionado em favor da lei e da ética. Sob o choque do desastre, muitos ansiavam por um mundo melhor, livre de coisas como a *Realpolitik*, que, diziam, aniquilara a juventude de uma geração. Os Estados Unidos catalisaram o processo, mesmo voltando ao seu velho isolacionismo. A herança de Wilson foi que a Europa enveredou no caminho wilsoniano de tentar a estabilidade via segurança coletiva, como um substituto ao método tradicional europeu de alianças e equilíbrio de poder, apesar da ausência dos Estados Unidos.

Na linguagem americana subsequente, as alianças de que os Estados Unidos participavam (como a Organização do Tratado do Atlântico Norte — Otan) foram em geral chamadas de instrumentos de segurança coletiva. Esta não é, todavia, a maneira como o termo foi originalmente concebido, pois, em sua essência, os conceitos de segurança coletiva e de alianças são diametralmente opostos. As alianças tradicionais visavam ameaças específicas e definiam obrigações precisas para grupos específicos de países, unidos por interesses nacionais comuns ou preocupações idênticas de segurança. A segurança coletiva não define ameaça em particular, não dá garantias a uma nação isoladamente e não discrimina nenhuma. Teoricamente, deve reagir a qualquer ameaça à paz, quem quer que a faça e contra quem quer que seja. As alianças sempre supõem um adversário específico em potencial; a segurança coletiva defende, no abstrato, o direito internacional, que busca seguir da maneira como um sistema judiciário cumpre o código criminal. Ela não presume réu específico, qual uma lei nacional. Em uma aliança, o *casus belli* é um ataque aos interesses ou à segurança dos seus membros. O *casus belli* da segurança coletiva é a violação do princípio da solução “pacífica” de disputas, que se presume interessar a todos os povos do mundo. Assim, a força se reúne caso a caso, fornecida por um grupo variável de nações com interesse nas “missões de paz”.

O objetivo da aliança é criar uma obrigação mais previsível e precisa que uma análise do interesse nacional. A segurança coletiva funciona exatamente ao contrário. Ela deixa a aplicação dos seus princípios à interpretação das circunstâncias quando surgem, dando, sem querer, grande influência à sensação do momento e grande força à vontade nacional.

A segurança coletiva só dá segurança se todas as nações — pelo menos, as nações relevantes à defesa coletiva — têm a mesma visão da natureza da ameaça e se dispõem ao uso da força ou das sanções pelo “mérito” do caso, não pelo interesse nacional que possam ter na questão. Somente assim uma organização mundial aplica sanções ou arbitra questões internacionais. Eis como Wilson

via o papel da segurança coletiva, ao aproximar-se o fim da guerra, em setembro de 1918:

Objetivos nacionais cada vez mais saem de cena, dando lugar ao objetivo comum da humanidade esclarecida. As opiniões do homem comum, em toda parte, são mais simples e diretas e mais iguais que as opiniões dos sofisticados homens do mundo, que ainda alimentam a impressão de estarem num jogo de poder, arriscando altos cacifes.¹

A grande diferença entre as visões wilsoniana e europeia das causas do conflito internacional está nessas palavras. A diplomacia ao estilo europeu pressupõe que os interesses nacionais tendem a ser conflitantes e vê na diplomacia o meio de conciliá-los; Wilson considerava a discórdia internacional resultado de “pensamentos nebulosos”, não a expressão de uma genuína colisão de interesses. Praticando a *Realpolitik*, os estadistas assumem a tarefa de relacionar interesses específicos a interesses genéricos por meio de um misto de incentivos e penalidades. À moda de Wilson, têm de aplicar princípios universais a casos específicos. Pior, os estadistas terminam sendo a causa do conflito, por distorcerem, com cálculos abstrusos e egoístas, a boa tendência natural do homem para a harmonia.

A conduta da maioria dos estadistas, em Versalhes, desmente o conceito wilsoniano. Sem exceção, eles acentuavam interesses nacionais, deixando a defesa de propósitos comuns a Wilson, cujo país não tinha nenhum interesse nacional (no sentido europeu) nas questões territoriais do acordo. É da natureza dos profetas redobrar esforços, não abandoná-los, diante de uma realidade recalcitrante. Os obstáculos que Wilson achou em Versalhes não lhe criaram dúvidas sobre a factibilidade da sua nova receita. Ao contrário, mais o convenceram da sua necessidade. E ele confiou que a Liga e a opinião pública corrigiriam as medidas do tratado que divergiam de seus princípios.

De fato, vê-se a força dos ideais de Wilson no impacto sobre a Inglaterra, berço da política do equilíbrio de poder. O comentário oficial inglês sobre o *Covenant*, o estatuto da Liga, dizia que “a

sanção máxima, e a mais eficaz, deve ser a opinião pública do mundo civilizado".² Ou, como argumentou lorde Cecil, diante da Câmara dos Comuns, "nós descansamos na opinião pública [...] se estivermos errados, tudo está errado".³

É pouco provável que os herdeiros da política de Pitt, Canning, Palmerston e Disraeli tenham chegado a tais conclusões por si mesmos. De início, aceitaram a política de Wilson para garantir o apoio americano na guerra. Com o tempo, os princípios wilsonianos conquistaram a opinião pública inglesa. Nos anos 1920 e 1930, a adesão inglesa à segurança coletiva não era mais tática. Era conversão ao wilsonismo.

No final, a segurança coletiva foi vítima de sua premissa básica — de que todas as nações têm o mesmo interesse em reagir a um ato de agressão e aceitam riscos idênticos para opor-se a ele. A experiência mostrou que tal não era verdade. Nenhum ato de agressão de uma potência maior jamais foi vencido pela aplicação dos princípios da segurança coletiva. Ou a comunidade mundial recusou-se a julgar o ato uma agressão, ou discordou das sanções. E quando estas se aplicaram, foram o mínimo múltiplo comum, às vezes tão ineficazes, que faziam mais mal que bem.

Ao tempo da conquista japonesa da Manchúria, em 1932, a Liga não tinha mecanismos para aplicar sanções. Ela sanou o defeito, mas diante da agressão italiana à Abissínia votou sanções mas evitou um embargo de petróleo com o *slogan* "Todas as sanções menos guerra". Quando a Áustria foi obrigada à união com a Alemanha e a liberdade da Tchecoslováquia foi extinta, não houve a menor reação da Liga. O último ato da Liga das Nações, que já não tinha mais a Alemanha, o Japão e a Itália, foi expulsar a União Soviética, depois que esta atacou a Finlândia em 1939. A medida não teve nenhum efeito nas ações soviéticas.

Durante a Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) também foi ineficaz em todos os casos de agressão de uma grande potência, em vista do veto comunista no Conselho de Segurança ou da relutância dos países menores em correr risco por questões que

não lhes diziam respeito. As Nações Unidas nada conseguiram, ou ficaram de fora, nas crises de Berlim e nas intervenções soviéticas na Hungria, na Tchecoslováquia e no Afeganistão. Foram inúteis na crise cubana dos mísseis, até as duas superpotências preferirem um acordo. Os Estados Unidos só puderam invocar a autoridade das Nações Unidas contra a agressão norte-coreana, em 1950, porque o embaixador soviético estava boicotando o Conselho de Segurança e porque a Assembleia Geral ainda era dominada por países que desejavam arregimentar os Estados Unidos contra a ameaça soviética na Europa. A ONU forneceu um bom ponto de encontro para diplomatas e um fórum útil para a troca de ideias. Também desempenhou importantes funções técnicas. Porém não foi capaz de preencher a premissa subjacente da segurança coletiva — a prevenção da guerra e a resistência coletiva à agressão.

Isso é válido para a ONU, mesmo no período pós-Guerra Fria. Na Guerra do Golfo, de 1991, ela, de fato, ratificou as ações americanas, porém a resistência à agressão iraquiana não foi aplicação da doutrina da segurança coletiva. Sem esperar o consenso internacional, os Estados Unidos despacharam, unilateralmente, uma grande força expedicionária. Outras nações poderiam influenciar as ações americanas juntando-se ao que era, na realidade, uma iniciativa americana; elas não podiam evitar os riscos do conflito vetando-a. Além disso, as sublevações internas na União Soviética e na China levaram os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas a quererem preservar a boa vontade dos Estados Unidos. Na Guerra do Golfo, a segurança coletiva foi invocada como justificativa da liderança americana, não como um substituto dela.

Estas lições, é claro, ainda não estavam aprendidas nos dias inocentes em que o conceito de segurança coletiva foi introduzido na diplomacia. Os estadistas pós-Versalhes estavam meio convencidos de que os armamentos eram a causa das tensões, não resultado delas, e quase crentes de que a boa vontade substituindo a desconfiança da diplomacia tradicional permitiria que os conflitos internacionais talvez pudessem ser erradicados. Apesar de

emocionalmente esgotados pela guerra, os europeus deveriam ter visto que uma doutrina geral de segurança coletiva jamais poderia funcionar, mesmo vencendo outros obstáculos, enquanto não incluísse três das nações mais poderosas do mundo: os Estados Unidos, a Alemanha e a União Soviética. Pois os Estados Unidos recusaram-se a fazer parte da Liga, a Alemanha viu-se barrada e a União Soviética, que fora tratada como pária, a desprezava.

O país mais prejudicado na ordem do pós-guerra foi a “vitoriosa” França. Os governos franceses sabiam que as medidas do Tratado de Versalhes não manteriam a Alemanha fraca para sempre. Depois da guerra europeia anterior — a Guerra da Crimeia de 1854-56 —, os vencedores, Inglaterra e França, conseguiram manter as medidas militares por menos de 20 anos. Após as Guerras Napoleônicas, a França foi membro habilitado do Concerto Europeu, depois de um intervalo de apenas três anos. Após Versalhes, o declínio da França *vis-à-vis* a Alemanha tornou-se cada vez mais evidente, mesmo que parecesse dominar a Europa militarmente. O vitorioso comandante supremo da França, marechal Ferdinand Foch, estava certo quando observou sobre o Tratado de Versalhes: “Isso não é paz, é um armistício para 20 anos”.⁴

Em 1924, o estado-maior das forças terrestres inglesas chegara à mesma conclusão, quando previu que a Alemanha iria novamente à guerra com a Inglaterra por questões que seriam “simplesmente a repetição do que nos levou à última guerra”.⁵ As limitações impostas pelo Tratado de Versalhes, explicou, retardariam o rearmamento alemão no máximo nove meses, depois que a Alemanha se sentisse forte politicamente para livrar-se dos grilhões de Versalhes — a que o estado-maior corretamente estimou como provável em dez anos. Concordando com a análise dos colegas franceses, o estado-maior inglês também previu que a França seria impotente, a menos que fizesse, nesse meio tempo, uma aliança militar com “potências de primeira classe”.

Mas a única potência de primeira classe disponível era a Inglaterra, cujos líderes não aceitavam os pontos de vista de seus conselheiros militares. Sua política baseava-se, ao contrário, na

crença equivocada de que a França já era forte demais e a última coisa de que precisava era uma aliança inglesa. Os líderes da Inglaterra consideravam a desmoralizada França como o poder dominante a equilibrar, ao passo que a Alemanha revisionista era vista como a parte lesada a conciliar. Ambas as presunções — de que à França era militarmente dominante e de que a Alemanha fora tratada com dureza — eram corretas a curto prazo; mas, como premissas da política inglesa, eram desastrosas a longo prazo. Estadistas ficam ou caem por sua percepção das tendências. E os líderes ingleses do pós-guerra não perceberam os perigos de longo alcance diante deles.

A França desejava veementemente uma aliança militar com a Inglaterra para substituir a garantia caducada, quando o senado americano não ratificou o Tratado de Versalhes. Nunca tendo feito uma aliança militar com o país que consideravam o mais forte da Europa, os ingleses achavam que a França retomava a ameaça histórica de dominar a continente. Em 1924, a ministério do exterior inglês descreveu a ocupação francesa da Renânia como “trampolim para uma incursão na Europa Central”,⁶ conclusão de todo discrepante com a psicologia francesa da época. Mais inane ainda, o memorando do ministério tratava a ocupação da Renânia como um cerco à Bélgica, criando “uma ameaça direta ao rio Scheldt e ao Zuiderzee e, portanto, um perigo indireto para este país”.⁷ Para não ser superado na produção de suspeitas antifrancesas, o almirantado utilizou um argumento saído das guerras da sucessão espanhola ou das guerras napoleônicas: a Renânia dominava portos holandeses e belgas, cujo controle prejudicaria severamente os planos da Marinha Real inglesa no caso de uma guerra com a França.⁸

Não havia a menor esperança de um equilíbrio de poder na Europa, enquanto a Inglaterra considerasse como ameaça principal um país cuja política externa, à beira do pânico, era resistir a outro ataque alemão. Na verdade, numa espécie de reflexo histórico, muita gente na Inglaterra passou a olhar para a Alemanha a fim de equilibrar a França. O embaixador inglês em Berlim, por exemplo, o visconde d’Abernon, declarou ser do interesse da Inglaterra ter a

Alemanha como contrapeso da França. “Enquanto a Alemanha for um todo coerente, há mais ou menos um equilíbrio de poder na Europa”, escreveu ele em 1923. Se a Alemanha desmoronasse, a França estaria “no controle militar e político incontestado, baseada em seu exército e suas alianças militares”.⁹ Isso era verdade, mas não era o cenário provável para a diplomacia inglesa nas décadas seguintes.

A Inglaterra estava certa em argumentar; como sempre fizera, que, após a vitória, a reconstrução da ordem internacional exigia o retorno do antigo inimigo à comunidade das nações. Mas apaziguar os ressentimentos da Alemanha não refaria a estabilidade, enquanto o equilíbrio de poder se inclinasse inexoravelmente para a Alemanha. A França e a Inglaterra, cuja unidade era essencial para manter o último fragmento do equilíbrio de poder europeu, olhavam-se com incompreensão, enquanto as verdadeiras ameaças ao equilíbrio — a Alemanha e a União Soviética — mantinham-se na periferia, rancorosas, taciturnas. A Inglaterra exagerava enormemente a força da França; a França superestimava imensamente sua possibilidade de usar o Tratado de Versalhes para compensar sua crescente inferioridade ante a Alemanha. A apreensão britânica quanto a uma possível hegemonia francesa no continente era absurda; a convicção da França de ser possível uma política externa de manter a Alemanha prostrada era ilusão com desespero.

Talvez a razão mais forte para a rejeição da Inglaterra a uma aliança francesa era que seus governantes, no íntimo, não consideravam o Tratado de Versalhes justo, menos ainda o detalhe do leste europeu, e temiam que uma aliança com a França, a qual mantinha acordos com os países do leste europeu, pudesse levá-los a um conflito sobre as questões erradas em defesa dos países errados. Lloyd George expressou, depois, a sabedoria convencional da época:

O povo inglês [...] não estava disposto a se envolver em disputas sobre a Polônia ou Dantzig ou a Alta Silésia [...] O povo inglês achava as populações daquela parte da Europa instáveis e agitadas; podiam entrar

em luta a qualquer momento e seria difícilimo desenredar os certos e errados da disputa.¹⁰

Pensando assim, os líderes ingleses utilizavam as discussões sobre uma aliança francesa como tática para atenuar as pressões francesas contra a Alemanha e não como contribuição séria à segurança internacional.

A França continuou sua tentativa inútil de manter a Alemanha fraca; a Inglaterra procurava arranjos de segurança para tranquilizar os temores franceses, sem incorrer em um compromisso inglês. Era a quadratura do círculo, pois a Inglaterra não dava à França a garantia única que podia gerar uma política externa francesa mais calma e conciliatória em relação à Alemanha — a aliança militar completa.

Percebendo, em 1922, que o parlamento inglês jamais aprovaria um compromisso militar formal, o *premier* francês, Briand, reverteu ao precedente da Entente Cordiale de 1904 — cooperação diplomática anglo-francesa sem obrigações militares. Mas, em 1904, a Inglaterra sentia-se ameaçada pelo programa naval da Alemanha e por sua constante provocação. Nos anos 1920, ela temia menos a Alemanha que a França, cujo comportamento atribuía erradamente à arrogância em vez de perceber o pânico. Apesar de concordar, relutante, com a proposta de Briand, o motivo real da Inglaterra para fazê-lo aparece num cínico documento do governo, que defendia a aliança francesa como meio de fortalecer as relações da Inglaterra com a Alemanha:

A Alemanha é para nós o país mais importante da Europa, não só em virtude das nossas relações comerciais, mas também porque ela é a chave da situação da Rússia. Ajudando a Alemanha, talvez sejamos, nas atuais condições, expostos à acusação de abandonar a França; se a França fosse nossa aliada, não haveria essa acusação.¹¹

Fosse porque o presidente francês, Alexandre Millerand, percebeu a evasiva britânica, fosse porque simplesmente considerou o acordo amorfo, ele rejeitou o plano de Briand, levando à renúncia do *premier*.

Não conseguindo uma aliança britânica tradicional, a França tentou, em seguida, o mesmo resultado por meio da Liga das Nações, elaborando uma definição precisa de agressão. Essa definição seria, por sua vez, obrigatória dentro da estrutura da Liga das Nações — transformando a Liga em uma aliança global. Em setembro de 1923, diante de insistentes pedidos franceses e ingleses, o Conselho da Liga imaginou um tratado universal de assistência mútua. Em caso de conflito, caberia ao conselho decidir que país era o agressor e que país era o agredido. Todos os membros da Liga seriam, então, obrigados a auxiliar a vítima, se necessário por meio da força, no continente onde ela estivesse situada (esclarecimento posterior, a fim de evitar a incorrência numa obrigação de a Liga prestar ajuda em conflitos coloniais). Como as obrigações da doutrina da segurança coletiva devem derivar de causas gerais e não de interesses nacionais, o tratado estipulava que, para qualificar-se à assistência, a vítima deveria ter assinado previamente um acordo de desarmamento aprovado pela Liga e estar reduzindo suas forças armadas de acordo com um programa combinado.

Sendo a vítima, em geral, o lado mais fraco, o Tratado de Assistência Mútua da Liga estava, na realidade, incentivando a agressão ao fazer exigências que aumentavam as dificuldades da parte mais vulnerável. Havia algo de absurdo na ideia de que a ordem internacional seria, de ora em diante, defendida em favor dos bons desarmadores, em vez de interesses nacionais vitais. Além disto, considerando que os programas de redução de um tratado geral de desarmamento levariam anos para ser acertados, o Tratado de Assistência Mútua universal estava criando um grande vácuo. Adiada a obrigação da Liga de resistir à agressão para um futuro distante e nebuloso, a França e qualquer outro país ameaçado teriam de enfrentar seus perigos sozinhos.

Apesar das cláusulas de escape, o tratado não foi capaz de obter apoio. Os Estados Unidos e a União Soviética recusaram-se a considerá-lo. A opinião da Alemanha jamais era pedida. Uma vez claro que o projeto do tratado obrigaria a Inglaterra, com colônias

em todos os continentes, a prestar assistência a qualquer vítima de agressões em qualquer parte, o primeiro-ministro trabalhista, Ramsay MacDonald, também se sentiu na obrigação de declarar que a Inglaterra não poderia aceitar o tratado, apesar de ter ajudado a elaborá-lo.

A essa altura, a busca da França por segurança tornara-se obsessiva. Longe de admitir a inutilidade do seu esforço, ela recusou-se a abandonar a procura de critérios compatíveis com a segurança coletiva, especialmente uma vez que o governo inglês de Ramsay MacDonald apoiava tanto a segurança coletiva como o desarmamento — as chamadas causas progressistas representadas pela Liga. Finalmente, MacDonald e o novo primeiro-ministro francês, Édouard Herriot, chegaram a uma variante da proposta anterior. O Protocolo de Genebra de 1924 exigia o arbitramento da Liga para todos os conflitos internacionais e determinava três critérios para a obrigação universal de prestar assistência a vítimas de agressões: a recusa do agressor em permitir que o conselho solucionasse a disputa por meio da conciliação; a relutância do agressor em submeter a questão a uma solução judicial ou ao arbitramento; e, é claro, a participação da vítima em um plano geral de desarmamento. Cada signatário era obrigado a ajudar a vítima por todos os meios disponíveis contra o agressor assim definido.¹²

Contudo, o Protocolo de Genebra também fracassou pela mesma razão que o Tratado de Assistência Mútua e todos os outros planos de segurança coletiva da década de 1920. Ia longe demais para a Inglaterra e quase a lugar algum para a França. A Inglaterra o propusera a fim de induzir a França ao desarmamento, não para gerar uma obrigação adicional de defesa. A França buscara o protocolo basicamente como uma obrigação de assistência mútua — tendo apenas um interesse secundário, se tanto, no desarmamento. Para acentuar a inutilidade disso tudo, os Estados Unidos anunciaram que não honrariam o Protocolo de Genebra e não tolerariam qualquer interferência de suas cláusulas no comércio dos Estados Unidos. Quando o chefe do estado-maior da defesa imperial

inglês advertiu que o protocolo estenderia demais as forças britânicas, o governo inglês recuou, no início de 1925.

Era um estado de coisas absurdo. Reagir à agressão passara a depender do desarmamento prévio da vítima. Considerações geopolíticas e a importância estratégica da área, razões pelas quais as nações haviam guerreado durante séculos, estavam sendo destituídas de legitimidade. De acordo com as novas ideias, a Inglaterra defenderia a Bélgica por esta ter se desarmado e não por ser estrategicamente vital. Após meses de negociações, as democracias não progrediam, nem em desarmamento nem em segurança. A tendência da segurança coletiva de transformar a agressão num problema legal, abstrato, e sua recusa em considerar qualquer compromisso ou ameaça específica teve um efeito mais arrasador que tranquilizante.

A despeito dos elogios de boca que fazia ao conceito, a Inglaterra claramente considerava as obrigações da segurança coletiva menos impositivas que as alianças tradicionais. O gabinete mostrou-se fértil na invenção de fórmulas de segurança coletiva, enquanto rejeitou inflexivelmente uma aliança formal com a França, até as vésperas de nova guerra, uma década e meia depois. Certamente ele não teria feito essa distinção se não considerasse as obrigações da segurança coletiva de implementação menos provável, ou mais fácil de evitar, que aquelas das alianças.

O caminho mais sensato para os aliados teria sido aliviar voluntariamente a Alemanha das medidas mais onerosas de Versalhes e forjar uma firme aliança franco-inglesa. Era o que Winston Churchill tinha em mente quando defendeu uma aliança com a França "se (e somente se) ela modificar inteiramente o seu tratamento para com a Alemanha e aceitar lealmente a política inglesa de amizade e ajuda em relação a este país".¹³ Mas tal política jamais foi aplicada com alguma consistência. Os líderes franceses tinham muito medo, tanto da Alemanha quanto da própria opinião pública, profundamente hostil à Alemanha, e os ingleses desconfiavam demais dos desígnios franceses.

As provisões do Tratado de Versalhes relativas ao desarmamento ampliaram as divergências anglo-francesas. Ironicamente, facilitaram o caminho da Alemanha em direção a uma paridade militar que, dada a fragilidade do leste europeu, significaria, a longo prazo, superioridade geopolítica. Os aliados haviam combinado discriminação com incompetência, deixando de criar algum mecanismo de verificação das medidas de desarmamento. Em carta ao coronel House, em 1919, André Tardieu, um dos principais negociadores franceses em Versalhes, previu que a falta de monitoração invalidaria as cláusulas de desarmamento do tratado:

[...] monta-se um instrumento fraco, perigoso e absurdo [...] A Liga dirá à Alemanha: "Prove que minha informação é falsa", ou até mesmo, "Queremos verificar". Com o que estará reivindicando um direito de supervisão, e a Alemanha responderá: "Com que direito?". E a resposta da Alemanha terá razão, se ela não for forçada, pelo tratado, a reconhecer o direito de verificação.¹⁴

No tempo ingênuo, antes que o estudo do controle de armas virasse assunto acadêmico, ninguém achava estranho pedir à Alemanha para monitorar seu próprio desarmamento. É bem verdade que um comitê interaliado de controle militar se estabelecera. Mas não tinha direito autônomo de inspeção; só podia solicitar ao governo alemão informações acerca de violações alemãs — não exatamente um procedimento seguro. A comissão se desfez em 1926, deixando para os serviços de inteligência dos aliados a verificação da obediência alemã. Não causa espanto que as medidas de desarmamento estivessem sendo flagrantemente violadas, muito antes de Hitler recusar-se a cumpri-las.

No nível político, os alemães habilmente insistiam no desarmamento geral proposto pelo Tratado de Versalhes, onde o seu próprio desarmamento constava como primeira etapa. Com o passar do tempo, conseguiram o apoio inglês para esta proposta e utilizaram-no também para justificar a falência em cumprir outras medidas do tratado. Para pressionar a França, a Inglaterra anunciou reduções dramáticas das suas próprias forças terrestres (das quais

nunca dependera para segurança), porém não da marinha (de que, obviamente, dependia). Já a segurança francesa dependia totalmente de seu exército regular ser muito maior que o da Alemanha, pois o potencial industrial e a população da Alemanha eram muito superiores aos seus. A pressão para alterar esse equilíbrio — pelo rearmamento alemão ou pelo desarmamento francês — teve a consequência prática de reverter o resultado da guerra. Quando Hitler chegou ao poder, já estava claro que as medidas de desarmamento do tratado logo estariam em frangalhos, evidenciando a vantagem geopolítica da Alemanha.

As reparações foram outro elemento de desunião entre a França e a Inglaterra. Até o Tratado de Versalhes, era axiomático que os derrotados pagavam indenizações. Após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, a Alemanha não precisou invocar qualquer outro motivo que sua vitória, como argumento para a indenização que impôs à França, fazendo o mesmo em 1918 com a conta assombrosa de reparações que apresentou à Rússia no Tratado de Brest-Litovsk.

Pois, na nova ordem mundial de Versalhes, os aliados acharam que indenizações exigiam uma justificativa moral. Esta se encontrou no Artigo 231, a Cláusula de Culpa da Guerra, descrita no capítulo anterior. A cláusula foi violentamente atacada na Alemanha, eliminando a vontade, já pouca, de colaborar com o acordo de paz.

Um dos aspectos espantosos do Tratado de Versalhes foi seus redatores incluírem uma cláusula tão odiosa e rigorosa sobre a culpa da guerra, sem especificar a soma a ser paga como reparação. Esse número foi deixado a comissões futuras de especialistas, pois o valor que os aliados levaram seu público a esperar era tão exorbitante que não passaria no exame minucioso de Wilson, ou na análise de auditores financeiros sérios.

Assim, as reparações, como o desarmamento, transformaram-se em armas dos revisionistas alemães. Os peritos duvidavam cada vez mais da moralidade e da exequibilidade das pretensões. O livro de John Maynard Keynes, *The economic consequences of the peace*, é um exemplo.¹⁵ Finalmente, a posição de barganha do vencedor

sempre decresce com o tempo. O que não for exigido no choque da derrota torna-se difícil de obter mais tarde — lição tomada pelos Estados Unidos em relação ao Iraque, no final da Guerra do Golfo em 1991.

Só em 1921 — dois anos após a assinatura do Tratado de Versalhes — chegou-se a um número para as reparações. E era absurdamente alto: 132 bilhões de goldmarks (cerca de 40 bilhões de dólares, o que representa 323 bilhões, em valores de 1994), importância que exigiria pagamentos alemães pelo resto do século. Como era de se prever, a Alemanha alegou insolvência; mesmo que o sistema financeiro internacional pudesse acomodar uma transferência de recursos tão grande como esta, nenhum governo democrático alemão sobreviveria se concordasse com ela.

No verão de 1921, a Alemanha fez o primeiro pagamento da conta de indenizações, transferindo 1 bilhão de marcos (US\$ 250 milhões). Mas o fez imprimindo marcos e vendendo-os por moeda estrangeira no mercado aberto — em outras palavras, inflacionando sua moeda, a tal ponto que nenhuma transferência significativa de recursos realmente ocorreria. No final de 1922, a Alemanha propôs uma moratória de quatro anos nas reparações.

A desmoralização da ordem internacional de Versalhes e da França, seu maior pilar europeu, avançara a passos largos. Não havia mecanismo compulsório para as indenizações, assim como nenhum mecanismo verificador do desarmamento. Visto que a França e a Inglaterra discordavam em ambos os itens, que a Alemanha estava descontente e que os Estados Unidos e a União Soviética saíram de cena, Versalhes inventara, na realidade, um tipo de guerra internacional de guerrilha em vez de ordem internacional. Quatro anos após a vitória dos aliados, a posição de negociação da Alemanha era cada vez mais forte que a da França. Nesse clima, o primeiro-ministro inglês, Lloyd George, convocou uma conferência internacional a reunir-se em Gênova, em abril de 1922, na tentativa sensata de discutir num pacote as reparações, as dívidas de guerra e a recuperação europeia — coisa parecida com o que faria o Plano Marshall uma geração depois. Como era impossível conceber a

recuperação econômica europeia sem os dois maiores países continentais (que eram, também, os dois principais devedores), a Alemanha e a União Soviética, os dois párias da diplomacia europeia, foram convidados para uma conferência internacional pela primeira vez no período pós-guerra. O resultado não foi uma contribuição para a ordem internacional, como esperava Lloyd George, mas uma oportunidade para que os dois proscritos se encontrassem.

Nada que remotamente se assemelhasse à União Soviética jamais surgira no horizonte da diplomacia europeia, desde a Revolução Francesa. Pela primeira vez, em mais de um século, um país se dedicara oficialmente a derrubar a ordem estabelecida. Os revolucionários franceses empenharam-se em modificar o caráter do estado; os bolcheviques, dando um passo adiante, propunham abolir completamente o estado. Quando o estado murchasse, na expressão de Lênin, não haveria necessidade de diplomacia ou política externa.

De início, essa atitude inquietou tanto os bolcheviques como seus interlocutores. Os primeiros bolcheviques haviam criado teorias da luta de classes e do imperialismo como causas de guerra. Mas nunca lidaram com a questão de conduzir a política externa entre estados soberanos. Tinham certeza de que a revolução mundial viria logo após sua vitória na Rússia, em alguns meses; pessimistas extremos acreditavam que isso aconteceria no prazo de alguns anos. Leon Trotsky, o primeiro ministro do exterior soviético, compreendia sua tarefa quase como a do funcionário de uma repartição pública que, a fim de desacreditar os capitalistas, publicaria os vários tratados secretos por meio dos quais haviam proposto dividir os espólios de guerra entre si. Ele definia o seu papel como o de "fazer algumas proclamações revolucionárias aos povos do mundo e sair de cena".¹⁶ Nenhum dos primeiros líderes comunistas acreditava possível um estado comunista coexistir com países capitalistas durante décadas. Como após alguns meses, ou anos, o estado devia desaparecer de todo, a principal tarefa da política externa inicial devia ser estimular a revolução mundial e não administrar relações entre estados.

Nesse ambiente, era compreensível a exclusão da União Soviética do trabalho de paz em Versalhes. Os aliados não tinham o menor estímulo para envolver em suas deliberações um país que já fizera a paz em separado com a Alemanha e cujos agentes tentavam derrubar seus governos, assim como Lênin e seus camaradas não tinham nenhuma vontade de participar da ordem internacional que tencionavam destruir:

Nada em seus intermináveis e abstrusos debates havia preparado os primeiros bolcheviques para o estado de guerra, que, de fato, herdaram. Faltava-lhes um programa específico de paz, pois não compreendiam o seu país como um estado, apenas como uma causa. Eles agiram, portanto, como se terminar a guerra e promover a revolução europeia fosse o mesmo processo. Aliás, seu primeiro decreto de política externa, expedido no dia seguinte à Revolução de 1917, foi o chamado Decreto sobre a Paz — um apelo aos governos e povos do mundo em prol do que descreviam como a paz democrática.¹⁷

As ilusões bolcheviques ruíram rapidamente. O alto comando alemão concordou em negociar um tratado de paz em Brest-Litovsk, e com um armistício enquanto durassem as conversações. De início, Trotsky imaginou que poderia usar a ameaça de uma revolução mundial como arma de negociação e agir como uma espécie de causídico do proletariado. Infelizmente para Trotsky, o negociador alemão era um general vitorioso e não um filósofo. Max Hoffmann, chefe do estado-maior da frente oriental, viu o balanço de forças e apresentou termos brutais, em janeiro de 1918. Exigiu a anexação de toda a área do Báltico, uma fatia da Bielo-Rússia, um protetorado *de fato* sobre a Ucrânia independente e uma indenização enorme. Cansado da procrastinação de Trotsky, Hoffmann abriu, por fim, um mapa com uma larga linha azul mostrando as exigências alemãs e deixou claro que a Alemanha não recuaria para trás daquela linha até que a Rússia se houvesse desmobilizado — em outras palavras, até que estivesse indefesa.

O ultimato de Hoffmann gerou o primeiro debate comunista importante sobre política externa, que teve início em janeiro de

1918. Apoiado por Stalin, Lênin recomendou com insistência a conciliação; Bukharin advogou a guerra revolucionária. Lênin argumentou que, se uma revolução alemã não ocorresse ou fracassasse, a Rússia sofreria uma “derrota esmagadora”, causando uma paz ainda mais desfavorável,

paz que, além disso, seria concluída não por um governo socialista, mas por algum outro [...] Este sendo o estado das coisas, seria uma tática absolutamente inadmissível arriscar a sorte da revolução socialista, começada na Rússia, pela mera possibilidade de que a revolução alemã talvez comece no futuro imediato.¹⁸

Argumentando em nome de uma política externa essencialmente ideológica, Trotsky defendeu a política de “nem guerra, nem paz”.¹⁹ Mas o lado mais fraco só tem a opção de ganhar tempo com um adversário que considera que a negociação opera de acordo com sua própria lógica interna — uma ilusão a que os Estados Unidos têm sido especialmente sujeitos. Os alemães não iam com esse tipo de coisa. Quando Trotsky voltou com instruções que proclamavam uma política de não fazer a guerra nem a paz e anunciou, unilateralmente, que a guerra terminara, os alemães retomaram as operações militares. Diante da derrota total, Lênin e seus colegas receberam os termos de Hoffmann e assinaram o Tratado de Brest-Litovsk, aceitando a coexistência com a Alemanha imperial.

O princípio da coexistência seria invocado repetidas vezes, nos 60 anos seguintes, pelos soviéticos, com a reação constante dos protagonistas: as democracias, todas as vezes, aclamariam a proclamação soviética da coexistência pacífica como sinal de conversão a uma política permanente de paz. Mas, de sua parte, os comunistas sempre justificavam períodos de coexistência pacífica com o fato de que a relação de forças não conduzia à confrontação. Obviamente, à medida que esta relação se modificava, também se alterava a devoção dos bolcheviques à coexistência pacífica. De acordo com Lênin, era a realidade que ditava a coexistência com o inimigo capitalista: “Ao fazermos a paz em separado, libertamo-nos,

no sentido mais amplo possível, *no presente momento*, de ambos os grupos imperialistas que se guerreiam; ao utilizarmos sua inimizade mútua, utilizamos a guerra, o que torna difícil uma barganha entre eles contra nós”.²⁰

O ponto alto dessa política foi, obviamente, o Pacto Hitler-Stalin, de 1939. Possíveis incoerências eram facilmente racionalizadas. “Estamos convencidos”, rezou uma declaração comunista, “de que a política socialista mais coerente se pode conciliar com o maior realismo e a prática mais sensata”.²¹

Em 1920, a política soviética deu o passo final, ao reconhecer a necessidade de uma política mais tradicional em relação ao Ocidente, quando o ministro do exterior, Georgi Chicherin, declarou: “Pode haver diferenças de opiniões quanto à duração do sistema capitalista, mas no momento o sistema capitalista existe; portanto, um *modus vivendi* deve ser encontrado [...]”.²²

Apesar da retórica revolucionária, no final, os interesses nacionais emergiram como maior objetivo soviético, transformando-se em verdade socialista, do mesmo modo como foram durante tanto tempo a essência da política dos estados capitalistas. A sobrevivência era agora o objetivo imediato, e a coexistência, a tática.

O estado socialista viu-se ainda frente a outra ameaça militar quando, em abril de 1920, foi atacado pela Polônia. Forças polonesas avançaram até as proximidades de Kiev antes de ser derrotadas. Quando o Exército Vermelho, numa contraofensiva, aproximou-se de Varsóvia, os aliados ocidentais intervieram exigindo o fim da ofensiva e a paz. O ministro do exterior inglês, lorde Curzon, propôs uma linha divisória entre a Polônia e a Rússia, que os soviéticos se dispuseram a aceitar. A Polônia, no entanto, recusou-se, e o acordo final foi feito segundo as linhas militares pré-guerra, muito mais para leste do que propusera Curzon.

A Polônia conseguira aguçar o antagonismo dos seus dois inimigos históricos: a Alemanha, da qual adquirira a Alta Silésia e o corredor polonês; e a União Soviética, da qual tomara o território a

leste do que passou a ser conhecido como Linha Curzon. Quando se dissipou a fumaça, a União Soviética estava finalmente livre das guerras e da revolução, mas pagou o preço da perda de grande parte das conquistas dos czares no Báltico, na Finlândia, na Polônia, na Bessarábia e ao longo da fronteira turca. Em 1923, Moscou já havia recuperado o controle da Ucrânia e da Geórgia, as quais haviam se separado do Império Russo durante a confusão — um episódio que não foi esquecido por muitos líderes contemporâneos russos.

A fim de restaurar o controle interno, a União Soviética teve de compatibilizar as cruzadas revolucionárias com a *Realpolitik*, a proclamação da revolução mundial com a prática da coexistência pacífica. Apesar de ter optado por retardar a revolução mundial, a União Soviética estava longe de apoiar a ordem existente. Via na paz a oportunidade de lançar os capitalistas uns contra os outros. Seu alvo específico foi a Alemanha, que sempre tivera papel de destaque no pensamento soviético e na opinião russa. Em dezembro de 1920, Lênin descreveu a estratégia soviética da seguinte maneira:

Nossa existência depende, em primeiro lugar da existência de uma divisão radical no campo das potências imperialistas e, em segundo, do fato de que a vitória da Entente e a Paz de Versalhes lançaram a grande maioria da nação alemã numa situação em que não pode viver [...] O governo burguês alemão odeia loucamente os bolcheviques, mas os interesses da situação internacional empurram-no à paz com a Rússia soviética contra a própria vontade.²³

A Alemanha chegava à mesma conclusão. Durante a guerra russo-polonesa, o general Hans von Seeckt, o criador do exército alemão do pós-guerra, escreveu:

O atual estado polonês é uma criação da Entente. Deve substituir a pressão antes feita pela Rússia na fronteira leste da Alemanha. A luta da Rússia Soviética com a Polônia atinge não só esta última, mas, acima de tudo, a Entente — França e Inglaterra. Se a Polônia ruir, abala todo o edifício de Versalhes. Portanto, é muito claro que a Alemanha não tem nenhum interesse em dar qualquer ajuda à Polônia em sua luta com a Rússia.²⁴

A opinião de von Seeckt confirmava o temor aventado por lorde Balfour, alguns anos antes (e citado no capítulo anterior) — de que a Polônia dava à Rússia e à Alemanha um inimigo comum, impedindo que se equilibrassem entre si, como haviam feito por todo o século XIX. No sistema de Versalhes, a Alemanha enfrentava não uma Tríplice Entente mas uma quantidade de estados em vários níveis de divergência mútua, todos também hostilizados por uma União Soviética com queixas territoriais muito semelhantes às da Alemanha. Era questão de tempo os dois proscritos combinarem seus ressentimentos.

A ocasião surgiu em 1922, em Rapallo, cidade italiana à beira-mar, perto de Gênova, e local da conferência internacional de Lloyd George. Ironicamente, surgiu da constante discussão sobre indenizações desde o Tratado de Versalhes, intensificada com a apresentação da conta de indenização dos aliados e a declaração alemã de não poder pagá-la.

Um grande obstáculo para o sucesso da conferência foi que Lloyd George não tinha nem o poder, nem a sabedoria com que o secretário de estado George Marshall, mais tarde, conduziria o seu próprio programa de reconstrução europeia. No último momento, a França não permitiu que o tema das indenizações entrasse na agenda, temendo, com razão, ser pressionada a reduzir a soma total. Dava impressão de que a França antes preferia sua pretensão irrealizável, apesar de internacionalmente reconhecida, a algum compromisso factível. A Alemanha queria moratória para as indenizações. Os soviéticos suspeitavam que os aliados tentariam resolver o impasse ligando as dívidas czaristas às indenizações alemãs, a União Soviética devendo reconhecer as dívidas dos czares e reembolsar-se das reparações alemãs. O Artigo 116 do Tratado de Versalhes deixara em aberto exatamente esta possibilidade.

O governo soviético não tinha a menor intenção de reconhecer as dívidas czaristas, nem as reivindicações financeiras britânicas e francesas. Tampouco pretendia acrescentar a Alemanha à sua já extensa lista de adversários entrando no carrossel das indenizações. Visando impedir que a Conferência de Gênova solucionasse esta

questão em detrimento dos soviéticos, Moscou propôs, antes da conferência, que os dois párias estabelecessem relações diplomáticas e renunciassem a todas as reivindicações que tinham um contra o outro. Não querendo ser o primeiro país europeu a estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, possivelmente colocando em risco a chance de ser dispensada da indenização, a Alemanha evitou tomar conhecimento. A proposta ficou na mesa, até que os eventos em Gênova forçaram uma mudança de atitude.

O ministro do exterior soviético, Georgi Chicherin, um aristocrata de nascimento, convertido em fervoroso adepto da causa bolchevique, apreciou a oportunidade de Gênova para colocar as convicções revolucionárias a serviço da *Realpolitik*. Proclamou a “coexistência pacífica” pondo a cooperação prática acima das exigências da ideologia:

[...] a delegação russa reconhece que, no atual período da história que permite a existência paralela da velha ordem social e da nova ordem que nasce, a colaboração econômica entre os estados que representam esses dois sistemas de propriedade é imperativamente necessária para a reconstrução econômica geral.²⁵

Ao mesmo tempo, Chicherin combinou o apelo à cooperação com propostas bem próprias para confundir as democracias. Lançou uma agenda tão vasta que não poderia ser implementada, nem ignorada, pelos governos democráticos — uma tática que seria constante na diplomacia soviética. Incluía a abolição de armas de destruição maciça, uma conferência econômica mundial e controle internacional de todas as vias navegáveis. O objetivo era mobilizar a opinião pública ocidental e dar a Moscou a reputação de trabalhar por um internacionalismo pacífico, dificultando às democracias a organização da cruzada anticomunista que era o pesadelo do Kremlin.

Chicherin sentiu-se um intruso em Gênova, embora não mais que os membros da delegação alemã. Os aliados ocidentais não notaram as tentações que estavam criando para a Alemanha e a

União Soviética, ao fingirem que os dois países mais poderosos do continente não existiam. Três solicitações, feitas pelo chanceler alemão e seu ministro do exterior, de um encontro com Lloyd George foram recusadas. A França propôs conversas reservadas com a Inglaterra e a União Soviética, das quais a Alemanha seria excluída. O objetivo dessas reuniões era retomar o esquema tão manuseado de negociar dívidas czaristas por indenizações alemãs — proposta que até diplomatas menos desconfiados que os soviéticos teriam interpretado como uma armadilha para solapar a perspectiva de uma melhoria nas relações soviético-alemãs.

Ao final da primeira semana da conferência, a Alemanha e a União Soviética já temiam ser jogadas uma contra a outra. Quando um dos assessores de Chicherin telefonou para a delegação alemã, à conspirativa hora de 1h15 da madrugada, em 16 de abril de 1922, propondo uma reunião mais tarde, naquele dia, em Rapallo, os alemães aceitaram prontamente. Estavam ansiosos por libertar-se do isolamento, tanto quanto os soviéticos desejavam evitar o privilégio dúbio de se tornarem credores dos alemães. Os dois ministros do exterior redigiram rapidamente um acordo onde a Alemanha e a União Soviética estabeleciam relações diplomáticas, renunciavam às reivindicações que tinham entre si e aplicavam, uma à outra, o princípio de nação mais favorecida. Lloyd George recebeu tarde a informação sobre a reunião e tentou, freneticamente, contatar a delegação alemã para convidá-la à entrevista que havia rejeitado várias vezes. A mensagem chegou a Rathenau, o negociador alemão, quando este saía para assinar o acordo soviético-alemão. Ele hesitou, depois murmurou: *Le vin est tiré. Il faut le boire.* (O vinho foi servido. Deve ser bebido).²⁶

Em um ano, a Alemanha e a União Soviética negociavam acordos secretos de cooperação militar e econômica. Apesar de Rapallo ter posteriormente simbolizado os perigos de uma aproximação soviético-alemã, foi na realidade um daqueles acidentes fatídicos que só parecem inevitáveis em retrospecto: acidental, no sentido de que nenhuma das partes planejava que ocorresse quando ocorreu; inevitável, porque o palco derivou do ostracismo a que os

aliados ocidentais relegaram os dois maiores países continentais, metendo entre eles uma faixa de estados fracos e hostis aos dois, e pelo desmembramento, tanto da Alemanha quanto da União Soviética. Tudo foi um grande estímulo para que a Alemanha e a União Soviética superassem sua hostilidade ideológica e cooperassem na destruição de Versalhes.

Rapallo, por si só, não teve essa consequência; ela simbolizou, no entanto, um interesse comum superior, que continuou ligando os líderes soviéticos e alemães pelo restante do período entre guerras. George Kennan atribuiu este acordo, em parte, à persistência soviética, em parte, à desunião e indiferença ocidentais.²⁷ As democracias ocidentais, realmente, foram míopes e néscias. Mas, depois de cometido o Tratado de Versalhes, só lhes restaram opções proibitivas. A cooperação soviético-alemã poderia ter sido impedida por um acerto inglês e francês com um deles. Mas o preço mínimo de um acerto desses com a Alemanha seria a correção da fronteira polonesa e, quase certamente, o sumiço do corredor polonês. Numa Europa assim, a França só poderia evitar a hegemonia alemã por meio de uma firme aliança com a Inglaterra a que, é claro, os ingleses se recusavam. Da mesma forma, a implicação prática de um acerto desses com a União Soviética teria sido a restauração da Linha Curzon, que a Polônia rejeitaria, e a França nem consideraria. As democracias não se dispunham a pagar esses preços, ou mesmo a reconhecer o dilema de defender o acordo de Versalhes, sem dar à Alemanha ou à União Soviética um bom papel.

Sendo esse o quadro, sempre havia possibilidade de os dois gigantes continentais optarem pela divisão da Europa Oriental entre si, em vez de um entrar nalguma coalizão contra o outro. E foi assim que ficou para Hitler e Stalin, livres do passado e tocados pela ânsia de poder, soprarem o castelo de cartas empilhado pelos estadistas do período entre guerras, homens muito bem-intencionados, amantes da paz e essencialmente tímidos.

11

Stresemann

A volta dos vencidos



Todos os princípios da diplomacia do equilíbrio de poder, tais como praticados na Europa desde William III, imporiam à Inglaterra e à França a formação de uma aliança antigermânica para refrear os impulsos revisionistas de seu inquieto vizinho. Afinal, Inglaterra e França eram ambas mais fracas que a Alemanha — mesmo uma Alemanha derrotada — e só poderiam equilibrá-la em coalizão. Mas a coalizão nunca foi feita. A Inglaterra abandonou a ideia fixa do equilíbrio, que lhe caracterizou a política por três séculos. Oscilou entre uma aplicação superficial do equilíbrio de poder, cujo alvo era a França, e uma crescente devoção ao novo princípio da segurança coletiva, que se esquivava de aplicar. A França estava numa política externa de desespero, alternando entre usar o Tratado de Versalhes para retardar a recuperação alemã e tentar, a meia força, conciliar-se com o vizinho ameaçador. Foi assim que apareceu o estadista destinado a ser o principal construtor do panorama diplomático da década de 1920 — Gustav Stresemann — não entre as potências vitoriosas, mas na Alemanha derrotada.

Mas, antes do aparecimento de Stresemann, houve mais um esforço malfadado, por parte da França, para garantir sua segurança. No final de 1922, com as reparações indefinidas, o desarmamento controverso, garantias britânicas de segurança ausentes e nova aproximação entre Alemanha e União Soviética

acontecendo, a França achou-se no limite da corda. Raymond Poincaré, seu presidente no período da guerra, voltou como primeiro-ministro e decidiu por uma imposição unilateral da cláusula de indenizações de Versalhes. Em janeiro de 1923, tropas francesas e belgas ocuparam o Ruhr, coração industrial da Alemanha, sem consultar os outros aliados.

Lloyd George comentaria, muitos anos mais tarde: “Se não houvesse Rapallo, não haveria o Ruhr”.¹ Mas também é verdade que se a Inglaterra desse uma garantia de segurança, a França não se teria aventurado ao passo desesperado de ocupar o centro industrial da Alemanha. E, se a França fosse mais cordata em relação às indenizações (e ao desarmamento), a Inglaterra talvez se mostrasse mais acessível a uma aliança — embora o significado desta, levando em conta o estágio quase pacifista da opinião pública britânica, seja outro assunto.

Mas a única iniciativa militar unilateral da França demonstrou que ela perdera a capacidade de agir sozinha. A França assumiu o controle das indústrias da região do Ruhr, a fim de tirar aço e carvão em lugar do pagamento das indenizações a que a Alemanha se recusava. O governo alemão ordenou a resistência passiva e pagou aos mineiros e siderúrgicos para não trabalharem. Embora essa política levasse o governo alemão à bancarrota — e causasse a hiperinflação — ela negou à França seu objetivo, tornando a ocupação do Ruhr um espetacular fiasco francês.

A França agora estava completamente isolada. Os Estados Unidos expressaram desaprovação retirando seu exército de ocupação da Renânia. A Inglaterra cerrou a carranca. A Alemanha viu nessa divergência entre os aliados a chance de reaproximação com a Inglaterra. O clima de excitação da resistência nacional à ocupação francesa levou alguns líderes alemães a retomar o antigo projeto da aliança anglo-germânica — outro exemplo da tendência alemã para superestimar suas opções. O embaixador inglês em Berlim, lorde d’Abernon, relatou uma conversa onde um importante estadista alemão ressuscitou alguns dos argumentos da Alemanha imperial para uma aliança britânica, declarando que “a posição de

1914 hoje está invertida. Ficou claro que, assim como em 1914, a Inglaterra lutou contra a Alemanha a fim de opor-se à dominação militar da Europa, no decorrer de alguns anos talvez lute com a França pelo mesmo motivo. Resta saber se a Inglaterra lutaria sozinha ou teria aliados”.²

Nenhum líder inglês responsável pensava em ir tão longe e aliar seu país à Alemanha. Não obstante, em 11 de agosto de 1923, o ministro do exterior, Curzon, e o secretário permanente do ministério, sir Eyre Crowe (autor do Memorando Crowe de 1907), exigiram que a França reconsiderasse sua atitude no Ruhr, caso contrário correria o risco de perder o apoio da Inglaterra em uma crise futura com a Alemanha. Poincaré ignorou. Não considerava o apoio inglês um favor à França, mas um interesse nacional inglês: “[...] caso haja uma situação como a de 1914 [...] a Inglaterra, por interesse próprio, terá de tomar a mesma medida que tomou então”.³

Poincaré estava certo sobre a opção da Inglaterra, quando esta se visse em situação semelhante à de 1914. Mas calculou mal o tempo que levaria a Inglaterra para notar que, de fato, enfrentava crise similar e não viu que, nesse prazo, o instável sistema de Versalhes estaria em frangalhos.

A ocupação do Ruhr terminou no outono de 1923. A França não conseguiu gerar um movimento separatista de vulto no Ruhr, nem na Renânia, onde, pelos termos do Tratado de Versalhes, não era permitida a entrada do exército alemão e, portanto, onde este não poderia abafar um movimento separatista. O carvão tirado durante a ocupação mal pagou os custos da administração da área. Nesse meio tempo, a Alemanha foi assolada por revoltas na Saxônia (da esquerda política) e na Baviera (da direita). A inflação campeava, ameaçando o governo alemão. A indenização da França ficou irrealizável por atitudes francesas.

A França e a Inglaterra tinham dado xeque-mate uma na outra: a França, ao insistir em prejudicar a Alemanha com uma ação unilateral, perdendo o apoio inglês; a Inglaterra, insistindo na

conciliação sem considerar o impacto sobre o equilíbrio de poder, colocou em risco a segurança francesa. Mesmo uma Alemanha desarmada teve força suficiente para anular as ações unilaterais francesas — presságio do que estava por vir, quando a Alemanha se libertasse das amarras de Versalhes.

Na década de 1920, toda vez que as democracias se viam num impasse, invocavam a Liga das Nações, em vez de olhar as realidades geopolíticas. Mesmo o estado-maior inglês incorreu nisso. O próprio memorando citado no capítulo anterior, que identificou a Alemanha como principal ameaça, considerando a França incapaz de uma resistência eficaz, subscrevia as ortodoxias da época: em suas conclusões, o estado-maior não apresentou uma ideia melhor que “fortalecer” a Liga (o que quer que isso fosse) e fazer “alianças *ad hoc* em situações como [...] a Alemanha entrar em fúria”.⁴

Esta linha de ação era o caminho do fracasso. A Liga estava dividida e, quando a Alemanha entrou em fúria, era tarde demais para organizar alianças. Agora, tudo que faltava para a Alemanha garantir uma posição de longo prazo ainda melhor que a de antes da guerra, era um estadista com visão e a paciência de desmanchar as medidas discriminatórias do Tratado de Versalhes.

O líder veio em 1923, quando Gustav Stresemann tornou-se ministro do exterior, depois chanceler. O seu método para renovar a força da Alemanha foi a chamada política do “bom cumprimento”, uma completa inversão da política alemã, com o abandono da guerrilha diplomática que os antecessores faziam contra as medidas do Tratado de Versalhes. A técnica do “bom cumprimento” era tirar proveito do desconforto evidente da Inglaterra e da França com o fosso entre seus princípios e os termos de Versalhes. Em troca do esforço alemão para cumprir uma programação de pagamentos facilitada, Stresemann buscou, por meio dos próprios aliados, livrar-se das provisões políticas e militares mais onerosas do Tratado de Versalhes.

Uma nação vencida na guerra e parcialmente ocupada por tropas estrangeiras tem duas opções. Pode enfrentar o vencedor na

esperança de tornar difíceis as imposições da paz ou cooperar com o vencedor, enquanto recupera forças para uma confrontação posterior. Ambas as estratégias envolvem riscos. Após uma derrota militar, enfrentar pode levar a uma prova de força no momento da fraqueza máxima; colaborar pode ser desmoralizante, pois as políticas que agradam o vencedor tendem a confundir a opinião pública dos derrotados.

Antes de Stresemann, a Alemanha tentara a política da resistência. Táticas de confronto permitiram vencer na crise do Ruhr, porém os agravos da Alemanha nada mudaram com a retirada dos franceses do Ruhr. Curiosamente, a devolução da Alsácia-Lorena à França não foi questão controversa. Mas o novo traçado das fronteiras, dando à Polônia grandes porções de território alemão, teve uma fervorosa oposição nacionalista. Houve pressões generalizadas para cancelar as proibições sobre a força militar alemã. E houve quase unanimidade na Alemanha de que indenizações pedidas pelos aliados eram abusivas.

Diferentemente dos nacionalistas, Stresemann viu que, malgrado a impopularidade do Tratado de Versalhes — aliás, malgrado ele mesmo o abominasse —, era preciso ter ajuda britânica, e até francesa, para livrar-se das medidas mais onerosas. O lance de Rapallo fora útil para amedrontar as democracias ocidentais. Mas a União Soviética não tinha condição de ajudar na recuperação econômica alemã e, dado seu isolamento, nem serventia nos confrontos diplomáticos; algum impacto só se faria sentir depois que a Alemanha fosse forte para desafiar o acordo de Versalhes abertamente. Acima de tudo, recuperação econômica exigia empréstimos estrangeiros, coisa difícil para a Alemanha, em um clima de confrontação. Deste modo, a política do bom cumprimento de Stresemann refletiu, sim, uma avaliação realista das necessidades da recuperação política e econômica alemã: “A debilidade militar”, escreveu ele, “fixa os limites, a natureza e os métodos da política externa da Alemanha”.⁵

Apesar de a política de bom cumprimento basear-se no realismo, este produto estava tão em falta na Alemanha pós-guerra

(especialmente nos círculos conservadores), como nos dias em que a política conservadora contribuiu tanto para deflagrar a Primeira Guerra Mundial. Acabar a guerra com as forças alemãs ainda em solo aliado possibilitara, aos responsáveis pela participação da Alemanha na guerra, fugir das consequências de sua insensatez e pôr a culpa em seus sucessores mais moderados. Lloyd George o previra quando, em 26 de outubro de 1918, comentou no gabinete de guerra as primeiras aberturas da Alemanha pela paz: "O primeiro-ministro disse que a França industrial se aniquilou e que a Alemanha escapara. No momento em que íamos de porrete em suas costas, ela gritou: 'Desisto'. Não seria o caso de continuar batendo como ela bateu na França?".⁶

Seus colegas, no entanto, consideraram a Inglaterra cansada demais para essa linha de ação. O ministro do exterior, Austen Chamberlain, respondeu, abatido, que "vingança é coisa muito cara hoje em dia".⁷

Como Lloyd George pressentia, a nova República de Weimar foi, desde o início, assolada por agitadores nacionalistas, mesmo recebendo termos de paz muito mais generosos do que seria possível ao alto comando militar. Não se creditou aos novos líderes democráticos da Alemanha terem preservado a substância do país sob as condições mais difíceis. Em política, mitigar os prejuízos não dá recompensa, já que é impossível provar que poderia ser muito pior.

Do mesmo modo que, duas gerações depois, foi um presidente conservador americano que organizou a reaproximação americana com a China, somente um líder com as impecáveis credenciais conservadoras de Stresemann poderia ter pensado sequer numa política externa alemã de cooperação, mesmo ambivalente, com o odiado acordo de Versalhes. Filho de um distribuidor de cerveja, Stresemann nasceu em Berlim em 1878, e fez carreira política no Partido Nacional Liberal, partido da burguesia, conservador e favorável aos negócios. Assumiu sua liderança em 1917. Homem de grande sociabilidade, amava literatura e história, as conversas recheadas de citações dos clássicos alemães. Não obstante, suas

primeiras posições em política externa refletiam as teses normais conservadoras. Por exemplo, estava convencido de que a Alemanha fora induzida à guerra por uma Inglaterra invejosa, ávida por manter o seu primado.

Ainda em 1917, Stresemann era a favor de grandes conquistas, tanto no leste quanto no oeste, bem como da tomada de colônias francesas e inglesas na Ásia e na África. Apoiou, também, a guerra submarina irrestrita, decisão fatal que levou os Estados Unidos à guerra. Só para quem julga a *Realpolitik* impérvia aos bens da moderação, constitui uma grande surpresa o fato de um homem que chamou o Tratado de Versalhes “a maior fraude da história”⁸ ter criado a política do bom cumprimento.

Stresemann foi o primeiro político alemão do pós-guerra — e o único democrático — a explorar as vantagens geopolíticas que o acordo de Versalhes conferiu à Alemanha. Ele percebeu a fragilidade das relações franco-britânicas e forçou uma cunha entre os dois aliados da guerra. Explorou com inteligência o temor inglês de um colapso alemão *vis-à-vis* França e União Soviética. Um analista oficial inglês descreveu a Alemanha como baluarte vital contra o bolchevismo, usando argumentos indicadores de que o “bom cumprimento” fazia progressos. O governo alemão “é apoiado pela maioria na assembleia nacional, é genuinamente democrático, pretende cumprir o Tratado de Paz da melhor maneira e merece franco apoio dos aliados”. Sem o apoio inglês, a Alemanha “gravitará inexoravelmente para o bolchevismo agora e, por fim, talvez para a monarquia absoluta de novo”.⁹

Os argumentos ingleses a favor da ajuda à Alemanha guardam certa semelhança com as propostas americanas de ajuda à Rússia, no período de Yeltsin. Em nenhum dos casos, houve uma avaliação das consequências do “sucesso” da política proposta. Se ela tivesse êxito, a Alemanha estaria mais forte, em posição de ameaçar o equilíbrio da Europa. Da mesma maneira, se um programa de auxílio internacional pós-Guerra Fria para a Rússia alcançar seu objetivo, a força russa crescente terá consequências geopolíticas na vasta periferia do antigo Império Russo.

Nos dois casos, os defensores da conciliação tiveram objetivos positivos, de grande alcance mesmo. As democracias ocidentais foram sensatas em aceitar a política de bom cumprimento de Stresemann. Mas erraram, não estreitando os laços entre si. A política de bom cumprimento só podia deixar mais próximo o dia descrito pelo general von Seeckt: “Temos de recuperar as forças, pois logo iremos buscar, naturalmente, tudo que foi perdido”.¹⁰ Os Estados Unidos tiveram visão em dar ajuda à Rússia pós-Guerra Fria; mas quando a Rússia se recuperar economicamente, sua pressão sobre os países vizinhos certamente aumentará. Talvez seja um preço que valha a pena pagar, mas é um equívoco não admitir que existe um preço.

Nas etapas iniciais da sua política de bom cumprimento, as metas finais de Stresemann eram irrelevantes. Se ele queria uma conciliação duradoura ou demolir a ordem existente — ou, mais provável, as duas coisas — primeiro devia libertar a Alemanha da controvérsia das reparações. Exceto a França, os aliados estavam igualmente ansiosos por liquidar essas questões e começar a receber, enfim, alguma indenização. Quanto à França, ela esperava escapar da armadilha em que caíra ao ocupar o Ruhr.

Stresemann habilmente propôs arbitragem internacional para um novo programa de indenizações, esperando que um fórum internacional fosse menos exigente que a França. Em novembro de 1923, a França aceitou a indicação de um banqueiro americano, Charles G. Dawes, como “árbitro imparcial” para reduzir as reivindicações francesas de indenização — símbolo pungente do fim da aliança do tempo da guerra. As propostas da Comissão Dawes para um programa reduzido de pagamentos por cinco anos, foram aceitas em abril de 1924.

Nos cinco anos seguintes, a Alemanha pagou 1 bilhão de dólares de indenizações e recebeu empréstimos de cerca de 2 bilhões, grande parte proveniente dos Estados Unidos. Na realidade, a América estava pagando as indenizações da Alemanha, enquanto a Alemanha utilizava o excedente dos empréstimos americanos para modernizar sua indústria. A França insistira nas indenizações a fim

de manter fraca a Alemanha. Forçada a escolher entre uma Alemanha fraca e uma Alemanha capaz de pagar indenizações, a França optou pela última, mas depois ficou de lado, enquanto as indenizações ajudavam a reconstruir o poder econômico — e militar — da Alemanha.

No final de 1923, Stresemann podia gabar-se de sucesso:

Todas as nossas medidas de natureza política e econômica, por meio da cooperação deliberada das duas potências anglo-saxônicas, o distanciamento da Itália de sua vizinha (a França) e a vacilação da Bélgica, juntaram-se para criar para a França um quadro que ela, a longo prazo, não aguentará.¹¹

A avaliação de Stresemann estava correta. A política de bom cumprimento produziu um dilema insolúvel para a França e para toda a ordem europeia. A segurança francesa exigia alguma discriminação contra a Alemanha na área militar, caso contrário a força superior da Alemanha em potencial humano e recursos prevaleceria. Porém sem igualdade — o direito de produzir armamentos como qualquer outro país europeu — a Alemanha jamais aceitaria o sistema de Versalhes e a doutrina do bom cumprimento seria interrompida.

A técnica do bom cumprimento deixou também os diplomatas ingleses em posição difícil. Se a Inglaterra não concedesse igualdade militar à Alemanha num *quid pro quo* pelo pagamento das indenizações, a Alemanha poderia muito bem voltar à antiga intransigência. Mas igualdade militar para a Alemanha colocava a França em perigo. A Inglaterra poderia ter feito uma aliança com a França para contrabalançar a Alemanha, mas não queria se envolver nas alianças da França com o leste europeu, nem ver-se em guerra com a Alemanha por algum pedaço de território polonês ou tcheco. “Pelo Corredor Polonês”, declarou Austen Chamberlain em 1925, parafraseando o dito de Bismarck sobre os Bálcãs, “nenhum governo arriscará, jamais poderia arriscar, os ossos de um granadeiro inglês”.¹² Seu prognóstico, como o de Bismarck, foi desmentido pelos acontecimentos: a Inglaterra foi sim à guerra — como fora a

Alemanha no início do século — e pela exata causa que havia tão consistentemente desprezado.

Para evitar este dilema, Austen Chamberlain teve, em 1925, a ideia de uma aliança limitada, entre a Inglaterra, a França e a Bélgica, que garantiria somente as fronteiras destas com a Alemanha — em essência, uma aliança militar para resistir à agressão alemã no Ocidente. A essa altura, no entanto, a política de bom cumprimento de Stresemann avançara tanto que lhe era possível praticamente vetar iniciativas dos aliados. Para impedir que a Alemanha fosse identificada como o agressor em potencial, ele declarou que pacto sem a Alemanha era um pacto contra a Alemanha.

Convencido, em parte, de que o medo alemão de um cerco contribuíra para sua política belicosa de antes da guerra, Chamberlain recuou para um curioso acordo híbrido, em que buscava mesclar uma aliança tradicional com o novo princípio da segurança coletiva. Preservando o conceito da aliança originalmente proposta, o novo pacto — assinado em Locarno, na Suíça — garantia as fronteiras entre a França, a Bélgica e a Alemanha contra uma agressão. Fiel ao princípio da segurança coletiva, o texto não definia nem o agressor nem a vítima, prometendo resistência contra ataques partidos de qualquer ponto em *qualquer* direção. O *casus belli* não era mais o ato agressivo de um país específico, mas a violação de uma norma legal por *qualquer* país.

Pelo meio da década de 1920, Stresemann, o ministro de uma Alemanha derrotada, estava muito mais na direção das coisas do que Briand e Chamberlain, representantes dos vencedores. Em troca da renúncia ao revisionismo no oeste, Stresemann teve de Briand e Chamberlain o reconhecimento implícito de que o Tratado de Versalhes necessitava de uma revisão no leste. A Alemanha aceitava sua fronteira *ocidental*, com a França e a Bélgica, e a desmilitarização permanente da Renânia; a Inglaterra e a Itália garantiam esse arranjo, prometendo ajuda para repelir invasões das fronteiras ou da Renânia desmilitarizada, vindas de qualquer direção. Ao mesmo tempo, Stresemann recusava-se a aceitar a fronteira da Alemanha com a Polônia, que os outros signatários também se

recusaram a garantir. A Alemanha fez acordos de arbitramento com seus vizinhos de leste, prometendo a resolução pacífica de todas as disputas. A Inglaterra, no entanto, recusou-se a estender sua garantia, até mesmo a essa promessa. Finalmente, a Alemanha concordava em entrar para a Liga das Nações, assumindo, com isso, a obrigação geral de solução de todas as disputas por meios pacíficos, inclusive, em teoria, sobre as fronteiras não reconhecidas do leste.

O Pacto de Locarno foi recebido com grande alívio e como o despertar de uma nova ordem mundial. Os três ministros do exterior — Aristide Briand, da França, Austen Chamberlain, da Inglaterra, e Gustav Stresemann, da Alemanha — receberam o Prêmio Nobel da Paz. Mas no meio de toda a celebração ninguém notou que os estadistas haviam eludido as questões principais; Locarno não havia pacificado a Europa, apenas definira o próximo campo de batalha.

O clima animador das democracias, ante o formal reconhecimento alemão da sua fronteira oeste, mostra a desordem e a confusão causadas pela mistura de antigos e novos modos de ver questões internacionais, pois nesse reconhecimento estava implícito que o Tratado de Versalhes, fecho de uma guerra vitoriosa, não conseguia que os termos de paz dos vencedores se ajustassem a ele e que a Alemanha adquirira a opção de cumprir somente aquelas cláusulas que escolhera novamente ratificar. Nesse sentido, a recusa de Stresemann em reconhecer as fronteiras orientais da Alemanha era de mau agouro; e a recusa da Inglaterra em garantir até mesmo os tratados de arbitramento dava sanção internacional a duas categorias de fronteira na Europa — aquelas aceitas pela Alemanha e garantidas pelas outras potências e aquelas não aceitas pela Alemanha nem garantidas pelas outras potências.

Para tornar as coisas ainda mais confusas, havia agora na Europa três níveis de compromissos. O primeiro consistia das alianças tradicionais apoiadas pelo mecanismo convencional de reuniões de estado-maior e consultas políticas. Fora de moda, estas limitavam-se a acordos franceses com os novos estados fracos do leste europeu — alianças a participar das quais a Inglaterra se

recusava. No caso de uma agressão alemã no leste, a França enfrentaria uma escolha entre alternativas indesejáveis: abandonar a Polônia e a Tchecoslováquia ou lutar sozinha, seu pesadelo contumaz desde 1870, não sendo um caminho provável que seguisse. O segundo nível consistia de garantias especiais, obviamente consideradas como menos obrigatórias que as alianças formais, o que explica por que nunca encontraram obstáculo na Câmara dos Comuns. Finalmente, havia o próprio compromisso da Liga das Nações com a segurança coletiva, na prática desvalorizado por Locarno, pois se a segurança coletiva fosse, de fato, confiável, Locarno era desnecessário e se caso fosse necessário, a Liga das Nações era, por definição, inadequada para garantir a segurança até dos seus principais membros fundadores.

Considerando que nem a garantia do tipo Locarno nem o conceito geral de segurança coletiva identificavam um agressor em potencial, tornaram impossível o planejamento militar antecipado. Mesmo se a ação militar conjunta fosse possível — não havendo exemplo, no período da Liga —, o mecanismo burocrático garantiria intermináveis demoras na apuração de fatos e nos vários outros procedimentos de conciliação da Liga.

Todas estas estipulações diplomáticas sem precedentes multiplicavam a inquietação dos países que se julgavam mais ameaçados. A Itália acabou garantindo as fronteiras ao longo do Reno, que jamais em sua história ela identificara com a segurança nacional. O interesse da Itália em Locarno fora ser reconhecida como grande potência. Satisfazendo isso, não via motivo para correr riscos de verdade — o que mostraria abertamente, quando a fronteira do Reno correu perigo dez anos depois.

Para a Inglaterra, Locarno foi o primeiro acordo em que uma potência garantia ao mesmo tempo um antigo aliado e um inimigo recentemente derrotado, alegando ser imparcial entre eles. Este acordo representou mais um endosso do resultado militar da guerra que a conciliação entre França e Alemanha. A Alemanha fora derrotada a oeste, mas vencera a Rússia no leste. Locarno

confirmou, na realidade, ambos os resultados e preparou o caminho para o salto final da Alemanha sobre o acordo oriental.

O acordo de Locarno, louvado em 1925 como passo gerador da paz permanente, marcou, na verdade, o início do fim da ordem internacional de Versalhes. Desse ponto em diante, a distinção entre vencedor e vencido foi ficando obscura — uma situação que poderia ser benéfica, se o vencedor derivasse dela maior sensação de segurança ou o derrotado concordasse em viver com o acerto modificado. Isso não ocorreu. A frustração e a sensação de impotência da França cresceram a cada ano que passou, como também a agitação nacionalista na Alemanha. Os aliados da guerra haviam todos abandonado seus papéis — os Estados Unidos de elaboradores da paz, a Inglaterra de mediadora e a França de guardiã do acordo de Versalhes. Unicamente Stresemann, líder da Alemanha derrotada, tinha uma política de longo prazo e com ela moveu, inexoravelmente, seu país para o centro do tabuleiro internacional.

A única esperança de uma nova e pacífica ordem mundial era que o estímulo emocional do próprio acordo e as expectativas criadas, resumidas no *slogan* “o espírito de Locarno”. pudessem superar suas falhas estruturais. Contra a crença de Wilson, não foram as massas que promoveram o novo clima, mas os ministros do exterior — Chamberlain, Briand e Stresemann — dos países cujas suspeitas e rivalidades haviam produzido a guerra e impedido a consolidação da paz.

Não havendo base geopolítica na ordem de Versalhes, os estadistas foram levados a introduzir suas relações pessoais como meio de mantê-la — coisa em que nenhum dos antecessores havia de pensar. Os aristocratas da política externa do século XIX pertenciam a um mundo onde os intangíveis eram entendidos da mesma forma. Quase todos se sentiam à vontade uns com os outros. Mas nunca acharam que suas relações pessoais pudessem influir na avaliação dos interesses nacionais de seus países. Os acordos jamais eram justificados pelo “clima” que geravam, nem concessões se faziam para manter líderes individuais no cargo.

Tampouco os ministros chamavam-se pelo primeiro nome como forma de realçar suas boas relações, para edificação da opinião pública.

Esse estilo de diplomacia mudou após a Primeira Guerra Mundial. Desde então, a tendência de personalizar as relações tem-se acelerado. Quando Briand recebeu a Alemanha na Liga, discursou ressaltando as qualidades humanas de Stresemann, e este respondeu no mesmo tom. Similarmente, a alegada predileção pessoal de Austen Chamberlain pela França fez com que Stresemann acelerasse sua política de bom cumprimento, reconhecendo a fronteira ocidental da Alemanha, quando Chamberlain substituiu no ministério o lorde Curzon, considerado mais pró-Alemanha.

Austen Chamberlain era herdeiro de família ilustre. Filho do brilhante Joseph Chamberlain, defensor de uma aliança com a Alemanha no início do século, era meio-irmão de Neville Chamberlain, que viria a fazer o acordo de Munique. Como seu pai, Austen detinha grande poder nos governos de coalizão da Inglaterra. Mas, também como o pai, nunca atingiu o cargo mais alto; aliás, foi o único líder do partido conservador, no século XX, a não se tornar primeiro-ministro. Segundo um dito espirituoso, Austen “sempre jogou e sempre perdeu”, Harold Macmillan observou, acerca de Austen Chamberlain: “Ele falava bem, mas nunca em grande forma. Era claro, mas não impressionava [...] Era muito respeitado, mas nunca foi temido”.¹³

A principal realização diplomática de Chamberlain foi o seu papel no Pacto de Locarno. Por ser Chamberlain um francófilo declarado, tendo dito certa vez que “amava a França como a uma mulher”, Stresemann temia uma aliança franco-britânica em formação. Foi esse temor que levou Stresemann a pôr em marcha o processo que terminou em Locarno.

Olhando agora, é evidente a fragilidade da política de criar duas categorias de fronteiras na Europa. Mas Chamberlain a considerou a extensão máxima dos compromissos estratégicos da Inglaterra, o ponto a que o público inglês poderia chegar. Até o início do século

XVIII, o limite de segurança da Inglaterra fora o Canal. No século XIX, a segurança da fronteira esteve nos Países Baixos. Austen Chamberlain tentou empurrá-la até o Reno, onde, afinal, ela não foi apoiada, quando a Alemanha a cruzou em 1936. Garantias à Polônia estavam fora do alcance para os estadistas ingleses, em 1925.

Aristide Briand era um líder político clássico da Terceira República. Começando sua carreira como agitador de esquerda, tornou-se figura permanente dos governos franceses — ocasionalmente como primeiro-ministro, porém mais vezes como ministro do exterior (serviu em 14 governos nesse cargo). Ele reconheceu, desde logo, que a posição relativa da França declinava *vis-à-vis* a Alemanha e concluiu que a reconciliação com a Alemanha era o melhor caminho para a segurança de longo prazo da França. Confiando em sua personalidade jovial, contou poder aliviar a Alemanha das medidas mais duras do Tratado de Versalhes.

A política de Briand não podia ser popular num país devastado por exércitos alemães. E é difícil saber se a tentativa de Briand visava a terminar com uma inimizade de séculos ou era apenas uma *Realpolitik* relutante. Em tempos de crise, os franceses preferiam o duro e austero Poincaré, que insistia no cumprimento rígido do Tratado de Versalhes. Quando as crises ficavam dolorosas de suportar — como após a ocupação do Ruhr —, Briand voltava. O problema dessa linha alternada foi a França perder a capacidade de seguir, até a conclusão lógica, uma das políticas dessas figuras tão opostas: a França não era mais forte o bastante para levar a cabo a política de Poincaré, no entanto a opinião pública francesa concedia muito pouco a Briand para ser oferecido à Alemanha numa reconciliação permanente.

Qual fosse sua verdadeira motivação, Briand compreendeu que, se a França não buscasse a conciliação, esta seria extorquida de seu país pela pressão anglo-saxônica e pela crescente força alemã. Stresemann, duro oponente do Tratado de Versalhes como era, acreditava que uma distensão com a França aceleraria a revisão das cláusulas de desarmamento e lançaria as fundações de uma revisão das fronteiras orientais da Alemanha.

Em 27 de setembro de 1926, Briand e Stresemann encontraram-se no exótico vilarejo de Thoiry, nas montanhas francesas do Jura, próximo a Genebra. A Alemanha acabara de entrar na Liga das Nações, recebida por um discurso pessoal, eloquente e caloroso de Briand. Nesse clima de alvoroço, os dois estadistas elaboraram um pacote, cujo objetivo era solucionar a guerra de uma vez por todas. A França devolveria o Sarre, sem o plebiscito previsto pelo Tratado de Versalhes. As tropas francesas evacuariam a Renânia no prazo de um ano e o comitê interaliado de controle militar se retiraria da Alemanha. A Alemanha pagaria 300 milhões de marcos pelas minas de Sarre, aceleraria os pagamentos de indenização à França e cumpriria o Plano Dawes. Briand estava, de fato, trocando as medidas mais odiosas do Tratado de Versalhes por ajuda na recuperação econômica francesa. O acordo demonstrou a posição desigual de barganha de ambos os lados. Os ganhos da Alemanha eram permanentes e irrevogáveis; os benefícios da França eram contribuições únicas, transitórias e financeiras, algumas das quais uma repetição do que a Alemanha já prometera anteriormente.

O acordo encontrou problemas em ambas as capitais. Os nacionalistas alemães eram violentamente contrários a qualquer forma de cooperação com o Tratado de Versalhes, por mais vantajosos que fossem os termos, e Briand foi acusado de jogar fora a Renânia como faixa amortecedora. Houve dificuldades, também, com a emissão de títulos para o financiamento das novas despesas alemãs. Em 11 de novembro, Briand abruptamente interrompeu as conversações, declarando que “a execução da ideia de Thoiry fora inviabilizada por obstáculos técnicos”.¹⁴

Foi a última tentativa de um acordo geral entre a França e a Alemanha no período entre guerras. Também não fica muito claro se, implementado, ele faria tanta diferença. Pois a questão real da diplomacia de Locarno permaneceu — se a conciliação faria a Alemanha aceitar a ordem internacional de Versalhes ou aumentaria a própria capacidade alemã de ameaçá-la.

Após Locarno, esta questão entrou em maior debate. A Inglaterra estava convencida de que a conciliação era a única via prática. Os Estados Unidos achavam que era também um imperativo moral. Com a análise estratégica ou geopolítica fora dos hábitos correntes, as nações conversavam sobre justiça, mesmo discordando diligentemente na sua definição. Seguiram-se apelos gerais à Liga e uma enxurrada de tratados confirmando princípios — parte por convicção, parte por exaustão e parte pelo desejo de contornar dolorosas realidades geopolíticas.

O período pós-Locarno viu a França recuar do acordo de Versalhes, passo a passo, contra a vontade e sob constante pressão inglesa (e americana) para recuar muito mais. Depois de Locarno, jorrou capital — especialmente americano — na Alemanha, acelerando a modernização da sua indústria. O comitê interaliado de controle militar, criado para monitorar o desarmamento alemão, foi extinto em 1927 e suas funções passadas para a Liga das Nações, que não tinha meios de cumpri-las.

O rearmamento secreto da Alemanha se acelerou. Já em 1920, o então ministro da indústria, Walther Rathenau, consolara os oficiais alemães com o argumento de que as provisões de Versalhes sobre o desmantelamento de armas pesadas alemãs afetariam um material que, de qualquer maneira, em pouco tempo estaria obsoleto. E nada, argumentou ele, impedia a pesquisa de armas modernas ou a criação da capacidade industrial de fabricá-las rapidamente. Inspeccionando as manobras do exército, em 1926, logo após a ratificação de Locarno e no momento em que Briand e Stresemann se encontravam em Thoiry, o marechal Von Hindenburg, comandante do exército alemão nos últimos três anos da guerra e recém-eleito presidente da Alemanha, afirmou: “Hoje vi que o padrão tradicional do espírito e da técnica do exército alemão foram preservados”.¹⁵ Se era assim, a segurança francesa estaria em perigo tão logo as restrições ao efetivo do exército alemão fossem suspensas.

Quando o desarmamento veio para o primeiro plano do panorama diplomático, essa ameaça apareceu bem próxima.

Exigindo igualdade política, a Alemanha, cuidadosamente, criava o ambiente psicológico para insistir na paridade militar. A França recusou desarmar-se sem receber mais garantias de segurança; a Inglaterra, o único país em posição de dá-las, negou-se a garantir o acordo oriental e não iria além de Locarno no acordo ocidental, deixando claro o fato de que Locarno era menos comprometedor que uma aliança.

Para evitar, ou pelo menos retardar o dia da igualdade formal alemã a França começou o jogo de criar critérios para a redução de armas, apoiada pelos especialistas em desarmamento da Liga das Nações. Apresentou à comissão de desarmamento da Liga um relatório analítico, relacionando o poder real ao poder potencial, reservas treinadas às tendências demográficas e armas existentes ao ritmo de mudança tecnológica. Mas nenhuma das teorias assim tecidas abordou a questão fundamental: em níveis iguais de armamento, ainda que baixos, a segurança francesa corria perigo em virtude do potencial superior de mobilização da Alemanha. Parecendo aceitar as premissas da comissão preparatória, a França gerava mais pressão contra si mesma. No final, tantas manobras francesas só serviram para aumentar a convicção anglo-saxônica de que a França era o verdadeiro obstáculo ao desarmamento e, portanto, à paz.

O comovente dilema francês era que, após Locarno, a França não conseguiu mais seguir suas convicções, teve de se contentar em mitigar suas apreensões. A política francesa tornou-se cada vez mais reativa e defensiva. Simbolizando esse estado de espírito, a França começou a construir a Linha Maginot, dois anos após Locarno — quando a Alemanha ainda estava desarmada e a independência dos novos estados da Europa Oriental dependia da capacidade da França de vir em seu socorro. No caso de um ataque alemão, a Europa Oriental somente poderia ser salva se a França tivesse uma estratégia ofensiva centrada no uso da Renânia desmilitarizada como penhor. Mas a Linha Maginot indicava que a França tinha a intenção de permanecer na defensiva dentro das suas próprias fronteiras,

liberando, desse modo, a Alemanha para agir à vontade no leste. As estratégias política e militar francesas estavam de passo errado.

Líderes confusos tendem a substituir o sentido de direção por manobras de relações públicas. Querendo parecer ativo em algo, Briand aproveitou o décimo aniversário da entrada dos Estados Unidos na guerra para apresentar a Washington, em junho de 1927, o esboço de um tratado pelo qual os dois governos renunciariam à guerra em suas relações e solucionariam as disputas por meios pacíficos. O secretário de estado americano, Frank B. Kellogg, não soube muito bem como responder a um documento que renunciava àquilo que ninguém temia e oferecia o que todos já tinham como certo. A aproximação do ano eleitoral de 1928 ajudou a clarear a mente de Kellogg; “paz” era popular e a proposta de Briand tinha a vantagem de não conter nenhuma consequência prática.

No início de 1928, o secretário Kellogg quebrou seu silêncio e aceitou o tratado. Mas ganhou de Briand, propondo que a renúncia à guerra incluísse o maior número possível de nações. A coisa era irresistível, posto que sem sentido. Em 27 de agosto de 1928, o Pacto de Paris (popularmente conhecido como Pacto Briand-Kellogg), renunciando à guerra como instrumento de política nacional, foi assinado, com grande pompa, por 15 nações. Foi imediatamente ratificado por praticamente todos os 300 países do mundo, inclusive a Alemanha, o Japão e a Itália, cujas agressões desgraçariam a década seguinte.

Mal o pacto foi assinado, os estadistas do mundo começaram a pensar melhor sobre o assunto. A França colocou ressalvas em sua proposta original e inseriu uma cláusula legalizando guerras em autodefesa e guerras para honrar obrigações do Acordo da Liga, das garantias de Locarno e de todas as alianças da França. Voltou tudo à estaca zero, pois as exceções abrangiam todos os casos práticos concebíveis. Logo, a Inglaterra reivindicou liberdade de ação para defender seu império. As ressalvas americanas foram as mais vastas de todas; diziam respeito à Doutrina de Monroe, ao direito à autodefesa e a cada país ser o juiz de suas próprias necessidades de autodefesa. Aproveitando para abrir todos os vazamentos, os

Estados Unidos recusavam-se, também, a participar de qualquer ação punitiva do pacto.

Depondo na comissão de relações exteriores do senado, alguns meses depois, Kellogg expôs a extraordinária teoria de que o pacto não criava para os Estados Unidos nenhuma obrigação de ajudar vítimas de agressão, pois haver a própria agressão significava que o pacto estava superado. “Suponhamos que alguma nação quebre este pacto; que razão temos para nos meter?”, perguntou o senador Walsh, de Montana. “Nenhuma”, respondeu o secretário de estado.¹⁶

Kellogg reduzira o tratado à tautologia de que o Pacto de Paris preservaria a paz, desde que a paz estivesse sendo preservada. A guerra estava proibida em todas as circunstâncias, exceto as previsíveis. Não admira que D. W. Brogan tenha dito, sobre o Pacto Briand-Kellogg: “Os Estados Unidos, que haviam abolido os males da bebida através da 18ª Emenda [a *lei seca*], convidaram o mundo para largar da guerra como quem larga da bebida. E o mundo, não ousando crer nem duvidar, largou”.¹⁷

No caso, a ideia original de Briand foi usada pelos velhos aliados como novo instrumento de pressão sobre a França. Agora, foi dito, com a guerra proibida a França tinha obrigação de acelerar o seu desarmamento. Para simbolizar a era da boa vontade, os aliados acabaram a ocupação da Renânia em 1928, cinco anos antes do previsto.

E Austen Chamberlain fez saber que, no que concernia à Inglaterra, a fronteira polonesa com a Alemanha poderia, aliás até deveria, ser modificada, se os alemães fossem civilizados sobre o assunto:

Se ela (a Alemanha) entrar na Liga e lá cumprir seu papel num espírito amistoso e conciliatório, eu próprio quero crer que, dentro de um número razoável de anos, ela estará numa posição em que o seu apoio econômico e comercial será tão necessário e sua amizade política tão desejável para a Polônia, que, sem recorrer aos mecanismos da Liga, ela será capaz de fazer um acordo amigável por sua própria conta, diretamente com os poloneses [...] Se a imprensa e o público alemães

pudessem parar de falar tanto nas fronteiras orientais, poderiam chegar mais rapidamente a uma solução.¹⁸

Stresemann habilmente utilizou a entrada da Alemanha na Liga para aumentar suas opções em relação à União Soviética e para intensificar a pressão alemã sobre a França pela paridade em armamentos. Stresemann, por exemplo, solicitou e recebeu uma exceção, dispensando a Alemanha de tomar parte em medidas punitivas da Carta da Liga (Artigo 16), com o argumento de que a Alemanha desarmada não tinha condições de enfrentar os riscos das sanções. Em seguida, no estilo bismarckiano, Stresemann notificou Moscou que pedira dispensa, pela aversão da Alemanha a tomar parte em qualquer coalizão antissoviética.

Moscou entendeu a indireta. Um ano após Locarno, em abril de 1926, foi assinado em Berlim um tratado de neutralidade entre a União Soviética e a Alemanha. Cada lado concordava em ficar neutro se o outro fosse atacado; cada lado aceitava não ser parte em combinação política ou boicote econômico dirigidos ao outro, presume-se, qualquer que fosse o motivo. Na prática, os dois países excluía-se da aplicação da segurança coletiva um contra o outro. E a Alemanha já se dispensara das sanções contra qualquer outro país. Berlim e Moscou uniam-se na hostilidade à Polônia, como disse o chanceler alemão Wirth ao seu embaixador em Moscou, Ulrich von Brockdorff-Rantzau: "Francamente, a Polônia deve ser eliminada [...] Não farei tratado que possa fortalecer a Polônia".¹⁹

Não obstante, os franceses, especialmente Briand, concluíram que uma política de bom cumprimento permanecia como a única opção vantajosa para a França. Se os piores temores da França se realizassem, e a Alemanha retomasse uma política belicosa, a esperança de eventualmente obter apoio inglês e manter a boa vontade americana certamente seria menor se a França pudesse ser acusada de ter atrapalhado a conciliação.

Gradualmente, o centro de gravidade da Europa deslocou-se para Berlim. Por incrível que pareça, pelo menos em retrospecto, a posição interna de Stresemann piorou durante todo esse tempo.

Nota-se a atitude nacionalista predominante na reação ao chamado Plano Young, que os aliados haviam proposto quando o prazo de cinco anos do Plano Dawes expirou, em 1929. O Plano Young reduziu ainda mais as reparações alemãs e marcou-lhes uma data terminal, mesmo distante. Em 1924, o Plano Dawes se adotara com apoio dos conservadores alemães; em 1929, o Plano Young, de termos bem melhores, foi recebido sob o ataque violento dos conservadores alemães apoiados pelo crescente partido nazista e pelos comunistas. Enfim, foi aprovado pelo Reichstag por apenas 20 votos.

Por alguns anos, o pretendido espírito de Locarno significara o desejo de boa vontade entre os antigos adversários da Primeira Guerra Mundial. Só que, em alemão, a palavra "espírito" é também sinônimo de "fantasma," e, até o fim da década, assim ficou em uso nos círculos nacionalistas para trocar do "fantasma" de Locarno. Esse sarcasmo sobre a questão central da ordem internacional de Versalhes existiu mesmo nos dias tranquilos da recuperação econômica, antes que a Depressão radicalizasse irreparavelmente a política alemã.

Stresemann morreu em 3 de outubro de 1929. Foi insubstituível, pois a Alemanha não possuía nenhum outro político de caráter e sutileza comparável e, mais que tudo, porque a reabilitação da Alemanha e a pacificação da Europa ocorreram, em grande parte, devido à confiança que as potências ocidentais tinham em sua personalidade. Por muito tempo, predominou a opinião de que Stresemann incorporara todas as qualidades do "bom europeu". Nesse sentido, foi tratado como precursor do grande Konrad Adenauer, que reconheceu que a França e a Alemanha tinham, na realidade, um destino comum por sobre o abismo de suas rivalidades históricas.

Todavia, quando houve acesso aos papéis de Stresemann, eles pareceram contradizer a avaliação benigna a seu respeito. Neles aparecia um praticante calculista da *Realpolitik*, que perseguiu o tradicional interesse nacional alemão com persistência implacável. Para Stresemann, esses interesses eram simples e diretos: restaurar

a Alemanha em sua estatura prévia a 1914, acabar com a carga financeira das reparações, chegar à paridade militar com a França e a Inglaterra, rever a fronteira oriental da Alemanha e realizar a anexação (*Anschluss*) da Áustria e da Alemanha. Edgar Stem-Rubarth, um auxiliar de Stresemann, descreveu assim os objetivos do seu chefe:

A esperança final de Stresemann, como certa vez o confessou a mim, era: libertar a Renânia, recuperar Eupen-Malmédy e o Sarre, aperfeiçoar a *Anschluss* da Áustria e ter, sob um mandato ou doutra maneira, uma colônia africana, onde matérias-primas tropicais essenciais estivessem garantidas e onde houvesse escoadouro para a energia excedente da geração mais jovem.²⁰

Stresemann claramente não foi, então, um “bom europeu” no sentido da expressão pós-Segunda Guerra Mundial, critério no entanto que ainda não existia. A maioria dos estadistas ocidentais compartilhava da opinião de Stresemann, de que o Tratado de Versalhes precisava de revisão, especialmente no leste e que Locarno fora apenas uma etapa do processo. Para a França, claro, era insuportável ter de lidar com uma Alemanha rediviva, após uma guerra em que os franceses haviam consumido sua própria essência. Mas era um reflexo correto da nova distribuição de poder e Stresemann percebeu que, mesmo dentro dos limites do Tratado de Versalhes, a Alemanha era a nação potencialmente mais forte da Europa. Dessa estimativa, ele extraiu a conclusão de *Realpolitik* de que tinha diante de si a oportunidade de reconstruir a Alemanha, no mínimo até seu nível pouco antes de 1914 e, provavelmente, além dele.

Ao contrário dos seus críticos nacionalistas, no entanto — e muito ao contrário dos nazistas —, Stresemann fez valer a paciência, o meio-termo e as bênçãos do consenso europeu para alcançar suas metas. A agilidade mental permitiu-lhe trocar concessões no papel — especialmente na questão delicada e simbólica das indenizações — pelo fim da ocupação militar da Alemanha e pela perspectiva de mudanças de longo prazo, que colocariam o seu país em posição cada vez mais central. Diversamente dos nacionalistas alemães,

entretanto, ele não via nenhuma necessidade de revisão violenta do Tratado de Versalhes.

A chance de Stresemann executar sua política era inerente aos recursos e ao potencial da Alemanha. A guerra não estropiara o poder da Alemanha, e Versalhes acentuara sua posição geopolítica. Nem mesmo uma derrota imensamente mais catastrófica, na Segunda Guerra Mundial, eliminaria a influência da Alemanha na Europa. Ao contrário de ver Stresemann como precursor do assalto nazista aos valores ocidentais, seria mais certo ver os excessos nazistas como uma interrupção no avanço, gradual e quase certamente pacífico, de Stresemann em resgatar um papel decisivo para o seu país na Europa.

Com o tempo, para Stresemann, a tática poderia ter se transformado em estratégia, e os expedientes em convicções. Em nosso próprio tempo, a motivação original para o restabelecimento de relações amigáveis do presidente Sadat com Israel foi, quase certamente, mudar a imagem ocidental da belicosidade árabe e colocar Israel na defensiva psicológica. Como Stresemann, Sadat tentou uma cunha entre seu adversário e os amigos do adversário. Aceitando exigências israelenses razoáveis, ele esperava enfraquecer a recusa de devolver terras árabes e, especialmente, egípcias. Mas, com o tempo, Sadat realmente foi o apóstolo da paz e pacificador internacional, em vez do que, de início, bem poderia não passar de simples pose. No fim, paz e conciliação deixaram de ser para Sadat instrumentos do interesse nacional e foram valores em si mesmos. Estaria Stresemann num caminho semelhante? Sua morte prematura deixou-nos essa possibilidade como um dos enigmas da história.

Na época da morte de Stresemann, a questão das reparações estava para ser resolvida, e a fronteira ocidental da Alemanha fora acertada. A Alemanha continuou revisionista de suas fronteiras orientais e das cláusulas de desarmamento do Tratado de Versalhes. A tentativa de pressionar a Alemanha pela ocupação do seu território fracassara, e a abordagem modificada da segurança coletiva em Locarno não silenciou a reivindicação alemã de paridade. Os

estadistas da Europa refugiavam-se, agora, num compromisso total com o desarmamento como melhor esperança para a paz.

A noção de que a Alemanha tinha direito à paridade fixara-se na mente inglesa. Logo na sua primeira passagem pelo cargo, em 1924, o primeiro-ministro trabalhista Ramsay MacDonald proclamou o desarmamento como sua prioridade máxima. No seu segundo governo, iniciado em 1929, ele interrompeu a instalação de uma base naval em Cingapura e a construção de cruzadores e submarinos novos. Em 1932, seu governo anunciou uma moratória na construção de aviões. O principal conselheiro de MacDonald sobre o assunto, Philip Noel-Baker, declarou que só o desarmamento evitaria outra guerra.

Mas a incompatibilidade entre paridade para a Alemanha e segurança para a França ficou sem solução, talvez por ser insolúvel. Em 1932, um ano antes de Hitler chegar ao poder, o primeiro-ministro francês Edouard Herriot prognosticou: "Não tenho ilusões. Estou convencido de que a Alemanha quer se rearmar [...] Estamos num ponto de inflexão da história. Até aqui, a Alemanha adotou uma política de submissão [...] Agora, começa uma política afirmativa. Amanhã, uma política de exigências territoriais".²¹ Notável, nessa declaração, seu tom passivo e resignado. Herriot nada disse do exército francês, ainda o maior da Europa; da Renânia desmilitarizada em Locarno; da Alemanha ainda desarmada; ou da responsabilidade francesa pela segurança da Europa Oriental. Sem vontade de lutar por suas convicções, a França apenas aguardava os fatos.

A Inglaterra via as coisas no continente de uma perspectiva bem diferente. Desejando conciliar a Alemanha, pressionava a França, sem cessar, para conceder a paridade de armamentos. Os peritos em desarmamento são notoriamente bons em esquemas que satisfazem o aspecto formal das questões de segurança, sem tocar na essência. Seguindo a técnica, os peritos ingleses imaginaram dar paridade à Alemanha, mas sem permitir o recrutamento, teoricamente valorizando a reserva de tropas treinadas da França

(como se a Alemanha, após chegar tão longe, não encontrasse o jeito de contornar essa última restrição, relativamente pequena).

No mesmo ano fatídico antes da ascensão de Hitler ao poder, o governo democrático alemão teve a coragem de retirar-se da Conferência de Desarmamento, em protesto contra o que chamou de discriminação francesa. Foi persuadido a voltar com a promessa de "igualdade de direitos num sistema de segurança para todas as nações",²² expressão astuta ligando o direito teórico à paridade com medidas de "segurança" que a tornavam difícil de alcançar. A disposição do público não tomou conhecimento de tais sutilezas. O jornal de esquerda *New Statesman*, órgão do partido trabalhista inglês, saudou a fórmula como "aceitação irrestrita do princípio da igualdade entre os estados". Do outro lado do espectro político inglês, o *Times* falou elogiosamente na "oportuna reparação da desigualdade".²³

A fórmula "igualdade dentro de um sistema de segurança" era, porém, uma contradição em termos. A França não tinha mais força suficiente para defender-se da Alemanha, e a Inglaterra continuava recusando a aliança militar com a França, que poderia estabelecer uma aproximação grosseira de igualdade geopolítica (apesar de, com a experiência da guerra, até isso ser questionável). Enquanto insistia em definir a igualdade em termos puramente formais, para acabar com o tratamento discriminatório da Alemanha, a Inglaterra silenciava sobre o impacto de tal igualdade no equilíbrio europeu. Em 1932, um irritado primeiro-ministro MacDonald disse ao ministro do exterior francês, Paul-Boncour: "O pedido da França sempre trouxe a dificuldade de exigir da Inglaterra obrigações adicionais e isso, no momento, não se pode admitir".²⁴ O impasse perturbador continuou até que Hitler abandonou as negociações de desarmamento, em outubro de 1933.

Após uma década em que a diplomacia se concentrara na Europa, foi o Japão — inesperadamente — que demonstrou a inutilidade da segurança coletiva e da própria Liga, anunciando uma década de violência crescente para os anos 1930.

Em 1931, forças japonesas ocuparam a Manchúria, legalmente parte da China, apesar de a autoridade do governo central chinês lá não funcionar havia muitos anos. Intervenção nessa escala ninguém tentara desde a criação da Liga. Porém a Liga não possuía mecanismos de força, nem para as sanções econômicas contempladas em seu Artigo 16. Nas hesitações, a Liga exemplifica o dilema da segurança coletiva: nenhum país se dispôs a uma guerra com o Japão (ou podia fazê-lo sem a participação americana, pois a marinha japonesa dominava os mares asiáticos). Mesmo que existissem os mecanismos de sanção econômica, país nenhum pretendia restringir seu comércio com o Japão em plena Depressão; por outro lado, nenhum país queria aceitar a ocupação da Manchúria. Membro algum da Liga sabia como superar essas contradições internas.

Finalmente, imaginou-se um mecanismo para que nada fosse feito, na forma de uma comissão de inquérito — o estratagema padrão dos diplomatas para mostrar que inação é o que se quer. Tais comissões levam tempo para se reunir, para começar os exames, para chegar a um consenso — altura em que, com sorte, o problema talvez tenha até desaparecido. O Japão confiava tanto nesse esquema, que tomou a iniciativa de pedir um levantamento de fatos dessa maneira. O que veio a ser conhecido como a Comissão Lytton concluiu que o Japão tinha queixas justificadas, mas errara por não ter primeiro esgotado todos os meios pacíficos de reparação. Essa reprimenda mais amena pela ocupação de um território maior que ele próprio foi demais para o Japão, que respondeu saindo da Liga das Nações. Foi o primeiro passo para o desmantelamento de toda a instituição.

Na Europa, todo o incidente foi tratado como uma espécie de aberração peculiar a continentes distantes. As conversações do desarmamento prosseguiram, como se não existisse a crise da Manchúria, transformando o debate sobre segurança *versus* paridade em um ato em grande parte cerimonial. Foi quando, dia 30 de janeiro de 1933, Hitler chegou ao poder na Alemanha e

demonstrou que o sistema de Versalhes tinha sido, de fato, um castelo de cartas.

O fim das ilusões

Hitler e a demolição de Versalhes



O advento de Hitler ao poder é uma das maiores calamidades da história do mundo. Não fora por ele, a queda do castelo de cartas da ordem internacional de Versalhes poderia ocorrer de maneira pacífica ou, pelo menos, não catastrófica. Era inevitável que a Alemanha se tornasse, naquela ordem, a nação mais forte do continente; a orgia de matança e devastação que a queda desencadeou foi obra de uma personalidade demoníaca.

Hitler chegou à eminência pela oratória. Ao contrário de outros chefes revolucionários, era um aventureiro político solitário, que não representava nenhuma escola importante do pensamento político. Sua filosofia, expressa em *Minha luta* (*Mein Kampf*), variava do banal ao fantástico e não passava de uma nova versão popular da posição convencional radical de direita. Isolada como tal, nunca teria lançado uma corrente intelectual que culminasse em revolução, como foi o caso de *O capital*, de Marx, ou da obra dos filósofos do século XVIII.

A habilidade demagógica catapultou Hitler à liderança da Alemanha e continuou sendo a viga mestra de sua carreira. Com os instintos do proscrito e uma visão infalível para fraquezas psicológicas, ele manipulou seus adversários de perda em perda, até se verem liquidados, prontos a aceitar seu domínio. No campo internacional, ele explorou implacavelmente a consciência pesada das democracias com o Tratado de Versalhes.

Como chefe de governo, Hitler operou mais por intuição que por análise. Tendo-se por um artista, evitava hábitos sedentários e estava constantemente em movimento. Não gostava de Berlim e buscava conforto em seu refúgio da Baviera, onde ficava meses a fio, apesar de logo se sentir entediado, mesmo lá. Como desprezava o trabalho metódico e seus ministros tinham pouco acesso a ele, a decisão política ia aos trancos e barrancos. O que fosse coerente com ímpetos de atividade frenética, avançava; o que exigisse aplicação continuada tendia a se extinguir.

A essência da demagogia reside em destilar emoção e frustração num só instante. Fruir desse momento e chegar a uma relação mesmérica, quase sensual, com seu grupo e seu público, foram as especialidades de Hitler. No estrangeiro Hitler teve muitos êxitos, enquanto, ao mundo, ele pareceu buscar objetivos normais e limitados. Todos os seus grandes triunfos em política externa ocorreram nos primeiros cinco anos de seu governo — 1933-1938 — advindos da suposição de suas vítimas de que a meta era reconciliar o sistema de Versalhes aos proclamados princípios do próprio sistema.

Quando Hitler abandonou a desculpa de reparar injustiças, sua credibilidade desapareceu. Voltado a conquistas escancaradas, perdeu o velho toque de habilidade. Houve ainda lampejos ocasionais de intuição, como a concepção da campanha da França em 1940 e, em 1941, sua recusa em permitir o recuo da frente de Moscou, que quase certamente teria provocado o colapso do exército alemão. A experiência seminal de Hitler, no entanto, parece ter sido a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Ele jamais deixou de contar como soube dela, baixado a um hospital militar, parcialmente cego por efeito de gás mostarda. Atribuindo a derrota da Alemanha à traição, a uma conspiração judaica e à falta de firmeza, ele afirmaria pelo resto da vida que a Alemanha só podia ser vencida por si mesma, não por estrangeiros. Esse raciocínio transmutou o resultado de 1918 em traição, e a falha dos líderes alemães, não lutando até o fim, tornou-se o lugar-comum da retórica obsessiva de Hitler e de seus entediantes monólogos.

Estranhamente, Hitler nunca pareceu realizar-se na vitória; no fundo, ele só via a imagem de si mesmo superando um fim iminente por pura força de vontade. Psicólogos talvez aí encontrem uma explicação para o fato de Hitler dirigir a guerra de uma forma que parecia sem fundamento estratégico ou político, até os recursos da Alemanha serem totalmente dissipados e ele poder, enfim, e ainda assim obstinadamente, realizar-se ao enfrentar o mundo de um abrigo antiaéreo na capital invadida do seu país quase completamente ocupado.

Egomania e habilidade demagógica eram dois lados da mesma moeda. Hitler era incapaz de uma conversa normal e excursionava em longos monólogos ou caía em silêncio macabúzio, se algum interlocutor conseguia tomar a palavra — às vezes chegava a cochilar.¹ Hitler estava acostumado a atribuir sua ascensão quase milagrosa, do mundo inferior de Viena ao domínio incontestado da Alemanha, a qualidades pessoais sem rivais em qualquer contemporâneo. Daí, uma história de sua ascensão ao poder fazer parte da liturgia mortal das “conversas à mesa” de Hitler, transcritas por seus discípulos.²

Mas houve consequências mais mortais da egomania de Hitler; ele convencera a si mesmo — e, pior, a sua roda — de que ante faculdades tão únicas, todas as metas precisavam ser atingidas durante sua vida. Como, baseado na história familiar, ele estimara que teria vida relativamente curta, jamais pôde deixar que quaisquer dos seus sucessos amadurecessem, seguindo adiante num programa ligado à avaliação de sua existência física. A história não tem outro exemplo de uma grande guerra começar a partir de uma conjectura médica.

Vendo bem, os surpreendentes êxitos iniciais de Hitler montam a uma rápida colheita de oportunidades criadas pela política de antecessores que ele desprezava, especialmente Stresemann. Tal qual a Paz da Vestfália, o Tratado de Versalhes deixou um país poderoso frente um grupo de estados muito menores e desprotegidos em sua fronteira oriental. A diferença, no entanto, é que isso foi intencional na Vestfália, e muito ao contrário em

Versalhes. Versalhes e Locarno haviam aparado o caminho da Alemanha na Europa Oriental, onde uma liderança alemã paciente teria, com o tempo, chegado ao predomínio por meios pacíficos, talvez mesmo dado de bandeja pelo Ocidente. Mas a megalomania temerária de Hitler fez, do que poderia ter sido evolução pacífica, uma guerra mundial.

De início, a verdadeira natureza de Hitler foi disfarçada por sua aparência comum. Nem o sistema alemão nem os europeus ocidentais acreditaram que ele realmente pretendesse derrubar a ordem existente, embora declarasse exaustivamente essa intenção. Cansada da importunação de um partido nazista cada vez maior, abatida pela Depressão e pelo caos político, a liderança conservadora alemã indicou Hitler para chanceler e tentou tranquilizar-se, cercando-o de conservadores respeitáveis (havia apenas três membros do partido nazista no primeiro gabinete de Hitler, dia 30 de janeiro de 1933). Mas Hitler não chegara lá para ser cerceado por manobras parlamentares. Com alguns gestos bruscos (e em 30 de junho de 1934, um expurgo que assassinou vários rivais e adversários), tornou-se ditador da Alemanha 18 meses depois de empossado.

A reação inicial das democracias ocidentais à subida de Hitler foi de acelerar seu compromisso de desarmamento. O governo da Alemanha agora era chefiado por um chanceler que proclamava a intenção de liquidar o acordo de Versalhes, rearmar-se e partir para uma política de expansão. Ainda assim, as democracias não viram necessidade de tomar precauções especiais. Hitler no poder até fortaleceu o compromisso da Inglaterra com o desarmamento. Alguns diplomatas ingleses acharam mesmo que Hitler dava mais esperança de paz que os governos instáveis que o haviam precedido. "A assinatura de Hitler comprometeria toda a Alemanha, como a de nenhum alemão em todo o seu passado",³ escreveu exuberante o embaixador Phipps ao Foreign Office. Era desnecessária a garantia inglesa à França, segundo Ramsay MacDonald, pois se a Alemanha rompesse o acordo desarmamentista, "a força da oposição mundial seria irresistível".⁴

É claro que a França não se acalmou com esses reconfortos. O problema ainda era a segurança, a Alemanha rearmar-se e a Inglaterra recusar uma garantia. Se a opinião pública mundial era tão pronta em lidar com transgressores, por que a Inglaterra relutava na garantia? Porque a “opinião pública não apoiaria”, respondeu sir John Simon, ministro do exterior inglês, confirmando o pesadelo da França de não contar com a Inglaterra para defender o que se recusava a garantir.⁵ Mas por que o público inglês não apoiava a garantia? Por não considerar provável o ataque, respondeu Stanley Baldwin, chefe do partido conservador e líder do governo inglês em tudo, menos no título: “Se fosse possível provar que a Alemanha se rearmava, seria um fato novo que a Europa teria de enfrentar [...] Surgida essa situação, o governo de Sua Majestade a examinaria muito seriamente, porém não surgiu”.⁶

A referência era interminavelmente circular e contraditória: a garantia era arriscada, mas desnecessária; com a paridade, a Alemanha estaria satisfeita. No entanto, a garantia de que a Alemanha, então, não ameaçava era perigosa demais, embora a opinião mundial detivesse um transgressor ao condená-lo. O próprio Hitler colocou um fim nas evasivas e na hipocrisia. Em 14 de outubro de 1933, a Alemanha simplesmente saiu da sala da Conferência de Desarmamento para sempre — não porque Hitler fosse mal tratado, mas porque as exigências alemãs de paridade poderiam ser atendidas, frustrando seu desejo de rearmamento irrestrito. Uma semana depois, Hitler retirou-se da Liga das Nações e, no início de 1934, anunciou o rearmamento alemão. Apartando-se da comunidade mundial dessa maneira, a Alemanha não sofreu nenhum dano visível.

Hitler lançara um repto; as democracias, no entanto, não entenderam bem o que ele significava. Ao rearmar-se, não estava Hitler, afinal, fazendo o que a maioria dos membros da Liga já lhe havia permitido em princípio? Por que reagir, antes de Hitler cometer algum ato realmente classificável de agressão? Pois não era disso que tratava a segurança coletiva? E assim os governantes das democracias ocidentais evitaram o desconforto de escolhas

obscuras. Era muito mais fácil esperar uma demonstração clara de má-fé de Hitler, pois, sem ela, não haveria apoio público para medidas enérgicas, acreditavam os líderes das democracias. Hitler, lógico, só tinha motivos para esconder suas verdadeiras intenções, até ser tarde demais para as democracias ocidentais armarem uma resistência efetiva. De qualquer modo, os estadistas democráticos do período entre guerras temiam mais a guerra do que uma alteração no equilíbrio de poder. Segurança, argumentou Ramsay MacDonald, obtém-se “por meios morais e não militares”.

Hitler usou habilmente tais atitudes com ofensivas periódicas de paz, adaptadas às ilusões das vítimas possíveis. Quando deixou as tertúlias de desarmamento, propôs limitar o exército alemão em 300 mil homens e a força aérea alemã à metade da francesa. A oferta desviou a atenção do fato de que a Alemanha ignorava o limite de 100 mil homens estabelecido em Versalhes, aceitando novos tetos inatingíveis em anos — a serem também abandonados.

A França recusou, declarando que cuidaria da própria segurança. A insolência da resposta francesa não escondia que o pesadelo da França — paridade militar com a Alemanha (ou pior) — estava às portas. A Inglaterra tirou a conclusão de que o desarmamento se tornara mais importante que nunca. O gabinete anunciou: “Nossa política ainda é buscar, por meio da colaboração internacional, a limitação e redução do armamento mundial, nossa obrigação sob o Acordo e única maneira de evitar uma corrida armamentista”.⁷ Quer dizer, o gabinete chegou à notável ideia de que a melhor opção era negociar a partir do que — na sua própria avaliação — evoluía para uma posição de fraqueza. Em 29 de novembro de 1933 — seis semanas depois que Hitler mandou a delegação alemã abandonar a Conferência de Desarmamento — Baldwin disse ao gabinete:

Não fosse nossa esperança na limitação de armamentos, teríamos todo o direito de estar inquietos, não só no que diz respeito à situação da força aérea, mas também do exército e da marinha. (A Inglaterra) vinha fazendo o máximo para criar um desarmamento que incluísse a Alemanha.⁸

Com a Alemanha a rearmar-se e o estado das defesas inglesas, nas próprias palavras de Baldwin, inquietante, seria mesmo razoável um esforço maior de defesa. Mas Baldwin tomou o caminho exatamente oposto. Manteve o congelamento da produção de aviões de combate, instituído em 1932. O gesto era “uma prova a mais do desejo do governo da Sua Majestade de prestigiar a Conferência de Desarmamento”.⁹ Baldwin não explicou que bom motivo teria Hitler para negociar um desarmamento que a Inglaterra tornava unilateral. Uma explicação mais caridosa para o ato de Baldwin é que a Inglaterra projetava novos modelos de aviões; nada tendo a produzir até que esses estivessem prontos, Baldwin transformava necessidade em “virtude”.

A França buscou refúgio no que desejaria que fosse realidade. O embaixador inglês em Paris informava: “A França voltou, de fato, a uma política de extrema cautela; opõe-se a quaisquer medidas enérgicas que lembrem ações militares”.¹⁰ Um relatório a Edouard Daladier, então ministro da guerra, mostra que até a França se inclinava para a ortodoxia da Liga. O adido militar francês em Berlim indicou o desarmamento como a forma mais eficaz de conter Hitler, convencido de que havia fanáticos mais perigosos do que ele rondando:

Parece que não nos resta outra via a não ser um entendimento que detenha [...] ao menos por um tempo, o progresso militar da Alemanha [...] Se Hitler é sincero em seu desejo de paz, seremos cumprimentados pelo acordo; se tem outros objetivos, ou der lugar, um dia, a algum fanático, pelo menos teremos adiado a guerra, o que já é uma vantagem.¹¹

A Inglaterra e a França optaram por deixar o rearmamento alemão andar por não saberem, literalmente, que mais fazer. A Inglaterra ainda não queria abandonar a segurança coletiva e a Liga. A França estava tão derreada que não tinha forças para agir de acordo com suas premonições e não ousava agir sozinha, enquanto a Inglaterra recusava-se a agir em conjunto.

Nos dias de hoje, é fácil ridicularizar a tolice da avaliação dos motivos de Hitler por seus contemporâneos. Mas sua ambição, para não falar de criminalidade, não era tão clara no início. Em seus primeiros dois anos no cargo, Hitler esteve voltado a solidificar seu governo. Aos olhos de muitos líderes ingleses e franceses, a truculenta política externa de Hitler era compensada por seu firme anticomunismo e pela recuperação da economia alemã.

Os estadistas sempre enfrentam o dilema: quando a liberdade de ação é maior, eles ainda sabem muito pouco; quando aprendem bastante, o campo de ações decisivas terá desaparecido. Na década de 1930, os ingleses não tinham certeza dos objetivos de Hitler e os franceses não tinham certeza sequer de si mesmos, para agirem sobre avaliações que não podiam provar. A taxa de ensino sobre a verdadeira natureza de Hitler foi de dezenas de milhões de sepulturas, de um lado a outro da Europa. Mas, também, se as democracias tivessem forçado cartas na mesa, logo no início do governo de Hitler, os historiadores estariam discutindo até hoje se Hitler era um nacionalista incompreendido ou um desequilibrado com a mania de dominar o mundo.

A obsessão do Ocidente pelos motivos de Hitler foi, obviamente, mal dirigida. Os ditames do equilíbrio de poder deviam ter evidenciado que, uma Alemanha grande e forte, limitada a leste por estados pequenos e fracos, era um perigo. Reza a *Realpolitik* que, independentes de Hitler, as relações da Alemanha com os seus vizinhos seriam guiadas pelo poder relativo. O Ocidente deveria ter dedicado menos tempo à análise dos motivos de Hitler e mais tempo a contrabalançar a força crescente da Alemanha.

Ninguém melhor expressou o resultado da hesitação dos aliados ocidentais em enfrentar Hitler do que Joseph Goebbels, o diabólico chefe de propaganda de Hitler. Em abril de 1940, às vésperas da invasão nazista da Noruega, ele disse numa reunião secreta:

Até aqui, conseguimos deixar o inimigo no escuro sobre as verdadeiras metas da Alemanha, como antes de 1932 nossos adversários internos jamais perceberam aonde íamos e que nosso juramento de legalidade

era apenas um truque [...] Eles poderiam acabar conosco. Prendessem alguns de nós, em 1925, e pronto, seria o fim de tudo. Mas não, deixaram-nos atravessar a zona de perigo. Pois foi exatamente assim, também, na política externa [...] Em 1933, um *premier* francês deveria ter dito (fosse eu o *premier* francês, teria dito): "O novo chanceler do Reich é o homem que escreveu *Mein Kampf*, que diz isto, assim, assim. Esse homem não pode ser tolerado perto de nós. Ou ele desaparece ou nós atacamos!". Mas não disseram. Deixaram-nos em paz, nós nos esgueiramos pela zona de risco e contornamos todas as linhas perigosas. *Quando estávamos prontos e bem armados, melhores do que eles, aí eles começaram a guerra!* (Itálico no original.)¹²

Os governos das democracias recusaram-se a ver o fato de que, uma vez a Alemanha em determinado nível de armamento, as verdadeiras intenções de Hitler não interessavam. O rápido crescimento da força militar alemã desfaria o equilíbrio, a menos que fosse cortado ou compensado. Era esta, aliás, a mensagem solitária de Churchill. Mas, nos anos 1930, o tempo de carência para reconhecer um profeta era ainda bastante longo. Assim, os ingleses, numa rara unanimidade de todo o espectro político, rejeitaram os avisos de Churchill. Partindo de que o desarmamento, e não um bom preparo, era o elemento fundamental da paz, trataram Hitler como um problema psicológico e não um perigo estratégico.

Quando, em 1934, Churchill clamou para que a Inglaterra respondesse ao rearmamento alemão, desenvolvendo a Royal Air Force (RAF), os líderes do governo e da oposição uniram-se na mofa. Herbert Samuel falou pelo partido liberal: "Ele mais parece jogar uma irresponsável partida de bridge, do que estar a dar conselhos sãos e sólidos [...] Todas essas sugestões são perigosas".¹³ Sir Stafford Cripps deu a posição do partido trabalhista, com sarcasmo e desdém: "Podemos vê-lo, um velho barão medieval, a rir da ideia de desarmarmos os baronatos deste campo e a mostrar que o único caminho, para ele e seus pares feudais manterem a segurança e as vacas, é ter o máximo de armas".¹⁴

O primeiro-ministro conservador, Baldwin, tornou unânime a rejeição a Churchill, ao dizer à Câmara dos Comuns que não "perdera as esperanças tanto na limitação de quantidade quanto na

restrição de tipos de armas". Segundo Baldwin, informações precisas sobre o poderio aéreo alemão eram "extraordinariamente difíceis" de obter embora não dissesse o motivo.¹⁵ De qualquer forma, assegurava que "não há o caso de que a Alemanha esteja chegando rapidamente a uma igualdade conosco".¹⁶ Baldwin não via "nenhum motivo, no momento, para alarme, menos ainda para pânico". Reprovando os dados de Churchill como "exagerados", acentuou não haver "nenhuma ameaça imediata diante de nós, ou de quem quer que seja, na Europa, neste momento — nenhuma emergência".¹⁷

A França correu a esconder-se atrás de alianças pouco entusiásticas, mudando suas garantias unilaterais da década de 1920, a Tchecoslováquia, a Polônia e a Romênia, para tratados de defesa mútua. Isso significava que aqueles países tinham agora a obrigação de vir em socorro da França, mesmo se a Alemanha preferisse acertar as contas com a França antes de voltar-se para o leste.

Foi um gesto vazio, na verdade patético. As alianças tinham lógica como garantias francesas para os novos e fracos estados da Europa Oriental. Porém não serviam como o tipo de assistência mútua que obrigasse a Alemanha a uma guerra em duas frentes. Eram fracas demais para reter a Alemanha no leste; operações ofensivas contra a Alemanha, para aliviar a França, nem pensar. Para acentuar a irrelevância desses pactos, a Polônia compensou seu compromisso com a França com um tratado de não agressão com a Alemanha, de modo que, no caso de um ataque à França, as obrigações formais da Polônia se anulariam — ou, mais precisamente, deixariam a Polônia livre para escolher o alinhamento que mais conviesse, no momento da crise.

Um novo acordo franco-soviético, assinado em 1935, mostra a magnitude da desordem psicológica e política da França. Antes da Primeira Guerra Mundial, a França queria ansiosamente uma aliança política com a Rússia e não descansou até esse entendimento político se transformar em pacto militar. Em 1935, a posição da França era estrategicamente muito mais fraca e sua necessidade de apoio militar soviético quase desesperada. No entanto, a França fez

de má vontade uma aliança política com a União Soviética e rejeitou firmemente conversações de estado-maior. Ainda em 1937, a França não admitia observadores soviéticos em suas manobras anuais.

Houve três razões para o comportamento arredo dos franceses, as quais certamente exacerbaram a desconfiança congênita de Stalin das democracias ocidentais. Primeira, a apreensão de que uma liga muito próxima com a União Soviética prejudicasse os laços indispensáveis da França com a Inglaterra. Segunda, os aliados da França no leste europeu, postados entre a União Soviética e a Alemanha, não mostravam disposição de permitir que tropas soviéticas entrassem em seu território, tornando difícil achar assunto para reuniões de estado-maior franco-soviéticas. Finalmente, ainda em 1938, os franceses, intimidados pela Alemanha, temiam que reuniões de estado-maior com a União Soviética pudessem, nas palavras do *premier* Chautemps, "resultar numa declaração de guerra alemã".¹⁸

Desse modo, a França viu-se numa aliança militar com países fracos demais para ajudá-la; numa aliança política com a União Soviética, com a qual não ousava colaborar militarmente; e na dependência estratégica da Inglaterra, que recusava terminantemente *qualquer* acerto militar. O dispositivo era mais próprio para um ataque de nervos do que para uma estratégia grandiosa.

Os únicos lances sérios que a França fez, em resposta à crescente força alemã, foram em relação à Itália. Mussolini não era exatamente um devoto da segurança coletiva, mas tinha noção clara das limitações da Itália, especialmente em relação à Alemanha. Temia que a anexação alemã da Áustria levasse à exigência da devolução do Tirol do sul, etnicamente alemão. Em janeiro de 1935, o então ministro do exterior, Pierre Laval, fez o que chegou perto de uma aliança militar. Concordando em consultas, no caso de qualquer ameaça à independência austríaca, a Itália e a França iniciaram encontros de seus estados-maiores, que chegaram a discutir a guarnição de tropas italianas ao longo do Reno e de tropas francesas ao longo da fronteira austríaca da Itália.

Passados três meses, depois que Hitler reintroduziu o recrutamento militar, algo como uma aliança de Inglaterra, França e Itália parecia estar aparecendo. Seus chefes de governo encontraram-se em Stresa, estação italiana no lago Maggiore, onde concordaram ir contra qualquer tentativa alemã de alterar o Tratado de Versalhes pela força. Foi interessante Mussolini anfitrião de uma conferência em defesa de Versalhes, logo quem, havia muito, era um crítico do Tratado de Versalhes argumentando que este ludibriara a Itália.

Stresa foi a última vez que os vencedores da Primeira Guerra Mundial examinaram uma ação conjunta. Dois meses após a conferência, a Inglaterra assinou um acordo naval com a Alemanha, mostrando que, no que dizia respeito à sua própria segurança, a Inglaterra preferia negociações bilaterais com o adversário do que com seus parceiros de Stresa. A Alemanha concordou em limitar sua esquadra em 35% da esquadra inglesa por dez anos, mas teve direito a um número igual de submarinos.

Importam menos os termos do Tratado Naval que o estado de espírito das democracias ali revelado. O gabinete inglês certamente percebeu que o acordo naval sancionava a derrogação alemã das cláusulas navais do Tratado de Versalhes e, portanto, no mínimo ia contra o espírito de Stresa. O efeito prático fixava novos tetos em base bilateral — tetos no limite máximo da capacidade alemã — método de controle de armas muito popular durante a Guerra Fria. O acordo naval indicou, também, que a Inglaterra preferia conciliar com o adversário a agradar a frente de Stresa — a exata estrutura psicológica daquilo que depois ficou célebre como a política de apaziguamento, o *appeasement*.

Stresa desmoronou completamente. Adepto da *Realpolitik*, Mussolini supôs ter carta branca para o tipo de expansão colonial que era rotineiro antes da Primeira Guerra Mundial. Saiu para a aventura de um império africano, em 1935, tomando a Abissínia, última nação independente da África, e aproveitando para vingar-se da humilhação italiana por forças etíopes na virada do século.

A agressão de Mussolini teria sido perfeitamente aceita antes da Primeira Guerra Mundial, só que, agora, ela se dava num mundo servo da segurança coletiva e da Liga das Nações. A opinião pública, especialmente na Inglaterra, já desancara a Liga pelo “fracasso” em impedir a conquista japonesa da Manchúria; e, desde então, criara-se um mecanismo de sanções econômicas. Quando a Itália invadiu a Abissínia, em 1935, a Liga já tinha um remédio oficial para agressões desse tipo. Além disso, a Abissínia era membro da Liga das Nações, ainda que devido a uma curiosa virada de circunstâncias. Em 1925, a Itália promovera a admissão da Abissínia na Liga, a fim de obviar supostos desígnios ingleses. A Inglaterra consentiu relutante, depois de argumentar que a Abissínia era por demais bárbara para uma participação habilitada na comunidade internacional.

Agora ambos os países eram vítimas de suas próprias maquinações: a Itália, pelo que, de qualquer ponto de vista, constituía agressão não provocada contra um membro da Liga; a Inglaterra, por tratar-se de um desafio à segurança coletiva e não apenas mais um problema colonial africano. Para complicar as coisas ainda mais, a Inglaterra e a França já haviam reconhecido, em Stresa, que a Abissínia estava na esfera de influência da Itália. Laval diria mais tarde que tinha então em mente um papel para a Itália semelhante ao da França no Marrocos — o de controle indireto. Mas não se podia esperar que Mussolini compreendesse que a França e a Inglaterra, tendo cedido até aquele ponto, fossem sacrificar uma aliança praticamente certa contra a Alemanha, discutindo a distinção entre anexação e controle indireto da Abissínia.

A França e a Inglaterra jamais entenderam estar diante de duas opções mutuamente excludentes. Se concluíssem que a Itália era essencial à proteção da Áustria e, indiretamente, até para ajudar a manter desmilitarizada a Renânia que ela garantira em Locarno, teriam de chegar a algum tipo de meio-termo para salvar a face da Itália na África e manter intacta a frente de Stresa. Já, se a Liga era, de fato, o melhor instrumento para conter a Alemanha como para motivar a opinião pública contra agressões era necessário impor

sanções até mostrar que a agressão não valia a pena. Não havia outra saída.

Mas outra saída era justamente o que as democracias procuravam, sem autoconfiança para definir linhas de ação. Sob a liderança inglesa, ativou-se o mecanismo de sanções econômicas da Liga. Ao mesmo tempo, Laval assegurou em particular a Mussolini que o acesso da Itália ao petróleo não seria interrompido. A Inglaterra tomou praticamente a mesma posição ao perguntar delicadamente em Roma se sanções em petróleo levariam à guerra. Quando Mussolini — previsível e falsamente — respondeu que sim, o gabinete inglês teve o alibi para juntar seu apoio à Liga com um apelo ao horror geral à guerra. Foi a política expressa no *slogan* “Todas as sanções, menos a guerra”.

Mais tarde, o primeiro-ministro Stanley Baldwin diria, pensativo, que sanções eficazes provavelmente levariam à guerra. Eis o que se pode dizer sobre sanções econômicas como alternativa da força, na resistência à agressão — discussão, aliás, que se repetiria cerca de 50 anos depois nos Estados Unidos sobre a anexação iraquiana do Kuwait, embora com resultado mais feliz.

O ministro do exterior, Samuel Hoare, entendeu que a Inglaterra havia descarrilhado sua própria estratégia. Ante o iminente perigo alemão, os ingleses deveriam ter enfrentado Hitler, conciliando Mussolini. Tinham feito exatamente o contrário: apaziguaram a Alemanha e confrontaram com a Itália. Vendo o absurdo desse estado de coisas, Hoare e Laval acharam um meio-termo, em dezembro de 1935: a Itália receberia as planícies férteis da Abissínia; Hailé Selassié continuaria governando a região montanhosa, sede histórica de seu reino; a Inglaterra contribuiria dando à Abissínia, país interior, uma saída para o mar, via Somália inglesa. Esperava-se que Mussolini aceitasse irrestritamente o plano, e Hoare devia apresentá-lo à aprovação da Liga.

O plano Hoare-Laval deu em nada, pois vazou para a imprensa antes de ser apresentado à Liga das Nações — episódio extraordinariamente raro naquele tempo. A grita de ultraje forçou

Hoare a demitir-se vítima de ter procurado uma solução prática diante de uma opinião pública inflamada. Anthony Eden, seu sucessor, voltou rapidamente ao casulo da segurança coletiva e das sanções econômicas sem, no entanto, estar disposto a recorrer à força.

Num padrão que se repetiria em crises sucessivas, as democracias justificavam sua aversão ao uso da força, superestimando em muito a capacidade militar do adversário. Londres convenceu-se de não ser capaz de lidar com a esquadra italiana sem ajuda francesa. A França aquiesceu desanimada e deslocou sua esquadra para o Mediterrâneo, afetando ainda mais o relacionamento com a Itália como abonadora de Locarno e sócia em Stresa. Mesmo com esse esmagador acúmulo de forças, as sanções de petróleo jamais foram impostas. E as sanções comuns não tinham o rápido efeito que impedisse a derrota da Abissínia — isso se é que tinham algum.

A conquista italiana da Abissínia consumou-se em maio de 1936, quando Mussolini proclamou o rei da Itália, Vittorio Emmanuel, imperador da recém-denominada Etiópia. Menos de dois meses depois, em 30 de junho, o Conselho da Liga das Nações reuniu-se para examinar o *fait accompli*. Hailé Selassié dobrou os sinos do falecimento da segurança coletiva num desolado apelo pessoal:

Não se trata só de solucionar o caso da agressão italiana. É questão de segurança coletiva; da própria sobrevivência da Liga; da confiança dos estados em tratados internacionais; do valor das promessas feitas aos pequenos estados, de que sua integridade e independência serão respeitadas e garantidas. É uma escolha entre o princípio da igualdade dos estados e a imposição de laços de vassalagem sobre as pequenas potências.¹⁹

Em 15 de julho, a Liga suspendeu todas as sanções contra a Itália. Dois anos depois, na esteira de Munique, a Inglaterra e a França subordinaram suas objeções morais ao medo da Alemanha e reconheceram a conquista abissínia. A segurança coletiva condenara

Hailé Selassié a perder *todo* o seu país, em vez da metade que teria perdido com a *Realpolitik* do plano Hoare-Laval.

Em termos de poder militar; a Itália não se comparava nem remotamente à Inglaterra, à França ou à Alemanha. Mas o vácuo criado pelo alheamento da União Soviética fez da Itália um auxiliar útil para a independência da Áustria e, até certo ponto, para a Renânia desmilitarizada. Enquanto a Inglaterra e a França pareceram ser as nações mais fortes da Europa, Mussolini apoiou o acordo de Versalhes, mesmo porque desconfiava profundamente da Alemanha e desprezava, de início, a pessoa de Hitler. Sua decepção acerca da Etiópia e sua análise das verdadeiras relações de poder, convenceram Mussolini de que persistir na frente de Stresa poderia levar a Itália a se haver sozinha com a agressividade alemã. A Etiópia marca, portanto, o início da curva inexorável da Itália em direção à Alemanha, motivada por partes iguais de ganância e apreensão.

Foi na Alemanha, porém, que o fiasco etíope deixou a impressão mais duradoura. O embaixador inglês em Berlim relatou: "A vitória da Itália abriu novo capítulo. Era inevitável que, numa terra onde o poder é cultuado, o prestígio da Inglaterra afundasse".²⁰ Com a Itália fora da frente de Stresa, o único problema que restava à Alemanha no caminho rumo à Áustria e à Europa Central era a porta aberta da Renânia desmilitarizada. Hitler não perdeu tempo em fechá-la.

Na manhã de domingo, 7 de março de 1936, Hitler mandou o exército entrar na Renânia, derrubando a última salvaguarda que restava de Versalhes. Pelo Tratado de Versalhes, não podia haver forças militares alemãs na Renânia e numa zona de 50 quilômetros a leste dela. A Alemanha confirmara essa cláusula em Locarno; a Liga das Nações endossara Locarno; e a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Itália eram garantes de Locarno.

Se Hitler vencesse o confronto da Renânia, a Europa Oriental estaria à mercê da Alemanha. Nenhum dos estados novos do leste europeu tinha a menor possibilidade de se defender de uma

Alemanha revisionista, sozinho ou junto aos outros. A única esperança era a França cortar a atividade alemã, ameaçando marchar sobre a Renânia.

Outra vez, as democracias ocidentais roeram-se de incerteza sobre as intenções de Hitler. Tecnicamente, ele estava apenas reocupando território alemão. Propunha todos os tipos de garantias, inclusive um tratado de não agressão com a França. Outra vez se disse que a Alemanha estaria satisfeita com o direito de defender as suas próprias fronteiras nacionais, algo óbvio para todas as outras nações europeias. Moralmente, podiam os governantes ingleses e franceses arriscar vidas sem conta para manter um estado de coisas tão abertamente discriminatório? Por outro lado, não era sua obrigação moral enfrentar Hitler enquanto a Alemanha não estivesse totalmente armada e, desse modo, salvar vidas sem conta?

A história deu a resposta; mas os contemporâneos arderam em dúvida. Em 1936, Hitler continuou beneficiado por sua combinação, única no gênero, de intuição psicótica e força de vontade demoníaca. As democracias ainda acreditavam lidar com um líder nacional normal, se bem que um pouco excessivo, buscando recolocar seu país em posição de igualdade na Europa. A Inglaterra e a França tentavam, absortas, ler a mente de Hitler. Era sincero? Desejava mesmo a paz? Claro, perguntas importantes, mas a política externa fica sobre areia movediça quando menospreza relações de poder e confia na adivinhação das intenções de outra pessoa.

Com sua habilidade excepcional para explorar fraquezas de adversários, Hitler escolheu o momento absolutamente certo para reocupar a Renânia. A Liga das Nações, atolada em sanções contra a Itália, não estava nada disposta a confrontar-se com outra grande potência. A guerra na Abissínia criara uma ruptura entre as potências ocidentais e a Itália, um dos países que abonava Locarno. A Inglaterra, outro abonador, após recuar das sanções de petróleo contra a Itália, no mar — onde mandava — estaria ainda menos disposta a arriscar uma guerra terrestre por uma causa sem violação de fronteiras nacionais.

Embora nenhum país tivesse maior interesse numa Renânia desmilitarizada que a França, nenhum outro mostrou-se mais ambivalente quanto a resistir ao ato da Alemanha. A Linha Maginot revelou a obsessão da França com a defensiva estratégica, e o equipamento militar e treinamento do exército francês deixaram poucas dúvidas de que a Primeira Guerra Mundial saciara seu tradicional espírito ofensivo. A França parecia resignada a esperar pelo destino atrás da Linha Maginot e a nada arriscar além-fronteiras, na Europa Oriental e muito menos na Renânia.

A reocupação da Renânia foi uma jogada de risco e ousadia por parte de Hitler. O recrutamento estava em vigor havia menos de ano. Faltava muito para o exército alemão estar pronto para a guerra. Na verdade, o pequeno destacamento que entrou na zona desmilitarizada recebeu ordens de retirar-se ao primeiro sinal de intervenção francesa. Hitler, no entanto, compensou sua falta de poderio militar com grande audácia psicológica. Inundou as democracias com propostas de limitação de tropas na Renânia e de volta da Alemanha à Liga das Nações. Apelou para a desconfiança geral da União Soviética, dizendo que seu ato era resposta ao pacto franco-soviético de 1935. Ofereceu uma zona desmilitarizada de 50 quilômetros em ambos os lados da fronteira alemã e um tratado de não agressão de 25 anos. Esta proposta de desmilitarização tinha o duplo mérito de insinuar que a paz dependia apenas de uma assinatura, enquanto demolia elegantemente a Linha Maginot, que se encostava na fronteira alemã.

Os interlocutores de Hitler não precisavam de muito estímulo para uma atitude passiva. Um álibi conveniente aqui, outro acolá, serviam à sua preferência de não agir. Desde Locarno, era princípio cardinal da política francesa não arriscar à guerra com a Alemanha, salvo em aliança com a Inglaterra, embora a ajuda inglesa fosse tecnicamente desnecessária com a Alemanha desarmada. Por essa meta, os franceses suportaram inúmeras frustrações e apoiaram iniciativas desarmamentistas que bem sabiam mal formuladas.

A excessiva dependência psicológica da França em relação à Inglaterra talvez explique por que se absteve de quaisquer

preparativos militares, mesmo quando o embaixador francês em Berlim, André François-Poncet, informou, em 21 de novembro de 1935, que um lance alemão na Renânia era iminente — três meses e meio antes de ocorrer.²¹ A França não ousou mobilizar ou tomar medidas militares preventivas, temendo ser acusada de provocar aquilo que temia. Também não levantou a questão em conversas com a Alemanha, pois não sabia o que fazer se a Alemanha ignorasse as advertências ou confirmasse sua intenção.

Mas o que é quase inexplicável na conduta da França, em 1935, é o estado-maior francês não tomar nenhuma providência de planejamento, após a informação de François-Poncet. Será que o estado-maior francês não acreditava nos seus próprios diplomatas? Seria por que a França não conseguia abandonar o refúgio das fortificações, mesmo em defesa da zona vital de proteção que era a Renânia desmilitarizada? Ou sentia-se a França já tão sem saída que o objetivo básico era retardar a guerra na esperança de algo imprevisível ocorrer a seu favor — apesar de não mais poder provocar coisas dessas por si mesma?

O símbolo máximo desse estado de espírito era, obviamente, a Linha Maginot, que a França construíra a custo elevado, num período de dez anos. Comprometera-se com a defensiva estratégica no mesmo ano em que garantiu a independência da Polônia e da Tchecoslováquia. Sinal de igual confusão foi a incompreensível decisão francesa de interromper a construção da Linha Maginot na fronteira belga, fato que não se justificava diante da experiência da Primeira Guerra Mundial. Pois se uma guerra franco-alemã era mesmo possível, por que não um ataque alemão pela da Bélgica? Se a França temia que a Bélgica entrasse em pânico com a indicação de que a linha principal de defesa a excluía, poder-se-ia dar à Bélgica a escolha de concordar com a extensão da Linha Maginot pela fronteira belgo-alemã; isso recusado, a Linha Maginot poderia estender-se até o mar pela fronteira franco-belga. A França não fez nada disso.

O que os líderes decidem, os serviços de inteligência procuram justificar: filmes e literatura populares pintam o contrário — políticos

como impotentes peões de agentes secretos. No mundo real, as informações do serviço secreto são mais acordes com as decisões políticas. Isso talvez explique o exagero descomunal da força alemã que inchava as estimativas militares francesas. À época da reocupação alemã da Renânia, o general Maurice Gamelin, comandante em chefe francês, comunicou aos líderes civis que o efetivo militar disponível da Alemanha já se igualava ao da França e que a Alemanha estava mais equipada que a França — estimativa absurda no segundo ano do rearmamento alemão. Recomendações políticas derivaram dessa avaliação errada do poderio militar alemão. Gamelin concluiu que a França não devia tomar contramedidas, sem uma mobilização geral, passo que os líderes políticos não arriscariam, sem apoio inglês — nem apesar de a força alemã que entrou na Renânia somar cerca de 20 mil homens, enquanto o exército permanente da França era de 500 mil homens, sem a mobilização.

Tudo voltou ao dilema que atormentara as democracias por 20 anos. A Inglaterra reconhecia apenas uma ameaça ao equilíbrio de poder europeu — a violação da fronteira francesa. Determinada a jamais lutar pela Europa Oriental, não via interesse vital inglês na Renânia desmilitarizada, que servia como uma espécie de refém a oeste. Tampouco a Inglaterra iria à guerra para validar sua própria garantia de Locarno. Antony Eden deixou isso claro, um mês antes da ocupação da Renânia. Em fevereiro de 1936, o governo francês finalmente animou-se a perguntar à Inglaterra qual seria sua posição se Hitler fizesse o que François-Poncet dizia. Eden tratou a possível violação de dois acordos internacionais — Versalhes e Locarno — mais como a abertura de uma barganha comercial:

[...] como a zona foi constituída para dar segurança à França e à Bélgica, cabe em primeiro lugar a esses dois países decidirem que valor lhe atribuem e que preço estão dispostos a pagar para mantê-la [...] Seria preferível, para a Inglaterra e a França, negociarem logo com o governo alemão a cessão de nossos direitos na área, enquanto tal cessão ainda tiver algum valor de troca.²²

Eden adotou, de fato, a posição de que o melhor a fazer era uma negociação na qual os aliados, em troca de direitos certos e reconhecidos (e na qual a Inglaterra se recusava a honrar sua própria garantia), receberiam... o que mesmo? Tempo? Outras garantias? A Inglaterra deixou à França a resposta ao *quid pro quo*, mas deixou antever, por sua conduta, que lutar devido a obrigações solenes na Renânia não fazia parte da estratégia inglesa.

Após Hitler entrar na Renânia, a atitude da Inglaterra ficou ainda mais explícita. No dia seguinte ao lance alemão, o ministro da guerra inglês disse ao embaixador alemão:

[...] apesar de os ingleses estarem dispostos a lutar pela França no caso de uma invasão alemã do território francês não recorreriam às armas em virtude da recente ocupação da Renânia [...] A maioria (do povo inglês) provavelmente "não dava a mínima" a que os alemães reocupassem seu próprio território.²³

A dúvida inglesa logo atingiu até as contramedidas sem deflagração de guerra. O ministério do exterior comunicou ao *chargé d'affaires*: "A Inglaterra se empenhará para impedir sanções militares e/ou econômicas contra a Alemanha".²⁴

O ministro do exterior, Pierre Flandin, reclamou pela França, em vão. Ele previu aos ingleses, com acuidade, que, quando a Alemanha fortificasse a Renânia, a Tchecoslováquia estaria perdida e logo a guerra geral seria inevitável. Embora tivesse razão, nunca ficou claro se Flandin buscava apoio inglês para a ação militar francesa ou criava um alibi francês para a inação. Churchill, obviamente, acreditava na última possibilidade e observou, secamente: "Corajosas palavras. Ação teria falado mais alto".²⁵

A Inglaterra ignorou as gestões de Flandin. A grande maioria de seus políticos ainda acreditava que a paz dependia do desarmamento e que a nova ordem internacional teria de partir da reconciliação com a Alemanha. Os ingleses achavam mais importante corrigir os erros de Versalhes do que manter os compromissos de Locarno. Uma minuta do gabinete, de 17 de março — dez dias após o lance de Hitler —, observa que "nossa própria

atitude foi determinada pelo desejo de utilizar as propostas de *herr* Hitler para um acordo permanente”.²⁶

O que o gabinete tinha de dizer *sotto voce*, a oposição estava à vontade para declarar sem constrangimento. Num debate sobre defesa, na Câmara dos Comuns, naquele mesmo mês, disse o deputado trabalhista Arthur Greenwood: “*Herr* Hitler fez esse discurso pecando com uma mão, mas com o ramo de oliveira na outra, que deve ser visto e aceito. Pode vir a ser o mais importante dos gestos [...] Não adianta dizer que foram declarações insinceras. A questão é a paz, não a defesa”.²⁷

Quer dizer, a oposição nitidamente defendia a revisão do Tratado de Versalhes e o abandono de Locarno. Queria que a Inglaterra se acomodasse e esperasse os objetivos de Hitler ficarem mais claros. Uma política até razoável uma vez posto a seus defensores que, a cada ano, aumentaria exponencialmente o custo final da resistência se a política falhasse.

Não é o caso de refazermos passo a passo o caminho pelo qual a França e a Inglaterra tentaram transformar detrito estratégico em ouro político, ou tirar da desordem a política de apaziguamento. O que importa é que, no final do processo, a Renânia tinha guarnição alemã, a Europa Oriental estava fora do alcance da ajuda militar francesa e a Itália cada vez mais perto de dar à Alemanha de Hitler seu primeiro aliado. Assim como a França terminara aceitando Locarno por uma ambígua garantia inglesa — cuja virtude, aos olhos ingleses, era ser *menos* que uma aliança —, a derrogação de Locarno resultou no compromisso inglês ainda mais ambíguo de enviar duas divisões para a defesa da França se a fronteira francesa fosse violada.

A Inglaterra, mais uma vez, destramente esquivou-se do compromisso total de defender a França. Mas o que conseguiu com isso? A França percebeu, claro, a evasiva, que aceitou como um passo inglês pouco entusiástico em direção à muito ansiada aliança formal. A Inglaterra interpretou seu compromisso de duas divisões como meio de impedir a França de entrar na defesa do leste

européu. O compromisso inglês não valeria se o exército francês invadisse a Alemanha em defesa da Tchecoslováquia ou da Polónia. Por outro lado, duas divisões inglesas não adiantavam grande coisa para deter um ataque alemão à França. A Inglaterra, pátria-mãe da política do equilíbrio de poder, perdera completamente o toque de seus princípios operacionais.

Para Hitler, a reocupação da Renânia abriu a estrada da Europa Central, militar e psicologicamente. Conformadas as democracias com o *fait accompli*, sumira a base estratégica para resistir a Hitler na Europa Oriental. “Se, em 7 de março, a França não foi capaz de defender-se”, perguntou o ministro do exterior romeno, Nicolae Titulescu, a seu colega francês, “como vai nos defender do agressor?”²⁸ A pergunta ficava cada vez mais irrespondível com o progresso da fortificação da Renânia.

Psicologicamente, o impacto da atitude passiva das democracias foi ainda mais profundo. *Appeasement* era agora a política oficial e a retificação das injustiças do Tratado de Versalhes, a sabedoria da moda. No Ocidente, não havia mais o que ser retificado. Mas era lógico: se a França e a Inglaterra não defendiam Locarno, de que eram garantes, não havia a menor chance de sustentarem o acordo de Versalhes na Europa Oriental, que a Inglaterra questionara desde o início, e se recusara explicitamente a garantir em mais de uma ocasião — da última vez, com a história de enviar duas divisões à França.

Àquela altura, a França abandonara as tradições de Richelieu. Não confiava nem em si mesma buscando descanso na boa vontade da Alemanha. Em agosto de 1936, cinco meses depois da reocupação da Renânia, o doutor Hjalmar Schacht, ministro das finanças alemãs, foi recebido em Paris por Leon Blum — um judeu, líder do partido socialista e primeiro-ministro de um governo da Frente Popular com os comunistas. “Sou marxista e judeu”, disse Blum, “mas nada conseguiremos tratando barreiras ideológicas como intransponíveis”.²⁹ O ministro do exterior de Blum, Yvon Delbos, não soube dizer o que isso significava em termos práticos, além de “fazer concessões à Alemanha, pouco a pouco, a fim de protelar a

guerra”.³⁰ Também não conseguiu dizer se esse processo tinha fim. A França, país que durante 200 anos lutara em tantas guerras na Europa Central para guiar seu próprio destino, submetia-se agora a aceitar a segurança que pudesse, fazendo concessões gradativas em troca de tempo e na esperança de, ao longo do caminho, ter os apetites alemães saciados ou o perigo afastado por algum *deus ex machina*.

A política do apaziguamento, que a França aceitara desconfiada, a Inglaterra seguia com entusiasmo. Em 1937, o ano seguinte à remilitarização da Renânia, Lord Halifax, então ministro do exterior, marcou o recuo moral das democracias ao visitar o ninho de águia de Hitler, em Berchtesgaden. Elogiou a Alemanha nazista como “o baluarte da Europa contra o bolchevismo” e listou os itens em que “possíveis alterações poderiam ocorrer com o tempo”. Dantzig, Áustria e Tchecoslováquia na lista. O único embargo de Halifax referiu-se ao modo de realizar as mudanças. “A Inglaterra tinha interesse em que quaisquer alterações se dessem por evolução pacífica e se evitassem métodos sujeitos a provocar distúrbios de fortes consequências”.³¹

Isso seria demais para a compreensão de um líder menos determinado que Hitler. Disposta a conceder ajustes na Áustria, na Tchecoslováquia e no corredor polonês, a Inglaterra poderia rejeitar o método que a Alemanha empregasse nesses ajustes. Cedendo a substância, por que a Inglaterra fixaria limites para os procedimentos? Halifax esperava que tipo de argumento pacífico, capaz de convencer as vítimas das vantagens do suicídio? A ortodoxia da Liga e a doutrina da segurança coletiva postulavam que era ao *método* da mudança que se devia resistir; mas a história ensina que as nações vão à guerra para resistir ao *fato* da mudança.

À época da visita de Halifax a Hitler, a situação estratégica da França decaía ainda mais. Em julho de 1936, um levante militar chefiado pelo general Francisco Franco desencadeou a Guerra Civil da Espanha. Franco foi abertamente ajudado por grandes carregamentos de material da Alemanha e da Itália; pouco depois, seguiram “voluntários” alemães e italianos e o fascismo parecia a fim

de propagar suas ideias pela força. A França viu-se ante o mesmo desafio que Richelieu enfrentara havia 300 anos — a perspectiva de governos hostis em todas as suas fronteiras. Mas, ao contrário do grande antecessor, os governos franceses da década de 1930 tremeram, sem saber o que mais temiam — os perigos ou os meios de afastá-los.

A Inglaterra entrara nas guerras da sucessão espanhola do início do século XVIII e contra Napoleão na Espanha, um século depois. Nas duas vezes a Inglaterra impediu a tentativa de a potência europeia mais agressiva atrair a Espanha para sua órbita. Agora, ou não via ameaça ao equilíbrio de poder numa vitória fascista na Espanha ou achava o fascismo ameaça menor que uma Espanha de extrema esquerda, ligada à União Soviética (para muitos, o mais provável). Sobretudo, queria evitar uma guerra. O gabinete avisou à França que a Inglaterra se reservava o direito de ficar neutra numa guerra que resultasse da entrega de armas francesas à Espanha republicana — embora pela lei internacional a França tivesse todo o direito de vender armas ao governo legítimo da Espanha. A França vacilou, depois declarou um embargo nas entregas de armamento, embora de vez em quando aceitasse sua violação. Essa política só abateu os amigos da França e custou-lhe o respeito dos adversários.

Nesse quadro, franceses e ingleses encontraram-se em Londres em 29 e 30 de novembro de 1937 para traçar um rumo comum. Neville Chamberlain, que substituíra Baldwin como primeiro-ministro, foi direto ao assunto. Trouxe à baila as obrigações contidas na aliança da França com a Tchecoslováquia. É como os diplomatas começam quando estão à cata de saídas para fugir ao cumprimento de compromissos. Provavelmente, a independência da Áustria nem ao menos valia uma discussão.

O ministro do exterior francês, Delbos, respondeu de modo a deixar transparecer que compreendera muito bem o significado da questão. Tratando o caso tcheco em termos jurídicos, no lugar de considerações políticas ou estratégicas, limitou-se a uma exegese estritamente legal da obrigação da França: “[...] este tratado obriga

a França no caso de a Tchecoslováquia ser vítima de agressão. Ocorrendo insurreições da população alemã, apoiadas pela intervenção armada da Alemanha, o tratado obriga a França de maneira a ser determinada pela gravidade dos fatos”.³²

Delbos não discutiu a importância geopolítica da Tchecoslováquia ou o efeito do abandono francês de um aliado sobre a credibilidade do seu país na manutenção da independência de outros países do leste europeu. Enfatizou, ao contrário, que as obrigações da França poderiam ou não aplicar-se à única ameaça existente — a inquietação da minoria alemã da Tchecoslováquia, apoiada pela força militar alemã. Chamberlain percebeu a saída e transformou-a na *rationale* do apaziguamento:

Era conveniente chegarmos a algum acordo com a Alemanha sobre a Europa Central, quaisquer que fossem os propósitos da Alemanha, mesmo que ela quisesse absorver alguns dos vizinhos; podia-se ter a esperança de retardar a execução dos planos alemães, e mesmo de refrear o Reich durante um tempo tal que talvez seus planos se tornassem impraticáveis a longo prazo.³³

Mas se a procrastinação não funcionasse, que faria a Inglaterra? Depois de deixar que a Alemanha revisse suas fronteiras orientais, a Inglaterra iria à guerra pela planilha da execução? A resposta era evidente — países não vão à guerra pelo ritmo com que se execute algo já concedido. A Tchecoslováquia foi condenada, não em Berlim, mas em Londres, quase um ano antes.

Hitler decidiu, quase à mesma época, esboçar a sua própria estratégia de longo prazo. A ocasião foi uma grande reunião com quase todos os oficiais-generais da Alemanha, a quem Hitler se dirigiu, no dia 5 de novembro de 1937, fazendo uma exposição aberta e sincera de seus pontos de vista estratégicos. Seu ajudante de ordens, Hossbach, fez um registro detalhado. Nenhum dos presentes poderia reclamar depois que não sabia em que direção ia o líder. Hitler deixou claro que suas metas iam muito além de recuperar a posição alemã de antes da Primeira Guerra Mundial. O que Hitler esboçou foi o programa do *Mein Kampf* — a conquista de

grandes extensões de terra na Europa Oriental e na União Soviética, para colonização. Sabia muito bem que um projeto dessa natureza encontraria resistência: “Esta política alemã terá de haver-se com os dois odientos antagonistas — a Inglaterra e a França”.³⁴ Disse que a Alemanha passara para trás a Inglaterra e a França, em seu rearmamento, mas a vantagem seria transitória e diminuiria em ritmo acelerado depois de 1943. A guerra, portanto, teria de começar antes dessa data.

Os generais de Hitler agitaram-se com a amplitude dos planos e com iminência de sua execução. Mas engoliram quietos os desígnios de Hitler. Alguns comandantes militares consideraram vagamente a ideia de um golpe, quando Hitler desse propriamente a ordem de começar a guerra. Porém Hitler sempre agiu rápido. Seus estonteantes sucessos iniciais tiraram a justificativa moral dos generais (aos olhos deles) para tal passo — e dar golpes contra a autoridade constituída nunca foi uma especialidade dos generais alemães.

Quanto às democracias ocidentais, não haviam percebido ainda o abismo ideológico que as separava do ditador alemão. Acreditavam na paz como um fim e promoviam todos os esforços possíveis para evitar a guerra. Hitler, por outro lado, temia a paz e ansiava pela guerra. “A humanidade fortaleceu-se nas lutas eternas”, escreveu ele em *Mein Kampf*, “e só perecerá na paz eterna”.³⁵

Em 1938, Hitler sentiu-se forte para cruzar as fronteiras nacionais estabelecidas em Versalhes. O primeiro alvo foi seu país natal — a Áustria, deixada em posição anômala pelos acordos de Saint Germain, de 1919, e do Trianon, de 1920 (os equivalentes de Versalhes para o Império Austro-Húngaro). Até 1806, a Áustria fora o centro do Sacro Império Romano; até 1866, fora um grande — para alguns, o grande — estado alemão. Tirada do seu papel histórico na Alemanha por Bismarck, ela girou o foco para possessões nos Bálcãs e na Europa Central, até perdê-las na Primeira Guerra Mundial. Ex-império, reduzido a um pequeno núcleo de língua alemã, a Áustria foi proibida, pelo Tratado de Versalhes, de unir-se à Alemanha — cláusula em flagrante contraste com o

princípio da autodeterminação. Apesar da *Anschluss* com a Alemanha continuar a meta de muitos, em ambos os lados da fronteira austro-alemã (inclusive de Stresemann), ela foi novamente proibida pelos aliados, em 1930.

Desse modo, a união da Alemanha e da Áustria tinha aquele tom de ambiguidade essencial ao sucesso dos primeiros desafios de Hitler. Ela cumpria o princípio da autodeterminação e quebrava o equilíbrio de poder que os estadistas cada vez menos queriam invocar para justificar o uso da força. Após um mês de ameaças nazistas e concessões, com ponderações adicionais austríacas, em 12 de março de 1938 tropas alemãs entraram na Áustria. Não houve nenhuma resistência e a população austríaca, grande parte delirantemente feliz, parecia mostrar que, privada do seu império e impotente na Europa Central, preferia um futuro de província alemã a um papel menor no palco centro-europeu.

Os frios protestos das democracias contra a anexação alemã da Áustria mal registraram uma preocupação moral, evitando cuidadosamente quaisquer medidas concretas. Quando o dobre fúnebre da segurança coletiva soou, a Liga das Nações permaneceu silente, enquanto um sócio era engolido pelo vizinho poderoso. As democracias entraram mais fundo no apaziguamento, esperando que Hitler parasse sua marcha, uma vez recolhidos à pátria todos os alemães étnicos.

O destino escolheu a Tchecoslováquia para cobaia dessa experiência. Como outros estados sucessores da Áustria-Hungria, ela era quase tão multinacional quanto fora o império. Numa população de aproximadamente 15 milhões de habitantes, quase um terço não era nem tcheco nem eslovaco, e a devoção dos eslovacos pelo estado era duvidosa. Três milhões e meio de alemães, perto de um milhão de húngaros e quase meio milhão de poloneses incorporaram-se em um novo estado. Para exacerbar as coisas, essas minorias viviam em territórios contíguos a suas pátrias étnicas, tornando a reivindicação de unirem-se novamente às suas origens ainda mais ponderável, à luz da ortodoxia da autodeterminação que prevalecia no Tratado de Versalhes.

Ao mesmo tempo, a Tchecoslováquia era política e economicamente o mais avançado dos estados sucessores. Era genuinamente democrática, com um padrão de vida comparável ao da Suíça. Contava com um grande exército, parte considerável de cujo excelente equipamento era de desenho e produção tchecos; tinha alianças militares com a França e a União Soviética. Em termos de diplomacia tradicional, portanto, não era fácil abandonar a Tchecoslováquia; em termos de autodeterminação, era igualmente difícil defendê-la. Estimulado por sua bem-sucedida remilitarização da Renânia, Hitler começou, em 1937, a ameaçar a Tchecoslováquia a respeito dos alemães étnicos. Essas ameaças, de início, visavam ostensivamente pressionar os tchecos a concederem direitos especiais à minoria alemã da "Sudetenland", como a propaganda alemã batizara aquele território. Mas, em 1938, Hitler aumentou o calor da sua retórica, ao insinuar que tencionava anexar os sudetos ao *Reich* alemão pela força. A França devia proteger a Tchecoslováquia, assim como o devia a União Soviética, embora a ajuda soviética aos tchecos fosse condicionada ao começo das ações francesas. Além disso, é extremamente questionável se a Polônia ou a Romênia teriam permitido que tropas soviéticas atravessassem seus territórios ocorrendo em defesa da Tchecoslováquia.

A Inglaterra optou, desde o início, pelo apaziguamento. Em 22 de março, pouco depois da anexação da Áustria, Halifax lembrou aos franceses que a garantia de Locarno só se aplicava à fronteira francesa e poderia caducar se a França cumprisse deveres de tratados na Europa Central. Um memorando do Foreign Office advertiu: "Aqueles compromissos (a garantia de Locarno) não constituem, para eles, contribuição pouca à paz na Europa e, embora não tenham nenhuma intenção de se esquivar, não conseguem ver como incrementá-los".³⁶ A única fronteira de segurança da Inglaterra eram os limites da França; se as preocupações francesas de segurança fossem mais adiante, mais claramente, se a França tentasse defender a Tchecoslováquia, ela o faria sozinha.

Alguns meses depois, o gabinete inglês enviou uma missão investigadora a Praga, chefiada por lorde Runciman, a fim de explorar possíveis meios de conciliação. A consequência prática dessa missão foi proclamar a relutância da Inglaterra em defender a Tchecoslováquia. Os fatos já eram bem conhecidos; qualquer conciliação exigiria algum tipo de desmembramento da Tchecoslováquia. Munique não foi, portanto, uma rendição, mas um estado de espírito, e resultado quase inevitável do esforço das democracias em sustentarem um acordo geopoliticamente falho, com uma retórica de segurança coletiva e autodeterminação.

Até os Estados Unidos, país que mais se identificava com a criação da Tchecoslováquia, dissociaram-se da crise, logo no início. “Em setembro, o presidente Roosevelt sugeriu uma negociação em território neutro”.³⁷ Mas se as embaixadas americanas estivessem mandando informações corretas, Roosevelt não poderia ter ilusões sobre a atitude que a França e, mais ainda, a Inglaterra tomariam em tal conferência. Roosevelt, na realidade, reforçou essas atitudes ao declarar que “o governo dos Estados Unidos [...] não assumirá nenhum compromisso no curso das atuais negociações”.³⁸

A situação era de encomenda para o talento de Hitler em guerra psicológica. Durante todo o verão, ele agiu para aumentar a histeria de uma guerra iminente sem, no entanto, fazer nenhuma ameaça específica. Finalmente, depois de um violento ataque pessoal de Hitler ao governo tcheco, na reunião anual do partido nazista em Nuremberg, no início de setembro de 1938, os nervos de Chamberlain cederam. Sem nenhuma exigência formal ter sido feita nem haver quaisquer trocas diplomáticas, Chamberlain decidiu pôr fim à tensão, em 15 de setembro, visitando Hitler. Hitler mostrou seu desprezo ao escolher Berchtesgaden como local do encontro — o lugar na Alemanha mais distante de Londres e menos acessível. Naqueles dias, ir de Londres a Berchtesgaden exigia uma viagem de cinco horas de avião, que foi o primeiro voo de Chamberlain, aos 69 anos de idade.

Após suportar várias horas do discurso grandiloquente de Hitler sobre alegados maus-tratos aos alemães sudetos, Chamberlain

concordou em cortar a Tchecoslováquia. Todos os distritos tchecoslovacos com populações mais de 50% alemãs seriam devolvidos à Alemanha. Os detalhes seriam discutidos numa segunda reunião, em alguns dias, em Bad Godesberg, na Renânia. Foi típico do estilo de negociação de Hitler denominar esse segundo local uma “concessão”. Se bem que muito mais próximo de Londres que o primeiro, ainda era no interior da Alemanha. No intervalo, Chamberlain “persuadiu” o governo tchecoslovaco a aceitar sua proposta — “infelizmente”, nas palavras dos líderes tchecos.³⁹

Em Bad Godesberg, no dia 22 de setembro, Hitler aumentou o lance do jogo e deixou claro que desejava a humilhação da Tchecoslováquia. Não concordou com o procedimento demorado de plebiscitos, distrito por distrito, e demarcações de fronteiras, exigindo a evacuação imediata de todo o território dos sudetos, processo a iniciar-se em 26 de setembro — quatro dias depois — e completar-se em não mais de 48 horas. Instalações militares tchecas deveriam ficar intactas para as forças armadas alemãs. Para enfraquecer o estado remanescente ainda mais, Hitler exigiu retificações nas suas fronteiras com a Hungria e a Polônia, em nome daquelas minorias. Quando Chamberlain não concordou em receber um ultimato, Hitler teatralmente apontou para a palavra “memorando”, escrita no alto do seu documento. Após horas de discussões cáusticas, Hitler fez outra “concessão” — dava à Tchecoslováquia até as 14 horas do dia 28 de setembro para responder, e até 10 de outubro para começar sua retirada do território dos sudetos.

Chamberlain não se achou capaz de infligir uma humilhação dessas à Tchecoslováquia, e o *premier* francês, Daladier, foi ainda mais inflexível. Durante alguns dias, a guerra pareceu iminente. Cavaram-se trincheiras nos parques ingleses. Foi nessa época que Chamberlain fez o comentário melancólico de que a Inglaterra estava tendo de ir à guerra por um país distante sobre o qual nada sabia — isto, do governante de um país que lutara, sem piscar, durante séculos, nos caminhos de acesso à Índia.

Mas qual era o *casus belli*? A Inglaterra já aceitara o princípio do desmembramento tchecoslovaco, juntamente com a autodeterminação dos alemães sudetos. Inglaterra e França aproximavam-se da guerra, não em apoio a um aliado, mas em nome da diferença de algumas semanas no ritmo em que ele seria desmantelado e alguns ajustamentos territoriais, marginais, se comparados ao que já se concedera. Talvez tenha sido bom que, antes do prazo final, Mussolini livrasse a todos de uma sinuca, ao propor que uma conferência já programada, entre os ministros do exterior da Itália e da Alemanha, fosse ampliada a fim de incluir os chefes de governo de França (Daladier), Inglaterra (Chamberlain), Alemanha (Hitler) e Itália (Mussolini).

Os quatro governantes encontraram-se em 29 de setembro em Munique, berço do partido nazista, tipo de simbolismo que os vencedores reservam para si mesmos. Pouco tempo foi gasto em negociações: Chamberlain e Daladier fizeram uma tentativa pouco entusiástica de retorno à proposta original; Mussolini entregou um documento contendo a proposta de Hitler em Bad Godesberg; Hitler definiu as questões na forma de um ultimato sarcástico. Como seu prazo final de 1º de outubro fizera com que ele fosse acusado de agir com violência, ele disse que a primeira tarefa era “perdoar a atitude de tão violenta pessoa”.⁴⁰ Em outras palavras, o único propósito da conferência era o de aceitar pacificamente o programa de Hitler, de Bad Godesberg, antes que ele fosse à guerra para impô-lo.

A conduta de Chamberlain e Daladier durante os meses anteriores não lhes deu outra alternativa a não ser aceitar o documento de Mussolini. Representantes tchecos aguardavam abatidos nas antessalas, enquanto seu país era recortado. A União Soviética não foi sequer convidada. A Inglaterra e a França, por desencargo de consciência, propuseram garantir o fragmento que restara da Tchecoslováquia desarmada — um gesto grotesco, de nações que se haviam recusado a honrar a garantia a uma democracia intacta e bem armada. Desnecessário dizer que a garantia jamais se implementou.

Munique entrou para o nosso vocabulário como uma aberração específica — o castigo por ceder-se à chantagem. Munique, no entanto, não foi um ato isolado, mas a culminação de uma atitude que teve início na década de 1920 e que se acelerava a cada nova concessão. Durante mais de uma década, a Alemanha vinha eliminando as restrições do Tratado de Versalhes, uma a uma: a República de Weimar livrara a Alemanha das indenizações, do comitê de controle militar e da ocupação aliada da Renânia. Hitler denunciara as restrições aos armamentos alemães, a proibição do recrutamento, e as medidas de Locarno de desmilitarização. Mesmo nos anos 1920, a Alemanha jamais aceitara as fronteiras orientais, e os aliados nunca insistiram para que aceitasse. Finalmente, como sói ocorrer, decisões criaram cumulativamente seu próprio impulso.

Ao concordar em que o acordo de Versalhes era iníquo, os vencedores destruíram a base psicológica para defendê-lo. Os vitoriosos das Guerras Napoleônicas haviam promovido uma paz generosa, mas organizaram também a Aliança Quádrupla, para não haver ambiguidade acerca de sua determinação em defendê-la. Os vencedores da Primeira Guerra Mundial haviam perpetrado uma paz punitiva e, depois de eles próprios criarem o incentivo máximo para o revisionismo, cooperaram no desmanche de seu próprio acordo.

Durante duas décadas, o equilíbrio de poder fora alternadamente rejeitado e ridicularizado; os governos das democracias disseram a seus povos que a ordem mundial se basearia na mais elevada moralidade. Quando o desafio à nova ordem mundial chegou, as democracias — a Inglaterra, com convicção, e a França, com incerteza mesclada a desespero — não tiveram outro recurso a não ser esgotar a taça do apaziguamento, a fim de mostrar a seus povos que Hitler, na realidade, não se conciliaria.

Isso explica por que o acordo de Munique foi saudado com tanto aplauso pela grande maioria dos contemporâneos. Franklin Roosevelt esteve entre os que cumprimentaram Chamberlain: “Meu bom homem”, disse ele.⁴¹ Os líderes da Comunidade Britânica foram mais efusivos. O primeiro-ministro do Canadá escreveu:

Gostaria de transmitir-lhe calorosas congratulações em nome do povo canadense e, com ele, expressar nossa gratidão, sentida de uma extremidade do território à outra. Meus colegas e o governo juntam-se a mim em sua admiração ilimitada pelo serviço que o senhor prestou à humanidade.⁴²

Para não ficar para trás, o primeiro-ministro australiano declarou:

Meus colegas e eu desejamos expressar nossas mais calorosas felicitações pelo resultado das negociações em Munique. Os australianos, em comum com todos os outros povos do Império Britânico, têm uma profunda dívida de gratidão para com o senhor pelos seus esforços incansáveis em nome da preservação da paz.⁴³

Curiosamente, todas as testemunhas oculares da Conferência de Munique concordam que, longe de mostrar-se triunfante, Hitler estava taciturno. Ele queria guerra, que julgava indispensável à realização de suas ambições. Provavelmente, precisava dela também por razões psicológicas; quase todas as suas declarações públicas, as quais ele considerava o aspecto mais alto de sua vida pública, tinham relação, de uma maneira ou outra, com suas experiências de guerra. Embora os generais de Hitler se opusessem fortemente à guerra — a ponto de, intermitentemente, planejarem derrubá-lo se tomasse a decisão de atacar —, Hitler saiu de Munique com a sensação de ter sido tapeado. E pelo seu próprio raciocínio converso, talvez tenha sido mesmo, pois, se conseguisse inventar uma guerra em torno do caso da Tchecoslováquia, não é de crer que as democracias teriam suportado os sacrifícios necessários para vencê-la. A questão toda era por demais incongruente com o princípio da autodeterminação, e a opinião pública não estava preparada para os quase certos reveses iniciais de tal guerra.

Paradoxalmente, Munique transformou-se no fim de linha psicológico para a estratégia de Hitler. Até então, ele sempre pudera tocar o sentimento de culpa das democracias pelas injustiças do Tratado de Versalhes; depois de Munique, sua única arma foi a força

bruta, e havia um limite para quanta chantagem até os mais temerosos sofreriam, antes de tomar uma atitude.

Isso era especialmente verdade no que diz respeito à Inglaterra. Com sua conduta em Bad Godesberg e em Munique, Hitler consumira as últimas reservas de boa vontade inglesa. A despeito da sua declaração tola de trazer “paz em nosso tempo”, quando retornou a Londres, Chamberlain estava decidido a jamais ser chantageado de novo e deu início a um grande programa de rearmamento.

Na realidade, a conduta de Chamberlain na crise de Munique foi mais complexa do que se pinta. Incrivelmente popular depois de Munique, ele ficou, desde então, associado à rendição. O público democrático é implacável com insucessos, mesmo quando esses resultam da realização dos seus próprios anseios imediatos. A reputação de Chamberlain foi destruída quando ficou claro que ele não trouxera “paz em nosso tempo”. Hitler logo descobriu outro pretexto para a guerra, e, a essa altura, Chamberlain não conseguia nem o crédito de ter administrado o processo através do qual a Inglaterra fora capaz de sobreviver à tempestade como um povo unido e com uma força aérea refeita.

É fácil depreciar os pronunciamentos ingênuos dos homens do *appeasement*. Contudo, na maioria, eram homens decentes, que buscavam seriamente implementar a nova ordem elaborada pelo idealismo wilsoniano, sob uma nuvem de desilusão geral com a diplomacia europeia tradicional e a sensação difusa de exaustão espiritual e física. Em nenhum período anterior, um primeiro-ministro inglês teria justificado um acordo como Chamberlain em Munique — como a “eliminação das desconfianças e das animosidades que por tanto tempo empestaram o ar”⁴⁴ — como se política externa fosse um ramo da psicologia. Contudo, essas opiniões haviam brotado do esforço idealista de deixar para trás o legado da *Realpolitik* e da história europeia, mediante o apelo à razão e à justiça.

Não demorou muito para que Hitler causasse o fim das ilusões dos apaziguadores, apressando, assim, sua queda final. Em março

de 1939, menos de seis meses após Munique, Hitler ocupou o que restara da Tchecoslováquia. A porção tcheca tornou-se protetorado alemão; a Eslováquia foi designada estado tecnicamente independente, mas satélite alemão. Embora a Inglaterra e a França tenham se oferecido para garantir a Tchecoslováquia em Munique, essa proposta jamais foi formalizada, nem poderia ter sido.

A destruição da Tchecoslováquia não fazia o menor sentido geopolítico; ela demonstrou que Hitler estava além de qualquer cálculo racional e inclinado para a guerra. Privada das suas defesas e das suas alianças francesa e soviética, a Tchecoslováquia estava fadada a escorregar para a órbita alemã, e o leste europeu certamente adaptar-se-ia às novas realidades do poder. A União Soviética acabara de promover um expurgo de suas lideranças políticas e militares e estaria fora de combate por algum tempo. Hitler só precisava esperar, pois, com a França de fato neutralizada, a Alemanha eventualmente emergiria como a potência dominante na Europa Oriental. Claro que esperar era o que Hitler menos sabia, emocionalmente, fazer.

A reação inglesa e francesa (liderada por Londres) de estabelecer um limite também fazia pouco sentido, em termos de política de poder tradicional. A tomada de Praga não alterava o equilíbrio de poder, nem o curso de eventos. Mas, em termos dos princípios de Versalhes, a ocupação da Tchecoslováquia foi um divisor de águas, pois demonstrou que Hitler buscava a dominação da Europa e não a autodeterminação ou a igualdade.

O equívoco de Hitler não foi tanto ter violado os princípios históricos do equilíbrio, mas insultar as premissas morais da política externa inglesa do pós-guerra. Sua transgressão foi incorporar populações não alemãs ao Reich, violando o princípio da autodeterminação, em nome do qual todas as suas exigências unilaterais anteriores haviam sido toleradas. A paciência da Inglaterra não era nem inesgotável nem resultado de um caráter nacional fraco; e Hitler conseguira, finalmente, enquadrar-se na definição moral de agressão do povo inglês, ainda que não do governo. Após alguns dias de hesitação, Chamberlain alinhou sua

política com a opinião pública inglesa. Daí em diante, a Inglaterra resistiria a Hitler, não para agir de acordo com as teorias históricas de equilíbrio, mas simplesmente porque não era mais possível confiar em Hitler.

Ironicamente, a abordagem wilsoniana das relações internacionais, que havia facilitado os avanços de Hitler para além do que qualquer sistema europeu anterior teria considerado aceitável, depois de um certo ponto, também fez com que a Inglaterra adotasse limites mais rigorosos do que o fazia num mundo de *Realpolitik*. Se o wilsonismo havia evitado a resistência inicial a Hitler, também preparou caminho para a oposição implacável a ele, uma vez que seus critérios morais haviam sido inquestionavelmente violados.

Quando Hitler reivindicou Dantzig, em 1939, buscando modificar o Corredor Polonês, os problemas imediatos não eram, em essência, diferentes daqueles do ano anterior. Dantzig era uma cidade inteiramente alemã, e seu *status* de cidade livre desafiava de todo o princípio da autodeterminação, como também o fizera a adjudicação do território dos sudetos à Tchecoslováquia. Embora a população do Corredor Polonês fosse mais misturada, algumas adaptações de fronteiras mais condizentes com o princípio da autodeterminação, eram viáveis — pelo menos teoricamente. Todavia, o que mudara sem Hitler compreender era que, depois que ele cruzou a linha do moralmente tolerável, o mesmo perfeccionismo moral que havia gerado a flexibilidade nas democracias transformou-se em intransigência sem precedentes. Após a Alemanha ocupar a Tchecoslováquia, a opinião pública inglesa não toleraria mais nenhuma concessão; a partir dali, a Segunda Guerra Mundial era questão de tempo — a menos que Hitler ficasse quieto, o que para ele era psicologicamente impossível.

Antes que o momentoso fato ocorresse, no entanto, o sistema internacional receberia mais um choque — dessa vez, da outra grande potência revisionista, que ele ignorara durante grande parte dos turbulentos anos 1930 — a União Soviética de Stalin.

O Bazar de Stalin



Se ideologia determinasse política externa, Hitler e Stalin jamais se dariam a mão, tal qual Richelieu e o sultão da Turquia, três séculos antes. Mas o interesse geopolítico comum é liga forte, e este atraía inexoravelmente à ligação os velhos inimigos, Hitler e Stalin.

Quando aconteceu, as democracias caíram das nuvens; o espanto mostrou que compreendiam a mente de Stalin tanto quanto a de Hitler. A carreira de Stalin, como a de Hitler, se fizera pelas fímbrias da sociedade, mas ele demorou muito mais a alcançar o poder absoluto. A confiança de Hitler no brilho demagógico fê-lo apostar tudo num único lance dos dados. Stalin triunfou minando seus rivais aos poucos, das profundezas dos caminhos internos da burocracia comunista, onde os outros disputantes o ignoraram, pois, de início, não viam aquela sinistra figura da Geórgia como um contendor sério. Hitler venceu soterrando os companheiros com a unidade de propósito que era uma força da natureza; Stalin acumulou poder como juros de capital, por meio de um anonimato implacável.

Hitler transpôs para a tomada de decisões seus hábitos boêmios de trabalho e a personalidade instável, dando ao seu governo uma qualidade caprichosa e ocasionalmente diletante. Stalin incorporou a rigorosa catequese de sua instrução religiosa inicial às exegeses brutais da visão bolchevique do mundo e transformou a ideologia num instrumento de controle político. Hitler regalava-se na adoração das massas. Stalin era paranoico demais para depender de uma

chegança tão pessoal. Mais ansiava pela vitória final que pela aprovação imediata e preferia alcançá-la destruindo, um a um, seus rivais em potencial.

As ambições de Hitler tinham de cumprir-se com ele vivo; em suas declarações, ele só representava a si mesmo. Stalin era igualmente megalomaniaco, mas via a si próprio como um serviçal da verdade histórica. Ao contrário de Hitler, Stalin era dono de infinita paciência. Ao contrário dos líderes das democracias, ele estava sempre num estudo metucioso das relações de poder. Justamente por estar tão convencido de que sua ideologia incorporava a verdade histórica, Stalin buscava impiedosamente o interesse nacional soviético, desimpedido do que considerava bagagem moral hipócrita ou de ligações sentimentais.

Stalin era, de fato, um monstro; mas nas relações internacionais foi o realista supremo — paciente, astuto, implacável, o Richelieu do seu período. Sem saber, as democracias ocidentais estavam provocando o destino ao contarem com um conflito ideológico irreconciliável entre Stalin e Hitler, ao provocarem Stalin com um pacto francês que perjurava a cooperação militar, ao excluírem a União Soviética da Conferência de Munique e ao abrirem de maneira um tanto ambivalente conversações militares com Stalin, quando já era tarde demais para desviá-lo do pacto com Hitler. Os governos das democracias confundiram os tediosos e levemente teológicos discursos de Stalin com rigidez de pensamento e de política. A rigidez de Stalin só dizia respeito à ideologia comunista. Suas convicções comunistas deixaram-no extraordinariamente flexível em tática.

Além desses aspectos psicológicos, o caráter de Stalin tinha um núcleo filosófico praticamente incompreensível aos líderes ocidentais. Velho bolchevique, ele sofrera encarceramento, exílio e privação em nome de suas convicções, durante décadas, antes de chegar ao poder. Orgulhosos de uma visão superior da dinâmica da história, os bolcheviques entendiam seu papel como de ajuda ao processo histórico objetivo. Para eles, a diferença entre si mesmos e os não comunistas era a diferença entre cientistas e leigos. Ao analisar

fenômenos físicos, o cientista não faz com que ocorram; sua compreensão das causas permite-lhe manipular ocasionalmente o processo, mas sempre de acordo com as próprias leis do fenômeno, nada mais. Nesse mesmo espírito, os bolcheviques consideravam-se os cientistas da história — ajudando a tornar visível sua dinâmica, talvez até acelerando o andamento, mas sem alterar sua direção imutável.

Os líderes comunistas apresentavam-se implacáveis, impiedosos, tão firmes em sua tarefa histórica quanto impermeáveis a raciocínios convencionais, especialmente quando estes vinham de infiéis. Os comunistas sentiam-se em vantagem na diplomacia porque julgavam compreender seus interlocutores melhor que estes a si próprios. Na mente comunista, concessões só se faziam em nome da “realidade objetiva”, nunca em virtude da persuasão dos diplomatas com que negociassem. A diplomacia pertencia, então, ao processo pelo qual a ordem existente seria derrubada; a ordem seria derrubada por uma diplomacia de coexistência pacífica ou pelo embate militar, dependeria da avaliação da correlação de forças.

Havia, porém, um princípio imutável no universo de cálculos desumanos e cruéis de Stalin: nada justificava batalhas inúteis por causas dúbias. Filosoficamente, o conflito ideológico com a Alemanha nazista era parte de um conflito geral com os capitalistas, que, no que dizia respeito a Stalin, incluíam a França e a Inglaterra. A que país se reservava o impacto da hostilidade soviética dependia inteiramente de qual Moscou julgava maior ameaça num dado momento.

Moralmente, Stalin não fazia distinção entre os vários estados capitalistas. Sua verdadeira opinião, acerca dos países que louvavam as virtudes da paz universal, está evidente em sua reação à assinatura do Pacto Briand-Kellogg, em 1928:

Eles conversam sobre pacifismo; eles falam de paz entre os estados europeus. Briand e (Austen) Chamberlain se abraçam [...] É tudo uma grande tolice. Da história europeia, sabemos, toda vez que tratados de uma nova disposição de forças foram assinados, esses tratados se

chamaram tratados de paz [...] apesar de terem o propósito de retratar elementos novos da guerra que se aproximava.¹

O pesadelo máximo de Stalin era, obviamente, uma coalizão de todos os países capitalistas atacando a União Soviética simultaneamente. Em 1927, Stalin descreveu a estratégia soviética da mesma maneira como Lênin o fizera uma década antes: “[...] muito [...] depende do êxito em adiar a guerra inevitável com o mundo capitalista [...] até [...] os capitalistas começarem a lutar entre si”.² Para estimular essa esperança, a União Soviética fizera o acordo de Rapallo com a Alemanha, em 1922, e o tratado de neutralidade de Berlim, em 1926, que renovou em 1931, prometendo explicitamente ficar fora de uma guerra capitalista.

Quanto a Stalin, o anticomunismo vituperativo de Hitler não era um obstáculo insuperável às boas relações com a Alemanha. Quando Hitler assumiu o poder, Stalin não perdeu tempo em fazer gestos conciliatórios. “Estamos longe de entusiastas do regime fascista da Alemanha”, declarou Stalin no 17º Congresso do partido, em janeiro de 1934.

Não se trata de uma questão de fascismo, até porque o fascismo na Itália, por exemplo, não impediu a URSS de estabelecer a melhor das relações com aquele país [...] Nossa orientação no passado, e nossa orientação no momento, diz respeito à URSS, e somente à URSS. Se os interesses da URSS exigem reaproximação com um país ou outro, que não esteja interessado em perturbar a paz, nós o faremos sem hesitação.³

Stalin, o grande ideólogo, na realidade colocava sua ideologia a serviço da *Realpolitik*. Richelieu ou Bismarck não teriam a menor dificuldade em compreender sua estratégia. Eram os estadistas das democracias que usavam antolhos ideológicos; tendo rejeitado a política de poder, achavam que a precondição de bons termos entre os países era uma crença geral nas premissas da segurança coletiva e que a hostilidade ideológica eliminava qualquer possibilidade de cooperação prática entre fascistas e comunistas.

As democracias estavam duplamente equivocadas. No devido tempo, Stalin, de fato, entrou para o campo anti-Hitler, mas com muita relutância e depois que suas aberturas para a Alemanha nazista foram desprezadas. Enfim, convencido de que a retórica antibolchevique de Hitler talvez fosse para valer, Stalin partiu para construir a mais ampla coalizão possível para contê-la. Sua nova estratégia aparece no 7º (e último) Congresso da Internacional Comunista, em julho e agosto de 1935.⁴ Pedindo uma frente unida de todos os povos amantes da paz, ele indicou o abandono da tática comunista dos anos 1920, quando, na tentativa de paralisar as instituições parlamentares europeias, os partidos comunistas haviam consistentemente votado com grupos antidemocráticos, inclusive com os fascistas.

O principal porta-voz da nova política externa soviética foi Maxim Litvinov, feito ministro do exterior para desempenhar somente este papel. Polido, fluente em inglês e judeu, ele era de origem burguesa e casado com a filha de um historiador inglês. Seu currículo era mais adequado a um inimigo de classe, que a uma carreira na diplomacia soviética. Sob a direção de Litvinov, a União Soviética associou-se à Liga das Nações e transformou-se em um dos adeptos mais insistentes da segurança coletiva. Stalin chegava a recorrer à retórica wilsoniana para assegurar-se contra a perspectiva de Hitler poder, de fato, realizar o que escrevera em *Mein Kampf* e transformar a União Soviética no seu alvo principal. Como disse o cientista político Robert Legvold, o objetivo de Stalin era extrair a máxima assistência do mundo capitalista, não fazer as pazes com ele.⁵

Uma profunda sensação de desconfiança mútua envolvia as relações entre as democracias e a União Soviética. Stalin assinou pactos com a França, em 1935, e com a Tchecoslováquia, no ano seguinte. Mas os líderes franceses dos anos 1930 trilharam o caminho oposto e recusaram conversações de estado-maior. Stalin, inevitavelmente, interpretou isso como um convite a Hitler para atacar a União Soviética primeiro. Para garantir-se, Stalin tornou a ajuda soviética à Tchecoslováquia dependente do cumprimento

inicial das obrigações francesas com aquele país. Isso dava a Stalin a opção de deixar que os imperialistas guerreassem entre si. O tratado franco-soviético não viveu no melhor dos climas.

A disposição da França em criar laços políticos com a União Soviética e, simultaneamente, rejeitar uma aliança militar ilustra a Terra do Nunca para onde foi a política externa das democracias entre as guerras. As democracias valorizavam a retórica da segurança coletiva, mas evitavam dar-lhe conteúdo operacional. A Primeira Guerra Mundial deveria ter ensinado à Inglaterra e à França que, mesmo em aliança, lutarem elas contra a Alemanha era empreendimento duvidoso. A Alemanha, afinal, quase vencera em 1918, a despeito de os Estados Unidos se juntarem aos aliados. Considerar a guerra com a Alemanha, sem ajuda soviética ou americana, combinava a mentalidade de Linha Maginot com uma superestimativa grosseira das próprias forças.

Só a veleidade extrema por parte dos governos das democracias poderia ter levado à convicção de que Stalin — o bolchevique original, que acreditava firmemente nos chamados fatores materiais e objetivos — se convertera à doutrina moral e jurídica da segurança coletiva, pois Stalin e seus camaradas tinham outras razões, além das ideológicas, para serem pouco entusiásticos acerca da ordem internacional estabelecida. Afinal, as fronteiras soviéticas com a Polônia haviam sido impostas pela força e a Romênia tomara a Bessarábia, que os soviéticos consideravam sua de direito.

Tampouco as potenciais vítimas alemãs na Europa Oriental desejavam ajuda soviética. A soma do acordo de Versalhes com a Revolução Russa criara um problema insolúvel para qualquer sistema de segurança coletiva no leste europeu: sem a União Soviética, não funcionaria militarmente; com ela, não funcionaria politicamente.

A diplomacia ocidental pouco fez para aliviar a paranoia de Stalin sobre uma cabala capitalista antissoviética. A União Soviética não foi consultada diplomaticamente sobre a revogação do Pacto de Locarno e foi completamente excluída da Conferência de Munique. Só após a ocupação da Tchecoslováquia, em 1939, foi

relutantemente convidada para as discussões de um sistema de segurança na Europa Oriental.

Não obstante, é uma interpretação equivocada da psicologia de Stalin culpar em grande parte a política ocidental pelo Pacto Hitler-Stalin. A paranoia de Stalin estava bem demonstrada pela eliminação de todos os possíveis rivais internos e pelo assassinato ou deportação de milhões, que só em suas fantasias se opunham a ele. Mesmo assim, quando se tratava de política externa, Stalin era o calculista frio por excelência e tinha muito orgulho em não se deixar levar a atos precipitados, especialmente por líderes capitalistas, cuja estimativa da correlação de forças ele julgava muito inferior à sua.

Só se pode especular sobre as intenções de Stalin à época de Munique. Mas seu caminho menos provável, no momento em que convulsionava o país com expurgo após expurgo, teria sido a implementação automática e suicida de um tratado de assistência mútua. Como o tratado com a Tchecoslováquia comprometia a União Soviética *depois* que a França estivesse em guerra, este propiciou a Stalin várias opções. Ele poderia, por exemplo, exigir uma passagem pela Romênia e a Polônia e usar a recusa, quase certa, como alibi para esperar o resultado da luta na Europa Central e Oriental. Ou então, dependendo da sua avaliação das consequências, poderia retomar os territórios russos perdidos para a Polônia e a Romênia após a Revolução Russa, da maneira como veio a fazer um ano depois. O resultado menos provável era a União Soviética montar barricadas como última defensora do acordo territorial de Versalhes em nome da segurança coletiva.

Munique confirmou, sem dúvida, as suspeitas de Stalin acerca das democracias. Contudo, nada poderia desviá-lo de tentar, praticamente a qualquer custo, o que considerava uma obrigação bolchevique — lançar os capitalistas uns contra os outros, evitando que a União Soviética fosse vítima de suas guerras. O efeito de Munique foi, portanto, alterar a tática de Stalin. Ele abriu um bazar para receber lances por um pacto soviético — num leilão em que as democracias não tinham a menor chance de vencer se Hitler estivesse disposto a fazer uma oferta firme. Quando, em 4 de

outubro de 1938, o embaixador francês visitou o ministério do exterior soviético para explicar o acordo de Munique, foi recebido por Vladimir Potemkin, vice-comissário de assuntos estrangeiros, com estas palavras ameaçadoras: “Meu pobre amigo! Que foram vocês fazer! Não vejo outra saída para nós que uma quarta partição da Polônia”.⁶

O epigrama dá uma ideia da abordagem fria de Stalin em política externa. Após Munique, a Polônia certamente seria o alvo seguinte da Alemanha. Como Stalin não desejava enfrentar o exército alemão na fronteira soviética existente, nem lutar contra Hitler, uma quarta partição da Polônia era a única alternativa (aliás, raciocínio semelhante levara Catarina, a Grande, a promover a primeira partição da Polônia com a Prússia e a Áustria, em 1772). O fato de Stalin esperar um ano inteiro para que Hitler desse o primeiro passo atesta seus nervos de aço na condução da política externa.

Com seu objetivo firmemente estabelecido, Stalin movimentou-se rapidamente para retirar a União Soviética da linha de frente. Em 27 de janeiro de 1939, o *News Chronicle* de Londres publicou um artigo de seu correspondente diplomático (sabidamente íntimo do embaixador de Moscou, Ivan Maisky) delineando um possível acordo entre a União Soviética e a Alemanha. O autor repetia a tese padrão de Stalin, de que não havia grande diferença entre as democracias ocidentais e os ditadores fascistas, usando-a para liberar a União Soviética de qualquer compromisso automático com a segurança coletiva:

O governo soviético, no presente, não tem, evidentemente, nenhuma intenção de ajudar a Inglaterra e a França se esta entrar em conflito com a Alemanha e a Itália [...] Do ponto de vista do governo soviético, não há nenhuma diferença entre as posições dos governos inglês e francês, de um lado, e os governos alemão e italiano, de outro, que justificasse grandes sacrifícios na defesa da democracia ocidental.⁷

Como a União Soviética não via nenhuma necessidade de escolher entre os vários capitalistas, na base da ideologia, as

divergências entre Moscou e Berlim poderiam ser solucionadas em termos práticos. Para não haver o risco de alguém ficar sem entender, Stalin deu o passo sem precedentes de republicar textualmente o artigo no *Pravda*, jornal oficial do partido comunista.

Em 10 de março de 1939 — cinco dias antes de Hitler ocupar Praga —, Stalin apresentou a sua própria declaração oficial da nova estratégia de Moscou. A ocasião foi o 18º Congresso do partido, a primeira reunião dessa natureza a ocorrer desde o endosso de Stalin à segurança coletiva e à política de “frente única”, cinco anos antes. A sensação dos delegados deve ter sido de alívio por ainda estarem vivos, pois os expurgos lhes haviam aniquilado as fileiras: somente 35, dentre os 2.000 delegados de cinco anos antes, estavam presentes; 1.100 dos restantes haviam sido presos por atividades contrarrevolucionárias; 98 dos 131 membros do comitê central haviam sido mortos, como também três dos cinco marechais do Exército Vermelho, todos os 11 vice-comissários da defesa, todos os comandantes de regiões militares e 75 dos 80 membros do supremo conselho militar.⁸ Mal se podia dizer que o 18º Congresso do partido celebrava a continuidade. Seus participantes estavam imensamente mais preocupados com os problemas de sua própria sobrevivência do que com as sutilezas ocultas da política externa.

Como em 1934, o tema principal de Stalin diante dessa plateia aterrorizada foram as intenções pacíficas da União Soviética num ambiente internacional hostil. Suas conclusões, no entanto, rompiam de forma radical com o conceito de segurança coletiva do congresso anterior do partido, pois, de fato, Stalin declarou a neutralidade soviética no conflito entre os capitalistas:

A política externa da União Soviética é clara e explícita. Somos a favor da paz e do fortalecimento das relações comerciais com todos os países. Esta é nossa posição; e vamos mantê-la fielmente enquanto esses países quiserem relações semelhantes com a União Soviética e enquanto não tentarem prejudicar os interesses do nosso país.⁹

Para ter certeza de que os obtusos líderes capitalistas captariam a mensagem, Stalin repetiu quase literalmente o argumento central

do artigo do *News Chronicle*: tendo as democracias e a Alemanha estruturas sociais semelhantes, as diferenças entre a Alemanha e a União Soviética não eram mais difíceis de esquecer do que as diferenças entre qualquer outro país capitalista e a União Soviética. Resumindo, ele expressou sua determinação de manter a liberdade de ação e vender a quem fizesse a maior oferta a boa vontade de Moscou numa guerra. Numa frase agourenta, Stalin jurou “ser cauteloso e não deixar nosso país ser arrastado ao conflito por papaguerras habituados a puxar a sardinha com a mão do gato”.¹⁰ Stalin estava, na realidade, convidando a Alemanha nazista a fazer sua oferta.

A nova política de Stalin diferia da antiga mais na ênfase. Mesmo no auge do seu apoio à segurança coletiva e às “frentes únicas”, Stalin sempre fazia nos compromissos soviéticos o *hedge* compensatório, para manter a opção de negociar em separado depois de a guerra começar. Mas, agora, na primavera de 1939, quando o restante da Tchecoslováquia ainda não fora ocupado pela Alemanha, Stalin dava um passo adiante. Começou a manobrar por uma negociação separada *antes* da guerra. Ninguém podia dizer que Stalin mantivera suas intenções em segredo; o choque das democracias deveu-se à incapacidade de compreender que Stalin, o revolucionário fervoroso, era acima de tudo um estrategista de sangue-frio.

Após a ocupação de Praga, a Inglaterra abandonou sua política de apaziguamento da Alemanha. O gabinete inglês, agora, exagerava a iminência da ameaça nazista, no mesmo grau em que antes o subestimara. Estava convencido de que Hitler, logo após o fim da Tchecoslováquia, faria outro ataque — alguns achavam que seria à Bélgica, outros à Polônia. No final de março de 1939, os boatos eram sobre a Romênia, que nem tinha fronteira com a Alemanha. No entanto, seria atípico de Hitler, atacar tão cedo um segundo alvo sem relação com o primeiro. Sua forma característica era deixar o impacto de um golpe abater a próxima vítima, antes de atacar. Em retrospecto, sabemos que a Inglaterra tinha muito mais tempo para planejar sua estratégia do que seus líderes pensavam.

Além disso, se o gabinete inglês tivesse analisado bem o discurso de Stalin no 18º congresso, veria que, quanto mais afoitamente a Inglaterra organizasse a resistência contra Hitler, mais Stalin se mostraria indiferente, a fim de aumentar sua alavancagem com ambos os lados.

O gabinete inglês enfrentava agora uma escolha estratégica fundamental, apesar de não parecer muito ciente do fato. Na resistência a Hitler, teria de decidir se agiria por segurança coletiva ou aliança tradicional. Se escolhesse a primeira, o maior grupo possível de nações seria convidado à resistência antinazista; se escolhesse a última, a Inglaterra teria de buscar meios-termos — para harmonizar seu interesse com o de prováveis aliados, como a União Soviética.

O gabinete optou pela segurança coletiva. Em 17 de março, mandou mensagens diplomáticas à Grécia, Iugoslávia, França, Turquia, Polônia e União Soviética, consultando como reagiriam a uma falada ameaça à Romênia — na premissa de que tivessem os mesmos interesses e tomassem a mesma atitude. De repente, a Inglaterra parecia estar oferecendo o que evitara desde 1918 — garantia territorial para toda a Europa do leste.

As respostas demonstraram, mais uma vez, a fragilidade essencial da doutrina de segurança coletiva — a suposição de que todas as nações, no mínimo todas as vítimas em potencial, têm o mesmo interesse em resistir à agressão. Cada nação do leste europeu apresentou seu próprio problema como um caso especial, destacando interesses nacionais e não os coletivos. A Grécia condicionou sua reação à da Iugoslávia; a Iugoslávia indagou das intenções da Inglaterra — devolvendo a pergunta. A Polônia indicou não estar em condições de tomar partido entre a Inglaterra e a Alemanha ou de envolver-se na defesa da Romênia. A Polônia e a Romênia não concordavam com a participação soviética na defesa de seus países. E a resposta da União Soviética foi propor uma conferência, em Bucareste, de todos os países objetos da pesquisa britânica.

Essa foi uma manobra inteligente. Se houvesse, a conferência estabeleceria o princípio da participação soviética na defesa dos países que temiam Moscou na mesma proporção em que temiam Berlim; se a iniciativa fosse rejeitada, o Kremlin teria uma desculpa para guardar distância e trabalhar sua opção preferida, de acomodação com a Alemanha. Moscou estava, na realidade, pedindo aos países da Europa Oriental que selecionassem a Alemanha como principal ameaça a eles e a desafiassem *antes* que Moscou deixasse claras as suas intenções. Como nenhum país da Europa Oriental se dispôs a isso, a conferência de Bucareste não aconteceu.

As respostas vacilantes fizeram Neville Chamberlain tentar outras medidas. Em 20 de março, ele sugeriu uma declaração de intenções em que Inglaterra, França, Polônia e União Soviética deveriam consultar-se em caso de qualquer ameaça à independência de qualquer estado europeu, "com a possibilidade de empreendermos uma ação comum". Reedição da Tríplice Entente de antes da Primeira Guerra Mundial, a proposta não esclarecia nem a estratégia militar a empregar, se falhasse a dissuasão, nem a perspectiva de cooperação entre a Polônia e a União Soviética, que era simplesmente dada como certa.

A Polônia, cujo otimismo romântico sobre sua capacidade militar parecia ser compartilhado pela Inglaterra, recusou a ação conjunta com a União Soviética, deixando à Inglaterra a escolha entre Polônia e União Soviética. Se a Inglaterra garantisse a Polônia, cairiam as razões para Stalin participar de uma defesa comum. Com a Polónia situada entre a Alemanha e a União Soviética, a Inglaterra ver-se-ia obrigada a ir à guerra antes de Stalin ter de tomar qualquer decisão. Por outro lado, se a Inglaterra preferisse o pacto soviético, Stalin certamente exigiria, por ter ajudado os poloneses, o prêmio de empurrar a fronteira soviética para oeste, em direção à Linha Curzon.

Movido pela abominação pública e convencido de que recuar enfraqueceria ainda mais a posição da Inglaterra, o gabinete inglês recusou-se a entregar mais países, independentemente dos ditames da geopolítica. Ao mesmo tempo, os políticos ingleses laboravam no

equivoco de que a Polônia era, de alguma forma, militarmente mais forte que a União Soviética e que o Exército Vermelho não tinha nenhum valor ofensivo — avaliação até plausível, à luz dos expurgos maciços de comandantes militares soviéticos, recém-havidos. Acima de tudo, os ingleses desconfiavam muito da União Soviética. “Devo confessar”, escreveu Chamberlain, “a mais profunda desconfiança em relação à Rússia. Não creio, de modo algum, em sua capacidade de realizar uma ofensiva eficaz, ainda que o quisesse. E desconfio de seus motivos, que a mim parecem ter pouco a ver com nossas ideias de liberdade e estar voltados só a causar a briga de todo mundo”.¹¹

Acreditando estar sem tempo, a Inglaterra foi em frente e anunciou o tipo de garantia de paz continental, que rejeitara desde o Tratado de Versalhes. Preocupada com os informes de um iminente ataque alemão à Polônia, Chamberlain nem se deteve para negociar uma aliança bilateral com a Polônia. Em vez disso, redigiu de próprio punho uma garantia unilateral da Polônia, no dia 30 de março de 1939, e apresentou-a ao parlamento no dia seguinte. A garantia era um improviso para dissuadir a agressão nazista, perigo que, afinal, vinha de uma informação falsa. Seria seguida do trabalho mais calmo de criar um amplo sistema de segurança coletiva. Logo depois, deram-se à Grécia e à Romênia garantias unilaterais com o mesmo raciocínio.

Tomada de cólera moral e confusão estratégica, a Inglaterra entrou a dar garantias a países que todos os seus primeiros-ministros do pós-guerra haviam afirmado que não poderiam defender. As realidades pós-Versalhes da Europa Oriental haviam-se tornado tão alheias à experiência inglesa, que o gabinete nem ao menos percebeu ter feito uma escolha que multiplicaria as opções de Stalin em relação à Alemanha e facilitaria sua retirada da proposta frente comum.

Os ingleses tinham por tão certa a participação de Stalin em sua estratégia que acreditavam lhe poder controlar o ritmo e o alcance. O ministro do exterior, lorde Halifax, insistiu que a União Soviética ficasse na reserva, “convidada a dar uma mão em certas circunstâncias, da maneira mais conveniente”.¹² O que Halifax tinha

em mente era suprimento de material bélico e não avanço de tropas para além das fronteiras. Não explicou que razão poderia ter a União Soviética para um papel tão secundário.

Na realidade, a garantia inglesa à Polônia e à Romênia removeu quaisquer estímulos que os soviéticos pudessem ter para a negociação séria de uma aliança com as democracias ocidentais. Ela assegurava todas as fronteiras dos vizinhos europeus da União Soviética, exceto os estados bálticos e, pelo menos no papel, frustrava ambições soviéticas e alemãs. (O fato de a Inglaterra não ver esta realidade mostra a que ponto a “frente única dos países amantes da paz” havia se apoderado da mente ocidental.) Porém, mais importante, a garantia unilateral britânica foi um presente para Stalin, pois deu-lhe, de saída, o máximo que ele teria pedido em qualquer negociação que começasse, como a maioria das negociações, do zero. Se Hitler atacasse para o leste, Stalin estava agora garantido pelo compromisso inglês de ir à guerra, muito antes que a fronteira soviética fosse atingida. Stalin, desse modo, embolsou os benefícios de uma aliança *de fato* com a Inglaterra, sem nenhuma reciprocidade.

A garantia da Inglaterra à Polônia baseava-se em quatro suposições, cada uma das quais esteve errada: que a Polônia era uma potência militarmente forte, talvez até mais que a União Soviética; que a França e a Inglaterra, juntas, eram suficientes para derrotar a Alemanha, sem ajuda de aliados; que a União Soviética tinha interesse em manter o *status quo* na Europa Oriental; que o fosso ideológico entre a Alemanha e a União Soviética era intransponível, e a União Soviética unir-se-ia à coalizão anti-Hitler, mais cedo ou mais tarde.

A Polônia era heroica, mas não era potência militar. Sua tarefa ficou ainda mais difícil porque o estado-maior francês iludiu a Polônia sobre suas verdadeiras intenções, deixando entrever a perspectiva de algum tipo de ofensiva francesa. A estratégia defensiva, que era de fato a da França, obrigaria a Polônia a enfrentar sozinha a fúria total do violento ataque alemão — tarefa que os governos ocidentais deviam saber que estava muito além do

razoável. Mas também a Polônia não seria induzida a aceitar ajuda soviética, pois seus líderes estavam convencidos (corretamente, como se viu) de que qualquer exército soviético de “libertação” seria um exército de ocupação. E, na estimativa das democracias, elas poderiam vencer sozinhas uma guerra contra a Alemanha, mesmo se a Polônia fosse derrotada.

O interesse dos soviéticos em preservar o *status quo* da Europa Oriental terminou com o 18º Congresso do partido — se é que existiu. Stalin tinha de fato a opção de voltar-se para Hitler e, depois da garantia inglesa à Polônia, poderia jogar a carta nazista com bastante segurança. O trabalho ficou fácil, pois as democracias ocidentais recusaram-se a perceber sua estratégia — que teria sido bastante clara para Richelieu, Metternich, Palmerston ou Bismarck. Era simplesmente garantir que a União Soviética fosse sempre a última grande potência a se comprometer, e pudesse abrir o bazar em que a cooperação soviética, ou a neutralidade, estariam à disposição de quem pagasse melhor.

Antes da garantia inglesa à Polônia, Stalin fora obrigado à cautela pois as aberturas iniciais à Alemanha não deveriam levar as democracias a lavarem as mãos da Europa Oriental, largando-o a enfrentar Hitler sozinho. Após a garantia, ele agora estava certo, não só de que a Inglaterra lutaria pela fronteira ocidental *dele*, mas que a guerra começaria 900 quilômetros a oeste, na fronteira alemã-polonesa.

A Stalin restavam apenas duas preocupações. Primeira, certificar-se de que a garantia inglesa à Polônia era sólida; segunda, descobrir se a opção alemã realmente existia. Paradoxalmente, quanto mais a Inglaterra mostrava firmeza em relação à Polônia, o que era obrigada a fazer para dissuadir Hitler, mais espaço de manobra ganhava Stalin em relação à Alemanha. A Inglaterra buscava preservar o *status quo* da Europa Oriental. Stalin queria o maior número possível de opções e a derrubada do acordo de Versalhes. Chamberlain desejava evitar a guerra. Stalin, que a sentia inevitável, queria as vantagens da guerra, sem entrar nela.

Stalin, decorosamente, fez uma dança entre os dois lados. Mas, afinal, não houve disputa. Só Hitler podia oferecer-lhe os ganhos territoriais que ele buscava no leste europeu, e por estes ele estava disposto a pagar o preço de uma guerra europeia que poupasse a União Soviética. Em 14 de abril, a Inglaterra propôs uma declaração unilateral pela União Soviética de que “no caso de qualquer ato de agressão contra qualquer vizinho europeu da União Soviética, com reação do país agredido, a ajuda do governo soviético estaria disponível”.¹³ Stalin recusou-se a meter a cabeça na guilhotina e rejeitou a proposta, ingênua e sem dois lados. Em 17 de abril, respondeu com uma contraproposta de três pontos: uma aliança entre a União Soviética, a França e a Inglaterra; uma convenção militar, para dar-lhe eficácia; e garantia para todos os países entre o mar Báltico e o mar Negro.

Stalin devia saber que tal proposta jamais seria aceita. Em primeiro lugar, os países da Europa Oriental não a queriam; em segundo, negociar uma convenção militar em detalhe teria levado mais tempo que o disponível; finalmente, a Inglaterra não havia de ter evitado, por 15 anos, uma aliança com a França para oferecê-la, agora, ao país que considerava certo para o papel de fornecedor de material. “Não vamos achar”; disse Chamberlain, “que seja imprescindível tal aliança para que os países menores da Europa Oriental possam receber munição”.¹⁴

Superando suas desconfianças, os ingleses atendiam gradualmente, um pouquinho por semana, as exigências de Stalin que as ia aumentando. Em maio, Vyacheslav Molotov, amigo de confiança de Stalin, substituiu Litvinov como ministro do exterior, evidenciando que Stalin assumira pessoalmente as negociações, e que boas relações pessoais entre os negociadores haviam deixado de ser prioridade soviética. À sua maneira abrasiva e pedante, Molotov exigiu que todos os países ao longo da fronteira ocidental da União Soviética fossem garantidos por ambos os lados e fossem individualmente mencionados (garantindo a recusa formal de pelo menos alguns deles). Insistiu, também, que se ampliasse o termo “agressão” para abranger a “agressão indireta”: definida como

qualquer concessão ante ameaças alemãs, mesmo sem o emprego de força. Como a União Soviética se reservava a definição de “ceder”, Stalin estava a exigir também, na realidade, o direito de intervenção ilimitado nos assuntos internos de todos os vizinhos europeus da União Soviética.

Em julho, Stalin já sabia o suficiente. Sabia que os líderes ingleses concordariam — por maior que fosse a má vontade — com uma aliança muito próxima de seus termos. Em 23 de julho, os negociadores soviéticos e ocidentais chegaram a um esboço de tratado, aparentemente satisfatório para ambas as partes. Stalin abriu agora a rede de segurança, para ir ver o que Hitler tinha a oferecer.

Durante a primavera e o verão, Stalin lentamente sinalizou que se dispunha a considerar uma proposta alemã. Hitler, entretanto, teve receio de dar o primeiro passo, não fosse Stalin usá-lo para extrair melhores termos da Inglaterra e da França. Stalin tinha a mesma apreensão ao contrário. Também relutava no primeiro movimento. Se este viesse à tona, a Inglaterra poderia abandonar seus compromissos no leste e obrigá-lo a enfrentar Hitler sozinho. Também não tinha pressa. Ao contrário de Hitler, estava livre de prazos fatais e seus nervos eram fortes. Portanto, Stalin esperou, incendiando a ansiedade de Hitler.

Em 26 de julho, Hitler deu um sinal à Stalin. Se ia atacar a Polônia antes das chuvas do outono, precisava saber, o mais tardar até 1º de setembro, o que Stalin pretendia fazer. Karl Schnurre, chefe de um grupo alemão que negociava um novo acordo comercial com a União Soviética, foi instruído a abordar assuntos políticos. Usando como gancho a hostilidade de ambos ao Ocidente capitalista, ele garantiu ao seu colega soviético que “não havia um problema entre nossos dois países, do Báltico ao mar Negro, ou no Extremo Oriente, que não pudesse ser solucionado”.¹⁵ Schnurre ofereceu-se a prosseguir a conversa numa reunião política de alto nível com os soviéticos.

Mostrar muita vontade raramente acelera negociações. Nenhum estadista experiente faz um acordo só porque o interlocutor está com pressa. Mais provável é que utilize a impaciência do outro para extrair termos ainda melhores. De qualquer maneira, Stalin não seria obrigado a correr. Assim, só pelo meio de agosto, Molotov foi instruído a receber o embaixador alemão, Von der Schulenburg, com uma relação de perguntas para determinar precisamente de que Schnurre estava falando. Pressão sobre os japoneses para não ameaçarem a Sibéria? Tratado de não agressão? Pacto sobre os estados bálticos? Acordo relativo à Polônia?

A essa altura, Hitler tinha tanta pressa que, apesar de detestar ter de fazê-lo, estava disposto a ceder em todos os itens. Em 11 de agosto, ele disse ao alto comissário de Dantzig: “Tudo que faço é contra a Rússia. Se o Ocidente é tão obtuso e tão cego que não vê isso, serei forçado a um entendimento com os russos a esmagar o Ocidente e, então, após sua derrota, cair sobre a União Soviética com todas as minhas forças reunidas”.¹⁶

Eis, certamente, uma declaração precisa da prioridade de Hitler: da Inglaterra ele queria a não interferência nos assuntos continentais, e da União Soviética queria *lebensraum* — espaço vital. Era um grande feito de Stalin estar prestes a inverter a prioridade de Hitler ainda que temporariamente.

Respondendo a Molotov, Von der Schulenburg informou-o de que Hitler estava disposto a enviar imediatamente para Moscou seu ministro do exterior, Joachim von Ribbentrop, com autoridade plena para solucionar todas as questões levantadas. Stalin não pôde deixar de notar que Hitler queria negociar num nível que a Inglaterra sempre evitara, pois nenhum ministro inglês julgara apropriado visitar Moscou, em tantos meses da negociação, apesar de alguns aventurarem-se até Varsóvia.

Relutante em mostrar suas cartas até saber, precisamente, o que estava sendo oferecido, Stalin aumentou a pressão sobre Hitler mais um pouco. Molotov foi instruído a expressar apreço pelo entusiasmo de Ribbentrop mas dizer que, em princípio, um acordo

se fazia necessário antes que a utilidade de uma visita pudesse ser determinada. Hitler foi convidado a formular uma proposta clara, inclusive um protocolo secreto para lidar com questões territoriais específicas. Mesmo o primário Ribbentrop, deve ter compreendido o objetivo do pedido de Molotov. Qualquer vazamento que houvesse seria de um rascunho alemão; Stalin estaria de mãos limpas e o fracasso nas negociações seria atribuído à recusa soviética de endossar o expansionismo alemão.

A essa altura, o nervosismo de Hitler chegou a um ponto febril, pois a decisão de atacar a Polônia teria de ser tomada dentro de alguns dias. A 20 de agosto, ele escreveu diretamente a Stalin. A própria carta foi um problema para os funcionários do protocolo alemão. Como o único título de Stalin era "Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética", sem nenhuma posição governamental, eles não conseguiram decidir como sobrescritar o envelope. Finalmente, a carta foi despachada simplesmente a "M. Stalin, Moscou". Dizia ela: "Estou certo de que a substância do protocolo suplementar pretendido pela União Soviética pode ser acertada em pouquíssimo tempo, se um estadista alemão responsável puder negociar pessoalmente em Moscou".¹⁷

Stalin vencera o jogo de manter todas as opções soviéticas abertas até o último minuto, pois Hitler estava claramente a ponto de dar-lhe de graça o que, em qualquer aliança com a Inglaterra e a França, ele só teria após uma guerra sangrenta com a Alemanha. Em 21 de agosto, Stalin respondeu, expressando sua esperança de "que o Pacto Germano-Soviético de Não Agressão representará mudança decisiva para melhor nas relações políticas entre nossos dois países [...]".¹⁸ Ribbentrop foi convidado a ir a Moscou, 48 horas depois, em 23 de agosto.

Ribbentrop encontrava-se havia apenas uma hora em Moscou, quando foi conduzido à presença de Stalin. O líder soviético mostrou pouco interesse num pacto de não agressão e menos ainda nas manifestações de amizade que Ribbentrop incorporara em suas palavras. O ponto central do seu interesse era o protocolo secreto dividindo a Europa Oriental. Ribbentrop propôs que a Polônia fosse

dividida em esferas de influência ao longo da fronteira de 1914, sendo que a principal diferença seria a permanência de Varsóvia do lado alemão. Se alguma imagem de independência polonesa seria mantida, ou se a Alemanha e a União Soviética anexariam todas as suas conquistas, ficava em aberto. Com relação ao Báltico, Ribbentrop propôs que a Finlândia e a Estônia ficassem na esfera russa (dando a Stalin o amortecedor tão desejado, ao redor de Leningrado), que a Lituânia fosse para a Alemanha e que dividissem a Letônia. Quando Stalin exigiu toda Letônia, Ribbentrop telegrafou para Hitler, que cedeu — como faria com a reivindicação de Stalin de tomar a Bessarábia da Romênia. Ribbentrop retornou exultante a Berlim, onde Hitler, eufórico, saudou-o como “um segundo Bismarck”.¹⁹ Três simples dias tinham decorrido entre a mensagem inicial de Hitler a Stalin e o feito de uma revolução diplomática.

Mais tarde, houve o *post-mortem* habitual, acerca de quem fora responsável por essa chocante mudança nos acontecimentos. Alguns culpavam o estilo relutante de negociação da Inglaterra. O historiador A. J. P. Taylor demonstrou que, nas negociações entre a Inglaterra e a União Soviética, os soviéticos, um tanto atipicamente, respondiam às propostas inglesas muito mais rapidamente que os ingleses às mensagens soviéticas. A partir desse fato, Taylor concluiu, na minha opinião erroneamente, que o Kremlin estava mais ansioso que Londres por uma aliança.²⁰ Acho eu que Stalin queria era manter a Inglaterra no jogo, sem assustá-la prematuramente — pelo menos até determinar as intenções de Hitler.

O gabinete inglês, obviamente, cometeu uma série de graves erros psicológicos. Nenhum ministro visitou Moscou, e Londres retardou a concordância com um planejamento militar conjunto até o início de agosto. E, mesmo então, foi nomeado chefe da delegação britânica um almirante, apesar de a guerra terrestre ser o principal, talvez único, assunto para os soviéticos. Além disso, a delegação viajou para a União Soviética de navio, levando cinco dias para chegar, o que não denotou exatamente um sentido de urgência. Finalmente, por mais dignas que fossem as considerações morais, a negativa da Inglaterra em garantir os estados bálticos só podia ser

interpretada, pelo líder paranoico de Moscou, como um convite a Hitler para atacar a União Soviética, sem passar pela Polônia.

Com tudo isso, não foi a desajeitada conduta diplomática da Inglaterra que causou o Pacto Nazi-Soviético. O verdadeiro problema foi a Inglaterra não ser capaz de satisfazer os termos de Stalin sem abandonar todos os princípios por que se batera desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Não fazia sentido impedir o estupro de pequenas nações pela Alemanha se isso significasse dar o direito à União Soviética. Um governo inglês mais cínico poderia ter estabelecido o limite de tolerância na fronteira soviética, em vez da polonesa, melhorando a posição de barganha da Inglaterra com a União Soviética e dando a Stalin um bom estímulo para negociar a proteção da Polônia. Para seu crédito moral, as democracias não se dispuseram a anuir com outro lote de assaltos, nem visando à sua própria segurança. A *Realpolitik* teria ditado uma análise das implicações estratégicas da garantia da Inglaterra à Polônia, enquanto a ordem internacional de Versalhes exigia que o caminho da Inglaterra fosse mantido em nome de considerações essencialmente morais e legais. Stalin tinha uma estratégia, mas não tinha princípios; as democracias defendiam princípios, sem jamais terem conseguido uma estratégia.

A Polônia não poderia ser defendida com o exército francês inerte na Linha Maginot e o exército soviético esperando dentro das suas próprias fronteiras. Em 1914, as nações da Europa foram à guerra porque os planejamentos militar e político haviam perdido contato entre si. À medida que os estados-maiores aperfeiçoaram seus planos, os políticos não os compreenderam mais, nem tinham objetivos políticos comensuráveis com a magnitude do esforço militar previsto.

Em 1939, os planejamentos militar e político novamente perderam contato, dessa vez pela razão oposta. As potências ocidentais tinham um objetivo político, eminentemente sensato e moral — deter Hitler. Mas não desenvolveram a estratégia militar com que alcançar esse objetivo. Em 1914, os estrategistas foram imprudentes demais; em 1939, eram por demais discretos. Em 1914,

os militares de todos os países estavam loucos por uma guerra; em 1939, eram tantas as suas dúvidas (até mesmo na Alemanha), que abdicaram de sua opinião em favor dos políticos. Em 1914, houve uma estratégia, nenhuma política; em 1939, havia uma política sem nenhuma estratégia.

A Rússia teve papel decisivo na deflagração de ambas as guerras. Em 1914, a Rússia contribuíra para o início da guerra ao manter-se rigidamente fiel a sua aliança com a Sérvia e a um programa inflexível de mobilização; em 1939, quando Stalin livrou Hitler da apreensão de uma guerra em duas frentes, deveria saber que tornava inevitável uma guerra geral. Em 1914, a Rússia foi à guerra para preservar a honra; em 1939, ela estimulou a guerra para dividir o botim das conquistas de Hitler.

Já a Alemanha, comportou-se exatamente da mesma forma antes de ambas as guerras mundiais — com impaciência e falta de visão. Em 1914, ela fora à guerra para romper uma aliança, que quase certamente não teria se mantido sem as provocações alemãs; em 1939, não quis esperar sua evolução inevitável para nação mais importante da Europa. Isso exigiria precisamente o contrário da estratégia de Hitler — um período tranquilo, para permitir que assentassem as realidades pós-Munique. Em 1914, o desequilíbrio emocional do imperador alemão e a falta de um conceito claro de interesse nacional impediram-na de esperar; em 1939, um psicótico eficiente, determinado a guerrear enquanto estava no auge de suas forças físicas, colocou de lado todos os cálculos racionais. A desnecessidade de a Alemanha ir à guerra, em ambos os casos, se demonstra no fato de que, a despeito de duas grandes derrotas, e depois de perder cerca de um terço do seu território de antes da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha permanece a nação mais poderosa e, talvez, a mais influente da Europa.

Quanto à União Soviética, em 1939 o país estava totalmente desequipado para o embate que se aproximava. No entanto, ao fim da Segunda Guerra Mundial, apresentou-se como superpotência global. Qual Richelieu no século XVII, Stalin tirou vantagem, no século XX, da fragmentação da Europa Central. A ascensão dos

Estados Unidos ao *status* de superpotência estava escrita em seu imenso poder industrial. A ascendência soviética derivou da gerência impiedosa do bazar de Stalin.

O Pacto Nazi-Soviético



Até 1941, Hitler e Stalin tinham metas não tradicionais, que queriam atingir por meios tradicionais. Stalin aguardava o dia em que o mundo, comunista, seria comandado de dentro do Kremlin. Hitler esboçara no livro *Mein Kampf* sua visão doida de um império racialmente puro, governado pela raça dominante alemã. É difícil imaginar duas ideias mais revolucionárias que estas. Mas os meios empregados por Hitler e Stalin, culminando em seu pacto de 1939, poderiam ter saído de um volume sobre métodos de estado do século XVIII. De certa maneira, o Pacto Nazi-Soviético foi uma versão nova da partição da Polônia feita por Frederico, o Grande, Catarina, a Grande, e a Imperatriz Maria Teresa, em 1772. Ao contrário destes monarcas, Hitler e Stalin eram rivais ideológicos. Por um tempo, seu interesse comum em acabar com a Polônia suplantou as diferenças ideológicas. Quando o pacto se desfez, em 1941, começava a maior guerra terrestre da história da humanidade, aliás, pela vontade de um só homem. É interessante que o século XX — a era da vontade popular e das forças impessoais — fosse moldado por tão poucas pessoas e que sua maior calamidade pudesse ter sido evitada pela eliminação de um único indivíduo.

Enquanto o exército alemão esmagava a Polônia, em menos de um mês, as forças francesas, frente a divisões alemãs reduzidas, assistiam passivamente da Linha Maginot. Seguiu-se um período bem apelidado como guerra de mentira (*phony war*) em que o desconcerto da França foi completo. Durante centenas de anos a

França guerreou por objetivos políticos específicos — manter a Europa Central dividida ou, como na Primeira Guerra Mundial, recuperar a Alsácia-Lorena. Agora, deveria estar lutando por um país já vencido, na defesa do qual não levantara um dedo. O desalentado povo da França estava diante de outro *fait accompli* e de uma guerra sem estratégia.

De que maneira a Inglaterra e a França pretendiam vencer a guerra contra um país que quase as derrotara, quando a Rússia e os Estados Unidos estavam na banda dos aliados? Pareciam achar possível esperar na Linha Maginot que o bloqueio inglês à Alemanha levasse Hitler à submissão. Mas por que ficaria a Alemanha inerte, nesse estrangulamento? E por que atacaria a Linha Maginot, quando a estrada pela Bélgica estava livre e para todo o exército alemão, pois dessa vez não havia mais uma frente oriental? Se a defensiva realmente vencia a guerra, como achava o estado-maior francês — apesar da lição da campanha polonesa — que sorte estaria reservada à França, se não a segunda guerra de atrito em uma geração, e antes de ela se recuperar da primeira?

Enquanto a França esperava, Stalin agarrou sua oportunidade estratégica. Mas antes que o protocolo secreto referente à divisão da Europa Oriental pudesse ser executado, Stalin o queria revisto. Como um príncipe do século XVIII, dispendo de territórios sem dar a menor confiança à autodeterminação, Stalin propôs um novo acordo à Alemanha, menos de um mês depois de concluir o Pacto Nazi-Soviético: trocar o território polonês entre Varsóvia e a Linha Curzon que, sob o protocolo secreto iria para a União Soviética, pela Lituânia que iria para a Alemanha. O claro objetivo de Stalin era aumentar a zona de proteção de Leningrado. E nem julgou necessário pelo menos um pretexto para a manobra geoestratégica, além da segurança soviética. Hitler aceitou a proposta de Stalin.

Stalin não perdeu tempo em recolher sua parte do loteamento do protocolo secreto. Com a guerra na Polônia ainda em curso, a União Soviética propôs uma aliança militar aos três minúsculos estados bálticos, com o direito de estabelecer bases militares em seu território. Negada a ajuda do Ocidente, as três pequenas repúblicas

não tiveram outra alternativa a não ser dar este primeiro passo para a perda de sua independência. Em 17 de setembro de 1939, menos de três semanas depois do início da guerra, o Exército Vermelho ocupou a fatia da Polônia destinada à esfera soviética.

Em novembro, foi a vez da Finlândia. Stalin exigiu bases militares soviéticas em solo finlandês e a entrega do istmo de Karélia, perto de Leningrado. Mas a Finlândia era material mais duro. Rejeitou a exigência soviética e reagiu quando Stalin atacou. Apesar de as forças finlandesas infligirem pesadas perdas ao Exército Vermelho, ainda debilitado dos grandes expurgos de Stalin, no final os números falaram mais alto. Após alguns meses de resistência heroica, a Finlândia sucumbiu à superioridade esmagadora da União Soviética.

Na grande estratégia da Segunda Guerra Mundial, a guerra russo-finlandesa foi secundária. Mas serviu para mostrar a que ponto a França e a Inglaterra haviam perdido o senso das realidades estratégicas. Cegos em virtude do empate temporário imposto por um número menor de finlandeses, Londres e Paris acalentaram a especulação suicida de que a União Soviética talvez fosse o “ventre macio” do Eixo (a que nem pertencia). Preparativos foram feitos para o envio de 30 mil soldados para a Finlândia, através da Suécia e do norte da Noruega. No caminho, eles cortariam da Alemanha o minério de ferro do norte da Noruega e da Suécia, que era embarcado para a Alemanha do porto norueguês de Narvik. O fato de nenhum desses países estar disposto a dar direito de passagem não diminuiu o entusiasmo dos planejadores franceses e ingleses.

A ameaça de uma intervenção aliada pode ter ajudado a Finlândia a obter uma solução melhor do que as exigências originais soviéticas indicavam, mas, no final, nada impediu Stalin de empurrar à frente a linha de defesa de Leningrado. Para os historiadores é um enigma o que teria motivado a Inglaterra e a França para que chegassem a um fio de lutar contra a União Soviética e a Alemanha nazista simultaneamente, três meses antes da queda da França mostrar que eram apenas castelos no ar.

Em maio de 1940, a “guerra de mentira” terminou. O exército alemão repetiu a manobra de 1914, passando pela Bélgica, com a diferença de que o esforço principal foi no centro, em vez de ser na ala direita. Pagando o preço de uma década e meia de dúvidas e evasivas, a França desabou. Apesar de a eficiência militar alemã já estar bem comprovada, os observadores ficaram abismados com a velocidade com que a França caiu. Na Primeira Guerra Mundial, os exércitos alemães levaram quatro anos tentando, e não chegaram a Paris; cada quilômetro teve um enorme custo humano. Em 1940, a *blitzkrieg* alemã penetrou a França, e, no final de junho, tropas alemãs desfilaram na avenida de Champs-Élysées. Hitler parecia estar senhor do continente.

Mas como outros conquistadores antes dele, Hitler não soube encerrar a guerra que tão temerariamente começara. Tinha três escolhas: derrotar a Inglaterra, fazer a paz com a Inglaterra ou derrotar a União Soviética e, depois, usando-lhe os vastos recursos, voltar-se para oeste com todas as forças e completar a destruição da Inglaterra.

No verão de 1940, Hitler tentou as primeiras duas linhas de ação. Num discurso jactancioso, em 19 de julho, insinuou disposição para um acordo de paz com a Inglaterra. Na realidade, pediu-lhe que renunciasse às colônias alemãs anteriores à Primeira Guerra Mundial e à interferência nas questões do continente. Em troca, ele garantiria o Império Britânico.¹

A proposta de Hitler era a mesma que a Alemanha imperial oferecera à Inglaterra durante duas décadas, antes da Primeira Guerra Mundial — apesar de estar, então, em linguagem mais conciliatória e a situação estratégica da Inglaterra ser muito mais favorável. Talvez se Hitler dissesse mais especificamente como seria uma Europa organizada pela Alemanha, alguns líderes ingleses — como lorde Halifax, jamais Churchill —, que acariciavam a ideia de negociar com a Alemanha, ficariam tentados. Ao solicitar, na verdade, que a Inglaterra desse total liberdade de ação à Alemanha no continente, Hitler causou a tradicional resposta britânica — que sir Edward Grey dera, em 1909, ao reagir a uma proposta

semelhante feita por homens muito mais racionais que Hitler (com a França ainda uma grande potência), quando disse que, se sacrificasse as nações continentais à Alemanha, a Inglaterra seria, mais cedo ou mais tarde, atacada nas Ilhas Britânicas (vide [Capítulo 7](#)). Tampouco, a Inglaterra levou a sério a “garantia” ao seu império. Nenhum líder alemão jamais compreendeu o ponto de vista inglês de que a nação capaz de proteger o império era capaz, também, de conquistá-lo — como sir Eyre Crowe já ressaltara em seu famoso Memorando de 1907 (vide [Capítulo 7](#)).

Churchill, obviamente, era muito sofisticado e estudara história exaustivamente, para ter a ilusão de que no final da guerra a Inglaterra ainda seria a primeira potência mundial ou mesmo que estaria entre as primeiras. A Alemanha ou os Estados Unidos tomariam essa posição. A intransigência de Churchill em relação à Alemanha, no verão de 1940, pode até ser interpretada como uma decisão a favor da hegemonia americana sobre a alemã. O primado americano às vezes poderia ser incômodo, mas, pelo menos, a cultura e a língua eram familiares, assim como não existiam interesses ostensivamente conflitantes. Finalmente, havia sempre a perspectiva daquele relacionamento “especial” entre a Inglaterra e os Estados Unidos, o que seria inconcebível com a Alemanha nazista. No verão de 1940, Hitler caminhou para a posição de tornar-se ele próprio o *casus belli*.

Hitler tentou então sua segunda linha — destruir a força aérea inglesa e, se necessário, invadir as Ilhas Britânicas. Mas nunca foi além de entreter a ideia. Operações de desembarque não faziam parte da instrução militar alemã e o plano foi abandonado em virtude da falta de barcas e da impossibilidade de a Luftwaffe, a força aérea alemã, destruir a Royal Air Force (RAF), a força aérea britânica. No fim do verão, a Alemanha estava numa situação não muito diferente daquela em que estivera na Primeira Guerra Mundial; depois de grandes sucessos, incapaz de traduzi-los em vitória final.

Obviamente, Hitler podia muito bem ficar na defensiva estratégica — a Inglaterra sozinha não ameaçava o exército alemão;

os Estados Unidos, praticamente impossibilitados de entrar na guerra; e Stalin, por mais que pensasse na intervenção, ao fim sempre tinha um motivo para adiá-la. Mas esperar a iniciativa de outros era contrário à natureza de Hitler. Foi, portanto, inevitável que sua mente se voltasse para um ataque à União Soviética.

Já em julho de 1940, Hitler determinou ao estado-maior que planejasse a campanha soviética. Disse aos seus generais que, derrotada a União Soviética, o Japão poderia lançar todas as suas forças armadas contra a América, desviando a atenção de Washington para o Pacífico. Uma Inglaterra isolada, sem a perspectiva de apoio americano, seria forçada a desistir da luta: “A esperança da Inglaterra está na Rússia e nos Estados Unidos”, observou Hitler, acertadamente. “Se a esperança na Rússia falhar, os Estados Unidos também saem da pista, pois a eliminação da Rússia aumentaria tremendamente o poder do Japão no Extremo Oriente [...]”.² Mas Hitler ainda não deu a ordem de atacar. Primeiro, tentaria atrair os soviéticos a um ataque conjunto sobre o Império Britânico, desfazendo-se dos ingleses antes de voltar-se para leste.

Stalin percebeu a dificuldade de sua posição. O colapso da França arruinou a expectativa — de Stalin e de todos os especialistas militares ocidentais — de que houvesse o mesmo tipo de guerra de atrito anterior. Fora-se a melhor esperança de Stalin, de que a Alemanha e as democracias ocidentais se esgotassem. Se a Inglaterra também caísse, o exército alemão estaria livre para o ataque a leste e teria todos os recursos da Europa, de acordo com o conceito que Hitler anunciara em *Mein Kampf*.

Stalin reagiu da maneira de sempre. Em momento algum da sua carreira ele reagiu ao perigo com medo, mesmo quando devia tê-lo. Convencido de que mostrar fraqueza faz o adversário mais exigente, ele sempre tentava ocultar dilemas estratégicos com a intransigência. Se Hitler tentasse explorar sua vitória no Ocidente, fazendo pressão contra a União Soviética, Stalin tornaria a obtenção de concessões o mais difícil possível. Calculista cuidadoso, falhou ao não levar em conta a personalidade neurótica de Hitler, desconsiderando a possibilidade de que Hitler reagisse a um desafio

com uma guerra em duas frentes, por mais imprudente que isso fosse.

Stalin optou por uma estratégia em pinça. Acelerou o recebimento do restante que lhe fora prometido no protocolo secreto. Em junho de 1940, com Hitler ainda ocupado na França, Stalin deu um ultimato à Romênia para que lhe cedesse a Bessarábia, exigindo, também, o norte da Bukovina, que não fazia parte do acordo secreto. Sua posse colocaria forças soviéticas ao longo de toda a parte romena do Danúbio. Naquele mesmo mês, ele anexou os estados bálticos à União Soviética, ao forçá-los a fraudar eleições das quais nem 20% da população participou. Quando o processo se concluiu, Stalin recuperara todo o território perdido pela Rússia no final da Primeira Guerra Mundial; e os aliados pagaram a última prestação do custo de terem excluído ambas, Alemanha e União Soviética, da Conferência de Paz de 1919.

Além de fortalecer sua posição estratégica, Stalin continuou a aplacar seu perigoso vizinho, exportando matérias-primas para a máquina de guerra de Hitler. Em fevereiro de 1940 — antes da vitória da Alemanha sobre a França — foi assinado, na presença de Stalin, um acordo comercial comprometendo a União Soviética a entregar grande quantidade de matéria-prima à Alemanha. A Alemanha forneceria à União Soviética carvão e manufaturados. A União Soviética observou meticulosamente o que mandava o acordo e geralmente o excedia. Na realidade até o instante em que os alemães atacaram vagões soviéticos ainda cruzavam os postos de fronteira com suas entregas.

O que Stalin fizesse, no entanto, não era capaz de alterar a realidade geopolítica de que a Alemanha se tornara o poder dominante na Europa Central. Hitler deixou claro que não toleraria expansão soviética além do disposto no protocolo secreto. Em agosto de 1940, a Alemanha e a Itália forçaram a Romênia, que Stalin já considerava na esfera de influência soviética, a devolver dois terços da Transilvânia à Hungria, aliada quase certa das potências do Eixo. Determinado a proteger o suprimento de petróleo romeno, Hitler impôs limites mais explícitos em setembro, ao

garantir a Romênia e enviar uma divisão motorizada e forças aéreas a este país para apoiar a garantia.

No mesmo mês, a tensão aumentou na outra extremidade da Europa. Violando o protocolo secreto que a deixava na esfera soviética de influência, a Finlândia permitiu que tropas alemãs cruzassem o seu território a caminho do norte da Noruega. Além disso, houve grandes embarques de armas alemãs, cujo único objetivo concebível seria fortalecer a Finlândia contra a pressão soviética. Quando Molotov solicitou a Berlim informações mais concretas, recebeu respostas evasivas. Tropas alemãs e soviéticas entraram a atritar-se por toda a extensão da Europa.

Para Stalin, o sinal mais ameaçador ocorreu, no entanto, em 27 de setembro de 1940, quando Alemanha, Itália e Japão assinaram o Pacto Tripartite, obrigando-se à guerra contra qualquer país que, doravante, se unisse ao lado inglês. O pacto excluía, especificamente, as relações de cada um dos signatários com a União Soviética. Significava que o Japão não era obrigado a entrar numa guerra germano-soviética, quem quer que atacasse primeiro, mas deveria lutar contra os Estados Unidos se estes entrassem na guerra contra a Alemanha. Embora o Pacto Tripartite visasse ostensivamente a Washington, Stalin não viu motivo para ficar tranquilo. Malgrado as provisões legais, devia esperar que os três membros do pacto se voltassem contra ele nalgum momento. Estranhou principalmente o fato de nem ser informado das negociações até fechar-se o pacto.

No outono de 1940, as tensões cresceram em tal ritmo, que os dois ditadores fizeram o que veio a ser o último esforço diplomático contra os planos um do outro. O objetivo de Hitler era atrair Stalin a um assalto conjunto sobre o Império Britânico, para melhor destruí-lo, uma vez segura a retaguarda da Alemanha. O de Stalin, ganhar tempo, na esperança de que Hitler exagerasse em algum ponto do caminho, e também para ver o que dava para arrebanhar no processo. Não deu em nada a tentativa de um encontro pessoal entre Hitler e Stalin após o Pacto Tripartite. Cada um fez o que pôde para evitá-lo, dizendo não ser possível deixar o país, e o local lógico

para o encontro — Brest-Litovsk, na fronteira — tinha excessiva carga histórica.

A 13 de outubro de 1940, Ribbentrop mandou longa carta a Stalin, com sua própria interpretação dos acontecimentos, desde a visita a Moscou no ano anterior. Foi uma bela quebra de protocolo um ministro de relações exteriores dirigir-se, não ao seu contraparte, mas a um líder sem cargo oficial no governo (a única posição de Stalin continuava a de secretário-geral do partido comunista).

A carta de Ribbentrop compensou, em pompa, sua ausência de *finesse* diplomática. Atribuiu as divergências soviético-alemãs, em relação à Finlândia e a Romênia, a maquinações inglesas, sem explicar como Londres o teria feito. Insistiu em que o Pacto Tripartite não era contra a União Soviética — ela até seria bem-vinda a uma divisão do botim entre os ditadores europeus e o Japão, após a guerra. Ribbentrop concluía convidando Molotov a uma visita a Berlim. E dizia que, então, poderia ser discutida a possibilidade de a União Soviética entrar no Pacto Tripartite. ³

Stalin era por demais cauto para dividir espólio não conquistado ou entrar na linha de frente de uma confrontação planejada por outros. Mesmo assim, manteria aberta a opção de dividir o botim com Hitler, caso a Inglaterra simplesmente desabasse — exatamente como fez em 1945, entrando na guerra contra o Japão, no seu final, a um alto preço. Em 22 de outubro, Stalin respondeu à carta de Ribbentrop com bom espírito e ironia. Agradecendo a Ribbentrop sua “instrutiva análise dos eventos recentes”, guardou-se de dar sua própria avaliação dos mesmos. Talvez para mostrar que os dois podiam brincar também com o protocolo, ele aceitou o convite para que Molotov fosse a Berlim, marcando logo uma data próxima — 10 de novembro — a menos de três semanas. ⁴

Hitler aceitou a proposta imediatamente, o que levou a mais um equívoco. Stalin interpretou a rapidez da resposta de Hitler como sinal de que o relacionamento soviético ainda era para a Alemanha, como fora no ano anterior, uma prova de que sua tática inflexível dera certo. Mas o entusiasmo de Hitler vinha da necessidade de

prosseguir com seu plano, caso fosse atacar a União Soviética na primavera de 1941.

A grande desconfiança entre estes quase sócios ficou evidente antes mesmo de começarem os encontros. Molotov recusou-se a embarcar num trem alemão enviado à fronteira para levá-lo a Berlim. A delegação soviética receou que a elegância dos vagões alemães correspondesse a eficiência da escuta clandestina. (No final, os vagões alemães foram engatados no comboio soviético, cujo sistema especial de rodas se adaptou, na fronteira, à bitola europeia mais estreita).

As negociações começaram em 12 de novembro. Molotov, que possuía a capacidade de irritar personalidades muito mais estáveis que Hitler, aplicou sua tática abrasiva nas lideranças nazistas como uma vingança. Sua truculência inata era reforçada pelo pavor a Stalin, a quem temia muito mais que a Hitler. A preocupação obsessiva de Molotov com sua própria situação interna era típica dos diplomatas, durante todo o período soviético, especialmente enquanto Stalin esteve no poder. Os negociadores soviéticos sempre pareciam muito mais atentos a suas limitações domésticas que às dificuldades da arena internacional.

Como os ministros do exterior raramente eram membros do *politburo* (Gromyko só tornou-se membro em 1973, após 16 anos como ministro do exterior), sua base interna era fraca e havia sempre o perigo de serem os bodes expiatórios dos fracassos. Além disso, considerando os soviéticos que a histórica estava do seu lado, mais faziam obstrução que buscavam soluções. Negociações com diplomatas soviéticos eram um teste de resistência; o negociador soviético não fazia nenhuma concessão até convencer-se — e aos que liam seus telegramas em Moscou — de que a última gota de flexibilidade fora extraída do outro lado. Nesse tipo de guerrilha diplomática, eles obtinham tudo que era possível através da persistência e da pressão, mas geralmente perdiam boas oportunidades de avanço. Os negociadores soviéticos — Gromyko, o mestre do jogo — gostavam de esmerilhar os oponentes presos a ideias preconcebidas e impacientes por um acordo. Mas tendiam a

não perceber o que tinham diante de si. Em 1971, perderam a chance de uma reunião de cúpula com Nixon, o que teria retardado a abertura para Pequim, gastando meses em condições insignificantes — que abandonaram assim que Washington se voltou à opção chinesa.

Hitler e Molotov não tinham a menor possibilidade de comunicação um com o outro. Hitler, absolutamente, não se adequava a negociações, antes soterrava as pessoas com extensos monólogos, sem dar sinal de ouvi-las, isto se, afinal, abria uma brecha para resposta. Com estrangeiros, Hitler normalmente limitava-se a fervorosas declarações de princípios gerais. Das poucas vezes em que participou de negociações verdadeiras — com o chanceler austríaco Kurt von Schuschnigg ou Neville Chamberlain — adotou um tom agressivo, fazendo exigências peremptórias que raramente modificava. Molotov, por outro lado, não mostrava interesse em princípios, mas na sua aplicação. E não tinha liberdade de ação para o meio-termo.

Em novembro de 1940, Molotov achou-se numa posição verdadeiramente difícil. Stalin estava duro de contentar, oscilando entre o receio de ajudar uma vitória alemã e a preocupação de perder a divisão das conquistas de Hitler, caso a Alemanha derrotasse a Inglaterra sem assistência soviética. Para onde quer que fosse, Stalin estava decidido a jamais voltar para o acordo de Versalhes e tentou proteger sua posição contrabalançando cada movimento seu. O protocolo secreto, e o que aconteceu depois, alertou os alemães sobre a concepção stalinista de disposições adequadas. Nesse sentido, a visita de Molotov a Berlim era uma oportunidade para esclarecer as coisas. Quanto às democracias, Stalin aproveitara-se de uma visita, em julho de 1940, do novo embaixador inglês, sir Stafford Cripps, para rejeitar qualquer retorno à ordem de Versalhes. Quando Cripps argumentou que a queda da França tornara necessário que a União Soviética demonstrasse interesse pela restauração do equilíbrio de poder, Stalin respondeu gelidamente: “O chamado equilíbrio de poder europeu, até agora, oprimiu não só a Alemanha, mas também a União Soviética. E a

União Soviética tomará todas as medidas para evitar o restabelecimento do antigo equilíbrio de poder na Europa".⁵

Em linguagem diplomática, "todas as medidas" significa uma ameaça de guerra. Para Molotov, o que estava em jogo não podia ser mais sério. Pela história de Hitler, não havia dúvida de que ele não deixaria passar 1941 sem alguma grande campanha, logo, era provável que, se Stalin não se juntasse no ataque ao Império Britânico, ele poderia muito bem atacar a União Soviética. Molotov encontrara, na verdade, um ultimato fantasiado de sedução — embora Stalin subestimasse a distância do prazo fatal.

Ribbentrop abriu as conversações, explicando por que a vitória alemã era inevitável. Instou Molotov a entrar no Pacto Tripartite, não tolhido pelo fato deste ser um refinamento do Pacto Anti-Cornintern. Seria possível, argumentou Ribbentrop, "criar esferas de influência para a Rússia, a Alemanha, a Itália e o Japão em linhas muito amplas".⁶ De acordo com Ribbentrop, não haveria conflito, pois os prováveis parceiros estavam, acima de tudo, interessados em expandir-se para o sul. O Japão para o sudeste da Ásia, a Itália para o norte da África e a Alemanha para suas antigas colônias africanas. Após muitos circunlóquios para realçar sua astúcia, Ribbentrop citou o prêmio reservado à União Soviética: "[...] a Rússia, a longo prazo, também se voltaria para o sul, para a saída natural ao mar aberto, tão importante para o país".⁷

Qualquer pessoa, mesmo vagamente familiarizada com as declarações públicas de Hitler, saberia que isso não tinha sentido. A África sempre fora baixa prioridade nazista. Hitler jamais mostrara interesse nela, e Molotov devia ter lido o suficiente de *Mein Kampf* para saber que, na verdade, o que Hitler queria era *Lebensraum* na Rússia. Após ouvir, silencioso, a exposição de Ribbentrop, Molotov perguntou, de forma direta e um pouco insolente, em que mar a União Soviética deveria buscar esta saída. Respondendo com outro longo discurso, Ribbentrop, ao fim, mencionou o golfo Pérsico, como se já pertencesse à Alemanha e ela fosse livre para passá-lo adiante:

A questão agora era ver se, no futuro, poderiam continuar fazendo bons negócios juntos [...] se, a longo prazo, o acesso ao mar mais vantajoso para a Rússia não seria encontrado na direção do golfo Pérsico e do mar da Arábia e se, ao mesmo tempo, certas outras aspirações da Rússia nesta parte da Ásia — na qual a Alemanha estava completamente desinteressada — também não poderiam ser atendidas. ⁸

Molotov não teve nenhum interesse em proposta tão bombástica. A Alemanha ainda não possuía o que simulava oferecer, e a União Soviética não precisava que a Alemanha conquistasse esses territórios para ela. Expressando disposição, em princípio, de unir-se ao Pacto Tripartite, Molotov imediatamente compensou a concessão com o argumento de que “era preciso exatidão no delineamento de esferas de influência para um período relativamente longo”.⁹ Obviamente, não se poderia resolvê-lo em uma só visita a Berlim; exigiria consultas extensas, inclusive outra visita de Ribbentrop a Moscou.

Naquela tarde, Molotov encontrou-se com Hitler na recém-construída chancelaria de mármore. Tudo organizado para causar assombro ao ministro proletário de Moscou. Molotov foi conduzido por um vasto corredor, em cujos lados, a cada poucos metros, homens altos da SS, em uniformes negros, levantavam o braço na saudação nazista. As portas para a sala de Hitler iam até o teto e foram abertas por dois soldados da SS especialmente altos, cujos braços erguidos formaram um arco sob o qual Molotov chegou à presença de Hitler. Sentado à sua mesa, junto a parede oposta da sala imensa, Hitler observou silenciosamente os visitantes por alguns momentos, em seguida levantou-se abruptamente e, sem dizer palavra, apertou a mão de cada membro da delegação soviética. Quando os convidou para os sofás e poltronas, abriram-se cortinas e Ribbentrop, mais alguns assessores, juntaram-se ao grupo.¹⁰

Após infligir aos seus convidados essa versão nazista de majestade, Hitler expôs sua ideia do propósito da reunião. Deviam concorrer numa estratégia conjunta de longo prazo, pois a Alemanha e a União Soviética “tinham ao leme homens com autoridade suficiente para determinarem a seus países uma direção definida”.¹¹

O que Hitler tinha em mente era lançar um tipo de Doutrina de Monroe, conjunta com os soviéticos, para toda a Europa e a África, dividindo os territórios coloniais entre eles.

Demonstrando não estar nem um pouco intimidado pela recepção, tirada da visão de *grandeur* de uma opereta vienense, Molotov limitou-se a uma série de perguntas precisas. Qual era o verdadeiro objetivo do Pacto Tripartite? Qual era a definição de Hitler de sua chamada Nova Ordem? E da Esfera Asiática Maior? Quais eram as intenções alemãs nos Bálcãs? Ainda era válido o entendimento que destinara a Finlândia à esfera de influência soviética?

Ninguém jamais conversara com Hitler daquela maneira, nem o sujeitara a tal interrogatório. De qualquer maneira, Hitler não pretendia limitar a liberdade de ação alemã em qualquer área aonde seus exércitos pudessem chegar — certamente não na Europa.

A reunião do dia seguinte, com Hitler, foi precedida de um almoço espartano e não andou melhor. Tipicamente, Hitler começou com um monólogo sem fim, explicando como dividiria o mundo com Stalin:

Após a conquista da Inglaterra, o Império Britânico seria partilhado como uma gigantesca massa falida mundial [...] No espólio, haveria acesso à Rússia para o oceano realmente aberto e livre de gelo. Até então, uma minoria de 45 milhões de ingleses governava os 600 milhões de habitantes do Império Britânico. Ele ia esmagar essa minoria [...] Assim sendo, havia inúmeras perspectivas mundiais [...] A participação da Rússia na solução desses problemas devia ser resolvida. Todos os países interessados na massa falida teriam de pôr um fim em suas desavenças e só preocupar-se em partilhar o Império Britânico.¹²

Respondendo, sarcasticamente, concordar com o que compreendera, Molotov prometeu passar o restante a Moscou. Convindo, em princípio, com Hitler em que a União Soviética e a Alemanha não tinham interesses conflitantes, submeteu a ideia a um teste prático, ao perguntar qual seria a reação da Alemanha se a União Soviética desse à Bulgária uma garantia semelhante à que a

Alemanha concedera à Romênia (que bloquearia maior influência alemã nos Bálcãs). E se a União Soviética anexasse a Finlândia? Autodeterminação, claramente, não era um princípio de política externa soviética e Stalin não hesitaria em anexar populações não russas, se pudesse fazê-lo sem interferência alemã. Não só o acordo territorial, mas também os princípios morais do acordo de Versalhes estavam mortos.

O clima tenso da reunião não abrandou, ao comentar Hitler, um tanto provocativo, que a Búlgaria não parecia ter pedido uma aliança soviética. Ele discordou da anexação da Finlândia com o argumento de que ia além do protocolo secreto, ignorando o fato de que ir além do protocolo era a finalidade da viagem de Molotov a Berlim. O encontro terminava mal. Quando Hitler levantou-se, resmungando algo sobre a possibilidade de um ataque aéreo inglês, Molotov reiterou sua mensagem: "A União Soviética, uma grande potência, não pode ignorar as principais questões da Europa e da Ásia".¹³ Sem especificar como a União Soviética iria retribuir, se Hitler atendesse aos seus desejos, Molotov apenas prometeu que, depois de seu relato a Stalin, transmitiria a Hitler as ideias do seu chefe sobre uma esfera de influência adequada.

Hitler ficou tão irritado, que não compareceu ao jantar oferecido por Molotov na embaixada soviética — embora a maioria dos líderes nazistas estivesse presente. O jantar foi interrompido por um ataque aéreo inglês e, como a embaixada soviética não possuía abrigo antiaéreo, os convidados dispersaram-se. Os nazistas partiram em limusines, a delegação soviética dirigiu-se para o Palácio de Bellevue (onde, atualmente, reside o presidente alemão, quando está em Berlim), enquanto Ribbentrop levou Molotov ao seu abrigo antiaéreo particular. Lá, mostrou-lhe a minuta alemã da adesão soviética ao Pacto Tripartite, sem parecer entender que Molotov não tinha a inclinação, nem a autoridade para ir além do que dissera a Hitler. Molotov ignorou a minuta e retomou as questões que Hitler evitara, reiterando que a União Soviética não podia ser excluída de qualquer questão europeia. Especificamente, citou a Iugoslávia, a Polônia, a

Grécia, a Suécia e a Turquia, evitando ostensivamente as grandes vistas ao oceano Índico que Ribbentrop e Hitler lhe haviam aberto.¹⁴

Por trás do estilo insolente e intransigente de Molotov estava a tentativa de ganhar tempo para Stalin resolver um dilema quase insolúvel. Hitler lhe estava oferecendo parceria na derrota da Inglaterra, mas não requeria muita imaginação antever a União Soviética entregue aos seus prováveis parceiros no Pacto Tripartite, todos eles ex-membros do Pacto Anti-Comintern. Por outro lado, se a Inglaterra caísse sem ajuda soviética, seria desejável para a União Soviética melhorar sua posição estratégica para o desfecho inevitável com Hitler.

Contudo, Stalin jamais decidiu que caminho seguir. Em 25 de novembro, Molotov enviou a Ribbentrop as condições de Stalin para entrar no Pacto Tripartite: a Alemanha retirar suas tropas da Finlândia e dar carta branca à União Soviética naquele país; a Bulgária fazer uma aliança militar com a União Soviética, permitindo bases soviéticas em seu território; a Turquia aceitar bases soviéticas em seu território, inclusive nos Dardanelos. A Alemanha deveria ficar de fora, se a União Soviética fosse buscar, pela força, seus objetivos estratégicos nos Bálcãs e nos Dardanelos. Aperfeiçoando a própria oferta de Hitler, de que a área ao sul de Batum e Baku fosse da esfera soviética, Stalin definiu a esfera incluindo o Irã e o golfo Pérsico. Quanto ao Japão, este teria de abandonar quaisquer reivindicações minerais na ilha Sacalina.¹⁵ Stalin deveria saber que essas condições jamais seriam aceitas, por bloquearem qualquer expansão alemã para leste e por ele não oferecer reciprocidade soviética proporcional.

A resposta de Stalin a Hitler só serviu, dessa maneira, para sinalizar o que ele considerava a esfera de influência soviética e como advertência de que resistiria a qualquer prejuízo, pelo menos diplomaticamente. Na década seguinte, empregando a tática dos czares, Stalin trabalhou por essa esfera, por acordos sempre que possível e pela força, quando necessário. Perseguiu os objetivos esboçados no memorando de 25 de novembro, primeiro em concerto com Hitler, depois ao lado das democracias contra Hitler e,

finalmente, em confrontação com as democracias. No final de sua vida, Stalin esteve à beira de uma grande barganha com as democracias, para guardar o que jamais deixou de tratar como a esfera soviética de influência (vide [Capítulo 20](#)).

Para Hitler; a sorte estava lançada. Já no dia da chegada de Molotov a Berlim, Hitler mandara que os preparativos do ataque à União Soviética prosseguissem, com decisão final adiada até um plano operacional ser aprovado.¹⁶ Na mente de Hitler, só faltava decidir se atacaria a União Soviética antes ou depois de derrotar a Inglaterra. E a visita de Molotov resolveu esse ponto. Em 14 de novembro, dia em que Molotov partiu de Berlim, Hitler determinou que os planos de estado-maior para o verão evoluíssem para o conceito operacional de um ataque à União Soviética, no verão de 1941. Quando recebeu a proposta de Stalin de 25 de novembro, ele deu ordem para que não houvesse resposta; tampouco Stalin a pediu. Os preparativos militares alemães para a guerra contra a Rússia entraram em alta rotação.

Já se discutiu muito se Stalin percebeu ou não o efeito de sua tática sobre uma personalidade como Hitler. Provavelmente, ele subestimou a impaciência mortal do seu adversário, pois parece ter achado que Hitler era, como ele próprio, um calculista cuidadoso e frio, que não lançaria seus exércitos, por vontade própria, nos vastos espaços da Rússia, antes de concluir a guerra no oeste. Stalin estava errado. Hitler acreditava que a força de vontade era capaz de superar todos os obstáculos. Sua reação típica a uma resistência era transformá-la em confronto pessoal. Hitler jamais foi capaz de esperar que as condições se desenvolvessem plenamente, talvez porque o ato de esperar pudesse fazer com que as circunstâncias escapassem do seu controle.

Stalin não era só mais paciente; comunista, tinha mais respeito pelas forças históricas. Em seus quase 30 anos de governo, ele jamais jogou tudo num lance de dados e acreditava, equivocadamente, que Hitler também não o faria. Nesse tempo, Stalin estava morbidamente preocupado que movimentos precipitados de tropas soviéticas pudessem desencadear um ataque

alemão preventivo. E interpretou mal a vontade de Hitler de incluí-lo no Pacto Tripartite, como prova de que os nazistas planejavam, em 1941, novas operações para destruir a Inglaterra. Aparentemente, Stalin acreditava que o ano seguinte, 1942, seria o ano para decidir sobre uma guerra com a Alemanha. Seu biógrafo Dmitri Volkogonov relatou-me que Stalin mantinha em aberto a opção de uma guerra por antecipação contra a Alemanha naquele ano, o que talvez explique por que os exércitos soviéticos estavam tão próximos à fronteira em 1941. Esperando que Hitler fizesse grandes exigências antes de atacar, Stalin provavelmente faria tudo para atendê-las — pelo menos em 1941.

Esses cálculos falharam, por ele supor que Hitler se baseava em cálculos racionais. Mas Hitler não se prendia a um cálculo normal de riscos. Não houve ano do governo de Hitler em que ele não cometesse algum ato que seu *entourage* julgasse perigoso demais: o rearmamento, em 1934-35; a reocupação da Renânia, em 1936; a ocupação da Áustria e da Tchecoslováquia, em 1938; o ataque à Polônia, em 1939; e a campanha contra a França, em 1940. Hitler não pretendia fazer de 1941 uma exceção. Com essa personalidade, ele só mudaria de ideia se a União Soviética aceitasse entrar no Pacto Tripartite com condições mínimas, participando, também, de uma operação militar contra a Inglaterra no Oriente Médio. Então, com a Inglaterra derrotada e a União Soviética isolada, Hitler certamente realizaria as conquistas no leste, obsessão de toda a sua vida.

Não havia manobra inteligente de Stalin capaz de evitar que seu país terminasse numa posição muito parecida com a da Polônia no ano anterior. O governo polonês só teria impedido o ataque alemão, em 1939, se concordasse em ceder o corredor polonês e Dantzig e em juntar-se a uma cruzada nazista contra a União Soviética — no fim da qual, a Polônia ainda estaria à mercê de Hitler. Um ano depois, pareceu que a União Soviética só retardaria a agressão alemã se acedesse às propostas nazistas (ao custo do isolamento total e de uma arriscada guerra contra a Inglaterra). E, no fim de tudo, ainda enfrentaria um ataque da Alemanha.

Com nervos de aço, Stalin manteve sua política de duas mãos, cooperando com a Alemanha por meio do fornecimento de materiais de guerra e opondo-se a ela geopoliticamente, como se nenhum perigo de fato existisse. Embora não quisesse entrar no Pacto Tripartite, ele deu ao Japão a única vantagem que a entrada soviética no pacto lhe daria, ao livrar a retaguarda do Japão para aventuras na Ásia.

Apesar de, obviamente, desconhecer a opinião de Hitler para os generais, de que seu ataque à União Soviética capacitaria o Japão a desafiar os Estados Unidos abertamente, Stalin chegou à mesma conclusão sozinho e passou a trabalhar contra esse incentivo. Em 13 de abril de 1941, assinou com o Japão, em Moscou, um tratado de não agressão, adotando, diante das tensões asiáticas crescentes, a mesma tática da crise polonesa de 18 meses antes. Em cada caso, ele removeu o risco, para o agressor, de uma guerra em duas frentes e conseguiu desviar a guerra do território soviético, estimulando o que considerava a guerra civil capitalista em outros lugares. O Pacto Hitler-Stalin propiciara um adiamento de dois anos, e o tratado de não agressão com o Japão permitiu que, seis meses depois, ele trouxesse o seu exército do Extremo Oriente para a batalha de Moscou, fato que decidiu o resultado da guerra a seu favor.

Após selar o tratado de não agressão, Stalin, num gesto sem precedentes, acompanhou o ministro do exterior Yosuke Matsuoka até a estação ferroviária. Simboliza bem a importância que Stalin dava ao tratado, o fato de que este lhe permitiu — na presença de todo o corpo diplomático — chamar negociações com a Alemanha, ostentando maior poder de barganha. “O problema europeu pode ser solucionado de maneira natural, se japoneses e soviéticos cooperarem”, disse Stalin ao ministro, em voz que todos ouvissem — deixando implícito que sua fronteira oriental segura lhe dava melhor posição de negociação na Europa, mas também que a Alemanha não precisaria ir à guerra com a União Soviética para proteger a retaguarda do Japão numa guerra com os Estados Unidos.

“Não só o problema europeu”, respondeu o ministro do exterior japonês. “O mundo inteiro pode se acertar!”, confirmou Stalin —

desde que os outros lutem, deve ter pensado, e a União Soviética receba pelos seus êxitos.

Como forma de transmitir sua mensagem a Berlim, Stalin foi até o embaixador alemão, Von der Schulenburg, pôs o braço em seu ombro e anunciou: “Temos de permanecer amigos e o senhor deve fazer tudo por esse objetivo”. Para certificar-se de que acionara todos os canais, inclusive o militar, para comunicar sua mensagem, Stalin dirigiu-se, em seguida, ao adido militar interino alemão e disse em voz alta: “Seremos vossos amigos, haja o que houver”.¹⁷

Stalin tinha toda razão para estar preocupado com as atitudes alemãs. Como Molotov insinuara em Berlim, ele estivera pressionando a Bulgária para aceitar uma garantia soviética. Stalin negociara, também, um tratado de amizade e não agressão com a Iugoslávia, em 1941, no exato momento em que a Alemanha pedia trânsito livre através da Iugoslávia para atacar a Grécia — conduta que certamente encorajaria a resistência iugoslava às pressões alemãs. No final, o tratado soviético com a Iugoslávia só foi assinado horas antes de o exército alemão atravessar a fronteira iugoslava.

A principal fraqueza de Stalin, como estadista, era a tendência a atribuir aos adversários a mesma capacidade de cálculo frio de que tanto se orgulhava. Isso levava Stalin a subestimar o efeito de sua intransigência e superestimar o possível alcance dos seus raros esforços de conciliação. Essa atitude iria arruinar suas relações com as democracias após a guerra. Em 1941, até o momento em que os alemães cruzaram a fronteira soviética, ele esteve convencido de que poderia, no último minuto, adiar o ataque, criando uma negociação — na qual, tudo indica, se dispunha a vastas concessões.

Não foi por falta de esforço que Stalin falhou em aparar um ataque da Alemanha. Em 6 de maio de 1941, o povo soviético soube que Stalin assumira a posição de primeiro-ministro, no lugar de Molotov, que permaneceu vice-primeiro-ministro e ministro do exterior. Era a primeira vez que Stalin emergia dos recessos do partido comunista para assumir responsabilidade visível nos assuntos

do dia a dia. Só um extremo perigo teria feito Stalin abandonar a aura de ameaça misteriosa, que era seu método preferido de governo. Andrei Vyshinsky, então vice-ministro do exterior, disse ao embaixador da França, De Vichy, que Stalin, num cargo público, representava “o maior evento histórico desde a criação da União Soviética”.¹⁸ Von der Schulenburg achou que entendera o objetivo de Stalin. “Na minha opinião”, observou ele a Ribbentrop, “podemos admitir com certeza que Stalin concebeu um objetivo de imensa importância para a União Soviética em política externa, que espera atingir por esforço pessoal. Creio firmemente que, na situação internacional que considera seríssima, Stalin está determinado a preservar a União Soviética de uma guerra com a Alemanha”.¹⁹

As semanas seguintes confirmaram a previsão do embaixador alemão. Para mandar um sinal tranquilizador à Alemanha, a agência de notícias Tass, em 8 de maio, negou quaisquer concentrações incomuns de tropas soviéticas nas fronteiras ocidentais. Nessas semanas, Stalin rompeu relações diplomáticas com todos os governos europeus em exílio, estabelecidos em Londres — com a recomendação insultuosa de que seus assuntos fossem tratados com a embaixada alemã. Ao mesmo tempo, Stalin reconheceu os governos fantoches que a Alemanha instalara em alguns dos territórios ocupados. Em resumo, Stalin fez o que pôde para garantir à Alemanha que reconhecia todas as suas conquistas existentes.

A fim de eliminar qualquer pretexto possível para a agressão, Stalin não permitiu que unidades militares soviéticas avançadas fossem colocadas em prontidão. E não tomou conhecimento dos avisos ingleses e americanos de um iminente ataque alemão — em parte por desconfiar que os anglo-saxões queriam envolvê-lo numa briga com a Alemanha. Embora Stalin tivesse proibido disparos contra os voos alemães de reconhecimento, cada vez mais frequentes, longe da frente, ele permitiu exercícios de defesa civil e a convocação de reservas. Stalin concluíra, obviamente, que sua melhor chance para alguma negociação de última hora estava em tranquilizar os alemães quanto a suas intenções, até porque, das providências possíveis, nenhuma faria grande diferença.

Em 13 de junho, nove dias antes dos alemães atacarem, a Tass publicou outra declaração oficial, desmentindo os fortes boatos de guerra iminente. A União Soviética, dizia a declaração, pretendia cumprir todos os acordos existentes com a Alemanha. O comunicado indicava, também por alto, a possibilidade de novas negociações para acertar melhor todas as questões em disputa. Prova que Stalin de fato estava a fim de fazer grandes concessões está na reação de Molotov quando, em 22 de junho, Von der Schulenburg entregou-lhe a declaração de guerra alemã. A União Soviética, Molotov protestou com tristeza, aceitava retirar todas as suas tropas da fronteira como garantia à Alemanha. Todas as demais exigências eram negociáveis. “Não merecemos isso”, disse Molotov, defensivo, coisa muito rara.²⁰

Stalin parece ter ficado tão traumatizado com a declaração de guerra da Alemanha que teve uma certa depressão, por cerca de dez dias. Em 3 de julho, no entanto, ele reassumiu o comando, fazendo um importante discurso pelo rádio. Ao contrário de Hitler, Stalin não era orador nato. Raramente falava em público e, quando o fazia, era extremamente presunçoso. Neste discurso, ele fez, também, uma enumeração seca do problema monumental que se apresentava ao povo russo. Contudo, seu estilo direto inculcou resolução e a sensação de que a tarefa, por imensa que fosse, era viável.

“A história nos mostra”, afirmou Stalin, “que não existem, nunca existiram, exércitos invencíveis”. Dando a ordem para se destruir toda a maquinaria, todo o material ferroviário e para a formação de guerrilhas atrás das linhas alemãs, Stalin leu uma lista de números como um contador. Sua única reverência à retórica ocorre no início do discurso. Em nenhuma outra ocasião, Stalin apelara ao seu povo de forma pessoal — e não voltaria a fazê-lo: “Camaradas, cidadãos, irmãs e irmãos, guerreiros de nosso exército e marinha. Dirijo-me a vocês, meus amigos!”.²¹

Hitler tinha finalmente a guerra que sempre desejara. E selara sua perdição, talvez o destino que também sempre desejara. Os alemães, lutando em duas frentes, excediam-se pela segunda vez em uma geração. Cerca de 70 milhões de alemães em combate contra aproximadamente 700 milhões de adversários, depois que a

Alemanha trouxe os Estados Unidos para a guerra, em dezembro de 1941. Até Hitler abismou-se com a dimensão do que havia provocado. Poucas horas antes do ataque, disse a seus auxiliares: "Sinto-me empurrando a porta de um quarto escuro, jamais aberta, sem a menor ideia do que lá existe".²²

Stalin arriscou na racionalidade de Hitler, e perdeu; Hitler apostou no desmoronamento rápido de Stalin, e também perdeu. Mas o erro de Stalin tinha remédio, o de Hitler não.

Os Estados Unidos de volta à cena

Franklin Delano Roosevelt



Para os políticos contemporâneos, que governam por pesquisas de opinião pública, o papel de Roosevelt, levando o povo isolacionista a participar da guerra, é uma lição prática sobre a liderança numa democracia. Mais cedo ou mais tarde, a ameaça ao equilíbrio do poder europeu forçaria os Estados Unidos a intervirem para pôr fim ao avanço da Alemanha rumo à dominação mundial. O poderio crescente dos Estados Unidos levaria o país, eventualmente, ao centro da arena internacional. Se aconteceu tão depressa e decisivamente, foi por obra de Franklin Delano Roosevelt.

Todos os grandes líderes caminham solitários. A solidão vem da capacidade de discernir desafios invisíveis aos contemporâneos. Roosevelt conduziu um povo isolacionista a uma guerra entre países, cujos conflitos, havia poucos anos, eram considerados incompatíveis com os valores americanos e irrelevantes à sua segurança. Após 1940, Roosevelt convenceu o congresso, que aprovara em votação esmagadora a série de Leis de Neutralidade poucos anos antes, a aprovar uma ajuda americana cada vez maior à Inglaterra, só se detendo diante da beligerância aberta e, ocasionalmente, ultrapassando mesmo esse limite. Finalmente, o ataque japonês a Pearl Harbor eliminou as últimas perplexidades americanas. Roosevelt foi capaz de convencer dos perigos horrendos de uma vitória do Eixo, uma sociedade que durante dois séculos viveu a

invulnerabilidade. E fez com que a entrada americana fosse o primeiro passo de um compromisso internacional permanente. Na guerra, seu talento manteve em vigor a aliança e moldou as instituições multilaterais que até hoje servem à comunidade nas nações.

Nenhum presidente, com a possível exceção de Abraham Lincoln, deixou marca tão decisiva na história americana. Roosevelt fez o juramento do cargo num momento de incerteza nacional, quando a fé americana na capacidade infinita de progresso do Novo Mundo estava abalada pela Grande Depressão. À sua volta, as democracias pareciam titubeantes, e governos antidemocráticos, de esquerda e de direita, ganhavam terreno.

Depois que Roosevelt restaurou a esperança interna, o destino impôs-lhe a obrigação de defender a democracia em escala mundial. Ninguém descreveu melhor que Isaiah Berlin este aspecto da contribuição de Roosevelt:

(Roosevelt) olhava o futuro com um olhar tranquilo, como se dissesse: "Deixem que venha, como for será proveitoso para nós. Transformaremos tudo em nosso benefício [...]". Num mundo desesperançado, dividido entre fanáticos perversos e fatalmente eficientes, marchando para destruir, de populações aturdidas em fuga, mártires involuntários de uma causa que não sabiam definir, ele acreditava em sua própria capacidade, desde que estivesse no controle, de barrar essa terrível maré. Ele possuía todo o caráter, a energia e a habilidade dos ditadores, e estava do nosso lado.¹

Roosevelt já fora secretário assistente da marinha, no governo Wilson, e candidato a vice-presidente dos democratas nas eleições de 1920. Vários líderes, entre eles De Gaulle, Churchill e Adenauer, foram forçados à solidão da viagem rumo à grandeza durante um período de afastamento da vida pública. A solidão de Roosevelt foi-lhe imposta quando ele se viu atingido pela poliomielite, em 1921. Numa demonstração extraordinária de força de vontade, ele superou sua deficiência e aprendeu a ficar em pé com a ajuda de suportes, e mesmo a dar alguns passos, o que lhe possibilitou aparecer em público como se não estivesse paralisado. Até o dia de sua mensagem

ao congresso sobre Yalta, em 1945, Roosevelt ficou de pé, sempre que fez um discurso importante. Como a imprensa colaborou nas tentativas de Roosevelt de se apresentar bem, a grande maioria dos americanos jamais notou a extensão da incapacidade física de Roosevelt ou teve sua visão dele maculada pela compaixão.

Roosevelt, um líder ebuliente que usava de charme para manter seu distanciamento, era uma combinação ambígua de visionário e manipulador político. Governava mais por instinto que por análise e provocava sentimentos fortemente contrastantes.² Como resumiu Isaiah Berlin, Roosevelt tinha falhas de caráter graves — crueldade, cinismo, falta de escrúpulos. Contudo, conclui Berlin, foram mais que espetacularmente superadas por suas características positivas: “O que atraía seus seguidores eram as qualidades compensatórias, de uma ordem rara e inspiradora: era generoso, de horizontes políticos amplos, de extensa visão imaginativa, com a percepção do tempo em que vivia e da direção das forças novas do século XX [...]”.³

Este foi o presidente que impulsionou os Estados Unidos para o papel de liderança internacional, onde questões de guerra ou paz, progresso ou estagnação, no mundo inteiro, passaram a depender da sua visão e do seu engajamento.

A viagem americana, do envolvimento na Primeira Guerra Mundial à participação ativa na Segunda, foi longa — interrompida, como foi, pela meia-volta da nação para o isolacionismo. A força da aversão americana pelas questões internacionais dá uma ideia do feito de Roosevelt. Convém, portanto, um breve resumo do quadro histórico a partir do qual Roosevelt conduziu sua política.

Nos anos 1920, o estado de espírito dos Estados Unidos era ambivalente — oscilava entre a vontade de afirmar princípios de aplicação universal e a necessidade de ajustá-los a uma política externa isolacionista. Os americanos passaram a recitar os temas tradicionais de sua política externa com mais ênfase ainda: a missão especial da América como modelo de liberdade, a superioridade moral da política externa democrática, a relação inconsútil entre moralidade pessoal e internacional, a importância da diplomacia

aberta e a substituição do equilíbrio de poder pelo consenso internacional, expresso na Liga das Nações.

Estes princípios supostamente universais foram recrutados a favor do isolacionismo americano. Os americanos ainda não conseguiam acreditar que qualquer coisa fora do seu continente pudesse afetar sua segurança. A América dos anos 1920 e 1930 rejeitava até mesmo sua própria doutrina de segurança coletiva, temendo que ela levasse à complicação em desavenças de sociedades distantes e belicosas. As medidas do Tratado de Versalhes foram consideradas vingativas, e as indenizações, uma inutilidade. Quando os franceses ocuparam o Ruhr, os Estados Unidos aproveitaram a ocasião para retirar o restante de suas forças de ocupação da Renânia. O excepcionalismo wilsoniano, ao fixar critérios que nenhuma ordem internacional era capaz de satisfazer, tornou o desencanto parte da sua própria essência.

A decepção com os resultados da guerra apagou, em muito, a distinção entre internacionalistas e isolacionistas. Nem os internacionalistas mais liberais achavam algum interesse americano em manter a imperfeição do acordo de pós-guerra. Nenhum grupo significativo tinha algo de bom a dizer do equilíbrio de poder. O que se tinha por internacionalismo era a entrada na Liga das Nações e não a participação cotidiana na diplomacia internacional. Mesmo os internacionalistas mais dedicados achavam que a Doutrina de Monroe suplantava a Liga das Nações e repugnavam a ideia de tomar parte em imposições da Liga, mesmo as econômicas.

Os isolacionistas levaram essa atitude às últimas consequências. Atacaram a Liga das Nações em princípio, alegando que punha em risco os dois pilares históricos da política externa americana — a Doutrina de Monroe e o isolacionismo. A Liga era incompatível com a Doutrina de Monroe, porque a segurança coletiva dava direito, na verdade exigia, que a Liga se envolvesse em disputas *no* hemisfério ocidental, e era incoerente com o isolacionismo, porque obrigava os Estados Unidos a se meterem em disputas *fora do* hemisfério.

Os isolacionistas não estavam de todo sem razão. Se o hemisfério ocidental inteiro fosse de algum modo excluído da segurança coletiva, que preceito impediria outras nações do mundo de criar grupos regionais próprios, excluindo-os da jurisdição da Liga? Caso em que a Liga das Nações levaria à restauração do sistema de equilíbrio de poder, embora regional. Na prática, os internacionalistas e os isolacionistas convergiram para uma política externa bipartidária. Ambos rejeitavam a intervenção estrangeira dentro do continente e a participação nos mecanismos de imposição da Liga, fora dele. Apoiavam as conferências de desarmamento, por haver o consenso de que armas causavam guerras e a redução das armas contribuiria para a paz. Eram a favor de princípios gerais endossados por todos, de solução pacífica de conflitos, como o Pacto Briand-Kellogg, desde que os acordos não exigissem compulsões. Finalmente, os Estados Unidos eram prestativos em questões técnicas, geralmente financeiras, sem consequência política imediata, como elaborar os programas de indenizações já discutidas e aceitas.

A distância, no pensamento americano, entre aprovar um princípio e participar da sua execução saltou aos olhos após a Conferência Naval de 1921-22, em Washington. A conferência era importante por dois motivos. Fixava tetos de equipamento naval para Estados Unidos, Inglaterra e Japão, concedendo aos Estados Unidos uma esquadra igual, em tamanho, à esquadra inglesa, e ao Japão três quintos do tamanho da marinha dos Estados Unidos. Esta provisão reafirmou o novo papel americano de potência dominante no Pacífico, ao lado do Japão. O papel da Inglaterra naquele teatro foi, daí em diante, secundário. Mais significativo, um segundo, o Tratado das Quatro Potências, entre Japão, Estados Unidos, Inglaterra e França, prevendo solução pacífica de disputas, substituiria a antiga Aliança Anglo-Japonesa de 1902, anunciando uma era de cooperação no Pacífico. Mas, se um signatário do Tratado das Quatro Potências desrespeitasse suas provisões, os outros agiriam contra ele? "O tratado das quatro potências não contém obrigação de guerra [...] Não existe compromisso de força

armada, nenhuma aliança, nenhuma obrigação moral ou legal de tomar parte na defesa [...]”, explicou o presidente Harding ao cético senado americano.⁴

O secretário de estado Charles Evans Hughes reforçou as palavras do presidente, comunicando a todos os signatários do pacto que os Estados Unidos não participariam de medida nenhuma de execução. Mas o senado ainda não estava satisfeito. Ao ratificar o Tratado das Quatro Potências, o senado acrescentou ressalva, estipulando que ele não comprometia os Estados Unidos a usar força armada para repelir a agressão.⁵ Em outras palavras, o acordo valia pelo próprio mérito; a desobediência ao mesmo não traria nenhuma consequência. Os Estados Unidos decidiriam caso a caso, como se não houvesse tratado.

Em termos da diplomacia exercida durante séculos, era extraordinária a ideia de que um tratado solene não conferisse direito de imposição, e que a execução fosse negociada com o congresso caso a caso. Foi uma prévia dos debates entre o governo Nixon e o congresso, após o Acordo de Paz do Vietnã, em janeiro de 1973, quando o congresso argumentou que um acordo pelo qual a América lutara em três governos, de ambos os partidos, não conferia nenhum direito de compulsão. Por esta teoria, acordos com os Estados Unidos refletiriam o estado de espírito de Washington num dado momento; quaisquer consequências que desses adviessem dependeriam, igualmente, do estado de espírito de Washington em outro dado momento — tornando pouco provável a confiança em compromissos americanos.

A reticência do senado não inibiu o entusiasmo do presidente Harding pelo Tratado das Quatro Potências. No dia da assinatura, ele destacou que o tratado protegia as Filipinas e representava “o início de uma época nova e melhor no progresso humano”. Como era possível que um tratado sem medidas obrigatórias protegesse um valor como as Filipinas? Apesar da sua posição na extremidade oposta do espectro político, Harding invocou a liturgia wilsoniana padrão. O mundo, declarou ele, puniria os violadores ao proclamar “a odiosidade da perfídia, da infâmia”.⁶ Harding não disse como a

opinião pública mundial seria medida, que dirá mobilizada, e em nome de que causa, já que os Estados Unidos se recusavam a entrar na Liga das Nações.

O Pacto Briand-Kellogg, cujo impacto na Europa foi discutido no [capítulo 11](#), foi outro exemplo da tendência americana a considerar princípios como autoimplementares. Apesar de os líderes americanos proclamarem a natureza histórica do tratado, porque 62 nações haviam renunciado à guerra como instrumento de política nacional, eles negavam-se inflexivelmente a endossar qualquer mecanismo para aplicá-lo, muito menos para forçá-lo. O presidente Calvin Coolidge, chegando à efusão diante do congresso, em dezembro de 1928, afirmou: “A observância deste convênio [...] mais promete à paz do mundo que qualquer outro acordo já negociado entre as nações”.⁷

Mas como chegar a essa utopia? A defesa apaixonada de Coolidge do Pacto Briand-Kellogg levou internacionalistas e defensores da Liga a considerar, razoavelmente, que tendo sido proscrita a guerra o conceito de neutralidade perdera o sentido. Como a Liga fora incumbida de apontar os agressores, diziam, a comunidade internacional devia puni-los exemplarmente. “Alguém acredita”, perguntou um deles, “que os desígnios agressivos de Mussolini poderiam ser controlados pela boa-fé do povo italiano e pelo poder da opinião pública?”⁸

A formulação desta pergunta não a fez aceita. Quando o tratado que levava o seu nome ainda estava em debate, o secretário de estado Kellogg, em discurso diante do Council on Foreign Relations, afirmou que a força jamais seria usada para obter aquiescência. A força, argumentou, faria do que se pretendia como um grande passo em direção à paz, precisamente a aliança militar que precisava ser abolida. O pacto não devia incluir uma definição de agressão, pois qualquer definição omitiria algo, diminuindo a nobreza das suas palavras.⁹ Para Kellogg, o verbo não era apenas o princípio, era o fim:

A nação que afirma agir em defesa própria deve ir à barra da opinião mundial e justificar-se ante os signatários do pacto. Por essa razão recusei-me a colocar no texto uma definição de agressor, ou de autodefesa, pois creio que não se poderia formular de antemão uma definição legalista completa [...] Assim é mais difícil, não menos difícil, uma nação agressora provar sua inocência.¹⁰

O senado não se impressionou mais, com as explicações de Kellogg, do que seis anos antes, com a exegese de Harding, de que o Tratado das Quatro Potências não queria dizer o que afirmava. E acrescentou três "entendimentos" próprios: no entender do senado, o tratado não limitava o direito de autodefesa ou de defesa da Doutrina de Monroe, nem criava qualquer obrigação de prestar assistência a vítimas de agressão — ou seja, qualquer contingência previsível estava isenta de suas medidas. O senado endossou o Pacto Briand-Kellogg como uma declaração de princípios, enquanto insistia que o tratado não tinha implicações práticas, e levantou a questão de valer a pena o envolvimento dos Estados Unidos, mesmo na enunciação de princípios, considerando as ressalvas que traria à tona.

Se os Estados Unidos rejeitavam alianças e lançavam dúvidas sobre eficácia da Liga, como se protegeria o sistema de Versalhes? A resposta de Kellogg foi muito menos original que sua crítica, constando do velho lugar-comum, a força da opinião pública:

[...] se, por este tratado, todas as nações ficarem solenemente contra a guerra como forma de solucionar disputas internacionais, o mundo terá dado um grande passo, criado uma opinião pública, organizado as grandes forças morais, contratado uma obrigação sagrada e tornará muito mais difícil mergulhar o mundo noutra grande conflito.¹¹

Quatro anos depois, o sucessor de Kellogg, Henry Stimson, o mais distinto e sofisticado servidor público que os Estados Unidos produziram em todo o período entre guerras, não achou solução melhor contra a agressão que o Pacto Briand-Kellogg — apoiado, obviamente, pela força da opinião pública: "O Pacto Briand-Kellogg não prevê sanções de força [...] Ao contrário, fundamenta-se nas sanções da opinião pública que podem ser as sanções mais potentes

do mundo [...] Os críticos que zombam dele não avaliam bem a evolução da opinião mundial desde a Grande Guerra”.¹²

Para a potência de uma ilha distante — como os Estados Unidos eram vistos na Europa e na Ásia — as disputas europeias eram obscuras e, com frequência, irrelevantes. Tendo os Estados Unidos uma ampla margem de segurança para isolar-se de perigos que rondavam os países europeus sem afetar a segurança americana, os países europeus funcionavam, na realidade, como válvulas de segurança da América. Essa linha de raciocínio conduziu ao distanciamento da Inglaterra da política europeia do dia a dia, no período do “isolamento esplêndido”.

Havia, entretanto, uma diferença fundamental entre o “isolamento esplêndido” da Inglaterra do século XIX e o isolacionismo americano do século XX. A Inglaterra também buscara afastar-se das querelas da Europa. Reconhecia, porém, que sua segurança dependia do equilíbrio de poder e defendia esse equilíbrio pelos métodos tradicionais da diplomacia europeia. Os Estados Unidos nunca aceitaram o equilíbrio de poder ou o estilo europeu de diplomacia. Acreditando-se abençoados por um ato único da providência, os Estados Unidos simplesmente decidiram não se envolver e, se o fizessem, seria em nome de causas gerais e de acordo com o seu próprio e peculiar estilo de diplomacia — vastamente mais público, mais jurídico e mais ideológico que o da Europa.

A interação dos estilos europeu e americano de diplomacia, no período entre guerras, portanto, tendeu a combinar o pior de ambas as abordagens. Uma vez ameaçados, os países europeus, especialmente a França e as novas nações da Europa Oriental, não aceitaram o legado americano de segurança coletiva e arbitramento internacional, nem suas definições jurídicas de guerra e paz. As nações adeptas da agenda americana, principalmente a Inglaterra, não tinham nenhuma experiência em política dessa natureza. Contudo, todos esses países sabiam muito bem que a Alemanha jamais teria sido derrotada sem ajuda americana. Desde o fim da guerra, o equilíbrio de poder ficara ainda menos favorável aos

aliados da guerra. Em nova guerra com a Alemanha, a ajuda americana seria urgentemente necessária, provavelmente mais cedo que da última vez, especialmente considerando que a União Soviética não era mais participante.

O resultado prático dessa mistura de temor e esperança foi que a diplomacia europeia continuou se afastando das amarras tradicionais em direção a uma dependência emocional maior da América, produzindo um veto duplo: a França não agiria sem a Inglaterra, e a Inglaterra não agiria contra pontos de vista de Washington, sem levar em conta que os líderes americanos vivessem a dizer que não havia hipótese de se arriscarem a uma guerra por questões europeias.

A recusa consistente dos Estados Unidos, na década de 1920, a garantir o sistema de Versalhes foi uma péssima preparação psicológica para os anos 1930, quando as tensões internacionais irromperam. Uma amostra do que estava por vir ocorreu em 1931, quando o Japão invadiu a Manchúria, separando-a da China e transformando-a em estado satélite. Os Estados Unidos condenaram o ato japonês, mas recusaram-se a participar da sanção coletiva. Censurando o Japão, os Estados Unidos introduziram uma sanção própria que na época mais pareceu uma evasiva, mas que, uma década depois, nas mãos de Roosevelt, foi uma arma para forçar um desfecho com o Japão. Esta sanção era a política de recusar o reconhecimento de modificações territoriais obtidas pela força. Originada por Stimson em 1932, foi invocada por Roosevelt no outono de 1941, para exigir que o Japão se retirasse da Manchúria e de todas as suas demais conquistas.

Em 30 de janeiro de 1933, a crise mundial começou de verdade com a elevação de Hitler a chanceler da Alemanha. Pelo destino, Franklin Delano Roosevelt, que fez tanto quanto qualquer outro indivíduo para deitar Hitler por terra, faria o juramento no cargo pouco mais que quatro semanas depois. Mas nada no primeiro mandato de Roosevelt prenunciava o que aconteceu. Roosevelt raramente afastou-se da retórica padrão do período de entre guerras e repetiu a toada isolacionista que recebeu dos antecessores. Em

discurso na Fundação Woodrow Wilson, em 28 de dezembro de 1933, Roosevelt abordou a questão do fim iminente dos Tratados Navais dos anos 1920. Propôs estender estes acordos, pedindo a abolição de todas as armas ofensivas e — retomando Kellogg — com o compromisso de nenhuma nação permitir que suas forças militares entrassem no território de outro país.

O assunto era tão familiar quanto a solução de Roosevelt para as possíveis violações do que propunha. Mais uma vez a censura da opinião pública foi invocada como único remédio disponível:

[...] nenhum acordo geral para eliminar a agressão ou as armas ofensivas teria valor neste mundo, a menos que cada nação, sem exceções, entrasse no acordo com uma obrigação solene [...] Então, meus amigos, seria relativamente fácil separar o joio do trigo [...] Trata-se apenas de uma extensão do desafio de Woodrow Wilson, propormos, nessa geração mais nova, que doravante a guerra dos governos seja a paz dos povos.¹³

Não se previa o que fazer com o joio separado do trigo. A proposta de Roosevelt estava sem efeito, no momento em que foi apresentada, pois a Alemanha abandonara a Conferência de Desarmamento dois meses antes, recusando-se a voltar. De qualquer maneira, banir armas ofensivas não estava na agenda de Hitler. Tampouco, como se viu, Hitler sofreu opróbrio mundial por ter optado pelo rearmamento.

O primeiro mandato de Roosevelt coincidiu com o auge do revisionismo sobre a Primeira Guerra Mundial. Em 1935, um comitê especial do senado, sob a presidência do senador Gerald Nye, de Dakota do Norte, publicou um relatório de 1.400 páginas, culpando os fabricantes de armas pela entrada dos Estados Unidos na guerra. Pouco depois, o *bestseller* de Walter Millis, *The road to war*, popularizou a tese.¹⁴ Sob o impacto dessa escola de pensamento, a participação dos Estados Unidos na guerra passou a ser considerada conduta ilegal, conspiração e traição, em vez de atender a interesses fundamentais ou permanentes.

A fim de impedir a América de ir novamente à guerra, o congresso aprovou as três chamadas Leis de Neutralidade, entre 1935 e 1937. Inspiradas no Relatório Nye, proibiam empréstimos e qualquer outra assistência financeira a beligerantes (qualquer que fosse o motivo da guerra) e embargavam armas para as partes em luta (não importando quem fosse a vítima). Aquisições de bens não militares a dinheiro eram permitidas se transportadas em navios não americanos.¹⁵ O congresso não repudiava lucros, evitava riscos. Enquanto agressores marchavam pela Europa, a América aboliu a distinção entre agressor e vítima, ao tornar lei um único conjunto de restrições a ambos.

O interesse nacional veio a ser definido em termos legais, ao contrário de geoestratégicos. Em março de 1936, o secretário de estado Bull explicou a Roosevelt, em termos exclusivamente legais, o significado da remilitarização da Renânia, que desfizera o equilíbrio militar da Europa e deixara indefesos os países da Europa Oriental: “Pode-se concluir dessa breve análise que a ação do governo alemão constitui violação dos pactos de Versalhes e de Locarno, mas no que diz respeito aos Estados Unidos não parece violar nosso tratado,¹⁶ de 25 de agosto de 1921, com a Alemanha [...]”.¹⁷

Após sua vitória eleitoral esmagadora em 1936, Roosevelt foi muito além da estrutura existente. Mostrou que, apesar de preocupado com a Depressão, apreendera a essência do desafio dos ditadores melhor que qualquer líder europeu, exceto Churchill. Ele buscou, de início, apenas firmar o compromisso moral americano com a causa das democracias. Roosevelt começou esse processo educativo com o chamado Discurso da Quarentena, feito em Chicago a 5 de outubro de 1937. Essa foi sua primeira advertência à América do perigo que se aproximava e sua primeira declaração pública de que os Estados Unidos talvez tivessem de assumir algumas responsabilidades em relação ao mesmo. A renovada agressão militar do Japão à China, juntamente com o anúncio, no ano anterior, do Eixo Berlim-Roma, dava o pano de fundo e uma dimensão global às preocupações de Roosevelt:

A paz, a liberdade e a segurança de 90% da população do mundo são postas em risco pelos 10% restantes, que ameaçam de colapso toda a ordem e o direito internacionais [...] Infelizmente parece ser verdade que a epidemia de ilegalidade mundial está se espalhando. Quando uma doença epidêmica começa a se espalhar, a comunidade aprova uma quarentena dos pacientes, a fim de proteger a saúde da comunidade contra a disseminação da doença.¹⁸

Roosevelt foi prudente em não explicitar o que queria dizer exatamente a expressão “quarentena” e que medidas específicas tinha em mente. Se o discurso tivesse implicado qualquer tipo de ação, seria incoerente com as Leis de Neutralidade que o congresso aprovara, esmagadoramente, e o presidente recentemente sancionara.

Como era de esperar, o Discurso da Quarentena foi atacado pelos isolacionistas, que exigiram um esclarecimento das intenções do presidente. Argumentaram que a distinção entre nações “amantes da paz” e “guerreiras” era um julgamento de valor americano que, por sua vez, conduziria ao abandono da política de não intervenção, com a qual Roosevelt e o congresso haviam se comprometido. Dois anos depois, Roosevelt descreveu a comoção resultante do discurso da seguinte maneira:

Infelizmente, esta sugestão caiu em ouvidos de mercador — até mesmo hostis [...] Foi acusada de fomentar a guerra; condenada como tentativa de intervenção em questões internacionais; até ridicularizada como uma busca nervosa, “debaixo da cama”, de perigos que não existiam.¹⁹

Roosevelt poderia ter dado fim à controvérsia, simplesmente negando as intenções atribuídas a ele. Contudo, a despeito das críticas, Roosevelt falou de maneira bastante ambígua, numa entrevista coletiva, em manter a opção de defesa coletiva de alguma forma. De acordo com a prática jornalística da época, o presidente sempre falava à imprensa informalmente e não poderia ser citado ou identificado, e estas regras eram respeitadas.

Anos depois, o historiador Charles Beard publicou uma transcrição, mostrando Roosevelt a esquivar-se e a dar voltas, porém

jamais negando que o Discurso da Quarentena representava uma nova abordagem, enquanto se recusava a explicar que nova abordagem era essa.²⁰ Roosevelt insistiu que seu discurso implicava ações que iam além da condenação moral da agressão: “Existem muitos métodos no mundo que ainda não foram experimentados”.²¹ Perguntado se isso significava que tinha um plano, Roosevelt respondeu: “Não lhe posso dar nenhuma pista dele. Você terá de inventar algum. *Eu tenho um*”.²² Jamais explicou que plano era.

Roosevelt, o estadista, podia alertar contra o perigo iminente; Roosevelt, o líder político, tinha de navegar entre três correntes americanas de opinião: um pequeno grupo defendendo o apoio irrestrito a todas as nações “amantes da paz”; um grupo, um pouco maior, que concordava com este apoio, desde que parasse muito antes da guerra; e uma vasta maioria apoiando a forma e o conteúdo da legislação de neutralidade. Um político hábil sempre tenta manter aberto o maior número possível de opções. Prefere apresentar sua linha de ação como a melhor escolha, e não sofrer imposições dos acontecimentos. E nenhum presidente americano moderno foi melhor do que Roosevelt nesse tipo de gerenciamento tático.

Em uma “conversa ao pé do fogo” sobre questões internas, em 12 de outubro de 1937 — uma semana após o Discurso da Quarentena —, Roosevelt tentou satisfazer os três grupos. Ressaltando o seu compromisso com a paz, aprovou uma conferência futura entre os signatários do Tratado Naval de Washington de 1922 e descreveu a participação americana como uma demonstração do “nosso objetivo de colaborar com os outros signatários deste tratado, inclusive a China e o Japão”.²³ A linguagem conciliatória indicava um desejo de paz, até mesmo com o Japão; ao mesmo tempo, servia como demonstração de boa-fé, se a cooperação com o Japão fosse impossível. Roosevelt foi igualmente ambíguo sobre o papel internacional dos Estados Unidos. Lembrou os ouvintes da sua própria experiência de guerra como secretário adjunto da marinha: “[...] tendo em mente que, de 1913 a 1921, pessoalmente, estive muito próximo dos acontecimentos

mundiais e que, naquele período, se aprendi muito acerca do que fazer, também aprendi muito sobre o que não fazer”.²⁴ Roosevelt não objetaria se a audiência interpretasse essa menção ambígua, como sua experiência o tendo ensinado a importância de não se envolver. Por outro lado, se isso fosse mesmo o que Roosevelt queria dizer, seria muito mais popular simplesmente dizê-lo. À luz do que fez depois, é mais provável que a intenção de Roosevelt fosse insinuar que seguiria a tradição wilsoniana com métodos mais realistas.

A despeito da reação hostil aos discursos, em outubro de 1937, Roosevelt declarou ao coronel Edward House, o antigo confidente de Wilson, que levaria tempo até “as pessoas perceberem que a guerra será um perigo maior para nós se fecharmos todas as portas e janelas do que se saíssemos à rua e usássemos nossa influência para reprimir o conflito”.²⁵ Era outra maneira de dizer que os Estados Unidos deviam participar das questões internacionais de maneira não especificada, ajudando a sufocar a moda da agressão.

O problema imediato de Roosevelt foi uma explosão de sentimento pró-isolacionismo. Em janeiro de 1938, a câmara dos deputados quase passou uma emenda constitucional, exigindo um *referendum* nacional para declarações de guerra, exceto no caso de invasão dos Estados Unidos. Roosevelt teve de fazer um apelo pessoal para evitar que fosse aprovada. Nesse clima, Roosevelt via a discricção como a melhor política. Em março de 1938, o governo dos Estados Unidos não reagiu ao *Anschluss* da Áustria com a Alemanha, repetindo o padrão das democracias europeias, que ficaram em protestos superficiais. Durante a crise que conduziu à Conferência de Munique, Roosevelt sentiu-se obrigado a enfatizar, repetidas vezes, que os Estados Unidos não entrariam numa frente contra Hitler. E desautorizou os subordinados, até mesmo amigos íntimos, que ousaram sequer insinuar essa possibilidade.

No início de setembro de 1938, num jantar que celebrava as relações franco-americanas, o embaixador americano na França, William C. Bullitt, repetiu um lugar-comum — que a França e os Estados Unidos estavam “unidos na guerra e na paz”.²⁶ Foi o

bastante para desencadear uma comoção isolacionista. Roosevelt, que não tinha como conhecer de antemão os comentários de Bullitt, pois eram do tipo de retórica estereotipada, que ficava a critério dos embaixadores, mesmo assim chamou de "100% errada" a impressão de que os Estados Unidos se alinhavam com as democracias.²⁷ Mais tarde, no mesmo mês, quando a guerra parecia iminente, e depois que Chamberlain já se avistara duas vezes com Hitler, Roosevelt enviou duas mensagens a Chamberlain, em 26 e 28 de setembro, insistindo numa conferência das potências interessadas, o que, nas circunstâncias, só poderia ampliar a pressão por importantes concessões tchecas.

Munique parece ter sido o ponto de inflexão que levou Roosevelt a alinhar os Estados Unidos com as democracias europeias, de início politicamente, mas aos poucos também materialmente. Desse ponto em diante, seu engajamento em opor-se aos ditadores foi inexorável, culminando, três anos depois, com a entrada dos Estados Unidos numa Segunda Guerra Mundial. A interação entre os líderes e o público, em uma democracia, é sempre complexa. O líder que se atém à experiência do seu povo, num período de tumulto, adquire popularidade temporária, ao preço de uma condenação dos pósteros, cujo interesse ele negligencia. O que vai muito além da sua sociedade perde a influência. Um grande líder deve ser um educador, ligando sua visão àquilo que é familiar. Mas deve estar, também, disposto a seguir sozinho, para possibilitar que sua sociedade tome o caminho que ele escolheu.

Há, inevitavelmente, em todo grande líder um elemento de astúcia que simplifica, às vezes os objetivos, às vezes a magnitude da tarefa. Mas o teste fundamental é se ele encarna os valores de sua sociedade e a essência dos desafios. Roosevelt possuía essas qualidades em grau excepcional. Ele acreditava profundamente na América. Estava convencido de que o nazismo era perverso, de que era uma ameaça à segurança americana, e foi extraordinariamente astucioso. Aceitou arcar com a responsabilidade das decisões solitárias. Como um equilibrista, precisou mover-se passo a passo, cuidadoso e angustiante, sobre a lacuna entre sua meta e o real de

sua sociedade, mostrando-lhe que a praia distante era mais segura que o promontório conhecido.

Em 26 de outubro de 1938, menos de quatro semanas após o Pacto de Munique, Roosevelt retomou o tema do seu Discurso da Quarentena. Falando pelo rádio ao Herald-Tribune Forum, ele advertiu contra agressores não especificados, mas facilmente identificáveis, cuja "política nacional adota como instrumento deliberado a ameaça de guerra".²⁸ Em seguida, apoiando em princípio o desarmamento, Roosevelt propôs o fortalecimento das defesas americanas:

[...] temos, coerentemente, ressaltado que, nem nós nem nenhuma outra nação aceitaremos o desarmamento quando nações vizinhas se armam até os dentes. Se não houver um desarmamento geral, devemos continuar a nos armar. É um passo que não apreciamos, que não desejamos dar. Mas, até que haja um abandono geral de armas de agressão, as normas comuns de prudência nacional e bom-senso exigem que estejamos preparados.²⁹

Secretamente, Roosevelt foi muito mais longe. No final de outubro de 1938, em conversas particulares com o ministro da aeronáutica inglês e com um amigo pessoal do primeiro-ministro Neville Chamberlain, ele mencionou o projeto de passar por cima das Leis de Neutralidade. Numa evasão direta da legislação que assinara recentemente, Roosevelt sugeriu o estabelecimento de fábricas inglesas e francesas de aviões no Canadá, perto da fronteira americana. Os Estados Unidos forneceriam todos os componentes, deixando a montagem final a cargo da Inglaterra e da França. O arranjo atenderia tecnicamente ao conteúdo das Leis de Neutralidade, talvez baseado em que partes componentes eram bens civis. Roosevelt disse ao emissário de Chamberlain que, "no caso de uma guerra com os ditadores, ele tinha atrás de si os recursos industriais da nação americana".³⁰

O plano de Roosevelt para ajudar as democracias a recuperar o seu poder aéreo caiu por terra, como estava fadado a cair, no mínimo pela simples impossibilidade logística de empreender,

secretamente, um esforço em tal escala. Mas a partir daí o apoio de Roosevelt à Inglaterra e à França só era limitado quando o congresso e a opinião pública não podiam ser desbordados.

No início de 1939, na mensagem sobre o Estado da União, Roosevelt identificou como países agressores a Itália, a Alemanha e o Japão. Aludindo ao tema do Discurso da Quarentena, observou que “existem muitos métodos, aquém da guerra, porém mais que meras palavras, de mostrar a governos agressores os sentimentos gerais do nosso povo”.³¹

Em abril de 1939, a um mês da ocupação nazista de Praga, Roosevelt identificou, pela primeira vez, a agressão contra países menores como uma ameaça à segurança americana. Numa entrevista à imprensa, em 8 de abril de 1939, Roosevelt declarou aos repórteres que “a independência política, econômica e social de cada nação pequena do mundo tem efeito em nossa segurança e prosperidade. Cada uma que desaparece as enfraquece”.³² Em discurso à União Pan-Americana, dia 14 de abril, ele avançou mais um passo, dizendo que a segurança dos Estados Unidos não podia mais se limitar à Doutrina de Monroe:

Sem dúvida, em poucos anos, aeronaves cruzarão os oceanos tão facilmente como hoje cruzam os mares fechados europeus. A operação econômica do mundo será, portanto, uma unidade; qualquer interrupção em qualquer ponto, no futuro, será uma fratura na vida econômica em toda parte.

A geração passada, em questões pan-americanas, ocupou-se da construção de princípios e mecanismos com que este hemisfério trabalharia em conjunto. Mas a próxima geração estará voltada aos métodos pelos quais o Novo Mundo poderá viver em paz com o Velho.³³

Em abril de 1939, Roosevelt falou diretamente a Hitler e Mussolini numa mensagem que, apesar de ridicularizada pelos ditadores, fora inteligentemente composta para demonstrar ao povo americano que os países do Eixo tinham, de fato, desígnios agressivos. Certamente, um dos mais sutis e tortuosos presidentes dos Estados Unidos, Roosevelt pediu aos ditadores — porém não à Inglaterra ou à França — garantias de que não atacariam 31 nações

européias e asiáticas específicas, por um período de dez anos.³⁴ Depois voltou-se a obter garantias semelhantes dessas 31 em relação à Alemanha e à Itália. Por fim, ofereceu a participação americana em qualquer conferência de desarmamento que resultasse de uma distensão.

A nota de Roosevelt não entrará para a história diplomática como um meticuloso trabalho profissional. Por exemplo, a Síria e a Palestina, mandatos respectivamente francês e inglês, aparecem como estados independentes.³⁵ Hitler divertiu-se muito com a mensagem de Roosevelt, num dos seus discursos no Reichstag. Para hilaridade geral, Hitler leu lentamente a longa lista de países que Roosevelt lhe implorava deixasse em paz. À medida que o *Führer* pronunciava os nomes de cada país, num tom de voz de pilhéria, gargalhadas ecoavam pelo Reichstag. Hitler passou a perguntar a cada um dos países relacionados na nota de Roosevelt, muitos dos quais já trêmulos diante dele, se estavam ou se julgavam realmente ameaçados. Eles negaram diligentemente, é claro, qualquer preocupação dessa natureza.

Embora Hitler tenha marcado um ponto pela oratória, Roosevelt alcançou seu objetivo político. Ao pedir garantias somente a Hitler e Mussolini, ele os marcou como os agressores para a única plateia que, no momento, importava a Roosevelt — o povo americano. Para arregimentar o público no seu apoio às democracias, Roosevelt precisava estruturar as questões em termos que iam além do equilíbrio de poder e retratá-las como a luta em defesa de vítimas inocentes contra um agressor perverso. Tanto sua nota quanto a reação de Hitler o ajudaram a chegar à meta.

Roosevelt não perdeu tempo em traduzir o novo limiar psicológico americano em moeda estratégica. No mesmo mês, abril de 1939, aproximou os Estados Unidos mais um pouco de uma cooperação militar *de fato* com a Inglaterra. Um acordo entre os dois países liberou a Marinha Real para concentrar todas as suas forças no Atlântico, enquanto os Estados Unidos rocam sua esquadra principal para o Pacífico. Esta divisão de trabalho quis dizer que os Estados Unidos assumiam a defesa das possessões asiáticas da

Inglaterra contra o Japão. Antes da Primeira Guerra Mundial, um acordo análogo entre a Inglaterra e a França (que causara a concentração da esquadra francesa no Mediterrâneo) foi usado como argumento de que a Inglaterra era moralmente obrigada a entrar na Primeira Guerra Mundial em defesa da costa Atlântica da França.

Isolacionistas que observavam as ações de Roosevelt ficaram profundamente agitados. Em fevereiro de 1939, antes de começar a guerra, o senador Arthur Vandenberg expôs eloquentemente a posição isolacionista:

É verdade, comparado aos dias de Washington, vivemos num mundo em contração, em que tempo e espaço estão relativamente anulados. Mesmo assim, agradeço a Deus por dois oceanos protetores. Apesar de escorçados, ainda são nossa maior bênção, se ampla e prudentemente utilizados [...]

Todos temos nossas simpatias e nossas emoções naturais pelas vítimas de ultraje nacional ou internacional em todo o globo, mas não somos, não podemos ser, o protetor do mundo ou o policial do mundo.³⁶

Quando, em resposta à invasão alemã da Polônia, a Inglaterra declarou guerra, dia 3 de setembro de 1939, Roosevelt não teve outra escolha se não invocar as Leis de Neutralidade. Ao mesmo tempo, moveu-se rapidamente para modificar a legislação e permitir que a Inglaterra e a França adquirissem armas americanas.

Roosevelt evitara invocar as Leis de Neutralidade na guerra entre o Japão e a China, pretensamente, porque nenhuma guerra fora declarada, na realidade, por acreditar que um embargo de armas atingiria muito mais a China que o Japão. Mas a guerra na Europa seria formalmente declarada, e ele não poderia recorrer a subterfúgios para esquivar-se das Leis de Neutralidade. Por isso, no início de 1939, Roosevelt solicitou uma revisão das Leis, com o argumento de que elas “talvez funcionem de maneira desigual e injusta — e podem mesmo dar ajuda ao agressor e negá-la à vítima”.³⁷ O congresso não agiu até depois da guerra europeia de fato começar. Indicando a força do estado de espírito isolacionista, a proposta de Roosevelt fora derrotada três vezes no congresso naquele ano.

No mesmo dia em que a Inglaterra declarou guerra, Roosevelt convocou uma sessão especial do congresso para 21 de setembro. Desta vez, ele conseguiu. A chamada Quarta Lei de Neutralidade, de 4 de novembro de 1939, permitiu que beligerantes comprassem armas e munição dos Estados Unidos, desde que pagassem em dinheiro e levassem suas compras em navios próprios ou neutros. Considerando que, ante o bloqueio inglês, só a Inglaterra e a França podiam fazê-lo, "neutralidade" tornava-se um termo cada vez mais técnico. As Leis de Neutralidade valeram enquanto não houve nada em relação a que ser neutro.

Durante a "guerra de mentira", os governantes americanos acharam que só ajuda material lhes seria pedida. A sabedoria convencional era de que o exército francês, atrás da Linha Maginot e apoiado pela Marinha Real, estrangularia a Alemanha pela combinação de guerra terrestre defensiva e bloqueio naval.

Em fevereiro de 1940, Roosevelt enviou o subsecretário de estado Sumner Welles em missão à Europa, a fim de explorar as possibilidades de paz durante a "guerra de mentira". O primeiro-ministro francês Daladier, inferiu que Welles queria um compromisso de paz que deixava a Alemanha com o controle da Europa Central, embora a maioria dos interlocutores de Welles não haja interpretado dessa maneira o que ouviu e, para Daladier, o desejo deva ter gerado o pensamento.³⁸ Roosevelt mandou Welles à Europa não tanto para mediar, mas para mostrar ao povo isolacionista o seu compromisso com a paz. Queria, também, marcar o pleito de participação americana caso a "guerra de mentira" resultasse num acordo de paz. O ataque da Alemanha à Noruega, semanas depois, acabou com a missão.

Em 10 de junho de 1940, à medida que a França caía ante os invasores nazistas, Roosevelt abandonou a neutralidade formal e tomou eloquentemente o partido da Inglaterra. Num marcante discurso em Charlottesville, na Virgínia, juntou uma contundente acusação a Mussolini, cujos exércitos haviam atacado a França naquele dia, com o compromisso americano de ajuda material

irrestrita aos países que estivessem resistindo à agressão alemã. E anunciou que os Estados Unidos aumentariam suas defesas:

Neste 10 de junho de 1940, nesta universidade fundada pelo primeiro grande professor americano de democracia, enviamos nossas preces e nossas esperanças ao outro lado do mar, àqueles que lutam pela liberdade com grande coragem.

Nós, americanos, unidos, vamos por dois caminhos simultâneos; ajudar os que se opõem à força com os recursos materiais desta nação e, ao mesmo tempo, trabalhar acelerando o uso destes recursos nas Américas, para termos material e treinamento em qualquer emergência de defesa.³⁹

O discurso de Roosevelt em Charlottesville foi um marco. Ante a derrota iminente da Inglaterra, qualquer presidente americano veria na Marinha Real um elemento essencial para a segurança do hemisfério ocidental. Mas é difícil imaginar qualquer contemporâneo de Roosevelt — de qualquer dos partidos políticos — que, tendo a coragem e a visão do perigo, tivesse a força de vontade para levar o povo isolacionista, passo a passo, ao compromisso de fazer o necessário para derrotar a Alemanha nazista.

A perspectiva de que os Estados Unidos eventualmente se aliariam à Inglaterra foi, de certo, um dos elementos mais determinantes para a decisão de Churchill de continuar a luta sozinho:

Iremos até o fim [...] E mesmo que, coisa na qual nem por um instante acredito, esta ilha, ou grande parte dela, se veja vencida e faminta, nosso império de além-mar, armado e guardado pela Esquadra Inglesa, continuará a luta, até quando Deus for servido e o Novo Mundo, com todo o seu poder, vier em socorro libertar o Velho.⁴⁰

Os métodos de Roosevelt eram complexos — elevados nos objetivos, sinuosos taticamente, explícitos na definição das questões e tudo menos francos ao explicar as complicações de eventos particulares. Vários atos de Roosevelt foram extraconstitucionais. Um presidente de hoje não poderia recorrer aos métodos de Roosevelt e ficar no cargo. Mas Roosevelt via claro que a margem de segurança

da América baixava, e uma vitória das Potências do Eixo a liquidaria. Sobretudo, em sua opinião, Hitler era anátema a todos os valores americanos.

Após a queda da França, Roosevelt falou cada vez mais na ameaça iminente à segurança americana. Para ele, o Atlântico era o mesmo que o canal da Mancha para os ingleses. Considerava um interesse nacional vital que não fosse dominado por Hitler. Desse modo, em seu discurso Estado da União, de 6 de janeiro de 1941, Roosevelt ligou a segurança americana à sobrevivência da Marinha Real:

Destaquei, recentemente, como o ritmo da guerra moderna pode trazer sobre nós o ataque físico que devemos esperar, se as ditaduras vencerem a guerra.

Fala-se muito em nossa imunidade à invasão imediata e direta vinda do outro lado do mar. Obviamente, enquanto a Royal Navy mantiver a força, não há perigo.⁴¹

É óbvio, na verdade, que os Estados Unidos fariam todos os esforços possíveis para impedir a derrota da Inglaterra — no caso extremo, até mesmo entrar na guerra.

Havia meses, Roosevelt agia na premissa de que os Estados Unidos talvez tivessem de entrar na guerra. Em setembro de 1940, ele imaginara um arranjo engenhoso para dar à Inglaterra 50 destróieres, alegadamente obsoletos, em troca do direito de estabelecer bases americanas em oito possessões britânicas, desde a Terra Nova até o continente sul-americano. Winston Churchill, depois, chamou isso de um “ato decididamente não neutro”, pois os contratorpedeiros eram muito mais importantes para a Inglaterra que as bases para a América. A maioria destas era muito distante de qualquer teatro de operações imaginável, algumas até dobrando bases americanas existentes. Esse acordo dos contratorpedeiros baseou-se na opinião legal de um indicado de Roosevelt, o ministro da justiça Francis Biddle — nada imparcial.

Roosevelt não pediu aprovação do congresso, nem emenda nas Leis de Neutralidade para negociar destróieres por bases. E não

houve problema, por inconcebível que isso possa parecer hoje em dia. Mostra bem a preocupação de Roosevelt com uma possível vitória nazista e sua decisão de elevar o estado de espírito inglês, ele ter dado esse passo quando uma campanha presidencial apenas começava. Para o bem da Inglaterra e da unidade americana, as opiniões sobre política externa do seu adversário, Wendell Willkie, não eram diferentes das dele.

O presidente Roosevelt aumentou muito o orçamento de defesa e, em 1940, conseguiu do congresso a conscrição em tempo de paz. Era tão forte o isolacionismo restante, que essa conscrição foi renovada pela diferença de um voto na câmara dos deputados, no verão de 1941, menos de quatro meses antes da guerra.

Logo após as eleições, Roosevelt agiu para eliminar a cláusula da Quarta Lei de Neutralidade — de que o material bélico americano só podia ser adquirido em dinheiro. Numa “conversa ao pé do fogo”, usando um termo de Wilson, ele desafiou os Estados Unidos a serem o “arsenal da democracia”.⁴² O instrumento legal para isso foi o *Lend-Lease*, a lei de empréstimo e arrendamento, que deu ao presidente autoridade para emprestar, arrendar, vender ou permutar, sob quaisquer termos por ele considerados corretos, qualquer artigo de defesa “ao governo de qualquer país cuja defesa o presidente considere vital à defesa dos Estados Unidos”. O secretário de estado Hull, wilsoniano fervoroso e defensor da segurança coletiva, um tanto atipicamente, justificou o *Lend-Lease* baseado em fundamentos estratégicos. Sem a maciça ajuda americana, argumentou, a Inglaterra cairia, e o controle do Atlântico passaria a mãos hostis, pondo em risco a segurança do hemisfério ocidental.⁴³

Ora, se fosse assim, os Estados Unidos só poderiam evitar a participação na guerra, se a Inglaterra, sozinha, fosse capaz de vencer Hitler, o que nem Churchill acreditava possível. O senador Taft ressaltou este ponto em sua oposição ao *Lend-Lease*. Os isolacionistas organizaram-se no chamado Comitê Primeiro a América, liderado pelo general Robert E. Wood, da Sears, Roebuck, e apoiado por líderes notáveis em várias áreas, entre esses, Kathleen Norris, Irvin S. Cobb, Charles A. Lindbergh, Henry Ford, o

general Hugh S. Johnson, Chester Bowles e a filha de Theodore Roosevelt, senhora Nicholas Longworth.

O fervor da oposição isolacionista ao *Lend-Lease* foi resumido pelo senador Arthur Vandenberg, um dos seus porta-vozes mais ponderados, em 11 de março de 1941: “Jogamos fora o Discurso da Despedida, de Washington. Estamos até o pescoço na política de poder e nas guerras de poder da Europa, Ásia e África. Demos o primeiro passo e agora não poderemos retroceder”.⁴⁴ A análise de Vandenberg estava certa, mas o mundo impusera a necessidade; e foi mérito de Roosevelt reconhecê-la.

Depois do *Lend-Lease*, Roosevelt decidiu agir, mais claramente a cada mês, pela derrota dos nazistas. Mesmo antes de aprovada a lei, os chefes dos estados-maiores inglês e americano, prevendo sua aprovação, encontraram-se para organizar os recursos que em pouco tempo estariam disponíveis. E também para planejar o momento em que os Estados Unidos seriam um participante ativo na guerra. Para eles, só faltava a data da entrada na guerra. Roosevelt não apôs suas iniciais no chamado Plano American-British-Canadian (ABC-I), pelo qual, em caso de guerra, a prioridade máxima seria a luta contra a Alemanha. Mas ficou claro que isso se deveu a problemas internos e restrições constitucionais, não a qualquer ambiguidade de seus propósitos.

As atrocidades nazistas jogaram por terra a distinção entre lutar pelos valores americanos e lutar pela segurança americana. Hitler foi tão além de qualquer norma aceitável de moralidade, que a batalha contra ele foi a do bem contra o mal, uma luta pela sobrevivência pura e simples. Em janeiro de 1941, Roosevelt resumiu os objetivos americanos no que denominou as Quatro Liberdades: liberdade de expressão, liberdade de culto, libertação das privações e libertação do medo. Iam muito além daqueles de qualquer guerra europeia anterior. Nem Wilson incluía um elemento social, como a libertação das privações, como objetivo de guerra.

Em abril de 1941, Roosevelt deu outro passo em direção à guerra, autorizando um acordo com o representante dinamarquês

em Washington (cujo posto era de ministro), para permitir que forças americanas ocupassem a Groenlândia. Com a Dinamarca sob ocupação alemã e sem nenhum governo dinamarquês no exílio, o diplomata sem país “autorizou” bases americanas em solo dinamarquês. Ao mesmo tempo, Roosevelt informou Churchill, reservadamente, que navios americanos patrulhariam o Atlântico Norte a oeste da Islândia — aproximadamente dois terços de todo o oceano — e “divulgariam a posição de possíveis navios ou aviões agressores localizados na área de patrulha americana”.⁴⁵ Três meses depois, a convite do governo local, tropas americanas desembarcaram na Islândia, outra possessão dinamarquesa, para substituir forças inglesas. Então, sem aprovação do congresso, Roosevelt declarou toda a área entre essas possessões dinamarquesas e a América do Norte parte do sistema de defesa do hemisfério ocidental.

Num longo discurso pelo rádio, em 27 de maio de 1941, Roosevelt anunciou um estado de emergência e reafirmou o compromisso americano com o progresso social e econômico:

Não aceitaremos um mundo de Hitler. E não aceitaremos outro mundo como o do pós-guerra dos anos 1920, no qual as sementes do hitlerismo possam ser novamente plantadas e deixadas germinar.

Só aceitaremos um mundo consagrado à liberdade de palavra e de expressão — à liberdade de se reverenciar a Deus à maneira de cada um — à liberdade das privações — à liberdade do medo.⁴⁶

A expressão “não aceitaremos” só podia significar que Roosevelt estava, de fato, comprometendo os Estados Unidos com a guerra em nome das Quatro Liberdades, se não fossem alcançadas de outra maneira.

Poucos presidentes americanos foram tão sensíveis e perspicazes como Franklin Delano Roosevelt em sua percepção da psicologia do povo. Roosevelt viu que somente uma ameaça à sua segurança o motivaria a apoiar o preparo militar. Mas para levá-lo à guerra sabia ser necessário apelar-lhe ao idealismo, de maneira muito semelhante à de Wilson. Do ponto de vista de Roosevelt, a

segurança dos Estados Unidos podia muito bem ser atendida pelo controle do Atlântico, mas objetivos de guerra exigiam alguma visão de nova ordem mundial. Desse modo, “equilíbrio de poder” é um termo que não se lê nos pronunciamentos de Roosevelt, exceto depreciativamente. O que buscava era uma comunidade mundial compatível com os ideais democráticos e sociais americanos como melhor garantia da paz.

Nesse clima, o presidente dos Estados Unidos, tecnicamente neutro, e a quintessência do líder da Inglaterra do período da guerra, Winston Churchill, encontraram-se em agosto de 1941, em um cruzador, ao largo da Terra Nova. A posição da Inglaterra melhorara um pouco, quando Hitler invadiu a União Soviética em junho, mas a Inglaterra estava longe de uma vitória garantida. Não obstante, a declaração conjunta que os dois líderes apresentaram não foi uma declaração tradicional de objetivos de guerra, mas o projeto de um mundo totalmente novo com o *imprimatur* americano. A Carta do Atlântico proclamou um conjunto de “princípios comuns” sobre os quais o presidente e o primeiro-ministro baseavam “suas esperanças de um futuro melhor para o mundo”.⁴⁷ Esses princípios ampliaram as Quatro Liberdades originais de Roosevelt, incorporando o mesmo nível de acesso às matérias-primas e à cooperação para a melhoria das condições sociais no mundo todo.

A Carta do Atlântico pôs o problema da segurança do pós-guerra inteiramente em termos wilsonianos, e não continha nenhum elemento geopolítico. “Após a destruição final da tirania nazista”, as nações livres renunciariam ao uso da força e imporiam o desarmamento permanente às nações “que ameaçam[...] de agressão”. Isso conduziria a “todas as medidas praticáveis que aliviarão os povos amantes da paz do peso esmagador dos armamentos”.⁴⁸ Duas categorias e nações eram visualizadas: nações agressoras (especificamente a Alemanha, o Japão e a Itália), a serem permanentemente desarmadas e os “países amantes da paz”, que poderiam manter forças militares, embora, esperava-se, em níveis muito reduzidos. A autodeterminação nacional seria a pedra angular dessa nova ordem mundial.

A diferença entre a Carta do Atlântico e o Plano Pitt, pelo qual a Inglaterra propusera terminar as Guerras Napoleônicas, demonstrou a que ponto a Inglaterra se tornara o sócio minoritário na relação anglo-americana. Nem uma vez sequer é mencionado na Carta do Atlântico um novo equilíbrio de poder, ao passo que o Plano Pitt não tratava de outra coisa. Não significa que a Inglaterra desatentasse ao equilíbrio de poder, para depois da guerra mais desesperada de sua longa história; Churchill percebera mesmo que a entrada dos Estados Unidos na guerra alteraria, por si mesma, o equilíbrio de poder a favor da Inglaterra. De momento, ele tinha de submeter os objetivos ingleses de longo prazo às necessidades imediatas — algo que a Inglaterra jamais teve de fazer durante as Guerras Napoleônicas.

Quando a Carta do Atlântico foi anunciada, os exércitos alemães aproximavam-se de Moscou e forças japonesas preparavam-se para entrar no sudeste da Ásia. Churchill queria, acima de tudo, remover os obstáculos à participação dos Estados Unidos na guerra, pois compreendeu muito bem que a Inglaterra sozinha não seria capaz de alcançar uma vitória decisiva, mesmo com a participação soviética na guerra e o apoio material americano. Além disso, a União Soviética poderia entrar em colapso, e algum acordo entre Hitler e Stalin era sempre uma possibilidade, ameaçando a Inglaterra com novo isolamento. Churchill não via por que discutir uma estrutura do pós-guerra, sem nem saber se ela existiria.

Em setembro de 1941, os Estados Unidos atravessaram a linha da beligerância. A ordem de Roosevelt de que a posição dos submarinos alemães fosse informada à marinha inglesa tornaria inevitável algum conflito, mais cedo ou mais tarde. A 4 de setembro de 1941, o destróier americano Greer foi torpedeado quando transmitia aos aviões ingleses a localização de um submarino alemão. Em 11 de setembro, sem descrever as circunstâncias, Roosevelt denunciou a “pirataria” alemã. Comparando os submarinos alemães a uma cascavel pronta para o bote, deu ordem à marinha americana que afundasse “à vista” quaisquer submarinos alemães ou italianos, descobertos na área de defesa americana antes

definida, que ia até a Islândia. Na realidade, os Estados Unidos estavam em guerra no mar com as potências do Eixo.⁴⁹

Simultaneamente, Roosevelt voltou-se para o desafio do Japão. Respondendo à ocupação japonesa da Indochina em julho de 1941, ele derogou o tratado comercial dos Estados Unidos com o Japão, proibiu a venda americana de sucata de ferro e incentivou o governo holandês no exílio a cortar a exportação para o Japão do petróleo das Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia). Essas pressões levaram a negociações com o Japão, começadas em outubro de 1941. Roosevelt instruiu os negociadores americanos a exigirem que o Japão renunciasse a todas as suas conquistas, inclusive à Manchúria, invocando a recusa anterior americana em “reconhecer” esses atos.

Roosevelt devia saber que não existia a menor possibilidade de o Japão aceitar. Em 7 de dezembro de 1941, repetindo o padrão da Guerra Russo-Japonesa, o Japão atacou de surpresa em Pearl Harbour e destruiu boa parte da esquadra americana do Pacífico. Em 11 de dezembro, Hitler cumpriu seu tratado com Tóquio e declarou guerra aos Estados Unidos. Jamais foi bem explicado por que Hitler liberou Roosevelt, dessa maneira, para exercer o esforço americano exatamente sobre o país que sempre considerara como o inimigo principal.

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi o auge do extraordinário cometimento diplomático de um grande e ousado líder. Em menos de três anos, Roosevelt levou seu povo firmemente isolacionista a uma guerra global. Em maio de 1940, 64% dos americanos consideravam a preservação da paz mais importante que a derrota dos nazistas. Dezoito meses depois, em dezembro de 1941, pouco antes do ataque a Pearl Harbor, as proporções inverteram-se — somente 32% preferiam a paz ao triunfo.⁵⁰

Roosevelt alcançara sua meta paciente e inexoravelmente, ensinando as pessoas, um passo a cada vez, as necessidades que tinham diante de si. Suas plateias filtravam suas palavras através dos seus próprios preconceitos e nem sempre compreendiam que o

destino final era a guerra, embora não pudessem ignorar que fosse a confrontação. Roosevelt, na realidade, mais queria derrotar os nazistas que ir à guerra; porém com o tempo os nazistas só podiam ser derrotados se os Estados Unidos entrassem na guerra.

Que a entrada em guerra parecesse tão repentina ao povo americano se deveu a três fatores: os americanos não tinham experiência de guerra por questões de segurança fora do hemisfério ocidental; muitos acreditavam que as democracias europeias venceriam sozinhas, enquanto poucos compreendiam a natureza da diplomacia que precedera o ataque do Japão a Pearl Harbor ou a irrefletida declaração de guerra de Hitler aos Estados Unidos. Mostra a extensão do arraigado isolacionismo, que os Estados Unidos tivessem que ser bombardeados em Pearl Harbor para entrar em guerra no Pacífico; e que, na Europa, seria Hitler, afinal, que declararia guerra aos Estados Unidos, e não o contrário.

Ao iniciar as hostilidades, as potências do Eixo solucionaram o prolongado dilema de Roosevelt de como levar o povo americano à guerra. Se o Japão dirigisse seu ataque ao sudeste da Ásia e Hitler não declarasse guerra aos Estados Unidos, a tarefa de Roosevelt de tocar seu povo dentro de suas perspectivas seria muito mais complicada. À luz das proclamadas convicções morais e estratégicas de Roosevelt, há poucas dúvidas de que, no final, ele conseguiria, de alguma forma, recrutar os Estados Unidos para a luta que considerava decisiva para o futuro da liberdade e para a segurança americana.

Gerações subsequentes de americanos têm valorizado mais em seu chefe do governo a total sinceridade. Contudo, como Lincoln, Roosevelt percebeu que a sobrevivência do país e de seus valores estava em jogo e que a história o responsabilizaria pelos resultados das suas iniciativas solitárias. E, como ocorreu com Lincoln, mede bem a dívida dos povos livres para com Franklin Delano Roosevelt que a sabedoria da sua travessia solitária, hoje em dia, seja considerada apenas coisa natural.

Três modelos da paz

Roosevelt, Stalin e Churchill na Segunda Guerra Mundial



Atacando a União Soviética, Hitler deu início à mais espetacular guerra terrestre da história. O horror foi sem precedentes, mesmo em comparação com a barbárie dos embates europeus anteriores. Uma luta genocida. Quando os exércitos alemães forçavam o caminho, Rússia a dentro, Hitler declarou guerra aos Estados Unidos, transformando uma batalha europeia em guerra mundial. O exército alemão devastou a Rússia, mas não chegou a dar o golpe decisivo. No inverno de 1941-42, foi contido nos subúrbios de Moscou. E no inverno de 1942-43, a ofensiva alemã, dessa vez no sul da Rússia, foi vencida. Na batalha feroz sobre os gelos de Stalingrado, Hitler perdeu todo o seu VI Exército. A espinha dorsal do esforço de guerra alemão estava esmagada. Os líderes aliados — Churchill, Roosevelt e Stalin — agora podiam pensar na vitória e na forma do mundo futuro.

Cada vencedor atuou nos termos da experiência histórica de sua nação. Churchill desejava reconstruir o tradicional equilíbrio de poder na Europa. Isso queria dizer a reconstrução da Inglaterra, da França e mesmo da Alemanha derrotada para, juntamente com os Estados Unidos, contrabalançarem o colosso soviético do leste. Roosevelt visualizou uma ordem de pós-guerra em que os três vencedores, mais a China, seriam o conselho de administração do mundo,

mantendo a paz contra qualquer vilão em potencial, que ele acreditava ser a Alemanha — visão que se chamou “dos Quatro Guardas”. A abordagem de Stalin refletiu sua ideologia comunista, mas também a velha política externa russa. Quis tirar proveito da vitória de seu país, ampliando a influência russa na Europa Central. Sua intenção era fazer, dos países conquistados pelos exércitos soviéticos, zonas de proteção da Rússia contra uma futura agressão alemã.

Roosevelt enxergara mais que o povo quando viu que a vitória de Hitler arriscaria a segurança americana; porém, estava com seu povo na rejeição do tradicional mundo da diplomacia europeia. Ao insistir que uma vitória nazista ameaçava os Estados Unidos, não pretendia mobilizar os americanos pela restauração do equilíbrio de poder europeu. Para Roosevelt, o objetivo da guerra era remover Hitler, visto como um atentado à ordem internacional de cooperação e harmonia, não de equilíbrio.

Roosevelt irritava-se, portanto, com truísmos que se arrogavam em lições da história. Rejeitou a ideia de a derrota total da Alemanha criar um vácuo que a União Soviética vitoriosa poderia tentar preencher. Recusou salvaguardas contra possíveis rivalidades do pós-guerra entre os vencedores por ser esse exatamente o equilíbrio de poder que ele desejava destruir. A paz seria mantida por um sistema de segurança coletiva dos aliados do período da guerra, em concerto, sustentado pela vigilância e a boa-fé mútuas.

Não havendo equilíbrio a obter, mas um estado de paz universal, Roosevelt concluiu que, derrotada a Alemanha nazista, os Estados Unidos deviam trazer suas forças militares de volta para casa. Roosevelt não tinha a menor intenção de deixar guarnições americanas na Europa, menos ainda para contrabalançar os soviéticos, coisa que, em sua opinião, o público americano jamais apoiaria. Em 29 de fevereiro de 1944, antes que tropas americanas pisassem solo francês, ele escreveu a Churchill:

Por favor, não me peça para manter forças americanas na França. Simplesmente não posso! Terei de trazer todas para casa. Como já lhe

disse, condeno e protesto contra esse paternalismo sobre a Bélgica, a França e a Itália. Os senhores devem criar e disciplinar vossos próprios filhos. Como talvez venham a ser os vossos baluartes no futuro, convém pelo menos pagar-lhes o colégio agora!¹

Em outras palavras, a Inglaterra teria de defender a Europa sem ajuda americana.

No mesmo espírito, Roosevelt rejeitou qualquer responsabilidade americana pela reconstrução econômica da Europa:

Não desejo que os Estados Unidos tomem para si, no pós-guerra, a reconstituição da França, da Itália e dos Bálcãs. Não é tarefa natural nossa, a 6 mil quilômetros, ou mais, de distância. É, sim, tarefa inglesa, na qual os ingleses estão muito mais vitalmente interessados do que nós.²

Roosevelt superestimou a Inglaterra do pós-guerra ao atribuir-lhe a defesa e a reconstrução da Europa. A posição inglesa nesse esquema era quase impossível em virtude do profundo desdém de Roosevelt pela França. Em fevereiro de 1945, em Yalta, a mais importante conferência dos vencedores, Roosevelt censurou Churchill, na presença de Stalin, por tentar classificar “artificialmente” a França como potência. Como se o absurdo dessa tentativa dispensasse pormenores, ridicularizou a motivação de Churchill, que para ele era só a intenção de ter uma linha de defesa na fronteira oriental da França, atrás da qual a Inglaterra fosse capaz de reunir o seu exército.³ Naquela época, era o único meio concebível de se opor ao expansionismo soviético.

Sem admitir um papel americano permanente, Roosevelt queria seus aliados vitoriosos controlando o desarmamento e a partição da Alemanha, e sujeitando vários outros países a esse controle (é incrível, Roosevelt tinha a França na categoria de país a ser controlado). Na primavera de 1942, por ocasião da visita do ministro do exterior soviético Molotov a Washington, Roosevelt esboçou sua ideia dos “quatro guardiões” para manter a ordem no mundo do pós-guerra. Harry Hopkins descreveu a ideia do presidente em carta a Churchill: “Roosevelt mencionou a Molotov um sistema em que só

as grandes potências terão armas — Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e, talvez, a China. Estes 'guardiões', em conjunto, preservariam a paz".⁴

E, por fim, Roosevelt estava decidido a acabar com os impérios coloniais inglês e francês: "Quando tivermos vencido a guerra, usarei de toda a minha força para que os Estados Unidos não tenham de aceitar qualquer plano que estimule ambições imperialistas na França, ou de se acumpliciar ao Império Britânico em *suas* ambições imperiais".⁵

A política de Roosevelt era uma mistura avançada de excepcionalismo tradicional americano, de idealismo wilsoniano e da visão sagaz da alma americana do próprio Roosevelt, sempre mais ligada a causas universais do que a cálculos de recompensa e punição. Churchill fora muito bem-sucedido em alimentar a ilusão de grande potência da Inglaterra, capaz de resistir sozinha ao expansionismo soviético. Só essa convicção explica o que motivou Roosevelt a defender uma ordem mundial baseada na volta das tropas americanas do além-mar, na Alemanha desarmada, na França reduzida a *status* secundário e numa União Soviética com um enorme vácuo diante de si. O pós-guerra transformou-se, então, num exercício de mostrar aos Estados Unidos o quanto eram essenciais ao novo equilíbrio de poder.

O esquema rooseveltiano dos Quatro Guardiões, para refazer e garantir a paz global foi um meio-termo entre a abordagem tradicional de Churchill, do equilíbrio de poder, e o wilsonismo desregrado dos auxiliares de Roosevelt, cujo melhor exemplo era o secretário de estado, Cordell Hull. Roosevelt estava decidido a evitar os erros da Liga das Nações e o sistema estabelecido após a Primeira Guerra Mundial. Queria alguma forma de segurança coletiva, mas sabia, por experiência da década de 1920, que segurança coletiva exigia compulsão, e compelir seria o papel dos Quatro Guardiões.

O conceito rooseveltiano dos Quatro Guardiões era, afinal, semelhante à Santa Aliança de Metternich, ainda que os liberais

americanos se horrorizassem com a ideia. Os dois sistemas tentavam preservar a paz por meio de uma coalizão de vencedores com valores comuns. O sistema de Metternich funcionou por criar um correto equilíbrio de poder em que os países principais tinham, de fato, valores comuns e a Rússia, embora às vezes desgarrada, cooperava de alguma forma. O conceito de Roosevelt não daria certo porque da guerra não resultou um equilíbrio de poder, devido ao abismo ideológico que havia entre os vencedores, e porque Stalin, uma vez livre da ameaça da Alemanha, não se inibiu de buscar os interesses ideológicos e políticos soviéticos mesmo ao custo da confrontação com seus antigos aliados.

Roosevelt não previu o que fazer no caso de um dos “guardiões” recusar o papel — especialmente se o guardião fosse a União Soviética. Nesse caso, o mal falado equilíbrio de poder teria de ser, afinal, refeito. E quanto mais os velhos elementos do equilíbrio fossem eliminados, maior seria a tarefa de recriá-lo.

Se procurasse pelo mundo todo, Roosevelt não teria achado interlocutor mais diferente dele do que Stalin. Enquanto Roosevelt entronizava o conceito wilsoniano de harmonia internacional, as ideias de Stalin sobre política externa eram estritamente as da *Realpolitik* do Velho Mundo. Quando, na Conferência de Potsdam, um general americano tentou elogiar Stalin dizendo quão gratificante fora ver exércitos russos em Berlim, Stalin respondeu mordaz: “O czar Alexandre I chegou a Paris”.

Stalin definia as exigências da paz como os estadistas russos o fizeram por séculos — a faixa de proteção mais larga possível ao redor da longa periferia da União Soviética. Ele gostou da ênfase de Roosevelt na rendição incondicional, pois esta eliminaria as Potências do Eixo como fatores de um acordo de paz, e não deixaria aparecer o equivalente alemão de Talleyrand numa conferência de paz.

A ideologia reforçava a tradição. Comunista, Stalin não via distinção entre nações democráticas e fascistas, embora sem dúvida alguma considerasse as democracias menos perversas, talvez menos difíceis. Stalin não possuía uma estrutura conceitual que lhe

possibilitasse abrir mão de territórios em nome da boa vontade, ou da realidade “objetiva”, como se dizia. Logo, era inevitável que propusesse, aos seus aliados democráticos, o mesmo que solicitara de Hitler um ano antes. A cooperação com Hitler não o tornara mais simpático ao nazismo, assim como a aliança subsequente com as democracias não o levou a apreciar as virtudes de instituições livres. Pela diplomacia, ele tomava de cada sócio temporário o que fosse possível, e pela força, o que não lhe dessem espontaneamente — desde que fosse sem o risco de uma guerra. Sua estrela guia continuou sendo o interesse nacional soviético, refratado no prisma da ideologia comunista. Parafraseando Palmerston, ele não tinha amigos, só interesses.

Stalin esteve pronto a negociar metas de pós-guerra, enquanto sua posição militar foi difícil. Com a faca literalmente no pescoço, tentou fazê-lo em dezembro de 1941, quando o ministro do exterior Anthony Eden visitou Moscou, e, de novo, em maio de 1942, quando enviou Molotov a Londres e Washington. Mas não deu certo, pois Roosevelt opunha-se firmemente a qualquer discussão detalhada de metas de paz. Após a batalha de Stalingrado, Stalin viu cada vez mais claro que, no fim da guerra, a União Soviética estaria de posse da maioria dos territórios em provável disputa. Tendo cada vez menos a ganhar com negociações, Stalin confiou a estrutura do mundo do pós-guerra ao alcance de seus exércitos.

Churchill teria negociado com Stalin a ordem europeia do pós-guerra, antes de Stalin ter a posição de levantar os prêmios. Afinal, aliados expansionistas como Stalin já haviam surgido, e sumido, mais de uma vez, na história inglesa. Se a Inglaterra fosse mais poderosa, Churchill certamente teria tentado extrair acordos práticos de Stalin enquanto este ainda precisava de ajuda — como Castlereagh conseguira comprometer seus aliados com a liberdade dos Países Baixos, muito antes do fim das Guerras Napoleônicas.

Churchill estava na guerra havia mais tempo que qualquer dos parceiros. Por quase um ano após a queda da França, em junho de 1940, a Inglaterra enfrentara Hitler sozinha, sem poder sequer pensar em metas de pós-guerra. A mera sobrevivência absorvia toda

a energia, e o desfecho da guerra era incerto. Mesmo com uma grande ajuda material americana, a Inglaterra não tinha esperanças de vencer. Se os Estados Unidos e a União Soviética não tivessem entrado na guerra quando o fizeram, a Inglaterra poderia ter sido levada ao acordo ou à derrota.

O ataque de Hitler à União Soviética em 22 de junho de 1941, o ataque do Japão a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 e a bizarra declaração de guerra de Hitler aos Estados Unidos poucos dias depois deram à Inglaterra um lugar no lado vencedor, longa e árdua como fosse a guerra. Só desse momento em diante, Churchill pôde lidar de maneira realista com metas de guerra. Precisou fazê-lo num contexto sem precedentes para a Inglaterra. À medida que a guerra prosseguia ficava cada vez mais claro que o objetivo tradicional da Inglaterra, de manter o equilíbrio de poder na Europa, tornava-se inviável e que, imposta a rendição incondicional à Alemanha, a União Soviética terminaria como a nação dominante do continente, mormente se os Estados Unidos retirassem suas forças.

A diplomacia de Churchill no período da guerra consistiu, portanto, de manobrar entre dois mastodontes — ambos a ameaçar a posição da Inglaterra, embora de direções opostas. A defesa de Roosevelt da autodeterminação mundial punha em perigo o Império Britânico; o propósito de Stalin projetar a União Soviética para o centro da Europa ameaçava a segurança inglesa.

Apanhado entre o idealismo wilsoniano e o expansionismo russo, Churchill fez o que pôde, em posição de relativa fraqueza, para seguir a antiga política do seu país — para o mundo não ficar nas mãos dos mais fortes e cruéis, a paz devia descansar em algum tipo de equilíbrio. Viu também que, no fim da guerra, a Inglaterra não mais podia defender seus interesses sozinha, muito menos policiar o equilíbrio de poder. Por mais seguro de si que se mostrasse, Churchill sabia — melhor que seus amigos americanos, que ainda achavam a Inglaterra capaz de manter o equilíbrio europeu sozinha — que o papel de sua nação na guerra, de potência global independente, seria o último. Para Churchill, portanto, nenhum aspecto da diplomacia aliada era mais importante do que

criar laços de amizade com os Estados Unidos, tão sólidos que não deixassem a Inglaterra enfrentar o mundo do pós-guerra sem o apoio de outra nação. Eis por que, no final das contas, ele sempre cedia às vontades americanas — embora conseguisse, muitas vezes, convencer o sócio americano de que os interesses estratégicos de Washington coincidiam com os de Londres.

Foi uma tarefa ingrata, pois Roosevelt e seus auxiliares desconfiavam demais dos motivos ingleses, de que Churchill queria, acima de tudo, promover os interesses nacionais e imperiais britânicos, preferindo o equilíbrio de poder à visão deles da ordem mundial.

Outras sociedades teriam tratado a busca inglesa de seus interesses como algo natural. Mas, para os americanos, era uma falha inerente ao caráter inglês. Em um jantar privado, pouco depois de Pearl Harbor, Roosevelt pôs a questão da seguinte maneira:

Nossa ideia popular desse papel talvez não seja muito objetiva. Talvez não seja 100% certa, do ponto de vista inglês, mas ela existe; e tenho tentado dizer-lhe (a Churchill) que ele a deve considerar. É da tradição americana essa desconfiança, essa antipatia, até mesmo esse ódio da Inglaterra.⁶

Como Roosevelt não discutia objetivos de guerra antes de Stalingrado e como Stalin preferiu, depois de Stalingrado, deixar que as linhas de frente marcassem o resultado político, a maioria das ideias acerca da ordem do pós-guerra partiu de Churchill. A reação americana foi descrita com precisão pelo secretário de estado Hull, em novembro de 1943, em termos altamente depreciativos das tradicionais verdades britânicas: “[...] não haverá mais necessidade de esferas de influência, de alianças, de equilíbrio de poder, desses arranjos especiais com que, no passado infeliz, as nações buscaram sua segurança ou promoveram seus interesses”.⁷

Na guerra, Roosevelt esteve, como pessoa, mais próximo a Churchill do que quase a qualquer americano. Mas em questões específicas, era também mais áspero com o primeiro-ministro do que

com Stalin. Em Churchill, achou o bom camarada em armas; em Stalin, via o sócio para depois da guerra, na tarefa da paz.

A ambivalência americana com a Inglaterra aparece em três pontos: na tradição anticolonial dos Estados Unidos, na estratégia da guerra e na estrutura da Europa do pós-guerra. Certamente a Rússia era, também, um imenso império, mas suas colônias eram contíguas ao seu território e o imperialismo russo jamais atingira a consciência americana como o colonialismo inglês. Churchill podia queixar-se de que comparar as Treze Colônias com possessões britânicas no século XX, como fazia Roosevelt, demonstrava “a dificuldade de comparar situações de vários séculos e cenários, onde quase todos os fatos materiais são totalmente diferentes [...]”.⁸ Roosevelt, no entanto, queria sofisticar menos analogias históricas do que fixar princípios americanos fundamentais. No seu primeiro encontro com Churchill, no qual os dois compuseram a Carta do Atlântico, Roosevelt insistiu que a Carta se aplicasse não só à Europa, mas a toda parte, inclusive as áreas coloniais: “Tenho a firme convicção de que a paz estável deve incluir o desenvolvimento dos países atrasados [...] Não posso crer que façamos uma guerra contra a escravidão fascista e não nos empenhemos em libertar os povos do mundo de uma política colonial atrasada”.⁹

O gabinete de guerra inglês rejeitou de pronto: “[...] a Carta do Atlântico [...] referia-se às nações da Europa que esperávamos libertar da tirania nazista, não pretendendo lidar com questões internas do Império Britânico, nem com as relações entre os Estados Unidos e, por exemplo, as Filipinas”.¹⁰

A intenção da referência às Filipinas era conter o que Londres considerava demasiada exuberância americana, mostrando aos americanos o que teriam a perder se insistissem no argumento. Mas errou o alvo, pois os Estados Unidos, na realidade, praticavam o que pregavam, tendo decidido dar independência à sua única colônia tão logo finda a guerra.

O debate anglo-americano do colonialismo não se encerrara. No discurso do Memorial Day, em 1942, o subsecretário de estado,

Sumner Welles, amigo e confidente de Roosevelt, reiterou a oposição histórica dos Estados Unidos ao colonialismo: “Se esta guerra é, de fato, pela libertação dos povos deve garantir a igualdade soberana dos povos em todo o mundo, como no mundo das Américas. Nossa vitória deve trazer na bagagem a libertação de todos os povos [...] A era do imperialismo encerrou-se”.¹¹

Roosevelt enviou uma nota ao secretário de estado Hull, informando-o de que a declaração de Welles era oficial — tipo de gesto que não exatamente fortalece os laços de amizade entre um secretário de estado e seu substituto, pois implica dizer que o substituto tem relações mais íntimas com o presidente. Hull, mais tarde, conseguiu que Welles fosse demitido.

Os olhos de Roosevelt sobre o colonialismo viam longe.¹² Queria que os Estados Unidos liderassem a libertação das colônias, temendo que a autodeterminação virasse luta racial — como Roosevelt confidenciou ao seu assessor Charles Taussig:

O presidente disse estar preocupado com as pessoas de cor do Oriente. Afirmou que existem um bilhão e cem milhões de não brancos. Em muitos países orientais, são governados por alguns brancos e não gostam. Nossa meta deve ser ajudá-los na independência — um bilhão e cem milhões de inimigos em potencial é uma situação perigosa.¹³

O debate do colonialismo não teve efeito prático até o fim da guerra, quando Roosevelt não mais vivia. Mas o desacordo estratégico teve efeito imediato, refletindo conceitos nacionais de guerra e paz imensamente divergentes. Os americanos inclinavam-se a crer que a vitória militar era um fim em si mesma, já os governantes ingleses tentavam ligar operações militares a um plano diplomático preciso para o mundo do pós-guerra.

As experiências militares americanas mais importantes ocorreram durante sua Guerra de Secessão e a Primeira Guerra Mundial, ambas com vitória total. No pensamento americano, política externa e estratégia eram compartimentos sucessivos da política nacional. No universo americano ideal, os diplomatas ficavam de fora da estratégia e os militares terminavam sua parte quando a

diplomacia começava — prática pela qual os Estados Unidos pagariam caro, nas guerras da Coreia e do Vietnã.

Já para Churchill, estratégia militar e política externa eram estreitamente ligadas. Como os recursos ingleses eram muito mais limitados do que os americanos, seus estrategistas sempre viveram a contingência de olhar tanto os meios quanto os fins. Depois de quase exangues na Primeira Guerra Mundial, os ingleses estavam determinados a evitar outra carnificina. Preferiam uma estratégia que minimizasse as baixas.

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, Churchill logo propôs um ataque ao que chamava de baixo-ventre macio do Eixo, no sul da Europa. Na fase final da guerra, insistentemente, e em vão, instou Eisenhower a tomar Berlim, Praga e Viena, antes dos exércitos soviéticos. Para Churchill, a atração desses objetivos não vinha da permeabilidade dos Bálcãs (na realidade, um terreno extremamente difícil), nem do valor militar das capitais da Europa Central, mas sim do efeito de limitar a influência soviética após a guerra.

Os comandantes americanos reagiram às recomendações de Churchill com impa ciência, beirando o insulto. Vendo na estratégia do baixo-ventre macio outro exemplo da tendência inglesa de meter os Estados Unidos nos empreendimentos de seu interesse, foram contra, argumentando que não iriam arriscar vidas em objetivos secundários. Desde o início do planejamento conjunto, os comandantes americanos quiseram abrir uma segunda frente na França. Indiferentes ao local das linhas de frente, desde que a guerra terminasse com a vitória total, achavam que só assim o grosso do exército alemão seria chamado à luta. Em março de 1942, o general George Marshall, chefe do estado-maior do exército americano, enfurecido com a resistência inglesa ao seu plano de uma segunda frente, ameaçou reverter a decisão do Plano American-British-Canadian (ABC-1), de um ano antes, que dera prioridade ao teatro europeu e de rocar para o Pacífico o esforço principal americano.

Roosevelt mostrou-se, então, um líder tão forte na guerra quanto o fora em levar o país a ela. Passando por cima de Marshall, Roosevelt lembrou aos generais queixosos que a decisão inicial, de prioridade à derrota da Alemanha, fora tomada por interesse comum, não como favor à Inglaterra:

É de suma importância que apreciemos que derrotar o Japão não derrota a Alemanha, e que a concentração americana contra o Japão, este ano ou em 1943, aumenta as chances da completa dominação alemã da Europa e da África [...] A derrota da Alemanha é a derrota do Japão, provavelmente sem o disparo de um tiro ou a perda de uma vida.¹⁴

Roosevelt concordou com grande parte da estratégia de Churchill, mas não aceitou o desembarque nos Bálcãs. Apoiou o desembarque no norte da África, em novembro de 1942, e, após a conquista de todo litoral sul do Mediterrâneo, o desembarque na Itália, na primavera de 1943, que tirou a Itália da guerra. A segunda frente na Normandia não aconteceu até junho de 1944, com a Alemanha já tão enfraquecida que as baixas aliadas foram reduzidas, e uma vitória decisiva já era visível.

Stalin era um defensor tão fervoroso da “segunda frente” quanto os militares americanos, mas por motivos geopolíticos, não militares. Em 1941, ele estava, sem dúvida, ansioso por remover forças alemãs da frente russa. Na realidade, tão desesperado por ajuda militar, que convidou a Inglaterra a enviar uma força expedicionária ao Cáucaso.¹⁵ Em 1942, durante o avanço alemão no sul da Rússia, ele continuou pressionando por uma segunda frente, embora não mencionasse mais a força expedicionária aliada.

A súplica de Stalin por uma segunda frente continuou mesmo depois que a batalha de Stalingrado, no final de 1942, marcou a virada da maré contra a Alemanha. O que Stalin considerava atraente na segunda frente era, acima de tudo, sua distância da Europa Central e Oriental e dos Bálcãs, onde interesses soviéticos e ocidentais, provavelmente, colidiriam. Ela garantia, também, que os capitalistas não escapassem incólumes da guerra. Stalin, tipicamente, mesmo quando insistia em ter voz no planejamento

aliado no Ocidente, negava às democracias o menor acesso aos planos soviéticos ou dava-lhes pouco mais que o mínimo conhecimento das disposições militares soviéticas.

No final, os aliados atraíram para a Itália o número de divisões alemãs — cerca de 33 — que Stalin queria, ao exigir uma segunda frente na França (pediu entre 30 e 40).¹⁶ Mesmo assim, Stalin aumentou seus protestos contra a estratégia do sul. Do seu ponto de vista, a principal falha era sua proximidade geográfica dos países objetos das ambições soviéticas. Stalin pressionou por uma segunda frente, em 1942 e 1943, pela mesma razão por que Churchill tentou adiá-la: ela afastaria os aliados das áreas politicamente disputadas.

No debate sobre a origem da Guerra Fria foi dito, por alguns críticos eminentes, que não se abrir a segunda frente mais cedo provocara a intransigência de Stalin na Europa Oriental. Nesta linha de raciocínio, a demora em abrir uma segunda frente despertou a ira e o cinismo soviético mais do que qualquer outro fator.¹⁷ Desafia a credulidade, no entanto, que o velho bolchevique, recém-saído de um pacto com Hitler e de uma negociação para dividir o mundo com o chefe nazista, pudesse estar “desiludido” com a *Realpolitik* — se a política aliada era isso. É difícil imaginar o organizador dos julgamentos de expurgo e dos massacres de Katyn levado a agir cinicamente em consequência de uma decisão estratégica de relacionar objetivos militares a objetivos políticos. Ele jogou o gambito da segunda frente como jogou tudo mais — de maneira fria, calculada e realista.

Os chefes de estado-maior, de qualquer modo, refletiam a posição dos políticos americanos, de adiar discussões sobre o mundo do pós-guerra para depois da vitória. Esta foi a decisão fatídica, que deu forma ao mundo do após-guerra e tornou a Guerra Fria inevitável.

Como regra geral, os países que são pela estabilidade e o equilíbrio deveriam fazer o possível para alcançar seus termos de paz ainda em guerra. Com o inimigo no campo, sua força indiretamente favorece o lado mais pacífico. Se este princípio for

desprezado e as questões fundamentais não têm solução até a conferência de paz, a potência mais agressiva termina com o prêmio e só pode ser desalojada por uma grande confrontação.

Um acordo aliado sobre as metas do pós-guerra, ou pelo menos a discussão delas, era especialmente necessário durante a Segunda Guerra Mundial devido à linha de rendição incondicional anunciada por Roosevelt e Churchill, em Casablanca, em janeiro de 1943. Roosevelt a propôs por várias razões. Temia que discutir termos de paz com a Alemanha causasse divisões e desejava concentrar toda a energia dos aliados em vencer a guerra. Queria, também, tranquilizar Stalin, em plena batalha de Stalingrado, de que não haveria paz em separado. Mas, acima de tudo, Roosevelt queria evitar, mais tarde, outra era de reivindicações revisionistas alemãs dizendo que a Alemanha fora induzida a terminar a guerra com promessas não cumpridas.

Contudo, a recusa de Roosevelt em discutir durante a guerra a estrutura do mundo depois dela, jogou a vasta influência americana a favor de um resultado sem elementos cruciais como o equilíbrio de poder ou critérios para soluções políticas. Em todas as questões para as quais a premissa wilsoniana de uma harmonia fundamental era relevante, Roosevelt teve o papel principal na estruturação do mundo. Sob sua égide, uma série de conferências internacionais esboçara os projetos dos componentes cooperativos da ordem mundial do pós-guerra: para o que se tornou a Organização das Nações Unidas (ONU) — em Dumbarton Oaks, para as finanças mundiais — em Bretton Woods, para alimentação e agricultura — em Hot Springs, para amparo e reabilitação — em Washington, e para aviação civil — em Chicago.¹⁸ Mas ele foi inflexível na recusa de discutir objetivos de guerra e arriscar um desentendimento com os soviéticos nessa questão.

De início, Stalin tratou a recusa de Roosevelt a discutir o pós-guerra no nível geopolítico, como manobra destinada a explorar suas dificuldades militares. Para ele, a guerra era para criar, do vácuo deixado pela iminente desintegração do Eixo, um novo equilíbrio de poder melhorado. Tradicional demais para esperar que o Ocidente

deixasse os termos da paz ao resultado das operações militares, Stalin tentou envolver Robert Anthony Eden num acordo de pós-guerra, em dezembro de 1941, quando as tropas alemãs ainda avançavam para os subúrbios de Moscou. O início da conversa de Stalin, naquela ocasião, deixou claro que a Carta do Atlântico não era com ele. Declarações de princípios, comentou, eram como álgebra; ele preferia aritmética prática. Stalin não queria perder tempo em abstrações, preferia negociar concessões recíprocas, de preferência em forma de territórios.

O que Stalin tinha em mente era a *Realpolitik* pura, à moda antiga. A Alemanha devia ser desmembrada, e a Polônia movida para oeste. A União Soviética retornaria às fronteiras de 1941, quer dizer, à Linha Curzon com a Polônia, e reteria os estados bálticos — uma clara violação ao princípio da autodeterminação da Carta do Atlântico. Em troca, a União Soviética apoiaria qualquer exigência que a Inglaterra quisesse fazer: de bases na França, na Bélgica, na Holanda, na Noruega e na Dinamarca¹⁹ — todas aliadas dos ingleses. Stalin olhava a situação como um príncipe do século XVIII: ao vencedor o botim.

Por outro lado, Stalin ainda não fazia exigências sobre o futuro político dos países da Europa Oriental e indicou alguma flexibilidade quanto à fronteira com a Polônia. Mas a Inglaterra não poderia violar a Carta do Atlântico três meses após a sua proclamação. E os líderes americanos não se dignavam sequer a considerar o que lhes parecia o retorno aos acordos secretos, que haviam arruinado a diplomacia da Primeira Guerra Mundial. Mesmo assim, os termos oferecidos por Stalin, por brutais que fossem, eram melhores que aquilo que finalmente emergiu da guerra — e ainda poderiam ser melhorados por meio de negociações. Eden evitou um impasse ao prometer relatar a conversa com Stalin a Churchill e Roosevelt, e prosseguir o diálogo posteriormente.

A despeito de sua situação militar extrema — talvez devido a ela —, Stalin retomou o assunto na primavera de 1942. Churchill estava pronto a explorar o *quid pro quo* soviético ao reconhecimento das fronteiras de 1941, mas Roosevelt e seus conselheiros, no afã de

evitar qualquer semelhança com o equilíbrio de poder, rejeitaram uma discussão de questões do pós-guerra. Cordell Hull escreveu a Churchill em nome de Roosevelt:

[...] duvidosa linha de ação seria abandonarmos nossas amplas declarações de políticas, de princípios e de práticas. Se nos afastarmos delas, em uma ou duas situações importantes como o senhor está propondo, nenhum dos dois países partes de tal ato terá precedentes em que repousar, nem normas estáveis pelas quais se governar e insistir que se governem outros.²⁰

Stalin tentou, em seguida, forçar uma decisão, ao enviar Molotov a Londres, em maio de 1942. Nas discussões preparatórias dessa visita, em abril de 1942, o embaixador soviético, Ivan Maisky, trouxe à tona os termos de Stalin de quatro meses antes.²¹ A União Soviética exigia, agora, pactos de assistência mútua com a Romênia e a Finlândia para depois da guerra. Com os exércitos alemães ainda no fundo da União Soviética, isso foi outra expressão extraordinária das metas de longo prazo de Stalin — embora, diga-se, ainda estava muito aquém em termos de alcance e de substância, da órbita de satélites que surgiu no fim da guerra pela ausência de um acordo.

Churchill encontrou, em Washington uma oposição violenta a prosseguir com essas conversas. Hull classificou as conversas anglo-soviéticas de contrárias à Carta do Atlântico, de desafio à histórica oposição americana às trocas territoriais pela força e de volta à política de poder de um passado desabonado.²² Roosevelt saiu-se com os mesmos argumentos com Stalin, que respondeu com uma nota curta, acusando o recebimento da mensagem de Roosevelt, sem comentários, claro sinal de que não fora bem recebida. Em nota simultânea a Churchill, Stalin insistiu que ele ignorasse a “interferência americana”.²³

No início da guerra, Stalin queria muito um acordo nas fronteiras de 1941; e era por demais vivido para não esperar algum tipo de *quid pro quo*. Nada mais inútil que os “como teria sido” históricos; o preço que Stalin pagaria jamais será conhecido, pois

Roosevelt interrompeu o diálogo anglo-soviético, convidando Molotov a Washington.

Por ocasião da visita de Eden a Moscou, em dezembro de 1941, Stalin indicara flexibilidade na questão fronteiriça com a Polônia ao chamá-la “questão aberta”.²⁴ Com boa visão do passado histórico, podemos achar que Stalin talvez estivesse disposto a trocar as fronteiras de 1941 pela aceitação dos governos no exílio (que ainda não desafiara) dos países da Europa Oriental, com a possibilidade de os estados bálticos retomarem seu *status* independente de 1940, permitindo bases soviéticas em seu território. Isso poderia ter levado a uma solução no modelo finlandês — a Europa Oriental respeitando a segurança soviética, mas democrática e livre para seguir uma política externa não alinhada. Certamente, teria sido bem melhor do que pareceu para os povos da Europa Oriental e, no final, até para a União Soviética.

Tudo isso se esfumou, assim que Molotov chegou a Washington, no final de maio de 1942, e soube que os Estados Unidos não queriam da União Soviética um acordo político, mas o acordo sobre uma nova abordagem da ordem mundial. Roosevelt apresentou a Molotov a alternativa americana às ideias de Stalin (e de Churchill) sobre esferas de influência. De maneira muito simples, a fórmula era voltar ao conceito de Wilson de segurança coletiva, com as modificações introduzidas pela ideia dos Quatro Guardiões. O acordo, argumentou Roosevelt, daria à União Soviética mais segurança que o tradicional equilíbrio de poder.²⁵

Não ficou claro por que motivo Roosevelt acreditava que Stalin, autor de propostas tão maquiavélicas a Churchill, consideraria atraente um governo mundial. Talvez pensasse que, acontecendo o pior e Stalin insistindo em manter os territórios conquistados por seus exércitos, seria mais fácil, internamente, aceitar o *fait accompli* do que concordar com as exigências de Stalin enquanto o desfecho militar ainda era incerto.

Roosevelt foi mais específico sobre a questão colonial. Propôs a tutela internacional para todas as ex-colônias que “para a nossa

própria segurança devam ser tomadas das nações mais fracas” (categoria na qual ele incluía a França).²⁶ E convidou a União Soviética para membro fundador do Conselho de Tutela.

Caso Molotov fosse mais filosófico, poderia ter refletido sobre a circularidade da história, pela qual, no espaço de 18 meses, recebera oferta de participação em duas alianças diferentes que se opunham: de Hitler e Ribbentrop, num pacto tripartite de Alemanha, Itália e Japão; e de Roosevelt, numa coalizão que incluía os Estados Unidos, a Inglaterra e a China. Em cada caso, o pretendente tentara Molotov com a perspectiva de terras exóticas do sul: Berlim oferecera o Oriente Médio; Washington, tutelas coloniais. Em nenhum dos casos, Molotov permitiu-se defletir da firme consecução de objetivos soviéticos imediatos ao alcance dos seus exércitos.

Tampouco Molotov sentiu necessidade de adaptar a tática ao interlocutor. Em Washington, como fizera em Berlim, Molotov aceitou, em princípio, juntar-se ao acordo proposto. Não pareceu perturbá-lo o fato de que os Quatro Guardiões o colocariam na companhia de inimigos jurados do grupo, cuja oferta ele havia considerado da mesma maneira, havia 18 meses. Também, como em Berlim, o acordo de Molotov, em princípio, não implicou abandonar as ambições territoriais de Stalin na Europa. Em Washington, como em Berlim, Molotov foi inflexível quanto às fronteiras de 1941, quanto à influência soviética dominante na Bulgária, na Romênia e na Finlândia, e quanto a direitos especiais nos Estreitos. Em ambas as ocasiões, adiou a questão colonial.

Muito provavelmente, Stalin mal pôde acreditar na sorte, quando Molotov o informou da recusa de Washington em discutir um acordo político enquanto a guerra não terminasse. Significava não ter de fazer concessões se o exército alemão ainda estivesse em campanha. Percebendo que os Estados Unidos adiavam o acordo político para depois da guerra, Stalin abandonou seu estilo habitual persistente e prepotente e nunca mais tocou no assunto. Com sua posição de barganha melhorando a cada passo dado para a vitória aliada, Stalin tinha mais a ganhar adiando discussões políticas e pondo a mão no maior botim possível, mesmo que fosse só para

usá-los como meios de troca, na conferência de paz. Ninguém mais ciente que Stalin do antigo provérbio de que a posse é nove décimos da lei.

A relutância de Roosevelt em prejudicar a colaboração do pós-guerra com a União Soviética, discutindo prematuramente objetivos de guerra, pode ter tido razão estratégica ou wilsoniana. Roosevelt talvez tivesse consciência da possibilidade do expansionismo soviético pós-guerra, mas pode ter se sentido preso entre as convicções do seu povo e o perigo estratégico no horizonte. Para manter o esforço de guerra, Roosevelt precisava apelar aos ideais americanos que abominavam esferas de influência e equilíbrios de poder. Afinal, somente alguns anos haviam se passado desde que o congresso animadamente aprovara as Leis de Neutralidade, e essas ideias ainda não haviam desaparecido. Roosevelt talvez tenha concluído que, malgrado as intenções soviéticas, sua melhor estratégia era oferecer a Stalin uma reputação a zelar. Só com esse precedente, ele teria a chance de mobilizar os Estados Unidos na resistência ao expansionismo soviético se realmente viesse a acontecer.

Essa é a opinião de Arthur Schlesinger Jr., que argumentou que Roosevelt preparara uma posição de reserva no caso de as relações soviético-americanas azedarem: “Um grande exército, uma rede de bases no exterior, planos de serviço militar universal em tempo de paz e o monopólio anglo-saxônico da bomba atômica”.²⁷

É verdade, Roosevelt tinha todos esses recursos, mas sua motivação em reuni-los era estimular o esforço de guerra, não criar uma barreira contra o expansionismo soviético. As bases foram adquiridas para tornar possível a transferência de contratorpedeiros à Inglaterra; a bomba atômica era voltada contra os nazistas e o Japão; e tudo indica que Roosevelt teria trazido para casa e desmobilizado rapidamente o exército — na realidade, ele o declarou em várias ocasiões. Sem dúvida alguma, se Roosevelt se houvera convencido da má-fé de Stalin, teria se tornado um adversário hábil e decidido do expansionismo soviético, com os recursos descritos à sua disposição. Há pouca evidência, no entanto, de que ele tenha

chegado a essa conclusão, ou olhado sua capacidade militar em termos de uma possível confrontação com a União Soviética.

À medida que a guerra chegava ao fim, Roosevelt mostrou irritação com as táticas de Stalin. Mas, durante a guerra, Roosevelt foi notavelmente coerente, até mesmo eloquente, em seu engajamento na cooperação soviético-americana e julgava sua tarefa mais importante vencer a desconfiança de Stalin. Walter Lippmann talvez estivesse certo quando fez a seguinte afirmação sobre Roosevelt: “Ele desconfiava de todos. Achava, sim, que podia sobrepujar Stalin em astúcia, que é coisa completamente diferente”.²⁸ Se era esta sua intenção, ele se deu mal.

Roosevelt fiava-se nas relações pessoais com Stalin, como Churchill jamais o faria. Quando Hitler invadiu a União Soviética, Churchill explicou a decisão da Inglaterra, de apoiar Stalin, com uma expressão que não envolvia endosso pessoal nem moral: “Se Hitler invadisse o inferno, ele (Churchill) faria pelo menos uma referência favorável ao diabo no parlamento!”.²⁹ Roosevelt não tinha tais reservas. Pouco depois de entrar na guerra, ele tentou marcar uma reunião com Stalin, no estreito de Bering, sem Churchill. Seria uma “visita informal e completamente simples, durante alguns dias, entre o senhor e eu”, a fim de promovermos “um encontro de opiniões”. Roosevelt levaria somente Harry Hopkins, um intérprete e um estenógrafo; focas e gaivotas seriam as testemunhas.³⁰

O encontro do estreito de Bering jamais aconteceu. Mas duas reuniões de cúpula de fato ocorreram — em Teerã, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 1943, e em Yalta, de 4 a 11 de fevereiro de 1945. Em ambas as ocasiões, Stalin fez por onde mostrar a Roosevelt e Churchill que precisavam da reunião muito mais que ele; até mesmo os locais deviam reduzir a esperança anglo-americana de obter concessões dele. Teerã estava a algumas centenas de quilômetros da fronteira soviética e Yalta, é claro, era território soviético. Em cada caso, os líderes ocidentais tiveram de viajar milhares de quilômetros, imposição especialmente árdua para um homem com as limitações físicas de Roosevelt, mesmo à época

do encontro de Teerã. Na reunião de Yalta, o presidente já estava mortalmente enfermo.

Yalta carrega a vergonha pela estrutura do mundo do pós-guerra. Todavia, quando aconteceu, os exércitos soviéticos já haviam cruzado todas as suas fronteiras de 1941, estando em posição de impor, unilateralmente, o controle político soviético sobre o restante da Europa Oriental. Se um acordo para o pós-guerra fosse passível de negociação em alguma reunião de cúpula, a hora teria sido em Teerã, há quinze meses. Antes, a União Soviética lutava para evitar a derrota; na época de Teerã, a batalha de Stalingrado estava ganha, a vitória era certa e um acordo nazi-soviético em separado era altamente improvável.

Em Teerã, Roosevelt planejara, inicialmente, ficar na legação americana, a alguma distância das embaixadas soviética e inglesa, que se davam fundos. Havia a preocupação constante de que, a caminho de uma reunião no conjunto soviético ou inglês, Roosevelt fosse vítima de um atentado a bomba por algum simpatizante do Eixo. Por isso, na primeira sessão plenária, realizada na legação americana, Roosevelt aceitou o convite de Stalin para mudar-se para uma vila dentro do conjunto soviético. Ela era mobiliada no estilo pretensioso e sem gosto da decoração soviética de interiores para altas personalidades e, sem dúvida alguma, estava coalhada dos aparelhos de escuta clandestina adequados à ocasião.

Roosevelt não poderia ter dado maior sinal de confiança e boa vontade que aceitar o convite de Stalin à hospedagem soviética. O gesto, no entanto, não teve nenhum impacto sobre a estratégia de Stalin, que era censurar Churchill e Roosevelt pela demora em abrirem a segunda frente. Stalin gostava de pôr os interlocutores na defensiva. Neste caso, havia a vantagem adicional de concentrar a atenção numa zona longe das áreas que em pouco tempo estariam em disputa. Obteve deles a promessa formal de abrir uma segunda frente, na França, na primavera de 1944. Os três aliados concordaram, também, na desmilitarização completa da Alemanha e sobre as respectivas zonas de ocupação. Em certo momento, quando Stalin propôs a execução de 50 mil oficiais alemães, Churchill

abandonou a reunião e só voltou quando Stalin o seguiu, a garantir-lhe que estava gracejando — o que, à luz do que hoje sabemos do massacre de oficiais poloneses, em Katyn, provavelmente não era verdade.³¹ Então, num encontro reservado, Roosevelt apresentou sua ideia dos Quatro Guardiões a um Stalin cético.

Todas essas questões retardaram a discussão dos arranjos de pós-guerra, deixados para o último dia da conferência. Roosevelt concordou com o plano de Stalin, de mover as fronteiras da Polônia para oeste, e indicou que não pressionaria Stalin na questão báltica. Se os exércitos soviéticos ocupassem os estados bálticos, afirmou ele, nem os Estados Unidos e nem a Inglaterra “havam de expulsá-los” — embora também recomendasse um plebiscito. O fato é que Roosevelt estava tão indisposto a uma discussão ampla do mundo de pós-guerra quanto estivera na visita de Molotov a Washington, 18 meses antes. Apresentou suas observações sobre o plano de Stalin para a Europa Oriental, de um jeito que mais parecia querer justificar-se. Roosevelt lembrou Stalin dos seis milhões de eleitores de origem polonesa, em posição de influenciar sua reeleição no ano seguinte. Embora “pessoalmente concordasse com os pontos de vista do marechal Stalin quanto à necessidade de restaurar um estado polonês, ele gostaria de ver-lhe a fronteira oriental deslocada mais para oeste e a fronteira ocidental levada mesmo até o rio Oder. Esperava, no entanto, que o marechal compreendesse que, pelas razões políticas acima apresentadas, ele não poderia participar de uma decisão aqui em Teerã ou mesmo no próximo inverno, sobre este assunto, nem poderia publicamente envolver-se em quaisquer arranjos *no presente momento*”.³² Essa conversa, de certo, não faria Stalin achar que corria um grande risco ao proceder unilateralmente; aliás, insinuava mesmo que a concordância americana após a eleição era mais uma formalidade.

A razão pela qual Roosevelt apresentava objetivos políticos americanos tão sem entusiasmo era entender como sua principal meta em Teerã firmar o conceito dos Quatro Guardiões. Um dos métodos que usou, para tentar ganhar a confiança de Stalin, foi o de

dissociar-se ostensivamente de Churchill, como relatou a Frances Perkins, amiga antiga e sua ministra do trabalho:

Winston ruborizou, lançou-me um olhar bravo e, quanto mais feia sua carranca, mais Stalin sorria. Finalmente, Stalin deu uma boa gargalhada e pela primeira vez, em três dias, vi a luz. Mantive-a acesa até que Stalin estava a rir comigo, e foi então que o chamei de "tio Joe". Isso seria uma insolência, no dia anterior, mas naquele dia ele riu, veio em minha direção e me apertou a mão.

Desse momento em diante, nossas relações passaram a ser pessoais [...] O gelo estava quebrado e conversávamos como homens e irmãos.³³

A reinvenção de Stalin, organizador de expurgos e recente colaborador de Hitler, em "tio Joe", modelo de moderação, foi certamente o triunfo máximo da esperança sobre a experiência. Contudo, a ênfase de Roosevelt na boa vontade de Stalin não era uma idiossincrasia pessoal, exprimia a atitude de um povo com mais fé na bondade inerente do homem que na análise geopolítica. Preferiam ver Stalin como um amigo avuncular que como ditador totalitário. Em maio de 1943, Stalin extinguiu o Comintern, o instrumento formal do partido comunista para a revolução mundial. Isso ocorreu numa época em que a revolução mundial dificilmente seria prioridade soviética ou uma possibilidade séria. No entanto, o senador Tom Connally, do Texas, membro importante da comissão de relações exteriores do senado, e logo depois seu presidente, saudou o ato de Stalin como uma virada fundamental em direção aos valores ocidentais: "Os russos, há anos, vêm transformando sua economia e tendendo a abandonar o comunismo. O mundo ocidental sentir-se-á gratificado na culminância feliz desses esforços".³⁴ Até mesmo a revista *Fortune*, baluarte do capitalismo americano, escreveu na mesma linha.³⁵

Ao final da Conferência de Teerã, portanto, o povo americano nada viu de extraordinário em seu presidente resumir-lhe os resultados com uma avaliação pessoal do ditador soviético:

Posso dizer que "me dei bem" com o marechal Stalin. Ele é um homem que combina uma determinação tremenda e implacável com excelente humor. Acredito que representa a alma e o coração da Rússia; e acredito

que vamos nos entender muito bem com ele e com o povo russo — muito bem mesmo.³⁶

Quando, em junho de 1944, os aliados desembarcaram na Normandia e avançaram do oeste, o destino da Alemanha estava selado. À medida que a situação militar virou irrevogavelmente a seu favor, Stalin foi elevando suas condições. Em 1941, ele pedia aprovação das fronteiras (podendo modificá-las) e mostrava boa vontade em reconhecer os poloneses livres estabelecidos em Londres. Em 1942, começou a queixar-se da composição do governo polonês no exílio. Em 1943, ele criou uma alternativa, o chamado Comitê Livre de Lublin. No final de 1944, reconheceu como governo provisório o grupo de Lublin — dominado por comunistas — e baniou os poloneses de Londres. Em 1941, o problema de Stalin havia sido as fronteiras; em 1945, era o controle político dos territórios além dessas fronteiras.

Churchill compreendeu o que se passava. Mas a Inglaterra dependia demais dos Estados Unidos para ter iniciativas solitárias. Tampouco, a Inglaterra tinha força para opor-se sozinha à criação de Stalin, cada vez mais ousada, de uma esfera soviética na Europa Oriental. Em outubro de 1944, Churchill tomou para si a tarefa quase quixotesca de decidir o futuro da Europa Oriental diretamente com Stalin. Numa visita a Moscou, que durou oito dias, Churchill rascunhou um arranjo de esferas de influência e entregou-o a Stalin. Nele, imaginava esferas em termos percentuais, a Inglaterra ficando com 90% na Grécia; a União Soviética 90% na Romênia e 75% na Bulgária; Hungria e Iugoslávia dividiam-se na base de 50% para cada um. Stalin aceitou no ato — embora Molotov, na melhor tradição soviética de negacear, tentou, com Eden, reduzir os percentuais ingleses, dando aos soviéticos uma fatia maior em cada país da Europa Oriental, com exceção da Hungria.³⁷

A tentativa inglesa teve algo de patético. Nunca esferas de influência se haviam definido em percentuais. Não existia nenhum critério para medir o cumprimento, nem modo de compelir. A influência seria definida pela presença dos exércitos rivais. Dessa

maneira, a Grécia passou para a esfera de influência inglesa, com ou sem acordo, enquanto todos os outros estados — exceto a Iugoslávia — tornaram-se satélites soviéticos, ignorando os percentuais fixados. Mesmo a liberdade de ação da Iugoslávia não resultou do acordo Churchill-Stalin, mas do fato de que estivera sob ocupação soviética por um período muito curto, e libertara-se da ocupação alemã por um esforço de guerrilha todo próprio.

À época da Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, nada restava do acordo Churchill-Stalin. O exército soviético já estava na posse de todos os territórios disputados, tornando a questão das fronteiras ponto irrelevante. Além disso, ele intervinha fortemente nos assuntos internos de todos os países ocupados.

Já com a saúde muito abalada, Roosevelt teve de voar de Malta a um aeroporto coberto de neve em Saki, na Crimeia, de lá percorrendo 144 quilômetros até Yalta, em cerca de cinco horas de estradas difíceis e na neve. Seu alojamento foi uma suíte de três quartos no Livadia Palace. (No século XIX, o Livadia fora a estância de inverno preferida dos czares: em 1877, Alexandre II planejou de lá a sua invasão balcânica; em 1911, o czar Nicolau II construíra um palácio de granito branco sobre os penhascos, com vista para o mar Negro, local da Conferência dos Três Grandes).

As táticas dos participantes não mudaram com o novo ambiente. Churchill desejava discutir os arranjos políticos do pós-guerra, mas foi vencido por seus dois colegas, cada qual com seus próprios objetivos. Roosevelt tentava um acordo sobre os procedimentos de votação na ONU e acertar a participação soviética na guerra contra o Japão. Stalin aceitava discutir ambos os assuntos, pois o tempo gasto neles não seria usado na discussão da Europa Oriental e porque estava entusiasmado (não relutante, como acreditavam alguns americanos) para entrar na guerra contra o Japão, o que lhe possibilitaria partilhar também das vantagens dessa vitória.

Churchill preocupava-se, acima de tudo, com o equilíbrio de poder europeu. Queria restaurar o *status* de grande potência da

França, resistir ao desmembramento da Alemanha e reduzir as exorbitantes exigências soviéticas de indenização. Embora Churchill tenha se saído bem nas três questões, elas eram secundárias para a solução da Europa Oriental — já então hipotecada pela atuação do Exército Vermelho. A essa altura, Stalin tinha a réplica à manobra de Roosevelt de que a União Soviética deveria fazer concessões para livrá-lo da ira da oposição interna: quando Roosevelt pediu que a cidade de Lvov permanecesse com a Polônia, de modo a pacificar seus críticos poloneses internos, Stalin respondeu que, por mais que quisesse atendê-lo, sua própria população ucraniana criar-lhe-ia um problema interno insolúvel.³⁸

No final, Churchill e Roosevelt aceitaram as fronteiras de 1941 da Rússia, passo doloroso para Churchill, cujo país fora à guerra para preservar a integridade territorial da Polônia. Concordaram, também, que a fronteira ocidental da Polônia fosse levada para os rios Oder e Neisse. Como havia dois rios Neisse, a linha final não ficou resolvida. Churchill e Roosevelt aceitaram o governo de Lublin, criado por Moscou, com a condição de que fosse ampliado para incluir algumas figuras políticas democráticas do governo polonês no exílio com base em Londres.

A concessão de Stalin aos seus aliados foi a Declaração Conjunta sobre a Europa Liberada, que prometia eleições livres e governos democráticos na Europa Oriental. Stalin obviamente julgava estar prometendo a versão soviética de eleições livres, especialmente em vista do fato de que o Exército Vermelho já teria ocupado os países em questão. Foi o que aconteceu, embora Stalin tenha subestimado a seriedade com que os americanos tradicionalmente abordam documentos legais. Posteriormente, quando decidiram organizar a resistência ao expansionismo soviético, os Estados Unidos basearam-se na incapacidade de Stalin manter sua palavra — dada em Yalta, e tal como o governo americano e o público a haviam compreendido.

A reação de Stalin ao apelo de Roosevelt para que entrasse na guerra contra o Japão ilustra como eram diferentes as suas regras de coalizão das de Roosevelt. Numa conversa, da qual Churchill foi

excluído — apesar de a Inglaterra ter sido das primeiras vítimas da agressão japonesa — nada se ouviu sobre unidade aliada como sua própria recompensa ou sobre evitar questões políticas de modo a criar boas condições para os Quatro Guardiões. Stalin não mostrou a menor inibição em insistir em vantagens especiais, enquanto a guerra prosseguia, ou em ser pago em moeda estratégica, não emocional. O *quid pro quo* que exigiu foi descaradamente ressuscitado do tempo dos czares.

A reivindicação de Stalin das ilhas Kurilas e da parte sul da ilha Sakalina guardava uma vaga relação com a segurança soviética e a história russa. Mas sua exigência de portos livres em Darien e Porto Artur e do direito de administrar as ferrovias manchurianas, era totalmente extraída dos livros czaristas imperiais da virada do século. Na menos compreensível de suas decisões em Yalta, Roosevelt concordou com essas exigências, num acordo secreto que significava devolver a Moscou o papel dominante na Manchúria, perdido na Guerra Russo-Japonesa — papel que Moscou exerceria até os comunistas chineses tomarem Pequim, em 1949.

Após a Conferência de Yalta, houve grande celebração. Discursando no congresso, Roosevelt destacou o acordo sobre as Nações Unidas, mas não as decisões sobre o futuro político da Europa e da Ásia. Pela segunda vez em uma geração, o presidente americano voltava da Europa anunciando o fim da história. “A Conferência de Yalta,” afirmou Roosevelt,

[...] deve marcar o fim do sistema de ação unilateral, das alianças exclusivas, das esferas de influência, dos equilíbrios de poder e de todos os outros mecanismos que têm sido tentados durante séculos — e sempre falharam. Propomos, em lugar deles, uma organização universal onde todas as nações amantes da paz finalmente terão a chance de estar. Estou certo de que o congresso e o povo americano receberão os resultados desta conferência como o início de uma estrutura permanente de paz.³⁹

Em outras palavras, Roosevelt dera a Stalin uma esfera de influência no norte da China, a fim de estimulá-lo a participar de uma ordem mundial contra as esferas de influência.

Quando a Conferência de Yalta terminou, só se festejava a coesão da aliança dos tempos de guerra; as fissuras que mais tarde a romperiam ainda não eram visíveis. A esperança reinava suprema, e “tio Joe” era visto como um parceiro descomplicado. Refletindo sobre Yalta, Harry Hopkins expressou a preocupação de que Stalin, o moderado, pudesse ceder à linha dura do Kremlin:

Os russos haviam mostrado que podem ser razoáveis e previdentes, não havendo nenhuma dúvida no espírito do presidente ou de qualquer de nós, quanto à nossa capacidade de conviver com eles, pacificamente, pelos anos a fora. Todavia, tenho de registrar um reparo: parece-me que, no fundo de nosso pensamento, receamos não saber o que resultará se acontecer algo a Stalin. Sentimos que podemos confiar nele — uma pessoa justa, compreensível, ponderada — mas nunca estaremos seguros a respeito de quem, ou do que, possa estar atrás dele, no Kremlin.⁴⁰

O tema de que o titular do Kremlin era, bem no fundo, um moderado pacífico, precisado de ajuda para se impor a seus colegas da linha dura, tem sido uma constante nas conversas americanas desde então, quem quer que seja o líder soviético. Aliás, sobreviveu até o período pós-comunista, primeiro aplicado a Mikhail Gorbachev, depois a Boris Yeltsin.

A importância de relações pessoais entre governantes, e da harmonia entre as nações, continuou a ser exaltada pelos Estados Unidos, à medida que a guerra chegava ao fim. Em 20 de janeiro de 1945, no quarto discurso de posse que fez, Roosevelt descreveu seu método, citando Ralph Waldo Emerson: “[...] a única maneira de ter um amigo é ser um amigo”.⁴¹ Pouco depois de Yalta, Roosevelt caracterizou Stalin, para o ministério reunido, como “tendo algo além dessa coisa bolchevique revolucionária”. Atribuiu esse algo à educação inicial de Stalin num seminário: “Creio que algo penetrou em sua natureza, da maneira como um cavalheiro cristão se comporta”.⁴²

Stalin era um maestro da *Realpolitik*, não um cavalheiro cristão. À medida que os exércitos soviéticos avançavam, Stalin fazia o que contou reservadamente a Milovan Djilas, então um líder comunista

iugoslavo: “Esta guerra não é como no passado. Quem ocupa um território também impõe nele o seu próprio sistema social. Todos forçam seus sistemas até onde seu exército for capaz de chegar. Não pode ser de outra maneira”.⁴³

As regras do jogo de Stalin foram dramaticamente expostas na fase final da guerra. Em abril de 1945, Churchill pressionou Eisenhower; comandante em chefe das forças aliadas, a tomar Berlim, Praga e Viena antes dos exércitos soviéticos, que avançavam. Os chefes de estado-maior americanos recusaram-se a considerar o pedido, utilizando-o como a oportunidade final de ensinar ao aliado inglês a importância do planejamento militar desvinculado de considerações políticas: “Essas vantagens psicológicas e políticas, que resultariam da possível tomada de Berlim antes dos russos, não devem prevalecer sobre a consideração militar principal que, em nossa opinião, é a destruição e dissolução das forças armadas alemãs”.⁴⁴

Como não havia forças armadas alemãs significativas a destruir e dissolver, a rejeição do apelo de Churchill foi claramente uma questão de princípio para os chefes de estado-maior americanos. A questão era tão importante para os comandantes militares, que o próprio general Eisenhower escreveu diretamente a Stalin, em 28 de março de 1945, para informá-lo de que não avançaria sobre Berlim e propor que as tropas soviéticas e americanas fizessem a ligação nas cercanias de Dresden.

Abismado, sem dúvida, que um general se dirigisse a um chefe de estado sobre qualquer assunto, quanto mais uma questão de tamanha importância política, Stalin afinal não tinha o hábito de recusar presentes políticos gratuitos. Em 1º de abril, respondeu a Eisenhower que concordava com sua avaliação: também considerava Berlim de interesse estratégico secundário e só destacaria forças soviéticas sem importância para tomá-la. Concordou também em estabelecerem contato ao longo do Elba, na área geral de Dresden. Recebido o prêmio, Stalin agiu para mostrar que, ele pelo menos, tinha suas prioridades políticas no lugar. Transgredindo o que dissera a Eisenhower, ordenou que o esforço principal da ofensiva terrestre

soviética fosse dirigido a Berlim, dando duas semanas aos marechais Zhukov e Koniev para lançarem o ataque que mandara dizer a Eisenhower não ocorreria até a segunda metade de maio.⁴⁵

Em abril de 1945, dois meses depois de Yalta, as violações de Stalin da Declaração de Yalta sobre a Europa Liberada estavam evidentes, sobretudo em relação à Polônia. Restou a Churchill enviar uma carta queixosa onde apelava ao “meu amigo Stalin.” Aceitando a condição de Stalin de que ninguém hostil à União Soviética deveria servir no novo governo polonês, Churchill rogou pela inclusão de alguns membros do governo polonês e Livros em Londres que satisfaziam o critério de Stalin. A essa altura, a simples falta de sentimentos hostis já não era mais suficiente para Stalin: só servia um governo totalmente amigável. Em 5 de maio de 1945, Stalin respondeu:

[...] não nos satisfaz que as pessoas associadas à formação do futuro governo polonês, como o senhor diz, “não sejam fundamentalmente antissoviéticas”, ou que só sejam excluídas de participação as que são, em sua opinião, “extremamente hostis em relação à Rússia”. Nenhum desses critérios nos serve. Insistimos, e continuaremos a insistir, que só devem ser consultadas sobre a formação do futuro governo polonês aquelas pessoas que ativamente têm demonstrado uma atitude amistosa para com a União Soviética e que estão honesta e sinceramente dispostas a cooperar com o estado soviético.⁴⁶

Os adjetivos “amigável” e “ativo”, obviamente, só se aplicavam aos membros do partido comunista polonês e, entre estes, àqueles totalmente subservientes a Moscou. Quatro anos depois, mesmo indivíduos que sempre haviam sido comunistas, seriam expurgados, suspeitos de sentimentos nacionalistas.

Mas era viável outra estratégia? Ou as democracias estavam fazendo o melhor que podiam, ante as realidades militares e geográficas da época? São questões que persistem, pois, em retrospecto, tudo que aconteceu parece inevitável. Quanto maior o intervalo, mais difícil imaginar uma solução alternativa e provar sua viabilidade. E a história se recusa a repassar o filme e inserir novas cenas finais.

Era quase impossível evitar a restauração das fronteiras soviéticas de 1941. Uma política ocidental mais dinâmica poderia ter conseguido certas modificações, até mesmo a volta de alguma forma de independência para os estados bálticos, talvez ligados à União Soviética por tratados de assistência mútua e pela presença de bases militares soviéticas. Se isso fosse possível, tê-lo-ia sido somente em 1941 ou 1942, quando a União Soviética oscilava à beira da catástrofe. É compreensível que Roosevelt não quisesse sobrecarregar os soviéticos com decisões tão desagradáveis num momento em que, ainda sem os Estados Unidos na guerra, a maior apreensão era um iminente colapso soviético.

Após a batalha de Stalingrado, entretanto, a questão do futuro da Europa Oriental bem podia ter sido levantada sem o risco de um colapso soviético ou de uma paz em separado com Hitler. Teria sido o caso de uma tentativa para solucionar a estrutura política de territórios fora das fronteiras soviéticas e de obter para estes países um *status* similar ao da Finlândia.

Faria Stalin uma paz em separado com Hitler, se as democracias tivessem sido mais firmes? Stalin nunca fez essa ameaça, embora desse a impressão de que era sempre uma possibilidade. Só vieram à luz dois episódios, indicando que Stalin pode ter considerado um acordo em separado. O primeiro data dos dias iniciais da guerra, quando campeava o pânico. Diz-se que Stalin, Molotov e Kaganovich pediram ao embaixador búlgaro que explorasse com Hitler a possibilidade de aceitar os bálticos, a Bessarábia e fatias da Bielo-Rússia e da Ucrânia — em suma, as fronteiras soviéticas de 1938 — porém o embaixador parece ter se recusado a transmitir a mensagem.⁴⁷ E Hitler certamente teria recusado um acordo dessa natureza quando os exércitos alemães avançavam para Moscou, Kiev e Leningrado e já tendo ultrapassado largamente o que insinuava a “proposta de paz” — se isso fosse realmente uma proposta de paz. O plano nazista era despovoar a União Soviética até a linha de Arkhangelsk a Astrakhan, muito além de Moscou, e reduzir à escravidão a parte da população que escapasse do extermínio.⁴⁸

O segundo episódio é ainda mais ambíguo. Ocorreu em setembro de 1943, oito meses depois de Stalingrado e dois meses após a batalha de Kursk, que destruiu a maior parte dos blindados alemães. Ribbentrop contou a Hitler uma história realmente estranha. Um ministro adjunto do exterior soviético, que fora embaixador em Berlim, estava visitando Estocolmo, e Ribbentrop viu nisso oportunidade para conversas exploratórias de uma paz em separado, na base das fronteiras de 1941. Quase certamente não passou de um desejo, pois àquela altura os exércitos soviéticos aproximavam-se das fronteiras de 1941 por conta própria.

Hitler rejeitou a suposta oportunidade, dizendo ao seu ministro do exterior: “Você sabe, Ribbentrop, se eu fizesse um acordo com a Rússia hoje, iria atacá-la de novo amanhã — é simples, não posso evitar”. Falou com Goebbels na mesma linha. A escolha do momento era “totalmente inadequada”. Negociações tinham de ser precedidas de uma grande vitória militar.⁴⁹ Em 1944, Hitler ainda acreditava que, depois de rechaçar a segunda frente, seria capaz de vencer a Rússia.

Acima de tudo, uma paz em separado, mesmo com as fronteiras de 1941, não seria solução para Stalin ou Hitler. Teria deixado Stalin cara a cara com uma Alemanha poderosa e a perspectiva de que, em outro conflito, as democracias abandonariam seu sócio traiçoeiro. E para Hitler seria um avanço dos exércitos soviéticos para perto da Alemanha, sem nenhuma garantia de que não retomariam a guerra na primeira oportunidade.

O conceito de Roosevelt dos Quatro Guardiões tropeçou no mesmo obstáculo que o conceito mais genérico de Wilson da segurança coletiva: os Quatro Guardiões simplesmente não viam suas metas globais da mesma forma. A combinação letal em Stalin de paranoia, ideologia comunista e imperialismo russo traduzia a noção de Quatro Guardiões imparciais, a imporem a paz mundial com base em valores universalmente comuns, ou numa oportunidade soviética ou numa armadilha capitalista. Stalin sabia que a Inglaterra sozinha não era contrapeso à União Soviética e que isso criaria um grande vácuo ante a União Soviética ou seria o

prelúdio de uma confrontação com os Estados Unidos (o que, bolchevique de primeira geração, Stalin tinha de considerar o resultado mais provável). Em qualquer das hipóteses, a linha de ação de Stalin era nítida: projetar o poder soviético o máximo possível para oeste, fosse para coletar o botim, fosse para colocar-se na melhor posição de barganha para um desfecho diplomático posterior.

Aliás, os Estados Unidos também não estavam preparados para as consequências da ideia dos Quatro Guardiões do presidente. Para o conceito funcionar, os Estados Unidos tinham de estar dispostos a intervir em qualquer lugar onde houvesse ameaça à paz. No entanto, Roosevelt sempre afirmava aos colegas aliados que nem tropas americanas nem recursos americanos estariam disponíveis para a restauração da Europa e que preservar a paz era tarefa inglesa e russa. Em Yalta, disse-lhes que as tropas americanas não ficariam mais de dois anos em serviço de ocupação.⁵⁰

Na verdade, a União Soviética fatalmente dominaria a Europa Central, deixando a Inglaterra num dilema atroz. Por um lado, não era mais forte para equilibrar sozinha o poder da União Soviética. Por outro, se tentasse alguma iniciativa solitária, provavelmente esbarraria nas objeções americanas de sempre. Por exemplo, em janeiro de 1945, o *New York Times* noticiou uma mensagem secreta de Roosevelt a Churchill sobre o esforço inglês de sustentar um governo não comunista na Grécia. Pela notícia, Roosevelt deixou claro que a boa disposição do público americano com a cooperação anglo-americana no pós-guerra era frágil: “[...] foi dito aos ingleses, com força e autoridade, que o humor pode mudar tanto quanto o clima inglês se o povo americano ficar com a impressão de que esta guerra [...] é apenas outra confrontação entre imperialismos rivais”.⁵¹

Mas, se os Estados Unidos se recusavam a defender a Europa e as tentativas britânicas de ação eram rotuladas de imperialistas, a doutrina dos Quatro Guardiões daria no mesmo vácuo que o conceito da segurança coletiva, nos anos de 1930. Até mudar-se a visão americana, a resistência à expansão soviética seria impossível.

Quando os Estados Unidos viram o perigo e entraram de novo na refrega, resultaram exatamente as esferas de influência tão tenazmente evitadas durante a guerra, e com uma demarcação bem menos propícia. Ao fim e ao cabo, a geopolítica não pôde ser ignorada. Os Estados Unidos foram reatraídos para a Europa; o Japão e a Alemanha, restaurados para refazer-se o equilíbrio; e a União Soviética embarcou em 45 anos de animosidade e superextensão estratégica que lhe causaram o colapso final.

A Ásia foi outro problema difícil. Roosevelt incluía a China nos Quatro Grandes, em parte por cortesia, em parte para ter uma âncora asiática em sua estrutura global. A China, no entanto, era ainda menos capaz que a Inglaterra de cumprir a missão que Roosevelt lhe atribuía. No fim da guerra, a China era um país subdesenvolvido, nas agonias da guerra civil. Como ser guardiã global? Quando Roosevelt apresentou a ideia dos Quatro Guardiões, em Teerã, Stalin fez a pergunta razoável de como reagiriam os europeus, se a China se metesse a solucionar as contendas deles. E deu sua opinião, a China não teria força para esse papel global, sugerindo a criação de comitês regionais de manutenção da paz.⁵² Roosevelt rejeitou a sugestão, por achar que tendia para as esferas de influência; a paz tinha de ser defendida de forma global, ou não o seria de forma nenhuma.

No entanto, quando todas essas ambiguidades ao redor de Roosevelt são revistas, fica a pergunta se outra abordagem teria o apoio do povo americano. Os americanos, afinal, sempre inclinaram-se mais a acreditar que qualquer sistema baseado na rejeição explícita dos princípios democráticos pudesse subitamente converter-se e mudar de rumo, do que a aprender alguma coisa com acordos de paz anteriores — nenhum dos quais, no mundo real, deu certo sem o equilíbrio ou durou algum tempo sem um consenso moral.

A análise geopolítica de Churchill era bem mais acurada que a de Roosevelt. Contudo, a recusa de Roosevelt a ver o mundo em termos geopolíticos era o outro lado da moeda do mesmo idealismo que levou os Estados Unidos à guerra e lhe permitiu salvar a causa da liberdade. Houvera Roosevelt seguido as receitas de Churchill,

teria reforçado a posição de barganha americana, mas poderia ter sacrificado a capacidade de atuar na Guerra Fria que ainda estava por vir.

Ter Roosevelt cedido a tradicional “milha a mais”, durante a guerra, foi preparação para as grandes iniciativas com que os Estados Unidos iriam restaurar o equilíbrio global — embora negassem, o tempo todo, que era isso de fato o que faziam. A concepção de Roosevelt do mundo de depois da guerra talvez tenha sido excessivamente otimista. Mas, à luz da história americana, quase certamente, foi uma etapa que os Estados Unidos tinham de cumprir para haver esperanças de vencer a crise seguinte. No final, Roosevelt guiou a sociedade em duas das mais tremendas crises de sua história. Não se teria saído tão bem se tivesse um senso maior da relatividade histórica.

Inevitavelmente como fosse, a guerra terminou mesmo num vácuo geopolítico. Estava desfeito o equilíbrio de poder e um amplo tratado de paz parecia difícil. O mundo dividiu-se em campos ideológicos e descambou para uma batalha longa e dolorosa para alcançar, após a guerra, aquele acordo que escapara aos líderes antes do seu fim.

O início da Guerra Fria



Qual Moisés, Franklin Delano Roosevelt viu a Terra Prometida, mas não lhe foi dado alcançá-la. Quando morreu, os exércitos aliados estavam nas profundezas da Alemanha e a batalha de Okinawa, prelúdio da invasão aliada das grandes ilhas do Japão, havia apenas começado.

A morte de Roosevelt, em 12 de abril de 1945, não foi inesperada. Em janeiro, o médico de Roosevelt, assustado com as acentuadas flutuações da pressão sanguínea do seu paciente, viu que o presidente só sobreviveria se evitasse qualquer tensão. Ante as pressões da presidência, essa avaliação equivalia a uma sentença de morte.¹ Por um momento de loucura, Hitler e Goebbels, presos na Berlim cercada, iludiram-se de que estavam prestes a assistir à repetição do que os livros alemães de história descrevem como o milagre da Casa de Brandemburgo — na Guerra dos Sete Anos, os exércitos russos encontravam-se nos portões de Berlim, quando Frederico, o Grande, foi salvo pela morte súbita do governante russo e a ascensão de um czar amigo. Mas a história não se repetiu em 1945. Os crimes nazistas haviam induzido pelo menos um firme propósito comum aos aliados: eliminar o flagelo do nazismo.

O colapso da Alemanha nazista e a necessidade de preencher o vácuo de poder resultante, levaram à desintegração da parceria do período da guerra. Simplesmente, os objetivos dos aliados eram muito divergentes. Churchill buscava evitar que a União Soviética dominasse a Europa Central. Stalin queria ser pago em moeda

territorial pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heroico do povo russo. O novo presidente, Harry S. Truman, empenhou-se, inicialmente, em dar continuidade ao legado de Roosevelt de manter coesa a aliança. Ao final de seu primeiro mandato, entretanto, qualquer vestígio da harmonia do período da guerra havia sumido. Os Estados Unidos e a União Soviética, os dois gigantes da periferia, postavam-se agora um contra o outro no coração da Europa.

A formação de Harry S. Truman era a mais diferente possível daquela de seu grande antecessor, Roosevelt fora um membro reconhecido do *establishment* cosmopolita do nordeste; Truman vinha da classe média rural do meio-oeste norte-americano. Roosevelt fora educado nas melhores escolas preparatórias e universidades; Truman jamais passara do nível secundário, embora Dean Acheson dissesse, afetuosamente e com admiração, que ele era homem de Yale no melhor sentido da palavra. Toda a vida de Roosevelt fora uma preparação para o cargo mais alto; Truman era produto da máquina política de Kansas City.

Escolhido para vice-presidente somente após a primeira escolha de Roosevelt, James Byrnes, ser vetada pelo movimento sindical, Harry Truman deu poucas indicações, em sua carreira política, de que seria um presidente extraordinário. Sem real experiência em política externa e equipado apenas com os mais vagos dos mapas deixados por Roosevelt, Truman herdou a tarefa de concluir a guerra e abrir uma nova ordem internacional, quando o plano feito em Teerã e em Yalta estava se desintegrando.

Truman presidiu o início da Guerra Fria e o primeiro esboço da política de contenção — *containment* —, que eventualmente a venceria. Pôs os Estados Unidos na primeira aliança militar em tempo de paz. Sob sua orientação, o conceito de Roosevelt, dos Quatro Guardiões, foi substituído por um conjunto de coalizões sem precedente, que seria o núcleo da política externa americana por 40 anos. Assumindo a fé americana na universalidade de seus valores, este homem simples do meio-oeste encorajou inimigos derrotados a voltarem à sociedade das nações democráticas. Patrocinou o Plano Marshall e o Programa do Ponto Quatro, pelos quais a América

devotou recursos e tecnologia à recuperação e desenvolvimento de sociedades distantes.

Estive com Truman apenas uma vez, no início de 1961, quando eu era professor iniciante em Harvard. Um compromisso em Kansas City propiciou-me a ocasião de visitar o ex-presidente na Biblioteca Presidencial Truman, na cidade próxima de Independence, Missouri. O passar dos anos não diminuía a vivacidade do ex-presidente. Após levar-me a conhecer a instituição, Truman convidou-me ao escritório, uma réplica do gabinete oval da Casa Branca durante sua presidência. Ao saber que eu estava como consultor de meio expediente, na Casa Branca de Kennedy, perguntou-me o que eu aprendera. Fiando-me na sabedoria convencional dos coquetéis de Washington, respondi que a burocracia parecia-me funcionar como um quarto ramo do governo, restringindo a liberdade de ação do presidente. Truman não considerou essa observação divertida nem instrutiva. Impaciente ao ser sujeitado ao que rotulava de “conversa de professor”, ele respondeu com uma imprecisão, seguida de seu ponto de vista sobre o papel do presidente: “Se o presidente sabe o que quer, nenhum burocrata pode impedi-lo. Um presidente tem de saber quando deve parar de ouvir conselhos”.

Voltando rapidamente à familiar área acadêmica, perguntei a Truman por qual decisão de política externa ele mais gostaria de ser lembrado. Não hesitou. “Nós derrotamos completamente os nossos inimigos e fizemos com que se rendessem”. ele observou. “Depois, ajudamos a se recuperarem, a tornarem-se democráticos e a unirem-se novamente à comunidade das nações. Só os Estados Unidos poderiam ter feito isso”. Ele caminhou comigo pelas ruas de Independence, até a casa simples onde morava, para que eu pudesse conhecer Bess, sua esposa.

Narrei esta breve conversa porque ela capta muito bem a natureza eminentemente americana de Truman: seu sentido da grandeza da presidência e das responsabilidades do presidente, seu orgulho pela força americana e, acima de tudo, sua convicção de que o papel do país era servir de fonte de liberdade e progresso para toda a humanidade.

Truman entrou em sua própria presidência à sombra de Roosevelt que, quando morreu, fora elevado a uma estatura quase mítica. Truman genuinamente admirava Roosevelt, porém, no final, como faz todo novo presidente, ele estruturou o cargo que herdara de acordo com seus próprios valores e experiências.

Ao tornar-se presidente, Truman tinha um compromisso muito menos emocional com a unidade aliada do que tivera Roosevelt; para o filho do meio-oeste isolacionista, a unidade aliada era mais uma preferência prática do que uma necessidade emocional ou moral. Tampouco, Truman vivera a exaltação da parceria de guerra com os soviéticos que, de qualquer maneira, sempre olhara desconfiado. Quando Hitler atacou a União Soviética, o então senador Truman classificou os dois ditadores como moralmente equivalentes, e recomendou que a América os estimulasse a lutar até a morte: “Se virmos que a Alemanha está vencendo, devemos ajudar a Rússia, e se a Rússia estiver vencendo, devemos ajudar a Alemanha, deixando que se matem o mais possível, embora eu não deseje ver Hitler vitorioso sob quaisquer circunstâncias. Nenhum deles dá valor à sua palavra”.²

Apesar da saúde de Roosevelt deteriorar-se, Truman não foi convidado a participar de nenhuma das decisões fundamentais da política externa durante seus três meses de vice-presidente. Não foi nem informado sobre o projeto de construção da bomba atômica.

Truman herdou um quadro internacional cujas linhas divisórias eram a posição dos exércitos que avançavam do leste e do oeste. O destino político dos países libertados pelos exércitos aliados não estava resolvido. As tradicionais grandes potências adaptavam-se à mudança de seus papéis. A França estava aniquilada; a Inglaterra, embora vitoriosa, exausta; a Alemanha ia sendo dividida em quatro zonas de ocupação — após mal assombrar a Europa com seu poder desde 1871, sua impotência agora a ameaçava de caos. Stalin levava a fronteira soviética 960 quilômetros para oeste, até o rio Elba, enquanto um vácuo se abria frente a seus exércitos devido à fraqueza da Europa Ocidental e ao plano de retirada das forças americanas.

O primeiro instinto de Truman foi entender-se com Stalin, inclusive porque os chefes de estado-maior americanos queriam muito a participação soviética na guerra com o Japão. Mesmo desestimulado pelo comportamento intransigente de Molotov, no seu primeiro encontro com o ministro do exterior soviético, em abril de 1945, ele atribuiu as dificuldades a diferenças de experiência histórica. “Temos de endurecer com os russos”, afirmou Truman. “Eles não sabem se comportar. São touros em loja de louça. Têm só 25 anos de idade. Nós temos mais de 100 e os ingleses são séculos mais velhos. Precisamos ensiná-los a se comportarem”.³

Declaração tipicamente americana. Partindo da suposição de harmonia básica, Truman atribuiu os desentendimentos com os soviéticos não a interesses geopolíticos conflitantes, mas ao “mau comportamento”, à “imaturidade política”. Acreditava na possibilidade de levar Stalin a uma conduta “normal”. Chegar à realidade de que as tensões entre a União Soviética e os Estados Unidos não provinham de mal-entendidos, e sim que eram genéricas de fato, foi a história do início da Guerra Fria.

Truman herdou os principais auxiliares de Roosevelt e começou seu governo com a intenção de dar seguimento à ideia dos Quatro Guardiões, de seu antecessor. Num discurso, em 16 de abril de 1945, quatro dias depois de assumir a presidência, Truman descreveu um contraste melancólico entre a comunidade global e o caos, não vendo alternativa à segurança coletiva global a não ser a anarquia. Truman redobrou-se da fé rooseveltiana numa obrigação especial dos aliados da guerra de manter sua coesão, a fim de criar e preservar uma nova e pacífica ordem internacional, mais que tudo para defender o princípio de que disputas internacionais não se deveriam resolver pela força:

Nada mais essencial à paz futura do mundo que a cooperação contínua das nações que tiveram a força e derrotaram a conspiração das potências do Eixo para dominarem o mundo.
Embora caiba a estes grandes estados o dever especial de compelir à paz, esse dever baseia-se na obrigação que têm todos os estados,

grandes e pequenos, de não usar da força nas relações internacionais, exceto em defesa da lei.⁴

Os redatores dos discursos de Truman não viam razão para muita variedade, ou talvez considerassem seu texto padrão irretocável, pois repetiram literalmente o mesmo ponto em 25 de abril, no discurso de Truman à conferência de criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em San Francisco.

Apesar da retórica estratosférica, fatos geopolíticos mais crus determinavam as condições no terreno. Stalin voltou à velha moda de política externa e exigiu pagamento por suas vitórias na única moeda que considerava séria — controle territorial. Ele admitia barganhas e talvez estivesse disposto a fazer algumas, desde que houvesse *quid pro quo* — como esferas de influência, ou a troca de mudança de limites na influência comunista na Europa Oriental por bens nítidos, como ajuda econômica maciça. O que estava além da compreensão de um dos líderes mais inescrupulosos que já governou um país importante era a ideia de fundar a política externa na boa vontade coletiva ou no direito internacional. Na opinião de Stalin, encontros pessoais entre líderes mundiais podiam registrar uma correlação de forças ou um cálculo de interesse nacional, mas não os alteravam. Nunca respondeu, portanto, a nenhum dos apelos de Roosevelt, ou de Churchill, para voltar à camaradagem do período da guerra.

É possível que o imenso prestígio que Roosevelt acumulou pudesse ter feito Stalin moderar seu método por mais algum tempo. No final, Stalin só fazia concessões à realidade “objetiva”. Para ele, a diplomacia era apenas um aspecto da luta mais ampla e inevitável, definidora da relação de forças. O problema de Stalin em lidar com os americanos era a grande dificuldade que ele tinha em compreender essa importância da moralidade e do legalismo no pensamento de política externa. Stalin realmente não compreendia por que os líderes americanos criavam tanto caso sobre as estruturas internas dos estados da Europa Oriental, onde não tinham nenhum interesse estratégico visível. A insistência americana em

princípios, sem relação a interesses concretos convencionais, fez com que Stalin suspeitasse de outros motivos. “Temo”, disse Averell Harriman, quando era embaixador em Moscou, que

[...] Stalin não compreenda e jamais venha a compreender, nosso interesse numa Polônia livre como questão de princípio. Ele é um realista [...] e é difícil para ele apreciar nossa fé em princípios abstratos. Difícil compreender por que gostaríamos de interferir na política soviética em um país como a Polônia, que ele considera tão importante à segurança da Rússia — a menos que tenhamos algum outro motivo [...].⁵

Stalin, mestre da *Realpolitik*, deve ter achado que os Estados Unidos reagiriam ao novo equilíbrio geopolítico determinado pela presença do Exército Vermelho no centro do continente europeu. Homem de nervos de aço, não era chegado a concessões preventivas; deve ter raciocinado que era muito melhor consolidar as fichas que já tinha, calmamente sentado de posse de seus prêmios, e deixar que os aliados fizessem o movimento seguinte. E os únicos passos que Stalin levaria a sério eram aqueles cujas consequências pudessem ser analisadas em termos de custo e benefício. Como os aliados não pressionaram, Stalin simplesmente não fez nada.

Stalin teve, em relação aos Estados Unidos, a mesma atitude sarcástica que, em 1940, adotara com Hitler. Em 1945, a União Soviética, debilitada em virtude de dezenas de milhões de baixas e da devastação de um terço do seu território, enfrentou um país ileso e com monopólio atômico; em 1940, confrontara uma Alemanha que dominava o resto do continente. Em ambos os casos, sem fazer concessões, Stalin consolidou a posição soviética e tentou blefar com seus adversários potenciais, fazendo-os crer que marcharia ainda mais para o oeste, em vez de recuar. E em cada caso, calculou mal a reação dos oponentes. Em 1940, a visita de Molotov a Berlim fortaleceu a decisão de Hitler de invadir a União Soviética; em 1945, o mesmo ministro do exterior conseguiu transformar a boa vontade americana na confrontação da Guerra Fria.

Churchill compreendeu os cálculos diplomáticos de Stalin e tentou contrapor-se com dois movimentos por conta própria. Insistiu

numa reunião de cúpula, entre os três aliados da guerra, para decidir essas questões antes que a esfera soviética se consolidasse. Enquanto isso, quis que os aliados tivessem em mãos o maior número possível de fichas. Viu uma oportunidade para isso no fato de os exércitos aliados e soviéticos se encontrarem mais a leste do que fora previsto e, como resultado, as forças aliadas estarem no controle de quase um terço da área destinada à zona de ocupação soviética da Alemanha, inclusive de grande parte da porção industrializada. Churchill propôs utilizar este território como alavancagem nas negociações. Em 4 de maio de 1945, enviou instruções por cabograma ao ministro do exterior Eden, que se encontraria com Truman em Washington:

[...] os aliados não devem recuar das suas atuais posições para a linha de ocupação até que estejamos satisfeitos sobre a Polônia, como também sobre o caráter temporário da ocupação russa da Alemanha e as condições a serem estabelecidas nos países russianizados ou controlados pela Rússia no vale do Danúbio, especialmente Áustria e Tchecoslováquia, e nos Bálcãs.⁶

O novo governo americano, no entanto, foi pouco receptivo à *Realpolitik* inglesa, como fora o de Roosevelt. Repetiam-se, portanto, os padrões da diplomacia da guerra. Os líderes americanos concordaram com uma reunião de cúpula, programada para Potsdam, perto de Berlim, na segunda metade de julho. Mas Truman ainda não estava disposto a aceitar a posição de Churchill, de que a maneira de lidar com Stalin era reunir prêmios e penas para obter o resultado desejado. Na realidade, o governo Truman mostrou o mesmo desejo do anterior, de ensinar a Churchill que os dias do equilíbrio de poder estavam irrevogavelmente ultrapassados.

No final de junho, a menos de um mês da reunião de cúpula, as forças americanas recuaram para a linha de demarcação acertada, deixando a Inglaterra sem outra escolha que seguir o exemplo. Além disso, assim como Roosevelt superestimara a capacidade britânica, o governo Truman imaginava-se mediador entre a Inglaterra e a União Soviética. Querendo evitar a impressão de conspirar contra Stalin, Truman rejeitou, para vexame de Churchill, o convite de parar na

Inglaterra, a caminho de Potsdam, e celebrar a vitória anglo-americana.

Mas Truman não sentia a menor inibição em se avistar com Stalin sem Churchill. Com o mesmo pretexto de Roosevelt quando tentara o encontro do estreito de Bering — de que jamais se encontrara com Stalin, ao contrário de Churchill —, Truman propôs uma conversa separada com o soviético. Mas Churchill mostrou-se tão refratário a ser excluído de um diálogo soviético-americano quanto os conselheiros de Truman a darem a impressão de que Washington e Londres agiam em parêntese. Segundo as memórias de Truman, Churchill irritadamente notificou Washington de que não compareceria a uma reunião de cúpula que fosse a continuação de uma conferência entre Truman e Stalin.⁷ No seu papel de mediador autônomo, e para estabelecer contato direto com os líderes dos aliados, Truman decidiu mandar emissários a Londres e Moscou.

Harry Hopkins, o antigo confidente de Roosevelt, foi despachado para Moscou. O enviado a Churchill foi, curiosamente, escolhido mais pelo fato de tranquilizar Stalin do que pela capacidade de descobrir o que ia pela cabeça do primeiro-ministro inglês. Era Joseph E. Davies, embaixador em Moscou de antes da guerra, autor do famoso livro *Mission to Moscow*.

Embora Davies fosse um banqueiro de investimentos, portanto, aos olhos comunistas, um arquitecapitalista, ele caíra na propensão da maioria dos enviados americanos — especialmente os não diplomatas de carreira — de virarem porta-vozes dos países junto aos quais eram credenciados. O livro de Davies sobre suas aventuras como embaixador repetira como papagaio a propaganda soviética em todos os assuntos concebíveis, inclusive a culpa das vítimas dos tribunais de expurgo. Enviado por Roosevelt, durante a guerra, em missão a Moscou, o notoriamente desajustado Davies teve a inacreditável insensibilidade de passar um filme baseado em seu *best-seller* para um importante grupo de líderes soviéticos, na embaixada americana. O relato oficial observou secamente que os convidados soviéticos teriam assistido com “curiosidade soturna” a culpa dos seus ex-colegas ser proclamada da tela.⁸ E devem ter

mesmo. Não só conheciam bem a história, como não podiam deixar de pensar que o filme talvez estivesse mostrando seu próprio futuro. Truman, portanto, dificilmente poderia ter enviado alguém a Downing Street com menos probabilidade de apreciar o ponto de vista de Churchill sobre o mundo do pós-guerra.

A visita de Davies a Londres, no final de maio de 1945, foi quase tão surrealista quanto sua missão de guerra a Moscou. Davies estava muito mais interessado em dar continuidade à parceria americana com a União Soviética do que em fomentar as relações anglo-americanas. Churchill expôs ao enviado americano sua apreensão de que Stalin tencionava engolir a Europa Central e enfatizou a necessidade de uma frente anglo-americana unida para resistir. Davies reagiu à análise de Churchill do perigo soviético perguntando, sarcasticamente, ao Velho Leão se “ele e a Inglaterra não teriam cometido um engano em não apoiar Hitler pois, ao que entendi, ele expunha agora a doutrina que Hitler e Goebbels proclamaram e reiteraram nos últimos quatro anos, na tentativa de romper a coesão aliada e ‘dividir para conquistar’”.⁹ Para Davies, a diplomacia Leste-Oeste não chegaria a parte alguma sem a premissa da boa-fé de Stalin.

Davies fez seu relato a Truman na mesma linha. Com toda a grandeza de Churchill, na opinião de Davies ele era, “primeiro, depois e sempre, o grande inglês mais interessado em preservar a posição da Inglaterra na Europa que em preservar a paz”.¹⁰ O almirante Leahy, antes chefe do estado-maior pessoal de Roosevelt e agora de Truman, confirmou que o ponto de vista de Davies era amplamente difundido ao endossar o relatório: “É coerente com nossa análise da atitude de Churchill durante a guerra”.¹¹

Nada ilustra melhor a reação americana à *Realpolitik*. Davies e Leahy exprimiam seu desprazer com o primeiro-ministro inglês por mostrar-se preocupado com os interesses nacionais britânicos — algo que os estadistas de qualquer outro país teriam tratado como a coisa mais natural do mundo. Embora os esforços de Churchill por um equilíbrio de poder no continente encarnassem três séculos de história inglesa, os americanos achavam-nos, de alguma forma,

aberrantes e julgavam um contraste a busca da paz e o esforço pelo equilíbrio — como se meios e fins fossem incompatíveis em vez de complementares.

Hopkins, que visitara Moscou várias vezes como emissário, no tempo da guerra, considerou o clima da sua missão paralela extremamente agradável. Apesar disso, é possível que seus encontros com Stalin tenham, involuntariamente, aprofundado o impasse sobre a Europa Oriental e acelerado o início da Guerra Fria, pois Hopkins agia de acordo com o seu padrão do período da guerra, de acentuar a harmonia no lugar da confrontação. Ele não teve coragem de dizer a Stalin a que ponto o rumo tomado se arriscava a sérios problemas com um público americano excitado. Ao longo da sua carreira diplomática, Hopkins operou na premissa de que todos os desentendimentos se dissolviam num clima de compreensão e boa vontade — sentimentos que Stalin absorvia muito pouco, para início de conversa.

Stalin encontrou-se com Hopkins seis vezes, no final de maio e princípio de junho. Empregando sua técnica habitual de pôr o interlocutor na defensiva, Stalin queixou-se do fim do *Lend-Lease* e do esfriamento geral das relações soviético-americanas. Advertiu que a União Soviética jamais cederia sob pressão — manobra diplomática padrão, utilizada quando o negociador busca um meio digno de determinar que concessões se querem, sem dar a entender que as aceita. Stalin fingiu não compreender a preocupação americana com a realização de eleições livres na Polônia. Afinal, a União Soviética não levantara a mesma questão quanto à Itália e à Bélgica, onde as eleições ainda não haviam sido realizadas. Por que as potências ocidentais deveriam se preocupar com a Polônia e com os países da bacia do Danúbio, que ficavam tão próximos da fronteira soviética?

Hopkins e Stalin esgrimiram sem conclusão, sem que Hopkins conseguisse transmitir a Stalin que os americanos falavam a sério quanto à autodeterminação da Europa Oriental. Hopkins, na verdade, exibiu o estilo da maioria dos negociadores americanos, de expressar suas convicções mais fortes de uma forma que evite

parecer intransigência. Contando com o acordo, buscam o jeito de dar ao interlocutor uma saída elegante. No outro lado desse método, quando os negociadores americanos não acreditam mais na boa vontade do outro, ficam intratáveis e, às vezes, excessivamente rígidos.

As deficiências do estilo negociador de Hopkins foram ampliadas pelo imenso reservatório de boa vontade para com Stalin e a União Soviética que restara da aliança de guerra. Em junho de 1945, Stalin já havia fixado unilateralmente as fronteiras leste e oeste da Polônia, promovido brutalmente títeres soviéticos ao governo e violado, claramente, sua promessa de Yalta, de organizar eleições livres. Mesmo assim, Harry Hopkins achou possível descrever o desacordo soviético-americano a Stalin como “uma série de acontecimentos, cada um deles de pouca importância, em si, surgidos em torno da questão polonesa”.¹² Fiando-se na tática de Roosevelt dos tempos de Teerã e de Yalta, pediu a Stalin que modificasse suas exigências na Europa Oriental, a fim de ajudar a aliviar as pressões internas sobre o governo Truman.

Stalin professou estar aberto a sugestões para tornar o novo governo polonês coerente com os princípios americanos. Convidou Hopkins a recomendar quatro ou cinco pessoas do lado democrático que pudessem entrar no governo de Varsóvia, que ele afirmava ter sido criado pela União Soviética devido à “compulsão” da necessidade militar.¹³ Obviamente, a participação simbólica num governo comunista não era o verdadeiro ponto em questão; eleições livres eram. E os comunistas já haviam demonstrado uma habilidade admirável para destruir governos de coalizão. De qualquer maneira, Hopkins não conseguiu impressionar Stalin com a visão americana da situação polonesa, quando admitiu não ter nomes que sugerir para o novo governo.

Ao insistir em carta branca *vis-à-vis* aos seus vizinhos, Stalin agia de acordo com a prática tradicional russa. Desde a época em que a Rússia surgira no cenário internacional, dois séculos antes, seus líderes tentavam solucionar disputas com os vizinhos pela via bilateral em lugar de conferências internacionais. Nem Alexandre I,

nos anos 1820, nem Nicolau I, 30 anos depois, nem Alexandre II, em 1878, compreenderam por que a Inglaterra insistia em se interpor entre a Rússia e a Turquia. Nesses casos, e nos subsequentes, os russos assumiram a posição de que tinham direito a carta branca em relação a seus vizinhos.

Frustrados, sua tendência era recorrer à força. E uma vez recorrendo à força não recuavam, a não ser ameaçados com uma guerra.

As visitas dos emissários de Truman a Londres e a Moscou mostraram que ele ainda tentava tomar um rumo entre a opinião de Roosevelt de como manter a paz, na qual os Estados Unidos não tinham sócios, e seu ressentimento cada vez maior com a conduta soviética na Europa Oriental, para a qual ele ainda não tinha uma política. Truman não estava pronto para enfrentar as realidades geopolíticas da vitória, nem para arquivar a ideia de Roosevelt de uma ordem mundial imposta pelos Quatro Guardiões. E os Estados Unidos ainda não viam o equilíbrio de poder como uma necessidade da ordem internacional em vez de uma aberração da diplomacia europeia.

O sonho de Roosevelt dos Quatro Guardiões acabou na Conferência de Potsdam, que durou de 17 de julho a 2 de agosto de 1945. Os três líderes reuniram-se em Cecilienhof, uma cavernosa casa de campo, de estilo inglês, situada num grande parque, que servira de residência para o último príncipe herdeiro alemão. Potsdam foi selecionada como local da conferência por estar na zona soviética de ocupação, ser acessível por trem (Stalin detestava voar) e poder ser protegida pelas forças soviéticas de segurança.

A delegação americana chegou ainda compromissada com o ponto de vista do período da guerra de uma nova ordem mundial. O sumário do departamento de estado, que orientava a delegação americana, citava as esferas de influência como a maior ameaça à paz mundial. Seguindo a ortodoxia wilsoniana, o documento argumentava que esferas de influência "representariam a política de poder pura e simples, com todas as desvantagens inerentes [...]"

Nosso objetivo principal seria remover as *causas* que fazem as nações acharem tais esferas necessárias à sua segurança, não vendo que só ajudam um país a desenvolver sua força contra outro”.¹⁴ O departamento de estado não explicava o que, na ausência da política de poder, poderia motivar Stalin a entrar num acordo ou qual poderia ser a causa do conflito, se não a colisão de interesses. Não obstante, o inefável Joseph Davies, que participava como assessor do presidente sobre os líderes soviéticos, parecia satisfeito com a sua própria recomendação — ser condescendente com Stalin. A certa altura, após um diálogo mais enérgico, Davies passou um bilhete a Truman que dizia: “Acho que Stalin ficou magoado, por favor seja agradável com ele”.¹⁵

Mimar pessoas, especialmente comunistas, não era coisa espontânea em Truman. Mesmo assim, ele tentou heroicamente. De início, ele apreciou o estilo conciso de Stalin, mais que a eloquência de Churchill. Como escreveu a sua mãe: “Churchill fala o tempo todo e Stalin só resmunga, mas sabemos o que ele quer dizer”.¹⁶ Num jantar privado, em 21 de julho, Truman fez o possível e o impossível, confidenciando mais tarde a Davies:

[...] eu queria convencê-lo de que estamos ‘honestamente’ interessados na paz e num mundo decente, sem propósitos hostis a eles; que nada queríamos para nós, apenas segurança para nosso país e paz com amizade e boa vizinhança, e que isso era tarefa conjunta nossa. ‘Carreguei nos elogios’ e creio que ele acreditou em mim. Falei muito a sério.¹⁷

Stalin, infelizmente, não tinha quadro de referência para quem proclamava falta de interesse nas questões diante deles.

Os líderes presentes à Conferência de Potsdam tentaram evitar os problemas de organização que haviam atormentado a Conferência de Versalhes. Em vez de entrarem em detalhes e trabalharem sob pressão de tempo, Truman, Churchill e Stalin limitavam-se a princípios gerais. Seus ministros do exterior, então, debulhariam os detalhes dos acordos de paz com as potências derrotadas do Eixo e seus aliados. Mesmo com essa limitação, a

conferência tinha uma vasta agenda, que incluía indenizações, o futuro da Alemanha e a situação de aliados alemães como a Itália, a Bulgária, a Hungria e a Romênia, ou de associados como a Finlândia. Stalin ampliou a lista, ao apresentar o catálogo de exigências que Molotov submetera a Hitler em 1940 e reiterara a Eden um ano depois. Entre essas exigências, melhor trânsito russo pelos estreitos, uma base militar soviética no Bósforo e participação nas colônias da Itália. Agenda de tal alcance não seria cumprida pelos inquietos chefes de governo, num período de duas semanas.

A Conferência de Potsdam transformou-se rapidamente num poço de intolerância. Stalin insistia em consolidar sua esfera. Truman e, em escala menor, Churchill exigiam atenção aos seus princípios. Stalin tentava trocar o reconhecimento ocidental dos governos impostos pela União Soviética na Bulgária e na Romênia pelo reconhecimento soviético da Itália. O tempo todo Stalin obstruiu, firmemente, a exigência das democracias, de eleições livres na Europa Oriental.

No final, cada lado exerceu o veto onde tivesse poder para fazê-lo. Os Estados Unidos e a Inglaterra recusaram-se a concordar com a exigência de Stalin de US\$ 20 bilhões de indenização da Alemanha (metade destinada à União Soviética), ou de tornar os bens das suas zonas disponíveis para esse fim. Por outro lado, Stalin continuou fortalecendo a posição dos partidos comunistas em toda a Europa Oriental.

Stalin também usou a imprecisão do acordo de Yalta em relação aos rios Oder e Neisse para empurrar a fronteira da Polônia mais para oeste. Em Yalta, decidira-se que os rios serviriam de limite entre a Polônia e a Alemanha, embora, como já foi dito, ninguém pareça ter percebido que havia, na realidade, dois rios chamados "Neisse". Churchill achava que a fronteira ficava no rio mais de leste. Mas, em Potsdam, Stalin revelou que destinara à Polônia a área entre os rios Neisse leste e oeste. Stalin claramente calculara que a inimizade entre a Polônia e a Alemanha se tornaria intratável se a Polônia ganhasse territórios alemães históricos, inclusive a antiga cidade alemã de Breslau e deslocasse mais cinco milhões de

alemães. Os governantes americano e inglês aquiesceram ao *fait accompli* de Stalin, com a inexpressiva cláusula de que reservavam para a conferência de paz sua posição final quanto à fronteira. Esta ressalva, no entanto, simplesmente aumentou a dependência polonesa da União Soviética e foi uma atitude vazia, pois referia-se a territórios de onde a população alemã estava sendo expulsa.

Churchill chegara a Potsdam deixando atrás de si uma posição interna não muito forte. Na realidade, o ritmo da conferência, que já era lento, foi fatalmente interrompido em 25 de julho de 1945, quando a delegação inglesa solicitou um recesso a fim de voltar para aguardar os resultados da primeira eleição geral desde 1935. Churchill não retornou a Potsdam, pois sofreu uma derrota esmagadora. Clement Attlee assumiu o lugar como novo primeiro-ministro e Ernest Bevin chegou como ministro do exterior.

Potsdam somou poucas realizações. Muitas das exigências de Stalin foram rejeitadas: a base no Bósforo, o pedido de administração de alguns territórios africanos da Itália, o controle do Ruhr por quatro potências e o reconhecimento ocidental dos governos postos por Moscou na Romênia e na Bulgária. Truman também foi barrado em algumas de suas propostas — mais notavelmente a internacionalização do Danúbio. Os três chefes de governo chegaram a produzir alguns acordos. Montou-se um mecanismo de quatro potências para lidar com questões alemãs. Truman conseguiu fazer com que Stalin aceitasse seu modo de ver as indenizações: cada potência retiraria sua indenização de sua zona de ocupação na Alemanha. A questão crucial da fronteira ocidental da Polônia foi driblada — os Estados Unidos e a Inglaterra concordaram com a linha Oder-Neisse de Stalin, porém reservando-se o direito de revisão em data posterior. Finalmente, Stalin prometeu ajudar no esforço de guerra contra o Japão. Muita coisa ficou ambígua ou por fazer e, como ocorre com frequência quando chefes não conseguem se entender, as questões mais espinhosas passaram para os ministros do exterior discutirem posteriormente.

Talvez o incidente mais significativo de Potsdam refira-se a um ponto que não constava da agenda formal. A certa altura, Truman

comunicou a Stalin a existência da bomba atômica. Stalin, é claro, já soubera pelos espiões soviéticos; na realidade, ele soube da bomba muito antes de Truman. Na sua paranoia, ele considerou, sem dúvida, a comunicação de Truman uma tentativa visível de intimidação. Preferiu reagir de maneira indiferente à nova tecnologia, e minimizá-la, não mostrando nenhuma curiosidade a respeito. "O primeiro-ministro russo", escreveu Truman em suas memórias, "não demonstrou nenhum interesse especial. Só disse que estava satisfeito em saber e esperava que fizéssemos 'bom uso da bomba contra os japoneses'".¹⁸ Esta ia ser a tática soviética em relação às armas nucleares, até criarem eles as suas próprias.

Churchill disse mais tarde que, se tivesse sido reeleito, teria provocado uma decisão em Potsdam e tentado forçar um acordo.¹⁹ Nunca especificou o que tinha em mente. O fato é que Stalin só seria induzido a um acordo, na melhor das hipóteses, sob extrema coação e, mesmo assim, no último momento. O anseio de Churchill por uma solução completa definia o dilema dos Estados Unidos: nenhum estadista americano estava disposto a fazer o tipo de ameaça ou pressão que Churchill imaginava e que a psicologia de Stalin teria exigido. Os americanos ainda não haviam percebido a realidade de que quanto mais tempo se desse a Stalin, para criar estados de partido único na Europa Oriental, mais difícil seria mudar as coisas. No final da guerra, o público americano estava cansado dela e de confrontações, desejando, mais que tudo, trazer os seus rapazes de volta para casa. Não tinha condições para ameaçar uma nova confrontação, muito menos uma guerra nuclear em favor do pluralismo político na Europa Oriental ou das fronteiras daquela região. A unanimidade em resistir a mais avanços comunistas era igual à unanimidade em não correr riscos militares.

E uma confrontação com Stalin não seria exatamente uma festa. O ponto até onde Stalin estava preparado para fazer pressão, por meio da sua diplomacia, foi trazido ao meu conhecimento em uma conversa com Andrei Gromyko, depois que ele deixou o cargo, em 1989. Perguntei-lhe por que a União Soviética arriscara o bloqueio de Berlim, logo após uma guerra devastadora e diante do

monopólio nuclear americano. Gromyko, muito mais afável na aposentadoria, respondeu que vários conselheiros haviam expressado a mesma preocupação a Stalin, que a ignorou baseado em três proposições: primeiro, dissera ele, os Estados Unidos jamais usariam armas nucleares por Berlim; segundo, se os Estados Unidos tentassem passar um comboio até Berlim, pela *Autobahn*, o Exército Vermelho resistiria; finalmente, se parecesse que os Estados Unidos atacariam ao longo de toda a frente, Stalin guardaria a decisão final para si próprio. Este era o ponto em que ele teria entrado em algum tipo de acordo.

O resultado prático de Potsdam foi o início do processo que dividiu a Europa em duas esferas de influência, exatamente o cenário que os líderes americanos do período da guerra estavam decididos a evitar. Como era de esperar, a reunião dos ministros do exterior não foi mais produtiva que o encontro dos seus chefes. Com menos autoridade, tinham, também, menos flexibilidade. A sobrevivência política de Molotov, e mesmo a sobrevivência física, dependia da mais rígida fidelidade às instruções de Stalin.

A primeira reunião dos ministros do exterior ocorreu em Londres, em setembro e princípio de outubro de 1945. Seu objetivo era elaborar tratados de paz para a Finlândia, a Hungria, a Romênia e a Bulgária, que haviam lutado ao lado da Alemanha. As posições americana e soviética não haviam mudado desde Potsdam. O secretário de estado James Byrnes exigiu eleições livres; Molotov ignorou a exigência por completo. Byrnes esperava que a demonstração do poder aterrador da bomba atômica no Japão fortalecesse a posição americana. Molotov comportou-se indisciplinadamente como sempre. No fim da conferência, a bomba atômica não tornara os soviéticos mais cooperativos — pelo menos não sem uma diplomacia mais ameaçadora. Byrnes relatou ao seu antecessor, Edward R. Stettinius:

[...] enfrentávamos uma nova Rússia, totalmente diferente da Rússia com que lidamos um ano atrás. Enquanto precisaram de nós na guerra e nós mandávamos suprimentos tivemos uma relação satisfatória, mas

agora que a guerra acabou, eles assumiram uma atitude agressiva e uma posição indefensável em questões territoriais.²⁰

O sonho dos Quatro Guardiões custou a morrer. Em 27 de outubro de 1945, poucas semanas depois que a conferência dos ministros do exterior havia naufragado, Truman, discursando no Dia da Marinha, combinou os temas históricos da política externa americana com um apelo à cooperação soviético-americana. Os Estados Unidos, declarou, não buscaram obter nem territórios nem bases, “nada que pertença a outra potência”. A política externa americana, reflexo dos valores morais da nação, “baseava-se solidamente nos princípios fundamentais da integridade e da justiça”, e na recusa em “ceder ao mal”. Invocando a equalização tradicional da moralidade pública com a moral privada, Truman prometeu: “Não abrandaremos nosso esforço em trazer a Regra de Ouro, o preceito áureo do evangelho, para as questões internacionais”. A ênfase de Truman nos aspectos morais da política externa precedeu outro apelo pela conciliação soviético-americana. Não havia diferenças “irremediáveis ou irreconciliáveis” entre os aliados da guerra, afirmou Truman. “Não havia, entre as potências vitoriosas, conflitos de interesse tão enraizados que não pudessem ser resolvidos”.²¹

Foi inútil. A conferência de ministros do exterior seguinte, em dezembro de 1945, produziu uma “concessão” soviética medíocre. Stalin recebeu Byrnes, em 23 de dezembro, e propôs que as três democracias ocidentais enviassem uma comissão à Romênia e à Bulgária, a fim de mostrar a estes governos como poderiam ampliar seus ministérios de modo a incluir algumas figuras políticas democráticas. O cinismo da proposta demonstrou, obviamente, a confiança de Stalin no controle comunista sobre seus satélites, não sua receptividade a verdades democráticas. Essa foi, também, a opinião de George Kennan, que ridicularizou as concessões de Stalin como “folhas de parreira de procedimento democrático, a fim de esconder a nudez da ditadura stalinista”.²²

Byrnes, no entanto, interpretou a iniciativa de Stalin como o reconhecimento de que o acordo de Yalta exigia algum gesto democrático, e, a seguir, reconheceu a Bulgária e a Romênia, antes de concluir tratados de paz com estes países. Truman indignou-se com Byrnes por aceitar o meio-termo sem consultá-lo. Embora após alguma relutância, Truman tenha concordado com Byrnes, esse foi o início do afastamento entre o presidente e seu secretário de estado que levou à renúncia de Byrnes em menos de um ano.

Em 1946, houve mais duas reuniões de ministros do exterior em Paris e Nova York. Estas completaram os tratados subsidiários, mas assistiram ao aumento das tensões, quando Stalin transformou a Europa Oriental num anexo político e econômico da União Soviética.

O hiato cultural entre os líderes americanos e soviéticos contribuiu para a Guerra Fria. Os negociadores americanos agiam como se a mera recitação dos seus direitos legais e morais devesse produzir os resultados que desejavam. Stalin precisava de razões muito mais persuasivas para alterar seu caminho. Quando Truman referiu-se à Regra de Ouro, sua plateia americana interpretou literalmente e acreditou num mundo governado por normas legais. Para Stalin, as palavras de Truman eram verborragia sem sentido, talvez até mesmo traiçoeira. A nova ordem internacional que ele tinha em mente era o pan-eslavismo, reforçado de ideologia comunista. O dissidente comunista iugoslavo, Milovan Djilas, narra uma conversa na qual Stalin afirmou: “Se os eslavos forem unidos e solidários, ninguém no futuro será capaz de mover um dedo. Nem mesmo um dedo!” (Stalin) repetiu, enfatizando seu pensamento com o dedo indicador no ar”.²³

Paradoxalmente, o movimento em direção à Guerra Fria foi acelerado pelo conhecimento de Stalin de como seu país estava, na realidade, fraco. O território soviético a oeste de Moscou fora devastado, pois a prática habitual dos exércitos — primeiro o soviético, depois o alemão — havia sido de explodir cada chaminé, a fim de privar seus perseguidores de abrigo no clima brutal da Rússia. O número de mortos de guerra soviéticos (incluindo civis) era de mais de 20 milhões. O número de mortos em todos os

expurgos de Stalin, em campos de trabalho forçado, coletivizações forçadas e fomes deliberadamente criadas, foi estimado em outros 20 milhões, com talvez mais 15 milhões que sobreviveram à prisão no *gulag*.²⁴ Agora, este país esgotado via-se, subitamente, diante da inovação tecnológica americana da bomba atômica. Significaria que o momento tão temido por Stalin, finalmente, chegara, e o mundo capitalista impor a sua vontade? Será que todo o sofrimento e empenho, desumanos, mesmo pelos exorbitantes padrões tirânicos da Rússia não fora capaz de dar em algo melhor que uma vantagem capitalista unilateral?

Numa bravata quase inconsequente, Stalin optou por fingir que a União Soviética agia a partir da força e não da fraqueza. Concessões espontâneas eram, para Stalin, confissão de vulnerabilidade, e ele julgava que tais admissões só geravam novas exigências e pressões. Manteve, portanto, seu exército no centro da Europa, onde foi impondo governos soviéticos fantoches. Indo mais além, transmitia uma imagem de ferocidade tão implacável que muitos o viam pronto para um ataque rumo ao canal da Mancha — apreensão reconhecida pela posteridade como quimérica.

Stalin somou ao seu exagero da força e da belicosidade soviéticas uma ação sistemática de menosprezar o poder americano, em especial sua arma mais potente, a bomba atômica. O próprio Stalin determinou esse espírito com sua demonstração de indiferença, quando Truman o informou da existência da bomba. A propaganda comunista, apoiada por seguidores acadêmicos bem-intencionados, no mundo inteiro, trabalhou o tema de que o advento de armas nucleares não alterara as normas da estratégia militar, e que o bombardeio estratégico seria ineficaz. Em 1946, Stalin expôs a doutrina oficial: “A intenção das bombas atômicas é assustar pessoas de nervos fracos, mas não são elas que decidem o resultado de uma guerra”.²⁵ Nas manifestações públicas soviéticas, a declaração de Stalin rapidamente expandiu-se para uma distinção entre fatores de estratégia “transitórios” e “permanentes”, onde a bomba atômica era classificada como um fenômeno transitório. “Os fomentadores de guerras”, escreveu o marechal da aviação

Konstantin Vershinin, em 1949, “exageram muito o papel da força aérea [...] (achando) que o povo da União Soviética e das democracias populares será intimidado pela chamada guerra ‘atômica’ ou ‘guerra de botão’”.²⁶

Um líder comum teria optado pela trégua para uma sociedade exaurida da guerra e das exigências desumanas que a precederam. Mas o demoníaco secretário-geral soviético recusava a seu povo qualquer alívio; na realidade, ele calculou — talvez corretamente — que se desse uma pausa à sua sociedade, esta começaria a questionar os próprios fundamentos do governo comunista. Em discurso aos comandantes vitoriosos do seu Exército Vermelho, pouco depois do fim da guerra, em maio de 1945, Stalin fez uso da retórica emocional de guerra pela última vez. Dirigindo-se ao grupo como “meus amigos, meus compatriotas”, ele descreveu os recuos de 1941 e 1942:

Outra nação poderia ter dito ao governo: “Você não atendeu às nossas expectativas, saia; faremos um novo governo, que assinará a paz com a Alemanha e nos proporcionará descanso”. Mas o povo russo não escolheu este caminho, pois acreditou na política do seu governo. Obrigado, meu grande povo russo, pela confiança.²⁷

Essa foi a última vez em que Stalin admitiu falibilidade, assim como a última ocasião em que se dirigiu ao seu povo como chefe do governo. Curiosamente, neste discurso, Stalin deu crédito somente ao povo russo e não a nenhuma outra nacionalidade do Império Soviético. Em alguns meses, Stalin retornou, como base de autoridade, à posição de secretário-geral do partido comunista, sua maneira de dirigir-se ao povo soviético voltando ao vocativo comunista padrão de “camaradas”, dando ao partido comunista o crédito exclusivo pela vitória soviética.

Noutro discurso importante, em 9 de fevereiro de 1946, Stalin deu a palavra de ordem para o período pós-guerra:

A vitória significa que nosso sistema social soviético se impôs, que o sistema social soviético passou com êxito pelo teste das dificuldades da guerra, provando sua vitalidade [...] O sistema social soviético provou ser

mais apto à vida, e mais estável, que um sistema social não soviético [...] O sistema social soviético é uma forma melhor de organização social que qualquer outro sistema social não soviético.²⁸

Sobre as causas da guerra, Stalin invocou a verdadeira fé comunista. A guerra, afirmou, não fora causada por Hitler mas pelo funcionamento do sistema capitalista:

Nossos marxistas declaram que o sistema capitalista de economia mundial oculta elementos de crise e guerra, que o desenvolvimento do capitalismo mundial não trilha um caminho firme e igual, avança por meio de crises e catástrofes. O desenvolvimento desigual dos países capitalistas conduz, com o tempo, a grandes distúrbios em suas relações, e o grupo de países que se considera mal suprido de matérias-primas e de mercados de exportação tenta, em geral, alterar essa situação e mudar a posição em seu favor por meio da força armada.²⁹

Se a análise de Stalin estivesse correta, não havia diferença essencial entre Hitler e os aliados da União Soviética na guerra contra Hitler. Uma nova guerra seria inevitável mais cedo ou mais tarde, e o que a União Soviética experimentava era um armistício, não paz verdadeira. A tarefa que Stalin atribuiu à União Soviética foi a mesma de antes da guerra: tornar-se forte para transformar o conflito inevitável numa guerra civil capitalista, evitando um ataque à pátria comunista. Já não havia perspectiva de que a paz facilitasse o dia a dia dos povos soviéticos. A indústria pesada teria preferência, a coletivização da agricultura prosseguiria e a oposição interna seria esmagada.

O discurso de Stalin teve o formato padrão de antes da guerra — de um catecismo em que Stalin fazia e depois respondia suas próprias perguntas. Para sua plateia desalentada, o refrão era mais que familiar: inimigos não identificados eram ameaçados de extinção por tentarem frustrar o projeto socialista. Pela experiência pessoal de quase todo cidadão soviético, ninguém considerava tais declarações ameaças vazias. Ao mesmo tempo, Stalin estabelecia novas metas ambiciosas: dez vezes mais produção de ferro-gusa, 15 vezes mais produção de aço e quadruplicação da produção de petróleo. “Só nessas condições, nosso país estará seguro contra

quaisquer eventualidades. Talvez três novos planos quinquenais sejam necessários para alcançarmos esta meta, se não mais. Mas isso pode ser feito e temos de fazer”.³⁰ Três planos quinquenais significavam que nenhum sobrevivente dos expurgos e da Segunda Guerra Mundial teria, jamais, uma vida normal.

Quando Stalin fez esse discurso, os ministros do exterior da aliança vitoriosa ainda encontravam-se regularmente, as tropas americanas eram retiradas da Europa e Churchill ainda não pronunciara seu discurso da Cortina de Ferro. Stalin estava restabelecendo uma política de confrontação com o Ocidente, pois compreendia que o partido comunista que moldara não seria capaz de se sustentar em um ambiente interno ou internacional de coexistência pacífica.

É possível — creio até que provável — que Stalin não tenha buscado estabelecer o que veio a ser conhecido como os satélites, para fortalecer o seu domínio, no caso de um desfecho diplomático inevitável. Na verdade, o controle absoluto de Stalin sobre a Europa Oriental foi desafiado apenas retoricamente pelas democracias, sem incorrer no risco de que Stalin levasse a sério. Então, a União Soviética pôde transformar a ocupação militar em uma órbita de regimes satélites.

A reação do Ocidente ao seu próprio monopólio nuclear aprofundou o impasse. Numa contradição irônica, os cientistas, querendo evitar uma guerra nuclear, começaram a propagar a surpreendente ideia de que as armas nucleares não alteravam a suposta lição da Segunda Guerra Mundial — de que o bombardeio estratégico não era decisivo.³¹ Ao mesmo tempo, a propaganda do Kremlin sobre o estado inalterado da estratégia tornava-se amplamente aceita. A razão por que a doutrina militar americana do final dos anos 1940 adotou esse ponto de vista teve a ver com sua própria dinâmica burocrática. Ao furtar-se de reconhecer qualquer arma específica como decisiva, os comandantes das forças singulares americanas davam a impressão de que suas próprias organizações eram indispensáveis. Criaram, desse modo, um conceito que tratava as armas nucleares como um alto explosivo, um

pouco mais eficaz, numa estratégia global baseada nas experiências da Segunda Guerra Mundial. No período da maior força relativa das democracias, este conceito conduziu ao mal-entendido generalizado de que a União Soviética era militarmente superior, pois seus exércitos tradicionais eram maiores.

Como na década de 1930, foi Churchill, agora líder da oposição, que tentou chamar de volta as democracias às suas necessidades. No dia 5 de março de 1946, em Fulton, Missouri, ele soou o alarme sobre o expansionismo soviético,³² descrevendo uma “cortina de ferro” que baixara “de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático”. Os soviéticos haviam instalado governos pró-comunistas em cada país ocupado pelo Exército Vermelho, assim como na zona soviética da Alemanha — a parte mais útil da qual, não se sofreu de dizer, fora entregue aos soviéticos pelos Estados Unidos. No final, isso daria aos “alemães derrotados o poder de leiloarem-se entre os soviéticos e as democracias ocidentais”.

Churchill concluiu que uma aliança entre os Estados Unidos e a Comunidade Britânica se fazia necessária para atender ao perigo imediato. A solução de longo prazo, no entanto, era a unidade europeia, “da qual nenhuma nação deve ser permanentemente banida”. Churchill, primeiro e principal oponente da Alemanha dos anos 1930 tornou-se, dessa maneira, o primeiro e principal defensor da reconciliação com a Alemanha dos anos 1940. O tema central de Churchill, entretanto, foi que o tempo não estava do lado das democracias e se deveria buscar urgentemente um acordo global:

Não creio que a Rússia soviética deseje a guerra. Quer, sim, os frutos da guerra e a expansão ilimitada de seu poder e doutrinas. Mas o que devemos considerar aqui, hoje, enquanto há tempo, é a prevenção permanente da guerra e o estabelecimento de condições de liberdade e democracia o mais rápido possível, em todos os países. Nossos perigos e dificuldades não se desfarão por fecharmos nossos olhos a eles. Não sumirão se esperarmos para ver como ficam; tampouco serão removidos por uma política de apaziguamento. O que se precisa é de um acordo, e quanto mais o adiarmos, maiores serão as dificuldades e maiores os nossos perigos.³³

A razão por que os profetas tão raramente recebem crédito em seu próprio país é que seu papel é o de transcender os limites da imaginação e da experiência dos contemporâneos. Só são reconhecidos quando sua visão transformou-se em experiência — em suma, quando é tarde demais para aproveitar de sua percepção. A sina de Churchill foi ser rejeitado por seus contemporâneos, exceto por um período curto, quando a sobrevivência estava em jogo. Na década de 1930, ele instara o país a se armar, quando os contemporâneos buscavam a negociação; nos anos 1940 e 1950, ele defendeu o desfecho diplomático, cartas na mesa, enquanto seus contemporâneos, mesmerizados pela impressão de fraqueza, mais pensavam em desenvolver a força.

Por fim, a órbita de satélites soviéticos surgiu gradualmente e, em parte, à revelia. Ao analisar o discurso de Stalin pedindo três novos planos quinquenais, George Kennan descreveu, em seu famoso “Longo Telegrama”, como Stalin veria uma pressão externa séria: “Uma intervenção contra a União Soviética, ainda que fosse desastrosa para quem tomasse a iniciativa, causaria novos atrasos ao progresso do socialismo soviético e deve, portanto, ser impedida *a qualquer custo* (grifo nosso)”.³⁴ Stalin não teria simultaneamente reconstruído a União Soviética e arriscado um confronto com os Estados Unidos. A tão anunciada invasão soviética da Europa Ocidental era uma fantasia; o mais provável é que Stalin teria recuado antes de uma confrontação séria com os Estados Unidos — embora, certamente, não sem primeiro levá-la a uma boa distância para testar a seriedade ocidental.

Stalin fora capaz de impor as fronteiras da Europa Oriental sem riscos desmedidos, pois os seus exércitos já ocupavam aquelas áreas. Mas, quando se tratou de impor regimes de estilo soviético àqueles territórios, foi mais cauteloso. Nos primeiros dois anos após a guerra, somente a Iugoslávia e a Albânia estabeleceram ditaduras comunistas. Os outros cinco países que mais tarde se tornaram satélites soviéticos — Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia — tinham governos de coalizão, nos quais os comunistas eram o partido mais forte, porém ainda não o partido incontestado.

Dois dos países — a Tchecoslováquia e a Hungria — fizeram eleições no primeiro ano após a guerra, que criaram verdadeiros sistemas multipartidários. Na realidade, o assédio sistemático dos partidos não comunistas estava ocorrendo, especialmente na Polônia, mas ainda não havia repressão soviética aberta aos mesmos.

Em setembro de 1947, Andrei Zhdanov, que durante um período foi considerado o colaborador mais próximo de Stalin, identificou duas categorias de estados no que chamou a “frente antifascista” da Europa Oriental. No discurso que anunciou a formação do Cominform, o grupo formal de partidos comunistas mundiais que sucedeu o Comintern, ele chamou a Iugoslávia, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Albânia de as “novas democracias” (um pouco estranhamente, no caso da Tchecoslováquia, onde o golpe comunista ainda não ocorrera). A Bulgária, a Romênia, a Hungria e a Finlândia ficaram noutra categoria, ainda sem um rótulo bem definido.³⁵

Isso significava que a posição limite de Stalin, sobre a Europa Oriental era, na realidade, um *status* semelhante ao da Finlândia — democrático e nacional, porém respeitando os interesses e as preocupações soviéticos? Até que os arquivos soviéticos sejam abertos, estamos limitados a suposições. Sabemos, contudo que, embora Stalin dissesse a Hopkins, em 1945, que queria na Polônia um governo amigável, porém não necessariamente comunista, seus procônsules preparavam um arranjo bem diferente. Dois anos mais tarde, após os Estados Unidos comprometerem-se com o programa de ajuda greco-turco, e quando estavam reunindo as três zonas ocidentais de ocupação da Alemanha no que mais tarde veio a ser a República Federal (vide [Capítulo 18](#)), Stalin teve outra conversa com um secretário de estado americano. Em abril de 1947, após 18 meses de encontros, repletos de impasses e crescentemente cáusticos, entre os ministros do exterior das quatro potências, e de toda uma série de ameaças soviéticas e atos unilaterais, Stalin convidou o secretário Marshall para uma longa reunião, na qual acentuou que dava grande importância a um acordo global com os Estados Unidos. Os impasses e confrontações, argumentou Stalin,

“eram apenas as primeiras escaramuças e escoriações das forças de reconhecimento”.³⁶ Stalin afirmou que o acordo era possível em “*todas* (grifo nosso) as principais questões”, insistindo ser “necessário ter paciência e não ficar pessimista”.³⁷

Se Stalin estava falando sério, o mestre calculista calculou mal, pois, uma vez destruída a confiança americana em sua boa-fé, não haveria caminho fácil de volta para ele. Stalin forçou sua posição longe demais, porque, realmente, jamais compreendera a psicologia das democracias, especialmente a dos Estados Unidos. O resultado foi o Plano Marshall, a Aliança Atlântica e o desenvolvimento militar ocidental, nada do que, possivelmente, estava em seu plano de jogo.

Churchill quase certamente estivera certo — a melhor época para um acordo político teria sido imediatamente após a guerra. Se Stalin faria concessões significativas, nesse período, dependeria muito do momento e da seriedade com que a proposta e as consequências da sua recusa fossem apresentadas a ele. Quando mais cedo, após a guerra, melhores as chances de sucesso a um custo mínimo. À medida que a retirada americana da Europa se acelerou, o mesmo ocorreu com o declínio da posição de barganha do Ocidente — pelo menos até o advento do Plano Marshall e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Na época da conversa de Stalin com Marshall, em 1947, o ditador soviético superestimara sua mão de cartas. Agora, nos Estados Unidos, desconfiava-se dele na mesma proporção em que antes ele se vira coberto de boa vontade. Mesmo que o salto americano, da simples boa vontade à suspeição indiscriminada fosse exagerado, ele refletia as novas realidades internacionais. Teoricamente, talvez fosse possível consolidar uma frente coesa das democracias, enquanto se negociasse com a União Soviética um acordo global. Mas os líderes americanos e seus colegas da Europa Ocidental estavam convencidos de que a coesão e o estado de espírito do Ocidente estavam frágeis demais para suportar as ambiguidades de uma estratégia em duas pistas. Os comunistas eram o segundo maior partido político, tanto na França quanto na

Itália. A República Federal da Alemanha, em processo de formação, estava dividida quanto a buscar a unidade nacional por meio da neutralidade. Na Inglaterra, como nos Estados Unidos, sonoros movimentos de paz contestavam a recente política de contenção.

Em um discurso no rádio, dia 28 de abril, o secretário de estado Marshall disse que o Ocidente ultrapassara o ponto sem retorno em sua política com a União Soviética. Rejeitou a insinuação de Stalin sobre um acordo, com o argumento de que

não podemos ignorar o fator tempo nesse caso. A recuperação da Europa está muito mais lenta do que o previsto. Forças desintegradoras aparecem, claramente. O paciente sucumbe, enquanto os médicos deliberam. Creio, portanto, que a ação não pode esperar pelo acordo até a exaustão [...] A ação que seja possível para atender a esses problemas prementes deve ser empreendida sem delongas.³⁸

Os Estados Unidos tinham optado pela unidade ocidental em vez de negociações Leste-Oeste. Sem outra escolha, realmente, pois não ousavam correr o risco de dar ouvidos às insinuações de Stalin, somente para descobrir, depois, que ele usava das negociações para solapar a nova ordem internacional que os americanos tentavam criar. O princípio mestre da política ocidental passou a ser a “contenção”, assim foi pelos 40 anos seguintes.

Sucesso e angústia

A política de contenção



No final de 1945, os formuladores políticos americanos estavam perplexos. Potsdam e as conferências de ministros do exterior haviam dado em nada. Stalin parecia impor sua vontade na Europa Oriental, sem ligar à crença americana na democracia. Na Polônia, na Bulgária e na Romênia, diplomatas americanos viam-se, a toda hora, ante a intransigência soviética. Na Alemanha e na Itália, derrotadas, Moscou parecia esquecer o que era “parceria”. Que deviam fazer os americanos numa situação dessas?

Na primavera de 1946, Truman começou a enfrentar a questão com uma política de “endurecimento”, ao exigir, com sucesso, a saída soviética do Azerbaijão. Mas o fez no molde wilsoniano. Como Roosevelt, Truman negou o equilíbrio de poder, não quis justificar os atos americanos em termos de segurança e buscou, sempre que possível, associá-los a princípios gerais, aplicáveis a toda a humanidade e coerentes com a nova Carta das Nações Unidas. Truman viu a batalha que vinha, entre os Estados Unidos e a União Soviética, como a luta entre o bem e o mal, sem relação com esferas de influência.

Mas esferas de influência política formavam-se de fato, como quer que os estadistas americanos as chamassem, e existiriam até o colapso do comunismo, quatro décadas depois. Sob a liderança dos Estados Unidos, as zonas de ocupação ocidentais na Alemanha

foram englobadas, enquanto a União Soviética transformou os países da Europa Oriental em seus apêndices. As antigas potências do Eixo — Itália, Japão e, após 1949, a República Federal da Alemanha — aos poucos, tomaram o rumo de uma aliança com os Estados Unidos. Embora a União Soviética tenha cimentado o seu domínio sobre a Europa Oriental por meio do Pacto de Varsóvia, essa aliança nominal era obviamente mantida pela coação. Ao mesmo tempo, o Kremlin fez o máximo para cortar o processo de consolidação ocidental, promovendo as guerrilhas na Grécia e manifestações em massa dos partidos comunistas europeus ocidentais, especialmente na França e na Itália.

Os americanos viram que era preciso resistir à expansão soviética. Mas, por tradição, tentaram justificar essa resistência por qualquer outro argumento que não o tradicional equilíbrio de poder. Não o fizeram de maneira hipócrita. Quando admitiram, finalmente, que a visão de Roosevelt dos Quatro Guardiões era inviável, preferiram ver o fato como um contratempo no caminho de uma ordem mundial harmônica. Aqui havia uma questão filosófica. Era a intransigência soviética uma fase passageira, que Washington poderia esperar que acabasse? Deixariam os americanos, sem querer, os soviéticos paranoicos — como diziam o ex-vice-presidente Henry Wallace e seus seguidores — ao não transmitir suas intenções pacíficas a Stalin? Rejeitava Stalin a cooperação pós-guerra com a nação mais forte do mundo? Não lhe interessava ser amigo dos Estados Unidos?

Quando os altos círculos de Washington estavam às voltas com essas perguntas, chegou um documento de um especialista em Rússia — um certo George Kennan, diplomata relativamente novo na embaixada americana em Moscou —, documento este que terminaria por fornecer a estrutura filosófica e conceitual para a interpretação da política externa de Stalin. Caso raro de despacho de embaixada, por si só remodelou a perspectiva de Washington em relação ao mundo e veio a ser conhecido como o Longo Telegrama.¹ Kennan disse que os Estados Unidos não se deviam culpar pela intransigência soviética; as fontes da política externa soviética

brotavam nas profundezas do próprio sistema soviético. Na essência, expôs ele, a política externa soviética era um amálgama do fervor ideológico comunista com o velho expansionismo czarista.

Segundo Kennan, a ideologia comunista era o cerne da visão mundial de Stalin, que considerava as potências capitalistas ocidentais irrecuperavelmente hostis. O atrito entre a União Soviética e os Estados Unidos não era, pois, um mal-entendido ou uma falha de comunicação entre Washington e Moscou, era inerente à percepção de mundo da União Soviética:

No dogma comunista, com seu altruísmo básico de propósitos, eles têm a justificativa para seu medo instintivo do mundo exterior, para a ditadura sem a qual não saberiam governar, para as crueldades que não ousaram não cometer, para os sacrifícios que se acharam obrigados a exigir. Em nome do marxismo, eliminaram todo o valor ético em seus métodos e táticas. Não vivem mais sem ele. É a folha de parreira de sua respeitabilidade moral e intelectual. Sem ele, na melhor das hipóteses, ver-se-iam diante da história como os últimos da longa sucessão de governantes russos cruéis e perdulários, que sempre forçaram seu país a níveis de poderio militar cada vez mais elevados para garantir a segurança externa de regimes internamente fracos [...].²

Desde tempos imemoriais, dizia Kennan, os czares desejaram expandir seu território. Tentaram subjugar a Polônia, fazê-la dependente. Sempre consideraram a Bulgária na esfera de influência da Rússia. E sempre quiseram um porto de águas tépidas no Mediterrâneo, por meio do controle dos estreitos do mar Negro.

No fundo da visão neurótica das questões mundiais que tem o Kremlin, está a insegurança tradicional e instintiva dos russos. De início, foi a insegurança de um povo pacífico e rural, tentando viver em vastas planícies abertas, na vizinhança de ferozes povos nômades. Somou-se, à medida que a Rússia entrou em contato com o Ocidente economicamente avançado, o medo de sociedades mais competentes, mais poderosas e mais organizadas, naquela área. Mas esse último tipo de insegurança era de natureza a mais afligir os governantes que o povo russo; pois os governos russos se têm sentido relativamente arcaicos na forma, frágeis e artificiais em suas bases psicológicas, e sem resistência à comparação ou ao contato com os sistemas políticos dos países ocidentais. Daí o medo da penetração estrangeira, o medo do contato

direto entre seu mundo e o ocidental, o medo do que aconteceria se os russos soubessem a verdade sobre o mundo externo ou os estrangeiros soubessem a verdade sobre o mundo interno. Aprenderam a só buscar segurança na luta paciente e mortal pela destruição completa da potência rival, nunca por acordos com ela.³

Esses eram, afirmou Kennan, os objetivos soviéticos, e não havia adulação americana que os mudasse: os Estados Unidos deviam aferrar-se para uma longa batalha; as metas e as filosofias dos Estados Unidos e da União Soviética eram irreconciliáveis.

A primeira exposição sistemática da nova abordagem foi um memorando do departamento de estado, apresentado a um comitê interministerial em 1º de abril de 1946. Redigido por H. Freeman Matthews, funcionário do ministério, tentava traduzir as observações essencialmente filosóficas de Kennan em uma política externa operacional. Pela primeira vez, um documento americano de política tratou as disputas com a União Soviética como um aspecto endêmico do sistema soviético. Moscou precisava convencer-se “em primeira instância por meios diplomáticos e em última, se necessário, pela força militar, de que o rumo atual de sua política externa só pode resultar em desastre para a União Soviética”.⁴

Queriam dizer, estas palavras ousadas, escritas menos de um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial, que os Estados Unidos defenderiam todas as áreas ameaçadas em toda periferia soviética? Matthews recuou de sua própria ousadia e pôs duas condicionantes. Os Estados Unidos, formulou ele, dominavam o mar e o ar; a União Soviética era suprema em terra. Destacando “nossa inaptidão militar no interior da massa terrestre da Eurásia”, o memorando Matthews limitou o uso da força às áreas onde o poder dos “exércitos soviéticos pode ser enfrentado pelo poder naval, anfíbio e aéreo dos Estados Unidos e de seus aliados potenciais”.⁵ O segundo requisito advertia contra a ação unilateral: “A Carta das Nações Unidas oferece os mais incontestáveis meios aos Estados Unidos, em sua oposição à expansão física soviética”.⁶

Mas onde atendiam-se as duas condições? O memorando Matthews indicava as regiões em risco: “Finlândia, Escandinávia,

Europa Oriental, Europa Central, sudeste europeu, Irã, Iraque, Turquia, Afeganistão, Sinkiang e Manchúria".⁷ Acontece que nenhuma estava dentro do alcance do poder americano. Na sempre exagerada estimativa americana da Inglaterra, o memorando pedia-lhe que fizesse o papel moderador, que os líderes americanos tanto haviam combatido, poucos anos antes (vide [Capítulo 16](#)):

Para impedir a hegemonia soviética na Europa, o Reino Unido precisa continuar sendo a maior potência da Europa Ocidental, econômica e militarmente. Os Estados Unidos devem, portanto [...] oferecer ao Reino Unido todo o apoio factível, político, econômico e, se necessário, militar, dentro da estrutura das Nações Unidas.⁸

O memorando Matthews não explicava de que maneira o alcance estratégico da Inglaterra superava o dos Estados Unidos.

A segunda condição não era mais fácil de atender. Em sua existência curta e inútil, a Liga das Nações mostrara a quase impossibilidade da ação conjunta contra uma grande potência. E o país que o memorando Matthews identificava como principal ameaça à segurança era membro da Organização das Nações Unidas (ONU) e tinha poder de veto. Se as Nações Unidas não agiriam, e os Estados Unidos não poderiam agir, pobre substituto era o pretendido papel da Inglaterra.

Clark Clifford, numa de suas primeiras missões, na longa e ilustre carreira como conselheiro de presidentes, eliminou as ambiguidades e deficiências do memorando Matthews. Num estudo ultrassecreto, datado de 24 de setembro de 1946, Clifford aceitou o ponto de vista de que a linha do Kremlin só poderia ser revertida se o poder soviético fosse contrarrestado: "O principal dissuasor de um ataque soviético, aos Estados Unidos ou a áreas do mundo vitais a nossa segurança, será o poder militar desse país".⁹

Já então, isso era do senso comum. Mas Clifford o fez num trampolim do qual proclamou a missão americana da segurança global, abrangendo "*todos os países democráticos, de qualquer maneira* ameaçados ou postos em perigo pela União Soviética".¹⁰ Não ficou claro o que se entender por "democráticos". Limitava esta

qualificação a defesa americana à Europa Ocidental ou era uma cortesia extensível a qualquer área ameaçada, exigindo que os Estados Unidos defendessem, simultaneamente, as selvas do sudeste da Ásia, os desertos do Oriente Médio e a Europa Central densamente habitada? Com o tempo, a última interpretação dominou.

Clifford rejeitou qualquer semelhança entre a política de contenção que surgia e a diplomacia tradicional. Em sua opinião, o conflito soviético-americano não advinha de interesses nacionais conflitantes — os quais, por definição, poderiam ser negociados — mas de falhas morais da liderança soviética. Assim, a meta da política americana não era restaurar o equilíbrio de poder, mas transformar a sociedade soviética. Assim como, em 1917, Wilson culpava o Kaiser pela necessidade de declarar guerra, e não a ameaça da Alemanha à segurança americana, Clifford atribuía agora as tensões soviético-americanas a “um pequeno grupo governante, não ao povo soviético”.¹¹ Uma grande mudança soviética e talvez um novo grupo governante soviético eram necessários para um acordo global soviético-americano. Num dado momento, dramático, esses novos líderes “farão conosco um acordo justo e imparcial, quando perceberem que somos fortes demais para derrotarem e determinados demais para amedrontarem”.¹²

Nem Clifford nem outro estadista americano envolvido na discussão da Guerra Fria jamais apresentaram os termos para o fim da confrontação ou para o início de negociações com esse objetivo. Enquanto a União Soviética mantivesse sua ideologia, as negociações eram inúteis. Após uma transformação soviética, o acordo seria praticamente automático. Em qualquer situação, adiantar os termos de acordo inibiria a liberdade de ação americana — o mesmo argumento utilizado durante a Segunda Guerra Mundial para evitar a discussão do mundo do pós-guerra.

Os Estados Unidos tinham agora a estrutura conceitual para justificar a resistência prática ao expansionismo soviético. Desde o fim da guerra, as pressões soviéticas haviam seguido o padrão histórico russo. A União Soviética controlava os Bálcãs (exceto a

Iugoslávia) e uma guerrilha campeava na Grécia, apoiada por bases na Iugoslávia comunista e no satélite soviético búlgaro. Faziam-se exigências territoriais à Turquia, com uma solicitação para instalar bases soviéticas nos Estreitos — muito semelhantes às exigências de Stalin a Hitler, em 25 de novembro de 1940 (vide [Capítulo 14](#)).

Desde o fim da guerra, a Inglaterra apoiara a Grécia e a Turquia, econômica e militarmente. No inverno de 1946-47, o governo Attlee informou Washington que não podia mais sustentar essa obrigação. Truman estava disposto ao papel histórico da Inglaterra, de bloquear o avanço russo para o Mediterrâneo, mas nem o público americano nem o congresso aprovariam os fundamentos geopolíticos tradicionais britânicos. A resistência ao expansionismo soviético derivaria de princípios estritamente baseados na abordagem americana de política externa.

Isso ficou claro em uma importante reunião, no dia 27 de fevereiro de 1947, no gabinete oval. Truman, o secretário de estado Marshall e o subsecretário Dean Acheson, tentaram persuadir uma delegação de congressistas, conduzida pelo senador republicano de Michigan, Arthur Vandenberg, da importância da ajuda à Grécia e à Turquia — considerável tarefa, pois os republicanos, tradicionalmente isolacionistas, controlavam ambas as casas do Congresso.

Marshall começou uma análise calma, mostrando a relação entre a ajuda proposta e os interesses americanos. Causou os resmungos de sempre sobre “tirar as castanhas do fogo para a Inglaterra”, a perversidade do equilíbrio de poder e a carga da ajuda externa. Percebendo que o governo estava prestes a perder, Acheson perguntou baixinho a Marshall se era uma briga particular ou ele podia participar. Com a palavra, Acheson, como disse um assistente, “não se fez de rogado”. Corajosamente, apresentou um futuro melancólico em que as forças do comunismo levariam a melhor:

Apenas duas grandes potências permaneceram no mundo [...] os Estados Unidos e a União Soviética. Situação sem paralelo, desde a

época antiga. Desde Roma e Cartago não houve essa polarização de poder sobre a Terra [...] Para os Estados Unidos tomar medidas para fortalecer países ameaçados de agressão soviética ou pela subversão comunista [...] é garantir a segurança nacional — é assegurar a própria liberdade.¹³

Notando que Acheson despertara a reunião, o governo ateve-se à sua linha. Daí em diante, o programa de ajuda greco-turco virou parte de uma luta global entre a democracia e a ditadura. Quando, em 12 de março de 1947, Truman anunciou a doutrina que receberia o seu nome, ele abandonou o aspecto estratégico da análise de Acheson e falou em termos wilsonianos tradicionais de batalha entre dois modos de vida:

Um modo de vida baseia-se na vontade da maioria e caracteriza-se por instituições abertas, governo representativo, eleições livres, garantias individuais, liberdade de expressão e de culto, e ausência de opressão política. O outro modo de vida baseia-se na vontade de uma minoria, imposta à força sobre a maioria, e caracteriza-se pelo terror e pela opressão, com rádio e imprensa controlados, eleições com resultados predeterminados e supressão das liberdades individuais.¹⁴

Além disso, ao defender países independentes, os Estados Unidos agiam em nome da democracia e da comunidade global, embora um veto soviético impedisse o endosso formal da ONU: "Ajudando nações livres e independentes a preservarem sua liberdade, os Estados Unidos efetivam os princípios da Carta das Nações Unidas".¹⁵

Se os soviéticos conhecessem história americana, teriam compreendido a natureza ameaçadora do que o presidente dissera. A Doutrina de Truman foi um marco, pois quando os Estados Unidos chamaram a União Soviética para um duelo moral, o tipo de *Realpolitik* que Stalin compreendia se esgotou, e concessões recíprocas ficaram inviáveis. Daí em diante, o conflito só se resolveria pela mudança dos objetivos soviéticos, pelo colapso do sistema soviético, ou por ambos.

Truman anunciou sua doutrina como “a política dos Estados Unidos de apoio aos povos livres, que resistem à tentativa de subjugação por minorias armadas ou pressões externas”.¹⁶ Inevitavelmente, críticas ao objetivo de defender a democracia surgiram em ambas as extremidades do espectro intelectual: uns protestaram que os Estados Unidos defendiam países, por mais importantes que fossem, moralmente indignos; outros objetaram que os Estados Unidos se comprometiam com a defesa de sociedades, livres ou não, indiferentes à segurança americana. Era uma ambiguidade permanente, que gerou debates dos fins americanos em quase todas as crises e que não terminou até hoje. Desde então, a política externa americana tem sido obrigada a navegar entre os que a julgam amoral e os que a criticam por ir além dos interesses nacionais por moralismo messiânico.

Uma vez definida a ameaça ao próprio futuro da democracia, os Estados Unidos não podiam esperar que ocorresse uma guerra civil, como na Grécia; era do caráter nacional tentar a cura. Em 5 de junho, menos de três meses depois do anúncio da Doutrina de Truman, o secretário Marshall, num discurso de formatura em Harvard, fê-lo exatamente, ao empenhar os Estados Unidos na erradicação das condições sociais e econômicas que atraíam a agressão. A América ajudaria na recuperação europeia, avisou Marshall, para evitar “distúrbios políticos” e “desespero”, restaurar a economia mundial e estimular instituições livres. Portanto, “qualquer governo, disposto a cooperar na recuperação, terá ajuda plena, estou certo, do governo dos Estados Unidos”.¹⁷ Em outras palavras, o Plano Marshall era acessível mesmo aos governos de satélites soviéticos — sinal compreendido em Varsóvia e em Praga, e com igual rapidez suprimido por Stalin.

Com uma plataforma de reformas sociais e econômicas, os Estados Unidos anunciaram oposição a qualquer país, assim como a quaisquer organizações, que dificultassem o processo da recuperação europeia. Marshall definiu estas como o partido comunista e suas organizações de frente: “[...] governos, partidos políticos ou grupos que buscam perpetuar a miséria humana para

dela tirar proveito, politicamente ou de outra maneira, terão de se haver com a reação americana".¹⁸

Só um país idealista, pioneiro e meio inexperiente, como os Estados Unidos, apresentaria um plano de recuperação econômica *mundial*, baseado unicamente em seus próprios recursos. No entanto, o escopo dessa visão levou ao engajamento nacional que animou a geração da Guerra Fria até a vitória final. O programa de recuperação econômica, disse Marshall, não seria "contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos".¹⁹ Como na Carta do Atlântico, uma cruzada global contra a fome e o desespero foi a melhor maneira de chegar aos americanos do que apelos a interesses imediatos ou ao equilíbrio de poder.

Ao final de todas essas iniciativas, mais ou menos aleatórias, apareceu um documento que foi, por mais de uma geração, a bíblia da *política de contenção* e até lhe deu o nome. Todos os fios do pensamento americano do pós-guerra foram enfeixados num extraordinário artigo, publicado em julho de 1947, na revista *Foreign Affairs*. Embora anonimamente assinado "X," seu autor, soube-se depois, foi George F. Kennan, nessa época chefe de planejamento do departamento de estado.

Dentre os milhares de artigos escritos desde o final da Segunda Guerra Mundial, "As Fontes da Conduta Soviética", de Kennan, é de uma categoria muito especial. Nesta adaptação literária, vigorosa e lúcida, do seu Longo Telegrama, Kennan elevou a ameaça soviética ao nível de filosofia da história.

Quando saiu o artigo de Kennan, a intransigência soviética era lugar-comum nos documentos americanos. A principal contribuição de Kennan foi mostrar que a hostilidade às democracias era inerente à estrutura soviética interna e por que essa estrutura era infensa a políticas conciliatórias ocidentais.

A tensão com o mundo exterior era imanente à filosofia comunista e, sobretudo, ao sistema soviético interno. Sendo o partido o único grupo organizado internamente, o restante da sociedade era massa rudimentar, fragmentada. Assim, a hostilidade

implacável da União Soviética ao mundo exterior era uma tentativa de engrenar os assuntos internacionais ao seu próprio funcionamento interno. A grande preocupação da política soviética era “saber que ocupou cada fresta e cada nicho da bacia geológica do poder mundial. Mas, ante barreiras incontornáveis, aceita filosoficamente e acomoda-se a elas [...] Não há, na psicologia soviética, o menor vestígio de que a meta deva ser atingida em tempo certo”.²⁰

A maneira de superar a estratégia soviética era “uma política firme de contenção, opondo aos russos uma contraforça inarredável, em cada local onde deem sinais de passar dos limites, prejudicando um mundo estável e pacífico”.²¹

Como quase todos os documentos da época referentes à política externa, o artigo “X” de Kennan deixava de formular metas diplomáticas precisas. O que esboçou era o velho sonho americano da paz pela conversão do inimigo, embora em linguagem mais elevada e com muito maior acuidade que qualquer contemporâneo. Onde Kennan diferiu de outros especialistas foi na descrição do mecanismo pelo qual, mais cedo ou mais tarde, numa prova de força ou noutra, o sistema soviético mudaria nos fundamentos. Como o sistema jamais conseguiu a transferência “legítima” do poder, Kennan admitia que, em algum momento, vários disputantes da autoridade poderiam

descer a essas massas inexperientes e politicamente imaturas, buscando apoio. Se isso um dia ocorrer, estranhas consequências resultarão para o partido comunista, pois a participação dos filiados só se exerce com disciplina e obediência férreas, não pela arte do meio-termo e da acomodação [...] Assim, se algo vier a acontecer que rompa a unidade e a eficácia do partido como instrumento político, a Rússia soviética pode mudar da noite para o dia, de uma das mais fortes para uma das mais fracas e deploráveis sociedades nacionais.²²

Nenhum documento anteviu com tamanha precisão o que de fato ocorreria com o advento de Mikhail Gorbachev. E na esteira de tão completo colapso da União Soviética, pode parecer lamúria comentar a pesadíssima receita de Kennan, que impôs aos Estados

Unidos combaterem os avanços soviéticos por um tempo futuro indefinido e numa vasta periferia, abrangendo culturas da Ásia, do Oriente Médio e da Europa. O Kremlin podia, além disso, escolher livremente seu ponto de ataque, presumivelmente, onde calculasse levar maior vantagem. No decorrer de muitas crises, o objetivo *político* americano pareceu ser a simples manutenção do *status quo*, com o colapso final do comunismo deixado para resultar do esforço global, somente após uma longa série de conflitos claramente indecisivos. Foi a maior prova do otimismo nacional e da autoconfiança americana, que um observador sofisticado, como George Kennan, haja atribuído à sociedade um papel tão global, tão severo e, ao mesmo tempo, apenas reativo.

Essa doutrina dura, mesmo heroica, de luta permanente, comprometeu o povo americano em disputas intermináveis, com regras que davam a iniciativa ao adversário e limitavam o papel americano ao fortalecimento de países já de seu campo — clássica política de esferas de influência. Ao repudiar negociações, a política de contenção perdeu tempo precioso no período de maior força relativa dos Estados Unidos — em que ainda tinham o monopólio atômico. Na realidade, pela premissa da contenção — de que ainda faltava montar posições de força — a Guerra Fria por um lado militarizou-se, e por outro, deu a falsa impressão de fraqueza relativa do Ocidente.

Redimir a União Soviética tornou-se, deste modo, a meta política fundamental; só haveria estabilidade com o mal exorcizado. Não surpreende que o artigo de Kennan fechasse com uma peroração pregando as virtudes da paciência a seus compatriotas impacientes e amantes da paz e interpretando-lhes o papel como provação do país:

A questão das relações soviético-americanas é na essência um teste do valor global dos Estados Unidos como nação entre nações [...] O observador mais profundo das relações russo-americanas não se deve queixar da ameaça do Kremlin à sociedade americana. Antes deve ser grato à Divina Providência que, ao propiciar ao povo americano esse desafio implacável, fez sua segurança como nação depender de sua

união e de sua aceitação da liderança moral e política que a história claramente lhe reservou.²³

Um aspecto notável destes sentimentos nobres era sua ambivalência peculiar. Conclamavam os Estados Unidos a uma missão global, mas tornavam a tarefa tão complexa que os Estados Unidos praticamente se romperiam tentando. Contudo, a própria ambivalência da contenção parecia dar um ímpeto extraordinário à política americana. Embora essencialmente passiva na diplomacia com a União Soviética, a contenção evocou uma imensa criatividade quando se tratou de criar as “posições de força” nas áreas militar e econômica. É que, embutidas na contenção, estavam as lições e convicções tiradas das duas experiências americanas mais importantes da geração anterior: do New Deal nasceu a crença de que ameaças à estabilidade política provêm de discrepâncias entre as expectativas econômicas e sociais e a realidade, daí o Plano Marshall; da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aprenderam que a melhor proteção contra agressores é ter um poder esmagador e disposição para empregá-lo, daí a Aliança Atlântica. O Plano Marshall destinava-se a recuperar a Europa economicamente. A Otan destinava-se a cuidar da sua segurança.

A Otan foi a primeira aliança militar em tempo de paz na história americana. O estímulo imediato foi o golpe comunista na Tchecoslováquia, em fevereiro de 1948. Anunciado o Plano Marshall, Stalin acelerou o controle comunista da Europa Oriental. Ele tornou-se rígido, até paranoico, quanto à fidelidade dos países da Europa Oriental a Moscou. Foram expurgados líderes comunistas de uma vida inteira, suspeitos de acolherem, ligeiramente, quaisquer sentimentos nacionalistas. Na Tchecoslováquia, os comunistas haviam saído de eleições livres como o partido mais forte e controlavam o governo. Mesmo isso não bastou para Stalin. O governo eleito foi deposto e o ministro do exterior, o não comunista Jan Masaryk, filho do fundador da República da Tchecoslováquia, caiu da janela de seu gabinete para a morte, quase certamente empurrado por sicários comunistas. Estabeleceu-se uma ditadura comunista em Praga.

Pela segunda vez em uma década, Praga foi o símbolo ao redor do qual se organizou a resistência ao totalitarismo. Assim como a ocupação nazista de Praga fora a gota d'água que fez a Inglaterra dar um basta em 1939, o golpe comunista nove anos depois levou os Estados Unidos e as democracias da Europa Ocidental a unirem-se na resistência a um destino semelhante para qualquer outro país europeu.

A brutalidade do golpe tcheco reacendeu os temores de que os soviéticos patrocinassem outras tomadas do poder similares — estimulando um *coup d'état* comunista, reconhecendo o novo governo comunista e utilizando força militar para apoiá-lo. Em abril de 1948, vários países da Europa Ocidental formaram o Pacto de Bruxelas — pacto defensivo destinado a repelir tentativas de derrubar governos democráticos pela força. Cada análise de poder relativo indicava, no entanto, que a Europa Ocidental simplesmente não tinha força suficiente para repelir um ataque soviético. Assim, surgiu a Otan, modo de associar a América à defesa da Europa Ocidental. A Otan causou um desvio sem precedentes na política externa americana: forças americanas, juntamente com canadenses, uniram-se aos exércitos da Europa Ocidental sob um comando internacional. O resultado foi um confronto entre duas alianças militares e duas esferas de influência ao longo de toda a extensão da linha divisória, na Europa Central.

Mas o processo não foi visto assim na América. O wilsonismo era forte demais para permitir que se chamasse de aliança qualquer arranjo para manter o *status quo* territorial da Europa. Todo membro do governo Truman fez o que pôde para tirar da Otan qualquer semelhança com uma coalizão tradicional de equilíbrio de poder. Considerando sua meta tão repetida de criar “posições de força”, isso exigiu uma boa dose de inventividade. Os porta-vozes do governo mostraram-se à altura da tarefa. Quando Warren Austin, ex-senador, embaixador das Nações Unidas, depôs em nome da Otan, na comissão de relações exteriores do Senado em abril de 1949, ele resolveu o problema comunicando a morte do equilíbrio de poder.

O equilíbrio de poder, veterano idoso, recebeu dispensa por conveniência do serviço quando se formou a ONU. A iniciativa de as Nações Unidas combinarem esforços numa organização internacional para manter a paz e a segurança e, com este objetivo, tomar medidas coletivas eficazes, introduziu formalmente a preponderância do poder de paz. Com isto, não sobrou espaço para o velho equilíbrio de poder.²⁴

A comissão aceitou o conceito. A maioria dos depoentes da Aliança Atlântica apoiou-se em grande parte num livreto do departamento de estado intitulado "A diferença entre o Tratado do Atlântico Norte e as alianças militares tradicionais".²⁵ Este extraordinário documento afirmava ser um levantamento histórico de sete alianças que datavam do início do século XIX, da Santa Aliança de 1815, ao Pacto Nazi-Soviético de 1939. Concluía que o Tratado do Atlântico Norte diferia de todas, "na forma e no conteúdo". "A maioria" das alianças tradicionais, enquanto negava "piamente intenções agressivas ou expansionistas", tinha outros fins além dos defensivos.

Pasme-se, o documento do departamento de estado afirmava que a Otan não visava defender o *status quo* na Europa, certamente uma novidade para os aliados dos Estados Unidos. A Aliança Atlântica mantinha princípios, dizia, não territórios; não resistia a mudanças, mas ao uso da força para mudar. A análise concluía que o Tratado do Atlântico Norte "não é contra ninguém; é unicamente contra a agressão. Não visa modificar um 'equilíbrio de poder', antes quer fortalecer o 'equilíbrio de princípios'". O documento saudava o Tratado do Atlântico e seu coevo, o Tratado do Rio de Janeiro para a defesa do Hemisfério Ocidental, como "avanços no conceito de segurança coletiva", e endossava a opinião do presidente da comissão, senador Tom Connally, de que o tratado não constituía uma aliança militar, mas "uma aliança contra a própria guerra".²⁶

Nenhum estudante de história passaria no exame com tal análise. Historicamente, as alianças raramente indicavam os países contra os quais se formavam. Descreviam as condições que desencadeariam a aliança — exatamente como fez a Otan. Como, desde 1949, a União Soviética era o único agressor potencial na

Europa, tornava-se ainda menos necessário dar nome aos bois. A insistência de que os Estados Unidos defendiam princípios, e não territórios, era a quintessência americana e não tranquilizava os países cujo maior medo era a expansão territorial soviética. O argumento de que se resistia a mudanças pela força e não a mudanças em si mesmas era lugar-comum também inquietante; em toda a longa história da Europa não era possível enumerar muitas mudanças territoriais resultantes doutra coisa que a força.

Contudo, poucos documentos do departamento de estado foram recebidos com aprovação tão irrestrita pela comissão de relações exteriores do senado, normalmente tão cautelosa, como foi este. O senador Connally foi incansável na promoção da tese do governo de que a intenção da Otan era resistir ao conceito da agressão, não a uma nação específica. Um trecho do depoimento do secretário de estado Dean Acheson atesta o entusiasmo imbatível de Connally:

O PRESIDENTE (Senador Connally): Bem, senhor secretário, o senhor expôs muito claramente sua opinião — não custa reiterá-la — de que este tratado não visa a nenhuma nação em particular. Aponta, tão somente, a qualquer nação ou qualquer país que tencione agredir ou inicie agressão armada a algum dos signatários. Está correto?

SECRETÁRIO ACHESON: Correto, senador Connally. Não está voltado contra qualquer país, unicamente contra a agressão armada.

O PRESIDENTE: Em outras palavras, a menos que uma nação, que não as signatárias, contemple, considere ou faça planos de agressão ou ataque armado a qualquer outra nação, não tem ela motivos para temer este tratado.

SECRETÁRIO ACHESON: Correto, senador Connally, e a mim parece que a nação que botar a carapuça e afirmar que este tratado é contra ela deveria lembrar-se da admoestação bíblica de que “o culpado foge quando ninguém o persegue”.²⁷ (Provérbios 28:1)

Tendo a comissão absorvido o espírito do assunto, ela praticamente depôs por todas as outras testemunhas — como, por exemplo, durante este diálogo com o secretário da defesa, Louis Johnson:

O PRESIDENTE: Este tratado, na realidade, não é uma aliança militar geral em qualquer sentido. Limita-se à defesa contra o ataque armado.

SECRETÁRIO JOHNSON: Sim, senhor.

O PRESIDENTE: É exatamente o oposto da aliança militar.

SENADOR TYDINGS: É inteiramente defensivo.

O PRESIDENTE: Inteiramente defensivo. É uma aliança de paz, se alguém desejar chamá-la de aliança.

SECRETÁRIO JOHNSON: Aprecio vossa linguagem.

O PRESIDENTE: É uma aliança contra o ataque armado, uma aliança contra a guerra, e não compartilha das obrigações básicas de uma aliança militar da maneira como as conhecemos. Está correto?

SECRETARIO JOHNSON: Está correto sim, senhor.²⁸

Em suma, a Aliança Atlântica, não sendo, na realidade, uma aliança, aspirava à universalidade moral. Representava a maioria do mundo contra a minoria de desordeiros. Em certo sentido, o papel da Aliança Atlântica era agir até o Conselho de Segurança da ONU “tomar as medidas necessárias para restaurar a paz e a segurança”.²⁹

Dean Acheson foi um secretário de estado excepcionalmente culto, que conhecia história. Pode-se imaginar o brilho sardônico dos seus olhos, enquanto deixava o presidente da comissão rezar por seu catecismo. Acheson tinha um senso claro das exigências do equilíbrio de poder; como se vê em muitas análises sutis de questões geoestratégicas.³⁰ Mas era bem americano na maneira de ver a diplomacia para convencer-se de que, entregue a si mesma, a Europa fizera uma balbúrdia no equilíbrio de poder e que, para o conceito de equilíbrio significar algo para os americanos, era preciso envolvê-la em algum ideal mais sublime. Em discurso à Associação de Alunos de Harvard, muito depois da ratificação do tratado, Acheson ainda defendia a Aliança Atlântica no estilo tipicamente americano — como uma nova abordagem das questões internacionais: “[...] fomentou a cooperação internacional pela paz, pelos direitos humanos, pela melhoria de vida e pelo respeito ao princípio dos direitos iguais e da autodeterminação dos povos”.³¹

Quer dizer, os Estados Unidos fariam tudo pela Aliança Atlântica, menos chamá-la de aliança. Adotariam uma política histórica de coalizão, se os atos fossem justificados pela doutrina da segurança coletiva, que Wilson primeiro apresentara como alternativa ao

sistema de alianças. Desse modo, o equilíbrio de poder europeu ressuscitava por meio de uma retórica exclusivamente americana.

Importante como a Aliança Atlântica, embora menos notável ao público americano, foi a criação da República Federal da Alemanha pela fusão das zonas de ocupação americana, inglesa e francesa. Por um lado, o novo estado desmanchava a obra de Bismarck, pois, num futuro indefinido, a Alemanha permaneceria dividida. Por outro lado, a existência da República Federal era um desafio contínuo à presença soviética na Europa Central, visto que esta república jamais aceitaria o estado soviético e comunista da Alemanha Oriental (que os soviéticos criaram com sua zona de ocupação). Por duas décadas, a República Federal da Alemanha recusou-se a reconhecer o que se chamou República Democrática Alemã e ameaçava romper relações diplomáticas com o país que a reconhecesse. Após 1970, a República Federal da Alemanha abandonou a Doutrina de Hallstein e estabeleceu relações diplomáticas com o satélite alemão oriental, embora sem abrir mão do direito de falar em nome de toda a população alemã.

A determinação com que os Estados Unidos se lançaram a preencher o vácuo de poder na Europa surpreendeu mesmo os defensores mais fervorosos da política de contenção. “Pouco me parecia possível, no final de 1944”, disse Churchill, posteriormente, “que o Departamento de Estado, apoiado pela opinião americana esmagadora, em algo mais que dois anos, não só adotaria e daria continuidade ao caminho que havíamos aberto, mas faria esforços veementes e onerosos, mesmo no sentido militar, por um resultado”.³²

Quatro anos após a rendição incondicional das Potências do Eixo, a ordem internacional apresentava muitas semelhanças com o período anterior à Primeira Guerra Mundial: duas alianças rígidas com espaço muito reduzido, entre elas, para manobras diplomáticas, uma frente à outra, dessa vez em todo o globo. Havia, entretanto, pelo menos uma diferença crucial: as alianças de antes da Primeira Guerra Mundial mantiveram-se unidas por temerem que a troca de alianças por um dos parceiros derrubasse a estrutura na qual

identificavam sua segurança. Aliás, permitiu-se que o sócio mais belicoso levasse os outros ao abismo. Na Guerra Fria, cada campo era dominado por uma superpotência indispensável, e relutante ante riscos, o suficiente para impedir que um aliado arrastasse o mundo a uma guerra. E a existência de armas nucleares evitou a ilusão de julho de 1914 — de que a guerra seria curta e sem dor.

A liderança americana da aliança garantiu que a nova ordem internacional se justificasse em termos morais e, ocasionalmente, até mesmo messiânicos. Os americanos fizeram esforços e sacrifícios, sem precedentes em coalizões de períodos de paz, com apelo a valores fundamentais e a soluções amplas em lugar de cálculos de segurança nacional e de equilíbrio, que haviam caracterizado a diplomacia europeia.

Depois, críticos destacaram o dito cinismo da retórica moral. Mas ninguém que conhecesse os formuladores da política de contenção poderia duvidar de sua sinceridade. Nem teriam os Estados Unidos enfrentado quatro décadas de trabalho extenuante por uma política que não lhes refletisse os mais profundos valores e ideais. Mostra-o a dose em que valores morais impregnavam documentos oficiais, mesmo os mais sigilosos, que jamais seriam de conhecimento público.

Um exemplo é o documento do Conselho de Segurança Nacional, National Security Council Report 68 (NSC-68), redigido em abril de 1950, que devia ser a posição americana oficial em estratégia da Guerra Fria. O NSC-68 formulava os interesses da nação muito em termos morais. Para ele, as derrotas morais eram ainda mais perigosas que as materiais:

[...] a derrota de instituições livres numa parte do mundo é uma derrota em todas as partes do mundo. O choque que tivemos com a destruição da Tchecoslováquia não foi consequência da grande importância material da Tchecoslováquia para nós. No sentido material, sua capacidade já estava à disposição dos soviéticos. Mas, com a integridade das instituições tchecas atingida, foi na escala intangível de valores que registramos a perda, mais prejudicial que a perda material que já havíamos sofrido.³³

Com os interesses vitais igualados aos princípios morais, os objetivos estratégicos americanos definiram-se em termos de mérito, não em termos de poder — para “fortalecermo-nos, tanto na afirmação de nossos valores na conduta da vida nacional quanto no poderio político e econômico”.³⁴ A doutrina dos Fundadores, de que sua nação era modelo de liberdade para toda a espécie humana, permeou a filosofia americana da Guerra Fria. Rejeitando a linha americana de pensamento expressa na advertência de John Quincy Adams contra “sair em busca de monstros para matar”, os redatores do NSC-68 optaram pela visão alternativa do cruzado: “Só pela afirmação prática, no exterior como em casa, dos nossos valores essenciais, podemos preservar a nossa própria integridade, na qual reside a verdadeira derrota dos desígnios do Kremlin”.³⁵

Nesses termos, o objetivo da Guerra Fria era a conversão do adversário: “Incitar a transformação fundamental da natureza do sistema soviético”, definida como “a aceitação soviética dos requisitos, limitados e específicos, necessários para um ambiente internacional em que possam florescer instituições livres e onde os povos russos terão nova oportunidade de resolver seu próprio destino”.³⁶

Embora o NSC-68, a seguir, descrevesse as medidas militares e econômicas vitais para situações de força, seu tema central não eram as concessões mútuas da diplomacia tradicional, nem um desfecho apocalíptico. A relutância em utilizar; ou ameaçar utilizar, armas nucleares, no período do monopólio atômico dos Estados Unidos, foi racionalizada de forma tipicamente americana: a vitória por esses meios seria temporária, portanto inadequada. Quanto à solução negociada, “[...] a única base concebível para um acordo geral seria a das esferas de influência e de não influência — ‘acordo’ que o Kremlin logo usaria em grande proveito próprio”.³⁷ Quer dizer, os Estados Unidos recusavam-se a vencer uma guerra, ou aceitar solução, que não convertesse o inimigo.

Apesar de todo seu realismo ostensivamente prático, o NSC-68 começava com uma prédica sobre a democracia e concluía com a peroração de que a história, por fim, favoreceria a América. A

singularidade desse documento foi o acoplamento de direitos universais com renúncia à força. Jamais uma Grande Potência fixara objetivos tão exigentes de seus próprios recursos, sem nenhuma expectativa de reciprocidade, além da disseminação de seus valores nacionais. A serem alcançados pela reforma global, não pela vitória global, caminho habitual dos cruzados. Aconteceu que, para tal empreendimento, a força americana foi, por um breve momento, de uma superioridade sem precedentes malgrado o fato de os Estados Unidos se convencerem de que eram relativamente fracos em termos militares.

Naquelas etapas iniciais da viagem rumo à contenção, ninguém podia imaginar a tensão que ainda cairia sobre o psiquismo americano, proveniente de conflitos cuja meta principal era a mudança interior do adversário e carentes de quaisquer critérios para se avaliar o sucesso de cada passo. Seria inacreditável, para aqueles confiantes líderes americanos, que seu país, em duas décadas, passaria por um conflito interno e uma dolorosa dúvida antes que se realizasse a predição do colapso do comunismo. Por ora, ocupavam-se totalmente em preparar os Estados Unidos para seu novo papel internacional, esgrimindo com as críticas à mudança revolucionária da política externa americana.

À medida que, lentamente, a política de contenção tomava forma, vieram as críticas de três diferentes escolas de pensamento. A primeira partiu dos "realistas", exemplificados em Walter Lippmann, argumentando que a política de contenção conduzia ao esgarçamento psicológico e geopolítico e drenava os recursos americanos. O porta-voz da segunda escola de pensamento foi Winston Churchill, que se opunha ao adiamento das negociações até depois que se alcançassem as posições de força. Para Churchill a posição do Ocidente jamais seria, novamente, tão forte quanto no início do que veio a ser a Guerra Fria, e que sua posição relativa de negociação só poderia, então, piorar. Finalmente, Henry Wallace, que antes de mais nada negava aos Estados Unidos o direito moral de aplicar a política de contenção. Afirmando a equivalência moral entre ambos os lados, Wallace argumentava que a esfera de

influência soviética na Europa Central era legítima e que a resistência americana só aumentava a tensão. Ele insistia no retorno ao que julgava ser a política de Roosevelt: acabar com a Guerra Fria por uma decisão unilateral.

Como representante mais eloquente dos realistas, Walter Lippmann recusava a ideia de Kennan, de que a sociedade soviética continha as sementes de sua própria decadência. Considerava a teoria especulativa demais para ser o fundamento da política americana:

Na avaliação do senhor "X" não há reservas para dias ruins. Não há margem de segurança para o azar, a má administração, erro ou imprevistos. Por ele, devemos admitir que o poder soviético já decai. Exorta-nos a crer que nossas melhores esperanças em breve serão realidade.³⁸

A política de contenção, argumentava Lippmann, sorveria os Estados Unidos para as hinterlândias da extensa periferia soviética, abrangendo muitos países que não eram, para início de conversa, estados no sentido moderno. Enredos militares distantes, que não poderiam melhorar a segurança americana e lhe solapariam a determinação. A contenção, segundo Lippmann, permitia à União Soviética escolher os pontos de máximo transtorno para os Estados Unidos, enquanto mantinha a iniciativa diplomática e mesmo militar.

Lippmann destacou a importância de critérios para a definição de áreas onde era de interesse americano vital conter a expansão soviética. Sem tais critérios, os Estados Unidos teriam de montar uma "feira heterogênea de satélites, clientes, dependentes e fantoches", permitindo aos recém-aliados explorar a política de contenção para seus próprios fins. Os Estados Unidos cairiam na armadilha de sustentar regimes inviáveis, deixando a Washington a triste escolha entre "o apaziguamento, a derrota e passar vergonha, ou [...] apoiá-los (aos aliados) a um custo incalculável".³⁹

De fato, uma análise profética do que esperava os Estados Unidos, embora a solução proposta por Lippmann fosse incompatível com a tradição universalista americana, mais próxima à expectativa

de Kennan de um fim apocalíptico. Lippmann pedia uma política externa americana orientada por uma análise, caso a caso, dos interesses americanos, em vez de princípios gerais considerados de aplicação universal. Para ele, a política americana devia tratar menos da derrubada do sistema comunista e voltar-se mais para a restauração do equilíbrio de poder na Europa — desfeito pela guerra. A política de contenção implicava divisão sem prazo da Europa, quando o verdadeiro interesse americano era banir o poder soviético do centro do continente europeu:

Há mais de 100 anos, todos os governos russos tentam expandir-se na Europa Oriental. Mas, somente quando o Exército Vermelho alcançou o rio Elba, os governantes da Rússia puderam realizar as ambições do Império Russo e os objetivos ideológicos do comunismo. Uma política correta teria, portanto, como principal meta, um acordo que produzisse a evacuação da Europa [...] O poder americano deve atuar, não para “conter” os russos em pontos dispersos, mas para pôr em xeque toda a máquina militar russa e exercer pressão crescente, em apoio a uma política diplomática com o objetivo concreto de um acordo que signifique a retirada.⁴⁰

O destino foi certamente pródigo em talentos oferecidos aos Estados Unidos, no período imediato do pós-guerra. Os líderes políticos americanos eram homens notáveis e experientes. E atrás deles um reservatório de personalidades eminentes como John McCloy, Robert Lovett, David Bruce, Ellsworth Bunker, Averell Harriman e John Foster Dulles, entrando e saindo do governo e sempre disponíveis para servir ao presidente em base não partidária.

Dentre seus intelectuais, os Estados Unidos aproveitaram do pensamento de Lippmann e de Kennan, no auge. Kennan captou corretamente as fraquezas do comunismo; Lippmann previu com precisão os desenganos de uma política externa reativa, baseada na contenção. Kennan pediu tolerância, a fim de permitir que atuassem as tendências inevitáveis da história; Lippmann pediu iniciativa diplomática, para produzir um acordo europeu, enquanto os Estados Unidos ainda preponderassem. Kennan possuía melhor compreensão intuitiva das fontes da sociedade americana; Lippmann, por outro

lado, percebia a tensão vindoura do impasse, aparentemente sem fim, e das causas duvidosas que a política de contenção poderia levar os Estados Unidos a apoiarem.

No final, a análise de Lippmann teve um número substancial de seguidores, embora mais entre os adversários da confrontação com a União Soviética. E sua aprovação baseava-se num único aspecto dos seus argumentos, enfatizando a sua crítica e ignorando sua receita. Anotaram o pedido de Lippmann de objetivos mais limitados, porém desprezaram sua recomendação de uma diplomacia mais ofensiva. Sucedeu, então, que nos anos 1940, a mais convincente estratégia alternativa à doutrina da contenção partiu de ninguém menos que Winston Churchill, na época líder da oposição no parlamento.

Churchill recebera amplo crédito por ter inaugurado a Guerra Fria em seu discurso da Cortina de Ferro, em Fulton, Missouri. Em cada etapa da Segunda Guerra Mundial, Churchill buscara limitar o expansionismo soviético, tentando melhorar a posição de negociação das democracias no pós-guerra. Churchill apoiou a política de contenção, mas, para ele, esta jamais foi um fim em si mesma. Não querendo esperar passivamente pelo colapso do comunismo, buscou moldar a história, em vez de deixar que ela fizesse o seu trabalho por ele. O que ele buscava era um acordo negociado.

O discurso de Churchill, em Fulton, mal e mal insinuou o tópico de negociações. Em 9 de outubro de 1948, em Llandudno, no País de Gales, Churchill retomou seu argumento de que a posição de negociação do Ocidente nunca seria melhor do que naquele momento. Num discurso pouco lembrado, disse:

Pergunta-se: que acontecerá quando eles próprios tiverem a bomba atômica, e em grande estoque? Podeis imaginar por vós mesmos, tendo em vista o que está acontecendo agora. Se as coisas queimam desse jeito com madeira verde, imaginem com madeira seca [...] Ninguém, com algum juízo, pode achar que temos tempo de sobra. Deveríamos resolver logo o assunto e fazer um acordo final. Não ir levando a situação, imprevidentes, incompetentes, esperando que ocorra alguma coisa, no sentido de que algo ruim ocorra conosco. As Nações Ocidentais

melhor chegarão a um acordo duradouro, sem sangue, se formularem suas exigências justas enquanto têm o poder atômico, e antes que os comunistas russos o tenham também.⁴¹

Dois anos depois, Churchill fez o mesmo apelo na Câmara dos Comuns: as democracias eram fortes para negociar e, se esperassem, só se enfraqueceriam. Num discurso, defendendo o rearmamento da Otan, em 30 de novembro de 1950, ele advertiu que armar o Ocidente não alteraria, por si, a posição de barganha, que, no final, dependeria do monopólio atômico americano:

[...] ainda que esteja certo aumentar nossas forças o mais rápido que pudermos, nada disso, no período que mencionei, retira da Rússia sua real superioridade no que ora chamamos de armas convencionais. O que fará, sim, é dar-nos unidade crescente na Europa, mais meios de dissuadir a agressão [...] Sou, portanto, a favor de um acordo com a Rússia soviética, assim que a oportunidade adequada surgir; e de intentá-lo enquanto a incomensurável superioridade da organização da bomba atômica dos Estados Unidos contrabalançar o predomínio soviético, em todos os outros aspectos militares.⁴²

Para Churchill, a posição de força já existia; para os líderes americanos, ainda estava por ser criada. Churchill via negociações como a forma de relacionar o poder à diplomacia. E, embora nunca o tenha dito claramente, suas declarações indicam fortemente que ele pensava nalgum tipo de *ultimatum* diplomático das democracias ocidentais. Os americanos rechaçaram empregar seu monopólio atômico, mesmo como ameaça. Churchill queria diminuir a área de influência soviética, mas aceitava coexistir com o poder soviético dentro de limites. Os americanos tinham antipatia quase visceral por esferas de influência. Queriam destruir, não diminuir, a esfera do adversário. Preferiam esperar pela vitória total e pelo colapso do comunismo, malgrado o tempo que levasse, para dar uma solução wilsoniana ao problema da ordem mundial.

A divergência reduziu-se a uma diferença de experiências históricas entre Inglaterra e Estados Unidos. A gente de Churchill estava acostumada a resultados imperfeitos; Truman e os seus conselheiros vinham de uma tradição em que, uma vez reconhecido

um problema, era superado pelo emprego de vastos recursos. Daí, a preferência americana por soluções completas e a desconfiança pelo meio-termo, especialidade britânica. Churchill não teve dificuldade conceitual em combinar a busca de posições de força com diplomacia ativa por um acordo. Já os americanos consideravam esses trabalhos fases sucessivas — como na Segunda Guerra Mundial e, novamente, na Coreia e no Vietnã. Prevaleceu o ponto de vista americano, pois os Estados Unidos eram mais fortes que a Inglaterra e porque Churchill, líder da oposição britânica, não estava em posição de insistir em sua estratégia.

No final, a objeção mais barulhenta e persistente à política americana não partiu da escola realista de Lippmann, nem do pensamento de equilíbrio de poder de Churchill, mas de uma tradição com raízes profundas no pensamento radical americano. Enquanto Lippmann e Churchill aceitavam a premissa do governo Truman, de que o expansionismo soviético era uma séria ameaça, apenas contestando a estratégia de resistência, os críticos radicais objetavam a todos os aspectos da política de contenção. Henry Wallace, vice-presidente no terceiro mandato de Roosevelt, ex-secretário de agricultura e secretário do comércio no governo Truman, era seu principal representante.

Produto da tradição populista americana, Wallace guardava uma permanente desconfiança *yankee* da Inglaterra. Como a maioria dos liberais, desde Jefferson, insistia que “os mesmos princípios morais da vida privada deveriam vigorar também nas questões internacionais”.⁴³ Para Wallace, a América perdera sua bússola moral e praticava a política externa pelos “princípios maquiavélicos de fraude, força e desconfiança”, como declarou a uma plateia do Madison Square Garden, em 12 de setembro de 1946.⁴⁴ Se o preconceito, o ódio e o medo eram as causas enraizadas do conflito internacional, os Estados Unidos não tinham o direito moral de intervir no exterior, enquanto não banissem esses flagelos da sua própria sociedade.

O novo radicalismo reafirmava a visão histórica da América como modelo de liberdade, mas, no processo, voltou-a contra si.

Insistir na equivalência moral dos atos americanos e soviéticos foi o traço característico da crítica radical, ao longo de toda a Guerra Fria. A própria ideia de que os Estados Unidos tinham responsabilidades internacionais era, aos olhos de Wallace, um exemplo de arrogância do poder. Os ingleses, argumentava ele, tapeavam os americanos ingênuos, levando-os a trabalhar por eles: "A política britânica é claramente provocar desconfiança entre os Estados Unidos e a Rússia, preparando a Terceira Guerra Mundial".⁴⁵

Para Wallace, a descrição de Truman do conflito como sendo entre a democracia e a ditadura era pura ficção. Em 1945, época em que a repressão soviética do pós-guerra estava cada vez mais evidente, e a brutalidade da coletivização era amplamente reconhecida, Wallace declarou que "os russos têm hoje mais liberdades políticas que nunca". Descobriu também, "cada vez maiores sinais de tolerância religiosa" na União Soviética e sustentava que havia "ausência de conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética".⁴⁶

Wallace acreditava que a política soviética era mais causada pelo medo que pelo expansionismo. Em março de 1946, ainda secretário de comércio, Wallace escreveu a Truman: "Os eventos dos últimos meses devolveram aos soviéticos suas apreensões, pré-1939, de 'cerco capitalista' e a crença errônea de que o mundo ocidental, inclusive os Estados Unidos, é invariável e unanimemente hostil".⁴⁷

No discurso do Madison Square Garden, seis meses depois, Wallace lançou um desafio direto a Truman, que fez o presidente exigir seu pedido de demissão:

Podemos não gostar do que a Rússia faz na Europa Oriental. Seu tipo de reforma agrária, desapropriação industrial e supressão de liberdades ofende a grande maioria do povo dos Estados Unidos. Mas, gostemos ou não, os russos tentarão socializar sua esfera de influência do mesmo modo que tentamos democratizar a nossa [...] As ideias russas de justiça socioeconômica governarão quase um terço do mundo. Nossas ideias de democracia de livre iniciativa governarão grande parte do resto. As duas

ideias, em suas respectivas áreas de dominância política, buscarão mostrar qual é mais capaz de dar satisfação ao homem comum.⁴⁸

Em uma curiosa inversão de papéis, o autoproclamado defensor da moralidade na política externa aceitava uma esfera de influência soviética na Europa Oriental, com argumentos práticos, ao passo que o governo, que ele atacava por uma cínica política de poder, rejeitava a esfera soviética com argumentos morais.

De acordo com Wallace, os Estados Unidos não tinham direito de intervir unilateralmente ao redor do globo. A defesa só era legítima com aprovação da ONU (onde a União Soviética tinha direito a veto), e a ajuda econômica devia ser feita por meio de instituições internacionais. Como o Plano Marshall não atendia a este quesito, Wallace previu que, por fim, ele geraria ódio da humanidade aos Estados Unidos.⁴⁹

O desafio de Wallace esboroou-se após o golpe comunista na Tchecoslováquia, o bloqueio de Berlim e a invasão da Coreia do Sul. Como candidato a presidente em 1948, ele teve apenas um milhão de votos — boa parte em Nova York — contra mais de 24 milhões para Truman, chegando em quarto lugar, atrás do candidato sulino, Strom Thurmond.

Wallace conseguiu, contudo, desenvolver temas que ficariam na crítica radical americana ao longo da Guerra Fria e tomariam o centro do palco durante a Guerra do Vietnã. Esses temas enfatizavam as falhas morais americanas e dos aliados; a equivalência moral entre os americanos e seus adversários comunistas; a ideia de que os Estados Unidos não tinham obrigação de defender nenhuma área do mundo contra ameaças grandemente imaginárias; e a ideia de que a opinião mundial dava orientação melhor à política externa do que os conceitos geopolíticos. Quando a ajuda à Grécia e à Turquia estava sendo proposta, Wallace exigiu que o governo Truman apresentasse a questão às Nações Unidas. Se “os russos exercerem seu poder de veto, a responsabilidade moral será deles [...] Se agirmos de maneira independente [...] a

responsabilidade moral será nossa”.⁵⁰ Ficar bem, moralmente, era melhor que salvaguardar os interesses geopolíticos americanos.

Embora a crítica radical de Wallace à política externa americana do pós-guerra fosse derrotada, na década de 1940, seus fundamentos refletiam uma tensão profunda no idealismo americano que ainda vicejava na alma da nação. As mesmas convicções morais que haviam conferido tanta energia aos engajamentos internacionais americanos podiam, também, voltar-se para dentro, pela desilusão com o mundo exterior ou com as próprias imperfeições da América. Nos anos 1920, o isolacionismo havia causado a retirada americana, com o argumento de que os Estados Unidos eram bons demais para o mundo; no Movimento Wallace, ele ressurgiu com proposta de retirada dos Estados Unidos por não serem suficientemente bons para o mundo.

Quando os Estados Unidos entraram em seu primeiro envolvimento internacional permanente em tempo de paz, a dúvida ainda pertencia ao futuro distante. A geração que criara o New Deal e vencera a Segunda Guerra Mundial tinha enorme fé em si mesma e na extensão do empreendimento americano. E o idealismo da nação era adequado para administrar um mundo de duas potências, para o qual as combinações sutis da diplomacia tradicional do equilíbrio de poder não eram tão apropriadas. Só uma sociedade com enorme confiança em suas realizações, e em seu futuro, teria a dedicação e os recursos para lutar por uma ordem mundial de reconciliação com os inimigos derrotados, recuperação para os aliados feridos e conversão dos adversários. Grandes iniciativas são frequentemente lançadas por um toque de ingenuidade.

Um resultado da política de contenção foi os Estados Unidos relegarem-se a uma diplomacia passiva no período de seu maior poder. Por essa razão, a política de contenção foi, cada vez mais, contestada por ainda outro grupo, do qual John Foster Dulles foi o representante mais expressivo. Eram os conservadores, que aceitavam as premissas da política de contenção, mas questionavam-lhe a falta de urgência. Mesmo se a contenção conseguisse, por fim, solapar a sociedade soviética, argumentavam

estes críticos, levaria muito tempo e dinheiro. Qualquer que fosse resultado da contenção, uma estratégia de liberação certamente a aceleraria. No final da presidência de Truman, a política de contenção estava sob o fogo cruzado, dos que a julgavam muito belicosa (os seguidores de Wallace) e dos que a consideravam muito passiva (os republicanos conservadores).

Esta controvérsia acelerou-se porque, como previra Lippmann, as crises internacionais foram para regiões cada vez mais periféricas do globo, onde as questões morais eram confusas e a ameaça direta à segurança americana difícil de demonstrar. Os Estados Unidos foram arrastados a guerras em áreas não cobertas por alianças em prol de causas ambíguas e com resultados inconclusivos. Da Coreia ao Vietnã, essas iniciativas mantiveram viva a crítica radical, que continuava questionando a validade moral da política de contenção.

Assim, surgiu outra variante do excepcionalismo americano. Com todas as suas imperfeições, os Estados Unidos do século XIX achavam-se um modelo de liberdade; nos anos 1960 e 1970, dizia-se que a tocha bruxuleava e precisava ser acesa de novo, para os Estados Unidos voltarem ao papel histórico de inspiração à causa da liberdade. O debate político da contenção tornou-se uma luta pelo próprio espírito americano.

Já em 1957, até mesmo George Kennan reinterpretara a política de contenção a esta luz, quando escreveu:

Aos compatriotas que muito me perguntam onde melhor atuar contra a ameaça soviética, tenho tido de responder desta maneira: nas nossas deficiências americanas, nas coisas de que nos envergonhamos ou que nos preocupam; no problema racial, nas condições de nossas grandes cidades, na educação e no ambiente dos nossos jovens, na distância crescente entre o conhecimento especializado e a compreensão popular.⁵¹

Uma década antes, e antes de desiludir-se com o que considerava a militarização da sua invenção, George Kennan teria reconhecido a inexistência de escolha. Um país que exigia a perfeição moral de si mesmo, como teste de sua política externa,

não alcançaria perfeição nem segurança. Mostra o feito de Kennan que, em 1957, todas as seteiras do mundo livre estavam ocupadas, esforço que se devia a suas opiniões. As muralhas estavam, na realidade, tão bem guarnecidas, que os Estados Unidos deram-se ao luxo de uma pesada dose de autocrítica.

A política de contenção foi uma teoria extraordinária — prática e idealista, profunda em sua estimativa das motivações soviéticas, e curiosamente abstrata nas recomendações. Totalmente americana, em seu caráter utópico, presumia que o colapso do adversário totalitário poderia ser obtido de maneira essencialmente benigna. Formulada no auge do poder absoluto americano, proclamava a fraqueza relativa da América. Prevendo um magnífico encontro diplomático em seu momento culminante, a política de contenção não previa espaço para a diplomacia até esse clímax, quando os homens de chapéu branco aceitariam a conversão dos homens de chapéu preto.

Com todos esses senões, a política de contenção foi a doutrina que guiou os Estados Unidos, ao longo de mais de quatro décadas de construção, de lutas e, por fim, de triunfo. A vítima de suas ambiguidades não foram os povos em cuja defesa acorreram os americanos — de modo geral, com sucesso — mas a consciência americana. Atormentados na busca tradicional da perfeição moral, os Estados Unidos saíram, após mais de uma geração de luta, dilacerados por suas fadigas e controvérsias, embora tendo realizado, praticamente, tudo a que se propuseram.

O dilema da contenção

A Guerra da Coreia



Os Estados Unidos não trouxeram “a rapaziada pra casa”, conforme queria Roosevelt. Continuaram empenhados, criando instituições e programas para prevenir incursões soviéticas, pressionando a esfera soviética onde fosse possível.

Por três anos, a política de contenção funcionou como previsto. A Aliança Atlântica era a proteção militar contra a expansão soviética, enquanto o Plano Marshall fortalecia a Europa Ocidental econômica e socialmente. O programa de ajuda greco-turco repeliu a ameaça soviética no leste do Mediterrâneo, e a ponte aérea de Berlim demonstrou que as democracias tinham coragem de arriscar uma guerra ante desafios aos seus direitos. A União Soviética sempre recuava para evitar o *showdown*, um desfecho com os Estados Unidos.

Mas a teoria da contenção tinha uma falha grave que fazia os americanos agirem com base em duas premissas falsas: de que as ameaças ainda seriam do tipo não ambíguo, como na Segunda Guerra Mundial e de que os comunistas esperariam, passivamente, a desintegração do seu próprio regime, como ditava a teoria da contenção. Não previram a possibilidade de os comunistas tentarem romper o cerco em algum momento, numa área da máxima complexidade política ou estratégica para os Estados Unidos.

A política de contenção fora vendida a um congresso relutante, com vistas à Europa. O medo de um avanço soviético no Mediterrâneo produziu o programa de ajuda greco-turco, e o perigo de um ataque soviético à Europa Ocidental levou à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Uma investida soviética noutra lugar mereceu, no máximo, consideração posterior.

Assim iam coisas quando, em 25 de junho de 1950, os Estados Unidos tiveram de enfrentar, subitamente, a ambiguidade da política de contenção ante a agressão militar de um país-procurador comunista contra um país que Washington havia declarado fora do perímetro de defesa americano, e de onde as forças americanas haviam sido retiradas no ano anterior. O agressor foi a Coreia do Norte e a vítima a Coreia do Sul — que não podiam estar mais longe da Europa, foco da estratégia americana. Ainda assim, poucos dias após o ataque norte-coreano, Truman reuniu, às pressas, com a mal treinada tropa de ocupação do Japão, uma força expedicionária para executar uma estratégia de defesa local jamais prevista nos planos americanos, nem mencionada ao congresso. A doutrina político-estratégica americana de pós-guerra simplesmente não contemplava esse tipo de agressão.

Os militares americanos formulavam duas causas de guerra prováveis: um ataque soviético de surpresa aos Estados Unidos, ou uma invasão da Europa Ocidental pelo Exército Vermelho. “Os planos de segurança nacional”, declarou o general Omar N. Bradley, chefe do estado-maior do exército, em 1948:

devem levar em conta a possibilidade de os Estados Unidos sofrerem, inicialmente, um ataque aéreo e aerotransportado. A probabilidade e a viabilidade desse tipo de ataque aumentam diariamente [...] Teríamos (portanto) de controlar logo as bases donde o inimigo poderia atacar-nos pelo ar. Em seguida, lançar um contra-ataque imediato [...] aéreo[...] Para os contra-ataques, precisaremos de bases que ora não temos. Tomar e manter estas bases [...] exigirá unidades de combate do exército.¹

Bradley não explicou como ou por que a União Soviética adotaria tal estratégia, três anos após uma guerra devastadora, se

os Estados Unidos tinham monopólio atômico e não se reconhecia na União Soviética força aérea de longo alcance.

A conduta americana não teria levado os formuladores de Moscou, ou de Pyongyang, capital da Coreia do Norte, a esperar mais que um protesto diplomático, quando as tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38. Eles devem ter ficado tão surpresos quanto ficou Saddam Hussein, ao se alterar a conciliação do final dos anos 1980, e os Estados Unidos deslocarem tropas em massa para o golfo Pérsico em 1990. Os comunistas de Moscou e Pyongyang haviam acreditado na letra dos pronunciamentos políticos americanos, que consideravam a Coreia um país fora do perímetro americano de defesa. Presumiram que os Estados Unidos não se oporiam à tomada comunista de metade da Coreia, tendo aceito a vitória comunista na China, troféu muito mais importante. Não perceberam que as repetidas juras de resistência à agressão comunista, como obrigação moral, tinham muito mais peso junto aos estrategistas americanos do que a própria análise estratégica.

Desse modo, a Guerra da Coreia nasceu de um duplo mal-entendido: os comunistas, avaliando a região em termos de interesses americanos, não acharam plausível haver resistência na ponta de uma península, quando se concedera quase toda Ásia aos comunistas; os Estados Unidos, analisando em termos de princípios, deram menos importância ao valor geopolítico da Coreia — publicamente desprezado pelos estrategistas americanos — que ao simbolismo de se deixar sem oposição a agressão comunista.

A decisão corajosa de Truman, de tomar uma atitude na Coreia, contradisse o que os americanos haviam proclamado apenas um ano antes. Em março de 1949, numa entrevista sobre a linha de defesa, o general Douglas MacArthur; comandante das forças americanas no Pacífico, deixara a Coreia de fora: “Nossa linha principal de resistência corre pelas ilhas da costa asiática [...]. Começa nas Filipinas e vai pelo arquipélago de Ryukyu, incluindo seu baluarte, Okinawa. Daí, volta passando pelo Japão e pelas ilhas Aleutas até o Alasca”.²

Num discurso ao Clube de Imprensa, em 12 de janeiro de 1950, o secretário de estado Dean Acheson foi ainda mais longe. Não só consignou a Coreia fora do perímetro americano de defesa, como negou de todo, qualquer intenção de defender áreas da Ásia continental: “Quanto à segurança militar de outras áreas no Pacífico, fique claro que ninguém pode garantir protegê-las de um ataque militar. Mas fique claro também que, no âmbito das relações práticas, tal garantia não é muito sensata, nem é necessária”.³

Em 1949, o presidente Truman, assessorado pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior (*Joint Chiefs of Staff*), retirara todas as forças americanas da Coreia. O exército sul-coreano estava instruído e equipado para pouco mais que funções policiais, pois Washington temia que a Coreia do Sul pudesse ser tentada a unificar o país pela força se recebesse capacitação para isso.

As memórias de Krushev afirmam que a invasão da Coreia foi coisa de Kim Il Sung, o ditador norte-coreano, e que Stalin, cauteloso de início, terminou concordando por achar que seria fácil.⁴ Moscou e Pyongyang não entenderam o papel que os valores morais tinham, para os americanos, nas relações internacionais. Quando MacArthur e Acheson falaram da estratégia americana, referiam-se a uma guerra geral com a União Soviética, único tipo de guerra que os comandos americanos admitiam sistematicamente. Nessa guerra, a Coreia estaria, de fato, fora do perímetro americano de defesa, e as batalhas decisivas travar-se-iam noutros lugares.

Os americanos simplesmente jamais haviam pensado na maneira de reagir a uma agressão limitada à Coreia ou a área comparável. Obrigados a enfrentar essa contingência logo após o bloqueio de Berlim, o golpe tcheco e a vitória comunista na China, viram nela uma prova do comunismo em marcha, a ser detido mais por princípios do que pela estratégia.

A decisão de Truman, de resistir na Coreia teve base, também, nos conceitos tradicionais de interesse nacional. O comunismo expansionista escalava sua ameaça a cada ano do pós-guerra. Pusera um pé na Europa Oriental, em 1945, graças à ocupação pelo

Exército Vermelho. Vencera na Tchecoslováquia mediante um golpe, em 1948. Conquistara a China numa guerra civil, em 1949. Se os exércitos comunistas, agora, violassem fronteiras internacionalmente reconhecidas, o mundo teria retornado ao clima de antes da guerra. A geração que vivera Munique tinha de reagir. Uma invasão vitoriosa da Coreia teria um impacto desastroso sobre o Japão, ali, do outro lado de um mar estreito. O Japão sempre julgara a Coreia a chave estratégica do nordeste da Ásia. O controle comunista livre de oposição criaria o espectro de um gigantesco monólito asiático, comprometendo a orientação pró-ocidental do Japão.

Poucas decisões de política externa são mais difíceis do que improvisar ações militares não previstas. Truman, no entanto, esteve à altura da situação. Em 27 de junho, dois dias depois que as tropas norte-coreanas haviam cruzado o paralelo 38, ele mandou que as unidades navais e aéreas americanas entrassem em ação. Em 30 de junho, engajara tropas terrestres de ocupação do Japão.

A rigidez soviética facilitou a tarefa de Truman levar o país à guerra. O embaixador soviético nas Nações Unidas, havia meses, vinha boicotando pela ausência o conselho de segurança e outras instituições da ONU, em protesto contra a recusa da organização mundial em ceder o assento chinês ao governo da República Popular da China. Se o embaixador soviético temesse menos Stalin ou recebesse instruções mais rapidamente, com certeza teria vetado a resolução proposta pelos Estados Unidos, em que o Conselho de Segurança pediu à Coreia do Norte que cessasse as hostilidades e voltasse ao paralelo 38. Não comparecendo à sessão e não vetando, o embaixador soviético deixou Truman organizar a resistência como decisão da comunidade mundial, justificando o papel americano na Coreia nos conhecidos termos wilsonianos de liberdade *versus* ditadura, do bem contra o mal. Truman disse que os Estados Unidos iam à guerra cumprindo ordens do conselho de segurança.⁵ Não estavam, pois, intervindo num conflito local distante, mas revidando um ataque ao mundo livre:

O ataque à Coreia deixa claro, e fora de qualquer dúvida, que o comunismo ultrapassou o uso da subversão para conquistar nações independentes e fará uso, agora, da invasão armada e da guerra. Está desafiando ordens do conselho de segurança das Nações Unidas, emitidas na preservação da paz e da segurança internacionais.⁶

Embora tivesse fortes argumentos geopolíticos a favor da intervenção na Coreia, Truman apelou ao povo americano com base nos valores essenciais, tornando a intervenção uma defesa de princípios universais, não dos interesses americanos: “Uma volta à regra da força nas questões internacionais teria efeitos desastrosos. Os Estados Unidos preservarão a regra da lei”.⁷ Defender princípios e não interesses, a lei, não a força, tem sido quase sacrossanto na racionalização americana do emprego de forças militares, das duas guerras mundiais à escalada no Vietnã, em 1965, e à Guerra do Golfo, em 1991.

Posta a questão acima da política de poder, ficou difícil definir objetivos de guerra práticos. Na guerra geral que a doutrina estratégica americana admitia buscava-se a vitória total pela rendição incondicional do inimigo, tal como na Segunda Guerra Mundial. Mas qual seria o objetivo político de uma guerra limitada? O objetivo mais simples e compreensível teria sido o cumprimento literal das resoluções do conselho de segurança — levar as forças norte-coreanas de volta ao paralelo 38. Mas sem uma penalidade, como dissuadir agressões futuras? Se agressores possíveis achassem que, no mínimo, manteriam o *status quo ante*, a política de contenção poderia virar uma série de guerras limitadas que esgotariam a força dos Estados Unidos — mais ou menos como previra Lippmann.

Por outro lado, que tipo de pena era compatível com uma guerra limitada? Está subentendida na estratégia de guerras limitadas entre superpotências — direta ou indiretamente — a capacidade de ambos os lados aumentarem as apostas: por isso são superpotências. É preciso um equilíbrio. O lado que convencer o outro de que aceita riscos maiores leva vantagem. Na Europa, malgrado a relação de forças, Stalin levara as democracias a

acreditarem que sua disposição de beirar a guerra (e ir além) excedia a delas. Na Ásia, o lado comunista era reforçado pela ameaça crescente da China, recém-tomada pelos comunistas e com potencial de elevar suas apostas, sem o envolvimento direto da União Soviética. As democracias, portanto, temiam a escalada mais que os adversários — pelo menos assim acreditavam elas.

Outro fator que inibia a política americana era a abordagem multilateral via Nações Unidas. No início da Guerra da Coreia, os Estados Unidos tiveram amplo apoio de países da Otan como a Inglaterra e a Turquia, que enviaram contingentes de tropa expressivos. Mesmo indiferentes ao destino da Coreia, estes países eram pelo princípio da ação coletiva, que poderiam eventualmente invocar em sua própria defesa. Satisfeito esse objetivo, a maioria da assembleia geral da ONU estava muito menos disposta ao risco de mais penalidades. Lá estavam os Estados Unidos, desse modo, metidos numa guerra limitada, para a qual não possuíam nenhuma doutrina e em defesa de um país distante, no qual haviam declarado não ter nenhum interesse estratégico. Tomados de ambivalência, não viam interesse estratégico nacional na península coreana; sua meta era mostrar que a agressão não compensava. Para cobrar o preço à Coreia do Norte sem degenerar numa guerra maior precisavam convencer quem podia escalar, especialmente a União Soviética e a China, de que os objetivos americanos eram, de fato, limitados.

Infelizmente, a teoria da contenção, pela qual os Estados Unidos se envolveram, gerou precisamente a tentação oposta: induziu Truman e seus assessores a expandirem a batalha política. Sem exceção, os principais membros do governo Truman acreditavam num desígnio comunista global e trataram a agressão coreana como o primeiro passo de uma estratégia sino-soviética, coordenada, que bem poderia ser o prelúdio de um ataque geral. Portanto, à medida que as tropas americanas tomavam posição na Coreia, eles buscaram a forma de mostrar a determinação americana de resistir à agressão comunista na área do Pacífico. Juntaram à declaração do envio das tropas uma ordem à Sétima Esquadra para

proteger Taiwan contra a China comunista: "A ocupação de Formosa por forças comunistas seria uma ameaça direta à segurança da área do Pacífico e às forças dos Estados Unidos, que cumprem funções legítimas e necessárias naquela área".⁸ Além disso, Truman aumentou a ajuda militar às forças francesas que se opunham à luta pela independência, conduzida pelos comunistas no Vietnã. Decisões governamentais geralmente têm mais que um só motivo; essas ações possuíam a vantagem adicional, do ponto de vista de Truman, de cooptar o chamado "lobby chinês" do senado americano, que criticara fortemente o "abandono" da China continental pelo governo.

Para Mao Tsé-tung, triunfante na guerra civil chinesa, as declarações de Truman eram a imagem no espelho do medo americano de um esquema comunista: viu-as como passo inicial de uma tentativa americana de reverter a vitória comunista na guerra civil chinesa. Ao proteger Taiwan, Truman apoiava o que os Estados Unidos reconheciam como o governo legítimo chinês. O programa de ajuda no Vietnã pareceu a Pequim o cerco capitalista. Tudo contribuiu para Pequim fazer o contrário do que a América preferia: Mao teve motivo para concluir que, se não detivesse os americanos na Coreia, talvez tivesse de lutar contra eles em território chinês; na melhor das hipóteses, não teve nenhum motivo para pensar de outra maneira. "Os imperialistas americanos esperam credulamente", escreveu o *Diário do Povo*, "que sua agressão armada contra Taiwan nos impedirá de libertá-la. Ao redor da China, seus planos de bloqueio tomam corpo no formato de uma cobra. Começando na Coreia do Sul, seguem pelo Japão, as ilhas Ryukyu, Taiwan, as Filipinas e erguem a cabeça, então, no Vietnã".⁹

A estratégia militar dos Estados Unidos aumentou a errada visão chinesa a respeito das intenções americanas. Como dissemos, os americanos têm, tradicionalmente, visto a diplomacia e a estratégia como atividades separadas. Do ponto de vista convencional dos militares americanos, primeiro eles obtêm um resultado, depois os diplomatas assumem; nenhum diz ao outro como atingir seus objetivos. Na guerra limitada, se as metas militares e políticas não

forem sincronizadas desde o início, há sempre o perigo de se fazer demais ou de menos. Fazer demais e deixar que o elemento militar predomine apaga a linha divisória da guerra total e tenta o adversário a forçar a mão. Fazer de menos e permitir que o lado diplomático domine tem o risco de submergir o objetivo da guerra em táticas de negociação e a propensão para aceitar o impasse.

Na Coreia, os Estados Unidos pisaram nas duas armadilhas. Nos estágios iniciais da guerra, a força expedicionária americana viu-se confinada a um perímetro ao redor da cidade portuária de Busan, na extremidade sul da península coreana. Sobreviver era a meta; a relação entre guerra e diplomacia estava longe das mentes americanas. Douglas MacArthur, o general americano mais talentoso deste século, era o comandante. Ao contrário da maioria dos seus colegas, MacArthur não rezava pela estratégia americana preferida, a do atrito. Na Segunda Guerra Mundial, a despeito da prioridade do teatro europeu, MacArthur criara a estratégia de ultrapassar ilhas, que consistia em deixar para trás pontos fortes japoneses, caindo sobre as ilhas menos defendidas, levando as forças americanas da Austrália às Filipinas em dois anos.

MacArthur aplicou a mesma estratégia à Coreia. Contra a opinião de seus superiores mais ortodoxos em Washington, ele desembarcou em Inchon (o porto de Seul), mais de 320 quilômetros atrás das linhas inimigas, cortando de Pyongyang as linhas de suprimentos norte-coreanas. O exército norte-coreano desmoronou e o caminho para o norte ficou livre.

A vitória levou à decisão talvez mais fatal da Guerra da Coreia. Se os Estados Unidos quisessem ligar seus objetivos militares às suas metas políticas, este era o momento. Truman tinha três opções. Poderia mandar parar no paralelo 38 e restaurar o *status quo ante*. Poderia autorizar o avanço mais ao norte e cobrar o preço pela agressão. E poderia autorizar MacArthur a unificar a Coreia até a fronteira chinesa; em outras palavras, deixar o resultado da guerra ditar-se inteiramente pelo resultado militar. A melhor decisão teria sido avançar até a faixa mais estreita da península coreana, a 160 quilômetros da fronteira chinesa. Seria uma linha defensável que

incluiria 90% da população da península e a capital da Coreia do Norte, Pyongyang, alcançando um êxito político importante sem ameaçar a China.

Embora MacArthur fosse um estrategista brilhante, era menos proficiente como analista político. Ignorando a lembrança histórica chinesa da invasão japonesa da Manchúria, que seguira a mesma rota, através da Coreia, MacArthur insistiu no avanço até a fronteira chinesa, no rio Yalu. Cego pelo sucesso inesperado do seu comandante em Inchon, Truman concordou. Ao abandonar qualquer opção intermediária, entre o *status quo ante* e a vitória total, Truman abriu mão das vantagens geográficas e demográficas do istmo da península coreana. Trocou uma linha defensiva de 160 quilômetros, a boa distância da fronteira chinesa, pela necessidade de manter uma frente de 640 quilômetros junto às maiores concentrações do poderio comunista chinês.

Não deve ter sido uma decisão fácil para a China enfrentar a maior potência militar do mundo após o sofrimento, a devastação e as baixas resultantes da invasão japonesa e de uma penosa guerra civil. Até se abrirem os arquivos chineses, não saberemos se Mao interviria quando as forças americanas cruzassem o paralelo 38, por menor que fosse o seu avanço, ou até que ponto ao norte ele teria permitido que avançassem. Mas a arte da política consiste em avaliar os custos e benefícios que conformam a estimativa do adversário. Uma chance de influenciar a decisão chinesa de intervir seria parar o avanço americano no istmo da península coreana e propor a neutralização do restante do país sob algum controle internacional.

Washington apalpava nessa direção quando ordenou que MacArthur não se aproximasse do rio Yalu com forças não coreanas. Mas a ordem não se traduziu numa proposta política para Pequim, nem foi pública. De qualquer maneira, MacArthur ignorou a diretriz, por não ser "prática". E Washington, fiel à tradição de não se impor ao comandante na área, não insistiu. MacArthur fora tão inesperadamente bem-sucedido em Inchon que os políticos estavam mais que convencidos de que ele sabia mais sobre a Ásia.

Quando o Exército Popular da China atacou, o choque da surpresa causou uma retirada quase em pânico das forças americanas do Yalu para aquém de Seul, que foi abandonada pela segunda vez em seis meses. Sem doutrina para uma guerra limitada, a crise fez o governo Truman perder o controle das metas políticas. Dependendo das oscilações da batalha, declararam-se os objetivos políticos de deter a agressão, de unificar a Coreia, de manter a segurança das forças das Nações Unidas, de garantir um cessar-fogo ao longo do paralelo 38 e de evitar a ampliação da guerra.

Quando as forças terrestres americanas entraram em combate, no início de julho de 1950, o objetivo era “repelir a agressão”, termo que jamais teve um significado concreto. Após o desembarque de setembro em Inchon e o colapso do exército norte-coreano, o objetivo mudou para “unificação”. Truman o anunciou em 17 de outubro de 1950, sem apresentar a estrutura política para lidar com a China. Os pronunciamentos de Truman, com vistas a Pequim, nunca foram além dos protestos sacramentais de uma boa-fé que, para Mao, era precisamente o problema: “Nosso único fim na Coreia”, declarou Truman ao determinar o avanço para o norte,

é fazer a paz e a independência. Nossas tropas lá ficarão só enquanto necessárias às Nações Unidas para este fim. Não buscamos território ou privilégio na Coreia ou onde quer que seja. Não temos intenções agressivas na Coreia nem noutra parte no Extremo Oriente ou alhures.¹⁰

Mao era incapaz de confiar em tais garantias partindo do seu principal adversário capitalista, que estava naquele mesmo momento protegendo seus inimigos mortais em Taiwan. Tampouco Truman definiu concretamente as “intenções agressivas” que negava, como não fixou um limite de tempo para retirar as tropas americanas da Coreia do Norte. A única forma de evitar que Mao interviesse, se tal fosse possível, seria propondo algum tipo de zona neutra ao longo da fronteira chinesa. Isso jamais foi tentado.

Nos meses seguintes, as forças americanas terminariam provando que grande risco os líderes chineses haviam corrido. As primeiras vitórias chinesas ao longo do Yalu deveram-se à surpresa e

à dispersão das forças americanas. Logo se viu que o exército chinês não tinha poder de fogo para romper posições americanas fortificadas e que, sem o elemento surpresa, não passaria por uma linha bem defendida — por exemplo, ao longo do istmo estreito da península. As forças americanas reorganizadas mostraram que, naquele seu estágio de desenvolvimento, as forças chinesas não eram páreo para o poder de fogo americano.

Assim que a China entrou na guerra, os objetivos americanos sofreram nova mudança, literalmente em alguns dias. Em 26 de novembro de 1950, os chineses lançaram seu contra-ataque; em 30 de novembro, Truman fez um pronunciamento, abandonando a unificação como objetivo de guerra, deixando-a para “negociações posteriores”. O conceito vago de “deter a agressão” tornou-se de novo a meta principal dos Estados Unidos: “As forças das Nações Unidas estão na Coreia para sufocar uma agressão que ameaça não só toda a estrutura das Nações Unidas, mas todas as esperanças humanas de paz e justiça. Se as Nações Unidas cederem às forças da agressão, nenhuma nação estará a salvo”.¹¹

No início de janeiro de 1951, a linha de frente estava a cerca de 80 quilômetros ao sul do paralelo 38, com Seul novamente em mãos comunistas. Nesse ponto, os chineses repetiram o erro de MacArthur de três meses antes. Houvessem proposto estabelecer-se ao longo do paralelo 38, Washington certamente teria aceito e a China ganharia o crédito de ter derrotado o Exército dos Estados Unidos, um ano após vencer sua própria guerra civil. Mas como Truman, seis meses antes, Mao entusiasmou-se com os êxitos inesperados e tentou expelir de todo as forças americanas da península. Teve também uma grande derrota. Os chineses sofreram baixas terríveis quando atacaram as posições fixas americanas abaixo de Seul.

Em abril de 1951, a maré virou de novo e as forças americanas atravessaram o paralelo 38 pela segunda vez. Mas não foi só a batalha que mudou, pois o governo Truman estava, a essa altura, tão traumatizado pelo choque da intervenção chinesa, que seu principal objetivo passou a ser evitar riscos.

A avaliação de riscos de Washington baseava-se, entretanto, numa série de equívocos. Os Estados Unidos presumiam — como dez anos depois, no Vietnã — enfrentar uma conspiração comunista, controlada centralmente, para tomar o mundo. E com Moscou no comando, nem a China e nem a Coreia teriam entrado na guerra sem estarem certas do apoio soviético. O Kremlin agora, acreditava Washington, não aceitaria uma derrota; aumentaria a parada após cada insucesso de seus subordinados. Buscando uma vitória limitada, os Estados Unidos poderiam desencadear uma guerra geral com a União Soviética. Não podiam ter portanto nem mesmo uma vitória limitada, pois o bloco comunista pagaria qualquer preço para não perder:

A realidade era bem diferente. Stalin só aceitou o ataque norte-coreano depois de Kim Il Sung assegurar-lhe que o risco de guerra era pequeno. Quando Stalin encorajou os chineses a intervirem, foi provavelmente para aumentar a dependência chinesa da União Soviética. Os fanáticos nessa questão estavam em Pequim e Pyongyang; a guerra coreana não foi uma trama do Kremlin com que atrair os Estados Unidos para a Ásia, de modo a poder, então, atacar a Europa. O dissuasor de um ataque soviético à Europa era o Comando Aéreo Estratégico, não empregado na Coreia. A União Soviética contava com poder nuclear de ataque pequeno, se algum. Com a disparidade nuclear, Stalin tinha muito mais a perder com uma guerra geral do que os Estados Unidos. Mesmo com toda a vantagem em forças terrestres na Europa, é altamente improvável que Stalin corresse o risco de uma guerra com os Estados Unidos pela Coreia. Na ordem das coisas, a ajuda de Stalin à China foi relutante, e ele exigiu pagamento em dinheiro, lançando as sementes da ruptura sino-soviética.

Os estadistas americanos julgaram ter entendido os perigos da escalada, mas não viram os perigos do impasse. “Estamos lutando contra uma agressão inadmissível, na Coreia”, disse Truman, em abril de 1951. “Tentamos impedir que o conflito coreano se amplie a outras áreas. Mas, ao mesmo tempo, nossa ação militar visa garantir a segurança de nossas forças. Isso é essencial se vamos continuar

lutando até que o inimigo abandone sua tentativa de destruir a República da Coreia”.¹²

Sucedem que uma guerra pela “segurança de nossas forças” é estrategicamente vazia. Como é a própria guerra que as põe em risco, fazer da “segurança de nossas forças” o objetivo resulta numa tautologia. Truman não tendo definido outro objetivo de guerra que fazer o inimigo abandonar sua tentativa — ou seja, na melhor das hipóteses, retornar ao *status quo ante* — as desilusões geraram pressões pela vitória. MacArthur não considerava o impasse um objetivo aceitável. Argumentou tenaz e eloquentemente que o perigo da escalada estava implícito na primeira decisão de intervir e não diminuía com a restrição das operações militares. Restrições, sim, aumentariam os riscos por prolongarem a guerra. Ao depor, em 1951, MacArthur insistiu: “Temos uma guerra em mãos e não se pode simplesmente dizer: ‘Esta guerra que prossiga, enquanto eu me preparo para outra [...]’”.¹³ Não aceitando o ponto de vista do governo, de que a Guerra da Coreia devia ser feita de forma a não dar aos soviéticos pretexto para lançarem um ataque total, MacArthur defendeu a estratégia de derrotar os exércitos chineses, pelo menos na Coreia.

As propostas de MacArthur incluíam “ultimato para que (a China) aceitasse conversar sobre um cessar-fogo, dentro de um prazo razoável, ou que seus atos na Coreia fossem considerados declaração de guerra às nações lá empenhadas e que estas nações dessem os passos necessários para resolver a situação”.¹⁴ Várias vezes, MacArthur propôs bombardear bases na Manchúria, bloquear a China, reforçar as tropas americanas na Coreia e levar forças nacionalistas chinesas de Taiwan para a Coreia — partindo do que MacArthur considerava a “forma normal” de se “chegar a uma paz justa e digna o mais cedo possível e com a mínima perda de vidas, pelo emprego de todo o potencial”.¹⁵

Algumas recomendações de MacArthur iam muito além da esfera de ação de um comandante de teatro de operações. Por exemplo, introduzir forças nacionalistas chinesas na Coreia teria significado uma declaração de guerra total à República Popular da

China. Com a guerra civil chinesa transferida para solo coreano, nenhum dos lados chineses poderia encerrá-la antes da vitória total; e os americanos estariam enredados num conflito sem fim.

O ponto não era, porém, a oportunidade das propostas de MacArthur, mas o fato de que ele punha a questão chave: havia outra escolha entre o impasse e a guerra total? Em 11 de abril de 1951, quando Truman demitiu MacArthur; o debate tornou-se público. Corajoso como sempre e sem alternativa, Truman demitiu o comandante que publicamente se insubordinara. Mas também definiu uma estratégia que deixava a iniciativa com o inimigo. Anunciando a demissão, Truman mudou de novo os objetivos americanos. Pela primeira vez, “repelir a agressão” definiu-se como chegar a um acordo na linha de cessar-fogo existente, onde quer que estivesse — incentivando, desse modo, o esforço militar chinês para obter a melhor linha possível:

A paz verdadeira pode vir num acordo baseado no seguinte:

1. A luta deve terminar.
2. Providências concretas para que a luta não irrompa novamente.
3. Deve haver um fim à agressão.¹⁶

A unificação da Coreia, que os Estados Unidos haviam buscado seis meses antes pela força das armas, foi relegada para o futuro. “Um acordo sobre esses fundamentos abriria caminho para a unificação da Coreia e a retirada de todas as forças estrangeiras”.¹⁷

MacArthur retornou para os Estados Unidos, teve uma recepção de herói e depôs numa série de audiências no senado, amplamente divulgadas. Argumentou com a relação tradicional entre política externa e estratégia militar:

Na definição geral, aceita há muitas décadas, a guerra é o processo máximo da política. Depois que todos os outros meios políticos falham, recorre-se à força. E quando se o faz o equilíbrio do controle, o equilíbrio do conceito, o principal interesse envolvido, no minuto em que se chega ao estágio de matar, passa ao controle dos militares [...] Declaro que, quando os homens estão empenhados na batalha, não deve haver, sob o nome de política, absolutamente artifício nenhum que prejudique a

própria gente, reduzindo suas chances de vencer e aumentando-lhe as baixas.¹⁸

MacArthur tinha sua razão ao vituperar contra o impasse como política nacional. No entanto, ele tornara as restrições políticas inevitáveis ao ser contra a formulação de quaisquer metas políticas, mesmo as necessárias para uma vitória local. Se fosse o caso de impedir que a diplomacia definisse objetivos de guerra, todos os conflitos se tornariam automaticamente guerra total, não importando vantagens e perigos, consideração esta nada desprezível numa era de armas nucleares.

O governo Truman foi, no entanto, além. Não só rejeitou as recomendações de MacArthur, como argumentou que nenhuma alternativa à estratégia do impasse poderia funcionar. O general Bradley, agora *chairman* do conselho de chefes de estado-maior, definiu três opções militares:

Sair e abandonar a Coreia do Sul, tentar lutar até o fim mais ou menos onde estamos agora e sem empenhar forças demais, ou partir para uma guerra total, com forças suficientes para botar essa gente para fora da Coreia. No momento, estamos na segunda linha de ação.¹⁹

No governo americano, estudos de opções quase sempre instam pelo caminho do meio. Como os servidores clássicos da política externa tendem a pôr suas recomendações na bissetriz, entre a linha de nada fazer e a linha de uma guerra geral, burocratas experientes sabem que o moral dos subordinados melhora quando escolhem a via do meio. Foi certamente o que ocorreu com as opções de Bradley, embora a expressão “lutar até o fim, mais ou menos onde [...] sem empenhar forças demais” apenas mostrasse o dilema de uma política sem objetivos definidos.

Dean Acheson confirmou, em linguagem diplomática, que a meta americana era de fato o empate. Os objetivos americanos na Coreia eram “pôr fim à agressão, impedir seu recomeço e restaurar a paz”.²⁰ Sem definir quaisquer destes termos, Acheson prosseguiu censurando a eficácia das medidas propostas por MacArthur: “Contra

as vantagens dúbias de ampliar a guerra, inicialmente à China continental”. declarou o secretário de estado, “avalie-se o risco de uma guerra geral com a China, o risco de uma intervenção soviética e o risco da terceira guerra mundial, assim como o efeito provável sobre a solidez da coalizão do mundo livre”. Era “difícil conceber que a União Soviética fosse ignorar um ataque direto ao continente chinês”.²¹

Se os Estados Unidos não ousavam vencer, mas não podiam dar-se ao luxo de perder, quais eram suas opções? Quando todas as expressões genéricas se reduziam ao específico, a opção era pelo impasse na frente de combate e, portanto, também na mesa de negociações. Em suas memórias, Truman resumiu os pontos de vista de todos os seus subordinados, militares e civis:

Todas as decisões que tomei, no conflito coreano, tinham esta única meta em mente: evitar uma terceira guerra mundial e a terrível destruição que ela traria ao mundo civilizado. O que significava nada fazer que desse a justificativa para os soviéticos, mergulhando as nações livres em uma guerra total.²²

A crença de que a União Soviética estava a fim de uma guerra geral revelava uma extraordinária perda de contato com as verdadeiras relações de poder. Stalin não buscava um pretexto para começar a guerra geral; muito mais a queria evitar. Se buscasse um confronto, havia pretextos suficientes na Europa ou nas ações militares já em curso na Coreia. Não surpreende que, em nenhum estágio da guerra, a União Soviética tenha ameaçado intervir ou tentar qualquer ação militar. Nada havia de aventureiro inconsequente no caráter cauteloso e desconfiado de Stalin; ele sempre preferiu a ação sub-reptícia e indireta a uma confrontação propriamente dita, e teve especial cuidado em evitar o risco de uma guerra com os Estados Unidos — com toda razão. Com a disparidade nuclear entre os dois lados, era a União Soviética que tinha tudo a perder numa guerra geral.

Espanta que todos os membros do governo achassem o contrário. Marshall afirmou que os Estados Unidos levariam mais

dois ou três anos de preparação, para uma guerra geral.²³ Bradley argumentou: “Não estamos na melhor posição para uma guerra global”.²⁴ Daí, sua famosa citação de que uma guerra geral sobre a Coreia “seria a guerra errada, no lugar errado, na hora errada, contra o inimigo errado”.²⁵ Acheson também precisava de mais tempo “para criar uma força de dissuasão eficaz”.²⁶

Porque, ante a nova capacidade nuclear soviética, achariam os americanos que o valor de sua força de dissuasão aumentaria com o tempo, só se pode explicar como outra estranha premissa da política de contenção — de que os Estados Unidos eram fracos quando, na verdade, tinham monopólio atômico, e que sua posição de força poderia melhorar, enquanto a União Soviética desenvolvia o seu próprio arsenal nuclear. Stalin conseguiu negar aos Estados Unidos uma vitória limitada na Coreia, capitalizando essa auto-hipnose e sem fazer nada de ameaçador.

Após a intervenção chinesa, os Estados Unidos nunca exploraram seriamente a opção de uma vitória limitada. O postulado do governo Truman — de que tentar mais que o empate era impossível ou arriscava uma guerra total — não esgotou, na verdade, a série de opções disponíveis. Uma via média, como a que já examinei — a linha divisória no istmo estreito da península, com o restante do país desmilitarizado sob supervisão internacional — poderia ser tentada, ou imposta unilateralmente, caso fosse rejeitada. A China, provavelmente, não teria os meios para impedi-lo — como também acreditava o general Matthew Ridgway, o sucessor de MacArthur — sem, no entanto, recomendar essa solução.²⁷

MacArthur, quase certamente, tinha razão quando disse que “a China está empregando o máximo de sua força contra nós”.²⁸ Quanto à União Soviética, ela teria de decidir, ante a vasta superioridade nuclear americana e a fraqueza econômica soviética, se o avanço americano relativamente curto entre o paralelo 38 e o estreito da península justificava o risco de uma guerra geral. A China talvez nem concordasse nem lutasse, mantendo uma atitude ameaçadora qualquer que fosse o lugar em que se traçasse o limite. Mas essa situação não seria muito diferente da que, finalmente, se

criou ao longo do paralelo 38. A China, quase certamente, teria cessado as ameaças, quando sua política se tomasse do medo de uma agressão soviética e começasse a mover-se para os Estados Unidos. Se o primeiro desafio militar comunista contra os Estados Unidos houvesse sofrido uma derrota demonstrável, haveria mais cautela de outros militantes, depois, em áreas como a Indochina. E a ruptura sino-soviética teria se acelerado.

Na primavera de 1951, uma nova ofensiva americana, sob o comando do general Ridgway, abria caminho para o norte, usando a tática tradicional americana do atrito. Libertara Seul e cruzara o paralelo 38 quando, em junho de 1951, os comunistas propuseram negociar um armistício. Washington determinou o fim da ofensiva e ordenou que, daí em diante, todas as operações de batalhão acima do paralelo 38 teriam de ser aprovadas pelo comandante supremo — gesto que, segundo o governo Truman, melhoraria o clima para as negociações ao demonstrar para os chineses que Washington não almejava uma vitória.

Foi um gesto classicamente americano. Em sua convicção de que a paz é o normal e a boa vontade o natural, os americanos buscam, geralmente, estimular as negociações pela remoção de elementos de coerção e com demonstrações unilaterais de boa vontade. Na maioria das vezes, os gestos unilaterais removem algum trunfo fundamental de negociação. Os diplomatas, em geral, raramente pagam serviços já prestados — mormente na guerra. O normal é a pressão no campo de batalha gerar a negociação. Baixar a pressão reduz o estímulo ao inimigo de negociar seriamente além de tentá-lo a arrastar as negociações para ver se outros gestos unilaterais não estarão por vir.

Foi exatamente o que aconteceu na Coreia. A moderação americana possibilitou à China deter o processo, pelo qual seu exército estava sendo esmerilhado pela superioridade técnica e material americana. Daí em diante, sem riscos, os chineses puderam usar operações militares para infligir baixas e aumentar as frustrações americanas e as pressões internas pelo fim da guerra. Durante a pausa, os comunistas fortificaram-se em posições

praticamente inexpugnáveis, num terreno agreste e montanhoso, inutilizando gradualmente a ameaça americana de prosseguir com as hostilidades.²⁹ Isso conduziu a uma prolongada guerra de atrito, só interrompida porque se formou um doloroso equilíbrio entre as limitações físicas da China e as inibições psicológicas dos Estados Unidos. O preço do impasse foi o número de baixas americanas, que durante as negociações excedeu as do período anterior de guerra aberta.

O impasse que a América buscava desceu sobre as frentes militar e diplomática. O efeito do impasse militar sobre as tropas foi muito bem descrito por um oficial inglês, bom observador, o general A. K. Ferguson:

Parece-me que o falado objetivo das forças da ONU na Coreia, de “repelir a agressão e restaurar a paz e a segurança na área”, é muito vago, nas atuais circunstâncias, para dar ao comando supremo, no campo, um objetivo militar cuja consecução encerrasse as hostilidades [...] Muitos oficiais ingleses e americanos já perguntam — “Quando terá fim a guerra na Coreia?” — “Quando acha você que as forças da ONU podem ser retiradas da Coreia?” — Tais perguntas fazem-me crer que, a menos que as forças inglesas e americanas na Coreia recebam um objetivo definido que atingir, o comandante em campanha terá a maior dificuldade para manter o moral da tropa [...].³⁰

Ao optar pelo empate, os Estados Unidos sofreram a primeira grande mudança do pós-guerra no consenso da política externa. Para MacArthur e seus adeptos, a Guerra da Coreia foi uma decepção, pois seus limites tornaram inevitável o impasse militar e político. Para o governo Truman, a Guerra da Coreia foi um pesadelo, por ser uma guerra grande demais para seus objetivos políticos e pequena demais para sua doutrina estratégica. MacArthur tentou um desfecho na Coreia, mesmo que resultasse em guerra com a China, ao passo que o governo tentou poupar as forças americanas a fim de resistir ao ataque soviético na Europa, admitido na teoria da contenção.

A Guerra da Coreia revelou, assim, a força e os limites da contenção. Para a arte tradicional dos estadistas, a Coreia foi o teste

demarcador entre as duas esferas de influência rivais que se formavam. Mas os americanos viam a situação de maneira muito diferente, como um conflito entre o bem e o mal, a luta por um mundo livre. Esta interpretação revestia os atos americanos de enorme estímulo e dedicação. Fez, também, com que a política de contenção oscilasse entre o técnico e o apocalíptico. Grandes ações construtivas, como a recuperação da Europa e do Japão, acoplaram-se a um sério desprezo pela nuance e a uma incrível sobrevalorização da capacidade soviética. Questões que se pudessem embalar em fórmulas morais ou legais eram minuciosamente e ponderadamente tratadas; mas tendeu-se, também, a cuidar da fórmula ao em vez do fim. Examinando o sucesso americano na Coreia, Acheson menos se importou com o resultado da batalha e mais com a afirmação do conceito de segurança coletiva: "A ideia da segurança coletiva foi posta à prova e resistiu. As nações adeptas da segurança coletiva mostraram capacidade de lutar e manter-se unidas".³¹ Fixar o princípio da ação coletiva era mais importante que o resultado, desde que se evitasse a derrota.

Esses aspectos da política de contenção impuseram carga demais ao povo americano, ao qual coube suportar baixas elevadas, enquanto os estadistas tentavam navegar na mais apertada das passagens, entre revidar a agressão e evitar uma guerra geral — sem jamais dar a estes termos um significado operacional. Resultaram disso uma explosão de frustrações e a busca de bodes expiatórios. Marshall, e ainda mais Acheson, foram vilipendiados. A suposta infiltração comunista em Washington foi muito explorada por demagogos, como o senador Joseph McCarthy.

Contudo, o mais significativo da reação pública americana à Guerra da Coreia não foi a impaciência com uma guerra inconclusiva, mas sua capacidade de aguentá-la. Mesmo com as decepções, os Estados Unidos carregaram o fardo da responsabilidade global em uma luta aparentemente interminável, que impunha grandes baixas sem um resultado definido. No final, a América alcançou sua meta, mesmo a um preço mais elevado e num prazo mais longo que o necessário. Uma década e meia depois,

americanos viveriam angústia ainda maior, sobre o conflito na Indochina.

Houve, no entanto, uma diferença fundamental entre o desafio interno da Coreia e a agonia mais tarde vivida pelos Estados Unidos na Indochina. Os críticos da Guerra da Coreia queriam uma vitória, ao passo que os críticos da Guerra do Vietnã defendiam a aceitação e, alguns, a importância de uma derrota. A controvérsia sobre a Guerra da Coreia deu ao governo Truman um instrumento de negociação; Truman e seus assessores podiam usar a oposição interna como ameaça à Coreia do Norte e a China, pois a oposição exigia uma guerra mais enérgica. O contrário ocorreu na guerra da Indochina. Os adversários da guerra, que exigiam a retirada incondicional das forças americanas do Vietnã, solaparam a posição americana de negociação.

Na análise final, todos os beligerantes da Guerra da Coreia tiraram dela importantes lições. Os estadistas americanos do período merecem lembrança pela visão com que empenharam forças num país distante que, meses antes, haviam declarado irrelevante à segurança americana. Quando o desafio chegou, tiveram a coragem de mudar de rumo, vendo que ceder à ocupação comunista da Coreia minaria a posição americana na Ásia, sobretudo as relações cruciais dos Estados Unidos com o Japão.

Nos primórdios da liderança mundial, os americanos passaram na primeira prova, embora de forma um tanto trabalhosa. A inocência da América foi o outro lado da moeda da imensa dedicação com que os americanos tiveram quase 150 mil mortos e feridos numa guerra sem solução. A crise da Coreia levou ao aumento da força na Europa e à criação da Otan, que permitiu sustentar o longo teste de resistência em que a Guerra Fria, agora, ia se transformar. A quem os Estados Unidos pagaram um preço foi aos chefes revolucionários do sudeste asiático e de alhures, que descobriram um modo de guerra, sem combate terrestre em grande escala que, entretanto, tinha o efeito de desgastar a força de vontade de uma superpotência.

A lição para a China foi mais variada. Mesmo em grande inferioridade material, a China conseguiu o empate com a superpotência americana, pela combinação de manobras militares e diplomáticas. Mas aprendeu, também, o preço de engajar frontalmente o poderio militar americano. Não ocorreria outro conflito militar sino-americano, durante a Guerra Fria. E o apoio, hesitante e pouco generoso, da União Soviética a Pequim semeou a cizânia sino-soviética.

O maior perdedor, na Coreia, veio a ser a União Soviética, país que os líderes americanos acreditavam ter arquitetado tudo. Dois anos após a invasão da Coreia, os Estados Unidos tinham mobilizado o seu lado da divisória mundial. Triplicaram suas verbas de defesa e transformaram a Aliança Atlântica de coalizão política em organização militar integrada, com um comandante supremo americano. O rearmamento alemão já começava e tentou-se criar um exército europeu. Preencheu-se o vácuo existente ante os exércitos soviéticos na Europa Central. Mesmo achando-se que os Estados Unidos poderiam ter obtido mais na Coreia, os soviéticos agora seriam obrigados a avaliar seus êxitos em termos de menos perdas e, talvez, a encorajar novos aventureiros comunistas, especialmente na Indochina. Notaram uma vasta oscilação na balança móvel de poder, em virtude do rearmamento aliado e da mais firme coesão aliada.

Essa mudança, no que os marxistas chamam correlação de forças, não passou despercebida ao líder especializado em basear sua política em tais análises. Dezoito meses depois da invasão da Coreia do Sul, Stalin deflagrou uma reavaliação da política soviética, que culminaria na abertura diplomática soviética mais significativa do período logo após a guerra.

Negociando com os comunistas

Adenauer, Churchill e Eisenhower



Em março de 1952, antes do fim da Guerra da Coreia, Stalin fez uma abertura diplomática para solucionar a Guerra Fria, por motivo contrário ao que esperavam os pais da política de contenção. Não adveio da mudança do sistema soviético, como previam. O arqui-ideólogo, ao contrário, tentava proteger o sistema comunista de uma corrida armamentista que, por certo, sabia impossível vencer. Aliás, em sua combinação de marxismo e paranoia, Stalin não podia crer que os Estados Unidos mobilizassem tanto poder para fins defensivos.

A proposta de Stalin não falava em ordem mundial harmônica. Em vez de eliminar as causas da Guerra Fria, Stalin propunha o bicho-papão do pensamento americano — duas esferas de influência: uma para os Estados Unidos, na Europa Ocidental, outra para a União Soviética na Europa Oriental, e entre elas, uma Alemanha unificada, armada e neutra.

Desde então, historiadores e estadistas discutem se a jogada de Stalin foi uma chance perdida de resolver a Guerra Fria ou manobra inteligente para atrair as democracias a uma negociação, cujo início bloquearia o rearmamento alemão. Queria Stalin levar o Ocidente a ações que lhe prejudicassem a coesão, ou acabar com o confronto, cada vez mais fundo, entre Leste e Oeste?

A resposta provável é que o próprio Stalin não decidira até onde ir na distensão com o Ocidente. Mesmo propondo o que as democracias aceitariam de bom grado quatro anos antes, sua conduta no ínterim impedia testar-lhe a sinceridade — aliás, a tornara irrelevante. Pois quaisquer que fossem as intenções de Stalin, testá-las desgastaria a coesão da Aliança Atlântica, removendo o estímulo que o levara propor.

Seja como for, o supercalculista ignorou um fator decisivo: sua própria mortalidade. Um ano após fazer a proposta, Stalin estava morto. Seus sucessores não tinham a tenacidade para negociação de longo alcance, nem autoridade para as concessões necessárias. Enfim, a abertura de paz ficou pairando como um tormento, a ilustrar, sobretudo, as premissas opostas que sustentavam os dois lados da Guerra Fria.

Fiel à ideia de que compromissos legais criam a sua própria realidade, os americanos esperaram Stalin cumprir os acordos de Yalta e Potsdam. Achando que um acordo só obrigaria se refletisse um equilíbrio de forças, Stalin esperou que as democracias insistissem em alguma forma de direito que lhe permitisse analisar os riscos e benefícios do acordo. Entrementes, Stalin ganhou tempo, acumulando as fichas que pôde para negociar à espera de um lance concreto — do que Stalin considerava um lance concreto — das democracias.

Parecia chegado o momento, no início dos anos 1950. Os Estados Unidos haviam lançado o Plano Marshall, em 1947, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1949. A República Federal da Alemanha nascera sob os auspícios ocidentais. A reação inicial de Stalin fora da truculência esperada; daí o bloqueio de Berlim, o golpe tcheco e sua aprovação da invasão da Coreia do Sul. Não obstante, os Estados Unidos terminaram por criar, passo a passo, uma esfera de influência com todos os países industrializados do mundo.

Por seu lado, Stalin conseguira formar um cinturão de segurança, na Europa Oriental, feito que era, contudo, extensão da

fraqueza. Calculador de forças, ele devia ver, talvez melhor que os líderes das democracias, que não ganhara um real aumento de força e que, na soma final, os satélites acabariam drenando recursos soviéticos. Já os países da Otan, e o Japão, eram uma vasta reserva industrial. A tendência de longo prazo, tão cara aos marxistas, era a favor da esfera de influência americana. Em termos de *Realpolitik*, o império de Stalin estava em sérias dificuldades.

O grupo americano teve batismo de fogo, por assim dizer, na Guerra da Coreia, e criou eficiência militar. Stalin parece ter percebido que a ameaça às democracias saíra pela culatra. Sua truculência e a opressão na Europa Oriental cimentaram a coalizão ocidental, abrindo a perspectiva de rearmar-se a Alemanha.

O mundo harmônico, idealizado pelos americanos na Segunda Guerra Mundial, dividira-se em dois campos armados, cada qual movido por apreensões que se mostraram infundadas. Os americanos viram, na Guerra da Coreia, a estratégia soviética de engolfar a América em distantes conflitos asiáticos, a fim de permitir o ataque soviético na Europa, grosseira visão do poder soviético e dos métodos de Stalin. Nunca em sua carreira este analista meticuloso e sagaz arriscara tudo num só lance. Por sua vez, Stalin olhou o reforço ocidental não como a instância defensiva que era, na realidade, mas como a via para o desfecho que ele sempre antevira e tanto quisera evitar. Ambos os lados preparavam-se, enfim, para o que nenhum pretendia — o embate total e direto.

Stalin não queria verificar se o pesadelo era real. Toda vez que se aproximou um conflito militar com os Estados Unidos, Stalin recuou. Fê-lo, quando Truman exigiu que as tropas soviéticas saíssem do Azerbaijão iraniano, em 1946, e suspendeu o bloqueio de Berlim, de 1948-49, antes que começassem os tiros. Agora, dedicou-se a reduzir a chance da confrontação que ele mesmo criara, indicando a iminente mudança de rumo, com o discurso elíptico de sua marca registrada.

Nesse caso, a abordagem de Stalin foi ainda mais nebulosa, não querendo dar o menor sinal de fraqueza a um adversário em

processo de basear sua política em posições de força. Queria mostrar desejo de evitar uma confrontação, sem parecer ter medo dela. O pretexto Stalin encontrou num livro altamente teórico, publicado havia vários anos pelo economista Eugene Varga.¹ O autor dizia que os sistemas capitalistas tornavam-se mais estáveis e a guerra entre eles, portanto, não era mais inevitável. Se Varga estava certo, a estratégia de Stalin, desde os anos 1920 — de jogar os capitalistas, uns contra os outros — não funcionaria mais. Os capitalistas, longe de lutarem entre si, poderiam ir ao ponto de unir-se contra a pátria-mãe socialista, coisa renunciada pela criação da Otan e pela aliança nipo-americana.

Stalin o rebateu com um ensaio de próprio punho, intitulado “Problemas econômicos do socialismo na União Soviética”, publicado em outubro de 1952, como diretriz para o congresso do partido.² Em seu artigo, Stalin repôs a verdadeira fé comunista, na forma como a proclamara em 1934, 1939 e 1946: longe de tornar-se mais estável, o capitalismo estava em crise acelerada:

Diz-se que as contradições entre o capitalismo e o socialismo são mais fortes que as contradições entre os países capitalistas. Teoricamente, claro, isso é verdade. Não só é verdade hoje, foi verdade antes da Segunda Guerra Mundial. E foi mais ou menos percebido pelos líderes dos países capitalistas. No entanto, a Segunda Guerra Mundial não começou com a União Soviética, mas entre países capitalistas.³

Toda vez que Stalin reciclava sua ladainha da guerra inevitável entre os capitalistas, os devotos percebiam a intenção de tranquilizá-los. No raciocínio convulso de Stalin, a perspectiva de um conflito entre os capitalistas significava que a guerra entre eles e a União Soviética não estava iminente. O artigo de Stalin era, portanto, uma ordem à diplomacia soviética para retardar o *showdown* até os conflitos internos dos capitalistas os enfraquecerem o suficiente.

Em 1939, manifestação parecida indicou a disposição de Stalin de acomodar-se com Hitler. Aquela análise em 1952, dizia Stalin agora, continuava certa, pois, dada sua propensão à guerra, os capitalistas arriscavam menos lutando entre si do que contra a União

Soviética: “[...] a guerra entre países capitalistas gira em torno da supremacia de alguns deles sobre outros, mas a guerra com a União Soviética poria à prova a existência do capitalismo, em si”.⁴

Esta monótona brincadeira teórica era a forma de Stalin mandar uma mensagem calmante, especialmente aos Estados Unidos. Dizia, afinal, que os capitalistas não precisavam de uma guerra antecipada, pois a União Soviética não tinha a menor intenção de um ato militar: “[...] os capitalistas, com todo o clamor de mera “propaganda” contra a agressividade da União Soviética, não creem, eles próprios, que ela seja agressiva, bem cientes da política pacífica da União Soviética e de que ela não atacará seus países”.⁵

Em outras palavras, não fossem os capitalistas interpretar mal as regras do jogo de Stalin: ele queria aumentar o poder e a influência soviéticos e suspenderia as pressões bem antes de uma guerra.

Sabendo que orações ideológicas bastavam para seus camaradas, Stalin estava ciente de que os adversários capitalistas demandavam produto mais sólido. Para haver distensão, e alguma esperança de voltar ao velho jogo de pôr uns capitalistas contra outros, Moscou tinha de reduzir a ameaça, geradora do que Stalin considerava uma falsa sensação de unidade do mundo capitalista.

Stalin o fez, no nível diplomático e numa linguagem que as democracias pudessem compreender, quando, em 10 de março de 1952, apresentou sua chamada “Nota de Paz sobre a Alemanha”. Após anos de confronto e obstruções, a União Soviética parecia subitamente interessada num acordo. Chamando a atenção para a inexistência de um tratado de paz com a Alemanha, Stalin submeteu um rascunho às outras três potências ocupantes, instando que fosse examinado “por uma conferência internacional adequada, de todos os governos interessados”, concluindo com “o mais breve possível”.⁶ A Nota de Paz pedia uma Alemanha neutra e unificada, constituída em eleições livres, podendo manter suas próprias forças armadas, embora todas as tropas estrangeiras devessem retirar-se, em um ano.

A Nota de Paz continha, porém, cláusulas de escape que poderiam impedir indefinidamente um acordo, mesmo se o Ocidente aceitasse o princípio da neutralidade alemã. O texto, por exemplo, proibia “organizações hostis à democracia e à manutenção da paz”, que, na terminologia soviética, poderiam incluir todos os partidos do tipo ocidental — como já era o caso, na Europa Oriental. Então, com as democracias na mesa de conferência, o negociador soviético, certamente o empedernido Molotov, ou equivalente, faria tudo para soltar os laços da Alemanha com o Ocidente — vantagem soviética, implícita no princípio da neutralidade — sem pagar o preço da unificação alemã.

Mas o tom e a precisão da nota de Stalin insinuavam um propósito, além da mera propaganda. Ela parecia ser o movimento de abertura de uma negociação onde, pela primeira vez depois da guerra, a União Soviética talvez estivesse disposta a pagar um preço pela distensão. Coisa rara, a Nota de Paz de Stalin tinha um parágrafo de alguma flexibilidade: “Ao propor a consideração deste texto, o governo soviético... expressa a disposição de examinar, também, outras possíveis propostas sobre a questão”.⁷

Se Stalin apresentasse a tal Nota de Paz quatro anos mais cedo — antes do bloqueio de Berlim, do golpe tcheco e da Guerra da Coreia —, quase certamente teria suspenso a entrada alemã na Otan em curso. É, até, bem possível que a participação alemã na Aliança Atlântica jamais fosse considerada, pois a Nota implicava o tipo de negociação sobre o futuro da Europa, que Churchill tanto quis, durante e depois da guerra.

No período desde 1948, entretanto, *formara-se* a Aliança Atlântica, e o rearmamento alemão estava lançado. A Comunidade de Defesa Europeia (CDE), moldura política do rearmamento alemão, era debatida nos parlamentos europeus. Na República Federal, Adenauer fora eleito chanceler, por apenas um voto (presumivelmente, o seu), em votação secreta do parlamento, e os social-democratas da oposição, embora perfeitamente democráticos, insistiam na unificação em vez da aliança com o Ocidente.

Os ocidentais viram que todas estas iniciativas seriam obstruídas se examinassem a proposta soviética e, uma vez paradas, perderiam o impulso. Em vários parlamentos europeus, sobretudo na França e na Itália, os partidos comunistas tinham quase um terço dos votos — o mesmo que os comunistas tinham na Tchecoslováquia antes do golpe. E os partidos comunistas da Europa Ocidental opunham-se com fervor a todas as medidas de integração atlântica e europeia. Além disso, o tratado sobre o futuro da Áustria ia em seu sétimo ano de negociações, e o armistício coreano chegava a seu segundo ano. Ao que as democracias sabiam, e por tudo que sabemos até o presente momento, o propósito de Stalin em tentar abrir negociações, poderia muito bem ter sido destruir a coesão aliada e consolidar os satélites.

Com certeza, era o melhor objetivo possível para Stalin. As evidências, contudo, são de que ele estava disposto também a um acordo global. Indicativa de que tinha em aberto essa opção, foi sua reação às respostas ocidentais à Nota de Paz. Em 25 de março, as três potências ocidentais ocupantes — França, Inglaterra e Estados Unidos — mandaram réplicas idênticas, não com o objetivo de abrir a negociação, mas de encerrar a discussão sobre ela. Aceitavam o princípio da reunificação alemã, mas rejeitavam a neutralidade. Uma Alemanha unificada, diziam, deveria ser livre para entrar “em associações compatíveis com os princípios e propósitos das Nações Unidas” — em outras palavras, para ficar na Otan. A resposta ocidental aceitava o princípio das eleições livres, mas ligado a condições como o direito imediato de livre associação e liberdade de expressão, as quais provavelmente solapariam o controle soviético sobre o regime comunista da Alemanha Oriental, muito antes das eleições serem realizadas.⁸ As notas ocidentais visavam o registro, não estimular uma negociação.

Stalin, atipicamente, respondeu logo e em tom conciliatório. E reagiu com a mesma rapidez também, a cada objeção subsequente das democracias. A Nota ocidental, de 25 de março, foi respondida em 9 de abril; a de 13 de maio teve resposta em 24 de maio; a de 10 de julho respondeu-se em 23 de agosto. Cada resposta soviética

avançava um pouco para a posição ocidental. Só a nota de 23 de setembro não teve resposta.⁹ A essa altura, Stalin estava ocupado com o 19º Congresso do partido que se aproximava e, sem dúvida, aguardava o resultado da eleição presidencial americana.

Já com a saúde comprometida, Stalin fez um discurso breve no congresso do partido, que vestiu uma doutrina de coexistência pacífica com uma linguagem ideológica belicosa.¹⁰ Logo após o congresso do partido, em dezembro de 1952, Stalin anunciou que estava pronto a encontrar-se com o presidente eleito Dwight D. Eisenhower. Propor uma reunião de cúpula foi algo que ele jamais concedera a Roosevelt, Truman ou Churchill, cada um dos quais Stalin pôs em posição de terem de dar o primeiro passo.

A retomada simultânea dos expurgos internos na União Soviética trazia a marca familiar e sombria da mudança política iminente. Stalin não se sentia bem, adotando nova política com pessoal antes utilizado em outros caminhos, mesmo submissos, seguindo suas próprias diretrizes talvez exatamente por isso. Stalin considerava a dúvida a semente da deslealdade e preferia o remédio radical de destruir quem houvesse tido a responsabilidade de executar a política que ia ser modificada. Em 1952, algo assim estava visivelmente em preparo, com os fiéis dos anos anteriores como alvos evidentes — o ministro do exterior, Vyacheslav Molotov; Lazar Kaganovich, velho bolchevique, membro do *politburo* e Lavrenti Beria, o chefe da polícia secreta. Novos rostos surgiriam para cumprir o novo desígnio diplomático de Stalin.

A ofensiva diplomática de Stalin era, no mínimo, para ver o que a União Soviética poderia ganhar extinguindo o regime comunista da Alemanha Oriental. Stalin jamais o reconheceu como estado soberano e concedera-lhe *status* distinto dos outros satélites da Europa Oriental, precisamente para tê-lo como peça de barganha, caso a unificação alemã fosse seriamente negociada.

No que concernia a Stalin, o momento poderia muito bem ter chegado em 1952. Ao oferecer a unificação baseada em eleições livres, Stalin indicava que o regime comunista da Alemanha Oriental

tornara-se dispensável, pois, mesmo que os comunistas vencessem as eleições da Alemanha Oriental, como temiam os aliados ocidentais, a população muito maior da República Federal garantiria a vitória decisiva para os partidos democráticos pró-ocidentais. E, assim como só Stalin teria a determinação e a impiedade para levar seu povo exaurido a uma confrontação com as democracias, era ele também o único líder comunista com autoridade para transacionar com um satélite soviético.

Toda vez que Stalin calculava mal, como nessa ocasião, era por presumir que seus correspondentes agiam como ele pela *Realpolitik* e no mesmo estilo frio e cruel. No pós-guerra, ele obviamente acreditou que poderia intimidá-los ou pelo menos ensiná-los que tentativas de extrair concessões da União Soviética seriam difíceis e demoradas. Mas também atuava partindo de que, chegada hora do acordo, os Estados Unidos o fariam baseados no quadro das condições existentes, sem levar em conta fatos anteriores. Stalin parecia convencido de que nada havia a pagar por ter brutalizado democracias.

Tudo isso saiu dolorosamente errado. Os Estados Unidos não faziam *Realpolitik* — pelo menos, não como Stalin a entendia. Para os americanos, os princípios morais eram reais e as obrigações legais válidas. Talvez Stalin tenha imaginado o bloqueio de Berlim como forma de fortalecer sua posição de barganha em relação à Alemanha, ou talvez mesmo como via da negociação. E pode ter considerado a Guerra da Coreia a maneira de testar os limites da política de contenção. Mas os Estados Unidos resistiram a estas agressões por princípio, não em defesa de uma esfera de interesse, empenharam-se para remediar o insulto a uma causa universal, não pela ameaça ao *status quo* local.

Assim como em 1945 quando Stalin desprezou a boa vontade americana, ele subestimou, em 1952, o vulto da desilusão causada por seus atos nesse intervalo. No período de 1945 a 1948, os estadistas americanos ansiaram por um acordo com a União Soviética, mas não quiseram nem podiam acumular a pressão que Stalin teria levado a sério. Em 1952, Stalin tomou a compulsão

americana seriamente, mas havia conseguido convencer os americanos de sua má-fé. Daí, estes viram em sua abertura apenas mais uma manobra da Guerra Fria, que só podia terminar em vitória ou derrota. Não havia mais meio-termo com Stalin.

A hora que Stalin escolheu não poderia ser pior. Sua Nota de Paz chegou menos de oito meses antes de uma eleição presidencial, em que o presidente Truman não era candidato. Na improvável hipótese de Truman e Acheson inclinarem-se a negociar com Stalin, não teriam tempo de completar o processo.

Ao governo Truman, a Nota de Paz oferecia ainda menos. O problema não estava nos termos, que se poderiam adaptar, mas no tipo de mundo que previa. A Alemanha seria neutra, embora armada, e todas as tropas estrangeiras sairiam do seu território em um ano. Mas e o significado exato destes termos? Como definir a “neutralidade” e quem a supervisionaria? Ganharia a União Soviética, desse modo, voz permanente nos assuntos alemães, talvez poder de veto nos mesmos, em nome da supervisão do *status* neutro da Alemanha? E para que pontos se retirariam as tropas estrangeiras? Para as forças de ocupação ocidentais a resposta era clara — não havia, mesmo, estação geográfica possível na Europa. Na década de 1950, a França talvez recebesse um grande contingente americano, mas não por muito tempo, e com restrições. O congresso americano não aprovaria deixar-se a tropa em posição, quando uma zona neutra fora criada entre as forças americanas e soviéticas. Os americanos teriam de voltar para os Estados Unidos, enquanto as tropas soviéticas apenas seriam obrigadas a se retirar para a fronteira polonesa, 160 quilômetros a leste. Em suma, a aplicação literal da proposta de Stalin trocava, por uma retirada soviética de simples 160 quilômetros, o desmanche da Otan que recém-tomava forma.

Mesmo se a cláusula da retirada se interpretasse de modo que as tropas soviéticas voltassem para território soviético, novas complicações teriam surgido, pois era pouco provável que qualquer um dos regimes satélites se sustentasse sem a presença de tropa soviética, ou a certeza de intervenção soviética, em caso de revolta.

Aceitaria Stalin proibir que exércitos soviéticos reingressassem na Europa Oriental, mesmo se um governo comunista entrasse em liquidação? Nas condições de 1952, esta pergunta respondia a si mesma. Estava além da imaginação dos estadistas democráticos — e com razão — que Stalin, o velho bolchevique, concordasse com essa revolução.

Mas o principal motivo para Truman e Acheson desprezarem a abertura de Stalin teve a ver com o futuro longo da Alemanha, previsto na Nota de Paz. Mesmo que fosse possível definir a neutralidade alemã, de forma a impedir a intervenção soviética permanente e um nível de armamento que não deixasse a Alemanha à mercê da União Soviética, isso só restauraria o que fora o dilema da Europa desde a unificação alemã em 1871. Uma Alemanha forte e unificada no centro do continente, com uma política puramente nacional, já se mostrara incompatível com a paz na Europa. Seria mais forte que qualquer das nações da Europa Ocidental e, provavelmente, mais forte que todas combinadas. Nos anos 1950, ela teria tentação de sonhos revisionistas no Leste, estimulados por 15 milhões de refugiados recentes, de territórios que a maioria dos alemães considerava seus. Era provocar o destino soltar-se uma Alemanha unida e neutra tão pouco tempo após a guerra. Acima de tudo, desacreditaria o maior estadista alemão, desde Bismarck, que teve a distinção histórica de ter afastado a Alemanha do legado de Bismarck.

Konrad Adenauer nasceu em 1876, na Renânia católica, que só fazia parte da Prússia desde o Congresso de Viena, e sempre tivera dúvidas sobre o *Reich* alemão centralizado, governado de Berlim. Adenauer tinha sido prefeito de Colônia desde 1917 até ser removido pelos nazistas, em 1933. No período de Hitler retirou-se da política, passando algum tempo num mosteiro. Reposto pelos aliados na prefeitura de Colônia, em março de 1945, foi novamente dispensado no final de 1945, desta vez por autoridades britânicas de ocupação que não apreciaram seu modo independente.

De traços firmes como um imperador romano, Adenauer tinha os ossos da face altos, e os olhos ligeiramente oblíquos, a

insinuarem vestígios de algum conquistador huno, que talvez haja atravessado a Renânia no milênio anterior. O comportamento elegante de Adenauer, adquirido na sua juventude, antes da Primeira Guerra Mundial, refletia uma serenidade desconcertante no líder de um país ocupado, onde poucos dos cidadãos adultos conseguiam lembrar um passado político de que se pudessem orgulhar.

No gabinete de Adenauer, no palácio Schaumburg, construção branca e pomposa do período guilhermino, as cortinas estavam sempre fechadas, lembrando um casulo onde o tempo parou. Serenidade era a qualidade mais necessária num governante cuja missão era dar a seu país, que tinha todos os motivos para duvidar do passado, coragem para enfrentar um futuro incerto. Quando Adenauer se tornou chanceler, aos 73 anos, pareceu que toda a sua vida fora uma preparação para a tarefa de restaurar a autoestima de sua sociedade ocupada, desmoralizada e dividida.

A segurança interior de Adenauer vinha mais da fé que da análise. Ele não era um leitor de livros ou um estudioso de história, como Churchill ou De Gaulle. Mas passara seu exílio refletindo, vivera a escola das convulsões do seu país e tinha a intuição das tendências do período. Possuía também aguda compreensão da psicologia dos contemporâneos, especialmente das fraquezas. Lembro-me de Adenauer, certa ocasião, queixando-se da falta de líderes fortes na Alemanha dos anos 1950. Quando respondi, mencionando um dos seus contemporâneos mais dramáticos, Adenauer replicou à sua maneira lapidar: "Não confunda energia com força".

Adenauer tudo fez para superar as paixões turbulentas da Alemanha, dando ao país — com sua história de extremismo e inclinação para o romântico — uma reputação de confiabilidade. Adenauer tinha idade para lembrar-se de Bismarck como chanceler. Católico fiel, filho da Renânia, jamais gostou da *Realpolitik*, nem mesmo quando a Alemanha esteve unida, e considerava a grandiloquente *Weltpolitik* do *Kaiser* insultuosa ao seu próprio estilo sóbrio e objetivo. Não tinha nenhuma afinidade com a classe *Junker*, que criara a Alemanha imperial. Achava que o maior erro de

Bismarck foi basear a segurança alemã na habilidade de manobrar entre Leste e Oeste. Em sua opinião, uma Alemanha livre e poderosa no centro da Europa ameaçava a todos em detrimento de sua própria segurança.

A resposta de Adenauer ao caos do pós-guerra foi que um país dividido e ocupado, cortado de suas raízes históricas, exigia uma política estável para voltar a ter algum controle sobre o seu futuro. Adenauer negou-se a sair desse caminho por nostalgia ou pela tradicional relação alemã de amor e ódio com a Rússia. Ele optou sem hesitação pelo Ocidente, mesmo ao preço de adiar a unidade alemã.

Os adversários internos de Adenauer, os social-democratas, podiam apresentar credenciais irretocáveis de oposição aos nazistas. Sua base histórica de apoio era a zona de ocupação soviética da Alemanha, forçada a tornar-se comunista — ocorrência a que os social-democratas, corajosamente, se opuseram. Tão suspeitosos da política de contenção quanto devotados à democracia, os social-democratas davam prioridade à unificação alemã sobre as relações atlânticas. Combateram a orientação pró-ocidental de Adenauer e teriam pago, de bom grado, o preço da neutralidade pelos objetivos nacionais da Alemanha.

Na metade da década de 1960, os social-democratas alteraram sua linha: endossaram a Aliança Atlântica e, em 1966, entraram numa “grande coalizão” com os democratas-cristãos, embora mantendo, em relação ao Leste, uma flexibilidade tática maior que os democratas-cristãos de Adenauer.

Adenauer rejeitou a barganha da neutralidade que os social-democratas aceitavam fazer, em parte por motivos filosóficos, mas em parte por razões prudentemente práticas. O idoso chanceler não quis reacender as tentações nacionalistas, especialmente agora que havia dois estados alemães que, como advertira Churchill, em seu discurso da Cortina de Ferro, poderiam se oferecer em leilão. Ele viu melhor que seus opositores internos que, nas condições históricas da época, uma Alemanha unida e neutra só podia brotar de um

acordo de paz feito *contra* a Alemanha. Restrições severas seriam impostas ao novo estado, com controles internacionais. Vizinhos poderosos teriam direito permanente de intervenção. Adenauer considerava essa submissão implícita, psicologicamente mais perigosa para a Alemanha que a divisão. Optou pela igualdade, pela integração ao Ocidente e pela respeitabilidade de seu país.

Nunca se vai saber se Stalin seria capaz de vencer as reservas de Adenauer e dos outros líderes democráticos, levando as coisas para uma conferência diplomática, ou que concessões, se tivesse alguma em mente, poderia ter feito. Sua proposta de uma grande conferência certamente seria apoiada por Churchill. De qualquer maneira, a morte de Stalin deixou tudo à especulação. Stalin sofreu um derrame cerebral, em algum momento entre as primeiras horas de 1º de março de 1953, quando se despediu dos colegas com quem assistira a um filme e as três da madrugada de 2 de março, quando foi encontrado estendido no chão de sua *dacha*. A hora em que foi fulminado é imprecisa, pois seus guardas temiam entrar no quarto antes da hora marcada; portanto ele pode ter permanecido no chão durante horas antes de ser descoberto. Os companheiros de Stalin — Malenkov e Beria entre outros — fizeram vigília ao lado de sua cama até ele morrer, três dias e meio depois.¹¹ Os médicos foram convocados, embora suas receitas não estivessem livres de duplicidade. Eles eram, afinal, as vítimas previstas do próximo expurgo stalinista dos “médicos do Kremlin”.

Os sucessores de Stalin tinham ainda mais necessidade de uma pausa nas tensões com o Ocidente que o seu antigo chefe. Careciam, no entanto, de sua autoridade, sua sutileza, sua perseverança e, o mais importante, da unidade política necessária para trilhar caminho tão complicado. Os sucessores de Stalin dividiram-se na inevitável disputa do poder que ocorreu em seguida. Na guerra desesperada de todos contra todos, cada qual tentando alinhar facções à sua própria reivindicação, ninguém aceitaria fazer concessões aos capitalistas. Isso ficou claro na forma como se explicou o expurgo de Beria. Seu pecado, na realidade, foi saber demais e ameaçar muitos camaradas poderosos. Mas ele foi preso

numa reunião do *politburo* e executado pouco depois, sob a acusação de tramar o abandono da Alemanha Oriental — embora o sentido da Nota de Paz de Stalin do ano anterior e de todas as suas conversas subsequentes com o Ocidente apontassem precisamente nessa direção.

Nas memórias de Krushev, os sucessores de Stalin assustaram-se com a possibilidade de o Ocidente explorar a morte de Stalin para o tão esperado desfecho com o mundo comunista. Talvez para desestimular qualquer golpe, o déspota frequentemente advertia seus camaradas de que o Ocidente lhes torceria o pescoço como às galinhas depois que ele partisse.¹² Ao mesmo tempo, a desconfiança ocidental dos herdeiros de Stalin era agravada pela luta de poder entre eles. Embora a nova liderança ansiasse pela suspensão da Guerra Fria, cada disputante sabia que concessões diplomáticas poderiam ser fatais, até que algum obtivesse autoridade absoluta. Mas inquietava-os também a permanência das tensões. Em 1946, Churchill observara que Stalin queria os frutos da guerra, sem a guerra; em 1953, os sucessores de Stalin buscaram os frutos da distensão, sem concessões. Em 1945, Stalin criou um impasse diplomático para preservar sua posição *vis-à-vis* o Ocidente; em 1953, os seus herdeiros refugiaram-se num impasse diplomático para preservarem opções uns *vis-à-vis* os outros.

Quando estadistas querem ganhar tempo, propõem conversas. Em 16 de março, pouco depois de uma semana após a morte do ditador, Malenkov, novo primeiro-ministro, propôs negociações sem agenda: “No momento, não há questão litigiosa ou pendente, que não se possa acertar por meios pacíficos, num acordo entre os países interessados. Refiro-me às nossas relações com todos os estados, inclusive os Estados Unidos da América”.¹³

Mas Malenkov não fez nenhuma proposta concreta. Os novos governantes soviéticos mostraram-se incertos sobre uma distensão e tinham muito menos autoridade que Stalin para mudar rumos. Ao mesmo tempo, o novo governo Eisenhower estava tão apreensivo sobre negociações com os soviéticos quanto os soviéticos acerca de concessões aos americanos.

O motivo da apreensão era o mesmo em ambos os lados da linha — a União Soviética e os Estados Unidos não gostavam de caminhos desconhecidos. Custava-lhes assimilar as mudanças do ambiente internacional desde o final da guerra. O Kremlin temia que abandonar a Alemanha Oriental pudesse dismantelar os satélites — como aconteceu uma geração depois. E, sem abrir mão da Alemanha Oriental, não haveria uma distensão real. Os Estados Unidos sofriam com as discussões sobre a Alemanha, que poderiam destruir a Otan, e temiam, afinal, trocar a aliança por uma conferência.

Para se concluir se o Ocidente realmente perdeu alguma chance após a morte de Stalin, três perguntas devem ser respondidas. A Aliança Atlântica faria uma negociação séria com os soviéticos sem fragmentar-se? Pressionada, a União Soviética teria feito alguma proposta substancial? A liderança soviética se aproveitaria das negociações para deter o rearmamento alemão e a integração ocidental sem, de fato, abrir mão do seu satélite — Alemanha Oriental — e sem relaxar seu controle sobre a Europa Oriental?

Os americanos tinham razão em achar que a margem das negociações era muito estreita. Uma Alemanha neutra seria um perigo ou um convite à chantagem. Há experiências em diplomacia que não se podem fazer, pois o fracasso contém grandes riscos. E era grande o risco de um desabamento do que se construía na Aliança Atlântica.

Na verdade, interessava a todos — ainda mais à União Soviética — que a República Federal permanecesse no sistema integrado ocidental, embora nenhum líder soviético pudesse admitir esse fato. Com a Alemanha na Aliança Atlântica, era possível acertar a distribuição militar das tropas na nova linha de demarcação (reduzindo o significado militar da Alemanha unificada). Mas se o território neutro abrangesse toda a Alemanha, a Otan seria anulada e na Europa Central haveria um vácuo ou uma ameaça.

Os herdeiros de Stalin só poderiam aceitar uma Alemanha unificada dentro da Otan (mesmo com restrições militares), se as

democracias se dispusessem a ameaçar com ações militares ou, no mínimo, com uma intensificação da Guerra Fria. Talvez fosse o que Churchill, outra vez primeiro-ministro em 1951, tinha em mente, mesmo quando Stalin ainda estava vivo, conforme registra seu secretário particular, John Colville:

Winston falou-me várias vezes em sua esperança numa gestão geral, junto a Stalin, resultando talvez num congresso em Viena, onde a Conferência de Potsdam fosse reaberta e concluída. Se os russos não cooperassem, retomariamos a guerra fria: "Nossos moços", disse-me W., "podem morrer tanto com um fuzil como com uma Bíblia na mão".¹⁴

Mas outro estadista no Ocidente não se dispunha a correr riscos dessa natureza, ou a fazer propostas vulneráveis aos críticos da aliança, por muito unilaterais. Os americanos obstruíram qualquer iniciativa, impedindo que se explorasse a confusão dos soviéticos com a morte de Stalin. Por outro lado, garantiram a coesão da Aliança Atlântica.

No impasse, o debate desviou-se da substância das negociações, para seus atrativos. E Churchill, agora em fim de carreira, surge como principal porta-voz a favor de uma negociação, cujo conteúdo jamais esclareceu. Foi, aliás, comovente ver o octogenário Churchill, toda sua vida um expoente do equilíbrio de poder, a insistir numa reunião de cúpula como um fim em si mesma.

Essa disposição de Churchill em negociar, os americanos a atribuíram injustamente à senilidade que se aproximava. Na realidade, Churchill foi muito coerente, favorável a negociações durante e imediatamente após a guerra, assim como nos primórdios da política de contenção (vide [Capítulos 17 e 18](#)). Mudara, sim, o clima em que essas propostas eram feitas. Na década de 1950, Churchill nunca explicou detalhes do acordo global que propunha. Durante a guerra, este parecia basear-se na suposição de que os Estados Unidos se retirariam, em qualquer caso não deixariam tropa na Europa, como Roosevelt sempre dissera. Naquela ocasião, e como o líder de oposição, entre 1945 e 1951, Churchill parecia imaginar os seguintes componentes de um acordo global com a

União Soviética: uma Alemanha neutra e unificada, uma aliança ocidental na fronteira franco-alemã, o recuo das forças soviéticas para a fronteira polono-soviética, e governos de modelo finlandês nos estados fronteiriços à União Soviética — ou seja, governos democráticos e neutros, respeitosos dos interesses soviéticos, mas livres em sua própria e independente política externa.

Um acordo com essa linha antes de 1948 teria reposto a Europa em suas dimensões históricas. Durante a guerra, e por muitos anos depois, Churchill esteve à frente de seu tempo. Não perdesse as eleições de 1945, poderia muito bem ter dado à Guerra Fria um rumo diferente — desde que os Estados Unidos, e outros aliados, aceitassem o risco de confronto que havia por trás da estratégia predileta de Churchill.

Mas, em 1952, o acordo visualizado por Churchill ficara impossível, a menos que houvesse um terremoto político. Dá ideia da grandeza de Adenauer que o tipo de República Federal que criou fosse inconcebível antes de 1949. Três anos depois, o mundo imaginado por Churchill após 1944 teria exigido o fim da integração da República Federal ao Ocidente, obrigando-a a voltar a ser o velho estado nacional solto. Em 1945, os regimes tipo Finlândia, na Europa Oriental, teriam sido um retorno à normalidade. Em 1952, não mais viriam por negociações; só poderiam nascer de um colapso soviético ou de uma grande confrontação. Além disso, essa confrontação seria em torno da unificação alemã — e nenhum país da Europa Ocidental estava disposto a tal risco por um inimigo derrotado, tão pouco tempo após a guerra.

Se a Aliança Atlântica operasse como uma nação capaz de ter uma só política, poderia ter adotado uma diplomacia que buscasse o acordo global, proposto por Churchill. Mas, em 1952, a Aliança Atlântica ainda era frágil para uma tentativa tão arriscada. Os presidentes, vindos de ambos os partidos americanos, não tiveram escolha além de esperar, em posições de força, por uma transformação soviética.

O novo secretário de estado de Eisenhower, John Foster Dulles, entendia o conflito Leste-Oeste como questão moral e buscou evitar negociações sobre quase todos os assuntos, até que houvesse a mudança básica do sistema soviético — contrariando concepções britânicas havia muito estabelecidas. Em toda sua história, a Inglaterra não teve, com frequência, o luxo de restringir suas negociações a países amigos ou ideologicamente compatíveis. Nunca tendo tido a margem de segurança dos Estados Unidos, mesmo no auge do seu poder, a Inglaterra negociava de maneira natural com adversários ideológicos, as disposições práticas de coexistência. Por todo o tempo, uma clara definição do que era o interesse nacional permitiu que o público inglês julgasse o desempenho de seus estadistas. Os ingleses podiam, às vezes, discutir internamente os termos de um acordo, mas quase nunca a sabedoria de negociar.

Fiel à tradição britânica, Churchill buscava a coexistência mais tolerável com a União Soviética, por meio de negociações quase permanentes. Já os americanos queriam mudar o sistema soviético em vez de negociar com ele. Assim, o debate anglo-americano era, cada vez mais, um diálogo sobre a conveniência, não sobre a essência de negociações. Em sua campanha eleitoral de 1950, que terminou em derrota, Churchill propôs uma reunião de cúpula das quatro potências — ideia revolucionária naquele estágio da Guerra Fria: “Não posso deixar de insistir noutra conversa de alto nível com a Rússia soviética. Apraz-me a ideia de um esforço extremo para vencer o abismo entre os dois mundos, para que cada qual viva sua vida, se não em amizade, pelo menos sem os ódios da Guerra Fria”.¹⁵

Dean Acheson, criador recente da Aliança Atlântica, achou a ideia prematura:

A única forma de lidar com a União Soviética, aprendemo-lo em duras experiências, é ter uma posição de força [...] Quando eliminarmos todas as áreas de fraqueza, faremos acordos práticos com os russos [...] Nada de bom resultaria da iniciativa de entrar em conversações, neste momento [...]¹⁶

Churchill não voltou a primeiro-ministro até outubro de 1951 e preferiu não insistir numa reunião de cúpula pelo restante do mandato de Truman. Decidiu esperar o novo governo, que seria chefiado por seu velho amigo do tempo da guerra, Dwight D. Eisenhower. Enquanto isso, seguiu a tendência de justificar reuniões de cúpula com o argumento de que o líder soviético, fosse quem fosse, seria sensível a acordos de alto nível. Em 1952, era Stalin. Em junho daquele ano, Churchill disse a John Colville que, se Eisenhower fosse eleito, “tentaria de novo a paz num encontro dos Três Grandes [...] Acreditava ele que, enquanto Stalin vivesse, estaríamos muito mais livres de um ataque do que se ele morresse e seus imediatos disputassem a sucessão”.¹⁷

Quando Stalin morreu, pouco depois de Eisenhower eleger-se presidente, Churchill advogou negociar com o novo líder soviético. Eisenhower, no entanto, foi tão infenso quanto seu antecessor à ideia de Churchill de retomar conversações com os soviéticos. Reagindo à abertura de Malenkov, de 17 de março de 1953, Churchill instou Eisenhower, em 5 de abril, a não perder a chance de “ver até onde o regime de Malenkov irá na distensão, em todos os sentidos”.¹⁸ A resposta de Eisenhower foi pedir a Churchill que esperasse a declaração política que ele faria à associação dos editores de jornais, no dia 16 de abril, a qual, na realidade, rejeitou a premissa de Churchill.¹⁹ Disse Eisenhower que as causas da tensão eram tão sabidas quanto seus remédios: um armistício coreano, um tratado do estado austríaco e “um fim aos ataques diretos e indiretos à segurança da Indochina e da Malásia”. Englobando, desse modo a China e a União Soviética — avaliação equivocada das relações sino-soviéticas, como o tempo demonstraria — impôs condições claramente irrealizáveis, pois as ocorrências na Malásia e na Indochina estavam fora do controle soviético. Negociações eram desnecessárias, afirmou Eisenhower, a época era de feitos, não de palavras.

Lendo antes o rascunho do discurso de Eisenhower, Churchill viu que “uma geada cortou a primavera em botão”. Para mostrar que não se convencera dos argumentos de Eisenhower, propôs uma

reunião das potências de Potsdam — os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética —, precedida de uma sessão entre Churchill e Molotov, recém-reintegrado como ministro do exterior soviético. Com a solícita inclusão de uma proposta de convite em sua carta a Eisenhower, Churchill foi buscar um improvável laço de amizade entre ele próprio e Molotov:

[...] retomáramos nossa ligação do tempo da guerra e... eu poderia encontrar-me com *Monsieur* Malenkov e outros dos vossos líderes. Naturalmente, não acho que sejamos capazes de solucionar nenhuma das graves questões que pendem sobre o futuro imediato do mundo [...] Assim, quero deixar claro que não espero decisões significativas desta reunião informal, apenas restabelecer bases simples e amistosas entre nós [...]²⁰

Para Eisenhower, no entanto, uma reunião de cúpula era uma concessão perigosa aos soviéticos. Um pouco irritado, ele reiterou sua exigência de que os soviéticos satisfizessem algumas condições prévias: “Em nota de 25 de abril a V. Exa., expressei a opinião de que não devíamos apressar as coisas, nem permitir, em nossos países, que um sentimento favorável a uma reunião entre chefes de estado e de governo nos leve a iniciativas precipitadas [...]”.²¹

Embora discordasse, Churchill reconheceu que a dependência de seu país em relação aos Estados Unidos não lhe permitia o luxo de iniciativas, em questões sobre as quais Washington se mostrava tão decidida. Sem contatar Malenkov, fez a segunda melhor coisa possível, relatando à Câmara dos Comuns muito do que poderia ter dito ao primeiro-ministro soviético em particular. Em 11 de maio de 1953, concluiu que sua análise diferia daquela de Eisenhower e Dulles: os americanos temiam pôr em risco a coesão da Aliança Atlântica, como também o rearmamento alemão, enquanto Churchill, antes ele tudo, temia pôr em risco uma evolução interna mais amena na União Soviética:

[...] seria uma pena que o natural desejo de um acordo geral de política internacional impedisse uma evolução espontânea e saudável, que possa estar havendo na Rússia. Tenho considerado algumas das manifestações internas, e a visível mudança de estado de espírito, muito mais

importantes e significativas do que aquilo que ocorreu cá fora. Preocupa-me que nada relativo à política externa das potências da Otan menospreze ou tire a ênfase do que, talvez, seja um profundo câmbio de sentimentos russos.²²

Antes da morte de Stalin, Churchill insistia em negociações por achá-lo o líder soviético que melhor cumpriria o que prometera. Agora, Churchill pedia uma reunião de cúpula a fim de preservar as boas perspectivas surgidas após a morte do ditador. Em outras palavras, a conversa era necessária, não importava o que acontecesse na União Soviética ou quem mandava na hierarquia soviética. Uma conferência de alto nível, batia Churchill, daria o princípio e a direção a negociações futuras:

A conferência não se deve colgar de agendas rígidas e complicadas, nem se perder em labirintos e selvas de detalhes técnicos, zelosamente discutidos por hordas de especialistas e funcionários, aglomerados num vasto aparato incômodo. Deve limitar-se ao menor número possível de países e pessoas [...] Talvez não se façam acordos fantásticos, mas poderá formar-se, entre os presentes, uma sensação geral de que talvez possam providenciar algo melhor que estragalhar a espécie humana, inclusive eles mesmos.²³

Mas o que, exatamente, Churchill tinha em vista? Como expressariam os governantes sua decisão de não cometer suicídio coletivo? A única proposta concreta de Churchill foi um acordo semelhante ao Pacto de Locarno, de 1925, em que a Alemanha e a França aceitaram suas fronteiras e a Inglaterra garantiu cada lado contra agressões do outro (vide [Capítulo 11](#)).

Não era um bom exemplo. Locarno durou só dez anos e não resolveu uma única crise. A ideia de que a Inglaterra, ou qualquer nação, pudesse ser tão indiferente ao conteúdo de controvérsias, a ponto de garantir ao mesmo tempo (e pelo mesmo instrumento) as fronteiras de um seu aliado e as de um grande adversário, já fora bizarra em 1925 e não melhorou nada na era de conflitos ideológicos, três décadas depois. Quem garantiria, quais fronteiras, contra que perigos? As potências de Potsdam? Todas as fronteiras da Europa? Contra todas as agressões? Nesse caso, a diplomacia teria

dado a volta completa até a ideia de Roosevelt dos Quatro Guardiões. Seria a resistência proibida, a menos que *todas* as potências de Potsdam concordassem? Nesse caso, a ideia dava carta branca à agressão soviética. Visto que os Estados Unidos e a União Soviética se consideravam uma superpotência à outra, de que maneira a garantia comum seria uma solução para ambas? Locarno foi montada como a alternativa de uma aliança militar entre a França e a Inglaterra, e assim apresentada ao parlamento e ao público. O novo acordo, no modelo de Locarno, dissolveria as alianças existentes?

O argumento de Churchill não dependia, porém, de uma posição específica de negociação. Em 1º de julho de 1953, ele rejeitou a teoria de que as políticas do Kremlin eram imutáveis e de que a União Soviética era a primeira sociedade a tornar-se imune à erosão da história. Segundo Churchill, o dilema do Ocidente estava na combinação de sua recusa a reconhecer os satélites da órbita soviética com a relutância em arriscar-se a uma guerra para desmanchá-la. A única saída era fazer um "reconhecimento em força", para testar a nova realidade soviética. Escreveu ele a Eisenhower:

Não é minha intenção, como não foi em Fulton, ou em 1945, ser enganado pelos russos. Acho, no entanto, que há uma mudança no equilíbrio mundial, em grande parte resultante do rearmamento e da ação americana, mas também pela maré baixa da filosofia comunista, que justifica um estudo frio e factual por parte das nações livres, que estão fortes e unidas.²⁴

A esperança de Churchill era que "dez anos de distensão, mais ciência produtiva, fariam o mundo diferente".²⁵ Churchill não mais propunha um acordo global, e sim a política que mais tarde se chamou *détente*. Churchill havia percebido que o problema da política de contenção, em sua versão original, era que, por melhor que fosse o diagnóstico, a execução resultava em resistência paciente, até o dia distante em que o sistema soviético terminasse por se transformar. A política de contenção ia a um lugar esplendoroso, mas oferecia pouca alimentação no trajeto. Sua

alternativa era um acordo global imediato, que correspondia a uma viagem mais confortável para um destino menos atraente, mas que arriscava, também, a coesão da Aliança Atlântica e a integração da Alemanha com o Ocidente — preço exorbitante para qualquer *quid pro quo*, a menos que os próprios alemães o exigissem. O que Churchill propunha agora, era uma linha intermediária — a coexistência pacífica, para permitir a erosão do tempo e suavizar, aos poucos, a política soviética de longo prazo.

A fadiga psicológica de uma era de confronto sem consequência aparece na mudança de atitude de George F. Kennan. Percebendo que sua visão original da União Soviética racionalizava uma confrontação militar interminável, ele criou um conceito para a negociação de um acordo global, muito semelhante àquele que Churchill talvez imaginasse em 1944-45.

A meta do chamado “desengajamento” era a retirada das tropas soviéticas do centro da Europa. Kennan aceitava pagá-la com uma retirada parecida de forças americanas da Alemanha. Mantendo que a Alemanha seria capaz de se defender com armas convencionais, como sempre fizera, ainda mais se os exércitos soviéticos tivessem de atravessar a Europa Oriental antes de chegar à fronteira alemã, Kennan lamentou a dependência excessiva da estratégia nuclear. Ele apoiava a proposta do ministro do exterior polonês, Adam Rapacki, de uma zona desnuclearizada na Europa Central, compreendendo a Alemanha, a Polônia e a Tchecoslováquia.²⁶

A dificuldade dos esquemas de Kennan e de Rapacki era a mesma da Nota de Paz de Stalin: eles teriam trocado a integração alemã com o Ocidente pela retirada soviética da Alemanha Oriental e de partes da Europa Oriental, o que, se não fosse combinado com garantias contra uma intervenção soviética para proteger regimes comunistas, resultaria em dupla crise: uma na Europa Oriental e outra na procura de um papel nacional responsável para a Alemanha, coisa difícil desde sua unificação, em 1871.²⁷ Na noção convencional da época, o conceito Rapacki-Kennan de trocar um recuo americano de 4.800 quilômetros por um recuo soviético de poucas centenas de quilômetros, tinha o risco adicional de valorizar

as armas em que a União Soviética preponderava, estigmatizando as armas nucleares, o que, no mínimo, tornava a agressão incalculável. Esta era minha própria opinião na época.²⁸

Churchill, como tantas vezes antes, enxergou certo, mesmo que, para variar, não tivesse a solução correta. O público democrático não apoiaria a confrontação indefinidamente, a menos que os governos mostrassem antes, claramente, ter tentado todas as alternativas ao conflito. Se as democracias não chegassem a um programa de distensão com os soviéticos, o público e os governos corriam o risco da sedução de ofensivas de paz, nas quais a anelada mudança da sociedade soviética seria anunciada, com pouca base mais que a mudança do tom soviético. Para não oscilar entre extremos de intransigência e conciliação, as democracias teriam de manter sua diplomacia dentro de limites estreitos: entre o confronto sem fim, cada vez mais opressivo, à medida que os estoques nucleares cresciam em ambos os lados e um tipo de diplomacia que tranquilizasse as pessoas quanto à Guerra Fria sem, na realidade, melhorar a situação em si.

Na verdade, as democracias estavam em boa posição para operar nessa margem estreita, pois sua esfera de influência era muito mais forte que a dos soviéticos, e porque a brecha social e econômica entre as superpotências, muito provavelmente, aumentaria. A história parecia estar do lado delas se fossem capazes de combinar imaginação com disciplina. Foi este, em todo caso, o raciocínio por trás da política de *détente* de Nixon (vide [Capítulo 28](#)). E estava implícito na posição de Churchill, em sua carta de 1º de julho de 1953 a Eisenhower, quando se referiu a “dez anos de distensão e ciência produtiva” para um mundo melhor.

Juntamente com Adenauer, foi John Foster Dulles o estadista ocidental que mais veementemente se opôs a arriscar a coesão do Ocidente, obtida a duras penas em negociações flutuantes. A avaliação de Dulles quanto ao perigo do que propusera Stalin e os teóricos do desengajamento depois apresentaram estava, em essência, correta. Mas ele também causou uma vulnerabilidade psicológica ao sustentar que a melhor maneira de manter a coesão

ocidental era evitar negociações de todo — como se vê neste bilhete cautelar a um redator de discursos da Casa Branca, em abril de 1953: “[...] há um perigo real em parecermos aceitar estas aberturas soviéticas. É óbvio que o estão fazendo em virtude de pressões externas, e não vejo nada melhor do que mantermos essas pressões, no momento”.²⁹

Com essas posições, Dulles foi aos limites da política de contenção. Para resistir à Guerra Fria, as sociedades democráticas precisavam de outra motivação além da capacidade de suportar. Embora os programas políticos sobre a mesa fossem incompatíveis com o interesse das democracias, fazia-se necessária uma concepção política alternativa à evolução pacífica na Europa Central — um programa com a ideia de manter a Alemanha dentro das instituições ocidentais, junto com medidas para relaxar as tensões ao longo da linha divisória que cortava a Europa. Dulles evitou tratar dessa necessidade, preferindo levar ao impasse as conversas de ministros do exterior com suas conhecidas posições, a fim de ganhar tempo para a consolidação da Aliança Atlântica e o rearmamento da Alemanha. Para Dulles, essa política evitava a discórdia entre os aliados; para a confusa liderança pós-Stalin, ela poupava a tomada de decisões difíceis.

Vendo os líderes soviéticos que as democracias não pressionariam questões da Europa Central, buscaram a ansiada trégua com o Ocidente, atendo-se ao que Eisenhower e Dulles haviam definido como provas de boa-fé: Coreia, Indochina e o tratado do estado austríaco. Em vez de serem os bilhetes de entrada para a negociação sobre a Europa, como queria Churchill em 1953, estes acordos vieram como substitutos. Em janeiro de 1954, uma reunião de ministros do exterior sobre o tema da Alemanha logo caiu num impasse. Dulles e Molotov haviam, na realidade, chegado a conclusões idênticas. Nenhum deles quis envolver-se em diplomacia fluida; cada um preferiu consolidar sua própria esfera de influência a uma política externa mais arriscada.

As posições dos dois lados não eram, no entanto, simétricas. O impasse serviu aos objetivos táticos e internos imediatos de Molotov,

favoreceu a mão da estratégia americana de longo prazo — ainda que todos os líderes americanos não o percebessem. Como os Estados Unidos e seus aliados estavam fadados a vencer a corrida armamentista, e sua esfera de influência possuía o maior potencial econômico, os objetivos soviéticos de longo prazo corretos exigiam mesmo uma distensão e um acordo realista sobre a Europa Central. Molotov evitou fazer as concessões que, por mais dolorosas que fossem, poderiam ter salvo a União Soviética do esgarçamento estratégico e do colapso; Dulles evitou a flexibilidade, pelo que pagou o preço de controvérsias internas desnecessárias e da vulnerabilidade a ofensivas cosméticas de paz dos soviéticos, mas que deu, também, a base para a vitória estratégica final dos Estados Unidos.

Dulles usou o alívio para buscar sua meta de integrar a Alemanha na Otan. O problema de encaixar a República Federal na estrutura militar ocidental era exasperante. Os franceses não estavam muito ansiosos por ver a Alemanha totalmente rearmada, nem queriam sacrificar sua defesa nacional em favor de uma defesa ocidental integrada que incluía a Alemanha. Isso significaria colocar parcialmente a defesa do país nas mãos de quem havia devastado a França dez anos antes, além de constranger a capacidade da França em suas guerras coloniais. Esta foi a razão por que o plano da Comunidade de Defesa Europeia tropeçou na resistência francesa. Dulles e Anthony Eden voltaram-se então à alternativa de simplesmente integrar a República Federal da Alemanha na Otan. Sob pressão, Paris cedeu, insistindo em que a Inglaterra promettesse a presença permanente de tropas britânicas em solo alemão. Quando Eden concordou com esta proposta, a França recebeu a garantia militar concreta que os ingleses, tão coerentemente, haviam recusado após a Primeira Guerra Mundial. A partir daí, tropas inglesas, francesas e americanas ficaram na Alemanha como aliadas da República Federal. O que começou na iniciativa de Stalin de pôr fim à divisão da Alemanha (vagamente endossada, algum tempo, por Churchill) terminou confirmando a divisão da Europa. Por ironia, Churchill, o apóstolo das esferas de influência, no final queria

amainar seu impacto e talvez mesmo eliminá-las; enquanto Dulles, secretário de estado do país que sempre maldisse as esferas de influência, foi o principal fator da política que as congelou em seus lugares.

Os Estados Unidos, confiantes na solidariedade de sua esfera, sentiram que agora era seguro conversar com os russos. O fato, no entanto, é que os blocos americano e soviético consolidados na Europa deixavam cada vez menos sobre o que conversar. Ambos os lados sentiram-se à vontade para uma reunião de cúpula, não a fim de solucionar a Guerra Fria, mas precisamente por saberem que ela evitaria todas as questões fundamentais. Churchill se aposentara, a República Federal estava abrigada na Otan e a União Soviética concluíra que preservar sua esfera de influência na Europa Oriental era mais seguro que tentar seduzir a República Federal dos seus laços ocidentais.

E assim, a Conferência de Genebra, de julho de 1955, ficou longe do que Churchill originalmente propusera. Em vez de revisar as causas da tensão, os estadistas em conferência mal tocaram nas questões que haviam gerado a Guerra Fria. A agenda variou entre tentar marcar pontos de propaganda e relegar a solução dos problemas de Leste-Oeste a uma psicologia de amadores. A proposta de "céus abertos" de Eisenhower, para o reconhecimento aéreo dos territórios de cada parte, arriscava pouco; nada mostraria aos soviéticos que estes já não soubessem por suas fontes ostensivas e secretas, ao passo que revelaria o enigma do império soviético ao reconhecimento americano. Sei, por experiência própria, que os planejadores políticos de Eisenhower que a imaginaram — a maior parte, sob os auspícios de Nelson Rockefeller, na época conselheiro presidencial — ficariam estupefatos se fosse aceita. Sua rejeição, por Krushev, não causou quaisquer problemas para a União Soviética. A questão do futuro da Europa Central foi passada adiante para os ministros do exterior sem diretrizes.

O maior resultado da conferência foi comprovar a necessidade psicológica das democracias por uma trégua após a década de confrontação. Firmes diante das propostas anteriores e específicas

de Stalin, as democracias sucumbiram, agora, à mudança de tom soviético. Pareciam o corredor da maratona que, ao avistar a fita de chegada, se senta exausto na calçada e se deixa ultrapassar pelos competidores.

Ao insistirem em soluções específicas para problemas específicos, Eisenhower e Dulles, hábil e tenazmente, haviam eliminado os resíduos da Nota de Paz de Stalin, e dos apelos eloquentes de Churchill, por uma reunião de cúpula. Contudo, no final concluíram que esperar pela mudança soviética interna era mensagem muito severa e buscar posições alternativas de negociação poderia dividir. A política de contenção só persistiria se desse ao povo alguma esperança de acabar a Guerra Fria. Mas, em vez de trazerem um programa político próprio, eles aquiesceram com o que até então temiam: a tendência de interpretar o estilo menos brutal, de Krushev e Bulganin, como sinal de mudança na atitude soviética. O simples fato de haver uma reunião sem confrontação — por parco que fosse o conteúdo — alimentou a esperança das democracias de que a mudança soviética, há muito prevista, estava em curso.

Mesmo antes da conferência, Eisenhower deu o tom do encontro. Esquecendo a insistência de seu governo em avanços concretos e detalhados, ele pôs as metas da diplomacia Leste-Oeste em termos mais psicológicos: “Nossas várias conferências de pós-guerra caracterizaram-se pela atenção aos detalhes, pelo esforço evidente de trabalhar em problemas específicos, em vez de criar o espírito, a atitude, para abordá-los”.³⁰

A reação da mídia foi de êxtase e convergiu sobre a noção de que algo fundamental se passara na reunião de cúpula, embora ficasse obscuro exatamente o que havia sido. “O senhor Eisenhower saiu-se ainda melhor do que na derrota do inimigo em campo de batalha, que foi sua tarefa há uma década”, disse um editorial do *New York Times*. “Algo ele fez para evitar que houvesse batalhas [...] Outros poderiam jogar força contra força. O senhor Eisenhower teve o talento de atrair os demais para o círculo de sua boa vontade e

mudar a atitude, talvez mesmo a política, do pequeno grupo de visitantes da outra margem do Elba”.³¹

Mesmo Dulles empolgou-se com o “espírito” de Genebra. “Até Genebra”, disse ele, dois meses depois, ao ministro do exterior inglês Harold Macmillan, “a política soviética baseava-se na intolerância, que era a tônica da doutrina. A política soviética baseia-se, hoje, na tolerância que inclui boas relações com todos”.³² A conferência e seu clima haviam se tornado seus próprios resultados.

Entrando no espírito da coisa, Harold Macmillan declarou que o verdadeiro significado da Conferência de Genebra não era um acordo específico, mas as relações pessoais que ela ajudara a estabelecer entre os líderes. Mesmo na pátria do equilíbrio de poder estava se elevando a atmosfera a elemento-chave de política externa:

Por que este encontro emitiu uma onda de emoção, esperança e expectativa ao redor do mundo? Não porque as discussões fossem especialmente brilhantes [...] O que tocou a imaginação do mundo foi o fato da reunião amigável entre os chefes dos dois grandes grupos em que se dividiu o mundo. Esses homens, com suas imensas cargas, viram-se e falaram-se e riram juntos, como quaisquer mortais[...]. Começo a crer que o idílio de Genebra, do verão passado, não foi um caso vago ou fingido.³³

Se, ao menos, a história fosse mais clemente. Os americanos estavam certos, em sua avaliação anterior, de que a Guerra Fria era resultado de ações soviéticas, não da retórica ou da conduta pessoal soviéticas. A fuga, de ambas as partes, de abordarem as causas da tensão iria perpetuá-la e transformá-la em úlcera. Se uma simples reunião tinha esse impacto sobre a opinião ocidental, que incentivo sobrava para os soviéticos fazerem concessões substanciais? Na realidade, não houve nenhuma, em questão política nenhuma, por uma década e meia.

As esferas de influência, em ambos os lados da linha divisória alemã, enrijeceram. Entre a fundação da Otan e a abertura de negociações entre as democracias e a União Soviética, que conduziu

aos Acordos de Helsinque de 1975, as únicas negociações políticas foram causadas pelos ultimatos soviéticos de Berlim. A diplomacia deslocou-se para o controle de armas, que era o inverso das “posições de força”. Seus defensores tentaram transformar a limitação, ou controle, de armamentos, em substituto do diálogo político; ou, na linguagem da política de contenção, limitar as posições de força ao nível mais baixo compatível com a dissuasão. Mas assim como posições de força não se traduziam, de ofício, em negociações, o controle de armas não se traduziu, de ofício, em distensão.

Mesmo enquanto a Conferência de Genebra era louvada no Ocidente, como o início do degelo da Guerra Fria, ela foi o introito da fase mais perigosa da Guerra Fria, pois os soviéticos haviam tirado conclusões muito diferentes daquelas dos líderes das democracias. Os herdeiros de Stalin haviam se firmado em meio à confusão geral e à incerteza se as democracias explorariam a desordem para reverter as conquistas soviéticas do pós-guerra. No entanto, em junho de 1953, apenas três meses depois da morte do tirano, eles já haviam conseguido esmagar uma revolta em Berlim Oriental, que tecnicamente era cidade sob a jurisdição de quatro potências, sem nenhuma reação do Ocidente. Havia procrastinado a unificação alemã sem encontrar resistência, e o controle político comunista da Europa Central e Oriental só era posto em xeque retoricamente. Para culminar, receberam, na Conferência de Genebra, um certificado de boa conduta, sem haver exame sério de qualquer das questões que haviam levado à Guerra Fria.

Marxistas convictos, chegaram à única conclusão compatível com a sua ideologia: a correlação de forças mudava a seu favor. Sem dúvida, essa certeza reforçou-se na estocagem crescente, embora ainda pequena, de armas nucleares e na fabricação da bomba de hidrogênio. Em suas memórias, Krushev resumiu a conferência: “[...] nossos inimigos viram, agora, que podemos resistir a suas pressões e que não caímos em seus truques”.³⁴ Em fevereiro de 1956, sete meses após a cúpula, no mesmo congresso do partido onde atacara Stalin fortemente, Krushev examinou o

panorama internacional, de forma depreciativa às democracias: “A crise geral do capitalismo aprofunda-se [...] O campo internacional do socialismo está exercendo influência cada vez maior sobre o curso dos acontecimentos mundiais [...] A posição das forças imperialistas torna-se mais precária [...]”.³⁵

A causa do mal-entendido entre os líderes das democracias e da União Soviética foi a insistência daqueles em aplicar à *nomenklatura* soviética os critérios de sua própria experiência interna. Foi um equívoco profundo. A segunda geração de líderes soviéticos moldara-se num passado inimaginável nas democracias. Estagiar com Stalin garantia má formação psicológica. Só o lenitivo da ambição sem peias tornaria tolerável a sensação penetrante de terror gerada pela pena de morte, ou de vida no *gulag*, pelo mais ligeiro passo em falso — ou mesmo pela mudança de política, realizada pelo próprio ditador.

A geração que cresceu sob Stalin somente reduzia os seus riscos pela subserviência aos caprichos do mestre e pela denúncia sistemática de colegas. Tornavam seu pesadelo menos horrível por meio de uma crença fervorosa no sistema ao qual deviam suas carreiras. Só na geração seguinte, os líderes soviéticos conheceram os choques da desilusão.

Como revela o material sobre Stalin, nas memórias de Gromyko, os subordinados de Stalin estavam cientes das atrocidades cometidas em nome do comunismo.³⁶ Contudo, aliviavam suas consciências que, enfim, não eram tão altamente desenvolvidas, atribuindo o stalinismo às aberrações de uma pessoa, não ao fracasso do sistema comunista. Além disso, tinham poucas oportunidades de reflexão sistemática, pois Stalin providenciava para que a camada superior vivesse em estado de fluxo constante. A perda de posição no regime de Stalin não significava o advento de uma vida normal no “setor privado”. Para os poucos afortunados que conseguiram sobreviver, equivalia a desonra pública e isolamento completo dos velhos colegas.

A desconfiança mórbida, que se tornara um modo de vida na *nomenklatura* soviética, caracterizou-lhe a conduta também na fase imediata pós-Stalin. Os sucessores de Stalin passaram quase cinco anos em luta pelo poder: em 1953, Beria foi executado; em 1955, Malenkov foi demitido; em 1957, Krushev derrotou o chamado grupo antipartido de Molotov, Kaganovich, Shepilov e Malenkov e, em 1958, já alcançara o poder absoluto, após a dispensa de Zhukov. Esse torvelinho fez da distensão com o Ocidente uma necessidade para a liderança do Kremlin, embora não a impedisse de vender armas ao Egito ou de esmagar a Revolução Húngara.

A mudança de tom da liderança soviética não se traduziu em aceitação das noções ocidentais de coexistência pacífica. Em 1954, quando Malenkov falou no perigo da guerra nuclear, poderia estar dando os primeiros sinais do reconhecimento soviético da realidade da Era Nuclear. É também possível que estivesse tentando solapar a confiança das democracias na arma em que baseavam sua segurança. A condenação de Stalin, por Krushev, pode ter marcado um abrandamento do comunismo, mas este, claramente, utilizou-a também como arma contra os antigos camaradas de Stalin, seus principais adversários, bem como para obter controle sobre o partido comunista.

É verdade que Krushev teve a coragem de eliminar Beria, ou pelo menos, reconheceu a necessidade de fazê-lo, para o bem de sua própria sobrevivência; e fez experiências com o degelo intelectual e a desestalinização da Europa Oriental. Ele foi um precursor de Gorbachev, no sentido de que deu a partida num processo de transformação cujas implicações não compreendeu e cujo rumo ele teria lamentado. Pode-se afirmar, desse ponto de vista, que o colapso do comunismo começou com Krushev.

Esse colapso foi tão completo que é uma tentação esquecermos quão imprudentemente Krushev desafiou a comunidade internacional. Ele tinha o instinto do camponês para descobrir os pontos nevrálgicos dos países que sua ideologia considerava imperialistas. Criou uma crise no Oriente Médio, deu uma série de ultimatoss relativos a Berlim, estimulou guerras de libertação nacional

e instalou mísseis em Cuba. Mas se causou muitos dissabores ao Ocidente, não obteve ganhos permanentes para a União Soviética, pois era melhor em começar crises que em terminá-las. E como apesar de toda a confusão, o Ocidente, afinal, resistiu, o resultado dos atos agressivos de Krushev foi um enorme dispêndio de recursos soviéticos para nenhum ganho estratégico permanente, e uma grave humilhação, na crise dos mísseis cubanos.

A Conferência de Genebra, de 1955, foi o ponto de partida de todas essas aventuras. Voltando de Genebra, Krushev parou em Berlim Oriental a fim de reconhecer a soberania do regime comunista da Alemanha Oriental. Isso, Stalin sempre evitou. Pelo restante da Guerra Fria, a unificação alemã sumiu da agenda internacional, pois Moscou a atribuiu a negociações entre os dois estados alemães. Como os valores políticos desses estados eram incompatíveis, e nenhum deles pretendia cometer suicídio, a unificação só viria do colapso político de uma das partes. Assim, a crise de Berlim, de 1958-62, originou-se em Genebra.

Em 1955, uma década após a morte de Roosevelt, o acordo de pós-guerra na Europa finalmente emergia, não por meio da negociação entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, mas resultante de sua incapacidade de negociar um acordo. E era exatamente o que Roosevelt tentara evitar: dois campos armados, encarando-se no centro do continente, e um enorme comprometimento militar americano na Europa — um autêntico arranjo de esferas de influência, na acepção da palavra. Mas, afinal, era um arranjo com certa estabilidade. A questão alemã, se não fora solucionada, pelo menos estava sob controle. Os soviéticos tiveram de aceitar, se não reconhecer, o estado alemão ocidental, e os americanos fizeram o mesmo com a Alemanha Oriental.

Mas Nikita Krushev não havia de permitir que a esfera americana prosperasse incontestada. Ele desafiaria o Ocidente em arenas que Stalin sempre considerara fora da esfera soviética de interesse, levando os pontos críticos da competição soviético-americana para além da Europa. O primeiro desses pontos quentes explodiria no que se chamou a Crise de Suez, de 1956.

Alternando a contenção

A crise de Suez



Toda a conversa de coexistência pacífica da Conferência de Genebra, de 1955, não podia alterar a realidade: os Estados Unidos e a União Soviética, de longe as potências proeminentes do mundo, estavam engalfinhadas numa competição geopolítica. O ganho de um lado era visto, em toda parte, como a perda do outro. Na metade da década de 1950, a esfera de influência americana, na Europa Ocidental, vicejava, e a disposição americana de protegê-la com força militar dissuadiu o aventureirismo soviético. Mas o empate na Europa não significava paralisia ao redor do mundo. Em 1955, apenas dois meses após a Conferência de Genebra, a União Soviética realizou uma grande venda de armamento para o Egito, permutando armas por algodão, à época, em excesso de oferta — um passo ousado para estender a influência soviética ao Oriente Médio. Na faina de ganhar influência no Egito, Krushev, na verdade, saltou por cima do *cordon sanitaire* que os Estados Unidos haviam estendido em volta da União Soviética, obrigando Washington a contra-atacar os soviéticos em áreas até então seguras dentro da esfera ocidental.

Stalin nunca quis pôr em risco a credibilidade soviética no mundo em desenvolvimento. Considerava-o distante e instável, seus governantes difíceis de controlar, com uma União Soviética ainda sem força suficiente para meter-se em aventuras longínquas —

embora, com o tempo, o crescimento do poder militar soviético pudesse ter mudado sua atitude. Em 1947, Andrei Zhdanov, que parecia ser dos conselheiros mais próximos a Stalin na época, ainda descrevia o Oriente Médio como área dominada por imperialistas americanos e ingleses, competindo entre si.¹

Os soviéticos não podiam ignorar que sua primeira venda de armas a um país em desenvolvimento inflamaria o nacionalismo árabe, tornaria o conflito árabe-israelense mais difícil e seria vista como ameaça ao predomínio ocidental no Oriente Médio. Quando o tempo finalmente desanuviou, a crise de Suez destruiu o *status* de grande potência da Inglaterra e da França. Fora da Europa, os Estados Unidos teriam de guarnecer sozinhos as seteiras da Guerra Fria daí em diante.

O primeiro movimento de Krushev foi cauteloso. A União Soviética nem era parte na venda inicial das armas, pois a transação era tecnicamente tcheca, embora se abandonasse logo esse subterfúgio. Camuflada como fosse parte dessa negociação, a venda de armamento soviético ao Oriente Médio feriu um ponto nevrálgico da Europa Ocidental, especialmente da Inglaterra. Depois da Índia, o Egito representava o legado mais importante do passado imperial da Inglaterra. No século XX, o canal de Suez tornara-se a principal artéria do suprimento de petróleo à Europa Ocidental. Mesmo enfraquecida após a Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra tinha-se como a grande potência do Oriente Médio, com seu senhorio apoiado em dois pilares: o Irã, que fornecia petróleo por meio de uma empresa anglo-iraniana; e o Egito, que servia de base estratégica. A Liga Árabe foi exaltada por Anthony Eden, em 1945, como a estrutura política de resistência à penetração externa no Oriente Médio. Havia forças britânicas no Egito, no Iraque e no Irã. Um oficial inglês, o general John Glubb (Glubb Paxá), comandava a Legião Árabe da Jordânia.

Nos anos 1950, esse mundo se desfez. Para aplauso da primeira geração de países recém-independentes, o primeiro-ministro iraniano Mossadegh nacionalizou a indústria de petróleo do Irã em 1951, exigindo a retirada das tropas inglesas que protegiam o

complexo petrolífero, em Abadan. A Inglaterra não se achava com força para ações militares tão próximas à fronteira soviética sem o apoio americano, que não estava disponível. Além disso, acreditou ter uma posição de recuo em sua principal base, ao longo do canal de Suez.

O desafio de Mossadegh terminou dois anos depois, quando os Estados Unidos estimularam um golpe para derrubá-lo. Naquele tempo, Washington ainda considerava operações secretas mais legítimas que a intervenção militar.

Mas a influência da Inglaterra no Irã não se recuperou. Em 1952, a posição militar da Inglaterra no Egito também desmoronava. Um grupo de oficiais jovens, no espírito nacionalista e anticolonialista que se espalhava pela região, depôs o corrupto rei Farouk. A figura principal era o coronel Gamal Abdel Nasser.

Forte personalidade, de charme considerável, Nasser tornou-se figura carismática ao apelar para o nacionalismo árabe. Profundamente humilhado pela derrota árabe na guerra de 1948 contra Israel, ele via na criação do estado judeu o cúmulo de um século de colonialismo ocidental e estava determinado a expulsar a Inglaterra e a França da região.

O aparecimento de Nasser trouxe à tona o conflito latente entre os Estados Unidos e seus principais aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na questão do colonialismo. Em abril de 1951, Churchill, na época ainda líder de oposição, pediu uma ação conjunta no Oriente Médio:

Não temos mais a força para toda a responsabilidade política com que arcamos no Mediterrâneo, ou mesmo para o papel principal, no controle diplomático deste teatro. Mas Estados Unidos e Inglaterra juntos, auxiliados pela França [...] nós três, em conjunto, teríamos a posição forte para lidar, digamos, com o problema egípcio e toda a questão da defesa do canal de Suez.²

Porém, quando se tratou do Oriente Médio, os Estados Unidos recusaram o papel que cumpriram na Grécia e na Turquia, não aceitaram a herança da preeminência política europeia e não se

deixaram ligar à tradição colonial. Tanto Truman quanto Eisenhower opuseram-se, inflexivelmente, à ação militar inglesa no Irã e no Egito com o argumento ostensivo de que tais disputas deviam ser resolvidas pela ONU. Na realidade, não quiseram se identificar com a herança colonial da Inglaterra, que, corretamente, julgavam insustentável.

Contudo, a América sofria de suas próprias ilusões, uma das quais foi achar que as lutas de independência do mundo em desenvolvimento equiparavam-se à independência americana, e que as novas nações apoiariam a política externa americana quando vissem que, sobre o colonialismo, a atitude dos Estados Unidos diferia muito das velhas potências europeias. Mas os líderes dos movimentos de independência eram de tipo bem diferente dos fundadores dos Estados Unidos. Usavam a retórica da democracia, mas não tinham por ela o apreço dos constituintes americanos, que sinceramente criam no sistema de contrapesos e equilíbrios. A grande maioria governou de forma autoritária. Muitos eram marxistas. Quase todos viam no conflito Leste-Oeste a chance de derrubar o que identificavam como o antigo sistema imperialista. Por mais que tentassem dissociar-se do colonialismo europeu, os americanos, para sua vergonha, viram-se chamados, nos países em desenvolvimento, de auxiliares úteis do campo imperialista, em vez de bons parceiros.

Os Estados Unidos acabaram levados ao Oriente Médio pela política de contenção, que exigia oposição ao expansionismo soviético em toda parte, e pela doutrina da segurança coletiva, que encorajava a criação de instituições do tipo Otan, para resistência a ameaças militares potenciais ou reais. Mas as nações do Oriente Médio, em sua maioria, não adotavam os pontos de vista estratégicos americanos. Consideravam Moscou uma útil alavanca para extrair concessões do Ocidente, e não uma ameaça à sua independência. Muitas das novas nações conseguiram transmitir a impressão de que sua conquista pelos comunistas seria maior perigo para os Estados Unidos que para elas mesmas, não sendo necessário, portanto, pagar preço algum pela proteção americana.

Além do mais, governantes populistas, como Nasser, não viam futuro em juntar-se ao Ocidente. Queriam que seu público volátil achasse que haviam arrancado, não só a independência, mas também liberdade de ação ante as democracias. O não alinhamento foi, para eles, uma imposição interna tanto quanto uma opção de política externa.

De início, nem a Inglaterra nem os Estados Unidos perceberam bem o que Nasser representava. Pareceu-lhes que a resistência de Nasser à sua política se devia a ressentimentos que poderiam ser superados. A pouca chance que existia de testar essa hipótese foi arruinada pelas diferentes premissas das duas democracias. A Inglaterra buscava levar Nasser a aceitar sua dominação histórica, os Estados Unidos tentavam atrair Nasser para sua grande estratégia da política de contenção. A União Soviética discerniu uma oportunidade para romper o “cerco capitalista” e ganhar novos aliados, mandando-lhes armas sem assumir (como na Europa Oriental) encargos de governo. Nasser, inteligentemente, usou a conjunção desses movimentos para jogar os competidores uns contra os outros.

A infusão de armamento soviético no instável Oriente Médio acelerou o processo. A melhor resposta da Inglaterra e dos Estados Unidos teria sido isolar Nasser até ficar-lhe claro que as armas soviéticas não o haviam levado a parte alguma e, então, se Nasser abandonasse a conexão soviética — ou, melhor ainda, se fosse substituído por um líder mais moderado — cobrir o quadro com uma iniciativa diplomática generosa. Seria essa a estratégia americana, com Anwar Sadat, 20 anos depois. Em 1955, as democracias escolheram a tática oposta: tentaram granjear a amizade de Nasser, atendendo a muitas de suas exigências.

Como as miragens do deserto, as esperanças das potências evaporavam a qualquer esforço de alcançá-las. A Inglaterra descobriu que, por mais que abrandasse sua presença militar na área, esta não era palatável aos governos locais. A esquizofrênica política americana, de separar-se da Inglaterra nas questões do Oriente Médio para recrutar Nasser a uma parceria com a Inglaterra

na estratégia global antissoviética, jamais deslanchou. Nasser não tinha razão concebível para abandonar suas ligações soviéticas. O incentivo veio a ser precisamente o oposto, e ele tentava equilibrar cada benefício americano com algum passo em direção aos soviéticos, ou aos neutros radicais, ou a ambos. Quanto mais Washington tentava apaziguar Nasser, mais o ardiloso egípcio gravitava para os soviéticos, forçando, desse modo, a mão e buscando mais benefícios dos Estados Unidos.

Com o tempo, a União Soviética também teve suas frustrações com o grupo não alinhado. Nas etapas iniciais da penetração soviética no Oriente Médio, tudo era lucro. A um custo desprezível para Moscou, as democracias foram lançadas na defensiva. Seus conflitos internos cresciam, enquanto a presença soviética se consagrava em áreas até então tidas na esfera de influência ocidental. Com o passar do tempo, entretanto, os fervorosos clientes médio-orientais da União Soviética meteram Moscou em embrulhadas desproporcionais a qualquer vantagem soviética possível. E sempre que a União Soviética tentava associar esses riscos ao seu próprio interesse nacional, provocava o desprazer, para não dizer o desprezo, de seus novos clientes. Assim, a diplomacia ocidental pôde demonstrar a incapacidade soviética de atingir os objetivos do cliente — culminando na separação de Sadat e Moscou, iniciada em 1972.

A Inglaterra foi a primeira a ter de abandonar as ilusões do Oriente Médio. A base militar no canal de Suez era um dos seus últimos postos imperiais, guarnecido por cerca de 80 mil homens. Mas a Inglaterra não podia manter uma grande força na Zona do Canal diante da oposição egípcia e sem apoio americano. Em 1954, pressionada pelos Estados Unidos, concordou em retirar as forças da sua base de Suez, antes de 1956.

Os americanos tentavam acoplar duas políticas incompatíveis: pôr fim ao papel imperial da Inglaterra, mas explorando os resquícios da influência britânica para criar uma estrutura de contenção no Oriente Médio. O governo Eisenhower imaginou o conceito da Barreira do Norte de nações — composta de Turquia,

Iraque, Síria e Paquistão, com o Irã como possível participante, mais tarde. Versão médio-oriental da Otan, seu objetivo era conter a União Soviética em suas fronteiras do sul.

Esse esquema resultou no Pacto de Bagdá, patrocinado pelos ingleses, mas cheio de defeitos. Para ser eficaz, uma aliança deve ter algum sentido de objetivos comuns, a mesma percepção de perigos comuns e a capacidade de juntar forças. Nenhum desses elementos havia no Pacto de Bagdá. Os cismas e os ódios, entre as nações da área, eram maiores que o temor do expansionismo soviético. A Síria recusou-se a participar do pacto; o Iraque, mesmo como sede por dois anos, mais pensava em proteger-se do radicalismo árabe que do avanço soviético; o Paquistão achava que ameaça mesmo, vinha da Índia, não da União Soviética.

As forças militares dos membros do Pacto de Bagdá não tinham missão de auxiliar os vizinhos no caso da agressão de uma superpotência; seu objetivo era a segurança interna. E Nasser, o fator mais dinâmico da área, estava decidido a destruir o pacto, que ele entendia ser a manobra sinuosa de restabelecer a dominação colonial no Oriente Médio, e de isolá-lo, a ele e a seus companheiros radicais.

Muito divididos, para adotar medidas contra a influência soviética na região, a Inglaterra e os Estados Unidos, a seguir, tentaram persuadir o Egito a abandonar Moscou, mostrando as vantagens do campo ocidental. Tomaram duas providências com esse fim — fazer a paz entre Egito e Israel e ajudar Nasser a construir a represa de Assuan.

A iniciativa de paz vinha da crença de que o estado judeu, criado pela força das armas em 1948, era a causa principal do radicalismo árabe. Uma paz honrosa, julgou-se, removeria a humilhação. Mas, àquela altura, os radicais e nacionalistas árabes não estavam em busca de paz com Israel, honrosa ou não. Para eles, o estado judeu era uma presença estranha, injetada em terras tradicionalmente árabes, com base num direito de dois mil anos e

para remir o sofrimento dos judeus, que não fora causado pelos povos árabes.

Se Nasser fizesse a paz com Israel — ou seja, concordasse em coexistir — teria perdido a liderança do mundo árabe. Decidido a evitar constrangimentos com os amigos árabes, Nasser propôs que Israel abrisse mão de todo o Negev, região desértica do sul, que conquistara em 1948, significando mais de metade do território de Israel, e que as centenas de milhares de refugiados palestinos, expulsos em 1948, pudessem retomar.³

Israel jamais concordaria em abrir mão de metade do seu território ou em permitir o repatriamento de todos os refugiados árabes, que afundariam o que restasse do estado. A saída de Israel foi insistir num acordo formal de paz, com fronteiras abertas — pedido aparentemente inofensivo, mas também a única exigência que os líderes árabes achavam difícil de atender, pois implicava a aceitação permanente do novo estado. Com a exigência de Israel, de paz sem cessão territorial, e a exigência dos países árabes, de território sem definição de paz, o impasse estava criado. Essa primeira negociação gerou o texto da peça que seria seguido até o advento de Sadat no Egito e no restante do mundo árabe, durante os 20 anos seguintes — até o acordo entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel, em setembro de 1993.

A essa altura, os Estados Unidos e a Inglaterra discordavam abertamente em várias questões. Embora Dulles aceitasse a política da Barreira do Norte, aborrecera-o a Inglaterra ter assumido sua liderança, quando ele queria que o Pacto de Bagdá fosse centrado no Egito; só que o Egito lutava com unhas e dentes, sim, mas contra o pacto. A Inglaterra era a favor de derrubar Nasser; os Estados Unidos, mesmo desconfortáveis com a transação de armas soviéticas, preferiam ganhar-lhe as boas graças.

Querendo refazer sua unidade abalada, os líderes anglo-americanos atentaram, então, para o grande projeto de construção da chamada Alta Represa de Assuan: 111 metros de altura e quase cinco quilômetros de extensão. Seria erguida no alto Nilo, perto da

fronteira com o Sudão, e regularia a irrigação do vale do rio Nilo, de que a população egípcia dependia para a sobrevivência desde tempos imemoriais, livrando-a da dependência das inundações anuais do rio.

Anthony Eden, o mais implacável adversário de Nasser, foi o primeiro a levantar a ideia de um apoio conjunto anglo-americano à represa, os Estados Unidos assumindo a parte do leão (cerca de 90%) do encargo. O fato de Eden, que desejava livrar-se de Nasser, ser o principal defensor da represa de Assuan, só se pode explicar por seu desejo de parecer montado firmemente na diplomacia do Oriente Médio, a impedir que os soviéticos juntassem à assistência militar a penetração econômica. Em 14 de dezembro de 1955, a Inglaterra e os Estados Unidos fizeram uma oferta formal de construção da represa em duas etapas: alguns recursos foram logo postos à disposição, para a fase preparatória, durante a qual se faria um levantamento da extensão e da natureza da ajuda para a segunda fase de construção em si da represa.⁴

Estranha decisão. Dois governos comprometiam-se num empreendimento monumental de engenharia e finanças, embora ambos preferissem ver Nasser substituído, gravemente preocupados com sua derivação para a órbita soviética. Os dois discordantes aliados consolavam-se, achando que, mesmo que a primeira subvenção não conquistasse Nasser, a segunda etapa tornaria o Egito financeiramente dependente deles, de maneira muito parecida com a que a construção do canal de Suez dera ao Ocidente o controle financeiro sobre o Egito, no século XIX.

Longe de moderar Nasser, o projeto da represa de Assuan deu a ele a ideia de sua importância. Para preservar sua alavancagem de negociação, ele fez rapidamente uma série de jogadas compensatórias. Regateando tenazmente os termos financeiros, rejeitou os pedidos americanos para que ajudasse nas negociações árabe-israelenses. Quando a Inglaterra tentou persuadir a Jordânia a juntar-se ao Pacto de Bagdá, irromperam lá revoltas pró-egípcias, obrigando o rei Hussein, em março de 1956, a demitir Glubb Paxá, comandante inglês da Legião Árabe.⁵

Em 16 de maio, Nasser retirou o reconhecimento do governo de Chiang Kai-shek e estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China. Era uma censura direta aos Estados Unidos, mas especialmente a Dulles, comprometidíssimo com Taiwan. Em junho, o novo ministro do exterior soviético, Dimitri Shepilov, veio ao Egito, com uma oferta soviética de financiar e de construir a represa de Assuan, permitindo que Nasser se dedicasse a seu passatempo predileto, de jogar as superpotências uma contra a outra.

Em 19 de julho, Dulles resolveu a charada. O reconhecimento da China comunista pelo líder egípcio foi a última gota e convenceu Dulles a dar-lhe uma lição. Quando o embaixador egípcio voltou do Cairo, com instruções de aceitar todas as propostas técnicas americanas, Dulles respondeu que Washington chegara à conclusão de que a represa estava além da capacidade econômica do Egito. Não haveria mais ajuda.

Dulles julgava-se bem preparado para uma forte reação egípcia. Disse a Henry Luce, editor da *Time*, que a decisão da represa de Assuan era “um dos maiores lances de xadrez da diplomacia americana dos últimos tempos”. Nasser, disse ele, estava

numa grande enrascada, e o que quer que faça, pode ser usado a favor dos Estados Unidos. Se agora voltar-se para os russos e eles disserem ‘Não’, está minado todo o oportunismo econômico soviético ao redor do mundo. [...] Se os soviéticos concordarem em dar a Nasser sua represa, planejamos pegar pesado nos países satélites, perguntando-lhes por que suas condições de vida são tão miseráveis, quando os russos despejam milhões no Egito.⁶

O que faltava na observação de Dulles era a disposição de apoiar a “grande jogada” com a vontade de correr grandes riscos. Foi apenas outro exemplo da tendência de Dulles a superestimar o papel da propaganda, especialmente atrás da Cortina de Ferro.

Por mais precária que fosse a racionalização política da represa, desde o início, o modo como a oferta de ajuda americana foi retirada abria as portas de uma grande crise. O embaixador francês em

Washington, Maurice Couve de Murville (mais tarde ministro do exterior de De Gaulle), previu com precisão o que ia acontecer: “Algo farão em Suez. É a única forma de atingir os países ocidentais”.⁷

Falando à multidão em Alexandria, em 26 de julho de 1956, Nasser deu a resposta a Dulles, envolta de nacionalismo árabe:

Eis então, ó cidadãos, a batalha em que agora entramos. É uma batalha contra o imperialismo, contra os métodos e as táticas do imperialismo, é uma batalha contra Israel, vanguarda do imperialismo [...]
Nacionalismo árabe é progresso. O nacionalismo árabe triunfa. O nacionalismo árabe avança. Conhece seu caminho e conhece sua força. Sabe bem quem são seus inimigos e quem são os seus amigos [...].⁸

Propositalmente desafiando a França, ele disse à multidão: “Jamais diremos que a batalha da Argélia não é a nossa batalha”. No meio do discurso, Nasser pronunciou o nome de Ferdinand de Lesseps, o francês que construíra o canal de Suez. Era o código para as forças militares egípcias ocuparem o canal, o que permitiu Nasser, ao final do seu discurso, anunciar à multidão frenética:

Neste momento, enquanto vos falo, alguns de vossos irmão egípcios [...] iniciaram a tomada da Companhia do Canal e de suas propriedades, passando a controlar a navegação no canal — canal que está em território egípcio, que faz parte do Egito, que é propriedade do Egito.⁹

Os desacordos entre as democracias, que haviam caracterizado o prelúdio da crise de Suez, agora desgraçaram-lhes a reação. Eden, que no ano anterior chegara à posição de primeiro-ministro depois de longa espera, não se adaptava por temperamento a tomar decisões sob pressão. Ser o sucessor de Churchill já era um fardo pesado, mas ainda havia o fato de Eden ter adquirido uma reputação de dureza inteiramente em desacordo com suas debilidades psicológicas e até físicas. Poucos meses antes, ele fora submetido a uma grande cirurgia, e tinha necessidade constante de medicação. Acima de tudo, Eden era o prisioneiro de sua formação. Arabista fluente, ele crescera na época da dominação britânica do

Oriente Médio, e estava decidido a parar Nasser, sozinho se necessário.

A França era ainda mais hostil a Nasser. Seus maiores interesses no mundo árabe estavam no Marrocos e na Argélia, aquele um protetorado francês, esta um departamento da França Metropolitana que abrigava um milhão de franceses. Ambos os países norte-africanos estavam em busca de independência, para o que a política de Nasser dava apoio emocional e político. A compra do armamento soviético abria a perspectiva de o Egito tornar-se também a rota das armas soviéticas para a guerrilha argelina. “Tudo isso está nas obras de Nasser, como a política de Hitler estava em *Mein Kampf*”, declarou o novo primeiro-ministro da França, Guy Mollet. “Nasser ambiciona refazer as conquistas do islamismo”.¹⁰

A analogia com Hitler não era muito exata. Insinuando que o Egito de Nasser pretendia conquistar nações estrangeiras, atribuía às fronteiras do Oriente Médio uma validade que os nacionalistas árabes não reconheciam. As fronteiras da Europa — exceto nos Bálcãs — refletiam uma história e cultura comuns. Já as fronteiras do Oriente Médio foram riscadas no final da Primeira Guerra Mundial por potências de fora, em sua maioria europeias, de modo a facilitar a dominação da área. Na mente dos nacionalistas árabes, estas fronteiras cortavam a nação árabe e negavam a cultura árabe comum. Eliminá-las não era a conquista de um pelo outro; era a forma de criar uma nação árabe, como Cavour moldara a Itália e Bismarck fizera a Alemanha, partindo de um enxame de estados soberanos.

Por inexata que fosse a analogia, uma vez que Eden e Mollet ataram sua bandeira ao mastro do antiapaziguamento, deveria estar claro que não recuariam. Pertenciam, afinal, à geração que via no apaziguamento um pecado capital, e em Munique uma vergonha permanente. Comparando um governante a Hitler, ou mesmo a Mussolini, punham-no além da possibilidade de acordo. Ou venceriam ou não teriam moral para governar — principalmente a seus próprios olhos.

A reação de Eden e Mollet à nacionalização do canal de Suez foi violenta. Eden telegrafou a Eisenhower um dia após o discurso de Nasser: “Se não tomarmos uma atitude firme, nossa influência e a vossa, em todo Oriente Médio, estará liquidada”.¹¹ Três dias depois, na Câmara dos Comuns, ele afastou qualquer possibilidade de recuo: “É inaceitável ao governo de Sua Majestade qualquer fórmula para o futuro dessa grande via marítima internacional que a deixe sob o controle total de uma única potência que possa, como os eventos recentes comprovam, usá-la para finalidades puramente políticas”.¹²

A França não foi menos firme. Em 29 de julho, o embaixador francês em Londres informou ao ministro do exterior inglês que a França estava disposta a colocar suas forças sob comando inglês e trazer tropas da Argélia para uma ação conjunta contra o Egito.¹³

Quando Dulles foi a Londres, em 1º de agosto, para consultas, pareceu compartilhar desses pontos de vista. Proclamando que não era aceitável que uma só nação controlasse o canal, especialmente se fosse o Egito, ele insistiu em que:

Era preciso encontrar a forma de fazer Nasser *vomitar* o que estava tentando engolir. [...] Devíamos fazer todo esforço para reunir a opinião mundial a favor da operação internacional do canal [...] Devia ser possível criar uma opinião pública mundial tão contra Nasser que o isolasse. Dessa maneira, se fosse necessária uma operação militar, esta seria melhor sucedida, com menos repercussões contrárias do que se fosse precipitada.¹⁴

Ele propôs que uma conferência marítima das 24 maiores nações navais se reunisse em Londres, em duas semanas, para formular um sistema de navegação internacional livre pelo canal.

A convocação de Dulles de uma conferência marítima foi o início de um processo incompreensível e, para a França e a Inglaterra, enlouquecedor, por fim, um vexame. Mesmo o ato inicial de Dulles foi um esforço para casar linguagem dura com perda de tempo diplomática. Muito rapidamente, ficou visível que os aliados não se entendiam sobre a crise. Eden e Mollet achavam a derrubada ou a humilhação de Nasser um fim em si, ao passo que Eisenhower e

Dulles olhavam a crise em termos de relações a longo prazo com o mundo árabe. Ambas as partes, a partir de falsas ideias preconcebidas: Eden e Mollet agiam como se o fim de Nasser restaurasse a situação de antes dele; Eisenhower e Dulles pareciam achar que outro líder nacionalista, se não mesmo Nasser, ainda poderia ser induzido a um sistema de segurança do Oriente Médio semelhante à Otan. Achavam, também, que ação militar contra Nasser inflamaria de tal maneira o nacionalismo árabe, que a influência ocidental estaria arruinada por uma geração — cenário muito mais sombrio que perder o controle do canal.

Nenhuma destas suposições estava certa. O Egito pré-Nasser não existia mais. Os outros líderes nacionalistas, modelados em Nasser, eram imunes ao canto da sereia da política de contenção. Sua melhor ficha era a própria Guerra Fria, que utilizavam tanto quanto a condenavam. E a verdadeira questão era o que ainda poderia incendiar mais o nacionalismo árabe — a vitória ou a derrota de Nasser.

Do ponto de vista estritamente analítico, os Estados Unidos deviam ter aceito a opinião inglesa e francesa, de que o tipo de nacionalismo militante de Nasser era obstáculo insuperável a uma política construtiva no Oriente Médio. Mostrar que a dependência de armas soviéticas não levaria a nada pouparia décadas de convulsões sociais no mundo em desenvolvimento. Vendo assim, teria sido bom dobrar Nasser. Mas, depois de vencê-lo, os Estados Unidos não poderiam participar da restauração colonial inglesa e francesa. Onde a América deveria ter se separado de seus aliados — se fosse absolutamente necessário — não era no início da Crise de Suez, mas na sua conclusão vitoriosa. A demonstração de que contar com o apoio soviético era desastroso no Egito deveria ser acompanhada do apoio a metas nacionalistas razoáveis de um sucessor moderado de Nasser — de maneira muito parecida com a reação americana a Sadat, nos anos 1970.

Mas as democracias não estavam preparadas para uma estratégia tão complicada. A Inglaterra e a França não aceitavam que a precondição para derrubar Nasser era a disposição para

conceder muitas das suas exigências a um sucessor mais moderado. Os Estados Unidos não conseguiam compreender quão importante era para sua política, que aqueles dois aliados próximos da Otan pudessem adaptar-se às novas circunstâncias, sem perder sua imagem de grandes potências. Uma vez arruinada a imagem que uma nação tem de si mesma, perdeu-se também sua disposição para um papel internacional importante. Por isso, Harold Macmillan, então ministro das finanças, disse ao embaixador Robert Murphy, emissário de Dulles, que, se a Inglaterra não enfrentasse Nasser agora, “se transformaria noutra Holanda”.¹⁵ Os americanos optaram, no entanto, pela chance de conquistar os nacionalistas radicais, primeiro dissociando-se diplomaticamente da Inglaterra e da França, depois opondo-se publicamente a elas e evidenciando-lhes o limite da capacidade de decidir os acontecimentos do Oriente Médio — em outras palavras, encerrando seus papéis como grandes potências.

Tratando o regime do canal como questão legal, Dulles centrou-se na ruptura potencial das rotas marítimas e foi fértil na produção de fórmulas legais para contornar possíveis obstáculos ao trânsito livre pelo canal. Eden e Mollet, contudo, estavam determinados a não aceitar a nacionalização do canal de Suez; buscaram transformá-la em pretexto para derrubar Nasser ou, no mínimo, submetê-lo. Nasser jogou com o tempo, como fazem os revolucionários, após um *fait accompli*. Quanto mais tempo duram seus atos, mais difícil revertê-los — especialmente pela força.

Eisenhower era de todo contra o uso da força, mesmo para sustentar o princípio da passagem livre no canal de Suez, que Dulles apoiara publicamente em Londres. Dulles levara uma carta do presidente para Eden acentuando a “insensatez de, até mesmo, pensar no uso da força militar neste momento [...]”. Eisenhower chegou a insinuar que a ação unilateral inglesa poria em risco a disposição americana de manter a Otan e, indiretamente, poderia deixar os aliados à mercê de Moscou. Se irrompesse a guerra, dizia a carta, antes de a Inglaterra mostrar claramente que esgotara todos os meios pacíficos de solucionar a crise, ela “poderia afetar muito seriamente os sentimentos do nosso povo em relação a nossos

aliados ocidentais. Não quero exagerar, mas garanto ao senhor que isso poderia ir a ponto de gerar as piores consequências".¹⁶

À primeira vista, não havia dois países com menos possibilidade de conflito que a Inglaterra e os Estados Unidos, governados por quem tinha tantas experiências comuns do tempo da guerra. Eden não podia crer que Eisenhower levasse até uma oposição aberta seu receio da ação unilateral britânica e francesa. E Eisenhower estava convencido de que, no final, a França e a Inglaterra não ousariam agir sem apoio americano. Ingleses e americanos prezavam seu "relacionamento especial", reforçado pela parceria da época da guerra e pela amizade pessoal. Mas, na crise de Suez, foram vencidos por um conflito de personalidades. Os ingleses achavam Dulles um interlocutor irritante e Eden veio a ter-lhe aversão.

Por tradição familiar e vocação, John Foster Dulles parecia excepcionalmente adequado para secretário de estado. Seu avô, John Foster, fora secretário de estado no governo de Benjamin Harrison; o tio, Robert Lansing, secretário de estado de Wilson na Conferência de Paz de Versalhes. Embora John Foster Dulles fosse advogado de empresas até a meia-idade, seu interesse constante era a política externa.

Secretários de estado americanos sempre afirmaram o excepcionalismo americano e a validade universal de seus valores. Dulles não foi diferente, exceto pelo fato de que sua noção de excepcionalismo era religiosa e não filosófica. Teve sua primeira experiência internacional como chefe de uma comissão protestante de promoção da paz mundial. Certa vez, ele declarou alto e bom som: "Ninguém no departamento de estado conhece a Bíblia como eu".¹⁷ Buscava aplicar os princípios da sua rígida fé presbiteriana à conduta diária da política externa americana. "Estou convencido", escreveu em 1950, "de que necessitamos fazer com que as nossas ideias e práticas políticas reflitam mais fielmente a fé religiosa de que o homem tem sua origem e seu destino em Deus".¹⁸ Embora Dulles representasse o clássico fenômeno americano que a geração inglesa de Gladstone logo reconheceria, os governantes ingleses do

pós-guerra melindravam-se com sua probidade e consideravam-no um farsante pouco espiritual.

Infelizmente, a mania de Dulles fazer sermões aos interlocutores, com muita frequência ofuscava seu imenso conhecimento de questões internacionais e, em especial, sua análise criteriosa da dinâmica do sistema soviético. Churchill descreveu Dulles como “um puritano austero, um grande rosto branco, de óculos, tendo um borrão como boca”, e em comentários mais leves pronunciava-lhe o nome como “Dullith” (*lento, obtuso*). Eden, desde o início, teve pouca confiança em Dulles. Em 1952, antes de Eisenhower nomear Dulles secretário de estado, Eden manifestou-se por algum outro candidato. “Não me vejo capaz de trabalhar com ele”.¹⁹

Dulles tinha qualidades que o tornavam muito influente. Sua ética de trabalho e devoção a princípios impressionaram Eisenhower. Konrad Adenauer considerava Dulles “o maior homem” que conhecera, “fiel à sua palavra”.²⁰ A concepção rígida de Dulles de um mundo bipolar, sua cautela contra ser persuadido ou pressionado a fazer concessões a Moscou, e sua obstinada determinação, fizeram-no estimado por Adenauer e outros líderes, que temiam uma negociação em separado soviético-americana.

Em Londres, no entanto, as invocações de Dulles à moralidade mais elevada acentuaram as vistas incompatíveis entre Londres e Washington. O tempo todo, Dulles vociferou a favor dos objetivos declarados da Inglaterra e da França, resistindo, porém, ao uso da força para atingi-los. Foi muito criativo em ideias para superar a crise, mas que, olhadas melhor, dissolviam-se em ações retardadoras, que diminuía o ímpeto franco-britânico de guerra. Se Dulles insistisse em suas próprias propostas, elas poderiam ser a solução prática da crise de Suez — talvez não o resultado preferido pela Inglaterra e a França, porém aceitável.

Contudo, Dulles mal voltou aos Estados Unidos e já foi contra o uso de força, mesmo se sua proposta de conferência marítima fosse rejeitada por Nasser. Em 3 de agosto, declarou:

Não queremos [...] tratar violência com violência. Desejamos saber, primeiro, a opinião das tantas nações vitalmente interessadas, pois cremos que todos, inclusive o Egito, respeitarão a opinião sensata de nações que são partes interessadas no tratado de internacionalização de 1888 ou, pelos seus termos, credoras de seus benefícios.²¹

A retórica moralista não alterava a realidade de que a recusa de Dulles em admitir a força conduzia a diplomacia aliada para um beco sem saída. A única maneira de fazer Nasser aceitar o regime do canal proposto por Dulles era ameaçá-lo com a intervenção militar inglesa e francesa, caso se recusasse. Dulles, porém, compensava cada projeto seu para o controle internacional do canal com alguma declaração enfática contra o uso da força, praticamente um convite para que Nasser os rejeitasse.

Dulles juntara-se à Inglaterra e à França na tentativa de uma conferência dos 24 principais usuários do canal de Suez, inclusive os oito países signatários da Convenção de Constantinopla, de 1888, que estabeleceu o regime que Nasser queria anular. Os Estados Unidos votaram com a maioria de 18 nações por um novo regime para o canal, que aceitava a soberania egípcia e a participação de pessoal egípcio, mas designava também os participantes da conferência como administradores *de fato* do canal. Por mais fértil que fosse em inventar expedientes, Dulles relutava em aplicar sanções, além da opinião pública, para implementá-las. Negando incoerência entre suas propostas e o que faria pelas mesmas, Dulles insistia em que, no final, a persuasão moral convenceria Nasser. Em sua opinião, a maioria das pessoas:

[...] respeita as opiniões da humanidade [...] E, crendo nisso, estou seguro que desta conferência nascerá um julgamento, de tal força moral, que podemos confiar que o canal de Suez continuará em paz, no futuro, a servir aos interesses da humanidade, como tem feito nos últimos 100 anos.²²

Como se viu, a pressão moral foi insuficiente, na mesma proporção em que a força física não foi considerada. Em 10 de

setembro, Nasser rejeitou as propostas da Conferência Marítima de Londres.

Três dias depois, Dulles surgiu com outra proposta original. Dessa vez, uma associação dos usuários para operar o canal e cobrar a taxa numa espécie de linha de piquete de navios, ao largo dos portos de Port Said e de Suez, em ambas as extremidades do canal, fora das águas territoriais do Egito. Se Nasser não concordasse, a associação dos usuários prosseguiria sem ele; se ele concordasse, cederia o controle das rendas do canal a um organismo internacional. O plano, difícil, poderia ter funcionado, se Dulles não solapasse suas próprias propostas, como na Conferência Marítima. Numa entrevista coletiva, em 2 de outubro, Dulles novamente repudiou o uso da força. Usou a ocasião também para censurar Eden pela proposta de que a Otan tratasse de crises do tipo Suez:

Existe algum desacordo quanto ao problema do canal de Suez. Talvez ligado a pontos fundamentais. Em algumas áreas, as três nações estão unidas por tratados, como a área do Pacto Atlântico [...] Nestes, as três [...] permanecem juntas.

Outros problemas dizem respeito a outras áreas e ao chamado problema do colonialismo, de uma maneira ou outra. Nestes problemas, os Estados Unidos têm um papel mais independente.²³

A interpretação legal de Dulles era válida e, no futuro, os papéis se inverteriam, pois os aliados da América invocariam o mesmo argumento, quando os Estados Unidos precisaram de apoio no Vietnã e noutros cenários “fora de mão”. Assim, durante a Guerra do Oriente Médio de 1973, os aliados europeus recusaram-se a permitir que a ponte aérea americana para Israel sobrevoasse seus territórios, invertendo o *script* de Suez. Agora, seriam os aliados que se recusariam a cumprir obrigações da Otan fora da área estritamente definida pelo tratado. O que enfureceu a Inglaterra e a França em 1956, não foi tanto a interpretação legal, mas sim a forte insinuação dulleseana de que, no Oriente Médio, os Estados Unidos definiam os seus interesses de maneira muito diferente da dos aliados europeus.

Isso foi muito irritante para Londres, pois, no dia anterior à entrevista coletiva de Dulles, Eden telegrafara a Eisenhower afirmando que a questão não era mais Nasser, mas a União Soviética: “Não há dúvida para nós de que Nasser, goste ele ou não, agora está efetivamente na mão dos russos. Mussolini estava na mão de Hitler: Seria tão inútil mostrar fraqueza a Nasser a fim de aplacá-la, como foi mostrar fraqueza a Mussolini”.²⁴

Para Eden, a declaração de Dulles queria dizer que os Estados Unidos não aceitavam sua posição de que a ameaça maior ao Egito partia da União Soviética. Eden queria estruturar a questão egípcia nos termos da política de contenção, ao passo que Dulles parecia estar tratando todo o assunto como um *imbroglio* colonial, em que os Estados Unidos não se meteriam, decididos a preservar sua imagem de pureza moral.

Custa crer que Dulles não percebesse os perigos de seu jogo. Embora agisse segundo a crença de que o povo americano reagiria melhor a palavras elevadas, virtuosas, moralistas, Dulles também tinha muita experiência. Ele não deixou nenhuma explicação para os seus atos durante a crise de Suez. É de supor, no entanto, que se dividisse entre dois impulsos contraditórios. Dada sua atitude em relação ao comunismo, ele muito provavelmente concordava com a análise de Eden e Mollet, quanto aos perigos da penetração soviética no Oriente Médio. Isso explicaria por que sua interpretação dos motivos de Nasser era igual à de Eden, e por que a aspereza de sua rejeição quanto a represa de Assuan pegou de surpresa até o gabinete inglês (que recebera um alerta muito vago).

Ao mesmo tempo, Dulles era o secretário de estado de um presidente que se opunha apaixonadamente à guerra, da maneira como só um militar experiente pode ser. Eisenhower não estava interessado nas nuances do equilíbrio de poder. Mesmo que existisse no Oriente Médio, um perigo a longo prazo para o equilíbrio global, ele julgava os Estados Unidos fortes o suficiente para reagir mais tarde, muito antes que sua sobrevivência estivesse em risco. Para Eisenhower, a crise de Suez não era tão ameaçadora que justificasse

usar a força. A despeito de seu famoso sorriso, tinha uma personalidade muito forte, nada agradável quando contrariada.

Como disse Dean Acheson certa vez, a eficácia de um secretário de estado depende de ele saber quem é o presidente. Dulles sabia, mas Eden e Mollet, crendo que Eisenhower era um simpático chefe nominal, não sabiam. Preferiram ignorar o significado de uma carta que Eisenhower escrevera a Eden em 2 de setembro, sobre a Conferência Marítima, na qual ele advertia de novo contra o uso da força:

[...] os povos do Oriente Próximo e da África do Norte e, até certo ponto, de toda a Ásia e de toda a África, se juntariam num amálgama contra o Ocidente a um ponto que, temo, não seria superado em uma geração, talvez nem mesmo em um século, considerando a capacidade russa de fomentar discórdias.²⁵

Dulles viu-se preso entre um Eisenhower inflexível e um grupo de aliados europeus horrorizados. Eden e Mollet estavam além do ponto de voltar atrás, enfurecidos pela incongruência entre a agressividade dos objetivos de Dulles e seu repetido repúdio aos meios práticos de atingi-los. Jamais entenderam a oposição de Eisenhower ao uso da força, nem até que ponto prevaleciam suas opiniões. Para Dulles, o abismo entre seus aliados e Nasser foi um problema menor que a brecha entre o presidente e os amigos pessoais do próprio na Europa. Ele apostou em aterrar essa brecha com sua habilidade, na esperança de que o tempo alterasse a posição deles ou a de Eisenhower, ou levasse Nasser a cometer algum erro que solucionasse o dilema de todos. Em vez disso, conseguiu que França e Inglaterra arriscassem tudo num lance fatal dos dados.

O dilema tático de Dulles foi resumido na pergunta de um jornalista, na coletiva à imprensa de 13 de setembro: "Senhor secretário, com os Estados Unidos anunciando, de antemão, que não farão uso da força, e com a Rússia soviética apoiando o Egito com sua propaganda, não ficam todas as cartas nas mãos de Nasser?".²⁶

Dulles respondeu vagamente que a força moral prevaleceria, mas a pergunta atingiu o alvo em cheio.

As turras entre as democracias encorajaram o Kremlin a endurecer o jogo. Surpreendendo Washington, os russos cobriram a ajuda ocidental à represa de Assuan com sua própria proposta e mantiveram o envio de armas ao Oriente Médio. Kruschev, ebuliente, afirmou ao embaixador iugoslavo: “Não tenha dúvida, se houver guerra todo o nosso apoio será dado ao Egito. Se meu filho viesse a mim oferecendo-se como voluntário para lutar pelo Egito, eu o encorajaria a ir”.²⁷

Depois da entrevista coletiva de Dulles, em 2 de outubro, abjurando pela segunda vez o uso da força, a Inglaterra e a França, desesperadas, decidiram agir sozinhas. A intervenção militar anglo-francesa estava a apenas alguns passos táticos de distância. Um desses foi o apelo final à ONU, que tivera um papel curioso em todo o desenrolar dos fatos. De início, a Inglaterra e a França haviam tentado, com apoio americano, desbordar completamente as Nações Unidas temendo a solidariedade do grupo não alinhado ao Egito. Chegando ao limite de sua resistência diplomática, contudo, a França e a Inglaterra apelaram mesmo às Nações Unidas, numa espécie de último gesto superficial para mostrar que, em virtude da inutilidade da organização mundial, não restava escolha a não ser agirem sozinhas. A ONU, assim, passou de instrumento de solução de disputas internacionais a um obstáculo final a ser removido antes de recorrer-se à força e até, em certo sentido, como desculpa para tal.

Inesperadamente e por um breve momento, as Nações Unidas atuaram. Consultas privadas entre os ministros do exterior egípcio, inglês e francês produziram um acordo em seis princípios muito próximos à visão majoritária da Conferência Marítima. Estabeleceram-se um conselho egípcio operacional e um conselho de usuários supervisor. Disputas dos conselhos seriam solucionadas por arbitragem. Eisenhower estava exultante na televisão, em 12 de outubro:

Tenho um pronunciamento a fazer. O melhor que poderia dizer à América esta noite.

O progresso na solução da disputa de Suez, esta tarde, nas Nações Unidas, é excelente. Os ministros do exterior do Egito, da Inglaterra e da França reuniram-se e concordaram numa série de princípios, a partir dos quais negociarão. Parece que superamos uma grande crise.²⁸

Embora Eisenhower não tenha dito exatamente “A paz aí está”, a festa causada por sua declaração foi prematura. Na noite seguinte, 13 de outubro, o conselho de segurança devia endossar os Seis Princípios e teve uma surpresa desagradável. Em duas votações separadas, os princípios foram unanimemente aprovados, porém suas medidas de execução foram vetadas pela União Soviética.

Os Seis Princípios haviam sido a última chance de solucionar a crise pacificamente. A pressão americana sobre o Egito poderia tê-lo feito pedir à União Soviética que retirasse o veto — claro, partindo da hipótese de que o veto não fosse um conluio dos dois países. Também a pressão americana sobre a União Soviética, na forma de uma advertência de que os Estados Unidos ficariam com seus aliados se houvesse um desfecho, poderia ter impedido os soviéticos de vetarem. Mas os Estados Unidos estavam decididos a manter a amizade dos aliados e a manter sua opção pelo grupo não alinhado. Querer duas coisas incompatíveis tornou a guerra inevitável.

Eden e Mollet haviam concordado com todas as fórmulas de evitar a guerra: a Conferência Marítima, a Associação dos Usuários e agora os Seis Princípios. Em cada caso, um início promissor naufragara; em nenhum caso, os Estados Unidos usaram sua influência diplomática a favor das propostas que Dulles fizera ou aceitara. Mas, ainda que Inglaterra e França tivessem os melhores motivos para irem à guerra, prejudicaram-se pelo estratagema ridiculamente óbvio que usaram como pretexto. Inventada pela França, a manobra pedia que Israel invadisse o Egito e avançasse em direção ao canal de Suez, ao que Inglaterra e França exigiriam, em nome da liberdade de navegação, que ambos, Israel e o Egito se retirassem para uma distância de 15 quilômetros do canal. No caso da recusa do Egito, que era de esperar, a Inglaterra e a França

ocupariam o canal. O que fazer depois ficava em aberto. O plano seria executado uma semana antes da eleição presidencial americana.

Todo mundo perdeu nesse esquema tortuoso. Para começar, era de total incoerência com a diplomacia em curso desde a tomada do canal de Suez por Nasser, toda ela no sentido de criar algum regime internacional para a operação do canal. Como todos os vários planos endossados internacionalmente, para garantir a navegação livre haviam fracassado, o passo lógico seria a Inglaterra e a França imporem um deles pela força. O ato unilateral seria muito contestado, mas pelo menos seria compreensível à luz da diplomacia precedente. Ao contrário, a manobra final francesa e inglesa foi por demais transparente e cínica.

Cada um dos parceiros teria passado melhor se tentasse seus objetivos de maneira independente. A Inglaterra e a França puseram em dúvida sua posição de grandes potências, ao darem a impressão de precisar da ajuda de Israel para enfrentar o Egito. Israel perdeu a vantagem moral que seria a recusa do vizinho a discutir a paz, ao aparecer em cena como instrumento do colonialismo. A posição da Inglaterra na Jordânia e no Iraque, seus baluartes no Oriente Médio, perdeu força. Eisenhower sentiu-se ofendido por uma manobra tão visivelmente baseada numa possível relutância sua em contrariar eleitores judeus na última semana da campanha eleitoral.²⁹ Dá muito trabalho achar uma política que some as desvantagens de várias linhas de ação, ou formar uma coalizão que esmerilhe todos os seus membros ao mesmo tempo. Pois a Inglaterra, a França e Israel conseguiram exatamente isso.

Alheias ao furor internacional que as esperava, a Inglaterra e a França multiplicaram seus problemas políticos, adotando uma estratégia militar tão premeditada que teve a aparência de protelação. Em 29 de outubro, Israel invadiu o Sinai. Em 30 de outubro, Inglaterra e França exigiram que ambas as partes se retirassem do canal, ao qual as tropas israelenses ainda não haviam chegado. Em 31 de outubro, Inglaterra e França anunciaram que interviriam na área. Mas as tropas inglesas e francesas levaram

quatro dias para desembarcar no Egito e não cumpriram a missão de tomar o canal nos poucos dias que ficaram em terra.

O que ninguém previa era que o senso de correção moral americano se manifestasse. Em 30 de outubro, 24 horas após o ataque inicial de Israel, os Estados Unidos submeteram ao conselho de segurança uma resolução dura, mandando que as forças israelenses “se retirassem imediatamente [...] para as linhas do armistício”.³⁰ A moção não condenava o terrorismo patrocinado pelo Egito nem o bloqueio árabe ilegal do golfo de Ácaba. Quando a Inglaterra e a França entraram na luta, no dia 31 de outubro, Eisenhower voltou-se também contra elas em discurso na televisão no mesmo dia:

Como é direito de qualquer destas nações tomar tais decisões e perpetrar tais atos, é igualmente direito nosso o discordar se assim ditar nosso critério. Julgamos que esses feitos são um erro, eis que não aceitamos o uso da força como instrumento sensato e adequado para a solução de disputas internacionais.³¹

Repúdio tão completo ao uso da força não era princípio que o governo Eisenhower aplicasse a si mesmo — por exemplo, quando organizou a deposição do governo guatemalteco dois anos antes. Tampouco se aplicou dois anos depois, quando Eisenhower ordenou que tropas americanas invadissem o Líbano. Esta foi a primeira e única vez em que os Estados Unidos votariam com a União Soviética contra os seus aliados mais próximos. Eisenhower disse ao povo americano, diante do esperado veto inglês e francês no conselho de segurança, que levaria a questão à Assembleia Geral, onde o seu veto não valeria.

Em 2 de novembro, a Assembleia Geral exigiu o fim das hostilidades por uma votação esmagadora, de 64 a 5. Em sessão que atravessou a noite, de 3 para 4 de novembro, ela passou uma resolução ainda mais forte e começou a discutir uma força de paz para o canal — jogada simbólica, para facilitar a retirada francesa e inglesa, pois as forças da ONU jamais são mantidas no território de

um país soberano contra sua vontade, e Nasser certamente pediria a evacuação.

Em 5 de novembro, a força de paz das Nações Unidas foi criada. Naquele mesmo dia, a Inglaterra e a França anunciaram que sua tropa seria retirada, assim que a força da ONU a rendesse — talvez com a *arrière pensée* de que suas forças poderiam fazer parte do contingente das Nações Unidas. Agravando a ironia de os Estados Unidos tomarem parte na humilhação de seus aliados mais próximos, no mesmo dia as forças soviéticas esmagaram os rebeldes da liberdade húngara, tendo de enfrentar nada mais que uma ínfima resistência simbólica da ONU — e é preciso boa vontade para chamá-la de resistência.

Na noite de 5 de novembro, uma semana após o ultimato inglês-francês e 24 horas depois que os tanques soviéticos começavam a esmagar a revolta húngara, teve-se notícia da União Soviética. A ruptura óbvia entre os Estados Unidos e seus aliados permitiu a Moscou posar de protetor do Egito a um risco mínimo, desencadeando uma verdadeira tempestade de comunicação. O ministro do exterior Shepilov escreveu ao presidente do conselho de segurança; o primeiro-ministro Bulganin dirigiu-se a Eden, Mollet, Eisenhower e David Ben-Gurion, o primeiro-ministro israelense. O tema das cinco mensagens era o mesmo: a agressão “predatória” contra o Egito devia terminar; era preciso a ONU organizar esse esforço conjunto; a União Soviética cooperaria oferecendo sua força aérea e naval.

Como se tudo isso não fosse ameaçador o suficiente, a carta de Bulganin continha advertências talhadas para cada um dos destinatários. Eden, por exemplo, recebeu a primeira ameaça soviética explícita de ataques de foguetes contra um aliado ocidental, embora sob o disfarce desta pergunta retórica:

Como ficaria a Inglaterra, se fosse atacada por estados mais fortes, donos de todos os tipos de armas modernas? E tais países poderiam, no momento, abster-se de mandar forças aéreas ou navais para as praias da Inglaterra e fazer uso de outros recursos — mísseis, por exemplo.³²

Não fosse a pergunta mal compreendida, Bulganin inseriu mais uma frase ameaçadora: “Estamos absolutamente decididos a esmagar os agressores e a restaurar a paz no Oriente”.³³ Advertências semelhantes foram enviadas a Mollet. Embora menos específica, a carta a Ben-Gurion era ainda mais ameaçadora, dizendo que a ação israelense punha “em risco a própria existência de Israel como estado”.³⁴

Finalmente, na Carta a Eisenhower, Bulganin propôs uma ação militar conjunta soviético-americana para acabar com a luta no Oriente Médio. Chegou a insinuar uma terceira guerra mundial: “Se esta guerra não parar, ela é perigosíssima e pode tornar-se uma terceira guerra mundial”.³⁵ Isso era realmente ameaçador partindo do único país em condições de iniciá-la, além dos Estados Unidos.

As ameaças soviéticas continham aquele extraordinário tom de fanfarronice que ia caracterizar a diplomacia de Krushev. No momento preciso em que as tropas soviéticas reprimiam brutalmente os lutadores da liberdade na Hungria, a União Soviética teve o desprazer de lamentar a sorte de supostas vítimas do imperialismo ocidental. Só uma natureza muito inconsequente pode ter permitido a Krushev ameaçar com uma terceira guerra mundial, em 1956, quando a União Soviética era incomparavelmente mais fraca que os Estados Unidos, especialmente na área nuclear. À União Soviética faltavam condições para um desfecho total. Se o *showdown* fosse iminente, Krushev teria sido obrigado a recuar tão vergonhosamente como de fato o fez, seis anos depois, na crise dos mísseis cubanos.

Eisenhower rejeitou, indignado, a ação militar conjunta com a União Soviética e advertiu que os Estados Unidos reagiriam a qualquer passo militar soviético unilateral. Mas a advertência soviética intensificou a pressão de Washington sobre a Inglaterra e a França. Em 6 de novembro, uma corrida bancária em libras esterlinas assumiu proporções alarmantes. Contrariando a prática comum, os Estados Unidos ficaram de fora, negando-se a entrar para acalmar o mercado.

Demolido na Câmara dos Comuns, encontrando pouco apoio na comunidade e completamente abandonado pelos Estados Unidos, Eden deu-se por vencido. Em 6 de novembro, concordou com um cessar-fogo no dia seguinte. As forças britânicas e francesas estiveram em terra por menos de 48 horas.

A expedição anglo-francesa foi mal concebida e executou-se amadoristicamente. Planejada por frustração e sem um objetivo político definido, estava fadada ao insucesso. Os Estados Unidos jamais poderiam ter apoiado um empreendimento tão absurdo. Contudo, resta a tortura de perguntar se o afastamento americano de seus aliados precisava ter sido tão brutal. Faltou, de fato, aos Estados Unidos, outra escolha entre apoiar a aventura francesa-inglesa e opor-se totalmente? Os Estados Unidos não tinham nenhuma obrigação legal em relação à Inglaterra e à França, além da claramente definida na Otan. Mas a questão não era apenas legal. Foi realmente atendido o interesse nacional americano quando se pôs de maneira tão cruel, a dois dos maiores aliados, que eles haviam perdido toda capacidade de ação autônoma?

Os Estados Unidos não precisavam conduzir as deliberações da ONU naquela rapidez, ou apoiar resoluções que ignoravam as fontes da provocação, olhando apenas questões imediatas. Poderiam ter chamado atenção para os vários planos internacionais para isolar a operação do canal, para o bloqueio árabe ilegal do golfo de Ácaba ou para o estímulo de Nasser aos ataques terroristas de surpresa, em Israel. Acima de tudo, poderiam, e deveriam, ter anexado sua condenação do ato anglo-francês à condenação dos atos soviéticos na Hungria. Ao agir como se a questão de Suez fosse inteiramente moral e legal, sem nenhum fundamento geopolítico, os Estados Unidos fugiram da realidade de que uma vitória incondicional de Nasser — um resultado no qual o Egito não desse nenhuma garantia à operação do canal — era, também, a vitória de uma política radical, apoiada por armas soviéticas e sustentada por ameaças soviéticas.

A essência do problema era conceitual. Os americanos adotaram três princípios durante a crise de Suez, todos refletindo verdades

antigas: que as obrigações americanas para com os aliados cifravam-se a documentos legais precisos; que o recurso à força, por qualquer nação, era inadmissível, exceto quando claramente em autodefesa; e, mais importante, que a crise de Suez dava aos Estados Unidos uma oportunidade de seguir sua verdadeira vocação, que era a liderança do mundo em desenvolvimento.

O primeiro ponto foi levantado no discurso de Eisenhower de 31 de outubro, no qual ele jogou todo o peso diplomático americano contra a Inglaterra e a França: “Não pode haver paz sem lei. E não pode haver lei se formos invocar um código de conduta internacional para quem se nos opõe e outro para nossos amigos”.³⁶ A noção de que relações internacionais poderiam ser bem definidas pelo direito internacional tinha raízes profundas na história americana. A suposição de que a América deveria agir como árbitro moral e imparcial do comportamento das nações, insensível ao interesse nacional, à geopolítica ou às alianças, é parte dessa nostalgia. No mundo real, porém, a diplomacia envolve, pelo menos em parte, a capacidade de discriminar entre casos e de distinguir amigos de adversários.

A estrita perspectiva construcionista de que a única causa legítima para a guerra é a autodefesa foi expressa, em dezembro de 1956, por John Foster Dulles, que interpretou o Artigo 1º do tratado da Otan como criando esta obrigação:

[...] consideramos que tal ataque, nas circunstâncias, violava a carta das Nações Unidas e violava o Artigo 1º do próprio Tratado do Atlântico Norte, o qual provê que todas as partes vinculadas ao tratado renunciem ao uso da força, solucionando suas disputas por meios pacíficos. Disso nos queixamos: de que o tratado foi violado, não que não houve consulta.³⁷

Ninguém jamais interpretara o Artigo 1º do Tratado do Atlântico Norte de maneira tão pacifista; também ninguém o faria de novo. A ideia de que a carta de uma aliança militar contivesse a obrigação legal de resolução pacífica de todas as disputas foi, certamente, espantosa. De qualquer forma, a verdadeira questão não era legal,

era se uma aliança não deveria incluir a obrigação tácita de mostrar alguma compreensão pela maneira como um aliado define seus interesses, mesmo fora da área coberta pelo tratado, e talvez um pouco de boa vontade com uma diferença ocasional de julgamento.

George Kennan e Walter Lippmann, os dois nobres adversários no debate americano inicial da política de contenção, claramente achavam que sim. George Kennan pediu indulgência: “Já agimos com desazo em ocasiões passadas; e nossos amigos não se voltaram contra nós. Além disto, temos grande parte da responsabilidade pelo desespero que levou os governos francês e inglês a esta ação patética e mal concebida”.³⁸

Walter Lippmann foi além e argumentou que os Estados Unidos tinham interesse no êxito inglês e francês: “A ação franco-britânica será julgada por seu resultado [...] O interesse americano, embora tenhamos discordado da decisão em si, é que a França e a Inglaterra sejam bem-sucedidas. Quem dera que não houvessem começado, mas não podemos agora desejar que fracassem”.³⁹

A terceira premissa da política americana, seu desejo secreto de emergir como líder do mundo em desenvolvimento, provou-se impossível. Richard Nixon, provavelmente o estudioso mais sofisticado do interesse nacional entre os líderes americanos do pós-guerra, imaginou os Estados Unidos na vanguarda da luta anticolonial, em 2 de novembro, quatro dias antes da eleição, quando proclamou: “Pela primeira vez na história, mostramos independência da política anglo-francesa no que diz respeito à Ásia e à África, que para nós refletia a tradição colonial. Essa declaração de independência teve um efeito eletrizante em todo o mundo”.⁴⁰

À luz dos pronunciamentos posteriores de Nixon, é difícil acreditar que não estivesse apenas cumprindo instruções.

Não foi, absolutamente, o que aconteceu. Nasser não moderou sua política em relação ao Ocidente ou aos aliados árabes. O seu eleitorado radical não lhe teria permitido admitir que fora salvo pelas pressões americanas, mesmo que ele quisesse. Pelo contrário, a fim de impressionar esse mesmo eleitorado, ele aumentou seus ataques

contra os governos moderados pró-ocidentais do Oriente Médio. Em dois anos, a partir da crise de Suez, o governo pró-ocidental do Iraque foi derrubado e substituído por um dos regimes mais radicais do mundo árabe, posteriormente dando lugar a Saddam Hussein. A Síria tornou-se, também, cada vez mais radical. No decorrer de cinco anos, tropas egípcias invadiram o Yemen, tentando inutilmente derrubar o regime existente. Como, ao fim, os Estados Unidos herdaram as posições estratégicas abandonadas pela Inglaterra, a fúria total do radicalismo de Nasser virou-se contra os americanos, culminando com o rompimento de relações diplomáticas, em 1967.

Tampouco, a América melhorou de posição entre os restantes não alinhados. Apenas alguns meses após a crise de Suez, os Estados Unidos não estavam melhor que a Inglaterra para eles. Não que a maioria dos não alinhados ficasse de repente contra os Estados Unidos, apenas eles tomaram consciência de seu próprio poder. O que estas nações lembravam da crise de Suez não era o apoio americano a Nasser, mas que Nasser vencera por sua destreza em jogar as superpotências uma contra a outra. A crise de Suez serviu, também, como primeiro contato das nações não alinhadas com outra verdade seminal da Guerra Fria: fazer pressão sobre os Estados Unidos, em geral, provocava gestos de boa-fé e esforços para atender à queixa, mas fazer pressão sobre a União Soviética podia ser arriscado, pois a reação invariável dos soviéticos era uma boa dose de contrapressão.

Nas décadas seguintes à crise de Suez, essas tendências ampliaram-se. Xingar as políticas americanas virou um ritual das conferências não alinhadas. A condenação de atos soviéticos era extremamente rara e discreta nas declarações conjuntas ao final de reuniões não alinhadas. Sendo estatisticamente pouco provável que os Estados Unidos estivessem sempre errados, essa tendência dos não alinhados devia refletir um cálculo de interesse, não um julgamento moral.

A consequência mais profunda da crise de Suez ocorreu de ambos os lados da linha divisória da Europa Central. Anwar Sadat, então chefe da propaganda do Egito, escreveu em 19 de novembro:

“Só há duas grandes potências no mundo hoje, os Estados Unidos e a União Soviética. O ultimato botou a Inglaterra e a França em seus devidos lugares, de nem grandes, nem potências”.⁴¹

Os aliados dos Estados Unidos chegaram à mesma conclusão. A crise de Suez mostrou-lhes que uma das premissas da Aliança Atlântica — a congruência de interesses entre a Europa e os Estados Unidos — era, na melhor das hipóteses, válida só em parte. Daí em diante, o argumento de que a Europa não precisava de armas nucleares, pois sempre poderia contar com o apoio americano, trombava com a lembrança de Suez. A Inglaterra, obviamente, sempre tivera uma força de dissuasão independente. Quanto à França, um artigo do dia 9 de novembro de 1956, do diário francês *Le Populaire*, expressou o que se tornaria uma atitude francesa fixa: “Sem dúvida o governo francês decidirá, em breve, produzir armas nucleares. [...] A ameaça soviética de usar foguetes dissipou todas as ficções e ilusões”.⁴²

Os atores de Suez não estavam sozinhos em sentir o abalo da rejeição americana de seus aliados mais próximos. O chanceler Adenauer, um dos melhores amigos da América na Europa do pós-guerra, admirava Dulles. Contudo, até ele considerou a diplomacia americana de Suez como precursora de algum tipo de acerto global entre os Estados Unidos e a União Soviética, pelo qual a Europa acabaria pagando.

Adenauer estava por acaso em Paris em 6 de novembro, o dia em que Eden e Mollet perceberam a necessidade de ceder à pressão americana. Segundo o ministro do exterior francês, Christian Pineau, Adenauer afirmou:

A França e a Inglaterra nunca serão potências comparáveis aos Estados Unidos e à União Soviética. A Alemanha também não. Resta-lhes somente um caminho para um papel decisivo no mundo — unirem-se e fazer a Europa. A Inglaterra não está madura para isso, mas o episódio de Suez a ajudará a preparar o espírito. Não temos tempo a perder: a Europa será vossa vingança.⁴³

Esta declaração ilumina o raciocínio subjacente à política franco-germânica posterior culminando no tratado de amizade e consulta de 1963, entre de Gaulle e Adenauer:

A Inglaterra, depois de tirar muitas das mesmas conclusões analíticas da França acerca de sua própria fraqueza relativa, colocou-as a serviço de uma política bem diferente. Voltando as costas à unidade europeia, a Inglaterra optou pela subordinação permanente às políticas americanas. Antes de Suez, a Inglaterra já estava consciente de sua dependência em relação aos Estados Unidos, embora continuasse se comportando como grande potência. Após a crise de Suez, ela interpretou o "relacionamento especial" com os Estados Unidos como o meio de chegar à máxima influência sobre as decisões essencialmente tomadas em Washington.

O impacto mais pernicioso da crise de Suez foi sofrido pela União Soviética. Um ano após o "espírito de Genebra", a União Soviética conseguiu penetrar no Oriente Médio, abafar uma revolta na Hungria e ameaçar a Europa Ocidental com ataques de mísseis. Todo esse tempo, o opróbrio internacional caíra sobre a Inglaterra e a França, enquanto ações muito mais brutais da União Soviética, na Hungria, receberam, quando muito, uma condenação superficial.

A ideologia e a personalidade de Krushev faziam-no atribuir a conduta americana mais a fraqueza que a princípios elevados. O que começara como uma transação experimental de armamentos entre a Tchecoslováquia e o Egito transformou-se num grande sucesso estratégico soviético, que dividiu a Aliança Atlântica e fez com que nações em desenvolvimento se voltassem para Moscou como forma de aumentar o poder de barganha. Krushev estava eufórico. Sua relação o levou à montanha-russa de uma confrontação atrás da outra, começando com o ultimato de Berlim, de 1958, e terminando na humilhação da crise dos mísseis cubanos, em 1962.

Apesar de toda a dor causada, a crise de Suez marcou a ascensão americana à liderança mundial. Com um suspiro de alívio, os Estados Unidos aproveitaram-se do episódio de Suez para desvincular-se de aliados que sempre consideraram culpados da

praga da *Realpolitik* e da devoção doentia ao equilíbrio de poder. Mas, sendo a vida como é, os Estados Unidos não saíram ilesos. Suez veio a ser a iniciação americana às realidades do poder global, e uma das lições foi que o vácuo sempre é preenchido, a questão não é saber se o será, mas por quem. Tendo escorraçado a Inglaterra e a França de seus papéis históricos no Oriente Médio, os Estados Unidos descobriram que a responsabilidade pelo equilíbrio de poder naquela região lhes caíra de pedra e cal sobre os ombros.

Em 29 de novembro de 1956, o governo americano, louvando a recente reunião de cúpula do Pacto de Bagdá, entre os líderes do Paquistão, do Iraque, da Turquia e do Irã, declarou: “Uma ameaça à integridade territorial ou à independência política dos membros seria considerada pelos Estados Unidos como de extrema gravidade”.⁴⁴ Era a forma de os diplomatas dizerem que os Estados Unidos assumiriam a defesa dos estados do Pacto de Bagdá, papel para o qual a Inglaterra estava agora muito fraca e desacreditada.

Em 5 de janeiro de 1957, Eisenhower enviou mensagem ao congresso pedindo a aprovação do que se chamou a Doutrina de Eisenhower — um programa triplo para o Oriente Médio, de ajuda econômica, assistência militar e proteção contra a agressão comunista.⁴⁵ Em sua “Mensagem sobre o estado da União”, de 10 de janeiro de 1957, Eisenhower foi ainda mais longe, proclamando o compromisso americano com a defesa de todo o mundo livre:

Em primeiro lugar, os interesses vitais dos Estados Unidos são mundiais, abrangendo ambos os hemisférios e todos os continentes.

Em segundo lugar, temos uma comunidade de interesses com todas as nações do mundo livre.

E em terceiro lugar, a interdependência de interesses requer um respeito decoroso pelos direitos e pela paz de todos os povos.⁴⁶

O ato americano de dissociar-se da Europa deixou os Estados Unidos na posição de terem de assumir sozinhos a proteção de todas as nações livres (ou seja, não comunistas) de todas as regiões do globo. Embora, na crise de Suez, os Estados Unidos ainda estivessem tentando lidar com as ambiguidades do equilíbrio no

mundo em desenvolvimento por meio das Nações Unidas, dois anos depois, forças americanas estariam desembarcando no Líbano, em cumprimento à Doutrina de Eisenhower. E dez anos depois, os Estados Unidos ver-se-iam lutando sozinhos no Vietnã, a maioria de seus aliados tendo se afastado, invocando argumentos usados pelos próprios americanos na época de Suez.

Rebelião no império

Hungria



Em 1956, dois eventos simultâneos mudaram o padrão de pós-guerra das relações internacionais. A crise de Suez marcou o fim da inocência para a aliança ocidental: os aliados ocidentais jamais seriam capazes de acreditar outra vez em suas próprias juras de perfeita simetria de interesses. Ao mesmo tempo, a repressão sangrenta da revolta húngara demonstrou que a União Soviética estava disposta a manter sua esfera de interesse, se necessário pela força, e que a conversa de liberação era vazia. Não havia mais dúvida de que a Guerra Fria seria demorada e amarga, com exércitos frente a frente na linha divisória da Europa pelo futuro previsível.

A infeliz luta húngara contra a dominação soviética nasceu de uma mistura explosiva de imperialismo russo histórico, ideologia soviética e nacionalismo húngaro feroz. Em certo sentido, a Hungria foi apenas mais uma vítima do expansionismo russo, contínuo desde a época de Pedro, o Grande. Historicamente, o estado russo sempre quis reprimir nações que tentassem uma política verdadeiramente independente nas fronteiras da Rússia — tentação que persistiu no período pós-Guerra Fria. Mas isso era, em geral, só o começo dos problemas russos. Após sufocar uma independência, os russos eram obrigados a onerosa presença militar no estado vizinho, drenando o tesouro público da Rússia sem aumentar-lhe a segurança. Como

escreveu George Kennan, “[...] o regime dos czares realmente morreu da indigestão de minorias ocidentais da Europa que ele fez a tolice de engolir”.¹

O mesmo ocorreu sob o governo comunista. Stalin recuperou todos os territórios czaristas perdidos no final da Primeira Guerra Mundial, acrescentando o que veio a ser conhecido como os satélites da Europa Oriental, ocupados pelo Exército Vermelho e governados no modelo soviético, imposto desde Moscou. A governança imperial, que fora suficientemente complicada com os czares, tornou-se ainda mais problemática com os comunistas, que somavam o ódio da população dominada pelo governo estrangeiro à imposição de um sistema econômico insustentável.

O planejamento central de estilo soviético foi intolerável a longo prazo, até mesmo na União Soviética; nos satélites, foi desastroso desde o início. Antes da Segunda Guerra Mundial, a vida na Tchecoslováquia era comparável à da Suíça. Depois da guerra, foi reduzida ao padrão sombrio e monótono que caracterizava toda a esfera comunista. A Polônia tinha uma base industrial tão grande quanto a da Itália, com maiores recursos, mas foi sentenciada a subsistir ao nível da pobreza institucionalizada da Europa Oriental. Os alemães orientais viam no sistema comunista o único obstáculo para sua participação no bem-estar econômico da República Federal. A população de cada país da Europa Oriental convencera-se de que estava sacrificando seu próprio bem-estar em nome da ideologia comunista e da hegemonia soviética.

Se na União Soviética o comunismo poderia apresentar-se como um fenômeno inato, na Europa Oriental era indiscutível que fora imposto sob coação, e que antigas tradições nacionais estavam sendo soterradas. Mesmo com o controle total sobre a polícia, a mídia e o sistema educacional, os comunistas nos estados satélites eram — e assim se sentiam — uma minoria sitiada. Lênin escreveu que seria uma insensatez para os bolcheviques seguirem a política do czar Nicolau II, impondo seus métodos aos vizinhos. Mas, à época da morte de Stalin, a principal distinção entre o governo comunista e o do czar autocrático era Stalin ser, na realidade, muito

mais brutal e cruel. Por fim, a política soviética deparou-se com o velho problema da Rússia em sua história: a Europa Oriental, tornada comunista para aumentar a segurança do estado soviético, consumiu recursos e exigiu atenção, ao ponto de tornar-se mais um dever que um haver estratégico.

Stalin achava que os satélites da Europa Oriental só poderiam ser mantidos no lugar por meio do controle total e intruso de Moscou. Em 1948, Tito, o único governante comunista na Europa Oriental que chegou ao poder em grande parte por seu próprio esforço, tornou público que Belgrado seguiria o seu próprio caminho, independente das diretrizes de Moscou. Stalin retaliou expulsando a Iugoslávia do Cominform. Decepcionando a expectativa de Stalin de que ele cairia rapidamente, Tito sobreviveu com a ajuda das democracias ocidentais que submeteram suas objeções ideológicas às antigas considerações de equilíbrio de poder.

Stalin reagiu à demonstração de independência de Tito, recorrendo ao seu método infalível de restaurar a disciplina — julgamentos de fachada em todos os satélites, com o assassinato jurídico de qualquer pessoa com pensamento independente. Como nos expurgos de Moscou da década anterior, poucas das vítimas desse terror haviam se envolvido em atividades de oposição — se houve alguma. Eram, afinal, comunistas da vida toda, que haviam servido de instrumentos do governo comunista imposto pelos soviéticos: Rudolf Slansky, na Tchecoslováquia, Laszlo Rajk, na Hungria, Traicho Kostov, na Bulgária e Wladyslaw Gomulka, na Polônia (o único que sobreviveu). O expurgo destes homens, cujos povos haviam considerado joguetes de Moscou, revelou a bancarrota moral do sistema comunista, até para aqueles poucos que ainda acreditavam nele.

Inseguros demais para seguirem o tipo de repressão exercida pelo déspota, os sucessores de Stalin estavam, também, divididos demais para permitirem a heterodoxia no interior do bloco soviético. Eram prisioneiros de dois temores contraditórios: que a repressão na Europa Oriental frustrasse a necessária distensão com o Ocidente e que a liberalização nos satélites levasse ao colapso de toda a

estrutura comunista. O temor à reação ocidental não os havia impedido, no entanto, de enviar tanques para abafar uma revolta na Alemanha Oriental, em junho de 1953.

Em 1955, eles haviam decidido conviver com o nacionalismo europeu oriental, desde que a liderança do país permanecesse seguramente comunista, e optaram pela reconciliação com Tito como símbolo adequado de sua nova abordagem. Em maio de 1955, Krushev e Bulganin visitaram Belgrado para apaziguar as coisas. Contudo, como ocorreria com toda tentativa subsequente de reforma, liberalizar serviu apenas para abrir as comportas.

Após o discurso de Krushev ao 20º Congresso do partido, em fevereiro de 1956, detalhando os crimes de Stalin, o comunismo ficou ainda mais desacreditado. A exceção foi a Iugoslávia, que adotara a causa nacionalista. Logo ficou claro que Stalin percebera corretamente a ameaça à União Soviética representada por Tito, pois os líderes dos países satélites enfrentaram o paradoxo de que, para terem qualquer aprovação pública, era necessária alguma credencial nacionalista. Precisavam apresentar-se como comunistas poloneses, tchecos ou húngaros, ao contrário de marionetes do Kremlin. Logo após a visita de Krushev a Belgrado, o controle do Kremlin sobre os regimes satélites da Europa Oriental passou a sofrer de tensão crescente.

No decorrer desses eventos, os Estados Unidos mantiveram atitude essencialmente passiva. Uma premissa central da política de contenção era deixar a liberalização da Europa Oriental para a erosão do tempo e não contestar o controle soviético frontalmente. Durante a campanha presidencial de 1952, John Foster Dulles atacou essa política por excessivamente passiva, num artigo publicado na revista *Life*, intitulado "Uma política de ousadia". Dulles argumentava que as nações da Europa Oriental para as quais cunhou a expressão "nações cativas", estavam próximas do desespero, "pois os Estados Unidos, líderes históricos das forças da liberdade, parecem devotados à política negativa da contenção e do empate". Ele instava os Estados Unidos a tornarem "público que desejavam e esperavam que a libertação ocorresse".²

Mas que significava, operacionalmente, “libertação”? Dulles era um estudioso bastante sério das questões soviéticas para ignorar que a União Soviética reprimiria qualquer rebelião. Afinal, Stalin ainda era vivo quando Dulles escreveu seu artigo. Dulles rejeitou explicitamente, desse modo, o estímulo a “uma série de rebeliões e retaliações sangrentas”. O que tinha em mente, afirmou, era uma “separação pacífica de Moscou”, de acordo com o modelo Tito, auxiliada pela propaganda americana e outras medidas não militares.

Enquanto Acheson apoiara Tito após o rompimento com Moscou, por *Realpolitik*, Dulles fez o mesmo, e o chamou “libertação”, com um toque de idealismo universal. Na prática, a teoria de libertação de Dulles era uma tentativa de aumentar para Moscou o custo de consolidar suas conquistas, sem aumentar o risco para os Estados Unidos. Dulles estimulou o titoísmo, não a democracia, e a diferença entre suas ideias e as de Acheson não passava de nuance de oratória.

Os críticos de Dulles certamente atribuíram-lhe pontos de vista sobre a libertação da Europa Oriental que, na realidade, ele não tinha. Mas, também, ele nunca o esclareceu. Dulles fora o principal patrono de instituições como a Rádio Europa Livre e a Rádio Liberdade, cujo maior objetivo era manter vivos os princípios da liberdade na Europa Oriental, estimulando sentimentos capazes de inflamar uma revolta. Não havia nada de sutil na abordagem da Rádio Europa Livre. Na teoria de que seus pronunciamentos não eram oficiais, ela advogava a “libertação” no sentido mais literal e militante da palavra. Infelizmente, a distinção entre opiniões “privadas” e “oficiais” das instituições americanas financiadas pelo governo eram de difícil compreensão, para quem lutava pela liberdade na Europa Oriental.

Ocorreu, então, quase no mesmo momento em que as democracias ocidentais estavam preocupadas com Suez, que a União Soviética se viu em grandes dificuldades em dois dos seus principais satélites, a Polônia e a Hungria.

A Polônia foi a primeira a pegar fogo. Em junho, rebeliões na cidade industrial de Poznan foram violentamente reprimidas, resultando em dezenas de mortos e centenas de feridos. Em outubro, aqueles líderes do comitê central do partido comunista polonês, que haviam sobrevivido aos expurgas de Stalin dos anos anteriores, decidiram aliar-se à causa do nacionalismo polonês. Gomulka, removido e degradado em 1951, foi convidado a retornar como primeiro-secretário do partido comunista, comparecendo à sua primeira reunião no *politburo* em 13 de outubro de 1956. O marechal soviético Konstantin Rokossovsky, que fora nomeado ministro da defesa e imposto como membro do *politburo* polonês desde 1949, foi demitido, o que representou o fim de um dos símbolos mais humilhantes da tutela soviética. O partido comunista polonês proclamou que a Polônia trilharia um “caminho nacional rumo ao socialismo”, declaração que, dado o forte sentimento nacionalista da Polônia e sua indiferença ao socialismo, não iria tranquilizar Moscou.

Por um instante, o Kremlin entreteve a ideia de uma intervenção militar. Os tanques soviéticos começaram a dirigir-se para as principais cidades, quando, em 19 de outubro, Khrushchev, Krushev dos seus colegas do *politburo* Kaganovich, Mikoyan e Molotov, aterrissaram em Varsóvia.

Os líderes poloneses não se abalaram. Informaram ao secretário-geral soviético que sua visita não estava sendo tratada como uma reunião entre partidos e que ele não seria recebido na sede do comitê central do partido comunista. Em vez disso, pediu-se à delegação soviética que se dirigisse ao Belvedere Palace, reservado a hóspedes oficiais.

No último momento, Krushev recuou. Em 20 de outubro, mandou que as tropas soviéticas voltassem aos quartéis. Em 22 de outubro, Krushev endossou a posse de Gomulka como secretário-geral do partido comunista, em troca da promessa de que os novos líderes preservariam o sistema socialista e se manteriam no Pacto de Varsóvia. Formalmente, o sistema de defesa soviético permanecera

intacto. Contudo, o apoio das tropas polonesas em qualquer guerra com o Ocidente não poderia mais ser considerado coisa certa.

A União Soviética voltou atrás e permitiu que o comunismo nacional triunfasse na Polônia, em parte, porque a repressão seria de uma população de mais de 30 milhões de pessoas, cuja coragem comprovada e resistência a estrangeiros era aumentada pela lembrança da histórica opressão russa e das atrocidades soviéticas. Além disso, no mesmo momento, o Kremlin estava em dificuldade ainda maior na Hungria.

País de nove milhões de habitantes, a Hungria passara pelo mesmo ciclo de opressão soviética que seus vizinhos. Desde os anos 1940, fora governada pelo cruel Matyas Rakosi, um stalinista ortodoxo. Na década de 1930, Stalin pagara literalmente seu resgate de uma prisão em Budapeste, em troca de bandeiras húngaras capturadas pelo exército do czar em 1849. Muitos húngaros devem ter se arrependido desse negócio quando Rakosi retornou, com o Exército Vermelho, e montou um sistema de repressão, duro até para os padrões stalinistas.

Pouco depois do levante de Berlim, em 1953, o tempo de Rakosi finalmente esgotou-se. Convocado a Moscou, Beria disse-lhe à moda stalinista inimitavelmente brutal que, embora a Hungria tivesse sido governada por diversas nacionalidades, jamais tivera um rei judeu, e a liderança soviética não ia permitir um agora.³ Rakosi foi substituído por Imre Nagy, que tinha a reputação de ser um comunista da reforma. Em dois anos, após a deposição de Georgi Malenkov, em Moscou, Nagy foi demitido e Rakosi voltou como primeiro-ministro. Mais uma vez, impôs a rígida ortodoxia comunista. Artistas e intelectuais foram reprimidos, e Nagy foi expulso do partido comunista.

Mas os sucessores de Stalin careciam da sua mortal firmeza de propósitos. Não só permitiram que Nagy sobrevivesse, como ele publicou um tratado desafiando o direito da União Soviética de intervir nas questões domésticas dos demais estados comunistas. Nesse ínterim, Rakosi, agora em seu segundo turno de poder,

mostrou-se tão insensível às aspirações do povo como em sua primeira passagem. Após a denúncia de Stalin, feita por Krushev no 20º Congresso do partido, Rakosi foi novamente substituído, dessa vez por seu colega e amigo Erno Gero.

Embora Gero se declarasse nacionalista, ele identificava-se tanto com Rakosi que não pôde deter a onda patriótica que tomou conta do país. Em 23 de outubro, um dia após o retorno formal de Gomulka ao poder na Polônia, a fúria do povo transbordou em Budapeste. Estudantes distribuíram uma lista de exigências, que iam muito além das reformas feitas na Polônia; incluíam liberdade de expressão, julgamento para Rakosi e os seus companheiros, a retirada das tropas soviéticas e o retorno de Nagy ao cargo. Quando Nagy surgiu diante da enorme multidão, na Praça do Parlamento, ainda era um comunista da reforma, e seu programa consistia em introduzir alguns procedimentos democráticos no sistema comunista. Ele pediu à multidão decepcionada que tivesse confiança, pois o partido comunista faria as reformas necessárias.

Mas era tarde demais para pedir ao povo húngaro que entregasse aos cuidados do odiado partido comunista a retificação dos seus próprios erros. O que aconteceu a seguir foi uma cena de filme, em que o personagem principal é induzido, relutante e talvez até sem compreender, a uma missão que ele não quis e que se transforma em seu destino. Comunista convicto toda a sua vida, apesar de reformista, Nagy parecia determinado, em suas aparições iniciais durante a rebelião, a salvar o partido comunista, assim como fizera Gomulka na Polônia. Mas, à medida que os dias passaram, ele foi transformado pelo fervor do povo em símbolo vivo da verdade formulada por De Tocqueville um século antes:

[...] a experiência mostra que o momento mais perigoso para um governo cruel é quando este começa a se reformar. Só muita arte pode salvar o príncipe que resolve aliviar seus súditos após um longo período de opressão. Os sofrimentos suportados pacientemente, quando inevitáveis, tornam-se intoleráveis no momento em que pareça haver uma saída. A reforma só serve, então, para realçar o que continua opressivo e que se torna agora ainda mais insuportável.⁴

Nagy pagaria com a vida a visão de democracia que teve tão tarde. Depois que esmagaram a revolução, os soviéticos ofereceram a Nagy a oportunidade de retratar-se. Sua recusa e subsequente execução asseguraram seu lugar no panteão dos mártires da causa da liberdade na Europa Oriental.

Em 24 de outubro, manifestações públicas viraram revolução total. Tanques soviéticos surgidos rapidamente foram incendiados e edifícios públicos ocupados. No mesmo dia, Nagy foi nomeado primeiro-ministro e dois membros do *politburo* soviético, Mikoyan e Suslov, chegaram à Hungria para avaliar a situação. Em 28 de outubro, os visitantes soviéticos pareciam ter chegado à conclusão a que Krushev chegara em Varsóvia — aceitar uma Hungria titoista. Os tanques soviéticos começaram a retirar-se de Budapeste. Mas nem isso acalmou a situação, como na Polônia. Os manifestantes exigiam agora nada menos que um sistema multipartidário, a saída das tropas soviéticas de toda a Hungria e o fim de sua participação no Pacto de Varsóvia.

Em meio a tudo isso, a política americana permaneceu ostensivamente discreta. A despeito de toda a conversa de “libertação”, Washington não previa uma explosão tão crua. Pareceu dividida entre o desejo de ajudar o processo no que fosse possível e a apreensão de que uma política de ajuda desse aos soviéticos tendo pretexto para a intervenção. Mas, sobretudo, Washington mostrou que raramente é capaz de lidar com duas grandes crises simultaneamente. Enquanto estudantes e trabalhadores húngaros lutavam contra tanques soviéticos nas ruas, Washington ficou em silêncio. Moscou jamais ouviu que a ameaça ou o uso da força poria em risco suas relações com Washington.

Os Estados Unidos apelaram ao conselho de segurança em 27 de outubro, diante da “situação criada pela ação de forças militares estrangeiras na Hungria”.⁵ Mas trataram o caso de maneira tão desconexa, que a votação da resolução do conselho de segurança só saiu em 4 de novembro, depois da intervenção soviética.

O intervalo foi preenchido pela Rádio Europa Livre, que tomou a atitude americana, instando os húngaros a acelerarem sua revolução e a rejeitarem meios-termos. Por exemplo, em 29 de outubro, a Rádio Europa Livre recebeu a posse de Imre Nagy como novo primeiro-ministro com esta nota hostil:

Imre Nagy e seus adeptos querem reeditar o episódio do Cavalo de Troia. Precisam de uma trégua para que o atual governo de Budapeste se possa manter o mais tempo possível. Aqueles que lutam pela liberdade não devem perder de vista, nem por um minuto, os planos do governo que se opõe a eles.⁶

Quando, em 30 de outubro, Nagy aboliu o sistema de partido único e indicou um governo de coalizão composto de representantes de todos os partidos democráticos que haviam participado das últimas eleições livres, em 1946, a Rádio Europa Livre mesmo assim não se convenceu: "O ministério da defesa e o ministério do interior ainda estão na mão dos comunistas. Não permiti isso, Soldados da Liberdade. Não descansai vossas armas".⁷

Embora a Rádio Europa Livre fosse custeada pelo governo americano, era dirigida por um conselho independente e por administradores que não recebiam instruções oficiais do governo. Mas era querer muito que os soldados da liberdade da Hungria, fizessem diferença entre o governo americano e uma rádio expressamente criada para promover a política de "libertação", que o próprio secretário de estado afirmava ser invenção dele.

Nas poucas vezes que o governo Eisenhower se manifestou, pareceu, mais que tudo, ansioso por tranquilizar os soviéticos. Sem querer, seus pronunciamentos foram quase tão inflamatórios quanto as transmissões da Rádio Europa Livre. Em 27 de outubro, quando as tropas soviéticas pareciam retirar-se da capital húngara, Dulles fez um discurso em Dallas, dando a impressão de que os Estados Unidos esperavam atrair a Hungria para fora da órbita soviética sem que Moscou notasse. O país europeu oriental que rompesse com Moscou, disse Dulles, poderia contar com ajuda americana. Essa ajuda não dependia "da adoção, por estes países, de qualquer forma

específica da sociedade”. Em outras palavras, para receber ajuda americana, não era necessário um país europeu oriental se tornar democrático; bastava adotar o modelo titoista e abandonar o Pacto de Varsóvia. Num detalhe americano arquetípico, Dulles acrescentou a ladainha do desinteresse. Segundo o secretário de estado, os Estados Unidos “não tinham interesse oculto na independência dos satélites”, não os considerando “aliados militares em potencial”.⁸

Longe de tranquilizador, este elemento corrente da retórica diplomática americana — a jura de ausência de motivos inconfessos — em geral é tido como sinal de motivos imprevisíveis ou arbitrários, mesmo entre líderes não marxistas. De qualquer maneira, àquela altura, Moscou cuidava mais dos atos americanos que dos motivos americanos. Oito anos antes, Moscou vetara a participação europeia oriental no Plano Marshall por julgar a ajuda econômica americana uma armadilha capitalista. A oferta de Dulles, de ajuda econômica aos desertores do Pacto de Varsóvia, fatalmente confirmaria essa visão. O terremoto político potencial era ainda mais crível pela insinuação de Dulles de que a reversão de alianças militares da Hungria não acontecia, sobretudo, devido à moderação americana.

Seguindo receita igual a de Dulles, de calmante incendiário para os soviéticos, Eisenhower fez um discurso, em 31 de outubro, notável pela falta de, no mínimo, um sinal de que a União Soviética sofreria sanções se apelasse para a repressão. Eisenhower deve ter sido instado a um tom conciliatório porque, no dia anterior, a União Soviética publicara critérios melhores, na verdade ambíguos, para o serviço de guarnição de tropas soviéticas na Europa Oriental. Mas Eisenhower devia saber da chegada simultânea de reforços soviéticos no restante da Hungria. A moderação de Eisenhower em relação à União Soviética era ainda mais surpreendente ante as críticas à Inglaterra e à França, a respeito de Suez, no mesmo discurso.

Sobre a Hungria, Eisenhower enfatizou que, embora os Estados Unidos esperassem o fim da dominação soviética da Europa Oriental, “não poderíamos, *obviamente*, conduzir essa política recorrendo à força”.⁹ Isso seria “contrário aos melhores interesses dos povos

européus orientais e aos princípios compulsórios da ONU”,¹⁰ uma verdade que, evidentemente, escapara aos soldados da liberdade e à Rádio Europa Livre, que naquele momento imploravam ajuda americana. Enquanto isso, prosseguiu Eisenhower, ele tentara “remover apreensões falsas de que consideraríamos os novos governos nestes países europeus orientais como aliados militares em potencial. Não temos esses objetivos ocultos. Vemos esses povos como amigos, e apenas os queremos amigos livres”.¹¹

A negação de motivos ocultos não convenceu mais o Kremlin, partida do presidente, que saía dos lábios do secretário de estado. Os soviéticos, que faziam política externa pela mistura de ideologia marxista com interesses nacionais russos, simplesmente não conseguiam entender a refutação americana de quaisquer motivos egoístas. Já a renúncia à força era algo que o *politburo* compreendia bem, pois isso eliminava seu maior temor caso decidisse acertar contas na Europa Oriental, coisa que obviamente se preparava para fazer:

A ironia das duas declarações formais do governo Eisenhower, em meio à Revolução Húngara, era serem, sem querer, tão provocativas. A reafirmação de que os Estados Unidos não buscavam aliados na Europa Oriental inquietou o Kremlin por soar como se a Europa Oriental estivesse adquirindo a opção de trocar de alianças; a renúncia americana à força ateou fogo à crise ao atenuar as apreensões soviéticas quanto à reação americana, caso o Exército Vermelho esmagasse o levante.

Nesse meio tempo, as coisas em Budapeste haviam escapado do controle, até mesmo da liderança política reformista. Em 30 de outubro, revolucionários tomaram o escritório do partido comunista de Budapeste, massacrando os funcionários, inclusive, por estranho que pareça, um dos colaboradores mais próximos de Nagy. Nessa tarde, Nagy anunciou a formação de um novo governo sobre o quadro existente em 1945, durante o regime da coalizão dos partidos democráticos. O fim do governo comunista de partido único expressou-se na presença de Bela Kovacs no governo, como representante do partido burguês dos pequenos proprietários.

Alguns anos antes, Kovacs fora indiciado por traição. Além disso, o cardeal Mindszenty, antigo símbolo da oposição ao comunismo, foi libertado da prisão e falou a multidões entusiásticas. Exigindo a retirada das tropas soviéticas de toda a Hungria, Nagy abriu as negociações a respeito com os dois emissários do *politburo*, Mikoyan e Suslov. Inúmeros partidos políticos abriram sedes e começaram a publicar jornais ou panfletos.

Dando a Nagy a impressão de que sua proposta era negociável, Mikoyan e Suslov partiram para Moscou, naturalmente para preparar nova rodada de conversas. Naquela mesma noite de 31 de outubro, o *Pravda* e o *Izvestia* publicaram uma nota oficial do Kremlin do dia anterior de que a existência de tropa estrangeira num país comunista exigia a aprovação do país anfitrião e de todo o Pacto de Varsóvia:

[...] a guarnição de tropas de qualquer estado-membro do Tratado de Varsóvia no território de outro estado-membro se faz por um acordo entre todos os membros, com o consentimento do estado que as solicitou e em cujo território estão instaladas ou se as planeja estacionar.¹²

Baseado nessas palavras, Eisenhower incluiu uma interpretação altamente otimista da declaração do governo soviético, em sua transmissão de 31 de outubro, acima comentada: “[...] se a União Soviética age, de fato, fielmente de acordo com sua intenção anunciada, o mundo testemunhará o maior passo em direção à justiça, à confiança e à compreensão entre as nações, em nossa geração”.¹³

Por mais avançada que a declaração soviética pudesse soar em princípios gerais, Washington ignorou dois pontos cruciais: primeiro, estava implícito que a retirada de tropas exigia o mesmo procedimento, o que dava à União Soviética poder de veto; segundo, os parágrafos especificamente voltados à Hungria continham a advertência ameaçadora de que a União Soviética não “permitiria” que se abandonasse o que definia como “realizações socialistas” da

Hungria, e, se necessário, as defenderia em conjunto com os outros países socialistas:

Proteger as realizações socialistas da democracia popular da Hungria é a obrigação principal e sagrada dos trabalhadores, camponeses, da *intelligentsia* e de todo o povo trabalhador da Hungria no presente momento.

O governo soviético expressa a confiança de que os povos dos países socialistas não permitirão que forças reacionárias, internas e estrangeiras, abalem as fundações do sistema democrático popular [...] e reforçarão a unidade fraterna e a assistência mútua dos países socialistas, em prol da grande causa da paz e do socialismo.¹⁴

O que a nota chamava de “democracia popular da Hungria” já não chamava a si mesma desse modo, além de não estar mais, na realidade, em condições de preservar-se ou às suas denominadas realizações socialistas. Nagy, com um quadro comunista da vida inteira, não podia ignorar o significado das advertências soviéticas e das mudanças que ele próprio estava promovendo. Mas, a essa altura, Nagy, preso entre a fúria do seu povo e seus implacáveis aliados comunistas, navegava uma onda que não podia deter ou dirigir. Ao contrário do povo polonês, os húngaros exigiam, não a liberalização do regime comunista, mas sua destruição; não a igualdade com a União Soviética, mas o rompimento total com ela.

Em 1º de novembro, após criar o que era de fato um governo de coalizão, Nagy deu o passo final e irrevogável de declarar a neutralidade da Hungria e sua saída do Pacto de Varsóvia. Também era muito mais do que Gomulka fizera na Polônia. Em declaração exaltada, que seria sua sentença de morte, Nagy anunciou na rádio húngara:

O governo nacional húngaro, imbuído de profunda responsabilidade para com o povo húngaro e sua história, e expressando a vontade unida de milhões de húngaros, declara a neutralidade da República Popular da Hungria.

O povo húngaro, com independência e igualdade, e de acordo com o espírito da Carta das Nações Unidas, deseja viver amistosamente com seus vizinhos, com a União Soviética e com todos os povos do mundo. O povo húngaro deseja a consolidação e o desenvolvimento contínuo das

realizações da sua revolução nacional sem associar-se a quaisquer blocos de poder.¹⁵

Ao mesmo tempo, Nagy solicitou à ONU que reconhecesse a neutralidade húngara. Porém jamais teve resposta.

O tocante do apelo de Nagy foi igual à indiferença com que a chamada comunidade internacional o recebeu. Nem os Estados Unidos nem seus aliados europeus deram qualquer passo para que a ONU concedesse urgência à mensagem de Nagy. E os soviéticos não ouviam apelos à moderação. Na manhã de 4 de novembro, as forças soviéticas, que havia dias inundavam a Hungria, atacaram sem aviso e liquidaram brutalmente a Revolução Húngara. Janos Kadar, uma antiga vítima dos expurgos de Stalin, que Nagy elevara ao cargo de secretário-geral do partido comunista e que sumira misteriosamente alguns dias antes, retornou com a tropa soviética, a fim de estabelecer um novo governo comunista. Pal Maleter, comandante do exército húngaro, foi preso quando acertava a retirada soviética com o comandante das forças soviéticas na Hungria. Nagy, que se refugiou na embaixada iugoslava, teve a promessa de salvo-conduto até a Iugoslávia, mas foi preso quando deixava o prédio. O cardeal Mindszenty asilou-se na missão diplomática americana, onde permaneceria até 1971. Nagy e Maleter foram executados depois. O espírito de Stalin estava vivo, e bem vivo, no Kremlin.

Só em 4 de novembro, a ONU, que durante todo esse período crítico de preparação das tropas soviéticas, estivera exclusivamente ocupada em denunciar a Inglaterra e a França em Suez, finalmente voltou-se para o que já era a tragédia húngara. Uma resolução do conselho de segurança, solicitando à União Soviética que se retirasse, foi logo vetada pelo embaixador soviético. Uma sessão especial da assembleia geral votou resolução semelhante, afirmando o direito da Hungria à independência e exigindo o envio de observadores das Nações Unidas à Hungria. Foi a segunda resolução daquele dia fatídico, pois a assembleia geral nesse mesmo dia criou uma força de emergência das Nações Unidas para o Oriente Médio. A resolução do Oriente Médio passou unanimemente, até mesmo

com a Inglaterra e a França no consenso. A resolução húngara passou por 50 a 8, com 15 abstenções. O bloco soviético votou contra, ao passo que líderes do grupo não alinhado, como a Índia e a Iugoslávia, se abstiveram como todos os países árabes. A resolução do Oriente Médio executou-se; a resolução húngara foi ignorada.

Na esteira da rebelião húngara brutalmente esmagada, discutiu-se se uma diplomacia ocidental mais vigorosa e imaginativa, que poderia ter impedido ou atenuado a tragédia. Nitidamente, as tropas soviéticas na Hungria foram maciçamente reforçadas ao longo de dias. Podiam as democracias evitar que atacassem? O próprio governo americano fora o primeiro a levantar a bandeira da libertação. Sua propaganda na Rádio Europa Livre produziu uma onda de esperança, excedendo mesmo o que Dulles previra no artigo de 1952, na *Life*. Quando a Hungria explodiu, a missão diplomática em Budapeste deve ter transmitido ao departamento de estado o que todo jornalista sabia: que a estrutura política da Hungria comunista estava se dissolvendo. Com uma série notável de kremlinologistas, como Charles Bohlen, Llewellyn Thompson, Foy Kohler e George Kennan, para aconselhá-lo, é difícil crer que o departamento de estado nem ao menos haja considerado a possibilidade de uma intervenção militar soviética. De qualquer maneira, o governo Eisenhower não fez o menor esforço para tornar cara uma intervenção soviética.

Durante a convulsão na Hungria, os Estados Unidos não estiveram à altura de sua retórica. A recusa de uma guerra para derrubar o controle comunista da Europa Oriental fora uma política americana explícita por dez anos. Mas a incapacidade de Washington de explorar seriamente outra opção que a guerra, para influir no caso, abriu um grande hiato entre o que Washington proclamava e o que realmente se dispunha a apoiar. Os Estados Unidos nunca deram os limites do apoio americano ao governo novato e inexperiente da Hungria. Tampouco, pelos vários canais disponíveis, jamais aconselharam os húngaros a consolidarem os ganhos antes de dar passos irrevogáveis. Para comunicar-se com a liderança

soviética, os Estados Unidos usaram, em grande parte, declarações públicas que terminavam incitando o oposto do que pretendia o governo Eisenhower.

Uma postura mais firme e clara teria sido essencial para tornar menos calculável a decisão soviética de intervir, pelo menos não tão sem consequências. O Kremlin poderia ser advertido de que a repressão na Hungria teria custos políticos e econômicos, além de congelar as relações Leste-Oeste pelo futuro previsível. A atitude dos Estados Unidos e da ONU, em relação à Hungria, poderia ter sido mais coerente com a reação a Suez. Mas, ao contrário, os americanos e seus aliados agiram como meros espectadores, sem risco direto no resultado.

As democracias não podiam ir à guerra pela Hungria, mas poderiam ter levantado o fantasma dos custos políticos e econômicos de uma repressão soviética. Da maneira como foi, o Kremlin não pagou por seus atos, nem mesmo economicamente. Pouco mais de dois anos após a tragédia húngara e a despeito de um ultimato soviético em Berlim, o primeiro-ministro inglês Harold Macmillan foi a Moscou, na primeira visita à cidade feita por um primeiro-ministro desde a guerra; e em três anos, Eisenhower e Krushev estariam celebrando o espírito de Camp David.

Suez foi a ocasião para as nações árabes e os líderes do grupo não alinhado, como a Índia e a Iugoslávia, investirem contra a Inglaterra e a França. Mas, quando se tratou da Hungria, o mesmo grupo de nações recusou-se a criticar os atos soviéticos, muito menos condená-los na ONU. Teria sido desejável alguma relação entre os votos das Nações Unidas sobre a Hungria e sobre Suez. No mínimo, as medidas americanas contra a Inglaterra e a França deveriam ter sido condicionadas à reciprocidade de atitudes das nações não alinhadas em relação aos atos soviéticos na Hungria. No final, a ação da União Soviética na Hungria não lhe custou nenhuma perda de influência entre os não alinhados, enquanto os Estados Unidos não ganharam, em resultado da sua posição em Suez, influência adicional alguma nesse grupo.

Nos anos 1950, o chamado grupo não alinhado representou um aporte novo às relações internacionais. Nações neutras, obviamente, sempre existiram, mas sua política externa era passiva. Já os não alinhados do período da Guerra Fria não viam em sua neutralidade a exigência de não envolvimento. Eram participantes ativos, ocasionalmente incômodos, promovendo agendas determinadas em foros destinados a concentrar suas forças e aumentar sua influência formando, na realidade, uma aliança dos não alinhados. Embora altamente sonoros em suas queixas das tensões internacionais, eles sabiam como tirar proveito das mesmas. Aprenderam como jogar as superpotências uma contra a outra. E, como temiam mais a União Soviética que os Estados Unidos, em geral apoiavam os comunistas, sem sentir necessidade de aplicar à União Soviética o mesmo rigor moral que tinham em relação aos Estados Unidos.

Em 16 de novembro, o primeiro-ministro Jawaharlal Nehru apresentou ao parlamento indiano sua túrgida racionalização do motivo por que a Índia se recusara a aprovar a resolução das Nações Unidas que condenava os atos soviéticos na Hungria.¹⁶ Os fatos, afirmou ele, eram “obscuros”. A resolução fora mal formulada; e a ideia de eleições livres supervisionadas pela ONU violava a soberania nacional da Hungria.

Os fatos haviam sido o que se quisesse, menos obscuros, e a reação da Índia seguiu as práticas da *Realpolitik*. A Índia simplesmente não queria perder o apoio soviético em foros internacionais; não via razão para incorrer na ira soviética e sacrificar um possível suprimento de armas, em favor de algum país europeu distante, quando a China e o Paquistão estavam ali, na fronteira, e a própria União Soviética não era tão distante assim.

A Índia não concebia a política externa como um debate em Oxford, por mais que seus diplomatas se imaginassem na plateia, com direito a escolher o vencedor por puro mérito moral. Os líderes da Índia haviam frequentado as escolas da Inglaterra e lido os clássicos americanos. Adaptaram a retórica de Wilson e Gladstone às práticas de Disraeli e Theodore Roosevelt. Do ponto de vista indiano, isso fazia todo sentido, desde que seus interlocutores não

pensassem que a retórica indiana indicava a prática indiana, ou que a política externa indiana fosse plena de moralidade abstrata e superior.

Em 18 de dezembro, seis semanas após a tragédia húngara, Dulles esclareceu, numa entrevista à imprensa, o raciocínio da reação americana à revolta. É incrível, mas ainda tentava acalmar a União Soviética com as intenções pacíficas dos Estados Unidos:

[...] não pretendemos circundar a União Soviética com uma fileira de estados hostis e reviver o que se chamava *cordon sanitaire*, inventado pelos franceses após a Primeira Guerra Mundial, visando cercar a União Soviética de forças hostis. Tornamos cristalina nossa política nesse sentido, na esperança de facilitar, assim, a evolução — evolução pacífica — dos estados satélites para uma verdadeira independência.¹⁷

Espantosa declaração. O que era, afinal, a política de contenção, se não uma tentativa de cercar a União Soviética de forças capazes de conter sua expansão? Igualmente notável o tom apologético de Dulles, tão pouco depois de um espetáculo da crueldade soviética na Hungria e das cenas aguerridas no Oriente Médio. Numa entrevista na Austrália, em 13 de março de 1957, Dulles resumiu claramente a atitude americana. Advogado até a alma, estruturou seu argumento sobre a ausência de quaisquer obrigações legais: “[...] não havia base alguma em que fundar assistência militar à Hungria. Não tínhamos obrigação de fazê-lo e não acreditamos que fazê-lo ajudasse o povo da Hungria, o povo da Europa ou o restante do mundo”.¹⁸

Dulles continuava ao largo da questão. O problema não era legal. Não se tratava de os Estados Unidos cumprirem compromissos, mas de ver se eram fiéis ao que estava implícito em seus pronunciamentos.

Tendo anunciado uma missão universal, era inevitável que os Estados Unidos se deparassem com hiatos entre seus princípios e seu interesse nacional. A confluência de Suez e Hungria foi uma ocasião dessas. O grande sonho americano sempre fora uma política externa que abrangesse tudo com a natureza universal e

irretorquível de suas máximas. Mas, já havia dez anos, os formuladores políticos americanos eram frustrados pelas ambiguidades da liderança mundial — pelas concessões a causas imperfeitas que são o pão de cada dia da vida diplomática e pela atenção a ser dada às opiniões de aliados com perspectivas históricas muito diferentes. Suez parecera ser a ocasião de remediar esse defeito e fazer uma política correspondente aos princípios. A própria dor de voltar-se contra os aliados mais próximos teve o efeito de uma penitência, no sentido de que serviu para consagrar, de novo, a pureza moral da América.

A Hungria foi um caso mais complexo, pois teria exigido a aplicação do poder de alguma forma. Mas os governantes não estavam dispostos a arriscar vidas americanas por uma causa que, por mais que lhes ofendesse as consciências, não tocava nenhum interesse americano de segurança de forma direta. Princípios não permitem ambiguidade nem escala. Em Suez, a América pôde insistir na pura aplicação de suas máximas porque as consequências não continham riscos imediatos. Na Hungria, ela cedeu à *Realpolitik*, como fazem outras nações, porque insistir nos princípios implicaria o risco inevitável de uma guerra, talvez mesmo uma guerra nuclear. E quando há vidas em jogo, o estadista deve mostrar a seu povo, e a si mesmo, a relação entre os riscos e os interesses, por mais ampla e generosamente que esses se possam descrever. A União Soviética estava bem mais disposta a correr riscos para preservar sua posição na Europa Oriental do que os Estados Unidos estavam a fim de ousar na libertação da Hungria. Não houve como evitar essa equação. Em termos de sua retórica antes da rebelião, a política americana em relação à Hungria foi, de fato, fraca; em termos de seus interesses, a recusa ao risco de uma guerra foi inevitável e apropriada — embora não explique a relutância em elevar, por meios não militares, o custo da intervenção soviética.

A justaposição de Hungria e Suez deu as coordenadas da fase seguinte da Guerra Fria. A União Soviética conseguira preservar sua posição na Europa Oriental; as democracias — inclusive os Estados Unidos — haviam sofrido um declínio relativo, em sua posição no

Oriente Médio. A União Soviética descobrira como desbordar a contenção. Um dia depois de suas tropas devastarem Budapeste, e enquanto a luta ainda prosseguia, Kruschev ameaçava com ataques de foguetes a Europa Ocidental e convidava os Estados Unidos a uma ação militar conjunta no Oriente Médio contra os seus maiores aliados. Os Estados Unidos haviam deixado a Hungria à deriva no mar da evolução histórica, e para seus aliados uma sensação de impotência.

O que não ficou claro, na época, foi a fraqueza inerente da União Soviética. Por ironia, os proponentes comunistas da comparação de forças haviam se lançado num empreendimento que seriam incapazes de sustentar. Os líderes comunistas podiam discursar sobre fatores objetivos o quanto desejassem, mas permanecia o fato de que as únicas revoluções em países desenvolvidos estavam ocorrendo dentro da esfera comunista. A longo prazo, a União Soviética estaria mais segura, e economicamente mais forte, cercada de governos de estilo finlandês na Europa Oriental, pois não teria sido necessário se responsabilizar pela estabilidade interna e pelo progresso econômico daqueles países. Em vez disso, o imperialismo na Europa Oriental drenou recursos soviéticos e amedrontou as democracias ocidentais, sem aumentar a força soviética. O comunismo nunca foi capaz de traduzir o seu controle sobre o governo e a mídia em aceitação pública. Se os líderes comunistas da Europa Oriental não queriam sentar-se nas baionetas soviéticas, tinham de adaptar-se aos programas de seus adversários nacionalistas. Desse modo, após um período inicial de terror sangrento, Kadar gradualmente andou em direção às metas de Nagy, embora sem retirar-se do Pacto de Varsóvia. Uma geração depois, a fraqueza soviética latente fez do levante húngaro o precursor da bancarrota final do sistema comunista. A despeito de tudo que ocorreu, em dez anos a Hungria estava internamente mais livre que a Polônia e a sua política externa mais independente em relação à União Soviética. E, 35 anos depois, na fase seguinte de liberalização de Moscou, os soviéticos perderiam por completo o controle dos acontecimentos.

O resultado de 1956 contribuiu para outra geração de sofrimento e opressão. Por mais curto que possa parecer aos historiadores o intervalo até o colapso final, não dá a medida da angústia que a natureza totalitária do sistema impôs a suas incontáveis vítimas. No período imediato, Moscou — vendo mal o equilíbrio de forças, assim como os capitalistas — teve todos os motivos para ficar satisfeita. Interpretando os eventos do ano como uma variação do equilíbrio de forças em seu favor o *politburo* embarcou no mais grave dos desafios da Guerra Fria — os ultimatos de Berlim.

O ultimato de Krushev

A crise de Berlim, 1958-1963



Na Conferência de Potsdam, os três vitoriosos haviam decidido que Berlim seria governada pelas quatro potências ocupantes — os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e a União Soviética — que administrariam também a Alemanha. No final, a administração das quatro potências na Alemanha durou pouco mais de um ano. Em 1949, as zonas ocidentais formaram a República Federal e a zona russa tornou-se a República Democrática Alemã.

Pelo arranjo das quatro potências sobre Berlim, a cidade não fazia parte da Alemanha — oriental ou ocidental — ficando, oficialmente, sob o governo dos quatro aliados vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Os soviéticos ocuparam um grande setor na parte leste da cidade, os americanos tinham um setor no sul, e os ingleses e os franceses tinham os seus no oeste e ao norte. Berlim era, agora, uma ilha dentro do que se tornara a República Democrática Alemã. À medida que os anos se passaram, os alemães orientais e os soviéticos passaram a considerar os três setores ocidentais um tormento constante, uma vitrine de prosperidade no meio da melancolia cinzenta do bloco comunista. Sobretudo, Berlim Ocidental era um conduto para os alemães orientais que quisessem emigrar para o Ocidente: simplesmente tomavam o metrô para um dos setores ocidentais da cidade e faziam um pedido de imigração.

É incrível que, apesar de Berlim ter o óbvio *status* subquatro potências, jamais tivessem sido fixadas regras claras para o acesso à cidade. Embora as quatro potências tivessem estabelecido as várias estradas e vias aéreas por onde se chegar a Berlim, não havia acordo explícito sobre os mecanismos de travessia. Em 1948, Stalin tentara aproveitar a lacuna, ao fazer o bloqueio de Berlim sob o pretexto técnico de que as rotas estavam em obra. Depois de um ano de ponte aérea ocidental, o acesso foi restabelecido, mas a autoridade legal permaneceu tão vaga quanto antes.

Nos anos imediatamente após o bloqueio, Berlim tornou-se importante centro industrial com necessidades que não poderiam mais ser atendidas por uma ponte aérea, em caso de emergência. Embora Berlim ainda fosse, tecnicamente, governada por quatro potências, sendo a União Soviética responsável pelo acesso, era o satélite alemão oriental que controlava, na verdade, as rotas que saíam de sua capital, Berlim Oriental. A posição de Berlim era, portanto, altamente vulnerável. As estradas, ferrovias e rotas aéreas eram presas fáceis de interrupções tão aparentemente triviais que era difícil reagir pela força, embora cumulativamente elas pudessem ameaçar a liberdade da cidade. Teoricamente, todo o tráfego militar deveria passar por um posto de controle dos soviéticos, mas isso era ficção; um soldado alemão oriental controlava os portões e oficiais soviéticos descansavam num barracão próximo, para a eventualidade de um desentendimento.

Não é de surpreender que Krushev, à procura de um local onde mostrar a mudança na correlação de forças, decidisse explorar a vulnerabilidade de Berlim. Em suas memórias, ele observou: "Falando claramente, o pé americano na Europa tinha uma ferida. Era Berlim Ocidental. Sempre que desejávamos pisar no pé americano para doer, bastava obstruir as comunicações ocidentais com a cidade, que ficava do outro lado do território da República Democrática Alemã".¹

O desafio de Krushev à posição ocidental em Berlim ocorreu no exato momento em que as democracias se haviam convencido, outra vez, de que o secretário-geral no cargo era a melhor esperança de

paz. Mesmo um observador cético da cena soviética como John Foster Dulles respondeu ao discurso de Krushev no 20º Congresso do partido, em fevereiro de 1956, dizendo ter discernido uma “mudança notável” na política soviética. Os governantes soviéticos, afirmou ele, haviam concluído que “era hora de mudar sua abordagem do mundo não comunista [...] Agora eles buscam seus objetivos de política externa com menos intolerância e com ênfase menor na violência”.² No mesmo espírito, em setembro de 1957, menos de um ano após as crises de Suez e da Hungria, o embaixador Llewellyn Thompson escreveu, de Moscou, que Krushev “realmente deseja, quase precisa, de uma *détente* nas relações com o Ocidente”.³

A conduta de Krushev não justificava tanto otimismo. Quando, em outubro de 1957, os soviéticos puseram em órbita terrestre um satélite artificial, o Sputnik, Krushev saudou o feito como prova de que a União Soviética superava as democracias nas áreas científica e militar. Mesmo no Ocidente, a ideia de que um sistema planejado poderia mesmo ser superior a uma economia de mercado começava a ganhar curso.

O presidente Eisenhower ficou quase sozinho em sua recusa a entrar em pânico. Militar, sabia a diferença entre um protótipo e uma arma operacional. Krushev, por sua vez, levando seu próprio entusiasmo a sério, embarcou numa longa ofensiva diplomática, a fim de fazer da suposta superioridade dos mísseis soviéticos algum tipo de sucesso diplomático. Em janeiro de 1958, Krushev afirmou a um jornalista dinamarquês: “O lançamento dos sputniks soviéticos demonstra, em primeiro lugar [...] que houve uma grande mudança no equilíbrio de forças entre os países do socialismo e do capitalismo, a favor das nações socialistas”.⁴

No devaneio de Krushev, a União Soviética, além de estar militar e cientificamente à frente dos Estados Unidos, em pouco tempo também o superaria em produção industrial. Em 4 de junho de 1958, ele declarou no 7º congresso do partido comunista búlgaro: “Estamos convencidos de que se aproxima o momento em que os países socialistas deixarão para trás os maiores países

capitalistas, não só em ritmo como em volume de produção industrial”.⁵

Kruschev, comunista crente, tinha de tornar moeda diplomática essa suposta mudança no equilíbrio de forças. Berlim foi o seu primeiro alvo. Kruschev abriu a partida com três iniciativas. Em 10 de novembro de 1958, fez um discurso exigindo um fim ao controle de Berlim por quatro potências, avisando que a União Soviética pretendia passar o controle dos acessos da cidade a seu satélite alemão oriental. Daquele dia em diante, anunciou Kruschev “os Estados Unidos, a Inglaterra e a França que criem suas próprias relações com a República Democrática Alemã e entrem em acordo com ela quando precisarem de alguma coisa referente a Berlim”.⁶ Em 27 de novembro, Kruschev transpôs a essência desse discurso em notas formais para os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, declarando nulo o Acordo das Quatro Potências sobre Berlim e insistindo que Berlim Ocidental fosse uma “cidade livre” desmilitarizada. Se não houvesse acordo em seis meses, a União Soviética assinaria um tratado de paz com a Alemanha Oriental, cedendo seus direitos de ocupação e as rotas de acesso à República Democrática Alemã.⁷ Kruschev mandava o equivalente a um ultimato aos aliados ocidentais.

Em 10 de janeiro de 1959, Kruschev submeteu às outras três potências ocupantes a primeira versão de um tratado de paz que definia o novo *status* de Berlim e da Alemanha Oriental. Mais tarde, no mesmo mês, Kruschev deu o fundamento lógico para sua política diante do 21º Congresso do Partido Comunista. Como um charlatão vendendo suas mezinhas, havia aumentado ainda mais a avaliação do poder soviético, dizendo que, com a República Popular da China, a União Soviética já possuía metade da produção industrial do mundo; logo “a situação internacional vai mudar radicalmente”.⁸

Kruschev escolheu bem o ponto a ser atacado. A ameaça contida no controle alemão oriental das rotas de acesso a Berlim era indireta. Deixava às democracias a escolha de reconhecer o satélite alemão oriental ou ameaçar ir à guerra pela questão técnica de quem iria carimbar documentos de trânsito. Mas o rompante a que

Kruschev, por natureza, tendia, mascarava uma fraqueza real da posição soviética. A Alemanha Oriental perdia recursos humanos às centenas de milhares, à medida que seus cidadãos, com frequência seus profissionais mais talentosos, fugiam para a Alemanha Ocidental via Berlim. Berlim era um gigantesco buraco na Cortina de Ferro. Se aquilo continuasse, a Alemanha Oriental, autoproclamada “paraíso dos trabalhadores”, não teria mais nenhum trabalhador.

O estado alemão oriental era a parte mais frágil da esfera de influência soviética. Com a Alemanha Ocidental maior e mais próspera em sua fronteira, e reconhecida diplomaticamente apenas pelos outros satélites, a Alemanha Oriental carecia de legitimidade. O vazamento humano através de Berlim ameaçava sua própria sobrevivência. Sem uma providência, raciocinaram os líderes de Berlim Oriental, todo o estado ruiria em questão de anos. Teria sido um golpe devastador para a esfera de influência soviética que Kruschev tentava consolidar. Cortando a rota de fuga, Kruschev esperava dar a seu satélite alemão oriental uma chance de começar vida nova. E, forçando a retirada ocidental, queria enfraquecer os laços da República Federal com o Ocidente.

O ultimato de Kruschev ia ao âmago da política de Adenauer. Por quase uma década, Adenauer rejeitara todas as propostas de unificação por meio do sacrifício dos laços ocidentais. A União Soviética acenara ao povo alemão com o neutralismo, no plano de paz de Stalin de 1952, e os adversários internos de Adenauer o haviam apoiado. Adenauer jogara o futuro do seu país na ideia de que os interesses americanos e alemães eram idênticos. A barganha tácita era que a República Federal se juntaria ao sistema de defesa do Atlântico e que os aliados tornariam a unificação alemã parte integral da diplomacia Leste-Oeste. Para Adenauer, portanto, a crise de Berlim era muito mais que uma questão de burocracias de acesso. Punha à prova a sabedoria da orientação ocidental da República Federal.

No que dizia respeito a Adenauer; simplesmente não havia como evitar o fato que cada melhoria no *status* da Alemanha Oriental reforçava a alegação soviética de que a unificação deveria

ser entregue a negociações diretas entre os dois estados alemães. Numa época em que o partido social-democrata ainda era neutro, tal reconhecimento *de fato* da República Democrática Alemã, pelos aliados, teria revolucionado a política interna alemã. Segundo De Gaulle, Adenauer afirmou em uma reunião de cúpula ocidental em dezembro de 1959: “Se perdêssemos Berlim, minha posição política ficaria insustentável. Os socialistas tomariam o poder em Bonn, fariam a negociação direta com Moscou e seria o fim da Europa”.⁹

Na opinião de Adenauer, o ultimato de Krushev visava, acima de tudo, isolar a República Federal. A agenda soviética de negociação deixou Bonn sem saída. Em troca de quaisquer concessões que fizesse, o Ocidente receberia, na melhor das hipóteses, o que já tinha: acesso a Berlim. Ao mesmo tempo, o satélite alemão oriental receberia um poder de veto sobre a unificação alemã, que conduziria ao impasse ou a um resultado descrito assim por Adenauer em suas memórias:

[...] não podíamos comprar a reunificação da Alemanha ao preço de desligar a Alemanha do bloco ocidental e abrir mão da integração europeia. O resultado seria uma Alemanha indefesa, solta no meio da Europa, inevitavelmente tentada a jogar o Leste contra o Oeste.¹⁰

Em suma, Adenauer não via nenhum proveito em negociar sob as condições delineadas por Krushev. Contudo, se negociações fossem inevitáveis, queria que comprovassem o bom-senso de sua confiança no Ocidente. Opôs-se fortemente a responder ao ultimato de Krushev com concessões e preferia que o Ocidente baseasse em eleições livres seus planos de unificação.

As opiniões de Adenauer, todavia, não eram compartilhadas por seus aliados anglo-americanos e menos ainda pela Inglaterra. O primeiro-ministro Harold Macmillan e o povo inglês relutavam em arriscar uma guerra pela capital de um inimigo derrotado, em grande parte responsável pela destruição de seu *status* de grande potência. Ao contrário da França, a Inglaterra não ligava sua segurança a longo prazo ao futuro da Alemanha. Por duas vezes em uma geração, a Inglaterra fora salva por pouco, pela intervenção

americana, de assaltos alemães que haviam atingido a maior parte da Europa. Embora a Inglaterra preferisse preservar a Aliança Atlântica, se tivesse de fazer uma escolha, arriscaria isolar-se da Europa, mas nunca separar-se da América. Os dilemas internos de Adenauer concerniam aos líderes ingleses muito menos que os de Eisenhower. Numa crise final, a capacidade de Eisenhower obter apoio interno teria impacto muito maior na própria sobrevivência da Inglaterra. Por todos estes motivos, os líderes ingleses recusavam-se a fazer apostas maiores na unidade alemã e interpretavam os receios de Adenauer como nacionalismo mascarado de pedantismo legalista.

Essencialmente pragmáticos, os ingleses achavam estranho arriscar uma guerra nuclear por causa da transferência de autoridade dos oficiais soviéticos para seus substitutos alemães orientais, na afixação de um selo de trânsito. À luz dos horrores de uma guerra nuclear o dito "*Pourquoi mourir pour Danzig?*", que contribuíra para a desmoralização da França, em 1940, certamente perderia para o *slogan* muito mais antipático "Por que morrer por um carimbo de trânsito?".

Macmillan foi, então, um adepto fervoroso de negociações — quaisquer negociações — que pudessem "melhorar" os procedimentos de acesso e que, no mínimo, ganhariam tempo: "Se todos os governantes estivessem circulando pelos territórios uns dos outros, dificilmente poderia haver uma eclosão súbita e fatal", registrou ele, mais tarde.¹¹

Entre todos os governantes aliados, Eisenhower tinha o maior peso de responsabilidade, pois a decisão de arriscar uma guerra nuclear ficava, afinal, com ele. Para os Estados Unidos, a crise de Berlim demonstrou que as armas nucleares — que, durante a década do monopólio e quase monopólio nuclear americano, pareceram ser a via rápida e barata para a segurança — na época em que a paridade nuclear se aproximou, diminuíram cada vez mais a disposição americana em correr riscos e, assim, restringiram sua liberdade de movimento diplomática.

Enquanto os Estados Unidos foram essencialmente imunes ao ataque, as armas nucleares deram-lhes uma vantagem jamais gozada antes por qualquer nação. Como acontece com frequência, a formulação mais correta dessa vantagem ocorreu quando ela já estava à beira de desaparecer. Perto do fim do período de monopólio nuclear americano, ou quase monopólio, Dulles criou o conceito de “retaliação maciça” para dissuadir a agressão soviética e evitar, no futuro, impasses prolongados como o da Coreia. Ao contrário de reagir à agressão onde ocorresse, os Estados Unidos retaliariam contra a fonte do problema, na hora e com armas da sua própria escolha. Mas a União Soviética começou a ter as suas próprias armas termonucleares e mísseis estratégicos intercontinentais, justamente quando a retaliação maciça estava sendo anunciada. A credibilidade dessa estratégia, conseqüentemente, evaporou com certa rapidez — até mais depressa na impressão que na realidade. Guerra nuclear geral era um remédio desproporcional às crises previsíveis, inclusive a crise de Berlim. Na verdade, os líderes das democracias tomaram as afirmações incrivelmente exageradas de Krushev, sobre a força míssil soviética, de maneira muito literal (Eisenhower foi a admirável exceção). Mas não se duvidava, em 1958, que a guerra nuclear geral causaria, em questão de dias, baixas maiores que os totais acumulados das duas guerras mundiais.

Essa dura equação produziu a incompatibilidade entre o tipo de diplomacia necessária para tornar crível a ameaça de guerra nuclear e o que era preciso para levar a opinião pública a encarar a natureza apocalíptica do risco. A credibilidade diante do Armagedom implicava uma reação rapidíssima, facilmente desencadeada em caso de ameaça, assim como uma demonstração de inconseqüência tão além do cálculo normal que nenhum agressor ousasse testá-la. Mas o que o público democrático queria, e tinha direito de ter, era uma diplomacia calculada, calma, racional e flexível, que levaria, porém, o adversário a duvidar da disposição dos Estados Unidos em irem ao extremo de uma guerra nuclear geral.

No início da crise de Berlim, Eisenhower achou mais importante acalmar o público americano que assustar os líderes soviéticos. Em

coletivas à imprensa, dias 18 de fevereiro e 11 de março de 1959, ele fez uma série de sugestões para reduzir a ameaça nuclear subjacente à estratégia americana. “Certamente não vamos ter uma guerra terrestre na Europa”,¹² afirmou ele, e pôs especificamente a defesa de Berlim nessa categoria. Era pouco provável, declarou, que os Estados Unidos “fossem abrir caminho para Berlim a tiros”.¹³ A fim de não deixar nenhuma brecha, ele excluiu também a defesa de Berlim com armas nucleares: “Não vejo como se liberte alguma coisa com armas nucleares”.¹⁴ Estas declarações certamente transmitiram a impressão de que a vontade americana de arriscar uma guerra por Berlim era bem pouca.

A suavidade da reação de Eisenhower deveu-se, em parte, à sua avaliação de Krushev, a quem ele ainda considerava, com a maioria dos outros líderes americanos, a melhor esperança de paz do Ocidente. O ultimato de Krushev em relação a Berlim não alterara os pontos de vista do embaixador Thompson, de dois anos antes. Em 9 de março de 1959, Thompson reiterou sua impressão de que as maiores preocupações de Krushev eram internas. Segundo o embaixador, as ameaças eram o método de Krushev para criar um padrão de coexistência que precedesse a reforma econômica e a liberalização interna.¹⁵ De que maneira ameaças de guerra criavam padrão de coexistência não ficou muito explicado.

Essas análises não causaram nenhuma impressão no outro membro do quarteto internacional — o presidente francês Charles De Gaulle, que acabara de voltar ao cargo, após 12 anos de ostracismo político. Ele não concordava com a análise anglo-americana das motivações de Krushev e concluiu que a crise de Berlim devia mostrar a Adenauer que a França era o parceiro indispensável da República Federal. Mais temia ele o perigo de reacender o nacionalismo alemão que as ameaças de Krushev. Desejava, no mínimo, fornecer a Adenauer uma âncora no Ocidente; e, se possível, tentaria conduzir um Adenauer desiludido para uma estrutura europeia menos dominada pelos americanos.

Enquanto Eisenhower e Macmillan tentavam descobrir alguma exigência soviética que pudesse ser atendida por um pequeno, ou

breve, prejuízo, De Gaulle era inflexivelmente contra tal estratégia. Rejeitou as “conversas exploratórias” em que seus parceiros anglo-americanos insistiam por não ver nada de bom passível de exploração pelo Ocidente. Ignorou os projetos de mudança de procedimentos que, sob o argumento de que poderiam “melhorar” o acesso, estavam sendo preparados em Washington e Londres. Afinal, Krushev não mandara seu ultimato a fim de melhorar o acesso do Ocidente. Para De Gaulle, a ameaça tinha origem na estrutura interna soviética, não em algum agravo soviético específico. Eisenhower considerava a União Soviética militarmente inferior; De Gaulle ia um passo adiante e atribuía o ultimato de Krushev a um sistema político inerentemente falho, frágil e vastamente inferior:

[...] há neste alvoroço de imprecações e exigências, montado pelos soviéticos, algo tão arbitrário e tão artificial que somos levados a atribuí-lo ao desencadeamento premeditado de ambições frenéticas, ou ao desejo de desviar a atenção de grandes dificuldades: esta segunda hipótese parece-me a mais plausível, considerando que, a despeito da coação, do isolamento e dos atos de força, em que o sistema comunista encerra os países sob seu jugo [...] na verdade suas lacunas, suas escassezes, suas falhas internas e, acima disto, seu caráter desumano de opressão são cada vez mais sentidos pelas elites e as massas, cada dia mais difíceis, estas, de enganar e subjugar.¹⁶

O poderio militar soviético era, portanto, uma fachada para ocultar as intermináveis lutas internas inerentes ao sistema soviético: “[...] no campo deles, a luta entre as tendências políticas, as intrigas de clãs, as rivalidades de indivíduos causam periodicamente as crises implacáveis, cujas sequelas — ou mesmo os sintomas premonitórios — só podem desestabilizá-los [...]”.¹⁷

Ceder às pressões soviéticas apenas encorajaria Krushev a avançar em suas aventuras estrangeiras, como forma de desviar a atenção da crise interna fundamental do seu sistema, e isso poderia fazer com que a Alemanha “[...] busque no Leste um futuro que ela desista de ver garantido pelo Ocidente”.¹⁸

De Gaulle podia dar-se ao luxo de uma intransigência tão inteligente, pois, ao contrário do presidente americano, não teria a responsabilidade de iniciar uma guerra nuclear. No fim das contas, é duvidoso que De Gaulle teria tido mais disposição que Eisenhower de arriscar uma guerra nuclear, e, dada a vulnerabilidade de seu país, provavelmente teria tido ainda menos. Contudo, precisamente porque estava convencido de que o maior perigo de guerra era a irresolução ocidental, e de que a América era a única nação capaz de dissuadir os soviéticos, De Gaulle sentia-se livre para manobrar de forma que obrigasse os Estados Unidos a se manterem firmes ou a tomar responsabilidade por quaisquer concessões talvez necessárias. Não era um jogo bonito, mas a *raison d'état* ensina duras lições. E foi por *raison d'état* que De Gaulle inverteu a tradição de Richelieu de tentar manter a Alemanha fraca e fragmentada, essência da política francesa na Europa Central durante 300 anos.

De Gaulle não chegou a esta devoção à amizade franco-alemã por um acesso repentino de sentimentalismo. Desde a época de Richelieu, a política francesa ocupava-se em manter o ameaçador vizinho alemão dividido ou fraco, preferivelmente as duas coisas. No século XIX, a França viu que não tinha força para conter a Alemanha sozinha; alianças com a Inglaterra, a Rússia e uma série de países menores foram a consequência. Após o resultado da Segunda Guerra Mundial, até mesmo essas opções estavam desaparecendo. A Inglaterra e a França, combinadas, não haviam conseguido derrotar a Alemanha em duas guerras mundiais. E com os exércitos soviéticos ao longo do Elba e a Alemanha Oriental satélite soviético, a aliança com Moscou mais provavelmente resultaria em dominação soviética da Europa que na contenção da Alemanha. Eis o motivo pelo qual De Gaulle abandonou o tradicional relacionamento de adversário com a Alemanha e confiou o futuro da França à amizade com o inimigo hereditário.

A crise de Berlim deu a De Gaulle a chance de avançar em sua estratégia. Cuidadosamente, pôs a França no papel de defensora da identidade europeia e usou a crise de Berlim para demonstrar a compreensão francesa das realidades europeias e sua sensibilidade

às preocupações nacionais alemãs. A abordagem de De Gaulle era complexa e exigia o mais sutil dos atos de equilibrismo para mostrar apoio aos objetivos nacionais alemães, sem encorajar os alemães a buscá-los sozinhos ou em conivência com a União Soviética. De Gaulle passara a temer que a gravata de Moscou na Alemanha Oriental possibilitasse aos soviéticos saírem como os campeões da unidade alemã ou criarem uma Alemanha solta na fronteira francesa. O velho pesadelo francês sobre a Alemanha tornou-se o pesadelo de um possível acerto germano-soviético.

De Gaulle respondeu com sua ousadia de sempre. A França admitiria o poder econômico e militar alemão, mesmo sua primazia nessas áreas, e apoiaria a unificação alemã em troca do que Bonn reconheceria a liderança *política* da França na Europa. Foi um cálculo frio, não uma grande paixão; De Gaulle certamente não morreu infeliz porque a Alemanha não se unificou novamente durante sua vida.

Tentando um equilíbrio entre a intransigência vigorosa de De Gaulle e a busca de Macmillan por negociações demonstrativas, Dulles recorreu à sua tática familiar de confundir a questão, afogando-a em detalhes legalísticos, os quais, segundo o seu modo de pensar, lhe tinham sido tão úteis na crise de Suez. Em 24 de novembro de 1958, duas semanas após o discurso ameaçador de Krushev, Dulles começou a examinar opções para mudar os procedimentos de acesso sem, na realidade, ceder substancialmente. Escreveu a Adenauer afirmando que iria tentar “fazer com que a União Soviética cumprisse suas obrigações”, enquanto, simultaneamente, lidaria “em uma base *de fato*, com funcionários inferiores da *República Democrática Alemã* (RDA), desde que estes apenas cumprissem superficialmente as presentes disposições”.¹⁹ Numa entrevista, em 26 de novembro, Dulles abordou a ideia de que funcionários alemães orientais poderiam atuar “como agentes” para a União Soviética — truque remanescente da Associação de Usuários da crise de Suez (vide [Capítulo 21](#)).²⁰

Em entrevista de 13 de janeiro de 1959, Dulles deu mais um passo e sinalizou uma mudança na posição histórica americana em relação à unificação alemã. Após argumentar que eleições livres eram o “modo natural” de unificar a Alemanha, acrescentou: “Não diria que é o único modo como a reunificação pode ser feita”.²¹ Até mesmo admitiu algum tipo de confederação dos dois estados alemães: “Há todos os tipos de métodos pelos quais países e povos se unem [...]”.²² Insinuou claramente que a responsabilidade pela unificação poderia ser transferida dos aliados para os próprios alemães, eliminando a essência da política de Adenauer.

A reação alemã era previsível, mas ninguém a previu. Willy Brandt, então prefeito de Berlim, mostrou “surpresa e consternação”. A teoria do agente, de Dulles, afirmou Brandt, estimularia os soviéticos a uma atitude ainda mais “inflexível”.²³

Truculência não era o estilo de Adenauer. Ele também admirava Dulles. Contudo, reagiu às reflexões de Dulles muito como Eden o fizera durante Suez. Em conversa com o embaixador David Bruce, Adenauer argumentou, emocionalmente, que as declarações de Dulles estavam minando a política do seu governo, que era a unificação através do Ocidente, com base em eleições livres. “[...] A confederação sob qualquer forma”, insistiu ele, seria “totalmente inaceitável”.²⁴

A diferença de perspectivas ficou dolorosamente clara, em meados de janeiro de 1959, quando Adenauer enviou o subsecretário permanente para assuntos políticos do ministério do exterior, Herbert Dittmann, a Washington para expressar seu “choque” diante da proposta soviética para um tratado de paz alemão e para instar numa posição de negociação baseada na política estabelecida do Ocidente. O correspondente a Dittmann, o subsecretário de estado americano, Livingston Merchant, deixou claro que, nessa crise, Adenauer não poderia contar com o total apoio habitual de Dulles. Dulles, argumentou ele, desejava evitar qualquer “posição extrema”, e “levar os russos para a mesa de conferências”. Os alemães poderiam contribuir “fornecendo novas ideias”.²⁵ À medida que a crise evoluiu, toda vez que os Estados

Unidos e a Inglaterra solicitavam “novas ideias”, estavam usando um eufemismo para aumentar o *status* do regime alemão oriental ou para achar a fórmula que atendesse a alguma exigência soviética.

Era irônico que a Inglaterra e os Estados Unidos estivessem estimulando a Alemanha a tomar um caminho que quase certamente conduziria a um maior nacionalismo alemão, enquanto Adenauer, confiando muito menos em seus conterrâneos, permaneceu determinado em não expô-los a essa tentação. Eisenhower e Macmillan depositavam fé na conversão dos alemães; Adenauer não esquecia do seu pecado original.

Macmillan foi o primeiro a sair de forma. Em 21 de fevereiro de 1959, viajou sozinho até Moscou para “conversas exploratórias”. Considerando que Adenauer desaprovava toda a iniciativa e inexistia consenso aliado, a “exploração” de Macmillan acerca de quais concessões poderiam se oferecer, deveria ter incluído o catálogo já familiar de “melhorias” nos procedimentos de acesso, juntamente com o apelo costumeiro à paz baseada nas relações pessoais entre os líderes mundiais.

Kruschev interpretou a visita de Macmillan como nova confirmação da mudança favorável no equilíbrio de forças e augúrio de coisas ainda melhores. Durante a visita de Macmillan, Kruschev fez um discurso violento, reafirmando suas exigências em estilo inflexível. Noutro discurso, após a partida do primeiro-ministro, ele descartou a opinião de Macmillan de que boas relações pessoais entre os líderes mundiais facilitariam o caminho da paz: “A história nos ensina que não são conferências que alteram fronteiras de estados. As decisões das conferências só podem refletir o novo alinhamento de forças. E este resulta da vitória ou rendição no fim de uma guerra, ou de outras circunstâncias”.²⁶ Indisfarçada profissão de *Realpolitik* que poderia muito bem ter saído da boca de Richelieu ou Bismarck.

Depois do acesso emocional de Adenauer, Dulles recuou. Em 29 de janeiro, abandonou a “teoria do agente” e parou de sugerir a confederação como um caminho para a unidade alemã. O recuo de

Dulles, no entanto, era tático. As convicções não haviam mudado, nem as personalidades. Como na crise de Suez, dois anos antes, a política americana dependia da reconciliação das nuances sutis da diferença entre as abordagens de Eisenhower e Dulles. Pela sua própria análise do sistema soviético, Dulles, muito provavelmente, compreendia o ponto de vista de Adenauer e concordava em grande parte. Mas, como ocorrera antes, Dulles tinha de descobrir como relacionar sua estratégia à abordagem muito mais elementar de Eisenhower.

Afinal, a maioria das questões que preocupavam Adenauer pareciam teóricas a Eisenhower, se não irrelevantes. Foi, de fato, uma sorte que Krushev não conhecesse as rumações pessoais de Eisenhower. Já em 27 de novembro de 1958 — dia do ultimato formal de Krushev — Eisenhower indicou, em conversa telefônica com Dulles, que era receptivo à ideia de uma cidade livre sem tropas americanas, desde que Berlim e suas rotas de acesso estivessem sob jurisdição das Nações Unidas.

Quando conselheiros presidenciais e ministros discordam de seu chefe, têm de decidir se defendem sua posição enquanto o desacordo ainda for em grande parte teórico ou se irão esperar pelo momento da decisão em si. A resposta determina a influência futura, pois presidentes são, em geral, pessoas de vontade marcante, que só se podem contrariar poucas vezes. Se os conselheiros optam por contrariar em casos hipotéticos, correm o risco de gerar acrimônia desnecessária, visto que o presidente pode mudar de ideia sozinho. Por outro lado, se esperam pelos acontecimentos, correm o risco de ser ultrapassados. Dulles optou pelo meio-termo. Advertindo Eisenhower contra “acordos de papel”, ele avisou que manter Berlim livre exigia a presença de tropas americanas.²⁷ No final, o momento da verdadeira decisão não chegou. Àquela altura, Dulles já era doente terminal e morreu seis meses depois, em 24 de maio de 1959.

Em 1º de julho, Eisenhower voltou ao seu tema da acomodação. Num encontro com o vice-primeiro-ministro soviético, Frol Kozlov, respondeu à queixa soviética de que a posição

americana em relação a Berlim era ilógica. “Admitimos que seja ilógica, mas não abandonaremos nossos direitos e responsabilidades — a menos que se crie um modo para isso”.²⁸ Preservar os próprios direitos até que haja um modo de abandoná-los não é exatamente um grito de guerra.

Em Camp David, em setembro de 1959, Eisenhower disse a Krushev que os Estados Unidos não tinham a menor intenção de ficar eternamente em Berlim. “É claro”, afirmou ele, “que lá não contemplamos a possibilidade de 50 anos de ocupação”.²⁹ Dar a entender que havia o risco de uma guerra nuclear por uma cidade que se espera deixar também não é um grande grito de guerra.

Em 28 de setembro, Eisenhower foi além, admitindo, em essência, a premissa básica soviética — que a situação em Berlim era, de fato, “anormal”. “Foi criada por uma trégua, uma trégua militar, um armistício após o fim da guerra, e este, estranhamente, deixou algumas — ou muitas — pessoas livres em uma situação bastante constrangedora”.³⁰

É doloroso supor o que poderia ter acontecido, se Krushev insistisse no desafio soviético ou tivesse formulado algum “compromisso”, baseado nas numerosas sugestões que recebia. Felizmente, a atenção limitada de Krushev, a avaliação equivocada da sua própria força relativa e, talvez, divisões dentro da liderança soviética conspiraram para dar uma qualidade estranhamente inconclusiva à conduta soviética. Os ultimatos de Krushev alternaram-se com períodos de calma, durante os quais prazos finais foram e vieram, sem que o líder soviético tenha fincado pé no cumprimento de suas exigências ou em uma negociação. Aquilo teria revelado o quão decididos os aliados realmente estavam; isso teria verificado a disposição óbvia, pelo menos da Inglaterra e dos Estados Unidos, de modificar o acesso a Berlim e o *status* da cidade. A incapacidade de Krushev ater-se aos seus objetivos poupou a Aliança Atlântica do que poderia ter sido sua maior crise.

Krushev não buscou de maneira consistente nem a confrontação nem a negociação. Só isso já deveria ter levantado

alguma dúvida, entre os ocidentais, sobre a coerência do sistema soviético. Ameaçar uma guerra nuclear e desafiar o *status quo* europeu sem ter uma estratégia que levasse, pelo menos, a um desfecho diplomático, foi uma amostra da paralisia que atingiu o sistema soviético, cerca de 20 anos depois. Krushev, aparentemente, viu-se preso em seu *politburo*, entre a linha dura dos *hawks*, os “falcões”, os quais, acreditando em suas afirmações de que houvera uma alteração no equilíbrio de poder, achavam que o Ocidente não estava oferecendo o suficiente, e a outra linha, dos *doves*, os “pombos”, que, cientes das verdadeiras realidades militares, relutavam em correr até mesmo o menor risco de uma guerra com os Estados Unidos.

No meio desse estranho processo, Krushev permitiu que seu primeiro ultimato caducasse sem ter nada que mostrar por ele, além de uma conferência de ministros do exterior, duas semanas antes da expiração do seu prazo fatal. Esta reunião não fez progressos, pois Andrei Gromyko, recém-nomeado ministro do exterior, usou a ocasião para polir sua espantosa capacidade de criar obstruções, com a qual iria atormentar os ministros do exterior das democracias por toda uma geração. Na realidade, não era de impasse que os soviéticos precisavam, pois o ultimato estava expirando. Mas ele permitiu que Eisenhower ganhasse um pouco mais de tempo ao convidar Krushev para visitar os Estados Unidos.

O governante soviético viajou pelos Estados Unidos, de 15 a 27 de setembro de 1959, provocando o mesmo tipo de reação pública eufórica evocada pela Conferência de Genebra, quatro anos antes. Mais uma vez, o encontro dos dois chefes de governo destacou a atmosfera sobre a substância, o que se evidencia pelo *slogan* do “espírito de Camp David”. A revista *Newsweek* publicou um quadro, mostrando que as pretensas realizações da visita superavam de muito suas falhas. E quaisquer que fossem essas falhas, dizia, deviam-se à incapacidade dos líderes em fazer progressos na questão de Berlim — como se este fosse um assunto de segunda categoria. A lista das realizações incluía trocas culturais, aumento nas relações comerciais e maior cooperação científica, nada do que

comportava um encontro de chefes de governo. O benefício mais citado era o que o líder soviético supostamente deveria estar aprendendo acerca dos seus anfitriões, refletindo a crença-padrão americana de que as lutas entre nações são causadas mais por mal-entendidos que por interesses conflitantes, e que ninguém seria capaz de vir, ver e voltar ainda hostil aos Estados Unidos.

De acordo com uma pesquisa da *Newsweek*, os americanos achavam que Krushev havia, finalmente, compreendido “que todos os americanos, desde o presidente até o último, desejavam verdadeiramente a paz”.³¹ Se esta era mesmo a opinião de Krushev, o efeito foi, certamente, contrário. De qualquer maneira, deve ter guardado essa visão específica como segredo de estado. Algumas semanas depois, no início de dezembro, Krushev gabou-se de que “o mundo capitalista treme sob os golpes do campo socialista [...] Nós temos a força de vontade para vencer”.³²

Eisenhower também saiu do encontro de cúpula com praticamente a mesma convicção com que entrou: continuava disposto, se não ansioso, a alterar o *status* de Berlim. No final do encontro, em 1º de outubro, Eisenhower descreveu sua ideia de boa solução para a crise ao seu conselheiro de segurança nacional, Gordon Gray:

Não devemos esquecer que Berlim é uma situação anormal; que foi necessário viver com esta realidade, advinda de alguns erros dos nossos líderes — Churchill e Roosevelt. Contudo, ele (Eisenhower) sentia que tinha de haver alguma forma de se criar algum tipo de cidade livre que, de alguma maneira, pudesse ser parte da Alemanha Ocidental, o que talvez exigisse as Nações Unidas como fiadora da liberdade, da proteção e da segurança da cidade, que teria *status* desarmado, exceto pelas forças policiais. Reiterou que chegava a hora e talvez em breve tivéssemos, simplesmente, de retirar nossas forças.³³

Com Krushev abençoadamente relutante em explorar estas ou quaisquer outras noções, os aliados ocidentais atingiram, por gravidade, o seu principal objetivo de ganhar tempo. Em 1955, a Conferência de Genebra permitira a Krushev obter uma distensão

sem fazer concessões substanciais; em 1959, Eisenhower conseguiu o mesmo, ao invocar o chamado espírito de Camp David.

O principal resultado de Camp David foi outro adiamento. Eisenhower e Krushev concordaram em convocar uma reunião das quatro potências ocupantes de Berlim. Mas Eisenhower queria, primeiro, consultar seus aliados. De Gaulle recusou o convite para a cúpula a menos que, antes, Krushev fizesse uma visita oficial a Paris. Em virtude dessas condições, a data possível para a reunião de cúpula, a ser realizada em Paris, foi maio de 1960. Acontece que duas semanas antes, o avião-espião americano U-2 foi abatido na União Soviética. Aquele voo deu a Krushev o pretexto para arruinar toda a conferência que, àquela altura, já consumira mais de um ano de gestação. Enfim, foi melhor, pois a posição de recuo americana a respeito de Berlim era o plano de uma "cidade garantida", que incorporava muitas das elucubrações de Eisenhower para Gordon Gray. Na prática, o esquema só diferia da proposta de cidade livre de Krushev no rótulo do novo *status* da cidade.

Embora por vários dias os aliados ocidentais temessem que Krushev finalmente tivesse o pretexto para botar as cartas na mesa, logo ficou evidente que o líder soviético buscava exatamente o oposto — um pretexto para evitar o *showdown*. A truculência verbal substituiu a confrontação que Krushev ameaçara tão firmemente quanto recuou da mesma. Contra todas as expectativas, quando parou em Berlim voltando da abortada conferência de Paris, Krushev anunciou novo adiamento do seu prazo final, desta vez, até depois das eleições presidenciais americanas.

Quando John F. Kennedy assumiu a presidência, quase três anos haviam se passado desde o primeiro ultimato de Krushev. O passar do tempo reduzira progressivamente a credibilidade de sua ameaça, como também a sensação global de perigo. Quando a questão de Berlim parecia estar se acalmando, a fracassada tentativa do governo Kennedy de derrubar Castro, na Baía dos Porcos, e sua indecisão quanto ao Laos, aparentemente convenceram Krushev de que Kennedy era mais fácil de ser intimidado. Num encontro de cúpula com Kennedy em Viena, no início de junho de 1961, Krushev

restabeleceu o prazo final de seis meses, abrindo um dos períodos mais intensos de confrontação de toda a Guerra Fria.

Relatando o encontro, em 15 de junho, Krushev disse ao mundo que o tratado de paz alemão não poderia mais ser adiado: “Um acordo de paz na Europa deve ser obtido este ano”. Para um dos seus discursos, Krushev apareceu fardado de general de exército, posto honorário que Stalin lhe conferira durante a guerra. Em outra ocasião, Krushev disse ao embaixador inglês que bastavam seis bombas atômicas para destruir a Inglaterra e nove para eliminar a França.³⁴ Em setembro de 1960, Krushev cancelou a proibição informal de testes nucleares que, por três anos, ambos os lados haviam observado. Como parte do seu programa de testes, a União Soviética provocou uma explosão monstruosa de 50 megatons.

As exigências de Krushev para o acordo de encerramento da guerra não eram novas. Churchill insistira num acordo de fim de guerra já em 1943; Stalin propusera outro em sua Nota de Paz, de 1952; George Kennan advogara um acordo relativo à Alemanha, em meio a década de 1950. Mas, ao contrário de outras guerras, não haveria nenhum acordo de encerramento da Segunda Guerra Mundial. As esferas de influência americana e soviética seriam formadas passo a passo e por aquiescência a *faits accomplis* em lugar de acordos formais.

Na definição das esferas de influência europeias, o ato final começou às primeiras horas de 13 de agosto de 1961. Os berlinenses ocidentais acordaram virtualmente aprisionados. Os alemães orientais haviam levantado obstáculos com serpentinas de arame farpado entre o setor soviético de Berlim e os setores ocupados pelas três potências ocidentais e uma cerca ao redor de toda a cidade de Berlim. Famílias em lados opostos daquele muro foram separadas. Com o passar dos dias, o muro foi reforçado; concreto, minas terrestres e cães de guarda tornaram-se os símbolos da cidade dividida e da desumanidade comunista. Foi revelada ao mundo a falência de um regime comunista, incapaz de induzir os próprios cidadãos a permanecerem dentro de seu país. Mas os

líderes comunistas haviam obturado o vasamento no dique do bloco soviético — pelo menos temporariamente.

A construção do muro alertou as democracias para seu dilema em Berlim. Dispunham-se a defender a liberdade de Berlim contra a agressão aberta, mas não se haviam decidido quanto a uma resposta abaixo desse nível, aliás, nem como definir a agressão. Kennedy logo viu que a construção do muro não se enquadrava na definição americana de agressão e decidiu não contestá-la militarmente. A linha americana de não dar importância à construção do muro ficou ostensiva quando, no próprio dia em que este foi inicialmente levantado, Kennedy foi velejar e o secretário de estado Rusk foi a um jogo de beisebol. Não houve um clima de crise em Washington.

Na verdade, as opções militares de Kennedy eram poucas. Se a tropa americana removesse o obstáculo no seu setor da fronteira, poderia haver um muro reconstruído algumas centenas de metros mais atrás. E aí entrariam em Berlim Oriental para derrubá-lo? Apoiaria o povo do Ocidente uma guerra pelo livre movimento *dentro* de Berlim — quando, na prática, Berlim Oriental, havia muito, era aceita como capital do satélite comunista alemão oriental?

Ao ficar claro que os Estados Unidos não reagiriam pela força à construção do muro, Berlim Ocidental e a República Federal tiveram o choque de quando se encontra uma realidade que se conhecia no subconsciente, porém com medo de admiti-la. No mais tardar, após a Rebelião Húngara, deveria estar claro que o Ocidente não desafiaria militarmente as esferas de influência que se iam impondo. Brandt diria depois que sua *Ostpolitik* (*política do leste*), que levou ao reconhecimento do regime alemão oriental, resultou do desencanto com a reação americana à construção do muro. Talvez, no entanto, o choque dos alemães fosse bem maior se resultasse uma guerra do esforço de derrubá-lo. Até mesmo Adenauer disse a Acheson que não queria Berlim defendida por uma guerra nuclear, cansado de saber que não existia outro meio de defendê-la.

Ambas as superpotências continuaram as manobras para determinar tanto seus compromissos quanto os seus limites. Em julho, Kennedy aumentou substancialmente o orçamento de defesa americano, convocou reservistas e destacou mais forças para a Europa. Em agosto de 1961, após a construção do muro, Kennedy despachou 1.500 homens pela *Autobahn*, através da zona soviética da Alemanha, para ver se os soviéticos os detinham. Chegando sem problemas, a tropa foi recebida com um discurso vibrante do vice-presidente Johnson, que voara na frente para saudá-las. Pouco depois, o general Lucius Clay, herói do bloqueio de Berlim de 1948, foi nomeado representante pessoal do presidente em Berlim. Kennedy ligava a credibilidade americana à liberdade de Berlim.

Kruschev metera-se de novo no mesmo impasse do tempo de Eisenhower. Seu rompante causou uma reação americana que ele não quis desafiar. Relatos do coronel Oleg Penkovsky, o extraordinário espião americano infiltrado no serviço secreto militar soviético, revelaram que oficiais soviéticos de alto nível estavam bem cientes de sua falta de preparo e, frequentemente, reclamavam entre si da imprudência de Kruschev.³⁵ Ainda em 1960, Eisenhower não caíra no blefe de Kruschev, dizendo a um visitante que, em caso de guerra, estaria muito mais preocupado com a precipitação radioativa das próprias armas americanas que com a retaliação soviética. Tornando-se presidente, Kennedy também percebeu rapidamente que a União Soviética era inferior em poder estratégico global.

Este estado de coisas favoreceu o lado que desejava manter o *status quo*. Por outro lado, Kennedy foi ainda mais explícito que Eisenhower, na relutância em correr o menor risco de uma guerra nuclear por causa de Berlim. Na volta do encontro de cúpula com Kruschev em Viena, ele comentou:

[...] parece-me grande estupidez arriscar a morte de um milhão de americanos por uma discussão sobre direitos de acesso em uma *Autobahn* [...] ou porque os alemães querem a Alemanha reunificada. Se vou ameaçar a Rússia com uma guerra nuclear, terá de ser por motivos muito maiores e mais importantes que estes.³⁶

A estratégia de Eisenhower fora extraída do texto original da política de contenção. Ele empenhou-se em deter os soviéticos onde quer que desafiassem o Ocidente. As metas de Kennedy eram mais ambiciosas. Esperava encerrar o conflito soviético-americano de uma vez por todas, por via de negociações diretas entre as superpotências, e utilizar a crise de Berlim como ponto de inflexão. A Casa Branca de Kennedy pressionou, portanto, por uma diplomacia mais flexível em Berlim, unilateral se necessário. Para Eisenhower, Berlim se tornara uma ameaça a ser suportada e superada pelo tempo; para Kennedy, era uma parada intermediária na estrada para seu projeto de nova ordem mundial. Eisenhower ou Dulles produziram fórmulas para esvaziar uma ameaça específica; Kennedy queria eliminar um obstáculo permanente à paz.

As atitudes dos dois presidentes em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) também diferiam. Eisenhower havia comandado a aliança na guerra, na Europa; Kennedy tomara parte na guerra do Pacífico, onde o esforço americano foi muito mais nacional e unilateral. Kennedy não estava disposto a conceder aos aliados um veto a negociações, na verdade preferia lidar diretamente com a União Soviética, como se vê na sua diretriz presidencial ao secretário de estado Dean Rusk, datada de 21 de agosto de 1961, uma semana depois do aparecimento do Muro de Berlim:

Continuam sem solução o calendário de negociações e a substância da posição ocidental, não me parecendo mais que possa haver um bom progresso apenas com discussões entre as Quatro Potências. Acredito que deveríamos agir logo na busca de uma posição forte dos Estados Unidos em ambos os pontos e deixar claro que não vamos aceitar vetos de nenhuma outra potência [...] Esta semana temos de deixar claro aos nossos três aliados que esta é a nossa intenção e eles que nos acompanhem ou fiquem para trás.³⁷

Cumprindo essa diretriz, Dean Rusk abandonou as negociações entre as quatro potências em favor do diálogo direto com Moscou. Rusk e Gromyko encontraram-se algumas vezes, durante aquele outono, nas Nações Unidas. Outras conversações ocorreram entre o

embaixador Thompson e Gromyko, em Moscou. Contudo, os soviéticos não concordaram sequer com uma agenda para negociações relativas à questão de Berlim.

O problema foi que cada lado viu-se num dilema característico da Era Nuclear. Poderiam empregar suas forças nucleares pela sua sobrevivência, mas essas armas não se prestavam a transformações positivas. A qualquer nível de superioridade calculável, o risco de uma guerra nuclear era desproporcional a qualquer objetivo. Mesmo um risco de guerra de 5% é intolerável quando envolve a destruição total de nossa sociedade — aliás, da civilização. No final, portanto, cada lado recuou diante do risco de uma guerra.

Ao mesmo tempo, nenhum dos lados estava em condições de substituir a força pela diplomacia. Apesar da tensão crescente, os argumentos a favor do *status quo* sempre pareciam superar o impulso de modificá-lo. Do lado das democracias, um consenso aliado provou-se impossível; do lado comunista, a fanfarronice de Krushev pode ter elevado as expectativas dos seus colegas a tal ponto que até as principais concessões que o Ocidente estava disposto a fazer pareciam insuficientes aos linhas-duras do Kremlin. Por fim, Krushev tentou romper o impasse com sua aventura desastrosa de instalar mísseis em Cuba, mostrando a que ponto as apostas tinham de subir para que a força militar pudesse afetar a diplomacia.

Essa tendência à imobilização impunha ao fracasso os esforços do governo Kennedy para romper o impasse por meio de iniciativas diplomáticas. Qualquer concessão que Krushev talvez aceitasse enfraqueceria a Aliança Atlântica, e qualquer acordo tolerável para as democracias enfraqueceria Krushev.

A procura do governo Kennedy por pelo menos uma exigência da lista soviética que se pudesse atender sem risco estava fadada ao insucesso. Em 28 de agosto de 1961, McGeorge Bundy, assessor de segurança nacional de Kennedy, resumiu o pensamento da Casa Branca em um memorando ao presidente:

A principal linha de pensamento entre os que ora estão debruçados no trabalho de fixar a substância de nossa posição é que podemos e devemos andar na direção do reconhecimento da RDA, da aceitação da linha Oder-Neisse, de um pacto de não agressão e até mesmo da ideia de dois tratados de paz.³⁸

O memorando não dizia o que os Estados Unidos esperavam receber em troca.

Essas atitudes tornaram inevitável que Washington se distanciasse gradualmente de Adenauer. Em 22 de setembro, um vazamento de informações do governo dizia claramente:

Fonte oficial americana solicitou hoje à Alemanha Ocidental que aceite, em seu próprio interesse, a "realidade" da existência de dois estados alemães.

Disse a fonte que a Alemanha Ocidental teria melhores chances de conseguir a reunificação alemã "conversando com os alemães orientais" que os ignorando.³⁹

Em dezembro de 1961, Bundy tentou tranquilizar Bonn mencionando o propósito americano "fundamental" de garantir que o povo alemão "não terá motivo para arrenpender-se da confiança depositada em nós". Ao mesmo tempo, advertiu que não se confundisse esta nota animadora como um cheque em branco: "Não podemos dar — e nenhum estadista alemão jamais pediu — direito de veto alemão à política do Ocidente. Uma parceria de homens livres não se move à voz de comando de um dos membros".⁴⁰

Na realidade, estas frases conciliatórias se anulavam. Como as posições americana e alemã eram inconciliáveis, e considerando que a Alemanha era totalmente dependente dos Estados Unidos para a defesa de Berlim, negar um veto a Bonn só poderia ter uma das duas consequências: arriscar uma guerra por uma causa em que o governo Kennedy declarara não acreditar, ou impor a Bonn pontos de vista já rejeitados pelos líderes alemães. A primeira linha não passaria no congresso ou pela opinião pública americana; a outra anularia o compromisso da Alemanha com o Ocidente, destruindo a coesão da Aliança Atlântica.

As relações entre Washington e Bonn tornaram-se mais irritadiças. Temendo um impasse e um rompimento com Adenauer, o Departamento de Estado relutou em assumir uma posição e não cumpriu a diretriz de Kennedy, de realizar negociações diretas com Moscou — ou melhor, fazia reuniões sem entrar com ideias novas. Se Krushev tivesse senso de proporção, teria notado que era o momento para ver qual das várias pistas ocidentais poderia se traduzir em moeda forte política. Pelo contrário, ele continuou aumentando a aposta e evitando negociações.

Durante esse período de suspensão da diplomacia e de tensão interaliada, eu estive na periferia da formulação política da Casa Branca, como consultor do Conselho de Segurança Nacional. Embora ciente das questões em debate e das várias contracorrentes em torno do presidente, não participei pessoalmente das decisões finais. Tradicionalistas da Otan — em especial Acheson, que funcionou como consultor externo, nos intervalos em que sua língua afiada não o fazia cair em desgraça — inclinavam-se a não negociar de maneira nenhuma. Como De Gaulle e Adenauer, eles não viam melhora possível em nenhum novo tipo de acesso e só esperavam brigas das tentativas de negociar a unificação alemã.

Por mais que admirasse Acheson, eu não acreditava que uma estratégia de completa obstrução fosse possível. Quando Krushev quisesse, ele poderia forçar uma negociação. Nenhum líder ocidental, nem mesmo De Gaulle, poderia apresentar a seu povo a necessidade de um *showdown* das cartas, sem primeiro convencer que usara de todos os meios possíveis para evitá-lo. Achando perigoso negociar sobre uma agenda soviética, achei importante evitar isso com um plano americano para o futuro da Alemanha. Eu temia pela coesão dos aliados se as decisões fossem delegadas a uma conferência ou deixadas à mercê de prazos fatais. Em termos de procedimento, eu era a favor da negociação; em termos de substância, aproximava-me das posições tradicionais de Adenauer e Acheson.

Meu breve período na Casa Branca, nos anos Kennedy, propiciou-me uma série de encontros com Adenauer. Estes serviram

para mostrar-me, dolorosamente, até que ponto a crise de Berlim criara desconfiança entre aliados tão próximos até então. Em 1958, pouco depois da publicação de meu livro *Nuclear weapons and foreign policy*,⁴¹ Adenauer convidara-me a visitá-lo, embora eu fosse um professor relativamente novo e desconhecido. Durante aquela conversa, Adenauer disse-me enfaticamente que eu não me enganasse pela aparência de um bloco comunista monolítico do Báltico até o sudeste da Ásia: na opinião dele, era inevitável um rompimento entre a China e a União Soviética. Esperava, afirmou, que quando isso ocorresse as democracias estivessem preparadas para tirar proveito do episódio.

Eu jamais ouvira tal ideia antes, tampouco acreditei nela. Adenauer deve ter interpretado meu silêncio de estupefação como aquiescência, pois quando se encontrou com Kennedy, três anos depois, ele concluiu uma peroração sobre a inevitável ruptura sino-soviética, mencionando que eu concordava com ele. Pouco depois, recebi um recado de Kennedy dizendo que ficaria grato se, doravante, eu compartilhasse minhas visões geopolíticas não só com o chanceler alemão, mas também com ele.

Supondo — talvez em consequência desta conversa entre Adenauer e Kennedy — que eu era mais próximo de Adenauer do que provavelmente era, a Casa Branca pediu-me, no início de 1962, que tentasse mitigar as preocupações do chanceler, cada vez mais vocativas, referentes à política de Berlim do governo Kennedy. Eu deveria informar Adenauer sobre a visão americana das negociações, sobre o planejamento da contingência militar para Berlim e, como consideração especial, sobre a capacidade nuclear dos Estados Unidos que, me foi dito, jamais fora revelada para nenhum aliado, exceto a Inglaterra.

Foi uma tarefa e tanto. Mal comecei minha apresentação, Adenauer interrompeu-me: “Eles já me disseram isso em Washington. Não me impressionou lá; por que acham eles que havia de me impressionar aqui?”. Retruquei bruscamente que eu não era funcionário do governo, que me fora solicitado fazer-lhe uma visita a

fim de atenuar suas preocupações e que ele deveria ouvir até o fim antes de tirar conclusões.

Adenauer ficou perplexo. Perguntou-me quanto do meu tempo era gasto como consultor da Casa Branca. Quando lhe respondi cerca de 25%, ele replicou calmamente: "Nesse caso, vou considerar que você está me contando 75% da verdade". Isso foi dito na presença do embaixador americano, Walter C. Dowling, que, pela fórmula de Adenauer, devia mentir o tempo inteiro.

Mas mesmo naquele ponto baixo das relações germano-americanas, Adenauer demonstrou que, para ele, confiabilidade era um imperativo moral. Embora estratégia nuclear não fosse um campo de interesse que consumisse o seu tempo, ele apreciou profundamente o sinal de confiança implícito no relatório nuclear que Washington lhe enviara por meu intermédio. Tendo emigrado da Alemanha, havia aproximadamente 25 anos, aos 15 de idade, não achei que meu vocabulário alemão fosse suficiente para uma conversa sobre armas nucleares, e conduzi minha parte da conversa em inglês. Nosso intérprete era um membro da equipe do chanceler. Vinte e cinco anos depois, aquele funcionário, que à época já era idoso e aposentado, escreveu-me para dizer que, como qualquer intérprete que valha o seu salário, ele fizera um registro do relato nuclear e o entregara a Adenauer. A resposta do chanceler foi que dera sua palavra de que o relato seria mantido confidencial; portanto, ter até mesmo uma só cópia de arquivo era incompatível com a promessa. E mandou que todos os registros daquela parte de nossa conversa fossem destruídos.

Não obstante, em abril de 1962, as relações germano-americanas estavam fora de controle. Em 21 de abril, vazou a informação de um plano americano a respeito de uma "autoridade de acesso internacional" para controlar o trânsito de entrada e saída de Berlim. A instituição consistiria de cinco partes ocidentais (as três potências ocidentais ocupantes, a República Federal e Berlim Ocidental), cinco participantes comunistas (União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e Berlim Oriental) e três participações neutras (Suécia, Suíça e Áustria). A unificação

seria tratada por uma série de comitês, compostos de partes iguais de funcionários das Alemanhas Oriental e Ocidental.

Como era de esperar, Adenauer foi inflexivelmente contrário à criação de uma autoridade de acesso, especialmente se as Alemanhas, Oriental e Ocidental, nela tivessem *status* igual. Além disso, a participação de representantes de Berlim, tanto Oriental como Ocidental, degradaria seu *status*, já frágil, de cidade de quatro potências, acentuando ainda mais o papel da Alemanha Oriental. Com o número de comunistas, na autoridade de acesso, equivalente ao número de representantes das democracias, três países fracos e neutros, sujeitos à chantagem soviética, teriam a voz decisiva. Adenauer considerou tudo isso um pobre substituto do compromisso americano.

Adenauer decidiu furar o tumor, dando o que foi para ele o passo sem precedentes de criticar em público seu principal aliado. Numa entrevista coletiva, em 7 de maio de 1962, recusou enfaticamente a Autoridade de Acesso Internacional.

Na minha opinião, este plano não pode ser executado. É fácil ver que, no final, três países, a saber, a Suécia, a Áustria e a Suíça, terão a voz decisiva, pois os votos dos povos do Leste e do Oeste provavelmente empatarão. Ora bem, gostaria de vos perguntar se estes países responderiam que sim, consultados se estariam gostando do papel. Acredito que não!⁴²

Para ressaltar seu descontentamento, Adenauer acrescentou uma estocada na tentativa do governo Kennedy de dar prioridade maior ao mundo em desenvolvimento: "Também eu sou contra as colônias, e inteiramente a favor do auxílio ao desenvolvimento. Mas exijo que aos 16 milhões de alemães (da Alemanha Oriental) também seja permitido viver suas próprias vidas. Diremos isso aos nossos amigos e aos nossos inimigos".⁴³

Essas diferenças jamais se resolveram. Em 17 de julho de 1962, Kennedy ainda dizia a Anatoly Dobrynin, novo embaixador soviético, que "poderia muito bem haver outras questões sobre as quais estaríamos dispostos a pressionar os alemães duramente, como por

exemplo a estrutura de uma autoridade de acesso".⁴⁴ Como Adenauer já tinha posição pública e clara de objeção a tal autoridade, a sua composição e a sua função, Krushev deveria saber que tinha em mãos a chave para desencadear uma grande crise no interior da Aliança Atlântica.

Surpreendentemente, quando o sucesso soviético estava à mão, Krushev mudou completamente de rumo. Tentando alcançar, com uma só tacada, o êxito que lhe fugira durante os últimos três anos, Krushev colocou em Cuba mísseis de alcance intermediário. Obviamente calculara que, se fosse bem-sucedido nesta aventura, seria esmagadora a sua posição de barganha numa eventual negociação sobre Berlim. Pela mesma razão, Kennedy não podia permitir essa extensão de poder estratégico soviético no hemisfério ocidental. Sua administração ousada e hábil da crise não só forçou Krushev a retirar os mísseis soviéticos como também, durante o processo, a despir sua diplomacia de Berlim de qualquer credibilidade que ainda restasse.

Reconhecendo que esgotara os recursos, Krushev anunciou, em janeiro de 1963, que o "sucesso" do Muro de Berlim tornara desnecessário um acordo de paz em separado com Berlim. A crise de Berlim terminara. Havia durado cinco anos. No seu decorrer, os aliados mantiveram sua posição em todas as questões mais essenciais — embora vacilando muito. Do seu lado, Krushev não obtivera nada além da construção de um muro para evitar que os indispostos súditos da Alemanha Oriental fugissem da utopia comunista.

Foi um acaso, para o Ocidente, que Krushev superestimasse suas próprias cartas, pois a aliança chegou perigosamente perto do rompimento. A posição americana em ambos os governos — Eisenhower e Kennedy — baseou-se na tradicional máxima americana de que os Estados Unidos se opõem às mudanças pela força, não às mudanças como tal. Como declaração acadêmica, nada havia nela de excepcional, desde que ficasse claro que o resultado da crise seria julgado pela substância e não pelo método.

E em termos de substância, os vários esquemas considerados nos governos Eisenhower e Kennedy eram extremamente arriscados. Tinham todos o inconveniente comum de alterarem a estrutura existente na direção desejada pelos soviéticos. Nem poderia ser de outra maneira, pois a União Soviética certamente não iniciara a crise para piorar de posição. Cada *quid pro quo* proposto teria obrigado a União Soviética a trocar uma ameaça que jamais deveria ter feito, por alguma melhoria objetiva no *status* do seu satélite alemão oriental e a modificação dos procedimentos de acesso. O pesadelo duplo de Adenauer — os comunistas alemães donos de meios para explorar a vulnerabilidade de Berlim, e um hiato entre as obrigações de Bonn com a aliança e sua aspiração pela unidade nacional — era inerente a qualquer dos esquemas propostos de negociação.

Dean Acheson, que estivera, em suas próprias palavras, “presente à criação” do sistema de aliança do pós-guerra, viu isso claramente. Numa carta a Truman, em 21 de setembro de 1961, previu uma derrota ocidental humilhante em Berlim, “vestida de estadismo da nova ordem”.⁴⁵ Se tal derrota se tornasse inevitável, argumentava Acheson, o futuro da aliança ocidental dependeria de quem fosse o responsável pela derrocada. “É melhor”, escreveu ele ao general Lucius Clay, em janeiro de 1962, “haver seguidores abandonando o líder que ter o líder seguindo os seguidores. Quem juntará os pedaços? Quem será confiável para liderar um novo começo?”⁴⁶ Era a estratégia de De Gaulle, ao contrário.

No desenrolar da crise de Berlim, as prioridades alemãs variaram. Ao longo do período pós-guerra, o principal apoio de Adenauer foram os Estados Unidos. Um ano após o ultimato de Krushev, não era mais assim. Um relatório de inteligência do departamento de estado, de 26 de agosto de 1959, anotou a angústia de Adenauer, diante da falta de unanimidade entre os aliados. Pelo relatório, Adenauer ainda esperava a recomposição da unidade aliada. Mas, se o “combinado Estados Unidos-Inglaterra parecer deslocar-se em direção a um entendimento com Krushev, Adenauer será forçado a mudar o seu principal apoio para a França”.⁴⁷

Em toda a crise, Krushev portou-se como um jogador de xadrez que, após fazer uma estonteante abertura, se senta e relaxa, na expectativa de que o adversário entregue a partida ao examinar a situação sem jogar até o fim. Lendo os registros diplomáticos, é difícil compreender por que Krushev nunca explorou qualquer das inúmeras opções de negociação oferecidas, debatidas e tantas vezes insinuadas. Entre elas, a autoridade de acesso, os dois tratados de paz e o conceito da "cidade garantida". Enfim, Krushev jamais agiu em algum dos seus prazos finais, ou a partir das muitas opções com que poderia ter feito os aliados ocidentais entrarem em uma negociação. Após três anos de ultimatos e ameaças pavorosas, o único verdadeiro "sucesso" de Krushev foi a construção do Muro de Berlim, que simbolizou, afinal, o fracasso da política soviética para Berlim.

Krushev emaranhou-se na teia feita por ele mesmo. Apanhado, descobriu que não poderia ver satisfeitas suas exigências sem uma guerra para a qual nunca esteve suficientemente pronto e, no entanto, jamais ousou considerar as ofertas do Ocidente para uma negociação, temendo ser acusado, pelos "falcões" do Kremlin e seus colegas chineses, de haver feito um acordo por muito pouco. Fraco demais para levar os "pombos" a um caminho de mais confrontação, incerto demais, quanto à sua posição, para impor concessões aos seus "falcões", Krushev procrastinou o que pôde, apostando tudo, então, num desesperado lance dos dados ao instalar mísseis em Cuba.

A crise de Berlim — com sua culminação na crise cubana dos mísseis — marcou a inflexão da Guerra Fria, embora não se tenha notado na época. Se as democracias não se houvessem consumido em suas disputas internas, poderiam ter interpretado a crise de Berlim como aquilo que foi — uma demonstração da latente fraqueza soviética. No final, Krushev foi obrigado a continuar vivendo com um posto avançado dentro do território soviético, sem atingir nenhuma das metas que alardeara quando abriu a crise. Estava reafirmada a divisão da Europa em dois blocos, como na Revolta Húngara de 1956. Ambos os lados se queixariam desse

estado de coisas, mas nenhum deles jamais tentou alterá-lo por meio da força.

O resultado cumulativo do fracasso das tentativas de Krushev, em Cuba e em Berlim, foi que a União Soviética não se arriscou, nunca mais, a um desafio direto aos Estados Unidos, exceto numa chama fugaz, no final da Guerra do Oriente Médio de 1973. Embora os soviéticos tenham formado uma vasta força de mísseis de longo alcance, o Kremlin nunca a julgou suficiente para montar uma ameaça direta aos direitos americanos. Em vez disso, a pressão militar soviética desviou-se para o apoio às chamadas guerras de libertação nacional em áreas do mundo em desenvolvimento como Angola, Etiópia, Afeganistão e Nicarágua.

Por uma década, os soviéticos não fizeram mais tentativas de impedir o acesso a Berlim, que continuou sob os procedimentos estabelecidos. Nesse período, o reconhecimento do regime alemão oriental ocorreu gradualmente — e por decisão alemã ocidental, apoiada pelos principais partidos alemães, não como algo imposto pelos Estados Unidos. Com o tempo, os aliados exploraram a ânsia dos soviéticos pelo reconhecimento da Alemanha Oriental, ao insistirem na precondição de que a União Soviética determinasse cláusulas rígidas de procedimentos de acesso para Berlim e confirmasse o seu *status* de área das quatro potências. Os soviéticos aceitaram formalmente essas condições no Acordo Quadripartite de 1971. Não houve mais nenhuma ameaça a Berlim ou às suas rotas de acesso até a derrubada do muro, em 1989, que levou à reunificação alemã. A política de contenção, afinal, dera resultado.

Conceitos de unidade ocidental

Macmillan, De Gaulle, Eisenhower e Kennedy



A crise de Berlim marcou a consolidação total das duas esferas de influência que, havia quase duas décadas, se acotovelavam ao longo da linha divisória do continente europeu. Na primeira fase desse processo, de 1945 a 1948, Stalin estabeleceu a esfera soviética de influência, transformando os países da Europa Oriental em estados satélites e ameaçando, implicitamente, a Europa Ocidental. Na segunda fase, de 1949 a 1956, as democracias reagiram, formando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reunindo na República Federal suas zonas de ocupação e iniciando a integração da Europa Ocidental.

No período de consolidação, houve tentativas periódicas de cada lado para destruir a esfera do outro. Todas falharam. A Nota de Paz de Stalin, em 1952 que tinha o fim de atrair a República Federal para fora da área ocidental, não deu em nada — em parte, devido à morte de Stalin. O vazio da estratégia de Dulles para a “libertação” da Europa Oriental revelou-se na fracassada rebelião húngara de 1956. O ultimato de Krushev sobre Berlim, em 1958, representou outra tentativa de separar do Ocidente a República Federal. Mas, no final, os soviéticos tiveram de se satisfazer com o reforço do controle sobre seu satélite alemão oriental. Após a crise dos mísseis cubanos, os soviéticos concentraram-se em penetrar no mundo em desenvolvimento. O resultado foi uma estabilidade bipolar na

Europa, cuja natureza paradoxal foi resumida, em 1958, pelo grande filósofo e cientista político francês Raymond Aron:

A atual situação da Europa é anormal, ou absurda. Mas é bem definida, todos sabem onde passa a linha de demarcação e ninguém teme muito o que possa acontecer. Se ocorrer algo do outro lado da Cortina de Ferro — e temos a experiência de um ano atrás —, nada acontece deste lado. Considera-se essa divisão tão nítida da Europa, correta ou incorretamente, menos perigosa que qualquer outro arranjo.¹

Foi precisamente essa estabilidade que possibilitou virem à tona diferenças latentes na chamada Comunidade Atlântica. Imediatamente após a crise de Berlim, Macmillan pela Inglaterra, De Gaulle pela França e Kennedy pelos Estados Unidos viram-se na obrigação de reconsiderar suas vistas conflitantes da natureza da aliança, do papel das armas nucleares e do futuro da Europa.

Macmillan foi o primeiro-ministro inglês que primeiro enfrentou, explicitamente, a triste realidade de que seu país não era mais potência mundial. Churchill tratara com os Estados Unidos e a União Soviética de igual para igual. Embora essa postura não refletisse o verdadeiro equilíbrio de forças, Churchill transpôs a falha entre a fantasia e a realidade com seu talento extraordinário e invocando o esforço de guerra heroico da Inglaterra. Quando Churchill insistiu para que houvesse negociações com Moscou, imediatamente após a guerra, como líder da oposição, e novamente após a morte de Stalin em 1953, como primeiro-ministro, ele o fez como porta-voz de uma importante potência que, embora não fosse mais da primeira linha, era, mesmo assim, capaz de influir nos cálculos de todas as outras. Durante a crise de Suez, Eden ainda agiu como chefe de governo de uma grande potência, substancialmente autônoma, com capacidade para ação unilateral. Quando Macmillan se viu diante da crise de Berlim, a ilusão de que a Inglaterra sozinha tinha força para alterar os cálculos estratégicos das superpotências já não se sustentava.

Homem cético, elegante e polido, Macmillan representava o último dos *tories* à moda antiga. Vinha da Era Eduardiana, quando a Inglaterra era a potência proeminente do mundo e a “Union Jack”

tremulava em cada canto do globo. Embora Macmillan possuísse um senso de humor malicioso, havia nele a melancolia inseparável do fato de ver-se obrigado a ser parte do declínio contínuo da Inglaterra, após a experiência horrível da Primeira Guerra Mundial, no zênite do poder. Macmillan, às vezes, relatava da forma mais pungente a reunião dos quatro sobreviventes de sua turma no Christ Church College, de Oxford. Durante a greve dos mineiros de carvão, em 1984, Macmillan — que estava fora do governo havia cerca de 20 anos — confessou-me que, embora respeitasse muito a senhora Thatcher e compreendesse o que ela estava tentando fazer, ele jamais teria conseguido levar uma briga até o final com os filhos dos homens que ele mandara arremeter das trincheiras para os assaltos da Primeira Guerra Mundial e que se haviam sacrificado tão generosamente.

Macmillan foi propulso para Downing Street n. 10 pelo desastre de Suez, o divisor de águas para o declínio do papel mundial de seu país. Macmillan atuou com brio, mas não sem uma certa aversão. Como ex-ministro das finanças, ele sabia muito bem que a economia da Inglaterra estava declinando e que sua figura militar jamais se compararia aos vastos arsenais das superpotências nucleares. A Inglaterra recusara o Mercado Comum, quando inicialmente proposto. A referência de Chamberlain à Tchecoslováquia, em 1938, como um pequeno país distante, sobre o qual os ingleses pouco sabiam, era uma descrição precisa do desapego com que um país que passara século e meio a travar guerras coloniais do outro lado do mundo olhava as crises da Europa, a algumas centenas de quilômetros de distância.

Mas, no fim da década de 1950, a Inglaterra não podia mais olhar a Europa a distância, como o lugar onde forças inglesas ocasionalmente intervinham para derrubar um candidato a tirano. Macmillan reverteu, portanto, a política de alheamento da Europa e solicitou a entrada da Inglaterra na Comunidade Europeia. Mas, apesar do desastre de Suez, a maior preocupação de Macmillan continuou sendo cultivar o “relacionamento especial” da Inglaterra com os Estados Unidos.

A Inglaterra não se considerava uma potência exclusivamente europeia. Afinal, seus perigos muito frequentemente brotaram na Europa, enquanto a salvação viera do outro lado do oceano Atlântico. Macmillan não aceitava a posição gaullista de que a segurança europeia aumentaria com a dissociação dos Estados Unidos. Ao fim e ao cabo, a Inglaterra estava provavelmente tão disposta quanto a França a lutar por Berlim, embora o seu motivo não fosse tanto o de defender o conceito vago dos direitos da ocupação aliada, e sim o de apoiar os Estados Unidos em sua avaliação de que o equilíbrio de poder global estava sendo ameaçado.

Depois de Suez, a França e a Inglaterra tiraram conclusões diametralmente opostas de sua humilhação causada pelos Estados Unidos. A França acelerou a independência; a Inglaterra optou pelo fortalecimento da parceria americana. Visões da sociedade anglo-americana precederam, na realidade, a Segunda Guerra Mundial e eram alimentadas desde então. Já em 1935, o primeiro-ministro Stanley Baldwin fez um esboço das mesmas, em discurso no Albert Hall:

Sempre acreditei que a maior segurança contra a guerra, em qualquer parte do mundo, na Europa, no Oriente, qualquer lugar, seria a colaboração íntima do Império Britânico com os Estados Unidos da América. Atingir esse fim desejável talvez leve 100 anos; talvez jamais se possa. Mas, às vezes, temos nossos sonhos. Olho para o futuro e vejo esta união de forças pela paz e a justiça no mundo e só posso considerar, mesmo que as pessoas ainda não possam defendê-la abertamente, que algum dia, e em alguma época, aqueles que nos seguem poderão vê-la.²

Não foram necessários 100 anos para que o sonho se tornasse realidade. Começando pela Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra e os Estados Unidos têm estado juntos por necessidades mútuas, mesmo que estas necessidades sejam filtradas por meio de experiências históricas muito diferentes.

Fator importante na forte ligação entre as duas nações foi a capacidade extraordinária da Inglaterra de adaptar-se a

circunstâncias mutáveis. Pode ter sido verdade, como destacou Dean Acheson, que a Inglaterra se agarrou por um tempo muito longo à ilusão do império, não conseguindo definir um papel contemporâneo para si mesma na Europa.³ Por outro lado, em suas relações com Washington, a Inglaterra demonstrou quase sempre que, país antigo que era, não se enganava sobre questões fundamentais. Após calcular corretamente que não era mais possível alimentar esperanças de moldar a política americana pelo método tradicional de equilibrar risco e benefício, os ingleses escolheram — especialmente depois de Suez — achar o caminho para uma influência maior. Os líderes ingleses de ambos os partidos conseguiram tornar-se tão indispensáveis ao processo americano de tomada de decisões que presidentes e seus assessores passaram a considerar as consultas com Londres não um favor especial a um aliado mais fraco, mas um componente vital do seu próprio governo.

Não é que a Inglaterra concordasse com a filosofia americana de relações internacionais. Os ingleses jamais compartilharam do ponto de vista americano da perfeição do homem, nem se mostraram inclinados a proclamar uma moral absoluta. Em termos de sua filosofia, os líderes ingleses têm sido hobbesianos. Esperando o pior do homem, raramente se desapontam. Em política externa, a Inglaterra sempre inclinou-se a praticar uma forma conveniente de egoísmo ético: o que fosse bom para a Inglaterra era considerado bom também para o restante do mundo.

Uma considerável autoconfiança, para não falar do senso de superioridade inato, era necessária para tornar realizável tal concepção. Quando, no século XIX, um diplomata francês disse ao primeiro-ministro inglês Palmerston que a França se acostumara com Palmerston sacando uma carta diplomática da manga no último instante, o audacioso inglês respondeu: “Deus pôs as cartas lá”. Contudo, a Inglaterra colocou o egoísmo nacional em prática com um senso tão intuitivo de moderação que sua presunção de representar o bem comum era frequentemente justificada.

Foi com Macmillan que a Inglaterra completou a transição do poder para a influência. Ele decidiu enxertar a política inglesa na

política americana e expandir o alcance das opções britânicas, ao manejar habilmente as relações com Washington. Macmillan jamais contestava um argumento filosófico ou conceitual e raramente fez um desafio aberto a políticas americanas fundamentais. Concedeu prontamente o palco central a Washington, enquanto buscava escrever a peça nas coxias. De Gaulle era muitas vezes ruidoso, de modo que se tornava difícil ignorá-lo; Macmillan tornou tão fácil aos Estados Unidos solicitar as opiniões da Inglaterra que ignorá-lo seria constrangedor.

A tática de Macmillan, durante a crise de Berlim, incorporou esse método. O acesso a Berlim não lhe parecia digno de um holocausto nuclear. Por outro lado, arriscar a perda da conexão americana era anátema. Ele ficaria ao lado dos americanos, mesmo no caso de um desfecho nuclear, o que era mais do que a maioria dos outros aliados podia garantir. Mas, antes de enfrentar essa escolha decisiva, Macmillan estava determinado a explorar as alternativas disponíveis. Fazendo da necessidade virtude, partiu para apresentar-se como o principal defensor ocidental da paz, conter ações americanas precipitadas e demonstrar ao público inglês que “seus líderes fizeram o que foi possível para chegar a um entendimento e um acordo”.⁴

Os meios transformavam-se rapidamente em fins. Macmillan tinha suficiente confiança em sua própria destreza para extrair o perigo contido nas ameaças soviéticas, usando o método de negociações habilmente administradas. Para Macmillan, o próprio processo diplomático poderia servir para esvaziar os ultimatos de Krushev, inventando uma negociação inconclusiva após outra, a fim de estender quaisquer prazos finais que o impetuoso líder soviético fixasse.

Para extremo desprazer de Adenauer, Macmillan realizou uma viagem de 11 dias à União Soviética, em fevereiro e março de 1959, embora, àquela altura Krushev já tivesse reiterado o seu ultimato inicial várias vezes. Macmillan não obteve nada de substancial, e Krushev aproveitou-se de sua presença para repetir as ameaças. Não obstante, o primeiro-ministro, inexorável e imperturbável,

cumpriu sua meta de programar uma série de conferências, como meio mais prático de contornar os prazos finais de Krushev. Reflete ele em suas memórias: “Eu estava ansioso para promover a ideia de uma série de reuniões, avançando firme de item para item nos quais a ‘coexistência pacífica’ (para usar o jargão da moda) — se não a paz — poderia baixar incontestada sobre o mundo”.⁵

Mas quando as conversações se transformam em seu próprio objetivo, elas ficam à mercê da parte mais disposta a interrompê-las, ou, pelo menos, mais capaz de dar esta impressão. E assim Krushev viu-se capaz de decidir o que era de fato “negociável.” Ansioso para manter o diálogo ininterrupto, Macmillan gastou enorme inventividade, procurando algum item na agenda soviética que pudesse ser discutido com relativa segurança. No dia seguinte ao recebimento da mensagem formal de Krushev sobre Berlim, de 27 de novembro de 1958, Macmillan escreveu a Selwyn Lloyd, seu ministro do exterior: “Não conseguiremos evitar a negociação. Como deve ser conduzida? Será inevitável que ela leve à discussão do futuro de uma Alemanha unida e a possíveis planos de desengajamento?”.⁶

O aspecto comum dos vários planos de desengajamento era a criação de zonas de armamento limitado na Europa Central, definidas como Alemanha, Polônia e Tchecoslováquia, e a retirada das armas nucleares desses países. Para Macmillan e, em menor escala, também para os americanos, a localização dessas armas tinha importância mais simbólica. Como a estratégia nuclear dependeria do arsenal dos Estados Unidos (cuja maior parte não ficava no continente europeu), discutir um plano de desengajamento com os soviéticos parecia a Macmillan um bom modo, relativamente inócuo, de ganhar tempo.

Adenauer opunha-se a todos esses esquemas porque, uma vez removidas da Alemanha, as armas nucleares americanas teriam de voltar para os Estados Unidos, rompendo o que Adenauer considerava o elo político crucial na defesa nuclear entre a Europa e a América. Seu raciocínio ou o de seus especialistas em defesa era que, se as armas nucleares estivessem instaladas em solo alemão, a

União Soviética não arriscaria atacar a Europa Central sem destruir essas armas. E como isso exigiria um ataque nuclear, a reação americana seria quase automática.

Se, no entanto, as armas nucleares americanas fossem removidas para os Estados Unidos, passaria a ser viável um ataque convencional contra a Alemanha. E aí já Adenauer não estava certo se a resposta dos americanos seria a guerra nuclear, à luz da devastação que causaria no país. A procura de opções negociáveis sobre Berlim tornou-se o substituto do debate da estratégia militar da Aliança Atlântica.

Sempre que Macmillan ou Eisenhower tomavam uma iniciativa diplomática solitária, a reação do outro servia para ilustrar que a vaidade jamais está ausente das relações entre estadistas. Embora fossem bons amigos pessoais, no início de 1959, Eisenhower ficou irritado com a expedição de Macmillan a Moscou; e, no outono do mesmo ano, Macmillan ficou intratável quando soube que Eisenhower convidara Krushev para Camp David:

O presidente, depois de enredar-se na doutrina de "nada de encontros de cúpula sem algum progresso nas reuniões de ministros do exterior", agora quer se ver livre. A única maneira que achou foi partir para comemorações, em lugar de conversações. Por isso, está convidando Krushev para passar uns dias com ele na América e prometendo retribuir com uma visita à Rússia. A mim me parece diplomacia desocupada.⁷

Não era desocupada, era inevitável. Percebendo que a Inglaterra não se desligaria dos Estados Unidos, Krushev concentrou-se em Eisenhower. Para Krushev, seu objetivo foi atendido por Macmillan, quando este induziu Washington a negociar, pois o único interlocutor que poderia fazer o que Krushev queria era o presidente americano. Desse modo, todas as grandes conversações substantivas foram entre Krushev e Eisenhower, em Camp David, depois entre Krushev e Kennedy, em Viena. Todavia, quanto mais os Estados Unidos e a União Soviética monopolizavam o diálogo internacional, mais davam motivo a alguns aliados da Otan

para buscarem alguma liberdade de manobra para si mesmos. À medida que a ameaça soviética à Europa Ocidental amainou, junto com o medo geral de Moscou, divergências na Aliança Atlântica ficaram menos perigosas e De Gaulle fez uso desse estado de coisas para incitar uma política europeia mais independente.

Mas, na escolha de qual líder a Inglaterra seguiria, não houve disputa. Como Macmillan preferia subordinar-se aos Estados Unidos, não à Europa, não tinha nenhum motivo para apoiar os desígnios de De Gaulle e jamais aceitou atitudes que afastassem os Estados Unidos da Europa, a qualquer pretexto. Mas, na defesa dos interesses ingleses, Macmillan foi tão tenaz quanto De Gaulle. Viu-se isso no chamado caso Skybolt.

A fim de prolongar a vida útil da sua envelhecida força de bombardeiros, a Inglaterra decidiu comprar o Skybolt, um míssil cruzador americano de longo alcance e lançado do ar, ainda em estágio de prancheta. No outono de 1962, sem aviso prévio, o governo Kennedy cancelou o Skybolt, alegando motivos técnicos, mas, na verdade, para depender menos dos aviões, considerados mais vulneráveis que os mísseis, e quase certamente para desestimular a capacidade nuclear inglesa autônoma. Uma decisão americana unilateral, feita sem consulta à Inglaterra, condenou a força de bombardeiros inglesa à rápida obsolescência. Os avisos franceses contra confiar-se em Washington pareciam ter razão.

A fase seguinte do caso Skybolt, contudo, mostrou a vantagem do "relacionamento especial" com os Estados Unidos. Macmillan juntou alguns vales que havia guardado, do seu paciente cultivo dos laços americanos, e não foi muito delicado:

Se os problemas surgidos no Skybolt fossem usados, ou parecessem sê-lo, para negar à Inglaterra uma capacidade nuclear independente, os resultados seriam realmente muito sérios. Ofenderia gravemente aqueles de nós que apoiam a capacidade nuclear independente, e, da mesma forma, os que são contrários a ela. Intolerável mancha no orgulho nacional, seria rechaçada por todos os meios ao nosso alcance.⁸

Kennedy e Macmillan encontraram-se em Nassau, em 21 de dezembro, e acertaram atualizar a parceria nuclear anglo-americana. Os Estados Unidos compensariam a Inglaterra pelo Skybolt, vendendo-lhe cinco submarinos Polaris com seus mísseis, para os quais a Inglaterra produziria suas próprias ogivas nucleares. Atendendo à preocupação americana com o controle central da estratégia nuclear, a Inglaterra concordou em “consignar” esses submarinos à Otan, exceto em caso de “supremo interesse nacional em risco”.⁹

A integração das forças inglesas na Otan acabou sendo, em grande parte, simbólica. Como a Inglaterra podia usar os submarinos em qualquer situação de “supremo interesse nacional”, e como, por definição, o emprego de armas nucleares jamais seria considerado, exceto quando o supremo interesse nacional *estivesse* em risco, o acordo de Nassau, na verdade, deu à Inglaterra, por via de consulta, a mesma liberdade de ação que a França tentava obter pela confrontação. A diferença de atitudes, inglesa e francesa, em relação às suas armas nucleares foi que a Inglaterra aceitou sacrificar a forma pela substância, ao passo que De Gaulle, no afã de afirmar a identidade da França, igualou a forma à substância.

A França estava, é claro, em situação toda diferente, pois não havia como pretender a mesma influência nas decisões americanas que tinha a Inglaterra. Assim, sob a liderança de De Gaulle, a França levantou a questão filosófica da natureza da cooperação atlântica, de uma forma que se tornou uma disputa pela liderança da Europa e que, para os Estados Unidos, foi um novo encontro com o estilo histórico da diplomacia europeia.

Os Estados Unidos presidiam as questões mundiais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, de maneira nunca antes concedida a qualquer nação. Com apenas pequena parte da população mundial, os Estados Unidos produziam quase um terço do total de bens e serviços do mundo. Reforçados por uma vasta margem em tecnologia nuclear, os Estados Unidos gozavam de uma situação de imensa superioridade sobre qualquer rival ou combinação concebível de rivais.

Por várias décadas, essa fartura de graças fez com que os americanos esquecessem quão pouco representativa era a atitude de uma Europa arruinada, temporariamente impotente, portanto maleável, comparada ao vazo da Europa que dominou as questões mundiais ao longo de dois séculos. Não cuidaram de ter em mente o dinamismo europeu que lançou a Revolução Industrial, a filosofia política europeia que produziu o conceito de soberania nacional ou o estilo europeu de diplomacia que operou um complexo sistema de equilíbrio de poder, por cerca de três séculos. Recuperando-se a Europa, com a indispensável ajuda americana, era inevitável a recorrência de alguns padrões tradicionais de sua diplomacia, especialmente na França, onde a estadística moderna originara-se, com Richelieu.

Ninguém sentiu mais essa necessidade que Charles de Gaulle. Nos anos 1960, no auge da sua permanente controvérsia com os Estados Unidos, era moda acusar o presidente francês de ilusões de *grandeur*. Seu problema era, na realidade, precisamente o oposto: como devolver identidade a um país mergulhado numa sensação de fracasso e vulnerabilidade. Ao contrário dos Estados Unidos, a França não era fantasticamente poderosa; ao contrário da Inglaterra, não via na Segunda Guerra Mundial a experiência edificante, moralmente aperfeiçoadora. Poucos países labutaram como a França, após perder a maior parte dos jovens na Primeira Guerra Mundial.¹⁰ Os sobreviventes da catástrofe viam que a França não suportaria outra provação daquelas. A Segunda Guerra Mundial foi o pesadelo que virou realidade, e o colapso da França, em 1940, um desastre militar e psicológico. Malgrado a França ter saído da guerra tecnicamente entre os vitoriosos, os governantes franceses sabiam muito bem que ela fora salva por esforços alheios.

A paz não produziu descanso. A Quarta República sofreu da mesma instabilidade estatal da Terceira e, ademais, teve de fazer o árido percurso da descolonização. Abatido em 1940, o exército francês mal se refizera, quando foi tragado em quase duas décadas de baldadas guerras coloniais, primeiro na Indochina, em seguida na Argélia, ambas as quais terminaram em derrotas. Abençoados com

um governo estável e com sua autoconfiança nas alturas pela vitória total, os Estados Unidos podiam lançar-se com obstinação em qualquer empreitada que seus valores ditassem. Governando um país atormentado por uma geração de conflitos e décadas de humilhação, De Gaulle avaliava as políticas não com critérios pragmáticos, mas a ver se contribuiriam na restauração da autoestima francesa.

O conflito entre a França e os Estados Unidos foi ainda mais amargo porque ambos os lados, sempre às turras, nunca pareciam estar falando sobre o mesmo assunto. Embora fossem, em geral, pessoas despreziosas, os governantes americanos tinham tendência a mostrar-se impavidamente certos em suas receitas. De Gaulle, cujo povo estava cético, depois de tantos entusiasmos inúteis e sonhos desfeitos, achava preciso compensar a insegurança de sua sociedade com uma conduta altiva, até mesmo arrogante. A interação entre a humildade pessoal e arrogância histórica dos líderes americanos e a arrogância pessoal e humildade histórica de De Gaulle, marcou o abismo psicológico entre os Estados Unidos e a França.

Dando de barato a unidade de interesses entre os membros da aliança ocidental, Washington via na consulta a panaceia para qualquer desacordo. Do ponto de vista americano, a aliança era uma empresa de capital aberto; a influência interna devia refletir a participação de cada acionista, portanto guardava proporção direta com a contribuição material de cada nação ao esforço comum.

Na tradição diplomática secular da França, nada levava a semelhantes conclusões. Desde Richelieu, as iniciativas da França provinham, invariavelmente, de um cálculo de risco e prêmio. Produto dessa tradição, De Gaulle não se preocupava com a natureza do mecanismo de consultas, mas em acumular opções para a contingência de um desacordo. Acreditava que essas opções impunham as relativas posições de barganha. Para De Gaulle, boas relações entre as nações dependiam do cálculo de interesses, não dos procedimentos formais de solução de disputas. Não achava que

a harmonia fosse um estado natural, mas sim algo a ser extraído de um conflito de interesses:

O homem, “limitado pela natureza”, é “infinito em seus anelos”. Em consequência, o mundo regurgita de forças que se opõem. Evidentemente, o juízo humano tem conseguido impedir com frequência que essas rivalidades degenerem em lutas de morte. Mas a competição é condição da vida [...] Em última análise, e como sempre, só no equilíbrio o mundo encontra paz.¹¹

Meu próprio e breve contato com De Gaulle foi uma apresentação completa aos seus princípios. Nosso primeiro encontro ocorreu durante a visita de Nixon a Paris, em março de 1969. No Palácio do Elysée, onde De Gaulle era anfitrião de uma grande recepção, um assessor descobriu-me na multidão para dizer que o presidente francês desejava falar comigo. Impressionado, aproximei-me da grande figura. Ao ver-me, ele desfez o grupo que o cercava e, sem uma palavra de saudação ou cortesia social outra, recebeu-me com a indagação: “Por que vocês não saem do Vietnã?”. Respondi, com certa difidência, que um recuo unilateral prejudicaria a credibilidade americana. De Gaulle não se impressionou e perguntou onde tal perda de credibilidade ocorreria. Quando mencionei o Oriente Médio, o seu ar distante transformou-se em melancolia e ele comentou: “Que coisa estranha. Pensei que era exatamente no Oriente Médio que vossos inimigos estavam tendo o problema da credibilidade”.

No dia seguinte, durante um encontro com o presidente francês, Nixon convidou-me a comentar a visão de De Gaulle de uma Europa composta de estados-nações — a famosa *Europe des patries*. Imprudentemente, pois De Gaulle não apreciava debater com assessores — aliás, nem a presença de assessores — perguntei como a França se propunha a evitar que a Alemanha dominasse a Europa que ele acabara de descrever. Naturalmente, De Gaulle não considerou que a indagação merecesse resposta extensa. “*Par la guerre* (por meio da guerra)”, respondeu, simplesmente — seis curtos anos depois de ter assinado com Adenauer um tratado permanente de amizade.

A devoção total ao interesse nacional francês moldava o estilo diplomático, distante e intransigente, de De Gaulle. Os estadistas americanos davam destaque à associação, mas De Gaulle enfatizava a responsabilidade dos estados em zelarem por sua própria segurança. Washington queria atribuir a cada membro da aliança parte da tarefa global; De Gaulle acreditava que essa divisão de trabalho relegaria a França a um papel subordinado e destruiria a identidade francesa: “É intolerável para um grande estado deixar seu destino às decisões e ações de outro estado, por mais amigo que este possa ser [...] O país integrado noutra entidade perde o interesse em sua defesa nacional, pois não é responsável por ela”.¹²

Isso explica o procedimento diplomático quase estereotipado de De Gaulle, de apresentar propostas com um mínimo de explicações e, se rejeitadas, implementá-las unilateralmente. Para De Gaulle, nada era mais importante que os franceses acharem — e aos outros também parecer — que estavam agindo por sua livre e espontânea vontade. De Gaulle tratou a vergonha de 1940 como um desgosto temporário, a ser superado mediante uma liderança severa e inflexível. No seu modo de pensar, a França jamais poderia aceitar a mais ligeira aparência de estar subordinada, mesmo ao seu temido e respeitado aliado americano:

[...] em relação aos Estados Unidos — ricos, ativos e poderosos —, a França ficou em posição de dependência. A França precisou de sua ajuda constante para evitar o colapso monetário. Foi da América que recebeu armas para seus soldados. A segurança da França dependia inteiramente da sua proteção [...] Esses feitos, sob a capa da integração, foram tornando a autoridade americana um postulado. É o caso do projeto para uma chamada Europa supranacional, na qual a França, como tal, teria desaparecido [...] uma Europa sem uma realidade política, sem estímulo econômico, sem capacidade de defesa, e, portanto, condenada, diante do bloco soviético, a não ser mais que uma dependente da grande potência ocidental que, esta sim, possui uma política, uma economia e uma defesa — os Estados Unidos da América.¹³

De Gaulle não era, em princípio, antiamericano. Estava disposto a cooperar sempre que, a seu critério, os interesses franceses e americanos de fato convergissem. Foi assim que, durante a crise dos

mísseis cubanos, funcionários americanos ficaram estupefatos com o apoio irrestrito de De Gaulle — o mais incondicional apoio oferecido a eles por um aliado. E ele era contra os vários esquemas de desengajamento na Europa Central, acima de tudo porque deixaria as forças militares americanas longe demais e o exército soviético muito perto:

[...] este “descontrato” ou “desengajamento” nada traz de bom para nós. Se o desarmamento não se referir a uma área que fique tão distante dos Urais quanto do Atlântico, de que maneira a França estaria protegida? No caso de um conflito, o que impediria um agressor de atravessar, num salto ou num voo, a indefesa terra de ninguém alemã?¹⁴

A dedicação de De Gaulle à independência teria permanecido teórica se ele não a tivesse ligado a uma série de propostas que, na prática, enfraqueciam o papel dos Estados Unidos na Europa. Primeiro, a alegação de que era impossível admitir que os Estados Unidos ficassem na Europa indefinidamente. A Europa tinha de se preparar — sob a liderança francesa — para enfrentar o futuro sozinha. De Gaulle não disse que preferia isso, e parecia desatento ao fato de que sua alegação podia ser uma profecia autorrealizada.

Numa visita a Paris, em 1959, o presidente Eisenhower abordou a questão, frontalmente, perguntando ao líder francês: “Por que a dúvida de que os Estados Unidos identifiquem seu destino com a Europa?”.¹⁵ Levando em conta a conduta de Eisenhower na crise de Suez, era uma pergunta estranha e farisaica. De Gaulle respondeu polidamente, lembrando a Eisenhower lições mais remotas da sua história. Na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos só apareceram para ajudar a França depois de três anos de perigo mortal, e só entraram na Segunda Guerra Mundial depois que a França já estava ocupada. Na Era Nuclear, ambas as intervenções teriam chegado tarde demais.

De Gaulle não perdia oportunidade de demonstrar que, em questões específicas, o julgamento americano era menos europeu que o da França e explorou implacavelmente o ultimato de Krushev em Berlim. De Gaulle queria que a França fosse vista em Bonn como

aliado mais confiável que os Estados Unidos, substituindo gradualmente a liderança americana pela francesa. E, quando iniciativas unilaterais americanas puseram na agenda diplomática vários princípios, até então intocáveis, da política ocidental de pós-guerra referente a Berlim, a inquietação crescente de Adenauer representou um perigo e uma chance para a França. Perigo, porque “se o povo alemão trocasse de lado, o equilíbrio europeu estaria desfeito, e isso poderia ser a guerra”. Chance, porque as apreensões alemãs acentuariam a influência francesa na Europa.¹⁶

O que De Gaulle tinha em mente era uma Europa organizada ao longo das linhas da Alemanha de Bismarck — ou seja, unificada com base em estados, um dos quais (a França) desempenharia o papel dominante, a mesma função da Prússia na Alemanha imperial. Todos teriam tido algum papel na redefinição de De Gaulle do antigo sonho de Richelieu de uma França dominante: a União Soviética teria cuidado da divisão da Alemanha; os Estados Unidos, da defesa da Europa Ocidental contra a União Soviética; a França em desviar as aspirações nacionais alemãs para a unidade europeia. Mas, ao contrário da Prússia, a França não era o estado mais forte da Europa Ocidental; não possuía a musculatura econômica para dominar os outros e, finalmente, não estava em posição de dominar o equilíbrio que continha as duas superpotências.

Essas divergências poderiam ter sido deixadas ao passar do tempo, especialmente porque Adenauer estava desesperado por ficar junto aos Estados Unidos. Além disso, todos os líderes alemães estavam tão cientes da disparidade de poder entre a França e os Estados Unidos que não seria muito provável trocarem a proteção nuclear americana por uma vigilância maior da França em questões políticas.

Havia uma questão, porém, sobre a qual a divergência nacional entre a França e os Estados Unidos feria a própria essência do problema e não tolerava adiamento: o controle da estratégia militar na Era Nuclear. Nesse ponto, eram irreconciliáveis a insistência americana na integração e o desejo da França de autonomia, e não havia amortecedores capazes de suavizar a disputa. Como o poder

das armas nucleares era coisa sem precedentes, a história não dava orientação confiável à formulação de uma estratégia militar. Cada estadista andava às cegas quando tentava avaliar o impacto da nova tecnologia sobre a política e a estratégia; as conclusões saíam de teorias acadêmicas, sem experiência empírica e sem dados.

Na primeira década do pós-guerra, o monopólio nuclear parecia ter realizado as visões de onipotência dos Estados Unidos. Já no final dos anos 1950, ficou claro que cada uma das superpotências nucleares poderia, em breve, infringir à outra um grau de aniquilação antes inimaginável, ameaçando a civilização inteira.

Essa realidade foi o seio de uma revolução que iria mudar a própria natureza das relações internacionais. Embora o armamento fosse sempre mais sofisticado, até o final da Segunda Guerra Mundial seu poder de destruição tinha limites. Guerras demandavam uma vasta mobilização de recursos materiais e humanos, e tempo para os reunir. As baixas somavam-se aos poucos. Teoricamente, podia-se interromper uma guerra antes que escapasse do controle.

Como o poder nacional só aumenta em pequenas parcelas, parecia irracional a ideia de um estado ter poder demais para objetivos políticos razoáveis. Mas foi o que sucedeu na Era Nuclear. O problema estratégico central das superpotências não era mais como acumular poder adicional e sim como limitar a vastidão de arsenais disponíveis. Nenhum dos lados conseguiu resolver o dilema. Tensões políticas, que antes levariam à guerra, continham-se por medo de uma conflagração nuclear, criando nos riscos um limiar que preservaria a paz por meio século. Mas esse estado de coisas produziu uma sensação de frustração política, tornando ameaças não nucleares mais plausíveis e frequentes. Jamais o abismo militar entre uma superpotência e um estado não nuclear fora tão grande; e jamais foi menos provável usá-lo. Nem a Coreia do Norte nem o Vietnã do Norte desanimaram ante o arsenal nuclear americano, mesmo engajando forças militares americanas; da mesma forma, as guerrilhas afegãs não foram dissuadidas pela capacidade nuclear da União Soviética.

A Era Nuclear tornou possível, pela primeira vez na história, alterar o equilíbrio de poder por acontecimentos internos de um estado soberano. Um país que chegasse à bomba atômica alterava mais o equilíbrio que qualquer aquisição territorial do passado. No entanto, com a única exceção do ataque israelense a um reator nuclear iraquiano, em 1981, nenhum país, em toda a Guerra Fria, usou de força para impedir esse aumento de poder de um adversário.

A Era Nuclear transformou a estratégia em dissuasão, e a dissuasão num exercício intelectual esotérico. Como a dissuasão só pode ser testada negativamente, computando-se os eventos que não ocorrem, e nunca é possível demonstrar porque uma coisa não aconteceu, ficou especialmente difícil avaliar se a política adotada era a melhor ou apenas eficaz. Talvez a dissuasão até fosse desnecessária, pois era impossível provar, para início de conversa, que o inimigo tinha intenção de atacar. Esses imponderáveis fizeram os debates internos e internacionais sobre questões nucleares percorrerem todas as escalas, do pacifismo à intransigência, da perplexidade ao exorbitante, de teorias de defesa indemonstráveis a teorias abstratas de controle de armas.

A tensão, comum a qualquer aliança — possibilidade de interesses divergentes —, cresceu com essas incertezas. Historicamente, as nações aderiam às alianças — em geral, mas nem sempre —, porque abandonar um aliado era mais perigoso que ser fiel a obrigações. Na Era Nuclear, isso deixou de ser assim; abandonar um aliado podia levar a um eventual desastre, mas ir à guerra nuclear com um aliado era imediata catástrofe.

Para reforçar a dissuasão nuclear, os Estados Unidos e seus aliados precisavam que fosse indubitável sua reação, pronta e feroz, às ameaças. Para aumentar a credibilidade da reação, mas também para reduzir a escala do desastre se a dissuasão falhasse, os Estados Unidos tinham necessidade ainda maior de tornar a guerra nuclear mais calculável e menos catastrófica. Escolha discriminada de alvos, comando e controle centralizados, e uma estratégia de resposta flexível entraram na moda entre os intelectuais da defesa americana.

Mas todos os aliados resistiram a essas providências temendo que, na medida em que a guerra nuclear se tornasse mais calculável e tolerável, a agressão também se tornasse mais plausível. E ainda, no último instante, os Estados Unidos poderiam muito bem recuar do emprego de seus meios nucleares, por mais limitada que fosse a opção, deixando a Europa no pior dos dois mundos: a dissuasão diminuída e a estratégia não usada.

Tais apreensões estavam longe de ser trivialidades. Ao mesmo tempo, a preocupação dos estadistas americanos com o problema dos múltiplos gatilhos, posto pelas forças nucleares autônomas francesa e inglesa, também não tinha nada de trivial. Se forças europeias atacassem a União Soviética, poderiam envolver os Estados Unidos numa guerra nuclear. Era perfeitamente possível que a União Soviética retaliasse contra a América para impedi-la de lucrar com o prejuízo soviético. O cenário mais provável, no entanto, era aquele no qual a resposta da União Soviética era contra os aliados americanos, e tão violenta que poria em dúvida que os Estados Unidos ficassem passivamente alheios enquanto seus maiores aliados eram aniquilados — a despeito da provocação.

Os americanos estavam, então, resolvidos a não entrar forçados numa guerra nuclear. A decisão de arriscar a destruição da sociedade já era estarrecedora para ainda haver possibilidade de ser imposta por aliados. Por outro lado, a “solução” americana desse problema — privar os aliados da capacidade de uma ação independente — colidia com os velhos pesadelos da história europeia. Os estadistas da Europa estavam muito acostumados a ter de abandonar ou a serem abandonados por aliados, e por motivos bem menos prementes que uma devastação nuclear. Para eles, a sobrevivência dependia de privar os Estados Unidos da opção de separar-se da Europa em caso de guerra nuclear iminente — ou, se isso falhasse, de terem à disposição forças nucleares nacionais como forma de resseguro.

A diferença entre a visão americana e a europeia da estratégia nuclear criou um dilema insolúvel. O desejo da Inglaterra e da França de reterem algum controle sobre decisões que afetassem

seus destinos era compreensível e coerente com suas histórias. Igualmente válida era a intenção americana de não aumentar o perigo da Era Nuclear pelas iniciativas solitárias dos aliados. Em matéria de dissuasão havia, de fato, algum mérito na determinação inglesa e francesa de criar centros decisórios adicionais; os cálculos do agressor tornar-se-iam mais complicados por terem de levar em conta a existência de forças nucleares independentes. Do ponto de vista de uma estratégia tolerável para a guerra, a insistência americana no controle unificado fazia igualmente sentido. As preocupações conflitantes eram irreconciliáveis, representando a necessidade de nações determinarem seu próprio destino, em circunstâncias sem precedentes e diante de perigos inimagináveis. A reação dos Estados Unidos ao dilema foi tentar "solucioná-lo". De Gaulle, considerando-o insolúvel, buscou a independência francesa.

A política americana foi estabelecida em duas etapas, cada qual refletindo a personalidade do presidente no cargo. A via de Eisenhower foi persuadir o implacável De Gaulle de que uma força nuclear francesa independente não era necessária e considerar a tentativa de criá-la um sinal de desconfiança. Com uma mistura bem americana de legalismo e idealismo, Eisenhower procurou uma solução técnica para o pesadelo americano de uma guerra nuclear desencadeada por seus aliados. Em 1959, numa visita a Paris, perguntou a De Gaulle como as várias forças nucleares nacionais da Aliança Atlântica poderiam integrar-se num único plano militar. Nessa altura, a França anunciara um programa nuclear, mas ainda não testara uma bomba.

Com a pergunta, Eisenhower provocou uma resposta para a qual não estava preparado. Para De Gaulle, a integração das forças nucleares era um assunto político, não técnico. Mostra o abismo entre as duas concepções o fato de Eisenhower não ter percebido que De Gaulle respondera à pergunta no ano anterior, na sua proposta de formação de um conselho político. Eisenhower trabalhava para encontrar opções estratégicas; De Gaulle buscava opções políticas. Eisenhower queria uma estrutura de comando eficiente para a guerra. De Gaulle estava menos interessado em

planos de guerra geral (se houvesse guerra, ele já via tudo perdido mesmo) que em aumentar sua opção diplomática de a França ter liberdade de ação antes da guerra.

Em 17 de setembro de 1958, De Gaulle havia submetido a Eisenhower e Macmillan um memorando com suas ideias de uma estrutura adequada para a Otan. Propôs um conselho político dentro da Aliança Atlântica, composto dos chefes de governo dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. O conselho se reuniria periodicamente, criaria um estado-maior internacional e elaboraria uma estratégia conjunta, especialmente para as crises fora da área da Otan:

[...] questões políticas e estratégicas de importância mundial devem ser confiadas a um novo corpo, composto dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e da França. Este corpo deve tomar decisões conjuntas sobre todos os assuntos políticos de segurança global e elaborar — se necessário, executar — planos estratégicos, especialmente de emprego de armas nucleares. Deve ser responsável, também, pela organização da defesa, onde for o caso, de certas regiões operacionais como o Ártico, o Atlântico, o Pacífico e o oceano Índico. Estas regiões seriam, por sua vez, subdivididas, se necessário.

Para mostrar a seriedade das propostas, De Gaulle conjugou-as com a ameaça da saída francesa da Otan. “O governo francês”, observou ele, “considera indispensável esta organização para a segurança. Doravante, sua presente participação na Otan depende disso”.¹⁷

Em um patamar, De Gaulle estava a exigir para a França um *status* igual ao relacionamento especial dos Estados Unidos com a Inglaterra. Em nível mais profundo, sugeria uma organização de segurança semelhante à ideia de Roosevelt dos Quatro Guardiões, com a França em lugar da União Soviética — um amplo conceito de segurança coletiva global baseada em armas nucleares, embora a capacidade nuclear francesa àquela altura fosse incipiente.

De Gaulle fora ao âmago do problema: na Era Nuclear, não poderia haver improvisações técnicas para garantir a coordenação. O

risco de usar qualquer arma nuclear era tão exorbitante que, para evitá-lo, os vários protagonistas assumiam posturas altamente nacionalistas e de interesse próprio. A única esperança de ação comum era forjar relações políticas tão íntimas que os vários participantes do processo consultivo vissem a si mesmos como uma única entidade. Contudo, tal relação é a mais difícil de alcançar entre nações soberanas e tornou-se afinal praticamente impossível devido ao estilo diplomático de De Gaulle.

De Gaulle visualizaria o conselho como uma medida provisória, até que as forças nucleares francesas fossem fortes o suficiente para ameaçar com uma ação autônoma? Ou seu objetivo seria uma cooperação nova e sem precedentes, que consagraria a França num papel especial de liderança no continente? Não sabemos, pois a ideia do conselho teve uma fria acolhida de Eisenhower e Macmillan. A Inglaterra não estava disposta a diluir seu "relacionamento especial" com os Estados Unidos; estes não tinham o menor desejo de incentivar a propagação de armas nucleares por meio de um conselho restrito a potências nucleares ainda mais as incipientes. Os outros membros da Otan reagiram ao fato subentendido de haver duas categorias dentro da Otan — uma de potências nucleares, outra do restante. E os americanos preferiam lidar com a Aliança Atlântica como uma unidade — não muito evidente, em vista dos recentes desacordos em Suez e Berlim.

A reação oficial de Eisenhower e Macmillan foi evasiva. Acostumados aos primeiros-ministros flexíveis e extremamente transitórios da Quarta República francesa, responderam a De Gaulle com esquemas essencialmente burocráticos, esperando o passar do tempo e a proposta de De Gaulle desaparecer gradualmente. Aceitaram as consultas regulares, mas limitadas a um nível abaixo de chefes de governo, e preferiam que a agenda se ativesse a questões militares.

A tática de Eisenhower e Macmillan — submergir a substância no procedimento — só fazia sentido na presunção de que De Gaulle estivesse sendo grandiloquentemente frívolo, sem ter aonde ir, duas suposições completamente erradas. Quando era contrariado, De

Gaule recorria à sua tática particular de mostrar que tinha, sim, outras opções. Deu ordens para a remoção das armas nucleares americanas do solo francês, retirou a esquadra francesa do comando integrado da Otan e, em 1966, retirou completamente a França daquele comando. Mas, antes de dar este último passo fatídico, De Gaulle entraria em conflito com o jovem e dinâmico presidente americano, John F. Kennedy.

Kennedy representava uma nova geração de estadistas americanos. Haviam lutado na Segunda Guerra Mundial, mas não comandaram; tinham apoiado a ordem do pós-guerra, mas não estavam entre seus criadores. Os antecessores de Kennedy, que haviam estado “presentes à criação”, concentraram-se em preservar o que haviam construído. O governo Kennedy ambicionou a uma nova arquitetura. Para Truman e Eisenhower, o objetivo da Aliança Atlântica era resistir à agressão soviética; Kennedy queria criar uma Comunidade Atlântica, caminho para o que veio a ser chamado a nova ordem mundial.

Com esse objetivo, o governo Kennedy adotou a abordagem em pinça de tentar achar um emprego racional para as armas nucleares e uma definição política para o que seria a Comunidade Atlântica. Kennedy ficou estarecido com as previsões cataclísmicas da doutrina militar dominante, de retaliação maciça. Trabalhou por uma estratégia, posta sob a liderança do seu brilhante secretário da defesa, Robert McNamara, que desse outras opções militares além do Armagedom e da rendição. O governo Kennedy deu ênfase às forças convencionais e tentou criar um uso discriminatório de armas nucleares. A crescente vulnerabilidade americana a um ataque nuclear da União Soviética levou à estratégia chamada de resposta flexível, cujo sistema de comando e opções múltiplas pretendiam capacitar os Estados Unidos a determinar, caso o adversário colaborasse, como e com que armas se faria a guerra, e em que termos seria encerrada.

Mas para que a estratégia funcionasse, as armas nucleares teriam de estar sob um controle central — ou seja, americano. Kennedy classificou o programa nuclear francês de “hostil” à Otan, e

seu secretário de defesa criticou severamente a noção de forças nucleares europeias, inclusive a da Inglaterra, com uma coleção de adjetivos pouco simpáticos, tais como “perigosas”, “caras”, “pré-obsolentes” e “sem credibilidade”. O subsecretário de estado, George Ball, tomou parte, com o argumento de que “a via da proliferação nuclear não tem um fim lógico”.¹⁸

O governo Kennedy exortou à “integração” de todas as forças nucleares da Otan e criou um projeto com este objetivo — a Força Multilateral da Otan (FML), algumas centenas de mísseis de alcance intermediário, com um alcance de 2.400-3.200 quilômetros, em belonaves sob o comando da Otan. Para acentuar a natureza de aliança dessa força, as tripulações viriam das nacionalidades participantes.¹⁹ Mas como os Estados Unidos teriam poder de veto, a FML não solucionava o dilema nuclear da Otan; seria redundante ou inútil.

Em 4 de julho de 1962, Kennedy fez a grandiosa Declaração de Interdependência entre os Estados Unidos e uma Europa unida. A Europa, política e economicamente integrada, seria um sócio igual aos Estados Unidos nas responsabilidades e obrigações da liderança mundial.²⁰ Avançando nesse simbolismo, num discurso posterior, na Paulskirche, em Frankfurt, onde se reunira a assembleia nacional alemã liberal de 1848, Kennedy ligou a parceria do Atlântico à integração europeia:

Só uma Europa coesa nos pode proteger da fragmentação da aliança. Só essa Europa permitirá a reciprocidade plena, através do oceano, na agenda atlântica. Com tal Europa teremos concessões mútuas entre iguais, divisão igual de responsabilidade, nível igual de sacrifício.²¹

O chamado eloquente de Kennedy encalhou no atoleiro da ambivalência europeia, de crescente força econômica e sensação de impotência militar; especialmente nuclear. O que tornava a resposta flexível atraente e tão necessária para os Estados Unidos suscitava dúvida entre os aliados da Otan. Na prática, a estratégia de resposta flexível daria a Washington maior liberdade de escolha política na decisão de ir à guerra — o que De Gaulle buscou limitar com a *force*

de frappe, como chamava a força nuclear francesa, quando esta finalmente passou a existir nos anos 1960. A própria qualidade de deliberação e flexibilidade, tão desejável aos Estados Unidos, reforçou o argumento francês a favor da autonomia nuclear como proteção contra as dúvidas americanas em momentos de crise. Embora os Estados Unidos quisessem fortalecer a dissuasão, ao tornar a ameaça nuclear mais crível, a maioria dos aliados preferia basear a dissuasão na linha oposta — aumentar o risco do adversário, ficando com a estratégia de retaliação maciça, por niilista que fosse o raciocínio. Que fazer, se o blefe não funcionasse não se discutiu, embora a capitulação não possa ser excluída.

O debate sobre a integração militar teve laivos teológicos. Na paz, o comando da Otan é uma equipe de planejamento: operacionalmente, as forças militares de cada aliado permanecem sob comando nacional, e o direito de retirar forças está tão implícito que jamais foi posto em dúvida. Viu-se na retirada de forças francesas na Argélia, e de forças americanas durante a série de crises do Oriente Médio — no Líbano, em 1958, na Guerra Árabe-Israelense de 1973 e durante a Guerra do Golfo, em 1991. No debate da “teologia da integração” e de seus méritos, nem os Estados Unidos nem a França jamais concluíram que uma ação comum, possível sob a categoria de “integração”, seria impedida pelo conceito francês mais solto de cooperação. Nenhum dispositivo de comando era capaz de solucionar o problema essencialmente político, analisado desse modo por De Gaulle:

Os americanos, nossos aliados e amigos, por muito tempo tiveram sozinhos um arsenal nuclear. Enquanto só eles o tiveram e enquanto demonstraram vontade de usá-lo imediatamente, se a Europa fosse atacada [...] os americanos procederam de tal maneira que o problema de uma invasão praticamente não surgiu para a França, já que um ataque estava fora de cogitação [...] Mas, depois, os soviéticos também tiveram um arsenal nuclear poderoso o suficiente para colocar em perigo a própria existência dos Estados Unidos. Evidentemente, não estou fazendo uma avaliação — como se fosse possível determinar a relação entre o grau de possibilidade de uma morte e o grau de outra — mas o fato novo e gigantesco existe.²²

A controvérsia do Skybolt levou esses conflitos a um ponto crítico. Em toda sua vida política, De Gaulle reagira ao “relacionamento especial” entre os Estados Unidos e a Inglaterra, precisamente porque, na sua opinião, simbolizava o *status* da Inglaterra de grande potência equivalente aos Estados Unidos, enquanto reduzia a França a uma posição secundária. Na realidade, Kennedy oferecera ao programa de mísseis da França a mesma assistência que dera à Inglaterra. Mas, para De Gaulle, a nuance entre integração e coordenação definia a essência de uma política verdadeiramente independente. De qualquer maneira, o fato de que o Acordo de Nassau fora negociado pelos estadistas anglo-americanos e comunicado a De Gaulle publicamente pelos jornais garantiu sua rejeição do mesmo. Tampouco, ele associaria a capacidade nuclear de seu país a uma tecnologia como o Skybolt, que poderia ser cancelada a qualquer momento. Em entrevista coletiva, dia 14 de janeiro de 1963, De Gaulle rejeitou a oferta de Kennedy tão publicamente quanto a recebera, observando asperamente: “É claro que só estou me referindo a esta proposta e a este acordo porque foram publicados e seu conteúdo é do conhecimento de todos”.²³

Enquanto marcava os limites, De Gaulle aproveitou a ocasião para vetar a entrada da Inglaterra no Mercado Comum e, no processo, repeliu a opinião de Kennedy de que a parte europeia dos dois pilares gêmeos precisava organizar-se em linhas supranacionais:

Qualquer sistema que consistisse em passar nossa soberania para augustas assembleias internacionais seria incompatível com os direitos e deveres da República Francesa. Mas, também, tal sistema ver-se-ia incapaz de alcançar a todos e liderar os povos para início de conversa, o nosso povo — nos domínios onde suas almas e sua carne estão em jogo.²⁴

O auge do desafio de De Gaulle à liderança americana veio alguns dias depois. De Gaulle e Adenauer assinaram um tratado de amizade que previa consultas permanentes em todas as grandes questões: “Os dois governos haverão de consultar-se, antes de qualquer decisão, em todas as questões importantes de política

externa, e desde o início, em questões de interesse comum, visando tomar, se possível, posições similares”.²⁵

A substância do tratado não era extraordinária. Na verdade, o tratado era um veículo vazio que se poderia carregar com o que desejassem os líderes francês e alemão nos anos futuros. Simbolicamente, no entanto, teve uma importância considerável. Desde a saída de Bismarck, em 1890, a França e a Inglaterra haviam estado contra a Alemanha em todas as crises internacionais. Mas quando De Gaulle excluiu a Inglaterra do Mercado Comum a despeito da forte pressão americana, foi um chanceler alemão que ajudou a impedir o isolamento da França. A França podia não ser forte o suficiente para impor suas soluções em questões importantes, mas, apoiada pela Alemanha, tinha força para obstruir as soluções de outros.

Ao fim e ao cabo, o caso desceu à questão do por quê as nações cooperaram. Para os americanos, todos os povos razoáveis, no fim, chegam à mesma conclusão; portanto, objetivos comuns são, mais ou menos, tidos como certos, e a ênfase fica no mecanismo com que implementar a harmonia subjacente. A visão europeia vem de uma longa história de interesses nacionais conflitantes; reconciliar interesses tem sido a essência da diplomacia europeia. Os estadistas europeus veem a harmonia como algo a ser tirado do ambiente de cada caso específico, por meio de deliberados atos de estado. Justamente essa convicção esteve em foco, na controvérsia do controle nuclear dos anos 1960; encontrava-se no cerne da rejeição de De Gaulle a uma Europa supranacional e ressurgiria no debate sobre o Tratado de Maastricht, nos anos 1990. De Gaulle, sem dúvida, também foi estimulado por motivos menos filosóficos. Discípulo de Richelieu, ele julgou ameaçado o papel dominante da França na Comunidade Europeia pela entrada inglesa, tanto pelo peso da Inglaterra quanto por sua afinidade com os Estados Unidos.

Ainda assim, por egoístas que fossem suas reações, os temas de De Gaulle atingiram a essência do papel internacional dos Estados Unidos, especialmente no pós-Guerra Fria. Uma das lições mais difíceis que os americanos ainda têm a aprender é que as

nações só cooperam por longos períodos quando têm metas políticas comuns, e que a política americana deve concentrar-se nessas metas, não na maquinaria para atingi-las. Uma ordem mundial operante deve dar espaço a interesses nacionais divergentes. E, embora se deva buscar harmonia, estes não se podem simplesmente adotar essa medida.

A visão ambiciosa de Kennedy, de uma associação atlântica sobre as colunas gêmeas da Europa e da América sustentando o teto comum, foi impugnada inflexivelmente por De Gaulle, que formulou seu próprio conceito de um conjunto de relações muito mais intrincadas, e talvez menos elevadas. Os dois conceitos refletiam a história e os valores de seus países. O de Kennedy era uma atualização dos legados de Wilson e Franklin Delano Roosevelt; o de De Gaulle era uma versão complicada do clássico equilíbrio europeu, baseada na Alemanha dividida, no predomínio econômico da Alemanha Ocidental, na dominância política francesa da Comunidade Europeia e na proteção nuclear americana como esquema de segurança.

Contudo, no final das contas, De Gaulle foi vencido pela própria ênfase no velho interesse nacional por ele tão evocado. A estadística sábia não exagera. As brilhantes análises feitas por De Gaulle anularam-se por sua incapacidade de levar em conta que não convinha ao interesse nacional francês levar as divergências com os Estados Unidos a tal ponto que a América pudesse se dissociar da Europa — pelo menos com a União Soviética ainda intacta. A França teve capacidade para fazer malograrem os desígnios americanos aqui e acolá, mas não era forte o suficiente, em ponto algum, para impor os seus próprios.

Seja porque não viu esta verdade, seja por ser muito orgulhoso para reconhecer o fato, De Gaulle frequentemente transpôs temas essencialmente filosóficos em ataques às intenções americanas, como se a essência da política francesa fora semear a cizânia sistemática no interior da aliança. No processo, De Gaulle frustrou seu próprio intento. Sua opinião de que a decisão sobre a guerra e a paz é política em seu sentido mais profundo estava certa. E sua ideia

do diretório chamou atenção corretamente ao imperativo de orquestrar objetivos políticos, especialmente fora da área coberta pela Aliança Atlântica.

Porém De Gaulle tendia a levar bons argumentos a extremos que os desvaliam. Uma coisa era rejeitar estruturas que tornavam obrigatório o acordo e tentavam impedir a ação autônoma por meios processuais, outra bem diferente era deixar as relações atlânticas na forma de um confronto permanente entre a Europa e a América. Sua tática arrogante ia por demais contra a maneira como os americanos concebiam as relações internacionais, especialmente as alianças, e era incompatível com a atitude dos outros membros da Otan, que, forçados a escolher entre Washington e Paris, sempre optariam pela primeira alternativa.

Isso era particularmente verdadeiro nas relações da França com a Alemanha. De Gaulle fez da cooperação franco-alemã a cavilha de sua política externa. Mas, embora tivesse o apoio da Alemanha em sua política para Berlim e considerável simpatia por seus pontos de vista sobre controle nuclear, havia um limite além do qual nenhum estadista alemão iria, ou poderia ir, no que concerne à separação com os Estados Unidos. Quaisquer que fossem seus receios quanto a políticas individuais americanas, os alemães não tinham o menor desejo de ficar sozinhos e enfrentar a União Soviética, tendo como único apoio a França. Como quer que os governantes alemães avaliassem o mérito relativo das posições anglo-americanas sobre a questão do controle nuclear e da integração europeia, nenhum deles preferiria contar com as pequenas forças francesas em detrimento do vasto arsenal nuclear americano, ou com o apoio político da França a substituir o dos Estados Unidos. Havia, portanto, um limite inerente no que De Gaulle era capaz de conseguir, tomando um caminho antiamericano; seu esforço para impedir o surgimento de uma Alemanha nacionalista corria o risco de tentar o nacionalismo alemão a manobrar entre suas várias opções.

Foi uma peculiaridade das crises da década de 1960 que elas sempre atolaram na areia. Depois da crise de Berlim, de 1958-1963, não houve mais desafios soviéticos frontais aos interesses ocidentais

na Europa. Após as crises atlânticas, de 1960-1966, as questões da Otan acalmaram-se numa coexistência pacífica entre as concepções americana e francesa. Nos anos 1970, o governo Nixon, em seu "Ano da Europa", buscou reacender um pouco do espírito da abordagem de Kennedy, com ideias mais modestas. Soçobrou na velha rocha da oposição gaullista, e por razões bastante semelhantes. De tempos em tempos, a França tentava criar uma capacidade militar europeia verdadeiramente independente, mas a frieza americana e a ambivalência alemã impediam esses planos. Com as décadas, ambas as abordagens, americana e francesa, foram ultrapassadas pelos fatos.

Por ironia, no mundo pós-Guerra Fria, os dois adversários encontram-se agora num ambiente em que sua cooperação máxima tornou-se o elemento fundamental de um convívio atlântico e europeu criativo. A ideia wilsoniana de uma comunidade de estados democráticos, operando num propósito comum e por divisão de trabalho, servia para a ordem internacional dos anos 1950 e 1960, caracterizada, como foi, pela assoladora ameaça externa de uma ideologia totalitária e do quase monopólio nuclear e superioridade econômica dos Estados Unidos. Mas o desaparecimento de uma ameaça unificadora e o colapso ideológico do comunismo, juntamente com uma melhor distribuição da força econômica, impuseram à ordem internacional a necessidade de um equilíbrio mais sutil dos interesses nacionais e regionais. O comunismo, realmente, entrou em colapso, como Kennan, Acheson e Dulles haviam previsto. Mas no fim da linha não havia a esperar um mundo de idealismo wilsoniano, e sim uma forma virulenta do próprio nacionalismo que Wilson e seus discípulos tinham como "antiquado". De Gaulle não se mostraria surpreso diante deste novo mundo. Dificilmente o consideraria "novo". Ele teria argumentado que este mundo sempre existira, apenas levemente velado pelo fenômeno transitório da hegemonia de duas potências.

Ao mesmo tempo, o colapso do comunismo e a unificação da Alemanha derrubaram também a maioria das alegações de De Gaulle. Cético acerca de tudo, exceto do papel internacional do seu

próprio país, ele superestimou a capacidade da França de administrar os processos históricos completamente sozinha. A “nova ordem mundial” não foi mais receptiva ao sonho de De Gaulle, de predominância política francesa na Europa, que à liderança global incontestada dos Estados Unidos. A Alemanha unificada não necessita mais de certificados, dos seus aliados, de legitimidade superior *vis-à-vis* o rival alemão oriental. Com os antigos satélites europeus orientais da União Soviética agora também no jogo, a França se vê sem força para organizar um novo equilíbrio europeu totalmente só. A opção francesa tradicional, de conter a Alemanha buscando o reaproximação com a Rússia, está obstruída pelos dois resultados previsíveis da evolução da ex-União Soviética: se terminar no caos e na desordem, a Rússia será excessivamente fraca para agir como contrapeso da Alemanha; se o nacionalismo russo prevalecer e ocorrer a recentralização, o novo estado, ainda de posse de milhares de armas nucleares, poderia ser forte demais para servir de parceiro francês. Também é precipitado concluir que tal estado optaria pela França. Certamente, acharia bem tentadora a opção americana ou alemã. Acima de tudo, qualquer tentativa de cercar a Alemanha faria renascer o próprio nacionalismo que os seus governantes até agora conseguiram deixar em repouso, e que sempre foi o pesadelo constante da França. Os Estados Unidos permanecem, desse modo, como o mais confiável parceiro da França, mesmo que conceitualmente o mais difícil, assim como o resseguro disponível para sua política necessária de amizade com a Alemanha.

Portanto, no final do caminho que De Gaulle imaginou originalmente para tornar os Estados Unidos dispensáveis e, conforme os Estados Unidos esperavam, integraria melhor a França na Otan, a cooperação entre os velhos adversários amigáveis — algo como o relacionamento especial dos Estados Unidos com a Inglaterra — emergiu como chave do equilíbrio, como deveria ter sido quando, duas gerações antes, Wilson apareceu na França para livrar o Velho Mundo de suas extravagâncias e elevar-lhe os olhos para além do estado-nação.

Vietnã: entrando no atoleiro

Truman e Eisenhower



Tudo começou na melhor das intenções. Nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tomaram a si a criação de uma nova ordem internacional, a partir dos fragmentos de um mundo destruído. Reabilitaram a Europa, reergueram o Japão, impediram a expansão comunista na Grécia, na Turquia, em Berlim e na Coreia, entraram em suas primeiras alianças de tempo de paz e lançaram um programa de assistência técnica ao mundo em desenvolvimento. Países sob o guarda-chuva americano gozavam de paz, prosperidade e estabilidade.

Na Indochina, porém, todos os padrões dos Estados Unidos no exterior foram desmentidos. Pela primeira vez, na experiência americana internacional do século XX, a relação direta, quase de causa e efeito, entre seus valores e suas obras, começou a desgastar-se. A aplicação excessivamente universal de seus valores fez com que os americanos começassem a questioná-los e a se perguntar por que, afinal, deviam transpô-las para o Vietnã. Uma fenda abriu-se entre a crença na natureza excepcional da sua experiência nacional e os ajeitamentos e ambiguidades inerentes à geopolítica de conter o comunismo. Na caldeira do Vietnã, o excepcionalismo americano virou contra si mesmo. A sociedade americana não debateu, como outras poderiam ter feito, as deficiências práticas da sua política e sim a validade de qualquer

papel internacional. Foi esse aspecto do debate do Vietnã que abriu feridas muito dolorosas, de difícil cicatrização.

Raramente, o efeito dos atos de uma nação discreparam tanto da intenção original. No Vietnã, os Estados Unidos perderam de vista o princípio de política externa que Richelieu formulara três séculos antes: “[...] o que se vai apoiar e a força com que apoiar devem guardar proporção geométrica entre si” (vide [Capítulo 3](#)). Uma abordagem geopolítica teria separado o estrategicamente significativo do periférico. E questionado por que os Estados Unidos julgaram seguro não interferir em 1948, quando os comunistas conquistaram o imenso prêmio da China e, no entanto, identificavam sua segurança nacional com um país asiático muito menor que, havia 150 anos, não era independente e nunca o fora com aquelas fronteiras.

Quando, no século XIX, Bismarck, o arquiopraticante da *Realpolitik*, viu seus dois maiores aliados, Áustria e Rússia, às turras sobre a desordem nos Bálcãs que ficavam a algumas centenas de quilômetros das fronteiras alemãs, deixou bem claro que a Alemanha não iria à guerra por problemas balcânicos; os Bálcãs, em suas próprias palavras, não valiam os ossos de um granadeiro pomerânio. Os Estados Unidos não calculavam por essa álgebra. No século XIX, o presidente John Quincy Adams, operador astuto de política externa, advertira seus compatriotas contra aventuras no exterior à caça de “monstros distantes”. Mas o toque wilsoniano de política externa não permitia distinção entre os monstros a matar. Universalista quanto à ordem mundial, o wilsonismo não se prestava a análises da importância relativa dos vários países. A América era obrigada a lutar pelo que era correto, independentemente das circunstâncias locais e da geopolítica.

No desenrolar do século XX, um presidente após outro proclamou que os Estados Unidos não tinham interesses “egoístas” e sua principal meta internacional, talvez a única, era a paz e o progresso universais. Imbuído desse espírito, em seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1949, Truman comprometeu grandiosamente o país com o objetivo de um mundo em que “todas

as nações e todos os povos sejam livres para se governarem como melhor lhes convier [...]”. Nenhum interesse puramente nacional estaria em vista: “Não buscamos território. Não impusemos nossa vontade a ninguém. Não pedimos privilégio que não déssemos a outros”. Os Estados Unidos iam “reforçar as nações amantes da liberdade contra os perigos da agressão”, dando “assessoria militar e equipamento às nações livres que cooperarem conosco na manutenção da paz e da segurança”.¹ A liberdade de cada nação independente se tornara o objetivo nacional, sem levar em consideração sua importância estratégica para os Estados Unidos.

Em seus dois discursos de posse, Eisenhower retomou o tema numa linguagem ainda mais elevada. Descreveu um mundo em que tronos se haviam derrubado, vastos impérios haviam sido desfeitos e novas nações tinham surgido. Nesse tumulto, o destino incumbira os Estados Unidos de defenderem a liberdade, sem considerações geográficas ou cálculos de interesse nacional. Eisenhower deu a entender, mesmo, que tais cálculos iam contra o sistema americano de valores, no qual todas as nações e povos são tratados com igualdade:

Considerando a defesa da liberdade como a própria liberdade, única e indivisível, respeitamos e honramos igualmente todos os continentes e povos. Rejeitamos qualquer insinuação de que uma raça ou outra, um povo ou outro, seja, em qualquer sentido, inferior ou sacrificável.²

Eisenhower mostrou a política externa americana diferente de qualquer outra; uma extensão das responsabilidades morais dos Estados Unidos, não o produto medido de riscos e recompensas. O teste da política americana não era a exequibilidade — tida como certa — mas o mérito: “Pois a história não confia por muito tempo a guarda da liberdade aos fracos ou aos tímidos”.³ A liderança era a sua própria recompensa; o benefício da América era o privilégio de ajudar os outros a se ajudarem. Altruísmo desses não comportava limitação política ou geográfica.

Em seu único discurso de posse, Kennedy levou ainda mais longe o tema do altruísmo dos Estados Unidos e sua obrigação para

com o mundo. Proclamando sua geração como descendente linear da primeira revolução democrática do mundo, penhorou seu governo, em linguagem elevada, a não

[...] permitir o fim lento dos direitos humanos a que esta nação sempre se devotou, e nos quais estamos hoje empenhados em casa e ao redor do mundo. Saibam todas as nações, quer nos queiram bem, quer não, que pagamos qualquer preço, tomamos qualquer carga, enfrentamos qualquer ônus, apoiamos qualquer amigo, contra qualquer inimigo, para garantir a sobrevivência e a exaltação da liberdade.⁴

O arco do compromisso global americano não tinha a ver com qualquer interesse de segurança nacional específico e não excetuava país ou região do mundo. A peroração eloquente de Kennedy era o reverso do dito de Palmerston de que a Inglaterra não tinha amigos, tinha interesses; a América, na busca da liberdade, não tinha interesses, só tinha amigos.

Na época do discurso de posse de Lyndon B. Johnson, em 20 de janeiro de 1965, a sabedoria convencional culminara na ideia de que os engajamentos externos dos Estados Unidos, brotados organicamente do seu sistema democrático de governo, haviam eliminado a distinção entre responsabilidades internas e internacionais. Para os Estados Unidos, declarou Johnson, estrangeiro nenhum era caso perdido: “Perigos e dificuldades terríveis, que chamávamos ‘de fora’, vivem agora entre nós. Se vamos perder vidas e gastar tesouro americano em países que mal conhecemos, é o preço da convicção e de nosso firme comprometimento que essa mudança cobra”.⁵

Muito depois, entrou na moda citar essas declarações como arrogância do poder ou como pretextos hipócritas para a dominação americana. O cinismo fácil interpreta mal a essência da fé política da América, que é “ingênua” e retira dessa ingenuidade motivação para grandes feitos. A maioria dos países vai à guerra em reação a ameaças concretas e definíveis à sua segurança. Neste século, os Estados Unidos foram à guerra — da Primeira Guerra Mundial à Guerra do Golfo, em 1991 — em grande parte, pelo que julgam

obrigação moral de resistir à agressão ou à injustiça, como guardiões da segurança coletiva.

Esse compromisso foi muito forte na geração dos estadistas que testemunharam, na juventude, a tragédia de Munique. Tinham gravada na alma a lição de que não reagir à agressão — como e onde for — obriga a agir mais tarde, em circunstâncias muito piores. Desde Cordell Hull, todos os secretários de estado repetiram esse tema. Era o único ponto em que Dean Acheson e John Foster Dulles concordavam.⁶ A análise geopolítica dos perigos da tomada comunista de um país distante seguia o duplo *slogan* de resistir à agressão no abstrato e evitar a difusão do comunismo. A vitória comunista na China reforçou a convicção dos formuladores americanos de que mais expansão comunista era intolerável.

Documentos e declarações oficiais da época mostram que essa linha era praticamente incontestada. Em fevereiro de 1950, quatro meses antes do conflito coreano, o documento National Security Council Report 64 (NSC-64) concluiu que a Indochina, “área fundamental do sudeste asiático, está sob ameaça imediata”.⁷ O memorando debutou na chamada Teoria do Dominó, pela qual, se a Indochina caísse, a Birmânia e a Tailândia cairiam em pouco tempo, com “o equilíbrio do sudeste asiático em grande perigo”.⁸

Em janeiro de 1951, Dean Rusk declarou que “não seguir o curso atual ao máximo de nossa capacidade seria desastroso aos nossos interesses, na Indochina e no restante do sudeste asiático”.⁹ Em abril do ano anterior, o documento NSC-68 concluía que o equilíbrio global estava em risco na Indochina: “[...] qualquer aumento substancial da área sob o domínio do Kremlin poderia impedir que se forme a coalizão adequada para enfrentar o Kremlin”.¹⁰

Mas seria mesmo, como está implícito no documento, que cada sucesso comunista ampliava a área controlada pelo Kremlin — com a experiência do titoísmo? É de admitir que a Indochina no campo comunista poderia, por si só, mudar o equilíbrio de poder global? Como estas perguntas não surgiram, os Estados Unidos jamais

captaram a realidade geopolítica de que, no sudeste asiático, o compromisso global atingia o ponto de superextensão — como Walter Lippmann advertira (vide [Capítulo 18](#)).

Havia enormes diferenças na natureza das ameaças. Na Europa, a principal ameaça emanava da superpotência soviética. Na Ásia, a ameaça aos interesses americanos vinha de potências secundárias, na melhor das hipóteses suplentes da União Soviética e sobre as quais o controle soviético era — ou dever-se-ia julgar — questionável. Na realidade, à medida que a Guerra do Vietnã evoluiu, os Estados Unidos passaram a lutar contra o procurador do suplente, ambos profundamente desconfiados do representado. Na análise americana, o equilíbrio global estava sob ação do Vietnã do Norte, supostamente controlado por Pequim, que, por sua vez, se presumia controlada por Moscou. Na Europa, os Estados Unidos defendiam estados históricos; na Indochina, lidavam com sociedades a construir estados pela primeira vez. As nações europeias tinham tradição de cooperar na defesa do equilíbrio de poder. No sudeste asiático, o estado mal emergia, o conceito de equilíbrio de poder era estranho e não havia precedente de cooperação entre os estados existentes.

Essas diferenças fundamentais entre a geopolítica da Europa e da Ásia, juntamente com os interesses americanos em ambas, foram submersas na abordagem universalista e ideológica da política externa dos Estados Unidos. O golpe tcheco, o bloqueio de Berlim, o teste da bomba atômica soviética, a vitória comunista na China e o ataque comunista à Coreia do Sul foram agrupados pelos americanos em uma só ameaça global — aliás, uma conspiração global sob comando central. A *Realpolitik* teria buscado limitar a Guerra da Coreia à mais estreita dimensão possível; a visão maniqueísta americana do conflito foi na direção oposta. Atribuindo à Coreia um significado global, Truman somou ao seu despacho de tropas americanas o anúncio de mais ajuda militar à França em sua própria guerra contra as guerrilhas comunistas na Indochina (chamadas, então, o Vietminh), e deslocou a Sétima Esquadra para proteger Taiwan. Os pensadores americanos fizeram uma analogia

entre os ataques simultâneos da Alemanha e do Japão na Europa e na Ásia na Segunda Guerra Mundial, e as manobras de Moscou e Pequim nos anos 1950, a União Soviética substituindo a Alemanha, e a China no lugar do Japão. Em 1952, um terço dos gastos franceses na Indochina era subsidiado pelos Estados Unidos.

A entrada americana na Indochina colocou uma questão moral inteiramente nova. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) defendia democracias; a ocupação americana importara instituições democráticas para o Japão; a Guerra da Coreia travou-se para repelir um ataque à independência de pequenas nações. Na Indochina, entretanto, o argumento da política de contenção teve, de início, termos quase exclusivamente geopolíticos, tornando ainda mais difícil incorporá-las à ideologia americana. Entre outras coisas, a defesa da Indochina batia de frente com a tradição anticolonial da América. Tecnicamente colônias francesas, os estados da Indochina nem eram democracias nem independentes. Embora, em 1950 a França fizesse de suas três colônias, Vietnã, Laos e Camboja, “Estados Associados da União Francesa”, a nova denominação estava longe da independência, por temer a França que, se lhes desse soberania total, não poderia deixar por menos nas três possessões norte-africanas — Tunísia, Argélia e Marrocos.

Na Segunda Guerra Mundial, o sentimento anticolonialista americano focalizou a Indochina com especial intensidade. Roosevelt antipatizava com De Gaulle e não era grande admirador da França, especialmente após o colapso de 1940. No decorrer da guerra, Roosevelt tivera a ideia de fazer da Indochina uma curadoria das Nações Unidas, na forma legal de *trusteeship*,¹¹ embora começasse a recuar em Yalta. A ideia foi abandonada por Truman, que desejava apoio francês na formação da Aliança do Atlântico.

Em 1950, o governo Truman concluíra que a segurança do mundo livre exigia que a Indochina ficasse fora das mãos comunistas — na prática flexionando os princípios anticoloniais da América para apoiar a luta francesa na Indochina. Truman e Acheson não viram outra alternativa, pois a Junta dos Chefes de Estado-Maior avisou que as forças armadas americanas estavam no limite, com os

compromissos simultâneos na Otan e na Coreia, e que nada poderia ser destacado para a defesa da Indochina — mesmo que fosse invadida pela China.¹² Não havia opção, exceto contar com o exército francês, que teria de resistir aos comunistas indochineses com o apoio financeiro e logístico americano. Após a vitória, os Estados Unidos tentavam reconciliar suas convicções estratégicas e anticolonialistas pressionando pela independência.

Aliás, o engajamento inicial americano na Indochina, em 1950, inaugurou o padrão futuro de envolvimento: com tamanho suficiente para enrascar os Estados Unidos, mas insuficiente para decidir o conflito. Nos primeiros estágios do sorvedouro, isso se deveu ao desconhecimento das reais condições e à quase impossibilidade de operar por meio de duas camadas de autoridade colonial francesa, mais as autoridades locais que os tais Estados Associados do Vietnã, Laos e Camboja pudessem criar.

Não querendo passar por partidários do colonialismo, os chefes de estado-maior e o departamento de estado tentaram proteger o flanco moral do país, pressionando a França por uma independência eventual.¹³ Essa delicada cena de equilibrismo, por fim, caiu no colo do departamento de estado, que mostrou sua visão das complexidades denominando seu programa indochinês como Operação *Eggshell* (casca de ovo). Infelizmente, o codinome indicava melhor a difícil situação do que o conteúdo do programa foi capaz de solucionar. A ideia era estimular a França a dar independência à Indochina, e encorajá-la a prosseguir no combate anticomunista.¹⁴ Não se explicou por que a França iria arriscar vidas numa guerra destinada a tornar sua presença dispensável.

Dean Acheson descreveu o dilema com a mordacidade de sempre. Por um lado, afirmou, os Estados Unidos podiam “perder a partida”, se continuassem a apoiar as “antiquadas atitudes coloniais” da França; por outro, se pressionassem demais, a França podia simplesmente desistir: “Tudo bem, fiquem com o país todo. Não o queremos mais”.¹⁵ A “solução” de Acheson reafirmava a contraditória política americana: aumentar a ajuda à Indochina, mas incitar a

França e seu governante local escolhido, Bao Dai, a “trazer os nacionalistas para o seu lado”.¹⁶ Não sugeria como sair do dilema.

Quando Truman se preparava para deixar o governo, a evasiva já era a política oficial. Em 1952, um memorando do Conselho de Segurança Nacional (CSN) formalizou a Teoria do Dominó e deu-lhe caráter amplo. Considerando um ataque militar à Indochina perigo “inerente à existência de uma China comunista agressiva e hostil”,¹⁷ dizia que perder um só país do sudeste asiático levaria “à submissão relativamente rápida ou a um alinhamento do restante com o comunismo. Mais adiante, a queda do sudeste asiático e da Índia resultaria na perda progressiva do Oriente Médio (com a possível exceção de, pelo menos, Paquistão e Turquia)”.¹⁸

Obviamente, se a estimativa era realista, um colapso tão amplo poria em perigo também a segurança e a estabilidade da Europa, além de “tornar extremamente difícil impedir a eventual acomodação do Japão com o comunismo”.¹⁹ O memorando do CSN não dizia por que o colapso seria assim, automático ou tão global. E não explorava a possibilidade de se abrir um aceiro protetor nas fronteiras da Malásia e da Tailândia, muito mais estáveis que a Indochina — como queriam os ingleses. Tampouco, o perigo longo para a Europa era admitido pelos aliados europeus dos Estados Unidos que, nos anos seguintes, se recusariam terminantemente a participar da defesa da Indochina.

A tese do desastre na Indochina vinha com um remédio nem remotamente capaz de resolver o problema — de fato, não era sequer um remédio. O impasse na Coreia — pelo menos temporariamente — tirara a disposição dos Estados Unidos de travar outra guerra terrestre na Ásia. “Não podíamos ter outra Coreia, não podíamos pôr forças terrestres na Indochina”, disse Acheson. Seria “um erro, e um erro inútil, defender a Indochina na Indochina”.²⁰ A observação enigmática parece significar que, se a Indochina era de fato o fulcro do equilíbrio global, e se a China era de fato a fonte do problema, os Estados Unidos teriam de atacar a própria China, pelo menos com força aérea e naval — precisamente ao que Acheson se recusara, veementemente, na Coreia. Ela deixava em aberto

também a questão de como responderiam os Estados Unidos se os franceses e seus aliados indochineses fossem derrotados por forças comunistas nativas, sem a entrada dos chineses na guerra. Se Hanói era procuradora de Pequim, e Pequim suplente de Moscou, como o executivo e o congresso acreditavam, os Estados Unidos seriam forçados a escolher seriamente entre suas convicções geopolíticas e anticoloniais.

Sabemos hoje que logo após vencer sua guerra civil a China comunista passou a considerar a União Soviética a ameaça mais séria à sua independência, e que, historicamente, o Vietnã tem a mesma apreensão em relação à China. Portanto, uma vitória comunista na Indochina, nos anos 1950, teria acelerado, muito provavelmente, todas essas rivalidades. Seria, também, um desafio ao Ocidente, mas não uma conspiração central.

Por outro lado, o memorando CSN não era tão superficial quanto pareceu mais tarde. Mesmo sem a conspiração central, e ao que o Ocidente sabia na época, a Teoria do Dominó *poderia* ser válida. O primeiro-ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew, homem sensato e previdente, pensava assim, e em geral tinha razão. No imediato pós-guerra, o comunismo ainda tinha substancial dinamismo ideológico. A falência clara de sua administração econômica ainda estava a uma geração de distância. Muita gente nas democracias, em especial nos países recém-independentes, considerava o mundo comunista estruturado para ultrapassar o mundo capitalista em capacidade industrial. Os governos de muitos dos países recentes eram frágeis e ameaçados pela insurreição interna. No exato momento em que se escrevia o memorando do CSN, uma guerra de guerrilha comunista ocorria na Malásia.

Os formuladores de Washington tinham bons motivos para preocupar-se com a conquista da Indochina por um movimento que já engolfara a Europa Oriental e tomara a China. Fosse ou não organizada centralmente, a expansão comunista parecia ter vigor para arrastar as novas e frágeis nações do sudeste asiático para o campo antiocidental. A verdadeira questão não era se alguns dominós poderiam cair no sudeste asiático, o que era provável, mas

se não existiriam lugares melhores, na região, onde marcar o limite — por exemplo, ao redor, em países onde os elementos políticos e de segurança eram melhores, como na Malásia e na Tailândia. E, certamente, a conclusão política do CSN — que, se a Indochina caísse, até a Europa e o Japão poderiam vir a crer na onda comunista e adaptar-se — ia longe demais.

A herança de Truman ao sucessor, Dwight D. Eisenhower, foi um programa anual de assistência militar para a Indochina, de cerca de US\$ 200 milhões (mais de US\$ 1 bilhão, em dólares de 1993) e uma teoria estratégica em busca de uma política. O governo Truman não teve de enfrentar o distanciamento entre a doutrina estratégica e suas convicções morais, ou a escolha entre a *rationale* geopolítica e a capacidade americana: tocou a Eisenhower lidar com o primeiro desafio; a Kennedy, Johnson e Nixon, com o segundo.

O governo Eisenhower não questionou o compromisso herdado com a segurança da Indochina. Buscou harmonizar sua doutrina estratégica com suas convicções morais, aumentando a pressão por uma reforma na Indochina. Em maio de 1953 — quatro meses depois de assumir como presidente —, Eisenhower instruiu o embaixador americano na França, Douglas Dillon, a pressionar os franceses para nomearem novos governantes com autoridade para “ganhar a vitória” na Indochina e, ao mesmo tempo, fazerem “declarações claras, inequívocas, repetidas quantas vezes for necessário”, de que a independência viria “assim que a vitória sobre os comunistas se concretizasse”.²¹ Em julho, Eisenhower queixou-se ao senador Ralph Flanders que a promessa francesa de independência fora feita “em estilo obscuro e indireto — em vez de corajosa, direta e repetida”.²²

Para a França, o problema já ultrapassara a reforma política. Suas forças na Indochina estavam emaranhadas numa guerrilha desesperadora, na qual não tinham a menor experiência. Numa guerra convencional com linhas de frente claras, o poder de fogo, em geral, leva a melhor. A guerrilha normalmente não tem posições fixas, e os guerrilheiros escondem-se na população. A guerra convencional é pelo controle do terreno; a guerrilha diz respeito à

segurança da população. Como a guerrilha não está ligada à defesa do território em particular, fica em posição de escolher o campo de batalha e de regular as baixas de *ambos* os lados.

Numa guerra convencional, o índice de 75% na batalha garante a vitória. Na guerrilha, proteger a população 75% do tempo é derrota. Segurança de 100% em 75% do país é muito melhor que 75% de segurança em 100% do país. Se as forças de defesa não puderem dar uma segurança quase perfeita à população — pelo menos na área considerada essencial —, a guerrilha vai vencer, mais cedo ou mais tarde.

A equação da guerrilha é tão simples de formular quanto é difícil de executar: o exército da guerrilha vence enquanto não perder; o exército convencional perde se não vencer. Quase nunca empata. O país que se envolver numa guerra de guerrilhas deve se preparar para um longo embate. O exército guerrilheiro pode adotar por muito tempo a tática de matar e correr, mesmo com forças mínimas. A vitória definitiva é muito rara; guerrilhas bem-sucedidas terminam, em geral, depois de um longo período. Os exemplos mais notáveis de vitória sobre forças guerrilheiras ocorreram na Malásia e na Grécia, onde as forças de defesa venceram porque as guerrilhas foram cortadas das fontes de suprimento no exterior (na Malásia, pela geografia; na Grécia, devido ao rompimento de Tito com Moscou).

Nem o exército francês, nem o americano, que lhe seguiu os passos uma década depois, solucionaram o enigma da guerrilha. Ambos fizeram a guerra que compreendiam e para a qual haviam sido treinados e equipados — operações militares clássicas e convencionais, em linhas de frente claramente demarcadas. Ambos, com poder de fogo superior, buscaram a guerra de atrito. Ambos viram essa estratégia voltada contra eles por um inimigo que, lutando em seu próprio país, poderia exauri-los pela paciência e gerar pressões internas pelo fim do conflito. As baixas aumentavam e não se chegava aos critérios de progresso.

A França admitiu a derrota mais rapidamente que os Estados Unidos, pois suas forças estavam mais espalhadas, querendo controlar todo o Vietnã com um terço do efetivo que, mais tarde, os Estados Unidos empregariam para defender metade do país. A França estava sendo vencida por um lado e por outro, como os Estados Unidos uma década depois: quando se concentrava nos centros populacionais, os comunistas dominavam a maior parte do interior; quando ela tentava sair para proteger o interior; os comunistas atacavam as cidades e os fortes, um a um.

Algo no Vietnã desesperava o raciocínio dos estrangeiros que se metiam nele. Estranhamente, a Guerra do Vietnã francesa atingiu o auge num entroncamento de estradas chamado Dien Bien Phu, na remota extremidade noroeste do Vietnã, junto à fronteira do Laos. A França pôs uma força de elite em posição ali na esperança de atrair os comunistas para uma batalha campal de atrito e, com isso, enfiou-se numa situação absurda. Se os comunistas ignorassem a posição francesa, essas forças seriam desperdiçadas num dispositivo distante de áreas com significado estratégico. Se os comunistas mordessem a isca, só poderia ser na convicção de estarem à beira de uma vitória decisiva. A França reduzira suas opções à irrelevância ou à derrota.

Os franceses subestimaram muito a resistência e o engenho do inimigo — como os americanos dez anos depois. Em 13 de março de 1954, os norte-vietnamitas lançaram um grande ataque a Dien Bien Phu que, já no assalto inicial, arrasou dois fortes externos que deveriam dominar o terreno alto. Usaram uma artilharia de que ninguém tinha conhecimento, fornecida pela China, após a Guerra da Coreia. Dali, era questão de tempo o restante da força francesa ser aniquilado. Exausto pelo que agora era uma guerra de atrito, e vendo pouco sentido em lutar só para ter de se retirar da Indochina por pressão americana, um novo governo francês aceitou a proposta soviética de uma conferência sobre a Indochina, no mês de abril em Genebra.

A iminência do encontro fez os comunistas aumentarem a pressão militar e forçou o governo Eisenhower a escolher entre suas

teorias e suas possibilidades. A queda de Dien Bien Phu obrigaria a França a ceder uma porção substancial, se não todo o Vietnã, aos comunistas. Mas Dien Bien Phu só poderia salvar-se por uma escalada militar para a qual a França não tinha nem recursos nem disposição. Os Estados Unidos teriam de decidir se validavam a Teoria do Dominó com uma ação militar direta.

Quando o chefe do estado-maior francês, general Paul Ely, visitou Washington em 23 de março, o almirante Arthur Radford, *chairman* dos chefes de estado-maior americanos, deu-lhe a impressão de que recomendaria um ataque aéreo maciço contra posições comunistas ao redor de Dien Bien Phu — incluindo, possivelmente, o uso de armas nucleares. Dulles, no entanto, estava por demais comprometido com a segurança coletiva para aceitar esse passo sem elaborar um fundamento diplomático para o mesmo. Num importante discurso em 29 de março de 1954, ele concitou de fato a uma ação militar coletiva para salvar a Indochina dos comunistas, com o argumento tradicional da escola antiapaziguamento, de que não agir logo exigiria ações muito mais onerosas no futuro:

[...] a imposição ao sudeste asiático do sistema político da Rússia comunista e de seu aliado comunista chinês, por quaisquer meios, seria grave ameaça a toda a comunidade livre. Os Estados Unidos acham que isso não pode ser passivamente aceito e deve ser enfrentado por uma ação unida. Implica sérios riscos, mas os riscos são muito menores do que os encontraremos ali adiante, se não ousarmos ser resolutos hoje [...]²³

Sob a bandeira da "Ação Unida", Dulles propôs uma coalizão de Estados Unidos, Inglaterra, França, Nova Zelândia, Austrália e Estados Associados da Indochina, para dar um fim ao avanço comunista na Indochina. Eisenhower juntou-se na conclamação de uma ação coletiva embora certamente o fizesse mais para frustrar a intervenção que para promovê-la. Sherman Adams, chefe do gabinete civil de Eisenhower, descreveu a atitude do presidente assim:

Após evitar uma guerra total com a China Vermelha no ano anterior, na Coreia, quando contava com apoio das Nações Unidas, Eisenhower não estava com a menor disposição de provocar outra na Indochina [...] sem os aliados ingleses e os outros aliados ocidentais.²⁴

Eisenhower corporificava o estranho fenômeno da política americana no qual presidentes que aparentam ser os mais abertos muitas vezes são os mais complexos. Nesse sentido, Eisenhower foi um precursor de Ronald Reagan, pois conseguia ocultar extraordinárias habilidades manipulativas por trás de um verniz de calorosa afabilidade. Como em relação a Suez dois anos depois, e novamente em relação a Berlim, as palavras de Dulles eram de linha-dura — no caso, o plano Radford de intervenção aérea ou alguma variante dele. Eisenhower, quase certamente, preferia evitar por completo a ação militar. Ele conhecia demais as questões militares para acreditar que um único ataque aéreo pudesse ser decisivo e relutava em aplicar a retaliação maciça (estratégia oficial) contra a China. E não tinha estômago para uma delongada guerra terrestre no sudeste asiático. Além disso, Eisenhower já tivera experiências com a diplomacia de coalizão, para achar que a Ação Unida se resolvesse a tempo de influir no destino de Dien Bien Phu. Para Eisenhower, sem dúvida era uma saída, considerando-se que preferia perder a Indochina a macular os Estados Unidos com a acusação de pró-colonialistas. Como ele escreveu num trecho não publicado das suas memórias: “[...] a posição dos Estados Unidos, como a mais poderosa das potências anticolonialistas, é um trunfo de valor incalculável para o Mundo Livre[...] Portanto, mais se deveria proteger a posição moral americana, que Tonkin, na realidade, que toda a Indochina”.²⁵

Malgrado as ressalvas pessoais, Dulles e Eisenhower fizeram um esforço expressivo para efetivar a Ação Unida. Em 4 de abril de 1954, em longa carta, Eisenhower apelou a Churchill, que estava em seu último ano como primeiro-ministro:

Se a França não tiver êxito e a Indochina passar para mãos comunistas, o efeito final sobre a vossa e a nossa posição estratégica global, com a mudança de poder relativo em toda Ásia e no Pacífico, poderia ser

desastrosa e, eu sei, inaceitável para você e para mim. É difícil perceber como a Tailândia, a Birmânia e a Indonésia deixariam de cair em mãos comunistas. Isso não podemos permitir. A ameaça à Malásia, à Austrália e à Nova Zelândia seria direta. A corrente das ilhas estaria rompida. A pressão econômica sobre o Japão, privado dos mercados não comunistas e de fontes de alimentos e matérias primas, seria de tal ordem que, depois de algum tempo, é difícil imaginar como o Japão poderia ser impedido de chegar a uma acomodação com o mundo comunista, o que combinaria o potencial humano e os recursos naturais da Ásia com o potencial industrial do Japão.²⁶

Churchill, porém, não se convenceu e Eisenhower não mais tentou conquistá-lo. Embora dedicado ao "relacionamento especial" com os Estados Unidos, Churchill era, em primeiro lugar, inglês e via na Indochina mais perigos que vantagens. Não comprou a ideia de que os dominós caíam tão inexoravelmente, ou que um contratempo de colônia levasse à catástrofe global.

Churchill e Anthony Eden achavam que o melhor lugar para defender o sudeste asiático era nas fronteiras da Malásia; Churchill enviou, portanto, a resposta interlocutória de que Eden transmitiria a decisão do gabinete a Dulles, que embarcava para Londres. O jeito de Churchill, de evitar a substância, não deixou dúvidas de que a Inglaterra buscava a maneira suave de rejeitar a Ação Unida. Boa notícia Churchill teria dado pessoalmente. Além disso, a antipatia de Eden por Dulles era proverbial. Mesmo antes da chegada do secretário de estado, Eden "considerava pouco realista esperar que se pudessem impor termos de vencedor a um exército não derrotado".²⁷

Em 26 de abril, Churchill expressou suas ressalvas ao almirante Radford, que estava de visita em Londres. Segundo o registro oficial, Churchill advertiu sobre uma "guerra nas fímbrias, onde os russos eram fortes e podiam mobilizar o entusiasmo de povos nacionalistas oprimidos".²⁸ Não havia, de fato, fundamento racional para a Inglaterra envolver-se numa causa que Churchill descrevia assim:

O povo inglês não se influenciaria facilmente pelo que ocorreu nas selvas distantes do sudeste asiático; mas sabia bem de uma poderosa base

americana em East Anglia, e que a guerra com a China, que invocaria o pacto sino-russo, poderia significar um ataque de bombas de hidrogênio sobre estas ilhas.²⁹

Acima de tudo, tal guerra teria frustrado o grande sonho do velho guerreiro em seu último ano de governo — organizar uma reunião de cúpula com a liderança pós-Stalin “perfeita para expor aos russos todo o significado da força ocidental e convencê-los da insensatez de uma guerra”³⁰ (vide [Capítulo 20](#)).

Àquela altura, já passara tempo e, pouco importando a decisão da Inglaterra, a Ação Unida não poderia mais salvar Dien Bien Phu, que caiu dia 7 de maio, mesmo com os diplomatas a discutirem a Indochina em Genebra. Como ocorre com frequência com a segurança coletiva, a Ação Unida fora um alibi para não se fazer nada.

O debate sobre a intervenção em Dien Bien Phu demonstrou, sobretudo, a confusão que começava a baixar sobre a política com o Vietnã e a crescente dificuldade em conciliar a análise geopolítica, a doutrina estratégica e a convicção moral. Se fosse verdade que uma vitória comunista na Indochina faria os dominós caírem desde o Japão até a Indonésia, como Eisenhower previra na carta a Churchill e em entrevista à imprensa no dia 7 de abril, os Estados Unidos teriam de marcar um limite sem os outros países, especialmente considerando-se que a contribuição militar dos potenciais participantes da Ação Unida teria sido, em grande parte, simbólica. Embora a ação coletiva fosse preferível, certamente não era condição para a defesa do equilíbrio global, se era disso mesmo que se tratava. Por outro lado, quase na mesma época em que estava tentando organizar a ação coletiva, o governo mudara sua doutrina militar para a “retaliação maciça”. Atacar a fonte da agressão significava, na prática, que uma guerra na Indochina seria contra a China. Mas não havia base moral ou política para ataques aéreos a um país que participava apenas indiretamente da Guerra do Vietnã e por uma causa que Churchill resumira a Radford como excessivamente periférica e perigosa para se sustentar por muito tempo junto à opinião pública ocidental.

Sem dúvida, os líderes pós-stalinistas do Kremlin pensariam muitas vezes, em seu primeiro ano no poder, antes de enfrentar os Estados Unidos por causa da China. Todavia, como os comandantes americanos eram incapazes de descrever os alvos ou as consequências prováveis de uma retaliação maciça contra a China (ou mesmo dentro da Indochina), e a independência da Indochina era ainda só um plano, não havia base realista para a intervenção. Eisenhower, sensatamente, adiou as cartas na mesa até que as várias tendências americanas se harmonizassem. Infelizmente, ainda não estavam em harmonia uma década depois, quando os Estados Unidos, fazendo vista grossa ao tamanho do empreendimento, assumiram confiantes a tarefa em que a França vergonhosamente falhara.

Considerando que a União Soviética e a China temiam a intervenção americana, a diplomacia Eisenhower-Dulles de ameaças implícitas ajudou a Conferência de Genebra a chegar a um resultado muito melhor do que a situação militar no local permitia. Os Acordos de Genebra, de julho de 1954, previam a divisão do Vietnã no paralelo 17. Deixando aberto o caminho da unificação, a divisão não foi descrita como “fronteira política”, mas como uma disposição administrativa para facilitar o reagrupamento das forças militares antes das eleições internacionalmente supervisionadas. Estas seriam realizadas em dois anos. Todas as forças externas deveriam sair dos três estados indochineses no prazo de 300 dias; foram proscritas bases e alianças estrangeiras.

Catalogar as várias cláusulas, no entanto, dá uma impressão errada de formalidade e rigor aos Acordos de Genebra. Havia muitos signatários para diferentes seções do acordo, não havendo, porém, partes contratantes e, portanto, “obrigações coletivas”.³¹ Richard Nixon resumiu mais tarde a miscelânea: “Nove países reuniram-se em conferência e produziram seis declarações unilaterais, três acordos bilaterais de trégua e uma declaração não assinada”.³²

Isso significava o fim às hostilidades, o Vietnã dividido e as consequências políticas empurradas para o futuro. Analistas amadores costumam atribuir a ambiguidade de tais acordos à

confusão ou à duplicidade dos negociadores — acusação depois levantada contra os Acordos de Paz de Paris, de 1973. Porém, mais das vezes, documentos ambíguos como os Acordos de Genebra refletem a realidade; solucionam o que é possível, sabendo bem que um refinamento adicional deve aguardar novos acontecimentos. O interlúdio, às vezes, permite surgir uma nova constelação política sem conflitos; outras vezes, o conflito recomeça, forçando cada parte a rever seu lance.

Em 1954, houve um impasse desconfortável, que nenhum dos partidos estava em posição de romper. A União Soviética não estava preparada para a confrontação, pouco tempo após a morte de Stalin e tinha interesses apenas marginais no sudeste asiático; a China temia outra guerra com os Estados Unidos, menos de um ano depois da Coreia (especialmente à luz da nova doutrina americana de retaliação maciça); a França estava de saída; os Estados Unidos não tinham a estratégia e o apoio do público para a intervenção; e os comunistas vietnamitas ainda não tinham força para continuar a guerra sem suprimentos externos.

Ao mesmo tempo, nada do que foi alcançado na Conferência de Genebra alterou os pontos de vista dos atores. O governo Eisenhower não perdeu a convicção de que a Indochina era elemento fundamental ao equilíbrio de poder asiático — talvez, mundial — nem renunciou por completo à intervenção militar, apenas a entrar ao lado da França colonial. O Vietnã do Norte não abandonou o objetivo de unificar a Indochina sob um governo comunista, pelo que lutava havia duas décadas. A nova liderança soviética continuou a declarar-se engajada na luta de classes internacional. Em doutrina, a China era o mais radical dos países comunistas, embora, como se viu décadas depois, passasse a maioria das suas convicções ideológicas pelo prisma do próprio interesse nacional. E a percepção chinesa do interesse nacional era ambivalente sobre uma potência, mesmo comunista, em sua fronteira sul — resultado inevitável de uma unificação da Indochina sob governo comunista.

Dulles manobrou habilmente, nesse emaranhado. Preferia, quase certamente, a intervenção militar e a destruição do comunismo, mesmo no Norte. Em 13 de abril de 1954, por exemplo, declarou que o único resultado “satisfatório” seria a retirada completa dos comunistas da Indochina.³³ Muito ao contrário, viu-se em uma conferência cujo único resultado possível seria conceder ao governo comunista do Vietnã do Norte um ar de legitimidade que, por sua vez, aumentaria a influência comunista em toda a Indochina. Com a postura do “puritano em casa de má fama”,³⁴ Dulles tentou elaborar um acordo que, embora “nos desse náuseas”, estaria “sem a mancha do colonialismo francês”.³⁵ Pela primeira vez no processo de envolvimento americano no Vietnã, a análise estratégica e a convicção moral coincidiam. Dulles definiu a meta americana como colaborar na “chegada de decisões que ajudem as nações da área a gozarem pacificamente de integridade territorial e independência política, sob governos estáveis e livres, podendo expandir suas economias”.³⁶

A dificuldade imediata, obviamente, foi os Estados Unidos terem-se recusado a participar oficialmente da Conferência de Genebra. Tentaram a ausência presente — na cena, em apoio aos seus princípios, de fora, para evitar a censura interna pelo abandono de alguns deles. A ambiguidade americana vê-se melhor em uma declaração conclusiva de que os Estados Unidos “tomam boa nota” das declarações finais e “abster-se-ão da ameaça ou uso de força para perturbá-las”. Ao mesmo tempo, a declaração advertia, “consideram qualquer nova agressão que viole as disposições supramencionadas com grave preocupação e como séria ameaça à paz e à segurança internacionais”.³⁷ Não tenho notícia de outro caso na história diplomática de uma nação garantir um acordo que se recusou a assinar, e sobre o qual expresse ressalvas tão veementes.

Dulles não pôde impedir a consolidação comunista no Vietnã do Norte, mas esperava evitar que os dominós tombassem no restante da Indochina. Ante o que ele e Eisenhower viam como o duplo mal do colonialismo e do comunismo, livrou-se do colonialismo francês e estaria, agora, livre para concentrar-se em conter o comunismo. Ele

considerou a virtude de Genebra sua criação de um quadro político que harmonizava os objetivos militares e políticos dos Estados Unidos e dava base legal para reagir a novos avanços comunistas.

De sua parte, os comunistas ocuparam-se em estabelecer seu sistema de governo ao norte do paralelo 17, objetivo que atingiram com a crueldade característica, matando pelo menos 50 mil pessoas e mandando outras 100 mil aos campos de concentração. De 80 a 100 mil guerrilheiros comunistas foram para o norte, enquanto o Vietnã do Sul recebeu um milhão de norte-vietnamitas em fuga. No sul, os Estados Unidos descobriram em Ngo Dinh Diem um líder que julgaram poder apoiar. Ele possuía um histórico nacionalista irretocável; infelizmente, a devoção à democracia não era o seu forte.

A sábia decisão de Eisenhower de não se enredar no Vietnã em 1954 era tática, não estratégica. Depois de Genebra, ele e Dulles continuavam convencidos da importância estratégica decisiva da Indochina. Com o desfalque da Indochina, Dulles deu os retoques finais à estrutura de segurança coletiva que antes fracassara naquele ano. A Organização do Tratado do Sudeste Asiático (The Southeast Asia Treaty Organization — Seato), criada em setembro de 1954, além dos Estados Unidos, compunha-se do Paquistão, das Filipinas, da Tailândia, da Austrália, da Nova Zelândia, da Inglaterra e da França. Faltavam-lhe, no entanto, um objetivo político comum e meios de apoio mútuo. Na realidade, os países que se recusaram a participar da Seato eram mais importantes que os associados. A Índia, a Indonésia, a Malásia e a Birmânia preferiram buscar a segurança na neutralidade, e os Acordos de Genebra proibiam a entrada dos três estados indochineses. Quanto aos aliados europeus, não era de crer que a França e a Inglaterra corressem riscos por uma área de onde haviam sido expulsas tão recentemente. Na verdade, a França — e, em grau menor, a Inglaterra — quase certamente juntaram-se à Seato para terem veto sobre o que consideravam um manancial de ações americanas precipitadas.

As obrigações formais da Seato eram um tanto nebulosas. Determinando que os signatários enfrentassem um “perigo comum” por meio dos seus “processos constitucionais”, o tratado não estabelecia critérios para a definição de perigo comum, tampouco montou as engrenagens para a ação comum — como a Otan. Contudo, a Seato atendeu ao propósito de Dulles, por fornecer-lhe a estrutura legal para a defesa da Indochina. Eis por que, estranho como pareça, a Seato era mais específica sobre a agressão comunista às três nações da Indochina — impedidas de participar pelos Acordos de Genebra — do que em relação a um ataque comunista contra os signatários. Um protocolo separado classificava ameaças ao Laos, ao Camboja e ao Vietnã do Sul como *hostis à paz e à segurança dos signatários*, constituindo efetivamente uma garantia unilateral.³⁸

Agora, tudo dependia de os novos estados da Indochina, especialmente o Vietnã do Sul, se tornarem nações em pleno funcionamento. Nenhum jamais fora governado como uma entidade política nas fronteiras existentes. Hue era a velha capital imperial. Os franceses haviam dividido o Vietnã em três regiões — Tonkin, Annam e Cochinchina — governadas por Hanói, Hue e Saigon, respectivamente. A área ao redor de Saigon e do delta do rio Mekong só fora colonizada pelos vietnamitas recentemente, no século XIX, quase à mesma época em que os franceses chegaram. As autoridades existentes eram uma combinação de funcionários civis treinados pelos franceses e um labirinto de sociedades secretas — as chamadas *seitas* —, algumas das quais de filiação religiosa, mas todas vivendo e mantendo o seu *status* autônomo de extorquir a população.

Diem, o novo governante, era filho de um funcionário da corte imperial de Hue. Educado em escolas católicas, ele servira alguns anos no governo colonial em Hanói, mas demitiu-se quando os franceses recusaram algumas de suas reformas. As duas décadas seguintes, passou-as como acadêmico interino, em seu próprio país ou em exílio no exterior — principalmente na América —, recusando

ofertas dos japoneses, dos comunistas e dos líderes vietnamitas apoiados pelos franceses, para participar de vários governos.

Chefes dos chamados movimentos de libertação são personalidades tipicamente não democráticas; sustentam-se, nos anos de exílio e de prisão, com visões da grande mudança que irão realizar quando tomarem o poder. A humildade é rara em seus atributos; não fora assim, não seriam revolucionários. Instalar um governo que torna seu chefe dispensável — essência da democracia — soa à maioria deles como contradição. Líderes de lutas de independência tendem a ser heróis, e heróis em geral não são companheiros confortáveis.

Os traços da personalidade de Diem eram agravados pela tradição política confucionista do Vietnã. Ao contrário da teoria democrática, para a qual a verdade vem do conflito de ideias, o confucionismo sustenta que a verdade é objetiva e só pode ser discernida pela educação e por estudos assíduos, de que poucas e raras pessoas são capazes. Sua busca da verdade não atribui igual mérito às ideias conflitantes, como faz a teoria democrática. Como há somente uma verdade, o que não é verdade não tem vez nem pode ganhar força pela competição. O confucionismo é hierárquico e elitista, favorecendo a lealdade à família, às instituições e à autoridade. Nenhuma sociedade confucionista já produziu um sistema pluralista (Taiwan, nos anos 1990, chegou perto).

Em 1954, havia pouca base no Vietnã do Sul para uma nação, menos ainda para uma democracia. Mas a estimativa estratégica dos Estados Unidos e sua convicção de que o Vietnã do Sul tinha de ser salvo pela reforma democrática não levaram em conta essas realidades. Com o entusiasmo dos inocentes, o governo Eisenhower jogou-se impetuosamente em defesa do Vietnã do Sul, contra a agressão comunista e na tarefa de construir uma nação, para que uma sociedade cuja cultura era imensamente diferente da americana mantivesse sua recém-adquirida independência e praticasse a liberdade no sentido americano.

Dulles insistira, o tempo todo, em favor de Diem, dizendo que era “o único cavalo disponível”. Em outubro de 1954, Eisenhower fez da necessidade virtude e escreveu a Diem com a promessa de uma ajuda contingente ao “desempenho [...] nas reformas necessárias”. A assistência americana seria “combinada com” um Vietnã independente “dotado de um governo forte [...] tão receptivo às aspirações nacionalistas do seu povo” que ganhasse o respeito tanto doméstico quanto internacional.³⁹

Por alguns anos, tudo pareceu ter se encaixado no devido lugar. Ao fim do governo Eisenhower, os Estados Unidos haviam dado ao Vietnã do Sul mais de US\$ 1 bilhão em auxílio; havia 1.500 funcionários americanos no Vietnã do Sul; a embaixada americana em Saigon era uma das maiores do mundo. O Grupo Consultivo Militar dos Estados Unidos, com 692 membros, ignorava o limite para o número de militares estrangeiros estabelecido pelos Acordos de Genebra.⁴⁰

Contra todas as expectativas e com apoio maciço do serviço secreto americano, Diem suprimiu as sociedades secretas, estabilizou a economia e estabeleceu um controle central — feitos surpreendentes, muito bem recebidos nos Estados Unidos. Após uma visita ao Vietnã, em 1955, o senador Mike Mansfield relatou que Diem representava “o nacionalismo genuíno” e assumira “uma causa perdida pela liberdade, dando-lhe uma vida nova”.⁴¹ O senador John F. Kennedy endossou os pilares gêmeos da política americana no Vietnã — segurança e democracia — descrevendo o Vietnã não só como a “base do arco” da segurança no sudeste asiático, como também “um campo de prova para a democracia na Ásia”.⁴²

Os fatos logo mostraram que a América festejava uma estiagem nas pressões comunistas, não um feito permanente. A suposição americana, de que o seu tipo de democracia era exportável, estava equivocada. No Ocidente, o pluralismo político florescera entre sociedades coesas, onde um forte consenso social existia havia tempo, o tempo suficiente para permitir a tolerância com a oposição, sem perigo para a sobrevivência do estado. Mas onde uma nação

ainda tem de ser criada, a oposição pode ser uma ameaça à existência nacional, especialmente quando não há uma sociedade civil para entrar com a rede de segurança. Nessas condições, é forte a tentação, frequentemente irresistível, de igualar oposição com traição.

Todas essas tendências acentuam-se numa guerra de guerrilhas, pois a estratégia da guerrilha é minar sistematicamente a coesão que as instituições governantes consigam obter. No Vietnã a atividade guerrilheira jamais foi interrompida e, em 1959, acelerou-se. O objetivo inicial da guerrilha é impedir a consolidação de instituições estáveis e legítimas. Seus alvos preferidos são os melhores e os piores funcionários do governo. Atacam os piores para atrair simpatia popular, ao "punir" funcionários corruptos ou opressores; e atacam os melhores, por ser a maneira mais eficaz de impedir o governo de alcançar a legitimidade e de desestimular um serviço público eficiente.

Em 1960, cerca de 2.500 funcionários vietnamitas eram assassinados por ano.⁴³ Só um pequeno número dos mais altamente motivados, e um percentual muito maior dos mais corruptos, corriam tal risco. Na disputa entre construir uma nação e o caos, entre a democracia e a repressão, a guerrilha levava uma grande vantagem. Mesmo que Diem tivesse sido um reformista ao modelo americano, é duvidoso que fosse capaz de vencer a corrida desigual entre a escala de tempo necessária para a reforma e a escala de tempo suficiente para o caos. É bem verdade que, mesmo que o país não estivesse mergulhado numa guerrilha, Diem não teria se mostrado um governante muito mais democrático. Mandarim, seu modelo era o governante confucionista que regia pela virtude, não pelo consenso, e que chegava à legitimidade ao chamado mandato dos céus, pelo sucesso. Diem desconfiou instintivamente do conceito de oposição legítima, como todos os líderes do tipo chinês, desde Pequim a Cingapura, e quase todos os líderes do sudeste asiático, diante de dificuldades internas muito menos graves. Por um tempo, os feitos de Diem no sentido de construir uma nação ocultaram o ritmo lento da reforma democrática. À medida, no entanto, que a segurança no

Vietnã do Sul se deteriorava, os conflitos latentes entre os valores americanos e as tradições sul-vietnamitas tinham de se tornar mais intensos.

A despeito da formação americana do exército sul-vietnamita, a segurança piorava cada vez mais. Os militares americanos agiam com a mesma autoconfiança que caracterizava os reformadores políticos americanos. Ambos estavam convencidos de que, de alguma forma, tinham descoberto a fórmula infalível de sucesso, num país assolado pela discórdia, e remotíssimo, geográfica e culturalmente, em relação aos Estados Unidos. Dedicaram-se à tarefa de criar um exército vietnamita como uma réplica do seu próprio. As forças armadas americanas estavam adaptadas para o combate na Europa; tiveram sua única experiência do mundo em desenvolvimento na Coreia, onde a missão foi lutar contra um exército convencional, que violara uma linha de demarcação internacionalmente reconhecida, em meio a uma população que, em geral, os apoiava, situação muito semelhante à que os planos militares previam para a Europa. Mas no Vietnã a guerra não tinha linhas de frente; o inimigo, suprido de Hanói, nada defendia e atacava como quisesse; estava, ao mesmo tempo, em toda parte e em parte alguma.

Do momento em que chegou ao Vietnã, a tropa americana começou a aplicar seu método familiar de combate: o atrito sustentado pelo poder de fogo, a mecanização e a mobilidade. Métodos, todos, inaplicáveis ao Vietnã. O exército sul-vietnamita, treinado pelos americanos, logo caiu na mesma armadilha que a força expedicionária da França, uma década antes. O atrito funciona contra um adversário que não tem escolha senão defender um ponto vital. Guerrilhas raramente têm um ponto vital que defender. A mecanização e a organização em divisões tornou o exército vietnamita quase irrelevante na luta por seu próprio país.

Naqueles primeiros dias do envolvimento americano no Vietnã, a guerrilha ainda estava na infância e o problema militar ainda não era o principal. Pareceu haver, portanto, um sensível progresso. Somente no final do governo Eisenhower foi que Hanói acelerou a

guerrilha, e levaria algum tempo até que os norte-vietnamitas pudessem organizar o sistema logístico para suprir um grande efetivo. Para realizar a tarefa, violaram o Laos, nação pequena, pacífica e neutra, por meio do qual construíram a mais tarde chamada “Trilha de Ho Chi Minh”.

Quando Eisenhower deixava o cargo, o Laos era sua principal preocupação. Em seu volume de memórias *Waging peace*, ele descreveu aquele país como o elemento vital da “Teoria do Dominó”.

[...] a tomada comunista do Laos poderia causar a queda subsequente — a coluna de dominós — dos vizinhos ainda livres, o Camboja, o Vietnã do Sul e, muito provavelmente, a Tailândia e a Birmânia. Os acontecimentos em cadeia abririam caminho para a tomada comunista de todo o sudeste asiático.⁴⁴

Eisenhower considerava a independência do Laos tão crucial, que estava disposto a “lutar [...] com os nossos aliados ou sem eles”.⁴⁵ Defender o Laos foi a recomendação mais específica que ele fez ao presidente eleito Kennedy, no período de transição, antes da posse, em janeiro de 1961.

Quando as administrações foram trocadas, o nível e a natureza do envolvimento americano na Indochina não haviam atingido a escala que pusesse a credibilidade global da América além do ponto de recuo. O esforço americano ainda guardava alguma relação com os objetivos de segurança regional; e ainda não era da magnitude em que o ato de vindicá-lo constituísse sua própria justificativa.

A Teoria do Dominó virou sabedoria convencional e raramente era contestada. Mas, como o próprio wilsonismo, a Teoria do Dominó não pecava tanto por erro, mas por não diferenciar. A questão real, no Vietnã, não estava em resistir ou não ao comunismo na Ásia, mas se o paralelo 17 era a linha certa onde fincar pé; não o que ocorreria na Indochina se o dominó sul-vietnamita caísse, mas se havia outra linha possível de defesa, digamos, nas fronteiras da Malásia.

Essa questão nunca foi bem examinada em termos geopolíticos. Tendo sido Munique a lição seminal daquela geração de estadistas

americanos, o recuo era considerado um multiplicador das dificuldades e, sobretudo, moralmente errado. Aliás, foi como Eisenhower defendeu o envolvimento americano, em 1959:

[...] nosso próprio interesse nacional exige alguma ajuda nossa para se manter no Vietnã o moral, o progresso econômico e a força militar, necessários para que sua existência em liberdade continue [...] O custo do descaso contínuo desses problemas seria muito maior do que os que temos no momento — na verdade, muito maiores do que poderíamos suportar.⁴⁶

A tradição universalista dos Estados Unidos simplesmente não lhe permitia diferenciar entre as potenciais vítimas por prudência estratégica. Quando líderes americanos invocavam o desinteresse de sua nação, era porque acreditavam mesmo nele; era mais provável defenderem um país para vindicar um princípio, que devido a um interesse nacional americano.

Ao escolherem o Vietnã como lugar onde erguer a barreira contra a expansão comunista, os Estados Unidos compraram graves dilemas para o futuro. Se reforma política era a via de derrotar guerrilhas, acaso significaria o poder crescente das guerrilhas que as recomendações americanas não eram corretamente seguidas, ou eram recomendações descabidas pelo menos naquele estágio da batalha? E se o Vietnã era mesmo tão importante no equilíbrio global, como afirmavam quase todos os líderes americanos, não queria isso dizer que as necessidades geopolíticas superariam, por fim, todas as outras, impondo à América assumir a responsabilidade de uma guerra a quase 20 mil quilômetros de casa? As respostas foram deixadas aos sucessores de Eisenhower, a John F. Kennedy e a Lyndon B. Johnson.

Vietnã: a caminho do desespero

Kennedy e Johnson



Terceiro presidente consecutivo obrigado a tratar da Indochina, John F. Kennedy herdou uma série de premissas políticas bem estabelecidas. Como os antecessores, Kennedy considerava o Vietnã elo crucial na posição geopolítica global dos Estados Unidos. Acreditava, como Truman e Eisenhower, que impedir a vitória comunista no Vietnã era um interesse americano vital. E, como seus antecessores, julgava os governantes comunistas, em Hanói, procuradores do Kremlin. Em suma, Kennedy concordava com as duas administrações anteriores, em que defender o Vietnã do Sul era essencial à estratégia da contenção global.

Embora a política de Kennedy para o Vietnã fosse, sob muitos aspectos, continuação daquela de Eisenhower, havia diferenças importantes. Eisenhower olhara o conflito como soldado — era a guerra entre duas entidades distintas, o Vietnã do Norte e o do Sul. Para a equipe de Kennedy, o ataque *vietcong* (*comunista do Vietnã*) ao Vietnã do Sul não marcava uma guerra tradicional, mas quase uma guerra civil, adicionada do fenômeno, relativamente recente, da guerrilha. A solução preferida do governo Kennedy era os Estados Unidos tornarem o Vietnã do Sul uma nação — social, política,

econômica e militarmente — para que fosse capaz de derrotar as guerrilhas sem sacrificar vidas americanas.

Ao mesmo tempo, o grupo de Kennedy interpretava os aspectos militares do conflito em termos ainda mais apocalípticos que seus antecessores. Eisenhower via a ameaça militar ao Vietnã pelo prisma da guerra convencional, mas a equipe de Kennedy acreditava — prematuramente, já se vê — que entre os Estados Unidos e a União Soviética já havia um empate nuclear que tornava a guerra geral, nas palavras do secretário da defesa, Robert McNamara, impensável. O governo estava convencido de que seu preparo militar impediria os comunistas de travarem guerras limitadas ao estilo coreano. Por exclusão, passou a considerar a guerrilha a onda do futuro e a resistência contra ela o teste máximo da capacidade americana de conter o comunismo.

Em 6 de janeiro de 1961, duas semanas antes da posse de Kennedy, Krushev descreveu as “guerras de libertação nacional” como “sagradas” e prometeu-lhes apoio soviético. A jovem Nova Fronteira de Kennedy considerou essa promessa uma declaração de guerra contra sua esperança de dar uma nova ênfase às relações dos Estados Unidos com o mundo em desenvolvimento. Hoje, o discurso de Krushev se entende voltado, fundamentalmente, aos seus atormentadores ideológicos de Pequim, que o acusavam de apostasia leninista, pois ele acabara de adiar o ultimato de Berlim pela terceira vez, e por suas frequentes ressalvas à guerra nuclear. À época, no entanto, em sua primeira mensagem ao Congresso sobre o “Estado da União,” em 31 de janeiro de 1961, Kennedy tratou o discurso de Krushev como prova das “ambições de dominação mundial” da União Soviética e da China — “ambições que, há pouco, reafirmaram vigorosamente”.¹

Em setembro de 1965, o mesmo equívoco ocorreria no governo Johnson em relação à China, quando o manifesto do ministro da defesa chinês, Lin Piao, sobre a “Guerra Popular” proclamava o “cerco” às grandes potências industriais por meio de revoluções em todo o Terceiro Mundo.² O governo Johnson o interpretou como advertência de que a China poderia intervir em Hanói, ignorando o

subtexto de Lin, que acentuava a necessidade de autoconfiança dos revolucionários. Junto com o comentário de Mao, de que exércitos chineses não iriam ao exterior, era também uma forte indicação de que a China não tencionava se meter mais em guerras comunistas de libertação. Visivelmente, ambos os lados da Guerra da Coreia haviam aprendido a mesma lição; e não queriam repeti-la.

A interpretação dada pelos governos Kennedy e Johnson aos pronunciamentos comunistas fez a Indochina parecer algo mais que uma batalha entre muitas da Guerra Fria. Para a Nova Fronteira, a Indochina passou a ser a batalha que decidiria se a guerrilha podia ser desbaratada e a Guerra Fria vencida. A visão de Kennedy, de que o conflito era uma conspiração global coordenada, levou-o a concluir que o sudeste asiático era o local onde deveria restaurar sua credibilidade, depois que fora intimidado por Krushev na Cúpula de Viena, em junho de 1961: “Hoje temos o problema”, disse ele a James Reston, principal colunista do *New York Times*, “de dar credibilidade à nossa força, e o Vietnã parece ser o lugar”.³

Como na tragédia clássica, em que o herói é levado ao seu destino, passo a passo, por eventos aparentemente aleatórios, a entrada do governo Kennedy no Vietnã deu-se numa crise que seus antecessores não tiveram de enfrentar — o futuro do Laos. Poucos povos mereciam menos o sofrimento que caiu sobre os laocianos, tranquilos amantes da paz. Metidos entre as serras difíceis que confrontam o Vietnã e o largo rio Mekong, que faz a fronteira com a Tailândia, os povos do Laos só pediram ao vizinho belicoso que os deixasse em paz. Desejo, no entanto, que o Vietnã do Norte jamais atendeu. Uma vez que Hanói lançou sua guerrilha no Vietnã do Sul, em 1959, as pressões sobre o Laos inevitavelmente cresceram. Se Hanói houvesse tentado suprir as forças guerrilheiras no sul por território vietnamita, teria de infiltrar-se pela chamada Zona Desmilitarizada, a demarcatória que dividia o Vietnã e se estendia por 64 quilômetros, ao longo do paralelo 17. Esta distância poderia ser fechada pelo exército sul-vietnamita com apoio americano. Ou os norte-vietnamitas teriam de atacar com unidades militares organizadas, forçando o paralelo 17, o que desencadearia uma

intervenção americana e talvez da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (The Southeast Asia Treaty Organization — Seato) — algo que Hanói não quis arriscar, até 1972, quando a Guerra do Vietnã estava bastante adiantada.

Segundo a lógica cruel que marcou a estratégia comunista em toda a guerra, Hanói concluiu que a infiltração no Vietnã do Sul através das terras neutras do Laos e da Camboja implicava menores penalidades internacionais que a arremetida do paralelo 17. Embora a neutralidade do Laos e do Camboja fosse garantida pelos Acordos de Genebra, de 1954, e reafirmada pelo Tratado da Seato, Hanói foi coerente com sua avaliação. Na realidade, criou um enclave na faixa estreita que a forma geográfica apelidou de *panhandle** do soberano Laos soberano e montou bases, lá e no Camboja, sem maior oposição da comunidade mundial. Aquilo que passava por opinião mundial aquiesceu com o raciocínio bizarro de Hanói: o que se criticou severamente como “expansão” da guerra foi o esforço americano e sul-vietnamita para interromper a vasta infiltração por solo neutro.

O enclave do Laos propiciou aos norte-vietnamitas rotas de acesso de aproximadamente mil quilômetros, cobertas pela selva, ao longo de toda a fronteira do Vietnã do Sul com o Laos e o Camboja. Mais de seis mil norte-vietnamitas marcharam, Laos adentro, em 1959, com a missão ostensiva de apoiar o Pathet Lao comunista que, desde os Acordos de Genebra de 1954, fora imposto por Hanói nas províncias laocianas do nordeste, ao longo da fronteira vietnamita.

Como militar, Eisenhower assinalou que a defesa do Vietnã do Sul teria de começar pelo Laos. Ele parece ter dito a Kennedy, na passagem de governo, que estava disposto a intervir no Laos, se necessário, unilateralmente. As primeiras declarações de Kennedy referentes ao Laos jogam com as recomendações de Eisenhower. Numa coletiva à imprensa, em 23 de março de 1961, ele advertiu: “A segurança de todo o sudeste asiático estará em perigo se o Laos perder a independência neutra. Sua própria segurança é a segurança de todos nós — numa verdadeira neutralidade, observada por

todos”.⁴ Contudo, ao apresentar a nova política de defesa, apenas cinco dias depois, Kennedy insistiu que “os problemas principais que o mundo enfrenta hoje não são suscetíveis de solução militar”.⁵ Embora não totalmente incompatível com a decisão de defender o Laos, esta declaração não foi exatamente uma clarinada de chamado às fileiras. Hanói jamais teve dúvidas de que estava em guerra e empregaria todos os meios para vencê-la. Kennedy era mais ambíguo. Esperava conseguir conter os comunistas por meios políticos e por meios-termos, se possível.

Em abril de 1961, abalado com a Baía dos Porcos, Kennedy decidiu contra a intervenção, preferindo confiar em negociações para reforçar a neutralidade laociana. Uma vez eliminada a ameaça de intervenção americana, a negociação da neutralidade só podia confirmar a chave estranguladora de Hanói. Na realidade, era a segunda vez que Hanói vendia a neutralidade laociana, já tendo prometido respeitá-la na Conferência de Genebra de 1954.

Enquanto criavam a rede logística, posteriormente apelidada “a Trilha de Ho Chi Minh”, os norte-vietnamitas protelaram as negociações durante um ano. Finalmente, em maio de 1962, Kennedy enviou os fuzileiros navais à vizinha Tailândia. Isso produziu a conclusão rápida das negociações. Todas as tropas e assessores estrangeiros foram intimados a deixar o Laos por meio de postos de controle internacionais. Cada assessor tailandês e americano partiu como programado; dos mais de seis mil soldados norte-vietnamitas que entraram no Laos, exatamente 40 (sim, 40) saíram por postos de controle internacionais. Quanto ao restante, Hanói descaradamente negou que sequer estivessem lá. O caminho para o Vietnã do Sul estava desimpedido.

No final, Eisenhower estava certo. Se a Indochina fosse, de fato, elemento fundamental da segurança americana no Pacífico, como em Washington se havia declarado por mais de uma década, o Laos era lugar mais adequado para defendê-la que o Vietnã; na verdade, talvez fosse o único lugar onde defender a Indochina. Apesar de o Laos ser um país remoto e sem litoral, os norte-vietnamitas, estrangeiros temidos e odiados, não poderiam ter feito uma

guerrilha em seu solo. Os Estados Unidos poderiam ter lutado lá, no tipo de guerra convencional para a qual seu exército fora treinado, e as tropas tailandesas quase certamente teriam apoiado o esforço americano. Diante disso, Hanói teria recuado para aguardar um momento mais propício a uma guerra em larga escala.

Essa análise estratégica fria, entretanto, era inapropriada para um conflito visto em termos ideológicos. E não era o meu próprio ponto de vista na época. Por uma década, os americanos argumentaram na defesa do Vietnã, como elemento fundamental num conceito de defesa asiático; rever essa estratégia, designando como eixo da Teoria do Dominó um reino montanhoso, atrasado e remoto, poderia ter rompido o consenso interno.

Por todos esses motivos, Kennedy e seus conselheiros concluíram que a Indochina tinha de ser defendida no Vietnã do Sul, onde a agressão comunista possuía algum significado para os americanos, malgrado haverem recém-tomado uma decisão que tornava a tarefa quase impossível em termos militares. Pois não só as rotas de suprimento através do Laos estavam abertas, como o habilidoso e esperto governante do Camboja, o príncipe Sihanouk, concluiu que o jogo acabara e concordou com bases comunistas em toda a fronteira do Camboja com o Vietnã do Sul. Outro beco sem saída: se as bases cambojanas fossem deixadas em paz, os norte-vietnamitas poderiam atacar o sul e escapar em segurança para descanso e preparos, tornando a defesa do Vietnã do Sul inviável; se as bases fossem atacadas, o Vietnã do Sul e seus aliados seriam crucificados pela "agressão" a um país "neutro".

Em plena crise de Berlim, era compreensível a relutância de Kennedy em arriscar uma guerra no Laos, na fronteira da China, e num país do qual apenas 1% do público americano tinha ouvido falar. A alternativa de abandonar a Indochina de vez jamais foi considerada. Kennedy era contra reverter uma década de cometimento bipartidário, especialmente após a Baía dos Porcos. A retirada seria, também, aceitar o fracasso no que era um teste para superar a nova estratégia comunista de guerrilhas. Acima de tudo, Kennedy acreditava nas opiniões que estava ouvindo, a saber, que a

ajuda americana possibilitaria à força militar sul-vietnamita derrotar as guerrilhas comunistas. Naqueles dias inocentes, nenhum americano de destaque, de ambos os partidos, teve a menor suspeita de que os Estados Unidos estavam entrando num atoleiro.

Kennedy tinha um histórico de comentários públicos sobre a Indochina, que vinha de mais de uma década. Já em novembro de 1951, ele tocara o tema que jamais abandonaria: só a força não bastava para deter o comunismo; os aliados dos Estados Unidos nessa luta tinham de criar para ela uma base política.

Deter o avanço do comunismo para o sul faz sentido, mas não só pela força das armas. A tarefa é mais de criar um forte sentimento nativo não comunista nessas áreas e confiar nisso como ponta de lança de defesa, não nas legiões do general de Lattre (comandante francês na Indochina).⁶

Em abril de 1954, durante a campanha da Ação Unida, de Dulles, para salvar Dien Bien Phu, Kennedy, em discurso no senado, opôs-se à intervenção, enquanto a Indochina fosse colônia francesa.⁷ Em 1956, retirada a França e feita a independência sul-vietnamita, Kennedy estava pronto para juntar-se à ortodoxia: “É filho nosso — não podemos abandoná-lo”. Ao mesmo tempo, reiterou que o conflito não era tanto de natureza militar mas um desafio político e moral,

num país onde conceitos de livre iniciativa e capitalismo são insignificantes, onde a fome e a miséria não são inimigos do outro lado do paralelo 17, mas inimigos internos [...] O que devemos oferecer-lhes é uma revolução — uma revolução política, econômica e social, muito além de qualquer coisa que os comunistas possam oferecer.

Nada menos que a credibilidade dos Estados Unidos estava em jogo: “Se o país cair, vítima de qualquer dos perigos que ameaçam sua existência — o comunismo, a anarquia política, a miséria e o restante —, os Estados Unidos, com certa razão, serão os responsáveis; nosso prestígio na Ásia sofrerá nova baixa”.⁸

Kennedy parecia estar dizendo que o truque era tornar a vítima menos suscetível à agressão. Essa ideia geraria um novo conceito, não encontrado previamente no vocabulário diplomático, e que está conosco até os dias de hoje — a “construção nacional”. A estratégia preferida de Kennedy era fortalecer os sul-vietnamitas, de modo que, sozinhos, fossem capazes de resistir aos comunistas. A ação cívica e a reforma interna subiram de grau e a retórica oficial mudou, para indicar que a credibilidade e o prestígio americanos, não necessariamente a segurança, eram o ponto em questão no Vietnã.

Cada novo governo, obrigado a lidar com a Indochina, parecia mais intensamente atraído para o brejo. Truman e Eisenhower haviam criado o programa de assistência militar; a ênfase de Kennedy na reforma causou o crescente envolvimento americano na política interna do Vietnã do Sul. O problema era que a reforma e a construção nacional no Vietnã do Sul levariam décadas para gerar frutos. Na Europa dos anos 1940 e 1950, os Estados Unidos apoiariam países estabelecidos com fortes tradições políticas, com o Plano Marshall e pela aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Mas o Vietnã era um país novo em folha, onde não havia instituições sobre as quais fazer o trabalho de construção. O dilema central da meta política dos Estados Unidos de introduzir uma democracia estável no Vietnã do Sul foi não poder concretizar-se a tempo de impedir uma vitória da guerrilha, que era o objetivo estratégico americano. Os Estados Unidos teriam de modificar seus objetivos militares ou o objetivo político.

Quando Kennedy assumiu a presidência, a guerrilha no Vietnã do Sul chegara a um nível de violência suficiente para impedir a consolidação do governo Ngo Dinh Diem, sem ainda levantar dúvidas sobre sua sobrevivência. Esse aparente platô de atividade guerrilheira deu ao governo Kennedy a ilusão de que um esforço adicional, relativamente pequeno, poderia levar a uma vitória completa. A bonança temporária, entretanto, devia-se à preocupação de Hanói com o Laos; veio a ser a calmaria de antes da tormenta. Uma vez abertas as rotas de suprimento através do Laos,

a guerrilha no sul acelerou-se, e os dilemas dos Estados Unidos tornaram-se progressivamente insolúveis.

O governo Kennedy embarcou na viagem ao atoleiro vietnamita em maio de 1961, com uma missão do vice-presidente Johnson a Saigon, a fim de “avaliar” a situação. Tais missões indicam, quase sempre, que a decisão já foi tomada. Vice-presidente nenhum está em condições de fazer um julgamento independente sobre uma guerrilha de dez anos numa visita de dois ou três dias. Embora seu acesso aos papéis da inteligência e aos cabogramas diplomáticos seja geralmente amplo (dependendo do presidente), ele não tem equipes para análises extensas e para o trabalho de acompanhamento. As missões estrangeiras vice-presidenciais geralmente visam ao prestígio americano, ou dar credibilidade a decisões já tomadas.

A viagem de Johnson ao Vietnã foi um exemplo didático dessa regra. Antes de anunciar a missão, Kennedy encontrou-se com o senador J. William Fulbright, presidente da comissão de relações exteriores do senado, e advertiu-o de que talvez tivesse de enviar tropas americanas ao Vietnã e à Tailândia. O senador Fulbright prometeu apoio, desde que os países em questão tivessem pedido ajuda.⁹ A reação de Fulbright foi classicamente americana. Richelieu, Palmerston ou Bismarck teriam perguntado que interesse nacional se atendia. Fulbright estava mais preocupado com a posição legal e moral dos Estados Unidos.

Coincidindo com a partida de Johnson, uma diretriz do Conselho de Segurança Nacional, datada de 11 de maio, estabeleceu a prevenção da tomada comunista do Vietnã do Sul como objetivo nacional americano. A estratégia era “criar naquele país uma sociedade viável e crescentemente democrática” por meio de ações militares, políticas, econômicas, psicológicas e secretas.¹⁰ A contenção era, agora, a construção nacional.

Johnson relatou, na volta, que o maior perigo na Indochina não era o desafio comunista — o qual, por motivo ignorado, ele descreveu como “momentâneo” — mas a fome, a ignorância, a

pobreza e as doenças. Johnson avaliou Diem como admirável, porém “distante” do povo; a escolha americana, afirmou, era apoiar Diem ou retirar-se.¹¹ O Vietnã do Sul poderia ser salvo, desde que os Estados Unidos agissem rápida e decisivamente. Johnson não explicou como os Estados Unidos poderiam erradicar a fome, a miséria e as doenças em um tempo condizente com o ritmo da guerrilha.

Enunciado o princípio, o governo foi obrigado a criar a política. Mas, nos três meses seguintes, esteve engolfado na crise de Berlim. Quando conseguiu dar atenção ao Vietnã, no outono de 1961, a situação da segurança se deteriorara a um ponto em que só poderia ser aliviada mediante algum tipo de intervenção militar americana.

O general Maxwell Taylor, conselheiro militar do presidente, e Walt Rostow, diretor de planejamento político do departamento de estado, foram enviados ao Vietnã para formular uma política adequada. Ao contrário do vice-presidente, Taylor e Rostow eram do círculo interno de assessores de Kennedy; e tal qual Johnson, tinham pontos de vista bem firmes sobre a política americana para o Vietnã, antes mesmo de deixarem Washington. O verdadeiro propósito da missão era determinar a escala e a maneira como os Estados Unidos deveriam ampliar o seu engajamento.

Por fim, Taylor e Rostow recomendaram um grande aumento no papel consultivo americano, em todos os níveis da administração vietnamita. Uma chamada força logística militar de oito mil homens seria despachada ostensivamente para ajudar no controle das enchentes no delta do Mekong, mas com apoio de combate suficiente para defender-se; um aumento substancial no número de conselheiros civis fazia parte da recomendação.

O resultado foi, na realidade, uma solução conciliatória no governo Kennedy, entre aqueles que desejavam limitar a participação americana no Vietnã a um papel consultivo e os que eram a favor da introdução imediata de tropas de combate. Essa última escola estava longe da unanimidade sobre a missão das tropas de combate americanas; só eram unânimes em subestimar a

magnitude do problema. O subsecretário da defesa, William Bundy, estimou que a expedição de 40 mil combatentes, recomendada pelos chefes de estado-maior, tinha 70% de chance de "parar as coisas".¹² Considerando que a guerra de guerrilhas não tem ponto intermediário entre vitória e derrota, "parar as coisas" apenas adiaría a *débâcle* e arriscava a credibilidade mundial dos Estados Unidos. Bundy, previdentemente, acrescentou que os 30% de chances de fracasso implicariam o que a França sofrera em 1954. Ao mesmo tempo, o secretário da defesa, Robert McNamara, e os chefes de estado-maior estimaram que a vitória exigiria 205 mil americanos, se Hanói e Pequim interviessem abertamente.¹³ No final, esse número foi menos da metade do que os Estados Unidos engajaram na luta, somente contra Hanói.

A acomodação burocrática reflete, muitas vezes, a esperança subconsciente de que algo aconteça e que o problema se resolva por si mesmo. Mas, no caso do Vietnã, inexistia fundamento para essa esperança. Com as estimativas oficiais variando entre 40 mil homens para o empate e 205 mil homens para a vitória, o governo Kennedy tinha de achar oito mil homens lamentavelmente pouco, ou apenas como primeiro escalão de um papel americano muito maior. E se a probabilidade de 70% de "parar as coisas" poderia parecer atraente, era preciso julgá-la contra o impacto global de um desastre como o da França.

O *momentum* era, claramente, todo na direção de mais tropas, considerando-se que Kennedy não mudara de opinião sobre o que estava em jogo. Em 14 de novembro de 1961, ele disse aos assessores que a reação dos Estados Unidos à "agressão" comunista seria "examinada de ambos os lados da Cortina de Ferro [...] como a medida das intenções e da determinação do governo". Se os Estados Unidos escolhessem negociar em vez de enviar reforços, poderiam "ser julgados mais fracos que no Laos".¹⁴ Ele rejeitou uma proposta de Chester Bowles e Averell Harriman para uma "negociação", no sentido de implementar os Acordos de Genebra de 1954, eufemismo para cancelar o esforço no Vietnã do Sul.

Mas se a negociação foi rejeitada e o reforço considerado inevitável, o engajamento americano ilimitado só poderia ser evitado se Hanói recuasse. Entretanto isso teria exigido um reforço maciço, e não incremental, supondo-se que fosse, afinal, realizável. Os Estados Unidos não queriam ver que a escolha verdadeira era o engajamento total ou a retirada, e que o caminho mais perigoso era a escalada gradual.

Infelizmente, escalada era a moda da época. Formulada para interromper ataques sem aplicação excessiva de força, ela tinha o objetivo mais amplo de evitar que o planejamento militar fugisse das decisões políticas, como acontecera às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Essa resposta gradual, a escalada, foi concebida originalmente como uma estratégia de guerra nuclear — escalar gradualmente e, desse modo, evitar um holocausto total. Aplicada à guerrilha, no entanto, corria o risco de embarcar num aumento gradual sem fim. Cada compromisso limitado envolvia o perigo de interpretar-se como inibição em vez de resolução, estimulando o inimigo a continuar sua escalada pelos degraus do aumento progressivo; dá tempo para acertar, raciocinaria ele, se os riscos se tornarem, de fato, intoleráveis, quando acontecer.

Um exame mais atento da história teria mostrado que os líderes de Hanói não seriam facilmente desestimulados por esotéricas teorias estratégicas americanas, que eles tinham talento para superar a tecnologia ocidental e que a democracia não estava entre seus objetivos, nem mesmo era sistema que admirassem. Os prazeres da construção pacífica não tinham nenhum atrativo para esses veteranos, calejados pelo confinamento solitário das prisões francesas e por décadas de guerrilha. A versão americana de reforma causava desdém. Eles haviam lutado e sofrido a vida toda por um Vietnã unido e comunista e para expulsar a influência estrangeira. A guerra revolucionária era sua única profissão. Se os Estados Unidos tivessem procurado pelo mundo inteiro, não teriam encontrado adversário pior.

O objetivo americano, segundo Roger Hilsman, então chefe do serviço de inteligência, e pesquisa do departamento de estado, era

reduzir os vietcongs a “bandos famintos de saqueadores e foragidos, pensando só em se manterem vivos”.¹⁵ Mas em que guerrilha, na história, havia o precedente desse desfecho? Na Malásia, 80 mil ingleses e duas vezes esse número de malaios levaram cerca de 13 anos para derrotar um adversário que não somava mais de dez mil homens e não tinha nenhum apoio significativo de fora, nem linhas seguras de comunicação, e poucas oportunidades de aumentar seus efetivos. No Vietnã, o exército guerrilheiro contava dezenas de milhares e o norte se organizara como área de retaguarda para a batalha, construía bases ao longo de centenas de quilômetros de fronteira e mantinha a opção permanente de intervir com um exército norte-vietnamita experiente, sempre que o exército guerrilheiro estivesse sob grande pressão.

Os Estados Unidos haviam manobrado para cair no que poderia ser na melhor das hipóteses um empate, segundo a avaliação de Bundy, de 40 mil homens, número do qual ainda estavam longe. Quando Kennedy assumiu, o pessoal militar americano no Vietnã aproximava-se de 900. No final de 1961, subiu para 3.164; quando Kennedy foi assassinado, em 1963, o número estava em 16.263, com mais gente a caminho. Em 1960, o número de americanos mortos foi cinco; em 1961, 16; em 1963, 123; e em 1964, o último ano antes que unidades de combate americanas fossem engajadas, o número se elevara para mais de 200. A situação militar, no entanto, não melhorava.

Quanto mais se expandia o papel militar americano no Vietnã do Sul, mais os Estados Unidos enfatizavam a reforma política. E, quanto mais Washington se tornava insistente em mudanças internas, mais americanizava a guerra. Em seu primeiro exame da defesa, em 28 de março de 1961, Kennedy reafirmou seu tema central: por mais poderosas que fossem as armas estratégicas dos Estados Unidos, eles poderiam ser lentamente derrotados nas periferias “pelas forças da subversão, infiltração, intimidação, agressão indireta ou não aberta, revolução interna, chantagem diplomática, ou combate de guerrilha”¹⁶ — perigos que, no final, só

poderiam ser superados pela reforma política e social, que permitisse às vítimas em potencial ajudarem a si mesmas.

O governo Kennedy considerava um truísmo o que viria a ser um dos muitos dilemas insolúveis da Indochina; a insistência numa reforma política e numa vitória militar simultâneas formou um círculo vicioso. Dentro de amplos limites, as guerrilhas estavam em posição de determinar a intensidade da guerra e, portanto, o nível de segurança, que era, a curto prazo, de todo independente do ritmo da reforma. Quanto maior a insegurança, mais opressivo o governo de Saigon provavelmente se tornaria. E, como Washington considerava os êxitos da guerrilha um resultado, ainda que em parte, da demora na reforma, Hanói podia manobrar de forma que aumentassem as pressões americanas sobre o governo de Saigon, o qual se buscava solapar. Apanhado entre ideólogos fanáticos, em Hanói, e idealistas inexperientes, em Washington, o governo de Diem imobilizou-se até a rigidez e foi, eventualmente, esmagado.

Mesmo um líder político menos formado pelas tradições mandarins que Diem teria desanimado de construir uma democracia pluralista no meio de uma guerrilha e numa sociedade fragmentada em regiões, seitas e clãs. Uma queda de credibilidade era inerente ao empreendimento americano todo, não porque os líderes dos Estados Unidos iludissem o público, mas porque se iludiram sobre sua capacidade, inclusive sobre a facilidade com que suas instituições poderiam ser transferidas para outras culturas. Na verdade, o governo Kennedy estava implementando pressupostos wilsonianos. Assim como Wilson acreditara que as ideias americanas de democracia e diplomacia poderiam ser enxertadas na Europa, sob a forma dos Quatorze Pontos, o governo Kennedy buscou passar para os vietnamitas regras essencialmente americanas com que se governarem. Se déspotas do sul pudessem ser depostos e bons democratas assumissem, o conflito reinante na Indochina certamente acabaria.

Cada novo governo americano buscava fazer com que o incremento de ajuda ao Vietnã fosse condicionado à reforma. Eisenhower assim o fez, em 1954; Kennedy foi ainda mais insistente,

em 1961, condicionando um grande aumento na ajuda a se fosse dado aos Estados Unidos um papel consultivo em *todos* os níveis de governo. Diem, é claro, recusou; líderes da luta pela independência raramente veem algum mérito na tutela. O senador Mansfield, visitando o Vietnã, no final de 1962, mudou sua opinião anterior (vide [Capítulo 25](#)) e concordou que o governo Diem “parece mais distante, ao contrário de mais próximo, da realização de um governo popularmente responsável e responsivo”.¹⁷

O julgamento estava correto. Mas a questão era até que ponto isso se devia à inadequação do governo, à distância cultural entre o Vietnã e os Estados Unidos, ou às depredações da guerrilha. As relações entre o governo americano e Diem deterioraram-se no ano de 1963. A imprensa e os meios que informavam de Saigon, que até então apoiavam o envolvimento americano, tornaram-se hostis. A crítica não questionava os objetivos americanos, como aconteceu mais tarde, mas a exequibilidade de criar-se um Vietnã do Sul democrático e não comunista, com um líder repressor como Diem. Diem era até suspeito de considerar um acordo com Hanói — alguns anos depois, outro presidente sul-vietnamita, Nguyen Van Thieu, seria vilipendiado por ter rejeitado essa via.

O rompimento final com Saigon foi provocado por um conflito entre os budistas sul-vietnamitas e Diem, cujo governo baixara um decreto proibindo o hasteamento de bandeiras de seitas, grupos religiosos ou partidos políticos. Cumprindo a ordem, tropas atiraram em manifestantes budistas que protestavam, matando vários deles em Hue, no dia 8 de maio de 1963. Os manifestantes tinham queixas que logo chegaram ao conhecimento dos meios internacionais — embora falta de democracia não fosse uma delas. Os budistas, que eram tão autoritários quanto Diem, recusavam-se a apresentar quaisquer termos aos quais Diem pudesse responder, caso quisesse. Enfim, a questão não era tanto a democracia, mas o poder. Paralisado pela guerrilha e por seus próprios defeitos, o governo Diem recusou-se a fazer concessões. Washington multiplicou a pressão sobre Diem para fazê-las e exigiu a demissão de seu irmão, Ngo Dinh Nhu, responsável pelas forças de segurança,

démarche que Diem interpretou como um jogo de poder para deixá-lo à mercê de seus inimigos. A ruptura final ocorreu em 21 de agosto, quando os agentes de Nhu atacaram de surpresa uma série de pagodes e prenderam 1.400 monges.

Em 24 de agosto, o recém-chegado embaixador Henry Cabot Lodge foi instruído a exigir a demissão de Nhu e a advertir Diem que, se ele recusasse, os Estados Unidos deviam “enfrentar a realidade que o próprio Diem não pode ser mantido”.¹⁸ Os comandantes militares de Saigon deveriam ser formalmente notificados que a ajuda americana futura dependia da remoção de Nhu, e os interlocutores vietnamitas de Lodge interpretaram que isso significava a deposição de Diem. Kennedy e McNamara repetiram as mesmas exigências publicamente. Temendo que os generais não entendessem a sugestão, foi dito que os Estados Unidos lhes dariam “apoio direto em qualquer período interino de colapso dos mecanismos de governo central”.¹⁹ Foram necessários quase dois meses para que os generais sul-vietnamitas reunissem coragem e agissem, estimulados por seu insistente aliado. Finalmente, em 1º de novembro, derrubaram Diem, matando-o e também a Nhu.

Ao encorajar a deposição de Diem, os Estados Unidos ergueram em concreto seu envolvimento no Vietnã. Toda guerra revolucionária é contra a legitimidade governamental. Destruí-la é a principal meta da guerrilha. A deposição de Diem deu de graça esse objetivo a Hanói. Em consequência do estilo feudal do governo de Diem, sua deposição afetou todas as camadas da administração civil, até o nível das vilas. A autoridade tinha agora de ser reconstruída de baixo para cima. E a história ensina essa dura lei das revoluções: quanto mais ampla a erradicação da autoridade existente, mais os sucessores devem empregar a força bruta para se estabelecerem. Afinal, legitimidade implica aceitação da autoridade sem coação; sua ausência transforma cada disputa em teste de força. Antes do golpe, sempre existira, pelo menos teoricamente, a possibilidade de que os Estados Unidos recusariam envolver-se diretamente em operações militares, como fizera Eisenhower quando recuou de Dien Bien Phu, quase dez anos antes. Como o golpe foi justificado como forma de

facilitar o prosseguimento mais eficaz da guerra, a retirada desapareceu como opção de política.

A deposição de Diem não uniu o povo aos generais, como Washington esperava. Embora o *New York Times* tenha saudado o golpe como um passo “em direção a repelir novas incursões comunistas no sudeste asiático”,²⁰ aconteceu o oposto. A base de sustentação para uma sociedade pluralista é o consenso sobre valores fundamentais, que põem implicitamente um limite nas reivindicações de grupos ou indivíduos rivais. No Vietnã, esse consenso era fraco desde o início. O golpe destruiu a estrutura de mais de uma década, deixando em seu lugar um grupo de generais rivais, sem experiência política e sem seguidores políticos.

Só em 1964 ocorreram mais sete mudanças de governo, nenhuma das quais mostrou qualquer semelhança com democracia, e todas foram resultantes de golpes, de um tipo ou outro. Os sucessores de Diem, carecendo do seu prestígio como nacionalista e como figura paterna no estilo dos mandarins, não tiveram outra alternativa a não ser passar a responsabilidade da guerra para os americanos. Logo após a deposição de Diem, foi dito que “a questão não seria como criar no Vietnã do Sul um regime que os Estados Unidos pudessem apoiar, mas achar um regime que ajudasse os Estados Unidos a prosseguirem na luta contra os comunistas exultantes”.²¹

Os homens do poder, em Hanói, perceberam logo a oportunidade. Uma reunião do comitê central do partido comunista, em dezembro de 1961, apresentou a nova estratégia: unidades guerrilheiras seriam reforçadas e acelerada a infiltração no sul. E mais importante, unidades regulares norte-vietnamitas entrariam em ação: “É hora de o norte ampliar a ajuda ao sul, o norte deve incrementar o seu papel de base revolucionária de toda a nação”.²² Pouco depois, a 325ª Divisão regular, norte-vietnamita, começou a entrar no sul. Antes do golpe, a infiltração do norte consistia em grande parte de sulistas que haviam se reagrupado em 1954; depois disso, o percentual de nortistas subiu regularmente até que, após a Ofensiva do Tet, de 1968, quase todos os infiltrados eram norte-

vietnamitas. Com a introdução de unidades militares norte-vietnamitas regulares, ambos os lados cruzaram seu Rubicon.

Pouco depois da deposição de Diem, Kennedy foi assassinado. O novo presidente, Lyndon Baines Johnson, considerou a intervenção de unidades regulares norte-vietnamitas um caso clássico de agressão aberta. A diferença era que Hanói estava executando sua estratégia, enquanto Washington tinha apenas teorias rivais, nenhuma das quais chegava a qualquer conclusão.

Indeciso entre o seu anseio por uma vitória não militar e seu pressentimento de um desastre militar, os Estados Unidos enfrentavam um dilema trágico. Em 21 de dezembro de 1963, McNamara informou ao novo presidente que a situação da segurança no Vietnã do Sul se tornara muito difícil. Os Estados Unidos não poderiam mais evitar a escolha que estivera implícita o tempo todo: a escalada dramática do envolvimento militar ou o colapso do Vietnã do Sul. O governo Kennedy temera entrar na guerra ao lado de um aliado não democrático; o governo Johnson mais temia abandonar o novo governo não democrático de Saigon que participar da guerra.

Em retrospecto, o último momento em que os Estados Unidos poderiam ter se retirado do Vietnã a um custo tolerável — embora ainda pesado — teria sido ou logo antes ou logo depois que Diem foi deposto. O governo Kennedy estava correto na avaliação de que não poderia vencer com Diem. O governo Johnson errou em acreditar que poderia vencer com os sucessores de Diem. Diante do que se seguiu ao golpe, teria sido mais fácil para os Estados Unidos desengajarem, deixando Diem cair por si mesmo, ou no mínimo, não obstruindo o caminho das negociações que ele era suspeito de pretender com Hanói. Kennedy estava analiticamente correto em rejeitar qualquer plano dessa natureza, com o argumento de que isso levaria a uma tomada comunista. O problema era que os Estados Unidos não estavam dispostos a enfrentar o que estava implícito na solução, nem a aceitar o provável resultado de deixar as coisas seguirem seu caminho.

Alguns ex-membros do governo Kennedy têm argumentado que seu presidente tencionava, depois da eleição presidencial de 1964, retirar as forças americanas que ainda estavam aumentando. Outros, igualmente bem colocados, negam tudo isso. O que podemos dizer dessa intenção de mudança de Kennedy é que cada reforço sucessivo ao Vietnã tornava sua escolha mais dura, e as consequências de qualquer acerto ou retirada, mais dolorosas e caras. E, a cada mês que passava, os riscos dos Estados Unidos aumentavam, primeiro, só militarmente, mas logo, também em termos da posição internacional dos Estados Unidos.

O assassinato de Kennedy tornou a saída dos Estados Unidos do Vietnã ainda mais difícil. Se de fato Kennedy percebera que os Estados Unidos estavam num caminho insustentável, ele só precisaria rever sua própria decisão; Johnson, não, este teria de livrar-se da evidente política de um antecessor respeitado e morto. A situação era ainda mais difícil, já que nenhum dos conselheiros que ele herdou de Kennedy recomendou o desengajamento (com a exceção notável do subsecretário de estado, George Ball, mas ele não estivera no círculo mais próximo). Teria sido necessário um líder com autoconfiança e conhecimento verdadeiramente extraordinários para empreender uma retirada de tal magnitude logo após assumir o cargo. E, em política externa, Johnson era extremamente inseguro.

Em retrospecto, o novo presidente teria agido bem ao analisar se os objetivos militares e políticos, em nome dos quais os Estados Unidos já haviam investido tanto, eram alcançáveis, por que meios e em que tempo — aliás, até mesmo se as premissas desses compromissos estavam corretas. Além do fato de Johnson descobrir que os sofisticados auxiliares que herdara de Kennedy eram unanimemente a favor de tentar vencer no Vietnã — mais uma vez, com exceção de George Ball —, é duvidoso que, se tal análise fosse feita, o resultado teria sido muito diferente. O departamento de defesa de McNamara e a equipe da Casa Branca, de Bundy, eram vorazes por análises. Ambos eram homens de extraordinária inteligência. O que careciam era de critério para avaliar um desafio tão discrepante com a experiência e a ideologia americanas.

A motivação inicial dos Estados Unidos para envolverem-se fora que a perda do Vietnã conduziria ao colapso da Ásia não comunista e à acomodação do Japão ao comunismo. Por essa análise, ao defender o Vietnã do Sul, os Estados Unidos lutavam por si mesmos, independentemente de o Vietnã do Sul ser democrático ou ser transformado em democracia. Mas tal análise, para os americanos, era excessivamente geopolítica e orientada ao poder, sendo logo superada pelo idealismo wilsoniano. Um governo após outro tentara cumprir uma dupla tarefa, cada parte da qual já teria sido difícil de realizar: a derrota de um exército de guerrilha, com bases seguras, ao redor de uma periferia ampla; e a democratização de uma sociedade sem nenhuma tradição pluralista.

No caldeirão do Vietnã, os Estados Unidos aprenderiam que há limites até mesmo para as crenças mais sacrossantas e foram forçados a admitir a distância que pode haver entre o poder e os princípios. Precisamente porque os Estados Unidos estavam relutantes em aceitar lições tão contrárias à sua experiência histórica, descobriram também que era muito difícil cortar as perdas e cessar tudo. Portanto, a angústia dessas frustrações resultou de suas melhores — e não piores — qualidades. A rejeição americana do interesse nacional, como base da política externa, deixou o país à deriva em um mar de moralismo incapaz de diferenciar.

Em agosto de 1964, um suposto ataque norte-vietnamita ao cruzador *Maddox* resultou num ataque americano de represália contra o Vietnã do Norte, endossado quase unanimemente no senado pela chamada Resolução do Golfo de Tonkin. Esta resolução foi utilizada, por sua vez, para justificar os ataques aéreos retaliatórios de surpresa, feitos alguns meses antes. Em fevereiro de 1965, um ataque ao acampamento de assessores americanos na cidade de Pleiku, no planalto central, motivou uma represália de surpresa sobre o Vietnã do Norte, que se transformou rapidamente numa campanha de bombardeio sistemático com o codinome Rolling Thunder. Em julho de 1965, as unidades americanas de combate estavam completamente engajadas e a presença de tropa americana começou a crescer, chegando a 543 mil, no início de 1969.

Mais tarde, a dúvida se o governo Johnson foi veraz com o povo americano, acerca do ataque ao *Maddox*, tornou-se parte do debate, cada vez mais cáustico sobre o Vietnã. O caso foi utilizado para desacreditar a Resolução do Golfo de Tonkin e a participação americana no combate. De fato, a Resolução de Tonkin não se baseou numa apresentação completa dos fatos, mesmo admitida a confusão do combate. Mas ela não foi fator importante na entrada em combate terrestre no Vietnã. Foi um pequeno passo, ao longo de uma estrada que teria conduzido os Estados Unidos ao mesmo destino, dadas as convicções das principais personalidades.

Os métodos utilizados para obter-se a Resolução de Tonkin não seriam possíveis hoje, sinal de que a democracia americana se aprimorou. Ao mesmo tempo, nem as táticas de Johnson nem sua veracidade foram muito diferentes daquelas de Franklin Delano Roosevelt, quando levou os Estados Unidos ao envolvimento na Segunda Guerra Mundial — por exemplo, o relato não muito exato de Roosevelt sobre o torpedeamento do destróier *Greer*, pretexto para comprometer os Estados Unidos em uma guerra naval no Atlântico, em 1941. Em cada um desses casos, os presidentes definiram o que os Estados Unidos não tolerariam: a vitória alemã, nos anos 1940; a tomada da Indochina, nos anos 1960. Ambos os presidentes estavam dispostos a pôr as forças militares do seu país ao alcance do mal e a responder por isso se algum mal caísse sobre elas, como era provável. Em cada caso, a decisão final de entrar na guerra baseou-se em considerações que iam muito além dos incidentes imediatos.

Pesadelo, no Vietnã, não foi o caminho pelo qual os Estados Unidos entraram na guerra, mas terem entrado sem uma avaliação mais cuidadosa dos custos prováveis e dos resultados possíveis. Uma nação não deveria enviar meio milhão de jovens a um continente distante, ou arriscar a sua posição internacional e a coesão interna, a menos que seus estadistas fossem capazes de esclarecer os objetivos políticos e descrever uma estratégia realista para alcançá-los — como fez o presidente Bush posteriormente na Guerra do Golfo. Washington deveria ter-se feito duas perguntas. É

possível estabelecer a democracia e obter a vitória militar, mais ou menos simultaneamente? E, ainda mais crucial, os benefícios justificariam os custos? Os presidentes e os assessores presidenciais que comprometeram os Estados Unidos em combate terrestre no Vietnã presumiram que a resposta era afirmativa.

A condução bem-sucedida de uma guerrilha requer a combinação sutil de estratégias militares e políticas. Os comandantes militares americanos, entretanto, jamais mostraram-se à vontade em ligar objetivos militares a objetivos políticos. Ao longo de toda a Guerra do Vietnã, os meios eram insuficientes para os objetivos declarados, e os objetivos só eram alcançáveis — quando muito — mediante riscos que Washington não se dispunha a correr.

Uma das principais lições que a Guerra da Coreia deveria ter ensinado é que guerras demoradas e inconclusivas destroem o consenso interno dos Estados Unidos. Mas Washington parece ter apreendido exatamente a lição oposta: que a fonte da frustração na Coreia foi o avanço de MacArthur até o rio Yalu e sua busca de uma vitória total. Assim, o resultado da Guerra da Coreia foi reinterpretado como o sucesso em ter impedido uma vitória chinesa. O envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã tornou-se conscientemente limitado a uma meta semelhante: sem desencadear uma intervenção chinesa, mostrar ao Vietnã do Norte que não lhe seria permitido tomar o Vietnã do Sul e que, portanto, sua única escolha era a negociação. Mas uma negociação para que fins especialmente diante de um inimigo que considerava o acordo uma derrota? Os americanos certamente haviam se esquecido de que seus últimos dois anos na Guerra da Coreia, e o período McCarthy, quase haviam destruído uma sociedade americana impaciente com o impasse demorado.

Teoricamente, só duas estratégias têm qualquer chance de prevalecer em uma guerrilha. Uma é essencialmente defensiva e busca privar o adversário do controle sobre a população. Essa estratégia requer quase uma segurança total para a maioria da população, de modo que os ganhos da guerrilha sobre o restante não sirvam de base política. O general Maxwell Taylor parece ter tido

essa estratégia em mente quando recomendou uma série de enclaves protegidos pelas forças americanas enquanto o exército sul-vietnamita tentava impedir a consolidação de uma zona comunista claramente definida, sem tentar controlar todos os distritos dia e noite. A segunda estratégia possível era atacar alvos que as guerrilhas fossem obrigadas a defender, como os santuários, os depósitos de suprimentos e bases de partida — por exemplo, interditar a Trilha de Ho Chi Minh com forças terrestres e bloquear os portos norte-vietnamitas e cambojanos que atendiam aos santuários. Esta estratégia — pelo menos conceitualmente — poderia ter produzido a guerra de atrito relativamente rápida que os militares americanos buscavam tão desesperadamente, e forçado um fim de acerto.

O que não funcionaria era a estratégia que os Estados Unidos adotaram: a ilusão de uma segurança de 100% no país, buscando desgastar os guerrilheiros por intermédio de operações de busca e destruição. Com qualquer tamanho, a força expedicionária jamais seria suficiente contra um inimigo cujas linhas de suprimento estavam fora do Vietnã e que possuía extensos santuários, além de uma disposição feroz. No final de 1966, o primeiro-ministro norte-vietnamita, Pham Van Dong, disse a Harrison Salisbury do *New York Times* que, embora os Estados Unidos fossem muito mais fortes militarmente, perderiam no final, pois mais vietnamitas que americanos estavam dispostos a morrer pelo Vietnã e a lutar o quanto fosse necessário para sobreviver aos americanos.²³ Sua análise estava correta.

Johnson recusou com firmeza qualquer “expansão” da guerra. Washington se convencera de que os quatro estados indochineses eram entidades separadas, apesar de que os comunistas os tratassem como um único teatro durante duas décadas e conduzirem, em relação a todos, uma estratégia coordenada. Além disso, a avaliação do panorama global deixou Washington em grande preocupação com uma intervenção chinesa, ignorando a declaração de Lin Piao de que os exércitos chineses não iriam ao exterior, reiterada por Mao a Edgar Snow, um jornalista americano simpático

aos comunistas chineses. Mao disse a Snow que a China não tinha tropas fora das suas próprias fronteiras nem a menor intenção de lutar com ninguém, a menos que seu próprio território fosse atacado.²⁴ Desse modo, em duas guerras separadas entre si por uma década e meia, os Estados Unidos pagaram um preço por não levar a sério declarações chinesas: na Coreia, ignoraram as advertências chinesas e avançaram até o Yalu, desencadeando a intervenção; no Vietnã, desconsideraram a garantia dos chineses de que não interviriam, com o que rejeitaram a única estratégia que poderia levar à vitória.

Preocupado com a intervenção chinesa, determinado a preservar a opção de distensão com a União Soviética e ansioso por manter o consenso em seu programa interno da Grande Sociedade, Johnson optou por linhas de ação intermediárias que puseram em risco a posição internacional dos Estados Unidos, sem que estes alcançassem suas metas. Tentando harmonizar o objetivo de derrotar uma conspiração global com o desejo de evitar um conflito global, a política americana só conseguiu a soma zero.

O atrito não funcionaria, enquanto as guerrilhas pudessem escolher quando e onde lutar. Operações aéreas contra o Vietnã do Norte, destinadas a ferir em escala progressiva, mostraram-se inúteis, pois o sistema norte-vietnamita de transportes era muito rudimentar para ser danificado, secundário demais para um alvo nevrálgico. O impasse atendia a Hanói — especialmente um impasse que podia ser limitado ao Vietnã do Sul e causar pesadas baixas americanas. Essas frustrações deram lugar a uma crescente oposição à guerra nos Estados Unidos — cujo tema inicial foi o repúdio exatamente contra o bombardeio que devia mostrar a Hanói que não tinha chances.

Washington tentava provar que a agressão não compensava e que a guerrilha não era a tendência do futuro. Mas não sabia como o inimigo calculava custo benefício. Johnson achou que a saída era mostrar moderação, acalmar Hanói, e propor um acordo. Essa linha, mais provavelmente, estimularia Hanói a persistir e, no processo, ensinar aos Estados Unidos que não há vantagem em perder com

moderação. Johnson explicou as metas americanas da seguinte maneira:

Não queremos riscar do mapa o Vietnã do Norte. Não pretendemos mudar o seu governo. Não vamos montar bases permanentes no Vietnã do Sul [...]

[...] lá estamos para fazer os comunistas do Vietnã do Norte pararem de atirar nos vizinhos [...] para mostrar que a guerrilha, inspirada por uma nação em outra, jamais vencerá [...] Persistiremos, até que os comunistas do Vietnã do Norte vejam que o preço da agressão é altíssimo — e concordem com uma solução pacífica ou cessem a luta [...]²⁵

Queria que os líderes comunistas de Hanói entendessem que

[...] no momento em que perceberdes que, com a vitória militar fora de cogitação é melhor abandonar o uso da força, nos encontrareis prontos e dispostos a retribuir perfeitamente [...]. Desejamos uma paz honrosa no Vietnã. Em vossas mãos está a chave da paz. Basta girá-la.²⁶

Johnson não merecia o ódio e o ridículo que esse apelo provocou. Afinal, reafirmava verdades americanas tradicionais. Mas nem ele nem a sociedade tinham critérios para entender um adversário que considerava essas posições derrisórias; adversário, além do mais, para o qual a proposta americana de acordo soava como intimação a se renderem depois de uma luta da vida inteira.

Para os duros e crentes governantes de Hanói, o conceito de estabilidade não tinha significado operacional. Tinham passado a vida adulta lutando, primeiro contra a França, agora contra uma superpotência. Em nome do comunismo, causaram um sofrimento incrível ao seu povo. Não estava nos homens de Hanói “deixar o vizinho em paz”. Bismarck disse, certa vez, que a unificação alemã não sairia de conversas, mas por meio de “sangue e ferro”, precisamente a opinião de Hanói sobre a unidade vietnamita.

Americanos de todas as crenças continuaram pedindo que Hanói tivesse parte em algum resultado democrático, e se empenharam em busca de projetos viáveis de eleições. Mas nenhuma das ideias correntes do pensamento americano sobre questões internacionais

atraía Hanói minimamente que fosse, a não ser como meio de confundir os americanos. Tendo instalado, no norte, uma das ditaduras mais rigorosas do mundo, o *politburo* de Hanói jamais aceitaria tornar-se, no sul, um simples partido político entre tantos. Hanói não via o menor motivo para não usar a força; afinal, estavam fadados a vencer desde que não perdessem, e certamente não estavam perdendo — na realidade, a estratégia americana, que explicitamente buscava o empate, abria mão da derrota de Hanói. A proposta de Johnson, de um programa maciço de reconstrução, aberto a todos, inclusive ao Vietnã do Norte, caiu em ouvidos de mercador.²⁷ Hanói queria a vitória, não ajuda econômica. Com a arrogância característica, agiu como se não fosse o caso de escolher entre as duas.

Instalada a onda de opinião pública americana contra a guerra, os críticos de Johnson culpavam-no, ainda mais aos berros, pelo impasse diplomático. Enquanto diziam que Johnson relutava em negociar, estavam fora da linha. A vontade de Johnson dar início às negociações era tão grande que até as prejudicava. Hanói desconfiou que procrastinar talvez resultasse em ofertas ainda mais generosas. Johnson ordenou uma trégua após outra nos bombardeios (conta 16 em suas memórias), não deixando nenhuma dúvida de que os Estados Unidos pagariam, sem troco, para que as negociações começassem; Hanói só podia elevar o preço o mais possível.

Tomei parte em uma das iniciativas que ilustram a vontade do governo Johnson em negociar e a habilidade de Hanói em utilizar essa vontade para seus fins. Meu próprio envolvimento com o Vietnã evoluiu gradualmente. Nos anos 1950, o meu pensamento em política externa concentrara-se na Europa e na estratégia nuclear. O governo Kennedy incluía muitas pessoas que eu admirava, e isso me predispôs favoravelmente ao seu esforço na Indochina, mas sem dar muita atenção ao assunto. Comecei a pensar seriamente no Vietnã depois de três visitas àquele país, em 1965 e 1966, como consultor do embaixador Lodge, sobre pacificação. Tive oportunidade de viajar a muitas províncias do Vietnã do Sul e de conversar com os

chamados relatores provinciais da embaixada americana — um grupo muito capaz e dedicado de jovens funcionários do serviço diplomático, em vários pontos do país. Essas visitas convenceram-me de que não se ganharia a guerra com aquela estratégia e de que os Estados Unidos precisavam desvencilhar-se, negociando com Hanói, embora não tivessem ideias precisas sobre essa negociação.

No verão de 1967, assisti a uma das chamadas Conferências Pugwash, de cientistas ocupados com o desarmamento nuclear. Dois participantes, que tinham ouvido falar das minhas visitas à Indochina, abordaram-me com o que me pareceu uma ideia interessante. Raymond Aubrac, funcionário da Organização Mundial da Saúde, conhecera Ho Chi Minh em 1946, quando o líder comunista vietnamita se hospedara em sua casa em Paris, durante negociações com a França. Aubrac ofereceu-se a visitar Hanói, acompanhado de outro cientista do movimento da paz, Herbert Marcovich, para fazer pessoalmente a Ho Chi Minh um apelo sobre o assunto de negociações. Informei Bundy, que se tornara subsecretário de estado, e o secretário da defesa McNamara. Eles encorajaram a visita, contanto que os dois cientistas viajassem em caráter particular, sem dar a entender que apresentavam pontos de vista oficiais americanos.

Aubrac e Marcovich embarcaram para Hanói, onde foram recebidos por Ho Chi Minh. Depois de proferir a condenação ritual da “agressão” americana, Ho Chi Minh insinuou que Hanói estaria disposta a negociar se os Estados Unidos cessassem o bombardeio do Vietnã do Norte. Mai Van Bo, representante diplomático de Hanói em Paris, seria o contato oficial.

Seguiram-se vários contatos, por um processo difícil e decididamente nada diplomático. Como Hanói se negava a ter ligações diretas com Washington antes de uma interrupção nos bombardeios, eu, cidadão privado, servi de intermediário. Mesmo assim, Hanói, escondendo até o último de seus trunfos, não autorizava seu representante a tratar sequer com um americano não oficial. Então, eram passadas para mim as mensagens de Washington, geralmente pelo secretário McNamara, e de mim para

os dois franceses, que as entregavam a Mai Van Bo com as explicações que eu fosse autorizado a dar. McNamara estava ansioso por terminar a guerra e implorou-me, repetidas vezes, que extraísse dos meus interlocutores invisíveis qualquer sinal, oblíquo que fosse, que lhe possibilitasse atuar em favor de um fim negociado.

Participei de uma parte da reunião entre o presidente Johnson e seus assessores, na qual se preparou a posição final americana. Experiência melancólica. Todos os instintos de Johnson rebelavam-se claramente contra uma interrupção dos bombardeios. Embora inseguro de seu domínio da política externa, Johnson tinha muita experiência em política para gostar de abrir uma negociação com uma concessão unilateral. Contudo, estava desesperado para dar fim à guerra, atacado, como estava, pelos críticos internos e não querendo passar por cima de assessores dispostos a tentar a diplomacia. No final, Johnson cedeu. O produto foi a chamada Fórmula de San Antonio, imaginada depois que saí da sala e que Johnson apresentou, em discurso naquela cidade, em 29 de setembro de 1967:

Os Estados Unidos estão dispostos a interromper o bombardeio aéreo e naval do Vietnã do Norte quando isso levar prontamente a discussões produtivas. Entendemos, é claro, que enquanto prosseguirem as conversações, o Vietnã do Norte não venha a tirar proveito da suspensão ou cessação dos bombardeios.²⁸

A Fórmula de San Antonio foi uma das inflexões decisivas da guerra. Os Estados Unidos propuseram interromper a ação militar contra o Vietnã do Norte — uma obrigação precisa — em troca de conversas “produtivas” e se Hanói não tirasse proveito da cessação do bombardeio. Não houve proposta de definição de “produtivas” ou de “proveito”. Todavia, depois de ter mostrado sua capacidade de manipular o debate interno americano, Hanói teria poucas dúvidas de que cancelar a cessação dos bombardeios seria para os americanos muito controvertido e demorado. “Não tirar proveito” da cessação, certamente, não parecia obrigar Hanói a interromper a guerrilha, aliás, interromper qualquer coisa que já estivesse fazendo;

no máximo, a cláusula significava que Hanói não deveria escalar uma estratégia que ia dando certo.

Era parte da tática de negociação de Hanói que, mesmo uma proposta tão unilateral, devia ser recusada. Na realidade, Hanói utilizou a proposta como rede de segurança para a grande ação militar que estava prestes a empreender. Em questão de dias, o meu canal com Hanói foi cortado. Os norte-vietnamitas, tendo percebido que o preço da cessação dos bombardeios americanos era tão modesto e abstruso, decidiram aumentar as pressões sobre Johnson antes de sentarem para conversar e retomar a proposta. A Ofensiva do Tet estava a poucos meses de distância.

Hanói percebeu bem que o crescente descontentamento dos americanos não toleraria, no Vietnã, o mesmo impasse da Coreia. Mas houve uma diferença, na controvérsia interna que se seguiu. Nunca se pôs em dúvida a sabedoria do envolvimento americano na Coreia; as divergências foram em torno das medidas necessárias para vencer. Em relação ao Vietnã, o amplo consenso inicial de apoio à política dos Estados Unidos subitamente evaporou. Na Coreia, os críticos do governo queriam que os Estados Unidos fizessem mais; sua alternativa à política de Truman era a estratégia de MacArthur, da escalada. No Vietnã, a maioria esmagadora dos críticos insistia num corte da ação americana — e, com o tempo, em abandoná-la completamente; as opiniões iam desde a modificação da estratégia americana até a retirada incondicional. Na Coreia, os adversários dos Estados Unidos teriam enfrentado uma alternativa muito pior se a oposição prevalecesse. No Vietnã, quando ficou clara a extensão da ruptura interna, Hanói viu que uma diplomacia de impasse, junto a pressões militares, funcionaria a seu favor. O impasse seria culpa da falta de iniciativas diplomáticas do governo Johnson, e as contínuas baixas americanas causariam apelos para o desmantelamento da escalada, quando não o abandono, da guerra.

As críticas à política dos Estados Unidos para o Vietnã começaram de maneira bastante convencional, levantando questões razoáveis: se a guerra poderia ser ganha ou se havia relação de meios e fins. Em 11 de março de 1968, Walter Lippman aplicou ao

Vietnã sua já bem estabelecida crítica à política de contenção. Os Estados Unidos, argumentou, haviam se estendido demais, e a política de contenção estava destruindo qualquer equilíbrio racional entre os objetivos nacionais e os recursos para atingi-los:

O fato é que seus objetivos de guerra (de LBJ) são ilimitados: prometem a pacificação da Ásia inteira. Com objetivos assim, sem limites, não é possível vencer uma guerra com meios limitados. Visto que nossas metas não têm limites, certamente seremos "derrotados".²⁹

Para simbolizar a irrelevância do pensamento tradicional, quando aplicado ao Vietnã, Lippmann escreveu a palavra "derrotados" entre aspas, querendo dizer que o Vietnã não tinha importância para a segurança americana. A retirada, por essa perspectiva, fortaleceria a posição global dos Estados Unidos.

O mesmo já fora acentuado, em 1966, quando o senador Fulbright criticou os Estados Unidos por sucumbirem à "arrogância do poder" ao confundir "poder com virtude, e suas grandes responsabilidades com missão universal".³⁰ Menos de dois anos antes, Fulbright censurara de Gaulle por "atrapalhar a situação" ao propor que o Vietnã fosse neutro. Na ocasião, Fulbright advertira que isso poderia "desencadear eventos imprevisíveis, pois a França não é nem grande força militar, nem significativa força econômica no Extremo Oriente, sendo pouco provável que possa controlar ou influenciar os fatos que sua iniciativa poderia precipitar". Em 1964, Fulbright considerou "realistas" apenas duas opções: "a expansão do conflito, de uma forma ou outra, ou um novo esforço para capacitar os sul-vietnamitas a se saírem bem na guerra em sua escala atual".³¹

O que acontecera, em apenas dois anos, para levar o senador a rebaixar o Vietnã de essencial a periférico? E por que era arrogância o governo Johnson seguir, no ínterim, ambas as recomendações de Fulbright? Os estadistas americanos, fiéis às tradições nacionais, não se contentaram em basear em argumentos de segurança a participação americana no Vietnã: mais cedo ou mais tarde, esses podiam gerar um debate sobre custo e benefício. Afirmando tratar-

se de levar democracia ao sudeste asiático, evitaram a possibilidade de haver um ponto limite lógico de parada no caminho de entrada e — como se viu — no caminho de saída.

Os críticos da guerra percorreram a mesma estrada dos líderes que a faziam, só que no sentido oposto. Começaram com argumentos práticos: a guerra era invencível, o custo excedia o benefício, os Estados Unidos se sobre-estendiam. Mas esses observadores, produtos do mesmo idealismo americano, rapidamente levaram sua crítica para o plano moral, em duas etapas: primeiro argumentaram que moralmente havia, na realidade, pouca diferença entre Hanói e Saigon, o que simplesmente descartava o motivo ideológico da guerra; depois, que a continuação dos Estados Unidos na guerra não era um erro prático de julgamento, era a podridão moral na essência do sistema americano. E assim o apoio quase universal que sustentara uma política transformou-se, em dois anos, no indiciamento da moralidade da política externa dos Estados Unidos e, pouco depois, na condenação da própria sociedade americana.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam tido a felicidade de jamais precisarem optar entre suas convicções morais e sua análise estratégica — todas as suas decisões-chave eram prontamente justificadas por promoverem a democracia e resistirem à agressão. O Vietnã do Sul, no entanto, mesmo com grande esforço imaginativo, não se poderia chamar de democrático. Todos os regimes que sucederam o de Diem sentiram-se assediados; os generais sul-vietnamitas, até então desconhecidos do público, estavam pouco ansiosos por testar sua popularidade nas urnas. Poder-se-ia argumentar com alguma razão que os novos governantes de Saigon eram muito menos repressores que os de Hanói. Aliás, esse argumento era usado com frequência, mas nunca levado a sério. O relativismo moral era inaceitável para uma nação criada com fé na distinção absoluta entre o bem e o mal.

Os críticos cada vez mais diziam que, se Saigon não fosse capaz de satisfazer plenos padrões democráticos — o que sabiam intimamente ser impossível —, merecia ser abandonada de vez. Com

o passar do tempo, a Teoria do Dominó, premissa central de segurança em que se baseara a defesa do Vietnã durante quase duas décadas, foi primeiro descartada, depois ridicularizada. Num artigo dos mais abrangentes, o professor Richard Renfield, de Yale, somou a crítica de Lippmann, da superextensão estratégica, com a acusação de que, no conflito do Vietnã, ambos os lados eram moralmente equivalentes; portanto, a guerra não tinha sentido. No Vietnã, rezava o argumento, os Estados Unidos não reagem à agressão, mas sim apoiavam as forças do conservantismo contra as mudanças sociais.³²

Os críticos apontavam as muitas falhas de Saigon, para tornar inaceitável a moral do esforço americano. Em 1968, James Reston fez a pergunta que atormentava tantos americanos: “Que fim justifica este massacre? Como salvaremos o Vietnã, se o estamos destruindo na batalha?”.³³ Em 1972, Fulbright declarou que Johnson jamais compreendera que “não era um problema entre um ‘povo livre’ e um ‘regime totalitário,’ mas entre regimes totalitários rivais; que não era uma guerra de agressão internacional, ‘direta’ ou como fosse, mas uma guerra anticolonial e, depois, uma guerra civil”.³⁴

A televisão começava, então, a assumir suas características. Os noticiários noturnos tinham audiências de dezenas de milhões, muito mais do que os jornais impressos, mesmo os mais populares, poderiam alcançar durante toda uma existência. E levavam a vantagem das imagens que constituíam um comentário editorial constante. Os noticiários refletiam uma ânsia por drama e espetáculo que, ainda com a melhor das intenções, não podiam ser equilibrados, mesmo porque era tecnicamente impossível cobrir as atrocidades que os vietcongs estavam cometendo nas áreas sob seu controle. O âncora do noticiário tornou-se figura política, pois só um presidente podia chegar a tantas pessoas — e certamente sem aquela regularidade.

Em todo o pós-guerra, os americanos haviam respondido aos apelos dos governantes por sacrifício para ajudar sociedades distantes. Na situação angustiante do Vietnã, o excepcionalismo americano — a crença na aplicação universal dos valores americanos

—, que tão grande ímpeto dera à reconstrução de pós-guerra, começou a voltar-se contra si mesmo e a adotar uma forma moral da tática de terra arrasada. As baixas aumentavam, a crítica à política externa americana passou da descrença na eficácia da política à dúvida de sua necessidade — do ataque ao valor do aliado vietnamita dos americanos ao insulto à valia dos Estados Unidos, não só no Vietnã, mas no mundo todo.

O que conferiu pungência especial aos ataques quanto ao acerto de os Estados Unidos adotarem uma política global foi o fato de esses ataques brotarem, em grande parte, das universidades e da comunidade intelectual, até então fontes da defesa ardente do idealismo internacional americano.³⁵ Muitos líderes intelectuais, participantes da tomada de decisões de Kennedy, foram destroçados quando o assassinato do presidente encerrou abruptamente a Nova Fronteira; e, ainda mais, pelos protestos antiguerra de seus estudantes. As modalidades de desvencilhamento do Vietnã já não lhes prendiam o interesse; sob pressão dos próprios alunos, muitos professores chegaram-se cada vez mais à retirada unilateral e incondicional.

Contestando os pressupostos de 20 anos de política externa bipartidária, a ala radical do protesto do Vietnã ridicularizou o anticomunismo como sendo arcaico: “Nós nos recusamos a ser anticomunistas”, proclamaram dois peregrinos a Hanói, Staughton Lynd e Tom Hayden. “Afirmamos que o termo perdeu todo o conteúdo específico que já teve. Serve agora de categoria-chave do pensamento abstrato que os americanos empregam para justificar uma política externa possuindo, muitas vezes, a sofisticação do estupro”.³⁶ Até Hans Morgenthau, decano dos filósofos americanos do interesse nacional, viu-se levado a proclamar a imoralidade dos Estados Unidos: “Quando falamos na quebra das leis da guerra, devemos ter em mente que a violação fundamental, de que vêm todas as outras, é o próprio tipo desta guerra”.³⁷

Para os governantes da geração que se havia educado nas verdades incontestes da Guerra Fria, esse alarido foi chocante. Lyndon Johnson, ele mesmo um dos criadores do consenso do pós-

guerra, não sabia como lidar com esse assalto, partido de homens e mulheres das mais importantes universidades, cuja aprovação ele anelava, em proporção direta à sua incapacidade de encontrar uma linguagem comum com os mesmos. David Halberstam, em 1966, um crítico acerbo da guerra, argumentara ele próprio, anteriormente, “que o Vietnã é uma parte legítima desse compromisso global dos Estados Unidos [...] talvez seja uma das não mais que cinco ou seis nações no mundo, verdadeiramente vitais aos interesses americanos. *Sendo* tão importante, talvez valha um maior engajamento de nossa parte”.³⁸

Johnson reagiu, apelando para as ortodoxias dos seus antecessores, de Truman a Kennedy. Mas elas já começavam a soar antiquadas, quando não irrelevantes para os críticos. Suas propostas de negociações incondicionais foram rejeitadas pelos líderes de Hanói, que eram por demais sutis em sua arte, para fornecerem uma válvula de escape à desordem interna nos Estados Unidos. Tentando vencer a maré Johnson gradualmente modificou sua posição de negociação, de exigir a retirada norte-vietnamita antes de os Estados Unidos cessarem as hostilidades, para a Fórmula de San Antonio, de suspensão do bombardeio antes das negociações; da recusa a falar com a organização de frente de Hanói no sul, a Frente de Libertação Nacional (FLN), a aceitar a conversa com representantes dela e, finalmente, dando participação à FLN nas negociações como entidade política. Quis, também, tentar Hanói com um programa de ajuda econômica para toda a Indochina. Cada posição dessas foi desprezada por Hanói como insuficiente e pela maioria dos críticos internos americanos como insincera. O debate nacional polarizou-se entre a vitória, para a qual não havia estratégia, e a retirada, para a qual não havia a política.

Os críticos mais moderados do governo — grupo ao qual eu pertencia — instavam por um meio-termo negociado. O verdadeiro obstáculo a isso, no entanto, não era Washington, era Hanói. Os comunistas norte-vietnamitas não haviam passado a vida inteira em luta de morte para agora encerrá-la dividindo o poder ou desmontando a guerrilha, seu meio mais eficaz de pressão. Os

comunistas vietnamitas não conseguiam, como Stalin não conseguiu uma geração antes, ter a esperança irrealista em uma negociação desligada de algum equilíbrio de forças, ou ligada a um equilíbrio desconhecido, que saísse do próprio processo de negociação. As garantias frequentes de Johnson de que seria flexível e aberto pareciam a Hanói ingênuas e inúteis.

Ironicamente, os Estados Unidos teriam de pagar pelo acordo o mesmo preço que pagariam pela vitória. Hanói só aceitaria o acordo vendo-se fraca demais para vencer — ou seja, depois que fosse derrotada. Os Estados Unidos só poderiam denotar moderação depois, não durante a guerra. Todas as “soluções” normais — dos críticos moderados e do governo — ficaram impossíveis diante da determinação implacável de Hanói. A trégua, que aos americanos parecia um modo satisfatório de pôr fim à matança, removeria, na perspectiva de Hanói, o estímulo dos Estados Unidos para retirar-se. Um governo de coalizão que não fosse simples disfarce na rota para a tomada comunista, parecia aos líderes de Hanói, garantir a sobrevivência de Saigon.

A verdadeira escolha que se apresentava aos Estados Unidos não era entre a vitória e o meio-termo, era mesmo entre a vitória e a derrota. A diferença entre os norte-vietnamitas e os americanos foi que Hanói viu essa realidade, enquanto Johnson e seus críticos moderados não conseguiam admiti-la. Os praticantes da *Realpolitik* de Hanói estavam convencidos de que o destino do Vietnã seria selado pelo equilíbrio de forças no território — não na mesa de conferência.

Em retrospecto, a verdade é que os Estados Unidos nada precisavam pagar pela abertura das negociações. Hanói decidira negociar antes da eleição presidencial americana de 1968 para, no mínimo, comprometer os dois partidos políticos com um fim negociado. Mas os líderes de Hanói não entrariam em negociação sem antes um grande esforço para alterar o equilíbrio militar a seu favor. O meio de melhorar a posição de negociação foi a ofensiva lançada no ano novo lunar, o Tet. Todos os anos, inclusive em 1968, acertava-se uma pausa nessa época. Não obstante, em 30 de

janeiro, forças comunistas lançaram uma grande ofensiva contra 30 capitais provinciais sul-vietnamitas. Obtendo surpresa total, tomaram pontos-chave de Saigon, chegando ao terreno da embaixada americana e ao quartel-general do general Westmoreland. A antiga capital, Hue, caiu nas mãos dos comunistas, ficando sob o seu domínio por 25 dias.

Militarmente, o Tet é hoje reconhecido como uma grande derrota comunista.³⁹ Foi a primeira vez que os guerrilheiros apareceram e entraram em combate aberto. A decisão de lançar um ataque nacional forçou-os a campos de batalha que normalmente não teriam escolhido. O poder de fogo superior americano varreu quase toda a infraestrutura da guerrilha, como os manuais do exército previam. Pelo resto da guerra, os guerrilheiros vietcongues deixaram de ser uma força eficaz; quase todo o combate passou a ser dado pelas unidades regulares do exército norte-vietnamita.

Em alguns aspectos, o Tet confirmou a doutrina militar americana. Ao arriscar tudo em uma única jogada, os comunistas aceitaram a batalha de atrito pela qual a estratégia americana tanto ansiava. Talvez tivessem sofrido baixas maiores do que os relatórios oficiais indicavam; ou talvez achassem que a grande vontade dos Estados Unidos de negociar seria uma rede de segurança.

Contudo, a Ofensiva do Tet foi uma grande vitória psicológica para Hanói. Pode-se imaginar, com certa tristeza, o curso dos fatos se os líderes americanos tivessem aumentado a pressão sobre as unidades do grosso norte-vietnamita, agora sem o escudo da guerrilha. Se os Estados Unidos tivessem realmente feito o esforço extremo, é provável que Johnson conseguisse a negociação incondicional que propunha, talvez até mesmo um cessar-fogo incondicional. Isto é indicado pela rapidez — menos de 72 horas — com que Hanói aceitou a nova proposta de Johnson, concertada com uma interrupção parcial nos bombardeios, segundo a Fórmula de San Antonio.

O governo americano, porém, já estava farto, e não porque a opinião pública o tivesse abandonado. Pesquisas mostravam que

61% do povo americano se considerava “falcão”, 23% “pombo”, e 70% era a favor de continuar o bombardeio.⁴⁰ O grupo que perdeu o sangue-frio foi o das próprias figuras do *establishment* que haviam apoiado a intervenção o tempo inteiro. Johnson reuniu um grupo de membros de governos anteriores, em sua maioria “falcões”, inclusive homens resolutos como Dean Acheson, John McCloy, Mc-George Bundy e Douglas Dillon, entre outros. Por grande maioria, eles aconselharam encerrar a escalada e começar a liquidação da guerra. Considerando as reações de Hanói, que ainda não eram de todo compreendidas, essa decisão tinha de ser o início da derrota. Verdade seja dita, eu, no geral, concordei com estes “feiticeiros”, o que prova que pontos de inflexão se veem melhor depois do que quando ocorrem.

Em 27 de fevereiro de 1968, o âncora de televisão Walter Cronkite, à época no auge da sua influência, emitiu ondas de choque pela Casa Branca, prevendo fracasso:

Parece mais certo que nunca, que a sangrenta experiência do Vietnã vai terminar num empate. O empate quase certo deste verão vai terminar num verdadeiro toma lá dá cá, ou numa terrível escalada; e, em meios de escalar, o inimigo se equipara a nós [...]⁴¹

A última noção era muito questionável; não podia ser verdade que o Vietnã do Norte fosse o único país na história impérvio a cálculos de custo e benefício. É bem verdade que tinha um limite de sofrimento mais alto que qualquer outro país, mas ainda assim um limite. E a última coisa que Hanói queria era um toma lá dá cá. Mesmo assim, a hipérbole de Cronkite continha um elemento fundamental de verdade: a resistência de Hanói, claramente, excedia a dos Estados Unidos.

O *Wall Street Journal*, que até então apoiara o governo, também abandonou o barco, perguntando, retoricamente, se a evolução das coisas não estava “prejudicando nossos objetivos originais tão louváveis? [...] Se praticamente nada sobrar do governo ou da nação, o que há para salvar, e para quê?” Achava o *Journal* que “o povo americano deve começar a preparar-se, se já

não está pronto, para aceitar que todo o esforço do Vietnã esteja condenado”.⁴² Em 10 de março, a NBC concluiu um programa especial sobre o Vietnã com o que ia, rapidamente, se tornando refrão comum: “Pondo de lado todos os outros argumentos, chegou a hora de ver que é inútil destruir o Vietnã a fim de salvá-lo”.⁴³ A revista Time juntou-se ao coral em 15 de março: “1968 nos fez ver que a vitória no Vietnã — ou mesmo um bom acordo — talvez esteja além do alcance da maior potência do mundo”.⁴⁴

Senadores eminentes entraram na roda. Mansfield declarou: “Estamos no lugar errado, fazendo a guerra errada”.⁴⁵ Fulbright levantou a questão da “autoridade do executivo para expandir a guerra, sem anuência do congresso, sem nenhum debate ou exame pelo congresso”.⁴⁶

Sob o impacto de tais ataques, Johnson dobrou-se. Em 31 de março de 1968, anunciou uma interrupção parcial unilateral nos bombardeios da área ao norte do paralelo 20, a ser seguida por uma cessação total, tão logo negociações substantivas começassem. Disse que nenhum reforço significativo seria enviado ao Vietnã e repetiu a garantia, tão frequente de que “nosso objetivo no Vietnã do Sul jamais foi o aniquilamento do inimigo”.⁴⁷ Seis semanas depois de Hanói ter violado um cessar-fogo formal, ao lançar um ataque devastador a instalações americanas e matar milhares de civis, só em Hue, Johnson convidou os líderes de Hanói a participarem do desenvolvimento econômico do sudeste asiático, insinuação transparente de ajuda econômica. Anunciou também que não se candidataria à reeleição. O presidente que mandou 500 mil homens para o sudeste asiático deixaria a retirada deles para seu sucessor.

Foi uma das decisões presidenciais mais importantes do pós-guerra. Não fora a renúncia dramática, Johnson poderia ter feito uma campanha sobre a questão do Vietnã e assegurado um mandato popular para uma solução ou outra. Se sua saúde não lhe permitia arriscar um segundo mandato, Johnson deveria ter mantido a pressão sobre Hanói durante o restante do seu mandato, deixando ao sucessor as melhores opções possíveis para a escolha em que este e o congresso eventualmente concordassem, depois das

eleições. Considerando a fraqueza de Hanói após a Ofensiva do Tet, uma política de pressão em 1968 quase certamente teria permitido uma negociação muito melhor do que aquela que finalmente houve.

A um só tempo cessando a escalada, renunciando à candidatura e propondo negociações, Johnson combinou todas as desvantagens. Seus possíveis sucessores em potencial competiam em promessas de paz, sem definir o termo. Assim, criou-se o clima de desilusão pública, quando as negociações tiveram início. Hanói ganhou uma cessação do bombardeio em troca de debates de procedimentos e a oportunidade de restaurar sua infraestrutura no sul, embora com pessoal norte-vietnamita. Hanói não foi levada a um acordo com Johnson e teve todos os atrativos para repetir a façanha com seu sucessor.

Vietnã: a extração

Nixon

image

Coube ao governo Nixon extrair os Estados Unidos da sua primeira experiência de guerra malsucedida e de seu primeiro empenho no exterior, em que as convicções morais da América conflitaram com o que era possível. Poucas tarefas de política externa foram mais difíceis; nenhum país fez essa transição sem angústias.

Embora a retirada francesa da Argélia fosse muito citada como modelo para os Estados Unidos, na realidade De Gaulle levou mais que os quatro anos necessários ao governo Nixon para encerrar o envolvimento americano na Indochina. Ao desvencilhar a França da Argélia, De Gaulle teve o ônus de abandonar um milhão de colonos franceses, alguns de famílias que lá estavam havia gerações. Ao retirar as tropas americanas do Vietnã, Nixon teve de liquidar uma ação que quatro presidentes americanos, ao longo de duas décadas, haviam entronizado como vital para a segurança de todos os povos livres.

Nixon assumiu essa missão dolorosa nas circunstâncias internas mais refratárias, desde a Guerra de Secessão. Mesmo a uma distância de 25 anos, a aspereza do colapso do consenso nacional americano ainda é chocante. Em 1965, os Estados Unidos empenhavam-se — com aprovação geral — em vencer uma guerra contra o que se considerava a conspiração comunista mundial e a

criar instituições livres no sudeste asiático; dois anos depois, em 1967, o mesmo empreendimento passou a ser visto não só como fracassado, mas também como ato aberrante de políticos maníacos por guerra. Num dia, a comunidade intelectual celebrava o advento de um jovem presidente progressista; praticamente, no dia seguinte, estava acusando seu sucessor de atrocidades, mentiras sistemáticas e ânsia guerreira, malgrado o fato de a estratégia do novo presidente — ou, pelo menos, seus estrategistas — ser a mesma do saudoso antecessor. No fim do seu mandato, em 1968, Johnson não podia mais aparecer em público, exceto em bases militares ou noutros locais em que manifestantes violentos pudessem ser fisicamente barrados. Embora fosse presidente, ele não considerou possível sequer aparecer na convenção nacional do seu próprio partido em 1968.

Após uma pausa de apenas alguns meses, a oposição violenta à guerra recomeçou, muito pior, sob o sucessor de Johnson, Richard Nixon. O que tornou a política interna tão rancorosa e a convivência quase impossível foi que as divergências ostensivas eram apenas substitutos de uma controvérsia filosófica subjacente e um desacordo muito mais profundos. Nixon estava ansioso para negociar uma saída honrosa, que ele definia como quase tudo, exceto entregar aos comunistas norte-vietnamitas milhões de pessoas que haviam sido convencidas, pelos antecessores dele, a confiar nos Estados Unidos. Ele levava a sério a credibilidade e a honra, pois elas determinariam a capacidade americana de moldar uma ordem internacional pacífica.

Do outro lado, os líderes do Movimento da Paz consideravam a guerra tão repugnante, que uma saída honrosa do Vietnã passara a ser um absurdo. O que o governo Nixon considerava uma potencial humilhação nacional, os contestadores do Vietnã tratavam como uma desejável catarse nacional. O governo buscou um desfecho que possibilitasse aos Estados Unidos prosseguir no seu papel internacional do pós-guerra, de protetor e sustentáculo dos povos livres — precisamente o papel a que muitos, no Movimento da Paz,

queriam dar fim, compreendendo-o como arrogância e presunção de uma sociedade defeituosa.

Em uma geração, os Estados Unidos haviam atravessado a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia e uma década e meia de crises da Guerra Fria. O Vietnã excedeu. O sacrifício foi insuportável, por ser tão contra as expectativas e os valores tradicionais americanos. Nos anos 1920 e 1930, quando a geração de Nixon e Johnson estava na adolescência, os americanos julgavam-se acima dos maquiavélicos negócios europeus. Durante os anos 1940 e 1950, quando aquela geração atingiu a maioridade, os Estados Unidos acreditavam-se escolhidos para a missão mundial da justiça. De fato, emergiram para a liderança incontestada do mundo livre. Quando aqueles homens chegaram ao ápice da carreira política, nos anos 1960, o Movimento da Paz no Vietnã punha em dúvida essa missão global. Nos anos 1970, uma nova geração que não acreditava mais na prístina pureza americana estava em cena. Para merecer a missão mundial, os Estados Unidos tinham de passar, sentenciava ela, pelos labores do aperfeiçoamento.

Assim se desencaminhavam as gerações, no exato momento em que os Estados Unidos enfrentavam o desafio moral mais equívoco de todo o período do pós-guerra. Os críticos enojavam-se, na televisão, com as imagens vívidas da brutalidade da guerra e suspeitavam muito do valor moral do aliado dos americanos. Convencidos de que *tinha* de haver uma solução que desse fim imediato à matança, exarcerbaram-se cada vez mais. A crença americana de que os Estados Unidos eram uma exceção havia sustentado — com o seu idealismo, sua inocência e sua dedicação — uma das grandes eras da política americana; agora, aquele excepcionalismo exigia, implacável, a mesma perfeição dos aliados, e não aceitava ambiguidade nas escolhas americanas. Sem isso, só haveria vergonha para os Estados Unidos e ruína para os aliados.

A pretensão moral americana inibia uma diplomacia flexível. No Vietnã havia, na melhor das hipóteses, alternativas imperfeitas e escolhas dolorosas. O impulso intuitivo do Movimento da Paz era recolher-se daquele mundo, buscando refrigério na antiga

autoavaliação original dos Estados Unidos, como um imaculado pilar de virtude. Talvez um líder carismático, como Franklin Roosevelt, John Kennedy ou Ronald Reagan, tivesse achado a forma de lidar com essa nostalgia. Mas ela esteve além dos demais talentos extraordinários de Richard Nixon. Ao contrário de Johnson, Nixon era altamente sofisticado em questões internacionais. Ele chegou à presidência convencido, como muitos críticos da guerra, de que uma nítida vitória no Vietnã não era mais possível, se é que fora em algum momento. Desde o início, Nixon compreendeu que o destino lhe concedera a missão ingrata de organizar um recuo e algum tipo de saída de um conflito desmoralizante. Era natural, para um presidente, querer desincumbir-se com honra dessa tarefa — fazia parte da função. Não conseguiu lidar, emocional ou intelectualmente, foi com o fato de estudantes das melhores universidades e membros do *establishment* a quem ele admirava e invejava insistirem numa linha de ação que, para ele, era um colapso humilhante para os Estados Unidos e a traição a um aliado.

Nixon preferiu interpretar os protestos violentos daqueles que considerava privilegiados, como a culminação de um ataque pessoal a ele, de inimigos ideológicos da vida toda. A seus olhos, isso transformava o problema do Vietnã numa batalha política. Sensível e sutil como fosse na conduta da diplomacia, Nixon era também confrontador em política interna, empregando métodos que sempre acreditou serem comuns para muitos dos seus antecessores.

Nunca se vai saber se os seus atos de boa vontade teriam atenuado a ira que começara a intensificar-se muito antes da presidência de Nixon. No final dos anos 1960, o protesto violento de estudantes avolumara-se, era um fenômeno mundial, ocorrendo também na França, na Holanda e na Alemanha — que não estavam em situação comparável à guerra do Vietnã, nem tinham problemas raciais, no sentido americano. De qualquer maneira, Nixon estava muito inseguro e vulnerável para começar a lançar pontes àquela altura da vida.

Por uma questão de justiça, note-se que Nixon teve pouca ajuda do *establishment* que, afinal de contas, o havia deixado com o

problema que ele enfrentava. Altos funcionários dos governos anteriores, que haviam comprometido os Estados Unidos na Guerra do Vietnã, compartilhavam de muitas das convicções do governo Nixon. Homens como Averell Harriman e o ex-secretário de defesa Clark Clifford estiveram entre os principais criadores do consenso bipartidário do pós-guerra em política externa; normalmente, teriam sentido a obrigação de preservar algum grau de coesão nacional, num período de crise, e fechariam com uma administração sitiada, em algum programa mínimo de paz com que todos concordassem.

Dessa vez, porém, os criadores do consenso da política externa não foram capazes de apoiar seu presidente. Na realidade, foram os primeiros alvos das demonstrações de paz — sina que eles acharam particularmente dolorosa, pois na vanguarda do Movimento da Paz estavam homens e mulheres a quem admiravam e, havia muito, consideravam o núcleo de seu eleitorado. Eles haviam sido os soldados da Nova Fronteira e, metaforicamente, se não de fato, olhavam aqueles meninos dos protestos como seus filhos. Sem aprovar os métodos do Movimento da Paz, membros importantes do governo Johnson entraram numa aliança *de fato* com os manifestantes mais radicais. Sua infindável barragem de objeções, aparentemente moderadas, às políticas do governo mantinha-lhes a posição a uma concessão de distância de um acordo com Nixon e multiplicava a indignação do presidente, por estarem, assim, mantendo fora de alcance um consenso nacional.

Nixon decidiu perseverar tenazmente na obtenção de uma paz com honra. Por ter sido eu o seu principal ajudante nesse esforço, meu conto dos feitos está inevitavelmente afetado pelo papel que desempenhei e por minha concordância com suas premissas.

No intervalo entre a eleição e a posse, Nixon pediu-me que informasse os norte-vietnamitas de sua posição a favor de um fim negociado. A resposta deles foi nossa apresentação ao que seria a exigência habitual de Hanói: retirada incondicional dos Estados Unidos mais a derrubada do governo de Nguyen Van Thieu, em Saigon.

Hanói nem ao menos quis verificar a sinceridade das profissões de Nixon. Em três semanas, depois da posse de Nixon, lançaram nova ofensiva — a chamada Ofensiva dos Mini-Tet — durante a qual, em média, mil americanos morreram por mês, ao longo de quatro meses. Nitidamente, a proposta de acordo de Nixon não despertara qualquer reciprocidade naqueles líderes empedernidos. Hanói, tampouco refreou-se o mínimo, em atenção ao “entendimento” de 1968, com o governo Johnson, de que não tiraria proveito da cessação dos bombardeios.

O governo Nixon assumira esperando um consenso nacional em torno de meios-termos razoáveis, que apresentasse a Hanói uma nação substancialmente coesa. Em pouco tempo ficou claro que Nixon, como seus antecessores, subestimara a tenacidade e a determinação de Hanói. Ho Chi Minh estava ainda mais seguro de que, inepto o governo de Saigon e hesitante o compromisso americano, as forças de Hanói poderiam ter uma vitória incondicional. Cultor da *Realpolitik*, Ho não estava a fim de desistir, na mesa de negociação do que, segundo suas expectativas, sangue e balas conseguiriam para ele no campo de batalha.

Não poderia haver destinatários menos promissores para propostas de paz que os inflexíveis heróis que formavam o governo de Hanói. Quando Nixon assumiu a presidência, o partido democrata, que lançara a aventura do Vietnã, dividira-se agudamente entre a plataforma oficial e uma posição minoritária de “pombos” (apoiada por líderes como os senadores Ted Kennedy, George McGovern e Eugene McCarthy), que havia sido rejeitada pela convenção democrata nacional. Após nove meses, o governo republicano de Nixon fora além da plataforma *dove* do partido democrata. Hanói embolsava todas as concessões americanas sem sinal de reciprocidade, presa irredutivelmente às suas exigências de um prazo final fixo e incondicional para a retirada americana e da substituição do governo de Saigon pelo que era, efetivamente, um regime comunista. Hanói afirmou que, se essas exigências não fossem atendidas simultaneamente, os prisioneiros americanos não seriam libertados. O que Hanói exigia era a rendição com desonra.

Mas presidentes não podem abandonar tarefas mais difíceis do que imaginavam. Mesmo antes da posse Nixon encomendara uma revisão metódica de como levar a guerra a uma conclusão. Três opções foram estudadas: retirada unilateral; cartas na mesa com Hanói, por meio de uma combinação de pressões militares e políticas; e passagem gradual da responsabilidade pela guerra ao governo de Saigon, permitindo que os Estados Unidos se retirassem gradualmente.

A primeira opção, da retirada unilateral, foi mais tarde o tema de muita especulação revisionista. Tem-se argumentado que ao assumir Nixon deveria ter anunciado a data da retirada e terminado a guerra por decisão americana unilateral.¹

Se ao menos história fosse tão simples quanto jornalismo. Embora os presidentes tenham grande autonomia, eles são ligados ao ambiente político e contidos pela realidade prática. Quando Nixon assumiu a presidência, em 1969, nenhum dos partidos políticos jamais advogara uma retirada unilateral, e pesquisa alguma de opinião pública indicava algum apoio a isso. A plataforma dos "pombos", rejeitada na convenção nacional democrata de 1968, pedia uma redução das operações ofensivas americanas, uma retirada de forças estrangeiras (inclusive as do Vietnã do Norte) e estímulo a uma política de reconciliação entre o governo de Saigon e a Frente de Libertação Nacional (FLN). A reciprocidade era o fundamento e não havia menção à retirada unilateral.

O programa de paz do governo Johnson fora expresso na Fórmula de Manila, em que as forças americanas só começariam a sair seis meses após a retirada norte-vietnamita e só depois que o nível de violência fosse reduzido. Mesmo nessa hipótese, uma substancial força americana residual permaneceria no Vietnã, seguindo o modelo da Coreia. A plataforma democrata oficial era por eleições livres no Vietnã do Sul, mas depois que as operações militares houvessem terminado. Finalmente, a plataforma republicana pregava a "desamericanização" da guerra, mudança da estratégia militar e negociações, sem "paz a qualquer preço" ou rendição camuflada. Quando Nixon assumiu, portanto, todas as alas

dos dois principais partidos políticos queriam desfechos que, sem exceção, dependiam de Hanói satisfazer condições, antes de os Estados Unidos se retirem. Em todos estava implícito o meio-termo, não a rendição.

Uma retirada americana imediata, incondicional e unilateral, teria também problemas práticos insuperáveis. Mais de meio milhão de americanos lutavam ao lado de um exército sul-vietnamita de aproximadamente 700 mil homens, e enfrentavam no mínimo 250 mil combatentes regulares do exército norte-vietnamita e um número equivalente de guerrilheiros. Nos primeiros dias do governo Nixon, uma promessa imediata de retirada unilateral teria deixado uma vasta força expedicionária americana presa da ira dos sul-vietnamitas, aliados traídos pelos Estados Unidos, e do implacável ataque norte-vietnamita.

O departamento de defesa estimou que uma retirada sistemática não se poderia organizar em menos de 15 meses, período durante o qual a posição americana se enfraqueceria a ponto de as forças residuais poderem ver-se reféns de ambos os lados vietnamitas. Mesmo admitindo que o exército sul-vietnamita simplesmente entrasse em colapso em vez de virar-se contra os aliados americanos, o resultado teria sido a retirada em meio ao caos indescritível, ainda mais que Hanói certamente teria tentado usar sua posição cada vez mais dominante para impor termos de paz muito mais rigorosos. A retirada unilateral tinha tudo para ser um fiasco medonho e sangrento.

Acima de tudo, o governo Nixon estava convencido de que a retirada unilateral seria um desastre geopolítico. A confiança nos Estados Unidos fora laboriosamente construída ao longo de 20 anos. Era o componente-chave da estrutura do mundo livre. A inversão de 180 graus num importante compromisso americano, que vinha de quatro governos, por um presidente até então identificado com uma política externa conservadora, teria um efeito de profunda decepção entre os aliados dos Estados Unidos, especialmente aqueles mais dependentes do apoio americano, quer concordassem, quer não, com os detalhes da política dos Estados Unidos para o Vietnã.

Nessas circunstâncias, o governo Nixon concluiu que precisava de uma estratégia para mudar o cálculo de Hanói de que sua vitória total era inevitável e de que podia impor a retirada unilateral. A segunda opção a considerar era chegar rapidamente a um ponto decisivo por ações políticas e militares. Era a estratégia que eu pessoalmente preferia, por achar que encerraria a extenuante luta interna, deixando o governo voltar-se para iniciativas mais unificadoras. Esta opção tinha três componentes: (1) um endosso do congresso, para prosseguir a guerra; (2) um grande esforço em negociações, nas quais os Estados Unidos fariam todas as concessões possíveis, exceto um conluio com a tomada comunista; e (3) uma estratégia militar diferente, que defendesse as áreas mais densamente habitadas no Vietnã do Sul e cortasse as rotas de suprimento de Hanói, interditando a Trilha de Ho Chi Minh, no Laos, limpando as bases no Camboja e minando os portos do Vietnã do Norte. Ao longo de quatro anos, todas essas medidas eventualmente foram adotadas e, de fato, fizeram com que Hanói aceitasse, em 1972, os termos que consistentemente rejeitara durante uma década. Se todas fossem tomadas simultaneamente, e enquanto os Estados Unidos ainda tinham uma grande força terrestre no Vietnã, o impacto talvez fosse decisivo.

No início de seu mandato, Nixon poderia ter ido ao congresso, esboçado sua ideia de uma saída honrosa da Guerra do Vietnã e solicitado a anuência, dizendo que, sem esta, ele não teria outra escolha senão retirar-se unilateralmente, por mais aterradoras que pudessem ser as consequências. Nixon rejeitou conselhos nesse sentido com dois argumentos. Primeiro, achou que era abdicar da responsabilidade presidencial. Segundo, tendo servido no congresso por seis anos, estava convencido — corretamente, pode-se supor — que o congresso evitaria fazer a escolha e daria a ele — na melhor das hipóteses — algum endosso ambíguo, cercado de muitas condições, que aumentariam o problema.

De início, Nixon hesitou em atacar o sistema logístico vietnamita. As relações com a União Soviética e a China, ainda precárias, poderiam piorar, e o relacionamento triangular, que tanto

contribuiu, mais tarde, para a flexibilidade da política externa americana, poderia ter sido retardado ou obstruído. Esperanças frustradas de distensão, no Vietnã, poderiam inflamar ainda mais o Movimento da Paz. O resultado militar pareceu muito incerto e o custo interno, inviável. A “estratégia de avançar” ter-se-ia deparado com tamanha resistência entre os conselheiros mais próximos de Nixon, que só poderia ser executada com uma reorganização do ministério e com um dispêndio de energia presidencial que arruinaria outras iniciativas vitais de longo prazo.

O povo americano parecia estar pedindo ao governo que atingisse simultaneamente dois objetivos incompatíveis: terminar a guerra e não capitular. Nixon e seus assessores compartilhavam dessa ambivalência. Ao navegar na política americana por meio dessas contradições, Nixon escolheu a terceira opção — a chamada rota da vietnamização — não porque a julgasse um brilhante *deus ex machina*, mas porque, segundo ele, mantinha em equilíbrio relativamente mais seguro os três componentes do desvencilhamento americano do Vietnã: preservar o moral interno dos Estados Unidos, dar a Saigon uma oportunidade justa de tomar conta das coisas e convencer Hanói a fazer um acordo. Manter essas três dimensões da política numa correlação viável tornou-se o teste definitivo do desembaraço americano do Vietnã.

O público se acalmaria com as retiradas de forças americanas e os sérios esforços de negociação; o Vietnã do Sul teria uma oportunidade real de defender-se, mediante ajuda e treinamento americanos; Hanói teria à sua frente a bandeira branca da paz e o porrete da retaliação periódica, para exauri-la e servir de advertência de que a moderação dos Estados Unidos tinha limites. Estratégia complexa, a vietnamização trazia o imenso risco de, simplesmente, não ser possível manter sincronizados os três elementos da estratégia; o tempo poderia acabar e a política malograr. Era, na melhor das hipóteses, uma iniciativa delicada, pois cada retirada estimularia Hanói, mas cada tiro de despedida enfureceria o Movimento da Paz.

Em memorando que enviei a Nixon, datado de 10 de setembro de 1969 — grande parte do qual redigido por Anthony Lake, que era então meu assistente executivo e é, atualmente (1994), o assessor de segurança nacional do presidente Clinton —, examinei os riscos da vietnamização.² Se a vietnamização se arrastasse, dizia o memorando, a inquietação pública poderia aumentar, em vez de diminuir. O governo ver-se-ia, então, na terra de ninguém entre *hawks* e *doves* — excessivamente conciliatório para os falcões e belicoso demais para os pombos. Declarações oficiais para aplacar os dois grupos “serviriam para confundir Hanói, mas também para confirmar-lhe a política de esperar com paciência, pois os Estados Unidos sairiam”.

[...] a “vietnamização” terá problemas, cada vez mais sérios, conforme a formos executando. — A retirada americana será como amendoim salgadinho para o público: quanto mais soldados voltarem para casa, mais será exigido. Pode resultar, eventualmente, na demanda de uma retirada unilateral, talvez em um ano.

— Quanto mais tropa sai, mais estímulo para Hanói...

— Cada soldado retirado dos Estados Unidos será relativamente mais importante para o esforço no sul, por ser, em relação ao anterior, uma porcentagem cada vez maior da força americana.

— Será cada vez mais e mais difícil manter o moral dos que permanecerem, que dirá o moral das mães.

— A “vietnamização” talvez não diminua as baixas americanas até as etapas finais, pois nosso número de baixas pode não estar relacionado ao total da tropa no Vietnã do Sul. Para matar cerca de 150 soldados dos Estados Unidos por semana, o inimigo só precisa atacar uma pequena parte de nossas forças [...]³

Se tudo isso fosse verdade, dizia o memorando, Hanói tentaria infligir aos Estados Unidos uma derrota psicológica, não militar; prolongaria a guerra, adiaria as negociações e esperaria que a situação interna americana desandasse — previsão substancialmente correta.

O memorando previu muitos de nossos problemas posteriores, mas estava fadado à inutilidade. É que embora o remetesse ao presidente, não o acompanhei até o gabinete oval. Em Washington, ideias não convencem por si sós. Autores de memorandos, que não estejam dispostos a lutar por eles, mais provavelmente irão descobrir suas palavras transformadas em álibis *ex post facto* que em guias para ação. Recuando ante a oposição acirrada e a agitação interna que teria causado a alternativa de pôr terminalmente as cartas na mesa com Hanói, eu jamais forcei um exame sistemático dessa opção. Nem o presidente, talvez pela mesma razão. Nixon não teve motivo para alterar sua opção pela vietnamização, pois nenhum órgão ligado ao assunto do Vietnã fez qualquer ressalva. E nenhum se manifestou, antes de mais nada, porque estavam todos muito traumatizados pelas manifestações, para quererem entrar na linha de fogo.

Rememorei aqui a angústia daquela decisão para mostrar que, quando Nixon assumiu a presidência, as escolhas no Vietnã eram entre males comparáveis. O fato de que a vietnamização fosse tão dolorosamente difícil não tornou as outras opções mais atraentes. Essa realidade central escapou aos críticos americanos da Guerra do Vietnã, como a grande parte do povo americano em outros casos: a política externa muitas vezes implica escolha entre coisas imperfeitas. A decisão que Nixon enfrentou, no Vietnã, era entre alternativas igualmente ruins. Depois de 20 anos de política de contenção, os Estados Unidos pagavam pelo desmedido; não sobrara escolha simples.

Embora a vietnamização fosse um caminho arriscado, comparativamente era a melhor das opções disponíveis. Tinha a vantagem de oferecer aos americanos e sul-vietnamitas uma forma de acostumarem-se à inevitável retirada americana. Se durante o processo de reduzir inexoravelmente as forças americanas, os Estados Unidos tivessem êxito em fortalecer o Vietnã do Sul — exatamente o que o governo Nixon pretendia — o objetivo americano seria alcançado. Se fracassasse e a retirada unilateral fosse a única opção restante, a extração final poderia ocorrer depois

que as forças americanas encolhessem a um nível que reduzisse os riscos de caos e humilhação.

Ao iniciar essa política, Nixon decidiu fazer um grande esforço para negociar, e pediu-me que me encarregasse disso. O presidente francês, Georges Pompidou, resumiu sucintamente o que me esperava. Como seu gabinete organizou a logística para as minhas negociações secretas com os norte-vietnamitas em Paris, eu o atualizava após quase todos os encontros. Numa dessas ocasiões, em que me senti particularmente desaminado com o impasse, que parecia insolúvel, Pompidou comentou, em sua maneira casual e sensata: “Você está condenado a conseguir”.

Funcionários públicos não têm liberdade de escolher hora, em seu trabalho pelo país, nem as tarefas a acometer. Se eu tivesse escolha, certamente teria selecionado um parceiro de negociação mais conciliatório que Le Duc Tho. A experiência havia reforçado o que a ideologia lhes ensinara, a ele e aos seus colegas do *politburo* de Hanói — guerrilhas mexem com vencedores e perdedores, não com acordos. De início, a vietnamização não os impressionou: “Como podem vocês esperar resultado apenas com o exército sul-vietnamita, se eles não foram capazes de vencer com a ajuda de 500 mil americanos?”, perguntou Le Duc Tho, garboso e confiante, em 1970. Era uma pergunta constante, que nos atormentava também. Em quatro anos, a dupla ação de fortalecer Saigon e enfraquecer Hanói trouxe a resposta favorável. Mesmo assim, ainda seriam necessários um bloqueio, uma ofensiva norte-vietnamita fracassada e um bombardeio intenso, para que Hanói entrasse num acordo.

O fenômeno de um inimigo implacável, que não queria saber de acordos — que, aliás, tentava transformar o impasse em arma — era totalmente estranho à experiência americana. Um número cada vez maior de americanos ansiava por um acerto. Mas os homens de Hanói tinham lançado sua guerra com o intuito de vencer, não de acertar um negócio. Desse modo, a classe de debate americano — as tantas ideias de interrupção de bombardeios, tréguas, prazos finais para a retirada americana, governo de coalizão — jamais foi de

interesse para os cálculos de Hanói. Eles só barganhavam quando se viam sob grande pressão — foi o caso, toda vez que os Estados Unidos recomeçaram os bombardeios e, principalmente, após a operação de minar os portos norte-vietnamitas. Mas essa pressão era precisamente o que mais enfurecia os críticos internos.

A negociação com os norte-vietnamitas ocorreu em dois níveis. Havia reuniões formais, no Hotel Majestic, em Paris, entre as quatro partes do conflito, os Estados Unidos, o governo Thieu, a FLN (organização de frente de Hanói, no sul) e o governo de Hanói. Embora meses se tenham gasto discutindo o formato da mesa, na qual a FLN pudesse se sentar sem ficar implícito seu reconhecimento por Saigon, as negociações formais logo emperraram. O foro era grande demais, a publicidade não dava folga e Hanói mostrou aversão em conceder *status* de igualdade a Saigon, aliás, até mesmo à sua própria sub-rogada FLN.

O governo Nixon continuou, portanto, as chamadas conversas particulares — isto é, secretas — limitadas às delegações americana e norte-vietnamita, que haviam sido iniciadas por Averell Harriman e Cyrus Vance, os negociadores nos últimos meses do governo Johnson. Era típico, a chegada de Le Duc Tho a Paris sinalizava que Hanói se dispunha a uma rodada de conversas. Embora detivesse a quinta posição na hierarquia de Hanói, Le Duc Tho intitulava-se meramente conselheiro especial de Xuan Thuy, um funcionário do ministério do exterior que era, tecnicamente, o chefe da delegação norte-vietnamita no Hotel Majestic.

A posição americana de barganha era separar as questões militares e políticas, e isso não mudou depois de 1971. O programa sugeria um cessar-fogo, seguido da retirada total das forças americanas e um fim ao reabastecimento e reforço do norte. O futuro político do Vietnã do Sul ficaria a uma disputa política livre. A posição de Hanói até a abertura das negociações de outubro de 1972 foi exigir um prazo final incondicional para a retirada total americana e o desmantelamento do governo Thieu. O prazo final era o preço de admissão para negociar qualquer outro assunto, e seria mantido, independentemente do êxito nos outros tópicos. Os

Estados Unidos estavam solicitando um acordo; Hanói, a capitulação. Não havia bissetriz, até que um equilíbrio de forças no território tornasse possível o acordo — que durava o mesmo tempo do equilíbrio de forças.

As reuniões eram sempre solicitadas pelo lado americano, tendo como intermediário o general Vernon Walters, adido militar à embaixada dos Estados Unidos em Paris. Walters teve, depois, uma carreira notável como vice-diretor da Central Intelligence Agency (CIA), representante permanente junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e embaixador na Alemanha, além de cumprir várias delicadas missões presidenciais. Manobrar os Estados Unidos para que dessem o primeiro passo era um dos expedientes contumazes de Hanói, para estabelecer a superioridade psicológica. A tática demonstrava como Hanói apreendera bem a crise interna dos Estados Unidos. Se Le Duc Tho estivesse em Paris, o tempo que fosse, sem ser contatado pelos americanos, certamente filtraria insinuações aos jornalistas, ou aos visitantes do congresso, sobre a inabilidade do governo Nixon, que não explorava as intenções claramente pacíficas de Hanói. No estado da controvérsia interna americana, tais insinuações sempre recebiam a mais ampla divulgação, e ele era capaz de fazê-las até mesmo quando as conversações estavam em curso.

Em cada visita de Le Duc Tho a Paris, entre 1970 e 1972, cinco ou seis reuniões ocorriam no espaço de alguns meses. Houve, também, várias reuniões somente com Xuan Thuy. Na ausência de Le Duc Tho, eram só perda de tempo.

As negociações seguiam um procedimento estereotipado. Como chefe formal da equipe vietnamita de negociação, Xuan Thuy começava com a mesma interminável recitação da posição vietnamita, que nos era familiar das sessões do Hotel Majestic. Ele passava, então, “a palavra ao conselheiro especial Le Duc Tho”. Imaculadamente vestido, com uma roupa marrom ou preta ao estilo Mao, Le Duc Tho proferia um discurso igualmente longo, centrado nas questões filosóficas como as via, intercalado por relatos épicos de outras batalhas vietnamitas pela independência.

Até quase o fim das negociações, o tema de Le Duc Tho foi o mesmo: o balanço de forças estava a favor de Hanói e assim seria, cada vez mais; guerras se travam por objetivos políticos, logo a proposta americana de um cessar-fogo e uma troca de prisioneiros era absurda e inaceitável; a solução política teria de começar com a derrubada do governo sul-vietnamita pelos Estados Unidos. Certa ocasião, Le Duc Tho prestimosamente sugeriu um método para isso — o assassinato de Thieu.

Tudo era apresentado com uma polidez impecável, um comportamento frio que inculcava superioridade moral, e num vocabulário marxista impermeável a apertes dos incultos imperialistas. Le Duc Tho não poupava nem mesmo o ponto mais obscuro que se prestasse à instrução ideológica. Certa vez, sugeri um intervalo na conversa, usando o que me pareceu uma formulação marxista de grande tato — “a necessidade objetiva” fazia necessária uma interrupção. Mas isso só fez com que Le Duc Tho proferisse outra preleção de dez minutos sobre o inadequado que era, um imperialista como eu, utilizar terminologia marxista.

A estratégia atrás do procedimento glacial de Le Duc Tho era passar a ideia de que o tempo estava a seu favor; pois ele podia explorar a divisão interna dos Estados Unidos em seu benefício. Na primeira série de reuniões, entre fevereiro e abril de 1970, ele rejeitou um cessar-fogo, um programa de 15 meses para a retirada,⁴ uma reversão da escalada e a neutralização do Camboja. Interessante é que em seu rol de queixas, que não nos poupava nenhum detalhe, Le Duc Tho jamais mencionou o bombardeio “secreto” dos santuários cambojanos.

Na segunda série de reuniões, de maio a julho de 1971, Le Duc Tho desceu a um nível mais baixo de cinismo. No foro público, a FLN apresentara um plano de sete pontos. Le Duc Tho moveu um esquema diferente e muito mais específico, de nove pontos, nas conversações secretas, insistindo claramente que este último esquema servisse de base para as verdadeiras negociações. Enquanto isso, porta-vozes comunistas vociferavam por uma resposta ao seu plano público de sete pontos, e o governo Nixon foi

atacado por não responder a uma proposta que os negociadores vietnamitas haviam deixado claro que não queriam negociar. A charada durou até Nixon revelar a manobra publicamente, a partir do que Hanói anunciou um “aperfeiçoamento pormenorizado” de dois pontos do plano de sete pontos, que em pouco tempo provocou uma pressão pública adicional sobre Nixon. Depois das negociações finais, perguntei a Le Duc Tho exatamente o que o aperfeiçoamento de dois pontos havia aperfeiçoado. “Nada”, respondeu ele, com um sorriso.

Na terceira rodada, de agosto de 1972 a janeiro de 1973, um avanço ocorreu. Em 8 de outubro, Le Duc Tho abandonou sua exigência habitual de que os Estados Unidos derrubassem o governo de Saigon e concordou com um cessar-fogo. Daí em diante, as coisas andaram rapidamente. Le Duc Tho mostrou que era tão hábil em achar soluções quanto fora empedernido no seu tempo de obstrução. Chegou mesmo a modificar seu discurso de abertura que, embora não fosse mais curto que os anteriores, se tornou uma exortação pelo progresso. Mas não deixou, nem assim, que o início de negociações sérias limitasse sua tendência a ser irritante. Uma frase que proferia sempre, cada manhã, como parte da sua nova litania era: “Vocês façam um grande esforço, que nós faremos um grande esforço”. Certa manhã, ele deixou de lado o adjetivo, afirmando que os Estados Unidos deveriam fazer um grande esforço, que ele retribuiria com um esforço. Para romper a monotonia, chamei sua atenção para o fato. “Que bom você ter notado”, respondeu o meu interlocutor imperturbável. “Ontem nós fizemos um grande esforço e vocês só fizeram um esforço. Então, hoje, vamos inverter: vocês terão de fazer um grande esforço e nós faremos só um esforço”.

Parte do problema era que Le Duc Tho tinha um só objetivo, ao passo que os Estados Unidos, superpotência, tinham de ter muitos. Le Duc Tho estava decidido a culminar sua carreira revolucionária com uma vitória; os Estados Unidos tinham de balancear considerações domésticas contra internacionais, o futuro do Vietnã contra a manutenção do papel mundial americano. Le Duc Tho

lidava com o psiquismo americano como um cirurgião habilidoso operaria o seu paciente; o governo Nixon era obrigado a lutar em tantas frentes, que raramente podia empreender uma diplomacia ativa.

Na realidade, desde o início, e mesmo durante as negociações, o governo Nixon teve de dedicar muita energia contra os ataques à sua boa-fé. A despeito dos vários gestos unilaterais, sem retribuição, que Nixon já fizera em direção a Hanói, o presidente ficou sujeito, quase logo ao assumir a presidência, à crítica de que não se dedicava à paz. Em setembro de 1969, os Estados Unidos haviam proposto a participação da FLN no processo político e nas comissões mistas eleitorais, havia retirado mais de 10% das suas forças e concordara com a retirada total do restante depois de um acordo — sem nada que mostrar por essas concessões que as intermináveis repetições da recitação habitual dos comunistas, da sua exigência de uma retirada unilateral e da derrubada do governo de Saigon.

Não obstante, em 25 de setembro de 1969, o senador republicano Charles Goodell, de Nova York, anunciou que apresentaria uma resolução, pedindo a retirada de todas as forças americanas do Vietnã até o fim de 1970. Em 15 de outubro, as chamadas demonstrações da Moratória ocorreram em todo o país. Uma multidão de 20 mil pessoas compareceu ao comício do meio-dia, no distrito financeiro de Nova York, para ouvir Bill Moyers, que fora o secretário de imprensa do presidente Johnson, condenar a guerra. Trinta mil foram ao New Haven Green. Cinquenta mil amontoaram-se na área do Monumento a Washington, próximo à casa Casa Branca. Em Boston, 100 mil pessoas convergiram para o Boston Common para ouvir o senador McGovern, enquanto um avião desenhava no céu um símbolo da paz para dizer que o governo rejeitava o anseio de paz.

Incorporado no Movimento da Paz, o excepcionalismo americano não permitiu nenhuma discussão acerca da natureza prática do desvencilhamento e tratou as tentativas de fazê-lo como sintomáticas do desejo sub-reptício do governo de continuar a guerra. Tendo transformado a guerra num conflito interno entre o

bem e o mal, o Movimento da Paz preferia — em nome de razões que considerava altamente morais — o colapso dos Estados Unidos no Vietnã a uma saída que, precisamente porque poderia ser considerada “honrosa”, poderia também estimular o apetite do governo por aventuras adicionais no exterior.

Eis o motivo por que foi impossível encontrar qualquer terreno comum entre o Movimento da Paz e o governo. Nixon reduzira as forças americanas no Vietnã de quase 550 mil para 20 mil em três anos; as baixas haviam caído de cerca de 16 mil, ou 28% do total em 1968, para 600 ou 1% do total, em 1972, último ano da guerra. Isso não relaxou a desconfiança e a angústia. A diferença fundamental não podia ser transposta: Nixon queria sair do Vietnã de forma honrosa e o Movimento da Paz acreditava que a honra exigia que os Estados Unidos saíssem do Vietnã, efetivamente, de maneira incondicional.

Se terminar a guerra era o único objetivo, o governo de Saigon tornou-se — aos olhos dos críticos — um obstáculo à paz em vez de um aliado. A convicção original de que o Vietnã do Sul era um elemento fundamental da segurança americana estava descartada desde muito tempo. O que ficou foi a sensação de que, no Vietnã, os Estados Unidos andavam em más companhias. A nova ortodoxia dos críticos era de que Thieu tinha de ser substituído por um governo de coalizão, se necessário, pelo corte dos fundos americanos para o Vietnã do Sul. A ideia do governo de coalizão tornou-se o remédio soberano do debate interno, no exato momento em que os negociadores norte-vietnamitas estavam esclarecendo que, pela sua definição, governo de coalizão era um eufemismo para a tomada comunista do sul.

Os norte-vietnamitas tinham, na realidade, criado uma fórmula inteligente para confundir a plateia americana. Declararam que sua meta era um governo tripartite de “coalizão”, composto pela FLN (os seus próprios peões), um elemento neutro e membros do governo de Saigon que defendiam a “paz, a liberdade e a independência”. Como em tantas manobras descaradas de Hanói, era preciso ler nas entrelinhas para ter o verdadeiro significado de propostas que

soavam razoáveis. Só então ficou claro que o corpo tríplice não governaria Saigon, mas negociaria com a FLN um acordo final. Em outras palavras, um corpo dominado pelos comunistas negociaria, com um grupo inteiramente comunista, o futuro político do Vietnã do Sul. Hanói estava propondo terminar a guerra mediante um diálogo consigo mesma.

Não foi essa, porém, a maneira com que a questão entrou nas discussões americanas. Em seu livro *The crippled giant*, o senador J. William Fulbright afirmou que a questão era entre totalitários rivais.⁵ O senador McGovern, que, em 1971, imaginara um “governo misto” em Saigon, em 1972, às vésperas de tornar-se o candidato presidencial democrata, apoiou uma retirada das forças dos Estados Unidos e um corte na ajuda militar ao Vietnã do Sul.⁶ O governo Nixon estava disposto a arriscar o governo Thieu em eleições livres, internacionalmente supervisionadas. O que se recusava a fazer era derrubar um governo aliado, instalado por seu antecessor, para realizar a extração americana.

O critério do sucesso do Movimento da Paz era, simplesmente, se a guerra estava de fato terminando. E se a resposta fosse não, a posição de negociação dos Estados Unidos era condenada. O Movimento da Paz não condenaria Hanói, fosse por suas posições de negociação, fosse por seu modo de conduzir a guerra, dando portanto a Hanói todo o incentivo para fazer obstruções. Em 1972, os Estados Unidos haviam, unilateralmente, retirado 500 mil homens. Saigon propusera, formalmente, realizar eleições livres, e os Estados Unidos haviam proposto retirar todas as suas forças restantes, quatro meses depois de um acordo. Thieu concordara em renunciar um mês antes das eleições. Os Estados Unidos haviam proposto a criação de uma comissão mista para supervisionar as eleições, tudo dependendo de um cessar-fogo internacionalmente supervisionado e da devolução dos prisioneiros de guerra. Nenhuma dessas medidas aliviou a agressão a seus motivos ou suas políticas.

Com o passar dos meses, o debate interno centrou-se cada vez mais na precondição de que os Estados Unidos determinassem, unilateralmente, uma data fixa para a retirada como a forma de

terminar a guerra. Propostas de prazos finais fixos para a retirada transformaram-se, rapidamente, no elemento principal das resoluções antiguerra do congresso (foram cerca de 22 em 1971 e 35 em 1972). Sua natureza sem compromisso dava a seus patronos o melhor dos mundos: dissociação do governo, sem responsabilidade pelas consequências. Nada parecia mais simples que terminar uma guerra por simplesmente retirar-se dela — só que nada no Vietnã jamais era tão simples quanto parecia.

Após reunirem-se com negociadores norte-vietnamitas e da FLN, membros do Movimento da Paz americano continuavam proclamando que “sabiam” que a libertação de prisioneiros e o acordo relativo a outras questões ocorreriam rapidamente, assim que os Estados Unidos se comprometessem com um prazo final fixo e irrevogável para a retirada. Na verdade, Hanói jamais fez promessa dessa natureza, mantendo-se fiel ao mesmo texto habitual, com as mesmas ambiguidades torturantes, que utilizara durante a cessação dos bombardeios, em 1968. Fixar um prazo final criaria “condições favoráveis” para a solução de outros problemas, asseverava Le Duc Tho, mas quando se tratava das negociações em si, ele insistia que o prazo para a retirada, uma vez determinado, seria definitivo, independentemente do que ocorresse nas outras negociações, a do cessar-fogo ou a da libertação de prisioneiros. No mundo real, Hanói tornou a libertação dos prisioneiros e o cessar-fogo dependentes da derrubada do governo de Saigon. Como Le Duc Tho sempre explicava, como se estivesse à frente de um seminário de ciência política para principiantes, era essa a razão por que a guerra estava sendo travada.

A maior ironia do debate interno americano foi que Hanói era, na realidade, totalmente desinteressada na retirada unilateral americana. Isso ainda é erroneamente entendido em grande parte da literatura sobre a guerra. Até praticamente o final, Hanói jamais afastou-se de sua fórmula habitual: uma data irrevogável para a retirada americana, combinada com o compromisso americano de derrubar o governo sul-vietnamita quando estivesse de saída. Não lhe interessavam as nuances dos vários programas de retirada, que

os bem intencionados congressistas estavam dispostos a depor aos seus pés, exceto por estarem estimulando divisões americanas. Adoçar-lhe a boca, oferecendo um programa de retirada ligeiramente mais conciliatório, não iria modificar a posição norte-vietnamita. O desfecho do conflito, segundo Hanói, seria por meio da força. Hanói aceitaria, com prazer, as propostas que lhe fossem feitas, sem deixar que afetassem sua posição de barganha. Os críticos da guerra acreditavam que Hanói ficaria razoável, se os Estados Unidos demonstrassem disposição de dar um passo mais. Nesse aspecto, estavam equivocados. Tudo que Washington ouvia de Hanói cingia-se a uma exigência circular para a rendição: retirada incondicional, seguida da derrubada do governo existente no Vietnã do Sul, sua substituição por fantoches de Hanói e, então, quando os Estados Unidos não tivessem mais cartas que jogar, uma negociação sobre os prisioneiros, que poderiam facilmente ser retidos a fim de se tirarem concessões adicionais.

No final, o debate da retirada marcou um ponto de inflexão na Guerra do Vietnã, ao demonstrar que muitas das vitórias do governo eram vitórias de Pirro. Nixon manteve sua posição de não concordar com um prazo final fixo para a retirada, exceto em troca de outros objetivos americanos essenciais. Mas teve de pagar o preço por concordar com a retirada total, depois que suas condições fossem atendidas. O Vietnã do Sul ficou, portanto, na posição de ter de se defender sozinho contra um inimigo mais implacável que todos os outros aliados dos Estados Unidos jamais enfrentaram, e sob condições que os Estados Unidos jamais pediram a nenhum outro aliado que suportasse. As tropas americanas estão na Europa há duas gerações; o armistício na Coreia é garantido por forças americanas há mais de 40 anos. Somente no Vietnã, os Estados Unidos, levados pelas divergências internas, tiveram de concordar em não deixar nenhuma força residual; durante o processo, abriram mão de qualquer margem de segurança na proteção do acordo que, eventualmente, foi alcançado.

Nixon havia posto os termos americanos para um acordo em dois importantes discursos, de 25 de janeiro e de 8 de maio de

1972. Os termos eram: um cessar-fogo, internacionalmente supervisionado; a listagem e o retorno dos prisioneiros; a continuação da ajuda militar e econômica a Saigon; e deixar que o futuro político do Vietnã do Sul fosse resolvido pelos partidos vietnamitas em eleições livres. Em 8 de outubro de 1972, Le Duc Tho aceitou as propostas de Nixon, e Hanói finalmente, abriu mão de sua exigência de que os Estados Unidos conspirassem na instalação de um governo comunista em Saigon. Ele concordou com o cessar-fogo, com o retorno de todos os prisioneiros americanos e com um relato sobre os desaparecidos em ação. O governo Thieu ficou intacto e foi permitido aos Estados Unidos fornecer-lhe ajuda militar e econômica.

Le Duc Tho, até então, recusara até mesmo a discussão de tais termos. Por essa razão, ele apresentou a proposta que significava a reabertura das negociações com a seguinte declaração:

[...] esta nova proposta é exatamente o que o próprio presidente Nixon propôs: cessar-fogo, fim da guerra, libertação dos prisioneiros e retirada de tropas... e nós propomos uma série de princípios sobre problemas políticos. Vocês também propuseram isso. E deixaremos aos partidos sul-vietnamitas a solução dessas questões.⁷

Nenhuma das tragédias e controvérsias subsequentes foi capaz de apagar a alegria que aqueles de nós, que têm dado forma à política americana, sentimos quando nos vimos à beira de realizar o que buscávamos havia quatro angustiantes anos e percebemos que os Estados Unidos não teriam de abandonar quem havia confiado neles. Nixon declarara em inúmeras ocasiões que, uma vez que os seus termos fossem atendidos, ele entraria rapidamente num acordo. Em 14 de agosto de 1972, eu disse a Thieu que, se Hanói aceitasse as propostas de Nixon, os Estados Unidos concluiriam, em pouco tempo, um acordo. Tínhamos a obrigação de manter a nossa promessa. E pouca escolha, a não ser mantê-la. Caso procrastinásemos, Hanói publicaria sua proposta, forçando o governo a explicar por que rejeitara seus próprios termos e desencadeando uma votação no congresso para cortar fundos.

Uma combinação de fatores levou Hanói a aceitar o que havia consistentemente rejeitado: a queda cumulativa dos seus suprimentos, como resultado das minas nos portos norte-vietnamitas, o ataque aos santuários cambojanos e laocianos em 1970 e 1971, a derrota de sua ofensiva na primavera de 1972, a falta de apoio político de Moscou e Pequim quando o governo Nixon retomou os bombardeios no norte, e o temor de que Nixon, se reeleito, levasse as coisas a um desfecho.

O fator decisivo foi talvez que, ao examinarem as consequências da eleição presidencial de 1972, os meticulosos calculistas de Hanói tenham feito, para variar, uma avaliação errônea. Hanói parecia acreditar que a quase certa e esmagadora vitória eleitoral de Nixon lhe daria carta branca para prosseguir com a guerra. O governo sabia que o novo congresso não seria mais simpático à política de Nixon para o Vietnã, antes até, pessoalmente, mais hostil a ele. Uma das literalmente dezenas de resoluções do congresso, cortando verbas para a guerra, tinha grandes possibilidades de passar — provavelmente associada a uma lei suplementar, que teria de ser proposta no início de 1973, para pagar as despesas da derrota da ofensiva comunista da primavera de 1972.

Quanto a mim, saudei a perspectiva de paz, com a esperança de que ela possibilitaria aos Estados Unidos iniciarem o processo de cura nacional e refazerem o consenso bipartidário que havia moldado a política externa americana do pós-guerra. O Movimento da Paz teria alcançado, afinal, sua meta de paz, enquanto aqueles que haviam se empenhado por uma extração honrosa poderiam ver que seu esforço não fora em vão. Em meu informe, que delineava os termos do acordo final, dirigi-me aos adversários de quatro anos de luta interna:

[...] deve estar claro, a essa altura que ninguém nesta guerra teve o monopólio da angústia e que ninguém nesses debates teve o monopólio da visão moralista; como deve estar claro, agora que, finalmente, chegamos a um acordo no qual os Estados Unidos não receitam o futuro político de seus aliados, um acordo que deve preservar a dignidade e o

amor-próprio de todas as partes que juntamente com a cura das feridas da Indochina podemos começar a curar feridas nos Estados Unidos.⁸

As escassas possibilidades de coesão nacional, no entanto, haviam ruído irremediavelmente na questão do Camboja. Por ser o Camboja o único teatro de operações americano, na Indochina, que Nixon não herdara dos seus antecessores, ele inflamou os debates partidários, tornando-os uma das controvérsias mais acirradas da era do Vietnã.

Não é minha intenção reabrir essa controvérsia aqui. Seus detalhes já foram anteriormente abordados.⁹ Essencialmente, as acusações dos críticos do governo resumem-se a dois pontos: que Nixon expandiu gratuitamente a guerra para o Camboja e que no processo a política americana teve a principal responsabilidade pelo genocídio realizado pelo *Khmer Vermelho* comunista, após sua vitória, em 1975.

A ideia de que Nixon expandira frivolamente a guerra era uma reencarnação do equívoco estratégico de 1961-62, em relação ao Laos, ou seja, que o papel dos Estados Unidos na guerra poderia limitar-se ao Vietnã do Sul, apesar de Hanói estar guerreando nos três países do teatro indochinês. O exército norte-vietnamita construía uma rede de santuários dentro do Camboja, próximo à fronteira do Vietnã do Sul, de onde lançava ataques, com efetivos de divisão, a forças americanas e sul-vietnamitas. Os santuários eram supridos pela Trilha de Ho Chi Minh, através do Laos, ou pelo porto marítimo cambojano de Sihanoukville — tudo em aberta violação à neutralidade cambojana. À medida que a retirada americana se acelerava, a posição militar das forças sul-vietnamita e americana estava fadada a tornar-se indefensável, se aquela rede logística fosse deixada intacta, com forças americanas cada vez menores diante de tropas norte-vietnamitas não reduzidas, com suprimentos externos ilimitados. O governo Nixon tomou, conseqüentemente, a decisão tática de atacar os santuários pelo ar em 1969, e por terra em 1970. Os ataques aéreos responderam a uma onda de ataques norte-vietnamitas no sul, que estavam matando 400 americanos por

semana e violavam o “entendimento” de Hanói com o presidente Johnson, na época da cessação dos bombardeios de 1968; os ataques terrestres eram uma estratégia para cobrir a retirada das tropas americanas, que chegava a 150 mil homens por ano.

Sem atingir as bases logísticas norte-vietnamitas, nenhuma estratégia americana de retirada teria funcionado. Em cada caso, a ofensiva americana foi bem recebida pelas autoridades cambojanas, que a compreendiam como uma defesa da neutralidade do seu país; afinal, ninguém convidara os norte-vietnamitas a entrarem no Camboja.

No entanto, ambas as ações militares americanas foram assuntos altamente emocionais nos Estados Unidos, gerando até hoje um debate que há muito tempo deixou de ser militar. O Camboja foi rapidamente assimilado no tema superior do Vietnã. A política do governo refletia uma estratégia; a crítica dirigiu-se à qualidade moral da guerra em si. Tudo foi ainda ampliado por a nação não compreender a natureza implacável da ideologia revolucionária. Tudo indica que os revolucionários do *Khmer Rouge* haviam sido ideólogos fanáticos desde seus dias de estudantes, em Paris, nos anos 1950. Estavam obstinados a erradicar e destruir a sociedade cambojana existente e a impor uma espécie de utopia enlouquecida, por meio do extermínio de todos aqueles que tivessem a mais ligeira educação “burguesa”.¹⁰ Alegar que foram transformados em assassinos pelas operações americanas tem a mesma estrutura moral de dizer que o Holocausto foi causado pelo estratégico bombardeio americano na Alemanha.

O objetivo destas páginas não é buscar um julgamento final de velhas questões, em que os ânimos se exarcebaram tanto que criaram sua própria literatura ritual de *cult*. Mas os Estados Unidos têm consigo mesmos a obrigação de reconhecer que, qual seja o julgamento final sobre o acerto tático das decisões americanas no Camboja, foi o *Khmer Vermelho*, tragicamente, que fez a matança, e que os cambojanos pagaram pelas divisões internas dos Estados Unidos. Os críticos, que tomaram impossível os Estados Unidos continuarem a ajudar o governo cambojano a reagir à investida

violenta do *Khmer Vermelho*, não entenderam que se seguiria um banho de sangue ao corte da ajuda americana, que eles defendiam e conseguiram provocar. Por certo, ficaram horrorizados. Contudo, seu erro de julgamento quanto ao inimigo genocida aparece muito menos em seus *post mortem* que suas condenações de seus próprios compatriotas.

A prova de uma sociedade é ser capaz de vencer suas diferenças e buscar objetivos comuns e ser capaz de ver que as sociedades florescem com reconciliações, e não com os conflitos. Os Estados Unidos não passaram nessa prova no caso da Indochina.

As feridas eram tão profundas, no entanto, que a paz deu pouca alegria. A possibilidade de que um acordo fosse o veículo para a cura interna sumiu pelo intervalo de três meses entre o momento do acordo inicial e sua assinatura formal, mas, acima de tudo, pelo bombardeio com os B-52 da área de Hanói, na segunda metade de dezembro de 1972. Embora os danos civis fossem mínimos, a onda resultante de demonstrações antiguerra fez com que a assinatura do acordo, em 27 de janeiro de 1973, gerasse, no máximo, uma sensação de alívio cansado e desconfiado.

Do seu lado, os contestadores não se conformaram diante da aceitação de Hanói dos termos de paz dos Estados Unidos. Temiam que, a prevalecer a noção de Nixon, de paz com honra, os Estados Unidos poderiam ser tentados a meter-se de novo em algum supercompromisso internacional de que, para eles, o Vietnã se tornara o símbolo desprezível. Por isso, receberam o acordo de paz com o mesmo cinismo com que haviam visto a conduta da guerra e da diplomacia. Os críticos disseram, então, que o acordo era manobra política, que os mesmos termos já existiam quatro anos antes e que era uma traição a Thieu — embora a derrubada de Thieu fosse, durante anos, ponto importante das exigências do Movimento da Paz.

Nada mais longe da verdade que a suposição de que o acordo com o Hanói fora feito para influir nas eleições. Nixon considerava uma obrigação fazer o acordo antes das eleições; sua liderança nas

pesquisas era incontestável e só poderia ser ameaçada por um debate dos termos de paz.¹¹ Sua motivação para o acordo era precisamente o oposto do que os críticos alegavam: ele não queria que considerações políticas obstruíssem o caminho de um acordo, que ele tanto prometera ao povo americano fazer tão logo os termos do governo fossem aceitos.

Um dos mitos mais duradouros sobre a política do Vietnã do governo Nixon tem sido a tese de que Nixon estendeu sem necessidade a guerra por quatro anos, já que os mesmos termos poderiam ter sido aceitos quatro anos antes. O problema desta tese é seu desprezo por todos os fatos conhecidos. O registro histórico mostra, sem deixar dúvida, que os Estados Unidos fizeram o acordo assim que seus termos, consistentemente rejeitados pelos norte-vietnamitas durante os quatro anos anteriores, foram aceitos.

Em 1975, obviamente, o esforço americano na Indochina terminou em um desastre, que poderia ter ocorrido em qualquer momento anterior se o objetivo dos Estados Unidos fosse a capitulação. Mas nem o governo nem o povo americano jamais tiveram esse objetivo; na campanha eleitoral de 1968, *todos* os candidatos presidenciais haviam sido a favor de um acordo, não da capitulação. Em 1972, o candidato que insistia na capitulação teve uma derrota esmagadora. Mesmo assim, o leitor é livre para tirar a conclusão, em retrospecto, que a capitulação deveria ter sido a meta em 1969. Nada na campanha política de 1968 indicou que o povo americano ou os partidos políticos fossem a favor desse resultado.

O suplício não terminou com o Acordo de Paris. Tão logo a guerra acabou, a controvérsia foi o direito dos Estados Unidos de influir no provimento da paz. Não havia um só membro do escalão mais alto do governo Nixon que não percebesse a precariedade do acordo. Havíamos chegado ao limite externo do que se poderia conceder, como Nixon sempre prometera fazer. E a agitação interna dava ao governo pouco espaço de manobra.

Contudo, Nixon, eu, e muitos membros do escalão superior do governo acreditávamos que as cláusulas militares e econômicas do

acordo possibilitariam ao Vietnã do Sul resistir às previsíveis pressões do norte, desde que os norte-vietnamitas cumprissem sua parte do acordo, que proibia novas infiltrações. Nixon sempre reconheceu, no entanto, que violações poderiam ocorrer em um nível impossível de deter, ou a que reagir, sem ajuda americana. Ele estava disposto a estimular o Vietnã do Norte a juntar-se à comunidade internacional, com um programa de assistência econômica. Mas, se tudo mais falhasse, o emprego do poderio aéreo para garantir a execução do acordo jamais foi descartado, nem no pensamento dos membros do governo Nixon, nem nos seus pronunciamentos públicos.

Com o fim da guerra, o governo preparou-se para a prova de força que, sabia por experiência, ocorreria no período de implantação do acordo. Para nós, era óbvio que tínhamos o direito — até a obrigação — de garantir o cumprimento de um acordo pelo qual 50 mil americanos haviam morrido. Não fosse assim, *qualquer* acordo de paz dos Estados Unidos seria o equivalente legal de uma capitulação. Termos não defendidos constituem rendição. Não se permitindo a uma nação obrigar o cumprimento dos termos da paz, melhor que abandone a causa, pura e simplesmente. Nixon e seus principais assessores anunciaram a intenção de defender o acordo em inúmeras ocasiões¹² — por exemplo, Nixon em 3 de maio de 1973, no Relatório Anual de Política Externa: “Esse caminho (violações maciças) poria em perigo o que duramente se conquistou para a paz na Indochina. Haveria o risco de nova confrontação conosco.¹³[...] Já dissemos a Hanói, particular e publicamente, que não vamos tolerar violações do acordo”.¹⁴

Repetiu-se o chavão dos cinco anos anteriores. Talvez um presidente incólume e recém-reeleito pudesse insistir nas duras medidas militares periódicas necessárias para reforçar o acordo. Mas com Watergate já atormentando a presidência, não havia a menor chance para isso. Mesmo enquanto milhares de caminhões norte-vietnamitas desciam a Trilha de Ho Chi Minh, entrando no Vietnã do Sul com quase 50 mil soldados norte-vietnamitas, e com Hanói recusando-se a fornecer uma relação correta do destino dos

americanos desaparecidos em combate — atos, todos, em violação flagrante do acordo —, os adversários da política que levava ao acordo insistiam que Nixon não tinha autoridade para impô-lo, mesmo que fosse escandalosa a violação. Trataram o acordo como se fosse a retirada unilateral que sempre haviam defendido. Em junho de 1973, o congresso negou fundos adicionais para “apoiar direta ou indiretamente atividades de combate na área de Camboja, Laos, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul pelas forças dos Estados Unidos” depois de 15 de agosto, inclusive de reconhecimento aéreo.¹⁵ Em julho de 1973, estava claro que não havia apoio do congresso para um programa de assistência econômica para o Vietnã do Norte.

O acordo de paz não era autoaplicável; nenhum acordo daquela natureza poderia ter sido. O Vietnã do Norte ainda almejava a união do Vietnã sob seu governo, e um pedaço de papel assinado em Paris não iria alterar as metas permanentes de Hanói. Os Acordos de Paris haviam livrado os Estados Unidos do conflito militar no Vietnã, mas as esperanças do Vietnã do Sul dependiam do apoio americano. O congresso tinha de decidir se continuaria com uma política tipo contenção, na Indochina, depois que as tropas americanas saíssem. E decidiu contra.

Até mesmo a assistência econômica ao Vietnã do Sul estava sendo cortada. Em 1972, o congresso votara US\$ 2 bilhões para assistência; em 1973, a quantia foi reduzida para US\$ 1,4 bilhão e, em 1974, foi cortada pela metade, apesar de os preços do petróleo terem quadruplicado. Em 1975, o congresso estava discutindo uma verba final de US\$ 600 milhões. O Camboja foi completamente eliminado, com o argumento de que isso ajudaria a salvar vidas — eufemismo para o abandono e uma piada sinistra, à luz do genocídio que se seguiu. Em 1975, o Camboja e o Vietnã do Sul foram invadidos pelos comunistas, com duas semanas de intervalo, pondo fim ao tormento emocional dos Estados Unidos, mas não ao da Indochina.

O idealismo americano, grande inspiração da ordem mundial do pós-guerra, derrotara-se com suas próprias armas. Quatro

presidentes haviam definido o Vietnã como vital para a segurança americana. Dois presidentes de partidos diferentes haviam identificado a honra dos Estados Unidos com o não abandono daqueles que haviam confiado nos pronunciamentos americanos. Nixon venceu as eleições de 1972 com uma vitória esmagadora, defendendo exatamente essas ideias. No clássico estilo americano, ambos os lados do debate sobre o Vietnã viam seus objetivos em termos de moral absoluta e nunca acharam a forma de diminuir a distância entre eles.

Mesmo após 25 anos, o debate público americano não alcançou uma perspectiva objetiva e ainda parece mais pronto a atribuir culpas que a tirar lições da experiência. A vitória comunista solucionou rapidamente uma das discussões perenes da era da Guerra do Vietnã — se o espectro do esperado banho de sangue, após a tomada comunista do poder, era uma fantasia dos formuladores políticos na busca de pretextos para prosseguir a guerra.

No Camboja, é claro, o genocídio realmente ocorreu. Os novos governantes assassinaram pelo menos 15% de sua própria população. No Vietnã, o sofrimento foi menos drástico. Mesmo assim, centenas de milhares de sul-vietnamitas foram arrebanhados para “campos de reeducação”, outro nome para campos de concentração. No início de 1977, autoridades comunistas admitiram ter 50 mil presos políticos, embora a maioria dos observadores independentes acreditasse que o verdadeiro número se aproximava de 200 mil.¹⁶ Quanto à chamada Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul (a FLN), proclamada no Ocidente, durante uma década, como a principal entidade de um governo democrático de coalizão, os norte-vietnamitas vencedores mostraram que seus verdadeiros planos eram bem outros. Em 1969, a FLN havia se metamorfoseado no chamado Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul, ou GRP. Em junho de 1975, dois meses depois da queda de Saigon, o “ministério” do GRP reuniu-se e decidiu a restauração limitada do sistema bancário do Vietnã do Sul; comitês consultivos foram organizados para ajudar a administrar o

país, inclusive com alguns políticos não comunistas que haviam feito oposição a Thieu; o GRP estabeleceu relações diplomáticas com 82 países.

Mas não havia nada que Hanói quisesse menos que um Vietnã do Sul independente, mesmo comunista; as tentações de titoísmo seriam cortadas pela raiz. A decisão do “ministério” foi rapidamente anulada, os comitês consultivos não receberam função nenhuma e embaixadores do GRP jamais foram enviados ao exterior. O governo do Vietnã do Sul permaneceu nas mãos de comitês militares locais controlados pelo partido comunista norte-vietnamita e por militares. Em junho de 1975, a imprensa e os líderes de Hanói deram início a uma campanha de publicidade, exortando a rápida reunificação do país — isto é, a anexação formal do sul — o que foi feito em um ano.¹⁷

Embora, afinal, os únicos dominós a cair terem sido o Camboja e o Laos, revolucionários antiocidentais em muitas outras áreas do globo viram-se estimulados. É duvidoso se Castro teria intervindo em Angola, ou a União Soviética na Etiópia, se os Estados Unidos não parecessem derrotados na Indochina, desmoralizados por Watergate e, posteriormente, não se tivessem retraído a um casulo. Ao mesmo tempo, houve o argumento bem plausível de que, se o Vietnã do Sul tivesse caído no início dos anos 1960, a tentativa comunista de golpe na Indonésia, que quase teve êxito em 1965, poderia ter derrubado o governo e causado outro desastre estratégico.

Os Estados Unidos, de qualquer maneira, pagaram um preço por sua aventura no Vietnã, que era desproporcional a qualquer ganho concebível. Foi claramente um erro ter colocado tanta coisa em jogo em nome de causas tão mal definidas. Os Estados Unidos se envolveram, para início de conversa, por aplicarem literalmente a uma região com condições políticas, sociais e econômicas radicalmente diferentes as máximas de sua vitoriosa política europeia. O idealismo wilsoniano não permitiu a diferenciação cultural, e a teoria da segurança coletiva sustentava que, sendo a segurança indivisível, o tecido de toda a ordem internacional se desfaria até mesmo se apenas um fio fosse puxado.

Excessivamente idealistas para basear sua política em interesses nacionais, assim como voltados demais para as exigências da guerra geral, em sua doutrina estratégica, os Estados Unidos foram incapazes de dominar o problema estratégico, pouco familiar, em que os objetivos políticos e militares se entrelaçavam. Convencidos do encanto universal de seus valores, os Estados Unidos subestimaram muito os obstáculos à democratização, numa sociedade moldada pelo confucionismo, e entre um povo que lutava por sua identidade política em meio a um ataque de forças externas.

Talvez o domínio mais sério, e certamente o mais prejudicial, que caiu em resultado da Guerra do Vietnã, foi a coesão da sociedade americana. O idealismo americano envolvera tanto os estadistas quanto os críticos com o equívoco de que a sociedade vietnamita poderia ser transformada com relativa facilidade e rapidez em uma democracia de estilo americano. Quando esta ideia otimista ruiu e ficou claro que o Vietnã estava longe de ser uma democracia, a decepção foi inevitável. Houve, também, um equívoco quase incompreensível sobre a natureza do problema militar. Sem critérios de julgamento, o governo interpretava mal e, com frequência, expunha mal as questões. Mas quando seus funcionários afirmavam ver uma luz no fim do túnel, era, na verdade, o que a maioria deles via. Por piores que fossem suas avaliações, eles desorientaram principalmente a si mesmos.

Pode-se dizer que os assuntos que chegam aos mais altos escalões são, em geral, inevitavelmente complexos; casos simples, questões incontroversas resolvem-se em níveis mais baixos do governo, por consenso. Todavia, quando uma decisão foi tomada, por maior que seja sua dúvida interior, o formulador político fica inteiramente comprometido com ela; daí, a aparente segurança com que ela é apresentada pode ser bastante ilusória. Além disso, essa falsa impressão é, frequentemente, aumentada pela tendência das burocracias a enfeitar suas realizações.

Denunciar apresentações intencionalmente enganosas do executivo de nosso governo é uma função crucial da imprensa e do congresso. A deturpação deliberada não tem justificativa. Mas não

há base para afirmar-se que as questões essenciais, relativas ao Vietnã, tenham sido afetadas pela chamada falha de credibilidade. Os Estados Unidos arremeteram o Vietnã com bandeiras ao vento; ninguém entrou sorrateiramente no Vietnã. O congresso estava ciente do nível do comprometimento americano e votou-lhe as verbas necessárias, ano após ano. Querer impedir a tomada comunista de uma nova nação pode ter sido uma ingenuidade, mas não deveria ter causado aquele ataque aos mais profundos valores americanos, que se tornou o centro do debate nacional.

Essas acirradas controvérsias continuam a confundir a questão do que realmente aconteceu na Indochina, criando um vácuo intelectual sobre um período que se estende por duas décadas e por quatro governos de ambos os partidos políticos. Os Estados Unidos só hão de curar-se do Vietnã quando começarem a tirar algumas lições bipartidárias daquela experiência, que marcou a ferro.

Em primeiro lugar, antes de partirem para a ação militar, os Estados Unidos devem ter a clara noção da natureza da ameaça que vão enfrentar e dos objetivos que podem alcançar, realisticamente. Devem ter uma estratégia militar nítida e uma definição inequívoca do que constitui um bom resultado político.

Segundo, quando os Estados Unidos se engajarem em ação militar, não pode haver alternativa para a vitória, como alertou o general Douglas MacArthur. Não se podem serenar apreensões por meio de execução hesitante; impasse prolongado solapa a resistência, depois, a vontade do público americano. Portanto, é mister a formulação cuidadosa de metas políticas e da estratégia militar para atingi-las, antes da decisão de ir à guerra.

Terceiro, uma democracia não faz política externa séria se as facções antagônicas internas não tiverem um mínimo de comedimento em relação umas às outras. Quando a vitória sobre o adversário interno é o único objetivo de uma política, a coesão se vai. Nixon estava convencido de que a responsabilidade maior de um presidente é defender os interesses nacionais, mesmo contra os dissidentes fervorosos do próprio país — talvez especialmente nesse

caso. Contudo, o Vietnã demonstrou que o presidente não pode conduzir uma guerra por decretos do executivo. Ante as manifestações violentas, as resoluções do congresso, beirando a recomendação de uma retirada unilateral e a hostilidade dos meios de comunicação, Nixon deveria ter ido ao congresso no início do mandato, esboçado sua estratégia e exigido o endosso claro de sua política. Não obtendo o endosso, deveria ter solicitado que o congresso votasse uma resolução acabando com a guerra e assumisse a responsabilidade.

Como expliquei, Nixon rejeitou essa sugestão por achar que a história jamais perdoaria as consequências seriíssimas do que ele julgou que constituiria uma abdicação da responsabilidade do executivo. Foi uma decisão digna — na verdade, altamente honesta e intelectualmente correta. Mas no sistema constitucional americano, compensatório e de contrapesos, a responsabilidade que Nixon pôs nos ombros não cabia a um homem só.

Na era do Vietnã, os Estados Unidos foram obrigados a reconhecer seus próprios limites. Durante a maior parte da sua história, o excepcionalismo americano proclamara uma superioridade moral que era sustentada pela abundância material da nação. Mas no Vietnã, os Estados Unidos entraram numa guerra que se tornou moralmente ambígua e na qual a superioridade material americana foi, em boa parte, inútil. O modelo de famílias felizes, que dotaram de graça as telas de televisão dos anos 1950, havia sido o grupo cultural de apoio dos altos princípios morais de Dulles e do idealismo elevado de Kennedy. Frustrada dessas aspirações, a América vasculhou sua alma e voltou-se contra si mesma. Nenhuma outra sociedade teria tido tal confiança em sua coesão final, que se destrocasse daquela maneira, certa de que poderia estruturar-se outra vez. Nenhum outro povo teria sido tão soberbo em arriscar um colapso para desencadear uma renovação.

Em termos de efeito imediato, o drama interno foi uma tragédia; já a longo prazo, a angústia pode ter sido o preço que os Estados Unidos tinham de pagar pelo ajuste de seu perfeccionismo moral, que inspirou tantos grandes cometimentos americanos, às

necessidades de um ambiente internacional menos acolhedor e mais complexo que no passado.

A experiência do Vietnã permanece fundamentalmente gravada no psiquismo americano, ao passo que a história parece ter reservado para si mesma algumas de suas lições mais notáveis. Após a busca anímica, os Estados Unidos recuperaram a autoconfiança, e a União Soviética, com toda sua aparência monolítica, pagou a pena mortal por seus excessos morais, políticos e econômicos. Após a arrancada expansionista, a União Soviética entrou num lodaçal de contradições e, finalmente, ruiu.

Esse feito traz reflexões um tanto irônicas sobre a natureza das lições da história. Os Estados Unidos foram ao Vietnã para pôr fim ao que julgaram ser uma conspiração comunista centralmente dirigida, e fracassaram. Do fracasso americano, Moscou tirou a conclusão de que os defensores da Teoria do Dominó tanto temiam — de que a correlação histórica de forças mudara a seu favor. Sendo assim, a União Soviética experimentou expandir-se para o Iêmen, Angola, Etiópia e, por fim, o Afeganistão. Mas nisso descobriu que realidades geopolíticas se aplicam também às sociedades comunistas, tanto quanto às capitalistas. Na realidade, sendo a União Soviética menos resiliente, a superextensão soviética resultou não em catarse, como ocorreu nos Estados Unidos, mas em quebra e desintegração.¹⁸

A pergunta permanece, se os eventos teriam caminhado na mesma direção, caso os Estados Unidos simplesmente ficassem passivos, deixando que a evolução da história cuidasse do desafio comunista. Ou esse desdém teria conferido ao mundo comunista um ímpeto e uma convicção de vitória inevitável, suficiente para retardar, talvez mesmo evitar, o colapso soviético?

Seja qual for a resposta acadêmica, o estadista não pode adotar a resignação como princípio de política. Pode até aprender a moderar a confiança em suas próprias avaliações e a abrir margem para o imprevisível; mas contar com o eventual colapso de um inimigo ameaçador é uma política que não dá nenhum conforto aos

milhões de vítimas imediatas e transforma a formulação política em uma aposta irresponsável na intuição.

A agonia dos Estados Unidos no Vietnã foi um belo atestado de seus escrúpulos morais, por si só, boa resposta a todas as interrogações sobre o significado ético da experiência americana. Após um intervalo relativamente curto, os americanos recuperaram o rumo, nos anos 1980. No decorrer dos anos 1990, povos livres de toda parte já olhavam novamente para os Estados Unidos como guia para a criação de mais uma nova ordem mundial. Seu maior receio não era de uma presunçosa intromissão dos Estados Unidos, mas de uma nova retirada americana do mundo. Eis a razão por que a tristeza das recordações da Indochina deve servir para lembrar-nos que a coesão americana é um dever, pois é uma esperança dos povos.

Política externa e geopolítica

A diplomacia triangular de Nixon



Para Nixon, o agonizante processo de extrair os americanos do Vietnã, no final, tem relação em manter a posição dos Estados Unidos no mundo. Mesmo sem aquele purgatório, seria o caso de uma grande reavaliação da política externa americana, pois a era da dominação quase total dos Estados Unidos, no palco mundial, chegava ao fim. A vantagem nuclear dos Estados Unidos estava sendo reduzida, e sua supremacia econômica desafiada pelo crescimento dinâmico da Europa e do Japão, ambos restaurados com recursos americanos e em segurança provida pelos Estados Unidos. O Vietnã, enfim, foi o sinal de que estava mais do que na hora de reavaliar o papel dos Estados Unidos no mundo em desenvolvimento e de encontrar algum terreno sustentável entre o retraimento e a superextensão.

Por outro lado, surgiam novas oportunidades para a diplomacia americana, nas graves rachaduras abertas no que, em toda a Guerra Fria, se considerou o monolito comunista. As revelações de Krushev, em 1956, sobre as brutalidades do regime de Stalin e a invasão soviética da Tchecoslováquia, em 1968, haviam abalado o apelo ideológico do comunismo no restante do mundo. Ainda mais a ruptura entre a China e a União Soviética prejudicou a pretensão de Moscou a líder de um movimento comunista unido. Os

acontecimentos indicavam que havia campo para uma nova flexibilidade diplomática.

Durante 20 anos, o idealismo wilsoniano permitira aos governos americanos cumprir o seu papel global com um vigor missionário. Mas os Estados Unidos do final dos anos 1960 — atolados na Indochina e dilacerados no conflito interno — precisavam de uma definição mais complexa e cambiante para suas iniciativas internacionais. Wilson orientara um país novo em questões internacionais e confiante em sua capacidade de levar qualquer problema até a resolução final; Nixon recebeu uma sociedade tomada de frustração, cujo futuro dependeria da sua capacidade de estabelecer metas admissíveis de longo prazo e de perseverar no curso, mesmo diante da adversidade, sem ceder à descrença.

Richard Milhous Nixon herdara condições de quase guerra civil. Profundamente desconfiado do *establishment* e, reciprocamente, não gozando da confiança de muitos dos seus representantes, mesmo assim manteve a firme convicção de que a principal democracia do mundo não poderia abdicar das suas responsabilidades nem renunciar ao seu destino. Poucos presidentes foram tão complexos quanto Nixon: tímido, mas determinado; inseguro, porém resoluto; desconfiado de intelectuais, todavia pessoalmente um homem profundamente reflexivo; ocasionalmente impetuoso nos discursos, no entanto paciente e sagaz em seus desígnios estratégicos, Nixon viu-se na posição de ter de guiar os Estados Unidos na passagem da dominância à liderança. Frequentemente pouco generoso em seus pronunciamentos e incapaz de projetar calor pessoal, Nixon realizou, não obstante, sob as circunstâncias mais difíceis, o teste crucial da liderança, ao conduzir sua sociedade daquilo que era familiar para um mundo que ela jamais conhecera.

Nenhum presidente americano possuiu conhecimento maior de questões internacionais. Nenhum, exceto Theodore Roosevelt, viajou tanto para o exterior; ou tentou, com interesse tão real, compreender o pontos de vista de outros líderes. Nixon não era um estudante de história, como Churchill ou De Gaulle haviam sido. Em

geral, aprendia o suficiente sobre o passado de um país, para absorver os rudimentos dos fatos pertinentes às suas circunstâncias — frequentemente, nem isso. Contudo, ele possuía uma capacidade excepcional para perceber a dinâmica política de qualquer país que lhe prendesse a atenção. E sua compreensão das realidades geopolíticas era verdadeiramente notável. A administração de Nixon da política interna poderia ser, às vezes, distorcida pela ambição e insegurança pessoais. Mas, em política externa, suas acentuadas habilidades analíticas e extraordinária intuição geopolítica estavam sempre energeticamente focalizadas nos interesses americanos.

Nixon não aceitava as verdades wilsonianas da bondade essencial do homem ou da harmonia básica entre as nações, a ser mantida através da segurança coletiva. Wilson via um mundo que progredia inexoravelmente em direção à paz e à democracia; a missão dos Estados Unidos naquele mundo seria ajudar o inevitável a acontecer. Para Nixon, o mundo estava dividido entre amigos e antagonistas; entre palcos para a cooperação e arenas onde os interesses conflitavam. Segundo a percepção de Nixon, a paz e a harmonia não eram a ordem natural das coisas, mas oásis temporários num mundo perigoso, onde a estabilidade só durava se houvesse um esforço vigilante.

Nixon queria navegar segundo um conceito de interesse nacional dos Estados Unidos — por mais repugnante que fosse essa ideia para muitos idealistas tradicionais. Se as principais potências, inclusive os Estados Unidos, perseguissem seus interesses racional e previsivelmente, Nixon — dentro do espírito iluminista do século XVIII — acreditava que um equilíbrio emergiria do conflito de interesses rivais. Como Theodore Roosevelt — mas diferente de qualquer outro presidente americano do século XX —, Nixon contava com o equilíbrio de poder para produzir estabilidade e considerava uma América forte essencial para o equilíbrio global.

Ambos pontos de vista estavam muito fora de moda na época. Nixon declarou o seguinte em uma entrevista à revista *Time*, em 3 de janeiro de 1972:

Não nos esqueçamos que a única época na história do mundo em que tivemos períodos maiores de paz foi quando houve equilíbrio de poder. É quando uma nação se torna infinitamente mais poderosa em relação ao seu potencial competidor que surge o perigo de uma guerra. Creio, portanto, em um mundo no qual os Estados Unidos sejam poderosos. Acredito que será um mundo mais seguro e melhor se tivermos os Estados Unidos, a Europa, a União Soviética, a China, o Japão fortes e saudáveis, cada qual equilibrando o outro, não uns contra os outros, enfim, uma balança estável.¹

Nixon refletia, ao mesmo tempo, a ambivalência essencial da sua sociedade — querendo ser tida como dura e insensível, no entanto tão dependente do seu tradicional idealismo. Numa incongruência, o presidente mais admirado por Nixon — cujas próprias máximas eram tudo menos wilsonianas — foi o próprio Woodrow Wilson. Cada novo presidente escolhe os retratos de antecessores que deseja ter na sala do ministério. Nixon escolheu Wilson e Eisenhower. Quando pediu que a antiga escrivaninha de Wilson fosse colocada no gabinete oval, foi como se a ironia perseguisse Nixon: a mesa que o zelador da Casa Branca trouxe não era a de Woodrow Wilson, mas a de Henry Wilson, vice-presidente de Ulysses Grant.

Nixon, frequentemente, usava a retórica wilsoniana, “Temos o destino”, afirmava ele, “de dar algo mais ao mundo, além do simples exemplo que outras nações no passado foram capazes de dar [...] um exemplo de liderança e idealismo espirituais, que nenhuma força material ou poderio militar pode fornecer”.² Ele compartia, de fato, do grande anseio americano por uma política externa isenta de interesses próprios.

Falando em nome dos Estados Unidos, posso afirmar o seguinte: não cobizamos o território de ninguém; não buscamos dominar nenhum outro povo; buscamos o direito de viver em paz, não só para nós, mas para todos os povos da Terra. Nosso poder só será usado para manter a paz, jamais para interrompê-la, para defender a liberdade, jamais para destruí-la.³

As invocações de altruísmo por um presidente que, no mesmo fôlego, insistia que o futuro do mundo deveria ser decidido entre as cinco grandes potências que perseguiram os seus próprios interesses nacionais representava uma síntese inusitada da experiência americana. Nixon levava a sério o idealismo americano, no sentido de que participava do apaixonado internacionalismo de Wilson e de sua convicção de que os Estados Unidos eram necessários. Mas sentia-se igualmente obrigado a associar a missão dos Estados Unidos às suas próprias conclusões sobre a maneira como o mundo funcionava. Mesmo desejando que o país sustentasse os valores de Wilson, Nixon estava, também, dolorosamente ciente de que o destino lhe incumbira da tarefa ingrata de fazer os Estados Unidos recuarem da pregação daqueles valores, mandando seus exércitos para o mundo inteiro.

O ponto de partida de Nixon foi o excepcionalismo americano, a despeito do seu próprio e extenso trato com líderes estrangeiros ter-lhe ensinado que poucos deles eram altruístas; se tomassem o soro da verdade, a maioria teria optado por uma certa quantidade de cálculo na política externa americana e considerado os interesses nacionais americanos mais confiáveis que o altruísmo. Essa era a razão por que Nixon preferia operar em duas trilhas: retórica wilsoniana nos objetivos e interesses nacionais nas táticas.

Foi uma ironia que o compromisso de Nixon com o papel americano na busca da paz mundial o colocasse em oposição a tantos dos respeitadores contemporâneos americanos, que haviam previamente se identificado com o wilsonismo, mas estavam agora a favor de políticas que, para Nixon, equivaliam à abdicação do papel internacional dos Estados Unidos. Nixon, bem ciente de que mesmo sua ideia da responsabilidade global parecia entrincheiramento, comparada com a de seus antecessores imediatos, julgava tarefa sua definir um papel *sustentável* para os idealistas Estados Unidos, num clima internacional ineditamente complexo — em que, para Nixon, o wilsonismo e a *Realpolitik* se fundiriam.

A política de contenção do período pós-guerra projetara os Estados Unidos para a linha de frente de todas as crises

internacionais; a retórica exaltada do período Kennedy fixara metas além da capacidade física e emocional dos Estados Unidos. Como resultado, as pretensões morais americanas estavam se transformando em autodesprezo e a crítica à superextensão em recolhimento. Nesse clima, a primeira tarefa de Nixon foi pôr a experiência vietnamita em alguma perspectiva. Os Estados Unidos continuavam essenciais à estabilidade internacional, mas não podiam continuar o intervencionismo descuidado que levara mais de 500 mil americanos para a Indochina, sem uma estratégia para a vitória. A sobrevivência da espécie humana dependia das relações entre as duas superpotências, mas a paz do mundo dependia de os Estados Unidos distinguirem entre as tarefas em que apenas eram úteis e as responsabilidades onde eram indispensáveis, e se saberiam cumprir estas últimas, sem destroçar-se.

Nixon escolheu uma ocasião curiosa para apresentar sua resposta a esses dilemas. Em 25 de julho de 1969, estava em Guam, no início de uma viagem internacional que o levaria do sudeste asiático à Romênia. Cedo, naquele mesmo dia, ele assistira a amerrisagem, perto da ilha Johnston, no Pacífico, dos primeiros astronautas que desceram na lua. O jornalismo moderno, com sua má vontade em demorar-se até mesmo sobre o drama histórico mais singular, exige um novo evento para cada ciclo de notícias, especialmente nas viagens presidenciais. E Guam estava do outro lado da Linha Internacional de Data, vindo do local da amerrisagem (razão pela qual a volta dos astronautas está registrada no dia 24 de julho), portanto era de outro ciclo de notícias.

Percebendo isso, Nixon escolheu essa ocasião para apresentar os princípios que orientariam a nova abordagem das relações internacionais. Embora Nixon e seus assessores discutissem com frequência a nova abordagem, não havia nenhum plano para apresentá-la ao público nessa ocasião. Foi para surpresa de todos, inclusive minha, que Nixon anunciou os novos critérios dos Estados Unidos para envolvimento fora do país.⁴ Daí em diante conhecidos como a Doutrina Nixon, foram requintados num discurso de novembro de 1969, e novamente em fevereiro de 1970, no primeiro

comunicado anual sobre política externa do presidente, uma inovação da época, no qual Nixon descreveu as premissas de sua política externa.

A Doutrina Nixon tratou do paradoxo de que os dois envolvimento militares dos Estados Unidos no pós-guerra — a Coreia e o Vietnã — haviam ocorrido em favor de países com os quais os Estados Unidos não tinham compromisso formal e em regiões tecnicamente não cobertas por alianças. Em relação a essas regiões, a Doutrina Nixon tentou caminhar entre a superextensão e o retraimento, ao fixar três critérios para o envolvimento americano:

- Os Estados Unidos manteriam os seus compromissos assumidos em tratados.
- Os Estados Unidos fariam “o escudo, se uma potência nuclear ameaçar a liberdade de uma nação aliada, ou de uma nação cuja sobrevivência considerarmos vital à nossa segurança”.
- Em casos de agressão não nuclear, os Estados Unidos contariam “com que a nação diretamente ameaçada assuma a responsabilidade de fornecer o efetivo militar para a defesa”.⁵

A realidade, entretanto, mostrou-se indisposta a ser embalada em critérios assim formais. A afirmação de que os Estados Unidos manteriam seus compromissos não era um dado novo; como a promessa de castidade, ela é de plausibilidade limitada, considerando que seu abandono pouco provavelmente é anunciado antes do evento. De qualquer forma, a principal questão na Era Nuclear não era se os compromissos seriam mantidos, mas como seriam definidos e interpretados. A Doutrina Nixon não orientava como solucionar disputas entre os aliados sobre estratégia nuclear: se armas nucleares seriam utilizadas e — falando francamente — no território de quem; se os aliados confiariam numa guerra nuclear generalizada, que afetava mais as superpotências, ou em alguma versão de “resposta flexível”, que ameaçava o território das vítimas da agressão.

A cláusula declarando que os Estados Unidos forneceria uma proteção a países “vitais à nossa segurança”, ameaçados por uma

potência nuclear continha duas ambiguidades: se os Estados Unidos defendessem países vitais à sua segurança somente quando fossem ameaçados por uma potência nuclear, qual seria a atitude dos Estados Unidos se um país importante para sua segurança fosse ameaçado por uma potência não nuclear, ou por uma potência nuclear que escolhesse não utilizar armas nucleares? E se o apoio fosse mais ou menos automático diante de uma ameaça nuclear; uma aliança formal era necessária?

A Doutrina Nixon exigia, também, que países ameaçados assumissem uma responsabilidade maior no tocante à sua própria defesa convencional. Mas o que fariam os Estados Unidos se um país ameaçado apostasse no apoio americano, independentemente da sua incapacidade de dividir as responsabilidades da defesa — especialmente diante da pressão por parte de uma potência nuclear? Ironicamente, a ênfase do governo Nixon sobre os interesses nacionais continha o potencial de estimular as nações a ignorarem a injunção de maiores esforços defensivos. Pois se os interesses nacionais eram, de fato, a principal orientação, os Estados Unidos seriam obrigados a defender *qualquer* área essencial à sua segurança, sem considerar o mérito da vítima ou sua contribuição à defesa comum. Nesse ponto, estavam contidos todos os dilemas que mais tarde vieram à tona, sob a rubrica da responsabilidade comum aliada.

A Doutrina Nixon era, portanto, pertinente a crises em áreas periféricas, não cobertas por alianças formais e ameaçadas por procuradores dos soviéticos, que afinal eram muito poucos. Em sua tentativa de elaborar uma “doutrina” que evitasse outro conflito como o do Vietnã, o governo Nixon criou uma doutrina aplicável justamente às situações *como a do Vietnã*, que ele estava tão determinado a não repetir.

Ainda assim, quando Nixon assumiu a presidência, as relações Leste-Oeste estavam, elas também, muito necessitadas de uma reavaliação. O conflito com a União Soviética empurrara os Estados Unidos em direção ao envolvimento global, e era a estratégia desse conflito que pedia reexame, à luz do trauma do Vietnã. O que

tornava a reavaliação tão difícil era que, durante toda a Guerra Fria, grande parte do debate interno sobre a política de contenção fora conduzido por meio de categorias classicamente americanas que excluía a geopolítica, com um grupo percebendo a política externa como uma subdivisão da teologia e seus adversários compreendendo a política externa como uma subdivisão da psiquiatria.

Os pais da política de contenção — Acheson, Dulles e seus colegas — haviam, apesar de toda sua sofisticação no tocante aos assuntos internacionais, concebido sua obra em termos essencialmente teológicos. Visto que julgavam congênita a inclinação soviética para a dominação mundial, eles não consideravam os líderes soviéticos parceiros adequados de negociações, até que o Kremlin abandonasse sua ideologia. E, considerando que a principal tarefa da política externa americana era a derrubada dos soviéticos, negociações amplas, ou mesmo um esquema diplomático para as mesmas, eram sem sentido (senão imorais) até que “posições de força” pudessem mudar os objetivos soviéticos.

Uma sociedade sem experiência em conflitos irreconciliáveis e com uma fé assombrosa no meio-termo como solvente de disputas achava difícil reunir paciência para um caminho tão árido. Muitos que acreditavam nas premissas morais de Acheson e Dulles tentaram acelerar o cronograma para as negociações, alegando que o sistema soviético já se transformara, ou estava prestes a mudar: O anseio do público americano por um fim do confronto tornava, até mesmo a dura escola da política de contenção, vulnerável a mudanças atmosféricas, como se viu nos espíritos de Genebra e de Camp David, quando Dulles era secretário de estado.

Segundo a “escola psiquiátrica”, os líderes soviéticos não eram tão diferentes dos americanos em seu desejo de paz. Agiam de maneira intransigente, em parte, porque os Estados Unidos os faziam sentir-se inseguros. A “escola psiquiátrica” recomendava paciência, a fim de fortalecer o segmento amante da paz da liderança soviética, que se dizia estar dividida entre *hawks* e *doves*, de modo muito semelhante à divisão do governo americano. O

debate nacional voltou-se, cada vez mais, para a magnitude das supostas mudanças internas soviéticas, sem ser capaz de solucionar o dilema original, no qual a política de contenção, desconhecendo um terreno entre a confrontação e o *status quo*, jamais respondera à pergunta do que negociar:

No início da década de 1970, ambas escolas de pensamento eram ameaçadas por um novo radicalismo. A abordagem Henry Wallace dos anos 1940 reencarnara com novos rótulos, invocando uma retórica muito mais surpreendente, que deixou a política de contenção de cabeça para baixo. Não só ela argumentava, como as precursoras, que os Estados Unidos não tinham o direito moral de opor-se ao comunismo, como afirmava que a oposição ao comunismo, na realidade, fortalecia o comunismo. De acordo com o novo radicalismo, não tínhamos de conter o comunismo, tínhamos de sobreviver a ele, pois, no final, a própria história o derrotaria, isto é, se ele merecesse ser derrotado.

Descrevendo uma passeata em Washington, o escritor Norman Mailer resumiu este ponto de vista, defendendo a retirada incondicional do Vietnã:

[...] se os comunistas prevalecessem na Ásia, [...] divisões, dissidências e seitas surgiriam [...] Portanto, sair da Ásia seria precisamente vencer no equilíbrio de poder [...] Quanto mais o comunismo se expandisse, mais monumentais seriam seus problemas, mais flácidas suas preocupações com a conquista mundial. Na expansão do comunismo estava sua própria contenção.⁶

Ao sustentar que o comunismo seria melhor derrotado, ou talvez só fosse derrotado, por suas vitórias e não pela oposição americana, o novo radicalismo pregava o exato oposto da política de contenção. A superextensão sendo a raiz da fraqueza comunista, quanto mais o comunismo avançasse, mais certamente ruiria. A alegação de que na abstenção americana da resistência ao comunismo estavam as sementes da vitória sobre ele era, de fato, paradoxo de romancista.

A poética de Mailer foi reforçada por analistas acadêmicos mais sofisticados, que não se expressavam de forma tão idiossincrática. A “teoria da convergência”, posta por pesos-pesados da intelectualidade, como John Kenneth Galbraith,⁷ afirmava, na verdade, que não fazia sentido os Estados Unidos correrem riscos enormes na oposição ao comunismo, quando as duas sociedades estavam destinadas a se tornarem cada vez mais parecidas, no decorrer natural dos acontecimentos.

As relações Leste-Oeste haviam chegado a um beco sem saída. O conceito tradicional da política de contenção conduziu ao impasse diplomático. Sua principal alternativa era uma heresia que exigia o abandono de todas as premissas de uma geração de engajamento. Contudo, nenhum presidente americano responsável poderia simplesmente entregar o destino do país às supostas forças da história. Não foi, afinal, nenhum consolo para Cartago que alguns séculos depois de ela ser arrasada pelos romanos, Roma ter também desaparecido.

Nixon rejeitou as três escolas de pensamento e procurou estabelecer os interesses nacionais como critério maior para a política externa americana de longo prazo. O veículo mais importante para esse esforço foi o relatório presidencial anual sobre política externa. Quatro relatórios anuais dessa natureza foram publicados, a partir de 1970. Redigidos por minha equipe e por mim, esses relatórios refletiam as opiniões do presidente e eram divulgados em seu nome. Como normalmente ocorre com tais documentos, a autoria é menos significativa que o fato de o presidente assumir a responsabilidade por eles. Embora esses relatórios usassem a abordagem conceitual do novo governo, não tiveram muito sucesso nesse sentido. A mídia, interessada em eventos, não em conceitos, os ignorou, exceto as seções que diziam respeito ao Vietnã. E líderes estrangeiros trataram-nos como produtos de equipe, com os quais lidariam quando as circunstâncias que esses relatórios mencionavam realmente surgissem.

Mas, para o estudioso da época, constituem o melhor mapa da política externa da Era Nixon, como teriam servido para jornalistas e

líderes estrangeiros que, como se pode ver, perderam muitas pistas óbvias, ao ficarem no material cotidiano das trocas diplomáticas. O tema principal dos relatórios era que a política externa americana seria, daí em diante, subsidiária de uma análise dos interesses nacionais, e que os Estados Unidos se envolveriam com causas políticas, não com exegeses de princípios legais. O primeiro relatório anual do presidente sobre política externa, de 18 de fevereiro de 1970, expressava essa posição:

O objetivo, em primeiro lugar, é apoiar nossos *interesses* de longo prazo com uma política exterior sólida. Com essa política, baseada numa avaliação realista dos nossos interesses e dos outros, nossa ação no mundo será mais eficaz. Não estamos envolvidos com o mundo porque temos compromissos; temos compromissos porque estamos envolvidos. Nossos interesses devem moldar os nossos empreendimentos, não o contrário.⁸

Num documento de estado inglês ou francês, declarações dessas seriam truísmos, desnecessário dar-lhes esse destaque. Nos Estados Unidos era inédito que um presidente apoiasse sua política sobre a ratificação explícita dos interesses nacionais. Nenhum dos antecessores de Nixon nesse século — com exceção de Theodore Roosevelt — tratara o idealismo americano como um fator entre vários, e o futuro em termos de envolvimento permanente, em vez de cruzadas específicas com terminais fixos.

Em relação à União Soviética, dizia o relatório, a política americana basear-se-ia numa compreensão mais precisa da natureza do sistema soviético, que não subestimaria a extensão do compromisso ideológico comunista, nem seria presa da ilusão de que os líderes comunistas “já abriram mão das suas convicções ou estão prestes a fazê-la [...]”.⁹ Tampouco os Estados Unidos se permitiriam tornar-se emocionalmente dependentes das relações com a União Soviética. O critério para o progresso seria a substância expressa em acordos precisos, que refletissem interesses mútuos, e não o clima. Acima de tudo, a distensão teria de prosseguir numa frente ampla:

Consideraremos nossos adversários comunistas, em primeiro lugar, como nações que buscam seus interesses da maneira como os entendem, assim como nós seguimos os nossos próprios interesses, como os vemos. Vamos julgá-los por seus atos, como esperamos ser, igualmente, julgados pelos nossos. Acordos específicos, e a estrutura de paz que estes ajudem a construir, brotarão de uma acomodação realista dos interesses conflitantes.¹⁰

O relatório de 1971 repetia o tema: “A ordem interna da União Soviética, como tal, não é objeto da nossa política, embora não ocultemos nossa rejeição a vários de seus aspectos. Nossas relações com a União Soviética, assim como com outros países, são determinadas por sua conduta internacional”.¹¹

A ênfase sobre os interesses nacionais viria a sofrer um intenso ataque conservador; especialmente depois que a Guerra do Vietnã terminou e a insistência por uma redução nas tensões internacionais havia acalmado. A verdadeira questão não era, no entanto, se Nixon confiava demais nos soviéticos, crítica da época — o que era absurdo, considerando a ênfase de Nixon sobre o concreto e sua visão pessimista da natureza humana —, mas sim a melhor estratégia para deter a expansão soviética. Nixon acreditava que, em meio à agitação do Vietnã, os interesses nacionais eram o melhor critério para reagir à expansão comunista e preservar apoio público. Seus críticos consideravam a ênfase nos interesses nacionais uma forma de desarmamento moral.

Na determinação de evitar uma ampliação da esfera comunista, os pontos de vista do governo Nixon eram indistinguíveis dos de Acheson e Dulles, que o haviam precedido, ou daqueles de Reagan, mais tarde. Mesmo enquanto a Guerra do Vietnã ia a todo vapor, o governo Nixon reagia nevrálgicamente a qualquer ameaça geopolítica ou estratégica da União Soviética: em 1970, à construção de uma base naval soviética em Cuba, ao deslocamento de mísseis terra-ar soviéticos para o Canal de Suez e à invasão da Jordânia pela Síria; em 1971, ao papel soviético na guerra Índia-Paquistão; e em 1973, a uma ameaça implícita de Brejnev de intervir militarmente na

guerra árabe-israelense. A atitude prosseguiu no governo Ford, que reagiu ao envio de tropas cubanas a Angola.

Mas a política de contenção do governo Nixon diferia daquela de Acheson e Dulles, no sentido que não fazia da transformação da sociedade soviética uma pré-condição para negociações. Nixon afastou-se dos pais da política de contenção e optou por um caminho remanescente de Churchill, que sugeriu conversas com Moscou, em 1953, após a morte de Stalin. Nixon acreditava que negociações, e um longo período de competição pacífica, acelerariam a mudança do sistema soviético e fortaleceriam as democracias.

O que Nixon definiu como era de negociações serviu como estratégia para os Estados Unidos recuperarem a iniciativa diplomática, enquanto a guerra no Vietnã ainda prosseguia. O objetivo de Nixon era manter o Movimento da Paz restrito à questão do Vietnã e impedi-lo de paralisar todos os aspectos da política externa americana. E a abordagem de Nixon era apenas tática. Ele e seus assessores acreditavam que havia, entre as duas superpotências nucleares, uma bem provável confluência temporária de interesse na distensão. O equilíbrio nuclear parecia chegar a um tipo de estabilidade, ou poder-se-ia fazer com que chegasse, unilateralmente ou mediante negociações de controle de armas. Os Estados Unidos precisavam de uma pausa para retomar o fôlego, a fim de destringir-se do Vietnã e adotar uma nova política para a era pós-Vietnã; e a União Soviética talvez tivesse razões ainda mais fortes para buscar um refrigerio. A quantidade de divisões soviéticas na fronteira chinesa deixava antever que a União Soviética, enfrentando tensões em duas frentes milhares de quilômetros distantes entre si, poderia muito bem estar predisposta a soluções políticas com os Estados Unidos, especialmente se tivéssemos êxito em nossa abertura com a China — princípio fundamental da estratégia de Nixon. Quais fossem suas convicções ideológicas, a liderança soviética poderia ter interesse em melhorar suas relações ocidentais para adiar o confronto. Em nossa opinião, quanto mais tempo o confronto soviético com o Ocidente fosse adiado, mais difícil

seria manter coeso o Império Soviético, especialmente porque aos seus problemas políticos somava-se estagnação econômica. Em outras palavras, Nixon e seus conselheiros acreditavam que o tempo trabalhava a favor dos Estados Unidos, não do mundo comunista.

Nixon tinha de Moscou uma visão mais nuançada que a dos seus antecessores. Não fazia das relações com a União Soviética uma ideia de tudo ou nada, mas de um saco de problemas com graus variáveis de solubilidade. Ele empenhou-se em tecer todos os variados elementos da interação de superpotências numa só abordagem global, nem totalmente confrontacional (como a dos “teólogos”), nem totalmente conciliatória (como a dos “psiquiatras”). A ideia era destacar as áreas em que a cooperação era possível e usar essa cooperação como influência modificadora da conduta soviética nas outras áreas, em que os dois países estavam em forte desacordo. Isso, e não as caricaturas que passaram a caracterizar o debate subsequente, era o que o governo Nixon entendia pela palavra *détente*.

Havia muitos obstáculos no caminho dessa política de *linkage*, como foi batizada — de *ligar* a cooperação em uma área ao avanço em outra. A quase obsessão com o controle de armas, entre muitos americanos influentes, foi um dos empecilhos. As negociações de desarmamento dos anos 1920, que tentaram a redução das armas para níveis não ameaçadores, fracassou redondamente. O objetivo era ainda mais complexo na Era Nuclear, pois nível “seguro” de armas nucleares era praticamente uma contradição em termos. Além disso, ninguém conseguia imaginar como seria a verificação dos baixos níveis exigidos, num território do tamanho da União Soviética. Só quando a Guerra Fria chegava ao fim, ocorreram reduções reais. Nas décadas de 1960 e 1970, o desarmamento ateve-se a esforços para reduzir perigos específicos, definíveis, dos quais o mais saliente foi o esforço para evitar um ataque de surpresa — iniciativa que atendeu pelo nome de “controle de armas”.

Os formuladores políticos não esperavam que a redução do risco de um ataque de surpresa surgisse como questão central nas negociações do controle de armas. O bom-senso parecia indicar que

o vasto potencial destrutivo das superpotências resultava em anulação mútua, e que cada lado sempre seria capaz de infligir danos inaceitáveis ao outro, não importa o que o adversário fizesse. Foi quando, em 1959, em um dos artigos verdadeiramente originais do período da Guerra Fria, Albert Wohlstetter, analista da *Research and development* (Rand Corporation), mostrou que o bom-senso não era um bom guia para relações nucleares. O fato de as armas nucleares serem transportadas nos aviões de um número relativamente pequeno de bases aéreas tornava tecnicamente possível destruir as forças estratégicas do adversário antes de acionadas.¹² Sendo assim, o lado atacante poderia ser capaz de reduzir o contra-ataque para níveis toleráveis e emergir em posição de impor sua vontade. Logo, o medo de um ataque de surpresa poderia provocar a preempção — o ataque por nenhum outro motivo que o de impedir um ataque de surpresa esperado.

Segundo Wohlstetter, o equilíbrio nuclear era, isso sim, altamente instável. O hiato admitido entre o que veio a se chamar capacidade de primeiro e segundo *strikes*, golpes, virou obsessão entre os analistas de defesa e peritos em controle de armas. Surgiu a ideia de que ambos os lados poderiam ter interesse em negociar disposições que os protegessem do seu perigo final. Seminários acadêmicos em Harvard, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Stanford e na California Institute of Technology (Caltech) elaboraram teorias e propostas práticas de controle de armas e estabilidade estratégica que orientariam os formuladores políticos durante as duas décadas seguintes.

O artigo de Wohlstetter foi para a análise estratégica o que o artigo “X” de Kennan fora para a análise política, em 1947. Desde então, a diplomacia do controle de armas concentrou-se em limitar a composição e as características operacionais das forças estratégicas, visando reduzir a um mínimo o incitamento a ataques de surpresa.

Mas o controle de armas apresentou complexidades próprias. O assunto era tão esotérico que multiplicou a ansiedade dos formuladores e de grande parte do público. Entre outras razões, ele supersimplificava a natureza do problema. A decisão de iniciar uma

guerra nuclear não seria tomada por cientistas, familiarizados com as armas, mas por estadistas atormentados, cientes de que o menor engano destruiria as sociedades, talvez mesmo a própria civilização. Nenhum dos lados tinha experiência operacional com a nova tecnologia e, para vencer numa guerra atômica, milhares de ogivas nucleares teriam de ser lançadas, simultaneamente. No entanto, em toda a Guerra Fria, a União Soviética nunca testou mais que três mísseis simultaneamente, e os Estados Unidos jamais lançaram sequer o míssil de um silo operacional. Os silos americanos localizavam-se no centro do país e Washington temia incêndios florestais, se um míssil de teste caísse em terra. Vá se falar de confiança.

Assim, o perigo de um ataque de surpresa foi exagerado por dois grupos, com objetivos diferentes: os que desejavam grandes orçamentos de defesa, para a proteção contra o ataque de surpresa, e aqueles que agitavam o medo de um ataque de surpresa, para reduzir os orçamentos de defesa. Sendo as questões muito complexas, valeu o talento para elaborar informes curtos. Tal foi o emocionalismo, que não era fácil saber se os peritos haviam chegado às suas conclusões por meio da pesquisa científica, ou estavam invocando a ciência em apoio a conclusões preconcebidas — que era o mais frequente. Era de dar pena o formulador político que se tornava refém de cientistas com pontos de vista divergentes, e que haviam dedicado mais anos de estudo às questões nucleares que as horas disponíveis dos estadistas para considerá-las. Debates de temas esotéricos como vulnerabilidade, precisão e calculabilidade atingiram a complicação de disputas teológicas medievais, quando eram, na verdade, os substitutos de velhas divergências filosóficas dos primeiros dias da política de contenção.

Durante o mais intenso debate sobre o controle de armas, nos anos 1970, críticos conservadores advertiam sobre a confiabilidade dos líderes soviéticos e a hostilidade da ideologia soviética. Os defensores do controle de armas rebatiam com a contribuição dos acordos de controle de armas para um clima geral de distensão, malgrado o mérito dos acordos propriamente ditos. Era o antigo

debate entre os teólogos e os psiquiatras, agora em roupagem tecnológica.

De início, o controle de armas foi simplesmente enxertado na teoria da contenção. O apoio em posições de força ficou lado a lado com um conceito de controle de armas, destinado a tornar a contenção menos perigosa. Com o tempo, evidenciou-se que o controle de armas dava, também, à contenção mais permanência. Havia cada vez menos conversas sobre o acordo político, e cada vez menos tentativas de negociá-lo. Na verdade, quanto mais seguro parecia o mundo aos controladores de armas, menos motivos viam os estadistas para abandonar posições conhecidas, pelo mar ignoto das acomodações políticas.

Crises iam e vinham. Flamas irrompiam desde o sudeste asiático ao Caribe e à Europa Central, mas ambos os lados pareciam estar à espera do colapso, mais ou menos certo, do adversário, por efeito da evolução histórica. Entrementes, até saber-se de que lado a evolução histórica estava, a vida ficava mais tolerável, mediante o controle de armas. Ambiente de impasse: a doutrina política (a política de contenção) não tinha uma resposta para a corrida armamentista, e a teoria estratégica (controle de armas) não oferecia nenhuma solução ao conflito político.

Nixon tomou posse nesse clima e foi pressionado, pelo congresso e pela mídia, a voltar-se logo para as negociações do controle de armas com os soviéticos. Ele relutava em conduzir a diplomacia como se nada houvesse acontecido, menos de seis meses depois que tropas soviéticas haviam ocupado a Tchecoslováquia. No mínimo, queria evitar que o controle de armas fosse a válvula de segurança da expansão soviética. O governo Nixon decidiu verificar se a vontade soviética de acalmar um governo que lhe parecia mais enérgico que o antecessor — portanto, mais ameaçador aos interesses soviéticos — podia servir para estimular a cooperação soviética na remoção da ameaça a Berlim, na distensão no Oriente Médio e, acima de tudo, no fim da Guerra do Vietnã. Era a chamada “ligação”, que se tornou tão absurdamente controversa.

Uma das principais tarefas da ação de estado é determinar quais assuntos, de fato, se relacionam entre si e podem ser usados em reforço mútuo. Quase sempre o planejador político tem poucas opções nessa questão; no final, é a realidade, e não uma política, que liga os eventos. O papel do estadista é reconhecer essa relação quando ela realmente existe — em outras palavras, criar uma rede de estímulos e penas que produzam o melhor efeito.

Nixon expressou esses pontos de vista em uma carta aos membros do ministério envolvidos com a segurança nacional, em 4 de fevereiro de 1969, duas semanas após ter prestado o juramento de presidente:

[...] Acredito que a crise ou confrontação em um lugar e a verdadeira cooperação em outro não podem existir simultaneamente. Reconheço que o governo anterior julgava que, quando percebíamos interesse mútuo em um assunto com a União Soviética, devíamos buscar o acordo e tentar isolá-la o mais possível dos altos e baixos dos conflitos em outros pontos. Isso pode ser sensato para muitas questões bilaterais e práticas, como assuntos culturais ou científicos. Mas, nas questões cruciais de nossos dias, acredito que devemos tentar avançar em linha, com uma frente ampla o suficiente, para deixar claro que vemos alguma relação entre questões políticas e militares.¹³

O debate da “ligação” durou um tempo que deu para obscurecer como eram simples as propostas da equipe de Nixon. A Guerra Fria era uma relação antagônica entre as duas superpotências. Nixon disse apenas — porém não menos — que era absurdo escolher uma área dessa relação para ser melhorada, enquanto a confrontação prosseguia em todas as outras. A distensão seletiva parecia, a Nixon e a seus assessores, a estratégia certa para debilitar a posição das democracias. Não fazia sentido que um assunto complexo e esotérico, como o controle de armas, fosse a prova da paz, enquanto armas soviéticas incitavam o conflito no Oriente Médio e matavam americanos no Vietnã.

O conceito da ligação encontrou mau tempo na comunidade da política externa. A burocracia americana do exterior é, na maioria, composta por gente que se dedicou ao que na sociedade americana

é uma carreira pouco ortodoxa, para que pudesse expor e cumprir seus pontos de vista de um mundo melhor. Suas opiniões, além disto, são aguçadas por um sistema em que as políticas emergem, como posteriormente o secretário de estado George Shultz salientou, de lutas burocráticas, nunca de todo solucionadas. Segmentada em uma série de iniciativas, individuais e às vezes isoladas, dirigidas a problemas muito específicos, a política externa americana raramente é abordada a partir de uma perspectiva global. As abordagens *ad hoc* dos departamentos possuem mais porta-vozes — e mais fervorosos — enquanto a estratégia global, com frequência, não tem nenhum. É preciso um presidente forte e determinado, conhecedor das vias de Washington, para romper este padrão

A tentativa de Nixon, para casar a abertura de negociações de armas estratégicas com avanço em questões políticas, ia contra a convicção apaixonada dos controladores de armas, ansiosos por limitar a corrida armamentista, e dos kremlinologistas, convencidos de que a política externa americana devia fortalecer os pombos do Kremlin contra os falcões do Kremlin, em suas supostas disputas políticas. A burocracia, em vazamentos à imprensa, atacava a política esboçada na carta do presidente, dando ênfase ao controle de armas como um fim em si mesmo. Embora nunca “autorizados”, os vazamentos também não eram desmentidos. No *New York Times* de 18 de abril de 1969, “funcionários” descreviam acordos de armas com a União Soviética como “meta prioritária da política externa de Nixon”.¹⁴ Em 22 de abril, o *Times* trazia “diplomatas americanos” a preverem as Consultas de Limitação de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Limitation Talks* — Salt) para junho.¹⁵ Em 13 de maio, o *Washington Post* citou fontes do governo, afirmando que, em 29 de maio, seria fixada uma data para a abertura das consultas.¹⁶ Essas pressões acumuladas, para modificar a posição declarada de Nixon de ligar o controle de armas a questões políticas, jamais foram um desafio aberto; eram uma série de comentários diários e táticos, utilizados para levar as coisas, gradativamente, rumo à posição preferida pela burocracia.

Analistas de fora do governo lançaram sua própria crítica. Em 3 de junho de 1969, o *New York Times* chamou “inúteis” as restrições comerciais americanas ligadas a outras questões. Eram “políticas da Guerra Fria”, “incoerentes com a teoria do governo Nixon de que é hora de passar de uma época de confronto para outra, de cooperação e negociação”.¹⁷ O *Washington Post* vendia o mesmo peixe. “A realidade é por demais complexa e sujeita às intempéries”, estampava o jornal, em 5 de abril, “para qualquer presidente achar que pode enfileirar tantos fatos diferentes como patinhos na lagoa. O controle de armas tem um valor e uma urgência, independentes do estado das questões políticas”.¹⁸ Nixon pretendia ampliar o diálogo com Moscou, retardando as consultas do Salt. A alavancagem burocrática e as divergências filosóficas combinaram-se para desperdiçar trunfos que Nixon teria preferido administrar lentamente.

Não se pode dizer que a abordagem do governo teve sucesso imediato. Em abril de 1969, fracassou a tentativa de enviar o futuro secretário de estado, Cyrus Vance, a Moscou, com autoridade para negociar simultaneamente o Vietnã e a limitação de armas estratégicas.¹⁹ As duas questões eram desproporcionais; o efeito da discussão de armas estratégicas era muito incerto, a liderança de Hanói muito intratável e a escala de tempo necessária para cada assunto muito difícil de sincronizar.

Mas, no final, Nixon e seus assessores tiveram êxito em fazer as várias linhas de política se apoiarem mutuamente. A “ligação” começou a funcionar porque o governo Nixon conseguiu criar um grande estímulo à moderação soviética ao fazer uma abertura dramática para a China. Uma lição elementar de xadrez reza que, ao escolher entre lances, há coisa pior que simplesmente contar o número de casas que cada lance atinge. De forma geral, quanto mais casas, e quanto mais vezes, um jogador as atinge, melhores suas opções e piores as do adversário. O mesmo em diplomacia, quanto mais opções tem um lado, menos estarão disponíveis ao outro, e mais cauteloso ele terá de ser, na persecução dos seus

objetivos. Tal estado de coisas poderá, com o tempo, indicar que o adversário busque pôr um fim em seu papel de antagonista.

Quando a União Soviética não pudesse mais contar com a hostilidade permanente entre as outras duas nações, a mais poderosa e a mais populosa do mundo — pior ainda, se as duas realmente dessem sinais de ter iniciado uma cooperação —, a intransigência soviética diminuiria, talvez mesmo desaparecesse. Os soviéticos tinham de agir com cautela, pois uma postura ameaçadora poderia intensificar a cooperação sino-americana. Nas condições do final da década de 1970, boas relações sino-americanas tornaram-se um elemento fundamental na estratégia soviética do governo Nixon.

O histórico sentimento de amizade dos Estados Unidos pela China caiu por terra quando os comunistas ganharam a guerra civil, em 1949, e entraram na Guerra da Coreia, em 1950. Foi substituído por uma política deliberada de isolar os governantes comunistas em Pequim. Símbolo significativo desse estado de espírito foi Dulles recusar-se a apertar a mão de Chou En-Lai, na Conferência de Genebra de 1954, sobre a Indochina — ato que ainda doía no primeiro-ministro chinês quando ele me cumprimentou em Pequim, 17 anos depois, perguntando-me se eu era daqueles americanos que se recusavam a apertar a mão de líderes chineses. O único contato diplomático que permaneceu entre as duas nações foi por meio dos respectivos embaixadores em Varsóvia, que se encontravam a intervalos irregulares para trocar invectivas. Durante a Revolução Cultural chinesa, no final dos anos 1960 e 1970 — cujo custo em vidas humanas e sofrimento foi comparável ao dos expurgos de Stalin, todos os embaixadores chineses — exceto, por alguma razão inescrutável, o que se encontrava no Egito — foram chamados de volta à China, interrompendo as conversas de Varsóvia e deixando Washington e Pequim, absolutamente, sem nenhum contato político ou diplomático.

Interessante, os governantes que primeiro viram a oportunidade inerente em uma ruptura sino-soviética foram os dois senhores da diplomacia europeia, Adenauer e De Gaulle. Adenauer, devido a um livro que acabara de ler, começou a falar no assunto por volta de

1957, embora a República Federal ainda não estivesse em situação de fazer uma política mundial. De Gaulle não sentia esses limites. Percebeu, corretamente, no início dos anos 1960, que os soviéticos tinham um problema sério em sua extensa fronteira com a China e que isso os obrigaria a buscar melhores relações com o Ocidente. Sendo ele De Gaulle, acreditou que isso aceleraria uma *détente* franco-soviética. Considerando o problema chinês dos soviéticos, Moscou e Paris poderiam perfeitamente negociar o fim da Cortina de Ferro e realizar a visão de De Gaulle de uma "Europa do Atlântico aos Urais". Mas a França de De Gaulle não tinha força para levar a cabo uma revolução diplomática dessa natureza. Moscou não considerava Paris um sócio em pé de igualdade, para a *détente*. Mas, embora as receitas políticas de De Gaulle sofressem a distorção de se verem por meio do prisma francês, sua análise viu longe. Durante muito tempo, os planejadores políticos americanos, cegos por conceitos ideológicos, não enxergaram que a ruptura sino-soviética era uma oportunidade estratégica para o Ocidente.

Ocorre que a opinião americana sobre a China estava dividida segundo os padrões normais da Guerra Fria. Um pequeno grupo de sinologistas tratou a ruptura como psicológica; insistia em que os Estados Unidos atendessem à reclamação chinesa, entregando a cadeira da China na ONU a Pequim e relaxando as tensões por meio de contatos abrangentes. A grande maioria da opinião informada, no entanto, considerava a China Comunista incuravelmente expansionista, fanaticamente ideológica e intransigentemente comprometida com a revolução mundial. Os Estados Unidos se envolveram na Indochina em grande parte para neutralizar o que seria a conspiração comunista conduzida pelos chineses para tomar o sudeste asiático. A sabedoria convencional ditava que, mais ainda que a União Soviética, o sistema comunista chinês precisava mudar, antes que se considerassem negociações.

Esse ponto de vista foi reforçado por uma fonte inesperada. Kremlinologistas, que por mais de uma década insistiam no diálogo permanente com Moscou, assumiram uma posição diametralmente oposta em relação à China. No início do primeiro mandato de Nixon,

um grupo de ex-embaixadores que servira na União Soviética, e que estava inquieto diante das primeiras sondagens de Washington dirigidas a Pequim, visitaram o presidente com uma solene advertência. Os líderes soviéticos, afirmaram eles, eram tão paranoicos sobre a China Comunista que qualquer ato para melhorar as relações americanas com Pequim conteria um risco inaceitável de confronto com a União Soviética.

O governo Nixon não compartilhava desse ponto de vista quanto às relações internacionais. Excluindo um país da dimensão da China de suas opções diplomáticas, os Estados Unidos estariam operando com uma das mãos atadas. Estávamos convencidos de que aumentar as opções externas americanas abrandaria, não endureceria, a postura de Moscou. Constava o seguinte de uma declaração política, por mim redigida, para o anúncio da candidatura presidencial republicana de Nelson Rockefeller, em 1968: “[...] eu iniciaria um diálogo com a China comunista. Num triângulo sutil de relações entre Washington, Pequim e Moscou, aumentamos as possibilidades de acomodação com cada um, ao aumentarmos nossas opções com respeito a ambos”.²⁰ Nixon expressara opiniões idênticas, mais cedo até, em uma linguagem adaptada às tradicionais noções americanas de comunidade mundial. Em outubro de 1967, ele escreveu na *Foreign Affairs*:

A longo prazo, simplesmente não podemos deixar a China, para sempre, fora da família das nações, alimentando lá suas fantasias, cultivando seus rancores e ameaçando seus vizinhos. Não há lugar neste pequeno planeta para que um bilhão de sua gente potencialmente mais capaz viva num isolamento irado.²¹

Pouco depois de vencer na convenção, Nixon foi mais claro. Falando a uma revista, em setembro de 1968, declarou: “Não esqueçamos a China. Devemos aproveitar cada chance para falar com ela, assim como com a União Soviética [...] Não vamos ficar apenas atentos às mudanças. Devemos promover mudanças”.²²

Na ocasião, Nixon alcançou seu objetivo, embora a China tenha sido induzida a reunir-se à comunidade das nações menos pela

perspectiva de diálogo com os Estados Unidos e mais pelo medo de ser atacada por seu ostensivo aliado, a União Soviética. O governo Nixon, que não compreendeu de imediato essa dimensão do relacionamento sino-soviético, foi alertado para a mesma pela própria União Soviética. Não foi a primeira vez, nem a última, que a desajeitada política externa soviética acelerou aquilo que o Kremlin mais temia.

Na primavera de 1969, uma série de embates entre forças chinesas e soviéticas ocorreu em uma estreita faixa da fronteira sino-soviética, ao longo do rio Ussuri, na Sibéria. Com a experiência de duas décadas, Washington inicialmente deu como óbvio que as escaramuças houvessem sido provocadas pelos fanáticos chineses. Foi a desastrada diplomacia soviética que provocou uma correção, pois diplomatas soviéticos estavam fornecendo a Washington informes detalhados da versão soviética dos eventos e indagando qual seria a atitude americana se o conflito aumentasse progressivamente.

A inusitada ansiedade soviética em consultar Washington sobre uma questão, em relação a qual os Estados Unidos não indicavam nenhum interesse específico, fez com que nos perguntássemos se os informes não se destinariam a preparar o terreno para um ataque soviético contra a China. Esta suspeita foi reforçada quando estudos da inteligência americana causados pelos *briefings* soviéticos revelaram que os conflitos ocorriam sempre perto de importantes bases soviéticas de suprimento e longe dos centros chineses de comunicação — um padrão esperado somente se as forças soviéticas fossem, de fato, as agressoras. Esta análise recebeu crédito adicional por meio da inexorável mobilização de um dispositivo soviético, ao longo de toda a extensão de 6.400 quilômetros da fronteira chinesa, que rapidamente chegou a mais de 40 divisões.

Se a análise do governo Nixon estivesse certa, uma grande crise internacional estava no forno, mesmo que grande parte do mundo não tivesse a menor ideia disso. A intervenção militar soviética na China seria a mais séria ameaça ao equilíbrio de poder mundial desde a crise cubana dos mísseis. A aplicação da Doutrina de

Brejev à China significaria que Moscou tentava pôr o governo de Pequim tão submisso quanto o da Tchecoslováquia fora obrigado a tornar-se no ano anterior. A nação mais populosa do mundo estaria, então, subordinada a uma superpotência nuclear — combinação ameaçadora que restauraria o temido bloco sino-soviético, cuja natureza monolítica inspirara tanta apreensão na década de 1950. Se a União Soviética era capaz de realizar um projeto daqueles não ficou absolutamente claro. Óbvio, no entanto — especialmente para um governo que baseava sua política externa em uma concepção geopolítica — é que não se podia correr o risco. Se o equilíbrio de poder é para ser levado a sério, deve-se reagir à *perspectiva* de uma convulsão geopolítica; se a reviravolta ocorrer, poderá ser tarde demais para se lhe fazer oposição. No mínimo, o preço da reação subirá exponencialmente.

Esse raciocínio levou Nixon a tomar duas decisões extraordinárias no verão de 1969. A primeira foi pôr de lado todos os problemas que lotavam o diálogo sino-americano existente. As conversas de Varsóvia haviam estabelecido uma agenda tão complexa que eram perda de tempo. Cada lado repisava suas queixas: as da China tinham a ver com o futuro de Taiwan e com bens chineses confiscados nos Estados Unidos; os Estados Unidos queriam o abandono da força em relação a Taiwan, a participação da China em negociações de controle de armas e o acerto das reclamações econômicas contra a China.

Nixon decidiu, ao contrário, concentrar-se na questão maior da atitude da China sobre um diálogo com os Estados Unidos. Deu-se prioridade à determinação do escopo do triângulo sino-soviético-americano que ia surgindo no horizonte. Se pudéssemos confirmar aquilo de que suspeitávamos — que a União Soviética e a China tinham mais medo uma da outra que dos Estados Unidos — estava aberta uma oportunidade inédita para a diplomacia americana. Se as relações melhorassem nessa base, a agenda tradicional cuidaria de si mesma; se as relações não melhorassem, a agenda tradicional permaneceria insolúvel. Quer dizer, as questões práticas seriam

resolvidas como consequência do restabelecimento sino-americano de relações amigáveis, ao contrário de balizar o caminho para estas.

Executando a estratégia de transformar o mundo dividido entre duas potências, em um triângulo estratégico, os Estados Unidos anunciaram, em julho de 1969, uma série de iniciativas unilaterais para indicar a mudança de atitude. Cancelou-se a proibição de americanos viajarem para a República Popular da China; aos americanos era permitido trazer US\$ 100 de bens chineses para os Estados Unidos; e permitiram-se carregamentos limitados de cereais americanos para a China. Estas medidas, insignificantes em si mesmas, visavam transmitir a nova abordagem americana.

O secretário de estado, William P. Rogers, explicitou estas indicações em um importante discurso, aprovado por Nixon. Ele anunciou na Austrália, em 8 de agosto de 1969, que os Estados Unidos acolheriam um papel maior da China Comunista em questões asiáticas e do Pacífico. Se os líderes chineses abandonassem sua "visão do mundo" introspectiva, os Estados Unidos "abririam os canais de comunicação". No comentário mais delicado sobre a China feito por um secretário de estado americano em 20 anos, Rogers chamou a atenção para as iniciativas unilaterais dos Estados Unidos na área econômica, passos para "ajudar a lembrar às pessoas do continente chinês nossa amizade histórica por elas".²³

Mas se existisse o perigo real de um ataque soviético à China no verão de 1969, não haveria tempo para que essas manobras complicadas se desenrolassem gradualmente. Então, Nixon deu, talvez, o passo mais ousado de sua presidência, ao advertir a União Soviética que os Estados Unidos não permaneceriam indiferentes, se ela atacasse a China. Esquecendo a atitude imediata da China em relação aos Estados Unidos, Nixon e seus assessores consideravam a independência da China indispensável ao equilíbrio global e tinham o contato diplomático com a China como essencial para a flexibilidade da diplomacia americana. A advertência de Nixon aos soviéticos era também uma expressão tangível da nova linha do seu governo, de basear as políticas americanas em uma análise cuidadosa dos interesses nacionais.

Preocupado com o dispositivo militar soviético na fronteira chinesa, Nixon autorizou uma declaração enérgica de duplo sentido, em 5 de setembro de 1969, declarando os Estados Unidos “profundamente preocupados” com uma guerra sino-soviética. O subsecretário de estado, Elliot Richardson, foi encarregado de transmitir a mensagem; alto o suficiente, na hierarquia, para não deixar dúvidas de que estava falando em nome do presidente. Richardson não era, ao mesmo tempo, tão visível que desafiasse a União Soviética frontalmente:

Não desejamos nos aproveitar da hostilidade entre a União Soviética e a República Popular. Divergências ideológicas entre os dois gigantes comunistas não são da nossa alçada. Não podíamos deixar de ficar, entretanto, profundamente preocupados com a escalada desse desentendimento em uma ruptura maciça da paz e da segurança internacionais.²⁴

Quando um país nega sua intenção de se aproveitar de um conflito entre duas outras partes, ele está, na realidade, sinalizando que tem a capacidade de fazê-lo e que ambas as partes bem fariam em preservar essa neutralidade. Igualmente, quando expressa a sua “profunda preocupação” com uma contingência militar, está transmitindo que auxiliará — de maneira ainda não especificada — a vítima daquilo que definir como agressão. Nixon foi único, entre os presidentes americanos do século XX, ao demonstrar, desse modo, sua presteza em apoiar um país com o qual os Estados Unidos não tinham relações diplomáticas havia 20 anos, com o qual seu governo ainda não tivera nenhum contato em nenhum nível e cujos diplomatas e imprensa difamavam o “imperialismo” americano em cada esquina. Isso marcava o retorno dos Estados Unidos ao mundo da *Realpolitik*.

Para enfatizar a nova abordagem, a importância da melhoria das relações entre a China e os Estados Unidos foi ressaltada em cada um dos relatórios presidenciais anuais sobre política externa. Em fevereiro de 1970 — antes de haver qualquer contato direto entre Washington e Pequim —, o relatório pregava negociações práticas com a China e salientava que os Estados Unidos não entrariam em

conluio com a União Soviética contra a China. Isso era, obviamente, o reverso da advertência a Moscou; ficava implícito que Washington tinha essa opção caso fosse empurrada nesse sentido. O relatório de fevereiro de 1971 repetiu a disposição dos Estados Unidos em estabelecer contato com a China e reassegurou à China que os Estados Unidos não tinham intenções hostis:

Estamos preparados para estabelecer um diálogo com Pequim. Não podemos aceitar seus preceitos ideológicos, nem a noção de que a China Comunista deve ter a hegemonia sobre a Ásia. Mas também não desejamos impor à China uma posição internacional que lhe negue os legítimos interesses nacionais.²⁵

Mais uma vez o relatório reiterava a neutralidade dos Estados Unidos no conflito entre os dois principais centros comunistas:

Nada faremos para inflamar este conflito — nem para estimulá-lo. É absurdo crer que pudéssemos entrar em conluio com uma das partes contra a outra [...]

Ao mesmo tempo, não podemos permitir que a China Comunista ou a União Soviética ditem nossas políticas e nossa conduta em relação à outra [...] Teremos de julgar a China, como também a União Soviética, não por sua retórica, mas por seus atos.²⁶

A ostensiva recusa ao conluio com qualquer dos gigantes comunistas serviu como convite para que cada qual melhorasse suas relações com Washington e como advertência a elas quanto às consequências da hostilidade continuada. Na medida em que a China e a União Soviética calculassem que ambas precisavam da boa vontade americana ou temessem uma aproximação americana com o adversário, ambas teriam bom motivo para melhorar suas relações com Washington. E ficava dito às duas, da maneira mais direta possível, que o pré-requisito para laços mais próximos com Washington era a abstenção de ameaças aos interesses vitais americanos.

No final, foi mais fácil definir uma arquitetura nova para as relações com a China do que construí-la. O afastamento entre os Estados Unidos e a China fora tão absoluto que nenhum sabia como

contatar o outro, ou como encontrar um vocabulário comum com que se pudesse garantir à outra parte que o restabelecimento de relações amigáveis não era uma armadilha.

A China apresentou uma dificuldade maior, em parte porque a diplomacia de Pequim era tão sutil e indireta que muita coisa escapou à nossa compreensão em Washington. Em 1º de abril de 1969 —, dois meses depois de Nixon ter tomado posse como presidente — Lin Piao, ministro da defesa da China, que estava para ser nomeado herdeiro de Mao, em uma comunicação ao 9º congresso nacional do partido comunista, abandonou a designação, até então padrão, dos Estados Unidos como principal inimigo da China. Quando Lin Piao citou a União Soviética como uma ameaça semelhante, a precondição fundamental da diplomacia triangular estava preenchida. Lin Piao reafirmou, também, a declaração feita por Mao, em 1965, ao jornalista Edgar Snow — que a China não tinha tropas além das suas fronteiras nem intenção de lutar contra ninguém, a não ser que seu território fosse atacado.

Entre as razões por que os sinais de Mao passaram despercebidos estava o fato de que os chineses superestimaram muito a importância de Edgar Snow nos Estados Unidos. Snow, um jornalista americano desde muito simpatizante dos comunistas chineses, era tido pelos líderes em Pequim como dono de uma credibilidade especial nos Estados Unidos, no tocante a assuntos chineses. Mas Washington considerava-o instrumento comunista e não tinha a disposição de confiar-lhe os seus segredos. O gesto de Mao de colocar Snow a seu lado no palanque do desfile do Dia da Independência chinês, em outubro de 1970, passou em brancas nuvens por nós. Como também uma entrevista que Mao concedeu a Snow, em dezembro de 1970, durante a qual convidou Nixon a visitar a China como turista ou como presidente americano. Embora Mao ordenasse que sua intérprete passasse suas anotações a Snow (a fim de comprovar *bona fides*), Washington jamais soube do convite, até que a visita de Nixon já estava organizada por meio de outros canais, vários meses depois.

Nesse ínterim, contatos diplomáticos entre os Estados Unidos e a China recomeçaram em Varsóvia, em dezembro de 1969. Não resultaram mais satisfatórios do que haviam sido no passado. Nixon dera instruções a Walter Stoessel, embaixador americano em Varsóvia, homem extremamente capaz e discreto, para aproximar-se do *chargé*, na primeira função social em que os dois se encontrassem, e convidá-lo a retomar as conversas diplomáticas. A oportunidade de Stoessel surgiu em 3 de dezembro de 1969, num estranho local — um show de moda iugoslava, em curso no Palácio de Cultura de Varsóvia. O *chargé* chinês, inteiramente sem instruções para a contingência de ser abordado por um diplomata americano, de início fugiu. Só quando Stoessel, finalmente, botou seu intérprete contra a parede, a mensagem pôde ser transmitida. Em 11 de dezembro, o *chargé* agora tinha recebido instruções de como lidar com os americanos e convidou Stoessel à embaixada chinesa para um recomeço das conversas com Varsóvia.

O impasse surgiu quase imediatamente. A agenda habitual de ambas as partes não se prestava à exploração de questões geopolíticas que, do ponto de vista de Nixon — e, soubemos depois, também de Mao e de Chou — decidiriam o futuro das relações sino-americanas. Além disso, essas questões estavam sendo filtradas do lado americano, passando por um processo confuso de consulta com o congresso e com aliados essenciais, coisa que tornava inevitável um avanço, se avanço houvesse, tedioso e sujeito a muitos vetos.

Resultou que as conversas de Varsóvia produziram mais controvérsias dentro do governo americano que nos encontros entre as partes. Nixon e eu ficamos até um pouco aliviados quando soubemos que a China estava interrompendo as conversas diplomáticas, como protesto pelo ataque dos Estados Unidos aos santuários cambojanos, em maio de 1970. A partir daí, ambos os lados passaram a sondar por um canal mais flexível. O governo paquistanês, eventualmente, propiciou esta oportunidade. O ritmo acelerado das conversas culminou em minha viagem secreta a Pequim em julho de 1971.

Eu não poderia ter encontrado um grupo de interlocutores mais receptivos ao estilo de diplomacia de Nixon que os líderes chineses. Como Nixon, eles consideravam a agenda tradicional de importância secundária e estavam, acima de tudo, preocupados em explorar se a cooperação, baseada em interesses congruentes, era possível. Essa foi a razão por que, mais tarde, uma das primeiras observações de Mao a Nixon foi: “A questão pequena é Taiwan; a questão grande é o mundo”.

O que os líderes chineses queriam era a garantia de que os Estados Unidos não colaborariam com o Kremlin na Doutrina de Brejnev; o que Nixon precisava saber era se a China poderia cooperar com os Estados Unidos para impedir a ofensiva geopolítica soviética. Os objetivos de cada lado eram essencialmente conceituais, embora, mais cedo ou mais tarde, tivessem de ser traduzidos em diplomacia prática. Um senso de interesse comum teria de emergir da capacidade de persuasão da apresentação da visão de mundo de cada parte — tarefa para a qual Nixon era extremamente bem preparado.

Por esses motivos, as primeiras etapas do diálogo sino-americano concentraram-se na engrenagem de conceitos e abordagens fundamentais. Mao, Chou e, posteriormente, Deng eram personalidades extraordinárias. Mao era o revolucionário, visionário, implacável, impiedoso e, às vezes, assassino; Chou, o administrador elegante, charmoso e brilhante; e Deng, o reformador de convicções elementares. Os três refletiam uma tradição comum de análise cuidadosa e de destilação das experiências de um país antigo, com instinto para diferenciar entre o permanente e o tático.

Seu estilo de negociação era o máximo imaginável diferente do estilo de seus correspondentes soviéticos. Diplomatas soviéticos quase nunca entravam em questões conceituais. Sua tática era selecionar um problema de interesse imediato para Moscou e lavrar insistentemente em sua resolução, com uma obstinada persistência destinada a esgotar seus interlocutores, em vez de persuadi-los. A insistência e a veemência, com que os negociadores soviéticos apresentavam o consenso do *politburo*, refletiam a disciplina brutal e

as tensões internas da política soviética, transformando a política de alto nível num exaustivo comércio varejista. Gromyko foi a quintessência desse método de diplomacia externa.

Os líderes chineses representavam uma sociedade emocionalmente muito mais segura. Estavam mais interessados em desenvolver a confiança, que em delinear meticulosamente pontos específicos. No encontro de Nixon com Mao, o líder chinês não perdeu tempo em assegurar ao presidente que a China não usaria força contra Taiwan. “Podemos nos virar sem eles (Taiwan) no momento, deixe que venham daqui a 100 anos”.²⁷ Mao não pediu nenhuma reciprocidade por essa garantia que os Estados Unidos haviam buscado por 20 anos.

Quando eu redigia o Comunicado de Xangai com Chou En-Lai, a certa altura propus trocar-se uma expressão ofensiva do texto chinês para algo, na versão americana, a que Chou poderia fazer objeções. “Jamais iremos a lugar algum dessa maneira”, replicou ele. “Se você convencer-me por que nossa expressão é ofensiva, eu a trocarei para você”.

A atitude de Chou não foi produto de boa vontade abstrata, mas da percepção segura do longo prazo. Naquele momento, a China precisava gerar confiança; marcar ponto em debates seria contra seus interesses. De acordo com Mao, a principal ameaça à segurança era a União Soviética: “Presentemente, a questão da agressão partindo dos Estados Unidos ou da China é relativamente pequena [...] Vocês desejam levar algumas das vossas tropas de volta à casa; as nossas não vão para o exterior”.²⁸ Em outras palavras, a China não temia os Estados Unidos, nem mesmo na Indochina; ela não desafiaria interesses vitais americanos (independentemente daquilo que os Estados Unidos pudessem fazer no Vietnã) e estava preocupada com as ameaças oriundas da União Soviética (e transpirou mais tarde do Japão). Para ressaltar sua ênfase sobre o equilíbrio global, Mao descartou seus próprios pronunciamentos anti-imperialistas como “canhões vazios”.

A natureza conceitual da abordagem facilitou os nossos primeiros encontros. Em fevereiro de 1972, Nixon assinou o Comunicado de Xangai, que orientaria as relações sino-americanas durante a década seguinte. O comunicado apresentou uma característica inédita: mais da metade do seu texto era voltado para os pontos de vista conflitantes entre os dois lados, no que dizia respeito à ideologia, a questões internacionais, Vietnã e Taiwan. De maneira curiosa, o catálogo de divergências conferiu maior significado àqueles assuntos sobre os quais as partes concordavam. Estes afirmavam que:

- o avanço para a normalização das relações entre a China e os Estados Unidos é de interesse de todos os países;
- ambos desejam reduzir o perigo de conflitos militares internacionais;
- nenhuma das partes deve buscar hegemonia na região Ásia-Pacífico, e cada qual se opõe a tentativas de qualquer outro país, ou grupo de países, para estabelecer tal hegemonia; e
- nenhuma das partes se propõe a negociar em nome de qualquer terceira parte, ou a entrar, com a outra parte, em acordos ou entendimentos referentes a outros estados.²⁹

Despidos do jargão diplomático, estes acordos significavam, no mínimo, que a China nada faria para exacerbar a situação na Indochina ou na Coreia, que nem a China nem os Estados Unidos cooperariam com o bloco soviético e que ambos se oporiam a qualquer tentativa, por parte de qualquer país, para ganhar a dominação da Ásia. Considerando que a União Soviética era o único país capaz de dominar a Ásia, uma aliança tácita para bloquear o expansionismo soviético na Ásia estava em formação (não muito diferente da Entente Cordiale entre a Inglaterra e a França em 1904, e entre a Inglaterra e a Rússia em 1907).

Em um ano, esse entendimento entre os Estados Unidos e a China tornou-se mais explícito e mais global: num comunicado de fevereiro de 1973, a China e os Estados Unidos concordaram em reagir (uma promoção para o “opor” do Comunicado de Xangai) *conjuntamente* (um grau acima de “ações separadas”) à tentativa de

qualquer país estabelecer uma dominação *mundial* (subiu de grau o “asiática”). No curto intervalo de um ano e meio, as relações sino-americanas haviam passado do isolamento e da hostilidade estridente para a aliança de *fato*, contra ameaça maior.

O Comunicado de Xangai e a diplomacia que levou a ele possibilitaram ao governo Nixon pôr de pé o que chamou, com certa grandiloquência, uma nova estrutura de paz. Assim que a abertura dos Estados Unidos à China foi anunciada, o padrão das relações internacionais mudou dramaticamente. Mais tarde essas relações com a China foram chamadas no Ocidente a “carta chinesa”, como se a política dos duros líderes que governavam da Cidade Proibida pudesse ser elaborada em Washington. Na realidade, a “carta chinesa” ou se jogou sozinha ou não existiu. O papel da política americana foi de estabelecer uma estrutura que refletisse a disposição de cada país em apoiar o outro, onde os interesses nacionais coincidissem.

Na análise de Nixon e seus assessores, se a China tivesse mais a temer da União Soviética que dos Estados Unidos, o interesse a impeliria a cooperar com os Estados Unidos. Pelo mesmo critério, a China não fez sua oposição ao expansionismo soviético como um favor aos Estados Unidos, embora esta atendesse tanto aos objetivos chineses quanto aos americanos. Mesmo impressionado, como estava, com a clareza de pensamento dos líderes chineses — especialmente do primeiro-ministro Chou En-Lai —, Nixon não tinha nenhum interesse em colocar os Estados Unidos, inequivocamente, em qualquer um dos lados do conflito entre a China e a União Soviética. A posição de negociação dos Estados Unidos seria mais forte, quando os Estados Unidos estivessem mais próximos dos dois gigantes comunistas, do que estes entre si.

A abertura americana para a China é um bom estudo de caso do papel das personalidades na condução da política externa. O que a posteridade compreende como uma nova política, em geral resulta de uma série de atos mais ou menos aleatórios, que tornam difícil distinguir entre o que foi escolha consciente e o que foi pura e simplesmente *momentum*. Como as relações sino-americanas

recorreram após 20 anos de um desligamento quase total, tudo era inteiramente novo, portanto mais expressivo, em termos do que aconteceu posteriormente. Para ambas as partes, a necessidade ditou o *rapprochement*, e a ação teria de ser empreendida sem atentar a quem governasse qualquer dos países. Mas a suavidade e a rapidez com que a reaproximação se fez, e a dimensão que assumiu, foram devidas à grande sutileza e vontade dos líderes de ambos os lados que a fizeram acontecer e, especialmente do lado americano, pela ênfase inédita na análise dos interesses nacionais.

Mao, o comunista devoto, transpirava a autoconfiança de saber que era o herdeiro de uma tradição de autogoverno ininterrupta que abrangia três milênios. Após submeter o seu imenso país à grande bebedeira ideológica e incrível sangria da Revolução Cultural, Mao estava, então, no processo de impregnar a política externa chinesa de um certo espírito prático. Durante séculos, o Império do Meio garantia sua segurança jogando bárbaros distantes contra vizinhos imediatos. Profundamente preocupado com o expansionismo soviético, Mao adotou a mesma estratégia em sua abertura aos Estados Unidos.

Nixon não estava interessado nos motivos de Mao. Sua meta era recuperar a iniciativa americana em política externa. Ao tentar o que chamava uma era de negociações entre a União Soviética e os Estados Unidos, a fim de superar o trauma do Vietnã, Nixon não confiou em relações pessoais nem na conversão dos soviéticos, mas num equilíbrio de incentivos, como forma de tornar o Kremlin mais maleável.

Após a abertura americana para a China, a União Soviética enfrentou o desafio em duas frentes — a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Ocidente e a China no Oriente. Num período que foi, sob outros aspectos, um ponto alto da autoconfiança soviética e um ponto baixo da americana, o governo Nixon conseguiu embaralhar novamente as cartas. Continuou tomando as providências para que uma guerra geral fosse por demais arriscada para os soviéticos. Após a abertura com a China, as pressões soviéticas, abaixo do nível de uma guerra geral, ficaram

igualmente muito arriscadas, pois continham o potencial de acelerar o temido restabelecimento de relações amigáveis sino-americanas. Uma vez que os Estados Unidos se abriram à China, a melhor opção da União Soviética passou a ser a sua própria distensão com os Estados Unidos. Na teoria de que talvez ele tivesse mais a oferecer aos Estados Unidos que a China, o Kremlin imaginou até mesmo conseguir manobrar os Estados Unidos a uma quase aliança contra a China, que Brejnev inabilmente propôs a Nixon, em 1973 e em 1974.³⁰

Em sua nova abordagem da política externa, os Estados Unidos não estavam dispostos a apoiar o mais forte contra o mais fraco, em qualquer situação de equilíbrio de poder. Como país com maior capacidade física para perturbar a paz, a União Soviética seria induzida a abafar crises existentes e a não provocar novas convulsões, diante da ameaça em duas frentes. E a China, que tinha a sua própria capacidade de abalar o equilíbrio asiático, seria contida pela necessidade da boa vontade americana, para pôr limites no aventureirismo soviético. No meio disso, o governo Nixon tentaria solucionar questões práticas com a União Soviética, enquanto dialogasse sobre conceitos globais com os chineses.

Embora a maioria dos especialistas soviéticos tivesse advertido Nixon de que boas relações com a China azedariam as relações soviético-americanas, o contrário aconteceu. Antes de minha viagem secreta à China, Moscou estava protelando, havia mais de ano, uma reunião de cúpula entre Brejnev e Nixon. Por meio de uma espécie de *linkage* ao contrário, tentava tornar o encontro dependente de toda uma lista de condições. Então, um mês após minha visita a Pequim, o Kremlin mudou de ideia e convidou Nixon a visitar Moscou. Todas as negociações soviético-americanas começaram a acelerar-se a partir do momento em que os líderes soviéticos desistiram de extrair concessões unilaterais.

Nixon foi o primeiro presidente, desde Theodore Roosevelt, a conduzir a política externa americana em busca dos interesses nacionais. O inconveniente dessa abordagem era sua falta de ressonância emocional junto ao povo americano. Embora Nixon

falasse de uma estrutura de paz, estruturas são conceitos que, por si, não evocam entusiasmos nos corações e mentes de uma sociedade — especialmente a sociedade imbuída do tradicional convencimento americano de excepcionalismo. Tampouco, os interesses nacionais são tão evidentes por si próprios, como ficava a impressão dos vários relatórios presidenciais sobre política externa. Na ausência de uma tradição bem estabelecida, os grupos americanos de liderança não se sentem tão à vontade com o conceito de interesses nacionais como, digamos, os da Inglaterra, da França ou da China. Mesmo nas melhores e mais tranquilas circunstâncias, grande parte do mandato presidencial seria consumida para estabelecer uma tradição de política externa baseada na abordagem de Nixon.

Em seu primeiro mandato, Nixon teve poucas oportunidades para essa tarefa educativa, pois a sociedade estava tomada por protestos e convencida de que o governo dos Estados Unidos estava absorto na ameaça do comunismo. Desde o início, o segundo mandato de Nixon viu-se arruinado por Watergate. Um presidente a enfrentar um *impeachment* não tinha como ser aceito como líder de um esforço para remodelar o pensamento tradicional.

Sucedee, também, que Nixon e seus associados haviam apresentado sua abordagem de maneira extremamente dissonante com as tradições ideológicas dos Estados Unidos. Vinte anos antes, John Foster Dulles revestira suas análises realistas com a retórica do excepcionalismo; dez anos depois, Ronald Reagan, ao impregná-la de um espírito idealista, levaria o público americano a apoiar uma política externa que, em seus detalhes operacionais, não diferia nada daquela de Nixon. Governando na era do Vietnã, o dilema de Nixon era de que a retórica de Dulles — ou de Reagan — seria como atirar gasolina no fogo. Acontece também que, mesmo em épocas mais tranquilas, Nixon era provavelmente demasiado cerebral para adotar o estilo retórico de Dulles ou Reagan.

Quando os resultados da abordagem externa de Nixon passaram a ser vistos como nada mais que a obrigação, e os perigos que ela evitara saíram de cena, a abordagem de Nixon (e minha)

tornou-se cada vez mais controversa. Sem Watergate, Nixon talvez tivesse sido capaz de arregimentar o país para o seu estilo de diplomacia e mostrar que era, de fato, o meio mais realista de cumprir o idealismo americano. Mas a combinação de Vietnã com Watergate impediu um novo consenso. Embora Nixon tenha conseguido, a despeito da tragédia da Indochina, conduzir o país a uma posição internacional dominante, seu segundo mandato assistiu um debate incrivelmente explosivo sobre o papel de sua nação no mundo e, especialmente, da atitude da nação em relação ao comunismo.

Détente e desgosto



Ao extrair os Estados Unidos da sangueira desmoralizante do Vietnã e concentrar a nação novamente em questões internacionais mais amplas, o governo Nixon buscou forjar o que chamou com certa grandiloquência de “estrutura de paz”. A relação triangular entre os Estados Unidos, a União Soviética e a China preparou o caminho para uma série de evoluções significativas: o fim da Guerra do Vietnã, o acordo que garantiu acesso à dividida Berlim, uma redução drástica da influência soviética no Oriente Médio com o início do processo de paz árabe-israelense, e a Conferência Europeia de Segurança (que se completou no governo Ford). Cada um desses eventos contribuiu para os outros. A “ligação” funcionou a todo vapor.

A *détente* introduziu nova fluidez na diplomacia europeia, virtualmente petrificada desde a consolidação das esferas de influência Leste-Oeste, em 1961. Até Willy Brandt ser eleito chanceler; em setembro de 1969, sucessivos governos alemães ocidentais haviam sustentado que o único governo alemão legítimo estava em Bonn. A República Federal recusava-se a reconhecer o regime alemão oriental e rompia relações diplomáticas com quaisquer governos (exceto a Rússia) que concedessem o reconhecimento — a chamada Doutrina Hallstein.

Depois que o Muro de Berlim foi levantado, em 1961, a unificação alemã gradualmente desapareceu da agenda de negociações Leste-Oeste e a busca alemã de unidade foi

interrompida. Durante estes anos, De Gaulle explorou a possibilidade de negociar com Moscou, em separado dos Estados Unidos, ao proclamar uma política de “*détente*, entente e cooperação” com a Europa Oriental. Era sua esperança que, se Moscou visse a Europa como um agente livre, e não um satélite americano, os líderes do Kremlin, devido aos seus problemas com a China, poderiam ser levados a relaxar o controle sobre a Europa Oriental. De Gaulle desejava que a Alemanha Ocidental, até certo ponto, se afastasse de Washington e seguisse a França na *démarche* com os soviéticos.

De Gaulle fez a análise correta, embora tenha superestimado a capacidade de a França explorar a situação mundial mais fluida. A República Federal não iria dar as costas aos poderosos Estados Unidos. Não obstante, o conceito de De Gaulle foi absorvido por alguns líderes alemães, para quem a República Federal talvez tivesse alguns trunfos de que Paris carecia. Brandt, que servia como ministro do exterior alemão, quando o general começou seu jogo, pegou o significado da visão de De Gaulle. Os alemães favoráveis à iniciativa de De Gaulle, lembrou ele,

não perceberam que o general não lhes seguiria os sonhos de um dissuasor nuclear europeu (ele era muito contrário à participação alemã). Também não computaram o fato de que ele estava propondo uma política de *détente*, que jamais poderia ser apoiada pela ala direita da União (o partido conservador alemão) e abria na realidade, em muitos aspectos, o caminho para a nossa subsequente *Ostpolitik*.¹

A invasão soviética da Tchecoslováquia, em 1968, pôs um fim na iniciativa de De Gaulle, porém, ironicamente, abriu a porta para Brandt, quando chegou sua vez de governar a Alemanha Ocidental, em 1969.

Brandt apresentou a surpreendente tese de que confiar no Ocidente produzira o impasse, e a unificação deveria ser tentada mediante o restabelecimento de relações amigáveis com o mundo comunista. Recomendou ao país reconhecer o satélite alemão oriental, aceitar a fronteira com a Polônia (na linha Oder-Neisse) e melhorar as relações com a União Soviética. Relaxado o ambiente

Leste-Oeste, a União Soviética talvez se mostrasse menos rígida quanto à unificação. No mínimo, a vida do povo alemão oriental poderia melhorar.

De início, o governo Nixon fez muitas ressalvas ao que Brandt chamou *Ostpolitik*, a política com o Leste. Com cada estado alemão tentando seduzir o outro, eles poderiam, no fim, entender-se sobre algum programa nacionalista e neutro, como receram Adenauer e De Gaulle. A República Federal tinha o sistema político e social mais atraente; os comunistas tinham a vantagem de que o reconhecimento do seu estado, uma vez feito, era irreversível e ele teria a chave da unificação. Acima de tudo, o governo Nixon temia pela unidade do Ocidente. De Gaulle já rompera a frente unida do Ocidente perante Moscou, ao retirar a França do comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e buscar sua própria política de *détente* com o Kremlin. Washington via com apreensão o espectro de uma Alemanha Ocidental a tratar de si mesma.

Contudo, ganhando força a iniciativa de Brandt, Nixon e seus assessores passaram a ver que, quais fossem as armadilhas da *Ostpolitik*, a alternativa era ainda mais arriscada. Estava cada vez mais óbvio que a Doutrina Hallstein era insustentável. Em meados dos anos 1960, Bonn adaptou-a no tocante aos governos comunistas europeus orientais, com o argumento de pé-quebrado de que eles não eram livres para tomar suas próprias decisões.

Mas o problema era mais grave. Na década de 1960, era inconcebível Moscou permitir que seu satélite alemão oriental entrasse em colapso sem uma grande crise. E qualquer crise que resultasse da insistência da Alemanha em suas aspirações nacionais — ou pudesse ser apresentada dessa maneira — continha o forte potencial de dividir a Aliança Ocidental. Nenhum aliado queria correr o risco de uma guerra pela unificação de um país que causara o sofrimento da guerra anterior. Não houve corrida às barricadas quando Nikita Krushev ameaçou entregar aos comunistas da Alemanha Oriental as vias de acesso a Berlim. Os aliados ocidentais, sem exceção, haviam consentido na construção do muro que dividia

Berlim e simbolizava a partição da Alemanha. Durante anos, as democracias haviam louvado a unidade alemã sem fazer nada por ela. Esse método esgotara suas possibilidades. A política alemã da Aliança Atlântica estava falindo.

Nixon e seus conselheiros passaram, então, a aceitar a *Ostpolitik* como necessária, mesmo achando que Brandt — ao contrário de Adenauer — jamais tivera uma ligação emocional com a Aliança Atlântica. Só havia três potências capazes de destruir o *status quo* do pós-guerra na Europa — as duas superpotências e a Alemanha, se decidisse subordinar tudo à unificação. Na década de 1960, a França de De Gaulle tentara desfazer as esferas de influência e fracassara. Mas se a Alemanha, a economia mais forte da Europa e o país com os maiores agravos territoriais, tentasse dismantelar a ordem do pós-guerra, as consequências seriam realmente sérias. Quando Brandt se mostrou disposto às suas próprias aberturas com o Leste, o governo Nixon concluiu que os Estados Unidos deveriam apoiá-la, ao contrário de obstruir seus esforços e correr o risco de desobrigar a República Federal dos laços com a Otan e das restrições da Comunidade Europeia.

Ademais, o apoio à *Ostpolitik* deu aos Estados Unidos a alavancagem necessária para encerrar uma crise de 20 anos em Berlim. O governo Nixon insistiu no *link* entre a *Ostpolitik* e o acesso a Berlim, e entre essas duas questões e uma maior discricção geral soviética. Como a *Ostpolitik* baseava-se em concessões alemãs concretas — reconhecimento da linha Oder-Neisse e do regime alemão oriental, em troca de intangíveis, como relações melhores —, Brandt jamais obteria aprovação parlamentar, a não ser que novas garantias concretas para o acesso a Berlim e sua liberdade estivessem “ligadas” a ela. Caso contrário, Berlim estaria sujeita à importunação comunista, 180 quilômetros dentro do satélite alemão oriental, cuja soberania estaria agora reconhecida pela comunidade internacional — a própria situação que Stalin e Krushev haviam tentado criar por meio de bloqueios e ultimatos. Ao mesmo tempo, Bonn não tinha força bastante para assumir sozinha a questão de Berlim. Só os Estados Unidos podiam resistir às pressões potenciais

inerentes à distância de Berlim e ter influência diplomática para produzir uma mudança nos procedimentos de acesso.

O *status* legal de Berlim, como enclave distante no território controlado pelos soviéticos, baseava-se na ficção legal de que ela era tecnicamente “ocupada” pelos quatro vencedores da Segunda Guerra Mundial. Negociações referentes a Berlim tinham de ser entre Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. No seu devido tempo, tanto o governo soviético quanto Brandt (por intermédio do seu confidente Egon Bahr, homem extremamente hábil) aproximaram-se de Washington, buscando ajuda para romper o impasse. Numa difícil negociação, chegou-se a um novo acordo entre as quatro potências, no verão de 1971, garantindo a liberdade de Berlim Ocidental e o acesso ocidental à cidade. Daí em diante, Berlim desapareceu da lista de crises. Em sua aparição seguinte na agenda mundial, o muro veio abaixo e a República Democrática Alemã desapareceu.

Além do acordo sobre Berlim, a *Ostpolitik* de Brandt produziu tratados de amizade entre a Alemanha Ocidental e a Polônia, entre as Alemanhas Ocidental e Oriental, e entre a Alemanha Ocidental e a União Soviética. Os soviéticos daram tanta importância à aceitação das fronteiras da Alemanha Ocidental desenhadas por Stalin indicava, na verdade, fraqueza e insegurança. A República Federal, um estado provisório, não iria desafiar uma superpotência nuclear. Ao mesmo tempo, esses tratados levavam os soviéticos a uma conduta mais contida, pelo menos enquanto eram negociados e ratificados. Com os tratados no parlamento alemão ocidental, os soviéticos abstiveram-se de qualquer coisa que pudesse pôr em risco sua aprovação; depois, foram cautelosos para não conduzirem a Alemanha de volta à política de Adenauer. Assim, quando Nixon decidiu minar os portos norte-vietnamitas e recomeçar com o bombardeio de Hanói, a resposta de Moscou foi em surdina. Enquanto Nixon esteve internamente forte, a *détente* ligou com êxito todas as questões entre o Leste e o Oeste pelo mundo. Se os soviéticos fossem colher os benefícios da distensão, também teriam de contribuir com a *détente*.

Se, na Europa Central, o governo Nixon pôde ligar várias negociações umas às outras, no Oriente Médio ele utilizou a *détente* como rede de segurança, enquanto baixava a influência política da União Soviética. Nos anos 1960, a União Soviética se tornara a principal fornecedora de armas para a Síria e o Egito e suporte técnico para grupos árabes radicais. Em foros internacionais, a União Soviética agia como porta-voz da posição árabe e, muitas vezes, dos seus pontos de vista mais radicais.

Enquanto esse padrão continuasse, o progresso diplomático seria atribuído ao apoio soviético, e o impasse corria o risco das crises repetidas. O impasse somente poderia ser interrompido se todas as partes tivessem de enfrentar a realidade geopolítica do Oriente Médio: de que Israel era forte demais (ou poderia tornar-se) para ser derrotado, mesmo pela combinação de todos os seus vizinhos, e que os Estados Unidos não permitiriam a intervenção soviética. O governo Nixon insistiu, então, que todas as partes, não somente seus aliados, mostrassem disposição de fazer sacrifícios, antes que os Estados Unidos entrassem no processo de paz. A União Soviética tinha uma grande capacidade de elevar o nível das tensões, mas não possuía os meios de concluir crises ou de promover diplomaticamente as causas dos seus amigos. Ela podia ameaçar intervir, como fizera em 1956, mas a experiência indicava a tendência soviética para recuar diante da oposição americana.

A chave da paz no Oriente Médio, portanto, estava em Washington, não em Moscou. Se os Estados Unidos jogassem bem suas cartas, a União Soviética seria obrigada a contribuir para uma solução correta ou um dos clientes árabes voltaria as costas aos soviéticos e iria em direção aos Estados Unidos. Em qualquer dos casos, a influência soviética entre os estados árabes radicais seria reduzida. Essa foi a razão por que, no início do primeiro mandato de Nixon, senti-me seguro para dizer a um jornalista que o novo governo tentaria eliminar a influência soviética do Oriente Médio. Embora essa descuidada observação criasse furor, ela descreveu com precisão a estratégia que o governo Nixon estava por executar.

Não notando seu dilema estratégico, os líderes soviéticos tentaram atrair Washington a apoiar resultados diplomáticos que fortaleceriam a posição soviética no mundo árabe. Mas, enquanto a União Soviética continuasse fornecendo aos estados radicais do Oriente Médio a maioria das suas armas, e seus programas diplomáticos fossem idênticos, os Estados Unidos não tinham o menor interesse em colaborar com Moscou — embora nem sempre isso fosse claro para quem considerava a cooperação com a União Soviética um fim em si mesmo. Na perspectiva de Nixon e seus assessores, a melhor estratégia era demonstrar que a capacidade da União Soviética de fomentar crises não se equiparava à sua habilidade em solucioná-las. A moderação árabe seria encorajada, recompensando-se os líderes árabes responsáveis com o apoio americano quando suas queixas fossem legítimas. A União Soviética, então, tomava parte ou era removida para a periferia diplomática do Oriente Médio.

Na busca desse objetivo, os Estados Unidos adotaram duas políticas complementares: bloquear todos os movimentos árabes resultantes do apoio militar soviético ou que envolvessem uma ameaça militar soviética e assumir o processo de paz, quando a frustração com o impasse levava alguns importantes líderes árabes a se dissociarem da União Soviética e voltarem-se para os Estados Unidos. Essas condições emergiram após a Guerra do Oriente Médio, de 1973.

Até então, os Estados Unidos tiveram de trilhar um caminho acidentado. Em 1969, o secretário Rogers apresentou um plano — que depois recebeu seu nome —, que endossava as fronteiras de 1967 de Israel com algumas retificações “menores”, em troca de um amplo acordo de paz. O plano teve o destino habitual das iniciativas tomadas antes que a realidade houvesse mudado: Israel rejeitou-o, recusando-se a aceitar o delineamento das fronteiras; os países árabes rejeitaram-no porque não estavam preparados para assumir um compromisso com a paz (por mais vago que isso pudesse ser).

Sérios confrontos militares ocorreram em 1970. O primeiro foi ao longo do canal de Suez, quando o Egito iniciou a chamada guerra

de atrito contra Israel. Israel retaliou com fortes ataques aéreos ao interior do Egito, e a União Soviética respondeu instalando um grande sistema de defesa aérea no Egito, guarnecido por cerca de 15 mil soviéticos.

Os perigos não se limitavam ao Egito. Mais tarde naquele mesmo ano, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que estabelecera quase um estado dentro do estado na Jordânia, sequestrou quatro aviões, levando-os para a Jordânia. O rei Hussein ordenou, em razão disso, que seu exército atacasse a OLP e expulsasse os seus líderes do país; a Síria invadiu a Jordânia e Israel mobilizou-se. O Oriente Médio parecia à beira de uma guerra. Os Estados Unidos reforçaram maciçamente suas forças navais no Mediterrâneo e deixaram claro que não tolerariam quaisquer intervenções externas. Logo tornou-se evidente que a União Soviética não correria um risco de confrontação com os Estados Unidos. A Síria retirou-se e a crise terminou, embora não sem primeiro mostrar ao mundo árabe qual a superpotência mais relevante para a configuração futura daquela área.

O primeiro sinal de que a estratégia de Nixon estava produzindo efeito chegou em 1972. O presidente egípcio Anwar Sadat dispensou todos os seus conselheiros militares soviéticos e solicitou que os técnicos soviéticos deixassem o país. Ao mesmo tempo, contatos diplomáticos secretos entre Sadat e a Casa Branca começaram, embora fossem limitados, primeiro pela eleição presidencial americana e depois por Watergate.

Em 1973, o Egito e a Síria foram à guerra contra Israel. Israel e os Estados Unidos foram completamente apanhados de surpresa, prova de quanto os preconceitos condicionam as estimativas da inteligência.² A avaliação americana era tão influenciada pela convicção da vasta superioridade israelense que todos os avisos árabes foram desprezados como blefes. Não houve provas de que a União Soviética tenha encorajado o Egito e a Síria à guerra, e Sadat contou-nos posteriormente que os soviéticos pressionaram por um cessar-fogo desde o início. O suprimento soviético para seus amigos

árabes não foi nem remotamente comparável em extensão e impacto ao socorro aéreo americano a Israel.

Quando a guerra terminou, os exércitos árabes haviam lutado melhor que em qualquer conflito anterior. Mas Israel cruzara o canal de Suez, chegando a cerca de 30 quilômetros do Cairo, e havia ocupado território sírio até os arredores de Damasco. O apoio americano seria necessário, primeiro para restaurar o *status quo ante* e depois para trabalhar a paz.

O primeiro líder árabe a reconhecer isso foi Sadat, que abandonou sua linha anterior de tudo ou nada e voltou-se de Moscou para Washington por ajuda, num lento processo em direção à paz. Até mesmo o presidente sírio Hafez Assad, considerado o mais radical entre os dois e o mais próximo da União Soviética, apelou à diplomacia americana no tocante ao Golan. Em 1974, houve acordos provisórios com o Egito e a Síria que deram início a um processo de retirada israelense em troca de garantias árabes de segurança. Em 1975, Israel e Egito concluíram um segundo acordo de desocupação. Em 1979, Egito e Israel assinaram um acordo formal de paz sob a égide do presidente Carter. Todos os governos americanos desde então têm dado muitas contribuições ao processo de paz, inclusive a primeira negociação direta entre árabes e israelenses, organizada pelo secretário de estado James Baker, em 1991, e um acordo palestino-israelense sob o patrocínio de Clinton, em setembro de 1993. O Kremlin não teve papel significativo em nenhuma dessas iniciativas.

Estas páginas não abordam detalhes da diplomacia do Oriente Médio, visto estarem centradas em como os Estados Unidos usaram seu relacionamento com Moscou para reduzir a influência soviética no Oriente Médio sem provocar uma grande crise. No debate dos anos 1970, os críticos de Nixon ridicularizaram seu suposto desejo de meter a União Soviética em acordos apenas pelos acordos, por uma distensão ilusória. Contudo, a diplomacia de Nixon para o Oriente Médio ilustrava bem como Nixon e seus assessores viam a estrutura da paz que o presidente tão seguidamente invocava. Não era uma tentativa fantasiosa de gerar a cooperação vazia, mas um

método de competição geopolítica. A estratégia americana baseava-se na ideia de que a União Soviética precisava chegar à escolha de separar-se dos seus clientes árabes radicais ou aceitar a redução de sua influência. No final, essa estratégia cortou a influência soviética e deixou os Estados Unidos centrais na diplomacia do Oriente Médio.

O governo Nixon buscou dois caminhos para alcançar essa meta. Durante a Guerra do Oriente Médio, manteve aberto um canal de comunicação, praticamente diário, com o Kremlin, a fim de não permitir decisões tomadas no calor do momento ou baseadas em informações inadequadas. Não se evitaram todas as tensões inerentes a interesses conflitantes, mas reduziu-se o perigo de uma crise de mal-entendidos. Efetivamos, simultaneamente, negociações numa ampla gama de questões, de modo a dar aos soviéticos um trunfo que eles hesitassem em arriscar. As negociações de Berlim contribuíram para a discrição soviética no Oriente Médio, até meados de 1973. Posteriormente, a Conferência de Segurança Europeia ajudou a moderar a reação soviética nos vários episódios diplomáticos que deslocaram a União Soviética para a periferia da diplomacia do Oriente Médio. Um equilíbrio delicado fez-se necessário, entre definir critérios reais para os avanços e tornar os acordos fins em si mesmos, dessa forma caindo na dependência da boa vontade soviética. A *détente* não só acalmou a situação internacional, como criou inibições que fizeram os líderes soviéticos aceitarem o que, afinal, foi um expressivo recuo geopolítico.

A despeito desses êxitos, o governo Nixon enfrentou polêmicas crescentes sobre sua política externa. Qualquer mudança na política externa encontra resistência de adeptos da via anterior; cada negociação bem-sucedida recebe o crivo de quem não aceita o fato de que um acordo reflete, em geral, concessões recíprocas e não satisfações unilaterais. A "ligação" ia contra as tradições legalistas do *establishment* da política externa americana. A abertura para a China ofendeu o grupo chinês. A ação combinada das condutas inamistosa e cooperativa, implícitas na *détente* com a União Soviética, esbarrou na suposição tradicional de que todo país era

amigável ou hostil e não, como no mundo real, uma combinação de ambos.

Essas divergências lembram o que Wilson enfrentou em 1915-19, quando guiou seu país isolacionista para um papel mundial; o que Roosevelt encontrou, em 1939-41, quando comprometeu os Estados Unidos com a Inglaterra e o quadro com que se deparou Truman em 1946-49, quando criou a arquitetura da Guerra Fria.

A diferença foi que a polêmica ocorria, agora, no meio da tormenta do Vietnã, seguida de perto por Watergate. No sistema americano, o presidente é a única figura eleita nacionalmente; é também o centro definidor dos objetivos nacionais. Outras instituições podem pronunciar-se sobre política externa, mas só o presidente executa políticas ao longo de um período extenso. O congresso, corpo legislativo, tende a fragmentar questões em uma série de opiniões individuais que tenta, então, conciliar por concessões recíprocas. A mídia pode recomendar caminhos, mas não está em posição de lidar com as nuances da execução. Sucede que a essência da política externa é precisamente a habilidade de tratar nuances, na busca das de longo prazo. Portanto, cabe ao presidente mapear o caminho. E, embora outras instituições estejam em posição de modificá-lo, ou mesmo frustrá-lo, são incapazes de propor uma alternativa coerente.

Todas as grandes transformações da política externa americana resultaram de presidentes fortes, interagindo com outras instituições dos Estados Unidos. O presidente funciona como um educador, cuja visão moral fornece a estrutura para o debate. A não ser por Watergate, Nixon poderia ter sido capaz de traduzir os êxitos evidentes da política externa do seu primeiro mandato em princípios operacionais permanentes — da maneira como Franklin Delano Roosevelt criara e, em seguida, consolidara a nova abordagem da política interna americana, e Truman e Acheson haviam orientado o caminho para a política de contenção.

Mas a capacidade de Nixon de liderar acabou-se no Watergate. Não é essa a ocasião para entrarmos a fundo naquela tragédia:

basta acentuar que Watergate destituiu Nixon da autoridade moral essencial para a tarefa educativa que sua política demandava. Nos assuntos do dia a dia, ele continuou, até o fim, a agir decididamente e com perspicácia. Mas, em polêmicas conceituais ou de longo prazo, ele ainda era capaz de levantar questões fundamentais, mas já não era forte para elaborar soluções. Na ausência do volante que é um presidente forte agindo como moderador e integrador, cada grupo rival forçava seu ponto de vista ao extremo. A maior parte da década de 1970 foi uma ampliação do conflito sobre temas que haviam sido partes essenciais de grandes iniciativas americanas anteriores — carecendo entretanto da síntese que, em outros períodos formativos, deu o estímulo necessário para restituir a partida aos Estados Unidos.

A nova abordagem da política externa de Nixon desafiou o excepcionalismo americano e seu imperativo de que a política fosse baseada na afirmação de valores transcendentais. O desafio dos Estados Unidos, da maneira como Nixon e seus assessores o compreendiam, era adaptar essas verdades tradicionais ao novo ambiente internacional. A experiência interna dos Estados Unidos fizeram-nos interpretar a ordem internacional como sendo essencialmente benigna, e sua diplomacia como expressão da boa vontade e disposição de acertar. Nesse esquema, a hostilidade era uma aberração. A política externa de Nixon, por outro lado, via o mundo composto de desafios ambíguos, de nações impelidas por interesses, não por boa vontade, e de mudanças incrementais em vez de mudanças completas, finais — um mundo, em suma, que poderia ser administrado, não poderia ser dominado, mas tampouco rejeitado. Num mundo assim, não havia ponto terminal e a solução de um problema, mais provavelmente, seria o bilhete de entrada para o problema seguinte.

Um mundo desses exigia uma política externa que objetivasse o poder permanente tanto quanto a salvação. Os valores tradicionais americanos continuaram importantes como sempre, mas, ao contrário da época de Wilson, não podiam mais traduzir-se em agendas de resultado imediato e final. Agora, seriam necessários à

força interna, para que os Estados Unidos atravessassem a ambiguidade rumo a um mundo que, esperavam todos, seria melhor que o anterior, porém nunca totalmente acabado.

Nixon e seus assessores não viam contradição em tratar o mundo comunista como adversário e colaborador: adversário, em termos ideológicos fundamentais e na necessidade de impedir que o comunismo perturbasse o equilíbrio global; colaborador, no sentido de evitar que o conflito ideológico explodisse em guerra nuclear. Contudo, tendo passado por toda a experiência emocional da decepção no Vietnã, muitos americanos começaram a buscar a tranquilidade por meio da reafirmação de um engajamento moral em lugar de um cálculo de interesses.

Sem uma presidência moralmente persuasiva, muitos daqueles que se haviam criado na abordagem tradicional da política externa americana — em ambos os campos, liberal e conservador — juntaram forças em oposição à nova abordagem de Nixon. Os liberais fizeram-no por considerar amoral a nova ênfase nos interesses nacionais, e os conservadores por estarem mais comprometidos com a competição ideológica com Moscou do que com a geopolítica.

Como o pensamento americano sobre política externa moldou-se em ideias liberais, desde Woodrow Wilson, não havia plateia para o estilo nixoniano de diplomacia. Nixon não adotou a abordagem pragmática do caso a caso preferida pelos especialistas em política externa e pelos advogados de carreira que modelaram os pontos de vista liberais dos Estados Unidos sobre relações internacionais. Tampouco, endossou os conceitos wilsonianos de segurança coletiva, resolução judicial de disputas, e a ênfase no desarmamento como o único, ou mesmo o principal, caminho para a ordem internacional. Assim, estavam os liberais diante de um dilema atroz: feitos diplomáticos que eles aprovavam em substância, tais como a distensão com a União Soviética e a abertura para a China, resultavam de anátemas à tradição wilsoniana, como a ênfase nos interesses nacionais e o equilíbrio de poder. Mesmo quando o governo Nixon promovia com êxito políticas brotadas dos ideais

wilsonianos, como o crescente fluxo de emigrantes da União Soviética, sua tendência a fazê-lo por meio da diplomacia secreta aumentava seu afastamento dos representantes do ritmo histórico da política externa americana.

Para os conservadores, a estratégia de Nixon de tratar a União Soviética como fenômeno geopolítico era estranha e inconveniente. A grande maioria deles julgava o conflito com o comunismo exclusivamente ideológico. Convictos na indenidade americana aos desafios geopolíticos, tratavam os acontecimentos da linha de frente da política de contenção como coisa de interesse marginal e parecida demais, para seu gosto, com as lutas tradicionais das potências europeias, que abominavam. Já tinham desistido do Vietnã no governo Johnson, achando tudo um desvio da luta real — e não, como Nixon, um componente crucial dela. Absolutistas morais, desconfiavam de qualquer negociação com a União Soviética, considerando o acordo um recuo. A ala conservadora do partido republicano aceitou de má vontade a abertura para a China como contribuição para a derrota de Moscou e como necessidade tática para desembaraçar os Estados Unidos do Vietnã. Mas, sempre duvidosos de negociar com Moscou, e muito à vontade com a linha Acheson-Dulles, de esperar pelo colapso do comunismo atrás de posições de força, os conservadores tratavam uma negociação ampla de questões políticas e militares como abandono da questão moral.

Aos conservadores tradicionais uniram-se, gradualmente, recrutas de uma área inesperada — os democratas liberais que eram fortemente anticomunistas e haviam sido alienados do seu partido pela ascendência da ala radical. A candidatura McGovern, em 1972, completou a desilusão desses neoconservadores de estilo próprio, e a Guerra do Oriente Médio, de 1973, deu-lhes a primeira chance para declararem os seus pontos de vista sobre política externa, de forma coerente e em escala nacional.

Bons anticomunistas, devia-se esperar que os neoconservadores fossem defensores morais de um governo que persistira no Vietnã para sustentar a afirmação de que os Estados Unidos lutavam nos

baluartes anticomunistas. Assim como os conservadores, entretanto, os neoconservadores estavam mais ocupados com ideologia que geopolítica. Várias de suas figuras mais influentes haviam sido fervorosamente contra a Guerra do Vietnã. E trouxeram consigo, para esse novo campo, todas as ressalvas anteriores sobre Nixon, não lhe dando nenhum crédito pelo combate tão difícil por uma paz honrosa. Como não gostavam de Nixon nem confiavam nele, temiam que Nixon abandonasse interesses vitais para salvar seu mandato.

O tratamento rude dispensado pela Casa Branca à burocracia governamental complicou ainda mais as coisas. No primeiro mandato, Nixon transferira grande parte da conduta da diplomacia para a Casa Branca, confirmando o que anunciou na campanha. Quando os soviéticos perceberam que Nixon jamais delegaria as decisões de política externa, surgiu um canal direto entre o embaixador Anatoly Dobrynin e a Casa Branca. O presidente e os líderes do Kremlin passaram a lidar diretamente com as questões mais importantes.

Não há fúria no inferno como a de um burocrata desprezado, e a Casa Branca de Nixon piorou a situação, pela insensibilidade com que passou por cima dos procedimentos. Por definição, negociar é trocar concessões. Mas os excluídos do processo do dá e toma das reuniões ficavam livres para espalhar uma fantasia em que todas as concessões seriam feitas pelo adversário, e as concessões americanas seriam totalmente desnecessárias, caso o seu conselho fosse pedido. Sem a costumeira rede de segurança burocrática e atacada por conservadores inquietos, liberais frustrados e neoconservadores agressivos, a Casa Branca de Nixon encontrou-se na estranhíssima posição de ficar na defensiva sobre uma política externa de sucesso.

Os críticos incitavam o governo à confrontação, num momento em que os Estados Unidos cambaleavam sob os ataques do Movimento da Paz, o presidente estava em vias de sofrer um *impeachment* (seu sucessor, Gerald R. Ford, era nomeado em vez de eleito), e cada sessão legislativa reduzia um pouco mais a prerrogativa presidencial de ameaçar com a força e pretendia cortar

o orçamento de defesa. Para o governo, a tarefa imediata era superar o Vietnã sem prejuízo geopolítico e criar uma política em relação aos comunistas que tratasse dos campos relevantes. Nixon via a *détente* como tática numa batalha geopolítica de longo prazo; seus críticos liberais tratavam-na como um fim em si mesma, enquanto os conservadores e neoconservadores rejeitavam a abordagem geopolítica como pessimismo histórico, preferindo um confronto ideológico ininterrupto.

Em 1973, ironicamente, a política de Nixon acalmara tanto as relações Leste-Oeste, que se tornou seguro atacá-la em casa. No cerne da polêmica, a pergunta densa, se era possível, ou desejável, desgrudar a política americana de sua fé em finais definitivos de engajamentos episódicos. Nixon argumentava que, no mundo multipolar, as mudanças tinham de vir por evolução. Isso exigia paciência — pela qual a diplomacia americana não é tradicionalmente conhecida. Os críticos de Nixon, na tradição do excepcionalismo americano, insistiam em que os Estados Unidos se comprometessem com a meta de remodelar logo a sociedade soviética, objetivo jamais considerado, nem durante o monopólio atômico americano. Era inevitável e necessário um grande debate nacional entre os adeptos da política externa como estratégia e da política externa como cruzada, entre os que julgavam mais sensato disciplinar a superpotência rival e os que insistiam em punir o mal. O que não era inevitável era o colapso da presidência, que impediu uma resolução do debate.

Na ausência de um conjunto incontestável de princípios, cada lado da controvérsia focalizou perigos diferentes. O pesadelo de Nixon era a vulnerabilidade geopolítica ao expansionismo soviético. O temor dos conservadores era o desarmamento moral ou um desfecho nuclear apocalíptico, por alguma inovação tecnológica soviética. A preocupação dos liberais era a ênfase exagerada na segurança militar. Os conservadores temiam a dominação militar soviética. Os liberais queriam evitar a superextensão. Nixon buscava uma estratégia sustentável de longo prazo.

Resultou um turbilhão de pressões conflitantes e insolúveis. Os liberais procuravam, atentamente, qualquer sinal de afrouxamento no compromisso com o controle de armas. Nixon resistia vigilante às ameaças geopolíticas, desde Cuba ao Oriente Médio. Os conservadores atacavam o que lhes parecia o recuo americano do confronto ideológico e da estratégia nuclear. Formou-se uma bizarra situação na qual os liberais atacavam o programa de defesa de Nixon por exagero, e conservadores criticavam a política de controle de armas de Nixon por ser muito conciliatória. Os programas de defesa foram aprovados no congresso com ajuda dos conservadores, contra a oposição liberal, e as medidas de controle de armas foram aprovadas no congresso — onde cabível — com ajuda dos liberais, contra alguma oposição conservadora.

O agravo na maioria dessas críticas (por fim, até as liberais) era a convocação para a volta às premissas originais da política de contenção e para se aguardar, no castelo de posições fortes, a mudança do sistema soviético. Nixon admitia a necessidade de fortes defesas, porém não uma política que deixasse a Moscou elaborar a agenda da diplomacia e levar a crise doméstica americana a sair do controle. Aos críticos, uma diplomacia ativa Leste-Oeste entorpeceria a vigilância do povo americano. Nixon acreditava que flexibilidade diplomática reforçava a disposição americana para resistir ao comunismo. Estava decidido a reagir a cada movimento expansionista soviético — o que, por sua vez, alguns críticos interpretavam como estar injetando uma geopolítica de estilo europeu no que era antes um conflito ideológico.

Em junho de 1974, o senador Henry Jackson distribuiu à subcomissão de controle de armas uma crítica à *détente*, preparada por um grupo de eminentes acadêmicos, os quais sustentavam que:

na terminologia soviética atual, *détente* ou “coexistência pacífica” indica uma alternativa estratégica ao antagonismo abertamente militante contra os “países capitalistas”. Não implica o abandono, pela União Soviética e seus aliados, do conflito com o países liberais ocidentais [...] O conflito frontal deve dar lugar a métodos indiretos de combate, por meios não militares, descritos como “ideológicos”. Na política soviética, o termo

abrange subversão, propaganda, chantagem política e operações do serviço secreto.³

George Meany, presidente da central sindical American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), expressou as mesmas ideias na comissão de relações exteriores do senado, em linguagem mais leiga:

A União Soviética vê a *détente* assim: *détente* é a fraqueza americana. *Détente* é mais guerra ideológica. *Détente* é a destruição da Otan aos poucos. *Détente* é a superioridade militar soviética sobre o Ocidente. *Détente* é o Ocidente aceitar a União Soviética como dona da Europa Oriental. *Détente* é as forças americanas da Europa virem embora.⁴

Tais críticas exasperavam o governo Nixon, que, afinal, nunca duvidara de que o Kremlin via na *détente* pelo menos alguma vantagem para os fins soviéticos — caso contrário Moscou não teria seguido esse caminho. A verdadeira questão era se a *détente* atendia também aos propósitos americanos. Nixon e seus assessores acreditavam que o tempo trabalhava pelas democracias, pois um período de paz sem expansão aumentaria as forças centrífugas dentro do comunismo.

Fiz uma análise da *détente* em março de 1976, no governo Ford, que, na verdade, seguiu a mesma política do governo Nixon, com os mesmos adversários:

A força soviética apresenta-se instável; as fraquezas e frustrações do sistema soviético saltam aos olhos e estão claramente documentadas. A despeito do aumento inevitável de seu poder, a União Soviética está muito atrás de nós e dos nossos aliados, em qualquer avaliação global de força militar, econômica ou tecnológica; seria loucura extrema da União Soviética desafiar as democracias industriais. E a sociedade soviética não jaz mais insulada das influências e dos atrativos do mundo exterior, ou impéria à necessidade de contatos externos.⁵

Deixado ao tempo, o debate essencialmente teórico sobre a *détente* poderia ser superado pelos eventos. Mas o líder intelectual dos críticos, o intrépido senador Henry Jackson, não queria nem ouvir falar de submeter a *détente* ao teste do tempo, e mobilizou

apoio para abortá-la. Democrata do estado de Washington e um dos servidores públicos mais notáveis dos Estados Unidos, Jackson era um estudioso sério das questões internacionais, especialmente da União Soviética, e um especialista de classe mundial em defesa. Combinava erudição com habilidade de mestre em manipular os vários ramos do governo, reunindo o congresso com elementos simpáticos do executivo. A equipe de Jackson, chefiada pelo astuto Richard Perle, estava à altura de sua erudição e até suplantava suas afiadas habilidades manipulativas.

Embora fosse a primeira escolha de Nixon para secretário da defesa, Jackson tornar-se-ia o adversário mais implacável da política soviética do governo. Durante a maior parte do primeiro mandato de Nixon, Jackson foi razoavelmente constante em relação ao Vietnã, fiel defensor dos esforços de Nixon para preservar os tendões da defesa americana diante da dura pressão do congresso para cortar o orçamento unilateralmente. Ele foi precioso na aprovação pelo senado do projeto do sistema de defesa antimísseis balísticos (Anti-Ballistic Missile Treaty — ABMT) de Nixon. Mas ao final do primeiro mandato de Nixon os dois afastaram-se, embora com a visão dos objetivos soviéticos praticamente idêntica. Jackson não concordou com o Tratado ABM, que limitava a dois o número de pontos de defesa antimíssil para ambos os lados, e em pouco tempo estendeu essa oposição para toda a área das relações Leste-Oeste.

O programa original de Nixon para a defesa antimíssil propunha uma dúzia de pontos de defesa no perímetro dos Estados Unidos. Esse teria sido útil contra forças nucleares menores como a da China ou contra ataques soviéticos não totais e poderia ser o núcleo de uma posterior defesa em grande escala contra a União Soviética.

Mas, a cada ano, o congresso reduzia o número de pontos e o Pentágono, em 1971, incluiu apenas dois no orçamento seguinte. Esse dispositivo não cumpria nenhum objetivo estratégico; sua única utilidade era experimental. Além disso, na mentalidade antimilitar do período, a maioria congressista cortara a proposta de orçamento de defesa em cada sessão do congresso (sem contar os programas que o governo Nixon não apresentou por saber que seriam negados).

Isso converteu o Departamento de Defesa em um repentino, e pouco característico, defensor do controle de armas. No início de 1970, o subsecretário da defesa, David Packard, insistiu que Nixon tratasse logo de uma nova iniciativa do Strategic Arms Limitation Talks (Salt), “em que possamos chegar a um acordo, em Viena, em meados de outubro ou, mais tardar, em novembro”. Ele considerava essencial um acordo rápido, mesmo que fosse parcial, pois o crescente “aperto no orçamento, provavelmente causaria grande redução nos programas de defesa, inclusive das forças estratégicas”. Sem isso, as decisões unilaterais do congresso iriam “diminuindo nosso poder de negociação”.⁶

Nesse ambiente político, Nixon, no verão de 1970, deu início a uma correspondência com o primeiro-ministro soviético, Aleksei Kosygin, que forneceu o enquadramento para um acordo sobre limitação de armas estratégicas (Salt) dois anos depois. Até então, os soviéticos haviam insistido em que as conversas sobre controle de armas se ativessem à limitação de armas defensivas, em que os Estados Unidos tinham superioridade tecnológica, adiando a limitação dos mísseis ofensivos, dos quais a União Soviética produzia 200 anualmente, de todos os tipos, e os Estados Unidos, nenhum. Nixon não aceitava um acordo tão unilateral. O resultado da correspondência Kosygin-Nixon foi os soviéticos aceitarem limitar armas defensivas e ofensivas.

A negociação subsequente levou a dois acordos. O Tratado ABM, de 1972, limitou as defesas a dois pontos e 200 lançadores de mísseis — número reduzido demais para aparar mesmo um ataque em pequena escala. Nixon concordou com esses tetos a fim de preservar um núcleo de defesa e por temer que, caso contrário, o congresso eliminaria até o programa experimental. Na época, a limitação defensiva ocorreu relativamente livre de controvérsias.

O que pegou fogo foi um tratado provisório de cinco anos que obrigava ambos os lados a congelarem, nos níveis concordados, suas forças estratégicas de mísseis ofensivos, com base em terra ou no mar. Fazia cinco anos que os Estados Unidos tinham fixado níveis próprios considerados suficientes, sem um programa para aumentá-

los. A União Soviética produzia 200 mísseis por ano. Para cumprir o teto consensual, teria de desmontar 210 mísseis de longo alcance mais antigos. Aviões bombardeiros (onde os Estados Unidos tinham vantagem) não estavam incluídos no teto. Ambas as partes permaneciam livres para o aperfeiçoamento tecnológico de suas forças.

Era difícil comparar as forças de mísseis dos dois lados. Os mísseis americanos eram menores e mais precisos; metade estava sendo equipada com ogivas múltiplas (ou seja, cada míssil levaria vários projéteis). Os mísseis soviéticos eram maiores, mais grosseiros e menos flexíveis. E excediam os americanos em aproximadamente 300. À critério de cada lado, a disparidade parecia não incomodar ninguém, sem dúvida porque os Estados Unidos tinham grande superioridade em aviões e, devido às ogivas múltiplas, uma vantagem crescente em artefatos — que só faria aumentar nos cinco anos de vigor do acordo.

Mas, assim que o Acordo do Salt foi assinado, na Conferência de Cúpula de Moscou, de maio de 1972, a disparidade tratada em lançadores tornou-se, subitamente, controversa. Foi um estranho estado de coisas. Antes que as negociações do Salt tivessem sido sequer imaginadas, os Estados Unidos fixaram seus tetos existentes. O Pentágono não fez nenhum esforço para aumentar o nível durante o primeiro mandato de Nixon; não recebeu, muito menos recusou, nenhuma solicitação do Pentágono de forças estratégicas maiores. E mesmo depois que houve consenso em relação a tetos iguais mais altos, no acordo seguinte, de Vladivostok, em 1974, o departamento de defesa jamais propôs aumentar o número de lançadores estabelecido em 1967.

Mas um visitante de Marte, assistindo ao debate interno americano, teria ouvido uma história incrível de como o governo dos Estados Unidos “concedera” uma desigualdade em mísseis, ao concordar com seu próprio programa unilateral, que jamais planejara modificar sem o Salt, e que jamais alterou, mesmo após o teto ter sido removido dois anos depois — nem mesmo no governo Reagan. Um nível de força que os Estados Unidos adotaram voluntariamente,

pois propiciava aos Estados Unidos mais ogivas que à União Soviética, e o qual os Estados Unidos não mostraram nenhuma disposição para alterar, durante o acordo, foi, de repente, considerado perigoso, quando constou como parte desse acordo.⁷

Infelizmente para Nixon e seus assessores “desigualdade” foi uma dessas palavras cifradas, que criam sua própria realidade. Quando a refutação do governo conseguiu, por fim, comparar lançadores e ogivas, e limites planejados e fixados, os olhos estavam embaciados, deixando apenas a sensação desconfortável de que aquilo que o governo estava defendendo era uma diferença em mísseis, o *missile gap*, desvantajosa para os Estados Unidos.

O governo Nixon via no Acordo do Salt um meio de proteger programas essenciais de defesa, da ação do congresso, de duas maneiras: insistiu em que os tetos estabelecidos pelo acordo fossem tratados pelo congresso como referências e acoplou ao acordo um aumento de US\$ 4,5 bilhões no orçamento de defesa, para modernização. Mesmo hoje, 20 anos depois, a maioria dos programas-chave (o bombardeiro B-1, os bombardeiros Stealth, o míssil MX, os mísseis estratégicos de cruzeiro, os mísseis e submarinos Trident) vêm dos governos Nixon e Ford, de quando o Salt-1 estava em vigor.

O que parecia um debate referente às forças de mísseis de ambos os lados era, na realidade, símbolo de uma preocupação muito mais profunda e válida. Jackson e seus adeptos viam na crescente onda sobre controle de armas — aliás, uma quase obsessão da mídia e da comunidade acadêmica — uma ameaça potencial a *qualquer* política séria de defesa. Novos programas militares eram justificados por servirem de matéria de barganha em futuras negociações do Salt. As forças de Jackson achavam que tal tendência poderia erodir qualquer fundamento lógico estratégico para a defesa. Afinal, qual era o sentido de alocar recursos escassos para programas caros, cujo objetivo primário era entrarem nas propostas de desmonte?

Nesse contexto, o debate sobre as cláusulas do acordo era, na verdade, sobre a maneira de prover um fim para a superioridade estratégica dos Estados Unidos. Teoricamente, entendera-se durante uma década que a destrutividade das armas nucleares criava o impasse, no sentido de que impediam uma vitória a um custo que pudesse ser aceito por um governo racional. Esse entendimento levou o governo Kennedy a criar a estratégia da “destruição garantida”, que baseava a dissuasão na capacidade de *cada* lado devastar o outro.

Longe de solucionar o dilema, essa doutrina estratégica era apenas sua redefinição. Uma estratégia baseada na ameaça de suicídio estava fadada a um beco sem saída, mais cedo ou mais tarde. E o Salt-1 explicou ao público o que os especialistas sabiam, havia pelo menos uma década. Subitamente, o Salt era culpado do estado de coisas, que seria ainda pior no caso de armas sem limites. O dilema era real, mas não era causado pelo Salt. Enquanto a dissuasão fosse conotada à destruição mútua, as inibições psicológicas contra a guerra nuclear seriam esmagadoras. Os Estados Unidos estavam construindo armas úteis só para desencorajar o uso de armas nucleares do adversário, e não por sua relevância numa crise política previsível. Quando essa realidade foi absorvida, a “mútua destruição garantida” estava destinada a minar o moral e destruir as alianças existentes. Isso, e não o Salt, foi o verdadeiro dilema nuclear.

Desse modo, em sua essência, o debate sobre o Salt — e a *détente* — refletia uma revolta contra um mundo no qual um conflito ideológico mortal estava sendo travado, paralelamente a um impasse estratégico inevitável. O verdadeiro conflito em relação ao Salt invocou duas avaliações muito diferentes do impasse nuclear. Nixon e seus assessores concluíram que qualquer dos lados que fosse capaz de fazer ameaças, sem de fato desencadear uma guerra nuclear, adquiriria, com o tempo, um poder de chantagem cada vez maior e poderia ter uma política de expansionismo crescente. Foi o motivo por que Nixon colocou sua ênfase na reação à ameaça geopolítica. Na ausência de uma contraforça — a capacidade de

desarmar o adversário com o primeiro ataque —, o poder estratégico americano estaria inadequado à defesa de áreas no exterior, até mesmo da Europa (vide [Capítulo 24](#)).

Os grupos ligados a Jackson compreenderam isso e ansiavam pela recuperação da superioridade estratégica dos Estados Unidos. Porém vestiram sua preocupação com a apreensão, não só de que os Estados Unidos estavam perdendo sua capacidade de atacar primeiro — o que era verdade —, mas de que, ao longo do tempo, a União Soviética poderia adquirir essa capacidade — o que não era verdade, certamente não em um tempo relevante para o debate.

O pesadelo de Jackson era a vulnerabilidade estratégica; o pesadelo de Nixon, a vulnerabilidade geopolítica. A preocupação de Jackson era o equilíbrio das forças militares; a principal preocupação de Nixon era a distribuição global de poder político.⁸ Jackson e seus defensores tentaram usar o Salt para forçar a União Soviética a refazer toda a sua força estratégica, de acordo com as preferências dos Estados Unidos. Nixon e seus assessores não acreditavam que os Estados Unidos tivessem forças para isso, em um período de reduções no orçamento de defesa pelo congresso, embora Reagan, depois, tenha demonstrado a utilidade política de um crescimento militar americano decidido. Jackson e seus adeptos concentraram-se no equilíbrio estratégico e trataram a ameaça a este como um problema tecnológico. O governo Nixon tentou preparar os Estados Unidos para um papel novo em sua história, porém tão antigo quanto o sistema de estados: evitar o acúmulo de ganhos geopolíticos aparentemente marginais por um adversário que, com o tempo, afetassem o equilíbrio de poder. O grupo de Jackson era relativamente tolerante com as mudanças geopolíticas (Jackson votou contra o auxílio ao lado não comunista em Angola, em 1975), porém zeloso acerca das implicações da mais ocultista tecnologia de armamentos.

Esse impasse conduziu o debate do Salt para áreas ainda mais obscuras, até a controvérsia estacionar nas minúcias do sistema de armas, que nenhum leigo seria capaz de compreender, e sobre as quais os próprios peritos em armamento ficaram muito divididos. Na

perspectiva de uma década depois, as discussões sobre a troca de mísseis de cruzeiro por bombardeiros soviéticos Backfire, sobre conjuntos totais iguais, sobre ogivas múltiplas desiguais parecem tratados medievais, manuscritos por escribas de algum mosteiro remoto.

As questões levantadas no debate eram fundamentais e inevitáveis. O que causou o impasse foi a angústia da presidência, que tornou impossível um encontro de opiniões. O idealismo americano prevaleceu indene a quaisquer incentivos para o meio-termo político. O presidente não podia impor penalidade nem dar recompensa, direitos inerentes ao seu cargo. Os críticos não tinham motivo político para ajustarem seu ponto de vista. O debate tomou o clima de um encontro universitário de professores opiniáticos. Mas os historiadores terão a vantagem de poder ver as posições postas mais claramente do que, em geral, é o caso em assuntos políticos. Os Estados Unidos pagaram pela autoflagelação com um retardo de quase uma década até finalmente olharem suas necessidades geopolíticas.

No final, o comunismo desabou. Em parte, devido à sua própria esclerose, em parte pelo peso de um Ocidente revigorado. É o motivo por que o julgamento final da história será mais compreensivo com os campos oponentes, no debate interno dos Estados Unidos, do que estes jamais foram entre si. A história lerá as abordagens de Nixon e de seus críticos conservadores como complementares e não competitivas, um lado acentuando o aspecto geopolítico, o outro o tecnológico, de uma luta cuja essência moral ambos entendiam de forma parecida.

O controle de armas terminou muito enfadonho e técnico para carregar todo o significado da controvérsia filosófica sobre a natureza da política externa americana. Aos poucos, o debate girou para uma questão mais ao jeito do tradicional idealismo americano e de ressonância maior com a maioria do público — a ideia de que os direitos humanos deveriam estar entre as principais metas da política externa americana.

O debate sobre os direitos humanos começou como um apelo à influência americana no sentido de melhorar o tratamento dos cidadãos soviéticos, mas transformou-se gradualmente em estratégia para incitar a agitação interna soviética. Como o controle de armas, a questão não dizia respeito ao objetivo, que não estava em discussão, mas até que ponto o conflito ideológico deveria ser a maior prioridade da política externa americana.

Como assunto diplomático, a questão da emigração judaica da União Soviética brotou da imaginação do governo Nixon. Antes de 1969, essa emigração nunca esteve na agenda do diálogo Leste-Oeste; todos os governos anteriores, de ambos os partidos, haviam-na tratado como da jurisdição interna da União Soviética. Nenhum quis sobrecarregar as relações Leste-Oeste, já tão tensas, com uma controvérsia mais. Em 1968, apenas 400 judeus tiveram permissão para emigrar da União Soviética, e nenhum país democrático levantou a questão.

À medida que as relações soviético-americanas melhoraram, o governo Nixon começou a discutir o assunto no canal informal presidencial, com o argumento de que os atos soviéticos não passariam despercebidos dos níveis mais altos do governo americano. O Kremlin começou a responder às “sugestões” americanas, depois que as relações soviético-americanas haviam começado a melhorar. A cada ano, o número de emigrantes judeus subia, e em 1973 a cifra total chegou à casa dos 35 mil. Além disso, a Casa Branca submetia regularmente uma lista de casos delicados — indivíduos a quem fora negado visto de saída, ou cujas famílias estavam separadas, alguns dos quais estavam presos. A maioria desses cidadãos soviéticos também teve permissão para emigrar.

Tudo isso acontecia por meio do que os estudantes de diplomacia chamariam de “barganha tácita”. Nenhum pedido formal era feito, nenhuma resposta formal era dada. As ações soviéticas eram anotadas sem passar recibo. De fato, as práticas de emigração da União Soviética melhoravam regularmente, embora nenhuma declaração nesse sentido jamais tenha sido feita por Washington. O governo Nixon ateu-se a essas regras básicas com tamanha

meticulosidade que jamais reivindicou qualquer crédito pela melhoria das práticas soviéticas de emigração — mesmo nas campanhas eleitorais — até que Henry Jackson transformou a questão da emigração judaica em confronto público.

O que estimulou Jackson foi uma decisão curiosa do Kremlin, no verão de 1972, de impor uma “taxa de saída” aos emigrantes, alegou-se que a taxa era para reembolsar o estado soviético pela despesa de ter educado os seus cidadãos de partida. Nunca houve explicação; possivelmente, uma tentativa de melhorar a posição soviética no mundo árabe, cuja precariedade fora exposta havia pouco pela expulsão das tropas soviéticas de combate no Egito. Talvez a taxa de saída visasse a gerar moeda forte, na possibilidade de ser paga pelos defensores americanos da crescente emigração. Temerosos de que o fluxo emigratório pudesse secar, grupos judeus apelaram ao governo Nixon e ao seu antigo defensor, Henry Jackson.

Enquanto o governo Nixon trabalhava em silêncio para solucionar a questão, com o embaixador Dobrynin, Jackson imaginou um meio engenhoso de pressionar publicamente a União Soviética. Como parte do Encontro de Cúpula de 1972, os Estados Unidos haviam assinado um acordo concedendo à União Soviética status de “nação mais favorecida”, em troca da quitação da dívida do tempo de guerra da Lei de Empréstimo e Arrendamento, o Lend-Lease. Em outubro de 1972, Jackson apresentou uma emenda barrando o status de nação mais favorecida (NMF) a qualquer país que restringisse a emigração. Foi um golpe taticamente brilhante. O status de nação mais favorecida soa muito mais significativo do que é na realidade. Quer apenas dizer status não discriminatório; não concede nenhum favor especial, simplesmente estende ao seu beneficiário quaisquer privilégios disponíveis a todas as nações com as quais os Estados Unidos mantêm relações comerciais normais (que eram então mais de 100). O status de NMF facilita o comércio normal baseado na reciprocidade. Em virtude do estado da economia soviética, não era de esperar que o nível desse comércio fosse grande. O que a Emenda Jackson conseguiu foi tornar as

práticas soviéticas de emigração um assunto não só da diplomacia pública como também da ação legislativa do congresso americano.

Não houve nenhuma divergência de substância entre o governo e Jackson. Aliás, o governo tomara atitude em uma série de outras questões de direitos humanos. Por exemplo, eu fiz numerosos e insistentes apelos a Dobrynin em nome do escritor dissidente Alexander Soljenitsin, os quais contribuíram para sua saída da União Soviética. Jackson, no entanto, não era por uma diplomacia sem alardes, na busca dos direitos humanos, e insistiu que o compromisso americano com os direitos fosse demonstrável — seus êxitos ostentados e seus fracassos sofridos.

No início, as pressões do congresso serviram de reforços úteis para os próprios esforços do governo na mesma direção. Em pouco tempo, contudo, a diferença foi além dos métodos. Nixon, que originara o conceito de estimular a emigração judaica, o fizera como gesto humanitário (talvez marginalmente político, embora jamais o tenha usado publicamente). Mas deu um basta em subordinar todas as relações Leste-Oeste à questão da emigração judaica, pois não acreditava que os interesses nacionais americanos estivessem envolvidos a esse ponto.

Para Jackson e seus defensores, a questão da emigração judaica era parte do confronto ideológico com o comunismo. Tratavam cada concessão soviética como prova de que sua tática de pressão estava funcionando. Os soviéticos, de fato, revogaram a taxa de saída — não importa se devido às reclamações da Casa Branca, à Emenda Jackson ou, mais provavelmente, a ambas —, o veredicto deve aguardar a abertura dos arquivos soviéticos. Animados, os críticos do governo pediram o dobro dos números da emigração judaica e a remoção das restrições à emigração de outras nacionalidades, de acordo com um cronograma que fosse aprovado pelos Estados Unidos. O grupo de Jackson também legislou restrições sobre empréstimos do Eximbank à União Soviética (Emenda Stevenson), de maneira que, no tocante a assuntos comerciais, a União Soviética terminou em posição pior após a *détente* que antes da distensão Leste-Oeste.

Como governante de um país que estava apenas emergindo de uma guerra debilitante e caminhando em direção a uma crise na presidência, Nixon só correria aqueles riscos que sua concepção dos interesses nacionais exigisse e que o país estivesse disposto a apoiar. Seus críticos, porém, queriam que a diplomacia americana provocasse a queda do sistema soviético mediante demandas unilaterais no controle de armas, na restrição comercial e numa defesa polêmica dos direitos humanos. Durante esse processo, aconteceu uma inversão extraordinária na posição de alguns dos principais participantes do debate nacional. O *New York Times* advertiu editorialmente, em 1971, que “a tática de segurar o comércio americano como alavancagem para alguma barganha posterior, sobre questões não relativas a ele, influirá muito menos na política soviética que o próprio comércio [...]”.⁹ Dois anos depois, o autor deste editorial trocou de rumo. Condenou a viagem do secretário do tesouro, George Shultz, à União Soviética como evidência de que “o governo está tão voltado ao comércio e à *détente*, que coloca de lado a preocupação igualmente importante do povo americano pelos direitos humanos em toda parte”.¹⁰

Nixon tentara estimular a moderação na conduta soviética *internacional*, ao fazer do comedimento na política externa soviética o teste para maior comércio com os Estados Unidos. Seus adversários levaram a “ligação” um passo adiante, ao buscarem utilizar o comércio como um meio de produzir a agitação *interna* na União Soviética e numa época em que a União Soviética ainda estava forte e segura. Atacado como um defensor da Guerra Fria quatro anos antes, Nixon era agora vergastado por ser condescendente e confiante em relação à União Soviética — com certeza, foi a primeira vez que essa acusação específica se fez ao homem que começou a carreira política nas investigações anticomunistas do final da década de 1940.

Em pouco tempo, o conceito, em si, de melhorar as relações soviético-americanas, estava sendo contestado, como neste editorial do *Washington Post*:

A difícil questão de qual será a substância da *détente* soviético-americana está passando de uma fase de debate para uma fase política. Um bom número de americanos parece crer, agora, que não é conveniente, possível ou seguro, melhorar as relações com a União Soviética sem que o Kremlin liberalize algumas das suas políticas internas.¹¹

Os Estados Unidos estavam retornando para a verdadeira fé, de Acheson e Dulles, e do documento National Security Council Report 68 (NSC-68): a convicção de que uma mudança fundamental nas práticas domésticas e nos objetivos soviéticos teria de preceder negociações sérias entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas, enquanto os primeiros defensores da Guerra Fria haviam se contentado com a política de contenção para provocar, com o tempo, essa mudança, seus sucessores prometiam mudanças significativas no sistema soviético como resultado direto de pressões americanas e de exigências americanas públicas.

Em várias ocasiões, durante a era de Brejnev, Nixon e seus assessores confrontaram a liderança soviética, quando a vontade soviética de poder ainda não perdera substância. E eles se mostraram adversários terríveis. Um ataque em grande escala ao sistema comunista, nas condições de paridade nuclear, prometia ser longo e duro. Depois do Vietnã e em meio a Watergate, encontramos na posição do nadador que, mal tendo escapado de afogar-se, está sendo chamado a cruzar o canal da Mancha e é acusado de pessimismo, quando não se entusiasma com a ideia. Jackson se destacara na luta geopolítica anticomunista e o faria novamente; o mesmo nem sempre se pôde dizer de muitos dos seus soldados, de cuja sinceridade duvidávamos menos que de sua capacidade de permanecer no poder.

Numa crise internacional, o presidente é o fulcro indispensável para o governo. Exclusivamente desse ponto de vista, o período de Watergate não era, exatamente, o momento ideal para lançar uma política deliberada de confrontação soviético-americana. O presidente estava em processo de *impeachment*; as feridas do Vietnã ainda estavam abertas; e a desconfiança quanto ao governo

era tamanha que, depois que os soviéticos haviam feito a ameaça explícita de intervir no Oriente Médio, um jornalista respeitado considerou razoável perguntar, numa entrevista coletiva em outubro de 1973, se as forças americanas haviam entrado em prontidão para desviar a atenção de Watergate.

A controvérsia voltara para um debate que datava da época de John Quincy Adams, se os Estados Unidos deveriam contentar-se em afirmar seus valores morais ou lutar por eles. Nixon tentara associar os objetivos dos Estados Unidos às suas possibilidades. Dentro desses limites, dispunha-se a fazer uso da influência dos Estados Unidos para promover seus valores, como mostra sua posição sobre a emigração judaica. Seus críticos queriam a aplicação imediata dos princípios universais e, com impaciência, descartaram os problemas de exequibilidade como provas de inadequação moral ou pessimismo histórico. Ao insistir que o idealismo americano fosse discriminatório, o governo Nixon sentiu-se numa função educativa vital. Era muita ironia que, no momento em que aos Estados Unidos se recomendava aprenderem seus limites geopolíticos no Vietnã, o país fosse estimulado por figuras nacionais — muitas da vanguarda crítica do Vietnã — a embarcar numa agenda ilimitada de intervenção mundial em questões humanitárias.

Como os anos Reagan iriam demonstrar, uma política mais ousada em relação à União Soviética foi uma abordagem eficaz, embora esses êxitos só viessem num estágio bem mais avançado das relações soviético-americanas. Mas, enquanto grassava o debate sobre a *détente*, os Estados Unidos tinham ainda de se recuperar do Vietnã e enterrar Watergate. E os líderes soviéticos teriam de, primeiro, passar por uma troca de gerações. A maneira como o debate progrediu, no início da década de 1970, contudo, impediu um equilíbrio adequado entre o idealismo que desencadeara todas as grandes iniciativas americanas e o realismo requerido pelo ambiente mundial em transformação.

Os críticos da *détente* simplificaram enormemente sua posição; o governo Nixon contribuiu para o impasse ao responder pedantemente. Magoado com o ataque de antigos aliados e amigos,

Nixon ignorou as críticas, como sendo politicamente motivadas. Por mais correta que fosse essa avaliação, não era exatamente uma percepção profunda acusar políticos profissionais de terem motivos políticos. O governo devia, sim, ter-se perguntado por que tantos políticos julgavam oportuno juntar-se ao coro de Jackson.

Apanhada entre um moralismo indiferenciado e uma ênfase exacerbada na geopolítica, a política americana, ao final do mandato de Nixon, empacou. O estímulo de maior comércio fora retirado, mas a ameaça de mais despesas militares ou mesmo a disposição para os confrontos geopolíticos não estavam disponíveis. O Salt imobilizou-se, a emigração judaica da União Soviética diminuiu sensivelmente e a ofensiva geopolítica comunista recomeçou, quando uma força expedicionária cubana foi para Angola, estabelecendo no país um governo comunista, enquanto *conservadores* americanos opuseram-se a uma resposta americana forte. Eu destaquei as dificuldades:

Se um grupo de críticos prejudica as negociações de controle de armas e elimina a perspectiva de laços mais construtivos com a União Soviética, enquanto outro grupo corta nossos orçamentos de defesa e de inteligência, frustrando a resistência americana ao aventureirismo soviético, os dois grupos, combinados — sem intenção, que seja — conseguirão arruinar nossa capacidade de conduzir uma política externa forte, criativa, moderada e prudente.¹²

Assim, até importantes realizações diplomáticas desse período tornaram-se controversas. A diplomacia americana, que tem dominado o Oriente Médio desde 1973, e que reduziu muito a influência soviética naquela área estratégica, foi apresentada, durante vários anos, como uma derrotada, até que o ritmo do processo de paz eliminou as reservas, até mesmo dos céticos.

Destino semelhante teve o que a posteridade considerou uma significativa realização diplomática ocidental — a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, composta por 35 nações, que organizou os Acordos de Helsinque. Esse colossal processo diplomático brotou da profunda sensação de insegurança de Moscou e de sua sede insaciável de legitimidade. Mesmo quando montou o

enorme dispositivo militar e controlava tantas nações, o Kremlin agia como se tivesse necessidade constante de reafirmação. A despeito de seu imenso e crescente arsenal nuclear, a União Soviética exigia, dos próprios países que vinha ameaçando havia décadas e que destinara às lixeiras da história, alguma fórmula que lhe consagrasse as aquisições. Nesse sentido, a Conferência de Segurança Europeia foi o substituto de Brejnev para o tratado de paz alemão, que Krushev não conseguira com seu ultimato de Berlim — e uma grandiosa confirmação do *status quo* do pós-guerra.

O exato benefício imaginado por Moscou não era muito evidente. A insistência com que o berço da revolução ideológica buscava a confirmação de sua legitimidade junto às proclamadas vítimas da inevitabilidade histórica era sintoma de muita insegurança. Os líderes soviéticos fiavam-se, provavelmente, na possibilidade de que a conferência deixasse alguma instituição residual para diluir a Otan, ou mesmo torná-la inútil.

Nesse ponto, iludiram-se. Nenhum país da Otan estava imaginando substituir a realidade militar da Otan ou a presença de forças militares americanas no continente, pela parafernália declaratória e burocrática de uma Conferência de Segurança Europeia. No final, Moscou teve muito mais a perder que as democracias, com uma conferência que terminou concedendo a todos os participantes, inclusive aos Estados Unidos, voz nas disposições políticas da Europa Oriental.

Após um período de ambivalência, o governo Nixon concordou com a conferência proposta. Mesmo vendo que a União Soviética tinha sua agenda própria muito diferente, percebemos a oportunidade de longo prazo. As fronteiras dos países da Europa Oriental já haviam sido reconhecidas pelos tratados de paz assinados no final da Segunda Guerra Mundial, entre os aliados da época e os satélites da Alemanha na Europa Oriental do período da guerra. Havia sido explicitamente confirmadas, depois, nos acordos bilaterais de Willy Brandt entre a República Federal e os países da Europa Oriental, bem como por outras democracias da Otan, especialmente a França, com os países da Europa Oriental

(inclusive a Polônia e a União Soviética). Além disso, todos os aliados da Otan estavam pressionando por uma conferência de segurança europeia; a cada reunião com seus equivalentes soviéticos, os líderes da Europa Ocidental aproximavam-se de uma aceitação da agenda soviética.

Desse modo, em 1971, o governo Nixon decidiu acrescentar a Conferência de Segurança Europeia à sua lista de estímulos à moderação soviética. Empregamos nossa “estratégia da ligação”, que foi resumida por Helmut Sonnenfeldt, consultor do departamento de estado, de maneira pretensiosa, mas exata: “Vendêmo-la pelo tratado germano-soviético, vendêmo-la pelo acordo de Berlim e vendêmo-la, de novo, pela abertura das Reduções Mútuas de Forças Equilibradas”.¹³ Os governos Nixon e, em seguida, Ford, deram forma ao resultado, condicionando a presença dos Estados Unidos a uma conduta soviética contida, em todas as outras questões. Insistiram na conclusão satisfatória das negociações de Berlim e no início da negociação de reduções mútuas de forças na Europa. Quando essas foram concluídas, delegações de 35 nações vieram a Genebra, embora as árduas negociações chamassem pouca atenção da imprensa ocidental. Então, em 1975, a conferência saiu da obscuridade quando se anunciaram os acordos alcançados e acertou-se que seriam assinados numa reunião de cúpula em Helsinque. A influência americana ajudou a limitar o reconhecimento das fronteiras a uma obrigação de não alterá-las pela força, mera cópia da Carta das Nações Unidas. Como nenhum país europeu tinha capacidade de forçar mudanças ou políticas neste sentido, a renúncia formal não foi exatamente um ganho soviético. Mesmo esse reconhecimento limitado de legitimidade era invalidado por uma declaração de princípios que o antecedeu — negociada principalmente pelos Estados Unidos. Dizia essa que os estados signatários “consideram que suas fronteiras podem ser mudadas, segundo o direito internacional, por meios pacíficos e por acordo”.¹⁴

A cláusula mais significativa do Acordo de Helsinque veio a ser o chamado “Basket III” sobre direitos humanos. (Baskets I e II tratavam de questões políticas e econômicas.) Basket III teria um

papel expressivo na desintegração dos satélites soviéticos e foi uma homenagem a todos os ativistas de direitos humanos em países da Otan. A delegação americana contribuiu para as medidas finais dos Acordos de Helsinque. Porém são os ativistas de direitos humanos que merecem tributo, pois, sem as pressões que exerceram, os avanços teriam sido mais lentos e bem menores.

O Basket III obrigava todos os signatários a praticarem e estimularem certos direitos humanos. Seus redatores ocidentais esperavam que as cláusulas criassem um padrão internacional, inibidor da repressão soviética a dissidentes e revolucionários. E reformadores heroicos da Europa Oriental utilizaram o Basket III como ponto de referência, na luta para libertar seus países do domínio soviético. Vaclav Havel na Tchecoslováquia e Lech Walesa na Polônia conquistaram seu lugar no panteão dos lutadores da liberdade, usando essas medidas doméstica e internacionalmente, a fim de solapar não só a dominação soviética, mas os regimes comunistas em seus próprios países.

A Conferência de Segurança Europeia veio, dessa maneira, a desempenhar importante papel duplo: nas etapas de planejamento, moderou a conduta soviética na Europa e, depois, acelerou o colapso do Império Soviético.

A lembrança da atitude dos contemporâneos da Conferência de Helsinque felizmente se desfez. O presidente Ford foi acusado de traição histórica por ter comparecido à conferência e assinado o principal documento, a chamada Ata Final, em 1975. O *New York Times* publicou o seguinte editorial:

A conferência de 35 nações sobre Segurança e Cooperação na Europa, aproximando-se de seu clímax, após 32 meses de tergiversações semânticas, não deveria ter acontecido. Nunca tantos trabalharam tanto tempo por tão pouco [...] Se for tarde demais para cancelar a reunião de cúpula de Helsinque [...] todos os esforços devem ser feitos lá, pública e particularmente, para evitar a euforia no Ocidente.¹⁵

Resumi a atitude do governo Ford em um discurso, três semanas depois:

Os Estados Unidos buscam a distensão a partir de uma posição de força e autoconfiança. Não éramos nós que estávamos na defensiva em Helsinque; nós não éramos desafiados, por todas as delegações, a viver de acordo com os princípios assinados. Em Helsinque, pela primeira vez no pós-guerra, direitos humanos e liberdades fundamentais foram elementos admitidos no discurso e nas negociações Leste-Oeste. A conferência fomentou os nossos padrões de conduta humana, que foram — e ainda são — farol de esperança para milhões.¹⁶

Este foi um período melancólico, em que a persuasão parecia inútil. Em discurso de março de 1976, desafiei os desafiantes de maneira um tanto exasperada:

Política alguma eliminará proximamente, se o fizer um dia, a competição e as irreconciliáveis diferenças ideológicas entre os Estados Unidos e a União Soviética. Tampouco tornará os interesses compatíveis. Estamos num processo demorado, com altos e baixos inevitáveis. Mas não há alternativa para a política de penas pelo aventureirismo e incentivos à moderação. Que propõem que este país faça de concreto, os falatrões que mexericam sobre “ruas de mão única” ou “concessões preventivas”? De que, precisamente, abrimos mão? Que nível de confrontação desejam? Que ameaças fariam? Que riscos correriam? Que mudanças precisas, em nossa postura de defesa, que nível de verbas, por quanto tempo, defendem? Como sugerem administrar o relacionamento União Soviética-Estados Unidos, numa era de igualdade estratégica?¹⁷

A “estrutura de paz” de Nixon respondera ao anseio da nação de pôr um fim às aventuras longínquas. Contudo, na maior parte da sua história, os americanos tiveram a paz como coisa natural; definir a paz como ausência de guerra era muito passivo e pouco inspirador para servir de tema permanente da política americana. O conceito do governo Nixon, de relações internacionais, era muito mais realista que o herdado e, a longo prazo, representou uma adaptação necessária da política externa americana. Mas não tinha raízes em princípios familiares — defeito que governos subsequentes corrigiram. Nos Estados Unidos, uma interpretação geopolítica das questões internacionais tornara-se tão necessária quanto era, por si só, insuficiente. Os críticos de Nixon, por outro lado, agiam como se o ambiente internacional fosse de alguma maneira irrelevante e

como se as preferências americanas pudessem ser impostas unilateralmente, sem exigir nada mais que uma proclamação.

Buscando uma abordagem viável para as mudanças revolucionárias que presidiu, o governo Nixon desviou-se demais na direção de ressaltar o que ela compreendia como as necessidades geopolíticas dos Estados Unidos. Seus críticos e sucessores imediatos tentaram compensar, invocando versões absolutas dos princípios americanos. A inevitável polêmica foi desnecessariamente dolorosa, devido à desintegração da unidade interna, sob o duplo impacto do Vietnã e de Watergate.

Contudo, após ter mantido o mundo intacto durante a Guerra Fria, os Estados Unidos reencontraram o rumo e conseguiram virar o jogo, em cima do adversário soviético. E quando a ameaça geopolítica deixou de existir, juntamente com o desafio ideológico, ironicamente, os Estados Unidos viram-se forçados, sem escolha, na década de 1990, a uma reconsideração toda nova, de onde poderia estar o interesse nacional.

O fim da Guerra Fria

Reagan e Gorbachev



A Guerra Fria começou numa época em que os Estados Unidos esperavam uma era de paz. E terminou num momento em que os Estados Unidos preparavam-se para uma nova era de longo conflito. O império soviético desmoronou ainda mais repentinamente do que havia irrompido além de suas fronteiras; com a mesma rapidez, os Estados Unidos mudaram de atitude em relação à Rússia, passando, em questão de meses, da hostilidade à amizade.

Essa fantástica mudança desdobrou-se sob a égide de dois estranhos colaboradores. Ronald Reagan elegeu-se, em reação a um período de aparente recuo, para reafirmar as verdades tradicionais do excepcionalismo americano. Gorbachev, que alcançara eminência por meio das lutas brutais da hierarquia comunista, estava determinado a revigorar o que ele considerava a ideologia soviética superior. Reagan e Gorbachev acreditavam na vitória final do próprio lado. Havia, entretanto, uma diferença crucial entre esses dois improváveis colaboradores: Reagan compreendia as verdadeiras fontes de sua sociedade, ao passo que Gorbachev perdera completamente o contato com a sua. Ambos os líderes apelaram para aquilo que consideravam o melhor em seus sistemas. Mas Reagan libertou o espírito do seu povo, pondo em ação reservas de iniciativa e autoconfiança, ao passo que Gorbachev precipitou a morte do seu sistema ao exigir uma reforma impossível para ele.

O colapso da Indochina, em 1975, foi seguido, na América, por um recuo em Angola, por um agravamento das divisões internas e por uma grande onda expansionista da União Soviética. Forças militares cubanas haviam se espalhado de Angola à Etiópia, com milhares de conselheiros combatentes soviéticos. No Camboja, tropas vietnamitas, apoiadas e supridas pela União Soviética, subjugavam o país atormentado. O Afeganistão estava ocupado por mais de 100 mil soviéticos. O governo pró-ocidental do Xá do Irã caiu, substituído por um regime fundamentalista radicalmente antiamericano, que tomou como reféns 52 americanos, quase todos funcionários do governo. Sem se olharem as causas, os dominós pareciam de fato estar caindo.

Contudo, nesse aparente nadir internacional americano, o comunismo começou a desintegrar-se. Em certo momento, no início dos anos 1980, parecia que o ímpeto comunista fosse varrer o que encontrasse pela frente; no momento seguinte, do modo como a história mede o tempo, o comunismo começou a destruir a si mesmo. Em uma década, os satélites da Europa Oriental sumiram e o império soviético esboroou-se, devolvendo quase todas as aquisições russas feitas desde a época de Pedro, o Grande. Sem perder uma guerra, nenhuma potência mundial, jamais, se desintegrou tão rápida e completamente.

O império soviético faliu, em parte, porque sua própria história continha a tentação irresistível à superextensão. O estado soviético nascera contra todas as probabilidades e conseguiu sobreviver à guerra civil, ao isolamento e a uma sucessão de governantes ignóbeis. Na fase 1934-41, habilmente, esquivou-se da Segunda Guerra Mundial que chegava, chamando-a guerra civil imperialista, depois venceu a violenta investida nazista, com a ajuda dos aliados ocidentais. Em seguida, nas barbas do monopólio atômico americano, conseguiu formar uma órbita de satélites na Europa Oriental e, no período pós-Stalin, transformar-se em superpotência mundial. De início, os exércitos soviéticos ameaçaram áreas contíguas, mas, depois, estenderam seu alcance a continentes distantes. Forças soviéticas de mísseis cresciam a uma taxa que fez

muitos especialistas americanos temerem uma iminente superioridade estratégica soviética. Como os ingleses Palmerston e Disraeli, no século XIX, os estadistas americanos viram a Rússia avançar em todas as direções.

O defeito fatal desse imperialismo inflado foi os líderes soviéticos perderem o senso de proporção, superestimando a capacidade de o sistema soviético consolidar aquisições, militar e economicamente, e esquecerem que estavam desafiando literalmente todas as outras grandes nações, a partir de uma base muito fraca. Tampouco os governos soviéticos jamais puderam admitir a si mesmos que seu sistema era mortalmente deficiente em capacidade de gerar iniciativa e criatividade; que a União Soviética, na realidade, a despeito do seu poderio militar, ainda era um país atrasado. Falharam na inexorável prova de sobrevivência, porque as qualidades pelas quais o *politburo* soviético alcançou eminência sufocaram a criatividade necessária à sua sociedade para, ao menos, crescer; que dirá sustentar o conflito que eles haviam provocado.

A União Soviética simplesmente não era forte ou dinâmica para o papel que os líderes lhe atribuíram. Stalin talvez tenha pressentido a verdadeira relação de forças, quando reagiu ao crescimento armamentista americano durante a Guerra da Coreia com sua Nota de Paz, de 1952 (vide [Capítulo 20](#)). No desesperado período após a morte de Stalin, os sucessores interpretaram mal a própria capacidade de sobreviver sem serem desafiados pelo Ocidente como prova de fraqueza ocidental. E enganaram-se com o que lhes pareceu um espetacular avanço soviético no mundo em desenvolvimento. Krushev e seus sucessores concluíram que, em matéria de tirano, faziam o papel melhor que Stalin. Em vez de dividirem o mundo capitalista, que fora a estratégia de Stalin, eles o derrotariam com ultimatoss em Berlim, mísseis em Cuba e aventureirismo em todo o mundo em desenvolvimento. O esforço, no entanto, foi tão além da capacidade soviética que transformou estagnação em colapso.

A desintegração comunista ficou visível durante o segundo mandato de Reagan e tornou-se irreversível quando ele deixava a

presidência. Crédito considerável deve-se aos governos que antecederam o de Reagan, assim como ao de seu sucessor imediato, George Bush, que presidiu habilmente o desfecho. Mas foi a presidência de Ronald Reagan que viveu o momento decisivo.

O desempenho de Reagan foi surpreendente — e para os observadores acadêmicos quase incompreensível. Reagan praticamente não sabia história, e o pouco que sabia ele talhava como base para seus preconceitos firmemente estabelecidos. Tratava referências bíblicas ao Armagedom como previsões operacionais. Muitas das anedotas históricas que ele tanto gostava de contar não tinham nenhum fundamento, da maneira como, em geral, se entendem os fatos. Certa ocasião, numa conversa particular, ele comparou Gorbachev a Bismarck, argumentando que ambos venceram obstáculos internos idênticos, com o passar de uma economia centralmente planejada para o livre mercado. Avisei um amigo comum que Reagan devia ser alertado a jamais repetir essa noção absurda para um interlocutor alemão. O amigo, no entanto, achou imprudente fazer a advertência, temendo que ela pudesse aprofundar a comparação ainda mais na mente de Reagan.

Os detalhes da política externa entediavam Reagan. Ele absorvera algumas ideias básicas acerca dos perigos do apaziguamento, dos males do comunismo e da grandeza do país, mas análises substantivas não eram com ele. Tudo isso fez com que eu comentasse, durante o que acreditei ser uma conversa informal antes de um encontro de historiadores na Biblioteca do Congresso:

Quando a gente conversa com Reagan, fica pensando como terá ocorrido a alguém que ele devia ser presidente, ou mesmo governador. Mas o que vocês, historiadores, vão ter de explicar é como um homem tão anti-intelectual dominou a Califórnia por oito anos e Washington há quase sete.

A imprensa pulou avidamente sobre a primeira parte do meu comentário. Mas, para o historiador, a segunda parte é de longe a mais interessante. No fim, um presidente com a mais superficial das formações acadêmicas faria uma política externa de extraordinária

coerência e relevância. Reagan podia muito bem ter apenas algumas ideias, mas estas eram exatamente as questões essenciais da política externa do seu tempo, o que demonstra que ter senso de direção e a força das próprias convicções são os elementos fundamentais de uma liderança. A questão de quem redigia os pronunciamentos de Reagan sobre política externa — e nenhum presidente redige os seus — praticamente não interessa. Reza a lenda que Reagan era o boneco dos seus redatores de discursos, mas essa é uma ilusão de muitos redatores. Afinal, o próprio Reagan escolhia quem escrevia seus discursos, que fazia com convicção e poder de persuasão extraordinários. Conhecer Reagan, mesmo ligeiramente, não deixava dúvida de que estes expressavam seus verdadeiros pontos de vista, e em algumas questões, como na Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), ele estava muito à frente de sua equipe.

No sistema americano de governo, em que o presidente é o único funcionário nacionalmente eleito, a coerência da política externa emerge — quando emerge — dos pronunciamentos presidenciais. Estes são a diretriz mais eficaz para a vasta e obstinada burocracia e referenciam os debates públicos e do Congresso. Reagan apresentou uma doutrina de política externa de grande coerência e considerável força intelectual. Ele possuía uma extraordinária afinidade intuitiva com as fontes da motivação americana. Ao mesmo tempo, percebeu a fragilidade essencial do sistema soviético, percepção ao arrepio das opiniões especializadas, mesmo em seu próprio campo conservador.

Reagan teve um talento incomum para unir o povo americano. E uma personalidade extraordinariamente simpática, genuinamente afável. Mesmo as vítimas de sua retórica tinham dificuldade em zangar-se. Embora ele me tivesse atacado ferozmente, durante sua tentativa malsucedida de ganhar a candidatura presidencial, na convenção de 1976, foi-me impossível guardar-lhe rancor, apesar de, como conselheiro de segurança nacional, eu ter estado a orientá-lo durante anos, sem nenhum protesto de sua parte sobre as mesmas políticas que ele agora desancava. Quando tudo terminou não

guardei a retórica da campanha, mas a combinação de bom-senso e benevolência epigramática com que Reagan se conduziu nas sessões de orientação. Durante a Guerra do Oriente Médio, de 1973, eu disse a ele que iríamos substituir as perdas israelenses de aviões, mas não sabíamos com certeza como limitar a reação árabe. “Por que você não diz que vai substituir todos os aviões que os árabes confirmam ter abatido?”, sugeriu Reagan — ideia que faria a incrivelmente exagerada propaganda árabe sair pela culatra.

A aparência amena de Reagan escondia um caráter extraordinariamente complexo. Ele era cordial e distante, sempre bem-humorado mas, no final, arredio. A bonomia era sua forma de pôr uma distância entre ele e os outros. Se tratasse todos com igual afabilidade regalando-os com as mesmas histórias, ninguém teria alguma ascendência especial sobre ele. O arsenal de anedotas, recicladas de conversa em conversa, servia de proteção contra o constrangimento de desconhecer certos temas. Como muitos atores, Reagan era o mais absoluto solitário — tão encantador quanto egocêntrico. Um íntimo dele disse-me, certa vez, que Reagan era o homem mais amistoso e mais distante que jamais conhecera.

Não obstante a retórica de Reagan, na campanha da convenção de 1976, não houve diferença conceitual significativa entre as estimativas do panorama mundial feitas pelos governos Nixon, Ford e Reagan. Os três estavam decididos a resistir à ofensiva geopolítica soviética e, para eles, a história estava do lado das democracias. Houve, no entanto, uma enorme diferença nas táticas e na maneira como expuseram sua política ao povo.

Chocado pelo divisionismo interno na Guerra do Vietnã, Nixon acreditou que uma demonstração prévia de esforço sério pela paz era condição para suportar quaisquer confrontos necessários para impedir a expansão soviética. Liderando um país cansado de recuar, Reagan justificou a resistência à expansão soviética por meio de um estilo de confronto proposital. Como Woodrow Wilson, Reagan entendia que o povo americano, após marchar em toda a sua história ao som dos tambores do excepcionalismo, encontraria inspiração em seus ideais históricos, não na análise geopolítica.

Nesse sentido, Nixon esteve para Reagan como Theodore Roosevelt estava para Woodrow Wilson. Como Roosevelt, Nixon entendia muito melhor os mecanismos internacionais; como Wilson, Reagan teve uma percepção muito mais profunda do âmago americano.

A retórica de Reagan sobre a postura moral dos Estados Unidos espelhava o que quase todos os presidentes já disseram, em uma época ou outra, nesse século. O que singularizava a variante particular de Reagan do excepcionalismo americano era sua interpretação literal do mesmo, como guia para a conduta cotidiana da política externa. Enquanto os antecessores de Reagan haviam invocado os princípios americanos como suporte de uma iniciativa específica — digamos, a Liga das Nações ou o Plano Marshall —, Reagan mobilizou-os como armas na batalha diária contra o comunismo, como neste discurso, feito à Legião Americana, em 22 de fevereiro de 1983:

Casando os valores e as verdades intemporais, que os americanos sempre cultuaram, com as realidades do mundo atual, estamos forjando o início de uma direção fundamentalmente nova na política externa americana — uma política baseada na explicação franca, não apologética, das nossas inestimáveis instituições livres [...].¹

Reagan varreu de si o “complexo de culpa” que o identificava com o governo Carter e orgulhosamente defendeu a história americana como “a maior força da paz, em qualquer parte do mundo atual”.² Na sua primeira entrevista coletiva, ele descreveu a União Soviética como um império fora da lei, disposto a “cometer qualquer crime, mentir e trapacear”, a fim de alcançar os seus objetivos.³ Essa imagem foi a precursora do rótulo que pespegou, em 1983, na União Soviética como o “império do mal”, desafio moral direto do qual todos os seus antecessores teriam recuado. Reagan ignorava o bom-senso diplomático convencional e supersimplificava as qualidades americanas, na tentativa de realizar sua automissão de convencer o povo americano de que o conflito ideológico Leste-Oeste tinha importância e algumas batalhas internacionais tratavam de vencedores e perdedores, não de permanência ou diplomacia.

A retórica do primeiro mandato de Reagan marcou o fim formal do período de *détente*. A meta dos Estados Unidos não era mais a distensão, mas a cruzada e a conversão. Reagan fora eleito com a promessa de militância anticomunista, e manteve a palavra. Na posição afortunada de lidar com uma União Soviética em declínio acelerado, ele rejeitou a ênfase de Nixon sobre os interesses nacionais como extremamente relativista e desdenhou o acanhamento de Carter como extremamente derrotista. No lugar, Reagan ofereceu uma visão apocalíptica do conflito, mais suportável pela inevitabilidade histórica do seu desfecho. Em discurso na Royal Gallery, na Câmara dos Lordes, em Londres, em junho de 1982, ele expôs sua visão da União Soviética:

Em um sentido irônico Karl Marx estava certo. Vemos hoje uma grande crise revolucionária, uma crise onde demandas de ordem econômica conflitam diretamente com as de ordem política. Mas não está acontecendo no Ocidente livre, não marxista, e sim no lar do marxismo-leninismo, a União Soviética [...] Supercentralizada, com nenhum ou muitos poucos incentivos, ano após ano a União Soviética despeja seus melhores recursos na confecção de meios de destruição. O constante encolhimento econômico, combinado com o crescimento da produção militar, está depositando uma carga excessiva sobre o povo soviético. Assistimos o caso de uma estrutura política que não corresponde mais à sua base econômica, de uma sociedade onde as forças produtivas são tolhidas pelas forças políticas.⁴

Quando Nixon e eu dissemos algo muito parecido, dez anos antes, provocamos mais crítica conservadora da *détente*. Os conservadores desconfiavam da invocação da história a serviço da *détente*, pois temiam que as negociações com os comunistas conduzissem a um desarmamento moral. Mas achavam atraente o conceito de uma vitória inevitável como instrumento de confrontação.

Reagan acreditava que as relações com a União Soviética melhorariam se ele fosse capaz de fazê-la compartilhar de seu medo de um Armagedom nuclear. Estava determinado a demonstrar ao Kremlin os riscos do expansionismo contínuo. Dez anos antes, sua retórica teria explodido a desobediência civil interna e poderia ter

levado ao confronto com uma União Soviética ainda confiante; dez anos depois, soaria antiquada. Nas condições dos anos 1980, fundou um período sem precedentes de diálogo Leste-Oeste.

A retórica de Reagan sofreu, inevitavelmente, um violento ataque dos que acreditavam em ortodoxias estabelecidas. "TRB", coluna do jornal *New Republic*, de 11 de abril de 1983, sentiu-se ofendido pela cognominação, feita por Reagan, da União Soviética como "império do mal", classificando-a de "prosa primitiva e simbolismo apocalíptico".⁵ "Primitiva", foi também a reação de Anthony Lewis, no *New York Times* de 10 de março de 1983.⁶ Em 1981, o renomado professor Stanley Hoffmann, de Harvard, denunciou o estilo militante de Reagan como "machismo", "neonacionalismo", e uma forma de "reação fundamentalista", que pouco tinha a oferecer a um mundo complexo, no qual se dizia que as fraquezas econômicas americanas não eram menos sérias que as da União Soviética.⁷

No final, a retórica de Reagan não frustrou as negociações, como haviam previsto os críticos. Pelo contrário, no segundo mandato de Reagan, ocorreu um diálogo Leste-Oeste de alcance e intensidade desconhecidos desde o período Nixon da *détente*. Dessa vez, entretanto, as negociações gozaram de apoio da opinião pública e foram aplaudidas pelos conservadores.

Se a abordagem de Reagan do conflito ideológico era uma versão simplificada do wilsonismo, seu conceito da resolução desse embate era igualmente enraizado no utopismo americano. Mesmo enquadrando a questão como uma luta entre o bem e o mal, Reagan estava longe de argumentar que o conflito devia ser levado até o fim. Ao contrário — de maneira tipicamente americana —, ele estava convencido de que a intransigência comunista vinha mais da ignorância que de má vontade inata, mais de um equívoco que de hostilidade proposital. Do ponto de vista de Reagan, o conflito provavelmente terminaria com a conversão do adversário. Em 1981, enquanto se recuperava de um atentado contra sua vida, Reagan enviou uma carta manuscrita a Leonid Brejnev, na qual tentava eliminar desconfianças soviéticas dos Estados Unidos — como se 75

anos de ideologia comunista se pudessem remover por apelo pessoal. Era, quase textualmente, a mesma garantia que Truman dera a Stalin, no final da Segunda Guerra Mundial (vide [Capítulo 17](#)).

Diz-se muito [...] que somos imperialistas e constituímos, por isso, uma ameaça à vossa própria segurança e à das nações emergentes. Não há nenhuma prova que sustente esta acusação, havendo, sim, evidências sólidas de que os Estados Unidos, quando poderiam ter dominado o mundo sem nenhum risco para si mesmos, não fizeram quaisquer esforços nesse sentido [...] Permita-me dizer, não há absolutamente nenhuma substância nas acusações de que os Estados Unidos são culpados de imperialismo ou de tentativas de impor sua vontade sobre outros países pelo uso da força [...]

Senhor presidente, não deveríamos estar ocupados na eliminação dos obstáculos que impedem nossos povos, que o senhor e eu representamos, de realizar seus mais caros anseios?⁸

Como poderíamos harmonizar o tom conciliatório da carta de Reagan e a suposição do autor de que ele possuía alguma credibilidade junto ao destinatário, com a afirmação de Reagan, feita apenas algumas semanas antes, de que os líderes soviéticos eram capazes de qualquer crime? Reagan não sentiu nenhuma necessidade de explicar essa evidente incoerência, talvez por acreditar a fundo em ambas as coisas — no mal da conduta soviética e na suscetibilidade dos líderes soviéticos à conversão ideológica.

Desse modo, após a morte de Brejnev, em novembro de 1982, Reagan enviou uma nota manuscrita — em 11 de julho de 1983 — ao sucessor de Brejnev, Yuri Andropov, mais uma vez negando quaisquer desígnios agressivos.⁹ Quando Andropov, pouco depois, também morreu, e o enfermo e idoso Konstantin Chernenko foi o seu sucessor (óbvia nomeação interina), Reagan confiou ao seu diário, cuja clara intenção era que fosse publicado: “Tenho a profunda sensação de que gostaria de conversar com ele sobre nossos problemas, de homem para homem e ver se seria capaz de convencê-lo do benefício material para os soviéticos, se estes se unissem à família das nações etc”.¹⁰

Seis meses depois, em 28 de setembro de 1984, Gromyko fez sua primeira visita à Casa Branca, no governo Reagan. Mais uma vez, Reagan recorreu ao diário, confidenciando que sua principal meta era eliminar as suspeitas dos líderes soviéticos quanto aos Estados Unidos:

Tenho a sensação de que não chegaremos a lugar algum com a redução de armas enquanto eles estiverem tão desconfiados dos nossos motivos quanto estamos nós dos motivos deles. Acredito que precisamos de um encontro, para ver se podemos fazê-los entender que não temos quaisquer intenções quanto a eles, mas acreditamos que eles têm desígnios que se referem a nós.¹¹

Se a conduta soviética fora causada por desconfiança dos Estados Unidos, durante duas gerações, Reagan poderia muito bem ter suposto que esse sentimento estava arraigado no sistema e na história soviéticos. A ardente esperança — especialmente em tão sonoro anticomunista — de que a cautela dos soviéticos poderia ser eliminada em uma única conversa com seu ministro do exterior (que, ainda mais, representava a quintessência do governo comunista) só pode ser explicada pela irreprimível convicção americana de que o entendimento entre os povos é normal, que a tensão é uma aberração e que a confiança se pode criar por demonstração diligente de boa vontade.

Aconteceu, portanto, que Reagan, o flagelo do comunismo, não teve pudor de descrever a noite anterior ao seu primeiro encontro com Gorbachev, em 1985, com suas sensações de expectativa nervosa e a esperança de que a reunião resolveria os conflitos de duas gerações — atitude mais próxima de Jimmy Carter que de Richard Nixon:

Começando com Brejnev, sempre sonhei encontrar-me a sós com um líder soviético, pois acreditava que talvez pudéssemos realizar coisas que os diplomatas dos nossos países não podiam por não terem a autoridade. Em outras palavras, senti que se tivéssemos as pessoas mais importantes negociando e conversando em uma reunião de cúpula e, então, os dois emergissem de braços dados dizendo: "Concordamos com o seguinte", os burocratas não conseguiriam estragar completamente o

acordo. Até Gorbachev, jamais tive a oportunidade para testar minha ideia. Agora é a minha chance.¹²

Apesar da retórica de confronto ideológico e da realidade de conduzir um conflito geopolítico, Reagan não acreditava, no íntimo, em causas estruturais ou geopolíticas da tensão. Ele e seu grupo consideravam a preocupação com o equilíbrio de poder excessivamente restritiva e pessimista. Não queriam gradualismo, queriam um *showdown*, cartas na mesa. Essa firmeza dotou a equipe de Reagan de uma extraordinária flexibilidade tática.

Um biógrafo escreveu sobre um dos "sonhos" de Reagan, que eu também o ouvi contar:

Numa das fantasias de Ronald Reagan como presidente, ele levaria Mikhail Gorbachev a um passeio pelos Estados Unidos, para que o líder soviético pudesse ver como vivem os americanos comuns. Reagan frequentemente contava esse sonho. Imaginava ele e Gorbachev voando de helicóptero sobre uma cidade operária, vendo a fábrica e seu estacionamento cheio de carros, depois sobrevoariam as vizinhanças agradáveis onde os trabalhadores das fábricas viviam em casas com "jardins e quintais, talvez com um segundo carro ou um barco na entrada, e não nos bairros superlotados que vi em Moscou". O helicóptero desceria e Reagan convidaria Gorbachev a bater nas portas e perguntar aos moradores "o que achavam de nosso sistema". E os operários diriam a ele o quanto era maravilhoso viver na América.¹³

Reagan, nitidamente, se achava na obrigação de acelerar a inevitável conclusão de Gorbachev, ou de qualquer outro líder soviético, de que a filosofia comunista estava errada, e que, uma vez esclarecidos os equívocos acerca da verdadeira natureza dos Estados Unidos, uma era de conciliação nasceria. Nesse sentido, e a despeito de todo seu fervor ideológico, os pontos de vista de Reagan sobre a essência do conflito internacional continuavam estritamente americano-utópicos. Como ele não acreditava em interesses nacionais incompatíveis, não era capaz de discernir conflitos insolúveis entre nações. A partir do momento em que os líderes soviéticos modificassem sua perspectiva ideológica, o mundo estaria livre do tipo de disputas que havia caracterizado a diplomacia

clássica. Ele não concebia nenhum estágio intermediário entre o conflito permanente e a reconciliação duradoura.

Contudo, por mais otimistas, até mesmo “liberais”, que fossem os pontos de vista de Reagan, estes se referiam ao desfecho final, e ele pretendia chegar lá por meio de um confronto implacável. Segundo sua maneira de pensar, terminar a Guerra Fria não exigia criar um clima “favorável” ou fazer gestos unilaterais, tão apreciados pelos defensores da negociação permanente. Suficientemente americano para perceber o confronto e a conciliação como estágios sucessivos de uma política, Reagan foi o primeiro presidente do pós-guerra a tomar a ofensiva, ideológica e geoestratégica.

A União Soviética não se vira obrigada a lidar com um fenômeno dessa natureza desde a época de John Foster Dulles — e Dulles não era presidente, nem tentou executar a sério sua política de “libertação”. Já Reagan e seus adeptos assumiam as afirmações literalmente. Desde a posse de Reagan, buscaram atingir dois objetivos simultaneamente: contrabater a pressão geopolítica soviética até que o processo de expansionismo fosse detido e revertido e lançar um programa de rearmamento destinado a estacar completamente a tentativa soviética de superioridade estratégica, transformando-a num “deve” contábil estratégico.

O veículo ideológico para essa inversão de papéis foi a questão dos direitos humanos, que Reagan e seus conselheiros invocaram para solapar o sistema soviético. Na verdade, seus antecessores imediatos haviam também afirmado a importância dos direitos humanos. Nixon o fizera em relação à questão da emigração da União Soviética. Ford dera o maior passo, com o Basket III dos Acordos de Helsinque (vide [Capítulo 29](#)). Carter transformou os direitos humanos no elemento central da sua política externa e insistiu neles tão intensamente, *vis-à-vis* os aliados dos Estados Unidos, que sua invocação de altos princípios, ocasionalmente, ameaçava a coesão interna desses aliados. Reagan e seus conselheiros foram um passo adiante, tratando os direitos humanos como instrumento para derrubar o comunismo e democratizar a União Soviética, portanto, a chave para um mundo pacífico — como

Reagan ressaltou em sua mensagem sobre o Estado da União, de 25 de janeiro de 1984: “Os governos que se sustentam no consentimento dos governados não guerreiam seus vizinhos”.¹⁴ Em Westminster, em 1982, Reagan, louvando a onda democrática em todo o mundo, convocou as nações livres

[...] a estimular a infraestrutura da democracia — imprensa livre, sindicatos, partidos políticos, universidades, que permitem a um povo escolher seu próprio caminho, desenvolver a sua própria cultura, harmonizar suas próprias diferenças, por meios pacíficos.¹⁵

O apelo para melhorar a democracia em casa era o prelúdio para um tema classicamente wilsoniano: “Se o restante deste século vai testemunhar o crescimento gradual da liberdade e dos ideais democráticos, devemos agir de forma a colaborar na campanha pela democracia”.¹⁶

Reagan, na verdade, levou o wilsonismo ao máximo. Os Estados Unidos não esperariam passivamente que instituições livres evoluíssem, tampouco limitar-se-iam a resistir a ameaças diretas à sua segurança. Promoveriam a democracia, ativamente, recompensando os países que realizassem seus ideais e punindo quem não alcançasse a meta — mesmo que não representassem outro desafio ou ameaça visível à América. A equipe Reagan virou, desse modo, as antigas pretensões bolcheviques de cabeça para baixo — valores democráticos, não o Manifesto Comunista, seriam a onda do futuro. E a equipe Reagan era coerente: pressionou por reformas o regime conservador de Pinochet no Chile, e o regime autoritário de Marcos nas Filipinas. O primeiro foi induzido a concordar com um plebiscito e com eleições livres que o substituíram, o último foi derrubado, com a colaboração americana.

A cruzada pela democracia, ao mesmo tempo, levantou questões fundamentais, que são de especial relevância ao período pós-Guerra Fria. Como poderíamos conciliar essa cruzada com a antiga doutrina americana da não intervenção nos assuntos internos de outros estados? Até que ponto deveriam outros objetivos, como a segurança nacional, subordinar-se a ela? Que preço os Estados

Unidos estariam dispostos a pagar para promover seus valores? Como evitariam a superextensão ou o retraimento? O mundo do pós-Guerra Fria, que já faz os primeiros anos Reagan parecerem história remota, terá de responder a essas perguntas.

Todavia, quando Reagan assumiu a presidência, tais ambiguidades não o preocuparam tanto quanto criar uma estratégia para interromper o inexorável avanço soviético dos anos anteriores. A meta da ofensiva geoestratégica de Reagan era provar aos soviéticos que eles haviam se excedido. Rejeitando a Doutrina de Brejnev sobre a irreversibilidade das aquisições comunistas, a estratégia de Reagan expressava a convicção de que o comunismo poderia ser derrotado, não meramente contido. Reagan provocou a revogação da Emenda Clark, que impedira a ajuda americana a forças anticomunistas em Angola, intensificou o apoio às guerrilhas afegãs antissoviéticas, desenvolveu um grande programa de resistência às guerrilhas comunistas na América Central e até mandou auxílio humanitário ao Camboja. Foi admirável tributo à coesão americana que, pouco mais de cinco anos após o desastre na Indochina, um presidente determinado estaria novamente contestando a expansão soviética ao redor do mundo, dessa vez com êxito.

A maioria das aquisições soviéticas dos anos 1970 se revertera — embora vários desses recuos não ocorressem até o governo Bush. A ocupação vietnamita do Camboja terminou em 1990, eleições foram realizadas em 1993, e os refugiados prepararam-se para voltar; as tropas cubanas retiraram-se de Angola em 1991; ruiu o governo da Etiópia, apoiado pelos comunistas, em 1991; em 1990, os sandinistas da Nicarágua foram levados a aceitar eleições livres, um risco que nenhum partido comunista no governo jamais quis correr; e, talvez o mais importante, os exércitos soviéticos retiraram-se do Afeganistão, em 1989. Todos estes acontecimentos contribuíram para o declínio do *élan* ideológico e da convicção geopolítica dos comunistas. Observando o colapso da influência soviética no chamado Terceiro Mundo, os reformadores soviéticos logo estariam citando as aventuras onerosas e inúteis de Brejnev

como prova da bancarrota do sistema comunista, cujo estilo antidemocrático de decisões eles acreditavam precisar urgentemente de revisão.¹⁷

O governo Reagan teve esses êxitos, colocando em prática o que veio a ser conhecido como Doutrina Reagan: os Estados Unidos ajudariam contrainsurgências anticomunistas a arrancarem seus respectivos países da esfera de influência soviética. Significava armar os *mujahideen* afegãos em sua luta contra os russos, apoiar os contras na Nicarágua e auxiliar forças anticomunistas na Etiópia e em Angola. Nos anos 1960 e 1970, os soviéticos haviam incitado revoltas comunistas contra governos amigáveis aos Estados Unidos. Agora, nos anos 1980, os Estados Unidos estavam dando aos soviéticos um gosto de seu próprio remédio. O secretário de estado, George Shultz, expôs o conceito num discurso de fevereiro de 1985, em San Francisco:

Durante muitos anos assistimos aos nossos adversários agirem sem restrição, no apoio a insurreições ao redor do mundo, para disseminar ditaduras comunistas [...] qualquer vitória do comunismo era considerada irreversível [...] Hoje, no entanto, o Império Soviético está enfraquecendo, sob a tensão dos seus próprios problemas internos e compromissos externos [...] As forças democráticas, em todo o mundo, fazem jus a que nos mantenhamos a seu lado. Abandoná-las seria traição vergonhosa — traição não só a homens e mulheres corajosos, como também aos nossos mais elevados ideais.¹⁸

A exaltada linguagem wilsoniana de apoio global à liberdade e à democracia era fermentada por um realismo quase maquiavélico. Os Estados Unidos não foram “ao estrangeiro em busca de monstros para matar”, na memorável frase de John Quincy Adams; a Doutrina Reagan resumia-se a uma estratégia de ajudar o inimigo do nosso inimigo — Richelieu teria entusiasticamente aprovado. O governo Reagan deu ajuda não só a democratas genuínos (como na Polônia), mas também a fundamentalistas islâmicos (mancomunados com os iranianos) no Afeganistão, a direitistas na América Central e a déspotas tribais na África. Os Estados Unidos não tinham mais em comum com o *mujahideen* do que Richelieu tivera com o sultão do

Império Otomano. Mas havia um inimigo comum e, no universo dos interesses nacionais, isso os transformava em aliados. Os resultados ajudaram a acelerar o colapso do comunismo, mas deixaram os Estados Unidos frente à torturante questão que tentaram evitar na maior parte de sua história, e vem a ser o dilema central do estadista: que fins justificam quais meios?

O desafio mais grave de Reagan à União Soviética terminou sendo o crescimento militar. Em todas as suas campanhas eleitorais, Reagan havia lamentado o pequeno esforço americano de defesa e advertira que a superioridade soviética se aproximava. Hoje, sabemos que essas apreensões refletiam uma supersimplificação da natureza da superioridade militar na Era Nuclear. Mas, independentemente do acerto da percepção de Reagan, no que dizia respeito à ameaça militar soviética, ele conseguiu arregimentar seu eleitorado conservador, muito mais que as evocações de Nixon dos perigos geopolíticos.

Antes do governo Reagan, um argumento típico da crítica radical, na política americana da Guerra Fria, fora que o crescimento militar era inútil, pois os soviéticos sempre iriam equiparar-se, em cada patamar, ao esforço americano. Isso provou ser ainda mais errado que a impressão da iminente superioridade soviética. A escala e o ritmo do armamento americano, sob o comando de Reagan, reforçou todas as dúvidas que já estavam na mente dos líderes soviéticos, resultantes do desastre no Afeganistão e na África, quanto a poderem arcar economicamente com a corrida armamentista e — ainda mais — quanto a poderem mantê-la tecnologicamente.

Reagan recuperou sistemas de armas que haviam sido abandonados pelo governo Carter, como o bombardeiro B-1, e iniciou a disposição do míssil MX, o primeiro novo míssil americano intercontinental baseado em terra, em uma década. As duas decisões estratégicas que mais contribuíram para terminar a Guerra Fria foram o dispositivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com os mísseis americanos de alcance intermediário

na Europa e o empreendimento americano da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE).

A decisão da Otan de colocar mísseis de alcance intermediário (2.400 quilômetros) na Europa datava do governo Carter. O objetivo foi atenuar a fúria do chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt, com o cancelamento unilateral americano da chamada bomba de nêutrons — feita para tornar a guerra nuclear menos destrutiva — que Schmidt apoiara, mesmo em oposição ao seu próprio partido social-democrata. As armas de alcance intermediário (em parte mísseis balísticos, em parte mísseis de cruzeiro, lançados de terra), na verdade, destinavam-se a um problema diferente — contrapor o grande número de novos mísseis soviéticos (os SS-20), capazes de alcançar todos os alvos europeus a partir de pontos distantes dentro do território soviético.

O argumento a favor das armas de alcance intermediário, em sua essência, era político e não estratégico e brotava das mesmas preocupações que, 20 anos antes, haviam gerado debates entre os aliados sobre estratégia; dessa vez, contudo, os Estados Unidos tentaram aliviar as apreensões da Europa. A questão, em suma, era novamente se a Europa Ocidental poderia contar com que os Estados Unidos utilizariam suas armas nucleares para repelir um ataque soviético limitado à Europa. Se os aliados europeus dos Estados Unidos tivessem acreditado na disposição americana de recorrer à retaliação nuclear — continentais ou de armas no mar — dos Estados Unidos, os novos mísseis em solo europeu teriam sido desnecessários. Mas era precisamente disso que os europeus continuavam a duvidar. De sua parte, os americanos tinham suas próprias razões para responder à ansiedade europeia. Era parte da estratégia da resposta flexível produzir opções entre fazer uma guerra total, concentrada na América, e aceitar a chantagem nuclear soviética.

Havia, obviamente, uma explicação mais sofisticada que a desconfiança mútua, subliminal, entre os dois lados da parceria do Atlântico. As novas armas associavam, organicamente, a defesa estratégica da Europa com a dos Estados Unidos. O raciocínio é que

a União Soviética não atacaria com forças convencionais, sem primeiro tentar destruir os mísseis de alcance intermediário na Europa que, em virtude da sua proximidade e precisão, poderiam pôr fora de combate os centros soviéticos de comando, e facilitar o caminho para um primeiro ataque devastador, pelas forças estratégicas americanas. Por outro lado, atacar os mísseis americanos de alcance intermediário, deixando intacta a força retaliatória dos Estados Unidos, seria também muito arriscado. Um número suficiente de mísseis de alcance intermediário poderia sobreviver e causar um dano sério, permitindo à força retaliatória americana emergir incólume como árbitro dos eventos. Desse modo, os mísseis de alcance intermediário eliminavam uma lacuna no espectro da dissuasão. No jargão técnico da época, as defesas da Europa e dos Estados Unidos estariam, assim, “acopladas”, e a União Soviética não poderia atacar qualquer das áreas sem incorrer no risco inaceitável de uma guerra nuclear generalizada.

O “acoplamento” técnico respondia, também, ao medo crescente do neutralismo alemão, no restante da Europa, especialmente na França. Após a queda de Schmidt, em 1982, o partido social-democrata alemão parecia estar retornando ao nacionalismo e ao neutralismo — a ponto de, nas eleições de 1986, um dos seus líderes, Oskar Lafontaine, insistir em que a Alemanha saísse do comando integrado da Otan. Demonstrações em massa contra a instalação de mísseis abalaram a República Federal.

Percebendo a chance de enfraquecer os laços da Alemanha com a Otan, Brejnev e seu sucessor, Andropov, fizeram da oposição à presença de mísseis de alcance intermediário, o elemento vital da política externa soviética. No início de 1983, Gromyko visitou Bonn, para advertir que os soviéticos abandonariam as conversas sobre controle de armas, em Genebra, no dia em que os Pershings chegassem à Alemanha Ocidental, ameaça certa de tocar fogo nos manifestantes alemães. Quando Kohl visitou o Kremlin, em julho de 1983, Andropov advertiu o chanceler alemão de que, caso ele aceitasse os Pershings II,

a ameaça militar à Alemanha Ocidental crescerá sobremaneira. As relações entre os nossos dois países estarão fadadas a sofrer, igualmente, certas complicações. Quanto aos alemães da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã, eles teriam, como foi recentemente dito por alguém (o *Pravda*), que olhar uns para os outros por meio de densas paliçadas de mísseis.¹⁹

O mecanismo de propaganda de Moscou desencadeou uma grande campanha em todos os países europeus. Demonstrações em massa de vários grupos de paz pressionaram para que o desarmamento, no lugar da nova distribuição de mísseis, recebesse prioridade, e por um congelamento nuclear imediato.

Toda vez que a Alemanha era tentada pelo neutralismo, que, na cabeça dos franceses, significava nacionalismo, os presidentes franceses buscavam fornecer a Bonn uma alternativa europeia ou Atlântica. Na década de 1960, De Gaulle fora um defensor enérgico do ponto de vista alemão, referente a Berlim. Em 1983, Mitterrand surgiu, inesperadamente, como principal advogado europeu do plano americano de instalar mísseis de alcance intermediário. Mitterrand fez campanha pelos mísseis na Alemanha. "Quem aposte em desacoplar o continente europeu do americano está, em nossa opinião, pondo em risco o equilíbrio de forças, portanto a manutenção da paz", declarou Mitterrand ao Bundestag alemão.²⁰ Nitidamente, para o presidente francês, o interesse nacional da França em ver os mísseis de alcance intermediário na Alemanha transcendia qualquer afinidade ideológica que seus socialistas franceses porventura tivessem com os irmãos social-democratas alemães.

Reagan elaborou um plano próprio para neutralizar a ofensiva diplomática soviética, oferecendo trocar os mísseis americanos de alcance intermediário pelos SS-20 soviéticos.²¹ Como os SS-20 eram mais um pretexto para a instalação americana que sua causa, a proposta levantou questões sérias sobre "desacoplar" a defesa da Europa dos Estados Unidos. Contudo, se os argumentos para o "acoplamento" eram esotéricos, a ideia de abolir toda uma categoria de armas era fácil de entender. E, como os soviéticos sobrestimavam

sua posição de barganha e recusavam-se a discutir qualquer parte da proposta de Reagan, a chamada opção zero facilitou aos governos europeus levarem a cabo a instalação dos mísseis. Foi uma vitória colossal para Reagan e para o chanceler alemão Helmut Kohl, que apoiara firmemente o plano americano. Demonstrou-se que a enferma liderança soviética estava perdendo a capacidade de intimidar a Europa Ocidental.

A instalação dos mísseis de alcance intermediário melhorou a estratégia da dissuasão; mas quando, em 23 de março de 1983, Reagan anunciou sua intenção de desenvolver uma defesa estratégica contra os mísseis soviéticos, ele agora ameaçava com uma novidade tecnológica estratégica: “[...] conclamo a comunidade científica de nosso país, aqueles que nos deram as armas nucleares, a voltarem agora seu grande talento para a causa da humanidade e da paz mundial: dar-nos os meios de tornar as armas nucleares impotentes e obsoletas”.²²

As últimas palavras, “impotentes e obsoletas”, devem ter provocado calafrios no Kremlin. O arsenal nuclear soviético era a base de todo o *status* de superpotência da União Soviética. Durante os 20 anos de domínio de Brejnev, a paridade estratégica com os Estados Unidos fora o principal objetivo soviético. Agora, com um único feito tecnológico, Reagan propunha eliminar tudo aquilo que a União Soviética se dilacerara tentando realizar.

Se a proclamação de Reagan de uma defesa 100% eficaz chegasse até mesmo perto de se realizar, a superioridade estratégica americana seria a realidade. Um primeiro ataque americano poderia, então, ser vitorioso, pois o sistema defensivo talvez fosse capaz de conter a relativamente pequena e desorganizada força míssil soviética que sobrevivesse. No mínimo, o anúncio de Reagan da Strategic Defense Initiative (IDE) colocou a liderança soviética sob aviso de que a corrida armamentista, que ela havia começado de maneira tão inconsequente nos anos 1960, consumiria todos os seus recursos ou levaria a uma disparada estratégica americana.

A proposta IDE, de Reagan, tocou num ponto delicado do debate da política de defesa americana. Antes da Era Nuclear, seria considerado absurdo basear a defesa de um país na vulnerabilidade de sua população. Posteriormente, o debate estratégico assumiu um caráter inusitado, até porque grande parte dele era conduzido por um grupo inteiramente novo de participantes. Antes da Era Nuclear, a estratégia militar era resolvida nos estados-maiores ou nas escolas de estado-maior, com alguns palpiteiros de fora, principalmente historiadores militares, como B. H. Liddell Hart. A enorme destrutividade das armas nucleares tornou o conhecimento militar tradicional menos relevante; qualquer pessoa que compreendesse a nova tecnologia poderia participar do jogo, e os jogadores eram, em sua maioria, cientistas e, alguns outros, acadêmicos.

Estupefatos diante do poder de destruição que haviam criado, os especialistas técnicos, em sua maioria, convenceram-se de que os políticos eram suficientemente irresponsáveis para, mesmo com a possibilidade mínima de uma guerra nuclear tolerável, ser tentados a desencadeá-la. Era, portanto, obrigação moral dos cientistas, defender estratégias tão absolutamente catastróficas, que assustassem até mesmo o mais imprudente dos planejadores políticos. O paradoxo era que os mais preocupados com o futuro da civilização terminavam a favor de uma estratégia militar niilista, de extermínio civil.

Os cientistas da defesa chegaram a isso aos poucos. Durante a primeira década da Era Nuclear, muitos ainda queriam a defesa contra uma ameaça soviética aérea, em grande parte inexistente. No afã de impedir uma guerra nuclear, os cientistas deviam ter em mente a utilidade de desviar recursos das armas ofensivas e, portanto, reduzir o perigo de um ataque preventivo americano. Após o surgimento da capacidade nuclear soviética, suficiente para devastar os Estados Unidos, o conselho predominante da comunidade científica mudou paradoxalmente. Daí em diante, a maioria defendeu ardorosamente a Destruição Mútua Garantida, que baseava a dissuasão no pressuposto de que, considerando o alto

nível esperado de vítimas civis, nenhum dos lados começaria uma guerra nuclear.

A teoria da Destruição Mútua Garantida (Mutual Assured Destruction — MAD) marcou uma deliberada fuga da racionalidade, em teoria estratégica, ao basear a defesa na ameaça de suicídio. Na prática, ela conferia uma grande vantagem, psicológica, com certeza, para o lado capaz de montar desafios dos quais o adversário só tivesse saída recorrendo a uma guerra nuclear generalizada. Nos anos 1960 e 1970, esse lado foi nitidamente a União Soviética, cujas forças militares convencionais eram tidas como muito superiores às do Ocidente. Ao mesmo tempo, com tal estratégia era certo que uma guerra nuclear destruiria a própria civilização. Desse modo, a IDE encontrou o apoio especial dos que buscavam evitar a escolha intolerável entre a rendição e o Armagedom.

A maioria da mídia e dos intelectuais da defesa, entretanto, manteve-se fiel ao bom-senso e opôs-se à IDE. O melhor e mais imparcial compêndio das várias reservas feitas está num livro de Harold Brown, que foi secretário de defesa, no governo Carter, e secretário da força aérea, no governo Johnson.²³ Brown era a favor de um esforço de pesquisa, mas argumentava que a IDE ainda não era prática.²⁴ Um de seus colaboradores, Richard Betts, assumiu a posição de que, em qualquer nível de dispositivo, aos soviéticos seria possível saturar o sistema de defesa a um custo menor que o do dispositivo americano.²⁵ O professor George Liska, da Universidade Johns Hopkins, colocou-se no extremo oposto. Afirmou que a IDE poderia funcionar, mas que, uma vez protegidos, os Estados Unidos perderiam o estímulo para defender seus aliados europeus.²⁶ Robert Osgood combinou todas as críticas acima com a preocupação de que se invalidasse o Tratado ABM (Anti-Ballistic Missile Treaty), de 1972, e mais se complicasse ainda o controle de armas.²⁷ Representando o ponto de vista de muitos aliados ocidentais, o ministro do exterior inglês, Geoffrey Howe, advertiu contra a ideia de construir-se uma “Linha Maginot Espacial”.

Muitos anos de instalação talvez sejam necessários. Tantos anos de insegurança e instabilidade não podem ser o nosso objetivo. Os aliados todos devem compartilhar, a cada etapa, da sensação de que a segurança territorial da Otan é indivisível. Caso contrário, os dois pilares da aliança podem fraquejar.²⁸

Era um conceito inédito e, a longo prazo, desmoralizante que o preço de uma aliança fosse manter a população civil de cada aliado totalmente vulnerável. Era, também, uma ilusão. Certamente, a disposição dos Estados Unidos, de arriscar uma guerra nuclear por seus aliados europeus, aumentaria na proporção quase direta da capacidade de proteger sua própria população civil.

Os especialistas tinham todos os argumentos técnicos a seu favor; mas Reagan se apossara de uma verdade política: num mundo de armas nucleares, governos que não fazem nenhum esforço para proteger o povo contra acidentes, contra adversários ensandecidos, contra proliferação nuclear e toda uma sorte de outros perigos previsíveis terão o opróbrio da posteridade se o desastre ocorrer. Que não era possível, no início de um programa de pesquisa complicado, demonstrar a eficácia da IDE, isso era inerente à complexidade do problema; nenhuma arma jamais se desenvolveria se tivesse que ser submetida a um critério tão perfeccionista.

O argumento da moda — de que qualquer defesa podia ser vencida por saturação — ignorava que a saturação não funciona linearmente. Até certo nível, a IDE poderia funcionar quase da maneira como Reagan a descrevera; depois disso, declinaria progressivamente em eficácia. Mas, se o preço de lançar um ataque nuclear fosse alto o suficiente, a dissuasão aumentaria, especialmente se o atacante não pudesse saber quais ogivas passariam, para quais alvos. Finalmente, uma defesa capaz de interceptar um número substancial de mísseis soviéticos seria ainda mais eficaz contra os ataques muito menores de novos países nucleares.

Reagan era impermeável à grande parte das críticas técnicas, pois, para começar, não advogara a IDE em termos estratégicos. Ao

contrário, ele a apresentara em termos da causa “liberal” de provocar a abolição da guerra nuclear. O presidente pós-guerra mais comprometido em desenvolver a força militar dos Estados Unidos, inclusive sua capacidade nuclear, sustentava, ao mesmo tempo, uma visão pacifista de um mundo do qual todas as armas nucleares fossem banidas. O conhecido epigrama de Reagan — “uma guerra nuclear não pode ser vencida e não deve ser feita”²⁹ — era indistinguível dos objetivos declarados de seus críticos radicais. Mas, como na dualidade de sua abordagem da União Soviética, Reagan era absolutamente sério em ambos, no seu desenvolvimento de armas e no seu pacifismo. Reagan descreveu sua atitude em relação às armas nucleares em suas memórias:

*Ninguém poderia “vencer” uma guerra nuclear. Mas, enquanto armas nucleares existissem, sempre haveria o risco de serem usadas, e, quando a primeira arma nuclear voasse, quem sabe onde isso terminaria? O meu sonho, portanto, foi o de um mundo livre de armas nucleares [...]*³⁰

A aversão pessoal de Reagan a uma guerra nuclear foi reforçada pela convicção altamente literal da profecia bíblica do Armagedom. Eu o ouvi expor esses pontos de vista, ao longo de linhas quase idênticas às que seu biógrafo usou:

Falando como se contasse um filme, ele relatou um episódio aterrorizante da história do Armagedom, em que um exército invasor do Oriente, composto de 200 milhões de soldados, é destruído por uma peste. Reagan acredita que a “peste” era uma profecia da guerra nuclear, onde “os olhos são queimados na cabeça, os pelos caem do corpo e assim por diante”. Ele acredita que esse episódio pressagiava, especificamente, Hiroshima.³¹

Nenhum ativista do Movimento da Paz poderia ter condenado o uso de armas nucleares mais eloquentemente que Ronald Reagan. Em 16 de maio de 1983, ele acresceu ao anúncio de que estava instalando os mísseis intercontinentais MX, a expressão da sua ardorosa esperança de que, em algum ponto do desenrolar das

coisas, o processo se inverteria e todas as armas nucleares seriam eliminadas:

Não creio que este mundo seja capaz de ir da nossa geração às gerações subsequentes com esse tipo de arma, em ambos os lados, apontadas umas contra as outras, sem que, algum dia, algum idiota, algum maníaco ou algum acidente desencadeie o tipo de guerra que é o fim da linha para nós todos.³²

Quando Reagan apresentou a IDE, fê-lo numa linguagem tão veemente quanto não ortodoxa, mesmo depois de filtrada pelo “processo de verificação” burocrático, a que todos os presidentes se sujeitam. Caso as negociações do controle de armas durassem demais, os Estados Unidos, unilateralmente, eliminariam o perigo nuclear, criando a IDE. A ciência americana, acreditava Reagan, tornaria as armas nucleares obsoletas.³³

Os líderes soviéticos não se impressionaram com os apelos morais de Reagan, mas foram obrigados a levar a sério o potencial tecnológico dos Estados Unidos e o impacto estratégico, mesmo de uma defesa imperfeita. Como acontecera com as propostas de Nixon do ABM, 14 anos antes, a reação soviética foi o oposto do que os defensores do controle de armas haviam previsto; a IDE abriu as portas ao controle de armas. Os soviéticos retomaram as conversas com a questão dos mísseis de alcance intermediário.

Os críticos alegaram que Reagan estava sendo cínico e que sua visão radical da eliminação de todas as armas nucleares era cobertura para o seu esforço de estimular a corrida armamentista. Reagan, entretanto, estava sendo tudo, menos cínico, dando expressão à fé otimista de todos os americanos, de que aquilo que é necessário é também exequível. Na verdade, suas declarações mais eloquentes sobre a abolição de armas nucleares foram feitas de improviso.

Produziu-se, desse modo, o paradoxo de que o presidente, que tanto fez para modernizar o arsenal estratégico dos Estados Unidos, contribuiu também, de maneira importante, para desautorizá-lo. Adversários ou aliados, que tomavam literalmente o que Reagan

dizia em público, sobre armas nucleares e, em particular, sobre a iminência do Armagedom, só podiam concluir que estavam lidando com um presidente que muito dificilmente recorreria às armas em torno das quais a defesa americana fora montada.

Quantas vezes um presidente podia repetir sua fala padrão, de que uma "guerra nuclear não deve ser feita", antes que a credibilidade da ameaça nuclear se desgastasse? Quantas reduções de armas nucleares poderiam ser efetivas, antes que a estratégia da resposta flexível se tornasse tecnicamente inviável? Felizmente, os soviéticos estavam, a essa altura, muito fracos para testar essa vulnerabilidade potencial, e os inquietos aliados dos Estados Unidos foram atropelados pelo declínio acelerado da União Soviética.

Que Reagan era tudo, menos cínico, ficava evidente toda vez que ele acreditava estar diante de uma oportunidade para realizar seu sonho de um mundo não nuclear. Convencido de que a abolição da guerra nuclear era tão importante que todas as pessoas sensatas concordariam com ele, Reagan estava pronto para avançar bilateralmente com os soviéticos, em relação às questões mais fundamentais, sem consultar aliados, cujos interesses nacionais poderiam estar igualmente envolvidos. Isso ocorreu, de maneira dramática, no encontro de cúpula de Reagan com Gorbachev, em 1986, em Reykjavik. Num verdadeiro passeio de montanha-russa, tumultuado e emocional, que durou 48 horas, Reagan e Gorbachev concordaram, em princípio, em reduzir todas as forças estratégicas em 50%, nos cinco anos seguintes, e em destruir todos os mísseis balísticos, em dez anos. Em certo momento, Reagan quase aceitou a proposta soviética de abolir, por completo, as armas nucleares.

Reykjavik chegou perto do condomínio soviético-americano, que aliados e neutros havia tanto tempo receavam. Se as outras potências nucleares rejeitassem o acordo soviético-americano, elas sofreriam a desaprovação pública, a pressão das superpotências ou o isolamento; se concordassem, a Inglaterra, a França e a China seriam, efetivamente, obrigadas, pelos Estados Unidos e a União Soviética, a abandonar sua dissuasão nuclear independente, algo

que os governos Thatcher e Mitterrand, assim como os líderes da China, não estavam nem mesmo remotamente dispostos a fazer.

O acordo de Reykjavik fracassou no último instante por duas razões. Naquele estágio ainda inicial do seu governo, Gorbachev superestimou suas possibilidades. Tentou casar a abolição dos mísseis estratégicos com uma proibição dos testes da IDE, por um período de dez anos, mas equivocou-se quanto ao interlocutor, como também quanto à sua posição de barganha. Uma tática sensata para Gorbachev teria sido propor que se publicasse aquilo em que houve acordo — a saber, a abolição das forças de mísseis — e de passar a questão dos testes da IDE para os negociadores do controle de armas em Genebra. Isso teria fixado o que já se acertara e teria, certamente, gerado uma grande crise, tanto na Aliança Atlântica quanto nas relações sino-americanas. Ao pressionar por mais, Gorbachev esbarrou numa promessa que Reagan fizera antes da reunião de cúpula — de não utilizar a IDE como peça de barganha. Quando Gorbachev insistiu, Reagan reagiu de uma forma que nenhum profissional da área de política externa teria aconselhado: simplesmente levantou-se e saiu da sala. Anos depois, quando perguntei a um antigo conselheiro de Gorbachev, que estivera presente em Reykjavik, por que os soviéticos não se haviam contentado com o que os Estados Unidos já tinham cedido, ele respondeu: “Havíamos pensado em tudo, exceto que Reagan fosse embora”.

Pouco depois, George Shultz proferiu um discurso expressivo, descrevendo por que a visão de Reagan de eliminar as armas nucleares era, de fato, uma vantagem para o Ocidente.³⁴ Mas a linguagem do seu discurso, habilidosamente estruturada a favor de um “mundo menos nuclear”, demonstrou que o departamento de estado — agudamente consciente dos interesses dos aliados — ainda não se alinhara com a visão de Reagan de abolição total das armas nucleares.

Após o fracassado encontro, o governo Reagan tentou executar aquela parte da agenda de Reykjavik que era imediatamente realizável: a redução de 50% nas forças estratégicas, concebida

como primeira etapa de um acordo global que bania todos os mísseis. Entendimentos houve para destruir mísseis balísticos americanos e soviéticos de alcance médio e intermediário na Europa. Como este acordo não afetava as forças nucleares da Inglaterra e da França, as disputas interaliadas, de 25 anos antes, não surgiram dessa vez. Do mesmo modo, o processo de desnuclearizar a Alemanha teve início e, em decorrência, seu afastamento potencial da Aliança Atlântica. A Alemanha só gozaria totalmente de sua incipiente desnuclearização se adotasse a política de não usar primeiro as armas nucleares — algo incoerente com a estratégia da Otan e o dispositivo americano. Se a Guerra Fria houvesse prosseguido, uma política externa mais nacional e menos orientada para alianças poderia ter sido adotada na República Federal, motivo pelo qual a primeira-ministra inglesa Thatcher estava tão preocupada com a tendência das negociações de controle de armas.

Reagan transformara uma maratona em corrida de velocidade. Seu estilo de confrontação, associado a uma diplomacia de riscos, provavelmente teria funcionado no início da Guerra Fria, antes que as duas esferas de interesse se consolidassem, e imediatamente após a morte de Stalin. Tal diplomacia era o que Churchill havia proposto, quando reassumiu o cargo em 1951. Com a divisão da Europa congelada e se a União Soviética ainda se sentisse segura, a tentativa de forçar um acordo teria, quase certamente, produzido um grande conflito e desgastado a Aliança Atlântica, cuja maioria dos membros não queria tensões desnecessárias. Nos anos 1980, a estagnação soviética tornou uma estratégia de avanço novamente possível. Perceberia Reagan o grau de desintegração da vontade soviética, ou a obstinação e a oportunidade andaram juntas?

Por fim, não fez a menor diferença se Reagan agia instintiva ou analiticamente. A Guerra Fria não prosseguiu, pelo menos em parte, devido às pressões que o governo Reagan exerceu sobre o sistema soviético. Ao final da presidência de Reagan, a agenda Leste-Oeste voltara ao ritmo do período da *détente*. O controle de armas era, de novo, a peça fundamental das negociações Leste-Oeste, embora com ênfase maior na redução de armas e vontade maior de eliminar

categorias inteiras de armas. Nos conflitos regionais, a União Soviética estava agora na defensiva e perdera muito de sua capacidade de instigar confusões. Com menos preocupação com a segurança, o nacionalismo cresceu em ambos os lados do Atlântico, mesmo enquanto a unidade aliada continuava sendo proclamada. Os Estados Unidos confiavam cada vez mais em armas instaladas em seu próprio território ou no mar, ao passo que a Europa multiplicou suas opções políticas em relação ao Leste. Mas, ao cabo, essas tendências negativas foram superadas pelo colapso do comunismo.

O que mudou mais radicalmente foi a maneira como a política Leste-Oeste era apresentada ao público americano. Reagan fizera, instintivamente, das duras políticas geoestratégicas da Guerra Fria um sanduíche, entre uma cruzada ideológica e uma evocação utópica de paz, que agradava simultaneamente às duas maiores correntes de pensamento americano em questões internacionais — a missionária e a isolacionista, a teológica e a psiquiátrica.

Na prática, Reagan estava mais que Nixon para os padrões clássicos do pensamento americano. Nixon não teria utilizado a expressão “império do mal” para descrever a União Soviética, mas também não teria proposto abrir mão de todas as armas nucleares, ou pensado em terminar a Guerra Fria por meio de uma grande reconciliação pessoal com os líderes soviéticos, numa única reunião de cúpula. A ideologia de Reagan protegia-o em seus pronunciamentos semipacifistas, pelos quais um presidente liberal teria sido crucificado. E seu esforço para melhorar as relações Leste-Oeste, especialmente em seu segundo mandato, juntamente com seus êxitos, suavizou a retórica beligerante. Se Reagan teria sido capaz de continuar este número de corda bamba indefinidamente, caso a União Soviética permanecesse um competidor expressivo, é de duvidar. Mas o segundo mandato de Reagan coincidiu com o início da desintegração do sistema comunista — processo acelerado pelas políticas do seu governo.

Mikhail Gorbachev, o sétimo em linha direta, desde Lênin, criou-se numa União Soviética que gozava de um poder e um prestígio sem precedentes. Contudo, ele estava destinado a presidir a

extinção do império, construído com tanto sangue e despesas. Quando Gorbachev assumiu a presidência, em 1985, era o líder de uma superpotência nuclear em decadência econômica e social. Quando foi derrubado do poder, em 1991, o exército soviético jogara o peso a favor do seu rival, Boris Yeltsin, o partido comunista fora declarado ilegal, e o império, tão sangrentamente ampliado por cada governante russo, desde Pedro, o Grande, se desintegrou.

Esse colapso teria parecido uma fantasia, em março de 1985, quando Gorbachev foi feito secretário-geral. Como todos os seus antecessores, Gorbachev inspirava apreensão e esperança. Apreensão, como líder de uma superpotência, tornada ainda mais ameaçadora em consequência do seu estilo enigmático de governo; e esperança de que o novo secretário-geral fizesse o tão esperado retorno à paz. Todas as palavras de Gorbachev eram analisadas em busca do sinal de distensão; emocionalmente, as democracias estavam predispostas a descobrir em Gorbachev o despertar de uma nova era, como estiveram com todos os seus antecessores, após Stalin.

Por essa única vez, a fé das democracias foi mais que apenas um desejo. Gorbachev era de uma geração diferente dos líderes soviéticos, cujos espíritos haviam sido domados por Stalin. Ele carecia da severidade de todos os produtos anteriores da *nomenklatura*. Muito inteligente e suave, assemelhava-se um pouco àquelas figuras abstratas dos romances russos do século XIX — cosmopolita, mas provinciano, inteligente, todavia desconcentrado; perspicaz, mas não percebia seu dilema central.

O mundo exterior deu um suspiro de alívio quase audível. Eis que, enfim, parecia ter surgido o tão ansiado e, até então, totalmente elusivo, momento da transformação ideológica dos soviéticos. Até 1991, Gorbachev era considerado, em Washington, um parceiro indispensável na construção de uma nova ordem mundial — a tal ponto que o presidente Bush escolheu o parlamento ucraniano como o bizarro local para um fórum, cuja intenção era exaltar as qualidades do líder soviético e a importância de se manter a União Soviética unida. Reter Gorbachev no cargo transformou-se

no principal objetivo dos planejadores políticos ocidentais, convencidos de que seria muito mais difícil lidar com qualquer outra figura. Durante o estranho golpe, aparentemente anti-Gorbachev, de agosto de 1991, todos os líderes democráticos declararam-se pela “legalidade”, em apoio à constituição comunista que colocara Gorbachev no posto.

Mas a alta política não abre espaço a fraquezas — mesmo se a vítima não for a causa principal da mesma. A mística de Gorbachev estava no auge quando ele apareceu como líder conciliatório de uma União Soviética hostil e nuclearmente armada. Quando sua política começou a refletir confusão, em vez de determinação, a posição de Gorbachev passou a declinar. Cinco meses após o fracassado golpe comunista, ele foi induzido a demitir-se e foi substituído por Yeltsin, mediante procedimentos tão “ilegais” como os que haviam provocado a ira ocidental apenas cinco meses antes. Dessa vez, as democracias rapidamente correram para Yeltsin, com muitos dos argumentos invocados, pouco antes, a favor de Gorbachev. Ignorado pelo mundo exterior, que tão pouco tempo antes o celebrava, Gorbachev penetrou no limbo reservado aos estadistas naufragados por empenharem-se em metas além da sua capacidade.

Gorbachev havia, na verdade, feito uma das revoluções mais significativas do seu tempo. Ele destruiu o partido comunista, organizado com o objetivo específico de tomar e manter o poder, e que de fato controlava todos os aspectos da vida soviética. Gorbachev deixou atrás de si os fragmentos estilhaçados de um império construído com muito esforço durante séculos. Os “estados independentes” que se organizaram, ainda apreensivos com a nostalgia da Rússia pelo antigo império, transformaram-se em novos elementos de instabilidade, ameaçados simultaneamente por seus ex-senhores imperiais e pelo resíduo de vários grupos étnicos de fora — frequentemente russos — depositado em seu solo por séculos de dominação russa. Nada disso era, nem remotamente, o que pretendia Gorbachev. Seu intuito foi provocar a modernização, não a liberdade; ele tentara tornar relevante o partido comunista

para o mundo exterior; promoveu, em vez disso, o colapso do sistema que o criara e ao qual devia sua eminência.

Culpado, por seu próprio povo, pela magnitude do desastre que ocorreu em sua gestão, esquecido pelas democracias e envergonhado de sua incapacidade para manter o poder, Gorbachev não merecia a exaltação e tampouco a ignomínia que foram, alternadamente, o que recebeu. Ele herdou um conjunto de problemas verdadeiramente difíceis, talvez mesmo insolúveis. Quando Gorbachev assumiu o poder; a escala do desastre soviético apenas se evidenciava. Quarenta anos de Guerra Fria forjaram uma coalizão aberta de quase todos os países industriais contra a União Soviética. Seu antigo aliado, a China, tinha praticamente se unido ao campo adversário. Os únicos aliados da União Soviética que restaram foram os satélites da Europa Oriental, mantidos pela ameaça da força soviética, implícita na Doutrina de Brejnev, e que eram um dreno, não uma fonte de recursos soviéticos. As aventuras soviéticas no Terceiro Mundo estavam se tornando tão caras quanto inconclusivas. No Afeganistão, a União Soviética experimentou muitas das provações que os Estados Unidos sofreram no Vietnã, a principal diferença era que ocorriam nas fronteiras do seu próprio e extenso império, não em um posto avançado distante. De Angola à Nicarágua, uma América ressurgente estava transformando o expansionismo soviético em impasses onerosos ou fracassos desonrosos, enquanto o avanço estratégico americano, especialmente a IDE, representava um desafio tecnológico que a economia soviética, estagnada e sobrecarregada, não conseguia acompanhar. No momento em que o Ocidente lançava a revolução do supercomputador *microchip*, o novo líder soviético via seu país deslizar para o subdesenvolvimento tecnológico.

Apesar da sua ruína final, Gorbachev merece crédito por mostrar-se disposto a enfrentar os dilemas da União Soviética. Ele parece ter acreditado, inicialmente, que seria capaz de revitalizar a sociedade, ao expurgar o partido comunista e ao introduzir alguns elementos de economia de mercado no planejamento central. Embora Gorbachev não tivesse a mais vaga ideia da magnitude do

que estava empreendendo internamente, sem dúvida viu que precisava de um período de calma internacional para executá-lo. Nesse sentido, as conclusões de Gorbachev não foram tão diferentes daquelas de todos os seus antecessores pós-Stalin. Mas enquanto nos anos 1950 Krushev ainda estava convencido de que a economia soviética em pouco tempo superaria o sistema capitalista, Gorbachev, na década de 1980, viu que levaria muito tempo para que a União Soviética atingisse um nível de produção industrial capaz, mesmo remotamente, de se considerar competitivo com o mundo capitalista.

A fim de ganhar esse intervalo de calma, Gorbachev deu início a uma profunda reavaliação da política externa soviética. No 27º Congresso do partido, em 1986, a ideologia marxista-leninista foi quase completamente alijada. Períodos prévios de coexistência pacífica haviam sido explicados como tréguas temporárias para reorganizar o equilíbrio de forças, enquanto a luta de classes prosseguia. Gorbachev foi o primeiro líder soviético a repudiar completamente a luta de classes e a proclamar a coexistência como um fim em si mesma. Embora continuasse a afirmar as diferenças ideológicas entre o Leste e o Oeste, Gorbachev insistia que eram suplantadas pela necessidade de cooperação internacional. Além disso, a coexistência já não era entendida como antes — um interlúdio antes do confronto inevitável —, mas como um estado permanente da relação entre os mundos comunista e capitalista. Era justificada, não como etapa necessária no caminho para a vitória comunista, mas como elemento que contribuía para o bem-estar de toda a humanidade.

Em seu livro *Perestroika* — que significa “reforma” —, Gorbachev descreveu a nova abordagem:

Diferenças, certamente, ficam. Mas devemos duelar por elas? Não seria melhor passarmos por cima das coisas que nos dividem, no interesse de toda a humanidade pelo bem da vida sobre a Terra? Fizemos nossa escolha, assegurando uma nova visão política, tanto por declarações de compromisso quanto por realizações e feitos específicos. As pessoas estão cansadas da tensão e do confronto. Preferem a busca de um

mundo mais seguro e confiável, um mundo no qual todos preservem suas próprias opiniões filosóficas, políticas e ideológicas, assim como o seu modo de vida.³⁵

Gorbachev já indicara esses pontos de vista, dois anos antes, durante uma entrevista coletiva, no final do encontro de cúpula com Reagan, em 1985:

O panorama mundial da atualidade é diferenciado por um fator muito importante, que nós e os Estados Unidos da América devemos levar em consideração em nossa política externa. O que quero dizer é o seguinte: na presente situação, não estamos falando apenas da confrontação entre os dois sistemas sociais, mas a respeito de uma escolha entre a sobrevivência e a aniquilação mútua.³⁶

Inevitavelmente, veteranos da Guerra Fria tiveram dificuldade em reconhecer até onde ia a profundidade da abordagem de Gorbachev em relação aos períodos anteriores de coexistência. No início de 1987, tive um encontro com Anatoly Dobrynin que era, então, chefe do departamento internacional do comitê central (mais ou menos, o equivalente ao conselheiro de segurança nacional da Casa Branca), no prédio cavernoso do comitê central em Moscou. Dobrynin fez tantos comentários depreciativos sobre o governo afegão, o qual Moscou estava apoiando, que lhe perguntei se a Doutrina de Brejnev ainda estava em vigor. Dobrynin atirou de volta: “Que faz você crer que o governo de Cabul é comunista?”.

Quando relatei a Washington que nessa observação estava implícita uma disposição soviética para alijar os fantoches afegãos do Kremlin, a reação geral foi que Dobrynin exagerara, no desejo de agradar um velho amigo — qualidade que me escapou em meus quase dez anos de experiência com o lado soviético do “canal informal”. Contudo, o ceticismo era justificado, pois as mudanças doutrinárias de Gorbachev na política externa não estavam sendo traduzidas em mudanças práticas reconhecíveis na política. Por hábito, os soviéticos descreviam sua nova doutrina como um método para “privar o Ocidente da imagem do inimigo” e, assim, enfraquecer a coesão ocidental. O auto-proclamado “novo

pensamento”, declarou Gorbachev em novembro de 1987, “começou a penetrar nas questões mundiais, destruindo os estereótipos do antissovietismo e a desconfiança em relação às nossas iniciativas e ações”.³⁷ A tática dos soviéticos, nas consultas sobre controle de armas, parecia um *replay* de sua tática nos primeiros anos de Nixon — de um forte empenho em minar os sistemas defensivos, deixando a capacidade ofensiva intacta.

O governo de uma grande potência é como uma manobra dos superpetroleiros, que deslocam centenas de milhares de toneladas e só fazem curvas com raios de dezenas de quilômetros. Os governos devem equilibrar o impacto que esperam provocar no mundo com o moral de suas burocracias. Chefes de governo gozam da prerrogativa formal de dar a direção da política; mas compete às burocracias interpretar o que os seus chefes tenham, porventura, em mente. E chefes de governo, quase nunca têm o tempo ou a equipe para acompanhar a execução diária de suas diretrizes em todas as nuances da implementação. Por ironia, quanto maior e mais complexa a burocracia, mais isso ocorre. Mesmo em governos menos rígidos que o sistema soviético, mudanças em políticas andam em marcha lenta.

Com o passar do tempo, a mudança doutrinária de Gorbachev não pôde mais ser ignorada, nem mesmo por uma burocracia moldada pelos quase 30 anos de Gromyko como ministro do exterior, pois o “novo pensamento” de Gorbachev exigia muito mais que a adaptação, às novas realidades, de políticas soviéticas enraizadas. Ele destruía completamente os sustentáculos intelectuais históricos da política externa soviética. Quando Gorbachev substituiu o conceito da luta de classes pelo tema wilsoniano da interdependência global, estava admitindo um mundo de interesses compatíveis e de harmonias básicas — inversão total da ortodoxia leninista e do marxismo histórico.

O colapso da ideologia não só destituiu a política externa soviética do seu fundamento e convicções históricos, como tornou mais complexa a dificuldade inerente à situação dos soviéticos. Em meados de 1980, os planejadores políticos soviéticos enfrentavam

uma agenda onde qualquer dos itens já era difícil, mas que no conjunto ficava impossível: relações com as democracias ocidentais; relações com a China; tensões nos satélites; corrida armamentista; estagnação interna, econômica e política.

Os movimentos iniciais de Gorbachev não variaram muito do padrão soviético tradicional, desde a morte de Stalin — buscar a distensão mediante um clima, ou pelo menos, o que fora no passado um clima. Em 9 de setembro de 1985, a revista *Time* publicou uma entrevista com Gorbachev em que ele apresentou sua noção de coexistência pacífica:

Você perguntou-me o que é a coisa fundamental que define as relações soviético-americanas. Acredito que seja o fato imutável de que, independentemente de gostarmos um do outro, só podemos sobreviver ou perecer juntos. A principal questão que devemos responder é se estamos finalmente prontos a reconhecer que não há outra maneira de vivermos em paz entre nós e se estamos preparados para transformar nossa mentalidade e nossa maneira de agir, de um caminho guerreiro para um caminho pacífico.³⁸

O dilema de Gorbachev era que, por um lado, suas declarações eram vistas no contexto do que Malenkov e Kruschchev haviam dito 30 anos antes, e por outro, eram muito vagas para encorajar uma resposta precisa. Na ausência de proposta para um acordo político, Gorbachev encontrou-se preso à ortodoxia de duas décadas, durante as quais a diplomacia Leste-Oeste se havia cifrado ao controle de armas.

O controle de armas se transformara em assunto misterioso, envolvendo delicados pontos ocultistas que, mesmo com a melhor das intenções, levaria anos para ser solucionado. Mas a União Soviética precisava de alívio imediato, não só das tensões, mas das pressões econômicas, especialmente da corrida armamentista. Não havia a menor esperança de obtê-lo por meio dos procedimentos trabalhosos de calcular níveis de força de comum acordo, comparar sistemas incomensuráveis, negociar procedimentos de verificação indefiníveis e, então, passar vários anos a implementá-los. Desse modo, as negociações do controle de armas estavam se

transformando num mecanismo para aplicar pressão sobre o enfraquecido sistema soviético — ainda mais eficazes por não terem sido imaginadas com esse fim.

A última oportunidade de Gorbachev para provocar um final rápido na corrida armamentista ou, pelo menos, aumentar as tensões sobre a aliança, ocorreu em Reykjavik, em 1986. Mas parece que Gorbachev se sentiu preso, como Kruschev, em relação a Berlim, 25 anos antes, entre os seus falcões e os seus pombos. Talvez ele tenha visto a vulnerabilidade da posição americana de negociação e, quase certamente, àquela altura, já percebera os imperativos da sua própria. Mas seus assessores militares, provavelmente, disseram-lhe que, se ele concordasse em desmantelar todos os mísseis enquanto a IDE corria solta, algum futuro governo americano poderia romper o acordo e obter uma vantagem decisiva sobre uma força de mísseis soviética bastante reduzida (ou, no caso extremo, desfeita). Isso era tecnicamente verdade, mas também era verdade que o congresso teria quase certamente recusado verbas para a IDE, se um acordo de controle de armas na fórmula de Reykjavik houvesse provocado a eliminação de todos os mísseis. E desprezava os benefícios, para a União Soviética, da controvérsia quase inevitável de que o plano de Reykjavik teria gerado entre os Estados Unidos e todas as outras potências nucleares.

A posteridade sempre se inclina mais a atribuir a culpa pelo insucesso aos indivíduos que às circunstâncias. Na verdade, a política externa de Gorbachev — especialmente no tocante ao controle de armas — era uma atualização sutil da estratégia soviética de depois da guerra. E estava a caminho de desnuclearizar a Alemanha e de estabelecer a premissa para uma política alemã mais nacional em dois pontos: os Estados Unidos tinham menos probabilidade de arriscar uma guerra nuclear por um país que recuasse diante dos riscos de uma estratégia nuclear em defesa própria e a Alemanha seria cada vez mais tentada a reforçar a desnuclearização com algum tipo de *status* especial para si mesma.

Gorbachev propôs um mecanismo para o enfraquecimento da Aliança Atlântica num discurso ao Conselho da Europa, em 1989, em

que apresentou sua ideia do Lar Comum Europeu — uma vaga estrutura, estendendo-se de Vancouver a Vladivostok, na qual todo mundo seria aliado de todo mundo, diluindo o significado de aliança ao ponto da irrelevância. Mas Gorbachev não tinha mais tempo — o principal requisito para que sua política pudesse amadurecer. Somente alguma mudança abrupta poderia possibilitá-lo a reorganizar suas prioridades. Mas, após Reykjavik, ele foi forçado a voltar ao demorado processo diplomático de cortar 50% nas forças estratégicas e à opção zero nos mísseis de alcance intermediário, que levaria anos para completar-se e era inútil para seu problema básico — de que a corrida armamentista estava secando a União Soviética de sua substância.

Em dezembro de 1988, Gorbachev já desistira das vantagens de longo prazo, quase ao alcance da mão, e voltou-se a fazer reduções unilaterais nas forças armadas soviéticas. Em um discurso seminal na ONU, em 7 de dezembro, anunciou cortes unilaterais de 500 mil homens e dez mil tanques, inclusive metade dos tanques que faziam frente à Otan. O restante das forças estacionadas na Europa Central seria reorganizado para missões puramente defensivas. Tentando tranquilizar a China, Gorbachev anunciou, também, a retirada da “porção maior” das forças soviéticas da Mongólia. Os cortes foram explicitamente declarados como “unilaterais”, embora Gorbachev tenha acrescentado, de maneira um tanto suplicante: “Na verdade, esperamos que os Estados Unidos e os europeus deem, também, alguns passos”.³⁹

O porta-voz de Gorbachev, Gennadi Gerasimov, fez uma explanação dos seus motivos: “Estamos finalmente abolindo o mito, infinitas vezes repetido, da ameaça soviética, da ameaça do Pacto de Varsóvia, de um ataque à Europa”.⁴⁰ Mas cortes unilaterais de tal magnitude só sinalizam uma espetacular autoconfiança ou uma fraqueza excepcional. Nesse ponto dos acontecimentos, autoconfiança não era, propriamente, o caso soviético. Tal gesto, inconcebível em qualquer outra época, durante aqueles últimos 50 anos, era, também, a confirmação absoluta da ideia original de

Kennan, da teoria da contenção: os Estados Unidos montaram posições de força e a União Soviética desabou por dentro.

Estadistas precisam de sorte, tanto quanto necessitam de bons critérios. E a sorte simplesmente não sorriu para Mikhail Gorbachev. No mesmo dia do seu dramático discurso na ONU, teve de interromper sua visita americana e retornar à União Soviética. Um terremoto devastador atingira a Armênia, roubando as manchetes do seu dramático abandono da corrida armamentista.

Na frente chinesa, nenhuma negociação sobre controle de armas ocorreu e tampouco Pequim tinha interesse. Os chineses faziam diplomacia à moda antiga e identificavam distensão com algum tipo de acordo político. Gorbachev iniciou sua abertura a Pequim, propondo negociações para a melhoria das relações. “Eu gostaria de afirmar”, disse ele, num discurso em Vladivostok, em junho de 1986,

[...] que a União Soviética está disposta — a qualquer momento, em qualquer nível — a discutir com a China questões referentes a medidas adicionais para criar um clima de boa vizinhança. Esperamos que a fronteira que nos divide — preferiria dizer, que nos une — em breve se torne uma linha de paz e amizade.⁴¹

Mas não havia nenhuma escola “psiquiátrica” de diplomacia em Pequim, disposta a se contentar com mudanças de tom. Os líderes chineses colocaram três condições para a melhoria das relações: fim da ocupação vietnamita no Camboja; retirada soviética do Afeganistão; e retirada das tropas soviéticas da fronteira sino-soviética. Essas demandas não poderiam ser atendidas de imediato. Exigiam, em primeiro lugar, uma aceitação pela liderança soviética, depois, um período prolongado de negociações antes que se executassem. Gorbachev levou quase três anos para fazer, em cada uma das condições chinesas, o progresso necessário para os duros negociadores de Pequim convidá-lo a uma visita, a fim de discutirem melhores relações.

Gorbachev, mais uma vez, foi atropelado pelo azar. Quando chegou a Pequim, em maio de 1989, as demonstrações estudantis

na Praça Tiananmen iam a todo vapor, sua cerimônia de boas-vindas foi interrompida por protestos contra seus anfitriões. Os gritos dos manifestantes podiam-se ouvir na sala de reuniões do Grande Salão do Povo. A atenção do mundo estava concentrada, não nas relações de Pequim com Moscou, mas no drama do governo chinês, lutando para manter-se no poder. O ritmo dos acontecimentos, mais uma vez, atropelou a tentativa de Gorbachev pela conciliação.

Qualquer que fosse o problema que abordasse, Gorbachev enfrentava o mesmo dilema. Assumira o cargo confrontado por uma Polônia irrequieta, onde, desde 1980, o sindicato Solidariedade se tornara um fator cada vez mais potente. Sufocado pelo general Jaruzelski, em 1981, o Solidariedade reemergiu como uma força política que Jaruzelski não podia ignorar. Na Tchecoslováquia, na Hungria e na Alemanha Oriental, a predominância dos partidos comunistas foi desafiada por grupos que exigiam uma liberdade maior e invocavam o Basket III dos Acordos de Helsinque, referente aos direitos humanos. E reuniões periódicas de revisão da Conferência de Segurança Europeia mantinham a questão acesa.

Os governantes comunistas da Europa Oriental viram-se diante de um dilema praticamente insolúvel. Para conter as pressões internas, precisavam seguir uma política mais nacionalista, que por sua vez os obrigava a mostrar independência de Moscou. Mas, como eram vistos por suas populações como instrumentos do Kremlin, uma política externa nacionalista não era suficiente para aplacar o público. Os líderes comunistas viram-se forçados a compensar sua falta de credibilidade com a democratização de suas estruturas internas. Ficou óbvio em pouco tempo que o partido comunista — mesmo onde ainda controlava a mídia — não se prestava a debates democráticos, e dessa forma podia tomar o poder e de mantê-lo em nome de uma minoria. Os comunistas sabiam governar pela polícia secreta, não pelo voto secreto. Os governantes comunistas da Europa Oriental foram, desse modo, apanhados em um círculo vicioso. Quanto mais nacionalistas suas políticas externas, maior a demanda pela democratização; quanto mais democratizavam, maior a pressão para que fossem substituídos.

O dilema soviético era ainda mais intratável. De acordo com a Doutrina de Brejnev, o Kremlin deveria ter sufocado a revolução incipiente que estava desmantelando os satélites. Mas Gorbachev não só era inadequado, por temperamento, a esse papel, como isso teria arruinado toda sua política externa, pois a repressão na Europa Oriental teria solidificado a Otan e a coalizão sino-americana de *fato*, intensificando a corrida armamentista. Gorbachev enfrentava cada vez mais uma escolha entre o suicídio político e a lenta erosão do seu poder político.

A solução de Gorbachev foi intensificar a liberalização. Dez anos antes, isso poderia ter funcionado; no final dos anos 1980, Gorbachev não conseguiu acompanhar a curva do poder: seu governo marcou, conseqüentemente, um recuo gradual da Doutrina de Brejnev. Comunistas liberais tomaram o poder na Hungria; permitiu-se a Jaruzelski negociar com o Solidariedade na Polônia. Em julho de 1989, em discurso ao Conselho da Europa, Gorbachev parecia ter abandonado não só a Doutrina de Brejnev, que estipulava o direito de intervenção soviética na Europa Oriental, mas os próprios satélites, ao renunciar às “esferas de influência”.

Ordens sociais e políticas, em diversos países, foram mudadas no passado e podem mudar no futuro. Mas essa mudança é assunto exclusivo do povo do país, e sua escolha [...] Qualquer interferência nas questões internas e quaisquer tentativas de restringir a soberania dos estados — amigos, aliados ou quaisquer outros — são inadmissíveis [...] É hora de depositar nos arquivos os postulados do período da Guerra Fria, quando a Europa era vista como uma arena de confrontação, dividida em “esferas de influência”.⁴²

O custo da manutenção dos satélites se tornara exorbitante. Até mesmo o discurso no Conselho da Europa soava evasivo — embora, pelos padrões históricos soviéticos, fosse bastante claro. Em outubro de 1989, Gorbachev, em visita à Finlândia, abandonou a Doutrina de Brejnev abertamente. Seu porta-voz, Gerasimov, pilheriou com a imprensa, dizendo que Moscou adotara, na Europa Oriental, a “Doutrina Sinatra”. “Conhecem a canção do Frank Sinatra, *I did it my*

way? A Hungria e a Polônia estão fazendo as coisas lá à sua maneira".⁴³

Era tarde demais para salvar os comunistas na Europa Oriental, ou mesmo na União Soviética. A aposta de Gorbachev na liberalização estava destinada ao fracasso. Quando o partido comunista perdeu seu caráter monolítico, desmoralizou-se. Liberalização era incompatível com governo comunista — os comunistas não podiam transformar-se em democratas sem deixar de ser comunistas, equação que Gorbachev jamais compreendeu, embora Yeltsin tenha compreendido.

Também em outubro de 1989, Gorbachev visitou Berlim para celebrar o quadragésimo aniversário do estabelecimento da República Democrática Alemã e, aproveitando o momento, estimular seu líder stalinista, Erich Honecker, a buscar uma política mais voltada para as reformas. Ele não teria comparecido a tal celebração caso desconfiasse que jamais haveria outra, como se vê em seu discurso na ocasião:

Somos constantemente convocados a liquidar esta ou aquela divisão. Frequentemente temos de ouvir: "Livre-se a União Soviética do Muro de Berlim, e acreditaremos em suas intenções pacíficas".

Nós não julgamos ideal a ordem que se estabeleceu na Europa. Mas o fato é que, até agora, o reconhecimento da realidade do pós-guerra tem garantido a paz no continente. Todas as vezes que o Ocidente tentou remodelar o mapa do pós-guerra piorou a situação internacional.⁴⁴

No entanto, apenas quatro semanas depois, o Muro de Berlim veio abaixo, e daí a dez meses Gorbachev concordara com a unificação da Alemanha como parte da Otan. A essa altura, todos os governos comunistas dos satélites haviam sido derrubados, e o Pacto de Varsóvia desaparecera. Yalta virou pelo avesso. A história mostrou que era tolice a afirmação de Krushev de que o comunismo enterraria o capitalismo. A União Soviética, exaurida ao longo de 40 anos, por tentar solapar a coesão ocidental por meio de ameaças e pressões, ficou reduzida a solicitar a boa vontade ocidental, pois necessitava mais da ajuda ocidental que dos satélites.

Em 14 de julho de 1989, Gorbachev apelou, na reunião de cúpula do G-7, aos chefes de governo das democracias industriais: “Nossa *perestroika* é inseparável de uma política voltada para a nossa total participação na economia mundial. O mundo só tem a ganhar com a abertura de um mercado vasto como a União Soviética”.⁴⁵

Gorbachev arriscara tudo em duas ideias: que a liberalização modernizaria a União Soviética e que a União Soviética seria, então, capaz de manter-se como grande potência. Nenhuma das expectativas se realizou e a base interna de Gorbachev desfez-se, tão ignominiosamente quanto a faixa de satélites.

O filósofo e matemático grego Arquimedes disse: “Deem-me um ponto de apoio e eu moverei o mundo”. Revoluções consomem seus filhos porque os revolucionários raramente compreendem que, após um determinado grau de desintegração social, não existem mais pontos arquimedianos de apoio dos quais fazer alavancagem. Gorbachev começou com a convicção de que um partido comunista reformado poderia impulsionar a sociedade soviética para um mundo moderno. Mas não foi capaz de aceitar que o comunismo era o problema, não a solução. Durante duas gerações, o partido comunista reprimira o pensamento independente e destruíra a iniciativa individual. Em 1990, o planejamento central se fossilizara e as várias organizações destinadas a manter um controle sobre todos os aspectos da vida estavam, ao contrário, concluindo tratados de não agressão com os grupos que deviam supervisionar: a disciplina transformara-se em rotina e a tentativa de Gorbachev de liberar iniciativas desencadeou o caos.

As dificuldades de Gorbachev começaram no nível mais simples, de tentar melhorar a produtividade e introduzir alguns elementos de economia de mercado. Quase de imediato ficou óbvio que não há responsabilidade de prestar contas em um sistema planejado, portanto estava ausente este pré-requisito essencial para uma economia eficaz. A teoria stalinista postulava a predominância de um plano central, mas a realidade era bem diferente. O que se chamava de “o plano” era, na verdade, uma trama tão extensa, entre as grandes burocracias, que se resumia a uma imensa fraude para

ludibriar as autoridades centrais. Os gerentes responsáveis pela produção, os ministérios encarregados da distribuição e os planejadores que, supostamente, davam as diretrizes estavam todos perdidos, não tinham a menor ideia de qual poderia ser a demanda, nem maneira alguma de ajustar seus programas a partir do momento em que se fixavam. Cada unidade do sistema selecionava apenas metas mínimas, cobrindo déficits por meio de negociações particulares com as outras unidades, pelas costas do mecanismo central formal. Todos os incentivos trabalhavam contra inovações e essa situação não podia ser corrigida, pois os supostos líderes achavam praticamente impossível discernir o verdadeiro estado de coisas na sociedade. A União Soviética retomara aos primórdios do estado russo; transformara-se num gigantesco vilarejo Potemkin.

Tentativas de reformas cederam sob o peso entrincheirado do *status quo*, como já ocorrera com Kruschev e, posteriormente, com Kosygin. Como pelo menos 25% do orçamento nacional era para subsidiar preços, nenhum padrão objetivo existia nem para medir a eficácia, nem para avaliar a demanda econômica. Com bens alocados em vez de comprados, a corrupção transformou-se na única expressão do mercado.

Gorbachev reconheceu o volume da estagnação, mas não teve imaginação ou capacidade para romper sua arraigada rigidez. E os vários corpos de supervisão do sistema tinham, com o passar do tempo, se tornado parte do problema. O partido comunista, originalmente um instrumento da revolução, não tinha nenhuma função, em um sistema comunista aperfeiçoado, além de supervisionar aquilo que não compreendia — problema que ele solucionava em conluio com o que estava presumivelmente controlando. A elite comunista se transformara em uma classe privilegiada de mandarins; teoricamente responsável pela ortodoxia nacional, concentrava-se em preservar seus privilégios.

Gorbachev fundamentara seu programa de reformas em dois elementos: *perestroika* — reestruturação — para angariar apoio dos novos tecnocratas, e *glasnost* — liberalização política — para arregimentar a muito sofrida *intelligentsia*. Mas, como não havia

instituições para canalizar a livre expressão e gerar o debate público, a *glasnost* atacou a si mesma. E, como não havia recursos livres, exceto aqueles reservados aos militares, as condições de vida não melhoraram. Assim, gradualmente, Gorbachev afastou-se do seu apoio institucional, sem ganhar maior apoio público. A *glasnost* conflitava cada vez mais com a *perestroika*. Até mesmo os ataques aos líderes anteriores tiveram seus aspectos negativos. Em 1989, um jovem membro da equipe de Gorbachev, destacado para acompanhar-me ao Kremlin, observou: “O significado de tudo isso é que cada cidadão soviético com mais de 25 anos de idade desperdiçou sua vida”.

Os únicos grupos que compreendiam a necessidade de reformas — sem, contudo, estarem dispostos a abraçar a solução — eram os serviços de segurança. A KGB sabia, em virtude do seu aparato de inteligência, até onde ia o descompasso da União Soviética, na competição tecnológica com o Ocidente. As forças armadas tinham um interesse profissional em conhecer as possibilidades do seu principal adversário. Compreender o problema não conduzia, no entanto, às soluções. Os serviços de segurança mostravam muito da ambivalência de Gorbachev. O *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (KGB) apoiaria a *glasnost* — a liberalização política — enquanto esta não minasse a disciplina civil; e o estabelecimento militar sentir-se-ia à vontade com a *perestroika* — a reestruturação econômica — enquanto Gorbachev não tentasse obter novos recursos para seu programa de modernização, a partir de uma redução das forças armadas.

A primeira reação instintiva de Gorbachev — transformar o partido comunista em instrumento de reforma — esbarrou na rocha do poder estabelecido. Seu passo seguinte — enfraquecer, mas ainda preservar a estrutura comunista — destruiu o instrumento fundamental do governo soviético. Duas medidas eram necessárias: transferir o *locus* do poder de Gorbachev para fora do partido e para dentro da estrutura paralela de governo e estimular um movimento em direção à autonomia regional e local.

Gorbachev enganou-se duplamente. Desde Lênin, o partido comunista fora o único corpo elaborador político. O governo era o órgão executivo que implementava, porém não estabelecia políticas. A principal posição soviética sempre fora a de secretário-geral do partido comunista; de Lênin a Brejnev, o líder comunista raramente teve um cargo governamental. O resultado era os ambiciosos e empreendedores gravitarem em torno da hierarquia comunista, ao passo que a estrutura governamental atraía administradores sem habilidade política ou até mesmo sem interesse em elaborar políticas. Ao transportar sua base, do partido comunista para o lado governamental do sistema soviético, Gorbachev confiou sua revolução a um exército de funcionários de segundo escalão.

O estímulo de Gorbachev à autonomia regional levou a um impasse semelhante. Ele descobriu a conciliação impossível de seu anseio de criar uma alternativa popular ao comunismo com sua desconfiança leninista da vontade popular. Criou, então, um sistema de eleições essencialmente locais, em que partidos nacionais — exceto o partido comunista — eram proibidos. Mas quando, pela primeira vez na história russa, governos locais e regionais puderam ser popularmente eleitos, os pecados da história russa teriam de ser pagos. Durante 300 anos, a Rússia incorporou nacionalidades na Europa, na Ásia e no Oriente Médio, mas fracassou em harmonizá-las sob o centro governante. Não surpreende, então, que a maioria dos recém-eleitos governos não russos, representando quase metade da população soviética, começassem a desafiar seus senhores históricos.

Gorbachev carecia de apoiadores confiáveis. Ele antagonizou a vasta rede de interesses, característica do estado leninista, mas não foi capaz de atrair novos defensores, pois não conseguia desenvolver uma alternativa viável, tanto ao comunismo, quanto ao conceito de estado centralizado. Gorbachev identificou os problemas da sociedade corretamente, embora com os antolhos desse sistema desumano, tendo assim as soluções cada vez mais longe do seu alcance. Como alguém preso em um quarto com janelas perfeitamente translúcidas e inquebráveis, Gorbachev podia ver o

mundo exterior com bastante nitidez, porém estava condenado ao insucesso pelas condições internas do quarto, que o impediam de compreender exatamente o que via.

Quanto mais duravam a *perestroika* e a *glasnost*, mais isolado e menos confiante ficava Gorbachev. A primeira vez que estive com ele, no início de 1987, Gorbachev era cheio de energia e transpirava muita confiança de que o trabalho que estava realizando prepararia seu país para retomar a marcha em direção à supremacia. Um ano depois, já não o achei tão seguro. “De qualquer maneira”, disse ele, “a União Soviética nunca mais será a mesma” — declaração estranhamente ambivalente, acerca de um esforço tão hercúleo. Quando nos encontramos no início de 1989, Gorbachev contou-me como ele e Shevardnadze haviam concluído, lá pela década de 1970, que o sistema comunista precisava mudar, de alto a baixo. Perguntei de que modo, como um comunista, ele chegara a esta conclusão. “Saber o que estava errado era fácil”, replicou Gorbachev. “Saber o que era certo é que foi difícil”.

Gorbachev jamais teve a resposta. Em seu último ano no poder, era um homem num pesadelo, que vê uma catástrofe desabando sobre ele, mas é incapaz de desviá-la, ou a si mesmo, do encontro. Geralmente, o objetivo de uma concessão é criar espaço para preservar algo considerado essencial. Gorbachev obteve o oposto. Cada nova reforma resumia-se a uma meia medida que, portanto, acelerava o declínio soviético. Cada concessão abria caminho para a concessão seguinte. Em 1990, os estados bálticos separaram-se da União Soviética, e esta começou a desintegrar-se. No que foi, certamente, a ironia suprema, o principal adversário de Gorbachev utilizou o modo pelo qual o Império Russo — adquirido ao longo de três séculos — desmoronou, para derrubar o próprio Gorbachev. Agindo como presidente da Rússia, Yeltsin declarou a independência da própria Rússia (e, implicitamente, das outras repúblicas soviéticas), abolindo, na realidade, a União Soviética e, com ela, a posição de Gorbachev, de presidente da União Soviética. Gorbachev sabia quais eram os seus problemas, porém agiu muito rápido e

muito lento: rápido demais para a tolerância do seu sistema e lento demais para deter o colapso.

Na década de 1980, ambas as superpotências precisavam de tempo para se recuperar. As políticas de Reagan liberaram a energia de sua sociedade; as de Gorbachev tornaram públicas as disfunções de sua sociedade. Os problemas dos Estados Unidos eram suscetíveis à mudança de política; na União Soviética, a reforma gerou uma crise acelerada do sistema.

Em 1991, as democracias haviam vencido a Guerra Fria. Mas, tão logo alcançaram muito mais do que jamais haviam imaginado possível, o debate original da Guerra Fria irrompeu novamente. Fora a União Soviética alguma vez realmente uma ameaça? Não teria ela se desintegrado, mesmo sem os esforços da Guerra Fria? A Guerra Fria não fora uma invenção de estressados planejadores políticos que interrompiam a harmonia básica da ordem internacional?

Em janeiro de 1990, a revista *Time* deu a Gorbachev o título de “Homem da Década”, aproveitando a ocasião para publicar um artigo que apresentava a essência dessa tese. “Os *doves*, do Grande Debate dos últimos 40 anos, estavam certos o tempo todo”, diz o autor.⁴⁶ O Império Soviético jamais fora uma ameaça real. A política americana fora irrelevante, ou só retardara a desintegração soviética. A política das democracias, ao longo de quatro décadas, não merecia nenhum crédito significativo, nem mesmo pelas mudanças na política externa soviética. E se nada realmente fora feito, e as coisas haviam apenas acontecido por sua própria conta, nenhuma lição se podia tirar do colapso do Império Soviético — particularmente, nenhuma que implicasse a necessidade do envolvimento americano na criação de uma nova ordem mundial, que o fim da Guerra Fria estava tornando necessária. O debate americano voltara ao ponto de partida. Era o velho canto da sereia do isolacionismo americano — de que os Estados Unidos não ganharam, afinal, a Guerra Fria, mas sim que a União Soviética a perdeu, e que quatro décadas de trabalho haviam sido, portanto, desnecessários, pois as coisas teriam funcionado igualmente bem —

ou talvez até melhor — se os Estados Unidos as houvessem ignorado.

Outra versão do mesmo raciocínio afirmava que havia, de fato, ocorrido uma Guerra Fria, e que houve realmente uma vitória, porém a vitória pertencia à *ideia* de democracia, que teria prevalecido com ou sem as medidas geoestratégicas do conflito Leste-Oeste. Era, igualmente, uma versão do escapismo. A democracia política e a ideia de liberdade foram, sem dúvida um ponto de convergência para os descontentes — especialmente na Europa Oriental. A repressão dos crentes tornou-se cada vez mais difícil, à medida que caía o moral dos grupos governantes. Mas a desmoralização foi, em primeiro lugar, causada pela estagnação do sistema e pela crescente percepção, de parte da elite comunista — quanto mais alta a posição, maior a probabilidade de seus membros conhecerem os fatos — de que seu sistema estava perdendo a batalha anunciada como seu empreendimento máximo, no decorrer de uma história longa e brutal. Era, na melhor das hipóteses, a história da galinha e do ovo? A ideia democrática reuniu a oposição ao comunismo, mas não seria capaz, sozinha, de vencer tão rapidamente, sem o colapso da política externa comunista e, no final, da sociedade comunista.

Era, certamente, a visão dos intérpretes marxistas de questões internacionais que, habituados a analisar a “correlação de forças”, achavam muito mais fácil descobrir as causas do colapso soviético, que os observadores americanos. Em 1989, Fred Halliday, professor marxista da Escola de Economia de Londres, concluiu que o equilíbrio de poder havia mudado a favor dos Estados Unidos.⁴⁷ Halliday considerava esse fato uma tragédia, mas, ao contrário daqueles americanos que se autoatortentavam e hesitavam em reconhecer o mérito do seu próprio país, ou dos seus líderes, ele reconheceu que ocorrera uma importante mudança na política internacional durante os anos Reagan. Os Estados Unidos conseguiram elevar de tal maneira o custo do envolvimento soviético no Terceiro Mundo que, num capítulo bem intitulado “O socialismo

na defensiva”, Halliday interpretou o “novo pensamento” de Gorbachev como tentativa de atenuar as pressões americanas.

O testemunho mais veemente, nesse sentido, partiu de fontes soviéticas. Começando em 1988, acadêmicos soviéticos passaram a reconhecer a responsabilidade soviética pelo colapso da *détente*. Demonstrando melhor compreensão das premissas da *détente* que muitos críticos americanos, os comentaristas soviéticos assinalaram que a *détente* fora a maneira de Washington impedir que Moscou desafiasse o *status quo* político e militar. Ao violar esse entendimento tácito e buscar vantagens unilaterais, o governo Brejnev causou a reação dos anos Reagan, que foi muito mais forte do que a União Soviética era capaz de suportar.

Um dos primeiros e mais interessantes comentários soviéticos “revisionistas” partiu de Vyacheslav Dashichev, um professor do Instituto para a Economia, do Sistema Socialista Mundial. Em artigo na *Literaturnaya Gazeta*, de 18 de maio de 1988,⁴⁸ Dashichev salientou que “os equívocos e a abordagem histórica incompetente da liderança de Brejnev” uniram todas as outras grandes potências mundiais numa coalizão contra a União Soviética, provocando uma corrida armamentista que a União Soviética não foi capaz de sustentar. A tradicional política soviética de isolar-se da comunidade mundial e tentar miná-la precisava ser abandonada. Dashichev escreveu:

[...] da forma como o Ocidente vê, a liderança soviética estava explorando ativamente a *détente* para desenvolver suas próprias forças armadas, em busca da paridade militar com os Estados Unidos e, de maneira geral, com todas as potências adversárias — fato sem precedente histórico. Os Estados Unidos, paralisados pela catástrofe do Vietnã, foram sensíveis à expansão da influência soviética na África, no Oriente Próximo e outras regiões.

[...] O “efeito de retorno”, o *feedback*, deixou a União Soviética numa posição extremamente difícil quanto aos aspectos econômicos e de política externa. As maiores potências mundiais faziam-lhe oposição — os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a República Federal da Alemanha, a Itália, o Japão, o Canadá e a China. Postar-se contra esse potencial,

vastamente superior, estava perigosamente além da capacidade da União Soviética.⁴⁹

A mesma questão foi levantada pelo ministro do exterior soviético, Eduard Shevardnadze, no discurso de 25 de julho de 1988, proferido numa reunião do ministério do exterior soviético.⁵⁰ Ele enumerou erros soviéticos como o desastre afegão, a inimizade com a China, a subestimativa da Comunidade Europeia, a caríssima corrida armamentista, o abandono das consultas sobre controle de armas em Genebra, em 1983-84, a decisão soviética de pôr em posição os SS-20 e a doutrina soviética de defesa, segundo a qual, a União Soviética tinha de ser tão forte quanto qualquer coalizão de estados contra ela. Quer dizer, Shevardnadze criticou quase tudo que a União Soviética fizera nos últimos 25 anos. Era um reconhecimento implícito de que as medidas ocidentais haviam tido impacto sobre a União Soviética, pois se as democracias não cobrassem pelo aventureirismo, a política soviética passaria por bem-sucedida e sem necessidade de reavaliação.

O fim da Guerra Fria, almejado pela política americana durante oito governos, de ambos os partidos políticos, aconteceu de maneira muito parecida com o que George Kennan previu, em 1947. Por mais acomodatória que pudesse ter sido a política do Ocidente, o sistema soviético precisava do espectro de um inimigo externo permanente, para justificar o sofrimento que impunha ao povo e para manter as forças armadas e o aparato de segurança, essenciais ao seu regime. Quando, sob a pressão da resposta ocidental cumulativa, que chegou ao máximo nos anos Reagan, o 27º congresso do partido modificou a doutrina oficial, de coexistência para interdependência, a base moral para a repressão interna desapareceu. Ficou claro, então, como Kennan previra, que a União Soviética, cujos cidadãos haviam sido criados na disciplina e não eram capazes de adotar com presteza o meio-termo e a acomodação, passaria da noite para o dia de uma das mais fortes para “uma das mais fracas e lamentáveis sociedades nacionais”.⁵¹

Como já comentei, Kennan, mais tarde, veio a considerar que sua política de contenção fora supermilitarizada. Uma avaliação mais precisa seria que, como sempre, os Estados Unidos oscilaram entre a superconfiança na estratégia militar e a superdependência emocional na conversão do inimigo. Eu também fui crítico, em relação a muitas das políticas particulares que tomaram o nome de política de contenção. Mas a direção geral da política americana foi notavelmente perspicaz e permaneceu coerente, ao longo de mudanças de governo e de um leque incrivelmente variado de personalidades.

Se os Estados Unidos não tivessem organizado uma reação quando o império comunista, autoconfiante, agia como se representasse a onda do futuro, e fazia povos e governos do mundo inteiro acreditarem nisso, os partidos comunistas, que já eram, então, os maiores partidos políticos da Europa do pós-guerra, poderiam perfeitamente ter vencido. A série de crises de Berlim não teria sido suportada e haveria mais delas. Explorando o trauma pós-Vietnã dos Estados Unidos, o Kremlin enviou forças dos seus representantes para a África e suas próprias tropas para o Afeganistão. Teria sido muito mais agressivo, se os Estados Unidos não houvessem mantido o equilíbrio de poder mundial e auxiliado a reconstrução de sociedades democráticas. O fato de os Estados Unidos não analisarem seu papel em termos de equilíbrio de poder acentuou o sofrimento e complicou o processo, mas também serviu para gerar devoção e criatividade excepcionais. E isso não altera a realidade de que foram os Estados Unidos que preservaram o equilíbrio global e, conseqüentemente, a paz mundial.

A vitória na Guerra Fria não foi, obviamente, o feito de um governo. Veio como resultado da confluência de 40 anos de esforço bipartidário americano e de 70 anos de fossilização comunista. O fenômeno Reagan derivou de uma convergência fortuita de personalidade e oportunidade. Dez anos antes, pareceria muito militante; dez anos depois, muito limitado. A combinação de militância ideológica, aglutinadora do público americano, com flexibilidade diplomática, que os conservadores jamais perdoariam

noutro presidente, foi exatamente a necessária, no período de fraqueza e crescente incerteza soviéticas.

Contudo, a política externa de Reagan esteve mais para a natureza de um pôr do sol brilhante que da alvorada de uma nova era. A Guerra Fria tinha sido sob medida para os preconceitos americanos. Havia uma grande ameaça ideológica, que rendeu máximas universais, ainda que simplificadas, aplicáveis à maior parte dos problemas mundiais. E havia uma ameaça militar nítida, ostensiva, partida de uma fonte inequívoca. Mesmo assim, as provações americanas — de Suez ao Vietnã — resultaram da sua aplicação de princípios universais a casos específicos, que se mostraram inadaptáveis a eles.

No mundo do pós-Guerra Fria, não há um desafio ideológico dominante e nem, até o presente momento, um confronto geoestratégico único. Quase todas as situações são casos especiais. O excepcionalismo inspirou a política externa americana e deu aos Estados Unidos força moral para vencer a Guerra Fria. Mas o mundo multipolar do século XXI exigirá do excepcionalismo aplicações mais sutis. Os Estados Unidos terão finalmente de resolver o que sempre evitaram em sua história: se a tradicional visão de si mesmos — como farol orientador ou como cruzados atuantes — ainda define suas escolhas ou se as limita. Resumindo, se devem, enfim, trabalhar em algum tipo de definição de seus interesses nacionais.

Reverendo a Nova Ordem Mundial



No início da última década do século XX, o wilsonismo parecia triunfante. O desafio ideológico comunista e a ameaça geopolítica soviética haviam sido, simultaneamente, vencidos. O objetivo da oposição moral ao comunismo havia se fundido com a tarefa geopolítica de reagir ao expansionismo soviético. Não é de surpreender que o presidente Bush tenha proclamado sua esperança numa nova ordem mundial em termos classicamente wilsonianos:

Temos a visão de uma nova parceria entre as nações que transcende a Guerra Fria. Uma associação baseada na consulta, na cooperação e na ação coletiva, por meio de organizações internacionais e regionais. Uma parceria unida pelo princípio e pela política da lei e apoiada por uma divisão equitativa de custo e compromisso. Uma parceria cujas metas são ampliar a democracia, aumentar a prosperidade, estender a paz e reduzir as armas.¹

O sucessor democrata de Bush, o presidente Bill Clinton, definiu os objetivos americanos em termos muito parecidos, preceituando sobre o tema de “expandir a democracia”.

Numa nova era de perigos e oportunidades, nosso objetivo maior deve ser o de expandir e fortalecer a comunidade mundial das democracias de mercado. Durante a Guerra Fria, devíamos deter a ameaça à sobrevivência de instituições livres. Agora, buscamos ampliar o círculo de nações que vivem sob instituições livres, pois o nosso sonho é o dia em que as opiniões e as energias de cada pessoa no mundo possam ter expressão plena, em um mundo de democracias prósperas, que colaboram e vivem em paz.²

Pela terceira vez, no século XX, os Estados Unidos proclamaram, assim, sua intenção de construir uma nova ordem mundial, mediante a aplicação dos seus valores internos ao mundo inteiro. E, pela terceira vez, os Estados Unidos pareciam destacar-se de forma absoluta, no palco internacional. Em 1918, Wilson dominou a Conferência de Paz de Paris, na qual os aliados da América estavam por demais dependentes dela para poderem insistir em expressar seus receios. Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, Franklin Delano Roosevelt e Truman pareciam em posição de refazer o mundo ao modelo americano.

O fim da Guerra Fria foi uma tentação ainda maior de remodelar o ambiente internacional à imagem dos Estados Unidos. Wilson foi contido pelo isolacionismo em casa, e Truman colidiu no expansionismo stalinista. No mundo pós-Guerra Fria, os Estados Unidos são a única superpotência restante, com capacidade de intervir em qualquer ponto do globo. O poder, contudo, ficou mais difuso e diminuíram as questões onde a força militar é relevante. A vitória na Guerra Fria projetou os Estados Unidos num mundo que guarda muitas semelhanças com o sistema europeu de estados dos séculos XVIII e XIX e com as práticas que estadistas e pensadores americanos sempre questionaram. A ausência de ameaças, ideológicas ou estratégicas, libera as nações para rumarem suas políticas externas cada vez mais em direção a seus interesses nacionais imediatos. Num sistema internacional caracterizado por, talvez, cinco ou seis potências maiores e uma multiplicidade de estados menores, a ordem terá de surgir de forma muito parecida com a dos séculos passados, a partir da harmonização e do equilíbrio de interesses nacionais competitivos.

Bush e Clinton mencionaram uma nova ordem mundial como se a tivessem ao alcance da mão. Na realidade, ela ainda se encontra em gestação e sua forma final não será distinta, até meados do século XXI. Em parte, uma extensão do passado, em parte, inédita, a nova ordem mundial, como as outras que sucede, emergirá como resposta a três perguntas: Quais são as unidades principais da

ordem internacional? Por que meios interagem? Quais são as metas em torno das quais interagem?

Sistemas internacionais vivem precariamente. Toda “ordem mundial” exprime uma aspiração à permanência; o próprio termo tem uma aura de eternidade. No entanto, os elementos que a compõem estão em fluxo constante; na verdade, a cada século, a duração dos sistemas internacionais tem diminuído. A ordem que nasceu da Paz da Vestfália durou 150 anos; o sistema criado pelo Congresso de Viena sustentou-se por 100 anos; a ordem internacional, caracterizada pela Guerra Fria, extinguiu-se após 40 anos. O acordo de Versalhes nunca funcionou como um sistema a que aderissem as principais potências e foi pouco mais que um armistício, entre duas guerras mundiais. Nunca, na história, os componentes da ordem mundial, sua capacidade de interagir e seus objetivos mudaram tão rápida, tão profunda e tão globalmente.

Toda vez que as entidades que constituem o sistema internacional mudam de caráter, segue-se, inevitavelmente, um período turbulento. A Guerra dos Trinta Anos foi causada, em grande parte, pela transição das sociedades feudais baseadas na tradição e na pretensão à universalidade, para o moderno sistema de estados baseado na *raison d'état*. As guerras da Revolução Francesa marcaram a passagem para o estado-nação, definido pela comunidade de língua e cultura. As guerras do século XX foram causadas pela desintegração dos impérios Habsburgo e Otomano, pela reação à dominância na Europa e pelo fim do colonialismo. Em cada transição, o que era dado como natural, subitamente ficou anacrônico: estados multinacionais no século XIX, colônias no século XX.

Desde o Congresso de Viena, a política externa tem relacionado as nações entre si — daí o termo “relações internacionais”. No século XIX, mesmo o nascimento de uma só nova nação — por exemplo, a Alemanha unificada — produzia décadas de turbulência. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quase 100 novas nações passaram a existir; muitas delas bem diferentes dos históricos estados-nações europeus. O colapso do comunismo na União Soviética e a quebra

da Iugoslávia geraram outras 20 nações, muitas das quais dedicaram-se a reviver suas seculares rivalidades sanguinárias.

A nação europeia do século XIX baseava-se na língua e na cultura comuns e, com a tecnologia da época, fornecia o quadro perfeito para a segurança, o crescimento econômico e a influência sobre eventos internacionais. No mundo pós-Guerra Fria, os tradicionais estados-nações europeus — os países que formaram o Concerto Europeu até a Primeira Guerra Mundial — carecem dos recursos para um papel mundial. O resultado de seus esforços em compactarem-se numa União Europeia determinará sua futura influência. Unida, a Europa será uma Grande Potência; dividida em estados nacionais, descerá para um *status* secundário.

Parte da agitação correlata à formação de uma nova ordem mundial resulta do fato de que interagem pelo menos três tipos de estados, a se chamarem “nações”, a despeito de apresentarem poucos dos atributos históricos dos estados-nações. Num grupo estão os fragmentos étnicos, que sobram como lascas de impérios em dissolução, exemplificados pelos estados sucessores da Iugoslávia ou da União Soviética. Obcecados por agravos históricos e pela busca de identidades perdidas no tempo, tentam sagrar-se vencedores em antigas rivalidades étnicas. A ordem internacional, como objetivo, está além do seu campo de interesse e, frequentemente, além da sua imaginação. Como os pequenos estados envolvidos na Guerra dos Trinta Anos, eles querem preservar sua independência e aumentar seu poder, sem a preocupação mais cosmopolita de uma ordem política internacional.

Algumas das nações pós-coloniais representam outro fenômeno. Para muitas, as atuais fronteiras vêm da conveniência administrativa das potências imperiais. A África francesa, que possui uma extensa linha costeira, foi segmentada em 17 unidades administrativas, cada uma das quais se tornou, desde então, um estado. A África belga — chamada então de Congo, hoje de Zaire — tinha apenas uma estreita saída para o mar, e, conseqüentemente, era governada como uma única unidade, apesar de ter uma área do tamanho da Europa Ocidental. Nessas circunstâncias, o estado, mais das vezes,

significava o exército, geralmente a única instituição “nacional”. Quando essa pretensão falha, a guerra civil tem sido a consequência. Se os padrões de nação do século XIX, ou os princípios wilsonianos de autodeterminação, fossem aplicados a tais nações, seria inevitável um realinhamento radical e imprevisível de fronteiras. Para elas, a alternativa ao *status quo* territorial é um conflito civil interminável e odioso.

Finalmente, há os estados de tipo continental — os quais serão provavelmente as unidades da nova ordem mundial. A nação indiana, que emergiu do regime colonial inglês, reúne uma multiplicidade de línguas, religiões e nacionalidades. Como ela é mais suscetível a correntes religiosas e ideológicas dentro de estados vizinhos que as nações europeias do século XIX, a linha divisória entre suas políticas externa e interna é diferente e muito mais tênue. Do mesmo modo, a China é um conglomerado de diferentes línguas unido por uma escrita comum, uma cultura comum e uma história comum. É o que a Europa poderia ter sido, não fossem as guerras religiosas do século XVII e o que ainda poderá vir a ser, se a União Europeia atender às expectativas dos seus defensores. Similarmente, as duas superpotências da Guerra Fria jamais foram estados-nações no sentido europeu. Os Estados Unidos conseguiram formar uma cultura distinta, a partir de uma composição nacional poliglota; a União Soviética era um império continente de muitas nacionalidades. Os estados que a sucederam — especialmente a Federação Russa — estão, até o momento destas páginas, dilacerados entre a desintegração e a reimperialização, como estiveram os impérios Habsburgo e Otomano no século XIX.

Tudo isso mudou radicalmente a substância, o método e, acima de tudo, o alcance das relações internacionais. Até o período moderno, os vários continentes cuidavam da vida, em grande parte, isolados uns dos outros. Teria sido impossível medir, digamos, o poder da França contra o da China, pois os dois países não tinham meio algum de interação. Quando o alcance da tecnologia aumentou, o futuro dos outros continentes foi determinado pelo “concerto” das potências europeias. Nenhuma ordem internacional

anterior constava de grandes centros de poder distribuídos ao redor do mundo. E os estadistas nunca tiveram de fazer diplomacia num ambiente onde os eventos podem ser experimentados instantaneamente por governantes e pelos seus povos.

À medida que o número de estados se multiplica e sua capacidade de interagir aumenta, baseada em que princípios pode uma nova ordem mundial surgir? Com a complexidade do novo sistema, poderão conceitos wilsonianos, como “democracia em expansão”, servir de orientação para a política externa americana e como substituto da política de contenção da Guerra Fria? Os conceitos wilsonianos não tiveram um sucesso absoluto nem foram um grande fracasso. Alguns dos atos mais bem acabados da diplomacia do século XX tiveram raiz no idealismo de Woodrow Wilson: o Plano Marshall, o corajoso compromisso de conter o comunismo, a defesa da liberdade da Europa Ocidental e até mesmo a malfadada Liga das Nações e sua encarnação posterior, a Organização das Nações Unidas (ONU).

O idealismo wilsoniano produziu, ao mesmo tempo, uma plethora de problemas. Incorporada nos Quatorze Pontos, a adoção sem crítica da autodeterminação étnica não levou em consideração as relações de poder e os efeitos desestabilizantes de grupos étnicos que viviam obstinadamente suas rivalidades acumuladas e seus antigos ódios. A incapacidade de dar à Liga das Nações um mecanismo militar de compulsão acentuou os problemas inerentes à noção de Wilson sobre segurança coletiva. O ineficaz Pacto Briand-Kellogg, de 1928, mediante o qual as nações renunciavam à guerra como meio de política, demonstrou os limites das restrições exclusivamente legais. Como Hitler havia de mostrar, um revólver carregado, no mundo da diplomacia, com frequência, vale mais que um mandado judicial. O apelo de Wilson para que os Estados Unidos avançassem em sua busca da democracia produziu atos de grande criatividade. Levou, também, a cruzadas desastrosas, como a do Vietnã.

O fim da Guerra Fria criou aquilo que alguns observadores chamaram de mundo “unipolar” ou de “uma superpotência”. Mas os

Estados Unidos não estão, na verdade, em posição melhor para ditar a agenda global, unilateralmente, do que estavam no início da Guerra Fria. Os Estados Unidos preponderaram mais que há dez anos, porém o poder tornou-se também mais difuso. Assim, a capacidade dos Estados Unidos de empregá-lo, para moldar o resto do mundo, realmente decresceu.

A vitória na Guerra Fria tornou muito mais difícil realizar o sonho wilsoniano da segurança coletiva universal. Na ausência de uma ameaça de dominação, as principais nações não veem ameaças à paz da mesma forma, tampouco estão dispostas a correr os mesmos riscos para enfrentar ameaças que reconheçam (vide [Capítulos 10, 11, 15 e 16](#)). A comunidade mundial está pronta a cooperar para “manter a paz” — ou seja, policiar um acordo existente, não contestado por qualquer das partes —, porém tem sido arisca em fazer a paz — eliminar desafios reais à ordem mundial. Isso não é nada de mais, pois nem mesmo os Estados Unidos já adotaram um conceito claro quanto àquilo a que irão resistir, unilateralmente, no mundo pós-Guerra Fria.

Como abordagem de política externa, o wilsonismo presume que os Estados Unidos detêm uma natureza excepcional, expressa na virtude sem rival e no poder sem rival. Os Estados Unidos eram tão confiantes em sua força e na virtude de seus objetivos que podiam imaginar-se lutando por seus valores mundialmente. O excepcionalismo americano deve ser o ponto de partida para uma política externa wilsoniana.

À medida que o século XXI se aproxima, estão em operação vastas forças globais que, com o passar do tempo, tornarão os Estados Unidos menos excepcionais. O poderio militar americano continuará sem rival no futuro previsível. Porém o desejo dos Estados Unidos de projetar esse poder sobre a miríade de conflitos de pequena escala que o mundo provavelmente assistirá nas próximas décadas — Bósnia, Somália, Haiti — é um grande desafio conceitual para a política externa americana. Os Estados Unidos terão, possivelmente, a mais poderosa economia mundial, até meados do próximo século. Todavia, a difusão da prosperidade será

mais ampla, assim como a tecnologia para gerar riquezas. Os Estados Unidos enfrentarão competição econômica de um tipo que jamais experimentaram durante a Guerra Fria.

Os Estados Unidos serão a nação maior e mais poderosa, porém uma nação entre suas semelhantes; *primus inter pares*, mas, não obstante, uma nação como outras. É provável, portanto, que o excepcionalismo americano, base tradicional para uma política externa wilsoniana, seja menos relevante no próximo século.

Os americanos não devem ver isso como um rebaixamento dos Estados Unidos ou sintoma de declínio nacional. Na maior parte da sua história, os Estados Unidos foram, de fato, uma nação entre outras, e não superpotência indiscutida. A ascensão de outros centros de poder — na Europa Ocidental, no Japão, na China — não deve alarmar os americanos. Minar, compartilhar dos recursos do mundo e do desenvolvimento de outras sociedades e economias tem sido um objetivo particularmente americano, desde o Plano Marshall.

Contudo, se a premissa do wilsonismo está se tornando menos relevante e os ditames da política externa wilsoniana — a segurança coletiva, a conversão de rivais ao modo americano, um sistema internacional que solucione disputas de forma legal e o apoio absoluto à autodeterminação étnica — menos praticáveis, sobre quais princípios os Estados Unidos devem basear sua política externa no próximo século? A história não fornece um manual, nem analogias plenamente satisfatórias. Mas a história nos ensina por intermédio de exemplos, e, à medida que os Estados Unidos se encaminharem para águas desconhecidas, seria bom examinar a era anterior a Woodrow Wilson e ao “século americano”, em busca de pistas sobre as décadas vindouras.

O conceito de Richelieu de *raison d'état* — de que os interesses do estado justificam os meios utilizados para seu atendimento — sempre foi repugnante aos americanos. Não significa isso que os americanos jamais tenham praticado a *raison d'état* — há muitos exemplos, desde a época das astutas negociações dos Fundadores com as potências europeias, nas primeiras décadas da república, até

a obstinada marcha para oeste, posta sob a rubrica de “destino manifesto”. Mas os americanos jamais sentiram-se bem admitindo seus próprios interesses egoístas. Travando guerras mundiais ou interferindo em conflitos locais, os governos americanos sempre afirmaram lutar por princípios, não por interesses.

Para qualquer estudante de história europeia, o conceito de equilíbrio de poder parece perfeitamente óbvio. Mas o equilíbrio de poder; assim como a *raison d'état*, é uma criação dos dois últimos séculos, originalmente propagado pelo rei inglês Guilherme III, para refrear os impulsos expansionistas da França. O conceito de que uma coalizão de estados mais fracos se formasse em contrapeso ao mais forte não era, em si, notável. Contudo, o equilíbrio de poder requer atenção constante. No próximo século, os governos americanos terão de articular para o público um conceito de interesse nacional e explicar como este interesse é servido — na Europa e na Ásia — pelo equilíbrio de poder. Os Estados Unidos necessitarão de sócios para preservar o equilíbrio em várias regiões do mundo, e estes parceiros nem sempre podem ser escolhidos apenas a partir de considerações morais. Uma definição clara do interesse nacional precisa guiar igualmente a política americana.

O sistema internacional que mais durou, sem uma grande guerra, foi o que se seguiu ao Congresso de Viena. Combinava legitimidade e equilíbrio, valores comuns e diplomacia de equilíbrio de poder. Valores comuns restringiam o alcance das exigências das nações e o equilíbrio limitava a capacidade de insistir nas mesmas. No século XX, os Estados Unidos tentaram duas vezes criar uma ordem mundial baseada, quase exclusivamente, sobre os seus próprios valores. Foi um esforço heroico, responsável por grande parte do que é bom no mundo contemporâneo. Mas o wilsonismo não pode ser a única base para a era pós-Guerra Fria.

O avanço da democracia ainda será a aspiração maior dos Estados Unidos, mas é necessário olhar os obstáculos que ela enfrenta, no momento de seu aparente triunfo filosófico. Refrear o poder do governo central tem sido uma das principais preocupações dos teóricos políticos ocidentais, enquanto, na maioria das outras

sociedades, a teoria política tem tentado sustentar a autoridade do estado. Em nenhum outro lugar houve tal insistência na expansão da liberdade pessoal. A democracia ocidental desenvolveu-se em sociedades culturalmente homogêneas, com uma longa história comum (até mesmo os Estados Unidos, com sua população poliglota, adquiriu uma forte identidade cultural). A sociedade e, em certo sentido, a nação, precederam o estado sem ter de ser criada por ele. Nesse quadro, os partidos políticos representam variantes de um consenso maior; a minoria de hoje é potencialmente a maioria de amanhã.

Na maioria das outras partes do mundo, o estado tem precedido a nação; ele foi, e frequentemente continua sendo, o elemento principal na sua formação. Os partidos políticos, onde existem, refletem identidades fixas e geralmente locais; minorias e majorias tendem a ser permanentes. Em tais sociedades, o processo político trata de dominação, e não de alternância nos cargos, que ocorre, quando ocorre, por meio de golpes, em vez de procedimentos constitucionais. O conceito da oposição leal — essência da democracia moderna — raramente se firma. O mais normal é a oposição ser vista como ameaça à coesão nacional, igualada à traição, e impiedosamente reprimida.

A democracia ao estilo ocidental pressupõe um consenso de valores comuns, que estabelecem limites ao partidarismo. A América não seria a mesma se não insistisse na aplicabilidade universal da ideia de liberdade. Que os Estados Unidos deem preferência aos governos democráticos, em lugar dos repressores, e estejam prontos a pagar algum preço por suas convicções morais é incontestável. Que existe uma área de escolha arbitrária, que deve ser exercida a favor de governos e instituições que promovam valores democráticos e direitos humanos está, também, claro. A dificuldade surge na determinação do preço exato a pagar e sua relação com outras prioridades americanas essenciais, inclusive a segurança nacional e o equilíbrio geopolítico mundial. Se as exortações americanas devem ir além da retórica patriótica, precisam refletir uma compreensão realista do poder do país. Os Estados Unidos devem ser cuidadosos

em não multiplicar os compromissos morais, quando os recursos financeiros e militares para a condução de uma política externa global estão sendo reduzidos. Altos pronunciamentos, desproporcionais à capacidade e à disposição para resgatá-los, diminuem a influência dos Estados Unidos em todos os outros assuntos.

O equilíbrio exato entre os elementos morais e estratégicos da política externa americana não pode ser prescrito no abstrato. Mas o início do bom-senso consiste em reconhecer que é preciso um equilíbrio. Por mais poderosos que sejam os Estados Unidos, nenhum país tem como impor todas as suas preferências ao restante da humanidade; prioridades devem se estabelecer. Mesmo que houvesse recursos para isso, o wilsonismo indiscriminatório não seria apoiado quando o povo americano percebesse os compromissos e envolvimento decorrentes. O wilsonismo pode ser transformado num *slogan* para contornar escolhas geopolíticas difíceis, mediante um discurso que envolva pouco risco. Começa a surgir na política dos Estados Unidos uma diferença entre as pretensões e o disponível para apoiá-las; a decepção, quase inevitável, pode, muito facilmente, justificar a retirada completa das questões mundiais.

No mundo pós-Guerra Fria, o idealismo americano necessita do levedo da análise geopolítica, para achar seu caminho no labirinto das novas complexidades. Não será fácil. Os Estados Unidos recusaram-se a dominar mesmo quando detinham o monopólio nuclear e desprezaram o equilíbrio de poder mesmo quando empreenderam — como durante a Guerra Fria — o que era na verdade uma diplomacia de esferas de interesse. No século XXI, os Estados Unidos, assim como outras nações, devem aprender a navegar entre a necessidade e a escolha, entre as constantes das relações internacionais e os elementos sujeitos ao arbítrio dos estadistas.

Para haver equilíbrio entre valores e necessidades, a política externa deve começar com alguma definição do que constitui o interesse vital — alguma mudança internacional tão deletéria à segurança nacional que tenha de ser impedida, qualquer que seja a

forma que tome, ou a legitimidade que aparente. No auge de seu poder, a Inglaterra teria ido à guerra para impedir a posse dos portos do Canal, nos Países Baixos, até mesmo contra uma grande potência governada por santos. Na maior parte da história americana, a Doutrina de Monroe foi a definição operacional dos interesses nacionais americanos. Desde a entrada de Woodrow Wilson na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos têm evitado definir o interesse nacional, com o argumento de que não se opõem a mudanças, mas ao uso da força para provocá-las. Nenhum dos critérios é mais adequado; a Doutrina de Monroe é muito restrita, e o wilsonismo, vago e legalista demais. A controvérsia que cerca quase todas as ações militares americanas, no período pós-Guerra Fria, mostra que ainda não há um consenso mais amplo sobre o ponto onde os Estados Unidos devem marcar o limite do aceitável. Obter esse consenso é um grande desafio para a liderança nacional.

Geopoliticamente, os Estados Unidos são uma ilha ao largo da grande massa terrestre da Eurásia, cujos recursos e população excedem, de longe, aqueles dos Estados Unidos. A dominação por uma única potência, de qualquer das duas principais esferas da Eurásia — Europa ou Ásia continua sendo uma boa definição de perigo estratégico para os Estados Unidos, com ou sem Guerra Fria. Esse agrupamento poderia superar os Estados Unidos economicamente e, no final, militarmente. É ameaça a ser evitada, ainda que a potência dominante fosse aparentemente benévola, pois, se as boas intenções um dia mudassem, os Estados Unidos sofreriam grande perda de resistência eficaz e de capacidade de influir.

Os Estados Unidos entraram na Guerra Fria devido à ameaça de expansão soviética e baseiam grande parte de suas expectativas pós-Guerra Fria no desaparecimento da ameaça comunista. Assim como atitudes frente à hostilidade soviética moldaram as atitudes americanas no tocante à ordem global — na teoria da política de contenção — também a faina reformista da Rússia dominou o pensamento dos Estados Unidos na ordem mundial pós-Guerra Fria. A política americana tem se baseado na premissa de que a paz pode

ser mantida por uma Rússia temperada pela democracia e com suas energias concentradas na criação de uma economia de mercado. Sendo assim, a principal tarefa dos Estados Unidos seria a de fortalecer a reforma russa, com medidas retiradas da experiência do Plano Marshall, e não tomadas no padrão tradicional da política externa.

Sobre nenhum outro país a política externa americana tem seguido tão constantemente um exame de intenções, em vez de possibilidades potenciais, ou até mesmo de suas políticas. Franklin Roosevelt depositou suas esperanças de um mundo pacífico após a guerra em boa parte na moderação de Stalin. Durante a Guerra Fria, a estratégia operacional americana — a política de contenção — tinha como objetivo declarado modificar as metas soviéticas, e o debate era sempre se a mudança esperada já ocorrera. Entre os presidentes do pós-guerra, somente Nixon tratou a União Soviética como um desafio geopolítico. Até mesmo Reagan deu grande ênfase à conversão dos líderes soviéticos. Não causa surpresa que, após o colapso comunista, tenha se presumido que as intenções hostis desapareceram e, como a tradição wilsoniana não aceita que haja interesses conflitantes, a ação americana pós-Guerra Fria tem desprezado as considerações tradicionais de política externa.

Estudiosos de geopolítica e história estão apreensivos com a simplicidade dessa abordagem. Temem que, ao sobrestimar a capacidade americana de guiar a evolução interna da Rússia, os Estados Unidos possam envolver-se, à toa, nas brigas internas russas, gerar uma reação nacionalista e negligenciar tarefas normais da política externa. Esses acadêmicos apoiariam uma política destinada a modificar a tradicional truculência russa, portanto apoiam a ajuda econômica e projetos cooperativos em questões globais. Mas ponderam que a Rússia, com os governos que tiver, assenta-se no território que Halford Mackinder chamou de *heartland* geopolítica, e é herdeira de uma das mais fortes tradições imperiais.³ Mesmo que a postulada transformação moral ocorresse, levaria tempo, e, nesse interlúdio, os Estados Unidos deveriam reduzir os riscos.

Também não se espere que o auxílio econômico alcance, na Rússia, resultados comparáveis aos do Plano Marshall. A Europa Ocidental do pós-guerra tinha um sistema de mercado em funcionamento, funcionalismo público bem estabelecido e, na maioria dos países, tradição democrática. Estava ligada à América pela ameaça ideológica e militar da União Soviética. Por trás da proteção da Aliança Atlântica, a reforma econômica provocou a volta da realidade geopolítica; o Plano Marshall possibilitou à Europa restabelecer seu padrão tradicional de governança.

Não há condições parecidas na Rússia pós-Guerra Fria. Aliviar o sofrimento e encorajar a reforma econômica são importantes meios de política externa americana, mas não substituem o trabalho sério de manter o equilíbrio de poder global *vis-à-vis* num país com longa história de expansionismo.

Quando este livro é escrito, o vasto império russo, conquistado ao longo de dois séculos, está em desintegração — como esteve no período de 1917-23, do qual se recuperou, sem interromper seu tradicional ritmo expansionista. Administrar a decadência de um império é uma das mais difíceis tarefas diplomáticas. A diplomacia do século XIX retardou o desmanche do Império Otomano e o impediu de provocar uma guerra geral; a diplomacia do século XX não foi capaz de apagar as consequências da desintegração do Império Austro-Húngaro. Impérios em colapso geram duas causas de tensão: tentativas dos vizinhos de tirar proveito da fraqueza do centro imperial e esforço do império em declínio para restaurar a autoridade na periferia.

Ambos os processos estão ocorrendo, simultaneamente, nos estados sucessores da ex-União Soviética. O Irã e a Turquia tentam adensar seus papéis nas repúblicas da Ásia Central, onde a população, em grande parte, é muçulmana. Mas a ação geopolítica maior tem sido o trabalho da Rússia em restaurar sua proeminência em todos os territórios anteriormente controlados por Moscou. Em nome da manutenção da paz, a Rússia vem tentando restabelecer alguma forma de tutela russa, e os Estados Unidos, atentos à boa vontade de um governo “reformista” e relutantes em adotar uma

agenda geopolítica têm, até o momento, aquiescido. Pouco têm feito para que as repúblicas sucessoras — exceto os estados bálticos — tenham aceitação internacional. Visitas de altos funcionários americanos a essas regiões são poucas e espaçadas; a ajuda é mínima. A atividade de tropas russas em seus territórios, ou mesmo a presença delas, raramente é contestada. Moscou é tratada, de fato, como o centro imperial, que é como ela própria se imagina.

Isso ocorre, em parte, porque os Estados Unidos têm lidado com as revoluções anticomunista e anti-imperialista no solo do ex-Império Soviético, como se fossem um fenômeno único. Na realidade, elas trabalham em direções opostas. A revolução anticomunista tem gozado de apoio substancial, em todo o território da ex-União Soviética. A revolução anti-imperialista, contra a dominação pela Rússia, é muito popular nas novas repúblicas não russas e extremamente impopular na Federação Russa. Lideranças russas olham historicamente seu estado em termos de missão “civilizatória” (vide [Capítulos 7 e 8](#)); a maioria esmagadora das principais figuras da Rússia — de qualquer persuasão política — recusa-se a aceitar o colapso do Império Soviético e a legitimidade dos estados sucessores, especialmente da Ucrânia, berço da ortodoxia russa. Até mesmo Alexander Soljenitsin, pensando em livrar a Rússia do pesadelo de ter súditos estrangeiros involuntários, escreveu a favor da retenção, por Moscou, de um núcleo formado pela Ucrânia, Bielorrússia e quase a metade do Cazaquistão,⁴ praticamente 90% do antigo império. No território da ex-União Soviética, nem todo anticomunista é um democrata, e nem todo democrata se opõe ao imperialismo russo.

Uma política realista reconheceria que até mesmo o governo reformista de Boris Yeltsin tem exércitos russos no território de quase todas as ex-repúblicas soviéticas — todas, membros da ONU —, em muitos casos contra a vontade expressa do governo anfitrião. Essas forças militares têm participado das guerras civis de várias das repúblicas. O ministro do exterior da Rússia repete o conceito de um monopólio de manutenção da paz no recém-formulado “exterior próximo”, o *near abroad*, indistinguível da tentativa de restabelecer a

dominação de Moscou. O longo prazo será influenciado pela reforma russa, mas o curto prazo depende de os exércitos russos serem convencidos a ficar em casa. Se reaparecerem nas fronteiras do antigo império, na Europa e no Oriente Médio, a tensão histórica — feita de medo e desconfiança mútuos — entre a Rússia e seus vizinhos certamente voltará (vide [Capítulos 6 e 7](#)).

A Rússia não escapa de ter um interesse especial de segurança no que denomina “exterior próximo” — as repúblicas da ex-União Soviética — distinto das terras do antigo império. Mas a paz do mundo requer que este interesse seja atendido sem pressões militares ou intervenção militar unilateral. A questão fundamental é se será necessário tratar as relações da Rússia com as novas repúblicas como um problema internacional, sujeito a regras normais da política externa, ou como assunto de decisões unilaterais da Rússia, que os Estados Unidos tentarão influenciar, quando muito, por apelos à boa vontade do governo russo. Em certas áreas — como, por exemplo, as repúblicas da Ásia Central ameaçadas pelo fundamentalismo islâmico — o interesse nacional dos Estados Unidos provavelmente coincide com o da Rússia, pelo menos quanto a reagir ao fundamentalismo iraniano. Cooperação lá, seria bem provável, se não representar um retorno ao tradicional imperialismo russo.

Quando escrevo, as perspectivas de uma democracia na Rússia são ainda incertas, e nem é certo que mesmo uma Rússia democrática adote políticas de estabilidade internacional. Em sua dramática história, a Rússia marchou ao som de tambor muito diferente do restante do mundo ocidental. Jamais teve uma igreja autônoma, perdeu a Reforma, o Iluminismo, a Era das Descobertas e a moderna economia de mercado. É difícil encontrar políticos com experiência democrática. Quase todos os líderes da Rússia — e das novas repúblicas — tiveram altos cargos no regime comunista; o pluralismo não foi seu primeiro instinto e talvez não seja o último.

Além disso, a passagem de uma economia centralmente planejada para a de mercado foi dolorosa, onde quer que haja ocorrido. Os administradores não têm nenhuma experiência com

mercados e incentivos; os operários perderam a motivação; os ministros nunca tiveram de ocupar-se com política fiscal. Estagnação, mesmo declínio, é quase inevitável. Nenhuma economia de planejamento central conseguiu evitar grande severidade no caminho para a economia de mercado, e o problema tornou-se ainda mais complicado pelo método abrupto aconselhado por tantos especialistas americanos. A insatisfação com os custos econômicos e sociais da transição permitiu vitórias importantes de comunistas na Polônia, na Eslováquia e na Hungria pós-comunistas. Nas eleições parlamentares russas, de dezembro de 1993, os partidos comunista e nacionalista juntos obtiveram quase 50% dos votos.

Mesmo reformadores sinceros talvez percebam no tradicional nacionalismo russo uma força unificadora, para alcançar seus objetivos. E, na Rússia, o nacionalismo tem sido, historicamente, missionário e imperial. Os psicólogos podem discutir se isso vem de uma sensação de insegurança enraizada ou de agressividade congênita. Para as vítimas da expansão russa, a distinção não vem ao caso. Na Rússia, a democratização e uma política externa contida não andam, obrigatoriamente, de mãos dadas. Daí o argumento de que a paz virá das reformas internas russas encontrar tão poucos adeptos na Europa Oriental, na Escandinávia ou na China, e daí por quê a Polônia, a República Tcheca, a Eslováquia e a Hungria querem entrar na Aliança Atlântica.

Uma linha de ação, atrelada à política externa, seria criar contrapesos às tendências previsíveis e não botar todas as fichas na reforma interna. Conquanto apoiasse mercados livres russos e a democracia russa, buscaria também reforçar os obstáculos à expansão russa. Na verdade, a reforma russa sairia fortalecida se a Rússia fosse levada a concentrar-se — pela primeira vez em sua história — no desenvolvimento do seu território nacional que, estendendo-se por 11 fusos horários, de São Petersburgo a Vladivostok, não dá nenhum motivo para claustrofobia.

Depois da Guerra Fria, a política americana em relação à Rússia pós-comunista arriscou tudo em uma espécie de engenharia social centrada em líderes individuais. No governo Bush, foi Mikhail

Gorbachev, e com Clinton tem sido Boris Yeltsin que, em virtude do seu compromisso pessoal com a democracia, se veem tratados como fiadores pessoais de uma política externa russa pacífica e da integração da Rússia na comunidade internacional. Bush lamentou a desintegração da União Soviética de Gorbachev, e Clinton tem concordado com o afã de restaurar a antiga esfera de influência da Rússia. Os governos americanos têm se absterido de invocar os tradicionais freios diplomáticos sobre a política russa, temendo promover os supostos adversários nacionalistas de Yeltsin (antes dele, os de Gorbachev).

As relações russo-americanas necessitam de um diálogo sério sobre questões de política externa. Não é bom para a Rússia ser tratada como imune às considerações normais de política externa, pois resultará, na prática, em fazê-la pagar mais caro posteriormente se for seduzida a atitudes das quais não haja retorno. Os americanos não deviam temer discussões francas sobre convergências e divergências dos interesses americanos e russos. Os veteranos das lutas internas russas não são noviças inocentes, cujas almas se desequilibrem com um diálogo realista. São, muito bem, capazes de compreender uma política baseada no respeito mútuo dos interesses nacionais de cada um. Na realidade, talvez a compreendam melhor que a um utopismo abstrato e distante.

Integrar a Rússia no sistema é fundamental para a ordem internacional vindoura. Há dois componentes a serem balanceados: influenciar os atos russos e afetar os cálculos russos. Ajuda econômica e consultoria técnica generosas são necessárias para aliviar as angústias da transição e a Rússia deveria ser recebida em instituições que estimulam a cooperação econômica, cultural e política — como a Conferência de Segurança Europeia. Mas a reforma russa será obstruída, não ajudada, se for ignorada a recaída das históricas pretensões imperiais russas. A independência das novas repúblicas, afinal, reconhecida pelas Nações Unidas, não deve ser tacitamente desvalorizada por imperturbáveis movimentos militares russos em seu solo.

A política americana em relação à Rússia deve ser ancorada aos interesses permanentes, não às flutuações da política interna russa. Se a política externa americana fizer da política interna russa sua prioridade máxima, será vítima de forças fora do seu controle e perderá todos os critérios para avaliação. Pode a política externa ser amarrada a qualquer estremecimento de um processo essencialmente revolucionário? Devem os Estados Unidos desligar-se da Rússia toda vez que ocorrer uma mudança interna que não aprovem? Os Estados Unidos podem pagar o preço de tentar isolar a Rússia e a China, simultaneamente, e fazer ressurgir, devido a suas preferências, a aliança sino-soviética? Uma política menos intrusiva na Rússia, agora, permitiria um curso de longo prazo mais estável, depois.

Defensores do que defini, no [Capítulo 28](#), como a escola "psiquiátrica" de política externa tendem a rejeitar tais argumentos como "pessimistas". Afirmam que, afinal, a Alemanha e o Japão mudaram o seu caráter, portanto, por que não a Rússia? Mas, também é verdade que a Alemanha democrática mudou na outra direção, nos anos 1930, e quem confiou em suas intenções viu-se, de repente, cara a cara com suas possibilidades.

O estadista sempre pode fugir dos seus dilemas fazendo a suposição mais favorável acerca do futuro; uma de suas provas é a habilidade de proteger-se contra contingências desfavoráveis, até mesmo imprevisíveis. A nova liderança russa tem direito à compreensão, pelo processo angustiante de tentar superar duas gerações de desgoverno comunista. Não tem é direito a receber a esfera de influência que os czares e comissários cobiçaram, ao redor das extensas fronteiras da Rússia, durante 300 anos. Se a Rússia há de tornar-se parceira séria na construção de uma nova ordem mundial, deve estar preparada para os rigores da estabilidade, assim como para seus benefícios.

A política americana que mais se aproximou da definição, geralmente aceita, de interesse vital, foi em relação a seus aliados na área do Atlântico. Embora a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) fosse, em geral, explicada em termos wilsonianos,

como instrumento de segurança coletiva e não como uma aliança, ela foi, de fato, a instituição que mais perto chegou de harmonizar os objetivos morais e geopolíticos americanos (vide [Capítulo 16](#)). Como seu propósito era impedir a dominação soviética da Europa, ela serviu ao propósito geopolítico de evitar que as potências centrais da Europa e da Ásia caíssem sob o domínio de um país hostil, qualquer que fosse a justificativa.

Os arquitetos da Aliança Atlântica ficariam estupefatos se soubessem que a vitória na Guerra Fria poria em dúvida o futuro da sua criação. Seria lógico que o prêmio pela vitória na Guerra Fria fosse uma parceria Atlântica duradoura. Com este objetivo, algumas das batalhas políticas decisivas da Guerra Fria foram travadas e vencidas. No processo, os Estados Unidos ligaram-se à Europa por instituições consultivas permanentes e um sistema de comando militar integrado — estrutura de dimensão e duração únicas, na história das coalizões.

A conhecida Comunidade Atlântica — um termo nostálgico, pouco usado, desde o fim da Guerra Fria — tem marcado passo desde o colapso do comunismo. Depreciar o relacionamento com a Europa virou moda. A despeito da ênfase na expansão da democracia, os Estados Unidos parecem estar, agora, dando menos atenção às sociedades que têm instituições semelhantes e com as quais dividem atitudes comuns, no tocante aos direitos humanos e outros valores básicos, que a outras regiões do mundo. Os fundadores dos laços do Atlântico — Truman, Acheson, Marshall e Eisenhower — compartilhavam da maioria das reservas dos americanos sobre o estilo europeu de diplomacia. Compreenderam porém que, sem os laços atlânticos, os Estados Unidos encontrar-se-iam em um mundo de nações, com as quais — com exceção das Américas — tinha poucas ligações morais ou tradições comuns. Nessas circunstâncias, os Estados Unidos seriam obrigados a seguir uma *Realpolitik* pura, que é essencialmente incompatível com a tradição americana.

Parte da razão para o declínio do que foi a política americana mais vital é que a Otan passou a ser vista como parte de um terreno

que não precisa mais ser cuidado. Talvez, ainda mais importante, a geração de líderes americanos que alcançou proeminência na última década e meia veio principalmente do sul e do oeste, onde há menos laços emocionais e pessoais com a Europa que no antigo *establishment* do nordeste. Além disso, os liberais americanos — porta-estandartes do wilsonismo — têm-se desapontado com os aliados democráticos, que praticam uma política de interesses nacionais, ao contrário da segurança coletiva e do direito internacional; citam a Bósnia e o Oriente Médio como exemplos da impossibilidade de concordarem, apesar dos valores comuns. Ao mesmo tempo, a ala isolacionista do conservantismo americano — a outra forma de excepcionalismo — tem sido tentada a voltar as costas para o que despreza como o egoísmo e o relativismo maquiavélico da Europa.

Desentendimentos com a Europa têm a natureza desagradável das brigas de família. Contudo, em relação a quase todas as questões fundamentais, tem havido muito mais colaboração por parte da Europa que de qualquer outra área. Para sermos justos, lembremos que, na Bósnia, tropas francesas e inglesas estavam presentes, mas americanas não, embora a retórica pública dê a impressão contrária. E, na Guerra do Golfo, os contingentes não americanos mais importantes foram, novamente, ingleses e franceses. Por duas vezes, em uma geração, valores e interesses comuns levaram tropas americanas para a Europa. No mundo pós-Guerra Fria, a Europa talvez não seja capaz de entrar em forma outra vez numa nova política atlântica, mas os Estados Unidos têm obrigação consigo mesmos de não abandonar a política de três gerações, no momento da vitória. A tarefa diante da aliança é adaptar as duas instituições básicas que moldam o relacionamento atlântico, a Otan e a União Europeia (ex-Comunidade Econômica Europeia), às realidades do mundo pós-Guerra Fria.

A Otan permanece como o principal elo institucional entre os Estados Unidos e a Europa. Quando a Otan foi criada, as tropas soviéticas estavam no rio Elba, em uma Alemanha dividida. Considerado, em geral, capaz de conquistar a Europa Ocidental com

suas forças convencionais, o dispositivo militar soviético logo adquiriu também um arsenal nuclear que crescia rapidamente. Na Guerra Fria, a Europa Ocidental dependeu dos Estados Unidos para sua segurança, e as instituições pós-Guerra Fria da Otan ainda refletem essa situação. Os Estados Unidos controlam o comando integrado, atribuído a um general americano, e têm resistido às tentativas francesas de criar uma identidade de defesa europeia distinta.

O movimento para a integração europeia teve origem em duas ideias: de que a Europa, a menos que aprendesse a falar com uma só voz, gradualmente passaria à insignificância; e de que uma Alemanha dividida não devia ficar na tentação de oscilar entre os dois blocos e jogar os lados da Guerra Fria um contra o outro. Quando este livro é escrito, a União Europeia, composta originalmente de seis nações, cresceu para 12 e expande-se para incluir a Escandinávia, a Áustria e, por fim, alguns dos antigos satélites soviéticos.

As premissas de ambas instituições foram abaladas pelo colapso da União Soviética e pela unificação da Alemanha. O exército soviético não existe mais, e o exército russo está aquartelado centenas de quilômetros a leste. Para o futuro imediato, a agitação interna russa torna improvável um ataque à Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, a tendência russa a restabelecer o antigo império desperta, novamente, apreensões históricas quanto ao expansionismo russo, especialmente nos ex-estados satélites da Europa Oriental. Nenhum líder, entre os vizinhos imediatos da Rússia, partilha da fé americana na conversão russa como chave para a segurança do seu país. Todos preferem o presidente Boris Yeltsin aos seus adversários, mas apenas como a menor das ameaças, não como figura que possa dissipar sua insegurança histórica.

A emergência de uma Alemanha unificada exacerba essas apreensões. Bem cientes de que os dois gigantes continentais, historicamente, dividiram entre si os seus vizinhos, ou travaram batalhas no território deles, os países localizados no meio temem o

vácuo de segurança; daí seu intenso desejo de proteção americana — expresso na associação à Otan.

Se a Otan necessita de adaptação, em virtude do colapso da potência soviética, a União Europeia enfrenta a nova realidade de uma Alemanha reunificada, que ameaça o acordo tácito que está no cerne da integração europeia: a aceitação, pela República Federal, da liderança política francesa na Comunidade Europeia, em troca de uma voz preponderante nos assuntos econômicos. A República Federal estava, portanto, ligada ao Ocidente por meio da liderança estratégica americana, no tocante a assuntos da Otan, e da liderança francesa, nas questões políticas da União Europeia.

Nos anos vindouros, as relações atlânticas tradicionais mudarão. A Europa não sentirá a mesma necessidade de proteção americana como antes e buscará seus interesses econômicos muito mais agressivamente; os Estados Unidos não estarão dispostos a tanto sacrifício pela segurança europeia e ouvirão o canto do isolacionismo sob vários disfarces; no devido tempo, a Alemanha insistirá na influência política, à qual seu poder militar e econômico dá direito, e não estará tão emocionalmente dependente do apoio militar americano e político francês.

Essas tendências não serão totalmente visíveis enquanto Helmut Kohl, herdeiro da tradição Adenauer (vide [Capítulo 20](#)), estiver no cargo. Mas ele é o último desse tipo de líder. A geração vindoura não tem lembrança pessoal da guerra ou do papel americano na reabilitação da devastada Alemanha do pós-guerra. Não tem razão emocional para submeter-se à vontade de instituições supranacionais ou subordinar suas opiniões aos Estados Unidos ou à França.

A grande realização da geração pós-guerra de governantes americanos e europeus foi reconhecer que, a menos que os Estados Unidos estivessem organicamente envolvidos na Europa, seriam obrigados a envolver-se mais tarde em circunstâncias muito menos favoráveis para ambos os lados do Atlântico. Isso é ainda mais verdadeiro hoje em dia. A Alemanha tornou-se tão forte, que as

instituições europeias existentes não são capazes de promover sozinhas um equilíbrio entre a Alemanha e seus parceiros europeus. Tampouco pode a Europa, mesmo com a Alemanha, administrar sozinha o ressurgimento ou a desintegração da Rússia, os dois mais ameaçadores resultados possíveis dos distúrbios pós-soviéticos.

Não interessa a nenhum país que a Alemanha e a Rússia se fixem uma na outra como principal parceira ou principal adversária. Muito próximas, levantam apreensões de estarem formando um condomínio; desentendidas, envolvem a Europa em crises crescentes. Os Estados Unidos e a Europa têm interesse comum em evitar políticas nacionais alemãs e russas desenfreadas a competirem no centro do continente. A Inglaterra e a França, sem os Estados Unidos, não sustentam o equilíbrio político na Europa Ocidental; a Alemanha seria tentada pelo nacionalismo; a Rússia careceria do interlocutor global. E, sem a Europa, os Estados Unidos poderiam transformar-se, tanto psicológica como geográfica e geopoliticamente, em ilha costeira da Eurásia.

A ordem pós-Guerra Fria põe à Aliança do Atlântico Norte três grupos de problemas: as relações internas na estrutura da aliança tradicional; as relações das nações atlânticas com os ex-estados satélites da União Soviética, na Europa Oriental; e, finalmente, o relacionamento dos estados sucessores da União Soviética, especialmente da Federação Russa, com as nações do Atlântico Norte e com a Europa Oriental.

A adaptação das relações internas da Aliança do Atlântico Norte sofre da eterna luta entre os pontos de vista americanos e franceses, relativos às relações atlânticas. Os Estados Unidos têm dominado a Otan sob a bandeira da integração. A França, exaltando a independência europeia, moldou a União Europeia. O resultado das divergências é que o papel dos Estados Unidos é por demais dominante no campo militar para promover uma identidade política europeia, ao passo que o papel da França é excessivamente insistente na autonomia política europeia para promover a coesão da Otan.

Intelectualmente, a disputa repete o conflito entre os conceitos de Richelieu e as ideias de Wilson — entre a política externa como equilíbrio de interesses e a diplomacia como afirmação de uma harmonia de fundo. Para os Estados Unidos, o comando integrado da Otan tem sido a expressão da unidade aliada; para a França é uma bandeira vermelha de perigo. Os americanos têm dificuldade em compreender por que um país insistiria no direito à ação independente, se não for para manter a opção de deixar seu aliado em apuros. A França vê na má vontade americana um papel militar europeu independente, uma tentativa velada de dominação.

Cada parceiro tem, na realidade, um conceito de relações internacionais inspirado em sua própria história. A França é herdeira do estilo europeu de diplomacia, aliás originado por ela há mais de 300 anos. Enquanto a Inglaterra teve de abandonar seu papel de guardião do equilíbrio de poder, a França continua, haja o que houver, defendendo a *raison d'état* e o cálculo preciso de interesses, em vez de perseguir uma harmonia abstrata. De maneira também coerente, mesmo num período menor, os Estados Unidos têm praticado o wilsonismo. Crentes na existência de uma harmonia subjacente, os Estados Unidos argumentam que, se os objetivos europeus e americanos são idênticos, a autonomia europeia ou é desnecessária ou perigosa.

Os dois grandes desafios europeus contemporâneos — a integração ao Ocidente de uma Alemanha unida e as relações da Aliança Atlântica com a nova Rússia — não se podem tratar pela aplicação literal das linhas de Richelieu ou de Wilson. O estilo de Richelieu estimula o nacionalismo de países europeus e conduz a uma Europa fragmentada. O wilsonismo, não diluído, enfraqueceria o senso de identidade europeu. A tentativa de criar instituições europeias baseadas na oposição aos Estados Unidos destruirá, no final, tanto a unidade europeia quanto a coesão atlântica. Por outro lado, os Estados Unidos não precisam temer uma identidade europeia na Otan, pois é difícil imaginar a ação militar autônoma europeia, em qualquer escala e em qualquer área, sem o apoio político e logístico americano. Enfim, não é o comando integrado que

gera a unidade, mas um sentido de interesses políticos e de segurança comuns.

A controvérsia entre os Estados Unidos e a França, entre os ideais de Wilson e de Richelieu, foram superados pelos acontecimentos. A Aliança Atlântica e a União Europeia são blocos indispensáveis para a construção de uma ordem mundial nova e estável. A Otan é a melhor proteção contra a chantagem militar vinda de qualquer ponto; a União Europeia é um mecanismo essencial para a estabilidade na Europa Oriental e Central. Ambas as instituições são necessárias para estabelecer uma relação dos ex-satélites e dos estados sucessores da União Soviética com uma ordem internacional pacífica.

O futuro da Europa Oriental e o dos estados sucessores da União Soviética não são o mesmo problema. A Europa Oriental foi ocupada pelo Exército Vermelho. Ela identifica-se, cultural e politicamente, com as tradições da Europa Ocidental. Isso é especialmente verdadeiro nos países do grupo de Visegrad, composto de Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia. Sem laços com instituições da Europa Ocidental e atlânticas, serão uma terra de ninguém entre a Alemanha e a Rússia. E para que esses laços sejam significativos, o grupo de Visegrad terá de pertencer à União Europeia e à Aliança Atlântica. Para tornarem-se econômica e politicamente viáveis, necessitam da União Europeia; e para segurança, terão de voltar-se para a Aliança Atlântica. Na verdade, entrar numa, implica entrar na outra. Como, em sua maioria, os membros da União Europeia são membros da Otan, e como é inconcebível que ignorassem ataques aos seus membros, depois que a integração europeia tiver alcançado um determinado ponto, a participação na União Europeia levará, mediante um mecanismo ou outro, no mínimo à extensão de *fato* da garantia da Otan.

Até agora, a questão tem sido evitada, porque se bloqueou a associação da Europa Oriental a ambas as instituições. O raciocínio, entretanto, por trás das duas exclusões, varia com as tradições políticas europeias e americanas. A Europa baseou sua decisão de expandir a União Europeia em direção ao leste na *Realpolitik*:

aceitou o princípio e ofereceu participação, sujeita a reforma das economias europeias orientais (e com isso protegendo as economias da Europa Ocidental por algum tempo mais). Transformou a associação final em uma questão técnica, que seria atendida com o passar do tempo.

A objeção americana à entrada do grupo de Visegrad na Otan diz respeito a princípios. Voltando até a objeção histórica de Wilson às alianças — por basearem-se na expectativa de um confronto —, o presidente Clinton aproveitou a ocasião de uma reunião de cúpula da Otan, em janeiro de 1994, para dar uma visão alternativa. Explicando por que os Estados Unidos não eram a favor da admissão de Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia na Otan, argumentou que a Aliança Atlântica não poderia

demarcar uma linha entre o Leste e o Oeste que pudesse autorrealizar a profecia de um futuro confronto [...] Digo a todos — da Europa e nos Estados Unidos que simplesmente gostariam de ver riscada mais ao leste uma nova linha divisória na Europa — que não devemos excluir a possibilidade do melhor futuro possível para a Europa, que é democracia em toda parte, economia de mercado em toda parte, povos cooperando em toda parte, na segurança mútua.⁵

Nesse espírito, o presidente Clinton apresentou um projeto, por ele denominado Parceria para a Paz, que convida todos os estados sucessores da União Soviética e todos os ex-satélites europeus orientais de Moscou a associarem-se a um vago sistema de segurança coletiva. Amálgama do wilsonismo e da crítica de Wallace à política de contenção descrita no [Capítulo 16](#), ela aplica os princípios da segurança coletiva igualando as vítimas do imperialismo soviético e russo com seus perpetradores, dá o mesmo *status* às repúblicas da Ásia Central nas fronteiras do Afeganistão e à Polônia, vítima de quatro partilhas, das quais a Rússia participou. A Parceria para a Paz não é uma via de entrada para a Otan, como se disse, equivocadamente, várias vezes, mas uma alternativa a ela, assim como o Tratado de Locarno (vide [Capítulo 11](#)) foi uma alternativa à aliança inglesa que a França buscou, na década de 1920.

Locarno, contudo, demonstrou que não há terreno intermediário entre uma aliança baseada em um objetivo comum e uma instituição multilateral que se baseia, não na percepção comum de uma ameaça, mas no cumprimento de condições especificadas de governo interno. A Parceria para a Paz corre o risco de criar dois tipos de fronteiras na Europa: as protegidas por garantias de segurança, e outras, onde garantias foram recusadas — situação que deve tentar agressores potenciais e desmoralizar vítimas em potencial. Deve-se cuidar que não se vá criar uma terra de ninguém estratégica e conceitual na Europa Oriental e Central para evitar uma confrontação, fonte de tantos conflitos europeus.

Será impossível solucionar o problema duplo, da segurança para a Europa Oriental e da integração da Rússia na comunidade internacional, como parte do mesmo programa. Se a Parceria para a Paz for um aspecto da Otan, poderá minar a Aliança Atlântica, por desviá-la para atividades não relacionadas a qualquer missão de segurança realista, aumentando a sensação de insegurança da Europa Oriental, e contudo, por ser ambígua, falhando em aplacar a Rússia. De fato, a Parceria para a Paz corre o risco de ser tratada como desimportante, quando não perigosa, pelas vítimas em potencial das agressões, e de ser tratada, na Ásia, como um clube étnico, dirigido contra a China e o Japão.

Ao mesmo tempo, associar a Rússia às nações atlânticas é importante. Há lugar para uma instituição que denomina a si mesma Parceria para a Paz, desde que tenha missões que todos os seus membros interpretem da mesma maneira. Tais tarefas comuns existem no campo do desenvolvimento econômico, da educação e da cultura. A Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) poderia receber funções ampliadas para isso, e seria rebatizada Parceria para a Paz.

Em tal projeto, a Aliança Atlântica daria uma estrutura política comum e segurança completa; a União Europeia aceleraria a associação dos ex-satélites da Europa Oriental; e o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), talvez renomeada

Parceria para a Paz, associariam as repúblicas da ex-União Soviética — especialmente a Federação Russa à estrutura atlântica. Um guarda-chuva se abriria sobre as novas democracias da Europa Oriental. Se a Rússia ficar dentro de suas fronteiras, o foco da segurança passaria, com o tempo, para a Parceria. Projetos políticos e econômicos comuns marcariam as relações Leste-Oeste.

O futuro das relações atlânticas não reside na interação Leste-Oeste, mas em seu papel decisivo em ajudar os Estados Unidos a lidarem com a evolução previsível do século XXI. É impossível dizer, nesse momento, quais das forças emergentes possíveis será a dominante ou a mais ameaçadora, ou em que combinação: se a Rússia, a China ou o Islã fundamentalista. Mas a capacidade dos Estados Unidos em lidar com quaisquer dessas novas evoluções será ampliada pela cooperação das nações do Atlântico Norte. Desse modo, o que era chamado de questões “fora da área” se tornará a essência do relacionamento norte-atlântico, que deveria ser reorganizado para esse fim.

Tem havido uma onda de interesse americano na Ásia, simbolizado pela proposta de uma Comunidade Pacífica, feita por Clinton, em reunião com os chefes de governo asiáticos, em 1993. Mas o termo “comunidade” aplica-se à Ásia no sentido mais limitado, pois as relações, no Pacífico, são muito diferentes daquelas do Atlântico. Enquanto as nações da Europa se agrupam em instituições comuns, as nações da Ásia olham-se como distintas e competitivas. As relações das principais nações asiáticas, entre si, apresentam a maioria dos atributos do sistema europeu de equilíbrio de poder do século XIX. Qualquer aumento significativo de força de qualquer uma delas quase certamente causa a manobra de contrapeso das outras.

O fator determinante desconhecido é a atitude dos Estados Unidos, que tem a capacidade — embora não necessariamente a filosofia — para funcionar de maneira muito parecida com a da Inglaterra na manutenção do equilíbrio de poder europeu, até as duas guerras mundiais do século XX. A estabilidade da região Ásia-Pacífico, a escora da sua ostentada prosperidade, não é uma lei da

natureza, mas consequência de um equilíbrio, que necessitará cada vez mais de trato meticuloso e deliberado no mundo pós-Guerra Fria.

O wilsonismo tem poucos discípulos na Ásia. Não há nenhuma pretensão à segurança coletiva ou à cooperação baseada em valores internos comuns, mesmo entre as poucas democracias existentes. A ênfase é toda no equilíbrio e nos interesses nacionais. Os gastos militares já estão subindo em todos os principais países asiáticos. A China está a caminho do *status* de superpotência. Com uma taxa de crescimento de 8%, que é menos do que ela teve durante os anos 1980, o Produto Nacional Bruto da China chegará perto do dos Estados Unidos por volta do final da segunda década do século XXI. Muito antes disso, a sombra política e militar da China cairá sobre a Ásia e afetará os cálculos das outras potências, por mais contida que a atual política chinesa possa parecer. As outras nações asiáticas provavelmente buscarão contrapesos para uma China crescentemente poderosa, como já o fazem em relação ao Japão. Embora o neguem, as nações do sudeste asiático estão incluindo o até então temido Vietnã em seu agrupamento Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), em grande parte para equilibrar a China e o Japão. E essa é também a razão por que a Asean está pedindo aos Estados Unidos que permaneçam na região.

O papel do Japão, inevitavelmente, será adaptado a essas circunstâncias modificadas, embora de acordo com seu estilo nacional os governantes japoneses façam essa adaptação por meio do acúmulo de nuances imperceptíveis. Durante a Guerra Fria, o Japão, abandonando sua histórica autoconfiança, gozou da proteção dos Estados Unidos. Competidor econômico determinado, pagou pela liberdade de manobra no campo econômico, subordinando suas políticas externa e de segurança às de Washington. Enquanto a União Soviética foi tida como a principal ameaça à segurança, por ambos os países, fazia sentido tratar os interesses nacionais americanos e japoneses como idênticos.

Não é provável que esse padrão prossiga. Com a Coreia e a China crescendo em força militar, e com a porção menos avariada do

poderio militar soviético localizado na Sibéria, os planejadores japoneses de longo prazo não poderão contar, indefinidamente, com a identidade absoluta dos interesses americanos e japoneses. Quando cada novo governo americano inicia seu mandato proclamando uma reavaliação da política existente (ou deixando implícito que estão sujeitas a mudanças), e quando o confronto em questões econômicas passa a ser a regra ao contrário da exceção, é difícil dizer que interesses americanos e japoneses, em política externa, jamais poderão divergir. De qualquer maneira, a perspectiva japonesa do continente asiático difere daquela dos Estados Unidos em virtude da proximidade geográfica e da experiência histórica. O orçamento de defesa japonês, portanto, tem crescido lentamente até tornar-se o terceiro maior no mundo e, devido aos problemas internos da Rússia, talvez o segundo mais eficaz.

Quando, em 1992, perguntou-se ao então primeiro-ministro japonês, Kiichi Miyazawa, se o Japão aceitaria a capacidade nuclear norte-coreana, ele respondeu com uma franqueza muito pouco japonesa com a única palavra "não". Significava isso que o Japão desenvolveria sua própria capacidade nuclear? Ou que buscaria conter a da Coreia do Norte? O mero fato dessas perguntas serem feitas indica a possibilidade de o Japão cortar as amarras, até certo ponto, da política externa e de segurança dos Estados Unidos.

O fato de haver análises ainda mais severas com relação a outras importantes potências demonstra quão instável, e até mesmo precário, o equilíbrio asiático poderá se tornar. Enquanto quiserem preservar o equilíbrio da Ásia, os Estados Unidos não podem esperar que esse equilíbrio esteja em risco. Sua política deve ser suficientemente flexível para influenciar todos os foros asiáticos disponíveis. Até certo ponto, isso já ocorre. Um papel auxiliar na Asean (para o sudeste asiático) e uma participação expressiva na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) foram estabelecidos.

Mas os limites da influência dos Estados Unidos sobre essas instituições multilaterais tornaram-se também evidentes. A proposta de Clinton de uma Comunidade Pacífica, no modelo europeu, foi recebida com polida indiferença, em grande parte porque as nações

da Ásia não se consideram uma comunidade. Elas não querem uma estrutura institucional que possa dar a superpotências asiáticas em potencial — ou mesmo aos Estados Unidos — voz em seus assuntos. As nações da Ásia estão abertas às trocas de ideias com os americanos; também são a favor de manter os Estados Unidos suficientemente envolvidos de maneira que, em uma emergência, possam ajudar a afastar ameaças à sua independência. Mas são excessivamente desconfiadas de vizinhos poderosos e, até certo ponto, dos Estados Unidos, para favorecerem instituições formais no Pacífico.

A habilidade dos Estados Unidos para dar rumo aos acontecimentos dependerá, no final, das suas relações bilaterais com os principais países da Ásia. É por isso que as políticas americanas em relação ao Japão e à China — bastante controversas quando da elaboração deste livro — assumem tal importância. Para começar, o papel americano é a chave para ajudar o Japão e a China a coexistirem, a despeito das suas desconfianças mútuas. No futuro imediato, o Japão, com uma população que envelhece e uma economia em estagnação, poderia decidir pressionar com sua superioridade tecnológica e estratégica, antes que a China emergja como superpotência e a Rússia recupere sua força. Depois, ele poderia recorrer àquele grande equalizador, a tecnologia nuclear.

Em qualquer das contingências, relações estreitas entre o Japão e os Estados Unidos serão uma contribuição vital para a moderação japonesa e um alívio para as outras nações da Ásia. A força militar japonesa, associada aos Estados Unidos, preocupa menos a China e as outras nações da Ásia, que a capacidade militar japonesa puramente nacional. E o Japão verá que precisa de menos força militar, desde que haja a rede de segurança americana — mesmo se esta for menor que anteriormente. Uma presença militar americana substancial no nordeste asiático (Japão e Coreia) será necessária. Sem ela, o papel americano permanente na Ásia careceria de credibilidade, e o Japão e a China seriam tentados a seguir linhas nacionais de ação em que, no final, poderiam muito bem voltar-se um contra o outro e contra todos os estados-tampões entre eles.

Haverá grandes obstáculos para revitalizar e clarear as relações entre o Japão e os Estados Unidos em torno de interesses geopolíticos paralelos. Os desentendimentos econômicos são conhecidos, as dificuldades culturais podem ser ainda mais insidiosas. Elas aparecem mais agudas — às vezes, desesperadamente agudas — nos diferentes estilos nacionais de tomar decisões. Os Estados Unidos decidem na base do *status*; alguém com autoridade, em geral, o presidente, ocasionalmente, o secretário de estado, escolhe o caminho entre as opções disponíveis, mais ou menos por força de sua posição. O Japão opera pelo consenso. Ninguém, sozinho — nem mesmo o primeiro-ministro —, tem autoridade para tomar uma decisão. Todos os que estão ligados à execução do que se decidir participam da formação do consenso, que não se completa até que todos hajam concordado.

Isso praticamente obriga a que, nos encontros entre um presidente americano e um primeiro-ministro japonês, diferenças sejam multiplicadas por mal-entendidos. Quando o presidente americano expressa concordância, está renunciando a ação; quando o primeiro-ministro japonês assente, sua atitude não quer dizer que ele está de acordo com a posição americana, mas sim que a compreendeu e vai submetê-la ao seu grupo de consenso. Ele presume que se saiba que sua autoridade não se estende além disso. Para que negociações sobre o futuro da Ásia floresçam, os Estados Unidos precisam ter mais paciência, e o Japão precisa discutir mais efetivamente as políticas de longo prazo, de que depende a cooperação futura.

Curiosamente, a solidez das relações entre os Estados Unidos e o Japão será o outro lado da moeda do relacionamento sino-americano. Apesar da considerável afinidade com a cultura chinesa, o Japão tem se dividido entre a admiração e o medo, entre o desejo de amizade e o anseio de domínio. A tensão sino-americana tenta o Japão a dissociar-se dos Estados Unidos, não tanto para melhorar sua influência na China, mas para não diminuí-la, por seguir a liderança americana muito de perto. Mas uma abordagem japonesa puramente nacional corre o risco de ser

interpretada, em Pequim, como sinal do apetite japonês de dominação. Boas relações americanas com a China são, portanto, pré-requisito para boas relações, a longo prazo, com o Japão, assim como para boas relações sino-japonesas. É um triângulo, que cada um dos lados só pode abandonar com grandes riscos. É também uma ambiguidade, com a qual os Estados Unidos não ficam à vontade, contrária que ela é à tendência americana de rotular nações de amigas ou inimigas.

De todas as grandes, e potencialmente grandes potências, a China é a que mais cresce. Os Estados Unidos já são a mais poderosa, a Europa está na faina de uma unidade maior; a Rússia é um gigante que cambaleia; e o Japão é rico mas, até agora, tímido. A China, no entanto, com taxas de crescimento econômico que chegam a 10% ao ano, um forte sentido de coesão nacional e uma força militar cada vez mais musculosa, terá o maior crescimento relativo entre as potências. Em 1943, Roosevelt imaginou a China como um dos “Quatro Guardiões”, mas logo a China mergulhou no tumulto da guerra civil. A China maoista, que emergiu, estava decidida a ser uma grande potência independente, mas foi enganada por sua ideologia. Deixando as convulsões ideológicas para trás, os líderes reformistas da China têm perseguido os interesses nacionais chineses com hábil tenacidade. Uma política de confrontação com a China corre o risco de isolar os Estados Unidos na Ásia. Nenhum país asiático gostaria — ou poderia arcar com o preço — de apoiar os Estados Unidos, em qualquer conflito político com a China, que o país considerasse resultado de uma política americana equivocada. Em tais circunstâncias, a grande maioria das nações asiáticas se afastaria dos Estados Unidos, em um grau maior ou menor, por mais que internamente não apreciasse fazê-lo. Quase todo país espera que os Estados Unidos criem uma estrutura estável e duradoura que integre o Japão e a China — opção que se perde, *vis-à-vis* a ambos, no caso de um confronto sino-americano.

Com a mais longa história de política externa independente e tradição de baseá-la nos interesses nacionais, a China acolhe o envolvimento americano na Ásia como um contrapeso aos seus

temidos vizinhos, o Japão e a Rússia — e em menor grau, a Índia. Contudo, uma política americana que busque, simultaneamente, amizade com Pequim e com países vistos em Pequim como ameaças potenciais à segurança chinesa — que é a posição correta americana — requer um diálogo cuidadoso e regular entre Washington e Pequim.

Após os acontecimentos na Praça Tiananmen, em 1989, este diálogo esteve inibido durante quatro anos, pela recusa americana de contatos em alto nível — medida jamais tomada contra a União Soviética, mesmo no auge da Guerra Fria. Os direitos humanos passaram, desse modo, a ser o centro das relações sino-americanas.

O governo Clinton, sensatamente, restabeleceu os contatos de alto nível; o futuro das relações sino-americanas depende, agora, da substância dessas conversas. Os Estados Unidos não podem, é claro, abandonar sua preocupação tradicional com os direitos humanos e os valores democráticos. O problema não é a defesa americana dos seus valores, é o grau a que todos os aspectos das relações sino-americanas estão condicionados a eles. A China considera uma superioridade condescendente a ideia de que as relações sino-americanas não se baseiam em interesses recíprocos, mas são um favor americano, que pode ser mantido ou suspenso, a critério de Washington. Isso faz os Estados Unidos parecerem não confiáveis e intrometidos, sendo a falta de confiança o pior problema aos olhos chineses.

Para a China, país de proeminência histórica em sua região — na verdade, no mundo conhecido dela —, qualquer tentativa de prescrever-lhe instituições e práticas internas, causaria profundo ressentimento. Essa sensibilidade é agravada pela visão chinesa do papel do Ocidente em sua história. Desde as Guerras do Ópio, no início do século XIX, que abriram o país à força, o Ocidente é visto pelos chineses como agente de uma série interminável de humilhações. A igualdade de *status* e a insistência feroz em não se curvar a receitas estrangeiras é, para os líderes chineses, não uma tática, mas um imperativo moral.

O que a China quer dos Estados Unidos é um relacionamento estratégico, para equilibrar vizinhos que consideram poderosos e gananciosos. Para atingir este nível de coordenação da política externa, a China talvez se disponha a fazer algumas concessões quanto aos direitos humanos, desde que possam parecer livremente feitas. Mas a insistência americana em publicamente impor condições é percebida na China como uma tentativa de converter sua sociedade nos valores americanos — uma humilhação, pois — e como falta de seriedade americana, por deixar implícito que os Estados Unidos não têm interesse nacional no equilíbrio asiático, como tal. Mas, se não puder contar com os Estados Unidos para esse equilíbrio, a China não terá nenhum interesse em fazer-lhe concessões. A chave das relações sino-americanas — mesmo em relação aos direitos humanos, por estranho que pareça — é uma cooperação tácita na estratégia global e, especialmente, asiática.

Com a Europa, os Estados Unidos partilham uma comunidade de valores, mas ainda não conseguiram uma política comum ou instituições adequadas ao período pós-Guerra Fria; com relação à Ásia, é possível para os Estados Unidos uma estratégia global desejável, mas não uma afinidade de valores. Já no Hemisfério Ocidental, inesperadamente, está emergindo uma confluência de metas morais e geopolíticas, de wilsonismo e *Realpolitik*.

A política externa inicial dos Estados Unidos nas Américas foi de intervencionismo de Grande Potência. A política da Boa Vizinhança, de Franklin Roosevelt, anunciada em 1933, marcou a virada em direção à cooperação. O Tratado do Rio, de 1947 e o Pacto de Bogotá, de 1948, criaram um componente de segurança que se estabilizou na Organização dos Estados Americanos. A Aliança para o Progresso, do presidente Kennedy, de 1961, introduziu a ajuda externa e a cooperação econômica, embora a política visionária tenha sido prejudicada pela orientação estatizante dos beneficiários.

Durante a Guerra Fria, a maioria das nações da América Latina era governada por governos autoritários, em geral militares, adeptos do controle estatal da economia. Desde meados de 1980, a América Latina livrou-se da paralisia econômica e começou a avançar com

notável unanimidade em direção à democracia e à economia de mercado. O Brasil, a Argentina e o Chile abandonaram o governo militar em favor de governos democráticos. A América Central encerrou suas guerras civis. Falida por endividamentos insensatos, a América Latina submeteu-se à disciplina financeira. Quase em toda parte, as economias dominadas pelo estado foram progressivamente abertas às forças do mercado.

A iniciativa para as Américas, anunciada por Bush, em 1990, e a batalha pelo Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), com o México e o Canadá, vencida por Clinton, em 1993, representam a mais inovadora política americana em relação à América Latina na história. Após uma série de altos e baixos, o continente americano parece à beira de transformar-se em elemento fundamental de uma ordem mundial nova e humana. Um grupo de nações democráticas comprometeu-se com governos populares, economias de mercado e livre comércio em todo o continente. A única ditadura marxista que permanece na América é Cuba; em todas as outras partes, métodos de administração econômica nacionalistas e protecionistas estão sendo substituídos por economias livres, receptivas ao investimento externo e que apoiam sistemas comerciais internacionais abertos. Enfatizando as obrigações recíprocas e a ação cooperativa, a meta última e dramática é a criação de uma área de livre comércio desde o Alasca até o cabo Horn — conceito que há pouco tempo teria sido considerado absolutamente utópico.

Um sistema de livre comércio em todo o continente — o Nafta como o passo inicial — daria às Américas um papel de liderança, independentemente do que acontecer. Se os princípios da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas de Comércio (Gatt), negociada em 1993, de fato prevalecerem, o Hemisfério Ocidental será um participante expressivo no crescimento econômico mundial. Se agrupamentos regionais discriminatórios predominarem, o continente americano, com o seu vasto mercado, será capaz de competir efetivamente com outros blocos comerciais regionais; na verdade, o Nafta é o meio mais eficaz para impedir tal disputa ou de

prevalecer nela, caso venha a ocorrer. Ao oferecer a associação a nações de fora do continente, dispostas a observar seus princípios, um Nafta ampliado pode criar incentivos à fidelidade ao livre comércio e discriminar nações que insistirem em normas restritivas. Num mundo em que precisam muitas vezes achar o equilíbrio entre seus valores e suas necessidades, os Estados Unidos descobriram que seus ideais e seus objetivos geopolíticos coadunam-se muito bem no continente americano, onde suas aspirações originaram-se e suas primeiras grandes iniciativas de política externa foram tomadas.

Ao lançarem-se, pela terceira vez neste século, à criação de uma nova ordem mundial, a tarefa principal dos Estados Unidos é alcançar um equilíbrio nas tentações gêmeas, inerentes ao seu excepcionalismo: a noção de que os Estados Unidos devem remediar todos os males e acertar cada transtorno, oposta ao instinto latente de recolher-se para dentro de si mesmos. O envolvimento indiscriminado em todos os distúrbios étnicos e guerras civis do mundo pós-Guerra Fria esgotaria a América das cruzadas. Mas uma América que se dedique ao refinamento de suas qualidades internas, no final abdicaria, em mãos de outras sociedades em lugares distantes, das decisões de segurança e progresso sobre as quais perderia progressivamente o controle.

Quando, em 1821, John Quincy Adams advertiu os Estados Unidos contra essa inclinação de sair a matar "monstros distantes", não imaginava a quantidade e o tamanho dos monstros que existiriam no mundo, depois da Guerra Fria. Nem todos os males podem ser combatidos pelos Estados Unidos, menos ainda pelos Estados Unidos sozinhos. Mas alguns monstros precisam ser, se não mortos, pelo menos espantados. Necessários são os critérios de seleção.

Os governos americanos têm, em geral, ressaltado a motivação em detrimento da estrutura. Dão mais ênfase a influenciar as atitudes que os cálculos dos outros governos. Em consequência, a sociedade americana é de uma ambivalência peculiar sobre as lições

da história. Nos filmes americanos, com frequência, algum acontecimento dramático transforma o vilão num modelo de virtude (exagerado, às vezes), reflexo da crença nacional de que o passado não é definitivo e começar de novo é sempre possível. No mundo real, essas transformações são raras em pessoas, mais raras ainda entre nações, compostas de tantas escolhas individuais.

A rejeição da história exalta a imagem do homem universal, que vive de máximas universais, independentemente do passado, da geografia, ou de outras circunstâncias imutáveis. Como a tradição americana dá ênfase a verdades universais, em vez de destaque a características nacionais, os planejadores políticos americanos preferem, em geral, abordagens multilaterais, não as nacionais: agendas de desarmamento, não proliferação e direitos humanos, em vez de assuntos essencialmente nacionais, geopolíticos ou estratégicos.

A recusa americana em ater-se à história e a insistência na possibilidade perpétua de renovação conferem grande dignidade, beleza mesmo, ao modo de vida americano. O temor nacional, de que os obcecados com história fazem profecias que se autorrealizam, é de grande sabedoria popular. Contudo, do ditado de Santayana, de que aqueles que ignoram a história estão condenados a repeti-la, podem-se apresentar muito mais exemplos.

Um país com a tradição idealista dos Estados Unidos não consegue basear sua política no equilíbrio de poder; como único critério de uma nova ordem mundial. Mas deve aprender que o equilíbrio é fundamental para a realização das suas metas históricas. E que essas elevadas metas não se alcançam com retórica e posturas. O sistema internacional vindouro é muito mais complexo que qualquer outro anteriormente encontrado pela diplomacia americana. A política externa vê-se na situação de ter de ser levada em meio a um sistema político que enfatiza o imediato e pouco faz a longo prazo. Os líderes lidam com públicos que tendem a receber informações visuais. Tudo estimula a emoção e o espírito do momento, isso em uma época que exige o repensar das prioridades e uma análise das possibilidades.

Evidente que a *Realpolitik* não é panaceia automática. O equilíbrio de poder chegou ao apogeu nos 40 anos após as Guerras Napoleônicas. Funcionou sem contratempos, nesse período, porque o equilíbrio era deliberadamente equânime e, também muito importante, oscilava sobre um senso de valores comuns, pelo menos entre as cortes conservadoras. Depois da Guerra da Crimeia, esse senso de valores comuns gradualmente erodiu, e os problemas reverteram às condições do século XVIII, agora ainda mais perigosos, em consequência da tecnologia moderna e do crescente papel da opinião pública. Até mesmo os estados despóticos podiam apelar ao público, invocando um perigo estrangeiro — e substituindo o consenso democrático pelas ameaças externas. A consolidação nacional dos estados da Europa reduziu o número de jogadores e a possibilidade de empregar combinações diplomáticas, em lugar da ostentação de poder; enquanto o colapso do sentimento comum de legitimidade eliminou o freio moral.

Malgrado a histórica aversão americana ao equilíbrio de poder, essas lições são relevantes para a política externa pós-Guerra Fria. Pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos fazem, hoje, parte de um sistema internacional em que são o país mais forte. Embora superpotência militar, os Estados Unidos não podem mais impor sua vontade, pois nem seu poder nem sua ideologia se prestam a ambições imperiais. E as armas nucleares, nas quais os Estados Unidos preponderam militarmente, tendem para uma equalização de força utilizável.

Os Estados Unidos veem-se, portanto, cada vez mais, num mundo de numerosas semelhanças com Europa do século XIX, embora em escala global. Podemos esperar que algo próximo do sistema Metternich se desenvolva, no qual um equilíbrio de poder seja reforçado por um sentido de valores comuns. E, na era de hoje, esses valores teriam de ser os democráticos.

Porém, Metternich não teve de criar sua ordem legítima; ela já existia. No mundo contemporâneo, a democracia está longe de ser universal, e onde se diz que existe, não é necessariamente definida em termos mensuráveis. Faz sentido que os Estados Unidos tentem

apoiar o equilíbrio no consenso moral. Para serem fiéis a si mesmos, os Estados Unidos devem tentar formar o consenso moral mais amplo possível, em torno de uma adesão mundial à democracia. Mas não ousem desprezar a análise do equilíbrio de poder. A busca do consenso moral torna-se inútil quando transtorna o equilíbrio.

Se um sistema wilsoniano, baseado na legitimidade, não é possível, os Estados Unidos terão de aprender a operar um sistema de equilíbrio de poder, por mais incômodo que considerem o caminho. No século XIX, havia dois modelos de operação de equilíbrio de poder: o modelo inglês, exemplificado pela abordagem de Palmerston e Disraeli, e o modelo de Bismarck. A abordagem inglesa esperava que o equilíbrio de poder estivesse diretamente ameaçado antes de interferir e, então, o fazia quase sempre do lado mais fraco; a abordagem de Bismarck buscava evitar que surgissem ameaças, estabelecendo relações as mais estreitas com o maior número possível de estados, montando sistemas sobrepostos de alianças e usando a influência resultante para moderar as reivindicações.

Por mais estranho que possa parecer, em vista das experiências americanas com a Alemanha em duas guerras mundiais, o estilo de Bismarck operar o equilíbrio de poder, provavelmente, é o mais harmônico com a abordagem tradicional americana das relações internacionais. O método Palmerston-Disraeli exigiria um distanciamento disciplinado das disputas e um compromisso implacável com o equilíbrio, diante das ameaças. Ambas, disputas e ameaças, teriam de ser avaliadas quase inteiramente em termos de equilíbrio de poder: aos Estados Unidos seriam bastante difíceis o alheamento e a implacabilidade, para não mencionar a disposição de interpretar as questões internacionais estritamente em termos de poder.

A política posterior de Bismarck foi conter o poder já de antemão, por meio de algum consenso em objetivos comuns com vários grupos de países. Num mundo interdependente, os Estados Unidos terão dificuldade em praticar o isolamento esplêndido da Inglaterra. Mas é também improvável que consigam estabelecer um

sistema de segurança de grande alcance, aplicável igualmente a todas as partes do mundo. A solução mais criativa será montar estruturas que se sobreponham, algumas baseadas em princípios políticos e econômicos comuns, como no continente americano; algumas, combinando princípios comuns e preocupações de segurança, como na área do Atlântico e do nordeste da Ásia; e outras, baseadas mais em laços econômicos, como nas relações com o sudeste asiático.

De qualquer forma, a história não perdoará o fracasso devido à magnitude da tarefa. O que os Estados Unidos devem aprender a dominar é a transição de uma época em que todas as escolhas pareciam abertas para outra em que ainda podem realizar mais que qualquer outra sociedade, se forem capazes de entender seus limites. Durante a maior parte da sua história, os Estados Unidos não conheceram ameaça externa à sua sobrevivência. Quando essa ameaça, enfim, se apresentou, durante a Guerra Fria, foi totalmente derrotada. A experiência americana encorajou, desse modo, a convicção de que os Estados Unidos, caso único entre as nações do mundo, são inexpugnáveis e podem vencer pelo exemplo de suas virtudes e boas ações.

No mundo pós-Guerra Fria, tal atitude transformaria a inocência em indulgência confortável. Numa era em que aos Estados Unidos não é dado dominar o mundo ou retirar-se dele, em que se sentem todo-poderosos e totalmente vulneráveis, não devem abandonar os ideais que foram a fonte de sua grandeza. Mas também não devem pôr em risco essa grandeza, por alimentar ilusões sobre o comprimento de seu braço. A liderança mundial é inerente ao poder e aos valores americanos, mas estes não incluem o privilégio de pretender que os Estados Unidos fazem o bem a outras nações, ao associar-se a elas, ou que detêm a capacidade ilimitada de impor sua vontade, retendo seus favores. Para os Estados Unidos, qualquer ideia de *Realpolitik* deve levar em consideração os valores de fundo da primeira sociedade, na história, explicitamente criada em nome da liberdade. A sobrevivência e o progresso dos Estados Unidos dependerão, também, da habilidade em fazer escolhas que reflitam

a realidade contemporânea. Caso contrário, a política externa transformar-se-á em pretensão hipócrita. O peso relativo, a atribuir a cada um desses componentes, e o custo associado a cada prioridade definem o desafio e a estatura dos líderes políticos. O que um líder jamais deve fazer é dar a entender que a escolha não tem preço, ou que nenhum equilíbrio é necessário.

Ao percorrer a estrada rumo à ordem mundial, pela terceira vez na era moderna, o idealismo americano permanece essencial, talvez, até mais ainda. Porém, na nova ordem mundial, seu papel deve ser o de prover a fé que ampara os Estados Unidos nas ambiguidades da escolha em um mundo imperfeito. O idealismo tradicional americano deve combinar-se com uma avaliação cuidadosa das realidades contemporâneas, de modo a produzir uma definição utilizável dos interesses americanos. No passado, os trabalhos da política externa americana foram inspirados em visões utópicas de algum fim de linha histórico, após o qual a harmonia do mundo simplesmente estaria confirmada.

Doravante, há poucos desses finais felizes em perspectiva; a realização dos ideais americanos terá de ser extraída do acúmulo paciente de sucessos parciais. As certezas de uma ameaça física e de uma ideologia hostil, características da Guerra Fria, não existem mais. As convicções necessárias para dominar a ordem mundial futura são mais abstratas: a visão de um futuro, que não pode ser demonstrada e julgamentos da relação entre esperança e possibilidade, que são, na essência, conjecturas. As metas wilsonianas do passado americano — paz, estabilidade, progresso e liberdade para toda a espécie humana — terão de ser buscadas numa andança sem fim. *“Caminante”,* escreveu o poeta espanhol, *“no hay camino. Se hace camino al andar”*.

Notas



2

As vertentes — Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson

1. TUCKER, R. W.; HENDRICKSON, D. C. Thomas Jefferson and american foreign policy. *Foreign Affairs*, v. 69, n. 2, p. 148, Spring 1990.
2. PATTERSON, T. G.; CLIFFORD, J. G.; HAGAN K. J. *American foreign policy: a history*. Lexington, Massachusetts: D. C. Heath, 1977. p. 60.
3. TUCKER, R. W; HENDRICKSON, D. C. Thomas Jefferson, 1990. p. 140, apud *Letters and other writings of James Madison*. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1865. v. 4. p. 491.
4. MONROE, J. apud WILLIAMS, W. A. (Ed.). *The shaping of american diplomacy*. Chicago: Rand McNally, 1956. v. 1. p. 122.
5. WHASHINGTON, G. *Discurso de despedida*, 17 de setembro de 1796, reeditado como documento do Senado n. 3, 102º Cong., 1ª sessão. Washington D. C.: Imprensa do governo dos Estados Unidos, 1991. p. 24.
6. Carta de Jefferson a Mme. La Duchesse D'Auville, 2 de abril de 1790. In: FORD, P. L. (Ed.). *The writings of Jefferson*. New York:

G. P. Putnam's Sons, 1892-99, v. 5. p. 153, apud TUCKER; HENDRICKSON, 1990, p. 139.

7. PAINE, T. *Rights of man* (1791). New Jersey: Citadel Press, 1974. p. 147.
8. HAMILTON, A. The federalist n. 6. In: EARLE, E. M. (Ed.). *The Federalist*. New York: Modern Library, 1941. p. 30-31.
9. Carta de Jefferson a John Dickinson, 6 de março de 1801. In: KOCH, A.; PEDEN, W. (Eds.). *The life and selected writings of Thomas Jefferson*. New York: Modern Library, 1944. p. 561.
10. Carta de Jefferson a Joseph Priestley, 19 de junho de 1802. In: FORD (Ed.). *Writings of Thomas Jefferson*. v. 8, p. 158-59, apud TUCKER, R. W.; HENDRICKSON, D. C. *Empire of liberty: the statecraft of Thomas Jefferson*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 11.
11. TUCKER; HENDRICKSON, 1990. p. 141.
12. ADAMS J. Q. Discurso de 4 de julho de 1821. In: LAFEBEL W. (Ed.). *John Quincy Adams and american continental empire*. Chicago: Times Books, 1965. p. 45.
13. Mensagem do presidente Monroe ao Congresso, 2 de dezembro de 1823. In: BARTLETT, R. J. (Ed.). *The record of american diplomacy*. New York: Alfred A. Knopf, 1956. p. 182.
14. BARTLETT, 1956, p. 182.
15. POLK, J. Discurso de posse, 4 de março de 1845. In: *The president speaks*, anotado por David Newton Lott. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969. p. 95.
16. Apud WILLIAMS, 1956, v. 1, p. 315.
17. KENNEDY, P. *The rise and fall of the great powers*. New York: Random House, 1987, p. 201; p. 242; ZAKARIA, F. The rise of a great power; National Strength, State Structure, and American Foreign Policy 1865-1908. (Tese de doutorado não publicada, Universidade Harvard, 1992. cap. 3. p. 4)
18. ZAKARIA, 1992, p. 7-8.
19. ZAKARIA, 1992, p. 71.

20. PATERSON; CLIFFORD; HAGAN, 1977, p. 189.
21. Mensagem anual ao Congresso do presidente Roosevelt, 6 de dezembro de 1904. In: BARTLETT, 1956, p. 539.
22. Declaração de Roosevelt ao Congresso, 1902, apud BLUM, J. M. *The Republican Roosevelt*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967. p. 127.
23. BLUM, 1967, p. 137.
24. Carta de Roosevelt a Hugo Munsterberg, 3 de outubro de 1914. In: MORISON E. E. (Ed.). *The letters of Theodore Roosevelt*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1954, v. 8. p. 824-25.
25. BLUM, 1967, p. 131.
26. *Selections from the correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge 1884-1918*. LODGE, H. C.; REDMOND, C. F. (Ed.). New York/London: Charles Scribner's Sons, 1925, v. 2. p. 162.
27. BLUM, 1967, p. 135.
28. BLUM, 1967, p. 134.
29. Apud COOPER Jr., J. M. *Pivotal decades: the United States, 1900-1920*. New York/ London: W. W. Norton, 1990. p. 103.
30. BLUM, 1967, p. 134.
31. ROOSEVELT, F. In: *Outlook*, v. 107, 22 de agosto de 1914. p. 1012.
32. Roosevelt a Munsterberg, 3 de outubro de 1914. In: MORISON, 1954, p. 823.
33. Roosevelt a Cecil Arthur Spring Rice, 3 de outubro de 1914. In: MORISON, 1954, p. 821.
34. Roosevelt a Rudyard Kipling, 4 de novembro de 1914. In: OSGOOD, R. E. *Ideals and self-interest in america's foreign relations*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. p. 137.
35. WILSON, W. Mensagem anual ao Congresso, 2 de dezembro de 1913. In: LINK, A. S. (Ed.). *The papers of Woodrow Wilson*.

Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1966. v. 29. p. 4.

36. Carta de Roosevelt a um amigo, dezembro de 1914. In: OSGOOD, 1953, p. 144.
37. WILSON, W. Mensagem anual ao Congresso, 8 de dezembro de 1914. In: LINK, 1966, v. 31, p. 423.
38. LINK, 1966, p. 422.
39. WILSON, W. *Discurso de colação de grau na Academia Militar dos Estados Unidos*, West Point, 13 de junho de 1916. In: LINK, 1966, v. 37, p. 212.
40. WILSON, W. Observações a veteranos da confederação em Washington, 5 de junho de 1917. In: LINK, 1966, v. 42, p. 453.
41. WILSON, W. Mensagem anual ao congresso, 7 de dezembro de 1915. In: LINK, 1966, v. 35, p. 297.
42. WILSON, W. *Discurso no teatro Princess*. Cheyenne, Wyoming, 24 de setembro de 1919. In: LINK, 1966, v. 63, p. 474.
43. WILSON, W. Discurso a uma sessão conjunta do Congresso, 2 de abril de 1917. In: LINK, 1966, v. 41, p. 526-27.
44. LINK, 1966, p. 523.
45. WILSON, W. Discurso ao Senado, 22 de janeiro de 1917. In: LINK, 1966, v. 40, p. 536.
46. ADLER, S. *The isolationist impulse: its twentieth-century reaction*. London/New York: Abelard Schuman, 1957. p. 36.
47. ADLER, 1957, p. 36.
48. WILSON, W. Discurso, 2 de abril de 1917. In: LINK, 1966, v. 41. p. 519.
49. WILSON, W. Discurso em Boston, 24 de fevereiro de 1919. In: LINK, 1966, v. 55, p. 242-43.
50. WILSON, W. Discurso, 22 de janeiro de 1917. In: LINK, 1966, v. 40, p. 536-37.
51. Vide [Capítulo 6](#).
52. WILSON, W. Observações no Cemitério Suresnes no Dia dos Soldados Mortos, 30 de maio de 1919. In: LINK, 1966, v. 59, p.

608-9.

53. WILSON, W. Discurso diante da Liga pela Paz, 27 de maio de 1916. In: LINK, 1966, v. 37, p. 113.
54. WILSON, W. Discurso em Mt. Vernon, 4 de julho de 1918. In: LINK, 1966, v. 48, p. 516.
55. WILSON, W. Discurso à terceira sessão plenária da Conferência de Paz, 14 de fevereiro de 1919. In: LINK, 1966, v. 55, p. 175.
56. Carta de Roosevelt a James Bryce, 19 de novembro de 1918. In: MORISON, 1954, v. 8, p. 1400.
57. Roosevelt ao senador Philander Chase Knox (Partido Republicano da Pensilvânia), 6 de dezembro de 1918. In: MORISON, 1954, p. 1413-14.

3

Da universalidade ao equilíbrio — Richelieu, Guilherme D'Orange e Pitt

1. AUCHINCLOSS, L. *Richelieu*. New York: Viking Press, 1972. p. 256.
2. In: *Quellenbuch zur Osterreichische Geschichte*. FRASS, O. (Ed.). Vienna: Birken Verlag, 1959. v. 2. p. 100.
3. FRASS, 1959.
4. FRASS, 1959.
5. FRASS, 1959.
6. STRAYER, J.; GATZKE H.; HARBISON, E. H. *The mainstream of civilization since 1500*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971. p. 420.

7. Apud BURCKHARDT, C. J. Power politics and the cardinal's death. In: *Richelieu and his age*. Translated from the German by Bemarel Hoy. New York: Harcourt Brace Jovanovitch, 1970, v. 3. p. 61.
8. BURCKHARDT, 1970, p. 122.
9. JANSENIUS. Mars Gallicus. In: CHURCH, W. F. *Richelieu and reason of state*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 388.
10. PRIEZAC, D. *Défence des droits et prérogatives des roys de France*. In: CHURCH, 1972. p. 398.
11. MORGUES, M. *Catholicon françois*. Tratado de 1636. In: CHURCH, 1972, p. 376.
12. SOREL, A. *Europe under the old regime*. Translated by Francis H. Herrick. Los Angeles: Ward Ritchie Press, 1947. p. 10.
13. HINSLEY, F. H. *Power and the pursuit of peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963. p. 162-63.
14. HINSLEY, 1963, p. 162.
15. HINSLEY, 1963, p. 166.
16. Apud CRAIG, G. A.; GEORGE A. L. *Force and statecraft*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1983. p. 20.
17. GIBBS, G. C. The revolution in foreign policy. In: HOLMES, G (Ed.). *Britain after the glorious revolution, 1689-1714*. London: Macmillan, 1969. p. 61.
18. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: The gathering storm*. Boston: Houghton Mifflin, 1948. v. 1. p. 208.
19. Apud GIBBS, 1969. In: HOLMES, 1969, p. 62.
20. Discurso feito pelo secretário de Estado, Lorde John Carteret, Conde de Granville, na Câmara dos Lordes, 27 de janeiro de 1744. In: WIENER, J. H. (Ed.). *Great Britain: Foreign policy and the Span of empire, 1689-1971*. New York/London: Chelsea House em associação com McGraw-Hill, 1972, v. 1. p. 84-86.
21. CHURCHILL, 1948, p. 208.
22. Plano Pitt em Sir Charles Webster. ed. *British diplomacy 1813-1815*. London: G. Bell and Sons, 1921. p. 389.

O Concerto Europeu — Inglaterra, Áustria e Rússia

1. OVERBURY, T. Observations on his travels. In: FITTH, C. H. (Ed.). *Stuart tracts 1603-1693*. London: Constable, 1903. p. 227. Apud WIGHT, M. *Power politics*. New York: Holmes and Meier, 1978. p. 173.
2. Memorando de Lorde Castlereagh, 12 de agosto de 1815. In: WEBSTER, C. K. (Ed.). *British diplomacy, 1813-1815*. London: G. Bell and Sons, 1921. p. 361-62.
3. Talleyrand. In: NICOLSON, H. *The Congress of Vienna*. New York/San Diego/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1974. p. 155.
4. SCHWARZ, W. *Die Heilige Allianz*. Stuttgart, 1935. p. 52.
5. Apud BRIGGS, A. *The age of improvement 1783-1867*. London: Longmans, 1959. p. 345.
6. METTERNICH, K. *Aus Metternich's Nachgelassenen Papieren*. KLINKOWSTROEM, A. (Ed.). Vienna, 1880, v. 8. p. 557.
7. KISSINGER, H. *A world restored: Metternich, Castlereagh and the problems of peace 1812-1822*. Boston: Houghton Mifflin, 1973. Sentry Edition.
8. Apud KISSINGER, 1973, p. 321.
9. Apud ONCKEN, W. *Österreich und Preussen im Befreiungskriege*. Berlin, 1880. v. 2. p. 630.
10. METTERNICH, 1880, v. 8, p. 365.
11. Apud ONCKEN, 1880, v. 1, p. 439.
12. METTERNICH, 1880, v. 1, p. 316.
13. Apud MIKHAILOVITCH, N. *Les rapports diplomatiques du lebzeltern São Petersburgo*, 1915. p. 37.
14. Apud SCHWARZ, 1935, p. 234.

15. Apud STERN A. *Geschichte Europas seit den Verträgen von 1815 bis zum Frankfurter Frieden von 1871*. Munich-Berlin, 1913-24, v. 1. p. 298.
16. Apud SCHMALZ, H. *Versuche einer Gesamteuropäischen Organisation, 1815-20*. Bern, 1940. p. 66.
17. Relatório confidencial de estado de lorde Castlereagh, 5 de maio de 1820. In: WARD, A. W.; GOOCH, G. P. (Eds.). *The Cambridge history of british foreign policy, 1783-1919*. New York: Macmillan, 1923, v. 2 (1815-66). p. 632.
18. CASTLEREAGH, *Correspondence, dispatches and other papers*. Editado por seu irmão, o marquês de Londonderry. London, 1848-52, v. 12. p. 394.
19. Apud WEBSTER, C. *The foreign policy of Castlereagh*. London, 1925; 1931, v. 2. p. 366.
20. Apud BRIGGS, 1959, p. 346.
21. Apud WEBSTER, 1931, v. 2, p. 303.
22. Relatório confidencial de estado de Castlereagh de 5 de maio de 1820. In: WARD; GOOCH, 1923, v. 2, p. 626-27.
23. Apud KISSINGER, 1973, p. 311.
24. Apud TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 54.
25. CANNING, apud SETON-WATSON, R. W. *Britain in Europe, 1789-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1955. p. 74.
26. SETON-WATSON, 1955, p. 74.
27. Discurso de Canning em Plymouth, 28 de outubro de 1823. In: SETON-WATSON, 1955. p. 119.
28. Palmerston a Claremont, 20 de julho de 1856. Apud TEMPERLEY, H.; PENSON, L. M. *Foundations of British foreign Policy from Pitt (1792) to Salisbury (1902)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1938. p. 88.
29. GREY, E. In: SETON-WATSON, 1955, p. 1.
30. PALMERSTON. In: BRIGGS, 1959. p, 352.

31. Despacho nº 6 de Palmerston ao marquês de Clanricarde (Embaixador em São Petersburgo), 11 de janeiro de 1841. In: TEMPERLEY; PENSON, 1938, p. 136.
32. TEMPERLEY; PENSON, 1938, p. 137.
33. Carta de Gladstone à rainha Vitória, 17 de abril de 1869. In: NICOLSON, H. *Diplomacy*. London: Oxford University Press, 1963. p. 137.
34. PALMERSTON. In: BRIGGS, 1959, p. 357.
35. Disraeli à Câmara dos Comuns, 1º de agosto de 1870. In: *Parliamentary debates* (Hansard), 3 série. London: Cornelius Buck, 1870, v. 303, col. 1289.
36. Palmerston à Câmara dos Comuns, 21 de julho de 1849. In: TEMPERLEY; PENSON, 1938, p. 173.
37. PALMERSTON. In: BRIGGS, 1959, p. 353.
38. Clarendon à Câmara dos Lordes, 31 de março de 1854. Apud SETON-WATSON, 1955, p. 327.
39. Palmerston à Câmara dos Comuns, 21 de julho de 1849. In: TEMPERLEY; PENSON, 1938, p. 176.
40. Apud WIENER J. H. (Ed.). *Great Britain: foreign policy and the span of empire 1689-1971*. New York/London: Chelsea House em associação à McGraw-Hill, 1972. p. 404.
41. METTERNICH. 30 de junho de 1841. In: SETON-WATSON, 1955, p. 221.

Dois revolucionários — Napoleão III e Bismarck

1. HÜBNER, A. Graf von Hübner, *Neun Jahre der Erinnerungen eines österreichischen Botchafters in Paris unter dem zweiten Kaiserreich, 1851-1859*. Berlin, 1904, v. 1. p. 109.
2. HÜBNER, 1904, v.1, p. 93.
3. Hübner a Francisco José, 23 de setembro de 1857. In: HÜBNER, 1904, v 2, p. 31.
4. ECHARD, W. E. *Napoleon III and the concert of Europe*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1983. p. 72.
5. ECHARD, 1983, p. 2.
6. Napoleão III a Francisco José, 17 de junho de 1866. In: ONCKEN, H. (Ed.). *Die Rheinpolitik Napoleons III*. Berlin, 1926, v. 1. p. 280.
7. Francisco José a Napoleão III, 24 de junho de 1866. In: ONCKEN, 1926, p. 284.
8. Apud TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954. p. 102.
9. Hübner a Ferdinand Buol, 9 de abril de 1858. In: HÜBNER, 1904, v. 2, p. 82.
10. HÜBNER, v. 2, p. 93.
11. Drouyn de Lhuys a La Tour d’Auvergne, 10 de junho de 1864. In: *Origines diplomatiques de la guerre de 1870/71*. Paris: Ministério das Relações Exteriores, 1910-30, v. 3. p. 203.
12. Apud RADEWAHN, W. *Französische Aussenpolitik vor dem Krieg von 1870*. In: KOLB, E. (Ed.). *Europa vor dem Krieg von 1870*. Munich, 1983. p. 38.
13. Apud RADEWAHN, W. *Die Pariser Presse und die Deutsche Frage*. Frankfurt, 1977. p. 104.

14. Goltz a Bismarck, 17 de fevereiro de 1866, sobre conversa com Napoleão III. In: ONCKEN, 1926. v. 1. p. 90.
15. Apud RADEWAHN, 1977. p. 110.
16. Goltz a Bismarck, 25 de abril de 1866. In: ONCKEN, 1926, v. 1. p. 140.
17. Apud Talleyrand a Drouyn, 7 de maio de 1866. In: *Origines diplomatiques*, v. 9. p. 47.
18. Discurso de Thiers, 3 de maio de 1866. In: ONCKEN, 1926, v. 1, p. 154.
19. ONCKEN, 1926, v. 1, p. 154.
20. Apud TAYLOR, 1954, p. 163.
21. TAYLOR, 1954, p. 205-6.
22. A análise do pensamento político de Bismarck foi extraída de The white Revolutionary: Reflections on Bismarck. In: KISSINGER, H. *Daedalus*, v. 97, n. 3. p. 888-924, Summer 1968.
23. KOHL H. ed. *Die politisehen Reden des Fursten Bismarck*. Historische-Kritische Gesamtausgabe. Stuttgart, 1892, v. 1. p. 267-68.
24. BISMARCK, O. *Die gesammelten Werke*. Berlin, 1924, v. 2. p. 139.
25. *Briefwechsel des Generals von Gerlach mit dem Bundestags-Gesandten Otto von Bismarck*. Berlin, 1893, p. 315 (28 de abril de 1856).
26. KOHL, O. (Ed.). *Briefe des Generals Leopold von Gerlach an Otto von Bismarck*. Stuttgart/Berlin, 1912. p. 192-93.
27. *Briefwechsel*, 1893, p. 315.
28. KOHL, 1912, p. 206.
29. KOHL, 1912, p. 211 (6 de maio de 1857).
30. *Briefwechsel*, 1893, p. 333-34.
31. *Briefwechsel*, 1893, p. 333-34.
32. *Briefwechsel*, 1893, p. 353.
33. *Briefwechsel*, 1893, p. 353.
34. BISMARCK, 1924, v. 1, p. 375 (setembro de 1853).

35. BISMARCK, v. 2, p. 320 (março de 1858).
36. *Briefwechsel*, 1893, p. 334.
37. *Briefwechsel*, p. 130 (20 de fevereiro de 1854).
38. BISMARCK. 1924, v. 1, p. 62 (29 de setembro de 1851).
39. *Briefwechsel*, 1893, p. 334 (2 de maio de 1857).
40. *Briefwechsel*, 1893, p. 128 (19 de dezembro de 1853).
41. *Briefwechsel*, 1893. p. 194 (13 de outubro de 1854).
42. BISMARCK, 1924, v. 14, p. 517.
43. *Briefwechsel*, p. 199 (19 de outubro de 1854).
44. BISMARCK, 1924, v. 2, p. 516 (8-9 de dezembro de 1859).
45. BISMARCK, 1924, v. 2, p. 139 (26 de abril de 1856).
46. BISMARCK, 1924, v. 2, p. 139 (26 de abril de 1856).
47. BISMARCK, 1924, v. 2, p. 139 (26 de abril de 1856).
48. BISMARCK, 1924, v. 2, p. 139 (26 de abril de 1856).
49. PFLANZE, O. *Bismarck and the development of Germany: the period of unification, 1815-1871*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 85.
50. Apud GRENVILLE, J. A. S. *Europe reshaped, 1848-1878*. Sussex: Harvester Press, 1976. p. 358.
51. BISMARCK, 1924, v. 14, n. 1, p. 61.
52. LUDWIG, E. *Bismarck: Geschichte eines Kämpfers*. Berlin, 1926. p. 494.

***A Realpolitik* contra si mesma**

1. Relatório de Laurent Berenger de São Petersburgo, 3 de setembro de 1762. In: VERNADSKY, G. (Ed.). *A source book for russian history: from early times to 1917*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1972, v. 2. p. 397.
2. GENTZ, F. Considerations on the political system in Europe (1818). In: WALKER, M. (Ed.). *Metternich's Europe*. New York: Walker and Co., 1968. p. 80.
3. KLIUCHEVSKY, V. O. *A course in russian history: the seventeenth century*. Trad. Natalie Duddington. Chicago: Quadrangle Books, 1968. p. 97.
4. Memorando Potemkin. In: VERNADSKY, 1972, v. 2, p. 411.
5. Memorando Gorchakov. In: VERNADSKY, 1972, v. 3, p. 610.
6. GENTZ, Considerations. In: WALKER, 1968, p. 80.
7. KATKOV, M. N. editorial de 10 de maio de 1883. In: VERNADSKY, 1972, v. 3, p. 676.
8. DOSTOIEVSKI, F. M. In: VERNADSKY, 1972, v. 3, p. 681.
9. KATKOV, editorial de 7 de setembro de 1882. In: VERNADSKY, 1972, v. 3, p. 676.
10. Apud SUMNER, B. H. *Russia and the Balkans, 1870-1880*. Oxford: Clarendon Press, 1957. p. 72.
11. KENNAN, G. F. The sources of soviet conduct. *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4. julho de 1947.
12. BISMARCK, O. Apud CRAIG, G. A. *Germany 1866-1945*. New York: Oxford University Press, 1978. p. 117.
13. Apud BLAKE, R. *Disraeli*. New York: St. Martin's Press, 1966. p. 574.

14. KENNAN, G. F. *Decline of Bismarck's european order*. Princeton: Princeton University Press, 1979. p. 11.
15. KENNAN, 1979, p.11.
16. BISMARCK, 19 de fevereiro de 1878. In: KOHL, H. (Ed.). *Politische reden*, Aalen. Alemanha Ocidental: Scientia Verlag, 1970. v. 7, p. 94.
17. TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954. p. 236.
18. Apud BLAKE, 1966, p. 580.
19. Apud TAYLOR, 1954, p. 237.
20. Discurso de Disraeli, 24 de junho de 1872. In: WIENER, J. H. (Ed.). *Great Britain: foreign policy and the span of empire, 1689-1971*. New York/London: Chelsea House in association with McGraw-Hill, 1972, v. 3. p. 2500.
21. LOFTUS, L. A. *Diplomatic reminiscences 2*. London, 1892, v. 2. p. 46.
22. Apud KAZEMZADEH, F. Russia and the Middle East. In: LEDERER, I. J. (Ed.). *Russian foreign policy*. New Haven, London: Yale University Press, 1962. p. 498.
23. LEDERER, 1962, p. 499.
24. LEDERER, 1962, p. 500.
25. Apud PALMER, A. *The Chancelleries of Europe*. London: George, Allen and Unwin, 1983. p. 155.
26. PALMER, 1983, p. 157.
27. Apud BLAKE, 1966, p. 646.
28. MEDDLICOTT, W. N. *The congress of Berlin and after*. Hamden, Connecticut: Archon Books, 1963. p. 37.
29. BISMARCK. In: KOHL, 1970, v. 7, p. 102.
30. Vide MEDLICOTT, 1963, p. 37.
31. Apud KENNAN, 1979, p. 70.
32. Apud KENNAN, 1979, p. 141.

33. Discurso de Gladstone, denunciando as atrocidades búlgaras cometidas pela Turquia, 9 de setembro de 1876. In: WIENER, 1972, v. 3, p. 2448.
34. Apud WILSON, A. N. *Eminent victorians*. New York: W. W. Norton, 1989. p. 122.
35. GLADSTONE, apud HOLBRAAD, C. *The concert of Europe: a study in German and British international theory, 1815-1914*. London: Longmans, 1970. p. 166.
36. HOLBRAAD, 1970, p. 145.
37. Bismarck ao Kaiser Guilherme, 22 de outubro de 1883. In: BISMARCK, O. *Die gesammelten Werke*. Berlin, 1935, v. 6C. p. 282-83.
38. Gladstone a Lorde Granville, 22 de agosto de 1873. In: RAMM, A. (Ed.). *The political correspondence of Mr. Gladstone and Lord Granville, 1868-1876*. Oxford: Clarendon Press, 1952, v. 2. p. 401.
39. Apud KENNAN, 1979, p. 39.
40. Apud KENNAN, 1979, p. 258.

7

A “Máquina do Juízo Final” política — A diplomacia europeia e a Primeira Guerra Mundial

1. SCHNABEL, F. Das Problem Bismarck. In: *Hochland*. v. 42 (1949-50). p. 1-27.
2. CHURCHILL, W. S. *Great contemporaries*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1973. p. 37ff.

3. Frederico, o Grande, apud *Memoirs of prince Von Bülow: From secretary of state to imperial chancellor*. Boston: Little, Brown and Co., 1931. p. 52.
4. Apud BOMPARD, M. *Mon ambassade en Russie, 1903-1908*. Paris, 1937. p. 40.
5. SUMNER, B. H. *Russia and the Balkans, 1870-1880*. Hamden, Connecticut: Shoe String Press, 1962. p. 23.
6. WITTE, S. apud SETON-WATSON, H. *The russian empire, 1801-1917*. Oxford: The Clarendon Press, 1967. p. 581-82.
7. Apud LOFTUS, A. *Diplomatic reminiscences, 2 série*, London, 1892, v. 2. p. 38.
8. Apud SONTAG, R. *European diplomatic history, 1871-1932*. New York: The Century Co., 1933. p. 59.
9. GIERS, N. Apud REINERS, L. In: *Europa gehen die Lichter aus: Der Untergang des Wilheminschen Reiches*. Munich, 1981. p. 30.
10. STAAL, apud LANGER, W. L. *The diplomacy of imperialism*. 1 ed. New York: Alfred A. Knopf, 1935. p. 7.
11. Apud KENNAN, G. F. *The fateful alliance: France, Russia and the coming of the First World War*. New York: Pantheon, 1984. p. 147.
12. Kaiser Wilhelm, apud RICH, N. *Friedrich von Holstein: politics and diplomacy in the era of Bismarck and Wilhelm II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965. p. 465.
13. SALISBURY, apud CRAIG, G. A. *Germany: 1866-1945*. New York: Oxford University Press, 1978. p. 236.
14. Apud STERN, F. *The failure of illiberalism*. New York: Columbia University Press, 1992. p. 93.
15. Apud CARROLL, M. *Germany and the great powers 1866-1914*. New York: Prentice-Hall Inc., 1938. p. 372.
16. Discurso de Chamberlain, 30 de novembro de 1899. In: WIENER, J. H. (Ed.). *Great Britain: foreign policy and the span of empire, 1689-1971*, New York/London: Chelsea House em associação à McGraw-Hill, 1972, v. 1 p. 510.
17. Apud SONTAG, 1933, p. 60.

18. Apud CHIROL, V. *Fifty years in a changing world*. London, 1927. p. 284.
19. Memorando do marquês de Salisbury, 29 de maio de 1901. In: GOOCH, G. P.; TEMPERLEY, H. (Eds.). *British documents on the origins of the war*, v. 2. London, 1927. p. 68.
20. Apud SONTAG, 1933, p. 169.
21. SONTAG, 1933, p. 170.
22. Kaiser Wilhelm, apud REINERS, 1981, p. 106.
23. Kaiser Wilhelm, apud CRAIG, 1978, p. 331.
24. O marquês de Lansdowne a Sir E. Monson, 2 de julho de 1903. In: SONTAG, 1933, p. 293.
25. Sir Edward Grey a Sir F. Bertie, 31 de janeiro de 1906. In: GREY, E. *Twenty-Five Years 1892-1916*. New York: Frederick A. Stokes, 1925. p. 76.
26. Sir Edward Grey a M. Cambon, embaixador francês em Londres, 22 de novembro de 1912. In: GREY, 1925, p. 94-95.
27. Apud TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe, 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954, p. 443.
28. Vide, por exemplo, SCHROEDER, P. World War I as galloping gertie: a reply to Joachim Remak. *Journal of Modern History*, v. 44, p. 328. 1972.
29. Memorando Crowe de 1º de janeiro de 1907. In: BOURNE, K.; WATT, D. C. (Eds.). *British documents on foreign affairs*. Frederick, Md.: University Publications of America, 1983, parte 1, v. 19. p. 367ff.
30. BOURNE; K.; WATT, 1983, p. 384.
31. BOURNE; WATT, 1983, p. 384.
32. BOURNE; WATT, 1983. Apud SONTAG, 1933, p. 140.
33. Apud CARROLL, 1938. p. 657.
34. Apud WERNECKE, K. *Der Wille zur Weltgeltung: Aussenpolitik und Öffentlichkeit am Vorabend des Ersten Weltkrieges*. Dusseldorf, 1970. p. 33.

35. Discurso do ministro das Finanças, David Lloyd George, 12 de julho de 1911. In: WIENEL. *Great Britain*, v. 1. p. 577.
36. Apud CARROLL, 1938, p. 643.
37. Apud LIEVEN, D. C. B. *Russia and the origins of the First World War*. New York: St. Martin's Press, 1983. p. 46.
38. Apud TAYLOR, 1954, p. 507.
39. Apud LIEVEN, 1983, p. 69.
40. Apud TAYLOR, 1954, p. 510.
41. TAYLOR, 1954, p. 492-93.
42. Apud LIEVEN, 1983, p. 48.
43. Apud SONTAG, 1933, p. 185.
44. Apud CRAIG, 1978, p. 335.

8

A “Máquina do Juízo Final” militar — No turbilhão da guerra

1. Memorando Obruchev a Giers, 7/19 de maio de 1892. In: KENNAN, G. F. *The fateful alliance: France, Russia and the coming of the First World War*. New York: Pantheon, 1984. Apêndice 2, p. 264.
2. KENNAN, 1984, p. 265.
3. KENNAN, 1984, p. 265.
4. KENNAN, 1984, p. 268.
5. KENNAN, 1984, p. 153.
6. Vide RITTER, G. *The Schlieffen plan*. New York: Frederick A. Praegel, 1958.

7. Apud GOLDER, F. A. (Ed.). *Documents of Russian history 1914-1917*. Trad. Emanuel Aronsberg. New York: Century, 1927. p. 9-10.
8. GOLDER, 1927, p. 13.
9. GOLDER, 1927, p. 18.
10. GOLDER, 1927, p. 19.
11. BETHMANN-HOLLWEG, apud STERN, F. *The failure of illiberalism*. New York: Columbia University Press, 1992. p. 93.
12. Bethmann-Hollweg a Eisendecker, 13 de março de 1913. Apud JARAUSCH, K. The illusion of limited war: Chancellor Bethmann-Hollweg's calculated risk, july 1914. In: *Central european history*, p. 48-77, March 1969.
13. Apud TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for mastery in Europe, 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954. p. 521-22.
14. SAZONOV, S. *The fateful years, 1909-1916: The reminiscences of Serge Sazonov*. New York: Frederick A. Stokes, 1928, p. 31.
15. SAZONOV, 1928, p. 153.
16. TCHARYKOW, N. V. *Glimpses of high politics*. London, 1931. p. 271.
17. SAZONOV. 1928, p. 40.
18. Declaração de Sir Edward Grey na Câmara dos Comuns sobre negociações militares secretas com outras potências, 11 de junho de 1914. In: WIENER, J. H. (Ed.). *Great Britain: foreign policy and the span of empire, 1689-1971*, v. 1. New York/London: Chelsea House associada à McGraw-Hill, 1972, p. 607.
19. Telegrama de Sir Edward Grey ao embaixador britânico em Berlim, Sir E. Goschen. *Rejeitando uma política de neutralidade*, 30 de julho de 1914. In: WIENER, 1972, p. 607.
20. Apud LIEVEN, D. C. B. *Russia and the origins of the First World War*. New York: St. Martin's Press, 1983. p. 66.
21. Apud LIEVEN, 1983, p. 143.
22. Apud LIEVEN, 1983, p. 147.
23. SAZONOV, 1928, p. 188.

24. Apud TURNER, L. C. F., The russian mobilization in 1914. In: *Journal of Contemporary History*, v. 3, p. 70, 1968.

9

A nova face da diplomacia — Wilson e o Tratado de Versalhes

1. Apud TAYLOR, A. J. P. *British history 1914-1945*. Oxford: The Clarendon Press, 1965. p. 114.
2. Apud TAYLOR, A. J. P. *The struggle for mastery in Europe 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954. p. 535.
3. Apud TAYLOR, 1954, p. 553.
4. MASER, W. *Hindenburg, Eine politische Biographie*. Frankfurt/M-Berlin: Verlag Ullstein GmbH, 1992. p. 138.
5. Sir Edward Grey ao coronel E. M. House, 22 de setembro de 1915, apud LINK, A. S. *Woodrow Wilson, revolution, war, and peace*. Arlington Heights, Illinois: Harlan Davidson, 1979. p. 74.
6. WILSON, W. Observações em Washington à liga para reforçar a paz, 27 de maio de 1916. In: LINK, A. S. (Ed.). *The papers of Woodrow Wilson*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1966. v. 37. p. 113.
7. WILSON, W. Discurso ao Senado, 22 de janeiro de 1917. In: LINK, 1966, v. 40, p. 539.
8. LINK, A. S. *Wilson the diplomatist*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1957. p. 100.
9. LINK, 1957, p. 100.
10. WILSON, W. Discurso a uma sessão conjunta do Congresso, 8 de janeiro de 1918. In: LINK, 1966, v. 45, p. 538.

11. WILSON, W. Discurso no Guildhall, 28 de dezembro de 1918. In: LINK, 1966, v. 53, p. 532.
12. WILSON, W. Discurso ao Senado, 22 de janeiro de 1917. In: LINK, 1966, v. 40. p. 536.
13. ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 4.
14. TARDIEU, A. *The truth about the treaty*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1921. p. 165.
15. O conselheiro de Wilson, David Hunter Miller, 19 de março de 1919. In: MILLER, D. H. *The drafting of the covenant*. New York/London: G. P. Putnam's Sons, 1928. v. 1. p. 300.
16. Apud TARDIEU, 1921, p. 173.
17. Tardieu. In: TARDIEU, 1921, p. 174-75.
18. Memorando Bowman, 10 de dezembro de 1918. In: SEYMOUR, C. (Ed.). *The intimate papers of colonel house*. Boston/New York: Houghton Mifflin, 1926-28, v. 4, p. 280-281.
19. Apud TILLMANN, S. P. *Anglo-american relations at the Paris peace conference of 1919*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1961. p. 133.
20. WILSON, W. Discurso à terceira sessão plenária da Conferência de Paz, 14 de fevereiro de 1919. In: LINK, 1966, v. 55, p. 175.
21. Memorando Bowman. In: SEYMOUR, 1926-28, p. 281.
22. Apud TILLMANN, 1961, p. 126.
23. O conselheiro de Wilson, David Hunter Miller. In: MILLER 1928, v. 1, p. 49.
24. Apud BIRDSALL, P. *Versailles twenty years after*. New York: Reynal & Hitchcock, 1941. p. 128.
25. Apud MILLER, 1928, v. 1, p. 216.
26. MILLER, 1928, v. 2, p. 727.
27. Apud TARDIEU, 1921, p. 160.
28. TARDIEU, 1921, p.202.
29. TARDIEU, 1921, p.204.

30. Diário de House, 27 de março de 1919. In: SEYMOUR 1926-28, v. 4, p. 395.
31. WEBSTER, C. *The Congress of Vienna*. London: Bell, 1937.
32. Memorando de Lloyd George a Woodrow Wilson, 25 de março de 1919. In: BAKER, R. S. *Woodrow Wilson and world settlement*. New York: Doubleday, Page & Co., 1922. v. 3. p. 450.
33. Apud GERSON, L. L. *Woodrow Wilson and the rebirth of Poland, 1914-1920*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1953. p. 27-28.
34. NICOLSON, H. *Peacemaking 1919*. London: Constable & Co., 1933. p. 187.

10

Dilemas dos vencedores

1. WILSON, W. Discurso na Metropolitan Opera House, 27 de setembro de 1918. In: LINK, A. S. (Ed.). *The papers of Woodrow Wilson*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1966, v. 51. p. 131-32.
2. Apud CARR, E. H. *The twenty years' crisis, 1919-1939*. 2 ed., 1946. New York: Harper & Row, reedição em brochura, 1964. p. 34.
3. Apud CARR, 1964, p. 35.
4. Apud ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 17.
5. Apud SCHUKER, S. A. *The end of french predominance in Europe*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 1976. p. 254.
6. Apud SCHUKER, 1976, p. 25l.

7. SCHUKER, 1976, p. 25l.
8. SCHUKER, 1976, p. 254.
9. Apud CARSTEN, F. L. *Britain and the Weimar republic*. New York: Schocken Books, 1984. p. 128.
10. *Papers respecting negotiations for an anglo-french pact*. London: His Majesty's Stationery Office, 1924, documento n. 33. p. 112-13.
11. Minutas de reuniões do gabinete; conferências de ministros, conclusões governamentais: 1(22), 10 de janeiro de 1922, arquivos oficiais, escritório de registro público, escritório do governo, CAB 23/29.
12. CARR, 1964, p. 200ff.
13. Apud CARSTEN 1984, p. 81.
14. Carta de Tardieu a House, 22 de março de 1919. In: TARDIEU, A. *The truth about the treaty*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1921. p. 136.
15. KEYNES, J. M. *The economic consequences of the peace*. London: Macmillan, 1919.
16. CARR, E. H. *The bolshevik revolution, 1917-1923*, New York/London: W. W. Norton, 1985. v. 3. p. 16.
17. CARR, 1985, p. 9.
18. LENIN, V. I. *Collected works*. Moscou: Progress Press, 1964, v. 26. p. 448.
19. Apud CARR, 1985, p. 44.
20. Apud CARR, 1985, p. 42.
21. Apud CARR, 1985, p. 70.
22. Apud CARR, 1985, p. 161.
23. Apud CARR, E. H. *German-soviet relations between the two world wars, 1919-1939*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1951. p. 40.
24. Apud CARSTEN, F. L. *The reichswehr and politics, 1918-1933*. Oxford: Oxford University Press, 1966, p. 69.
25. Apud KENNAN, G. F. *Russia and the west under Lenin and Stalin*. Boston/Toronto: Little, Brown, 1960. p. 206.

26. Apud KENNAN, 1960, p. 210.

27. KENNAN, 1960, p. 212.

11

Stresemann — A volta dos vencidos

1. Apud GRAML, H. *Europa in der Zwischen der Kriegen*. Munich, 1969. p. 154.
2. D'ABERNON. *The ambassador of peace: Lord d'Abernon's Diary*. London: Hodder & Stoughton, 1929, v. 2. p. 225.
3. Apud GRAML, 1969, p. 130.
4. Apud SCHUKER, S. A. *The end of french predominance in Europe*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 1976. p. 255.
5. Apud BRETTON, H. L. *Stresemann and the revision of Versailles*. Stanford, California: Stanford University Press, 1953. p. 38.
6. Apud TRACHTENBERG, M. *Reparations in world politics*. New York: Columbia University Press, 1980. p. 48.
7. Apud TRACHTENBERG, 1980, p.48
8. Apud BRETTON, 1953, p. 21.
9. Apud CARSTEN, F. L. *Britain and the Weimar republic*. New York: Schocken Books, 1984. p. 37.
10. Apud GATZKE, H. W. *Stresemann and the reannament of Germany*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1954. p. 12.
11. STRESEMANN, G. *His diaries, letters and papers*, edited and traslated by SUTTON, E. London, 1935, v. 1. p. 225.

12. Apud DUTTON, D. *Austen Chamberlain, gentleman in politics*. Bolton: Ross Anderson, 1985. p. 250.
13. Apud DUTTON, 1985, p. 5.
14. Apud JACOBSON, J. *Locarno diplomacy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 90.
15. Apud SONTAG, R. J. *A Broken world, 1919-1939*. New York: Harper & Row, 1971. p. 133.
16. ADLER, S. *The isolationist impulse: its twentieth-century reaction*. New York: Free Press, 1957. p. 217.
17. BROGAN, D. W. *The french nation, 1814-1940*. London: Hamilton, 1957. p. 267.
18. Apud DUTTON. 1985, p. 251.
19. CARSTEN, F. L. *The reichswehr and politics, 1918-1933*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 139.
20. Apud BRETTON, 1953, p. 22.
21. Apud ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 29.
22. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: The gathering storm*. Boston: Houghton Mifflin, 1948, v. 1. p. 74.
23. Apud CHURCHILL, 1948, p. 73.
24. Apud TAYLOR, A. J. P. *The origins of the Second World War*. New York: Atheneum, 1983. p. 66.

O fim das ilusões — Hitler e a demolição de Versalhes

1. BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 380.
2. PICKEL, H. *Hitlers Tischgesprache in Fuhrerhauptquartier 1941-1942*. (Ed.). Percy Ernst Schramm. Stuttgart, 1963.
3. Phipps a Simon, 21 de novembro de 1933, apud TAYLOR, A. J. P. *The origins of the Second World War*. New York: Atheneum, 1983. p. 73-74.
4. Conversa de MacDonald com Daladier, 16 de março de 1933. In: TAYLOR 1983, p. 74.
5. TAYLOR, 1983, p. 75.
6. Reunião anglo-francesa, 22 de setembro de 1933. In: TAYLOR 1983, p. 75-76.
7. Apud GILBERT, M. *Churchill: a life*. New York: Henry Holt, 1991. p. 523.
8. Apud GILBERT, 1991, p. 524.
9. Apud GILBERT, 1991, p. 523.
10. Apud YOUNG, R. J. In: *Command of France: french foreign policy and military planning 1933-1940*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978. p. 37.
11. Apud ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 30.
12. Apud JOHNSON, P. *Modern times: the world from the twenties to the eighties*. New York: Harper & Row, 1983, p. 341.
13. Apud GILBERT, 1991, p. 531.
14. Apud GILBERT, 1991, p. 531-32.

15. Apud GILBERT, 1991, p. 537.
16. Apud CHURCHILL, W. S. *The Second World War*. The gathering storm. Boston: Houghton Mifflin, 1948, v. 1. p. 119.
17. Apud GILBERT, 1991, p. 538.
18. Apud ADAMTHWAITE, 1977, p. 75.
19. SELASSIE, H. 30 de junho de 1936. Apud LARGE, D. C. *Between two fires: Europe's path in the 1930s*. New York/London: W. W. Norton, 1990. p. 177-78.
20. Apud HENKE, J. *England in Hitlers Politischem Kalkul*. German Bundesarchiv, Schriften, n. 20, 1973. p. 41.
21. WEINBERG, G. *The foreign policy of Hitler's Germany: diplomatic revolution in Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 1970. p. 241.
22. EDEN, A. Conde de Avon. *The Eden memoirs*. Facing the dictators. Boston: Houghton Mifflin, 1962, v. 1. p. 375-76.
23. Apud WEINBERG, 1970, p. 259.
24. Apud WEINBERG, 1970, p. 254.
25. CHURCHILL, 1948, p. 196.
26. Apud GILBERT, 1991, p. 553.
27. *Parliamentary debates*, 5 s. London: His Majesty's Stationery Office, 1936. 10 de março de 1936, v. 309, col. 1976.
28. Apud ADAMTHWAITE, 1977, p. 41.
29. ADAMTHWAITE, 1977, p. 53.
30. ADAMTHWAITE, 1977, p. 53.
31. Memorando, circular do Ministério das Relações Exteriores. Apud TAYLOR, 1983, p. 137.
32. Apud ADAMTHWAITE, 1977, p. 68.
33. Apud ADAMTHWAITE, 1977, p. 69.
34. Apud CRAIG, A. G. *Germany 1866-1945*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1978. p. 698.
35. HITLER, A. *Mein Kampf*. New York: Reynal & Hitchcock, 1940. p. 175.

36. Halifax a Phipps, 22 de março de 1938. Apud TAYLOR, 1983, p. 155.
37. TAYLOR, 1983, p. 191.
38. TAYLOR, 1983, p. 191.
39. BULLOCK, 1992, p. 582.
40. Apud BULLOCK, 1992. p. 589.
41. Apud TAYLOR, 1983, p. 191.
42. Primeiro-ministro W. L. Mackenzie King, 29 de setembro de 1938. In: MUNRO, J. A. (Ed.). *Documents on Canadian external relations*. Ottawa: Departamento de Assuntos Externos, 1972, v. 6. p. 1099.
43. Primeiro-ministro J. A. Lyons, 30 de setembro de 1938. In: NEALE, R. G. (Ed.). *Documents on Australian foreign policy 1937-49*, v. 1. Canberra: Australian Government Publishing Service, p. 476.
44. Chamberlain à Câmara dos Comuns, 3 de outubro de 1938. *Parliamentary Debates*, 1938, 5 s. v. 339, col. 48.

13

O bazar de Stalin

1. Apud TARACOUZIO, T. A. *War and peace in soviet diplomacy*. New York: Macmillan, 1940. p. 139-40.
2. Discurso de Stalin no 15º Congresso do partido, 3 de dezembro de 1927. Apud LEITES, N. *A study of bolshevism*. Glencoe, Ill.: Free Press of Glencoe, 1953. p. 501.
3. Relatório de Stalin ao 17º Congresso do partido, 26 de janeiro de 1934. In: RUBINSTEIN, A. Z. (Ed.). *The foreign policy of the Soviet Union*. New York: Random House, 1960. p. 108.

4. Relatório ao 7º Congresso da Internacional Comunista, agosto de 1935. In: RUBINSTEIN, 1960, p. 133-36.
5. LEVGOLD, R. *After the Soviet Union: from empire to nations*. New York: W. W. Norton, 1992. p. 7.
6. Apud ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 264.
7. Apud READ, A.; FISHER, D. *The deadly embrace: Hitler, Stalin, and the nazi-soviet pact 1939-1941*. New York/London: W. W. Norton, 1988. p. 57.
8. WATT, D. C. *How war came: the immediate origins of the Second World War, 1938-1939*. London: William Heinemann, 1989. p. 109.
9. Apud READ; FISHER, 1988, p. 59.
10. READ; FISHER, 1988, p. 59.
11. Apud FEILING, K. *The life of Neville Chamberlain*. London: Macmillan, 1946. p. 403.
12. Apud WATT, 1989, p. 221-22.
13. Apud READ; FISHER, 1988, p. 69.
14. Apud READ; FISHER, 1988, p. 72.
15. BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 614.
16. Apud CRAIG, G. A. *Germany 1866-1945*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1978. p. 711-12.
17. Apud BULLOCK, 1992, p. 616.
18. Apud BULLOCK, 1992, p. 617.
19. Apud BULLOCK, 1992, p. 620.
20. TAYLOR, A. J. P. *The origins of the Second World War*. New York: Atheneum, 1961. p. 231.

O pacto Nazi-Soviético

1. BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 679-80.
2. Apud BULLOCK, 1992, p. 682.
3. READ, A.; FISHER, D. *The deadly embrace: Hitler, Stalin, and the nazi-soviet pact 1939-1941*. New York/London: W. W. Norton, 1988. p. 508; BULLOCK, 1992, p. 687.
4. READ; FISHER, 1988, p. 509.
5. Apud WIGHT, M. *Power politics*. New York: Holmes and Meier, 1978. p. 176.
6. *Documents on german foreign policy, 1918-1945*, s. D (1937-1945), v. 11. The war years. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1960. p. 537.
7. *Documents on german foreign policy*, 1960, p. 537.
8. *Documents on german foreign policy*, 1960, p. 537-38.
9. *Documents on german foreign policy*, 1960, p. 539.
10. READ; FISHER, 1988, p. 519.
11. BULLOCK, 1992, p. 688.
12. Apud BULLOCK, 1992, p. 689.
13. Apud READ; FISHER, 1988, p. 530.
14. READ; FISHER, 1988, p. 532.
15. Argumentou-se em nossa época — erroneamente, a meu ver — que não foi, na realidade, uma “proposta” soviética. Vide o argumento apresentado (versus o argumento de Zbigniew Brzezinski). In: GARTHOFF, R. L. *Détente and confrontation: american-soviet relations from Nixon to Reagan*. Washington: Brookings Institution, 1985. p. 941-42.
16. BULLOCK, 1992, p. 688.

17. Apud READ; FISHER, 1988, p. 568. Vide, também, BULLOCK, 1972, p. 716.
18. Apud READ; FISHER, 1988, p. 576.
19. Apud READ; FISHER, 1988, p. 576.
20. Apud READ; FISHER, 1988, p. 640.
21. Apud READ; FISHER, 1988, p. 647-48.
22. Apud READ; FISHER, 1988, p. 629.

15

Os Estados Unidos de volta à cena — Franklin Delano Roosevelt

1. BERLIN, I. *Personal impressions*. HARDY, H. (Ed.). New York: Viking Press, 1981. p. 26.
2. Vide HARDY, 1981, p. 23-31.
3. HARDY, p. 23-31.
4. Senado dos Estados Unidos, *Conference on the limitation of armament*. Documentos do Senado, 6º Congresso, 2ª sessão, 1921-1922, v. 10. Washington, D. C.: U.S. Government Printing Office, 1922. p. 11.
5. ADLER, S. *The isolationist impulse, its twentieth-century reaction*. New York: Free Press; London: Collier-Macmillan, 1957. p. 142.
6. Senado dos Estados Unidos, 1992. p. 867-68.
7. Apud ADLER, 1957, p. 214.
8. Apud ADLER, 1957, p. 216.
9. ADLER, 1957, p. 214.

10. KELLOGG, F. B. "The settlement of international controversies by pacific means", discurso realizado diante da Aliança Mundial para a Amizade Internacional, 11 de novembro de 1928. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1928.
11. KELLOGG, 1928.
12. STIMSON, H. L.; BUNDY, M. *On active service in peace and war*. New York: Harper & Brothers, 1948. p. 259.
13. Discurso de Roosevelt na Fundação Woodrow Wilson, 28 de dezembro de 1933. In: *The Public Papers and Addresses of Franklin D. Roosevelt*. New York: Random House, 1938. v. 2, 1933, p. 548-49.
14. ADLER, 1957, p. 235-36.
15. BARTLETT, R. J. ed. *The record of american diplomacy*. New York: Alfred A. Knopf, 1956, p. 572-77. A Primeira Lei de Neutralidade, assinada por Franklin Delano Roosevelt em 31 de agosto de 1935: embargo de armas; proibiu que americanos viajassem em navios de beligerantes. A Segunda Lei de Neutralidade, assinada por Franklin Delano Roosevelt em 29 de fevereiro de 1936 (uma semana antes da reocupação da Renânia em 7 de março), estendeu a Primeira Lei até 1º de maio de 1936 e acrescentou uma proibição contra empréstimos ou créditos a beligerantes. A Terceira Lei de Neutralidade, assinada por Franklin Delano Roosevelt em 1º de maio de 1937: prorrogou as leis anteriores, que expirariam à meia-noite, além de cláusulas de compras à vista para certos bens não militares.
16. Tratado entre os Estados Unidos da América e a Alemanha, para restaurar relações amigáveis e encerrar o estado de guerra, assinado em Berlim, 25 de agosto de 1921.
17. Memorando Hull a Franklin Delano Roosevelt, 9 de março de 1936. Apud WILLIAMS, W. A. (Ed.). *The shaping of american diplomacy*, v. 11, 1914-1968, 2 ed. Chicago: Rand McNally, 1973. p. 199.
18. Discurso em Chicago, 5 de outubro de 1937. In: ROOSEVELT, F. D. *Public Papers*. New York: Macmillan Co., 1941. v. de 1937, p. 410.

19. ROOSEVELT, 1941, v. de 1939. Introdução por Franklin Delano Roosevelt, p. 28.
20. BEARD, C. A. *American foreign policy in the Making, 1932-1940: A study in responsibilities*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1946, p. 188.
21. Apud BEARD, 1946, p. 190.
22. BEARD, 1946, p.190. Itálico acrescentado.
23. BEARD, 1946, p. 193.
24. BEARD, 1946, p. 193.
25. Apud ADLER, 1957, p. 244-45.
26. Apud ADAMTHWAITE, A. *France and the coming of the Second World War, 1936-1939*. London: Frank Cass, 1977. p. 209.
27. Entrevista coletiva à imprensa de Roosevelt, 9 de setembro de 1938. In: *Complete presidential press conferences of Franklin Delano Roosevelt*, 1938. v. 12, New York: Da Capo Press, 1972. por data.
28. Discurso no rádio para o Herald-Tribune Forum, 26 de outubro de 1938. In: ROOSEVELT, 1941, v. de 1938, p. 564.
29. ROOSEVELT, 1941, v. de 1938, p. 565.
30. WATT, D. C. *How war came: The immediate origins of the Second World War, 1938-1939*. London: William Heinemann, 1989. p. 130.
31. Mensagem anual ao Congresso, 4 de janeiro de 1939. In: ROOSEVELT, 1941, v. de 1939, p. 3.
32. ROOSEVELT, F. D. *Complete presidential press conferences of Franklin Delano Roosevelt*. 1939, v. 13. p. 262.
33. ROOSEVELT, 1941, v. de 1939, p. 198-99.
34. WATT, 1989, p. 261.
35. The president again seeks a way to peace. A Message to Chancellor Adolf Hitler and premier Benito Mussolini, 14 de abril de 1939. In: ROOSEVELT, 1941, v. de 1939, p. 201-5.
36. Discurso de Vandenberg no Senado. It is not cowardice to think of america first, 27 de fevereiro de 1939. In: *Vital speeches of the day*, n. 12, 1º de abril de 1939, v. 5. p. 356-57.

37. Apud ADLER, 1957, p. 248.
38. MORGAN, T. *Franklin Delano Roosevelt: a biography*. New York: Simon & Schuster, 1985. p. 520.
39. Discurso na Universidade de Virgínia, 10 de junho de 1940. In: ROOSEVELT, 1941, v. de 1940. p. 263-64.
40. Discurso de Churchill na Câmara dos Comuns, 4 de junho de 1940. In: GILBERT, M. *Churchill: a life*. New York: Henry Holt, 1991. p. 656.
41. Mensagem à nação de Roosevelt de 6 de janeiro de 1941. *Vital speeches*, n. 7. 15 de janeiro de 1941, v. 7. p. 198.
42. Apud ADLER, 1957, p. 282.
43. ADLER, 1957, p. 282.
44. Apud ADLER, 1957, p. 284.
45. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: The grand alliance*. Boston: Houghton Mifflin, 1950, v. 3. p. 140.
46. Discurso no rádio anunciando a proclamação de uma emergência nacional ilimitada, 27 de maio de 1941. In: ROOSEVELT. *Public papers*. New York: Harper & Brothers, 1950. v. de 1941. p. 192.
47. O pacto do atlântico: declaração oficial sobre a reunião entre o presidente e o primeiro-ministro Churchill, 14 de agosto de 1941. In: ROOSEVELT, 1950, v. de 1941, p. 314.
48. ROOSEVELT, 1950, v. de 1941, p. 315.
49. *Fireside chat*, 11 de setembro de 1941. In: ROOSEVELT, 1950, v. de 1941, p. 384-92.
50. ADLER, 1957. *Isolationist Impulse*. p. 257.

Três modelos da paz — Roosevelt, Stalin e Churchill na Segunda Guerra Mundial

1. *Churchill & Roosevelt, the complete correspondence*. KIMBALL, W. F. (Ed.). v. 2. Alliance forged, november 1942 — February 1944. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984, 3 v. p. 767.
2. Apud FEIS, H. *Churchill, Roosevelt, Stalin: The war they waged and the peace they sought*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1957. p. 340.
3. BURNS, J. M. *Roosevelt: the soldier of freedom*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970. p. 566.
4. Mensagem a Churchill, 1º de junho de 1942. In: KIMBALL, 1984, v. 1. Alliance emerging, october 1933-november 1942. p. 502.
5. Apud ROOSEVELT, E. *As he saw it*. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1946. p. 115-16.
6. Apud DALLEK, R. *Franklin D. Roosevelt and american foreign policy, 1932-1945*. New York: Oxford University Press, 1979. p. 324.
7. HULL, C. Discurso ao Congresso referente à Conferência de Moscou, 18 de novembro de 1943. In: *U.S. Department of State Bulletin*, n. 230. 20 de novembro de 1943, v. 9. p. 343.
8. CHURCHILL, W. S. *The Second World War*. The hinge of fate. Boston: Houghton Mifflin, 1950, v. 4. p. 214.
9. Apud LOUIS, W. R. *Imperialism at bay: The United States and the decolonization of the British Empire, 1941-1945*. New York: Oxford University Press, 1978. p. 121.
10. Apud LOUIS, 1978, p. 129.

11. Apud LOUIS, 1978, p. 154-55.
12. Sou grato a Peter Rodman por grande parte desta análise do seu livro prestes a ser lançado sobre as abordagens soviética e americana no Terceiro Mundo, a ser publicado por Charles Scrilmer's Sons.
13. Memorando de Charles Taussig, 15 de março de 1944. Apud LOUIS, 1978, p. 486.
14. Apud SHERWOOD, R. E. *Roosevelt and Hopkins: an intimate history*. New York: Harper & Brothers, 1948. p. 605.
15. FEIS, 1957, p. 11-13.
16. Vide LARRABEE, E. *Commander in chief Franklin Delano Roosevelt, his lieutenants, and their war*. New York: Harper & Row, 1987. p. 503.
17. BURNS, 1970, p. 374.
18. Sou grato ao discurso não publicado de Arthur Schlesinger Jr. "Franklin D. Roosevelt and U. S. foreign policy", proferido na Sociedade para Historiadores das Relações Exteriores Americanas. Vassar College, 18 de junho de 1992.
19. WHEELER-BENNETT, J.; NICHOLLS, A. *The semblance of peace*. London: Macmillan, 1972. p. 46ff.
20. Apud *The memoirs of Cordell Hull*. New York: Macmillan, 1948, v. 2. p. 1452.
21. WHEELER-BENNETT; NICHOLLS, 1972, p. 49.
22. HULL, C. *Memoirs*. v. 2, p. 1168-70.
23. Apud FEIS, 1957, p. 59.
24. Apud HYLAND, W. G. *The Cold War is over*. New York: Random House, 1990. p. 32.
25. Apud SHERWOOD, 1948, p. 572-73.
26. Apud SHERWOOD, 1948, p. 572.
27. Discurso de SCHLESINGER. Roosevelt e a política externa dos Estados Unidos. p. 18.
28. SCHLESINGER, p. 17.

29. COLVILLE, J. *The fringes of power: 10 Downing Street Diaries, 1939-1955*. New York/ London: W. W. Norton, 1985. p. 404.
30. FEIS, 1957, p. 131-32.
31. BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 821.
32. FEIS, 1957, p. 285. (Ênfase acrescida.)
33. Apud PERKINS, F. *The Roosevelt I knew*. New York: Viking, 1946. p. 84-85.
34. Apud HULEN, B. D. Washington hails reds' step as great gain for the allies. *New York Times*, 23 de maio de 1943. p. 30.
35. The United States in a New World. *Fortune*. Suplemento de abril de 1943.
36. Conversa ao pé do fogo de Natal de Roosevelt sobre as conferências de Teerã e Cairo, 23 de dezembro de 1943. In: *The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt*. v. de 1943. New York: Harper & Brothers. p. 558.
37. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: Triumph and tragedy*. Boston: Houghton Mifflin, 1953. v. 6. p. 198. Vide, também, KIMBALL (Ed.). *Churchill & Roosevelt: Alliance Declining*, February 1944-April 1945. v. 3. p. 351; HYLAND, 1990, p. 35-36.
38. FEIS, 1957, p. 522-23.
39. Apud DALLEK, 1979, p. 520.
40. Apud SHERWOOD, 1948, p. 870.
41. Posse de Roosevelt, 20 de janeiro de 1945. In: *The presidents speak*, anotado por Davis Newton Lutt. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969. p. 248.
42. Apud DALLEK, 1979, p. 521.
43. Apud DJILAS, M. *Conversations with Stalin*. New York: Harcourt, Brace & World, 1962. p. 114.
44. Apud FEIS, 1957, p. 607-8.
45. BULLOCK, 1992, p. 883-84.
46. CHURCHILL, W. S. *Triumph and tragedy*. Edição em brochura com introdução de John Keegan. Boston: Houghton Mifflin, 1986. p.

436.

47. VOLKOGONOV, D. *Stalin: Triumph and tragedy*, edited and translated from Russian by Harold Shukman. Rocklin, California: Prima Publishing, 1991-92. original ed. New York: Grove Weidelfeld, 1991. p. 412ff.
48. Vide BULLOCK, 1992, p. 697ff.
49. Apud FEST, J. C. *Hitler*. Translated from German by Richard e Clara Winston. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974. p. 694.
50. CHURCHILL, 1986, p. 308.
51. Apud DALLEK, 1979, p. 505.
52. FEIS, 1957, p. 270.

17

O início da Guerra Fria

1. BURNS, J. M. *Roosevelt: the soldier of freedom*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970. p. 448-49.
2. Apud ADLER, S. *The isolationist impulse: its twentieth-century reaction*. New York: Free Press. London: Collier-Macmillan, 1957. p. 285.
3. Truman, parafraseado na reunião do final de maio de 1945 com os líderes do Comitê Nacional de Ação Política dos Cidadãos. Apud WALTON, R. J. *Henry Wallace, Harry Truman, and the Cold War*. New York: Viking Press, 1976. p. 119.
4. Discurso diante de uma sessão conjunta do congresso, 16 de abril de 1945. *Public papers of the presidents of the United States, Harry S. Truman*. v. de 1945. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1961. p. 5 (daqui em diante citado como *Truman*

papers); repetido p. 22. In: Discurso de Truman de 25 de abril de 1945.

5. Apud HARRIMAN, W. A; ABEL, E. *Special envoy to Churchill and Stalin, 1941-1946*. New York: Random House, 1975. p. 474.
6. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: Triumph and tragedy*. Boston: Houghton Mifflin, 1953, v. 6. p. 503.
7. TRUMAN, H. S. *Year of decisions*. Memoirs. New York: Doubleday, 1955, v. 1. p. 260.
8. FEIS, H. *Churchill, Roosevelt, Stalin: the war they waged and the peace they sought*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1957. p. 133.
9. Apud FEIS, 1957, p. 652.
10. LEAHY, W. D. *I was there: the personal history of the chief of staff to presidents Roosevelt and Truman based on his notes and diaries made at the time*. New York/ London/Toronto: Whittlesey House/McGraw-Hill Book Company, 1950. p. 379-80.
11. LEAHY, 1950, p. 380.
12. Apud SHERWOOD, R. E. *Roosevelt and Hopkins: an intimate history*. New York: Harper & Brothers, 1948. p. 890.
13. SHERWOOD, 1948, p. 908.
14. Livro de instruções do Departamento de Estado. Planos ingleses para um bloco europeu-Occidental, 4 de julho de 1945. In: Departamento de Estado dos Estados Unidos, *Foreign Relations of the United States: The Conference of Berlin. The Potsdam Conference*. 1945. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, v. 1, p. 262-63.
15. Apud ANDERSON, T. H. *The United States, Great Britain, and the Cold War, 1944-1947*. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 1981. p. 69.
16. Apud DONOVAN, R. J. *Conflict and crisis: the presidency of Harry S. Truman 1945-1948*. New York: W. W. Norton, 1977, p. 81.
17. Apud DONOVAN, 1977, p. 84.
18. TRUMAN, 1955. *Year of Decisions*. p. 416.

19. CHURCHILL, 1953, p. 582.
20. Apud GADDIS, J. L. *The United States and the origins of the Cold War*. New York: Columbia University Press, 1972. p. 266.
21. Discurso de Truman sobre política externa no Dia da Marinha, New York, 27 de outubro de 1945. In: *Truman papers*, v. de 1945, p. 431-38.
22. Apud GADDIS, 1972, p. 280.
23. DJILAS, M. *Conversations with Stalin*. New York: Harcourt, Brace & World, 1962. p. 114.
24. CONQUEST, R. The evil of this time. *New York Review of Books*. v. 11. p. 27. n. 15. 23 de setembro de 1993.
25. Apud KISSINGER, H. A. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Harper & Brothers, publicado para o Conselho de Relações Exteriores, 1957. p. 367.
26. KISSINGER, 1957, p. 371.
27. Apud BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: Parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 907.
28. Discurso da eleição de Joseph Stalin. Novo plano de cinco anos para a Rússia, proferido pela Rádio Moscou em 9 de fevereiro de 1946, republicado em *The New York Times*, 10 de fevereiro de 1946.
29. Discurso da eleição de Joseph Stalin.
30. Discurso da eleição de Joseph Stalin.
31. Vide BLACKETT, P. M. S. *Atomic weapons and East-West relations*. New York: Cambridge University Press. 1956.
32. Discurso de Winston S. Churchill. Os nervos da paz, 5 de março de 1946, no Westminster College, Fulton, Missouri. In: JAMES, R. R. (Ed.). *Winston S. Churchill: His complete speeches 1897-1963*. New York/London: Chelsea House associada a R. R. Bowkel; 1974. v. 7. 1943-1949. p. 7285.
33. JAMES, 1974, p. 7292.
34. KENNAN, G. F. O longo telegrama de Moscou, 22 de fevereiro de 1946. In: *Foreign relations of the United States*, 1946.

Washington, D.C.: *U.S. Government Printing Office*, 1969. v. 6, p. 697.

35. ZHDANOV, A. A situação internacional. Discurso proferido na Conferência de Fundação do Cominform, setembro de 1947, na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê sobre Relações Exteriores. *The strategy and tactics of world communism*. Suplemento I. Cem anos de comunismo, 1848-1948. 80º Congresso, 2ª sessão, doc. n. 619. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1948. p. 211.
36. BULLOCK, 1992, p. 922.
37. BULLOCK, 1992, p. 923.
38. Discurso no rádio, 28 de abril de 1947. *U.S. Department of State Bulletin*. v. 16, n. 410, p. 924.

18

Sucesso e angústia — A política de contenção

1. KENNAN, G. F. O Longo telegrama de Moscou, 22 de fevereiro de 1946. In: *Foreign relations of the United States, 1946*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1969. v. 6. p. 666-709.
2. KENNAN, 1969, p. 700.
3. KENNAN, 1969. p. 699.
4. MATTHEWS, H. F. Memorando do membro provisório do departamento de estado (Matthews) ao Comitê de Coordenação dos Departamentos de Estado, de Guerra e da Marinha. Estimativa política da política soviética para uso em estudos militares. 1º de

abril de 1946. In: *Foreign Relations, United States, 1946*. v. 1. p. 1169.

5. MATTHEWS, 1946, v. 1, p. 1169.
6. MATTHEWS, 1946, p. 1170.
7. MATTHEWS, 1946, p. 1168.
8. MATTHEWS, 1946, p. 1170.
9. CLIFFORD, C. Relações americanas com a União Soviética: Relatório ao presidente pelo conselheiro especial, 24 de setembro de 1946. In: ETZOLD, T. H.; GADDIS, J. L. (Eds.). *Containment: documents on american policy and strategy, 1945-1950*. New York: Columbia University Press, 1978. p. 66.
10. ETZOLD; GADDIS, 1978, p. 67. (Ênfase acrescida.)
11. ETZOLD; GADDIS, 1978, p. 68.
12. ETZOLD; GADDIS, 1978, p. 71.
13. Apud JONES, J. M. *The fifteen weeks (February 21-June 5, 1947)*. New York: Viking Press, 1955. p. 141.
14. *Public papers of the presidents of the United States, Harry S. Truman*, v. de 1947 Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1963. p. 178.
15. *Public papers*, 1963, p. 179.
16. *Public papers*, 1963, p. 178.
17. MARSHALL, G. Iniciativa europeia essencial à recuperação econômica. Discurso na colação de grau da Universidade Harvard, 5 de junho de 1947. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 15, n. 415 (5 de junho de 1947), p. 1160. (Ênfase acrescida.)
18. MARSHALL, 1947, p. 1160.
19. MARSHALL, 1947, p. 1160.
20. KENNAN G. F. X. As fontes da conduta soviética. *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, p. 575, julho de 1947.
21. KENNAN, 1969, p. 581.
22. KENNAN, 1969, p. 579-80.
23. KENNAN, 1969, p. 582.

24. Testemunho do embaixador Warren Austin, 28 de abril de 1949, no Senado dos Estados Unidos, Comitê das Relações Exteriores. *The north atlantic treaty*. Audiências, 81º Congresso, 1º sessão. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1949, pt. 1. p. 97.
25. Testemunho do embaixador Warren Austin, pt. 1, apêndice, p. 334-37.
26. Testemunho do embaixador Warren Austin, p. 337.
27. Testemunho do embaixador Warren Austin, pt. 1, p. 17.
28. Testemunho do embaixador Warren Austin, p. 150.
29. Senado dos Estados Unidos, Comitê das Relações Exteriores. *Report on the North Atlantic treaty*, 81º Congresso, 1ª sessão, 6 de junho de 1949. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1949. p. 23.
30. Vide, por exemplo, o testemunho de Acheson diante dos Comitês das Relações Exteriores do Senado e das Forças Armadas, 8 de agosto de 1949. In: *State bulletin*, v. 21, n. 529 (22 de agosto de 1949), p. 265, e seu discurso na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, 30 de abril de 1951. In: *State bulletin*, v. 24, n. 619 (14 de maio de 1951), p. 766-70.
31. Discurso de Acheson: "Um senso comunitário entre as nações livres — passo em direção à ordem mundial", diante da associação de ex-alunos de Harvard, Cambridge, Massachusetts, 22 de junho de 1950. In: *State Bulletin*, v. 23, n. 574 (3 de julho de 1950). p. 17.
32. CHURCHILL, W. S. *The Second World War: Triumph and tragedy*. Boston: Houghton Mifflin, 1953; ed. brochura, com introdução de John Keegan, 1985. v. 6. p. 266.
33. NSC-68. Objetivos e programas dos Estados Unidos para a segurança nacional, 14 de abril de 1950. In: *Foreign Relations, United States, 1950*. v. 1, p. 240.
34. NSC-68, 1950, p. 241.
35. NSC-68, 1950.
36. NSC-68, 1950, p. 241-42.

37. NSC-68, 1950, p. 279.
38. LIPPMANN, W. *The Cold War: A study in US foreign policy*. New York/ London: Harper & Brothers, 1947. p. 13.
39. LIPPMANN, 1947, p. 23.
40. LIPPMANN, 1947, p. 61-62.
41. *Winston S. Churchill, His complete speeches, 1897-1963*. JAMES, R. R. (Ed.).1943-1949. New York/London: Chelsea House associada a R. R. Bowker, 1974. v. 7. p. 7710.
42. JAMES, 1974, v. 8 (1950-1963), p. 8132.
43. WALLACE, H. A. *Toward world peace*. New York: Reynal & Hitchcock, 1948. p. 118.
44. WALLACE, H. A. Discurso no Madison Square Garden, 12 de setembro de 1946. In: LAFEBER, W. (Ed.) *The dynamics of world power: a documentary history of United States foreign policy, 1945-1973. Eastern Europe and the Soviet Union*. New York: Chelsea House Publishers, 1973. v. 2. p. 260.
45. Apud WALKER, J. S. *Henry A. Wallace and american foreign policy*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1976. p. 129.
46. Apud WALKER, 1976, p. 121.
47. Wallace, memorando para Truman, 14 de março de 1946. In: TRUMAN, H. S. *Year of decisions*. Memoirs. New York: Doubleday, 1955. v. 1. p. 555.
48. Discurso de Wallace no Madison Square Garden, 12 de setembro de 1946. In: LAFEBER, 1973, p. 258-59.
49. Discurso de Wallace anunciando sua candidatura para Presidente, 29 de dezembro de 1947. In: PATERSON, T. G. (Ed.). *Cold War critics: alternatives to american foreign policy in the Truman years*. Chicago: Quadrangle Books, 1971. p. 98-103.
50. WALLACE, apud HANBY, A. Henry A. Wallace, os liberais e as relações soviético-americanas. *Review of Politics*, v. 30, abril de 1968. p. 164.
51. KENNAN, G. F. *Russia, the atom and the west*. New York: Harper & Brothers, 1957. p. 13.

O dilema da contenção — A Guerra da Coreia

1. Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, subcomitê do comitê de dotações orçamentárias. *Military functions: national military establishment appropriation Bill for 1949*. Audiências, 80º Congresso, 2ª sessão. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1948. pt. 3. p. 3.
2. General MacArthur, entrevista com G. Ward Price, *New York Times*, 2 de março de 1949. p. 22.
3. Secretário de estado Dean Acheson. Crise na Ásia: uma análise da política dos Estados Unidos. Observações diante do Clube Nacional de Imprensa, Washington, 12 de janeiro de 1950. In: *U. S. Department of State Bulletin*, v. 22, n. 551, 23 de janeiro de 1950. p. 116.
4. KHRUSCHEV, N. *Khrushchev remembers*, com introdução, comentário e notas de Edward Crankshaw, traduzido e editado por S. TALBOTT. Boston: Little, Brown, 1970. p. 368-69. Material soviético recentemente divulgado indica que o papel soviético era muito maior. Vide WEATHERSBY, K. In: Novas descobertas sobre a Guerra da Coreia, *Cold War international history project bulletin*, outono de 1993, Centro Woodrow Wilson, Washington, D.C.
5. Declaração do presidente Truman proferida em 27 de junho de 1950. In: TRUMAN, H. S. *Years of trial and hope 1946-1952*. Memoirs. New York: Doubleday, v. 2. 1956. p. 338-39.
6. TRUMAN, 1956, p. 339.
7. TRUMAN, 1956, p. 339.
8. TRUMAN, 1956, p. 339.

9. Apud HASTINGS, M. *The Korean War*. New York: Simon & Schuster, 1987. p. 133.
10. *Public papers of the presidents of the United States, Harry S. Truman*. v. de 1950. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1965. p. 674-75 (daqui em diante citado como *Truman papers*).
11. Declaração de Truman de 30 de novembro de 1950. In: *Truman papers*, 1965, p. 724.
12. *Truman papers*, 1965, v. de 1951, p. 227.
13. Senado dos Estados Unidos, Comitê das Forças Armadas e Comitê das Relações Exteriores. *Military situation in the far east*. Audiências, 82º Congresso, 1ª sessão. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1951. pt. 1. p. 75 (daqui em diante citado como *Audiências MacArthur*).
14. *Audiências MacArthur*, 1951, p. 30.
15. *Audiências MacArthur*, 1951, p. 30.
16. *Truman papers*, 1965, v. de 1951, p. 226-27.
17. *Truman papers*, 1965, p. 227.
18. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 1, p. 45.
19. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 2, p. 938.
20. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 3, p. 1717.
21. *Audiências MacArthur*, 1951, p. 1718-19.
22. TRUMAN, 1956, p. 345.
23. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 1, p. 593.
24. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 2, p. 896.
25. *Audiências MacArthur*, 1951, p. 732.
26. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 3, p. 1720.
27. RIDGWAY, M. B. Exército dos Estados Unidos, reserva. *Soldier: the memoirs of Matthew B. Ridgway*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, reedição de 1974. p. 219-20.
28. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 1, p. 68.
29. HASTINGS, 1987, p. 186ff.

30. Apud HASTINGS, 1987, p. 197.
31. *Audiências MacArthur*, 1951, pt. 3, p. 1717.

20

Negociando com os comunistas — Adenauer, Churchill e Eisenhower

1. VARGA, E. S. *Changes in the economy of capitalism as a result of the Second World War*. Moscow: Politicheskaya Literatura, 1946. Apud LYNCH, A. *The soviet study of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. p. 20-28.
2. HYLAND, W. G. *The Cold War is over*. New York: Random House, 1990. p. 63.
3. STALIN, J. Problemas econômicos do socialismo na União Soviética. In: FRANKLIN, B. (Ed.) *The essential stalin: major theoretical writings 1905-1952*. New York: Anchor Books, 1972. p. 471.
4. FRANKLIN, 1972, p. 471.
5. FRANKLIN, 1972, p. 471.
6. Nota da União Soviética aos Estados Unidos transmitindo um texto soviético de um tratado de paz com a Alemanha, 10 de março de 1952. In: Departamento de Estado dos Estados Unidos, *Documents on Germany 1944-1985*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, sem data, Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 361-64.
7. Publicação do Departamento de Estado, n. 9446.

8. Nota dos Estados Unidos à União Soviética propondo a criação de um governo alemão livremente eleito antes da negociação de um tratado de paz, 25 de março de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado, n. 9446. p. 364-65.
9. Nota da União Soviética aos Estados Unidos propondo uma investigação das quatro potências — no lugar das Nações Unidas — de condições para eleições livres alemãs, 9 de abril de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 365-67; Nota dos Estados Unidos à União Soviética reafirmando a autoridade das Nações Unidas para investigar condições para eleições livres alemãs, 13 de maio de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 368-71; Nota da União Soviética aos Estados Unidos propondo uma discussão simultânea entre as quatro potências referente ao tratado de paz alemão, reunificação alemã e formação de um governo completamente alemão, 24 de maio de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446, p. 374-78; Nota dos Estados Unidos à União Soviética reafirmando a necessidade de investigar condições para realizar eleições alemãs livres como um primeiro passo em direção à reunificação alemã, 10 de julho de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 385-88; Nota da União Soviética aos Estados Unidos propondo uma reunião entre as quatro potências para discutir um tratado de paz alemão, formação de um governo completamente alemão e a realização de eleições completamente alemãs, 23 de agosto de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 388-93; Nota dos Estados Unidos à União Soviética por um esforço sincero... para enfrentar o problema das eleições livres na Alemanha, 23 de setembro de 1952. In: Publicação do Departamento de Estado n. 9446. p. 395-97.
10. Comentários de Stalin na sessão de encerramento do 19º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, 14 de outubro de 1952. *Current digest of the soviet press*, v. 4. n. 38. p. 9-10. 1º de novembro de 1952.
11. BULLOCK, A. *Hitler and Stalin: Parallel lives*. New York: Alfred A. Knopf, 1992. p. 968.

12. KHRUSCHEV, N. *Khrushchev remembers*, with an introduction commentary and notes by Edward Crankshaw, translated and edited by S. TALBOTT. Boston: Little, Brown, 1970. p. 392-94.
13. Conselho sobre Relações Exteriores. *The United States and world affairs*, p. 116, 1953.
14. COLVILLE, J. *The fringes of power: 10 Downing Street Diaries, 1939-1955*. New York/ London: W. W. Norton, 1985. p. 654.
15. Apud GILBERT, M. *Winston S. Churchill: never despair, 1945-1965*. Boston: Houghton Mifflin, 1988. p. 510.
16. Comentários na Casa Branca, 16 de fevereiro de 1950. In: *U. S. Department of State Bulletin*, v. 22, n. 559, p. 427-29, 20 de março de 1950.
17. COLVILLE, 1985, p. 650.
18. BOYLE, P. G. (Ed.). *The Churchill-Eisenhower correspondence, 1953-55*. Chapel Hill, North Carolina/London: University of North Carolina Press, 1990. p. 36.
19. Discurso "A chance para a paz", proferido diante da Sociedade Americana de Editores de Jornais, Washington. D. C., 16 de abril de 1953. In: *Public papers of the Presidents of the United States, Dwight D. Eisenhower*, v. de 1953. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1960. p. 179-88 (daqui em diante citado como *Eisenhower papers*). A história da redação do discurso de Eisenhower é contada em ROSTOW, W. W. *Europe after Stalin: Eisenhower's three decisions of march II, 1953*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1982.
20. Carta a Eisenhower, 4 de maio de 1953. In: BOYLE, 1990, p. 48.
21. Carta a Churchill, 5 de maio de 1953. In: BOYLE, 1990. p, 49.
22. Discurso na Câmara dos Comuns, 11 de maio de 1953. In: JAMES, R. R. (Ed.). *Winston S. Churchill: his complete speeches, 1897-1963*, v. 8, 1950-1963. New York/London: Chelsea House associada a R. R. Bowker, 1974. p. 8483.
23. JAMES, 1974, p. 8484.
24. BOYLE, 1990, p. 83.

25. BOYLE, 1990, p. 83.
26. KENNAN, G. F. Uma revisão do esquema de desengajamento. *Foreign affairs*. v. 37, n. 2. p. 187-210, janeiro de 1959. Vide também o ponto de vista de Acheson. In: ACHESON, D. A ilusão do esquema de desengajamento. *Foreign Affairs*, v. 36, n. 3. p. 371-82, abril de 1958.
27. KENNAN, 1959.
28. KISSINGER, H. A. mísseis e a aliança ocidental. In: *Foreign Affairs*. p. 383-400.
29. Apud HUGHES, E. J. *The ordeal of power: a political memoir of the Eisenhower Years*. New York: Atheneum, 1963. p. 109.
30. Discurso no rádio e TV ao povo americano antes da partida para a conferência dos quatro grandes em Genebra, 15 de julho de 1955. In: *Eisenhower Papers*, 1960, v. de 1955, p. 703.
31. Editorial. *New York Times*, 25 de julho de 1955.
32. Memorando de uma conversa, Departamento de Estado, Washington, 3 de outubro de 1955, 10h01. Chamada do ministro das Relações Exteriores britânico ref.: Acordo de armamento soviético-egípcio. In: *Disputa árabe-israelense, 1955. Foreign Relations of the United States*, v. 14. p. 545.
33. Declaração de encerramento na Conferência dos Ministros das Relações Exteriores em Genebra, 16 de novembro de 1955. In: *Documents on international affairs*. Noble Frankland (Ed.). v. de 1955. London: Oxford University Press, 1958. p. 73-77.
34. KHRUSCHEV, 1970, p. 400.
35. Relatório de Khrushchev ao 20º Congresso do Partido. *Pravda*. 15 de fevereiro de 1956. In: *Current digest of the soviet press*, v. 8. n. 4. p. 4, 6, 7. 7 de março de 1956.
36. GROMYKO, A. *Memories*. Trad. Harold Shukman. London: Hutchinson, 1989.

Alternando a contenção — A crise de Suez

1. ZHDANOV, A. "A situação internacional", discurso proferido na Conferência de Fundação do Cominform, setembro de 1947, na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Comitê dos Assuntos Exteriores. *The strategy and tactics of world communism*. Suplemento 1. Cem Anos de comunismo, 1848-1948. 80º Congresso, 2ª sessão, doc. n. 619. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1948, p. 213-14.
2. Comentários de Churchill na Câmara dos Comuns, 19 de abril de 1951. In: JAMES, R. R. (Ed.). *Winston S. Churchill: his complete speeches, 1897-1963*. v. 8. 1950-1963. New York/London: Chelsea House associada a R. R. Bowkel; 1974. p. 8193.
3. Vide KYLE, K. *Suez*. New York: St. Martin's Press, 1991. p. 70.
4. KYLE, 1991, p. 85.
5. Vide KYLE, 1991, p. 89.
6. Apud KYLE, 1991, p. 130.
7. Apud KYLE, 1991, p. 130.
8. Discurso de Nasser, Alexandria, 26 de julho de 1956. In: Noble Frankland (Ed.). *Documents on international affairs, 1956*. London/New York/Toronto: Oxford University Press, 1959. Impresso sob os auspícios do Instituto Real de Assuntos Internacionais. p. 80.
9. *Documents on international affairs*. p. 113; vide também KYLE, 1991, p. 134.
10. Apud KYLE, 1991, p. 115.
11. EDEN, A. *Full circle: the memoirs of the Rt. Hon. Sir Anthony Eden*. London: Cassell, 1960. p. 427.

12. *Parliamentary debates* (Hansard), 5 s. v. 557, Câmara dos Comuns, sessão 1955-56. London: Her Majesty's Stationery Office, 1956, col. 919.
13. KYLE, 1991, p. 145.
14. EDEN, 1960, p. 437.
15. Apud HORNE, A. *Harold Macmillan: 1894-1956*. New York: Penguin Books, 1991. v.1. p. 405.
16. Carta de Eisenhower a Eden, 1º de julho de 1956. In: EISENHOWER, D. D. *Waging peace: the white house years 1956-1961*. Garden City, New York: Doubleday, 1965. p. 664-65; vide também KYLE, 1991, p. 160.
17. Apud GERSON, L. L. *John Foster Dulles. Os secretários de estado americanos e sua diplomacia*. New York: Cooper Square Publishers, 1967, v. 17. p. XI.
18. Apud GERSON, 1967, p. 28.
19. AMBROSE, S. E. *Eisenhower. The President*. New York: Simon & Schustel; 1984, v. 2. p. 21.
20. GERSON, 1967, p. XII.
21. Declaração de Dulles de 3 de agosto de 1956. In: Departamento de Estado dos Estados Unidos, *The Suez canal problem, july 26-september 22, 1956: a documentary publication*. Washington, D.C.: Departamento de Estado, 1956, p. 37 (daqui em diante citado como *Suez canal problem*).
22. Comentários de Dulles em discurso no rádio e na TV, 3 de agosto de 1956, in *Suez canal problem*, 1956, p. 42.
23. Comentários de Dulles como relatados pelo *New York Times*, p. 8. 3 de outubro de 1956.
24. EDEN, 1960, p. 498.
25. EISENHOWER, 1965, p. 667.
26. Apud *Suez canal problem*, 1956, p. 344.
27. Apud KYLE, 1991, p. 185.
28. O povo pergunta ao presidente. Programa de TV, 12 de outubro de 1956. In: *Public papers of the presidents of the United States*,

Dwight D. Eisenhower. v. de 1956. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, p. 903 (daqui em diante citado como *Eisenhower papers*).

29. Vide, por exemplo, EISENHOWER, 1965, p. 676-77.
30. *U. S. Department of State Bulletin*. v. 35. n. 907. p. 750.12 de novembro de 1956,
31. EISENHOWER, D. D. Comunicado no rádio e televisão ao povo americano sobre os acontecimentos na Europa Oriental e no Oriente Médio. In: *Eisenhower papers*, 1956, p. 1064.
32. FRANKLAND (Ed.). *Documents on International Affairs*. p. 289.
33. FRANKLAND, p. 289.
34. FRANKLAND, p. 292.
35. FRANKLAND, p. 293.
36. *Eisenhower papers*, 1956, p. 1066.
37. Comentários de Dulles em entrevista coletiva à imprensa, 18 de dezembro de 1956. In: *State Bulletin*. v. 36, n. 915. p. 5. 7 janeiro de 1956.
38. Apud KYLE, 1991, p. 426.
39. Apud KYLE, 1991, p. 426.
40. Apud FINER, H. *Dulles over Suez: the theory and practice of his diplomacy*. Chicago: Quadrangle Books, 1964. p. 397.
41. Apud KYLE, 1991, p. 477.
42. Apud KYLE, 1991, p. 495.
43. Apud KYLE, 1991, p. 467.
44. Apoio dos Estados Unidos ao pacto de Bagdá. *Press release* 604 do Departamento de Estado, 29 de novembro de 1956. In: *State Bulletin*, v. 35, n. 911, p. 918. 10 de dezembro de 1956.
45. Mensagem especial ao Congresso sobre a situação no Oriente Médio, 5 de janeiro de 1957. In: *Eisenhower papers*, 1957, p. 6-16.
46. Mensagem anual ao Congresso sobre o Estado da União, 10 de janeiro de 1957. In: *Eisenhower papers*, 1957, p. 29.

Rebelião no império — Hungria

1. Apud GADDIS, J. L. *The long peace*. New York/London: Oxford University Press, 1987. p. 157.
2. *Life*, 19 de maio de 1952.
3. MERAY, T. *Thirteen days that shook the Kremlin*. Trad. por Howard Katzaneler. New York: Frederick A. Praeger, 1959. p. 7.
4. Apud LASKY, M. J. (Ed.). *The Hungarian revolution*. New York: Frederick A. Praeger, 1957. p. 126.
5. Apelo ao presidente do Conselho de Segurança, 27 de outubro de 1956. In: *U.S. Department of State Bulletin*. 12 de novembro de 1956. p. 757.
6. Apud MERAY, 1959, p. 140.
7. MERAY, 1959, p. 169.
8. DULLES, J. F. A Tarefa de fazer paz. Discurso diante do conselho de Dallas sobre assuntos mundiais, 27 de outubro de 1956. In: *U.S. Department of State Bulletin*. v. 35. n. 906. p. 697. 5 de novembro de 1956.
9. EISENHOWER, D. D. Comunicado no Rádio e na TV ao povo americano sobre os Acontecimentos na Europa Oriental e no Oriente Médio, 31 de outubro de 1956. In: *Public papers of the Presidents of the United States, Dwight D. Eisenhower*. v. de 1956. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1958. p. 1061 (daqui em diante citado como *Eisenhower papers*). Ênfase acrescida.
10. EISENHOWER, 1958, p. 1061.
11. EISENHOWER, 1958, p. 1062.
12. Declaração do governo da União Soviética de 30 de outubro de 1956. Sobre os princípios do desenvolvimento e fortalecimento adicional da amizade e cooperação entre a União Soviética e

outros estados socialistas, publicada no *Pravda e Izvestia*, 31 de outubro de 1956. In: *Current Digest of the Soviet Press*, v. 8, n. 40. p. 11, 14 de novembro de 1956.

13. *Eisenhower papers*, 1958, v. de 1956, p. 1062.
14. Governo da União Soviética. Os princípios. p. 11.
15. Apud ZINNER, P. E. (Ed.). *National communism and popular revolt in eastern Europe*. New York: Columbia University Press, 1956. p. 463.
16. Discurso completo de Nehru em *Lok Sabha Debates*. pt. 2, v. 9, n. 3, coleções 260-67. In: *Royal Institute of International Affairs*, v. 4, n. 7. p. 328-30.
17. Entrevista coletiva à imprensa do secretário Dulles de 18 de dezembro de 1956. In: *U.S. Department of State Bulletin*. v. 36, n. 915. p. 3-4. 7 de janeiro de 1957.
18. Entrevista coletiva à imprensa do secretário Dulles, Canberra, 13 de março de 1957. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 36, n. 927. p. 533. 1º de abril de 1957.

23

O ultimato de Krushev — A crise de Berlim, 1958-1963

1. KHRUSCHEV, N. S. *Khrushchev remembers: the last testament*. Introduction by Edward Crankshaw e Jerrold Schecter. Translated and edited by S. TALBOTT. Boston: Little, Brown, 1974. p. 501.
2. DULLES, J. F. A nova tarefa da liberdade. Discurso no fórum do Philadelphia Bulletin, 26 de fevereiro de 1956. In: *U. S. Department of State Bulletin*, v. 34, n. 871. p. 363-64, 5 de março de 1956.

3. Apud HYLAND, W. G. *The Cold War is over*. New York: Random House, 1990. p. 97.
4. Senado dos Estados Unidos. *Khrushchev on the shifting balance of world forces, a special study presented by senator Hubert H. Humphrey*. 86º Congresso, 1ª sessão, Doc. Sen. n. 57. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1959. Trechos da entrevista de Khrushchev com W. Sinnbeck, editor de *Dansk Folkstyre*, janeiro de 1958. p. 8.
5. *Dansk Folkstyre*. Comentários de Khrushchev no Sétimo Congresso do Partido Comunista Búlgaro, 4 de junho de 1958. p. 7.
6. KHRUSHCHEV, N. S. Nossa força encontra-se na unidade fraterna. Discurso no encontro de amizade entre os povos da União Soviética e a República Popular Polonesa, 10 de novembro de 1958. Republicado no *Pravda*, 11 de novembro de 1958. In: *Current Digest of the Soviet Press*, v. 10, n. 45. p. 9. 17 de dezembro de 1958.
7. Nota soviética de 27 de novembro de 1958. In: *Documents on american foreign relations*. ZINNER, P. E. (Ed.). New York: publicado para o Conselho de Relações Exteriores por Harper & Brothers, 1959. p. 220-31.
8. KHRUSHCHEV, N. S. Discurso no 21º Congresso do Partido publicado no *Pravda*, 28 de janeiro de 1959. In: *Current Digest*. v. 11, n. 4. p. 19, 4 de março de 1959.
9. Como narrado por De Gaulle. In: DE GAULLE, C. *Memoirs of hope: renewal and endeavor*. Trad. Terence Kilmartin. New York: Simon and Schuster, 1971. p. 223.
10. ADENAUER, K. *Erinnerungen*. 1955-1959. Stuttgart, 1967. p. 473-74.
11. MACMILLAN, H. *Pointing the way. 1959-1961*. New York: Harper & Row, 1972. p. 101.
12. Entrevista coletiva à imprensa de Eisenhower de 11 de março de 1959. In: *Public papers of the presidents of the United States, Dwight D. Eisenhower*. v. de 1959. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1960. p. 244.

13. Entrevista coletiva à imprensa de Eisenhower de 18 de fevereiro de 1959. In: *Eisenhower papers*, v. de 1949, p. 196.
14. Entrevista coletiva à imprensa de Eisenhower de 11 de março de 1959. In: *Eisenhower papers*, v. de 1949, p. 245.
15. *The Berlin crises 1958-1961, Documentary collection for oral history session*. Universidade Harvard, 1990. Duas partes. Compilada por William Burr, David Rosenberg e Georg Schild. BURR. Cronologia Seleta. pt. 1, 9 de março de 1959 (daqui em diante citado como projeto *Berlin Crises*).
16. Entrevista coletiva à imprensa de De Gaulle, 5 de setembro de 1961. In: *Documents on international affairs: 1961*. D. C. Watt, J. Major, R. Gott e G. Sehopflin (Eds.). London: Oxford University Press para o Instituto Real de Assuntos Internacionais, 1965. p. 111.
17. Entrevista coletiva à imprensa em 5 de setembro de 1960. In: *Documents on international affairs: 1961*. p. 84-85.
18. DE GAULLE, C. 1971, p. 223.
19. Projeto *Berlin Crises*, 1959, pt. 2. Apontamento de Burr para 24 de novembro de 1958, Dulles a Adenauer.
20. Entrevista coletiva à imprensa de Dulles, 26 de novembro de 1958. In: *State bulletin*, v. 39, n. 1016, p. 947. 15 de dezembro de 1958,
21. Entrevista coletiva à imprensa de Dulles, 13 de janeiro de 1959. In: *State Bulletin*, v. 11, n. 1023, p. 161. 2 de fevereiro de 1959.
22. *State bulletin*, v. 11, n. 1023, p. 161. 2 de fevereiro de 1959.
23. Projeto *Berlin Crises*, 1959, pt. 1. Apontamento de Burr para 27 de novembro de 1958, relatando a reação tardia de Brandt de 26 de novembro à entrevista coletiva à imprensa de Dulles de 26 de novembro de 1958.
24. TRACHTENBERG, M. A crise de Berlim. In: Projeto *Berlin Crises*, 1959, p. 39. Referindo Bruce à mensagem de Dulles de 14 de janeiro de 1959.
25. Apontamento. In: Projeto *Berlin Crises*, 1959, Burr, 13 de janeiro de 1959, narrando a conversa de Herbert Dittman com Livingston

Merchant.

26. Discurso de Krushev em Leipzig, 7 de março de 1959. In: *Current digest*, v. 11, n. 13.p. 5, 29 de abril de 1959.
27. Projeto *Berlin Crises*, 1959. Ensaio de Trachtenberg, p. 46.
28. Projeto *Berlin Crises*, 1959, p. 47.
29. Projeto *Berlin Crises*, 1959, p. 47.
30. Apud SMITH, J. E. *The defense of Berlin*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1963. p. 212-13.
31. *Newsweek*, p. 19, 5 de outubro de 1959.
32. Discurso de Krushev diante de 10 mil trabalhadores húngaros. Krushev cita a ruptura de 56 no Kremlin sobre a ação contra a Hungria. *New York Times*, p. 1, 3 de dezembro de 1959.
33. GRAY, G. Memorando da reunião com o presidente. Projeto *Berlin Crises*, 1959, ensaio de Trachtenberg, p. 47.
34. HYLAND, 1990, p. 120-21.
35. HYLAND, 1990, p. 120.
36. Apud BESCHLOSS, M. R. *The crisis years: Kennedy and Khrushchev 1960-1963*. New York: HarperCollins, 1991. p. 225.
37. Memorando de Kennedy a Rusk, 21 de agosto de 1961. Apud Projeto *Berlin Crises*, 1959, ensaio de Trachtenberg, p. 78.
38. Memorando Bundy a Kennedy, 28 de agosto de 1961. Apud Projeto *Berlin Crises*, 1959, ensaio de Trachtenberg, p. 78.
39. Fonte dos Estados Unidos aconselha Bonn a conversar com a Alemanha Oriental. *New York Times*, p. 1, 23 de setembro de 1961.
40. BUNDY, M. Política para a aliança ocidental — Berlim e depois, discurso para o Clube Econômico de Chicago, 6 de dezembro de 1961. In: *State bulletin*, v. 46, n. 1185, p. 424, 12 de março de 1962.
41. KISSINGER, H. A. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Publicado para o Conselho de Relações Exteriores por Halper & Brothers, 1957.

42. Trechos da entrevista à imprensa de 7 de maio de 1962 de Adenauer, republicada após esta data in: *New York Times*, seção 4, p. 5, 13 de maio de 1962.
43. *New York Times*, p. 4, 8 de maio de 1962.
44. Apud BESCHLOSS, 1991, p. 400.
45. Carta de Acheson a Truman, 21 de setembro de 1961, in: Projeto *Berlin Crises*, 1959, ensaio de Trachtenberg, p. 82.
46. Carta de Acheson ao general Lucius Clay, in: Projeto *Berlin Crises*, 1959, p. 82-83.
47. Projeto *Berlin Crises*, 1959, pt. 2, Burr, apontamento de 26 de agosto de 1959, referente ao relatório do serviço secreto do Departamento de Estado "Alemanha e a Aliança Ocidental".

24

Conceitos de unidade ocidental — Macmillan, De Gaulle, Eisenhower e Kennedy

1. Apud KENNAN, G. F. *Memoirs, 1950-1963*. v. 2. Boston/Toronto: Little, Brown, 1972. p. 253.
2. Discurso do primeiro-ministro Stanley Baldwin no Albert Hall, 27 de maio de 1935, relatado no *London Times*, p. 18, 28 de maio de 1935.
3. Sobre discurso de Acheson em West Point, 5 de dezembro de 1962. In: BRINKLEY, D. *Dean Acheson: The Cold War years, 1953-71*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1992, p. 175-82.

4. MACMILLAN. H. *Riding the storm, 1956-1959*. New York: Harper & Row, 1971. p. 586.
5. MACMILLAN. H. *Pointing the war, 1959-1961*. New York: Harper & Row, 1972. p. 101.
6. MACMILLAN, 1971, p. 577. Esta foi também mais ou menos a reação de Eisenhower em termos de substância.
7. MACMILLAN, 1972, p. 82.
8. MACMILLAN, H. *At the end of the day, 1961-1963*. New York: Harper & Row, 1974. p. 357.
9. Texto, comunicado conjunto e declaração adicional sobre sistemas de defesa nuclear divulgados em 21 de dezembro de 1962 pelo presidente Kennedy e primeiro-ministro Macmillan. *U.S. Department of State Bulletin*, v. 48, n. 1229, p. 44. 14 de janeiro de 1963.
10. Parte do material sobre a França e De Gaulle foi adaptada da obra de KISSINGER, H. *The Troubled Partnership: A Re-appraisal of the Atlantic Alliance*. New York: Publicado para o Conselho de Relações Exteriores pela McGraw-Hill, 1965, p. 41; KISSINGER, H. *White House Years*. Boston: Little, Brown, 1979, p. 104.
11. Discurso do Presidente Charles de Gaulle Delineando os princípios da política externa francesa após o fracasso da reunião de cúpula, 31 de maio de 1960. In: *Major Addresses, Statements, and press conferences of general Charles de Gaulle, May 19, 1958-January 31, 1964*. New York: Embaixada francesa, Divisão de Imprensa e Informações, 1964. p. 75.
12. Entrevista coletiva à imprensa de De Gaulle em 11 de abril de 1961. In: *Major addresses, statements, and press conferences of general Charles de Gaulle*, 1964, p. 124.
13. Entrevista coletiva à imprensa em 29 de julho de 1963. In: *Major addresses, statements, and press conferences of general Charles de Gaulle*, 1964, p. 233-34.
14. Entrevista coletiva à imprensa em 25 de março de 1959. In: *Major Addresses, Statements, and Press Conferences of General Charles de Gaulle*, 1964, p. 43.

15. Apud CROZIER, B. *De Gaulle*. New York: Charles Scribner's Sons, 1973, p. 533. Vide também EISENHOWER, D. D. *Waging peace: The White House years, 1956-1961*. Garden City, New York: Doubleday, 1965, p. 424-31.
16. DE GAULLE, C. *Memoirs of hope: renewal and endeavor*. Trad. Terence Kilmartin. New York: Simon & Schuster, 1971. p. 229-30.
17. Apud CROZIER, 1973, p. 525.
18. BALL, G. Otan e responsabilidade mundial. *The Atlantic community quarterly*. v. 2, n. 2, p. 211, verão 1964.
19. Para uma discussão detalhada desta ideia, vide KISSINGER, H. *Troubled partnership*. p. 127.
20. Discurso de Kennedy no Independence Hall, Filadélfia, 4 de julho de 1962. In: *Public Papers of the Presidents of the United States, John F. Kennedy*, v. de 1962. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1963, p. 537-39.
21. Discurso de Kennedy no Assembly Hall in Paulskirche, Frankfurt, 25 de junho de 1963. In: *Public papers of the presidents of the United States, John F. Kennedy*, v. de 1963. p. 520.
22. Entrevista coletiva à imprensa de De Gaulle em 4 de janeiro de 1963. In: *Major Addresses, Statements, and Press Conferences of General Charles de Gaulle*, 1964, p. 216-217.
23. Entrevista coletiva à imprensa em 14 de janeiro de 1963. In: *Major Addresses, Statements, and Press Conferences of General Charles de Gaulle*, 1964, p. 218.
24. Entrevista coletiva à imprensa em 19 de abril de 1963. Apud CLEVELAND, H. B. *The Atlantic idea and its european rivals*. New York: Publicada para o Conselho de Relações Exteriores por McGraw-Hill, 1966. p. 143.
25. A declaração comum e o tratado entre a república francesa e a República Federal da Alemanha, 22 de janeiro de 1963 Apud MACRIDIS, R. *De Gaulle, Implacable Ally*. New York: Harper & Row, 1966. p. 188.

Vietnã: entrando no atoleiro — Truman e Eisenhower

1. Discurso de posse, 20 de janeiro de 1949. In: *Public papers of the presidents of the United States: Harry S. Truman*. v. de 1949. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1964. p. 112-14.
2. Discurso de posse, 20 de janeiro de 1953. In: *Public papers of the presidents of the United States: Dwight D. Eisenhower*. v. de 1953. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1960, p. 6 (daqui em diante citado como *Eisenhower Papers*).
3. *Eisenhower papers*, 1960, p. 7.
4. Discurso de posse, 20 de janeiro de 1961. In: *Public papers of the presidents of the United States: John F. Kennedy*. v. de 1961. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1962. p. 1.
5. Discurso de posse, 20 de janeiro de 1965. In: *Public papers of the presidents of the United States: Lyndon B. Johnson*. v. de 1965. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1966, p. 72.
6. Vide ACHESON, D. A paz que o mundo quer. Discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, 20 de setembro de 1950, *U.S. Department of State Bulletin*. v. 23, n. 587. p. 524. 2 de outubro de 1950; DULLES. Apud KIMBALL, J. P. (Ed.). *To reason why: the debate about the causes of U.S. involvement in the Vietnam war*. New York: McGraw-Hill, 1990, p. 54.
7. Apud KIMBALL, 1990, p. 73.
8. KIMBALL, 1990, p. 73.
9. Apud SCHOENBAUM, T. J. *Waging peace and war: dean rusk in the Truman, Kennedy and Johnson years*. New York: Simon & Schuster, 1988. p. 234.

10. NSC-68. Programas e objetivos dos Estados Unidos para a segurança nacional, 7 de abril de 1950. In: Departamento de Estado dos Estados Unidos, *Foreign relations of the United States, 1950*. v. 1. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1977. p. 237-38.
11. Vide LOUIS, W. R. *Imperialism at bay: The United States and the decolonization of the British Empire, 1941-1945*. New York: Oxford University Press, 1978, caps. 1 e 2.
12. HERRING, G. C. *America's longest war. The United States and Vietnam 1950-1975*. New York: Alfred A. Knopf, 2 ed., 1986, p. 18.
13. HERRING, 1986, p. 18.
14. SCHOENBAUM, 1988, p. 230.
15. HERRING, 1986, p. 18-19.
16. HERRING, 1986, p. 19.
17. Objetivos dos Estados Unidos e linhas de ação em relação ao Sudeste Asiático. Declaração de políticas pelo Conselho de Segurança Nacional, 1952. In: SHEEHAN, N.; SMITH, H.; KENWORTHY, W. W.; BUTTERFIELD, F. *The Pentagon papers, as published by the New York Times*. New York: Quadrangle Books, 1971. p. 29.
18. SHEEHAN; SMITH; KENWORTHY; BUTTERFIELD, 1971, p. 28.
19. SHEEHAN; SMITH; KENWORTHY; BUTTERFIELD, 1971, p. 29.
20. Apud HERRING, 1986, p. 22.
21. Apud HERRING, 1986, p. 26.
22. HERRING, 1986, p. 27.
23. Apud THOMPSON, R. *Revolutionary war in world strategy 1945-1969*. New York: Taplinger, 1970. p. 120.
24. Apud KARNOW, S. *Vietnam: a history*. New York: Penguin Books, 1984. p. 197-98.
25. Apud EWALD JR., W. B. *Einsehower the president: crucial days, 1951-1960*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1981. p. 119-20.

26. Eisenhower a Churchill, 4 de abril de 1954. In: BOYLE, P. G. (Ed.). *The Churchill-Eisenhower correspondence, 1953-1955*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1990. p. 137-40.
27. EDEN, A. *Full circle: the memoirs of the Rt. Hon. Anthony Eden*. Boston: Houghton Mifflin, 1960. p. 124.
28. Apud GILBERT, M. *Winston S. Churchill*. Never despair. 1945-1965. Boston: Houghton Mifflin, 1988. v. 8. p. 973-74.
29. Apud GILBERT, 1988, p. 973.
30. Apud GILBERT, 1988, p. 973.
31. HOOPEES, T. *The devil and John Foster Dulles*. Boston: Little, Brown, 1973. p. 239.
32. NIXON, R. M. *No more Vietnams*. New York: Arbor House, 1985. p. 41.
33. Dulles em uma entrevista coletiva à imprensa em Londres, 13 de abril de 1954. Apud HOOPEES, 1973, p. 209.
34. HOOPEES, 1973, p. 222.
35. Apud HERRING, 1986, p. 39.
36. Instruções de Dulles ao subsecretário Walter Bedell Smith, 12 de maio de 1954, em relação à Conferência de Genebra. In: *The Pentagon papers*, 1971, p. 44.
37. Declaração dos Estados Unidos sobre a Indochina, 21 de julho de 1954. In: *State Bulletin*, v. 31, n. 788, p. 162, 2 de agosto de 1954.
38. HERRING, 1986, p. 45.
39. Carta de Eisenhower a Diem, 23 de outubro de 1954. In: GETTLEMAN, M. E. (Ed.). *Viet Nam: history, documents and opinions on a major world crisis*. Greenwich, Connecticut: Fawcett Publications, 1965. p. 204-205.
40. HERRING, 1986, p. 56.
41. MANSFIELD, M. Prorrogação no Vietnã. *Harper's*. p. 50. janeiro 1956.
42. KENNEDY, J. F. O interesse da América no Vietnã, a pedra fundamental do mundo livre no Sudeste Asiático. Discurso

proferido diante dos amigos americanos do Vietnã, Washington, D.C., 1º de junho de 1956. In: *Vital Speeches of the day*, 1º de agosto de 1956. p. 617.

43. HERRING, 1986, p. 68.
44. EISENHOWER, D. D. *Waging peace: The White House years, 1956-1961*. Garden City, New York: Doubleday, 1965. p. 607.
45. EISENHOWER, 1965, p. 610.
46. Discurso na convocação do Gettysburg College: a importância de compreender. 4 de abril de 1959. In: *Eisenhower papers*, 1960, v. de 1959 (1960). p. 313.

26

Vietnã: a caminho do desespero — Kennedy e Johnson

1. *Public Papers of the presidents of the United States, John F. Kennedy*. v. de 1961. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1962. p. 23 (daqui em diante citado como *Kennedy Papers*).
2. PIAO, L. Vida longa à vitória da guerra popular! *Peking Review*, v. 8, n. 36. p. 9-30. 3 de setembro de 1965.
3. Apud HALBERSTAM, D. *The best and the brightest*. New York: Random House, 1972. p. 76.
4. Da declaração de abertura de Kennedy na entrevista coletiva à imprensa de 23 de março de 1961. In: *Kennedy papers*, 1962, v. de 1961, p. 214.
5. Mensagem especial ao Congresso sobre o orçamento de defesa, 28 de março de 1961. In: *Kennedy Papers*, 1962, p. 230.

6. *Let the world go forth: the speeches, statements, and writings of John F. Kennedy, 1947-1963, selected and with an introduction by Theodore C. Sorensen.* New York: Dell Publishing, 1988. p. 371.
7. *Let the world go forth*, 1988, p. 370.
8. Senador John F. Kennedy. O interesse da América no Vietnã, a Pedra Fundamental do mundo livre no Sudeste Asiático. Discurso proferido diante dos amigos americanos do Vietnã, Washington, D. C., 1º de junho de 1956. In: *Vital speeches of the Day*, 1º de agosto de 1956. p. 617-19.
9. JOHNSON, L. B. *The vantage point: perspectives of the presidency 1963-1969.* New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 55.
10. Memorando de Segurança Nacional 52, assinado por McGeorge Bundy, conselheiro presidencial para a Segurança Nacional, 11 de maio de 1961. In: SHEEHAN, N.; SMITH, H.; KENWORTHY, W. W.; BUTTERFIELD, F. *The Pentagon papers as published by the New York Times.* New York: Quadrangle Books, 1971. p. 131.
11. Memorando de Johnson para Kennedy. Missão no Sudeste Asiático, Índia e Paquistão, 23 de maio de 1961. In: *Pentagon papers*, 1971, p. 134.
12. BUNDY. Apud *Pentagon papers*, 1971, p. 103.
13. Memorando McNamara a Kennedy, 8 de novembro de 1961. In: *Pentagon Papers*, 1971, p.154.
14. Apud HERRING, G. C. *America's longest war: The United States and Vietnam 1950-1975.* New York: Alfred A. Knopf, 2 ed., 1985. p. 83.
15. Apud HERRING, 1985, p. 86.
16. Mensagem especial de Kennedy ao Congresso sobre princípios e políticas de defesa, 28 de março de 1961. In: *Kennedy papers*, 1962, v. de 1961 (1962). p. 229.
17. Apud LEWY, G. *America in Vietnam.* New York: Oxford University Press, 1978. p. 26.
18. Telegrama do Departamento de Estado para Lodge em Saigon, 24 de agosto de 1963. In: *Pentagon papers*, 1971, p. 200.

19. Telegrama do Departamento de Estado.
20. Oportunidade no Vietnã. Editorial. *The New York Times*, caderno 4, p. 8E. 3 de novembro de 1963.
21. Apud LEWY, 1978, p. 28.
22. Apud LEWY, 1978, p. 29.
23. SALISBURY, H. *Behind the lines — Hanoi*. New York: Harper & Row, 1967. p. 194-97.
24. SNOW, E. Entrevista com Mao. *The New Republic*, p. 17. 27 de fevereiro de 1965.
25. Discurso de Johnson no Conselho Americano de ex-alunos, 12 de julho de 1966. In: *Public papers of the presidents of the United States, Lyndon B. Johnson, 1966*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1967. v. 2. p. 720 (daqui em diante citado como *Johnson Papers*).
26. *Johnson papers*, 1967, v. 2, p. 720.
27. Discurso de Johnson na Universidade Johns Hopkins, 7 de abril de 1965. In: *Johnson papers*, 1965, v. 1 (1966). p. 396-97.
28. Discurso de Johnson sobre o Vietnã para a Conferência Legislativa Nacional, San Antonio, Texas, 29 de setembro de 1967. In: *Johnson papers*, 1967, v. 2 (1968). p. 879.
29. LIPPMANN, W. Sobre a derrota. *Newsweek*, p. 25. 11 de março de 1968.
30. Discurso de Fulbright. Os Estados Unidos correm o perigo de perder sua perspectiva. Para a Escola de Estudos Internacionais Avançados, Universidade Johns Hopkins, Washington, D.C. 5 de maio de 1966, como republicado. In: *U.S. News & World Report*, v. 60, n. 21, p. 114-15. 23 de maio de 1966.
31. Discurso de J. William Fulbright. Velhos mitos e novas realidades. Proferido no Senado dos Estados Unidos, 25 de março de 1964. Republicado In: *Vital Speeches of the Day*. p. 393-94. 16 de abril de 1964.
32. RENFIELD, R. L. Uma política para o Vietnã. *Yale Law Review*, v. 551, n. 4, p. 481-505. junho de 1967.

33. RESTON, J. Washington: As moscas que capturaram o pega-moscas. *New York Times*, p. 46. 7 de fevereiro de 1968.
34. FULBRIGHT, J. W. *The crippled giant: american foreign policy and its domestic consequences*. New York: Random House, 1972. p. 62.
35. Para uma análise brilhante deste grupo. In: PODHORETZ, N. *Why we were in Vietnam*. New York: Simon and Schuster, 1982. p. 85.
36. Apud PODHORETZ, 1982, p. 100.
37. Apud PODHORETZ, 1982, p. 105.
38. HALBERSTAM, D. *The making of a quagmire*. New York: Random House, 1965. p. 319.
39. LEWY, 1978, p. 76; OBERDORFER, D. *Tet!* Garden City, N.Y.: Doubleday, 1971. p. 329.
40. SCHLESINGER JR., A. M. *Robert Kennedy and his times*. Boston: Houghton Mifflin, 1978. p. 843.
41. Relato do Vietnã por Walter Cronkite. Especial da CBS News, 27 de fevereiro de 1968, apud OBERDORFER, 1971, p. 251.
42. A lógica do campo de batalha. *Wall Street Journal*, p. 14. 23 de fevereiro de 1968,
43. Programa de Domingo Frank Magee. NBC, 10 de março de 1968, apud OBERDORFER, 1971, p. 273.
44. A Guerra. *Time*, v. 91, n. 11, p. 14. 15 de março de 1968.
45. Declaração de Mansfield ao Senado, 7 de março de 1968. In: *Congressional Record*, v. 114, pt. 5. Washington, D.C.: *u.s. government printing office*, 1968. p. 5659.
46. Declaração de Fulbright no Senado, 7 de março de 1968, *Congressional Record*, p. 5645.
47. Programa de televisão de Johnson ao povo americano, 31 de março de 1968. In: *Johnson papers*, 1968-69, v. 1 (1970), p. 469-96.

Vietnã: a extração — Nixon

1. ISAACSON, W. *Kissinger: a biography*. New York: Simon & Schuster, 1992. p. 484.
2. O memorando é completamente reproduzido nas notas do capítulo em KISSINGER, H. *White House years*. Boston: Little, Brown, 1979, p. 1480-82.
3. Apud KISSINGER, 1979, p. 1481.
4. Todos os esquemas americanos de retirada foram condicionados a um cessar-fogo e à libertação de todos os prisioneiros.
5. FULBRIGHT, J. W. *The crippled giant: american foreign policy and its domestic consequences*. New York: Random House, 1972. p. 62.
6. Comentários de McGovern acerca de "The today show", TV NBC, 8 de junho de 1972.
7. Apud KISSINGER, 1979, p. 1345.
8. Entrevista coletiva de Kissinger à imprensa, 24 de janeiro de 1973. In: *U. S. Department of State Bulletin*, v. 68, n. 1753, p. 164. 12 de fevereiro de 1973.
9. KISSINGER, 1979, caps. 8 e 12; KISSINGER. *Years of upheaval*. Boston: Little, Brown, 1982, caps. 2 e 8; e a conversa de Peter W. Rodman com William Shawcross In: *American spectator*, março e julho de 1981.
10. JACKSON, K. D. (Ed.). *Cambodia 1975-1978: rendezvous with death*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989.
11. KISSINGER, 1979, p. 1362.
12. Vide resumo das declarações dos Estados Unidos em KISSINGER, 1982, p. 1236-40.

13. Quarto relatório anual ao congresso sobre a política externa dos Estados Unidos, 3 de maio de 1973. In: *Public papers of the presidents of the United States, Richard Nixon*, v. de 1973. Washington, D. C.: U. S. Government Printing Office, 1975. p. 392.
14. *Nixon papers*, 1975, p. 395.
15. Segundo projeto de lei suplementar de dotações para FY1973 (HR 9055-PL93-50). Vide *Congressional Quarterly, 1973 Almanac*, 93 Cong., 1ª sessão, p. 95, 861-62. Washington, D.C.: Congressional Quarterly, 1974,
16. FITCHETT, J. Residentes de Saigon intimidados pela força de ocupação, *Washington Post*, 6 de novembro de 1978; vide também DICKY, C. Ex-Priso Vietnamita descreve a vida — e a morte — em uma prisão de Saigon. *Washington Post*, 20 de dezembro de 1978; JACQUENEY, T. Eles são nós, se fôssemos vietnamitas. *Worldview*, abril de 1977; GERSHMAN, C. Uma voz do vietnã. *New Leader*, p. 8-9. 29 de janeiro de 1979.
17. Instituto Internacional de Estudos Estratégicos. *Strategic survey*. 1975. London: IIES, 1975, p. 94.
18. Vide o próximo livro de Peter W. Rodman sobre a Guerra Fria no Terceiro Mundo, que será publicado por Charles Scribner's Sons, para uma discussão mais completa sobre a evolução desta política soviética.

Política externa e geopolítica — A política triangular de Nixon

1. NIXON, R. citado em *Time*, p. 15. 3 de janeiro de 1972. Vide também as observações de Nixon aos executivos da Midwestern News Media em Kansas City, Missouri. 6 de julho de 1971. In: *Public papers of the presidents of the United States, Richard Nixon*, v. de 1971. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1972. p. 806 (daqui em diante citado como *Nixon papers*).
2. Comentários no café da manhã presidencial, 5 de fevereiro de 1970. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1970, p. 82-83.
3. Discurso no rádio e na televisão ao povo da União Soviética, 28 de maio de 1972. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1972. p. 630.
4. Comentários informais de Nixon em Guam com repórteres, 25 de julho de 1969. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1969. p. 544-56.
5. Discurso à nação sobre a Guerra no Vietnã, 3 de novembro de 1969. In: *Nixon papers*, 1972, p. 905-6. Vide também o Primeiro Relatório Anual de Nixon ao Congresso sobre a política externa dos Estados Unidos para a década de 1970, 18 de fevereiro de 1970. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1970. p. 116ff.
6. MAILER, N. *The armies of the night: history as a novel, the novel as history*. New York: New American Library, 1968. p. 187.
7. GALBRAITH, J. K. *The new industrial state*. Boston: Houghton Mifflin, 1967, cap. 35.
8. Primeiro Relatório Anual ao Congresso sobre a política externa dos Estados Unidos para a década de 1970, 18 de fevereiro de 1970. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1970. p. 119.
9. *Nixon papers*, 1972, p. 178.
10. *Nixon papers*, 1972, p. 179.

11. Segundo Relatório Anual ao Congresso sobre a política externa dos Estados Unidos, 25 de fevereiro de 1971. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1971. p. 304.
12. WOHLSTETTER, A. O delicado equilíbrio do terror. *Foreign Affairs*, v. 37, n 2, p. 211-34. janeiro de 1959,.
13. Apud KISSINGER, 1979, p. 136.
14. GROSE, P. Os Estados Unidos advertem os soviéticos sobre o uso de força contra os tchecos. *The New York Times*, 18 de abril de 1969.
15. GROSE, P. Uma série de pactos limitados sobre mísseis, atualmente meta dos Estados Unidos. *The New York Times*, 22 de abril de 1969.
16. ROBERTS, C. M. Proposta dos Estados Unidos de conversas no verão para a restrição de armamentos, *The Washington Post*, 13 de maio de 1969.
17. Esclareça a questão com Everett. Editorial. *The New York Times*, 3 de junho de 1969.
18. Que sejam iniciadas as conversas sobre mísseis. *The Washington Post*, 5 de abril de 1969. Editorial.
19. Vide KISSINGER, 1979, p. 265ff.
20. Apud KISSINGER, 1979, p. 165.
21. NIXON, R. M. A Ásia após o Vietnã. *Foreign Affairs*, v. 46, n.1, p. 121. outubro de 1967.
22. A visão de mundo de Nixon — Das conversas informais. In: *U.S. News & World Report*. v. 65, n. 12, p. 48, 16 de setembro de 1968.
23. Discurso de Rogers diante do clube nacional de imprensa, Canberra, Austrália, 8 de agosto de 1969. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 61, n. 1575, p. 179-80, 1º de setembro de 1969.
24. Discurso de Richardson. A política externa da administração Nixon: suas metas e estratégias. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 61, n. 1578, p. 260, 22 de setembro de 1969.

25. Segundo Relatório Anual. In: *Nixon papers*, 1972, v. de 1971. p. 277.
26. *Nixon Papers*, 1972, v. de 1971, p. 277.
27. Apud KISSINGER, 1979, p. 1062.
28. Apud KISSINGER, 1979, p. 1062.
29. Comunicado conjunto anunciado em Xangai, 27 de fevereiro de 1972. In: *State Bulletin*, v. 66, n. 1708, p. 435-38, 20 de março de 1972.
30. Vide KISSINGER, 1982, p. 233, 294-95, 1173-74.

29

Détente e desgosto

1. BRANDT, W. *People and politics: the years 1960-1975*. Trad. J. Maxwell Brownjohn Boston: Little, Brown, 1976. p. 123-24.
2. Vide KISSINGER, H. *Years of upheaval*. Boston: Little, Brown, 1982. p. 459.
3. *Détente: an evaluation*. Declaração de Robert Conquest, Brian Crozier; John Erickson, Joseph Godson, Gregory Grossman, Leopold Labedz, Bernard Lewis, Richard Pipes, Leonard Schapiro, Edward Shils e P. J. Vatikiotis, republicada para uso do Subcomitê de Controle de Armas, Comitê dos Serviços Armados, Senado dos Estados Unidos, 93º Cong., 2ª sessão. Washington, D. C.: U.S. Government Printing Office, p. 1. 20 de junho de 1974.
4. Declaração de George Meany, presidente da Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais, ao Comitê das Relações Exteriores do Senado, 1º de outubro de 1974. In: Senado dos Estados Unidos, Comitê de Relações Exteriores. *Détente: hearings on United States relation with communist*

countries, 93° Cong., 2ª sessão. Washington, D. C.: U.S. Government Printing Office, 1975. p. 379-80.

5. KISSINGER, H. Os interesses permanentes dos Estados Unidos. Discurso diante do Conselho de Assuntos Mundiais de Boston, 11 de março de 1976. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 74, n. 1919, p. 427-28. 5 de abril de 1976.
6. Apud KISSINGER, H. *White House years*. Boston: Little, Brown, 1979. p. 1486.
7. Para detalhes acerca do debate, vide KISSINGER, 1982, p. 256-74, 1006-28.
8. Vide BELL, C. *The diplomacy of détente*. New York: St. Martin's Press, 1977. p. 201-222.
9. Melhorando as relações Estados Unidos-União Soviética. *The New York Times*, p. 5, 22 de fevereiro de 1971. Editorial.
10. Comércio e liberdade. *The New York Times*, 18 de setembro de 1973, p. 42. Editorial.
11. As exigências da *détente*. *Washington Post*. 12 de setembro de 1973. Editorial.
12. KISSINGER, H. *U.S. Department of State Bulletin*, 1976, p. 431-32.
13. Apud ASH, T. G. In: *Europe's name: Germany and the divided continent*. New York: Random House, 1993. p. 260.
14. ASH, 1993, p. 223.
15. Segurança europeia... e a verdadeira *détente*. *The New York Times*, p. 20, 21 de julho de 1975. Editorial.
16. KISSINGER, H. A unidade americana e o interesse nacional. Discurso na Conferência dos Produtores Agrícolas do Sul em Birmingham, Alabama, 14 de agosto de 1975. In: *State Bulletin*, v. 73, n. 1890, p. 392. 15 de setembro de 1975.
17. KISSINGER, *U.S. Department of State Bulletin*, 1976, p. 428.

O fim da Guerra Fria — Reagan e Gorbachev

1. REAGAN, R. Observações na Conferência Anual da Legião Americana em Washington, 22 de fevereiro de 1983. In: *Public papers of the Presidents of the United States, Ronald Reagan*, v. de 1983, livro 1. Washington, D. C.: U.S. Government Printing Office, 1982-90, p. 270 (daqui em diante citado como *Reagan papers*).
2. *Reagan papers*, 1982-90, v. de 1983, p. 271.
3. REAGAN, R. Entrevista coletiva à imprensa, 29 de janeiro de 1981. In: *Reagan papers*, 1982-90, v. de 1981. p. 57.
4. Discurso de Reagan aos membros do Parlamento britânico, Londres, 8 de junho de 1982. In: *Reagan papers*, 1982-90, v. de 1982, livro 1. p. 744.
5. STROUT, R. (TRB). A guerra santa de Reagan. *The New Republic*, p. 6. 11 de abril de 1983.
6. LEWIS, A. Onward, christian soldiers. *The New York Times*, p. A27. 10 de março de 1983.
7. HOFFMANN, S. Foreign policy: What's to be done? *New York Review of Books*, p. 33-37, 39. 30 de abril de 1981.
8. Texto de carta de Reagan em comentários aos membros do Clube Nacional de Imprensa sobre redução de armamentos e armas nucleares, 18 de novembro de 1981. In: *Reagan papers*, 1982-90, v. de 1981. p. 1065.
9. REAGAN, R. *An american life*. New York: Simon & Schuster, 1990, p. 576.
10. REAGAN, 1990, p. 592.
11. REAGAN, 1990, p. 603.

12. REAGAN, 1990, p. 634.
13. CANNON, L. *President Reagan: the role of a lifetime*. New York: Simon & Schuster, 1990. p. 792.
14. REAGAN, R. Discurso diante de uma sessão conjunta do Congresso sobre o Estado da União, 25 de janeiro de 1984. In: *Reagan papers, 1982-90*, v. de 1984, livro 1, p. 92.
15. REAGAN, Discurso ao Parlamento Britânico, 8 de junho de 1982. In: *Reagan papers, 1982-90*, v. de 1982, livro 1, p. 746.
16. *Reagan papers, 1982-90*, v. de 1982, livro 1, p. 745.
17. Vide o próximo livro de Peter W. Rodman sobre a Guerra Fria no Terceiro Mundo, a ser publicado por Charles Scribner's Sons.
18. Discurso de Shultz. América e a luta pela liberdade. 22 de fevereiro de 1985. Washington, D.C.: Departamento de Estado dos Estados Unidos, Departamento de Assuntos Públicos, fevereiro de 1985. *Current Policy* n. 659. p. 1-5.
19. Apud SIGAL, L. V. *Nuclear forces in Europe*. Washington, D.C.: Instituição Brookings, 1984. p. 86.
20. Discurso de Mitterrand diante do Bundestag na ocasião do 20º aniversário do Tratado de Cooperação Franco-Germânico, 20 de janeiro de 1983. França: Ministério das Relações Exteriores, serviço de imprensa e informação.
21. REAGAN, Comentários ao Clube Nacional de Imprensa, 18 de novembro de 1981. In: *Reagan papers, 1982-90*, v. de 1981. p. 1065.
22. Reagan propõe que os Estados Unidos busquem uma maneira nova de bloquear mísseis. *The New York Times*. p. A20. 24 de março de 1983.
23. BROWN, H. (Ed.). *The Strategic Defense Initiative: Shield or Snare?* Boulder, Colorado and London: Westview for the John Hopkins Foreign Policy Institute, 1987.
24. Introdução e a iniciativa de defesa estratégica é tecnicamente viável? In: BROWN, 1987, p. 4-7, 131-32, 138.

25. BETTS, R. Ganhos celestiais ou perdas terrenas? Por um balancete para a defesa estratégica. In: BROWN, 1987, p. 238-39.
26. LISKA, G. O Desafio da IDE: diplomacia preemptiva ou guerra preventiva?. In: BROWN, 1987, p. 107.
27. OSGOOD, R. Implicações para as Relações Estados Unidos-Europa. In: BROWN, 1987, p. 266-68, 276-278.
28. Apud SMITH, D. *Pressure: how America runs Nato*. London: Bloomsburg, 1989. p. 184.
29. REAGAN, Discurso na dieta japonesa em Tóquio, 11 de novembro de 1983. In: *Reagan papers, 1982-90, v. de 1983, livro 2*. p. 1575.
30. REAGAN, 1990, p. 550.
31. CANNON, 1990, p. 289.
32. REAGAN, R. Observações em um briefing da Casa Branca para superintendentes de associações e corporações comerciais sobre a distribuição do míssil MX, 16 de maio de 1983. In: *Reagan papers, 1982-90, v. de 1983, livro 1*. p. 715.
33. REAGAN, R. Discurso à nação sobre a defesa e a segurança nacional, 23 de março de 1983. In: *Reagan papers, 1982-90*, p. 443.
34. P. SHULTZ, G. P. Armas nucleares, controle de armamentos e o futuro da coibição. Discurso diante da Casa Internacional de Chicago e o Fórum The Chicago Sun-Times na Universidade de Chicago, 17 de novembro de 1986. In: *U.S. Department of State Bulletin*, v. 87, n. 2118, p. 31-35. janeiro de 1987.
35. GORBACHEV, M. *Perestroika: new thinking for our country and the world*. New York: Harper & Row, 1987. p. 139.
36. GORBACHEV, M. Entrevista coletiva à imprensa após a Conferência de Genebra, 21 de novembro de 1985. In: *Geneva: The soviet-US summit, november 1985, documents and materials*. Moscou: Novosti Press Agency Publishing House, 1985. p. 18.
37. GORBACHEV, M. discurso no 70º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, 2 de novembro de 1987. In: *Foreign broadcast information service*. SOV-87-212, 3 de novembro de 1987. p. 55.

38. Uma entrevista com Gorbachev. *Time*. p. 23. 9 de setembro de 1985.
39. Gorbachev promete grande corte de tropas, então termina viagem, citando vasto abalo soviético. *The New York Times*, p. A1. 8 de dezembro de 1988.
40. *The New York Times*, p. A19. 8 de dezembro de 1988.
41. Trechos do discurso de Gorbachev em Vladivostok, 28 de junho de 1986. In: *The New York Times*, p. A6. 29 de junho de 1986.
42. Trechos do discurso de Gorbachev ao Conselho da Europa em Estrasburgo, França, 6 de julho de 1989. In: *The New York Times*, p. A6. 7 de julho de 1989.
43. Gorbachev, na Finlândia, repudia qualquer direito de intervenção regional. *The New York Times*, p. A1. 26 de outubro de 1989.
44. Gorbachev dá uma mão a Honecker. *The New York Times*, p. 5. 7 de outubro de 1989.
45. Gorbachev urge acordos econômicos. *The New York Times*, p. 17. 16 de julho de 1989.
46. TALBOTT, S. Repensando a ameaça vermelha, *Time*, p. 69. 1º de janeiro de 1990.
47. HALLIDAY, F. *From Kabul to Managua: soviet-american relations in the 1980s*. New York: Pantheon Books, 1989. p. 17, 108-9, 134-35.
48. DASHICHEV, V. Leste-Oeste: busca de novas relações sobre as prioridades da política externa do estado soviético. In: *Foreign Broadcast Information Service*. SOV-88-098, 20 de maio de 1988. p. 4-8.
49. DASHICHEV In: *Foreign Broadcast Information Service*, 1988, p. 4-8.
50. SHEVARDNADZE, E. 19ª Conferência do Partido Comunista da União Soviética: política externa e diplomacia. *International Affairs*. Moscou, outubro de 1988.
51. KENNAN, G. F. (X). As fontes da conduta soviética. *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, p. 580. julho de 1947.

Reverendo a Nova Ordem Mundial

1. BUSH, G. As Nações Unidas: Parlamento Mundial da Paz. Discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1º de outubro de 1990. In: *Dispatch*. Departamento de Estado dos Estados Unidos, v. 1, n. 6, p. 152. 8 de outubro de 1990.
2. CLINTON, B. Enfrentando os desafios de um mundo maior. Discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 27 de setembro de 1993. In: *Dispatch*. v. 4, n. 39, p. 650. 27 de setembro de 1993.
3. MACKINDER, H. J. *Democratic ideals and reality*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1962.
4. SOLJENITZYN, A. Como reestruturaremos a Rússia? Uma contribuição modesta. *Literaturnaya Gazeta*, Moscou, 18 de setembro de 1990. In: *Foreign Broadcast Information Service*. SOV-90-187, 26 de setembro de 1990, especialmente. p. 37-41.
5. Observações do presidente Bill Clinton à audiência multinacional de futuros líderes da Europa, Hotel de Ville, Bruxelas, Bélgica, 9 de janeiro de 1994. Bruxelas, Bélgica: A Casa Branca, gabinete do secretário de Imprensa. *Press release*, 9 de janeiro de 1994. p. 5.

Mapas



Expansão francesa, 1648 a 1801

Expansão alemã, 1919 a 1939

A grande aliança de Guilherme III, 1701 a 1713

Alianças na década de 1950

A Europa do Congresso de Viena, 1815

A Europa da Primeira Guerra Mundial, 1914

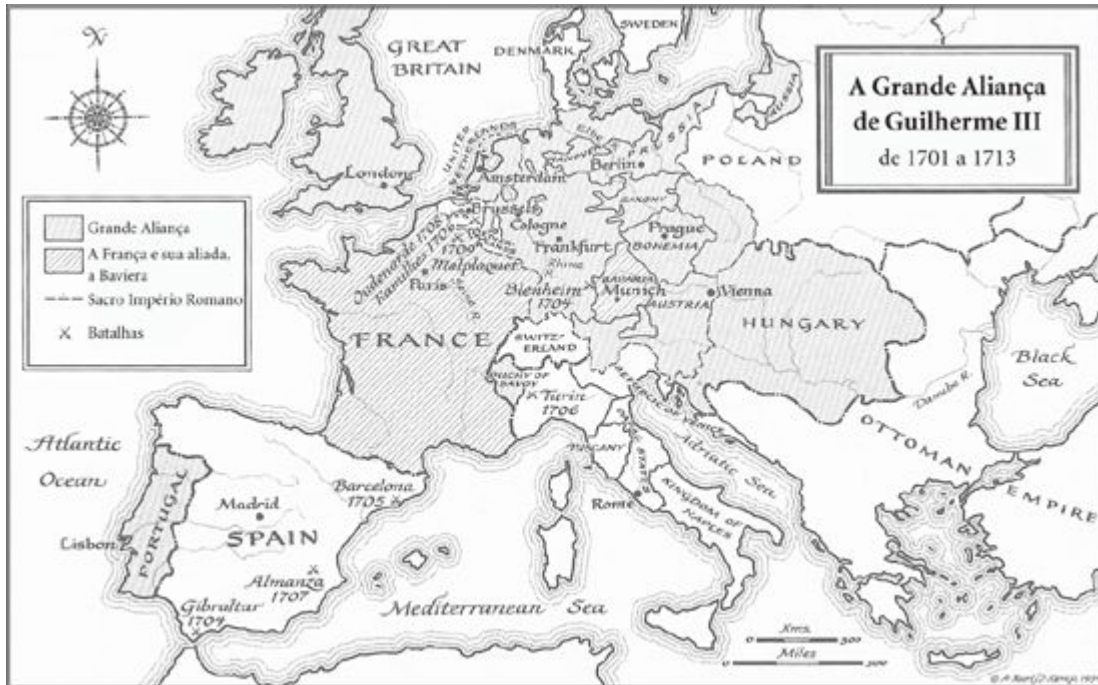
O mundo da Guerra Fria, 1945 a 1989

O mundo pós-Guerra Fria



 image

VÁCUOS DO PODER — A Paz da Vestfália (1648) e o Tratado de Versalhes (1919) criaram vácuos de poder nas fronteiras de grandes potências militares. As mais fortes — a França de Luís XIV e a Alemanha de Hitler — não resistiram à tentação de se expandir sobre os vizinhos mais fracos.



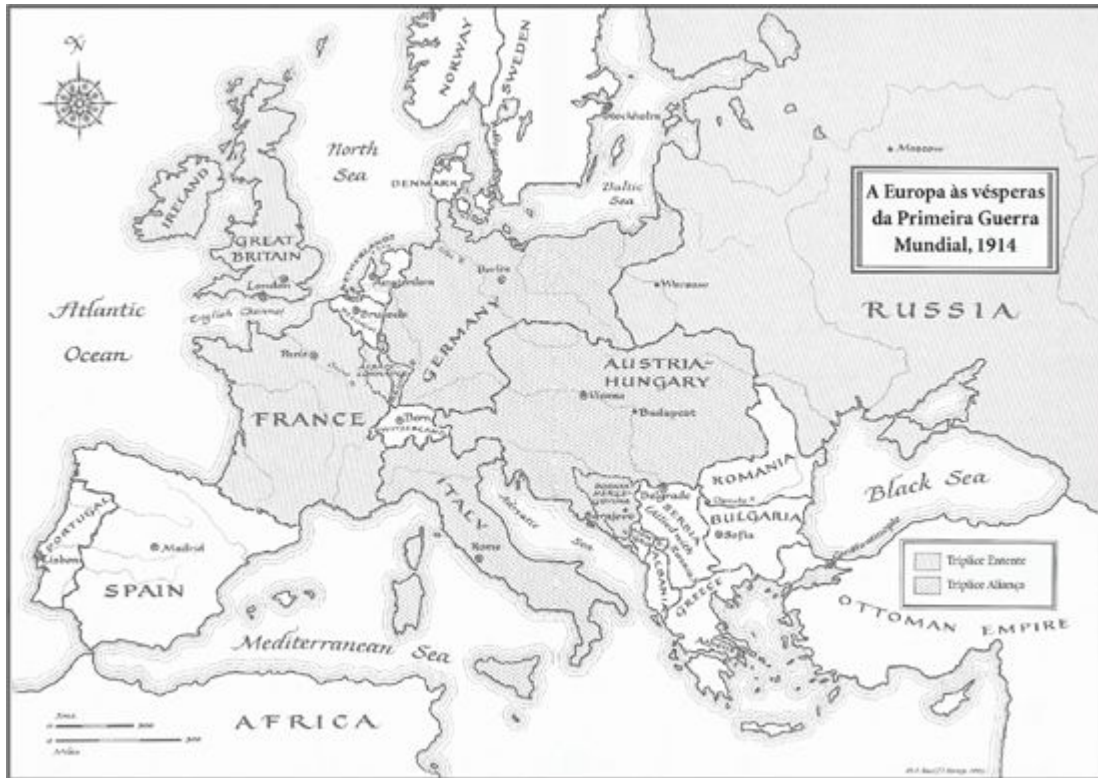
A VELHA CONTENÇÃO E A NOVA — Para refrear potências cronicamente expansionistas, Guilherme III, da Inglaterra, criou uma “Grande Aliança” para “conter” os transbordamentos da França. Os

Estados Unidos criaram, igualmente, um sistema de alianças para conter a União Soviética na década de 1950.

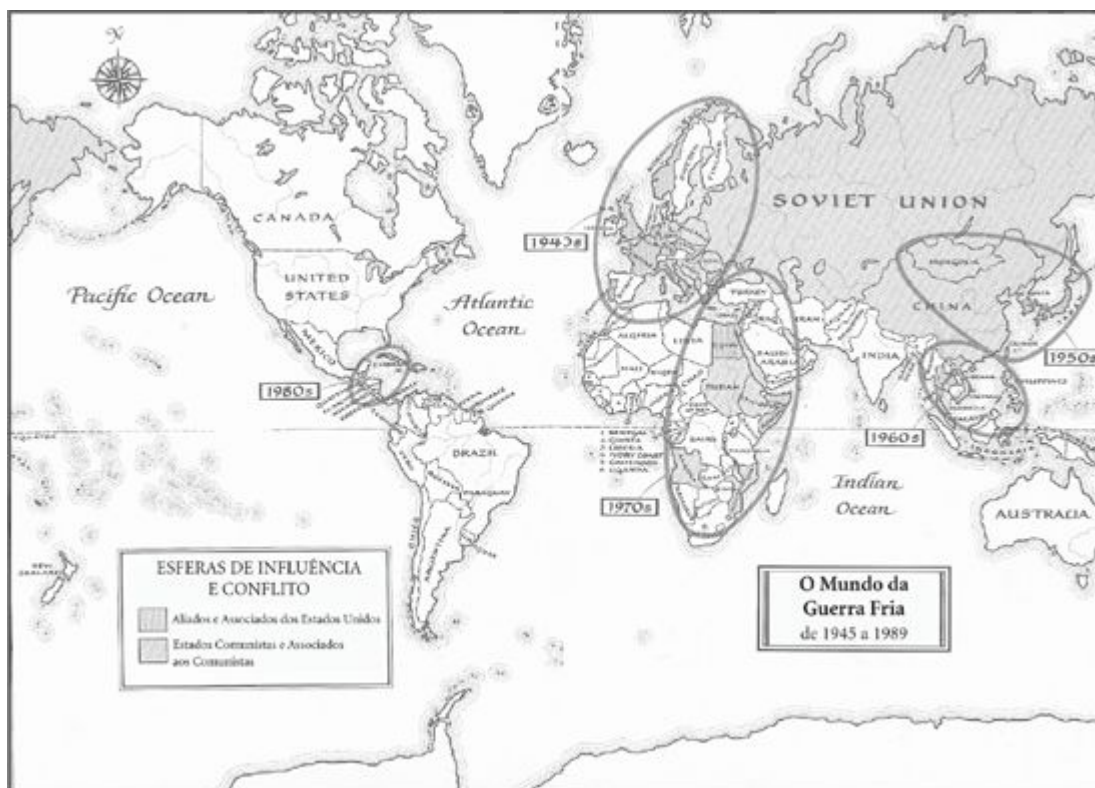


O EQUILÍBRIO DE PODER E O SISTEMA DE CONGRESSOS — Os negociadores da paz de Viena consolidaram a Europa Central na Confederação Germânica, ocupando o vácuo de poder que atraía o expansionismo francês.

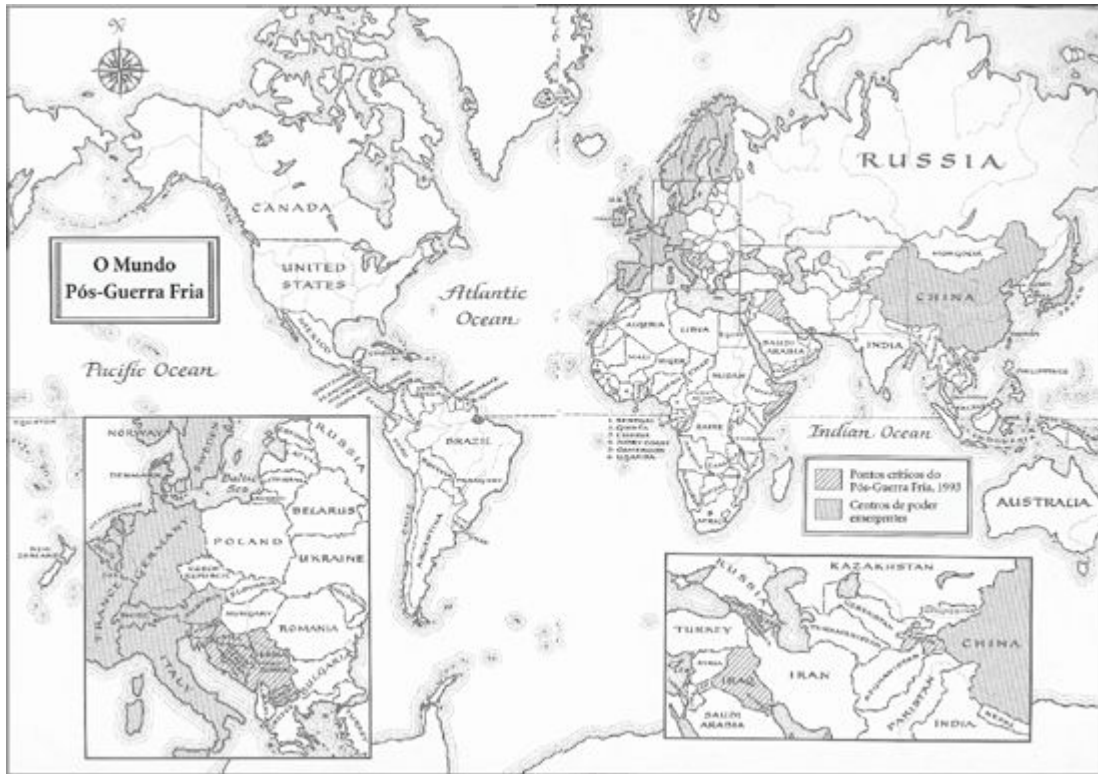
A Quádrupla Aliança formou-se a fim de conter a agressão francesa. Reuniam-se periodicamente congressos europeus, o último ocorreu em Berlim, em 1878, em busca de solução para os principais conflitos da Europa.



CONGELA-SE O EQUILÍBRIO DE PODER — Quando estourou a guerra em 1914, a Aliança Franco-Russa já tinha 23 anos e a aliança Austro-Germânica, 35 anos. Nova em alianças continentais, a Inglaterra uniu-se ao bloco franco-russo por meio de acordos em 1904 e 1907. As alianças enredavam-se em locais críticos da Europa, mais fatidicamente nos Bálcãs, a ponto de um conflito menor ter a possibilidade de engolfar todas as grandes potências numa guerra.



ESFERAS DE INFLUÊNCIA NA GUERRA FRIA — Depois de 1945, os Estados Unidos e a União Soviética formaram esferas de influência na Europa. Na década de 1950, criaram-se esferas no nordeste da Ásia. Nos anos 1960, o teatro da competição passou para o sudeste da Ásia, onde esferas eventualmente surgiram. Nos anos 1970, as duas superpotências lutaram pela influência no Oriente Médio e na África. Nos anos 1980, na América Central.



O MUNDO APÓS A GUERRA FRIA — Com o colapso da esfera de influência soviética, em 1989, uma nova instabilidade apareceu na Ásia Central, no Cáucaso, no Golfo Pérsico, no Chifre da África e nos Balcãs. E novos centros de poder surgiram no Japão, na China e na Europa Ocidental, criando um mundo multipolar.

- * Os relatos russos devem ser tomados com reserva, porque os russos estavam tentando transferir a responsabilidade total da guerra para os ombros da Alemanha. Sazonov, em particular, deve ser responsável por parte da culpa, pois pertencia, claramente, ao partido da guerra, que insistia em uma mobilização completa — apesar de sua análise global ter méritos.

* *Panhandle* é um termo geográfico usado nos Estados Unidos para definir a forma de um território, em que foram traçadas as fronteiras de forma arbitrária. Alguns *panhandle* são traçados para definir fronteiras administrativas, que levam em conta outras considerações, tais como os laços econômicos ou a topografia.